Dispensa de Licitação



Aquisição de envelopes personalizados com o brasão personalizado com os dizeres: “PODER JUDICÍARIO, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA”, em diversos formatos

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 06

PAMS 10

Mapa Comparativo de Preços 22

Declaração de Dispensa de Licitação 23

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 25

Nota de Empenho 26

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1297964 / SEALM

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Seção de Almoxarifado
Responsável pela Demanda: Fernando Dias Machado
E-mail: fernando.machado@cnj.jus.br
Telefone para contato: (61) 2326-4998

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Aquisição de envelopes personalizados com o brasão da república e dos dizeres “PODER JUDICIÁRIO”, “CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA”, em diversos formatos.

Justificativa: A aquisição se justifica em razão das informações expostas no Despacho SEALM n. 1298189 e da necessidade de o CNJ realizar a reposição do estoque, para possibilitar o atendimento das demandas rotineiras das unidades do órgão.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico do CNJ: O objeto tem conexão com os objetivos estratégicos para o período de 2021-2026, estabelecidos nos incisos XI e XIV do art. 3º da Portaria n. 104/2020 – Presidência, pois visa garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ e impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade - com a previsão de aquisição de produtos fabricados com material reciclado.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

A necessidade de aquisição do objeto em questão se justifica pela frequente demanda pelos produtos oriunda das unidades do Conselho Nacional de Justiça, principalmente da Secretaria Processual. A demanda é decorrente da utilização constante dos produtos nas atividades administrativas, novas rotinas de trabalho e continuidade das atividades do Órgão.

Com a aquisição, a SEALM poderá repor o estoque, visando: a) Atender de forma imediata as demandas geradas pelas unidades solicitantes; b) Evitar prejuízos às atividades do CNJ fornecendo de forma célere e quando solicitado o material necessário; e c) Contribuir para a qualidade e eficiência dos serviços prestados à Sociedade.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

O cálculo do quantitativo estimado de cada item consta da Planilha de Estimativa do Quantitativo e Valor, inserida nos autos (1297963). A referida planilha foi construída com base no relatório de consumo constante do sistema GEAFIN e referente ao período de 01/01/2021 e 31/12/2021.

Com base no quantitativo mencionando acima e considerando os valores unitários da última contratação de cada item, estima-se um valor total para essa aquisição de aproximadamente **R$ 7.958,00 (sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais).**

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Os itens 1 e 3 do referido objeto possuem estoque suficiente para atender as demandas do CNJ por aproximadamente 4 (quatro) ou 5 (cinco) meses, mas o item 2 possue quantidade suficiente apenas para os próximos 2 (dois) ou 3 (três) meses. Desse modo, visando evitar o desabastecimento do item 2, indicamos o dia **01/06/2022** como data prevista para a entrega dos produtos.

5– Indicar a complexidade da contratação:

(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DIAS MACHADO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO**, em 12/04/2022, às 15:38, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1297964** e o código CRC **AACAE92E**.

ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

A aquisição de envelopes personalizados de papel será necessária para repor o estoque do Almoxarifado do CNJ, o que possibilitará o atendimento, quando necessário, das demandas das unidades solicitantes por envelopes para remessa de documentos.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

O público alvo da contração são as diversas unidades do CNJ.

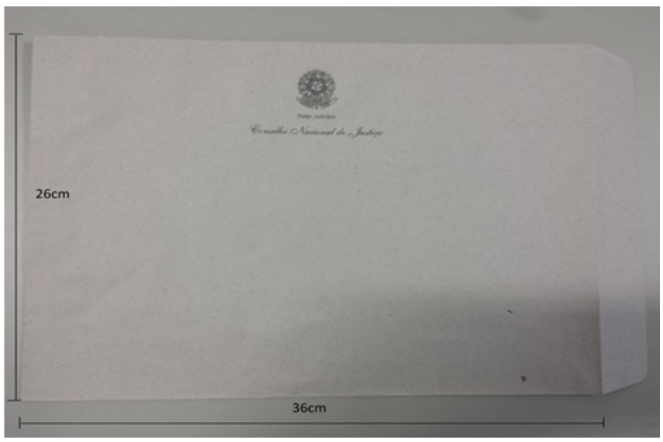
1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O objeto tem conexão com os objetivos estratégicos para o período de 2021-2026, estabelecidos nos incisos XI e XIV do art. 3º da Portaria n. 104/2020 – Presidência, pois visa garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ e impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade - com a previsão de aquisição de produtos fabricados com material reciclado.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Os elementos que constituem o objeto, como requisitos, especificações e quantitativos, estão descritos na tabela constante do item 5 destes Estudos Preliminares.

Ressalte-se que os envelopes personalizados de papel deverão estar em bom estado para suportar o manuseio pelos usuários, sem descolamentos em quaisquer de suas partes, bem como deverão ser de material reciclado, personalizados com a impressão, em uma das faces, do brasão da república e dos dizeres “PODER JUDICIÁRIO”, “CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA”, conforme imagem exemplificativa abaixo:



3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente no CNJ é a contratação de empresa especializada (geralmente gráficas) na confecção e no fornecimento do objeto deste estudo, tendo em vista se tratar de produto personalizado.

As últimas aquisições de envelopes pelo CNJ foram realizadas por meio da Ata de Registro de Preços nº 27/2020 (0998051), vencida em 30/11/2021, e por meio de suprimento de fundos (Processo n. 09103/2021).

Em aquisições anteriores foram identificadas algumas imperfeições no material, como descolamentos em algumas partes dos envelopes, o que foi corrigido na época.

Assim, no recebimento do material deverão ser observadas possíveis falhas na confecção do produto, com possibilidade de devolução ao fornecedor dos materiais problemáticos, para correção.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Por se tratar de produto personalizado, foi identificada apenas uma opção disponível no mercado para a aquisição do objeto, que é a contratação de empresa especializada na confecção e no fornecimento de envelopes personalizados de papel.

3.3 Adequação do ambiente

Não há necessidade de novas adequações do ambiente do Órgão.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Com base nos valores unitários das contratações anteriores, estima-se o valor total de R$ 7.958,00 (sete mil, novecentos e cinquenta e oito reias).

Os benefícios a serem alcançados com o objeto a ser contratado: 1º) Atender de forma imediata as demandas geradas pelas unidades solicitantes; 2º) Evitar prejuízos às atividades do CNJ fornecendo de forma célere e quando solicitado o material necessário; e 3º) Contribuir para a qualidade e eficiência dos serviços prestados à Sociedade.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Considerando o valor total estimado, a solução que melhor se adequa para esse tipo de demanda éa contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada na confecção e no fornecimento de envelopes personalizados de papel.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Considerando o levantamento realizado de demandas internas do CNJ, os quantitativos a serem contratados estão descritos no quadro a seguir:

Planilha de Estimativa do Quantitativo e Valor

Elaborado em Março/2022

Qtd de meses que a comprar irá suprir o CNJ (12 meses + estoque de segurança de 3 meses)	15
Qtd de meses até a entrega (contados do início do tramite do processo)	7

Grupo	Item	Material	Ref. (GEAFIN)	UN.	Qtd. Requisitada no Período	Qtd. não atendida - estoque zero*	CMM - Consumo Médio Mensal do Período	Duração do Estoque Atual	Estoque Atual (Março/2020)	Qtd. Estimada para Compra	Quantidade Total para Compra	Valor Unitário Estimado	Valor Total Unitário Estimado
					01/01/2021 a 31/12/2021 - 12 meses			(Meses)	(Qtd)			(R$)	(R$)
Único	1	Envelope para convite, em **PAPEL RECICLADO, cor natural**, medindo 24cm x 17cm, 90g/m², abertura tipo bolsa, com impressão do Brasão Nacional e dos dizeres: "PODER JUDICIÁRIO", "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA", impressão 1/0.	1600	UN.	433	0	36,08	0,75	27	541	600	R$ 0,33	R$ 198,00
	2	Envelope ofício em **PAPEL RECICLADO, cor natural**, medindo 36cm x 26cm, 90g/m², abertura tipo saco, com impressão do Brasão Nacional e dos dizeres: "PODER JUDICIÁRIO", "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA"(ou nome do órgão solicitante), impressão 1/0.	1599	UN.	5.898	1.500	616,50	6,72	4140	9248	10000	R$ 0,55	R$ 5.500,00
	3	Envelope ofício em **PAPEL RECICLADO, cor natural**, medindo 41cm x 31cm, 90g/m², abertura tipo saco, com impressão do Brasão Nacional e dos dizeres: "PODER JUDICIÁRIO", "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA"(ou nome do órgão solicitante), impressão 1/0.	1688	FL.	522	1.000	126,83	2,25	286	1903	2000	R$ 1,13	R$ 2.260,00
											Valor Total Estimado		R$ 7.958,00

A relação entre a demanda prevista e a quantidade de produtos a serem adquiridos: A Estimativa do Ponto de Ressuprimento Ideal (EPRI) para esses produtos foi estabelecida em função do Consumo Médio Mensal (CMM), em um período de 12 (doze) meses (1/1/2021 a 31/12/2021), multiplicado por 12 e somado ao Coeficiente de Segurança de Estoque CSE (três meses), conforme foi representado na equação constante do quadro abaixo:

EPRI = (CMM X 12) + CSE (3)

Assim, a fórmula de cálculo para cada item deste Estudo Preliminar (EP) será:

EPRI = (CMM X 12) + CSE

Exemplo: Item 1:

EPRI = (36,08 X 12) + (36,08 X 3) = 541 (600 arredondado)

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A contratação será realizada com o agrupamento de todos os itens em um único grupo, conforme pode ser verificado na tabela do item acima. O agrupamento se deve ao fato de as especificidades dos produtos guardarem similaridades em suas características e devido a necessidade de padronização dos materiais.

Ressalte-se, ainda, que o agrupamento visa evitar o desinteresse dos participantes no fornecimento dos produtos e, consequentemente, a falta de oferta de preços para algum dos itens, haja vista o baixo quantitativo e valor de cada item, fato que poderia ocorrer se os itens não fossem agrupados, o que prejudicaria o CNJ com a não aquisição de determinado produto.

Entende-se, também, que a contratação agrupada proporcionará vantagens de natureza logística e econômica para a Administração. Do ponto de vista logístico, o gerenciamento de um número menor de fornecedores traz benefícios operacionais à Administração. Do ponto de vista econômico, acredita-se que o agrupamento proporcionará a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que será possível a ocorrência da economia de escala que, aplicada ao fornecimento de um grupo de determinados materiais, implicará numa redução de preços ofertados. Salienta-se que tal justificativa econômica só é possível por tratar-se de materiais afins.

Ademais, a presente opção encontra amparo nos seguintes Acórdãos do TCU:

Acórdão nº 5260/11 – 1ª Câmara (voto):

"(...) 5. A representante mencionou, como reforço à sua pretensão, a Súmula-TCU nº 247, que diz acerca da obrigatoriedade da adjudicação por itens. A atenta leitura da Súmula, contudo, demonstra que a adjudicação 'por itens', nela defendida, está posta como contraponto à adjudicação 'por preço global'. O que pretendeu, então, estabelecer a Súmula-TCU nº 247, foi consolidar o entendimento prevalecente nesta Casa, no sentido de que é condenável a adjudicação por preço global, por representar, no geral, restrição à competitividade. ***Não teve a referida Súmula a pretensão de condenar a adjudicação por lotes,*** *tanto assim que eles sequer foram mencionados.*

6. Nessa esteira, ***não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da***

razoabilidade e da economicidade".

Acórdão nº 5301/13 – 2ª Câmara (voto):

"(...) 14. Bem se vê, que o elevado número de procedimentos para seleção por itens isolados, tal como ocorreria no presente caso concreto, tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, ***comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração****."*

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Os materiais entregues deverão ter as características definidas nas especificações de cada item e possuir rendimento, qualidade e produtividade compatíveis ou superiores com os gerados pelos produtos anteriormente adquiridos pelo CNJ ou pelos modelos disponibilizados pelo CNJ, os quais servirão como referência para a empresa contratada.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Risco 1	**A empresa contratada falha com a execução, implicando atraso, inexecução parcial ou total do objeto**		
Probabilidade (alta, média, baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
Médio	1	Atraso no atendimento das solicitações das unidades.	Médio
Médio	2	Atendimento parcial das solicitações das unidades.	Alto
Médio	3	Ruptura do estoque e inviabilidade de atendimento das demandas das unidades.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1, 2 e 3	Previsão de sanções no TR		Unidade Demandante
Risco 2	**Atraso ou Não realização da contratação**		
Probabilidade (alta, média, baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
Médio	1	Ruptura do estoque e inviabilidade de atendimento das demandas das unidades	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Envolvimento das áreas responsáveis pela instrução do processo com vistas a sua célere instrução.		Unidade Demandante

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há restrições.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A contratação terá vigência de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não há outras informações a serem acrescentadas,

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Diante das informações trazidas nestes Estudos Preliminares, conclui-se pela contratação de empresa especializada na confecção e no fornecimento de envelopes personalizados de papel, a qual poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, considerando o valor total estimado descrito nos itens 3.4 e 5 deste estudo.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

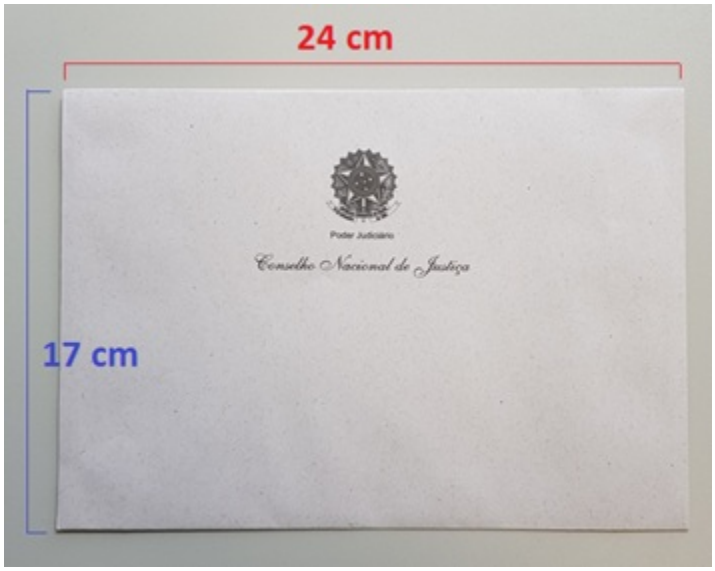
Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Fernando Dias Machado	fernando.machado@cnj.jus.br	4998	SEALM
Laerte Maurício	laerte.mauricio@cnj.jus.br	4996	SEALM

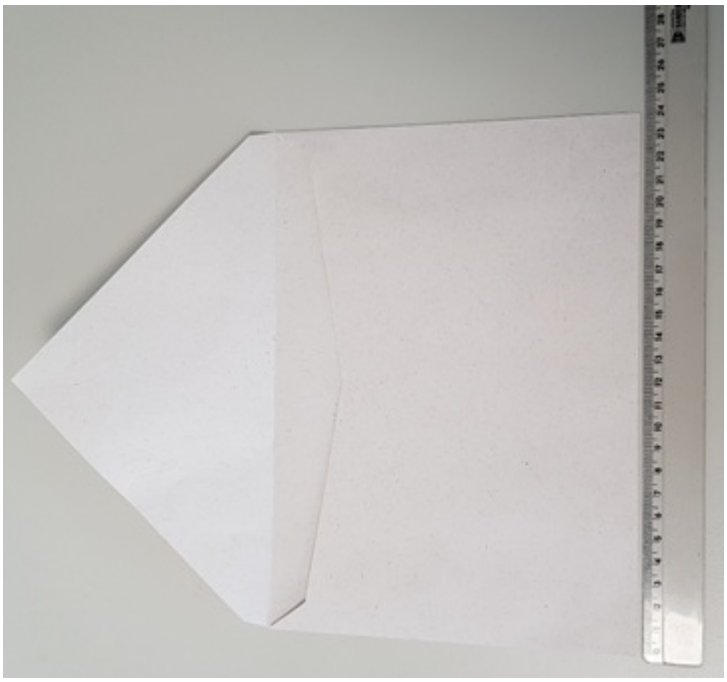
Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DIAS MACHADO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO**, em 17/05/2022, às 16:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1316116** e o código CRC **BE124841**.

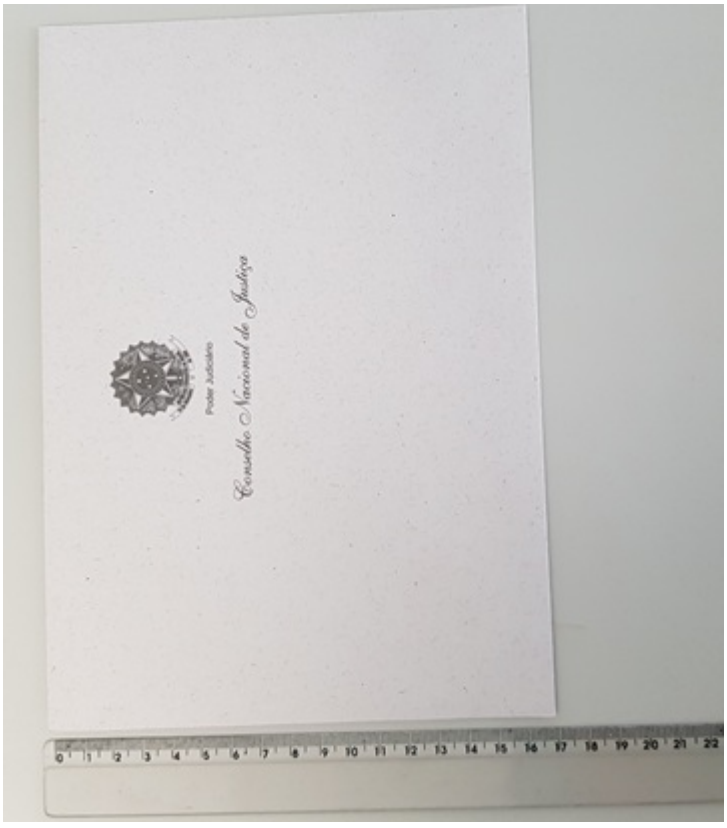
CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

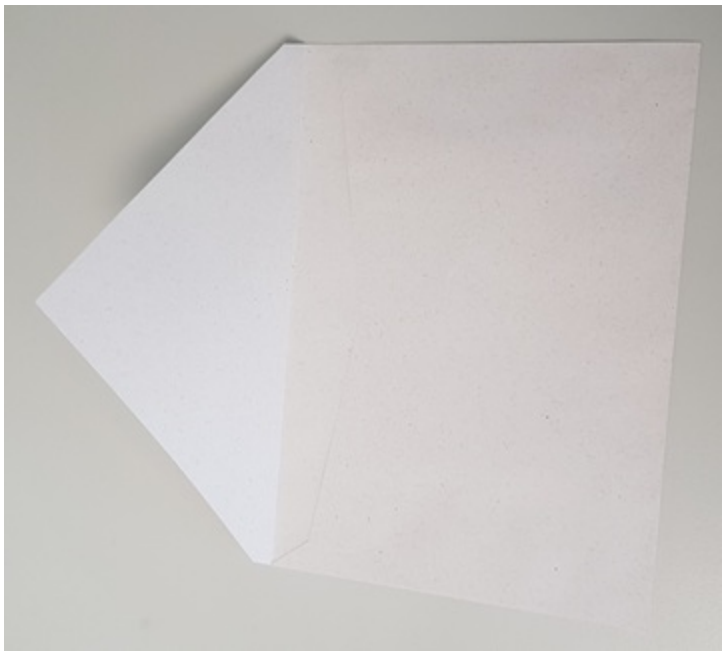
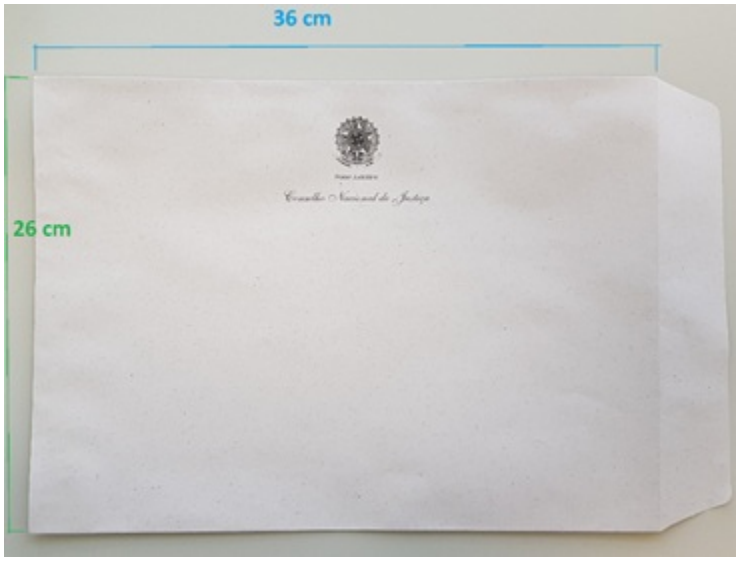
1. **Objeto:** A aquisição de envelopes personalizados de papel.

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
	Envelope para convite, em PAPEL RECICLADO, cor natural, medindo 24cm x 17cm, 90g/m², abertura tipo bolsa, com impressão do Brasão Nacional e dos dizeres: “PODER JUDICIÁRIO”, “CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA”, impressão 1/0. Imagens:  		

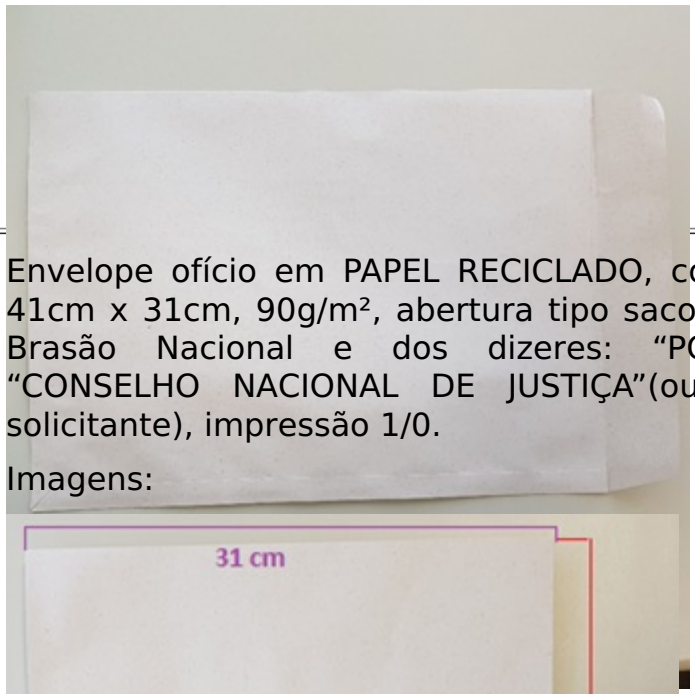
1	 	UN	600	




Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

			
2	Envelope ofício em PAPEL RECICLADO, cor natural, medindo 36cm x 26cm, 90g/m², abertura tipo saco, com impressão do Brasão Nacional e dos dizeres: “PODER JUDICIÁRIO”, “CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA”(ou nome do órgão solicitante), impressão 1/0. Imagens: 	UN	10.000

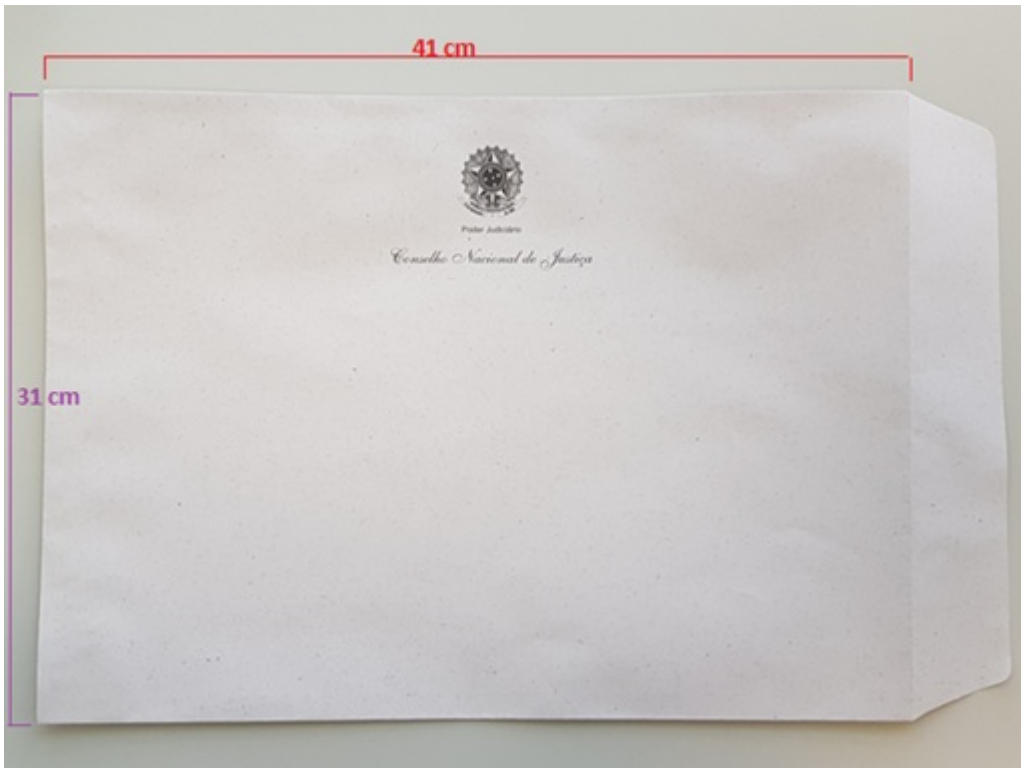




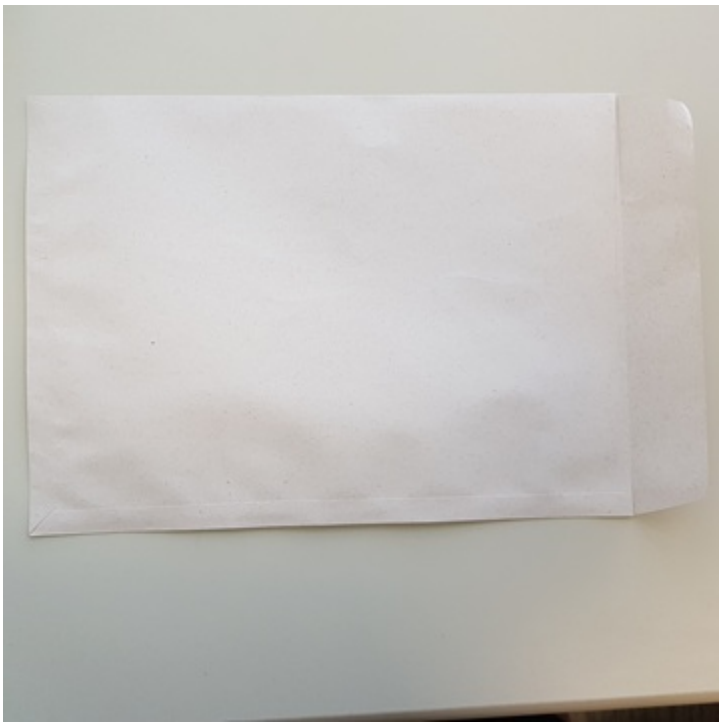
Envelope ofício em PAPEL RECICLADO, cor natural, medindo 41cm x 31cm, 90g/m², abertura tipo saco, com impressão do Brasão Nacional e dos dizeres: “PODER JUDICIÁRIO”, “CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA”(ou nome do órgão solicitante), impressão 1/0.

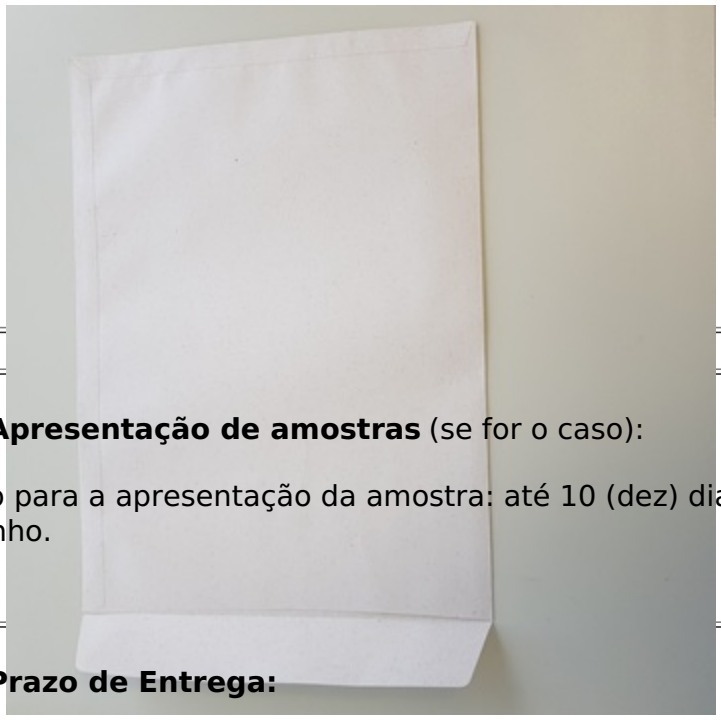
Imagens:



3	 41 cm 31 cm Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça 		UN	2.000







2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Prazo para a apresentação da amostra: até 10 (dez) dias, após o recebimento da nota de empenho.

3. **Prazo de Entrega:**

até 20 (vinte) dias, após o CNJ aprovar as amostras.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Seção de Almoxarifado do CNJ

SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E

CEP: 70175-900

Telefones: (61) 2326-4996 e 4998

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Apresentar duas unidades de amostra de cada item, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;

a.1) Caso as amostras não sejam aprovadas, o CNJ poderá solicitar nova apresentação de amostra, quantas vezes julgar necessário, a qual deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação de reprovação expedida pelo CNJ;

a.2) A critério do CNJ, a reprovação da terceira amostra em diante poderá resultar no cancelamento do empenho e na aplicação da penalidade por inexecução total da obrigação, prevista no item 11, alínea "a.1.5";

a.3) Após aprovação, uma das amostras de cada item poderá ser devolvida à contratada e a outra ficará sob a posse do CNJ e será considerada como a amostra padrão para efeito de toda e qualquer aferição de conformidade em momento posterior.

b) Entregar o material no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de envio do e-mail contendo a aprovação das amostras pelo CNJ e a Ordem de Fornecimento – OF;

c) Durante o período de garantia, o FORNECEDOR, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir, sem ônus para o CNJ, os produtos que apresentarem irregularidades, defeitos, inconformidades com a especificação deste PAMS, incorreções resultantes da fabricação ou problemas que impossibilitem o seu uso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação.

c.1) A regra da alínea “c”, aplica-se somente aos produtos recebidos de forma definitiva, nos termos do item 9, alínea "a.2".

c.2) Antes do recebimento definitivo, o FORNECEDOR deverá realizar as substituições, sem ônus para o CNJ, dos produtos que apresentarem irregularidades, defeitos, inconformidades com a especificação deste PAMS, incorreções resultantes da fabricação ou problemas que impossibilitem o seu uso, no período restante do prazo de entrega estipulado na Ordem de Fornecimento.

d) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento.

f) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

g) Certificar-se, cuidadosamente, nos momentos anteriores à entrega ao CNJ, de que as amostras e os produtos a entregar correspondem às especificações deste PAMS e de que atendem as exigências de qualidade e acabamento exigidos pelo CNJ.

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;
b) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

a) O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

b) No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no termos do alínea "c" do item 6 deste PAMS.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

a) No caso de atraso injustificado para a entrega do material, a contratada estará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a.1) multa, no valor de:

a.1.1) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição da amostra ou do produto acabado, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

a.1.2) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição da amostra ou do produto acabado, por prazo superior ao estabelecido na alínea “a.1.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

a.1.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição da amostra ou do produto acabado, por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “a.1.5”;

a.1.4) 20% (vente por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

a.1.5) 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DIAS MACHADO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO**, em 27/05/2022, às 16:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1322181** e o código CRC **E40EF4E2**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 01360/2022
Assunto: aquisição de envelopes
Servidor: Winston
Data: 16/08/2022

				Empresa: WJ COMERCIAL DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOES LTDA CNPJ: 44.355.249/0001-95			Empresa: RV PROMOCIONAL IMPRESSOS E EMBALAGENS EIRELI CNPJ: 04.398.866/0001-53			Empresa: GRÁFICA E EDITORA ALIANÇA LTDA CNPJ: 02.472.396/0002-86			VALOR MÍNIMO (B)		ESTUDOS PRELIMINARES		
				Valor			Valor			Valor					Valor		
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim			Considerar?		Sim
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Total Considerado
Envelope para convite, em PAPEL RECICLADO, cor natural	1	UN	600	1,58	948,00	948,00	2,00	1.200,00	1.200,00	1,59	954,00	954,00	1,58	948,00	0,33	198,00	198,00
Envelope ofício em PAPEL RECICLADO, cor natural, medin	2	UN	10.000	0,82	8.200,00	8.200,00	1,03	10.300,00	10.300,00	0,83	8.300,00	8.300,00	0,82	8.200,00	0,55	5.500,00	5.500,00
Envelope ofício em PAPEL RECICLADO, cor natural, medin	3	UN	2.000	1,05	2.100,00	2.100,00	2,00	4.000,00	4.000,00	1,06	2.120,00	2.120,00	1,05	2.100,00	1,13	2.260,00	2.260,00
VALOR TOTAL						**11.248,00**			**15.500,00**			**11.374,00**		**11.248,00**			**7.958,00**

OBS: Informo que os preços obtidos junto aos EPs, menores do que o(s) ofertado(s) na proposta de preço de menor valor foram desconsiderados, tendo em vista a impossibilidade do CNJ adquirir o objeto por meio diretamente dessas fontes.

Valor mínimo total estimado: 11.248,00 (onze mil e duzentos e quarenta e oito reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a aquisição de envelopes personalizados de papel.

2. Conforme informou a Seção de Compras (SECOM), por meio dos Despachos n. 1320928 e 1329086, os Estudos Preliminares (1316116) e o PAMS - Aquisição de Matrial (1322181) possuem compatibilidade com os normativos aplicáveis à matéria. Diante dessa constatação, os referidos documentos foram aprovados por esta Secretaria de Administração (SAD), através dos Despachos n. 1321488 e 1329537, respectivamente.

3. Após a realização de pesquisa de preços, a SECOM juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços V.2 (1378802), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEMAP n. 1380323). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM n. 1388682, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa WJ COMERCIAL DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA (1378800). Sendo assim, **aprovo** o respectivo Mapa Comparativo de Preços.

4. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SCONT n. 1385889 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR n. 1386356). A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa WJ COMERCIAL, para contratar com a Administração, consta das Certidões (1389460).

5. Consoante demonstrado na Lista de Verificação (1389462), os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

6. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n.

8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **WJ COMERCIAL DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA**., inscrita no **CNPJ n. 44.355.249/0001-95**, no valor de **R$ 11.248,00 (onze mil, duzentos e quarenta e oito reais)**, com vistas à aquisição de envelopes personalizados de papel.

7. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

8. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão da nota de empenho, bem como solicito a devolução dos autos para que esta Secretaria de Administração realize a publicação do ato de dispensa de licitação e adote as demais providências necessárias subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 01/09/2022, às 14:33, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1389577** e o código CRC **029070AC**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1389577, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. XI, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 11.248,00 (onze mil, duzentos e quarenta e oito reais)**, e **autorizo** a contratação da empresa **WJ COMERCIAL DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA**., CNPJ nº **44.355.249/0001-95**, com vistas à aquisição de envelopes personalizados de papel.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93, bem como para adoção das demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 01/09/2022, às 16:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1391800** e o código CRC **861508FC**.

Data e hora da consulta: 02/09/2022 14:45
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	340	2022PE000291

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40132	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
02/09/2022	Ordinário	01360/2022	-	11.248,00

Favorecido

Código	Nome
44.355.249/0001-95	WJ COMERCIAL DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA

Endereço	CEP
AGRICOLA AGUAS CLARAS C 14 LOTE 21 GUARA I	71090-135

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
01360/2022 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE - ENVELOPES PERSONALIZADOS.
CONFORME DESPACHOS 1392108-SAD E 1391800-DG

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/09/2022 14:36:20	Alteração

Data e hora da consulta: 02/09/2022 14:45
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	11.248,00

Subelemento 16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	ENVELOPE PARA CONVITE, EM PAPEL RECICLADO, COR NATURAL, MEDINDO 24CM X 17CM, 90G/M², ABERTURA TIPO BOLSA, COM IMPRESSÃO DO BRASÃO NACIONAL E DOS DIZERES: ¿PODER JUDICIÁRIO¿, ¿CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA¿, IMPRESSÃO 1/0. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1322181.	948,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
02/09/2022	Inclusão	600,00000	1,5800	948,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	ENVELOPE OFÍCIO EM PAPEL RECICLADO, COR NATURAL, MEDINDO 36CM X 26CM, 90G/M², ABERTURA TIPO SACO, COM IMPRESSÃO DO BRASÃO NACIONAL E DOS DIZERES: ¿PODER JUDICIÁRIO¿, ¿CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA¿(OU NOME DO ÓRGÃO SOLICITANTE), IMPRESSÃO 1/0. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1322181.	8.200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
02/09/2022	Inclusão	10.000,00000	0,8200	8.200,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	ENVELOPE OFÍCIO EM PAPEL RECICLADO, COR NATURAL, MEDINDO 41CM X 31CM, 90G/M², ABERTURA TIPO SACO, COM IMPRESSÃO DO BRASÃO NACIONAL E DOS DIZERES: ¿PODER JUDICIÁRIO¿, ¿CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA¿(OU NOME DO ÓRGÃO SOLICITANTE), IMPRESSÃO 1/0. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1322181.	2.100,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
02/09/2022	Inclusão	2.000,00000	1,0500	2.100,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
02/09/2022 14:36:20

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
02/09/2022 13:58:02

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/09/2022 14:36:20	Alteração

Dispensa de Licitação



Aquisição de Livros Jurídicos e Correlatos

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

1

Sumário

Estudo Preliminares 03

PAMS 06

Mapa Comparativo de Preços 09

Declaração de Dispensa de Licitação 10

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 12

Nota de Empenho 13

CNJ	**ESTUDOS PRELIMINARES**

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Provimento de publicações nacionais na área jurídica, conforme solicitação da Seção de Gestão de Contratos e gabinete da Secretaria de Administração (docs SEI nº 1189453 e 1198158).

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Seção de Gestão de Contratos e gabinete da Secretaria de Administração.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (Portaria 167/2015 - art. 2º, §1º, VIII)

Ademais, a necessidade de capacitação e aquisição de conhecimentos das citadas unidades poderá ficar comprometida, pois os livros solicitados tem aderência aos trabalhos desempenhados. Dessa forma a não aquisição, *em tese,* poderá levar a uma perda na qualidade das atividades desenvolvidas pelas unidades, notadamente com a promulgação da nova lei de licitações e a necessidade de atualização dos servidores.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Aquisição de livros novos e atualizados (última edição), conforme a lista do item 3.3, com entrega do objeto no prazo máximo de trinta dias após o recebimento da Nota de Empenho e garantia de noventa dias.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente de contratação atende perfeitamente às necessidade do Conselho.

Dados última aquisição de livros:

Nº processo: 05782/2020

Objeto: Aquisição de livros jurídicos e correlatos

Contratados: Abaco Dist. e livraria LTDA

Valor Total: R$ 229,80

Observações: não ocorreu. *s.m.j,* inconsistências na contratação.

3.2 Identificação das opções disponíveis

A solução para o atendimento da demanda, é a aquisição das obras solicitadas pelas unidades, tudo conforme as solicitações 1189453 e 1198158, quais sejam:

a) Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas , Autor: Marçal Justen Filho - Editora RT.

b) E-book - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Rafael Carvalho Rezende Oliveira - Editora Forense.

c) Direito Administrativo Sancionador, 7º Edição, Editora Revista dos Tribunais, Autor: Fábio Medina Osório.

d) Nova lei de licitações comparada, 1ª Edição, Editora Juspodvim, Autor: Matheus Carvalho.

e) Temas controversos da nova lei de licitações e contratos, 1ª Edição, Editora Juspodvim, Autores: Ronny Charles Lopes de Torres, Matheus Carvalho e Bruno Belém.

f) Contratações Públicas Sustentáveis, 1ª edição, Editora Lumen, Autor: Felipe Pires M. de Brito.

g) Curso de Direito Administrativo, 9ª edição, Editora Método, Autor: Rafael Oliveira.

Cita-se os seguintes órgãos que realizaram contratações cujo objeto é similar ao objeto em tela:

- Tribunal Regional eleitoral do Ceará: http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/cotacao-no-030-2015-aquisicao-de-publicacoes-nacionais-nao-oficiais

- Justiça Federal de 1º Grau (Espírito Santo): http://www.jfes.jus.br/documentos/registropreco/PE_48_TermodeReferencia.pdf

- Conselho da Justiça Federal: https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/licitacoes/pregao-eletronico/02-2018/documentos/edital-pe-2-2018-adm-2017-00331-livros.pdf

- Ministério Público de Pernambuco: http://www.mppe.mp.br/siteantigo/192.168.1.13/uploads/Tr3YyOGhAVeyZUbGYExF0Q/kDUSf9Dam8vsO8FZgXI5yA/homologao_Prego-037-2008_-_material_de_limpeza.pdf

- Governo de Goiás (Goiás/Prev): http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-05/termo-de-referencia-livro.pdf

3.3 Adequação do ambiente

Não vislumbra-se qualquer necessidade de adequação de ambiente relacionada com a aquisição pretendida.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

A SEMAP realizou pesquisa na Internet, encontrando site de vendas das citadas obras, sendo que o custo total para aquisição das sete obras é de aproximadamente R$ 979,10 (novecentos e setenta e nove reais e dez centavos), conforme demonstrado a seguir:

a) Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas , Autor: Marçal Justen Filho - Editora RT, valor R$ 305,50 (https://www.livrariart.com.br/comentarios-a-lei-de-licitacoes-e-contratos-administrativos/p).

b) E-book - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Rafael Carvalho Rezende Oliveira - Editora Forense, valor R$ 106,25 (https://www.grupogen.com.br/e-book-nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-administrativos-9786559641772).

c) Direito Administrativo Sancionador, 7º Edição, Editora Revista dos Tribunais, Autor: Fábio Medina Osório, valor R$ 170,00 (https://www.amazon.com.br/Direito-Administrativo-Sancionador-7%C2%BA-Edi%C3%A7%C3%A3o/dp/6556141410).

d) Nova lei de licitações comparada, 1ª Edição, Editora Juspodvim, Autor: Matheus Carvalho, valor R$ 85,81 (https://www.casadoadvogado.com.br/loja/nova-lei-de-licitacoes-comparada/).

e) Temas controversos da nova lei de licitações e contratos, 1ª Edição, Editora Juspodvim, Autores: Ronny Charles Lopes de Torres, Matheus Carvalho e Bruno Belém , valor R$ 79,90 (https://www.editorajuspodivm.com.br/temas-controversos-da-nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-2021).

f) Contratações Públicas Sustentáveis, 1ª edição, Editora Lumen, Autor: Felipe Pires M. de Brito, valor R$ 68,00 (https://lumenjuris.com.br/direito-ambiental/contratacoes-publicas-sustentaveis-2020-2632/p).

g) Curso de Direito Administrativo, 9ª edição, Editora Método, Autor: Rafael Oliveira , valor R$ 163,64 (https://www.amazon.com.br/Direito-Administrativo-Carvalho-Rezende-OLIVEIRA/dp/8530993942/ref=asc_df_8530993942/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=379714398453&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=6199230495030050807&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&1234084061971&psc=1).

Não encontramos outras opções disponíveis para aquisição das obras, pois a maioria das obras não tem disponibilidade e formato eletrônico.

Ademais, a aquisição de todas as obras em formato eletrônico além de demandar a instalação ou aquisição de softwares ou aparelhos móveis para a leitura dos livros digitais, dificultaria o compartilhamento dos livros com outras unidades interessadas.

A melhor solução para o atendimento da necessidade de atualização de conhecimento é a aquisição dos livros mencionados, uma vez que trazem conhecimentos consolidados e variados, de diversos autores renomados. A formação de um pequeno acervo de obras para utilização é a solução que melhor atende as necessidades de atualização de conhecimentos e capacitação, bem como de alinhamento dos trabalhos com a literatura sobre o tema.

Benefícios resultantes: obras novas e atualizadas para suprir o atendimento das necessidades de informação das unidades citadas, podendo haver o compartilhamento dos livros com outras unidades, notadamente da própria SAD, que manifestarem interesse de consultar as obras, a fim de garantir agilidade e qualidade nos procedimentos das unidades interessadas.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A solução que melhor atende à necessidade especificada é a aquisição das obras citadas.

O objeto tem natureza de material permanente, não continuada, com objeto comum e divisível.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A quantidade a ser adquirida é a quantidade solicitada pela SEGEC e gabinete SAD, ou seja unidade de cada obra.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Objeto da aquisição é divisível, não havendo necessidade de agrupamento de itens, podendo dessa forma os livros serem adquiridos separadamente.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A SEMAP no painel de governança do CNJ, não possui indicador relacionado com a aquisição de livros.

No entanto, a necessidade de capacitação e aquisição de conhecimentos das citadas unidades poderá ficar comprometida, pois os livros solicitados tem aderência aos trabalhos desempenhados.

A não aquisição, *em tese,* poderá levar a uma perda na qualidade das atividades desenvolvidas pelas unidades, notadamente porque ocorreu a promulgação da nova lei de licitações, que trouxe várias modificações e novidades em relação ao preconizado pela Lei 8.666/1993.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A contratação aqui pretendida é de baixo impacto financeiro (aproximadamente mil reais), sendo que o objeto somente será pago após o recebimento, conferência e atesto da SEMAP, o que elimina praticamente qualquer possibilidade de prejuízo ao Conselho. Reputa-se que o maior risco relacionado a questão, é a sua não aquisição, pois a falta de livros atualizados poderá resultar em desatualização de conhecimentos, baixa qualidade dos serviços prestadores pelos servidores, erros em procedimentos licitatórios etc.

Elaborou-se o quadro abaixo para melhor explicitar os riscos relacionados a aquisição pretendida:

isco 1:	**Não contratação do objeto**		
Probabilidade (alto, médio, baixo)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
alta	1	Necessidade de novo procedimento de aquisição	médio

alta	2	Defasagem na atualização de conhecimentos, dos colaboradores e servidores das unidades	médio

Id	Ação de Mitigação e Contingência	Responsável
A SEMAP não vislumbra qualquer ação que possa mitigar os riscos, caso a contratação não seja realizada.		

Risco 2 :	**Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total.**		
Probabilidade (alto, médio, baixo)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
baixa	1	Perdas financeiras	baixo
baixa	2	Garantia dos produtos	médio
baixa	3	Rescisão contratual	médio
ID		**Ação de Mitigação e Contingência**	SEMAP e SAD
	Controle afetivo das obrigações pelo gestor da Ata Apuração da Responsabilidade da contratada, com possível aplicação de multa		

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não vislumbram-se restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar para a contratação proposta.

Em relação às restrições orçamentária, a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), no momento oportuno, antes da emissão de nota de fornecimento, indicará a viabilidade de aquisição e a classificação orçamentária.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do contrato deve ser de 120 dias, pois após o recebimento da Nota de Empenho o fornecedores terá trinta dias para entrega do objeto e deverá ofertar garantia de 90 dias de garantia.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Pugna-se pela aquisição das citadas obras, com valor estimado de R$ 979,10, sendo o benefício direto a aquisição de conhecimentos, atualização sobre a nova lei de licitações, o que gerará melhores desempenhos, produtividade e qualidade nas tarefas realizadas pelo servidores das unidades solicitantes.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Leonardo Zanotelli dos Santos	leonardo.zanotelli@cnj.jus.br	495	

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO ZANOTELLI DOS SANTOS**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**, em 03/11/2021, às 12:45, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1198159** e o código CRC **D90E64EC**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

1. O**bjeto: Aquisição de livros diversos, conforme relação abaixo**:

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
1	Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas , Autor: Marçal Justen Filho - Editora RT.	un	1
2	E-book - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Rafael Carvalho Rezende Oliveira - Editora Forense.	un	1
3	Direito Administrativo Sancionador, 7º Edição, Editora Revista dos Tribunais, Autor: Fábio Medina Osório	un	1
4	Nova lei de licitações comparada, 1ª Edição, Editora Juspodvim, Autor: Matheus Carvalho	un	1
5	Temas controversos da nova lei de licitações e contratos, 1ª Edição, Editora Juspodvim, Autores: Ronny Charles Lopes de Torres, Matheus Carvalho e Bruno Belém.	un	1
6	Contratações Públicas Sustentáveis, 1ª edição, Editora Lumen, Autor: Felipe Pires M. de Brito	un	1
7	Curso de Direito Administrativo, 9ª edição, Editora Método, Autor: Rafael Oliveira	un	1

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Não se aplica.

3. **Prazo de Entrega:**

30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Seção de Material e Patrimônio do CNJ, SAF Sul, Quadra 02, Lotes 5/6, Bloco E, 1º andar, Brasília/DF, CEP 70070-600, telefones: (61) 2326-4959, 4993.

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Entregar o material no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;

b) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação;

c) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

d) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

e) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

10. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 10 dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea "b.1", com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.5";

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO ZANOTELLI DOS SANTOS**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA**, em 09/11/2021, às 21:48, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1204353** e o código CRC **80EC5A1C**.

08372/2021 1204353v2

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 083372/2021
Assunto: Aquisição de livros
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 09/02/2022

				Empresa: Ábaco Distribuidora e Livraria Ltda. CNPJ: 07.577.608/0001-22			Empresa: GMR Livros CNPJ: 19.809.119/0001-38			Empresa: Aplicada Livraria e Editora CNPJ: 10.285.263/0001-48			VALOR MÍNIMO (B)		Cotações Internet - Amazon	
				Valor			Valor			Valor					Valor	
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim				
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total
Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, Autor: Marçal Justen Filho	1	UN	1	470,00	470,00	470,00	600,00	600,00	600,00	470,00	470,00	470,00	470,00	470,00	355,41	355,41
E-book - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Rafael Carvalho Rezende Oliveira (LIVRO IMPRESSO)	2	UN	1			-	220,00	220,00	220,00	197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	198,00	198,00
Direito Administrativo Sancionador, 7º Edição	3	UN	1			-	350,00	350,00	350,00	220,00	220,00	220,00	220,00	220,00	365,00	365,00
Nova lei de licitações comparada, 1ª Edição, Editora Juspodvim, Autor: Matheus Carvalho	4	UN	1				130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	89,90	89,90
Temas controversos da nova lei de licitações e contratos	5	UN	1	182,00	182,00	182,00	130,00	130,00	130,00	89,90	89,90	89,90	89,90	89,90	89,90	89,90
Contratações Públicas Sustentáveis, 1ª edição	6	UN	1	85,00	85,00	85,00	135,00	135,00	135,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	60,90	60,90
Curso de Direito Administrativo, 9ª edição	7	UN	1	265,00	265,00	265,00	350,00	350,00	350,00	263,00	263,00	263,00	263,00	263,00	139,94	139,94
VALOR TOTAL						**1.002,00**			**1.915,00**			**1.454,90**		**1.454,90**		**1.299,05**

OBS: 1 - Os valores consultados na internet foram colocados fora da tabela, devido a impossibilidade de aquisição por essa fonte. Servem tão somente para fins de comparação. Observe-se que alguns valores estão com descontos de promoção. O valor original se equiparam aos valores cotados pelas empresas.

2 - Item 2: não foi possível obter cotação para e-book, somente livro impresso.

Valor mínimo total : 1.454,90 (um mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a aquisição de livros.

Aprovados os Estudos Preliminares (1198159) e o PAMS - Aquisição de Material (1204353), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1257137), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEMAP 1257426). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1257483, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela APLICADA LIVRARIA E EDITORA EIRELI.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1236421) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1256030). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da APLICADA LIVRARIA E EDITORA EIRELI, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1257623 e 1257639.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1257644, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a APLICADA LIVRARIA E EDITORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 10.285.263/0001-48 no valor de R$ 1.454,90 (um mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos) com vistas à aquisição dos livros listados no PAMS.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 10/02/2022, às 15:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1257668** e o código CRC **A40E8B82**.

08372/2021 1257668v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1257668, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 1.454,90 (um mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos), e **autorizo** a contratação da empresa APLICADA LIVRARIA E EDITORA EIRELI, CNPJ nº 10.285.263/0001-48, com vistas à aquisição dos livros listados no PAMS (1204353).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 10/02/2022, às 17:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1257916** e o código CRC **37713909**.

Data e hora da consulta: 11/02/2022 13:19
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	151	2022PE000135

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	449052	40129	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
11/02/2022	Ordinário	08372/2021	-	1.454,90

Favorecido

Código	Nome
10.285.263/0001-48	APLICADA LIVRARIA E EDITORA EIRELI

Endereço	CEP
SCLRN 716 BLOCO C LOJA 13 ASA NORTE	70770-533

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
08372/2021. AQUISIÇÃO DE LIVROS DIVERSOS. CONFORME DESPACHO 1257916-DG.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/02/2022 11:53:17	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.454,90

Subelemento 18 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DO LIVRO - COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS , AUTOR: MARÇAL JUSTEN FILHO - EDITORA RT. DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME PAMS 1204353	470,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/02/2022	Inclusão	1,00000	470,0000	470,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	AQUISIÇÃO DO LIVRO E-BOOK - NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, AUTOR: RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA - EDITORA FORENSE. DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME PAMS 1204353	197,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/02/2022	Inclusão	1,00000	197,0000	197,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	AQUISIÇÃO DO LIVRO - DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, 7º EDIÇÃO, EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, AUTOR: FÁBIO MEDINA OSÓRIO DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME PAMS 1204353	220,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/02/2022	Inclusão	1,00000	220,0000	220,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	AQUISIÇÃO DO LIVRO - NOVA LEI DE LICITAÇÕES COMPARADA, 1ª EDIÇÃO, EDITORA JUSPODVIM, AUTOR: MATHEUS CARVALHO DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME PAMS 1204353	130,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/02/2022	Inclusão	1,00000	130,0000	130,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	AQUISIÇÃO DO LIVRO - TEMAS CONTROVERSOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 1ª EDIÇÃO, EDITORA JUSPODVIM, AUTORES: RONNY CHARLES LOPES DE TORRES, MATHEUS CARVALHO E BRUNO BELÉM. DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME PAMS 1204353	89,90

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/02/2022	Inclusão	1,00000	89,9000	89,90

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	AQUISIÇÃO DO LIVRO - CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS, 1ª EDIÇÃO, EDITORA LUMEN, AUTOR: FELIPE	85,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/02/2022 11:53:17	Alteração

Data e hora da consulta: 11/02/2022 13:19
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.454,90

Subelemento 18 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	PIRES M. DE BRITO. DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME PAMS 1204353	85,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/02/2022	Inclusão	1,00000	85,0000	85,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
007	AQUISIÇÃO DO LIVRO - CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 9ª EDIÇÃO, EDITORA MÉTODO, AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA. DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME PAMS 1204353	263,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/02/2022	Inclusão	1,00000	263,0000	263,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Gestor Financeiro
GETULIO VAZ	WERNNE PEREIRA E SILVA
***.348.651-**	***.924.564-**
11/02/2022 11:53:17	11/02/2022 11:09:41

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/02/2022 11:53:17	Alteração

Dispensa de Licitação



Aquisição de materiais para confecções de crachás

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 05

PAMS 08

Mapa Comparativo de Preços 12

Declaração de Dispensa de Licitação 13

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 15

Nota de Empenho 16

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1300749 / SEALM

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Seção de Almoxarifado
Responsável pela Demanda: Fernando Dias Machado
E-mail: fernando.machado@cnj.jus.br
Telefone para contato: (61) 2326-4998

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Aquisição de materiais para confecção de crachás.

Justificativa: A aquisição se justifica em razão da necessidade de o CNJ realizar a reposição do estoque, para possibilitar o atendimento das demandas rotineiras da Seção de Segurança Interna - SESIN.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico do CNJ: O objeto tem conexão com os objetivos estratégicos para o período de 2021-2026, estabelecidos nos incisos XI do art. 3º da Portaria n. 104/2020 – Presidência, pois visa garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

A necessidade de aquisição do objeto em questão se justifica pela frequente demanda pelos produtos oriunda da Seção de Segurança Interna - SESIN. A demanda é decorrente da utilização constante dos produtos nas atividades administrativas, novas rotinas de trabalho e continuidade das atividades do Órgão.

Com a aquisição, a SEALM poderá repor o estoque, visando: a) Atender de forma imediata as demandas geradas pela SESIN; b) Evitar prejuízos às atividades do CNJ fornecendo de forma célere e quando solicitado o material necessário; e c) Contribuir para a qualidade e eficiência dos serviços prestados à Sociedade.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

O cálculo do quantitativo estimado de cada item consta da Planilha de Estimativa do Quantitativo e Valor, inserida nos autos (1300747). A referida planilha foi construída com base no relatório de consumo constante do sistema GEAFIN e referente ao período de 01/03/2021 e 28/02/2022. Todavia, para adequar o quantitativo estimado pela SEALM às reais necessedades do CNJ, a SESIN solicitou a alteração dos quantitativos e informou as novas quantidades por meio da "Planilha de Necessidades da SESIN (1300743)".

Com base no quantitativo mencionando acima e considerando os valores unitários da última contratação de cada item, estima-se um valor total para essa aquisição de aproximadamente **R$ 10.993,90 (dez mil, novecentos e noventa e três reais e noventa centavos),** conforme pode ser verificado na "Planilha de Estimativa do Quantitativo e Valor (1300747).

Cabe ressaltar, por fim, que o referido objeto não está contemplado, de forma específica, no **Plano Anual de Aquisições de 2022.** Com relação ao recurso para cobrir a referida despesa, solicito que o valor da contratação seja remanejado do item **"Registro de Preços de Material de Expediente (itens que não estão no Almoxarifado Virtual)"** da Captação de Demandas - 2022.

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Os itens 1, 3 e 4 do referido objeto possuem estoque suficiente para atender as demandas do CNJ por aproximadamente 4 (quatro) ou 5 (cinco) meses, mas o estoque dos itens 2, 5 e 6 foi totalmente consumido. Desse modo, como o CNJ não dispõe de nenhuma unidade em estoque dos itens 2, 5 e 6, o ideal é que a entrega ocorra o mais rápido possível, com vistas a atender às necessidades informadas pela SESIN.

5– Indicar a complexidade da contratação:

(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DIAS MACHADO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO**, em 19/04/2022, às 14:31, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1300749** e o código CRC **0D7A9B85**.

CNJ	**ESTUDOS PRELIMINARES**

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

A aquisição de materiais para confecção de crachá de identificação será necessária para repor o estoque do Almoxarifado do CNJ, o que possibilitará o atendimento, quando necessário, das demandas da Seção de Segurança Interna - SESIN, visando a identificação das pessoas que trabalham e transitam nas dependências do Conselho Nacional de Justiça.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

O público alvo da contração são todos as autoridades, os servidores, os terceirizados e os visitantes que trabalham e/ou transitam nas dependências do Conselho Nacional de Justiça.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O objeto tem conexão com o objetivo estratégico para o período de 2021-2026, estabelecido no incisos XI do art. 3º da Portaria n. 104/2020 – Presidência, pois visa garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Os elementos que constituem o objeto, como requisitos, especificações e quantitativos, estão descritos na tabela constante do item 5 destes Estudos Preliminares.

Ressalte-se que os materiais para confecção de crachás de identificação a serem adquiridos deverão ser fabricados com componentes de qualidade, uma vez que há no mercado muitos produtos similares, de baixa qualidade e muito frágeis.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente no CNJ é a contratação de empresa especializada na confecção do item 2 (por se tratar de item personalizado) e no fornecimento de todos os itens do objeto deste estudo.

As últimas aquisições de materiais para confecção de crachá de identificação pelo CNJ foram realizadas por meio da Ata de Registro de Preços nº 28/2020 (0999052), vencida em 06/12/2021.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Foi identificada apenas uma opção disponível no mercado para a aquisição do objeto, que é a contratação de empresa especializada na confecção do item 2 (por se tratar de item personalizado) e no fornecimento de todos os itens.

3.3 Adequação do ambiente

Não há necessidade de novas adequações do ambiente do Órgão.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Com base nos valores unitários da contratação anterior, estima-se o valor total de R$ 10.993,90 (dez mil, novecentos e noventa e três reais e novanta centavos).

No que tange aos benefícios, com aquisição dos materiais para confecção de crachás de identificação, espera-se a garantia da manutenção do controle e segurança nas dependências do CNJ, com a identificação adequada de todos que adentram o prédio do Conselho.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Considerando o valor total estimado, a solução que melhor se adequa para esse tipo de demanda é a contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada na confecção e no fornecimento de materiais para confecção de crachá de identificação.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Considerando o levantamento realizado pela SESIN (1300743) das demandas internas do CNJ, os quantitativos a serem contratados estão descritos no quadro a seguir:

Planilha de Estimativa do Quantitativo e Valor

Elaborada em Março/2022

Alterada em Abril/2022

Qtd de meses que a comprar irá suprir o CNJ (12 meses + estoque de segurança de 3 meses)	15
Qtd de meses até a entrega (contados do início do tramite do processo)	7

Grupo	Item	Material	Ref. (GEAFIN)	UN.	Qtd. Requisitada no Período	Qtd. não atendida - estoque zero*	CMM - Consumo Médio Mensal do Período	Duração do Estoque Atual	Estoque Atual (Março/2022)	Qtd. Estimada para Compra	Quantidade Real para Compra	Valor Unitário Estimado	Valo
					01/03/2021 a 28/02/2022 - 12 meses			(Meses)	(Qtd)			(R$)	
ÚNICO	1	Cartões de proximidade smart card, FREQUÊNCIA 13,56 MHZ ISO 2K bits, Medidas: 54 x 85 x 0,76 mm, adequado para impressão direta de identificação personalizada em impressora de crachás.	2349	UN.	0	0	0,00	#DIV/0!	300	#DIV/0!	500	R$ 9,90	
	2	Fita para crachá em poliéster com espessura mínima de 1mm (duas camadas) na cor preta, com 80cm x 1,2cm, com argola e presilha "jacaré", bem como com logomarcas do CNJ impressas nas duas faces em toda a extensão da fita, na cor branca, com espaçamento de no máximo 2cm entre as logomarcas e alinhamento centralizado entre a parte inferior e superior da fita, fonte de 9mm. A impressão da logo marca deve ser de alta qualidade e não pode ser danificada com facilidade. Conforme modelo do Almoxarifado do CNJ.	1797	UN.	500	0	41,67	0,00	0	625	2000	R$ 1,68	
	3	Película de PVC Autoadesiva, adequada para impressão de identificação personalizada na impressora de crachás DATACARD OU SIMILAR e colagem no cartão de proximidade smartcard. Medidas: 54 x 85 x 0,76 mm, PVC flexível, espessura 0,46. O adesivo deverá cobrir toda a extensão da película e estar protegido para impressão sem danos ao equipamento.	//	UN.	300	0	25,00	4,00	100	375	1000	R$ 0,80	
	4	Presilha para crachá, modelo "jacaré", com alça leitosa e resistente. Marcas de referência: PLASTPARK ou equivalente	2006	UN.	0	0	0,00	#DIV/0!	395	#DIV/0!	200	R$ 0,50	
	5	Protetor de plástico PVC cristal para crachá, flexível, vertical, incolor, com abertura para presilhas tipo jacaré, espessura mínima de 0,30mm, laterais reforçadas, medindo aproximadamente 11cm x 6,8cm, com área útil (para o cartão) medindo no mínimo 6,4cm x 9,5cm. Conforme modelo do Almoxarifado.	2005	UN.	500	0	41,67	0,00	0	625	2000	R$ 0,48	
	6	Ribbon Colorido (YMCKT), para impressora de cartões CD800 DUO, NCM: 84433299, com capacidade mínima de 500 impressões. Marca de Referência: Datacard ou equivalente.	1717	UN.	2	0	0,17	0,00	0	3	2	R$ 411,95	
											Valor Total Estimado		R

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A contratação será realizada com o agrupamento de todos os itens em um único grupo, conforme pode ser verificado na tabela do item acima. O agrupamento se deve ao fato de as especificidades dos produtos guardarem similaridades em suas características e serem produtos comuns que podem ser fornecidos por um mesmo fornecedor.

Ressalte-se, ainda, que o agrupamento visa evitar o desinteresse dos participantes no fornecimento dos produtos e, consequentemente, a falta de oferta de preços para algum dos itens, haja vista o baixo quantitativo e valor de cada item, fato que poderia ocorrer se os itens não fossem agrupados, o que prejudicaria o CNJ com a não aquisição de determinado produto.

Entende-se, também, que a contratação agrupada proporcionará vantagens de natureza logística e econômica para a Administração. Do ponto de vista logístico, o gerenciamento de um número menor de fornecedores traz benefícios operacionais à Administração. Do ponto de vista econômico, acredita-se que o agrupamento proporcionará a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que será possível a ocorrência da economia de escala que, aplicada ao fornecimento de um grupo de determinados materiais, implicará numa redução de preços ofertados. Salienta-se que tal justificativa econômica só é possível por tratar-se de materiais afins.

Ademais, a presente opção encontra amparo nos seguintes Acórdãos do TCU:

> *Acórdão nº 5260/11 – 1ª Câmara (voto):*
>
> *"(...) 5. A representante mencionou, como reforço à sua pretensão, a Súmula-TCU nº 247, que diz acerca da obrigatoriedade da adjudicação por itens. A atenta leitura da Súmula, contudo, demonstra que a adjudicação 'por itens', nela defendida, está posta como contraponto à adjudicação 'por preço global'. O que pretendeu, então, estabelecer a Súmula-TCU nº 247, foi consolidar o entendimento prevalecente nesta Casa, no sentido de que é condenável a adjudicação por preço global, por representar, no geral, restrição à competitividade.* ***Não teve a referida Súmula a pretensão de condenar a adjudicação por lotes,*** *tanto assim que eles sequer foram mencionados.*
>
> *6. Nessa esteira,* ***não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da razoabilidade e da economicidade****".*
>
> *Acórdão nº 5301/13 – 2ª Câmara (voto):*
>
> *"(...) 14. Bem se vê, que o elevado número de procedimentos para seleção por itens isolados, tal como ocorreria no presente caso concreto, tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual,* ***comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração****."*

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Os materiais entregues deverão ter as características definidas nas especificações de cada item e possuir rendimento, qualidade e produtividade compatíveis ou superiores com os gerados pelas marcas ou produtos de referência ou pelos modelos disponibilizados pelo CNJ, os quais servirão como referência para a empresa contratada.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Risco 1	**A empresa contratada falha com a execução, implicando atraso, inexecução parcial ou total do objeto**		
Probabilidade (alta, média, baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
Médio	1	Atraso no atendimento das solicitações da SESIN.	Médio
Médio	2	Atendimento parcial das solicitações da SESIN.	Alto
Médio	3	Reptura do estoque e inviabilidade de atendimento das demandas da SESIN.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1, 2 e 3	Previsão de sanções no TR		Unidade Demandante
Risco 2	**Atraso ou Não realização da contratação**		
Probabilidade (alta, média, baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**

Médio	1	Ruptura do estoque e inviabilidade de atendimento das demandas da SESIN.	Alto

Id	Ação de Mitigação e Contingência	Responsável
1	Envolvimento das áreas responsáveis pela instrução do processo com vistas a sua célere instrução.	Unidade Demandante

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há restrições.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A contratação terá vigência de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não há outras informações a serem acrescentadas,

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Diante das informações trazidas nestes Estudos Preliminares, conclui-se pela contratação de empresa especializada na confecção e no fornecimento de materiais para confecção de crachá de identificação, a qual poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, considerando o valor total estimado descrito nos itens 3.4 e 5 deste estudo.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Fernando Dias Machado	fernando.machado@cnj.jus.br	4998	SEALM
Laerte Maurício	laerte.mauricio@cnj.jus.br	4996	SEALM

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DIAS MACHADO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO**, em 17/05/2022, às 16:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1317788** e o código CRC **5D211FDE**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

1. **Objeto:** Aquisição de materiais para confecção de crachá de identificação.

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
1	Cartões de proximidade smart card, FREQUÊNCIA 13.56 MHZ ISO 2K bits, Medidas: 54 x 85 x 0,76 mm, adequado para impressão direta de identificação personalizada em impressora de crachás. 	UN	500
2	Fita para crachá em poliéster com espessura mínima de 1mm (duas camadas) na cor preta, com 80cm x 1,2cm, com argola e presilha "jacaré", bem como com logomarcas do CNJ impressas nas duas faces em toda a extensão da fita, na cor branca, com espaçamento de no máximo 2cm entre as logomarcas e alinhamento centralizado entre a parte inferior e superior da fita, fonte de 9mm. A impressão da logo marca deve ser de alta qualidade e não pode ser danificada com facilidade. Conforme modelo do Almoxarifado do CNJ. 	UN	2.000
3	Película de PVC Autoadesiva, adequada para impressão de identificação personalizada na impressora de crachás DATACARD OU SIMILAR e colagem no cartão de proximidade smartcard. Medidas: 54 x 85 x 0,76 mm, PVC flexível, espessura 0.46. O adesivo deverá cobrir toda a extensão da película e estar protegido para impressão sem danos ao equipamento.	UN	1.000
4	Presilha para crachá, modelo "jacaré", com alça leitosa e resistente. Marcas de referência: PLASTPARK ou equivalente.	UN	200

			
5	Protetor de plástico PVC cristal para crachá, flexível, vertical, incolor, com abertura para presilhas tipo jacaré, espessura mínima de 0,30mm, laterais reforçadas, medindo aproximadamente 11cm x 6,8cm, com aréa ultil (para o cartão) medindo no minimo 6,4cm x 9,5cm. Conforme modelo do Almoxarifado. 	UN	2.000
6	Ribbon Colorido (YMCKT), para impressora de cartões CD800 DUO, NCM: 84433299, com capacidade mínima de 500 impressões. Marca de Referência: Datacard ou equivalente. 	UN	2

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Prazo para a apresentação de amostra dos itens 2 e 5: até 10 (dez) dias, após o recebimento da nota de empenho.

3. **Prazo de Entrega:**

Até 20 (vinte) dias, após o CNJ aprovar as amostras dos itens 2 e 5.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Seção de Almoxarifado do CNJ
SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E
CEP: 70175-900
Telefones: (61) 2326-4996 e 4998

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Apresentar duas unidades de amostra de cada item, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;

a.1) Caso as amostras não sejam aprovadas, o CNJ poderá solicitar nova apresentação de amostra, quantas vezes julgar necessário, a qual deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação de reprovação expedida pelo CNJ;

a.2) A critério do CNJ, a reprovação da terceira amostra em diante poderá resultar no cancelamento do empenho e na aplicação da penalidade por inexecução total da obrigação, prevista no item 11, alínea "a.1.5";

a.3) Após aprovação, uma das amostras de cada item poderá ser devolvida à contratada e a outra ficará sob a posse do CNJ e será considerada como a amostra padrão para efeito de toda e qualquer aferição de conformidade em momento posterior.

b) Entregar o material no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de envio do e-mail contendo a aprovação das amostras pelo CNJ e a Ordem de Fornecimento – OF;

c) Durante o período de garantia, o FORNECEDOR, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir, sem ônus para o CNJ, os produtos que apresentarem irregularidades, defeitos, inconformidades com a especificação deste PAMS, incorreções resultantes da fabricação ou problemas que impossibilitem o seu uso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação.

c.1) A regra da alínea “c”, aplica-se somente aos produtos recebidos de forma definitiva, nos termos do item 9, alínea "a.2".

c.2) Antes do recebimento definitivo, o FORNECEDOR deverá realizar as substituições, sem ônus para o CNJ, dos produtos que apresentarem irregularidades, defeitos, inconformidades com a especificação deste PAMS, incorreções resultantes da fabricação ou problemas que impossibilitem o seu uso, no período restante do prazo de entrega estipulado na Ordem de Fornecimento.

d) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento.

f) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

g) Certificar-se, cuidadosamente, nos momentos anteriores à entrega ao CNJ, de que as amostras e os produtos a entregar correspondem às especificações deste PAMS e de que atendem as exigências de qualidade e acabamento exigidos pelo CNJ.

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

a) O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

b) No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, nos termos do alínea "c" do item 6 deste PAMS.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

a) No caso de atraso injustificado para a entrega do material, a contratada estará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a.1) multa, no valor de:

a.1.1) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição da amostra ou do produto acabado, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

a.1.2) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição da amostra ou do produto acabado, por prazo superior ao estabelecido na alínea "a.1.1", com aceitação do objeto pela Administração;

a.1.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição da amostra ou do produto acabado, por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "a.1.5";

a.1.4) 20% (vente por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

a.1.5) 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

12. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DIAS MACHADO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO**, em 27/05/2022, às 16:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1322260** e o código CRC **B64F8140**.

03660/2022 1322260v8

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 03660/2022
Assunto: confecção de crachá
Servidor: Winston
Data: 12/08/2022

				Empresa: YC YOUR COMPANY COMÉRCIO E APOIO ADMINISTRATIVO (YC CARDS) CNPJ: 20.442.177/0001-55			Empresa: BARBOSA COMÉRCIO DE BRINDES LTDA (Attual e Brindes) CNPJ: 37.806.701/0001-22			Empresa: CROSS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E PAPELARIA LTDA CNPJ: 16.934.475/0001-95			Empresa: SYSTEM CARD 460 CONT DE AC E IDENT EIRELLI-ERP (SC Brasil) CNPJ: 08.740.327/0001-01			VALOR MÍNIMO (B)		ESTUDOS PRELIMINARES		
				Valor			Valor			Valor			Valor					Valor		
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim			Considerar?		Sim
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Total Considerado
Cartões de proximidade smart card, FREQUÊNCIA 13.56 N	1	UN	500			-	11,00	5.500,00	5.500,00	8,00	4.000,00	4.000,00	8,00	4.000,00	4.000,00	8,00	4.000,00	9,90	4.950,00	4.950,00
Fita para crachá em poliéster com espessura mínima de 1	2	UN	2.000	3,32	6.640,00	6.640,00	4,90	9.800,00	9.800,00	14,00	28.000,00	28.000,00	2,10	4.200,00	4.200,00	2,10	4.200,00	1,68	3.360,00	3.360,00
Película de PVC Autoadesiva, adequada para impressão d	3	UN	1.000	1,34	1.340,00	1.340,00	7,90	7.900,00	7.900,00	8,00	8.000,00	8.000,00	1,34	1.340,00	1.340,00	1,34	1.340,00	0,80	800,00	800,00
Presilha para crachá, modelo "jacaré", com alça leitosa e	4	UN	200	0,85	170,00	170,00	2,80	560,00	560,00	1,00	200,00	200,00	0,67	134,00	134,00	0,67	134,00	0,50	100,00	100,00
Protetor de plástico PVC cristal para crachá, flexível, verti	5	UN	2.000	0,87	1.740,00	1.740,00	4,00	8.000,00	8.000,00	3,30	6.600,00	6.600,00	0,87	1.740,00	1.740,00	0,87	1.740,00	0,48	960,00	960,00
Ribbon Colorido (YMCKT), para impressora de cartões CD	6	UN	2	710,00	1.420,00	1.420,00	1.090,00	2.180,00	2.180,00	1.200,00	2.400,00	2.400,00	495,00	990,00	990,00	495,00	990,00	411,95	823,90	823,90
VALOR TOTAL						**11.310,00**			**33.940,00**			**49.200,00**			**12.404,00**		**12.404,00**			**10.993,90**

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor mínimo total estimado: 12.404,00 (doze mil e quatrocentos e quatro reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a aquisição de materiais para confecção de crachá de identificação.

2. Conforme informou a Seção de Compras (SECOM), por meio dos Despachos n. 1320934 e 1329081, os Estudos Preliminares (1317788) e o PAMS - Aquisição de Matrial (1322260) possuem compatibilidade com os normativos aplicáveis à matéria. Diante dessa constatação, os referidos documentos foram aprovados por esta Secretaria de Administração (SAD), através dos Despachos n. 1321327 e 1329133, respectivamente.

3. Após a realização de pesquisa de preços, a SECOM juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços V.1 (1376762), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEMAP n. 1377519). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM n. 1382947, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa SYSTEM CARD 460 CONT DE AC E IDENT EIRELLI-ERP (1374645). Sendo assim, **aprovo** o respectivo Mapa Comparativo de Preços.

4. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SCONT n. 1379151 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR n. 1380311). A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa SYSTEM CARD, para contratar com a Administração, consta do SICAF (1385802).

5. Consoante demonstrado na Lista de Verificação (1385805), os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

6. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **SYSTEM CARD 460 CONT DE AC E IDENT EIRELLI-ERP**, inscrita no **CNPJ n. 08.740.327/0001-01**, no valor de **R$ 12.404,00 (doze mil, quatrocentos e quatro reais)**, com vistas à aquisição de materiais para confecção de crachá de identificação.

7. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

8. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão da nota de empenho, bem como solicito a devolução dos autos para que esta Secretaria de Administração realize a publicação do ato de dispensa de licitação e adote as demais providências necessárias subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 25/08/2022, às 23:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1385976** e o código CRC **F2E4AB9F**.

03660/2022 1385976v10

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1385976, com fundamento no artigo 3º, inciso XI, alínea "aj", da Portaria CNJ nº 112/2010 e nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 12.404,00 (doze mil quatrocentos e quatro reais), e **autorizo** a contratação da empresa SYSTEM CARD 460 CONT DE AC E IDENT EIRELLI, CNPJ nº 08.740.327/0001-01, com vistas à aquisição de materiais para confecção de crachá de identificação.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, bem como demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 26/08/2022, às 14:03, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1387162** e o código CRC **92694121**.

03660/2022 1387162v3

Data e hora da consulta: 29/08/2022 15:36
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	334	2022PE000283

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40129	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
26/08/2022	Ordinário	03660/2022	-	12.404,00

Favorecido

Código	Nome
08.740.327/0001-01	SYSTEM CARD 460 CONTROLE DE ACESSO E IDENTIFI

Endereço	CEP
EMILIA MATHIAS 460 IMPERADOR	26225-330

Município	UF	Telefone
NOVA IGUACU	RJ	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
03660/2022. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE CRACHÁS. CONFORME DESPACHOS 1387162/DG E 1385976/ SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/08/2022 15:16:49	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	12.404,00

Subelemento 44 - MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE CRACHÁS. Cartões de proximidade smart card, FREQUÊNCIA 13.56 MHZ ISO 2K bits, Medidas: 54 x 85 x 0,76 mm, adequado para impressão direta de identificação personalizada em impressora de crachás. ITEM 1 DA PROPOSTA 1374645.	4.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26/08/2022	Inclusão	500,00000	8,0000	4.000,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Fita para crachá em poliéster com espessura mínima de 1mm (duas camadas) na cor preta, com 80cm x 1,2cm, com argola e presilha "jacaré", bem como com logomarcas do CNJ impressas nas duas faces em toda a extensão da fita, na cor branca, com espaçamento de no máximo 2cm entre as logomarcas e alinhamento centralizado entre a parte inferior e superior da fita, fonte de 9mm. A impressão da logo marca deve ser de alta qualidade e não pode ser danificada com facilidade. Conforme modelo do Almoxarifado do CNJ. ITEM 2 DA PROPOSTA 1374645.	4.200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26/08/2022	Inclusão	2.000,00000	2,1000	4.200,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	Película de PVC Autoadesiva, adequada para impressão de identificação personalizada na impressora de crachás DATACARD OU SIMILAR e colagem no cartão de proximidade smartcard. Medidas: 54 x 85 x 0,76 mm, PVC flexível, espessura 0.46. O adesivo deverá cobrir toda a extensão da película e estar protegido para impressão sem danos ao equipamento. ITEM 3 DA PROPOSTA 1374645.	1.340,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26/08/2022	Inclusão	1.000,00000	1,3400	1.340,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	Presilha para crachá, modelo "jacaré", com alça leitosa e resistente. Marcas de referência: PLASTPARK ou equivalente. ITEM 4 DA PROPOSTA 1374645.	134,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26/08/2022	Inclusão	200,00000	0,6700	134,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	Protetor de plástico PVC cristal para crachá, flexível, vertical, incolor, com abertura para presilhas tipo jacaré, espessura mínima de 0,30mm, laterais reforçadas, medindo aproximadamente 11cm x 6,8cm, com aréa ultil (para o cartão) medindo no minimo 6,4cm x 9,5cm. Conforme	1.740,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/08/2022 15:16:49	Alteração

Data e hora da consulta: 29/08/2022 15:36
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	12.404,00

Subelemento 44 - MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	modelo do Almoxarifado. ITEM 5 DA PROPOSTA 1374645.	1.740,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26/08/2022	Inclusão	2.000,00000	0,8700	1.740,00

Subelemento 17 - MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	Ribbon Colorido (YMCKT), para impressora de cartões CD800 DUO, NCM: 84433299, com capacidade mínima de 500 impressões. Marca de Referência: Datacard ou equivalente. ITEM 6 DA PROPOSTA 1374645. DEMAIS CONDIÇÕES PAMS 1322260/SEALM E PROPOSTA DE PREÇO NEGOCIAÇÃO SC BRASIL (1374645).	990,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26/08/2022	Inclusão	2,00000	495,0000	990,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
29/08/2022 15:16:48

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
29/08/2022 11:14:10

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/08/2022 15:16:49	Alteração

Dispensa de Licitação



Confecção de 11 placas para evento
“Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 05

PAMS 09

Mapa Comparativo de Preços 12

Declaração de Dispensa de Licitação 13

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 14

Nota de Empenho 15

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1270531 / SCE

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Secretaria de Cerimonial e Eventos

Responsável pela Demanda: Carine de Lima Nascimento e Cinthya Rici Coelho Borges

E-mail: cerimonial@cnj.jus.br

Telefone para contato: (61) 2326-5540 / 5538

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto:

Confecção de 11 (onze) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada em caixa de veludo azul ou preta (todas as onze placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor);

Justificativa:

A confecção de placas comemorativas justifica-se pela realização de cerimônia de entrega do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário (SEI 04707/2021), instituído pela Resolução CNJ nº 429/2021 e regulamentado pela Portaria CNJ nº 305/2021.

A cerimônia será realizada no II Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, que ocorrerá nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2022, no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Nos termos do regulamento do Prêmio:

> Art. 4º O "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário" será outorgado em 7 (sete) categorias:
> I – Especial;
> II – Difusão cultural e direitos humanos;
> III – Trabalho acadêmico ou científico;
> IV – Patrimônio Cultural Arquitetônico;
> V – Patrimônio Cultural Arquivístico;
> VI – Patrimônio Cultural Bibliográfico; e
> VII – Patrimônio Cultural Museológico.
> [...]
> DO RESULTADO E DA PREMIAÇÃO
> Art. 16. O resultado será aclamado publicamente durante a realização do Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário previsto no art. 3o da Resolução CNJ no 316/2020.
> **§ 1º Os prêmios consistirão em certificados, diplomas e placas.**
> § 2º A Comissão Avaliadora, em razão da relevância do projeto apresentado, poderá conceder menções honrosas aos concorrentes não vencedores, com a outorga de certificados.
> § 3º As premiações e as menções honrosas, no caso de iniciativa coletiva, serão extensivas aos profissionais ou instituições que dela participaram.

Art. 17. A experiência, atividade, ação, projeto, programa, produção científica ou trabalho acadêmico premiados serão indicados na página do Proname/CNJ e no Portal CNJ de Boas Práticas com os respectivos acessos, quando possível.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

Considerando que a Secretaria de Cerimonial e Eventos é responsável pela organização dos eventos de responsabilidade do CNJ, o evento em questão demanda a **confecção de 11 (onze) placas para premiação**, para entrega aos premiados que participarão do evento.

Conforme Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104 de 30/06/2020), a demanda surge com motivação em fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário, em promover práticas inovadores de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo, bem como estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade dos serviços fornecidos com as especificações constantes do PAMS a ser elaborado pela Secretaria de Cerimonial e Eventos.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

O valor estimado para contratação é de R$ 1.661,00 (um mil seiscentos e sessenta e um reais), baseando-se na média de preços obtidos em pesquisa de mercado.

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

A entrega do material deve ser realizada até o dia 15 de abril de 2022. As placas serão encaminhadas pelos Correios para o TJPE, órgão responsável pela cerimônia de premiação.

5– Indicar a complexidade da contratação:

(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 17/03/2022, às 16:24, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1270531** e o código CRC **1F2C2D04**.

02080/2022 1270531v7

CNJ	**ESTUDOS PRELIMINARES**

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Confecção de 11 (onze) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada, individualmente, em caixa de veludo azul ou preta (todas as onze placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor).

1.2 Partes interessadas/público-alvo:

Tribunais e Conselhos do Poder Judiciário

1.3 Alinhamento entre a necessidade da contratação e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104 de 30/06/2020):

" Art. 2º São componentes da estratégia do CNJ:

(...)

II – visão de futuro: órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira;

III – valores:

(...)

c) responsabilidade socioambiental: observância aos princípios gerais de sustentabilidade e acessibilidade na atuação do CNJ;

d) integração: busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade;

e) comprometimento: compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização;

(...)

h) eficiência: simplificar os procedimentos, desburocratizar e tornar a gestão do CNJ e do Poder Judiciário mais eficiente, inclusive por meio da disseminação de inovações tecnológicas;

(...)

Art. 3º São objetivos estratégicos para o período 2021-2026:

(...)

III – fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário;

IV – promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica;

(...)

VII – fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos;

(...)

IX – fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital;

(...)

XII – promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo;

(...)

XV – estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário;"

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

No mercado, pode-se optar por placas dos mais variados modelos, como aço, acrílico transparente, acrílico com aplicação de placa e aço, entre outros.

No entanto, a aquisição das placas em aço inox escovado, com impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada, individualmente, em estojo de veludo na cor preta ou em acrílico 3 mm com adesivo escovado e impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta são as mais adequadas por atender as especificações das artes e manter a padronização de premiações anteriores.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

A contratação mais recente de placas foi para a realização de cerimônia de entrega do “Prêmio Juíza Viviane do Amaral” 09507/2021 , realizada dia 14 de dezembro de 2021. No ano de 2016, houve aquisição de Placas para o evento: Prêmio Conciliar é Legal.

3.2 Identificação das opções disponíveis

	Órgão	Solução
1ª	Conselho Nacional de Justiça - Nota de Empenho 150/2022 Confecção de placas Prêmio Juíza Viviane do Amaral 09507/2021	Confecção de 7 (sete) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada em caixa de veludo azul ou preta (todas as sete placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor).
2ª	Conselho Nacional de Justiça - Contrato CNJ n.13/2019 09717/2018	Contratação de serviços de planejamento, organização e fornecimento de infraestrutura necessária à realização de eventos institucionais originários e/ou apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça. (aquisição de materiais personalizados)
3ª	Ministério da Defesa - Unidade Campo Grande Pregão Eletrônico nº 5/2019 0921221	O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição futura e eventual de serviços gráficos, de confecção de quadros, de placas de aço, de tapetes personalizados, cópia de chaves e carimbos, para o Colégio Militar de Campo Grande e Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASG) Participantes sediadas em Campo Grande-MS.
4ª	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco Ata de Registro de Preços nº 60 / 2020 (1220682)	Eventual fornecimento de material/contratação de serviço Placa de inauguração e placa de identificação

3.3 Adequação do ambiente

Atualmente não há contratação vigente para o objeto que se pretende contratar no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Entre o rol de soluções descritas no item acima, a primeira opção foi a solução utilizada pelo Conselho Nacional de Justiça, para confecção de placas para premiação.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

O valor da aquisição pretendida é estimado em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) fundamentado em aquisições anteriores e preços de orçamentos recebidos.

O custo benefício está relacionado ao modelo padrão de Placas utilizados como opção mais adequada para esses eventos.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A solução que melhor atende à necessidade dos eventos em questão é a confecção de 11 (onze) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, nas seguintes características:

Placa de homenagem em aço inox escovado com impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Deverão ser confeccionadas 11 (onze) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada, individualmente, em caixa de veludo azul ou preta (todas as sete placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor) para atender o evento.

O método definido para quantificar a necessidade da Administração, considerou a demanda solicitada para realização de cerimônia de entrega do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário (SEI 04707/2021), instituído pela Resolução CNJ nº 429/2021 e regulamentado pela Portaria CNJ nº 305/2021.

A cerimônia será realizada no II Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, que ocorrerá nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2022, no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Nos termos do regulamento do Prêmio:

> Art. 4º O "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário" será outorgado em 7 (sete) categorias:
> I – Especial;
> II – Difusão cultural e direitos humanos;
> III – Trabalho acadêmico ou científico;

IV – Patrimônio Cultural Arquitetônico;

V – Patrimônio Cultural Arquivístico;

VI – Patrimônio Cultural Bibliográfico; e

VII – Patrimônio Cultural Museológico.

[...]

DO RESULTADO E DA PREMIAÇÃO

Art. 16. O resultado será aclamado publicamente durante a realização do Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário previsto no art. 3o da Resolução CNJ no 316/2020.

§ 1º Os prêmios consistirão em certificados, diplomas e placas.

§ 2º A Comissão Avaliadora, em razão da relevância do projeto apresentado, poderá conceder menções honrosas aos concorrentes não vencedores, com a outorga de certificados.

§ 3º As premiações e as menções honrosas, no caso de iniciativa coletiva, serão extensivas aos profissionais ou instituições que dela participaram.

Art. 17. A experiência, atividade, ação, projeto, programa, produção científica ou trabalho acadêmico premiados serão indicados na página do Proname/CNJ e no Portal CNJ de Boas Práticas com os respectivos acessos, quando possível.

Ressalta-se que a categoria I – Especial, subdivide-se em 5 (cinco) categorias, conforme disposto no § 5º, Art. 18, da Portaria CNJ n. 305/2021, que regulamenta o Prêmio: § 4o Para a primeira edição, a categoria "Especial" será subdividida em 5 (cinco) subcategorias de acordo com o ramo do Poder Judiciário: "Especial – Justiça Federal"; "Especial – Justiça do Trabalho"; "Especial – Justiça Eleitoral", "Especial – Justiça Militar" e "Especial – Justiça Estadual". Dessa forma, considerando as 7 (categorias) expressas no Artº 3 da Resolução CNJ n. 429/2021, e que a categoria I – Especial e que a categoria I subdivide-se em 5 (cinco) subcategorias, serão entregues 11 placas aos vencedores do Prêmio.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O objeto não será dividido em itens.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Busca de qualidade e menor custo;

Padronização com as aquisições anteriores; e

Responsabilização da contratada sobre os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

RISCO 1:	Entrega das placas com falhas ou fora das especificações		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixo	1	Possibilidade de que as placas estejam danificadas ou fora das especificações na entrega do objeto.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Substituição das placas que estejam com falhas ou fora das especificações solicitadas no pedido.		Unidade demandante
RISCO 2:	Falha na execução contratual, implicando em inexecução parcial ou total.		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Recusa na execução do material determinado pela fiscalização	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual previsto pelo PAMS		Unidade demandante

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

a) As restrições internas que podem dificultar a implementação da solução selecionada é a restrição orçamentária e atraso no processo de contratação. Caso atrase a contratação, o evento pode ser prejudicado em relação à premiação simbólica aos órgãos, por meio da entrega dos troféus.

b) Aspectos relacionados à execução contratual:

A contratação será vigente até a efetiva entrega do material.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade dos serviços fornecidos com as especificações constantes do PAMS a ser elaborado pela Secretaria de Cerimonial e Eventos.

A contratação dos serviços poderá ser realizada por dispensa de licitação. Com fundamento no art. 23 da Lei n. 8.666/93 e Decreto nº 9.412/2018, o valor estimado da contratação não ultrapassa R$ 17.600,00.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A entrega das placas deve ser efetuada até o dia 15 de abril de 2022.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Considerando a especificidade do objeto, os seus custos e o valor estimado, a confecção de Placa de homenagem em aço inox escovado com impressão UV, para o evento Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, é a opção mais viável e o modelo padrão utilizado pelo CNJ.

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	**E-mail**	**Unidade**
Carine de Lima Nascimento	carine.nascimento@cnj.jus.br	SCE
Cinthya Rici Coelho Borges	cinthya.borges@cnj.jus.br	SCE

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 25/03/2022, às 08:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1284410** e o código CRC **0BA0F836**.

02080/2022 1284410v7

CNJ	PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS MATERIAL

1. **Objeto:**

Confecção de 11 (onze) placas para premiação do evento "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário".

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
1	Confecção de placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada em caixa de veludo azul ou preta (todas as onze placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor). **Detalhamento:** Placas de homenagem em aço inox escovado com impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta.	Unidade	11(onze) placas

2. **Apresentação de amostras (se for o caso):**

Não é necessária apresentação de amostra. Solicitamos que a empresa apresente um item, já confeccionado, semelhante ao objeto solicitado. Prazo para a apresentação da prova: até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

3. **Prazo de Entrega:**

Até 3 (três) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

A entrega deve ser efetuada até o dia 2 de maio de 2022, visto que as placas serão enviadas para o TJPE, órgão responsável pela cerimônia de premiação.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em

conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de

Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Secretaria de Cerimonial e Eventos

SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E

CEP: 70175-900

Telefones: (61) 2326-4996 e 4997

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da nota de empenho;

b) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

c) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

d) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

f) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento aos serviços.

g) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Comunicar a empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

c) Recusar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações deste documento;

d) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A unidade demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;
a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:
a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);
a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.
b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.
c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **CINTHYA RICI COELHO BORGES**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 07/04/2022, às 15:35, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1293683** e o código CRC **BBAF8132**.

02080/2022 1293683v2

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 02080/2022
Assunto: Confecção de placas para premiação do evento "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário"
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 12/04/2022

				Empresa: Acrinox Comércio de Peças em Acrílico Ltda. CNPJ: 05.319.327/0001-44			Empresa: HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 72.649.361/0001-74			Estudos Preliminares (orçamentos Mídia Impressa, HBL, Arte Fina e Acrinox)			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Confeção de placas em aço inox escovado	1	UN	11	185,00	2.035,00	2.035,00	160,00	1.760,00	1.760,00	136,36	1.499,99	1.499,99	136,36	1.499,99
VALOR TOTAL						2.035,00			1.760,00			1.499,99		1.499,99

Valor mínimo total estimado: Estudos Preliinares 1.499,99 (um mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centos)

Valor mínimo total 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a confecção de 11 (onze) placas para premiação do evento "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário".

Preliminarmente, com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411, de 30 de novembro de 2018 (0578958), a qual delega à Secretaria de Administração competência para aprovar os pedidos de aquisição de material, e considerando o Despacho SCE 1293686 no qual a Secretaria de Cerimonial e Eventos informa que a única alteração constante da nova versão do PAMS incluída nos autos é a data estimada de entrega do objeto, **aprovo** a nova versão do referido documento (1293683).

Assim, temos os Estudos Preliminares (1284410) e o PAMS - Aquisição de Material (1293683) aprovados. Ademais, a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1299223), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1299373). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1302624, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT 1300541) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1301416). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1305572.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1305574, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 72.649.361/0001-74 no valor de R$ 1.760,00 (mil, setecentos e sessenta reais), com vistas à confecção de 11 (onze) placas para premiação do evento "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário".

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e para a Secretaria de Administração, para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ e demais providências subsequentes.

Respeitosamente,

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 27/04/2022, às 13:59, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1305600** e o código CRC **A316190E**.

02080/2022 1305600v8

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1305600, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 1.760,00 (mil, setecentos e sessenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA, CNPJ nº 72.649.361/0001-74, com vistas à confecção de 11 (onze) placas para premiação do evento "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário".

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 27/04/2022, às 20:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1306726** e o código CRC **C9294D23**.

02080/2022 1306726v2

Data e hora da consulta: 29/04/2022 13:35
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	213	2022PE000191

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339031	40106	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
28/04/2022	Global	02080/2022	-	1.760,00

Favorecido

Código	Nome
72.649.361/0001-74	HBL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LT

Endereço	CEP
SD SUL BLOCO P TERREO L 60 EDIFICIO VENANCIO ASA SUL	70393-900

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	(61)3321-5071/3322-3002

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
02080/2022. CONFECÇÃO DE PLACAS EM AÇO INOX ESCOVADO PARA PREMIAÇÃO DO EVENTO PRÊMIO CNJ MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO.
DESPACHO DG 1306726.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	28/04/2022 15:11:07	Alteração

Data e hora da consulta: 29/04/2022 13:35
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339031 - PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	1.760,00

Subelemento 99 - OUTRAS PREMIACOES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Confecção de placas de homenagem em aço inox escovado com impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta. Demais Condições conforme PAMS 1293683.	1.760,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
28/04/2022	Inclusão	11,00000	160,0000	1.760,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
28/04/2022 15:11:07

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
28/04/2022 13:46:49

Versão	Data/Hora	Operação
002	28/04/2022 15:11:07	Alteração

Dispensa de Licitação



Contratação A1 e- CNPJ E- Social

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 07

PAMS 12

Mapa Comparativo de Preços 16

Declaração de Dispensa de Licitação 17

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 19

Nota de Empenho 20

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - DTI Nº 1352031 / SEGSI

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DTI

1 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

1.1 Título:

Contratação A1 e-CNPJ E-social

1.2 Unidade Demandante:

Departamento de Tecnologia de Informação.

1.3 Responsável pela Unidade Demandante:

Nome: Thiago de Andrade Vieira
Matrícula: 1246
Telefone: 61 2326-5318
E-mail: thiago.vieira@cnj.jus.br

1.4 Integrante Demandante:

Nome: Emerson Dilamar Vendruscolo
Matrícula: 1783
Telefone: 2326-5443
E-mail: emerson.vendruscolo@cnj.jus.br

1.5 Integrantes Técnicos:

Nome: Márcio Moreira de Sousa
Matrícula: 1561

Telefone: 2326-5437

E-mail: marcio.sousa@cnj.jus.br

Nome: Edilberto Magalhães Silva

Matrícula: 1746

Telefone: 2326-5388

E-mail: edilberto.silva@cnj.jus.br

1.6 Sumário:

Necessidade de emissão de um certificado digital do tipo A1 e-CNPJ para utilização no sistema **e-social.**

2 CONTEXTO DE NEGÓCIO

2.1 Situação Atual:

A utilização do sistema e-social requer autenticação via certificado digital que poderia ser atendida antigamente pelos certificados SSL na cadeia ICP-Brasil (Cert-JUS Equipamento Servidor). Contudo, houve uma atualização na cadeia de certificados digitais - ICP-Brasil v10 (realizada em 24/05/2021 - https://www.nfe.ms.gov.br/atualizacao-da-cadeia-de-certificado-digital-icp-brasil-v10-no-programa-emissor-de-nf-e/), onde os campos identificadores da Pessoa Jurídica foram eliminados impedindo o uso desse tipo de certificado para essa finalidade.

O certificado que utilizamos atualmente foi adquirido por meio do processo SEI 05972/2021 e Ofício Nº 35 - DTI (06919/2021) e Ofício 39 (1167011) e tem vencimento no dia 14/09/2022 conforme mensagem abaixo enviada pelo SERPRO

> Os dados do seu certificado são:
>
> Número de Referência do Pedido: 241859
> Tipo de Certificado: Equipamento A1 (Institucional)
> Nome do Titular: *.cnj.jus.br
> Autoridade Certificadora: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1
> **Data de Emissão: 14/09/2021 21:40:11 GMT**
> **Data de Validade: 14/09/2022 21:40:11 GMT**

O DTI possui contrato atual para emissão de certificados digitais (Contrato 30/2020) que possui certificado o SSL (item 6 do contrato) e o A3 e-CNPJ que instalado em um token criptográfico (item 4 e 5 do contrato que são emitidos por solicitação do Diretor Geral do CNJ). Todavia, estes certificados não atendem a necessidade do eSocial uma vez que certificado necessário é A1 e-CNPJ que deve ser instalado no servidor da aplicação.

Assim, foi verificada a hipótese junto à SOLUTI - empresa contratada para emissão de certificados (Contrato 30/2020) - a possibilidade de troca de alguns certificados contratados por este certificado necessário para o eSocial.

Em consulta com a Seção de Gestão de Contratos (26 de julho de 2021 17:14:03) para verificação da possibilidade de assinatura de um aditivo ao contrato supracitado ou a permuta junto à empresa SOLUTI, foi avaliado que "legalmente, não vejo a possibilidade de aquisição do Certificado PJ A1 nesse contrato. As

aquisições deverão tratar somente dos itens licitados, pois o regramento do Edital foi a lei da licitação."

Assim, desta forma será necessário realizar a aquisição de 01 (um) certificado digital do tipo A1 e-CNPJ para utilização no sistema e-social.

2.2 Descrição da Oportunidade ou do Problema:

Diante da situação reportada no item anterior, a demanda visa habilitar a utilização do sistema e-social que depende da instalação de um de certificado digital do tipo A1 e-CNPJ.

O eSocial é um projeto do governo federal, instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que tem por objetivo desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.

2.3 Objetivos da Solução Demandada:

Prover o Conselho Nacional de Justiça - CNJ de recursos tecnológicos necessários para utilização do eSocial (SEI 13862/2017).

2.4 Alinhamento Estratégico:

A presente contratação está alinhada ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ para o período de 2016-2020, instituído por meio da Portaria n° 85, de 8/7/2016, por meio do “Objetivo 3: aperfeiçoar a Gestão da Segurança da Informação e das Comunicações”.

2.5 Há algum risco ou implicação em especial caso a solução não possa ser fornecida?

Não adequação do CNJ para utilização do sistema e-social o que pode possibilitar a aplicação de multa.

2.6 Qual é o grau de complexidade da contratação?

[x] Baixa [ ] Média [ ] Alta

2.7 Indicar previsão de data em que deve ser entregue a solução para a unidade demandante.

Até Agosto de 2022

3 CONTEXTO DA SOLUÇÃO: PERSPECTIVA DE VALOR

3.1 Ciclo de Vida da Solução.

[ ] Menos de 1 ano [x] De 1 a 3 anos [ ] Mais de 3 anos

3.2 Clientes que farão uso ou se beneficiarão da solução.

3.2.1 Âmbito Interno:

[ ] Até 1 Unidade [ ] 2 ou 3 Unidades [x] 4 ou mais Unidades do CNJ

3.2.2 Âmbito Externo:

Selecione uma ou mais opções de classes de usuários seguintes:

[ ] Não se aplica

[x] Cidadãos, partes e representantes (advogado privado e público)

[x] Órgãos associados (STF, AGU, PGR, TCU, etc.)

[x] Tribunais associados

4 ENCAMINHAMENTO

De acordo, encaminhe-se ao DTI.

Documento assinado eletronicamente por **EDILBERTO MAGALHÃES SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ANÁLISE DE SISTEMAS**, em 06/07/2022, às 16:10, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1352031** e o código CRC **08576923**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Necessidade de emissão de um certificado digital do tipo A1 e-CNPJ de forma a prover o Conselho Nacional de Justiça - CNJ de recursos tecnológicos necessários para utilização do eSocial (SEI 13862/2017).

O eSocial é um projeto do governo federal, instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que tem por objetivo desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.

A utilização do sistema e-social requer autenticação via certificado digital que poderia ser atendida antigamente pelos certificados SSL na cadeia ICP-Brasil (Cert-JUS Equipamento Servidor). Contudo, houve uma atualização na cadeia de certificados digitais - ICP-Brasil v10 (realizada em 24/05/2021 - https://www.nfe.ms.gov.br/atualizacao-da-cadeia-de-certificado-digital-icp-brasil-v10-no-programa-emissor-de-nf-e/), onde os campos identificadores da Pessoa Jurídica foram eliminados impedindo o uso desse tipo de certificado para essa finalidade.

O DTI possui contrato atual para emissão de certificados digitais (contrato 30/2020) que possui certificado o SSL (item 6 do contrato) e o A3 e-CNPJ que instalado em um token criptográfico (item 4 e 5 do contrato que são emitidos por solicitação do Diretor Geral do CNJ). Todavia, estes certificados não atendem a necessidade do eSocial uma vez que certificado necessário é **A1 e-CNPJ** que deve ser instalado no servidor da aplicação.

Assim, foi verificada a hipótese junto à SOLUTI - empresa contratada para emissão de certificados (contrato 30/2020) - a possibilidade de troca de alguns certificados contratados por este certificado necessário para o eSocial.

Em consulta com a Seção de Gestão de Contratos (26 de julho de 2021 17:14:03) para verificação da possibilidade de assinatura de um aditivo ao contrato supracitado ou a permuta junto à empresa SOLUTI, foi avaliado que "legalmente, não haveria a possibilidade de aquisição do Certificado PJ A1 nesse contrato. As aquisições deverão tratar somente dos itens licitados, pois o regramento do Edital foi a lei da licitação."

Assim, desta forma será necessário realizar a contratação de certificado digital do tipo A1 e-CNPJ para utilização no sistema eSocial.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

- Secretaria de Gestão de Pessoas
- Secretaria de Administração (SAD)
- Secretaria de Orçamento e Finanças
- Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI),

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A presente contratação está alinhada ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ para o período de 2021-2026, instituído por meio da Portaria n° Portaria Nº 104 de 30/06/2020 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3368), por meio do "*Art. 3º São objetivos estratégicos para o período 2021-2026: IX – fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital;"*.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ compatível para utilização do eSocial.

Prover o CNJ com e-CNPJ como uma versão eletrônica do seu CNPJ, onde é possível comprovar a identidade do CNJ eletronicamente, com validade jurídica, o que garante autenticidade nas transações eletrônicas e o acesso a diversos sistemas.

Certificado que possibilite ao CNJ enviar as informações trabalhistas e previdenciárias, assinar notas fiscais, pagar tributos das três esferas de poder, fazer transações bancárias e facilitar a comunicação da companhia entre os vários órgãos de maneira prática e segura.

Certificado para que proveja o CNJ o uso em aplicações que necessitem de autenticação cliente e assinatura digital equivalente a um e-CNPJ.

Certificado Digital que seja compatível com o Leiaute dos Certificados Cert-JUS v10.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Identificação das opções disponíveis

Contratação de empresa para emissão de certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ

3.2 Adequação do ambiente

Não serão necessárias providências de adequação do ambiente do CNJ. Não há necessidade de transição contratual

3.2 Soluções implantadas por órgãos públicos:

Solução	**Órgão** (indicar contrato)	**Descrição da Solução**	Valor
1ª	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGRE CNPJ: 04.876.538/0001-15 CONTRATO N° 2021.01.22-0001 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 (EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF, E-CNPJ DO TIPO A1 SEM TOKEN COM VALIDADE DE 01 ANO E A3 COM TOKEN COM VALIDADE 03 ANOS)	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL ECNPJ A1 SEM TOKEN COM VALIDADE DE 1 ANO https://bagre.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/CONTRATO-ass-digital.pdf https://bagre.pa.gov.br/dispensa-de-licitacao-no-001-2021-emissao-de-certificados-digitais-e-cpf-e-cnpj-do-tipo-a1-sem-token-com-validade-de-01-ano-e-a3-com-token-com-validade-03-anos/	R$ 237,50

2ª	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS CONTRATO Nº12/2019 Contrato de aquisição de certificados digitais com prestação de serviços de visitas presenciais (in loco) para emissão dos certificados que entre si celebram o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e a Empresa DIGISEC - CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI-ME	Certificado digital e-CNPJ na forma de cartão inteligente, do tipo A3, com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil. https://www.tcmgo.tc.br/site/contratos-firmados-pelo-tcmgo/012-2019/	R$ 395,00
3ª	MPPA - Ministério Público do Estado do Pará CONTRATO 052/2020-MP-PA Pregão Eletrônico 032/2020-MP/PA Aquisição de Certificado Digital do tipo A3 para pessoa física e A1 para pessoa Jurídica (e-CNPJ)	Certificado digital e-CNPJ do tipo A1 para Pessoa Jurídica. https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/62/CONTRATO%20053-2020%20-%20OBJECTTI%20SOLUCOES%20LDTA.pdf	R$ 70,00
4ª	CONTRATO TRT7 Nº 08/2019 PROAD Nº 7182/2018 Prestação de Serviço continuado de validação, emissão e/ou gravação de Certificado	ARP nº 01/2019 Pregão Eletrônico SRP 39/208 do TRT 16ª Região Serviço de validação e emissão de Certificado Digital A1 para Pessoa Jurídica https://www.trt7.jus.br/files/contas_publicas/contratos/2019/CT_08-2019_-_SOLUTI.PDF	R$ 180,00

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Contratação de empresa para emissão de certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ adequado para utilização do eSocial e que seja compatível com o Leiaute dos Certificados Cert-JUS v10.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Contratação de empresa para emissão de 01 (um) certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ.

Tendo em vista o valor estimado do objeto, a presente aquisição poderá ser realizada por despensa de licitação, com fulcro no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Por se tratar da aquisição de somente 1 (um) certificado a solução não é divisível.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ adequado para utilização do eSocial que seja compatível com o Leiaute dos Certificados Cert-JUS v10.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Sem o certificado não há como implantar o eSocial no CNJ na data prevista no cronograma presente no SEI 13862/2017.

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não foi identificada nenhuma restrição de caráter técnico, operacional ou financeiro e orçamentário que possam dificultar a implementação da solução escolhida.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do contrato deve ser período suficiente para a execução, recebimento definitivo do objeto e seu pagamento, incluindo o intervalo de tempo de prestação de suporte técnico quando necessário.

11. VALOR ESTIMADO

R$ 300,00 (trezentos reais)

12. INDICADORES PARA AVALIAR A ECONOMICIDADE, A EFICÁCIA E A EFETIVIDADE

Os valores das propostas apresentadas são compatíveis com os valores de mercado.

13. INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A indicação orçamentária correrá por conta do DTI, cuja disponibilidade será informada posteriormente pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome: Márcio Moreira de Sousa

Matrícula: 1561

Telefone: 2326-5437

E-mail: marcio.sousa@cnj.jus.br

Nome: Edilberto Magalhães Silva

Matrícula: 1746

Telefone: 2326-5388

E-mail: edilberto.silva@cnj.jus.br

Documento assinado eletronicamente por **EDILBERTO MAGALHÃES SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ANÁLISE DE SISTEMAS**, em 06/07/2022, às 15:50, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1354526** e o código CRC **DB8F2C36**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:** Emissão de Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL.

2. **Descrição dos serviços:** Emissão de 1 (um) Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL com validade de 1 (um) ano.

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

___ (5) dias após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

   Emissão de Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL.

5. **Obrigações da Contratada:**

   a) Entregar e prestar o serviço contratado conforme especificação, quantidade e prazo estipulado;

6. **Obrigações do Contratante:**

   a) Efetuar o pagamento devido pela entrega da respectiva execução do objeto dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

   b) Comunicar oficialmente à Contratada sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento dos serviços prestados.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

   A Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

a) O objeto deste Projeto Básico será recebido definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis mediante atesto da Nota Fiscal, após a conclusão dos serviços e desde que não haja pendências a serem sanadas.

b) Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.

c) O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

9. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no refazimento do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

11. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

05972/2021 1140096v5

Documento assinado eletronicamente por **EDILBERTO MAGALHÃES SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ANÁLISE DE SISTEMAS**, em 06/07/2022, às 15:55, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1354561** e o código CRC **04FA9F21**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 06322/2022
Assunto: Certificado Digital
Servidor: Winston
Data: 18/08/2022

				Empresa: AC MULT TECNOLOGIA CNPJ: 38038006/0001-20			Empresa: SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A. CNPJ: 09.461.647/0001-95			Empresa: AC DIGITAL SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA CNPJ: 00.087.112/0001-21			VALOR MÍNIMO (B)		ESTUDOS PRELIMINARES		
				Valor			Valor			Valor					Valor		
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim			Considerar?		Sim
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Total Considerado
Emissão de Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRA	1	UN	1	225,90	225,90	225,90	210,00	210,00	210,00	217,00	217,00	217,00	210,00	210,00	300,00	300,00	300,00
VALOR TOTAL						**225,90**			**210,00**			**217,00**		**210,00**			**300,00**

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor mínimo total estimado: 210,00 (duzentos e dez reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a Emissão de Certificado Digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para utilização no sistema e-social.

2. Conforme informou a Seção de Compras (SECOM), por meio do Despacho n. 1357581, os Estudos Preliminares (1354526) e o PAMS - Contratação de Serviços (1354561) possuem compatibilidade com os normativos aplicáveis à matéria. Diante dessa constatação, os referidos documentos e o DOD - Documento de Oficialização de Demanda - DTI n. 1352031 foram aprovados por esta Secretaria de Administração (SAD), através do Despacho n. 1357875.

3. Após a realização de pesquisa de preços, a SECOM juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços V.1 (1381354), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEGSI n. 1381446). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM n. 1388769, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A (1381348). Sendo assim, **aprovo** o respectivo Mapa Comparativo de Preços.

4. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SCONT n. 1382182 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR n. 1383020). A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa SOLUTI, para contratar com a Administração, consta do SICAF (1389294).

5. Consoante demonstrado na Lista de Verificação (1389295), os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

6. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n.

8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A**, inscrita no **CNPJ n. 09.461.647/0001-95**, no valor de **R$ 210,00 (duzentos e dez reais)**, com vistas à emissão de Certificado Digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para utilização no sistema e-social.

7. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

8. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão da nota de empenho, bem como solicito a devolução dos autos para que esta Secretaria de Administração realize a publicação do ato de dispensa de licitação e adote as demais providências necessárias subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 30/08/2022, às 16:33, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1389313** e o código CRC **D6EC11A5**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1389313, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. XI, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 210,00 (duzentos e dez reais)**, e **autorizo** a contratação da empresa **SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A**, CNPJ nº **09.461.647/0001-95**, com vistas à emissão de Certificado Digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para utilização no sistema e-social.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 30/08/2022, às 17:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1389969** e o código CRC **82E2154A**.

Data e hora da consulta: 30/08/2022 19:12
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	338	2022PE000286

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167504	0100000000	339040	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
30/08/2022	Ordinário	06322/2022	-	210,00

Favorecido

Código	Nome
09.461.647/0001-95	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/

Endereço	CEP
136 797 QUADRAF44 SETOR SUL	74093-250

Município	UF	Telefone
GOIANIA	GO	6234120220, 6234120220

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
06322/2022. EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL DO TIPO A1, ICP BRASIL.
CONFORME DESPACHO 1389969-DG.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/08/2022 19:11:13	Alteração

Data e hora da consulta: 30/08/2022 19:12
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	210,00

Subelemento 23 - EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL DO TIPO A1, E-CNPJ ICP BRASIL, COM VALIDADE DE 01 ANO. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1354561.	210,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/08/2022	Inclusão	1,00000	210,0000	210,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
30/08/2022 19:11:13

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
30/08/2022 18:44:27

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/08/2022 19:11:13	Alteração

Dispensa de Licitação



Contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

1

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 06

PAMS 11

Mapa Comparativo de Preços 15

Declaração de Dispensa de Licitação 16

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 18

Nota de Empenho 19

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1242194 / SCS

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Secretaria de Comunicação Social

Responsável pela Demanda: Juliana Mendes Gonzaga Neiva

E-mail: juliana.neiva@cnj.jus.br

Telefone para contato: 61 2326-5471

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos, para aquisição de galeria para Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ.

Justificativa: A solicitação da galeria com fotos, feita pela Secretaria de Comunicação Social, visa homenagear e valorizar os Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégicas do Conselho Nacional de Justiça.

Título da Obra	**Quantidade galeria**	**Localização**
Galeria dos Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica.	1	Parede Externa do 4º Andar, Bloco F, ao lado da Presidência.

* Os itens que compõe o projeto da galeria constam no arquivo anexo (1259852). Segue abaixo tabela com a quantidade de itens a serem adquiridos:

Item	Especificações	Quantidades
1	**Testeira em aço** **Dimensões**: 150 x 10 cm. **Especificações**: Placa de aço escovado para fixação de letra caixa nas medidas de 150 x 10 cm em chapa 20 enrijecida. **Finalidade**: Suporte para letra caixa de modo a identificar a galeria.	1
2	**Letra caixa em aço escovado** **Dimensões**: 10mm de espessura. **Especificações** letras-caixa em metal pintado de preto fosco com 10 mm de espessura, texto em caixa alta, fonte Montserrat semibold, corpo 130pt. **Observação**: Texto em caixa alta centralizado, fixado na placa de aço escovado, para grafar **"Galeria de Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica".**	68

	Finalidade: Identificar a galeria com o texto **"**Galeria de Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica**".**	
3	**Plaquetas de aço inox fosco, com gravação** **Dimensões**: 19 x 3 cm, com 2 mm de espessura. **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm com texto centralizado gravado em preto fosco. Texto na primeira linha em caixa alta na fonte Montserrat semibold, corpo 24pt e data na segunda linha (fonte Montserrat regular, corpo 21). **Finalidade**: Identificar	2
4	**Plaquetas de aço inox fosco, sem gravação** **Dimensões**: 19 x 3 cm, com 2 mm de espessura. **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm, sem gravação**.**	10
5	**Placas de acrílico** **Dimensões**: 19 x 24 cm, com cantos arredondados de 2 mm. **Especificações**: Placas de acrílico transparente, com 4 mm de espessura cada placa, com cantos arredondados de 2 mm. **Observação**: Cada módulo é composto por 2 placas, totalizaando 12 módulos. Sendo (2 módulos ocupados e 10 livres). **Finalidade**: Encarte das fotografias.	24
6	**Espaçadores** **Dimensões**: 19 mm de diâmetro cada. **Especificações**: Espaçadores metálicos, com 19 mm de diâmetro cada. **Observação**: Cada modulo composto por 2 placas e 4 espaçadores, fixados a 10mm das bordas. **Finalidade**: Fixar o módulos na placa de MDF.	48
7	**Fotografias** **Dimensões**: 13 x 18 cm **Especificações**: fotografias em preto e branco, impressas em papel fotográfico fine art fosco, 210g/m2 ou similar. **Observações**: Cada módulo é composto por um conjunto de 02 placas de acrílico transparente - (item 5), acompanhado de 01 fotografia - (item 7), a fotografia deve ficar entre as placas de acrílico e 4 espaçadores metálicos de 10mm de diâmetro - (item 6), que serão afixados nos cantos, a 10 mm das bordas. O modulo deverá ser fixado na placa de MDF - (item 8).	2
8	**Placa de MDF Acabamento melamínico que imita madeira ou lâminas de madeira** **Dimensões:** 160 x 127 cm. **Especificações**: Afixada sobre a parede de alvenaria. Acabamento melamínico que imita madeira ou lâminas de madeira, de acordo com o padrão do prédio do CNJ, espessura da madeira 18mm, fixação com buchas e parafusos, acabamento com prolongadores. **Observação**: A placa será fixada sobre a parede de alvenaria por parafusos e buchas nas dimensões e quantidades próprias para o tipo de parede e carga a ser fixada, acabamento com prolongadores.	1

	Finalidade: Suporte para fixação dos módulos e plaquetas de identificação.	

O Conselho Nacional de Justiça, ao escolher essa opção, atende ao Objetivo Estratégico de "Garantir a infraestrutura apropriada ao funcionamento do CNJ", conforme art. 3º, inciso XI, da Portaria 104/2020.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

A presente contratação é uma demanda da Secretaria de Comunicação Social com objetivo de homenagear a Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ

Dentre os benefícios a serem alcançados pela contratação, destaca-se o incremento no aspecto do local de trabalho, proporcionando um ambiente acolhedor e que preserve a história institucional.

3 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Indefinida.

4 – Indicar nome de servidor que atuará na qualidade de representante da Unidade Demandante para explicitar as necessidades a serem atendidas com a contratação

Juliana Mendes Gonzaga Neiva, Beatriz Lygia Dias Broges, Claudio Henrique Pereira da Silva e Kristien de Godoi Roepke.

5 – Sugerir nome de servidor que poderá atuar na qualidade de gestor e/ou fiscal, técnicos e administrativo, do contrato.

Juliana Mendes Gonzaga Neiva, Beatriz Lygia Dias Borges.

6 – Local/Data/Nome/Assinatura:

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

Juliana Mendes G. Neiva
Secretaria de Comunicação Social

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 16/02/2022, às 18:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1242194** e o código CRC **4F42306D**.

00421/2022 1242194v49

CNJ	**ESTUDOS PRELIMINARES**

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

A Secretaria de Comunicação Social do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem por missão tornar públicos atos e ações da instituição. Para isso, desenvolve diversas ações de divulgação institucional. Sendo assim, pretende contratar a montagem de 1 (uma) galeria fotográfica para homenagear os Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégicas do Conselho Nacional de Justiça, com capacidade total de 12 fotografias. Será uma homenagem aos cidadãos que contribuíram com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento institucional. É, ainda, a possibilidade de criar um espaço no órgão com o registro da história institucional.

A galeria anterior - SEI 11192/2020, foi montada em homenagem os Conselheiros do CNJ, visando homenagear e mostrar a história ao logo dos anos os conselheiros que contribuíram para o engrandecimento do Conselho Nacional de Justiça. A galeria objeto dessa aquisição visa os homenagear os Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégicas do Conselho Nacional de Justiça.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Todas as unidades do CNJ, órgãos do Poder Judiciário, servidores e sociedade em geral.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda está em conformidade com a Portaria nº 104/2020 que institui o Planejamento Estratégico do CNJ 2021 a 2026. Nos termos do art. 2º, inciso II, da Portaria 104/2020, há os componentes da estratégia do CNJ:

- Visão de futuro: “Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir a eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira”;

- Valores: “Integração, busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade”;

Nos termos do art. 3º, inciso IV, a contratação está em consonância com os objetivos estratégicos (2021 – 2026) “promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica”.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça é uma instituição pública, que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Criado em 31 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, tem sua sede em Brasília-DF, mas atua em todo o território nacional, busca, mediante ações de planejamento, coordenação, controle administrativo e aperfeiçoamento da prestação da Justiça. É um órgão voltado à reformulação de quadros e meios do Poder Judiciário, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. A montagem da galeria dos Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégicas do Conselho Nacional de Justiça será uma maneira de construir uma narrativa sobre a história institucional do CNJ.

2.1 Especificações do serviço:

A prestação do serviço deverá ser realizada por empresa especializada, legalmente estabelecida, com profissionais com qualificação técnica necessária para a execução dos serviços e sua procedência deverá ser facilmente aferida por instrumentos legais.

Essa galeria terá, no que for cabível, a mesma padronização das demais galerias existentes no CNJ.

A montagem da galeria fotográfica deverá seguir às especificações abaixo:

* O detalhamento abaixo com as imagens devidas consta no arquivo Projeto Galeria 1259852:

Item	Especificações	Quantidades
1	**Testeira em aço** **Dimensões**: 150 x 10 cm. **Especificações**: Placa de aço escovado para fixação de letra caixa nas medidas de 150 x 10 cm em chapa 20 enrijecida. **Finalidade**: Suporte para letra caixa de modo a identificar a galeria.	1
2	**Letra caixa em aço escovado** **Dimensões**: 10mm de espessura. **Especificações** letras-caixa em metal pintado de preto fosco com 10 mm de espessura, texto em caixa alta, fonte Montserrat semibold, corpo 130pt.	68

	Observação: Texto em caixa alta centralizado, fixado na placa de aço escovado, para grafar **"Galeria de Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica".** **Finalidade**: Identificar a galeria com o texto "Galeria de Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica**".**	
3	**Plaquetas de aço inox fosco, com gravação** **Dimensões**: 19 x 3 cm, com 2 mm de espessura. **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm com texto centralizado gravado em preto fosco. Texto na primeira linha em caixa alta na fonte Montserrat semibold, corpo 24pt e data na segunda linha (fonte Montserrat regular, corpo 21). **Finalidade**: Identificação	2
4	**Plaquetas de aço inox fosco, sem gravação** **Dimensões**: 19 x 3 cm, com 2 mm de espessura. **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm, sem gravação**.**	10
5	**Placas de acrílico** **Dimensões**: 19 x 24 cm, com cantos arredondados de 2 mm. **Especificações**: Placas de acrílico transparente, com 4 mm de espessura cada placa, com cantos arredondados de 2 mm. **Observação**: Cada módulo é composto por 2 placas, totalizaando 12 módulos. Sendo (2 módulos ocupados e 10 livres). **Finalidade**: Encarte das fotografias.	24
6	**Espaçadores** **Dimensões**: 19 mm de diâmetro cada. **Especificações**: Espaçadores metálicos, com 19 mm de diâmetro cada. **Observação**: Cada modulo composto por 2 placas e 4 espaçadores, fixados a 10mm das bordas. **Finalidade**: Fixar o módulos na placa de MDF.	48
7	**Fotografias** **Dimensões**: 13 x 18 cm **Especificações**: fotografias em preto e branco, impressas em papel fotográfico fine art fosco, 210g/m2 ou similar. **Observações**: Cada módulo é composto por um conjunto de 02 placas de acrílico transparente - (item 5), acompanhado de 01 fotografia - (item 7), a fotografia deve ficar entre as placas de acrílico e 4 espaçadores metálicos de 10mm de diâmetro - (item 6), que serão afixados nos cantos, a 10 mm das bordas. O modulo deverá ser fixado na placa de MDF - (item 8).	2
8	**Placa de MDF acabamento melamínico que imita madeira ou lâminas de madeira** **Dimensões:** 160 x 127 cm. **Especificações**: Afixada sobre a parede de alvenaria. Acabamento melamínico que imita madeira ou lâminas de madeira, de acordo com o padrão do prédio do CNJ, espessura da madeira 18mm, fixação com buchas e parafusos, acabamento com prolongadores. **Observação**: A placa será fixada sobre a parede de alvenaria por parafusos e buchas nas dimensões e quantidades próprias para o tipo de parede e carga a ser fixada, acabamento com prolongadores.	1

	Finalidade: Suporte para fixação dos módulos e plaquetas de identificação.	
9	**Instalação**	1

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratações semelhantee por meio do Processo: SEI- 04017/2020, Notas de Empenhos nº 2020NE000674, 2020NE000675 e 2020NE000676. Fornecedor contratado: D'Colar Gráfica e Etiquetas Eirelli e SEI - 11192/2020 Notas de Empenhos 2021NE248 e 2021NE249. Fornecedor contratado: Onercon Serviços de Tecnologia da Informação EIRELI.

O histórico de execução contratual consta nos autos dos Processos SEI nº 04017/2020, SEI 11192/2020 e processos relacionados referentes aos pagamentos com as notas fiscais e demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços. Ressalte-se que os serviços foram prestados de acordo com o solicitado e nos termos das Notas de Empenhos mencionadas anteriormente e não há registros de sanções aplicadas à empresa pelo Conselho.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Especificação do produto/serviço**
1ª	Aquisição de equipamentos e materiais necessário para montagem da galeria fotográfica.	Adquirir de todo o material necessário para montar uma galeria, bem como bem a mão de obra específica.
2ª	Contratação de empresa especializada em galeria de fotos.	Montagem da galeria por empresa com equipamentos e mão de obra especializada.

No que se refere à solução nº 1 não encontramos nenhum órgão que tenha adotado essa solução.

No que se refere à solução nº 2 foram obtidas as seguintes contratações:

Solução	**Órgão** (indicar contrato)	**Descrição da Solução**
2	Superior Tribunal de Justiça - Contrato STJ n. 44/2018	Execução, fornecimento e instalação da galeria de fotos no STJ, valor de R$ 12.499,96, conforme contrato (1264440)
2	Câmara municipal de Laranjeiras do Sul – Dispensa 10/2019	Confecção de quadros para uma galeria dos presidentes do Poder Legislativo no valor de R$ 14.900,00, nos termos da dispensa de licitação 10/2019 1264442
2	Conselho Nacional de Justiça – Notas de empenhos 0916507, 0916508 e 0916509	Aquisição, instalação e montagem de galerias fotográficas, empresa D'Colar Gráfica e Etiquetas Eirelli. Valor total de R$ 29.825,14 (vinte e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos).
2	Conselho Nacional de Justiça – Notas de empenhos 1117202 e 1117203	Aquisição, instalação e montagem de galerias fotográficas, empresa Onercon Serviços de Tecnologia da Informação EIRELI. Valor total de R$ 15.675,16 (quinze mil seiscentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos).

3.3 Adequação do ambiente

A galeria será instalada na parede externa do 4º Andar, Bloco F, ao lado da Presidência.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Benefícios da opção**	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
1	Aquisição do material necessário para montagem da galeria fotográfica.	//	O CNJ não possui equipamento nem pessoal qualificado para montagem da galeria	Não foi possível estimar o custo.
2	De acordo com item 3.2 a opção mais adequada é a contratação de empresa especializada na montagem de galeria fotográfica.	Resgatar a história de anos de existência do Conselho Nacional de Justiça. Preservação da memória institucional. Criar um espaço no órgão com o registro da história institucional.	//	Com base na média das proposta de orçamento 1275343, enviada por empresa prestadora do serviço, o valor estimando para contratação é de R$ 9.872,00 (Nove mil, oitocentos e setenta e dois reais). Conforme proposta de orçamento 1275343.

	Homenagem os cidadãos que contribuíram com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da instituição.		

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Com base no que consta do item 3.2, entendemos que a solução que melhor atende à necessidade do CNJ é a de número 2, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem de galeria de fotos.

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratação semelhante por meio dos Processos: 04017/2020 e 11192/2020.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

O critério utilizado para definir o cálculo e quantidade do material a ser adquirido além de considerar os atuais e ex Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégicas, visa contemplar os futuros secretários especiais que atuarão neste Conselho.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O objeto não é divisível. Constará num grupo único, composto de 9 (nove) itens. O ideal é que a contratação seja executada em sua integralidade por uma única empresa.

Justificativa técnica: Os itens que compõem o objeto deste estudo preliminar foram agrupados, tendo em vista a similaridade de suas características e a necessidade de padronização dos materiais.

Justificativa econômica: A adjudicação por itens não se mostra viável, uma vez que seria necessário acompanhar cada item separadamente, o que consumiria maior volume de trabalho e tornaria essa alternativa menos vantajosa em termos de economia e eficiência para a administração. Do ponto de vista econômico, acredita-se que o agrupamento proporcionará a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A contratação tem como objetivo resgatar a história de anos de existência do Conselho Nacional de Justiça e a preservação da memória institucional.

Sustentabilidade ambiental:

Das práticas de sustentabilidade ambiental: O Fornecedor deverá realizar o cumprimento do cumprimento do Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça, no ato do recebimento da Ordem de Serviço.

Economicidade, eficácia, efetividade

A manutenção da memória permite a escrita da história. A memória se prende a um espaço-tempo, a um passado que já não existe, e suas narrativas somente podem ser construídas a partir da percepção dessa memória no presente. E a memória irá sobreviver porque construção e reconstrução das lembranças e das recordações passadas devem ser operadas.

A memória presume temporalidade sintetizada pela história vivida. Para alguns, isso permanece no arquivo, no registro oficial e no fato em si. Para outros, se mantém na lembrança, registrada em papel, fotografias, sentimentos, cartas e diários.

A montagem da galeria pretendida pela Secretaria de Comunicação Social servirá justamente para manter viva a história do Conselho Nacional de Justiça.

A Administração auferirá economia a partir da disputa por lances na licitação. Quanto à eficácia e efetividade, verifica-se que a montagem da galeria pretende resgatar a história de anos de existência do Conselho Nacional de Justiça e preservar a memória institucional. E a efetividade, verifica-se com a fixação da galeria, no sentido de que os homenageados serão visualizados e atenderá aos fins de manter viva a história desse Conselho

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A contratação desse serviço foi elaborado de acordo com o *Manual de Gerenciamento de Riscos do CNJ*, o qual estabelece critérios de gerenciamento de risco dessa aquisição quando: a empresa contratada falhar com a execução, implicando inexecução parcial ou total, prevendo a rescisão contratual, bem como quando houve o caso de empresa inabilitada, cuja ação de mitigação será a contratação de nova empresa conforme ordem de classificação.

RISCO 1:	**Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total**		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Empresa não entrega produto conforme acordado	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanção, substituição do produto e possibilidade de rescisão contratual.		Gestor do contrato
RISCO 2:	**Empresa contratada inabilitada, com irregularidade fiscal**		
Probabilidade (Alta,	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**

média e Baixa			
Alta	1	Rescisão da contratação	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Possibilidade de contratar novo fornecedor, republica-se o edital, faz nova pesquisa de preço e realiza uma nova contratação.		Comissão Permanente de Licitação

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em relação a critérios de ordem técnica e operacional da pretensa contratação, não há qualquer empecilho para sua execução, tendo em vista que os recursos materiais e humanos necessários para atender a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

Quanto às restrições normativas, no âmbito do CNJ, não encontramos nenhuma norma que restrinja a contratação e consequentemente a prestação dos serviços.

As restrições internas que podem dificultar a implementação da solução selecionada é a restrição financeira/orçamentária ou atraso na licitação.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A vigência do instrumento de contrato será de 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Serviço, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Visando estimar o valor da contratação foi enviado e-mail as empresas prestadoras do serviço solicitando orçamento. No entanto, apenas uma empresa respondeu à solicitação das propostas de orçamento. Sendo assim, estimamos que o valor aproximado para contratação é de R$ 9.872,00 (Nove mil, oitocentos e setenta e dois reais). Conforme proposta de orçamento 1275343.

Diante das informações trazidas nestes Estudos Preliminares, conclui-se pela necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem de galeria fotográfica, que poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93. O valor da contratação, de acordo com o Decreto nº 9.412/2018 não ultrapassa R$ 17.600,00.

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Juliana Mendes Gonzaga Neiva	juliana.neiva@cnj.jus	5472	SCS
Beatriz Lygia Dias Borges	beatriz.borges@cnj.jus	5472	SCS
Claudio Henrique P. Silva	claudio.pereira@cnj.jus.br	5482	SCS
Lucas Oliveira da Rocha Pinto	lucas.rocha@cnj.jus.br	5400	SCS
Kristien de Godoi Roepke	kristien.roepke@cnj.jus.br	5484	SCS

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 14/03/2022, às 16:45, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1275344** e o código CRC **3C87E0A0**.

00421/2022 1275344v15

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. Objeto:

Contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos para montagem de 1 (uma) galeria fotográfica, com capacidade para 12 fotografias.

2. Descrição dos Serviços:

A prestação do serviço deverá ser realizada por empresa especializada, legalmente estabelecida, com profissionais com qualificação técnica necessária para a execução dos serviços e sua procedência deverá ser facilmente aferida por instrumentos legais.

Essa galeria terá, no que for cabível, a mesma padronização das demais galerias existentes no CNJ.

A montagem da galeria fotográfica deverá seguir às especificações abaixo:

* O detalhamento e especificações da galeria constam no arquivo: Projeto de Galeria 1259852.

Item	Especificações	Quantidades
1	**Testeira em aço** **Dimensões**: 150 x 10 cm. **Especificações**: Placa de aço escovado para fixação de letra caixa nas medidas de 150 x 10 cm em chapa 20 enrijecida. **Finalidade**: Suporte para letra caixa de modo a identificar a galeria.	1
2	**Letra caixa em aço escovado** **Dimensões**: 10mm de espessura. **Especificações** letras-caixa em metal pintado de preto fosco com 10 mm de espessura, texto em caixa alta, fonte Montserrat semibold, corpo 130pt. **Observação**: Texto em caixa alta centralizado, fixado na placa de aço escovado, para grafar **"Galeria de Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica".** **Finalidade**: Identificar a galeria com o texto **"**Galeria de Secretários Especiais de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica**".**	68
3	**Plaquetas de aço inox fosco, com gravação** **Dimensões**: 19 x 3 cm, com 2 mm de espessura. **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm com texto centralizado gravado em preto fosco. Texto na primeira linha em caixa alta na fonte Montserrat semibold, corpo 24pt e data na segunda linha (fonte Montserrat regular, corpo 21). **Finalidade**: Identificação	2
4	**Plaquetas de aço inox fosco, sem gravação** **Dimensões**: 19 x 3 cm, com 2 mm de espessura. **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm, sem gravação**.**	10

5	**Placas de acrílico** **Dimensões**: 19 x 24 cm, com cantos arredondados de 2 mm. **Especificações**: Placas de acrílico transparente, com 4 mm de espessura cada placa, com cantos arredondados de 2 mm. **Observação**: Cada módulo é composto por 2 placas, totalizaando 12 módulos. Sendo (2 módulos ocupados e 10 livres). **Finalidade**: Encarte das fotografias.	24
6	**Espaçadores** **Dimensões**: 19 mm de diâmetro cada. **Especificações**: Espaçadores metálicos, com 19 mm de diâmetro cada. **Observação**: Cada modulo composto por 2 placas e 4 espaçadores, fixados a 10mm das bordas. **Finalidade**: Fixar o módulos na placa de MDF.	48
7	**Fotografias** **Dimensões**: 13 x 18 cm **Especificações**: fotografias em preto e branco, impressas em papel fotográfico fine art fosco, 210g/m2 ou similar. **Observações**: Cada módulo é composto por um conjunto de 02 placas de acrílico transparente - (item 5), acompanhado de 01 fotografia - (item 7), a fotografia deve ficar entre as placas de acrílico e 4 espaçadores metálicos de 10mm de diâmetro - (item 6), que serão afixados nos cantos, a 10 mm das bordas. O modulo deverá ser fixado na placa de MDF - (item 8).	2
8	**Placa de MDF acabamento melamínico que imita madeira ou lâminas de madeira** **Dimensões:** 160 x 127 cm. **Especificações**: Afixada sobre a parede de alvenaria. Acabamento melamínico que imita madeira ou lâminas de madeira, de acordo com o padrão do prédio do CNJ, espessura da madeira 18mm, fixação com buchas e parafusos, acabamento com prolongadores. **Observação**: A placa será fixada sobre a parede de alvenaria por parafusos e buchas nas dimensões e quantidades próprias para o tipo de parede e carga a ser fixada, acabamento com prolongadores. **Finalidade**: Suporte para fixação dos módulos e plaquetas de identificação.	1
9	**Instalação**	1

3. Prazo de Execução dos Serviços:

15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

4. Procedimentos de Realização dos Serviços:

A galeria será montada na parede externa do 4º Andar, Bloco F, ao lado da Presidência do Edifício Sede do Conselho Nacional de Justiça que se localiza no endereço: SAF/Sul quadra 7 lote 5/6.

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor contratado.

5. Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços de acordo com as especificações contidas neste PAMS;

b) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o contratante;

c) Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da contratação, devendo orientar seus empregados nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso;

d) Comunicar ao gestor, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

e) Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a contratante;

f) Zelar pela qualidade dos produtos, indicando as falhas eventuais imediatamente após sua verificação;

g) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

h) Indicar formalmente preposto, visando a estabelecer contatos com o CONTRATANTE;

i) Responsabilizar-se por todo o tipo de transporte e descarregamento do material que comporá a galeria a ser entregue na sede do CNJ;

j) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços;

k) Acatar a fiscalização do CONTRATANTE levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim;

l) Não causar danos ou deixar resíduos de colas nos locais de montagem da galeria, provendo todos materiais e ferramentas suficientes para a instalação e a montagem, conforme especificações deste PAMS;

m) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, sob pena de rescisão do instrumento;

n) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

6. Obrigações do Contratante:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.

b) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.

c) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

d) Documentar quaisquer ocorrências havidas.

e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

7. Fiscalização do Recebimento:

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. Condições de Recebimento:

a) O objeto deste PAMS será recebido definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis mediante atesto da Nota Fiscal, após a conclusão dos serviços e desde que não haja pendências a serem sanadas.

b) Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.

c) O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA

9. Forma de Pagamento:

1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os

seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. Penalidades:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no refazimento do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

Contrato:

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 21/03/2022, às 18:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1279981** e o código CRC **89E811F8**.

00421/2022 1279981v12

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 00421/2022
Assunto: Contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos para montagem de 1 (uma) galeria fotográfica, com capacidade para 12 fotogra
Servidor: Nilson
Data: 26/04/2022

				Empresa: OPTATEC IMPRESSÃO DIGITAL CNPJ: 41.106.192/0001-00			Empresa: LM Comunicação e Projetos LTDA CNPJ: 01.608.702/0001-15			Empresa: Giga Digital Tecnologia e Markenting CNPJ: 17.464.254/0001-63			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Testeira em aço	1	UN	1	570,00	570,00	570,00	200,00	200,00	200,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00
Letra caixa em aço escovado	2	UN	68	24,00	1.632,00	1.632,00	22,06	1.500,08	1.500,08	15,00	1.020,00	1.020,00	15,00	1.020,00
Plaquetas de aço inox fosco, com gravação	3	UN	2	50,00	100,00	100,00	20,00	40,00	40,00	15,00	30,00	30,00	15,00	30,00
Plaquetas de aço inox fosco, sem gravação	4	UN	10	25,00	250,00	250,00	16,00	160,00	160,00	15,00	150,00	150,00	15,00	150,00
Placas de acrílico	5	UN	24	45,00	1.080,00	1.080,00	62,50	1.500,00	1.500,00	120,00	2.880,00	2.880,00	45,00	1.080,00
Espaçadores	6	UN	48	9,90	475,20	475,20	8,00	384,00	384,00	7,50	360,00	360,00	7,50	360,00
Fotografias	7	UN	2	15,00	30,00	30,00	31,00	62,00	62,00	12,50	25,00	25,00	12,50	25,00
Placa de MDF acabamento melamínico que imita madeira ou lâminas de madeira	8	UN	1	1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	660,00	660,00	660,00	660,00	660,00
Instalação	9	UN	1	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	450,00	450,00	450,00	400,00	400,00
VALOR TOTAL						**5.687,20**			**5.746,08**			**5.750,00**		**3.900,00**

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor mínimo total estimado: 3.900,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos para montagem de 1 (uma) galeria fotográfica, com capacidade para 12 fotografias.

Aprovados os Estudos Preliminares (1279221) e o PAMS - Aquisição de Serviços SCS (1283282), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1305207), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho n. 1305265 da Secretaria de Comunicação Social. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1313868, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Optatec Impressão Digital Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1308640) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1310118 e Despacho SEPOR 1310121). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Optatec Impressão Digital Ltda, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1320991.

No que se refere à penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar, baseada no artigo 87, inciso III da Lei n. 8.666/93, aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), conforme SICAF - ocorrências impeditivas vigentes (1321247), informo que a penalidade apenas impossibilita a empresa de participar de licitações e contratar no âmbito do próprio órgão que a aplicou, não impedindo que a licitante firme contrato com outros órgãos da administração pública federal, conforme Parecer AJU 0662160 e entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU, AC-3443-48/13-P, Sessão: 04/12/13, Relator Ministro ANDRÉ DE CARVALHO):

> "9. Bem se sabe que tanto a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 87, incisos III e IV, quanto a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, em seu art. 7º, preveem sanções a licitantes consubstanciadas na impossibilidade de participarem de licitações promovidas por órgãos e/ou entidades da administração pública.
>
> 10. O âmbito de abrangência subjetiva de cada uma dessas sanções tem merecido acalorada discussão nos últimos anos não apenas nos processos judiciais que tramitam perante o STJ, mas também nos processos de controle financeiro autuados neste TCU, de modo que cabe ao órgão ou entidade responsável pela licitação fundamentar a sua decisão pela inabilitação, deixando evidente qual linha jurisprudencial pretende adotar no trato dessa matéria, se a predominante no STJ ou a construída no TCU (v. g.: Acórdão 3273/2013).
>
> 11. **Em suma, o TCU vem entendendo que a sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, abrangeria exclusivamente o órgão, a entidade ou a unidade administrativa que a impôs,** ante o disposto no art. 6º, inciso XII, da mesma lei (cf. Acórdãos 3242/2012, 3439/2012, 3465/2012, 739/2013 e 1.006/2013, todos do Plenário). (...)" (grifamos)

Superada essa questão, consoante demonstrado na Lista de Verificação 1320996, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Optatec Impressão Digital Ltda.**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **41.106.192/0001-00** no valor de **R$ 5.687,20 (cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)**, com vistas à contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos para montagem de 1 (uma) galeria fotográfica, com capacidade para 12 fotografias.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e para a Secretaria de Administração, para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ e demais providências subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 17/05/2022, às 21:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1321250** e o código CRC **6D97445C**.

00421/2022 1321250v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1321250, com fundamento no artigo 3º, inciso XI, alínea "aj", da Portaria CNJ nº 112/2010 e nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 5.687,20 (cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), e **autorizo** a contratação da empresa Optatec Impressão Digital Ltda, CNPJ nº 41.106.192/0001-00, com vistas à contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos para montagem de 1 (uma) galeria fotográfica, com capacidade para 12 fotografias.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, bem como demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 18/05/2022, às 16:34, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1321648** e o código CRC **C72EDA92**.

00421/2022 1321648v5

Data e hora da consulta: 20/05/2022 13:31
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	237	2022PE000199

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	339030	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
19/05/2022	Ordinário	00421/2022	-	30,00

Favorecido

Código	Nome
41.106.192/0001-00	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA

Endereço	CEP
CND 5 LOTE 17 LOJA 04 TAGUATINGA NORTE (T	72120-055

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	61 32979913

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

00421/2022.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE GALERIA DE FOTO PARA MONTAGEM DE 1 (UMA) GALERIA FOTOGRÁFICA, COM CAPACIDADE PARA 12 FOTOGRAFIAS. CONFORME DESPACHO 1321648-DG.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/05/2022 15:04:57	Alteração

Data e hora da consulta: 20/05/2022 13:31
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	30,00

Subelemento 29 - MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	FOTOGRAFIAS COM DIMENSÕES: 13 X 18 CM E ESPECIFICAÇÕES: FOTOGRAFIAS EM PRETO E BRANCO, IMPRESSAS EM PAPEL FOTOGRÁFICO FINE ART FOSCO, 210G/M2 OU SIMILAR. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	30,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	2,00000	15,0000	30,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
19/05/2022 15:04:57

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
19/05/2022 11:09:28

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/05/2022 15:04:57	Alteração

Data e hora da consulta: 20/05/2022 13:32
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	238	2022PE000200

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	449052	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
19/05/2022	Ordinário	00421/2022	-	5.657,20

Favorecido

Código	Nome
41.106.192/0001-00	OPTATEC IMPRESSAO DIGITAL LTDA

Endereço	CEP
CND 5 LOTE 17 LOJA 04 TAGUATINGA NORTE (T	72120-055

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	61 32979913

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
00421/2022.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE GALERIA DE FOTO. DESPACHO SECOM 1307588.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/05/2022 15:05:09	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.657,20

Subelemento 44 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	TESTEIRA EM AÇO COM DIMENSÕES: 150 X 10 CM E ESPECIFICAÇÕES: PLACA DE AÇO ESCOVADO PARA FIXAÇÃO DE LETRA CAIXA NAS MEDIDAS DE 150 X 10 CM EM CHAPA 20 ENRIJECIDA. ITEM 1 DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	570,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	1,00000	570,0000	570,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	LETRA CAIXA EM AÇO ESCOVADO COM DIMENSÕES: 10MM DE ESPESSURA E ESPECIFICAÇÕES LETRAS-CAIXA EM METAL PINTADO DE PRETO FOSCO COM 10 MM DE ESPESSURA, TEXTO EM CAIXA ALTA, FONTE MONTSERRAT SEMIBOLD, CORPO 130PT ITEM 2. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	1.632,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	68,00000	24,0000	1.632,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	PLAQUETAS DE AÇO INOX FOSCO, COM GRAVAÇÃO COM DIMENSÕES: 19 X 3 CM, COM 2 MM DE ESPESSURA E ESPECIFICAÇÕES: PLAQUETAS PRODUZIDAS EM AÇO ESCOVADO, CANTOS ARREDONDADOS DE 2 MM COM TEXTO CENTRALIZADO GRAVADO EM PRETO FOSCO. TEXTO NA PRIMEIRA LINHA EM CAIXA ALTA NA FONTE MONTSERRAT SEMIBOLD, CORPO 24PT E DATA NA SEGUNDA LINHA (FONTE MONTSERRAT REGULAR, CORPO 21). ITEM 3. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	100,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	2,00000	50,0000	100,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	PLAQUETAS DE AÇO INOX FOSCO, SEM GRAVAÇÃO COM DIMENSÕES: 19 X 3 CM, COM 2 MM DE ESPESSURA E ESPECIFICAÇÕES: PLAQUETAS PRODUZIDAS EM AÇO ESCOVADO, CANTOS ARREDONDADOS DE 2 MM, SEM GRAVAÇÃO. ITEM 4. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	250,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	10,00000	25,0000	250,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	PLACAS DE ACRÍLICO COM DIMENSÕES: 19 X 24 CM, COM CANTOS ARREDONDADOS DE 2 MM E ESPECIFICAÇÕES: PLACAS	1.080,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/05/2022 15:05:09	Alteração

Data e hora da consulta: 20/05/2022 13:32
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.657,20

Subelemento 44 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	DE ACRÍLICO TRANSPARENTE, COM 4 MM DE ESPESSURA CADA PLACA, COM CANTOS ARREDONDADOS DE 2 MM. ITEM 5. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	1.080,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	24,00000	45,0000	1.080,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	ESPAÇADORES COM DIMENSÕES: 19 MM DE DIÂMETRO CADA E ESPECIFICAÇÕES: ESPAÇADORES METÁLICOS, COM 19 MM DE DIÂMETRO CADA. ITEM 6. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	475,20

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	48,00000	9,9000	475,20

Seq.	Descrição	Valor do Item
007	PLACA DE MDF ACABAMENTO MELAMÍNICO QUE IMITA MADEIRA OU LÂMINAS DE MADEIRA COM DIMENSÕES: 160 X 127 CM E ESPECIFICAÇÕES: AFIXADA SOBRE A PAREDE DE ALVENARIA. ACABAMENTO MELAMÍNICO QUE IMITA MADEIRA OU LÂMINAS DE MADEIRA, DE ACORDO COM O PADRÃO DO PRÉDIO DO CNJ, ESPESSURA DA MADEIRA 18MM, FIXAÇÃO COM BUCHAS E PARAFUSOS, ACABAMENTO COM PROLONGADORES. ITEM 8. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	1.150,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	1,00000	1.150,0000	1.150,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
008	INSTALAÇÃO. ITEM 9. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1279981).	400,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/05/2022	Inclusão	1,00000	400,0000	400,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
19/05/2022 15:05:09

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/05/2022 15:05:09	Alteração

Data e hora da consulta: 20/05/2022 13:32
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Assinaturas

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
19/05/2022 11:53:36

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/05/2022 15:05:09	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD “Não se aplica” 00

Solicitação 03

Comparativo de valor 07

Parecer Jurídico 12

Declaração de Dispensa de Licitação/Inexigibilidade de Licitação 19

Declaração de Ratificação/Inexigibilidade de Licitação 20

Nota de Empenho 22

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO E DE ELABORAÇÃO DE NORMAS DE AUDITORIA
SAF SUL Quadra 2 - Lotes 5/6, Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1347255 - NUAN

Brasília, 27 de junho de 2022.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público	
Período: De 15/08 a 19/08/2022	**Carga Horária: 24 horas**
Local de Realização: *On-line*	**Turno: De 08h00 as 13h00**
Entidade Promotora: MMP Cursos - Capacitação e Treinamento Profissional	**CNPJ: 14.087.594/0001-24**
Telefone: (61) 4102-8052	**E-mail: contato@mmpcursos.com.br**
Endereço: SRTVS Setor de Rádio e TV Sul Quadra 701 Cj E, Bloco 01, Sala 212, Parte A1 - Asa Sul	
Cidade: Brasília	**UF: DF**
Valor Unitário: R$ 1.890,00	**Valor Total:**

PARTICIPANTES

Mat	**Nome**	**Cargo/Função**	**Ramal**	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)
1518	Priscila Schubert da Cunha Canto	Chefe da Seção de Auditoria da Gestão e da Governança - SEAGG	4850	De 18/07/2022 a 22/07/2022; de 12/09/2022 a 24/09/2022; de 03/11/2022 a 02/12/2022.	Não
2060	Alexandre Pinto Vieira de Paula	Analista Judiciário - Área Administrativa	4848	De 26/09/2022 a 14/10/2022; de 09/12/2022 a 19/12/2022.	Não

2146	Edison Livio Bruno de Araújo Lopes	Técnico Judiciário - Área Administrativa. Assistente II	4857	De 02/08/2022 a 12/08/2022; 26/09/2022 a 07/10/2022; 03/11/2022 a 09/11/2022.	Não

( ) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

Com a publicação da IN 84/2020, a prestação de contas anual passou a ocorrer na forma de auditoria financeira e de conformidade. A capacitação solicitada aborda parte dos conhecimentos necessários aos servidores para a condução da auditoria financeira.

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

Exemplos:

- Qual seria a formação ideal do professor?
- Qual seria a experiência ideal do professor?
- Qual seria a carga horária ideal da capacitação?
- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?
- Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?
- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)

3. Considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ e o Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo, enumere as atribuições do seu cargo e/ou da seção que serão impactadas com a realização da capacitação:

Analisar e instruir processos administrativos, bem como auxiliar a elaboração de pareceres, laudos e relatórios pertinentes à área de atuação; organizar o processo de contas anuais a serem encaminhados ao TCU; realizar exames de auditoria mediante avaliação dos processos de gestão administrativa, controles internos, gestão de riscos, governança e da gestão de pessoas.

JUSTIFICATIVA

Justifique, esclarecendo como o conteúdo do evento escolhido atende/supre suas lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) e/ou as atividades desenvolvidas em sua unidade de lotação:

A IN 84/2020 estabeleceu normas para a prestação de contas, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União. Em seu art. 13, a citada IN define: "*A auditoria nas contas tem por finalidade assegurar que as prestações de contas tratadas no título II desta instrução normativa, expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis*".

Dessa forma, adotou-se o tipo de auditoria financeira e de conformidade para a prestação de contas anual. Por ser um tipo de auditoria nunca executado pela Coordenadoria de Auditoria Interna, a partir de 2020 os servidores dessa unidade iniciaram as ações de capacitação para conhecimento inicial sobre o tema. Porém, em razão da ampla complexidade e extenso conteúdo, os servidores necessitam aprofundar seus conhecimentos em questões de contabilidade, demonstrações contábeis, análise de balancete, SIAFI operacional, entre outros.

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático;**
- **Relatório "Lacunas de competência":** Acessar https://www.cnj.jus.br/gestcom/, fazer login informando seu CPF e senha de rede do CNJ. Caso seja seu primeiro acesso, informar seu CPF nos dois campos (login e senha). Depois, clicar no botão "visualizar", no canto inferior direito, e novamente "visualizar" e, então, salvar em PDF. O objetivo é demonstrar que **o evento escolhido atende as lacunas de competência.**

Caso suas lacunas não estejam disponíveis (não participou do período avaliativo) ou não reflitam mais suas atividades (mudança de lotação), justifique como o conteúdo do evento está atrelado às suas atuais atribuições.

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **FELIPE RESENDE SABINO**, **ASSESSOR-CHEFE - SECRETARIA DE AUDITORIA**, em 08/07/2022, às 19:26, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1347255** e o código CRC **5091281A**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1359521
Processo: 06072/2022
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Coordenadoria de Auditoria Interna (COAD) para a participação dos servidores Priscila Schubert da Cunha Canto**,** matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, e Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146, no curso "**Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público"**, promovido pela MMP Cursos – Capacitação e Treinamento Profissional, CNPJ: 14.087.594/0001-24 (Doc. SEI n. 1347255).

2. O treinamento serão ofertado na **modalidade on-line ao vivo,** de **15 a 19 de agosto de 2022**, com uma carga horária total de 24 horas (Doc. SEI nº 1355950).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1359519) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1347255), os servidores não participaram, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foi também indicado o período de férias dos participantes, evidenciando que não estarão de férias no período do curso (Doc. SEI nº 1347255).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Doc. SEI nº 1347255, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas

Com a publicação da IN 84/2020, a prestação de contas anual passou a ocorrer na forma de auditoria financeira e de conformidade. A capacitação solicitada aborda parte dos conhecimentos necessários aos servidores para a condução da auditoria financeira.	-	A IN 84/2020 estabeleceu normas para a prestação de contas, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União. Em seu art. 13, a citada IN define: "*A auditoria nas contas tem por finalidade assegurar que as prestações de contas tratadas no título II desta instrução normativa, expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis*". Dessa forma, adotou-se o tipo de auditoria financeira e de conformidade para a prestação de contas anual. Por ser um tipo de auditoria nunca executado pela Coordenadoria de Auditoria Interna, a partir de 2020 os servidores dessa unidade iniciaram as ações de capacitação para conhecimento inicial sobre o tema. Porém, em razão da ampla complexidade e extenso conteúdo, os servidores necessitam aprofundar seus conhecimentos em questões de contabilidade, demonstrações contábeis, análise de balancete, SIAFI operacional, entre outros.

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1352056), são competências da **COAD**: I – coordenar a execução das atividades de auditoria em cumprimento ao planejamento anual aprovado; II – coordenar a execução das atividades de auditoria especiais determinadas pelo Presidente ou pelo Plenário; III – organizar o processo de contas anuais a serem encaminhados ao Tribunal de Contas

da União - TCU; IV – coordenar a elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA e promover o respectivo acompanhamento; V – elaborar o Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP e promover seu respectivo acompanhamento; VI – desenvolver outras atividades típicas da Coordenadoria.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), o conteúdo do treinamento **abarca as lacunas de competência** da COAD: **Relatório de Auditoria** - Elaborar relatório de auditoria de acordo com padrões difundidos pelas normas internacionais de auditoria, manuais e legislação pertinente; **Análise de dados para emissão de resultados** - Cotejar dados/informações de acordo com critérios previamente estabelecidos e elaborar conclusão das análises; **Análise de Atos de Gestão** - Avaliar e emitir manifestação sobre os atos de gestão denunciados como irregulares ou ilegais de acordo com os normativos, normas e manuais vigentes; **Elaboração de programa de auditoria** - Elaborar o programa de cada auditoria a ser realizada, considerando as especificidades da área ou unidade aditada, de acordo como escopo definido no planejamento; entre outras (Doc. SEI n. 1355955).

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1359461, o evento terá como instrutor:

Lucas Oliveira Gomes Ferreira: Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília. Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis - UnB (2021). Mestre pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN (2012). Graduado em Ciências Contábeis e Atuariais pela Universidade de Brasília (2009). Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU). Foi servidor do Superior Tribunal Militar (STM), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), da Fundação Universidade de Brasília (FUB-UnB) e do Metrô-DF. Possui experiência em auditoria, contabilidade pública, orçamento.

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento é de **R$ 5.670,00 (cinco mil seiscentos e setenta reais)**, conforme Doc. SEI nº 1347255 e 1355950.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **de acordo** com o valor médio da hora-aula em eventos semelhantes, cobrado pela empresa, em relação a outros órgãos públicos, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**

CNJ	**R$ 5.670,00**	**3**	**R$ 1.890,00**	**24 h**	**R$ 78,75**

Evento semelhante ofertado a outros órgãos públicos - comparação de preços (Doc. SEI nº 1359492)

Órgão	Valor total	Vagas	Valor unitário	Carga Horária	Hora-aula por pessoa
Secretaria de Economia e Finanças - Exército	R$ 3.780,00	2	R$ 1.890,00	24 h	R$ 78,75
Tribunal de Contas do Estado do Amapá	R$ 3.780,00	2	R$ 1.890,00	24 h	R$ 78,75
Instituto Federal de Roraima	R$ 5.670,00	3	R$ 1.890,00	24 h	R$ 78,75
	Média de Preços				**R$** 78,75

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Contrato Social (Doc. SEI 1359482), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1359489.

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de três vagas integrantes do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ressalto que, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018, a Lista de Verificação SEDUC será juntada aos autos após informação de disponibilidade orçamentária.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do

evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor de **R$ 5.670,00 (cinco mil seiscentos e setenta reais),** referente à participação dos servidores da COAD no referido evento.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Johana Thaise Alencar Pedrosa

Chefe da Seção de Educação Corporativa em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOHANA THAISE ALENCAR PEDROSA**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 20/07/2022, às 13:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1359521** e o código CRC **FB80A077**.

PARECER - AJU

Senhor Assessor-chefe em substituição,

Trata-se de proposta de solicitação do curso "Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público", a ser promovido pela empresa MMP Cursos.

2. Constam dos autos as seguintes peças principais:

a) Solicitação de participação em evento externo (1347255);

b) Termo de Compromisso Evento Externo (1355832);

c) Proposta do curso e conteúdo programático (1355950);

d) Relatório Lacunas de competência (1355955);

e) Despacho n. 1356255, pelo qual o Assessor-Chefe da Secretaria de Auditora (SAU), de ordem, manifestou concordância com a participação dos servidores no curso;

f) Lista de Verificação - área demandante (1356586);

g) documentos relativos ao instrutor e à pessoa jurídica promotora da capacitação (1359461, 1359482 e 1359489);

h) notas de emprenho (outras contratações da pretensa contratada) e pré-empenho e reserva de vaga (1359492, 1362361 e 1359503);

i) pesquisa de mercado (1359519); e

j) Lista de Verificação - SEDUC (1362390).

3. Mediante a Informação n. 1359521, a Seção de Educação Corporativa (Seduc) informa que:

> 2. O treinamento serão ofertado na **modalidade on-line ao vivo,** de **15 a 19 de agosto de 2022**, com uma carga horária total de 24 horas (Doc. SEI nº 1355950).
>
> 3. Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1359519) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.
>
> 4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de

atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1347255), os servidores não participaram, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foi também indicado o período de férias dos participantes, evidenciando que não estarão de férias no período do curso (Doc. SEI nº 1347255).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Doc. SEI nº 1347255, os seguintes aspectos:

(...)

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1352056), são competências da **COAD**: I – coordenar a execução das atividades de auditoria em cumprimento ao planejamento anual aprovado; II – coordenar a execução das atividades de auditoria especiais determinadas pelo Presidente ou pelo Plenário; III – organizar o processo de contas anuais a serem encaminhados ao Tribunal de Contas da União - TCU; IV – coordenar a elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA e promover o respectivo acompanhamento; V – elaborar o Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP e promover seu respectivo acompanhamento; VI – desenvolver outras atividades típicas da Coordenadoria.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), o conteúdo do treinamento **abarca as lacunas de competência** da COAD: **Relatório de Auditoria** - Elaborar relatório de auditoria de acordo com padrões difundidos pelas normas internacionais de auditoria, manuais e legislação pertinente; **Análise de dados para emissão de resultados** - Cotejar dados/informações de acordo com critérios previamente estabelecidos e elaborar conclusão das análises; **Análise de Atos de Gestão** - Avaliar e emitir manifestação sobre os atos de gestão denunciados como irregulares ou ilegais de acordo com os normativos, normas e manuais vigentes; **Elaboração de programa de auditoria** - Elaborar o programa de cada auditoria a ser realizada, considerando as especificidades da área ou unidade aditada, de acordo como escopo definido no planejamento; entre outras (Doc. SEI n. 1355955).

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1359461, o evento terá como instrutor:

Lucas Oliveira Gomes Ferreira: Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília. Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis - UnB (2021). Mestre pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN (2012). Graduado em Ciências Contábeis e Atuariais pela Universidade de Brasília (2009). Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU). Foi servidor do Superior Tribunal Militar (STM), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), da Fundação Universidade de Brasília (FUB-UnB) e do Metrô-DF. Possui experiência em auditoria, contabilidade pública, orçamento.

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do

investimento é de **R$ 5.670,00 (cinco mil seiscentos e setenta reais)**, conforme Doc. SEI nº 1347255 e 1355950.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **de acordo** com o valor médio da hora-aula em eventos semelhantes, cobrado pela empresa, em relação a outros órgãos públicos, conforme tabela abaixo:

(...)

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Contrato Social (Doc. SEI 1359482), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1359489.

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de três vagas integrantes do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ressalto que, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018, a Lista de Verificação SEDUC será juntada aos autos após informação de disponibilidade orçamentária.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor de **R$ 5.670,00 (cinco mil seiscentos e setenta reais),** referente à participação dos servidores da COAD no referido evento.

(...)

4. Posteriormente, mediante o Despacho n. 1362395, a Seduc remeteu os autos à Assessoria Jurídica (AJU) para análise dos dispositivos legais que norteiam a referida contratação.

É o relato do essencial.

ANÁLISE

5. Inicialmente, consigna-se que a presente manifestação se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

6. Entende-se que a contratação direta pretendida encontra amparo no artigo 25, caput, da Lei n. 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

7. Para justificar a contratação direta, a Seduc, indicou, entre outros fundamentos, entendimento da Secretaria de Controle Interno (antiga denominação da Secretaria de Auditoria) no seguinte sentido (Processo n. 00952/2021 - id. 1029802, p. 6. Grifou-se):

> 35. **É possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros** (cursos, seminários, congressos, mesa redonda, entre outros), **mediante adoção do procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93,** em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores.
>
> 36. Essa inviabilidade se deve a fatores inerentes à ocorrência do evento**tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.**
>
> 37. Essas particularidades fundamentam a impossibilidade de competição, uma vez que **a ação de treinamento escolhida apresenta características de eventualidade e possibilidade de não ocorrer outro treinamento,** portanto, apta a atender ao interesse público.

8. Nessa linha de entendimento, a Seduc atestou que "(...) não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1359519) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico."

9. Noticiou, ainda, que (...) em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada."

10. Adicionalmente, apontou que "É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de três vagas integrantes do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os

servidores do CNJ."

11. Com efeito, a Decisão n. 439/1998 - Plenário do Tribunal de Contas da União contém em sua parte dispositiva (grifou-se):

> (...)
>
> Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, **bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;**
>
> (...)

12. Sobre o ponto, colhe-se ainda doutrina de Ronny Charles Lopes de Torres (grifou-se):

> É possível a contratação direta, através de inexigibilidade, para cursos de capacitação.
>
> Em princípio, esta contratação por inexigibilidade é feita com base no inciso II, do artigo 25, quando identificados os requisitos previstos no referido dispositivo ou então através das chamadas dispensas de pequeno valor; contudo, **é possível admitir a contratação direta de cursos de capacitação por inexigibilidade, mesmo que não identificados os requisitos do referido inciso II do artigo 25.**
>
> (...)
>
> Correto o raciocínio apontado pelo membro da AGU. Mesmo que não identificados os requisitos do inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993, **é possível a caracterização de uma situação de inviabilidade de competição que justifique a contratação de curso de capacitação fechado (in company) ou aberto, com inexigibilidade de licitação.** Sempre necessário perceber que, independente dos requisitos específicos previstos nos exemplificativos incisos do artigo 25, **o elemento caracterizador da inexigibilidade de licitação é a situação fática de inviabilidade de competição.**
>
> (TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de Licitações Públicas comentadas** - revista, ampliada e atualizada. 10 ed. Salvador: Ed. Juspodium, 2019. pag. 425-426)

13. Adicionalmente, a Seduc indica que "O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **de acordo** com o valor médio da hora-aula em eventos semelhantes, cobrado pela empresa, em relação a outros órgãos públicos (...) conforme tabela constante da Informação n. 1359521.

14. Quanto ao aspecto financeiro, mediante o Despacho n. 1362236, a Seção de Planejamento Orçamentário (Sepor) informou que " (...) há disponibilidade orçamentária, no Programa de Trabalho 02.032.0033.21BH.0001 - "Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias", no plano orçamentário "Capacitação de pessoas do Conselho Nacional de Justiça", para atender a despesa, tendo sido emitido emitido o documento 1362361."

15. Consta da Solicitação de Participação em Evento Externo n. 1347255 que os servidores interessados em participar do curso não registram férias

marcadas para o período aprazado para sua realização. Por sua vez, tais servidores assinaram o Termo de Compromisso de Evento Externo n. 1355832, assumindo compromisso de ressarcir ao CNJ as despesas havidas, em caso de interrupção ou reprovação no referido evento.

16. Informa a Seduc que o instrutor do curso será o Sr. Lucas Oliveira Gomes Ferreira: Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília. Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis - UnB (2021). Mestre pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN (2012). Graduado em Ciências Contábeis e Atuariais pela Universidade de Brasília (2009). Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU). Foi servidor do Superior Tribunal Militar (STM), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), da Fundação Universidade de Brasília (FUB-UnB) e do Metrô-DF. Possui experiência em auditoria, contabilidade pública, orçamento.

17. Constam dos autos, ainda, elementos indicativos da regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada (id. 1359489) - **mas se sugere nova consulta antes da celebração do ajuste -** e cópia do contrato social da referida empresa.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, excluídas as questões afetas ao exame de oportunidade e conveniência, opina-se pela possibilidade jurídica de contratação direta, com fundamento no *caput* do art. 25, da Lei nº 8.666/1993, da empresa MMP Cursos para realização do curso "Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público" aos servidores Priscila Schubert da Cunha Canto**,** matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, e Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146, na modalidade *on-line*.

É o parecer.

Francisco Fidalgo Romero

Assessor Jurídico

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 27/07/2022, às 15:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO FIDALGO ROMERO**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 27/07/2022, às 15:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1362914** e o código CRC **BF816F10**.

DESPACHO

À Coordenadoria de Auditoria Institucional (COAD),

1. Trata-se de solicitação da Coordenadoria de Auditoria Institucional (COAD) para a participação dos servidores Priscila Schubert da Cunha Canto, matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, e Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146, no curso "**Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público**", promovido pela **MMP Cursos - Capacitação e Treinamento Profissional**, CNPJ: **14.087.594/0001-24** (Doc. SEI n. 1347255).

2. Diante da recomendação da Assessoria Jurídica (AJU) expressa no **item 15** do Parecer 1279976, restituo os autos para que seja preenchida a Lista de Verificação 1/2 1356586 pela unidade demandante. Cumpre informar que o preenchimento de tal questionário foi determinado pela Diretoria-Geral nos autos do Processo SEI n. 07189/2015, Despacho n. 0170165.

2.1 Para que a instrução processual não fique prejudicada em razão da data de início do curso, esta Seção solicita que o documento seja respondido impreterivelmente até o dia **14 de julho.**

Respeitosamente,

Johana Thaise Alencar Pedrosa

Chefe da Seção de Educação Corporativa em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOHANA THAISE ALENCAR PEDROSA**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 12/07/2022, às 14:34, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1356590** e o código CRC **E0C56769**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1362914, bem como do Despacho SEDUC 1365842, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 5.670,00 (cinco mil seiscentos e setenta reais) e **autorizo** a contratação da empresa MMP Cursos – Capacitação e Treinamento Profissional, CNPJ nº 14.087.594/0001-24, com vista à participação dos servidores e servidoras Priscila Schubert da Cunha Canto**,** matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, e Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146, no curso "Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público", promovido na modalidade on-line ao vivo, de 15 a 19 de agosto de 2022" (Doc. SEI nº 1347255).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências da alçada dessas Unidades.

3. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 28/07/2022, às 18:48, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1366707** e o código CRC **9C418AD5**.

Data e hora da consulta: 02/08/2022 10:43
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	309	2022PE000269

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
29/07/2022	Ordinário	06072/2022	-	5.670,00

Favorecido

Código	Nome
14.087.594/0001-24	MMP CURSOS CAPACITACAO E TREINAMENTO LTDA

Endereço	CEP
SRTVS BLOCO LOTES 701 CONJ E ASA SUL	70340-901

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	(61) 4102.8052 - 3033.3004

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição

06072/2022. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTO DE CAPACITAÇÃO EXTERNO - CURSO: AUDITORIA FINANCEIRA APLICADA AO SETOR PÚBLICO.
CONFORME DESPACHO 1366707-DG

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/07/2022 16:11:32	Alteração

Data e hora da consulta: 02/08/2022 10:43
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.670,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EVENTO DE CAPACITAÇÃO EXTERNO - CURSO: AUDITORIA FINANCEIRA APLICADA AO SETOR PÚBLICO. DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME INFORMAÇÃO SEDUC 1359521.	5.670,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
29/07/2022	Inclusão	1,00000	5.670,0000	5.670,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
29/07/2022 16:11:32

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
29/07/2022 16:06:22

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/07/2022 16:11:32	Alteração

Dispensa de Licitação



Aquisição de fone de ouvido e de Headset

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 09

PAMS 12

Mapa Comparativo de Preços 18

Declaração de Dispensa de Licitação 19

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 22

Nota de Empenho 23

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - DTI Nº 1319351 / SEATE

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DTI

1 INFORMAÇÕES INICIAIS

Esta demanda foi solicitada, em decorrer do Memorando Circular encaminhado às unidades internas do CNJ para proceder ao levantamento das necessidades de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, para o ano de 2023, em todas as áreas, e cujo prazo sugerido para envio das demandas encerrou-se no dia **18/04/2023**.

O Departamento de Tecnologia da Informação está à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

2 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1 Título:

Aquisição de 2 (dois) tipos de fones de ouvido um para uso da equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos na organização de eventos e outro para uso de Conselheiros ou autoridades na participação de eventos, quando necessário.

2.2 Unidade Demandante:

SCE e DTI

2.3 Responsável pela Demanda:

Nome: Thiago de Andrade Vieira
Matrícula: 1246
Telefone: (61) 2326-5318
E-mail:thiago.vieira@cnj.jus.br

2.4 Sumário:

3 CONTEXTO DE NEGÓCIO

3.1 Situação Atual:

Em virtude da pandemia do Covid-19, o Conselho Nacional de Justiça promoveu adequação à nova realidade e passou a realizar eventos virtuais com constância.
É oportuno esclarecer que é uma tendência da gestão atual a realização de vários eventos presenciais e virtuais em um mesmo dia, com o intuito de otimizar a agenda do Presidente. Tendo em vista o retorno positivo, esta Secretaria entende que esta será uma modalidade que terá continuidade por várias gestões.
Diante desse cenário, houve um aumento significativo na quantidade de solenidades e da ocorrência de eventos simultâneos. Destaca-se que existe a necessidade de acompanhamento da realização desses eventos que são realizados de forma virtual, demandando equipamentos tecnológicos para melhor comunicação da equipe envolvida na realização do evento, para realização de testes na plataforma de eventos e para o acompanhamento de falas de autoridades e ordem de demandas, conforme especificidade de cada evento.

3.2 Descrição da Oportunidade ou do Problema:

Os equipamentos são necessários para aprimorar a comunicação entre as áreas na plataforma virtual.

3.3 Objetivos da Solução Demandada:

1. Prover a demanda de equipamento necessário para aprimoramento da comunicação na realização das sessões e de eventos institucionais conduzidos e/ou apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça;
2. Possibilidade de otimizar a realização de testes na plataforma de eventos virtuais, acompanhamento da comunicação durante o evento; e
3. Espera-se como resultado da contratação a garantia de qualidade e de presteza na execução dos serviços de organização, gestão e coordenação de eventos.

3.4 Alinhamento Estratégico:

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104 de 30/06/2020):

" *Art. 2º São componentes da estratégia do CNJ:*

(...)

II – visão de futuro: órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira;

III – valores:

(...)

d) integração: busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade;

e) comprometimento: compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização;

(...)

h) eficiência: simplificar os procedimentos, desburocratizar e tornar a gestão do CNJ e do Poder Judiciário mais

eficiente, inclusive por meio da disseminação de inovações tecnológicas;
(...)
Art. 3º São objetivos estratégicos para o período 2021-2026:
(...)
IV – promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica;
(...)
XV – estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário;"

3.5 Processo de Trabalho:

3.5.1 Há quanto tempo esse processo é executado no CNJ?

Selecione uma das opções seguintes:

[X] Novo [ ] Menos de 3 meses [ ] De 3 meses a um ano [ ] Acima de um ano

3.6 Alternativas da Solução Demandada:

Não foram vislumbradas alternativas para solução demandada.

3.7 Há algum risco ou implicação em especial caso a solução não possa ser fornecida?

A comunicação entre os setores será afetada.

3.8 Qual é o grau de complexidade da contratação?

[X] Baixa [ ] Média [ ] Alta

3.9 Indicar previsão de data em que deve ser entregue a solução para a unidade demandante.

16/07/2022

4 CONTEXTO DA SOLUÇÃO: PERSPECTIVA DE VALOR

4.1 Ciclo de Vida da Solução.

1. Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade da solução?

[X] Menos de 1 ano [ ] De 1 a 3 anos [ ] Mais de 3 anos

1. Trata-se de uma solução com caráter definitivo ou temporário? Há algum fato já conhecido que poderá implicar a descontinuidade da solução ou a sua substituição?

A solução tem caráter definitivo. Não vislumbramos no contexto atual nenhum fato que poderá causar a descontinuidade do uso do equipamento.

4.2 Clientes que farão uso ou se beneficiarão da solução.

Usuários do CNJ, podendo incluir autoridades do CNJ.

4.2.1 Âmbito Interno:

Selecione uma das opções seguintes:

[ ] Até 1 Unidade [ ] 2 ou 3 Unidades [X] 4 ou mais Unidades do CNJ

4.2.2 Âmbito Externo:

Selecione uma ou mais opções de classes de usuários seguintes:

[X] Não se aplica

[ ] Cidadãos, partes e representantes (advogado privado e público)

[ ] Órgãos associados (STF, AGU, PGR, TCU, etc.)

[ ] Tribunais associados

Justifique cada um dos itens marcados (exceto o item “Não se aplica”):

4.2.3 Conselheiros:

[ ] Não se aplica [ ] 1 Conselheiro [ ] 2 ou 3 Conselheiros [X] 4 ou mais Conselheiros

Trata-se de fones de ouvido e headset que poderão ser utilizado por autoridades.

4.3 A solução está relacionada à padronização de processos de trabalho, atividades ou documentos?

Caso haja padronização, justifique a sua resposta para cada item afetado: processo de trabalho, atividade e documento. Considera-se processo de trabalho como algo constituído por um conjunto de atividades que devem ser executadas para produzir pelo menos um resultado identificável e utilizável. Atividade é uma etapa inserida em um processo de trabalho. Entende-se por documento, para fins deste formulário, quaisquer relatórios, gráficos e outros tipos de documentos, impressos ou em tela, produzidos durante ou ao fim de um processo de trabalho.

4.4 Há processos de trabalho, atividades e documentos que serão simplificados ou eliminados com a entrega da solução?

Realização de forma virtual de reunião, audiências e outros eventos institucionais do CNJ

4.5 Expectativa de entrega da solução.

Em até quanto tempo ou em até que data a solução demandada deveria ser

implantada para não perder sua utilidade ou a oportunidade que se apresenta?

Espera que os equipamentos estejam disponíveis até 16/07/2022.

5 CONTEXTO DA SOLUÇÃO: PERSPECTIVA DE CUSTO

Fones de ouvido tipo Headset para SCE e SEATE - 30 (trinta unidades):
Fone de ouvido com microfone flexível;
Tecnologia que permite utilização em notebooks ou computadores do CNJ
Tecnologia DSP: (processamento do sinal digital) que oferece um som de voz mais clara;
Microfone com redutor de ruído integrado;
Conexão USB (*plug and play*);
Controle de volume e *mute* no cabo;
Cor discreta, preferencialmente preta
Comprimento do cabo USB: aproximadamente 1,6 Metros

Fones de ouvido para autoridades 30 (trinta unidades)
Tecnologia que permite utilização em notebooks ou computadores do CNJ
Fone de Ouvido in-ear JBL C50HI ou similar

5.1 Há atividades ou ações que a futura solução dependa para que possa vir a ter efeito?

Não

5.2 Se a aquisição não estiver prevista no Plano Anual de Aquisições, indicar o valor que será que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda.

Manifestação do Titular da Unidade.

De acordo, encaminhe-se ao DTI.

Documento assinado eletronicamente por **DENILSON DE LUCENA MATOS**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS**, em 18/05/2022, às 14:59, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1319351** e o código CRC **95B3DF3A**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:
Disponibilizar fone de ouvido e headset.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:
Usuários e autoridades do Conselho Nacional de Justiça.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:
A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104 de 30/06/2020):
" *Art. 2º São componentes da estratégia do CNJ:*
(...)
II – visão de futuro: órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira;
III – valores:
(...)
d) integração: busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade;
e) comprometimento: compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização;
(...)
h) eficiência: simplificar os procedimentos, desburocratizar e tornar a gestão do CNJ e do Poder Judiciário mais eficiente, inclusive por meio da disseminação de inovações tecnológicas;
(...)
Art. 3º São objetivos estratégicos para o período 2021-2026:
(...)
IV – promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica;
(...)
XV – estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário;"

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO
Item 01 - Fone de ouvido in-ear (intra-auricular) Preto - Similar ao JBL C50H:
- 3 tamanhos de ponteira inclusos (P,M,G)
- Microfone integrado

- Resposta de frequência mínim: 20-20kHz
- Impedância mínima: 30±4.5 ohms
- Sensibilidade mínima: 101±3dBSPL, 1mW
- SPL máximo: 10mW
- Potência de entrada: 3mW
- Comprimento do cabo mínimo de 1.2M
- Plug: 3.5mm

Item 02 - Fone de ouvido on-ear Preto - Similar ao Logitech H390
- Inclui microfone.
- Tipo de conector: USB
- Comprimento do cabo mínimo de 1,9m
- Impedância de entrada: 32 Ohm
- Uso profissional
- Arco de cabeça e fones acolchoados e macios
- Microfone rotativo com cancelamento de ruído
--Controle de volume e mudo em linha com indicador em LED de mudo.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

Atualmente o CNJ não dispõem de tais equipamentos.

3.2 Identificação das opções disponíveis

A única solução vislumbrada para atendimento da necessidade é a aquisição fones de ouvido e headset, que irão proporcionar facilidades para comunicação dos usuários.

3.3 Adequação do ambiente

Não há necessidade de adequação do ambiente, visto que os periféricos são compatíveis com os equipamentos utilizados pelos usuários do CNJ.

4. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Solução Identificada	**Descrição**	Quantidade
Item 01	Fone de ouvido in-ear (intra-auricular) Preto - Similar ao JBL C50H:	30
Item 02	Fone de ouvido on-ear Preto - Similar ao Logitech H390	30

A partir de pesquisa realizada em sites de comércio eletrônico, foram considerados os seguintes valores:

- Item 1 - Valor unitário R$ 60,00 - Valor total para 30 unidades R$ 1.800,00
- Item 2 - Valor unitário: R$ 210,00 - Valor total para 30 unidades R$ 6.300,00

Tendo por base esses valores, chegou-se ao valor total estimado de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução é divisível e possúi dois itens.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Não se aplica.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

RISCO 1:	Problemas na entrega dos equipamentos		
Probabilidade	**Id**	**Dano**	**Impacto**
Baixa	1	Entrega dos equipamentos em desacordo com a proposta	Alto
Média	2	Atraso na entrega dos equipamentos	Médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Recusar o recebimento e aguardar a regularização. Caso não seja regularizado, aplicar sanção conforme estipulado no contrato.		DTI
2	Composição de sanções contratuais adequadas.		Gestor responsável

Documento assinado eletronicamente por **DENILSON DE LUCENA MATOS**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS**, em 06/06/2022, às 09:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO VELLOZO DE CAMPOS**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE GESTÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO**, em 06/06/2022, às 11:14, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1327545** e o código CRC **209CA4B4**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

1. **Objeto:** Aquisição de fone de ouvido e Headset

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
1	**Fone de ouvido in-ear (intra-auricular) Preto - Similar ao JBL C50H**: - 3 tamanhos de ponteira inclusos (P,M,G) - Microfone integrado - Resposta de frequência: 20-20kHz - Impedância: 30±4.5 ohms - Sensibilidade: 101±3dBSPL, 1mW - SPL máximo: 10mW - Potência de entrada: 3mW - Comprimento do cabo mínimo de 1.2M - Plug: 3.5mm	unidade	30
2	**Fone de ouvido on-ear Preto - Similar ao Logitech H390** - Inclui microfone. - Tipo de conector: USB-A. - Comprimento do cabo mínimo de 1,9m - Impedância de entrada: 32 Ohm - Uso profissional - Arco de cabeça e fones acolchoados e macios - Microfone rotativo com cancelamento de ruído --Controle de volume e mudo em linha com indicador em LED de mudo.	unidade	30

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Não aplicável.

3. **Prazo de Entrega:**

30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Seção de Almoxarifado do CNJ

SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E

CEP: 70175-900

Telefones: (61) 2326-4996 e 4997

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado; e

b) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

a) Entregar o material dentro do prazo estipulado;

b) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da notificação;

c) Oferecer garantia / prazo de validade com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

d) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento; e

e) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

Obrigações do Contratante:

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado; e

b) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;
a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 20 dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **DENILSON DE LUCENA MATOS**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS**, em 06/06/2022, às 09:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO VELLOZO DE CAMPOS**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE GESTÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO**, em 06/06/2022, às 11:14, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1327608** e o código CRC **3C5234D1**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 04622/2022
Assunto: Aquisição de fone de ouvido e Headset
Servidor: Nilson
Data: 15/08/2022

				Empresa: CEL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA CNPJ: 03.621.548/0001-47			Empresa: LIBERI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 32.985.372/0001-00			Empresa: SCORPION INFORMÁTICA EIRELI CNPJ: 04.567.265/0001-27			Magazine Luiza			Amazon			JBL			Mercado Livre			Kabum			STI Informática			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	**ITEM**	**UM**	**Qtde**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**
Fone de ouvido in-ear (intra-auricular) Preto - Similar ao JBL C50H: - 3 tamanhos de ponteira inclusos (P,M,G) - Microfone integrado - Resposta de frequência: 20-20kHz - Impedância: 30±4.5 ohms - Sensibilidade: 101±3dBSPL, 1mW - SPL máximo: 10mW - Potência de entrada: 3mW - Comprimento do cabo mínimo de 1.2M - Plug: 3.5mm	1	UN	30	89,00	2.670,00	2.670,00			-			-	44,99	1.349,70	1.349,70	44,89	1.346,70	1.346,70	59,00	1.770,00	1.770,00			-			-			-	44,89	1.346,70
Fone de ouvido on-ear Preto - Similar ao Logitech H390 - Inclui microfone. - Tipo de conector: USB-A. - Comprimento do cabo mínimo de 1,9m - Impedância de entrada: 32 Ohm - Uso profissional - Arco de cabeça e fones acolchoados e macios - Microfone rotativo com cancelamento de ruído --Controle de volume e mudo em linha com indicador em LED de mudo.	2	UN	30	249,00	7.470,00	7.470,00	165,00	4.950,00	4.950,00	285,87	8.576,10	8.576,10			-	199,90	5.997,00	5.997,00			-	194,00	5.820,00	5.820,00	199,99	5.999,70	5.999,70	221,11	6.633,30	6.633,30	165,00	4.950,00
VALOR TOTAL						**10.140,00**			**4.950,00**			**8.576,10**			**1.349,70**			**7.343,70**			**1.770,00**			**5.820,00**			**5.999,70**			**6.633,30**			**6.296,70**

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor mínimo total estimado: 6.296,70 (seis mil,duzentos e noventa e seis reais e setenta centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a aquisição de fones de ouvido e *headsets*.

2. Conforme informou a Seção de Compras (SECOM), no Despacho n. 1335498, o PAMS - Aquisição de Matrial (1327608) possue compatibilidade com os normativos aplicáveis à matéria. Diante dessa constatação, o referido documento foi aprovado por esta Secretaria de Administração (SAD), através do Despacho n. 1335682. No entanto, verificou-se que o DOD - Documento de Oficialização de Demanda - DTI n. 1319351 e os Estudos Preliminares SEATE n. 1327545 não foram aprovados por esta Secretaria. Desse modo, com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411, de 30 de novembro de 2018 (0578958) , **aprovo** os referidos documentos.

3. Após a realização de pesquisa de preços, a SECOM juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.3 (1396337), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEATE n. 1399546). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM n. 1417006, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa CEL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (1377990). Sendo assim, **aprovo** o respectivo Mapa Comparativo de Preços.

4. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SCONT n. 1404158 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR n. 1405016) . Não obstante a SEPOR ter informado a existência de disponibilidade orçamentária, verificou-se que foi previsto no Plano de Contratações Anual de 2022 (item 167 da Planilha DTI - 1406434) o valor de R$ 8.100,00, ou seja, menor do que o valor de R$ 10.140,00 constante da proposta mais vantajosa. Assim, s.m.j., será necessário que o DTI proceda os ajustes necessário ao PCA - 2022.

5. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa CEL TECNOLOGIA, para contratar com a Administração, consta das Certidões (1418094).

6. Consoante demonstrado na Lista de Verificação (1418098), os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez

por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

7. Cabe ressaltar que a instrução destes autos foi realizada com base nos dispositivos da Lei n. 8.666/93, uma vez que o processo foi iniciado antes da aprovação e implementação do cronograma (Despacho DG n. 1314658) relativo à adoção gradual da Lei nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos, aos processos do CNJ.

8. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **CEL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA**, inscrita no **CNPJ n. 03.621.548/0001-47**, no valor de **R$ 10.140,00 (dez mil, cento e quarenta reais)**, com vistas à aquisição de fones de ouvido e *headsets*.

9. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

10. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão da nota de empenho, e ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI), para ajustes no PCA - 2022, conforme item 5 deste expediente, bem como solicito a devolução dos autos para que esta Secretaria de Administração realize a publicação do ato de dispensa de licitação e adote as demais providências necessárias subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 10/10/2022, às 16:59, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1418263** e o código CRC **8614A76D**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1418263, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. XI, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 10.140,00 (dez mil, cento e quarenta reais)**, e **autorizo** a contratação da empresa **CEL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA** , inscrita no **CNPJ n. 03.621.548/0001-47**, com vistas à aquisição de fones de ouvido e *headsets*.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93, bem como para demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. Ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI), para ajustes no PCA - 2022, conforme item 4 do Despacho SAD 1418263.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 10/10/2022, às 18:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1419352** e o código CRC **79CD4A72**.

Data e hora da consulta: 11/10/2022 15:49
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	368	2022PE000322

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167504	0100000000	449052	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
11/10/2022	Ordinário	04622/2022	-	10.140,00

Favorecido

Código	Nome
03.621.548/0001-47	CEL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

Endereço	CEP
QS 03 EPCT LOTE 13 SALA 101, 102, 1 TAGUATINGA	71953-000

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	61 3523000

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
04622/2022. AQUISIÇÃO DE FONE DE OUVIDO E HEADSET. CONFORME DESPACHOS 1419352/DG, 1418263/SAD E 1403561/SECOM. MAIS INFORMAÇÕES NO PAMS 1327608.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/10/2022 15:07:23	Alteração

Data e hora da consulta: 11/10/2022 15:49
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.140,00

Subelemento 33 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	ITEM 1 - Fone de ouvido in-ear (intra-auricular) Preto - Similar ao JBL C50H: - 3 tamanhos de ponteira inclusos (P,M,G) - Microfone integrado - Resposta de frequência: 20-20kHz - Impedância: 30±4.5 ohms - Sensibilidade: 101±3dBSPL, 1mW - SPL máximo: 10mW - Potência de entrada: 3mW - Comprimento do cabo mínimo de 1.2M - Plug: 3.5mm	2.670,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/10/2022	Inclusão	30,00000	89,0000	2.670,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	ITEM 2 - Fone de ouvido on-ear Preto - Similar ao Logitech H390 - Inclui microfone. - Tipo de conector: USB-A. - Comprimento do cabo mínimo de 1,9m - Impedância de entrada: 32 Ohm - Uso profissional - Arco de cabeça e fones acolchoados e macios - Microfone rotativo com cancelamento de ruído -Controle de volume e mudo em linha com indicador em LED de mudo.	7.470,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/10/2022	Inclusão	30,00000	249,0000	7.470,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
11/10/2022 15:07:23

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
11/10/2022 13:47:05

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/10/2022 15:07:23	Alteração

Dispensa de Licitação



5ª Edição da Série “Justiça Pesquisa”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Edital de convocação pública **15**
Declaração de dispensa de licitação **97**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **101**
Nota de empenho **102**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Contratação de pesquisas empíricas sobre os seguintes eixos temáticos: "*Direitos Humanos e do Meio Ambiente*; *Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional*; *Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos*; e *Promoção do Acesso à Justiça Digital*", decorrente do 2º Edital de Convocação da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa, que atenda aos requisitos definidos no Estudos Preliminares e no Edital.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

São partes interessadas:

1. **Sociedade**: as pesquisas apresentam diagnóstico do Poder Judiciário brasileiro;
2. **Plenário**: as pesquisas realizadas pelo DPJ podem subsidiar a elaboração de políticas públicas pertinentes aos aspectos analisados;
3. **Projetos em andamento no Conselho Nacional de Justiça**: as pesquisas podem se relacionar diretamente ou indiretamente aos objetos dos projetos realizados pelo CNJ; e
4. **Departamento de Pesquisas Judiciárias**: a realização de pesquisas e diagnósticos do Poder Judiciário é parte das atribuições desse departamento, conforme os itens 7.2, I e II do Manual de Organização do CNJ e art. 5º, § 1º, II e III da Lei nº 11.364/2006.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como órgão integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e a avaliação de políticas judiciárias em curso.

Para bem cumprir essa missão institucional, o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) propôs a realização da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Neste edital, pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisas empíricas de interesse do Poder Judiciário, com alto nível de excelência, adotando o caráter instrumental das políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

As contratações das pesquisas decorrentes da "5ª Edição da Série Justiça Pesquisa" harmonizam-se com os seguintes objetivos estratégicos, previstos no art. 3º, II, III e IV da Portaria Presid/CNJ nº 104/2020:

II – aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de políticas judiciárias;

III – fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário; e

IV – promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica.

Esclarece-se que não constam no Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, objetivo estratégico diretamente relacionada à realização de pesquisas como existia no Item II dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015 – 2020.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A presente contratação é indispensável para cumprimento dos objetivos institucionais do Departamento de Pesquisas Judiciárias de acordo com a previsão normativa do art. 5º da Lei n. 11.364/2006:

Art. 5º Funcionará, junto ao Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ, com sede na Capital Federal.

§ 1º Constituem objetivos do DPJ:

[...]

II - desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

III - realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

IV - fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias;

[...]

§ 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o Conselho Nacional de Justiça poderá: (Redação dada pela Lei nº 11.618, de 2007)

I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, no campo de sua atuação;

II - celebrar contratos com pessoas físicas e jurídicas especializadas.

Por se tratar de contratação de trabalho intelectual incorpóreo, não se aplicam os requisitos de acessibilidade e possui pouco impacto quanto à sustentabilidade, tendo em vista que as entregas são feitas de forma digital e o trabalho é realizado na sede do contratado. Os requisitos técnicos consistem nos quatro eixos temáticos acima destacados, assim como nos subtemas que serão apresentados no futuro projeto básico. Esses requisitos técnicos, que pautarão o trabalho intelectual e instituirão obrigações aos contratados, também foram traçados a partir da reunião do Conselho Consultivo do DPJ (órgão instituído pelo art. 6º da Lei n. 11.364/2006) ocorrida em 02 de março de 2021.

As futuras contratações deverão cumprir o detalhamento previsto em cada plano de pesquisa, anexos ao futuro ao Edital, elaborados para os respectivos temas e que conterão os requisitos e especificações de cada linha de pesquisa. A pesquisa a ser desenvolvida privilegiará a metodologia empírica ou dogmática, conforme o tema a ser desenvolvido na contratação. as pesquisas obedecerão critérios técnicos e normativos usuais nas pesquisas científicas..

O requisito geral do Segundo Edital de Convocação Pública da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa é o de que as futuras

pesquisas a serem contratadas analisem e apresentem a realidade de diversos aspectos da prestação jurisdicional no Brasil, representados pelos temas abaixo relacionado, e que sejam demonstrados diagnósticos qualificados cientificamente que possam subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais para o Poder Judiciário baseadas em evidências.

Os temas integrantes do 2º Edital da 5º Série do Justiça Pesquisa são os a seguir relacionados e serão devidamente detalhados no Projeto Básico.

1. Direitos Humanos e do Meio Ambiente;
2. Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional;
3. Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos; e
4. Promoção de Acesso à Justiça Digital.

São elegíveis para a contratação instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior, fundações de apoio à pesquisa e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa.

3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

Fase 1 - Avaliação dos Projetos, com entrega dos seguintes documentos

4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

4.2) A prova de inscrição no CNPJ;

4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;

4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição/fundação de apoio à pesquisa;

4.5) Link do Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa; 4.6) Declaração de vinculação mútua entre a instituição/fundação de apoio à pesquisa e os pesquisadores da Equipe Básica; e

4.7) Comprovação da vinculação da Instituição/fundação de apoio à pesquisa com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

A documentação mencionada deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição/fundação de apoio à pesquisa a ser contratada:

1) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

2) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no item 3.4 do Edital; e

3) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

Fase 2 - Avaliação de habilitação jurídica, com entrega dos seguintes documentos:

1) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei de Licitações”);

5) declaração expressa da instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;

6) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

As soluções disponíveis no mercado não apresentam similaridade às pesquisas pretendidas pelo CNJ. Grande parte das pesquisas são realizadas por instituições públicas que possuem entre as suas atribuições regimentais ou legais de fomento a pesquisas como, por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), o Senado Federal (SF) e o Ministério da Justiça (MJ). Em razão dessa diferença de natureza jurídica, as práticas dessas instituições são bastante específicas e estão relacionadas a modos de financiamento no desenvolvimento de pesquisas próprias ou de pesquisadores ligados a universidades e programas de pós-graduação, ou ainda, no desenvolvimento de pesquisas de opinião e de implementação de políticas públicas.

O tipo de contrato adotado pelo CNJ é o de prestação de serviço, cuja execução apresenta níveis diversos de obrigações e responsabilidade para as partes substancialmente diferentes daqueles decorrentes dos modelos típicos das atividades de fomento.

O contrato de prestação de serviço adotado pelo CNJ privilegia o desenvolvimento de pesquisa com sólida metodologia científica a qual deslinde realidades sobre temas relativos ao universo do Poder Judiciário e contribua para subsídios voltados ao aperfeiçoamento de políticas públicas.

3.1.1. Histórico da “Série Justiça Pesquisa”

A “Série Justiça Pesquisa” iniciou-se por meio dos contratos realizados em 2013 e teve sua última edição em 2020, conforme tabela abaixo:

Justiça Pesquisa						
	Contrato	**Pesquisas**	**Instituição**	**Aditivos**	**Prorrogações**	**Observação**
1 SÉRIE	14/2013	Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional	Fundação Carlos Alberto Vanzolini	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 4 de junho de 2014	
	15/2013	Tempo médio dos processos de adoção no Brasil: uma análise dos impactos da atuação do Poder Judiciário	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 3 de junho de 2014	
	17/2013	A força normativa do direito judicial: uma análise da aplicação prática do precedente no direito brasileiro e dos seus desafios para a legitimação da autoridade do Poder Judiciário	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	-	-	
	18/2013	Perfil do acesso à justiça no Brasil – juizados especiais cíveis	Universidade de São Paulo	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 2 de junho de 2014	
	21/2013	Lei de Improbidade Administrativa: entraves à efetividade e combate aos atos de improbidade	Fundação Universidade de Itaúna	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 21 de junho de 2014	
	22/2013	Processos coletivos no Brasil: Estudo diagnóstico sobre os problemas e propostas de aprimoramento dos instrumentos processuais coletivos para uma prestação jurisdicional mais eficiente	Universidade de São Paulo	-	-	
	25/2013	Estudo Multicêntrico sobre as relações entre Sociedade, Gestão e Judiciário na efetivação do direito à saúde	Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva	-	-	
	26/2013	Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
2 SÉRIE	11/2016	Os Maiores Litigantes nas Ações Consumeristas na Justiça Estadual: Mapeamento e Proposições	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	
	12/2016	Pilotando a Justiça Restaurativa: o Papel do Poder Judiciário.	Fundação José Arthur Boiteux	-	-	
	13/2016	Ações Coletivas no Brasil: o processamento, o julgamento e a execução das tutelas coletivas	Sociedade Brasileira de Direito Público	-	-	
	15/2016	Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
	17/2016	Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	-	-	
	25/2016	uma análise quantitativa e qualitativa de Impacto da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na produtividade dos Tribunais	Fundação Getúlio Vargas	-	-	
3 SÉRIE	18/2017	Modelos alternativos de gestão de processos e celeridade processual: a política de especialização de competências, a unificação de serventias e a melhoria da prestação jurisdicional no Brasil	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	Recebimento após encerrada a vigência contratual. Parecer AJUR nº 0586514
	04/2018	Justiça Criminal, Impunidade e Prescrição	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 4/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	05/2018	Judicialização da saúde no Brasil: Perfil das demandas, causas e propostas de solução	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 5/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	08/2018	A efetividade da política judiciária em matéria de oitiva de crianças na Justiça Estadual com foco na recomendação nº 33/2010 do CNJ e na implementação da Lei nº 13.431/2017	Fundação Edson Queiroz	-	-	
	12/2018	Mediação e Conciliação: obstáculos e incentivos na Justiça Cível	Universidade de São Paulo	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 12/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	15/2019	Influências recíprocas entre a imprensa jornalística impressa e digital e o sistema de justiça: papéis compartilhados na superlotação e superpopulação carcerária no Brasil	Centro de Análise e Planejamento – CEBRAP	1	a) prorrogar os prazos de entrega das Fases 5 e 6, nos termos do Anexo; e b) prorrogar o contrato em epígrafe por duas vezes.	
	16/2019	A judicialização de Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 4	
	18/2019	Encarceramento, políticas públicas e atuação da Justiça em territórios de vulnerabilidade social	Universidade de São Paulo	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 5 e 6	

4 SÉRIE	27/2019	Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do novo CPC	Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 4, 5 e 6	
	31/2019	Negros como sujeitos da justiça: um estudo comparado da jurisprudência brasileira", referente ao Campo Temático 1, "Diagnóstico da situação do negro do sistema de justiça	Centro de Pesquisa e Ensino em Ciências Sociais – CEPECS	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 2 (Produto Parcial 1), por mais 15 (quinze) dias	**Rescisão**
				2	prorrogação do prazo de entrega das Fases 3 e 4 (Produto Parcial 2 e Produto Parcial 3 – Apresentação), por mais 50 (cinquenta) dias	
				3	O presente contrato fica prorrogado de 07 de novembro de 2020 a 07 de fevereiro de 2021	
5ª Série	**Em Andamento**					

Convém ressaltar que a Série Justiça Pesquisa vem passando por processos de constante aprimoramento considerando as experiências acumuladas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, na interação com as instituições selecionadas em seus editais e na interlocução com as demais unidades deste Conselho. São ilustrativos desse processo de aperfeiçoamento as recomendações feitas pela Secretaria de Auditoria no Processo SEI nº 08575/2018, cujo relatório apresentou suas conclusões no documento 0675324. Variadas modificações vêm se produzindo na Série Justiça Pesquisa com vistas a tornar o procedimento do Projeto mais eficaz. Além disso, o DPJ possui o suporte de seu Conselho Consultivo (Processo SEI nº 12815/2018) cuja composição e atribuições são definidas na Portaria Pres/CNJ nº 141/2018 (documento SEI nº 0566679).

Nesse sentido, seguem considerações acerca do histórico de contratações da Série Justiça Pesquisa, em suas especificidades e necessidades.

1. A Forma de Contratação

As contratações decorrentes dos editais da "Série Justiça Pesquisa", desde a sua publicação inaugural (2013) até os atuais contratos (2019), ocorreram por meio da dispensa de licitação prevista no art. 24, XII da Lei nº 8.666/93, ou seja, a "contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

Assim, as contratações sempre foram feitas por meio de processos públicos de seleção, a partir da publicação de Edital Público chamando as instituições que atendessem os requisitos legais para apresentarem suas propostas e projetos de pesquisa, conforme se vê no Processo SEI nº 01377/2019, que formalizou os procedimentos de contratação da "4ª Edição da Série Justiça Pesquisa".

A princípio, os requisitos legais para essa espécie de dispensa de contratação direta com base no dispositivo legal mencionado acima, se restringem a:

a) que a instituição seja brasileira;

b) incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional ou, ainda, dedicada à recuperação social do preso;

c) detentora de inquestionável reputação ético profissional; e

d) sem fins lucrativos.

No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) exige ainda que o objeto do contrato guarde estreita correlação com as atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional especificadas no estatuto da entidade prestadora dos serviços, observado sempre a razoabilidade do preço cotado.

Ademais, a Súmula nº 250 do TCU dispõe que:

A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

Percebe-se, dessa forma, que, apesar da permissão para a não realização da licitação, há restrições nas instituições possíveis de serem contratadas, bem como do objeto contratual a ser desenvolvido por meio dessa forma de contratação, pois limita a escolha às instituições brasileiras sem fins lucrativos incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e detentoras de inquestionável reputação ético-profissional.

De outro lado, o TCU permite a contratação Fundações de Apoio à Pesquisa com base no mesmo permissivo legal de dispensa, desde que o objeto do contrato seja compatível com os objetivos fins da Fundação de Apoio e que sejam observadas as exigências previstas no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, na Súmula 250 do TCU, acima transcrita, e na Lei nº 8.958/1994, conforme Parecer AJUR 1030709.

Assim, o permissivo representa forma de valorização das instituições de pesquisas sem fins lucrativos, como universidades e fundações de apoio à pesquisa, o que se apresenta em consonância com os objetivos da "Série Justiça Pesquisa".

Desse modo, as contratações pretendidas têm como fundamento jurídico a dispensa de licitação prevista no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, que será precedida de procedimento prévia de seleção, cujos requisitos serão detalhados no Projeto Básico e no Edital. Ainda, serão feitas alterações que decorrem de aprendizados decorridos das execuções contratuais das séries anteriores.

Conforme já esclarecido nos Estudos Preliminares aprovados para 1º Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa (1010633), houve necessidade de ajuste no modelo de multas, nos prazos contratuais atribuídos à comissão de acompanhamento e na adoção preferencial de rescisão amigável, cujos fundamentos serão a seguir repetido (itens 2, 3 e 4), uma vez que o processo de seleção iniciado por meio do mencionado Edital não foi concluído e consequentemente não foi firmado o contrato correspondente.

2. Considerações Sobre as "Multas" dos Contratos da "Série Justiça Pesquisa".

Importante tecer considerações a respeito das multas fixadas nos contratos da 4ª edição da "Série Justiça Pesquisa", haja vista a situação enfrentada durante o procedimento administrativo (Processo SEI nº 07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546), apontada no Despacho DPJ nº 0956500, conforme transcrição abaixo:

Contudo, no caso concreto, a aplicação da multa parece desproporcional pois seria maior que o proveito financeiro auferido pela empresa, pois conforme destacado alínea "b" do §4º dessa Informação, a contratada recebeu até agora R$ 29.003,00 (0850191), correspondentes à 10% do valor total do contrato. De outro lado, a multa prevista no item "b.16" da cláusula sexta do Contrato CNJ nº 31/2019 é de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, ou seja, R$ 43.504,50 (0933304), ou seja, a contratada, no caso de aplicação da multa rescisória deverá pagar à Administração R$ 14.501,50.

Os contratos em execução preveem que a base de cálculo de incidência da alíquota será o valor total do contrato, como por

exemplo a Cláusula Sexta do Contrato CNJ nº 15/2019. Destaca-se que iguais alíquotas e base de cálculo foram adotadas nos demais contratos da 4ª Edição da "Série Justiça Pesquisa".

Ademais, os contratos das Séries Justiça Pesquisa são resultantes da permissão de dispensa contida no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93, e, portanto, sempre serão realizados com entidades sem fins lucrativos, que não auferem, com o pagamento percebido, lucro dos serviços prestados. Dessa forma, é importante a reflexão sobre a natureza jurídica da contratação, bem como da instituição no momento de construção contratual das multas.

Outra consideração importante é que a atividade de pesquisa, ainda que em seus produtos intermediários, sempre exige realização de atividade intelectual, o que deve ser considerado nos momentos de fixação de multas ou rescisão contratual.

Assim, aparentemente, parece ser necessária uma revisão dos percentuais fixados para as multas contratuais de modo a preservar a proporcionalidade e razoabilidade exigida na aplicação das sanções administrativas, conforme transcrições do Voto do Acórdão nº 2832/2012 – TCU – Plenário:

> 5. Ademais, **o quantum concernente à multa a ser aplicada ocorre após a oitiva do contratado, ocasião em que são examinadas e sopesadas as falhas e inadimplências questionadas. Esse procedimento tem o condão de concretizar proporcionalidade e razoabilidade da conduta em relação à penalidade a ser aplicada**.
>
> (...)
>
> 8.É correta a preocupação da Secex/SP de que o órgão promotor**observe os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante estabelecimento, nos contratos de prestação de serviços, de cláusulas de penalidades específicas para serviços executados em desconformidade, com previsão de punições proporcionais ao descumprimento**. Assim, é pertinente que se recomende tal prática, como aperfeiçoamento da gestão pública. (g.n.)

O mencionado Acórdão ainda registrou a seguinte recomendação:

> 9.4. recomendar à Procuradoria da República no Estado de São Paulo que, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, estabeleça, nos contratos relativos à prestação de serviços de vigilância armada e desarmada e de segurança patrimonial, cláusulas de penalidades específicas aos serviços executados em desconformidade, prevendo punições proporcionais ao descumprimento; e

Ademais, o "Anexo I: Diretrizes para dosimetria", do Manual de Aquisições do CNJ, prevê como base de cálculo para aplicação de multas, o valor pago mensalmente. No caso em tela, os pagamentos decorrem da aprovação dos produtos entregues.

Dessa forma, sugere-se que a base de cálculo das multas contratuais da "Série Justiça Pesquisa" seja o valor percebido até o momento da aplicação da penalidade e que a alíquota guarde proporcionalidade e razoabilidade aos produtos entregues e o valor percebido pela contratada. Para tanto, **sugere-se que seja inserida cláusula estipulando que o valor máximo da multa seja limitado ao valor percebido pela Contratada, de forma a evitar a desproporcionalidade das penalidades**.

3. Considerações sobre os Prazos Contratuais atribuídos à Comissão de Acompanhamento.

Conforme os acompanhamentos contratuais dos Contratos CNJ nº 15/2019, nº 18/2019 e, registrados respectivamente nos Processos SEI nº 09109/2019, nº 10027/2019 e 11544/2019, é possível perceber que o prazo deferido contratualmente às Comissões de Acompanhamento para análise dos produtos entregues e emissão das Notas Técnicas não é suficiente para tal mister.

O Despacho SEGEC 0971400 relata a ocorrência de atrasos nas entregas das Notas Técnicas dos contratos mencionados acima, o que demonstra as dificuldades com o prazo exíguo deferido contratualmente às comissões de acompanhamento. O estabelecimento dos prazos de análise das comissões evitará a publicação de aditivos com essa finalidade e da sobrecarga dos setores envolvidos no processo, conforme Despacho SEGEC 0971400. A necessidade de aditivar constantemente os contratos com vistas à adequação dos prazos contratuais à realidade administrativa da unidade demandante demonstra que o modelo estabelecido gera dificuldade para os gestores contratuais e para as unidades encarregadas do acompanhamento contratual.

É importante destacar que os produtos entregues, conforme as fases de execução da pesquisa são de complexidades variáveis. Desta forma, existem produtos com complexidade mínima e aqueles cuja análise demandará dias ou será necessário que se busque ajuda de outros integrantes do Departamento de Pesquisas Judiciárias, como por exemplo, estatísticos, nas verificações que envolvam análises quantitativas.

Dessa forma, **sugere-se a alteração do prazo único de 15 dias concedidos à Comissão de Acompanhamento, por prazos escalonados, segundo a complexidade do produto recebido**. Sugere-se adotar o modelo abaixo:

O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

A) *complexidade 1*: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

B) *complexidade 2*: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

C) *complexidade 3*: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definirá em 5 dias, o grau de complexidade e informará, por e-mail, a SEGEC e a Contratada.

4. Considerações sobre a possibilidade da adoção da rescisão amigável [EW1] *para se encerrar o contrato.*

É de se destacar ainda que o procedimento administrativo (Processo SEI nº07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546 e Despacho DPJ nº 0956500) demonstrou a situação de rescisão contratual que ainda não chegou ao seu deslinde, mas que apresenta como fundamento fático divergências metodológicas e intercorrências decorrentes da pandemia de Covid-19.

Nesses casos ou naqueles em que a pesquisa perde seu objeto ou situações em que se torna inviável a execução, por não haver dano patrimonial relevante à Administração, deve-se avaliar a possibilidade da adoção de rescisão amigável dos contratos, desde que presentes os requisitos da Lei nº 8.666/1993 e resguardados os direitos da Administração.

Como já destacado anteriormente, as instituições contratadas são sempre sem fins lucrativos e a atividade de pesquisa ainda que não haja produto aprovado, demanda atividade intelectiva, que deve sempre ser considerada, em especial no momento de rescisão contratual.

A mesma cláusula de rescisão amigável também foi utilizada em outros contratos firmados no CNJ, como os existentes no SEI 1072175 e no Contrato n. 28/2018 (SEI 0557428).[EW2]

5. Considerações sobre a habilitação das proponentes

Serão exigidos das instituições proponentes, na fase de avaliação das propostas[EW3] :

1. *os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;*
2. *a prova de inscrição no CNPJ;*
3. *o estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;*
4. *documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição;*
5. *currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa, indicando o link de acesso;*
6. *declaração de vinculação mútua entre a instituição e os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.*

Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

1. *prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;*
2. *prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);*
3. *prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;*
4. *documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – "Lei de Licitações");*
5. *declaração expressa da instituição interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;*
6. *documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011)*

3.2 Identificação das opções disponíveis

As experiências que mais se aproximam ao que pretende o CNJ são os casos do Senado, do Ministério da Justiça, do CNPq, da FINEP e da Presidência da República. Essas entidades publicam editais para a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para a realização de pesquisas, que se responsabilizam por coletar os dados, analisá-los e elaborar relatórios analíticos e executivos.

Nos casos das pesquisas a serem contratadas pelo CNJ, as instituições, em suas propostas, descrevem a metodologia e a forma de execução de pesquisas, cujo objeto apresenta-se vinculados aos temas propostos no Projeto Básico e no Edital.

Ademais, é necessário, como forma de garantir a qualidade do objeto contratual, que a pesquisa seja executada por profissionais com níveis acadêmicos predeterminados no Projeto Básico e no Edital.

O CNJ, em seu Edital, apresentará os campos temáticos e selecionará instituições de ensino e/ou pesquisa para a produção desses estudos, desde que a proposta atenta ao disposto no Projeto Básico e no Edital.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, não fará designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados; não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo. Nesse contexto, as instituições contratadas possuirão maior liberdade acadêmica para que desenvolvam suas escolhas teórico-metodológicas e suas atividades de pesquisa, visando ao aperfeiçoamento dos serviços e das políticas judiciárias.

As exigências do CNJ são que as pesquisas a serem contratadas sejam voltadas à realização de diagnósticos e proposta de soluções potenciais aos problemas postos na prestação jurisdicional (descritos nos temas elencados na chamada pública), sendo de responsabilidade do contratado a apresentação e o desenvolvimento de técnicas pertinentes para a obtenção de dados e análise desses.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos para que eles melhor atendam aos seus objetivos.

	Opções Identificadas	**Especificação do produto/serviço** **Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.**	**Quantificação do Produto ou Serviço** **Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas**	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Contratação de empresa Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Contratação de empresa para coleta de dados	Senado Federal
2ª	Contratação de Instituição de Pesquisa Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Ministério da Justiça/DEPEN
3ª	4ª Série do Justiça Pesquisa	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	CNJ
4	Contratação de empresa Pregão Eletrônico nº 002/2018	Pesquisa de opinião sobre temas estratégicos para o Poder Executivo Federal	Contratação de empresa, instituto ou entidade especializada em pesquisa de opinião pública	Presidência da República / Secretaria-Geral

3.3 Adequação do ambiente

Não serão necessárias adequações ou ajustes nos ambientes físicos e operacionais do CNJ, pois os contratos serão executados integralmente nas dependências e com a infraestrutura das futuras contratadas.

Não existe necessidade de previsão de cláusulas ou ações para transição contratual, pois se tratam de pesquisas com temáticas especificas irrepetíveis em sua integralidade nas futuras series do Justiça Pesquisa.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

	Opções Identificadas	**Benefícios da opção** **Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos**	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
1ª	DEPEN/Ministério da Justiça - Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional - Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Curta duração dos contratos	R$260.000,00
2ª	Senado Federal - Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Trata-se de pesquisa de opinião por meio da contração de empresa para coleta de dados. Portanto o objeto não se assemelha pois não se trata de pesquisa empírica.	R$288.000,00
3ª	Presidência da República / Secretaria-Geral - Pregão Eletrônico n. 002/2018	Pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo com profundidade e representatividade relevantes	Trata-se maiormente de pesquisas de opinião e percepção, que não se assemelha às pesquisas empíricas, além de escopo extremamente abrangente.	R$ 7.204.828,79 (divisão em pesquisa qualitativa e quantitativa)

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Conforme observou-se nos modelos de pesquisa adotados pelos órgãos mencionados acima, verifica-se que um profissional ou uma instituição são solicitados para a entrega de um produto.

De forma assemelhada, o CNJ pretende pagar pela entrega de *quatro produtos com, no mínimo, 3 (três) pesquisadores, que compõem a solução final, que é a pesquisa*.

1. As características do serviço e/ou do material a ser contratado:

As proponentes apresentam as suas propostas de pesquisas dentro dos temas previamente definidos no edital, o que permite melhor adaptação do mercado ao objeto a ser desenvolvido.

As exigências de qualificação da Equipe Básica da pesquisa são maiores que as dos editais pesquisados em geral, conforme descrição nos editais das séries anteriores.

No presente Edital de Convocação Pública do CNJ, a Equipe Básica será constituída por, no mínimo, um doutor e dois mestres, que serão responsáveis pelas seguintes atividades (de acordo com qualificação):

a. *Coordenador acadêmico (Doutor)* – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa a autoridades.

b. *Coordenadores de Campo (Mestres)* – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

2. *O detalhamento do custo da solução;*

As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório, sejam de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

O TCU possui entendimento solido de que a pesquisa de preços não pode se limitar aos tradicionais orçamentos de fornecedores. É preciso levar em conta todas as fontes de referência disponíveis com a maior amplitude possível.

Esse conceito tem sido tratado pelo TCU como “cesta de preços aceitáveis”, que engloba as mais diversas fontes: fornecedores, pesquisa em catálogos de fornecedores, pesquisa em bases de sistemas de compras, avaliação de contratos recentes ou vigentes, valores adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, valores registrados em atas de SRP e analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas (Acórdãos 2.170/2007-P e 819/2009-P).

O que se espera, portanto, é que a pesquisa de preços seja realizada com amplitude suficiente (Acórdão TCU 2637/2015-P), proporcional ao risco da compra e privilegiando a diretriz emanada pelo art. 15 da Lei de Licitações a fim de que o balizamento seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública.

Nesse sentido, somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores (Acórdão TCU 2.531/2011-P).

Em relação ao custo da presente contratação, o Departamento de Pesquisas Judiciárias utilizou, como parâmetros e limites validos, os valores pagos em outras seleções de instituições de pesquisa por outros órgãos da Administração, os valores praticados historicamente nas contratações da Série do Justiça Pesquisa e a coleta de preços junto ao mercado fornecedor. Portanto, a “cesta de preços” adotada pelo DPJ na construção do valor máximo admitido demonstra consonância com as orientações da Corte de Contas.

Assim, os valores colhidos de contratos semelhantes, abaixo relacionados, servem como referencial para construção do preço máximo a ser adotado e servem de parâmetros para comparação de aproximação de custo, ainda que os objetos não sejam

integramente semelhantes aos desses estudos preliminares.

Os contratos utilizados como referencial pertencem às seguintes instituições: Senado Federal – SF, Ministério da Justiça – MJ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e Financiadora de Inovação e Pesquisa – FINEP/MCTI.

Como se observa na tabela abaixo, o custo da contratação pretendida pelo CNJ guarda compatibilidade com os praticados por outros órgãos da Administração Pública em contratações semelhantes:

Instituição	Duração (meses)	Edital	Objeto	Proponente	Remuneração
DEPEN/Ministério da Justiça	07	Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	R$260.000,00
Senado Federal	12	Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Empresa para coleta de dados	R$288.000,00
CNPq	36	Chamada CNPq n. 22/2016	Pesquisa para subsidiar políticas públicas sobre educação básica, cidadania, violência e direitos humanos	Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação	R$1.000.000,00
FINEP	24	Chamada Pública MCT/FINEP/FNDCT n. 01/2016	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika	Instituições de pesquisa	Valor mínimo de R$500.000,00 e máximo de R$5.000.000,00
CNJ	12	4ª Edição da Série Justiça Pesquisa/2019	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	Valor máximo de R$300.000,00

Na presente contração, será incluída, no Projeto Básico e no Edital, a possibilidade de a instituição proponente constituir uma Equipe de Apoio, sem ultrapassar o valor máximo estimado para a pesquisa. Conforme experiência de acompanhamento dos projetos, as entidades, normalmente, tendem a constituir essas equipes em razão do acúmulo de atividades, das necessidades de deslocamento para outras unidades da federação com o fim de aplicar técnicas de pesquisa junto ao campo para coleta/geração de dados e da necessidade de ter composição multidisciplinar capaz de agregar perfis profissionais adequados às metodologias qualitativas e quantitativas.

Quanto à construção histórica dos valores na Série Justiça Pesquisa, cabe destacar alguns aspectos relevantes utilizados para a composição do valor máximo admitido.

As contratações decorrentes da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa (Editais nº 1 e 2), possuíam valor máximo de cada contrato foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo solicitada às instituições contratadas a entrega de quatro relatórios, sendo os três primeiros, relatórios parciais e o quarto, o relatório final. No primeiro relatório de acompanhamento, solicitava-se levantamento bibliográfico e documental, demonstração de resultados de pesquisa, apresentação de metodologia completa e detalhada e início da coleta de dados. No segundo relatório, esperava-se a apresentação de resultados parciais incluindo, pelo menos, 1 (um) tribunal de médio porte ou 35% da amostra. Já no terceiro relatório, exigia-se uma apresentação com análise de dados, conclusões preliminares e primeiras propostas de políticas públicas; por fim, no relatório final, solicitava-se apresentação de todos os dados coletados, análise conclusiva dos resultados da pesquisa, contribuições da pesquisa à sociedade, proposição de aperfeiçoamento de políticas públicas e indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores. Nesse cenário, as instituições tiveram 12 (doze) meses para entregar quatro produtos.

Conforme já esclarecido acima o valor máximo por contratação da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Na ocasião da publicação daquele edital, o montante foi considerado compatível compatibilidade com as contratações públicas similares, respeitadas as especificidades da contratação pretendida.

A opção pela realização de pesquisa de preço junto às instituições decorre da necessidade de ajustar o preço máximo da contratação à complexidade do objeto a ser executado.

A sistemática adotada de coleta de preço junto ao mercado é forma de elaboração de estimativa de preços recomendada pelo Tribunal de Contas da União, conforme se vê nos trechos dos acórdãos abaixo transcritos:

> **Acórdão nº 3.026/2010 – Plenário**, cujo Voto consignou que:
>
> a jurisprudência do TCU é no sentido de que antes da fase externa da licitação há que se fazer pesquisa de preço para que se obtenha, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos (Acórdão nº 4.013/2008-TCU-Plenário, Acórdão nº 1.547/2007-TCU-Plenário).
>
> **Acordão TCU nº 2637/2015 – Plenário:**
>
> As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes.

Os dois levantamentos são complementares e trazem informações de preços que se coadunam e se assemelham como média dos preços praticados (seja por quem contrata; seja por quem é contratado). Pretende-se, com os dois levantamentos, atender duas solicitações, a saber: a) oferecer as informações solicitadas no formulário de Estudos Preliminares e; b) preencher os critérios do Mapa Comparativo de Preços apresentado e encaminhado pela Secretaria de Administração deste Conselho. Assim, seguem as explicações sobre cada um desses levantamentos.

Além de obedecer as orientações do TCU em sua jurisprudência consolidada, a construção do valor máximo admitido para a contratação, respeitou os parâmetros definidos pela Portaria DG nº 283/2014, a IN nº 5-SLTI/MPOG/2014, com nova redação data pela IN nº 7/SLTI – MPOG, de 27/08/2014, e item 4.4.3 do Relatório de Auditoria nº 5/2013-SCI/CNJ",

Dessa forma, o valor foi construído a partir de contratos ou atas de registros de preços do CNJ, vigentes ou concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços, cujo objeto apresentam semelhança metodológica e complexidade atual com os atuais temas propostos, ou seja, foram utilizados na formação do preço, os contratos a seguir, todos integrantes da 4ª Série do Justiça Pesquisa, com valor de R$ 300.000:

1. Contrato CNJ nº 15/2019;
2. Contrato CNJ nº 16/2019;
3. Contrato CNJ nº 18/2019;
4. Contrato CNJ nº 27/2019; e
5. Contrato CNJ nº 27/2019.

Ademais, foi realizada pesquisa de mercado com as principais instituições de pesquisa, conforme registrados no Projeto Básico (1010634) e Despacho DPJ nº 1010637 , acostado no Processo SEI nº 08400/2020, referente ao Edital nº 01/2020 da 5º Série do

Justiça Pesquisa, que respeita o lapso temporal de 180 dias previsto na Portaria DG nº 283/2014

Naquela ocasião, as seguintes instituições de pesquisa apresentaram propostas:

1. ABJ – Valor total R$360.000,00
2. USP – Valor total R$346.380,00
3. INSPER – Valor total R$324.819,00

Destaca-se que, para a construção preço médio aprovado naquela ocasião, foram desconsiderados os valores decorrentes da taxa de administração e de tributos e impostos quando destacados como item componente do preço total, o que resultou no seguinte mapa de preço:

				Empresa: Associação Brasileira de Jurimetria CNPJ: 13.612.840/0001-57			**Empresa: Universidade de São Paulo CNPJ: 24.206.696/0001-75**			**Empresa: Instituto de Ensino e Pesquisa CNPJ: 06.070.152/0001-47**		
				Valor			**Valor**			**Valor**		
				Considerar		**Parcial**	**Considerar**		**Parcial**	**Considerar**		**Sim**
Objeto	**Item**	**Un**	**Qtde**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerad**
Pesquisadores	1	UN	1	340.000,00	340.000,00	340.000,00	220.380,00	220.380,00	220.380,00	280.578,05	280.578,05	280.578,05
Custos administrativos (armazenamento de dados, passagens, diárias, despesas diversas)	2	UN	1	20.000,00	20.000,00	20.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	44.240,95	44.240,95	44.240,95
Taxa de administração (impostos)	3	UN	1	~~40.000,00~~	~~40.000,00~~		~~34.600,00~~	~~34.600,00~~				
VALOR TOTAL				**360.000,00**			**346.380,00**			**324.819,00**		
	OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.											
	Valor médio total estimado:			**343.733,00**	**(trexentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e três reais)**							
	Valor mínimo total estimado:			**240.380,00**	**(duzentos e quarenta mil e trezentos e oitentar reais)**							

É possível extrair do Mapa de Preços acima que:

a) As instituições elencaram elementos de despesa compatíveis com os gastos a serem feitos na execução de uma pesquisa (despesas com equipe/pesquisadores, custos administrativos relativos a viagens, armazenamento de dados e outras despesas);

b) As instituições apresentaram preços bastante próximos do que consta como levantamento de preços médios nos Estudos Preliminares, e, preços muito aproximados aos praticados no âmbito da Série Justiça Pesquisa;

c) Bastaria a atualização monetária e correção inflacionária, com base no IPCA ou INPC, índices do IBGE, para constatar que a média de preço indicada no Mapa Comparativo (R$343.733,00) está próxima do valor do Justiça Pesquisa

Ademais, respeitando a historicidade da Série Justiça Pesquisa, o preço construído se mostrou compatível ainda com os valores pagos nos contratos decorrentes dos editais de convocação das Séries 2 e 3 do Justiça Pesquisa.

Dessa forma, tanto a metodologia adotada quanto o preço construído mostraram-se adequados ao objeto proposto nesse 2º Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa, pois os temas propostos em ambos os editais são metodologicamente semelhantes, e a suas complexidades de execução são também compatíveis.

Assim, apesar do futuro contrato decorrente do Edital nº 01/2020 da 5º Série do Justiça Pesquisa, possuir vigência de 8 meses e a presente contratação, 12 meses, os preços de ambas se mostram adequados e compatíveis com mercado, pois: a) o binômio valor/custo se dilui ou se concentra em razão da exiguidade do prazo contratual, que quanto menor, exigirá maior infraestrutura humana e tecnológica; b) a natureza dessas contratações em nada se assemelham a contratações de serviço de atividades contínuas em que o valor pago está relacionado com a quantidade de meses em que o serviço tenha sido prestado.

Em que pese no Edital n. 1 haver a exigência de finalização da pesquisa em sete meses, o valor máximo indicado no Mapa Comparativo é compatível com pesquisas a serem realizadas com abrangência nacional, coleta/geração de dados a partir de métodos qualitativos e quantitativos e apresentação de quatro produtos. Nesse sentido, somente o período total de realização das pesquisas será um pouco maior (doze meses).

3. O Modelo de Contratação

O modelo proposto de contratação é o de prestação de serviço em que se busca a realização de pesquisas específicas, independentemente da alocação de mão de obra nas dependências do Conselho Nacional de Justiça. Os perfis profissionais indicados buscam assegurar a qualidade final dos produtos a serem entregues, ou seja, prima pela qualidade técnica das pesquisas a serem realizadas compatibilizando com os princípios vetores da Administração Pública, tais como eficiência e, em segundo lugar, pela economicidade e vantajosidade.

O detalhamento de perfis profissionais apresenta-se como característica do objeto a ser contratado, de sua excelência. Além disso, não se exige exclusividade de tais profissionais - o que dificultaria sobremaneira o detalhamento de custos a serem efetivamente suportados pela Administração.

A composição usual nas contratações de terceirização não se mostra adequada à presente contratação, pois além da ausência de mão de obra residente, destaca-se também a inaplicabilidade dos encargos trabalhistas e sociais típicos deste modelo de contratação.

A presente contratação busca a entrega de pesquisa com objetos específicos de modo parcelado e nos moldes previstosno projeto básico a ser apresentado[EW1] .

4. Benefícios

As futuras contratações atendem aos princípios da economicidade, eficácia, eficiência, pois representam meios adequados para a satisfação da necessidade publica constituída pela necessidade de investigação dos temas apresentados. Ademais o modelo contratual adotado não demanda alocação de mão de obra nas dependências do CNJ, e a forma de execução indireta por empreitada global privilegia o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis pelo CNJ no momento. Por fim, trata-se de contratação, cujos impactos ambientais são baixos ou irrelevantes, pois as pesquisas se desenvolvem em grande parte de modo virtual ou por meio de tecnologias que privilegiam a utilização da internet e meios semelhantes.

É possível especificar ainda os seguintes benefícios:

A) **Benefício Direto**: possibilidade de subsidiar a criação de política pública que auxilie no tratamento das situações negativas diagnosticadas; e

B) **Benefício Indireto**: a formação de bancos de dados e de material que poderá ser utilizado nos projetos atualmente em execução no CNJ e apontar a necessidade de novas pesquisas complementares na área.

5. Da Transferência de Conhecimento

A transferência de conhecimentos, bancos de dados, tecnologias e de técnicas estará prevista em contrato tal como nos contratos da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Termos de Confidencialidade e Sigilo também são firmados nos casos em que se dá acesso aos bancos de dados do CNJ; além da indicação de uso de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os casos de coleta de informações junto a sujeitos de pesquisa em que são realizadas técnicas qualitativas.

6. Legislação a ser observada

As normas legais, regulamentares e convencionais com as quais a solução apresentada deve estar em conformidade são:

- A legislação nacional aplicável a cada tema a ser apresentado no Edital;
- Emenda Constitucional n. 45/2004 – Criação do Conselho Nacional de Justiça;
- Lei n. 11.364/2006 – Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências;
- Resolução Nº 67 de 03/03/2009 - Regimento Interno do CNJ;
- Lei n. 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

7. Necessidade de Manutenção

Por se tratar de prestação de serviço de pesquisas a serem desenvolvidas em temas específicos, com duração e etapas predefinidas não existe a necessidade, da prestação de serviços complementares de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa ou da prestação de garantia técnica.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

As experiências com as contratações anteriores, demonstram que o modelo proposto, que é semelhante ao adotado nas contratações decorrentes da 4ª Série do Justiça Pesquisa, é o que assegura melhores resultados, pois garantem a qualidade das pesquisas executadas.

As pesquisas a serem entregues como objeto da prestação de serviços serão compostas de 3 (três) produtos parciais e 1 (um) relatório final.

Destaca-se que os produtos parciais não são considerados itens para fins de divisibilidade do objeto contrato, uma vez que esse só se satisfaz com a entrega do relatório final a contento para a integralidade da pesquisa.

Os produtos parciais constituem-se em entregáveis que devem demonstrar que a pesquisa em execução está em consonância com as obrigações definidas para o momento da execução contratual e propiciem à Comissão de Acompanhamento avaliar a qualidade e aderência das pesquisas à proposta inicial da contratada e aos requisitos previstos neste Projeto Básico, no Edital e no Contrato.

Por se constituírem em forma de controle da qualidade da execução contratual, o desalinhamento entre o serviço executado, representado pelos produtos parciais e a proposta ou Edital, Projeto Básico ou Contrato, podem ensejar pedidos de correção ou ajustes para adequação a estes instrumentos contratuais. Por esta razão, o pagamento das etapas já realizadas da pesquisa fica condicionados à aprovação e ao recebimento definitivo dos produtos parciais.

Os produtos a serem entregues serão realizados de acordo com metodologias e técnicas de pesquisa constantes da proposta apresentada pela contratada no momento da seleção, e deverão conter a compilação dos dados obtidos e análises pertinentes ao referido tema, indicando, simultaneamente, as possíveis soluções para as dificuldades encontradas.

Os prazos para a entrega dos produtos serão definidos com precisão no instrumento contratual. Destaca-se ainda, que o atraso na entrega dos produtos pode ensejar a aplicação das penalidades contratuais previstas.

A Comissão de Acompanhamento emitirá Notas Técnica contento a avaliação de cada produto entregue, onde constaram entre outras informações, os atrasos eventualmente ocorridos, as solicitações de alteração, adequação ou melhorias, bem como sua fundamentação e outras informações relevantes para a execução do contrato. As alterações e adequações solicitadas deverão ser acatadas pela equipe de pesquisa contratada, sob pena de descumprimento contratual.

Assim, deverão ser entregues:

- **Produto Parcial 1**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com Levantamento bibliográfico acerca do tema, destacando pesquisas empíricas produzidas no Brasil e no mundo; Perguntas/problemas e hipóteses; Dados sobre o universo e amostra; Metodologia, Instrumentos, Ferramentas e Relatórios a serem utilizados na Pesquisa. Deverão conter os seguintes subprodutos:

i. Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações para realizar a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas etc.

ii. Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.

- **Produto Parcial 2**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de 50% dos dados quantitativos e 25% dos dados qualitativos.

- **Relatório Parcial 3**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório técnico com apresentação de 100% dos dados quantitativos, 50% dos dados qualitativos e análise preliminar dos resultados.

- **Relatório Final**

Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, com 100% dos dados quantitativos e qualitativos e todas as análises realizadas, estruturado da seguinte forma:

1. Sumário Executivo;
2. Introdução;
3. Descritivo Metodológico;
4. Desenvolvimento,: contendo a apresentação de dados, resultados, análises e interpretações;
5. Síntese: dos principais resultados encontrados; e
6. Apresentação de Diretrizes e Recomendações Técnicas: para o aperfeiçoamento de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário.

Os produtos deverão observar as atividades e cronogramas previstos no Edital, Projeto Básico e Contrato.

As fontes de análises e pesquisas deverão ser acordadas com a Comissão de Acompanhamento ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Trata-se da contratação de pesquisas nos campos temáticos: "*Direitos Humanos e do Meio Ambiente*; *Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional*; *Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos*; *e Promoção do Acesso à Justiça Digital*". O contrato resultante do processo de seleção prevê a entrega de um relatório, portanto, é impossível a sua subdivisão em itens.

A produção de pesquisa e, de um relatório contendo achados, análises e proposições para o aperfeiçoamento de políticas públicas, envolve a acumulação de atividades e conhecimentos; implementação de metodologias de pesquisa; aplicação de diversas técnicas de investigação; e a elaboração conceitual/analítica em cada uma das etapas em execução. Nesse sentido, não é possível conceber a divisibilidade de uma pesquisa. O fim último de uma pesquisa é a realização de atividades/etapas que vão se somando e, dessa forma, contribuindo para um conjunto de saberes que culminam em um relatório final.

Dessa maneira, é inviável tecnicamente a parcelamento dos objetos contratuais em itens, pois haveria a descaracterização do serviço a ser executado.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Não é possível a definição de maneira objetiva de indicadores de desempenho das contratações. Contudo, os produtos parciais descritos no item 5 destes Estudos Preliminares[EW1], avaliam entre outros aspectos que os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação sejam cumpridos de modo a atender às necessidades públicas subjacentes em cada contratação.

As exigências previstas em cada um dos produtos intermediários buscam ainda a garantia da qualidade do produto final a ser entregue, pois avaliam, em cada etapa a aderência das pesquisas à metodologia proposta pela Contratada em sua proposta, bem como se atendem aos requisitos definidos no Plano de Pesquisa para cada tema de pesquisa a ser desenvolvido.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Gerenciamento de Risco						
Risco	**Probabilidade de Ocorrência**	**Impacto**	**Estimativa do Risco (Ocorrência X Probabilidade)**	**Ações de Tratamento**	**Responsável Pelo Tratamento**	**Período Tratamento**
Não entrega dos produtos intermediários e relatório final	Médio	Alto	Médio	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/Diretoria do DPJ	Execução Contratual
Atraso na entrega dos produtos intermediários e relatório final	Médio	Alto	Médio	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/Diretoria do DPJ	Execução Contratual
Não conformidade dos produtos dos produtos intermediários e do relatório final à proposta e ao Edital	Alto	Alto	Alto	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/ Diretoria do DPJ	Execução Contratual

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não foram identificadas restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, que possam dificultar a implementação da solução selecionada, pois trata-se de contratação prevista no Plano de Contratação para o Exercício de 2021, conforme Documento 0976011.

O DPJ possui rubrica orçamentária específica para a contratação no âmbito dos editais do Justiça Pesquisa, considerando a programação orçamentária anual e os objetivos institucionais do setor.

Não serão necessárias adequações ou ajustes nos ambientes físicos e operacionais do CNJ, pois os contratos serão executados integralmente nas dependências e com a infraestrutura das futuras contratadas.

Não existe necessidade de previsão de cláusulas ou ações para transição contratual, pois se tratam de pesquisas com temáticas especificas irrepetíveis em sua integralidade nas futuras series do Justiça Pesquisa.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Vigência de 12 meses, após a assinatura do contrato, sem possiblidade de prorrogação.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não são necessárias informações complementares.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Assim, tendo em vista as informações apresentadas nesse documento, concluo que a seleção de projetos será feita mediante Edital, com indicação de preços máximos, por meio de dispensa de licitação, atendendo a critérios de “melhor técnica e preço”. Tendo sido apresentados os potenciais riscos e seus tratamentos. Sendo, portanto, viável a contratação pretendida.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Gabriela Moreira de Azevedo Soares	gabriela.soares@cnj.jus.br	5259	DPJ
Wilfredo Enrique Pires Pacheco	wilfredo.pacheco@cnj.jus.br	5266	DPJ
Danielly dos Santos Queiros	danielly.queiros@cnj.jus.br	5271	DPJ
Elisa Sardão Colares	elisa.colares@cnj.jus.br	5279	DPJ
Pedro Henrique Pádua Amorim	pedro.amorim@cnj.jus.br	5265	DPJ
Cristianna Duarte Fernandes Bittencourt	cristianna.fernandes@cnj.jus.br	5272	DPJ

Documento assinado eletronicamente por **WILFREDO ENRIQUE PIRES PACHECO**, **DIRETOR DE PROJETOS - DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS**, em 28/04/2021, às 12:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1076376** e o código CRC **CC8E4B8D**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA

5ª Edição da Série "Justiça Pesquisa"

Convocação nº 02/2021

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como unidade administrativa integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e avaliação de políticas judiciárias em curso, conforme art. 5º da Lei 11. 364, de 26 de outubro de 2006.

A presente iniciativa adota como diretrizes os objetivos regimentais do DPJ, em especial as seguintes medidas de disseminação de informações e conhecimentos:

i) "desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira";

ii) "realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário"; e

iii) "fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias". [1]

A convocação destina-se à contratação de Instituições de Ensino Superior, Instituições pública ou privada (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) ou Fundações de Apoio à Pesquisa incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e pesquisa, que atendam aos termos e condições estabelecidos por este Edital:

1) Contextualização da Série "Justiça Pesquisa"

No cenário das políticas judiciárias, a evolução qualitativa e quantitativa dos serviços oferecidos à sociedade envolve a identificação das principais dificuldades e oportunidades existentes em relação à formulação, à implementação, ao aperfeiçoamento e ao controle

[1] Segundo o art. 37 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RI/CNJ), "constituem objetivos do DPJ: (...); II – desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; III – realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; (...); V – fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias; VI – disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos".

das atividades de prestação jurisdicional na busca de concretização de direitos e garantias fundamentais.

É exatamente esse o conjunto de desafios institucionais que estimularam o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) a conceber a SÉRIE "JUSTIÇA PESQUISA" e a lançá-la a partir de 2 (dois) eixos estruturantes complementares entre si:

i) Eixo "Direitos e Garantias fundamentais"; e

ii) Eixo "Políticas Públicas do Poder Judiciário".

O Eixo "*Direitos e Garantias fundamentais"* enfoca aspectos relacionados à realização de liberdades constitucionais a partir do critério de ampliação da efetiva proteção a essas prerrogativas constitucionais no âmbito da República Federativa do Brasil.

O Eixo "*Políticas Públicas do Poder Judiciário*", por sua vez, volta-se para aspectos institucionais de planejamento, gestão de fiscalização de políticas judiciárias a partir de ações e programas que contribuam para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Os dois eixos estão vinculados a abordagem empírica do tema. A perspectiva doutrinária ou teórica deve atuar como marco para construção e verificação de hipóteses, assim como para definição dos problemas. A pesquisa, portanto, não pode ser exclusivamente teórica ou doutrinária.

2) Do Objeto

O objeto do presente Edital é contratação de Instituições de Ensino Superior, Instituições públicas ou privadas (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) ou Fundações de Apoio à Pesquisa incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos para a execução de pesquisa a ser desenvolvida sobre os temas "A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário"; "Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos", "Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição na Amazônia Legal", "Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade", "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de

Direitos Humanos” e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”, atendendo aos requisitos e especificações constantes no item 3.

As instituições/fundações de apoio à pesquisa deverão desenvolver pesquisa empírica com levantamento de dados estatísticos e qualitativos, em relação aos temas “A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário”; “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos”; “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal”; “Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade”; “Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos”; e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”, a serem utilizadas como subsídios para formulação de políticas públicas.

São esperados em cada contratação, quatro produtos que serão entregues no curso do Projeto, como meios de acompanhamento e verificação do andamento da pesquisa, conforme estabelecido no item 14.1.

As pesquisas deverão traçar o diagnóstico, por meio de análise de dados estatísticos e pesquisa empírica, sobre as principais causas e fatores que influenciam os temas a que se dedicarem de modo a identificar os principais problemas do tema selecionado.

As pesquisas deverão possuir metodologia mista, de análise quantitativa e qualitativa, e poderão valer-se de diversas técnicas de coleta de dados como a aplicação de questionários eletrônicos; realização entrevistas; coleta de dados estatísticos; análise de estudos setoriais, análise documental, consolidando, assim, estratégias diversificadas e conexas, com a finalidade de prover uma visão ampla e integral do objeto da pesquisa.

Os contratos terão duração de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3) Dos Proponentes Elegíveis e Critérios para Contratação

São elegíveis para as contratações instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior, fundações de apoio à pesquisa e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa.

3.3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

3.4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

3.4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

3.4.2) A prova de inscrição no CNPJ;

3.4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;

3.4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição/fundação de apoio à pesquisa;

3.4.5) Link do Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa;

3.4.6) Declaração de vinculação mútua entre a instituição/fundação de apoio à pesquisa e os pesquisadores da Equipe Básica; e

3.4.7) Comprovação da vinculação da Instituição/fundação de apoio à pesquisa com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços

ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

3.5) A documentação mencionada no item 3.4 deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição/fundação de apoio à pesquisa a ser contratada:

3.5.1) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

3.5.2) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no item 3.4 do Edital; e

3.5.3) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

3.6) Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

3.6.1) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

3.6.2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3.6.3) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.6.4) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei de Licitações”);

3.6.5) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

3.6.6) declaração expressa da instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

Os temas indicados pelo Conselho Nacional de Justiça nesse Edital voltam-se para os temas “A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário”; “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos”; “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal”; “Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade”; “Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos”; e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”. E é a partir destes temas que as instituições proponentes apresentarão projetos para demonstrar como alcançarão os objetivos das pesquisas.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, nem a designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados, bem como não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos de pesquisa para que melhor atendam aos seus objetivos. Caso a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente não concorde com os ajustes propostos, isso implicará em sua exclusão do certame.

4) Do Projeto de Pesquisa

4.1) Em conformidade com os modelos constantes dos Anexos II, III, IV e V deste Edital, a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente deverá apresentar o respectivo “PROJETO DE PESQUISA” de acordo com o tema escolhido, documento único composto pelas seguintes partes indispensáveis:

4.1.1) Dados Cadastrais;

4.1.2) Formulário para Descrição da Proposta de Pesquisa com título, objeto, justificativa, descrição detalhada (introdução, objetivos, hipóteses e fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências), observada a seguinte formatação:

(i) Folha de papel A4;

(ii) Máximo de 15 páginas;
(iii) Parágrafos justificados, sem formatação de qualquer natureza;
(iv) Fonte Times New Roman, corpo, tamanho 12;
(v) Entrelinhas simples;
(vi) Margens superior e inferior de 2,0 cm, lateral esquerda e direita de 3,0 cm;

4.1.3) Adequação curricular dos integrantes da equipe básica ao tema da pesquisa;

4.1.4) Formulário para o Cronograma de Execução;

4.1.5) Formulário para o Valor e Cronograma de Pagamento;

4.1.6) Formulário para Assinatura do Projeto;

4.1.7) Formulário para Declaração, a ser prestada pelo representante da instituição/fundação de apoio à pesquisa quanto à Equipe Básica;

4.1.8) Formulário para declaração dos profissionais que integrarão a Equipe Básica;

4.2) A instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente poderá se candidatar para o desenvolvimento da pesquisa apresentada no Edital de Convocação Pública e de Seleção (“Do objeto”), para tanto, o Projeto de Pesquisa deverá ser apresentado com todas as peças indicadas nos itens 3 e 4 deste Edital, em conformidade com os detalhamentos constantes dos ANEXOS.

4.3) Uma vez apresentado o “Projeto de Pesquisa”, conforme os termos e prazos estipulados no Edital, não haverá prazo adicional para o suprimento de quaisquer informações ou documentos ora exigidos.

A Comissão Avaliadora e o Departamento de Pesquisas Judiciárias, poderão determinar a realização de diligência nas situações em que sejam necessários maiores esclarecimentos.

4.4) A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado será automaticamente interpretada como desistência de submissão às regras do Edital.

4.5) Dos Recursos Humanos e dos requisitos mínimos quanto ao perfil dos profissionais

4.5.1) A instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada deverá indicar e alocar Equipe Básica de Pesquisa para atuar em todas as fases da execução da pesquisa. A

Equipe Básica de Pesquisa deverá ter a seguinte composição e qualificação técnica profissional mínima:

FORMAÇÃO MÍNIMA (Função desempenhada e Titulação)	**Número Mínimo Exigido**	**Experiências Específicas Mínimas Requeridas**
Coordenador acadêmico, com nível de doutorado.	01	Experiência consolidada na coordenação de projetos e/ou de grupos de pesquisa, realização de pesquisas, estudos e publicações na área sociojurídica, comprovada mediante apresentação de currículo LATTES.
Coordenadores de campo, com nível mínimo de mestrado	02	Experiência no desenvolvimento de projetos, participação em grupos de pesquisa e realização de pesquisas e estudos, comprovadas mediante apresentação de currículo LATTES.

4.5.2) As comprovações requeridas devem ser feitas por meio de apresentação do currículo Lattes atualizado.

4.5.3) A eventual substituição de pesquisadores da Equipe Básica de Pesquisa poderá ser feita, desde que devidamente justificada e comunicada ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), devendo o pesquisador substituto atender aos requisitos do pesquisador substituído, com igual ou superior formação básica e experiências específicas requeridas.

4.5.4) A Equipe Básica de Pesquisa tem a responsabilidade direta por todas as fases da pesquisa.

4.5.5) Além da Equipe Básica de Pesquisa, a entidade poderá alocar Equipe de Apoio para realização da pesquisa, sendo sua composição de prerrogativa da instituição/fundação de apoio à pesquisa não podendo para tanto ultrapassar o valor apresentado na proposta.

4.5.6) A Equipe de Apoio não constará como quesito para qualificação da proposta de pesquisa.

4.5.7) A Equipe Básica de Pesquisa, constituída por doutor e mestres, será responsável por:

4.5.7.1. Coordenador acadêmico (Doutor) – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa quando estiverem lidando com autoridades.

4.5.7.2. Coordenadores de Campo (Mestres) – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

4.5.9) É terminantemente vedada a participação de crianças e adolescentes, assim como de estagiários nas atividades relacionadas à consecução das pesquisas propostas.

5) Da forma de apresentação da Proposta de Pesquisa

5.1 A Proposta de Pesquisa deverá ser encaminhada em formulário eletrônico da primeira fase, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital, mediante envio pelo link https://www.cnj.jus.br/formularios/formulario-para-edital-de-convocacao-e-selecao-publica-n-1-da-5a-edicao-da-serie-justica-pesquisa-fase-1/.

5.2 Preenchidos os requisitos previstos nos itens 3 e 4 deste Edital, as Propostas de Pesquisas das entidades habilitadas serão avaliadas pela Comissão Avaliadora em sua forma e conteúdo.

5.3 As propostas de pesquisa deverão ser encaminhadas, após a publicação de edital no Diário Oficial da União, até dia **19 de agosto de 2021**.

5.4 O Conselho Nacional de Justiça emitirá e-mail de confirmação de recebimento das propostas. Cabe à instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente entrar em contato com o DPJ pelo e-mail dpj@cnj.jus.br, caso não receba tal comprovante em até um dia útil após o carregamento de seu projeto.

5.5 O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa.

5.6 Após análise das propostas de pesquisa, deverão ser encaminhados os documentos de habilitação referidos no item 3.6 deste edital, no prazo de 5 dias úteis, pelo formulário eletrônico da segunda fase, disponível em https://www.cnj.jus.br/formularios/formulario-para-edital-de-convocacao-e-selecao-publica-n-1-da-5a-edicao-da-serie-justica-pesquisa-fase-2/.

6) Do Cronograma de Recebimento, Seleção e Divulgação dos Resultados

Fases	Atividades	Períodos
1.	Recebimento de Propostas	Até 19 de agosto de 2021 (até às 23h59min)
2.	Análise das Propostas e divulgação do resultado preliminar	Até 10 de setembro de 2021
3.	Recebimento de documentos e certidões de habilitação	Até 17 de setembro de 2021 (até às 23h59min)
4.	Resultado final	Até 27 de setembro de 2021

7) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: As propostas serão analisadas por comissão designada para este fim e serão selecionadas conforme os seguintes aspectos:

(*i*) análise documental, conforme item 3.4 deste edital; e

(*ii*) análise de conteúdo, em conformidade com os ANEXOS I, II e III deste Edital.

A seleção dos projetos de pesquisa observará os critérios abaixo discriminados, sendo atribuída nota entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos:

Critérios	Pontuação Máxima
I - Equipe básica	Até 10 pontos, sendo: - 2 pontos para o coordenador de campo que possua experiência com metodologia de pesquisa empírica; - 2 pontos para o coordenador de campo que possua experiência em pesquisa na área descrita no campo temático em que concorre; - 1,5 ponto para cada coordenador de campo que possua experiência com metodologia de pesquisa empírica (até 3 pontos); - 1,5 ponto para cada coordenador de campo que possua experiência em pesquisa na área descrita no campo temático em que concorre (até 3 pontos). Mínimo: 5 pontos.
II - Adequação da proposta ao objeto da pesquisa	ATÉ 25 pontos, sendo: - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte territorial. Meio ponto (0,5) para cada unidade da federação pesquisada, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte temporal. Um ponto para cada ano que exceder o mínimo de 5 (cinco) anos definido na descrição do campo temático, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de problemas/perguntas aderentes em relação à descrição do tema; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de hipóteses aderentes em relação à descrição do tema; e - até 5 (cinco) pontos para proposição de resultados a serem alcançados ao final da pesquisa. Mínimo: 10 pontos

III - Adequação de levantamento bibliográfico ao projeto de pesquisa	ATÉ 20 pontos, sendo: - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com os problemas/perguntas levantados, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão; e - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com as hipóteses levantadas, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão. Mínimo: 10 pontos
IV - Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa	ATÉ 45 pontos, sendo: - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/ geração e análise de dados quantitativos, nos limites do recorte do tema; - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/ geração e análise de dados qualitativos, nos limites do recorte do tema; - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/geração e análise de informações contidas nas peças processuais, nos limites do recorte do tema. Mínimo: 25 pontos
	Mínimo geral: 60 pontos

7.1. Para classificação, as Propostas de Pesquisa deverão atingir a pontuação mínima definida em cada um dos critérios I, II, III e IV, concomitantemente com a obtenção mínima de 60 (sessenta) pontos totais. Será selecionada a proposta com maior pontuação total.

7.2. **Somente será considerada aprovada a instituição que alcançar o mínimo exigido em cada bloco de critérios e, concomitantemente, somar pelo menos 60 pontos no total geral dos itens**.

7.3. O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico (https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/editais-3/) a lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa até o dia **25 de agosto de 2021**.

7.4. A relação das propostas selecionadas e habilitadas será divulgada no Diário Oficial da União (DOU), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e no sítio eletrônico do CNJ até o **dia 27 de setembro de 2021.**

7.5. Em caso de empate de Propostas de Pesquisa, prevalecerá a proposta de menor preço. Persistindo o empate, será realizado sorteio entre os proponentes, pela Comissão Avaliadora, em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados.

8) Da formalização das propostas selecionadas

8.1) A parceria entre o CNJ e a instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada será formalizada por meio de instrumento legal adequado à natureza jurídica da instituição/fundação de apoio à pesquisa, observando-se sempre a legislação aplicável e o interesse público desempenhado pelo CNJ nos termos delineados pelo presente Edital.

8.2) A celebração do instrumento legal para formalização do acordo conforme a natureza jurídica da instituição/fundação de apoio à pesquisa escolhida está sujeita a:

8.2.1) manifestação de concordância da instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada em promover os ajustes previamente indicados pelo CNJ no projeto básico e no plano de trabalho, caso estes sejam necessários e enviar à Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis; e

8.2.2) apresentação de documentos necessários solicitados pela Seção de Gestão de Contratos.

9) Dos recursos financeiros

9.1) O valor a ser custeado pelo CNJ, para cada pesquisa selecionada, será de até R$343.733,00 (trezentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e três reais), conforme critérios de avaliação indicados no item 7;

9.2) Os recursos para custeio das pesquisas no exercício de 2021 estão consignados na seguinte dotação orçamentária do CNJ:

Ação **21BH** - Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias, **Plano Orçamentário 0006** - Pesquisas e Diagnósticos do Poder Judiciário.

10) Das obrigações das partes

10.1) Do Conselho Nacional de Justiça

10.1.1) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

10.1.2) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

10.1.3) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

10.1.4) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

10.1.5) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

10.1.6) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

10.1.7) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte

em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

10.1.8) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

10.1.9) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

10.2) Da Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa Proponente Selecionada

10.2.1) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

10.2.2) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral;

10.2.3) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

10.2.4) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

10.2.5) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

10.2.6) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

10.2.7) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

10.2.8) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

10.2.9) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

10.2.10) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

10.2.11) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

10.2.12) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição/fundação de apoio à pesquisa representada;

10.2.13) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

10.2.14) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

10.2.15) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

10.2.16) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

10.2.17) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme Anexo VI) assinado por todos os membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

10.2.18) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

10.2.18.1) O modelo de TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento do CNJ e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

10.2.18.2) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

10.2.19) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

10.2.20) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ, quando for o caso;

10.2.21) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

10.2.22) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

10.2.23) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020); e

10.2.24) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

11) PENALIDADES

11.1) Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição/fundação de apoio à pesquisa contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato;

b.8) 20% valor total do contrato, nos casos de inexecução total. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

11.2) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.3) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 11.2.

11.4) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

a) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição/fundação de apoio à pesquisa, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento até a entrega do produto final. Não será considerado “desatendimento às solicitações do CNJ”, impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

b) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

c) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

d) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo que, a não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos.

Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

12) VIGÊNCIA

O período de vigência do Contrato é de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

13) Do Pagamento

13.1. O valor do contrato será pago em quatro parcelas, após a entrega e aprovação de cada um dos produtos relativos a cada fase conforme item 14, nos prazos e percentuais indicados na tabela a seguir:

Fase	Produto	Prazo	Pagamento
1	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e dos instrumentos de coleta de dados	Até 15 dias após assinatura do contrato	Não se aplica
2	Produto Parcial 1	Até 30 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
3	Produto Parcial 2	90 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
4	Produto Parcial 3	210 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 2)	30% do valor total
5	Produto Final	270 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 3)	30% do valor total
6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; apresentação de resultados de pesquisa.	300 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 4)	Não se aplica
7	Encerramento do contrato	360 dias após a assinatura do contrato	Não se aplica

13.2 A Entidade proponente, uma vez selecionada e firmado o contrato, nos termos do Edital, deverá apresentar à Comissão de Acompanhamento, ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.2.a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 deste Edital:

13.2.b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos no item 10 deste Edital e, em especial, no subitem 10.2.8.

13.2.c) Os documentos exigidos pela Lei nº 8.666/1993 como condição de pagamento.

14) Gestão do Contrato

14. 1) Execução da Pesquisa

Fase	Descrição	Atividades
1	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias metodológicas	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e dos instrumentos de coleta de dados definidos no projeto de pesquisa
2	Produto Parcial 1	(i) Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações junto Tribunais em que realizará a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas etc. (ii) Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações

		disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.
3	Produto Parcial 2	Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de 50% dos dados quantitativos e 25% dos dados qualitativos.
4	Produto Parcial 3	Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório técnico com apresentação de 100% dos dados quantitativos, 50% dos dados qualitativos e análise preliminar dos resultados.
5	Produto Final	Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, com 100% dos dados quantitativos e qualitativos e todas as análises realizadas, estruturado da seguinte forma: Sumário Executivo; Introdução; Descritivo Metodológico; Desenvolvimento, contendo a apresentação de dados, resultados, análises e interpretações; Síntese: dos principais resultados encontrados; e Apresentação de Diretrizes e Recomendações Técnicas: para o aperfeiçoamento de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário.

6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; Apresentação de resultados da pesquisa	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; Apresentação de resultados da pesquisa
7	Encerramento do contrato	Realização de ajustes finais e pagamento

14.2. A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo CNJ para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

14.2.1) o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

14.2.2) o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

14.2.3) a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

15) Recebimento do Objeto

15.1) Os objetos finais de cada fase serão recebidos definitivamente por meio da aprovação de Notas Técnicas que serão emitidas pela comissão designada para acompanhamento no prazo correspondente ao grau de complexidade de cada produto entregue. O prazo poderá ser prorrogado pela Comissão de Acompanhamento, no caso de diligências solicitadas para que sejam complementadas as informações/documentação, ou ainda, para ajustes nos relatórios apresentados, de forma a cumprir o objetivo do contrato. O novo prazo designado pela Comissão também considerará o grau de complexidade das informações/documentações ou ajustes solicitados.

15.2) Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

15.2.1) provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição/fundação de apoio à pesquisa contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo, por e-mail, no prazo de 5 dias;

15.2.2) definitivamente, observando a seguinte escala de complexidade do produto, conforme modelo abaixo:

15.2.2.1) Complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.2.2) Complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.2.3) Complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.3) A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definirá em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

15.2.4) A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

15.3) A Entidade proponente deverá apresentar à Comissão especialmente designada, ao final da última fase da pesquisa, Relatório analítico circunstanciado do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital, nos termos do contrato a ser firmado entre o CNJ e a entidade proponente.

15.4) A Comissão designada emitirá termo de encerramento do projeto ao final da entrega do produto previsto pela Fase 5, em que, caso aprovada, se declare, expressamente, a entrega de todos os produtos requeridos para o adimplemento contratual;

15.5) A instituição/fundação de apoio à pesquisa que não emitir nota fiscal deverá solicitar perante a Secretaria da Fazenda do Estado a nota fiscal avulsa.

16. Dos Esclarecimentos

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital serão endereçados ao(à) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias, até três dias úteis anteriores à data prevista para o encerramento do prazo de envio das propostas, por e-mail.

16.2. O(A) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá solicitar apoio técnico das áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça quando o assunto assim o exigir.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão publicadas no sítio eletrônico do CNJ.

17. Recursos

17.1. Caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação do ato no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas de pesquisas;

c) anulação ou revogação do certame.

17.1.2. O recurso interposto será comunicado às demais instituições participantes mediante publicação no sítio eletrônico previsto no item 7.3, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.1.3. O recurso será dirigido ao(à) Secretário(a) Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, por intermédio do(a) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias, o(a) qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

18.1.1. O(A) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias poderá solicitar apoio técnico das áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça quando o assunto assim o exigir.

19. Disposições Gerais

19.1. Os Pedidos de Esclarecimento ao Edital e os Recursos acerca do conteúdo deste Edital de Convocação Pública e de Seleção deverão ser encaminhados por meio do endereço eletrônico dpj@cnj.jus.br com o seguinte assunto: “2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA E DE SELEÇÃO DA 5ª SÉRIE JUSTIÇA PESQUISA”.

19.2. Impreterivelmente no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da convocação feita pelo CNJ, a instituição/fundação de apoio à pesquisa autora da proposta selecionada pelo CNJ deverá cadastrar o respectivo representante legal e/ou convencional no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

19.3. A instituição/fundação de apoio à pesquisa autora de proposta selecionada pelo CNJ deverá assinar, preferencialmente, mediante uso de *login* e senha de uso exclusivo do respectivo representante legal e/ou convencional, dentro do prazo de 4 (quatro) dias úteis contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

19.4. É facultado à Administração, quando a assinatura do contrato com a proponente selecionada não ocorrer no prazo e nas condições estabelecidos neste edital, convocar outra proponente, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo.

19.5. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e/ou de recursos eventualmente interpostos deverão ser instruídos com documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões autenticadas, por cartórios extrajudiciais ou por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso a autenticação de cópias de documentos originais e/ou o fornecimento de cópias de documentos sejam requeridos ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

19.6. O CNJ reserva-se o direito de convocar, por meio de videoconferência ou presencialmente, os Coordenadores das pesquisas selecionadas para reunião de ajustes metodológicos e validação da amostra da pesquisa, em qualquer uma de suas fases.

19.7. Em qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente Edital somente poderá ser realizada, mediante prévia autorização e aprovação do CNJ, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e à Série “Justiça Pesquisa”, com referência específica à edição de correspondência.

19.8. A instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada cederá ao CNJ os direitos autorais, patrimoniais e imateriais da(s) pesquisa(s) contratada(s), bem como autorizará o contratante utilizá-la(s) a seu exclusivo critério.

19.9. Resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas da atividade desenvolvida serão de exclusiva responsabilidade da instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada e não necessariamente representam ponto de vista oficial ou institucional do CNJ, ou de quaisquer órgãos do Poder Judiciário relacionados à pesquisa realizada.

19.10. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CNJ, conforme determinação do artigo 3º da Resolução CNJ 7/2005.

19.11. Em atendimento ao interesse público, a Comissão Avaliadora poderá realizar diligências junto às instituições proponentes e a órgãos/entidades da Administração Pública, em busca de documentos e/ou de informações.

19.12. A aprovação de proposta pela Comissão Avaliadora gerará, para a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente, apenas a expectativa de direito de ser contratada. A efetiva formação do contrato administrativo estará condicionada a juízo de oportunidade/conveniência a ser produzido pelo CNJ, com observância da legislação aplicável.

19.13. O CNJ reserva-se o direito de resolver, por intermédio da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, os casos omissos.

19.14. Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é leito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Brasília, XX de julho de 2021.

Johaness Eck
Diretor-Geral
Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I

Plano Básico do Projeto de Pesquisa

1) Detalhamento do Objeto

As pesquisas detalhadas no presente PLANO BÁSICO têm por objetivo principal dotar o CNJ de informações a respeito de aspectos importantes sobre a gestão judiciária e a prestação jurisdicional no Brasil. Seguem, abaixo, a justificativa para orientar a concepção e a formulação das propostas de pesquisa pelas entidades proponentes.

Neste documento constam a apresentação da justificativa, do objetivo principal e das perguntas e problemas de pesquisa que se pretende responder.

Por fim, as entidades interessadas, a depender dos propósitos de investigação dos proponentes, poderão – conforme os estritos termos do regramento detalhado – apresentar abordagens e/ou enfoques complementares aos propostos por este Edital de Convocação Pública e Seleção, as quais, uma vez pertinentes, adequadas e úteis ao detalhamento e à compreensão crítica da questão pesquisada, serão avaliadas pelo CNJ.

Diante do exposto, ressalta-se que é necessário considerar, na apresentação dos dados, aspectos regionais, diferenças entre ramos de justiça e outros elementos que, em comparação, no âmbito da amostra, particularizem dados ou situações.

2) Campos Temáticos:

2.1. Tema 1: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal.

Justificativa: A proposta de pesquisa se baseia na necessidade de se estudar as estruturas judiciais na região Amazônica, formando um diagnóstico empírico que engloba a distribuição das unidades judiciais, dos serviços de apoio à jurisdição, e a efetividade desse

serviço público. Para tanto, será necessário considerar as peculiaridades da região, que consistem tanto em sua extensão territorial, grande oferta de recursos minerais e hídricos, contando com a maior reserva mundial de água doce, e os aspectos socioambientais.

A mensuração da distribuição das unidades judiciárias na região é um estudo de relevância ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça. A atenção aos serviços auxiliares de oficial de Justiça e perícia técnica, à estrutura de informática e gestão processual são pontos importantes na consolidação de uma infraestrutura judicial efetiva, podendo haver iniciativas que auxiliem nesse intento como a Justiça itinerante e os mutirões judiciais.

A questão fundiária na Amazônia também influencia na atividade jurisdicional e merece ser melhor estudada, tendo em vista os problemas sociais que se perpetuaram historicamente. A consideração da grilagem de terras, emprego de trabalho escravo, o crime organizado e as fraudes na extração de madeira no contexto amazônico são fatores que influenciam na efetividade da jurisdição regional. A confiança nas instituições de Justiça e a efetividade dos julgados contribuem para minorar o impacto negativo desses problemas sociais e para a diminuição da degradação ambiental da região, evitando focos de conflito.

O aspecto criminológico da região Amazônica também merece atenção em pesquisa científica própria, tendo em vista a multiplicidade de conflitos que existem nas regiões de fronteira e que podem consistir em rotas de tráfico de drogas, de armamentos e de biodiversidade. Por ser uma região com uma vasta extensão territorial e de difícil acesso e locomoção, existe a necessidade da integração de vários órgãos públicos no combate aos ilícitos ambientais que ocorrem na Amazônia Legal. Há estudos que apontam para a causalidade entre a pistolagem na região amazônica e a deterioração da influência dos órgãos públicos e do sistema legal na região. Importa notar que há estudos que não se debruçam tão só na ocorrência de crimes pontuais e isolados em quadrilhas de pequeno porte, mas também na atuação sistêmica e coordenada de organizações criminosas de grande porte, cometendo ilícitos ambientais de colarinho branco ao realizarem a exploração clandestina de madeira de reservas ambientais. A cooperação para a aceleração da responsabilização judicial e medidas de prevenção ao crime foram algumas das conclusões que se chegou em estudos científicos que abordaram o crime na Amazônia. Há ainda iniciativas e boas práticas que podem ser

mapeadas e replicadas aos sistemas de Justiça de cada Estado da Federação que compõem a Amazônia legal, como os esforços de pacificação social por meio de medidas restaurativas.

No tocante à problemática da efetividade da tutela jurisdicional no âmbito da responsabilidade civil na matéria ambiental, há margem ainda para apresentação de pesquisas relacionadas à execução fiscal e tutela penal ambiental. O problema fulcral seria saber se e em que medida as Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público Federal e pelas autarquias ambientais, no âmbito de projetos como o Amazônia Protege e a Força Tarefa em Defesa da Amazônia, têm sido efetivas no sentido de alcançar alguns de seus principais objetivos: a recomposição do dano ambiental, a cessação das atividades exploradoras não autorizadas e, em última instância, a contenção do desmatamento na Amazônia.

Recorte temporal: 2018 em diante.

Recorte territorial: Amazônia Legal, alcançando cada Estado e abrangendo os seguintes municípios (Altamira, São Félix do Xingu, Novo Progresso, Itaituba - Pará), (Lábria e Apuí – Amazonas), (Colniza e Aripuanã – Mato Grosso), entre outros municípios com altos índices de desmatamento.

Objetivo central: Identificar, por meio de estudo empírico e pesquisa de campo, as estruturas de Justiça na região amazônica.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais os números relativos à litigiosidade dos processos relacionados a causas ambientais?

2. Qual o percentual de ações ambientais cuja discussão alcança terras públicas (da União e/ou de Estados e Municípios) e quais as categorias de unidades de conservação e/ou áreas de proteção ambiental abrangidas?

3. Quais, dos processos com causas ambientais identificados, teriam, desde sua propositura, a indicação de autoexecução pelos órgãos do Poder Executivo?

4. Quais os tempos médios de conhecimento e execução dos processos com causas ambientais e quais os principais motivos de pendência de sentenças?

5. A produtividade da vara é impactada pelo índice de rotatividade e substituições dos juízes e juízas na localidade?

6. Qual a efetividade dos julgados nas ações ambientais da Amazônia, considerando a responsabilização patrimonial e as medidas de constrição aplicadas pelo Poder Judiciário?

7. Quais práticas inovadoras de tecnologia, georreferenciamento, governança, gestão de recursos e de inteligência artificial poderiam ser aplicadas nas unidades judiciárias da Amazônia?

8. Há itinerâncias ou mutirões judiciais em causas ambientais na região amazônica?

9. Quais são os procedimentos de gestão processual quando se trata de ação civil pública? Quais os procedimentos de gestão processual de ações ambientais nas varas federais?

10. Quais as similitudes e divergências do ponto de vista da gestão processual nos dois casos acima mencionados?

11. Quais os limites e janelas de oportunidades que as ações civis públicas possuem frente às respostas que o Poder Judiciário pode oferecer nas demandas ambientais?

12. Quais são as áreas/territórios sob júdice que seguem sendo exploradas, desflorestadas e recompostas?

13. Como são os fluxos de comunicação e articulação dos órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário para as causas ambientais?

14. Quais as diferenças de registro de ilícitos ambientais entre os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário? Que mecanismos podem ser construídos/movidos para maior integração?

15. Qual o quadro funcional do Poder Judiciário voltado para os processos de causas ambientais e quais as causas de afastamento e de vacância de cargos?

2.2 Tema 2: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário

Justificativa: A Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146/2015 – foi editada em decorrência da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada em Nova Iorque, da qual o Brasil é signatário e foi aprovada pelo Congresso

Nacional através do Decreto Legislativo nº. 186/08, bem como promulgada através do Decreto 6.949/09.

Tendo em conta o disposto no parágrafo 3º. do artigo 5º. da Constituição Federal, a Convenção passou a ter status de Emenda Constitucional. São reconhecidos o direito à autonomia e independência individuais, para que a pessoa possa fazer suas próprias escolhas e, qualquer limitação, tem caráter excepcional.

A LBI já tem mais de cinco anos, entretanto, a percepção é que ela seja ainda pouco conhecida ou que seus comandos, que têm norte constitucional em razão da Convenção, ainda não foram bem assimilados.

Nesse sentido, ainda são encontrados sistematicamente entraves para o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, apesar do texto de caráter constitucional e legal, não há reconhecimento de que a regra é a plena autonomia da pessoa com deficiência.

Isso tem reflexos que acabam restringindo significativamente a esfera de atuação da pessoa com deficiência e a efetivação de seus direitos. Nesse sentido, é necessário verificar dados sobre a exigência de interdição para que a pessoa com deficiência pudesse postular administrativa e judicialmente Benefícios Previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada - BPC, no âmbito, respectivamente, da Lei de Benefícios Previdenciários e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

No âmbito judicial, é importante investigar se, para fins de levantamento dos valores decorrentes de condenação há exigência de interdição.

Outrossim, considerando que a curatela foi alçada à condição de medida extraordinária (LBI artigos 84 e seg.), de grande significado aferir quais atos civis estão impulsionando a propositura de ações de interdição, bem como estabelecer o quantitativo de curatelas e de tomada de decisão apoiada estão sendo decretadas pelo Judiciário.

Objetivo central: identificar as causas motivadoras das ações de interdição da pessoa com deficiência e a aplicabilidade pelo Judiciário de instrumentos como a tomada de decisão apoiada, avaliação biopsicossocial por equipe e outros previstos na LBI.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais são os dados processuais e de litigiosidade sobre o tema da interdição, curatela, e processos de tomada de decisão apoiada?
2. Quais os principais motivos das ações de interdição?
3. Quais são as percepções dos diversos operadores do Direito acerca da aplicação da Lei Brasileira de Inclusão?
4. Como pessoas com deficiência veem a aplicação da LBI no Poder Judiciário?
5. Quais são os elementos de análise e prova para as sentenças de interdição?
6. Como os processos de interdição são instruídos?
7. De que forma e com que argumentos se faz a dispensa de interrogatório do interditando?
8. Em que condições judiciais são realizadas as escutas de pessoas com deficiência em processos de interdição?
9. Quantos processos são relativos a levantamentos de interdição desde a promulgação da LBI
10. Quantos processos são referentes a conversões de interdição em tomada de decisão apoiada?
11. Quantos processos de tomada de decisão apoiada (instituto previsto na LBI) foram ajuizados?
12. Quais as finalidades elencadas nos processos de tomada de decisão apoiada?
13. Quais são as partes nos processos de tomada de decisão apoiada e seus perfis socioeconômicos?
14. Nas ações previdenciárias e assistenciais em que necessária avaliação da deficiência, utilizada a avaliação biopsicossocial?

2.3. Tema 3: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos

Justificativa: A Agenda 2030 tem como um de seus objetivos, “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ODS 16). Dessa forma, o Poder Judiciário tem a obrigação institucional de engajar-se na promoção de mecanismos para fazer com que o acesso a seus serviços seja cada vez maior, com maior eficácia e eficiência, contribuindo assim, para a pacificação social e a democratização dos serviços jurisdicionais.

Outro compromisso institucional do Conselho Nacional de Justiça está em sua participação na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA - principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto para a formulação de políticas públicas e soluções voltadas ao combate àqueles crimes. Nesse sentido, para cumprir compromissos assumidos junto a esse grupo, é fundamental a realização de pesquisa sobre o tema em tela.

Além disso, dentre as Metas Nacionais 2020, a meta 4 estabelece “Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)” e, no âmbito da Justiça Estadual, a corrupção ativa e passiva são alvo de especial atenção para priorização de julgamentos – o que torna o Poder Judiciário particularmente interessado na produção de informações e estudos sobre o tema do combate à corrupção, lavagem de dinheiro e a recuperação de ativos.

Nesse sentido, os crimes de lavagem de dinheiro e corrupção e a busca para a recuperação de ativos constituem objeto importante como resposta a dar à sociedade acerca dos serviços jurisdicionais. O aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação nacional e internacional e o aprimoramento da coleta de dados estatísticos sobre o tema são cruciais para que as instituições parceiras produzam conhecimento de excelência para o enfrentamento à lavagem de dinheiro e corrupção e a recuperação de ativos; desenvolvam ferramentas conceituais e tecnológicas voltadas às suas atribuições e interesses acerca do tema; busquem eficiência e eficácia na resolução de casos que envolvam lavagem de

dinheiro, corrupção e a recuperação de ativos, contribuindo, assim, para a efetividade da justiça.

Objetivo central: Investigar fluxos de comunicação e cooperação nacional e internacional entre instituições que atuam no combate à lavagem de dinheiro e corrupção e na recuperação de ativos, além da mensuração e análise de dados processuais relativos ao tema.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. É possível identificar os crimes antecedentes praticados em relação à corrupção e lavagem de dinheiro? Quais instituições realizam tal identificação e que fluxos/procedimentos realiza para isso?
2. Quais os ambientes de negócios, para além de práticas criminosas típicas, que criam mais situações de riscos para a prática de corrupção e lavagem de dinheiro?
3. Quais os fluxos/procedimentos de cooperação nacional e internacional sobre o tema que se encontram fragilizados e, portanto, necessitam de aperfeiçoamento?
4. Quanto ao cumprimento dos Provimentos CN/CNJ n. 88/2019 e 90/2020, como estão sendo feitas as inspeções e quais desenhos de fluxos/procedimentos para aperfeiçoamento das comunicações junto à Unidade de Inteligência Financeira?
5. Quais as partes (nos polos passivo e ativo) e respectivos perfis que constam nos processos relativos à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos?
6. Qual o número de condenados e absolvidos nos processos referentes ao tema de pesquisa?
7. Quais os valores recuperados nas ações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro?
8. Quais as penas aplicadas e o tempo de pena aplicada nos casos de detenção/reclusão?

9. Como se dão as intimações pessoais (fato comum a qualquer processo criminal) nos casos de processos relativos ao tema de pesquisa?

10. Como os magistrados lidam com as questões relativas à administração dos bens sequestrados (fazendas, empresas, ou mesmo automóveis e aeronaves)?

11. Quais os sinais de lavagem de dinheiro identificados nas comunicações feitas junto à Unidade de Inteligência Financeira (antigo COAF)?

12. Quais as iniciativas do Congresso Nacional sobre o tema?

13. Quais as ferramentas ou instrumentais de pesquisa de bens e ativos do Ministério Público?

14. Quais as relações estabelecidas entre o Poder Judiciário e o Ministério Público no âmbito do combate à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos?

15. É possível identificar perfis de réus absolvidos e condenados em relação ao tema de pesquisa?

2.4. Tema 4: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais

Justificativa: O Estado brasileiro assumiu, desde o início do processo de internacionalização dos direitos humanos, uma série de compromissos internacionais ao aderir e ratificar os principais tratados. Particularmente no âmbito regional, a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) de 1969 é central para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e seu impacto é sentido pelas instituições e sociedade civil brasileiras há décadas. Além de enunciar normas de direitos humanos, a CADH criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos: um tribunal internacional regional com competência para o processo internacional de apuração da responsabilidade dos Estados por violações à direitos humanos, entre outras funções. Por meio do seu labor interpretativo, ao longo dos últimos trinta anos, a Corte IDH desenvolveu uma sofisticada jurisprudência, traçando parâmetros sobre combate e prevenção à tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos

forçados, direito de acesso à justiça, investigação com a devida diligência, direito à verdade e à memória, prazo razoável de duração do processo, independência judicial, direitos territoriais indígenas e quilombolas, dentre outros.

Contudo, o exercício da jurisdição interamericana pressupõe a observância do princípio da subsidiariedade, vale dizer, o prévio esgotamento dos recursos internos ou o preenchimento de uma das suas exceções (art. 46, CADH). Isso se deve em razão de o sistema internacional de proteção não ter sido construído para lidar com todas as possíveis violações graves a direitos humanos, que ocorrem todos os dias e se espalham na significativa extensão territorial das Américas. A ideia central do SIDH seria tratar de casos emblemáticos, representativos dos principais problemas da região, com o fim de construir os parâmetros interpretativos que serviriam de guia para evitar a perpetuação cíclica de tais violações. Por isso, a Corte IDH construiu a teoria do controle de convencionalidade, segundo a qual todo(a) juiz(íza) nacional (e também os demais agentes públicos) devem zelar pela aplicação da Convenção Americana, seguindo o sentido e o alcance interpretativo dado pela Corte IDH .

Apesar de os estudos sobre controle de convencionalidade já estarem sendo desenvolvidos pelos(as) juristas brasileiros, observa-se que ainda não há uma disseminação de julgados locais que fazem referência à jurisprudência da Corte IDH ou que, mesmo sem citá-la, seguem a linha interpretativa ditada por este tribunal. Em comparação com outros países da região, tais como Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia e México, o Estado brasileiro não foi diretamente influenciado pela Convenção Americana de Direitos Humanos ou pelos órgãos do sistema da mesma forma, com a mesma intensidade, no curso do processo de redemocratização. Tal fenômeno provoca um questionamento acadêmico, político-social e institucional quanto às raízes da baixa visibilidade da jurisprudência da Corte IDH na jurisprudência nacional.

Do ponto de vista jurídico, a aplicação imediata da CADH deveria ser obrigatória, entretanto, supõe-se que a cultura profissional, em conjunto com a percepção do que significa a independência judicial, produz um cenário de resistência de juízas e juízes para a aplicação da norma internacional. Algumas inferências podem ser levantadas e testadas para tentar compreender a respeito da baixa adesão da magistratura brasileira em relação à aplicação da

CADH, conforme a interpretação desenvolvida pela Corte Interamericana em seus julgamentos. Uma seria o desconhecimento ou a pouca familiaridade com o texto convencional e com o labor interpretativo do tribunal interamericano. Em segundo lugar, poder-se-ia levantar a objeção baseada no princípio da soberania nacional e da negação às normas internacionais de proteção aos direitos humanos, em especial no que tange os julgados relacionados à justiça de transição. Há aqueles que tratam as normas convencionais como se fossem direito estrangeiro, sem aplicabilidade direta ao caso concreto, servindo apenas como argumento de reforço da aplicação de norma doméstica já esboçada (e não como fonte formal do direito). Por fim, sem prejuízo de outras explicações a serem levantadas, uma outra explicação seria a existência de uma resistência local em seguir o dever de controle de convencionalidade nos moldes em que é proposto pela Corte IDH, em especial quando eles conflitam com a interpretação sedimentada pela jurisprudência local.

O mapeamento das resistências de tais agentes políticos será de fundamental importância para desenhar uma estratégia ampla, diversificada e de largo fôlego que buscará entrosar normativas administrativas, medidas e ações a fim de enfrentar as dificuldades encontradas para a internalização da Convenção Americana de Direitos Humanos. Tal mapeamento também produzirá dados que poderão ser utilizados para incrementar o programa de direitos humanos dos editais de concursos para a magistratura, assim como poderão auxiliar no desenho de cursos de formação e educação continuada sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Ressalta-se que a pesquisa deve trabalhar com as percepções das juízas e juízes, levando em conta que as pessoas, de modo geral, têm dificuldade de assumir intencionalidade em seu processo decisório. Ainda, é possível haver uma tendência na magistratura no sentido de assumir uma posição de neutralidade, ao invés de estabelecer um posicionamento como agente político. Deve-se levar em consideração, também, que é possível haver resistência para aprender conteúdos novos com os quais não estão familiarizados e/ou que sejam percebidos como fora do conhecimento jurídico e de caráter politizado e não técnico. Ao introjetar essas dificuldades às premissas da pesquisa de campo, os dados estarão mais próximos à realidade das juízas e juízes, o que auxiliará no desenho de medidas e ações que

poderão efetivamente criar impacto sobre a eficácia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no Brasil.

Objetivo: Identificar, por meio de pesquisa de campo e coleta de documentos dos Tribunais, os motivos que levam à baixa aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos, formulando hipóteses e soluções.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se, inicialmente, que a pesquisa seja direcionada pelas seguintes questões: se as juízas e juízes

1. Entraram em contato com a Convenção Americana de Direitos Humanos? Se sim, já a aplicaram alguma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente a aplicam?
2. Entraram em contato com o restante da normativa do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador, Convenção de Belém do Pará, Convenção Interamericana para Prevenção e Combate à Tortura, Convenção Interamericana para Eliminação de Discriminação Racial, dentre outros). Se sim, já a aplicaram alguma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente as aplicam?
3. Conhecem a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sua composição e suas atribuições? Já assistiram a alguma audiência, leram algum relatório, conhecem o instituto da solução amistosa, medidas cautelares?
4. Conhecem a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sua composição e suas atribuições? Já assistiram a alguma audiência, conhecem suas sentenças, opiniões consultivas, medidas provisórias?
5. Conhecem o procedimento de um caso quando que ingressa no Sistema Interamericano de Direitos Humanos?
6. Conhecem a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos? Por temas (obs. listar os que forem prioritários)?
7. Conhecem os julgados da Corte contra o Brasil? Listar os casos para que possam ser reconhecidos individualmente.

8. Compreendem o que são os padrões, standards ou parâmetros interamericanos de proteção aos direitos humanos? Já aplicaram algum/alguns aos casos julgados sob sua responsabilidade?

9. Ao se deparar com um caso específico, têm a percepção de que podem aplicar imediatamente um padrão, standard ou parâmetro interamericano?

10. Gostariam de participar para conhecer ou aprofundar seu conhecimento sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos? Que atividade gostariam que fossem organizadas para essa finalidade?

11. Conhecem o conceito de controle de convencionalidade?

12. Exerceram o controle de convencionalidade? Se sim, já o fizeram uma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente a aplicam?

13. Conhecem a posição do STF sobre controle de convencionalidade/aplicação do direito internacional dos direitos humanos no Brasil? Conhecem a teoria do diálogo entre Cortes e a do duplo controle?

14. Com que frequência a CADH é citada nas decisões judiciais? Há diferença entre instâncias originárias e recursais?

15. Quais são os assuntos que com maior frequência aparecem nas decisões judiciais que citam a CADH?

16. Quais os percentuais de condenação/absolvição e de reforma de decisão quando há citação da CADH na decisão judicial?

Sobre os Tribunais:

17. Quais tribunais utilizam normativas ou realizam ações que recomendem ou estimulem a aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos? Quais são as iniciativas e como elas são aplicadas?

2.5. Tema 5: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento

Justificativa: O Estado brasileiro, tanto em sua trajetória histórica como na contemporaneidade, convive com um quadro estrutural de violações de direitos no contexto das políticas penais. Ao lado de leis e discursos normativos civilizados e garantidores, admite ambientes prisionais que naturalizam e potencializam a morte e o risco de morte das pessoas privadas de liberdade. O cumprimento efetivo da Lei de Execução Penal não encontra sustentação na gestão das políticas públicas penais em vigência, uma vez que a realidade da maior parte dos estabelecimentos prisionais hoje no Brasil mostra um retrato de verdadeira contradição, onde as pessoas privadas de liberdade estão expostas às mais degradantes situações, que incluem doenças, aglomerações, negligência na garantia de assistências básicas e violência.

Conforme dados recentes sistematizados pelo Conselho Nacional de Justiça a população privada de liberdade aumentou 9,3% entre 2016 e 2020, ao passo em que houve a redução de cerca de cem vagas no sistema no mesmo período, e os óbitos em unidades prisionais cresceram 20% entre 2019 e 2020, puxados pelo aumento dos suicídios (30%) e pelas mortes de causa desconhecida (360%) (Informe. Junho 2021)

Esse quadro de letalidade do sistema prisional brasileiro integra o conjunto de violações de direitos reconhecido pelo STF, no âmbito da ADPF 347 de 2015, ao declarar que as prisões no Brasil são um estado de coisas inconstitucional por causa de suas condições precárias e à margem do estado de direito.

Entre as mazelas citadas no bojo da ADPF 347 e atualizadas pelo CNJ em junho de 2021, persiste a dificuldade para a obtenção de dados atualizados e confiáveis sobre o sistema prisional. O Conselho salienta que até hoje o Brasil não tem condições de apontar taxas de reincidência ou de casos de tortura. "Os registros do Disque 100 indicando violações a essa população triplicaram desde 2013, passando de 3.031 para 9.479 registros [em 2020], um aumento de 213%", destaca.

A incipiente compreensão e fragilidade dos dados acerca do fenômeno das mortes sob custódia prisional no Brasil integram o contexto supracitado. Não obstante a relevância do tema, fragilidades epistemológicas e metodológicas podem ser observadas nos relatórios do

Infopen. Os dados de mortalidade no sistema prisional são computados a partir de cinco categorias: óbitos naturais (por questões de saúde), óbitos criminais, óbitos suicídios, óbitos acidentais, óbitos com causa desconhecida.

As informações são fornecidas pelas administrações dos próprios estabelecimentos prisionais, mediante preenchimento de formulários. A amplitude e a imprecisão das categorias dão margem significativa à subjetividade na coleta dos dados e isso se reflete, sobretudo, na presença da categoria óbitos com causa desconhecida, por meio da qual os entes estatais acabam por reconhecer a imperícia e negligência na apuração dos casos de mortes no âmbito do sistema prisional.

Ademais, para além da imprecisão das categorias, cabe salientar os desafios burocráticos, a heterogeneidade nacional e as complexas relações federativas e interinstitucionais que representam obstáculos ainda não superados e favorecem um conjunto de diferentes metodologias, sistemas e arranjos locais utilizados na coleta de dados.

Para os registros do Infopen/DEPEN, conforme já mencionado, as informações são fornecidas pelas administrações dos próprios estabelecimentos prisionais mediante preenchimento de formulário, e posteriormente repassadas ao Departamento Nacional. Já em relação aos dados do Conselho Nacional do Ministério Público, são os Promotores de Justiça que realizam o preenchimento dos formulários, a partir das vistorias que realizam nos estabelecimentos prisionais.

Por sua vez, no âmbito do CNJ, temos o Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais cuja alimentação é implementada por intermédio dos relatórios de inspeções mensais realizadas nos estabelecimentos penais pelos Juízes de Execução Penal, nos termos do artigo 66, inciso VII da Lei de Execução Penal e de acordo com o estabelecido na Resolução CNJ nº 47/2007. Todavia, necessário reconhecer que informações mais analíticas e dados específicos sobre a ocorrência de mortes não estão suficientemente estruturadas no bojo das inspeções nacionais.

A todas essas diversidades se agrega, ainda, a resistência de alguns estados em compartilhar informações. Situação peculiar é a do estado de São Paulo, o qual concentra a

maior população encarcerada do país —cerca de 33% do total nacional (DEPEN, 2017) e sistematicamente não compartilha seus dados perante as instâncias federais.

Todo os desafios citados configuram obstáculos robustos para a necessária compreensão sobre o fenômeno de mortes consumadas no decorrer da custódia prisional, tanto em relação a indicadores quantitativos, mas, sobretudo, um olhar mais qualificado e crítico sobre suas causas, formas de tratamento e, em especial, estratégias de prevenção e enfrentamento, ao que soma a necessidade de maior transparência, fiscalização e responsabilização para os casos de mortes decorrentes de maus tratos e tortura.

Em que pese a relevância dos desafios metodológicos, importante destacar que a incipiência de dados e pesquisas sobre os casos de mortes sob custódia prisional no Brasil estão relacionadas, acima de tudo, a um padrão de gestão estatal e de modos de controle social, segregação, seletividade e estigmatização penal histórica e estruturalmente condicionados para a persistente violação dos direitos das pessoas pretas e pobres privadas de liberdade (Almeida e Massaú, 2017), especialmente com relação ao direito à vida. Segundo Chies e Almeida (2018), este padrão de governamentalidade opera através de uma seletividade punitiva baseada no racismo (tradicional e contemporâneo) e dirigida com ênfase àqueles que as estruturas sociais brasileiras segregaram como uma ralé de novos escravos. É esta ralé que é sacrificada e exposta à morte nos presídios do Brasil.

Nesse sentido, sobre estar historicamente exposto à morte, Pedroso (2002) nos traz dados referentes à Casa de Correção do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1869: no período foram recolhidos cerca de 1099 condenados, dos quais 245 (22,3%) faleceram. A mortalidade subia bruscamente em relação ao tempo de pena: enquanto era de 2% para apenados de até 2 anos, subia até 66,6% para penas entre 16 e 20 anos (Pedroso, 2002, p. 72).

A morte sob custódia é também encontrada nos estudos históricos de Myrian Sepúlveda dos Santos, então acerca da Colônia de Dois Rios (2004; 2006). Os dados por ela coletados autorizam sustentar que nas três primeiras décadas a Colônia teve como objetivo principal aprisionar bêbados, mendigos, vadios e capoeiras, sendo utilizada, a partir da

metade da década de 1910, para o recolhimento de presos políticos (sobretudo anarquistas e comunistas).

“As declarações de óbito eram frequentes e mostravam que muitos presos faleciam após poucos meses de internação. Morria-se de beribéri, desinteria, tuberculose, sífilis, ou seja, doenças resultantes da má alimentação, falta de higiene e maus tratos […].” (Santos, 2006, p. 451)

Os dados atuais revelam a perpetuação e agravamento dos riscos e situações de óbito no sistema prisional brasileiro. De acordo com o CNJ, uma pessoa presa tem cerca de 2,5 vezes mais chances de ser morta do que alguém fora do cárcere - o índice de assassinatos nas prisões é de 50,38 a cada cem mil habitantes, contra 19,65 a cada cem mil pessoas no Brasil -, além de 28 vezes mais chance de contrair tuberculose. A mesma tendência se aplica para o número de casos de HIV e Aids, duas vezes maior nas cadeias do que entre a população.

As degradantes condições estruturais e operacionais do sistema prisional nacional são relevantes fatores a serem considerados na compreensão das expressões do fenômeno “mortes sob custódia prisional no país”. É desarrazoada e indevida a associação da morte de uma pessoa sob a custódia do estado sob o rótulo de uma categoria ampla e imprecisa, tal como óbitos naturais/por enfermidade, sem a devida consideração e correlação com as condições de custódia prisional a qual estava submetida. É imperiosa a averiguação das causas dos óbitos à luz das condições degradantes dos ambientes prisionais, considerando a insalubridade, superlotação, oferta de assistência à saúde (compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico), a assistência social e outros direitos previstos na LEP. Diante de um quadro de violência coletiva institucional cuja política é pautada na privação de direitos básicos, deve prosperar a categoria de morte natural?

Outrossim, numa agenda de pesquisa, indagações devem ser direcionadas sobre todas as mortes acometidas e registradas no sistema prisional, independentemente de qual categoria esteja vinculada pela administração prisional preliminarmente responsável pela apuração do caso. Óbitos categorizados como causas criminais, suicídios, acidentais e causa desconhecida também apresentam elementos complexificadores que emergem das

realidades prisionais no Brasil e precisam ser devidamente apurados, compreendidos e tratados.

Motins, rebeliões e massacres têm sido recorrentes no contexto prisional, de modo a registrar simultaneamente uma série crescente de assassinatos entre grupos de presos rivais, como também mortes decorrentes da ação das autoridades policiais. Inclusive, sob a perspectiva do protagonismo das mortes associado às pessoas privadas de liberdade e seus grupos organizados, ou às autoridades estatais, também se faz necessária uma sofisticação mais criteriosa na investigação e sua adequada categorização. Outro ponto a ser considerado no presente tópico diz respeito aos fundamentos que deram origem aos conflitos. Seriam derivados de reivindicações dos presos por condições minimamente dignas (assistência jurídica por meio da Defensoria Pública, acesso à assistência médica, oportunidades de trabalho, melhoria na alimentação, com maior quantidade e melhor qualidade, melhoria nas instalações físicas, regularização das visitas familiares etc.)?

Em suma, diante da violação sistemática, histórica e crescente contra o direito à vida de pessoas sob a tutela direta do Poder Público, torna-se necessário aprimorar o entendimento e a transparência acerca das mortes ocorridas sob custódia do Estado, inclusive para que as famílias tenham direito ao justo reconhecimento e indenização sempre que comprovada a responsabilidade estatal. Nesse sentido, orientam a presente proposta de pesquisa as seguinte perguntas-chave: quais cuidados institucionais e diligências estão sendo adotadas pelas autoridades públicas competentes e, em especial, como o Poder Judiciário tem atuado nesse contexto?

Tratam-se de chaves analíticas que devem ser exploradas no bojo de um projeto de pesquisa que, mesmo diante de um tema complexo, atravessado por um arranjo interinstitucional federativo frouxamente articulado, tem no Poder Judiciário um ator central, capaz de induzir um movimento coordenado nacionalmente e apto a jogar luzes sobre o fenômeno das mortes sob custódia prisional, apontar os principais gargalos e pontos de atenção no tratamento dos casos, bem como promover práticas e novos protocolos visando seu enfrentamento.

Para tanto, a pesquisa deverá contar com as bases de dados dos sistemas operados pelo CNJ, entre eles o Sistema de Execução Eletrônico Unificado (SEEU), sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado Paraná e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em processo de implantação nacional, bem como a possibilidade de cruzamento de dados com outros sistemas, tal como DATASUS. Via sistemas nacionais, o Judiciário conta com ferramentas efetivas para uma gestão mais confiável e qualificada sobre a tramitação processual na execução penal, permitindo um controle informatizado e o levantamento de informações relacionadas ao sistema carcerário, entre elas, o acesso a dados afetos a extinção do processo penal por causa de morte. Desta forma, a pesquisa contará com relevantes dados e informações que corroborarão com os estudos e pesquisas de campo para uma melhor compreensão do fenômeno em tela.

Outra fonte de dados interessantes que poderá ser considerada como estratégia de pesquisa seria o levantamento, nos TJs, acerca dos processos para indenização de famílias em decorrência das mortes sob custódia, ainda que nem todas as mortes sejam contestadas judicialmente. Poder-se-ia ter acesso a uma segunda camada de informações relevantes: Registro de Mortes e tipificação X Reclamações de mortes. Isso permitiria aprofundar análises sobre como o Judiciário lida com as mortes sob custódia e identificar o que influencia decisões, o que, como hipótese, pode apontar para a forma como a gestão prisional registra e comunica essas mortes. Tal informação, por sua vez, cruzada com os sistemas da Política de Saúde, pode jogar luzes sobre inconsistências e ocultações de motivos (o que, parece, está sob os rótulos “causas desconhecidas” ou “mortes naturais”.

Portanto, diante de um sistema prisional que sempre foi marcado por problemas estruturais graves e pela ausência de iniciativas fundadas em evidências e boas práticas, o que se buscará, a partir da pesquisa ora proposta, é desenvolver um estudo empírico e pesquisa de campo visando ao levantamento de informações acerca dos procedimentos de registro, apuração e outros indicadores relevantes para a compreensão sistêmica e analítica das mortes de pessoas sob custódia prisional no Brasil. Neste sentido, cumprindo o seu papel institucional, o Conselho Nacional de Justiça contribuirá com a fortalecimento da atuação

jurisdicional através de pesquisas e produção de conhecimento destinadas ao constante aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Objetivo: Identificar e desenvolver estudo empírico e pesquisa de campo, acerca dos procedimentos de registro, apuração e outros indicadores relevantes para a compreensão sistêmica e analítica das mortes de pessoas sob custódia prisional no Brasil; identificar causas de mortes e fatores agravantes, apresentando estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais os mecanismos de registro e comunicação de mortes e como são realizados os procedimentos?
2. Qual a predominância de causas de morte identificadas a partir das categorias utilizadas pelas instituições oficiais (óbitos naturais/por questões de saúde, óbitos criminais, óbitos suicídios, óbitos acidentais, óbitos com causa desconhecida.
3. Outras categorias são identificadas e/ou categorizadas? Caso sim, quais critérios?
4. Identificar o tempo entre a morte do réu e a sentença de extinção da punibilidade;
5. Identificar as diferenças entre os percentuais de mortes nos presos provisórios e condenados, separando-se por tempo da condenação;
6. Identificar as causas mais frequentes de mortes das pessoas privadas de liberdade e o comportamento na série temporal;
7. Identificar os fatores que levam ao agravamento nas probabilidades de morte das pessoas custodiadas, tais como perfil da pessoa (gênero, faixa etária, raça/cor, escolaridade, etc.), tempo da pena, superlotação carcerária, motivo da prisão, entre outros;
8. Qual a metodologia e/ou procedimento é utilizado para averiguação e investigação das causas de mortes?

9. Como o registro da morte é formalizado em cada estado da federação e tribunal?

10. Qual o gênero, raça, faixa etária e outros dados pessoais identificados nos casos de processos penais extintos por razão de óbito?

11. Quais documentos são apresentados para a autoridade judicial que fundamentam a extinção do processo?

12. Houve a solicitação e/ou realização de perícia?

13. Qual a incidência de casos em que a declaração da autoridade responsável pelo estabelecimento prisional é o único meio de prova da ocorrência e causa da morte?

14. Há registros de série histórica sobre a ocorrência de mortes no sistema prisional do estado? Ocorrência em unidades prisionais específicas?

15. Nos casos de óbitos criminais, há registros de que a pessoa estava ameaçada? Há informações e relatos sobre a iminência de motins e rebeliões? Quais medidas foram adotadas pela Administração Prisional e autoridades públicas responsáveis (Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, outros)

16. Nos casos de mortes naturais por enfermidades e também por suicídios, há registros de atendimento e acompanhamento médico garantido pela administração penitenciária? Houve investigação acerca da garantia, ou negligência, do direito à saúde;

17. Nos casos de óbitos acidentais e óbitos com causa desconhecida quais informações e dados foram considerados para a extinção do processo? Quais diligências foram solicitadas?

18. Quais são as boas práticas de apuração e processamento dos casos de mortes sob custódia prisional verificados?

19. Caso sejam identificadas, no âmbito da pesquisa, falhas no procedimento de investigação e processamento judicial das causas de mortes, quais seriam as possíveis soluções?

2.6. Tema 6: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade

Justificativa: Ante a preocupante situação da privação de liberdade no Brasil, caracterizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF nº 347 como estado de coisas inconstitucional, verifica-se como imperioso um conjunto de ações concretas e interinstitucionais que façam frente a esse cenário.

Atualmente, o Brasil ocupa a terceira posição no ranking dos países que mais encarceram no mundo. Para além do aumento das taxas de encarceramento, que vem ocorrendo nas últimas décadas, a constatação de graves violações aos direitos fundamentais nos espaços de privação de liberdade é de conhecimento público.

Na ADPF nº 347 o STF apontou que a responsabilidade pela superação dessa realidade é dos diferentes poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive participando Estados-Membros e o Distrito Federal, além da União, nessa empreitada. Ajuizou também acerca da existência de problemas na formulação e na implementação de políticas públicas, e na interpretação e aplicação da lei penal. No que diz respeito ao Poder Judiciário, o STF evidenciou a responsabilidade em racionalizar a concretização da ordem jurídico-penal, de modo a tornar mínima essa situação inconstitucional em vez de agudizá-la.

Com relação ao sistema de justiça juvenil, o cenário também é preocupante, já que se observam unidades socioeducativas com atendimento precarizado, que compromete a socioeducação e faz preponderar rotinas de segurança em detrimento de atividades pedagógicas, como preconiza a constituição e a legislação brasileiras. Dito contexto levou o Supremo Tribunal Federal a reconhecer, no julgamento de pedido liminar formulado no bojo do HC nº 143.988/ES, de relatoria do Ministro Edson Fachin, que “os direitos fundamentais dos adolescentes internados estão a sofrer graves violações motivados pela superlotação, razões pelas quais não podem permanecer na situação degradante que se encontram”.

Neste sentido, em agosto de 2018, o Ministro Fachin concedeu liminarmente a ordem no habeas corpus mencionado, determinando que na Unidade de Internação Regional Norte em Linhares/ES, fosse delimitada a taxa de ocupação em 119%, procedendo-se a transferência dos adolescentes sobressalentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior à taxa média de 119%. Subsidiariamente, determinou que, caso a transferência não fosse possível, a autoridade judicial deveria atender ao parâmetro

fixado no art. 49, II, da Lei 12.594/2012, isto é, colocar o adolescente em programa de meio aberto, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, até que fosse atingido o mencionado percentual máximo de ocupação. Por fim, estabeleceu que, na hipótese de impossibilidade de adoção das medidas supra, houvesse a conversão de medidas de internação em internações domiciliares e, alternativamente, a adoção justificada pelo magistrado ou magistrada das diretrizes sucessivas constantes do pedido inicial.

Em meio a esse contexto de superlotação e precariedade dos ambientes de privação de liberdade, a população prisional e os/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas têm sido tratados como uma massa amorfa, sem particularidades, especificidades e, portanto, sem a oferta de políticas efetivas que deem conta das interseccionalidades presentes no encarceramento da população, que está, em sua grande maioria, em situação de vulnerabilidade social.

À vista disso, a privação de liberdade tal como é adotada no Brasil tende a agravar a condição social dessas pessoas, suas famílias e seus territórios, culminando no desrespeito ao rol de previsões nacionais e internacionais sobre o tema.

Na tentativa de olhar para as especificidades de cada grupo, de cada sujeito que passa pelo sistema de justiça penal e socioeducativo, e sobretudo no intento de não agravar a situação de desigualdade social e de violência por parte do Estado brasileiro, é que o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), vem desenvolvendo uma série de medidas focadas nas chamadas minorias sociais - grupos que sofrem maior exclusão, revitimização, preconceito e estigmatização em decorrência de gênero, raça ou etnia, religião, entre outros fatores, devido à presença de marcadores sociais da diferença, ficando assim em situação de maior risco e vulnerabilidade psicossocial.

Como ações já desenvolvidas ou em desenvolvimento no CNJ, é possível citar:

Elaboração e aprovação da Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do

Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2959>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Publicação do Manual Resolução CNJ n. 287/2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual-Resolu%C3%A7%C3%A3o-287-2019-CNJ.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração e aprovação da Resolução CNJ n. 348 de 13/10/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração do Manual Resolução n. 348/2020 – no prelo.

Além dos atos normativos e manuais acima citados, o CNJ está em vias de discutir ato normativo específico para o tratamento no âmbito penal sobre a população migrante. Outrossim, tem-se discutido o tema liberdade religiosa nos ambientes de privação de liberdade e o tratamento conferido às vítimas, por meio da análise do cumprimento da Resolução CNJ n. 253 de 04/09/2018, que define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais.

Salienta-se que, nesse conjunto de estratégias em que se busca discutir as especificidades, pluralidade e, principalmente, a garantia de direitos dos grupos historicamente acossados, foi produzido estudo interno por consultora contratada, intitulado Relatório “Boas práticas de enfrentamento ao racismo no Sistema de Justiça Nacional”, que buscou abarcar o mapeamento de boas práticas e a apresentação de subsídios ao Conselho Nacional de Justiça e ao Programa Justiça Presente (Atual Fazendo Justiça), visando a elaboração de atos normativos e estratégias de advocacy para promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo estrutural, bem como de seus impactos no encarceramento da população jovem, negra e periférica.

Ademais, o CNJ editou recentemente a Resolução n. 369 de 19/01/2021, que estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de

gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3681>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração do Manual Resolução n. 369/2021 – em produção.

Outra iniciativa de destaque nesse mesmo diapasão diz respeito às pessoas em sofrimento ou com transtornos mentais ou que fazem uso de drogas em conflito com a lei. Nesse bojo, o CNJ, por meio do Eixo 3 do Programa Fazendo Justiça e da atuação da Unidade de Monitoramento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF Corte IDH / DMF / CNJ), tem se inclinado a pensar ações e estratégias de qualificação da atuação judiciária em casos que necessitam mais da intervenção da saúde e menos da punitividade criminal ou socioeducativa expressa na privação de liberdade.

Nesta esteira, faz se oportuna a realização de pesquisas que contribuam para a visibilização das minorias privadas de liberdade seja no sistema penal, seja no sistema socioeducativo, trazendo elementos sobre a atuação judicial e o tratamento destinado a essas pessoas também em medidas que extrapolem o aprisionamento.

Objetivo: Identificar como e se estão sendo aplicadas as Resoluções CNJ n. 287 de 25/06/2019 e n. 348 de 13/10/2020 pelo Poder Judiciário, revelando também o perfil sociodemográfico (idade, gênero, raça, etnia, escolaridade) dessa população que está no sistema de justiça criminal, incluindo as acusadas, rés, condenadas ou com privação de liberdade, bem como o tipo penal a essas pessoas imputado e os serviços a elas oferecido.

Do mesmo modo, realizar a mesma pesquisa/identificação no sistema de justiça juvenil e socioeducativo para aos/às adolescentes apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, incluindo o ato infracional a eles/as atribuído. Em que pese a Resolução CNJ n. 287/2019 não ter abordado a situação dos/as adolescentes, é de fundamental importância identificar como está a relação do sistema de justiça juvenil com

os/as adolescentes indígenas, considerando que o adolescente não pode ter tratamento mais gravoso que o adulto.

Identificar a estrutura dos sistemas prisionais e socioeducativos para atendimento a esse público (população indígena e LGBTI), formulando hipóteses, soluções e iniciativas de aprimoramento para o tratamento de minorias no sistema carcerário.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

Sobre a Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019 - pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade - e sobre adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação

1. Os/As magistrados/as do país têm conhecimento acerca da Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019? Estão sendo ofertadas capacitações?
2. Existem normativas específicas nos estados sobre o tratamento destinado à população indígena adulta e adolescente no âmbito da justiça criminal e justiça juvenil?
3. Qual a metodologia e sistema são utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo (Administração Prisional/Penitenciária) para identificação das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade? Sinalizar caso não haja nenhum tipo de identificação.
4. Qual a metodologia e sistema utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo para identificação dos/as adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?
5. Quantas são as pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado? Onde elas estão localizadas?
6. Quantos/as são os/as adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

7. Quem são (perfil sociodemográfico) das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade?

8. Quem são (perfil sociodemográfico) adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

9. Quais são os tipos penais imputados às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

10. Quais são os atos infracionais atribuídos aos/às adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

11. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

12. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento aos/às adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

13. É possível medir o impacto de decisões, em audiência de custódia e em audiências de instrução criminal (no caso dos adultos) ou infracional antes e após a Resolução CNJ 287/2019?

14. Há dificuldades apontadas para a aplicação da Resolução CNJ 287/2019 pelos atores do sistema de justiça? De que ordem?

Sobre a Resolução CNJ n. 348 de 13/10/2020 - população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo (LGBTI) que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente e adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, propõe-se perguntas semelhantes:

15. Os/As magistrados/as do país têm conhecimento acerca da Resolução CNJ n. 348/2020? Estão sendo ofertadas capacitações?

16. Existem normativas específicas nos estados sobre o tratamento destinado à população LGBTI adulta e adolescente no âmbito da justiça criminal e justiça juvenil?

17. Quais estruturas de privação de liberdade existem para acolher essa população? Exemplo: celas, alas ou unidades próprias, alas diferentes, unidades masculinas ou femininas.

18. Qual a metodologia e sistema são utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo (Administração Prisional/Penitenciária) para a identificação das pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade? Sinalizar caso não haja nenhum tipo de identificação.

19. Qual a metodologia e sistema utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo para identificação dos/as adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

20. Quantas são as pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado? Qual população é mais identificada?

21. Quantos/as são os/as adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

22. Quem são (perfil sociodemográfico) das pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade?

23. Quem são (perfil sociodemográfico) adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

24. Quais são os tipos penais imputados às pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

25. Quais são os atos infracionais atribuídos aos/às adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as

provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

26. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento às pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

27. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento aos/às adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

28. Há dificuldades apontadas para a aplicação da Resolução CNJ 348/2020 pelos atores do sistema de justiça? De que ordem?

I. Estratégia de desenvolvimento – principais atividades

As atividades do Projeto de Investigação respeitarão os métodos clássicos de pesquisa científica e empírica na área do Direito, fazendo uso de instrumentos tais como: questionários, entrevistas, estatísticas, estudos setoriais, doutrina, jurisprudência, consolidando, assim, estratégias diversificadas e conexas, com a finalidade de prover uma visão mais ampla e integral do objeto da pesquisa, conforme a seguir indicado.

(i) **Análise de dados** estatísticos, primários e secundários, obtidos junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e órgãos pesquisados.

(ii) **Pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa**, junto às instituições pesquisadas, envolvendo entrevistas, aplicação de questionários e coleta de informações, mediante instrumento apropriado especialmente desenvolvido para o Projeto de Pesquisa. A pesquisa de campo deverá abranger capitais, regiões metropolitanas e municípios do interior, sempre que possível.

(iii) Análise dos **autos processuais**, análise de textos de decisões, sentenças, petições, entre outras peças existentes nos autos dos processos de interesse da pesquisa.

A análise dos dados quantitativos deverá cobrir o período mínimo de cinco anos.

Anexo II

Modelo de Apresentação da Proposta de Projeto de Pesquisa

1) Dados Cadastrais

Órgão/Entidade Proponente				CNPJ
Endereço				
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento	
Nome do Responsável				CPF
CI/Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
Endereço				CEP
Esfera Administrativa ☐ MUNICIPAL ☐ ESTADUAL		☐ FEDERAL ☐ ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL		

2) Descrição da Proposta de Pesquisa

<table>
<tr><td colspan="4">Campo Temático:</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="2">Título do Projeto de Pesquisa
Indicar o título do projeto, programa ou evento a ser executado.</td><td colspan="2">Período de Execução</td></tr>
<tr><td>Início</td><td>Término</td></tr>
<tr><td colspan="4">Identificação do Objeto

Descrever o produto final do projeto, programa ou evento.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Responsável Técnico do Projeto</td></tr>
<tr><td colspan="2">Endereço</td><td>DDD/Telefones de contato (informar inclusive celular)</td><td>E-mail</td></tr>
<tr><td colspan="4">Data: / /

Assinatura

_____</td></tr>
</table>

2.1) Justificativa da Proposição

O proponente deverá demonstrar:

- A caracterização dos interesses recíprocos;
- A relação entre a proposta apresentada e os objetos estipulados no Projeto de Pesquisa; e
- O problema a ser resolvido e os resultados esperados;

2.2) Descrição Detalhada do Projeto de Pesquisa

1. Introdução
2. Objetivos (gerais e específicos)
3. Hipótese(s) e fundamentação teórica
4. Metodologia
5. Cronograma
6. Referências

3) Adequação curricular dos integrantes da equipe básica ao tema da pesquisa

Equipe Básica	Indicação de projetos, grupos de pesquisas, estudos e publicações de sua autoria e/ou participação, relacionados ao tema da pesquisa	Link para Currículo Lattes
Coordenador/a Acadêmico		
Coordenadores/as de Campo		

4) Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa (por etapa)

Fase	Produtos	Duração (meses)
1	Não se aplica	15 dias, após a assinatura do contrato
2	Produto Parcial 1	30 dias, após a assinatura do contrato
3	Produto Parcial 2	90 dias, após a assinatura do contrato
4	Produto Parcial 3 - Apresentação	210 dias, após a assinatura do contrato
5	Produto Final CNJ	270 dias, após a assinatura do contrato

6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; apresentação de resultados de pesquisa.	300 dias, após a assinatura do contrato
7	Encerramento do contrato	360 dias, após a assinatura do contrato

5) Valor e Cronograma de Pagamento

Fases	**% de Pagamento**	**Valores**
1	Não se aplica	
2	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 1	
3	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 2	
4	30% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 3	
5	30% do valor total, após a aprovação do Produto Final	
Valor Total da Proposta		

6) Assinatura do responsável pelo Projeto de Pesquisa

Data: / /

_____

(assinatura)

ANEXO III

Formulário para declaração, a ser prestada pelo representante da instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente, indicativa dos nomes dos profissionais que, vinculados à instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente representada, integrarão a equipe básica de pesquisa, caso a proposta seja aprovada pelo CNJ

DECLARAÇÃO

Eu, _____, representante legal/convencional da Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa _____,CNJP _____, DECLARO que os pesquisadores indicados na tabela abaixo estarão vinculados à equipe básica de pesquisa e à execução do contrato administrativo que venha a ser firmado com o Conselho Nacional de Justiça, caso a proposta apresentada pela instituição/fundação de apoio à pesquisa que represento seja aprovada na seleção decorrente da publicação do Edital de Convocação Pública CNJ nº 2/2021 .

Nome completo do profissional	CPF	Titulação

Localidade, data

Assinatura do representante da Instituição/Fundação de Apoio à pesquisa proponente.

ANEXO IV

Formulário para declaração, a ser prestada pelos profissionais que integrarão a equipe básica de pesquisa, caso a proposta seja aprovada pelo CNJ, indicativa do compromisso de participação efetiva nas etapas da pesquisa

DECLARAÇÃO

Eu, _____, titular do número de CPF _____, pesquisador com a titulação de _____, DECLARO que, se a proposta apresentada pela Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa _____, CNPJ _____, for aprovada na seleção decorrente da publicação do Edital de Convocação Pública CNJ nº 2/2021, participarei ativamente da execução do contrato administrativo que venha a ser firmado entre referida entidade proponente, à qual estarei vinculado, e o Conselho Nacional de Justiça.

Localidade, data.

Nome completo do pesquisador declarante.

ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

ANEXO VI

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O/a [*instituto/instituição*]**,** com sede em [*endereço*], inscrita no CNPJ nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu [*cargo do representante*], [*nome completo do representante*], RG [*xxxxxxx órgão expedidor*], e CPF [*xxxxxxxxx*] apresenta o presente **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE** e, por seu intermédio, a **CONTRATADA** obriga-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**, segredos e informações confidenciais de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas física ou jurídica não autorizadas, sem a expressa autorização do **CNJ**.

Parágrafo primeiro. As informações consideradas sigilosas para o presente **TERMO** são aquelas de interesse restrito ou confidencial do **CNJ**, cujo conhecimento não pode ser dado a terceiros, em especial:

Os dados armazenados em arquivos ou bases de dados disponibilizados pelo CNJ, sejam elas originárias das bases de dados do próprio órgão sejam bases de dados de outros órgãos ou instituições passíveis de disponibilização, mediante cooperação firmada junto ao CNJ, além de informações confidenciais para fins de uso em pesquisa ou qualquer outra atividade tal como processamento em softwares e modelos de inteligência artificial.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** reconhece ser a lista acima meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas em segredo.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atuará nas ações e/ou iniciativas relativas à pesquisa intitulada [*título da pesquisa*].

CLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** reconhece que em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação essa deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATADA** reconhece expressamente que ao término da atividade que demandou a formalização do presente Termo deverá entregar ao **CNJ** todo e qualquer material fornecido, inclusive anotações envolvendo informações sigilosas relacionadas, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A **CONTRATADA** também assume o

compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade junto ao **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA - A **CONTRATADA** obriga-se perante o **CNJ** a lhe informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dele ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – A **CONTRATADA** não deverá utilizar qualquer informação para fim diverso daquele destinado à execução das atividades inerentes ao contido no PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA PRIMEIRA do presente TERMO.

CLÁUSULA OITAVA - Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Neste caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA NONA – Para realização de transferência de dados, deverão ser observados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA - Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em privilégio a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

PESQUISADOR

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JOHANESS ECK

Diretor Geral - CNJ

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. ___/2021. CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A _____, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n° ____).

A UNIÃO, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA,** sediado SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **JOHANESS ECK**, Identidade n. XXXXXX SSP/SP e CPF n.XXXXXXXXX, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.XX, de XX de XXXXXX de xxxx, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa _____, com sede _____, CEP _____, telefone (___) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, RG n. _____ e CPF n. _____,celebram o presente contrato com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, no Edital de Convocação n. 02/2021 do **CNJ**, publicado no Diário Oficial da União de xx de xxxxxxx de 2021, observando-se o que consta nos Processos nos 08400/2020, 02141/2021 e 04929/2021, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é a realização de pesquisa intitulada "_____", com o objetivo de investigar assuntos de interesse do **CONTRATANTE**, observados o Edital de Convocação n. 2/2021 do **CNJ** e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrariem.

Parágrafo único – O presente contrato fica vinculado ao Edital de Convocação, à portaria de dispensa de licitação e à proposta vencedora do chamamento público.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto do presente contrato será indireta por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA **TERCEIRA –** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

b) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

c) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

d) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

f) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

g) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

h) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

i) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

b) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral:

c) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

d) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

e) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

f) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

g) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

h) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

i) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

j) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

k) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

l) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição representada;

m) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

n) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

o) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

p) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

q) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme Anexo VII) assinado por todos os membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

r) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

s) O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -- TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

t) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

u) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

v) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ;

x) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

z) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

aa) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020); e

ab) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

Parágrafo primeiro - A inadimplência da **CONTRATADA** na quitação dos encargos estabelecidos na alínea “q” desta cláusula, não resultará em vínculo de subsidiariedade com a **CONTRATANTE** pelo seu pagamento, também não onerará o objeto deste contrato.

Parágrafo segundo - A **CONTRATADA** será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas na execução dos trabalhos ou na utilização de materiais.

Parágrafo terceiro - Qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente contrato somente poderá ser realizada mediante prévia autorização e aprovação do **CONTRATANTE**, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e à Série "Justiça Pesquisa", com referência específica à edição de correspondência.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA deverá executar integralmente o objeto da contratação, sendo vedado subcontratar e/ou terceirizar parcial ou integralmente a execução do objeto do contrato.

Parágrafo quinto - Os Coordenadores de Pesquisa deverão prever duas visitas à sede do CNJ para discussão do andamento da pesquisa. A data de cada uma das visitas será informada tempestivamente pela Comissão de Acompanhamento.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo **CNJ** para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

II – o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

III – a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

Parágrafo primeiro. Os relatórios parciais e final deverão ser entregues na forma eletrônica para fins de editoração e publicação pelo DPJ.

Parágrafo segundo. De acordo com o interesse do **CNJ**, poderão ser realizadas reuniões presenciais, preferencialmente em Brasília, ou por meio de videoconferência, em qualquer uma das fases da pesquisa, às expensas da **CONTRATADA.**

Parágrafo terceiro. O **CNJ** comunicará à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, suspendendo, se for o caso, os pagamentos restantes, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto. No prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação, o **CNJ** analisará as justificativas e emitirá parecer em igual prazo.

Parágrafo quinto. Em caso de dano, o **CONTRATANTE** realizará a apuração e comunicará o fato à instituição selecionada para que seja ressarcido o valor correspondente em 30 dias. O não atendimento das medidas saneadoras ensejará a instauração do processo adequado.

Parágrafo sexto. Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de alterações no Cronograma de Pagamento, Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa ou de prazos e atividades específicas do projeto de pesquisa, estas deverão ser acordadas entre o Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e o Coordenador da pesquisa, devendo constar o registro das alterações nos autos do processo administrativo.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA SEXTA – Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência:

a.1) por não entrega de documentação simples;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% do valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja

configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos;

b.8) 20% do valor total do contrato, nos casos de inexecução total, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”;

e) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

e.1) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento e que são passíveis de ajustes em complementação do produto, dada a natureza própria da atividade de pesquisa científica. Não serão considerados “desatendimento às solicitações do CNJ” impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

e.2) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

e.3) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

e.4) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo primeiro. As sanções previstas nos itens *“a”*, “*c”* e “*d”* desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Contrato por inexecução total da obrigação nos termos da Lei.

Parágrafo segundo. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo, assegurando à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo terceiro. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo quarto - Para exigir a pena convencional, não é necessário que a CONTRATANTE alegue prejuízo (Código Civil, artigo 402). No entanto, de comum acordo, em conciliação, desde que não haja prejuízo ao Erário e/ou desde que o prejuízo ao Erário esteja integralmente ressarcido, a CONTRATANTE poderá substituir a **possível** aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido que seja expressamente veiculado pela contratada, na defesa prévia. A substituição prevista neste dispositivo:

I - poderá ser realizada no máximo duas vezes, ao longo da vigência do contrato, desde que referida a condutas diferentes entre si identificadas pela primeira vez na execução do contrato;

II - somente ocorrerá nas hipóteses em que o gestor do contrato apresente manifestação favorável, fundamentada:

a) no histórico do relacionamento existente entre a contratada e o CNJ;

b) na descrição dos indícios eventualmente existentes de que a substituição requerida atenderá ao interesse público; e

c) na descrição dos indícios, eventualmente existentes, de que o inadimplemento identificado não causará prejuízo significativo ao prazo previsto para cumprimento do objeto do contrato.

III - estará condicionada à assunção, pela contratada, em documento subscrito pelo preposto e pelo representante legal/convencional, do compromisso de que serão adotadas providências eficazes:

a) para saneamento dos efeitos do inadimplemento identificado, em prazo a ser definido pela Secretaria de Administração do CNJ; e

b) para evitar que outros inadimplementos quaisquer ocorram.

Parágrafo quinto - Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Parágrafo sexto - Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O objeto do presente contrato será recebido na forma dos arts. 73 a 76 da Lei 8.666/1993:

Parágrafo primeiro. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Parágrafo segundo. O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

a) complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

b) complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

c) complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

Parágrafo terceiro. A Comissão de Acompanhamento, ao receber o produto, definirá, em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

Parágrafo quarto. A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O pagamento será efetuado ao término da execução de cada fase da pesquisa, nos termos do cronograma de pagamento previsto no Anexo A, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo disposto nos art. 5º, §3º, ou art. 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal, de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito - CND, comprovando regularidade com o INSS; da Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais, comprovando regularidade com a Fazenda Federal; do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

b) Entrega do relatório/produto indicado na proposta para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos na Cláusula Quarta; e

c) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA.**

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá apresentar ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 do Edital de Convocação:

b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos item 10 do Edital e, em especial, o subitem 10.2.8 do Edital de Convocação.

Parágrafo segundo - As notas fiscais em desacordo com o estabelecido neste instrumento contratual, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o seu pagamento, serão devolvidas à **CONTRATADA** e, neste caso, o prazo previsto nesta cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Parágrafo terceiro - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Parágrafo quarto – Para o pagamento relativo à última fase da pesquisa, deverá ser observado o disposto na alínea “h” da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA NONA – Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos neste contrato, devendo os custos respectivos estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da **CONTRATADA**.

DO VALOR

CLÁUSULA DEZ – O valor global do presente contrato é de **R$ XXX.000,00** (XXXXX mil reais).

Parágrafo único. O pagamento será parcelado, na forma do cronograma de pagamento previsto no Anexo A deste contrato.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA ONZE – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DOZE – Este contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TREZE – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de recursos consignados ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União de 2021, no Programa de Trabalho _____, Natureza de Despesa: _____.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUATORZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUINZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, constitui motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

Parágrafo único – Caso a CONTRATADA venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a CONTRATADA mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DO FORO

CLÁUSULA DEZESSETE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZOITO – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção III, conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZENOVE – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo Diretor-Geral do CONTRATANTE, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Brasília, de de 2021.

Pelo **CONTRATANTE** Pela **CONTRATADA**

JOHANESS ECK

Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo para a seleção de instituições de pesquisa a serem contratadas para a realização das pesquisas empíricas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480).

2. Conforme o "Edital Resultado de Seleção da Convocação Pública n. 2/2021" (1211207), publicado no DOU, de 19 de novembro de 2021, as seguintes instituições e respectivas propostas foram selecionadas como 1ª colocadas:

- Fundação Getúlio Vargas – FGV, para o **Tema 1**: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal, com a Proposta (1177187);
- Universidade de São Paulo – USP, para o **Tema 2**: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário, com a Proposta (1177289);
- Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, para o **Tema 3**: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos; e **Tema 5**: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento, com as Propostas (1177311 e 11778303, respectivamente);
- Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, para o tema **Tema 4**: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais, com a Proposta (1177375);
- Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE, para o **Tema 6**: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade, com a Proposta (1177971).

3. As unidades da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT n. 1113902 e Despacho SCONT n. 1123371) e a disponibilidade orçamentária

(Despacho SEPOR n. 1146610 e itens 4 e 5 do Despacho DG n. 1147380).

4. Cabe registrar que, por meio do SICAF e Certidão Estadual (fls. 1 e 2, respectivamente do arquivo SEI n. 1228077), foi possível verificar apenas a regularidade Federal e Estadual da Universidade de São Paulo - USP, selecionada para o Tema 2. Como a certidão municipal constante dos autos (fls. 4/6 do arquivo SEI n. 1200591) está vencida, mesmo considerando a prorrogação de sua vigência por mais 90 (noventa) dias, concedida pela Portaria (fl. 7 do arquivo SEI n. 1200591), foi solicitado à USP, por *e-mail*, o envio de documentos que comprovassem a regularidade municipal da instituição. Após tratativas internas, em resposta (*e-mail* fl. 3 do arquivo SEI n. 1228077), a USP informou o que segue transcrito abaixo:

> "Acabo de conversar com o Departamento Financeiro da Reitoria (DF) e a informação que nos deram foi a seguinte.
>
> A USP e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) estão envolvidas em um processo que tramita no judiciário devido a um desacordo em relação à cobrança do IPTU referente aos imóveis doados à Universidade por conta de heranças vacantes.
>
> A PMSP entende que a USP deve se responsabilizar por todo o débito existente, inclusive aquele anterior à data da doação, enquanto a Universidade entende o contrário, isto é, que só pode ser cobrada pelos valores apurados após o imóvel ter se tornado seu.
>
> Por este motivo, a certidão não pode ser emitida, o que está afetando vários convênios, e a Procuradoria Geral da USP (PG) está empenhada em obter uma nova portaria da Secretaria da Fazenda da PMSP que prorrogue novamente a validade da certidão que a Profa. Luciana já apresentou.
>
> Infelizmente, é impossível prever uma data para a solução da questão, mas, ainda segundo o DF da Reitoria, há a expectativa de que isto ocorra a qualquer momento já que a PG permanece atuando neste caso diariamente. "

5. Como não foi possível comprovar a regularidade municipal da USP, conforme relatado acima, neste momento, deixarei de incluir a referida instituição no ato de declaração de dispensa de licitação para contratar a pesquisa relativa ao Tema 2 do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480). Todavia, a Secretaria de Administração, juntamente com a unidade demandante (Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ), acompanhará a regularização da situação fiscal da instituição, visando a declaração de dispensa de licitação e formalização de contrato para o Tema 2.

6. Em relação às demais instituições, os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração constam dos SICAFs e Certidões descritos na tabela abaixo:

INSTITUIÇÃO	TEMA	SICAF e Certidões
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	1228073

Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	1228083
	Tema 5	
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	1228086 (SEDE)
		1228089 (FILIAL)
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	1228089

7. Registre-se que, em resposta ao questionamento enviado pelo CNJ, a instituição APC/PUCPR (Tema 4) informou (por *e-mail*, fl. 4 do arquivo SEI n. 1228089) que o CNPJ que deverá constar do contrato é o 76.659.820/0003-13 relativo à filial.

8. Conforme demonstrado na Lista de Verificação 1228098, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

9. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU n.1124646, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso XIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que consigna:

> *"Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *[...]*
>
> *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.*"

10. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria 112/2010, de 04/06/2010, e no inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, e considerando os fatos relatados no item 5 deste expediente, **declaro a dispensa de licitação** para contratar as instituições descritas no quadro abaixo, no valor total de **R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais)**, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480):

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00

Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

11. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para que, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das instituições supramencionadas.

12. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos **à Seção de Compras** para a publicação do ato no Diário Oficial da União, com posterior remessa **à Secretaria de Orçamento e Finança**s para emissão das notas de empenho, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ n. 1218806, e após, à Seção de Gestão de Contratos, para providências afetas à formalização das contratações.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 15/12/2021, às 10:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228137** e o código CRC **A7245E8B**.

DESPACHO

1. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU 1124646 e do Despacho SAD 1228137, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. XIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais), e **autorizo** a contratação das empresas listadas abaixo, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00
Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ 1218806.

4. À Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), para providências afetas à formalização das contratações.

5. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229700** e o código CRC **0012D111**.

02141/2021 1229700v4

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:30
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	388

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/12/2021	Global	02141/2021	-	75.513,40

Favorecido

Código	Nome
33.641.663/0001-44	FUNDACAO GETULIO VARGAS

Endereço	CEP
PRAIA DE BOTAFOGO 190 BOTAFOGO	22250-900

Município	UF	Telefone
RIO DE JANEIRO	RJ	6134484433

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
22	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	XIII	-

Descrição

02141/2021 - CONTRATAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS OBJETO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2021 DA 5ª EDIÇÃO DA SÉRIE JUSTIÇA PESQUISA (1148480).
CONFORME DESPACHOS DPJ 1218806, SAD 1228137 E DG 1229700.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/12/2021 15:46:38	Alteração

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:30
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	75.513,40

Subelemento 51 - SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS CIENTIFICAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS - TEMA1 : ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROPOSTA (1177187) E PB (1103760).	75.513,40

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/12/2021	Inclusão	1,00000	75.513,4000	75.513,40

Assinaturas

Ordenador de Despesa
GETULIO VAZ
***.348.651-**
16/12/2021 15:46:38

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
16/12/2021 15:27:30

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/12/2021 15:46:38	Alteração

Dispensa de Licitação



5ª Edição da Série “Justiça Pesquisa”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Edital de convocação pública **15**
Declaração de dispensa de licitação **97**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **101**
Nota de empenho **102**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Contratação de pesquisas empíricas sobre os seguintes eixos temáticos: "*Direitos Humanos e do Meio Ambiente*; *Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional*; *Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos*; e *Promoção do Acesso à Justiça Digital*", decorrente do 2º Edital de Convocação da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa, que atenda aos requisitos definidos no Estudos Preliminares e no Edital.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

São partes interessadas:

1. **Sociedade**: as pesquisas apresentam diagnóstico do Poder Judiciário brasileiro;
2. **Plenário**: as pesquisas realizadas pelo DPJ podem subsidiar a elaboração de políticas públicas pertinentes aos aspectos analisados;
3. **Projetos em andamento no Conselho Nacional de Justiça**: as pesquisas podem se relacionar diretamente ou indiretamente aos objetos dos projetos realizados pelo CNJ; e
4. **Departamento de Pesquisas Judiciárias**: a realização de pesquisas e diagnósticos do Poder Judiciário é parte das atribuições desse departamento, conforme os itens 7.2, I e II do Manual de Organização do CNJ e art. 5º, § 1º, II e III da Lei nº 11.364/2006.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como órgão integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e a avaliação de políticas judiciárias em curso.

Para bem cumprir essa missão institucional, o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) propôs a realização da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Neste edital, pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisas empíricas de interesse do Poder Judiciário, com alto nível de excelência, adotando o caráter instrumental das políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

As contratações das pesquisas decorrentes da "5ª Edição da Série Justiça Pesquisa" harmonizam-se com os seguintes objetivos estratégicos, previstos no art. 3º, II, III e IV da Portaria Presid/CNJ nº 104/2020:

II – aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de políticas judiciárias;

III – fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário; e

IV – promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica.

Esclarece-se que não constam no Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, objetivo estratégico diretamente relacionada à realização de pesquisas como existia no Item II dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015 – 2020.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A presente contratação é indispensável para cumprimento dos objetivos institucionais do Departamento de Pesquisas Judiciárias de acordo com a previsão normativa do art. 5º da Lei n. 11.364/2006:

Art. 5º Funcionará, junto ao Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ, com sede na Capital Federal.

§ 1º Constituem objetivos do DPJ:

[...]

II - desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

III - realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

IV - fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias;

[...]

§ 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o Conselho Nacional de Justiça poderá: (Redação dada pela Lei nº 11.618, de 2007)

I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, no campo de sua atuação;

II - celebrar contratos com pessoas físicas e jurídicas especializadas.

Por se tratar de contratação de trabalho intelectual incorpóreo, não se aplicam os requisitos de acessibilidade e possui pouco impacto quanto à sustentabilidade, tendo em vista que as entregas são feitas de forma digital e o trabalho é realizado na sede do contratado. Os requisitos técnicos consistem nos quatro eixos temáticos acima destacados, assim como nos subtemas que serão apresentados no futuro projeto básico. Esses requisitos técnicos, que pautarão o trabalho intelectual e instituirão obrigações aos contratados, também foram traçados a partir da reunião do Conselho Consultivo do DPJ (órgão instituído pelo art. 6º da Lei n. 11.364/2006) ocorrida em 02 de março de 2021.

As futuras contratações deverão cumprir o detalhamento previsto em cada plano de pesquisa, anexos ao futuro ao Edital, elaborados para os respectivos temas e que conterão os requisitos e especificações de cada linha de pesquisa. A pesquisa a ser desenvolvida privilegiará a metodologia empírica ou dogmática, conforme o tema a ser desenvolvido na contratação. as pesquisas obedecerão critérios técnicos e normativos usuais nas pesquisas científicas..

O requisito geral do Segundo Edital de Convocação Pública da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa é o de que as futuras

pesquisas a serem contratadas analisem e apresentem a realidade de diversos aspectos da prestação jurisdicional no Brasil, representados pelos temas abaixo relacionado, e que sejam demonstrados diagnósticos qualificados cientificamente que possam subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais para o Poder Judiciário baseadas em evidências.

Os temas integrantes do 2º Edital da 5º Série do Justiça Pesquisa são os a seguir relacionados e serão devidamente detalhados no Projeto Básico.

1. Direitos Humanos e do Meio Ambiente;
2. Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional;
3. Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos; e
4. Promoção de Acesso à Justiça Digital.

São elegíveis para a contratação instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior, fundações de apoio à pesquisa e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa.

3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

Fase 1 - Avaliação dos Projetos, com entrega dos seguintes documentos

4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

4.2) A prova de inscrição no CNPJ;

4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;

4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição/fundação de apoio à pesquisa;

4.5) Link do Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa; 4.6) Declaração de vinculação mútua entre a instituição/fundação de apoio à pesquisa e os pesquisadores da Equipe Básica; e

4.7) Comprovação da vinculação da Instituição/fundação de apoio à pesquisa com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

A documentação mencionada deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição/fundação de apoio à pesquisa a ser contratada:

1) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

2) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no item 3.4 do Edital; e

3) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

Fase 2 - Avaliação de habilitação jurídica, com entrega dos seguintes documentos:

1) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei de Licitações”);

5) declaração expressa da instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;

6) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

As soluções disponíveis no mercado não apresentam similaridade às pesquisas pretendidas pelo CNJ. Grande parte das pesquisas são realizadas por instituições públicas que possuem entre as suas atribuições regimentais ou legais de fomento a pesquisas como, por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), o Senado Federal (SF) e o Ministério da Justiça (MJ). Em razão dessa diferença de natureza jurídica, as práticas dessas instituições são bastante específicas e estão relacionadas a modos de financiamento no desenvolvimento de pesquisas próprias ou de pesquisadores ligados a universidades e programas de pós-graduação, ou ainda, no desenvolvimento de pesquisas de opinião e de implementação de políticas públicas.

O tipo de contrato adotado pelo CNJ é o de prestação de serviço, cuja execução apresenta níveis diversos de obrigações e responsabilidade para as partes substancialmente diferentes daqueles decorrentes dos modelos típicos das atividades de fomento.

O contrato de prestação de serviço adotado pelo CNJ privilegia o desenvolvimento de pesquisa com sólida metodologia científica a qual deslinde realidades sobre temas relativos ao universo do Poder Judiciário e contribua para subsídios voltados ao aperfeiçoamento de políticas públicas.

3.1.1. Histórico da “Série Justiça Pesquisa”

A “Série Justiça Pesquisa” iniciou-se por meio dos contratos realizados em 2013 e teve sua última edição em 2020, conforme tabela abaixo:

Justiça Pesquisa						
	Contrato	**Pesquisas**	**Instituição**	**Aditivos**	**Prorrogações**	**Observação**
1 SÉRIE	14/2013	Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional	Fundação Carlos Alberto Vanzolini	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 4 de junho de 2014	
	15/2013	Tempo médio dos processos de adoção no Brasil: uma análise dos impactos da atuação do Poder Judiciário	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 3 de junho de 2014	
	17/2013	A força normativa do direito judicial: uma análise da aplicação prática do precedente no direito brasileiro e dos seus desafios para a legitimação da autoridade do Poder Judiciário	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	-	-	
	18/2013	Perfil do acesso à justiça no Brasil – juizados especiais cíveis	Universidade de São Paulo	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 2 de junho de 2014	
	21/2013	Lei de Improbidade Administrativa: entraves à efetividade e combate aos atos de improbidade	Fundação Universidade de Itaúna	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 21 de junho de 2014	
	22/2013	Processos coletivos no Brasil: Estudo diagnóstico sobre os problemas e propostas de aprimoramento dos instrumentos processuais coletivos para uma prestação jurisdicional mais eficiente	Universidade de São Paulo	-	-	
	25/2013	Estudo Multicêntrico sobre as relações entre Sociedade, Gestão e Judiciário na efetivação do direito à saúde	Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva	-	-	
	26/2013	Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
2 SÉRIE	11/2016	Os Maiores Litigantes nas Ações Consumeristas na Justiça Estadual: Mapeamento e Proposições	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	
	12/2016	Pilotando a Justiça Restaurativa: o Papel do Poder Judiciário.	Fundação José Arthur Boiteux	-	-	
	13/2016	Ações Coletivas no Brasil: o processamento, o julgamento e a execução das tutelas coletivas	Sociedade Brasileira de Direito Público	-	-	
	15/2016	Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
	17/2016	Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	-	-	
	25/2016	uma análise quantitativa e qualitativa de Impacto da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na produtividade dos Tribunais	Fundação Getúlio Vargas	-	-	
3 SÉRIE	18/2017	Modelos alternativos de gestão de processos e celeridade processual: a política de especialização de competências, a unificação de serventias e a melhoria da prestação jurisdicional no Brasil	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	Recebimento após encerrada a vigência contratual. Parecer AJUR nº 0586514
	04/2018	Justiça Criminal, Impunidade e Prescrição	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 4/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	05/2018	Judicialização da saúde no Brasil: Perfil das demandas, causas e propostas de solução	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 5/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	08/2018	A efetividade da política judiciária em matéria de oitiva de crianças na Justiça Estadual com foco na recomendação nº 33/2010 do CNJ e na implementação da Lei nº 13.431/2017	Fundação Edson Queiroz	-	-	
	12/2018	Mediação e Conciliação: obstáculos e incentivos na Justiça Cível	Universidade de São Paulo	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 12/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	15/2019	Influências recíprocas entre a imprensa jornalística impressa e digital e o sistema de justiça: papéis compartilhados na superlotação e superpopulação carcerária no Brasil	Centro de Análise e Planejamento – CEBRAP	1	a) prorrogar os prazos de entrega das Fases 5 e 6, nos termos do Anexo; e b) prorrogar o contrato em epígrafe por duas vezes.	
	16/2019	A judicialização de Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 4	
	18/2019	Encarceramento, políticas públicas e atuação da Justiça em territórios de vulnerabilidade social	Universidade de São Paulo	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 5 e 6	

4 SÉRIE	27/2019	Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do novo CPC	Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 4, 5 e 6	
	31/2019	Negros como sujeitos da justiça: um estudo comparado da jurisprudência brasileira", referente ao Campo Temático 1, "Diagnóstico da situação do negro do sistema de justiça	Centro de Pesquisa e Ensino em Ciências Sociais – CEPECS	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 2 (Produto Parcial 1), por mais 15 (quinze) dias	**Rescisão**
				2	prorrogação do prazo de entrega das Fases 3 e 4 (Produto Parcial 2 e Produto Parcial 3 – Apresentação), por mais 50 (cinquenta) dias	
				3	O presente contrato fica prorrogado de 07 de novembro de 2020 a 07 de fevereiro de 2021	
5ª Série	**Em Andamento**					

Convém ressaltar que a Série Justiça Pesquisa vem passando por processos de constante aprimoramento considerando as experiências acumuladas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, na interação com as instituições selecionadas em seus editais e na interlocução com as demais unidades deste Conselho. São ilustrativos desse processo de aperfeiçoamento as recomendações feitas pela Secretaria de Auditoria no Processo SEI nº 08575/2018, cujo relatório apresentou suas conclusões no documento 0675324. Variadas modificações vêm se produzindo na Série Justiça Pesquisa com vistas a tornar o procedimento do Projeto mais eficaz. Além disso, o DPJ possui o suporte de seu Conselho Consultivo (Processo SEI nº 12815/2018) cuja composição e atribuições são definidas na Portaria Pres/CNJ nº 141/2018 (documento SEI nº 0566679).

Nesse sentido, seguem considerações acerca do histórico de contratações da Série Justiça Pesquisa, em suas especificidades e necessidades.

1. A Forma de Contratação

As contratações decorrentes dos editais da "Série Justiça Pesquisa", desde a sua publicação inaugural (2013) até os atuais contratos (2019), ocorreram por meio da dispensa de licitação prevista no art. 24, XII da Lei nº 8.666/93, ou seja, a "contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

Assim, as contratações sempre foram feitas por meio de processos públicos de seleção, a partir da publicação de Edital Público chamando as instituições que atendessem os requisitos legais para apresentarem suas propostas e projetos de pesquisa, conforme se vê no Processo SEI nº 01377/2019, que formalizou os procedimentos de contratação da "4ª Edição da Série Justiça Pesquisa".

A princípio, os requisitos legais para essa espécie de dispensa de contratação direta com base no dispositivo legal mencionado acima, se restringem a:

a) que a instituição seja brasileira;

b) incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional ou, ainda, dedicada à recuperação social do preso;

c) detentora de inquestionável reputação ético profissional; e

d) sem fins lucrativos.

No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) exige ainda que o objeto do contrato guarde estreita correlação com as atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional especificadas no estatuto da entidade prestadora dos serviços, observado sempre a razoabilidade do preço cotado.

Ademais, a Súmula nº 250 do TCU dispõe que:

A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

Percebe-se, dessa forma, que, apesar da permissão para a não realização da licitação, há restrições nas instituições possíveis de serem contratadas, bem como do objeto contratual a ser desenvolvido por meio dessa forma de contratação, pois limita a escolha às instituições brasileiras sem fins lucrativos incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e detentoras de inquestionável reputação ético-profissional.

De outro lado, o TCU permite a contratação Fundações de Apoio à Pesquisa com base no mesmo permissivo legal de dispensa, desde que o objeto do contrato seja compatível com os objetivos fins da Fundação de Apoio e que sejam observadas as exigências previstas no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, na Súmula 250 do TCU, acima transcrita, e na Lei nº 8.958/1994, conforme Parecer AJUR 1030709.

Assim, o permissivo representa forma de valorização das instituições de pesquisas sem fins lucrativos, como universidades e fundações de apoio à pesquisa, o que se apresenta em consonância com os objetivos da "Série Justiça Pesquisa".

Desse modo, as contratações pretendidas têm como fundamento jurídico a dispensa de licitação prevista no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, que será precedida de procedimento prévia de seleção, cujos requisitos serão detalhados no Projeto Básico e no Edital. Ainda, serão feitas alterações que decorrem de aprendizados decorridos das execuções contratuais das séries anteriores.

Conforme já esclarecido nos Estudos Preliminares aprovados para 1º Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa (1010633), houve necessidade de ajuste no modelo de multas, nos prazos contratuais atribuídos à comissão de acompanhamento e na adoção preferencial de rescisão amigável, cujos fundamentos serão a seguir repetido (itens 2, 3 e 4), uma vez que o processo de seleção iniciado por meio do mencionado Edital não foi concluído e consequentemente não foi firmado o contrato correspondente.

2. Considerações Sobre as "Multas" dos Contratos da "Série Justiça Pesquisa".

Importante tecer considerações a respeito das multas fixadas nos contratos da 4ª edição da "Série Justiça Pesquisa", haja vista a situação enfrentada durante o procedimento administrativo (Processo SEI nº 07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546), apontada no Despacho DPJ nº 0956500, conforme transcrição abaixo:

Contudo, no caso concreto, a aplicação da multa parece desproporcional pois seria maior que o proveito financeiro auferido pela empresa, pois conforme destacado alínea "b" do §4º dessa Informação, a contratada recebeu até agora R$ 29.003,00 (0850191), correspondentes à 10% do valor total do contrato. De outro lado, a multa prevista no item "b.16" da cláusula sexta do Contrato CNJ nº 31/2019 é de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, ou seja, R$ 43.504,50 (0933304), ou seja, a contratada, no caso de aplicação da multa rescisória deverá pagar à Administração R$ 14.501,50.

Os contratos em execução preveem que a base de cálculo de incidência da alíquota será o valor total do contrato, como por

exemplo a Cláusula Sexta do Contrato CNJ nº 15/2019. Destaca-se que iguais alíquotas e base de cálculo foram adotadas nos demais contratos da 4ª Edição da "Série Justiça Pesquisa".

Ademais, os contratos das Séries Justiça Pesquisa são resultantes da permissão de dispensa contida no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93, e, portanto, sempre serão realizados com entidades sem fins lucrativos, que não auferem, com o pagamento percebido, lucro dos serviços prestados. Dessa forma, é importante a reflexão sobre a natureza jurídica da contratação, bem como da instituição no momento de construção contratual das multas.

Outra consideração importante é que a atividade de pesquisa, ainda que em seus produtos intermediários, sempre exige realização de atividade intelectual, o que deve ser considerado nos momentos de fixação de multas ou rescisão contratual.

Assim, aparentemente, parece ser necessária uma revisão dos percentuais fixados para as multas contratuais de modo a preservar a proporcionalidade e razoabilidade exigida na aplicação das sanções administrativas, conforme transcrições do Voto do Acórdão nº 2832/2012 – TCU – Plenário:

> 5. Ademais, **o quantum concernente à multa a ser aplicada ocorre após a oitiva do contratado, ocasião em que são examinadas e sopesadas as falhas e inadimplências questionadas. Esse procedimento tem o condão de concretizar proporcionalidade e razoabilidade da conduta em relação à penalidade a ser aplicada**.
>
> (...)
>
> 8.É correta a preocupação da Secex/SP de que o órgão promotor**observe os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante estabelecimento, nos contratos de prestação de serviços, de cláusulas de penalidades específicas para serviços executados em desconformidade, com previsão de punições proporcionais ao descumprimento**. Assim, é pertinente que se recomende tal prática, como aperfeiçoamento da gestão pública. (g.n.)

O mencionado Acórdão ainda registrou a seguinte recomendação:

> 9.4. recomendar à Procuradoria da República no Estado de São Paulo que, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, estabeleça, nos contratos relativos à prestação de serviços de vigilância armada e desarmada e de segurança patrimonial, cláusulas de penalidades específicas aos serviços executados em desconformidade, prevendo punições proporcionais ao descumprimento; e

Ademais, o "Anexo I: Diretrizes para dosimetria", do Manual de Aquisições do CNJ, prevê como base de cálculo para aplicação de multas, o valor pago mensalmente. No caso em tela, os pagamentos decorrem da aprovação dos produtos entregues.

Dessa forma, sugere-se que a base de cálculo das multas contratuais da "Série Justiça Pesquisa" seja o valor percebido até o momento da aplicação da penalidade e que a alíquota guarde proporcionalidade e razoabilidade aos produtos entregues e o valor percebido pela contratada. Para tanto, **sugere-se que seja inserida cláusula estipulando que o valor máximo da multa seja limitado ao valor percebido pela Contratada, de forma a evitar a desproporcionalidade das penalidades**.

3. Considerações sobre os Prazos Contratuais atribuídos à Comissão de Acompanhamento.

Conforme os acompanhamentos contratuais dos Contratos CNJ nº 15/2019, nº 18/2019 e, registrados respectivamente nos Processos SEI nº 09109/2019, nº 10027/2019 e 11544/2019, é possível perceber que o prazo deferido contratualmente às Comissões de Acompanhamento para análise dos produtos entregues e emissão das Notas Técnicas não é suficiente para tal mister.

O Despacho SEGEC 0971400 relata a ocorrência de atrasos nas entregas das Notas Técnicas dos contratos mencionados acima, o que demonstra as dificuldades com o prazo exíguo deferido contratualmente às comissões de acompanhamento. O estabelecimento dos prazos de análise das comissões evitará a publicação de aditivos com essa finalidade e da sobrecarga dos setores envolvidos no processo, conforme Despacho SEGEC 0971400. A necessidade de aditivar constantemente os contratos com vistas à adequação dos prazos contratuais à realidade administrativa da unidade demandante demonstra que o modelo estabelecido gera dificuldade para os gestores contratuais e para as unidades encarregadas do acompanhamento contratual.

É importante destacar que os produtos entregues, conforme as fases de execução da pesquisa são de complexidades variáveis. Desta forma, existem produtos com complexidade mínima e aqueles cuja análise demandará dias ou será necessário que se busque ajuda de outros integrantes do Departamento de Pesquisas Judiciárias, como por exemplo, estatísticos, nas verificações que envolvam análises quantitativas.

Dessa forma, **sugere-se a alteração do prazo único de 15 dias concedidos à Comissão de Acompanhamento, por prazos escalonados, segundo a complexidade do produto recebido**. Sugere-se adotar o modelo abaixo:

O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

A) *complexidade 1*: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

B) *complexidade 2*: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

C) *complexidade 3*: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definirá em 5 dias, o grau de complexidade e informará, por e-mail, a SEGEC e a Contratada.

4. Considerações sobre a possibilidade da adoção da rescisão amigável [EW1] *para se encerrar o contrato.*

É de se destacar ainda que o procedimento administrativo (Processo SEI nº07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546 e Despacho DPJ nº 0956500) demonstrou a situação de rescisão contratual que ainda não chegou ao seu deslinde, mas que apresenta como fundamento fático divergências metodológicas e intercorrências decorrentes da pandemia de Covid-19.

Nesses casos ou naqueles em que a pesquisa perde seu objeto ou situações em que se torna inviável a execução, por não haver dano patrimonial relevante à Administração, deve-se avaliar a possibilidade da adoção de rescisão amigável dos contratos, desde que presentes os requisitos da Lei nº 8.666/1993 e resguardados os direitos da Administração.

Como já destacado anteriormente, as instituições contratadas são sempre sem fins lucrativos e a atividade de pesquisa ainda que não haja produto aprovado, demanda atividade intelectiva, que deve sempre ser considerada, em especial no momento de rescisão contratual.

A mesma cláusula de rescisão amigável também foi utilizada em outros contratos firmados no CNJ, como os existentes no SEI 1072175 e no Contrato n. 28/2018 (SEI 0557428).[EW2]

5. Considerações sobre a habilitação das proponentes

Serão exigidos das instituições proponentes, na fase de avaliação das propostas[EW3] :

1. *os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;*
2. *a prova de inscrição no CNPJ;*
3. *o estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;*
4. *documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição;*
5. *currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa, indicando o link de acesso;*
6. *declaração de vinculação mútua entre a instituição e os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.*

Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

1. *prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;*
2. *prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);*
3. *prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;*
4. *documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – "Lei de Licitações");*
5. *declaração expressa da instituição interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;*
6. *documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011)*

3.2 Identificação das opções disponíveis

As experiências que mais se aproximam ao que pretende o CNJ são os casos do Senado, do Ministério da Justiça, do CNPq, da FINEP e da Presidência da República. Essas entidades publicam editais para a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para a realização de pesquisas, que se responsabilizam por coletar os dados, analisá-los e elaborar relatórios analíticos e executivos.

Nos casos das pesquisas a serem contratadas pelo CNJ, as instituições, em suas propostas, descrevem a metodologia e a forma de execução de pesquisas, cujo objeto apresenta-se vinculados aos temas propostos no Projeto Básico e no Edital.

Ademais, é necessário, como forma de garantir a qualidade do objeto contratual, que a pesquisa seja executada por profissionais com níveis acadêmicos predeterminados no Projeto Básico e no Edital.

O CNJ, em seu Edital, apresentará os campos temáticos e selecionará instituições de ensino e/ou pesquisa para a produção desses estudos, desde que a proposta atenta ao disposto no Projeto Básico e no Edital.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, não fará designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados; não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo. Nesse contexto, as instituições contratadas possuirão maior liberdade acadêmica para que desenvolvam suas escolhas teórico-metodológicas e suas atividades de pesquisa, visando ao aperfeiçoamento dos serviços e das políticas judiciárias.

As exigências do CNJ são que as pesquisas a serem contratadas sejam voltadas à realização de diagnósticos e proposta de soluções potenciais aos problemas postos na prestação jurisdicional (descritos nos temas elencados na chamada pública), sendo de responsabilidade do contratado a apresentação e o desenvolvimento de técnicas pertinentes para a obtenção de dados e análise desses.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos para que eles melhor atendam aos seus objetivos.

	Opções Identificadas	**Especificação do produto/serviço** **Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.**	**Quantificação do Produto ou Serviço** **Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas**	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Contratação de empresa Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Contratação de empresa para coleta de dados	Senado Federal
2ª	Contratação de Instituição de Pesquisa Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Ministério da Justiça/DEPEN
3ª	4ª Série do Justiça Pesquisa	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	CNJ
4	Contratação de empresa Pregão Eletrônico nº 002/2018	Pesquisa de opinião sobre temas estratégicos para o Poder Executivo Federal	Contratação de empresa, instituto ou entidade especializada em pesquisa de opinião pública	Presidência da República / Secretaria-Geral

3.3 Adequação do ambiente

Não serão necessárias adequações ou ajustes nos ambientes físicos e operacionais do CNJ, pois os contratos serão executados integralmente nas dependências e com a infraestrutura das futuras contratadas.

Não existe necessidade de previsão de cláusulas ou ações para transição contratual, pois se tratam de pesquisas com temáticas especificas irrepetíveis em sua integralidade nas futuras series do Justiça Pesquisa.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

	Opções Identificadas	**Benefícios da opção** **Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos**	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
1ª	DEPEN/Ministério da Justiça - Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional - Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Curta duração dos contratos	R$260.000,00
2ª	Senado Federal - Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Trata-se de pesquisa de opinião por meio da contração de empresa para coleta de dados. Portanto o objeto não se assemelha pois não se trata de pesquisa empírica.	R$288.000,00
3ª	Presidência da República / Secretaria-Geral - Pregão Eletrônico n. 002/2018	Pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo com profundidade e representatividade relevantes	Trata-se maiormente de pesquisas de opinião e percepção, que não se assemelha às pesquisas empíricas, além de escopo extremamente abrangente.	R$ 7.204.828,79 (divisão em pesquisa qualitativa e quantitativa)

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Conforme observou-se nos modelos de pesquisa adotados pelos órgãos mencionados acima, verifica-se que um profissional ou uma instituição são solicitados para a entrega de um produto.

De forma assemelhada, o CNJ pretende pagar pela entrega de *quatro produtos com, no mínimo, 3 (três) pesquisadores, que compõem a solução final, que é a pesquisa*.

1. As características do serviço e/ou do material a ser contratado:

As proponentes apresentam as suas propostas de pesquisas dentro dos temas previamente definidos no edital, o que permite melhor adaptação do mercado ao objeto a ser desenvolvido.

As exigências de qualificação da Equipe Básica da pesquisa são maiores que as dos editais pesquisados em geral, conforme descrição nos editais das séries anteriores.

No presente Edital de Convocação Pública do CNJ, a Equipe Básica será constituída por, no mínimo, um doutor e dois mestres, que serão responsáveis pelas seguintes atividades (de acordo com qualificação):

a. *Coordenador acadêmico (Doutor)* – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa a autoridades.

b. *Coordenadores de Campo (Mestres)* – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

2. *O detalhamento do custo da solução;*

As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório, sejam de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

O TCU possui entendimento solido de que a pesquisa de preços não pode se limitar aos tradicionais orçamentos de fornecedores. É preciso levar em conta todas as fontes de referência disponíveis com a maior amplitude possível.

Esse conceito tem sido tratado pelo TCU como “cesta de preços aceitáveis”, que engloba as mais diversas fontes: fornecedores, pesquisa em catálogos de fornecedores, pesquisa em bases de sistemas de compras, avaliação de contratos recentes ou vigentes, valores adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, valores registrados em atas de SRP e analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas (Acórdãos 2.170/2007-P e 819/2009-P).

O que se espera, portanto, é que a pesquisa de preços seja realizada com amplitude suficiente (Acórdão TCU 2637/2015-P), proporcional ao risco da compra e privilegiando a diretriz emanada pelo art. 15 da Lei de Licitações a fim de que o balizamento seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública.

Nesse sentido, somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores (Acórdão TCU 2.531/2011-P).

Em relação ao custo da presente contratação, o Departamento de Pesquisas Judiciárias utilizou, como parâmetros e limites validos, os valores pagos em outras seleções de instituições de pesquisa por outros órgãos da Administração, os valores praticados historicamente nas contratações da Série do Justiça Pesquisa e a coleta de preços junto ao mercado fornecedor. Portanto, a “cesta de preços” adotada pelo DPJ na construção do valor máximo admitido demonstra consonância com as orientações da Corte de Contas.

Assim, os valores colhidos de contratos semelhantes, abaixo relacionados, servem como referencial para construção do preço máximo a ser adotado e servem de parâmetros para comparação de aproximação de custo, ainda que os objetos não sejam

integramente semelhantes aos desses estudos preliminares.

Os contratos utilizados como referencial pertencem às seguintes instituições: Senado Federal – SF, Ministério da Justiça – MJ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e Financiadora de Inovação e Pesquisa – FINEP/MCTI.

Como se observa na tabela abaixo, o custo da contratação pretendida pelo CNJ guarda compatibilidade com os praticados por outros órgãos da Administração Pública em contratações semelhantes:

Instituição	Duração (meses)	Edital	Objeto	Proponente	Remuneração
DEPEN/Ministério da Justiça	07	Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	R$260.000,00
Senado Federal	12	Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Empresa para coleta de dados	R$288.000,00
CNPq	36	Chamada CNPq n. 22/2016	Pesquisa para subsidiar políticas públicas sobre educação básica, cidadania, violência e direitos humanos	Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação	R$1.000.000,00
FINEP	24	Chamada Pública MCT/FINEP/FNDCT n. 01/2016	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika	Instituições de pesquisa	Valor mínimo de R$500.000,00 e máximo de R$5.000.000,00
CNJ	12	4ª Edição da Série Justiça Pesquisa/2019	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	Valor máximo de R$300.000,00

Na presente contração, será incluída, no Projeto Básico e no Edital, a possibilidade de a instituição proponente constituir uma Equipe de Apoio, sem ultrapassar o valor máximo estimado para a pesquisa. Conforme experiência de acompanhamento dos projetos, as entidades, normalmente, tendem a constituir essas equipes em razão do acúmulo de atividades, das necessidades de deslocamento para outras unidades da federação com o fim de aplicar técnicas de pesquisa junto ao campo para coleta/geração de dados e da necessidade de ter composição multidisciplinar capaz de agregar perfis profissionais adequados às metodologias qualitativas e quantitativas.

Quanto à construção histórica dos valores na Série Justiça Pesquisa, cabe destacar alguns aspectos relevantes utilizados para a composição do valor máximo admitido.

As contratações decorrentes da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa (Editais nº 1 e 2), possuíam valor máximo de cada contrato foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo solicitada às instituições contratadas a entrega de quatro relatórios, sendo os três primeiros, relatórios parciais e o quarto, o relatório final. No primeiro relatório de acompanhamento, solicitava-se levantamento bibliográfico e documental, demonstração de resultados de pesquisa, apresentação de metodologia completa e detalhada e início da coleta de dados. No segundo relatório, esperava-se a apresentação de resultados parciais incluindo, pelo menos, 1 (um) tribunal de médio porte ou 35% da amostra. Já no terceiro relatório, exigia-se uma apresentação com análise de dados, conclusões preliminares e primeiras propostas de políticas públicas; por fim, no relatório final, solicitava-se apresentação de todos os dados coletados, análise conclusiva dos resultados da pesquisa, contribuições da pesquisa à sociedade, proposição de aperfeiçoamento de políticas públicas e indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores. Nesse cenário, as instituições tiveram 12 (doze) meses para entregar quatro produtos.

Conforme já esclarecido acima o valor máximo por contratação da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Na ocasião da publicação daquele edital, o montante foi considerado compatível compatibilidade com as contratações públicas similares, respeitadas as especificidades da contratação pretendida.

A opção pela realização de pesquisa de preço junto às instituições decorre da necessidade de ajustar o preço máximo da contratação à complexidade do objeto a ser executado.

A sistemática adotada de coleta de preço junto ao mercado é forma de elaboração de estimativa de preços recomendada pelo Tribunal de Contas da União, conforme se vê nos trechos dos acórdãos abaixo transcritos:

> **Acórdão nº 3.026/2010 – Plenário**, cujo Voto consignou que:
>
> a jurisprudência do TCU é no sentido de que antes da fase externa da licitação há que se fazer pesquisa de preço para que se obtenha, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos (Acórdão nº 4.013/2008-TCU-Plenário, Acórdão nº 1.547/2007-TCU-Plenário).
>
> **Acordão TCU nº 2637/2015 – Plenário:**
>
> As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes.

Os dois levantamentos são complementares e trazem informações de preços que se coadunam e se assemelham como média dos preços praticados (seja por quem contrata; seja por quem é contratado). Pretende-se, com os dois levantamentos, atender duas solicitações, a saber: a) oferecer as informações solicitadas no formulário de Estudos Preliminares e; b) preencher os critérios do Mapa Comparativo de Preços apresentado e encaminhado pela Secretaria de Administração deste Conselho. Assim, seguem as explicações sobre cada um desses levantamentos.

Além de obedecer as orientações do TCU em sua jurisprudência consolidada, a construção do valor máximo admitido para a contratação, respeitou os parâmetros definidos pela Portaria DG nº 283/2014, a IN nº 5-SLTI/MPOG/2014, com nova redação data pela IN nº 7/SLTI – MPOG, de 27/08/2014, e item 4.4.3 do Relatório de Auditoria nº 5/2013-SCI/CNJ",

Dessa forma, o valor foi construído a partir de contratos ou atas de registros de preços do CNJ, vigentes ou concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços, cujo objeto apresentam semelhança metodológica e complexidade atual com os atuais temas propostos, ou seja, foram utilizados na formação do preço, os contratos a seguir, todos integrantes da 4ª Série do Justiça Pesquisa, com valor de R$ 300.000:

1. Contrato CNJ nº 15/2019;
2. Contrato CNJ nº 16/2019;
3. Contrato CNJ nº 18/2019;
4. Contrato CNJ nº 27/2019; e
5. Contrato CNJ nº 27/2019.

Ademais, foi realizada pesquisa de mercado com as principais instituições de pesquisa, conforme registrados no Projeto Básico (1010634) e Despacho DPJ nº 1010637 , acostado no Processo SEI nº 08400/2020, referente ao Edital nº 01/2020 da 5º Série do

Justiça Pesquisa, que respeita o lapso temporal de 180 dias previsto na Portaria DG nº 283/2014

Naquela ocasião, as seguintes instituições de pesquisa apresentaram propostas:

1. ABJ – Valor total R$360.000,00
2. USP – Valor total R$346.380,00
3. INSPER – Valor total R$324.819,00

Destaca-se que, para a construção preço médio aprovado naquela ocasião, foram desconsiderados os valores decorrentes da taxa de administração e de tributos e impostos quando destacados como item componente do preço total, o que resultou no seguinte mapa de preço:

				Empresa: Associação Brasileira de Jurimetria CNPJ: 13.612.840/0001-57			**Empresa: Universidade de São Paulo CNPJ: 24.206.696/0001-75**			**Empresa: Instituto de Ensino e Pesquisa CNPJ: 06.070.152/0001-47**		
				Valor			**Valor**			**Valor**		
				Considerar		**Parcial**	**Considerar**		**Parcial**	**Considerar**		**Sim**
Objeto	**Item**	**Un**	**Qtde**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerad**
Pesquisadores	1	UN	1	340.000,00	340.000,00	340.000,00	220.380,00	220.380,00	220.380,00	280.578,05	280.578,05	280.578,05
Custos administrativos (armazenamento de dados, passagens, diárias, despesas diversas)	2	UN	1	20.000,00	20.000,00	20.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	44.240,95	44.240,95	44.240,95
Taxa de administração (impostos)	3	UN	1	~~40.000,00~~	~~40.000,00~~		~~34.600,00~~	~~34.600,00~~				
VALOR TOTAL				**360.000,00**			**346.380,00**			**324.819,00**		
	OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.											
	Valor médio total estimado:			**343.733,00**	**(trexentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e três reais)**							
	Valor mínimo total estimado:			**240.380,00**	**(duzentos e quarenta mil e trezentos e oitentar reais)**							

É possível extrair do Mapa de Preços acima que:

a) As instituições elencaram elementos de despesa compatíveis com os gastos a serem feitos na execução de uma pesquisa (despesas com equipe/pesquisadores, custos administrativos relativos a viagens, armazenamento de dados e outras despesas);

b) As instituições apresentaram preços bastante próximos do que consta como levantamento de preços médios nos Estudos Preliminares, e, preços muito aproximados aos praticados no âmbito da Série Justiça Pesquisa;

c) Bastaria a atualização monetária e correção inflacionária, com base no IPCA ou INPC, índices do IBGE, para constatar que a média de preço indicada no Mapa Comparativo (R$343.733,00) está próxima do valor do Justiça Pesquisa

Ademais, respeitando a historicidade da Série Justiça Pesquisa, o preço construído se mostrou compatível ainda com os valores pagos nos contratos decorrentes dos editais de convocação das Séries 2 e 3 do Justiça Pesquisa.

Dessa forma, tanto a metodologia adotada quanto o preço construído mostraram-se adequados ao objeto proposto nesse 2º Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa, pois os temas propostos em ambos os editais são metodologicamente semelhantes, e a suas complexidades de execução são também compatíveis.

Assim, apesar do futuro contrato decorrente do Edital nº 01/2020 da 5º Série do Justiça Pesquisa, possuir vigência de 8 meses e a presente contratação, 12 meses, os preços de ambas se mostram adequados e compatíveis com mercado, pois: a) o binômio valor/custo se dilui ou se concentra em razão da exiguidade do prazo contratual, que quanto menor, exigirá maior infraestrutura humana e tecnológica; b) a natureza dessas contratações em nada se assemelham a contratações de serviço de atividades contínuas em que o valor pago está relacionado com a quantidade de meses em que o serviço tenha sido prestado.

Em que pese no Edital n. 1 haver a exigência de finalização da pesquisa em sete meses, o valor máximo indicado no Mapa Comparativo é compatível com pesquisas a serem realizadas com abrangência nacional, coleta/geração de dados a partir de métodos qualitativos e quantitativos e apresentação de quatro produtos. Nesse sentido, somente o período total de realização das pesquisas será um pouco maior (doze meses).

3. O Modelo de Contratação

O modelo proposto de contratação é o de prestação de serviço em que se busca a realização de pesquisas específicas, independentemente da alocação de mão de obra nas dependências do Conselho Nacional de Justiça. Os perfis profissionais indicados buscam assegurar a qualidade final dos produtos a serem entregues, ou seja, prima pela qualidade técnica das pesquisas a serem realizadas compatibilizando com os princípios vetores da Administração Pública, tais como eficiência e, em segundo lugar, pela economicidade e vantajosidade.

O detalhamento de perfis profissionais apresenta-se como característica do objeto a ser contratado, de sua excelência. Além disso, não se exige exclusividade de tais profissionais - o que dificultaria sobremaneira o detalhamento de custos a serem efetivamente suportados pela Administração.

A composição usual nas contratações de terceirização não se mostra adequada à presente contratação, pois além da ausência de mão de obra residente, destaca-se também a inaplicabilidade dos encargos trabalhistas e sociais típicos deste modelo de contratação.

A presente contratação busca a entrega de pesquisa com objetos específicos de modo parcelado e nos moldes previstosno projeto básico a ser apresentado[EW1] .

4. Benefícios

As futuras contratações atendem aos princípios da economicidade, eficácia, eficiência, pois representam meios adequados para a satisfação da necessidade publica constituída pela necessidade de investigação dos temas apresentados. Ademais o modelo contratual adotado não demanda alocação de mão de obra nas dependências do CNJ, e a forma de execução indireta por empreitada global privilegia o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis pelo CNJ no momento. Por fim, trata-se de contratação, cujos impactos ambientais são baixos ou irrelevantes, pois as pesquisas se desenvolvem em grande parte de modo virtual ou por meio de tecnologias que privilegiam a utilização da internet e meios semelhantes.

É possível especificar ainda os seguintes benefícios:

A) **Benefício Direto**: possibilidade de subsidiar a criação de política pública que auxilie no tratamento das situações negativas diagnosticadas; e

B) **Benefício Indireto**: a formação de bancos de dados e de material que poderá ser utilizado nos projetos atualmente em execução no CNJ e apontar a necessidade de novas pesquisas complementares na área.

5. Da Transferência de Conhecimento

A transferência de conhecimentos, bancos de dados, tecnologias e de técnicas estará prevista em contrato tal como nos contratos da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Termos de Confidencialidade e Sigilo também são firmados nos casos em que se dá acesso aos bancos de dados do CNJ; além da indicação de uso de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os casos de coleta de informações junto a sujeitos de pesquisa em que são realizadas técnicas qualitativas.

6. Legislação a ser observada

As normas legais, regulamentares e convencionais com as quais a solução apresentada deve estar em conformidade são:

- A legislação nacional aplicável a cada tema a ser apresentado no Edital;
- Emenda Constitucional n. 45/2004 – Criação do Conselho Nacional de Justiça;
- Lei n. 11.364/2006 – Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências;
- Resolução Nº 67 de 03/03/2009 - Regimento Interno do CNJ;
- Lei n. 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

7. Necessidade de Manutenção

Por se tratar de prestação de serviço de pesquisas a serem desenvolvidas em temas específicos, com duração e etapas predefinidas não existe a necessidade, da prestação de serviços complementares de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa ou da prestação de garantia técnica.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

As experiências com as contratações anteriores, demonstram que o modelo proposto, que é semelhante ao adotado nas contratações decorrentes da 4ª Série do Justiça Pesquisa, é o que assegura melhores resultados, pois garantem a qualidade das pesquisas executadas.

As pesquisas a serem entregues como objeto da prestação de serviços serão compostas de 3 (três) produtos parciais e 1 (um) relatório final.

Destaca-se que os produtos parciais não são considerados itens para fins de divisibilidade do objeto contrato, uma vez que esse só se satisfaz com a entrega do relatório final a contento para a integralidade da pesquisa.

Os produtos parciais constituem-se em entregáveis que devem demonstrar que a pesquisa em execução está em consonância com as obrigações definidas para o momento da execução contratual e propiciem à Comissão de Acompanhamento avaliar a qualidade e aderência das pesquisas à proposta inicial da contratada e aos requisitos previstos neste Projeto Básico, no Edital e no Contrato.

Por se constituírem em forma de controle da qualidade da execução contratual, o desalinhamento entre o serviço executado, representado pelos produtos parciais e a proposta ou Edital, Projeto Básico ou Contrato, podem ensejar pedidos de correção ou ajustes para adequação a estes instrumentos contratuais. Por esta razão, o pagamento das etapas já realizadas da pesquisa fica condicionados à aprovação e ao recebimento definitivo dos produtos parciais.

Os produtos a serem entregues serão realizados de acordo com metodologias e técnicas de pesquisa constantes da proposta apresentada pela contratada no momento da seleção, e deverão conter a compilação dos dados obtidos e análises pertinentes ao referido tema, indicando, simultaneamente, as possíveis soluções para as dificuldades encontradas.

Os prazos para a entrega dos produtos serão definidos com precisão no instrumento contratual. Destaca-se ainda, que o atraso na entrega dos produtos pode ensejar a aplicação das penalidades contratuais previstas.

A Comissão de Acompanhamento emitirá Notas Técnica contento a avaliação de cada produto entregue, onde constaram entre outras informações, os atrasos eventualmente ocorridos, as solicitações de alteração, adequação ou melhorias, bem como sua fundamentação e outras informações relevantes para a execução do contrato. As alterações e adequações solicitadas deverão ser acatadas pela equipe de pesquisa contratada, sob pena de descumprimento contratual.

Assim, deverão ser entregues:

- **Produto Parcial 1**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com Levantamento bibliográfico acerca do tema, destacando pesquisas empíricas produzidas no Brasil e no mundo; Perguntas/problemas e hipóteses; Dados sobre o universo e amostra; Metodologia, Instrumentos, Ferramentas e Relatórios a serem utilizados na Pesquisa. Deverão conter os seguintes subprodutos:

i. Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações para realizar a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas etc.

ii. Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.

- **Produto Parcial 2**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de 50% dos dados quantitativos e 25% dos dados qualitativos.

- **Relatório Parcial 3**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório técnico com apresentação de 100% dos dados quantitativos, 50% dos dados qualitativos e análise preliminar dos resultados.

- **Relatório Final**

Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, com 100% dos dados quantitativos e qualitativos e todas as análises realizadas, estruturado da seguinte forma:

1. Sumário Executivo;
2. Introdução;
3. Descritivo Metodológico;
4. Desenvolvimento,: contendo a apresentação de dados, resultados, análises e interpretações;
5. Síntese: dos principais resultados encontrados; e
6. Apresentação de Diretrizes e Recomendações Técnicas: para o aperfeiçoamento de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário.

Os produtos deverão observar as atividades e cronogramas previstos no Edital, Projeto Básico e Contrato.

As fontes de análises e pesquisas deverão ser acordadas com a Comissão de Acompanhamento ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Trata-se da contratação de pesquisas nos campos temáticos: "*Direitos Humanos e do Meio Ambiente*; *Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional*; *Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos*; *e Promoção do Acesso à Justiça Digital*". O contrato resultante do processo de seleção prevê a entrega de um relatório, portanto, é impossível a sua subdivisão em itens.

A produção de pesquisa e, de um relatório contendo achados, análises e proposições para o aperfeiçoamento de políticas públicas, envolve a acumulação de atividades e conhecimentos; implementação de metodologias de pesquisa; aplicação de diversas técnicas de investigação; e a elaboração conceitual/analítica em cada uma das etapas em execução. Nesse sentido, não é possível conceber a divisibilidade de uma pesquisa. O fim último de uma pesquisa é a realização de atividades/etapas que vão se somando e, dessa forma, contribuindo para um conjunto de saberes que culminam em um relatório final.

Dessa maneira, é inviável tecnicamente a parcelamento dos objetos contratuais em itens, pois haveria a descaracterização do serviço a ser executado.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Não é possível a definição de maneira objetiva de indicadores de desempenho das contratações. Contudo, os produtos parciais descritos no item 5 destes Estudos Preliminares[EW1], avaliam entre outros aspectos que os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação sejam cumpridos de modo a atender às necessidades públicas subjacentes em cada contratação.

As exigências previstas em cada um dos produtos intermediários buscam ainda a garantia da qualidade do produto final a ser entregue, pois avaliam, em cada etapa a aderência das pesquisas à metodologia proposta pela Contratada em sua proposta, bem como se atendem aos requisitos definidos no Plano de Pesquisa para cada tema de pesquisa a ser desenvolvido.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Gerenciamento de Risco						
Risco	**Probabilidade de Ocorrência**	**Impacto**	**Estimativa do Risco (Ocorrência X Probabilidade)**	**Ações de Tratamento**	**Responsável Pelo Tratamento**	**Período Tratamento**
Não entrega dos produtos intermediários e relatório final	Médio	Alto	Médio	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/Diretoria do DPJ	Execução Contratual
Atraso na entrega dos produtos intermediários e relatório final	Médio	Alto	Médio	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/Diretoria do DPJ	Execução Contratual
Não conformidade dos produtos dos produtos intermediários e do relatório final à proposta e ao Edital	Alto	Alto	Alto	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/ Diretoria do DPJ	Execução Contratual

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não foram identificadas restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, que possam dificultar a implementação da solução selecionada, pois trata-se de contratação prevista no Plano de Contratação para o Exercício de 2021, conforme Documento 0976011.

O DPJ possui rubrica orçamentária específica para a contratação no âmbito dos editais do Justiça Pesquisa, considerando a programação orçamentária anual e os objetivos institucionais do setor.

Não serão necessárias adequações ou ajustes nos ambientes físicos e operacionais do CNJ, pois os contratos serão executados integralmente nas dependências e com a infraestrutura das futuras contratadas.

Não existe necessidade de previsão de cláusulas ou ações para transição contratual, pois se tratam de pesquisas com temáticas especificas irrepetíveis em sua integralidade nas futuras series do Justiça Pesquisa.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Vigência de 12 meses, após a assinatura do contrato, sem possiblidade de prorrogação.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não são necessárias informações complementares.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Assim, tendo em vista as informações apresentadas nesse documento, concluo que a seleção de projetos será feita mediante Edital, com indicação de preços máximos, por meio de dispensa de licitação, atendendo a critérios de “melhor técnica e preço”. Tendo sido apresentados os potenciais riscos e seus tratamentos. Sendo, portanto, viável a contratação pretendida.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Gabriela Moreira de Azevedo Soares	gabriela.soares@cnj.jus.br	5259	DPJ
Wilfredo Enrique Pires Pacheco	wilfredo.pacheco@cnj.jus.br	5266	DPJ
Danielly dos Santos Queiros	danielly.queiros@cnj.jus.br	5271	DPJ
Elisa Sardão Colares	elisa.colares@cnj.jus.br	5279	DPJ
Pedro Henrique Pádua Amorim	pedro.amorim@cnj.jus.br	5265	DPJ
Cristianna Duarte Fernandes Bittencourt	cristianna.fernandes@cnj.jus.br	5272	DPJ

Documento assinado eletronicamente por **WILFREDO ENRIQUE PIRES PACHECO**, **DIRETOR DE PROJETOS - DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS**, em 28/04/2021, às 12:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1076376** e o código CRC **CC8E4B8D**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA

5ª Edição da Série "Justiça Pesquisa"

Convocação nº 02/2021

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como unidade administrativa integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e avaliação de políticas judiciárias em curso, conforme art. 5º da Lei 11. 364, de 26 de outubro de 2006.

A presente iniciativa adota como diretrizes os objetivos regimentais do DPJ, em especial as seguintes medidas de disseminação de informações e conhecimentos:

i) "desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira";

ii) "realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário"; e

iii) "fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias". [1]

A convocação destina-se à contratação de Instituições de Ensino Superior, Instituições pública ou privada (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) ou Fundações de Apoio à Pesquisa incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e pesquisa, que atendam aos termos e condições estabelecidos por este Edital:

1) Contextualização da Série "Justiça Pesquisa"

No cenário das políticas judiciárias, a evolução qualitativa e quantitativa dos serviços oferecidos à sociedade envolve a identificação das principais dificuldades e oportunidades existentes em relação à formulação, à implementação, ao aperfeiçoamento e ao controle

[1] Segundo o art. 37 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RI/CNJ), "constituem objetivos do DPJ: (...); II – desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; III – realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; (...); V – fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias; VI – disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos".

das atividades de prestação jurisdicional na busca de concretização de direitos e garantias fundamentais.

É exatamente esse o conjunto de desafios institucionais que estimularam o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) a conceber a SÉRIE "JUSTIÇA PESQUISA" e a lançá-la a partir de 2 (dois) eixos estruturantes complementares entre si:

i) Eixo "Direitos e Garantias fundamentais"; e

ii) Eixo "Políticas Públicas do Poder Judiciário".

O Eixo "*Direitos e Garantias fundamentais"* enfoca aspectos relacionados à realização de liberdades constitucionais a partir do critério de ampliação da efetiva proteção a essas prerrogativas constitucionais no âmbito da República Federativa do Brasil.

O Eixo "*Políticas Públicas do Poder Judiciário*", por sua vez, volta-se para aspectos institucionais de planejamento, gestão de fiscalização de políticas judiciárias a partir de ações e programas que contribuam para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Os dois eixos estão vinculados a abordagem empírica do tema. A perspectiva doutrinária ou teórica deve atuar como marco para construção e verificação de hipóteses, assim como para definição dos problemas. A pesquisa, portanto, não pode ser exclusivamente teórica ou doutrinária.

2) Do Objeto

O objeto do presente Edital é contratação de Instituições de Ensino Superior, Instituições públicas ou privadas (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) ou Fundações de Apoio à Pesquisa incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos para a execução de pesquisa a ser desenvolvida sobre os temas "A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário"; "Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos", "Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição na Amazônia Legal", "Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade", "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de

Direitos Humanos” e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”, atendendo aos requisitos e especificações constantes no item 3.

As instituições/fundações de apoio à pesquisa deverão desenvolver pesquisa empírica com levantamento de dados estatísticos e qualitativos, em relação aos temas “A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário”; “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos”; “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal”; “Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade”; “Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos”; e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”, a serem utilizadas como subsídios para formulação de políticas públicas.

São esperados em cada contratação, quatro produtos que serão entregues no curso do Projeto, como meios de acompanhamento e verificação do andamento da pesquisa, conforme estabelecido no item 14.1.

As pesquisas deverão traçar o diagnóstico, por meio de análise de dados estatísticos e pesquisa empírica, sobre as principais causas e fatores que influenciam os temas a que se dedicarem de modo a identificar os principais problemas do tema selecionado.

As pesquisas deverão possuir metodologia mista, de análise quantitativa e qualitativa, e poderão valer-se de diversas técnicas de coleta de dados como a aplicação de questionários eletrônicos; realização entrevistas; coleta de dados estatísticos; análise de estudos setoriais, análise documental, consolidando, assim, estratégias diversificadas e conexas, com a finalidade de prover uma visão ampla e integral do objeto da pesquisa.

Os contratos terão duração de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3) Dos Proponentes Elegíveis e Critérios para Contratação

São elegíveis para as contratações instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior, fundações de apoio à pesquisa e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa.

3.3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

3.4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

3.4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

3.4.2) A prova de inscrição no CNPJ;

3.4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;

3.4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição/fundação de apoio à pesquisa;

3.4.5) Link do Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa;

3.4.6) Declaração de vinculação mútua entre a instituição/fundação de apoio à pesquisa e os pesquisadores da Equipe Básica; e

3.4.7) Comprovação da vinculação da Instituição/fundação de apoio à pesquisa com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços

ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

3.5) A documentação mencionada no item 3.4 deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição/fundação de apoio à pesquisa a ser contratada:

3.5.1) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

3.5.2) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no item 3.4 do Edital; e

3.5.3) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

3.6) Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

3.6.1) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

3.6.2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3.6.3) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.6.4) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei de Licitações”);

3.6.5) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

3.6.6) declaração expressa da instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

Os temas indicados pelo Conselho Nacional de Justiça nesse Edital voltam-se para os temas “A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário”; “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos”; “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal”; “Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade”; “Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos”; e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”. E é a partir destes temas que as instituições proponentes apresentarão projetos para demonstrar como alcançarão os objetivos das pesquisas.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, nem a designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados, bem como não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos de pesquisa para que melhor atendam aos seus objetivos. Caso a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente não concorde com os ajustes propostos, isso implicará em sua exclusão do certame.

4) Do Projeto de Pesquisa

4.1) Em conformidade com os modelos constantes dos Anexos II, III, IV e V deste Edital, a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente deverá apresentar o respectivo “PROJETO DE PESQUISA” de acordo com o tema escolhido, documento único composto pelas seguintes partes indispensáveis:

4.1.1) Dados Cadastrais;

4.1.2) Formulário para Descrição da Proposta de Pesquisa com título, objeto, justificativa, descrição detalhada (introdução, objetivos, hipóteses e fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências), observada a seguinte formatação:

(i) Folha de papel A4;

(ii) Máximo de 15 páginas;
(iii) Parágrafos justificados, sem formatação de qualquer natureza;
(iv) Fonte Times New Roman, corpo, tamanho 12;
(v) Entrelinhas simples;
(vi) Margens superior e inferior de 2,0 cm, lateral esquerda e direita de 3,0 cm;

4.1.3) Adequação curricular dos integrantes da equipe básica ao tema da pesquisa;

4.1.4) Formulário para o Cronograma de Execução;

4.1.5) Formulário para o Valor e Cronograma de Pagamento;

4.1.6) Formulário para Assinatura do Projeto;

4.1.7) Formulário para Declaração, a ser prestada pelo representante da instituição/fundação de apoio à pesquisa quanto à Equipe Básica;

4.1.8) Formulário para declaração dos profissionais que integrarão a Equipe Básica;

4.2) A instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente poderá se candidatar para o desenvolvimento da pesquisa apresentada no Edital de Convocação Pública e de Seleção (“Do objeto”), para tanto, o Projeto de Pesquisa deverá ser apresentado com todas as peças indicadas nos itens 3 e 4 deste Edital, em conformidade com os detalhamentos constantes dos ANEXOS.

4.3) Uma vez apresentado o “Projeto de Pesquisa”, conforme os termos e prazos estipulados no Edital, não haverá prazo adicional para o suprimento de quaisquer informações ou documentos ora exigidos.

A Comissão Avaliadora e o Departamento de Pesquisas Judiciárias, poderão determinar a realização de diligência nas situações em que sejam necessários maiores esclarecimentos.

4.4) A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado será automaticamente interpretada como desistência de submissão às regras do Edital.

4.5) Dos Recursos Humanos e dos requisitos mínimos quanto ao perfil dos profissionais

4.5.1) A instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada deverá indicar e alocar Equipe Básica de Pesquisa para atuar em todas as fases da execução da pesquisa. A

Equipe Básica de Pesquisa deverá ter a seguinte composição e qualificação técnica profissional mínima:

FORMAÇÃO MÍNIMA (Função desempenhada e Titulação)	**Número Mínimo Exigido**	**Experiências Específicas Mínimas Requeridas**
Coordenador acadêmico, com nível de doutorado.	01	Experiência consolidada na coordenação de projetos e/ou de grupos de pesquisa, realização de pesquisas, estudos e publicações na área sociojurídica, comprovada mediante apresentação de currículo LATTES.
Coordenadores de campo, com nível mínimo de mestrado	02	Experiência no desenvolvimento de projetos, participação em grupos de pesquisa e realização de pesquisas e estudos, comprovadas mediante apresentação de currículo LATTES.

4.5.2) As comprovações requeridas devem ser feitas por meio de apresentação do currículo Lattes atualizado.

4.5.3) A eventual substituição de pesquisadores da Equipe Básica de Pesquisa poderá ser feita, desde que devidamente justificada e comunicada ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), devendo o pesquisador substituto atender aos requisitos do pesquisador substituído, com igual ou superior formação básica e experiências específicas requeridas.

4.5.4) A Equipe Básica de Pesquisa tem a responsabilidade direta por todas as fases da pesquisa.

4.5.5) Além da Equipe Básica de Pesquisa, a entidade poderá alocar Equipe de Apoio para realização da pesquisa, sendo sua composição de prerrogativa da instituição/fundação de apoio à pesquisa não podendo para tanto ultrapassar o valor apresentado na proposta.

4.5.6) A Equipe de Apoio não constará como quesito para qualificação da proposta de pesquisa.

4.5.7) A Equipe Básica de Pesquisa, constituída por doutor e mestres, será responsável por:

4.5.7.1. Coordenador acadêmico (Doutor) – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa quando estiverem lidando com autoridades.

4.5.7.2. Coordenadores de Campo (Mestres) – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

4.5.9) É terminantemente vedada a participação de crianças e adolescentes, assim como de estagiários nas atividades relacionadas à consecução das pesquisas propostas.

5) Da forma de apresentação da Proposta de Pesquisa

5.1 A Proposta de Pesquisa deverá ser encaminhada em formulário eletrônico da primeira fase, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital, mediante envio pelo link https://www.cnj.jus.br/formularios/formulario-para-edital-de-convocacao-e-selecao-publica-n-1-da-5a-edicao-da-serie-justica-pesquisa-fase-1/.

5.2 Preenchidos os requisitos previstos nos itens 3 e 4 deste Edital, as Propostas de Pesquisas das entidades habilitadas serão avaliadas pela Comissão Avaliadora em sua forma e conteúdo.

5.3 As propostas de pesquisa deverão ser encaminhadas, após a publicação de edital no Diário Oficial da União, até dia **19 de agosto de 2021**.

5.4 O Conselho Nacional de Justiça emitirá e-mail de confirmação de recebimento das propostas. Cabe à instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente entrar em contato com o DPJ pelo e-mail dpj@cnj.jus.br, caso não receba tal comprovante em até um dia útil após o carregamento de seu projeto.

5.5 O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa.

5.6 Após análise das propostas de pesquisa, deverão ser encaminhados os documentos de habilitação referidos no item 3.6 deste edital, no prazo de 5 dias úteis, pelo formulário eletrônico da segunda fase, disponível em https://www.cnj.jus.br/formularios/formulario-para-edital-de-convocacao-e-selecao-publica-n-1-da-5a-edicao-da-serie-justica-pesquisa-fase-2/.

6) Do Cronograma de Recebimento, Seleção e Divulgação dos Resultados

Fases	Atividades	Períodos
1.	Recebimento de Propostas	Até 19 de agosto de 2021 (até às 23h59min)
2.	Análise das Propostas e divulgação do resultado preliminar	Até 10 de setembro de 2021
3.	Recebimento de documentos e certidões de habilitação	Até 17 de setembro de 2021 (até às 23h59min)
4.	Resultado final	Até 27 de setembro de 2021

7) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: As propostas serão analisadas por comissão designada para este fim e serão selecionadas conforme os seguintes aspectos:

(*i*) análise documental, conforme item 3.4 deste edital; e

(*ii*) análise de conteúdo, em conformidade com os ANEXOS I, II e III deste Edital.

A seleção dos projetos de pesquisa observará os critérios abaixo discriminados, sendo atribuída nota entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos:

Critérios	Pontuação Máxima
I - Equipe básica	Até 10 pontos, sendo: - 2 pontos para o coordenador de campo que possua experiência com metodologia de pesquisa empírica; - 2 pontos para o coordenador de campo que possua experiência em pesquisa na área descrita no campo temático em que concorre; - 1,5 ponto para cada coordenador de campo que possua experiência com metodologia de pesquisa empírica (até 3 pontos); - 1,5 ponto para cada coordenador de campo que possua experiência em pesquisa na área descrita no campo temático em que concorre (até 3 pontos). Mínimo: 5 pontos.
II - Adequação da proposta ao objeto da pesquisa	ATÉ 25 pontos, sendo: - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte territorial. Meio ponto (0,5) para cada unidade da federação pesquisada, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte temporal. Um ponto para cada ano que exceder o mínimo de 5 (cinco) anos definido na descrição do campo temático, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de problemas/perguntas aderentes em relação à descrição do tema; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de hipóteses aderentes em relação à descrição do tema; e - até 5 (cinco) pontos para proposição de resultados a serem alcançados ao final da pesquisa. Mínimo: 10 pontos

III - Adequação de levantamento bibliográfico ao projeto de pesquisa	ATÉ 20 pontos, sendo: - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com os problemas/perguntas levantados, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão; e - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com as hipóteses levantadas, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão. Mínimo: 10 pontos
IV - Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa	ATÉ 45 pontos, sendo: - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/ geração e análise de dados quantitativos, nos limites do recorte do tema; - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/ geração e análise de dados qualitativos, nos limites do recorte do tema; - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/geração e análise de informações contidas nas peças processuais, nos limites do recorte do tema. Mínimo: 25 pontos
	Mínimo geral: 60 pontos

7.1. Para classificação, as Propostas de Pesquisa deverão atingir a pontuação mínima definida em cada um dos critérios I, II, III e IV, concomitantemente com a obtenção mínima de 60 (sessenta) pontos totais. Será selecionada a proposta com maior pontuação total.

7.2. **Somente será considerada aprovada a instituição que alcançar o mínimo exigido em cada bloco de critérios e, concomitantemente, somar pelo menos 60 pontos no total geral dos itens**.

7.3. O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico (https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/editais-3/) a lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa até o dia **25 de agosto de 2021**.

7.4. A relação das propostas selecionadas e habilitadas será divulgada no Diário Oficial da União (DOU), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e no sítio eletrônico do CNJ até o **dia 27 de setembro de 2021.**

7.5. Em caso de empate de Propostas de Pesquisa, prevalecerá a proposta de menor preço. Persistindo o empate, será realizado sorteio entre os proponentes, pela Comissão Avaliadora, em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados.

8) Da formalização das propostas selecionadas

8.1) A parceria entre o CNJ e a instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada será formalizada por meio de instrumento legal adequado à natureza jurídica da instituição/fundação de apoio à pesquisa, observando-se sempre a legislação aplicável e o interesse público desempenhado pelo CNJ nos termos delineados pelo presente Edital.

8.2) A celebração do instrumento legal para formalização do acordo conforme a natureza jurídica da instituição/fundação de apoio à pesquisa escolhida está sujeita a:

8.2.1) manifestação de concordância da instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada em promover os ajustes previamente indicados pelo CNJ no projeto básico e no plano de trabalho, caso estes sejam necessários e enviar à Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis; e

8.2.2) apresentação de documentos necessários solicitados pela Seção de Gestão de Contratos.

9) Dos recursos financeiros

9.1) O valor a ser custeado pelo CNJ, para cada pesquisa selecionada, será de até R$343.733,00 (trezentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e três reais), conforme critérios de avaliação indicados no item 7;

9.2) Os recursos para custeio das pesquisas no exercício de 2021 estão consignados na seguinte dotação orçamentária do CNJ:

Ação **21BH** - Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias, **Plano Orçamentário 0006** - Pesquisas e Diagnósticos do Poder Judiciário.

10) Das obrigações das partes

10.1) Do Conselho Nacional de Justiça

10.1.1) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

10.1.2) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

10.1.3) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

10.1.4) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

10.1.5) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

10.1.6) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

10.1.7) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte

em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

10.1.8) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

10.1.9) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

10.2) Da Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa Proponente Selecionada

10.2.1) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

10.2.2) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral;

10.2.3) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

10.2.4) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

10.2.5) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

10.2.6) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

10.2.7) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

10.2.8) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

10.2.9) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

10.2.10) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

10.2.11) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

10.2.12) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição/fundação de apoio à pesquisa representada;

10.2.13) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

10.2.14) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

10.2.15) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

10.2.16) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

10.2.17) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme Anexo VI) assinado por todos os membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

10.2.18) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

10.2.18.1) O modelo de TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento do CNJ e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

10.2.18.2) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

10.2.19) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

10.2.20) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ, quando for o caso;

10.2.21) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

10.2.22) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

10.2.23) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020); e

10.2.24) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

11) PENALIDADES

11.1) Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição/fundação de apoio à pesquisa contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato;

b.8) 20% valor total do contrato, nos casos de inexecução total. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

11.2) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.3) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 11.2.

11.4) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

a) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição/fundação de apoio à pesquisa, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento até a entrega do produto final. Não será considerado “desatendimento às solicitações do CNJ”, impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

b) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

c) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

d) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo que, a não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos.

Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

12) VIGÊNCIA

O período de vigência do Contrato é de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

13) Do Pagamento

13.1. O valor do contrato será pago em quatro parcelas, após a entrega e aprovação de cada um dos produtos relativos a cada fase conforme item 14, nos prazos e percentuais indicados na tabela a seguir:

Fase	Produto	Prazo	Pagamento
1	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e dos instrumentos de coleta de dados	Até 15 dias após assinatura do contrato	Não se aplica
2	Produto Parcial 1	Até 30 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
3	Produto Parcial 2	90 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
4	Produto Parcial 3	210 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 2)	30% do valor total
5	Produto Final	270 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 3)	30% do valor total
6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; apresentação de resultados de pesquisa.	300 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 4)	Não se aplica
7	Encerramento do contrato	360 dias após a assinatura do contrato	Não se aplica

13.2 A Entidade proponente, uma vez selecionada e firmado o contrato, nos termos do Edital, deverá apresentar à Comissão de Acompanhamento, ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.2.a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 deste Edital:

13.2.b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos no item 10 deste Edital e, em especial, no subitem 10.2.8.

13.2.c) Os documentos exigidos pela Lei nº 8.666/1993 como condição de pagamento.

14) Gestão do Contrato

14. 1) Execução da Pesquisa

Fase	Descrição	Atividades
1	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias metodológicas	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e dos instrumentos de coleta de dados definidos no projeto de pesquisa
2	Produto Parcial 1	(i) Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações junto Tribunais em que realizará a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas etc. (ii) Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações

		disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.
3	Produto Parcial 2	Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de 50% dos dados quantitativos e 25% dos dados qualitativos.
4	Produto Parcial 3	Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório técnico com apresentação de 100% dos dados quantitativos, 50% dos dados qualitativos e análise preliminar dos resultados.
5	Produto Final	Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, com 100% dos dados quantitativos e qualitativos e todas as análises realizadas, estruturado da seguinte forma: Sumário Executivo; Introdução; Descritivo Metodológico; Desenvolvimento, contendo a apresentação de dados, resultados, análises e interpretações; Síntese: dos principais resultados encontrados; e Apresentação de Diretrizes e Recomendações Técnicas: para o aperfeiçoamento de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário.

6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; Apresentação de resultados da pesquisa	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; Apresentação de resultados da pesquisa
7	Encerramento do contrato	Realização de ajustes finais e pagamento

14.2. A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo CNJ para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

14.2.1) o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

14.2.2) o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

14.2.3) a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

15) Recebimento do Objeto

15.1) Os objetos finais de cada fase serão recebidos definitivamente por meio da aprovação de Notas Técnicas que serão emitidas pela comissão designada para acompanhamento no prazo correspondente ao grau de complexidade de cada produto entregue. O prazo poderá ser prorrogado pela Comissão de Acompanhamento, no caso de diligências solicitadas para que sejam complementadas as informações/documentação, ou ainda, para ajustes nos relatórios apresentados, de forma a cumprir o objetivo do contrato. O novo prazo designado pela Comissão também considerará o grau de complexidade das informações/documentações ou ajustes solicitados.

15.2) Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

15.2.1) provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição/fundação de apoio à pesquisa contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo, por e-mail, no prazo de 5 dias;

15.2.2) definitivamente, observando a seguinte escala de complexidade do produto, conforme modelo abaixo:

15.2.2.1) Complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.2.2) Complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.2.3) Complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.3) A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definirá em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

15.2.4) A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

15.3) A Entidade proponente deverá apresentar à Comissão especialmente designada, ao final da última fase da pesquisa, Relatório analítico circunstanciado do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital, nos termos do contrato a ser firmado entre o CNJ e a entidade proponente.

15.4) A Comissão designada emitirá termo de encerramento do projeto ao final da entrega do produto previsto pela Fase 5, em que, caso aprovada, se declare, expressamente, a entrega de todos os produtos requeridos para o adimplemento contratual;

15.5) A instituição/fundação de apoio à pesquisa que não emitir nota fiscal deverá solicitar perante a Secretaria da Fazenda do Estado a nota fiscal avulsa.

16. Dos Esclarecimentos

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital serão endereçados ao(à) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias, até três dias úteis anteriores à data prevista para o encerramento do prazo de envio das propostas, por e-mail.

16.2. O(A) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá solicitar apoio técnico das áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça quando o assunto assim o exigir.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão publicadas no sítio eletrônico do CNJ.

17. Recursos

17.1. Caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação do ato no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas de pesquisas;

c) anulação ou revogação do certame.

17.1.2. O recurso interposto será comunicado às demais instituições participantes mediante publicação no sítio eletrônico previsto no item 7.3, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.1.3. O recurso será dirigido ao(à) Secretário(a) Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, por intermédio do(a) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias, o(a) qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

18.1.1. O(A) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias poderá solicitar apoio técnico das áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça quando o assunto assim o exigir.

19. Disposições Gerais

19.1. Os Pedidos de Esclarecimento ao Edital e os Recursos acerca do conteúdo deste Edital de Convocação Pública e de Seleção deverão ser encaminhados por meio do endereço eletrônico dpj@cnj.jus.br com o seguinte assunto: “2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA E DE SELEÇÃO DA 5ª SÉRIE JUSTIÇA PESQUISA”.

19.2. Impreterivelmente no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da convocação feita pelo CNJ, a instituição/fundação de apoio à pesquisa autora da proposta selecionada pelo CNJ deverá cadastrar o respectivo representante legal e/ou convencional no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

19.3. A instituição/fundação de apoio à pesquisa autora de proposta selecionada pelo CNJ deverá assinar, preferencialmente, mediante uso de *login* e senha de uso exclusivo do respectivo representante legal e/ou convencional, dentro do prazo de 4 (quatro) dias úteis contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

19.4. É facultado à Administração, quando a assinatura do contrato com a proponente selecionada não ocorrer no prazo e nas condições estabelecidos neste edital, convocar outra proponente, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo.

19.5. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e/ou de recursos eventualmente interpostos deverão ser instruídos com documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões autenticadas, por cartórios extrajudiciais ou por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso a autenticação de cópias de documentos originais e/ou o fornecimento de cópias de documentos sejam requeridos ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

19.6. O CNJ reserva-se o direito de convocar, por meio de videoconferência ou presencialmente, os Coordenadores das pesquisas selecionadas para reunião de ajustes metodológicos e validação da amostra da pesquisa, em qualquer uma de suas fases.

19.7. Em qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente Edital somente poderá ser realizada, mediante prévia autorização e aprovação do CNJ, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e à Série “Justiça Pesquisa”, com referência específica à edição de correspondência.

19.8. A instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada cederá ao CNJ os direitos autorais, patrimoniais e imateriais da(s) pesquisa(s) contratada(s), bem como autorizará o contratante utilizá-la(s) a seu exclusivo critério.

19.9. Resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas da atividade desenvolvida serão de exclusiva responsabilidade da instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada e não necessariamente representam ponto de vista oficial ou institucional do CNJ, ou de quaisquer órgãos do Poder Judiciário relacionados à pesquisa realizada.

19.10. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CNJ, conforme determinação do artigo 3º da Resolução CNJ 7/2005.

19.11. Em atendimento ao interesse público, a Comissão Avaliadora poderá realizar diligências junto às instituições proponentes e a órgãos/entidades da Administração Pública, em busca de documentos e/ou de informações.

19.12. A aprovação de proposta pela Comissão Avaliadora gerará, para a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente, apenas a expectativa de direito de ser contratada. A efetiva formação do contrato administrativo estará condicionada a juízo de oportunidade/conveniência a ser produzido pelo CNJ, com observância da legislação aplicável.

19.13. O CNJ reserva-se o direito de resolver, por intermédio da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, os casos omissos.

19.14. Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é leito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Brasília, XX de julho de 2021.

Johaness Eck
Diretor-Geral
Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I

Plano Básico do Projeto de Pesquisa

1) Detalhamento do Objeto

As pesquisas detalhadas no presente PLANO BÁSICO têm por objetivo principal dotar o CNJ de informações a respeito de aspectos importantes sobre a gestão judiciária e a prestação jurisdicional no Brasil. Seguem, abaixo, a justificativa para orientar a concepção e a formulação das propostas de pesquisa pelas entidades proponentes.

Neste documento constam a apresentação da justificativa, do objetivo principal e das perguntas e problemas de pesquisa que se pretende responder.

Por fim, as entidades interessadas, a depender dos propósitos de investigação dos proponentes, poderão – conforme os estritos termos do regramento detalhado – apresentar abordagens e/ou enfoques complementares aos propostos por este Edital de Convocação Pública e Seleção, as quais, uma vez pertinentes, adequadas e úteis ao detalhamento e à compreensão crítica da questão pesquisada, serão avaliadas pelo CNJ.

Diante do exposto, ressalta-se que é necessário considerar, na apresentação dos dados, aspectos regionais, diferenças entre ramos de justiça e outros elementos que, em comparação, no âmbito da amostra, particularizem dados ou situações.

2) Campos Temáticos:

2.1. Tema 1: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal.

Justificativa: A proposta de pesquisa se baseia na necessidade de se estudar as estruturas judiciais na região Amazônica, formando um diagnóstico empírico que engloba a distribuição das unidades judiciais, dos serviços de apoio à jurisdição, e a efetividade desse

serviço público. Para tanto, será necessário considerar as peculiaridades da região, que consistem tanto em sua extensão territorial, grande oferta de recursos minerais e hídricos, contando com a maior reserva mundial de água doce, e os aspectos socioambientais.

A mensuração da distribuição das unidades judiciárias na região é um estudo de relevância ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça. A atenção aos serviços auxiliares de oficial de Justiça e perícia técnica, à estrutura de informática e gestão processual são pontos importantes na consolidação de uma infraestrutura judicial efetiva, podendo haver iniciativas que auxiliem nesse intento como a Justiça itinerante e os mutirões judiciais.

A questão fundiária na Amazônia também influencia na atividade jurisdicional e merece ser melhor estudada, tendo em vista os problemas sociais que se perpetuaram historicamente. A consideração da grilagem de terras, emprego de trabalho escravo, o crime organizado e as fraudes na extração de madeira no contexto amazônico são fatores que influenciam na efetividade da jurisdição regional. A confiança nas instituições de Justiça e a efetividade dos julgados contribuem para minorar o impacto negativo desses problemas sociais e para a diminuição da degradação ambiental da região, evitando focos de conflito.

O aspecto criminológico da região Amazônica também merece atenção em pesquisa científica própria, tendo em vista a multiplicidade de conflitos que existem nas regiões de fronteira e que podem consistir em rotas de tráfico de drogas, de armamentos e de biodiversidade. Por ser uma região com uma vasta extensão territorial e de difícil acesso e locomoção, existe a necessidade da integração de vários órgãos públicos no combate aos ilícitos ambientais que ocorrem na Amazônia Legal. Há estudos que apontam para a causalidade entre a pistolagem na região amazônica e a deterioração da influência dos órgãos públicos e do sistema legal na região. Importa notar que há estudos que não se debruçam tão só na ocorrência de crimes pontuais e isolados em quadrilhas de pequeno porte, mas também na atuação sistêmica e coordenada de organizações criminosas de grande porte, cometendo ilícitos ambientais de colarinho branco ao realizarem a exploração clandestina de madeira de reservas ambientais. A cooperação para a aceleração da responsabilização judicial e medidas de prevenção ao crime foram algumas das conclusões que se chegou em estudos científicos que abordaram o crime na Amazônia. Há ainda iniciativas e boas práticas que podem ser

mapeadas e replicadas aos sistemas de Justiça de cada Estado da Federação que compõem a Amazônia legal, como os esforços de pacificação social por meio de medidas restaurativas.

No tocante à problemática da efetividade da tutela jurisdicional no âmbito da responsabilidade civil na matéria ambiental, há margem ainda para apresentação de pesquisas relacionadas à execução fiscal e tutela penal ambiental. O problema fulcral seria saber se e em que medida as Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público Federal e pelas autarquias ambientais, no âmbito de projetos como o Amazônia Protege e a Força Tarefa em Defesa da Amazônia, têm sido efetivas no sentido de alcançar alguns de seus principais objetivos: a recomposição do dano ambiental, a cessação das atividades exploradoras não autorizadas e, em última instância, a contenção do desmatamento na Amazônia.

Recorte temporal: 2018 em diante.

Recorte territorial: Amazônia Legal, alcançando cada Estado e abrangendo os seguintes municípios (Altamira, São Félix do Xingu, Novo Progresso, Itaituba - Pará), (Lábria e Apuí – Amazonas), (Colniza e Aripuanã – Mato Grosso), entre outros municípios com altos índices de desmatamento.

Objetivo central: Identificar, por meio de estudo empírico e pesquisa de campo, as estruturas de Justiça na região amazônica.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais os números relativos à litigiosidade dos processos relacionados a causas ambientais?

2. Qual o percentual de ações ambientais cuja discussão alcança terras públicas (da União e/ou de Estados e Municípios) e quais as categorias de unidades de conservação e/ou áreas de proteção ambiental abrangidas?

3. Quais, dos processos com causas ambientais identificados, teriam, desde sua propositura, a indicação de autoexecução pelos órgãos do Poder Executivo?

4. Quais os tempos médios de conhecimento e execução dos processos com causas ambientais e quais os principais motivos de pendência de sentenças?

5. A produtividade da vara é impactada pelo índice de rotatividade e substituições dos juízes e juízas na localidade?

6. Qual a efetividade dos julgados nas ações ambientais da Amazônia, considerando a responsabilização patrimonial e as medidas de constrição aplicadas pelo Poder Judiciário?

7. Quais práticas inovadoras de tecnologia, georreferenciamento, governança, gestão de recursos e de inteligência artificial poderiam ser aplicadas nas unidades judiciárias da Amazônia?

8. Há itinerâncias ou mutirões judiciais em causas ambientais na região amazônica?

9. Quais são os procedimentos de gestão processual quando se trata de ação civil pública? Quais os procedimentos de gestão processual de ações ambientais nas varas federais?

10. Quais as similitudes e divergências do ponto de vista da gestão processual nos dois casos acima mencionados?

11. Quais os limites e janelas de oportunidades que as ações civis públicas possuem frente às respostas que o Poder Judiciário pode oferecer nas demandas ambientais?

12. Quais são as áreas/territórios sob júdice que seguem sendo exploradas, desflorestadas e recompostas?

13. Como são os fluxos de comunicação e articulação dos órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário para as causas ambientais?

14. Quais as diferenças de registro de ilícitos ambientais entre os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário? Que mecanismos podem ser construídos/movidos para maior integração?

15. Qual o quadro funcional do Poder Judiciário voltado para os processos de causas ambientais e quais as causas de afastamento e de vacância de cargos?

2.2 Tema 2: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário

Justificativa: A Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146/2015 – foi editada em decorrência da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada em Nova Iorque, da qual o Brasil é signatário e foi aprovada pelo Congresso

Nacional através do Decreto Legislativo nº. 186/08, bem como promulgada através do Decreto 6.949/09.

Tendo em conta o disposto no parágrafo 3º. do artigo 5º. da Constituição Federal, a Convenção passou a ter status de Emenda Constitucional. São reconhecidos o direito à autonomia e independência individuais, para que a pessoa possa fazer suas próprias escolhas e, qualquer limitação, tem caráter excepcional.

A LBI já tem mais de cinco anos, entretanto, a percepção é que ela seja ainda pouco conhecida ou que seus comandos, que têm norte constitucional em razão da Convenção, ainda não foram bem assimilados.

Nesse sentido, ainda são encontrados sistematicamente entraves para o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, apesar do texto de caráter constitucional e legal, não há reconhecimento de que a regra é a plena autonomia da pessoa com deficiência.

Isso tem reflexos que acabam restringindo significativamente a esfera de atuação da pessoa com deficiência e a efetivação de seus direitos. Nesse sentido, é necessário verificar dados sobre a exigência de interdição para que a pessoa com deficiência pudesse postular administrativa e judicialmente Benefícios Previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada - BPC, no âmbito, respectivamente, da Lei de Benefícios Previdenciários e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

No âmbito judicial, é importante investigar se, para fins de levantamento dos valores decorrentes de condenação há exigência de interdição.

Outrossim, considerando que a curatela foi alçada à condição de medida extraordinária (LBI artigos 84 e seg.), de grande significado aferir quais atos civis estão impulsionando a propositura de ações de interdição, bem como estabelecer o quantitativo de curatelas e de tomada de decisão apoiada estão sendo decretadas pelo Judiciário.

Objetivo central: identificar as causas motivadoras das ações de interdição da pessoa com deficiência e a aplicabilidade pelo Judiciário de instrumentos como a tomada de decisão apoiada, avaliação biopsicossocial por equipe e outros previstos na LBI.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais são os dados processuais e de litigiosidade sobre o tema da interdição, curatela, e processos de tomada de decisão apoiada?
2. Quais os principais motivos das ações de interdição?
3. Quais são as percepções dos diversos operadores do Direito acerca da aplicação da Lei Brasileira de Inclusão?
4. Como pessoas com deficiência veem a aplicação da LBI no Poder Judiciário?
5. Quais são os elementos de análise e prova para as sentenças de interdição?
6. Como os processos de interdição são instruídos?
7. De que forma e com que argumentos se faz a dispensa de interrogatório do interditando?
8. Em que condições judiciais são realizadas as escutas de pessoas com deficiência em processos de interdição?
9. Quantos processos são relativos a levantamentos de interdição desde a promulgação da LBI
10. Quantos processos são referentes a conversões de interdição em tomada de decisão apoiada?
11. Quantos processos de tomada de decisão apoiada (instituto previsto na LBI) foram ajuizados?
12. Quais as finalidades elencadas nos processos de tomada de decisão apoiada?
13. Quais são as partes nos processos de tomada de decisão apoiada e seus perfis socioeconômicos?
14. Nas ações previdenciárias e assistenciais em que necessária avaliação da deficiência, utilizada a avaliação biopsicossocial?

2.3. Tema 3: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos

Justificativa: A Agenda 2030 tem como um de seus objetivos, “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ODS 16). Dessa forma, o Poder Judiciário tem a obrigação institucional de engajar-se na promoção de mecanismos para fazer com que o acesso a seus serviços seja cada vez maior, com maior eficácia e eficiência, contribuindo assim, para a pacificação social e a democratização dos serviços jurisdicionais.

Outro compromisso institucional do Conselho Nacional de Justiça está em sua participação na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA - principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto para a formulação de políticas públicas e soluções voltadas ao combate àqueles crimes. Nesse sentido, para cumprir compromissos assumidos junto a esse grupo, é fundamental a realização de pesquisa sobre o tema em tela.

Além disso, dentre as Metas Nacionais 2020, a meta 4 estabelece “Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)” e, no âmbito da Justiça Estadual, a corrupção ativa e passiva são alvo de especial atenção para priorização de julgamentos – o que torna o Poder Judiciário particularmente interessado na produção de informações e estudos sobre o tema do combate à corrupção, lavagem de dinheiro e a recuperação de ativos.

Nesse sentido, os crimes de lavagem de dinheiro e corrupção e a busca para a recuperação de ativos constituem objeto importante como resposta a dar à sociedade acerca dos serviços jurisdicionais. O aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação nacional e internacional e o aprimoramento da coleta de dados estatísticos sobre o tema são cruciais para que as instituições parceiras produzam conhecimento de excelência para o enfrentamento à lavagem de dinheiro e corrupção e a recuperação de ativos; desenvolvam ferramentas conceituais e tecnológicas voltadas às suas atribuições e interesses acerca do tema; busquem eficiência e eficácia na resolução de casos que envolvam lavagem de

dinheiro, corrupção e a recuperação de ativos, contribuindo, assim, para a efetividade da justiça.

Objetivo central: Investigar fluxos de comunicação e cooperação nacional e internacional entre instituições que atuam no combate à lavagem de dinheiro e corrupção e na recuperação de ativos, além da mensuração e análise de dados processuais relativos ao tema.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. É possível identificar os crimes antecedentes praticados em relação à corrupção e lavagem de dinheiro? Quais instituições realizam tal identificação e que fluxos/procedimentos realiza para isso?
2. Quais os ambientes de negócios, para além de práticas criminosas típicas, que criam mais situações de riscos para a prática de corrupção e lavagem de dinheiro?
3. Quais os fluxos/procedimentos de cooperação nacional e internacional sobre o tema que se encontram fragilizados e, portanto, necessitam de aperfeiçoamento?
4. Quanto ao cumprimento dos Provimentos CN/CNJ n. 88/2019 e 90/2020, como estão sendo feitas as inspeções e quais desenhos de fluxos/procedimentos para aperfeiçoamento das comunicações junto à Unidade de Inteligência Financeira?
5. Quais as partes (nos polos passivo e ativo) e respectivos perfis que constam nos processos relativos à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos?
6. Qual o número de condenados e absolvidos nos processos referentes ao tema de pesquisa?
7. Quais os valores recuperados nas ações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro?
8. Quais as penas aplicadas e o tempo de pena aplicada nos casos de detenção/reclusão?

9. Como se dão as intimações pessoais (fato comum a qualquer processo criminal) nos casos de processos relativos ao tema de pesquisa?

10. Como os magistrados lidam com as questões relativas à administração dos bens sequestrados (fazendas, empresas, ou mesmo automóveis e aeronaves)?

11. Quais os sinais de lavagem de dinheiro identificados nas comunicações feitas junto à Unidade de Inteligência Financeira (antigo COAF)?

12. Quais as iniciativas do Congresso Nacional sobre o tema?

13. Quais as ferramentas ou instrumentais de pesquisa de bens e ativos do Ministério Público?

14. Quais as relações estabelecidas entre o Poder Judiciário e o Ministério Público no âmbito do combate à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos?

15. É possível identificar perfis de réus absolvidos e condenados em relação ao tema de pesquisa?

2.4. Tema 4: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais

Justificativa: O Estado brasileiro assumiu, desde o início do processo de internacionalização dos direitos humanos, uma série de compromissos internacionais ao aderir e ratificar os principais tratados. Particularmente no âmbito regional, a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) de 1969 é central para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e seu impacto é sentido pelas instituições e sociedade civil brasileiras há décadas. Além de enunciar normas de direitos humanos, a CADH criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos: um tribunal internacional regional com competência para o processo internacional de apuração da responsabilidade dos Estados por violações à direitos humanos, entre outras funções. Por meio do seu labor interpretativo, ao longo dos últimos trinta anos, a Corte IDH desenvolveu uma sofisticada jurisprudência, traçando parâmetros sobre combate e prevenção à tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos

forçados, direito de acesso à justiça, investigação com a devida diligência, direito à verdade e à memória, prazo razoável de duração do processo, independência judicial, direitos territoriais indígenas e quilombolas, dentre outros.

Contudo, o exercício da jurisdição interamericana pressupõe a observância do princípio da subsidiariedade, vale dizer, o prévio esgotamento dos recursos internos ou o preenchimento de uma das suas exceções (art. 46, CADH). Isso se deve em razão de o sistema internacional de proteção não ter sido construído para lidar com todas as possíveis violações graves a direitos humanos, que ocorrem todos os dias e se espalham na significativa extensão territorial das Américas. A ideia central do SIDH seria tratar de casos emblemáticos, representativos dos principais problemas da região, com o fim de construir os parâmetros interpretativos que serviriam de guia para evitar a perpetuação cíclica de tais violações. Por isso, a Corte IDH construiu a teoria do controle de convencionalidade, segundo a qual todo(a) juiz(íza) nacional (e também os demais agentes públicos) devem zelar pela aplicação da Convenção Americana, seguindo o sentido e o alcance interpretativo dado pela Corte IDH .

Apesar de os estudos sobre controle de convencionalidade já estarem sendo desenvolvidos pelos(as) juristas brasileiros, observa-se que ainda não há uma disseminação de julgados locais que fazem referência à jurisprudência da Corte IDH ou que, mesmo sem citá-la, seguem a linha interpretativa ditada por este tribunal. Em comparação com outros países da região, tais como Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia e México, o Estado brasileiro não foi diretamente influenciado pela Convenção Americana de Direitos Humanos ou pelos órgãos do sistema da mesma forma, com a mesma intensidade, no curso do processo de redemocratização. Tal fenômeno provoca um questionamento acadêmico, político-social e institucional quanto às raízes da baixa visibilidade da jurisprudência da Corte IDH na jurisprudência nacional.

Do ponto de vista jurídico, a aplicação imediata da CADH deveria ser obrigatória, entretanto, supõe-se que a cultura profissional, em conjunto com a percepção do que significa a independência judicial, produz um cenário de resistência de juízas e juízes para a aplicação da norma internacional. Algumas inferências podem ser levantadas e testadas para tentar compreender a respeito da baixa adesão da magistratura brasileira em relação à aplicação da

CADH, conforme a interpretação desenvolvida pela Corte Interamericana em seus julgamentos. Uma seria o desconhecimento ou a pouca familiaridade com o texto convencional e com o labor interpretativo do tribunal interamericano. Em segundo lugar, poder-se-ia levantar a objeção baseada no princípio da soberania nacional e da negação às normas internacionais de proteção aos direitos humanos, em especial no que tange os julgados relacionados à justiça de transição. Há aqueles que tratam as normas convencionais como se fossem direito estrangeiro, sem aplicabilidade direta ao caso concreto, servindo apenas como argumento de reforço da aplicação de norma doméstica já esboçada (e não como fonte formal do direito). Por fim, sem prejuízo de outras explicações a serem levantadas, uma outra explicação seria a existência de uma resistência local em seguir o dever de controle de convencionalidade nos moldes em que é proposto pela Corte IDH, em especial quando eles conflitam com a interpretação sedimentada pela jurisprudência local.

O mapeamento das resistências de tais agentes políticos será de fundamental importância para desenhar uma estratégia ampla, diversificada e de largo fôlego que buscará entrosar normativas administrativas, medidas e ações a fim de enfrentar as dificuldades encontradas para a internalização da Convenção Americana de Direitos Humanos. Tal mapeamento também produzirá dados que poderão ser utilizados para incrementar o programa de direitos humanos dos editais de concursos para a magistratura, assim como poderão auxiliar no desenho de cursos de formação e educação continuada sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Ressalta-se que a pesquisa deve trabalhar com as percepções das juízas e juízes, levando em conta que as pessoas, de modo geral, têm dificuldade de assumir intencionalidade em seu processo decisório. Ainda, é possível haver uma tendência na magistratura no sentido de assumir uma posição de neutralidade, ao invés de estabelecer um posicionamento como agente político. Deve-se levar em consideração, também, que é possível haver resistência para aprender conteúdos novos com os quais não estão familiarizados e/ou que sejam percebidos como fora do conhecimento jurídico e de caráter politizado e não técnico. Ao introjetar essas dificuldades às premissas da pesquisa de campo, os dados estarão mais próximos à realidade das juízas e juízes, o que auxiliará no desenho de medidas e ações que

poderão efetivamente criar impacto sobre a eficácia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no Brasil.

Objetivo: Identificar, por meio de pesquisa de campo e coleta de documentos dos Tribunais, os motivos que levam à baixa aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos, formulando hipóteses e soluções.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se, inicialmente, que a pesquisa seja direcionada pelas seguintes questões: se as juízas e juízes

1. Entraram em contato com a Convenção Americana de Direitos Humanos? Se sim, já a aplicaram alguma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente a aplicam?
2. Entraram em contato com o restante da normativa do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador, Convenção de Belém do Pará, Convenção Interamericana para Prevenção e Combate à Tortura, Convenção Interamericana para Eliminação de Discriminação Racial, dentre outros). Se sim, já a aplicaram alguma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente as aplicam?
3. Conhecem a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sua composição e suas atribuições? Já assistiram a alguma audiência, leram algum relatório, conhecem o instituto da solução amistosa, medidas cautelares?
4. Conhecem a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sua composição e suas atribuições? Já assistiram a alguma audiência, conhecem suas sentenças, opiniões consultivas, medidas provisórias?
5. Conhecem o procedimento de um caso quando que ingressa no Sistema Interamericano de Direitos Humanos?
6. Conhecem a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos? Por temas (obs. listar os que forem prioritários)?
7. Conhecem os julgados da Corte contra o Brasil? Listar os casos para que possam ser reconhecidos individualmente.

8. Compreendem o que são os padrões, standards ou parâmetros interamericanos de proteção aos direitos humanos? Já aplicaram algum/alguns aos casos julgados sob sua responsabilidade?

9. Ao se deparar com um caso específico, têm a percepção de que podem aplicar imediatamente um padrão, standard ou parâmetro interamericano?

10. Gostariam de participar para conhecer ou aprofundar seu conhecimento sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos? Que atividade gostariam que fossem organizadas para essa finalidade?

11. Conhecem o conceito de controle de convencionalidade?

12. Exerceram o controle de convencionalidade? Se sim, já o fizeram uma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente a aplicam?

13. Conhecem a posição do STF sobre controle de convencionalidade/aplicação do direito internacional dos direitos humanos no Brasil? Conhecem a teoria do diálogo entre Cortes e a do duplo controle?

14. Com que frequência a CADH é citada nas decisões judiciais? Há diferença entre instâncias originárias e recursais?

15. Quais são os assuntos que com maior frequência aparecem nas decisões judiciais que citam a CADH?

16. Quais os percentuais de condenação/absolvição e de reforma de decisão quando há citação da CADH na decisão judicial?

Sobre os Tribunais:

17. Quais tribunais utilizam normativas ou realizam ações que recomendem ou estimulem a aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos? Quais são as iniciativas e como elas são aplicadas?

2.5. Tema 5: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento

Justificativa: O Estado brasileiro, tanto em sua trajetória histórica como na contemporaneidade, convive com um quadro estrutural de violações de direitos no contexto das políticas penais. Ao lado de leis e discursos normativos civilizados e garantidores, admite ambientes prisionais que naturalizam e potencializam a morte e o risco de morte das pessoas privadas de liberdade. O cumprimento efetivo da Lei de Execução Penal não encontra sustentação na gestão das políticas públicas penais em vigência, uma vez que a realidade da maior parte dos estabelecimentos prisionais hoje no Brasil mostra um retrato de verdadeira contradição, onde as pessoas privadas de liberdade estão expostas às mais degradantes situações, que incluem doenças, aglomerações, negligência na garantia de assistências básicas e violência.

Conforme dados recentes sistematizados pelo Conselho Nacional de Justiça a população privada de liberdade aumentou 9,3% entre 2016 e 2020, ao passo em que houve a redução de cerca de cem vagas no sistema no mesmo período, e os óbitos em unidades prisionais cresceram 20% entre 2019 e 2020, puxados pelo aumento dos suicídios (30%) e pelas mortes de causa desconhecida (360%) (Informe. Junho 2021)

Esse quadro de letalidade do sistema prisional brasileiro integra o conjunto de violações de direitos reconhecido pelo STF, no âmbito da ADPF 347 de 2015, ao declarar que as prisões no Brasil são um estado de coisas inconstitucional por causa de suas condições precárias e à margem do estado de direito.

Entre as mazelas citadas no bojo da ADPF 347 e atualizadas pelo CNJ em junho de 2021, persiste a dificuldade para a obtenção de dados atualizados e confiáveis sobre o sistema prisional. O Conselho salienta que até hoje o Brasil não tem condições de apontar taxas de reincidência ou de casos de tortura. "Os registros do Disque 100 indicando violações a essa população triplicaram desde 2013, passando de 3.031 para 9.479 registros [em 2020], um aumento de 213%", destaca.

A incipiente compreensão e fragilidade dos dados acerca do fenômeno das mortes sob custódia prisional no Brasil integram o contexto supracitado. Não obstante a relevância do tema, fragilidades epistemológicas e metodológicas podem ser observadas nos relatórios do

Infopen. Os dados de mortalidade no sistema prisional são computados a partir de cinco categorias: óbitos naturais (por questões de saúde), óbitos criminais, óbitos suicídios, óbitos acidentais, óbitos com causa desconhecida.

As informações são fornecidas pelas administrações dos próprios estabelecimentos prisionais, mediante preenchimento de formulários. A amplitude e a imprecisão das categorias dão margem significativa à subjetividade na coleta dos dados e isso se reflete, sobretudo, na presença da categoria óbitos com causa desconhecida, por meio da qual os entes estatais acabam por reconhecer a imperícia e negligência na apuração dos casos de mortes no âmbito do sistema prisional.

Ademais, para além da imprecisão das categorias, cabe salientar os desafios burocráticos, a heterogeneidade nacional e as complexas relações federativas e interinstitucionais que representam obstáculos ainda não superados e favorecem um conjunto de diferentes metodologias, sistemas e arranjos locais utilizados na coleta de dados.

Para os registros do Infopen/DEPEN, conforme já mencionado, as informações são fornecidas pelas administrações dos próprios estabelecimentos prisionais mediante preenchimento de formulário, e posteriormente repassadas ao Departamento Nacional. Já em relação aos dados do Conselho Nacional do Ministério Público, são os Promotores de Justiça que realizam o preenchimento dos formulários, a partir das vistorias que realizam nos estabelecimentos prisionais.

Por sua vez, no âmbito do CNJ, temos o Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais cuja alimentação é implementada por intermédio dos relatórios de inspeções mensais realizadas nos estabelecimentos penais pelos Juízes de Execução Penal, nos termos do artigo 66, inciso VII da Lei de Execução Penal e de acordo com o estabelecido na Resolução CNJ nº 47/2007. Todavia, necessário reconhecer que informações mais analíticas e dados específicos sobre a ocorrência de mortes não estão suficientemente estruturadas no bojo das inspeções nacionais.

A todas essas diversidades se agrega, ainda, a resistência de alguns estados em compartilhar informações. Situação peculiar é a do estado de São Paulo, o qual concentra a

maior população encarcerada do país —cerca de 33% do total nacional (DEPEN, 2017) e sistematicamente não compartilha seus dados perante as instâncias federais.

Todo os desafios citados configuram obstáculos robustos para a necessária compreensão sobre o fenômeno de mortes consumadas no decorrer da custódia prisional, tanto em relação a indicadores quantitativos, mas, sobretudo, um olhar mais qualificado e crítico sobre suas causas, formas de tratamento e, em especial, estratégias de prevenção e enfrentamento, ao que soma a necessidade de maior transparência, fiscalização e responsabilização para os casos de mortes decorrentes de maus tratos e tortura.

Em que pese a relevância dos desafios metodológicos, importante destacar que a incipiência de dados e pesquisas sobre os casos de mortes sob custódia prisional no Brasil estão relacionadas, acima de tudo, a um padrão de gestão estatal e de modos de controle social, segregação, seletividade e estigmatização penal histórica e estruturalmente condicionados para a persistente violação dos direitos das pessoas pretas e pobres privadas de liberdade (Almeida e Massaú, 2017), especialmente com relação ao direito à vida. Segundo Chies e Almeida (2018), este padrão de governamentalidade opera através de uma seletividade punitiva baseada no racismo (tradicional e contemporâneo) e dirigida com ênfase àqueles que as estruturas sociais brasileiras segregaram como uma ralé de novos escravos. É esta ralé que é sacrificada e exposta à morte nos presídios do Brasil.

Nesse sentido, sobre estar historicamente exposto à morte, Pedroso (2002) nos traz dados referentes à Casa de Correção do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1869: no período foram recolhidos cerca de 1099 condenados, dos quais 245 (22,3%) faleceram. A mortalidade subia bruscamente em relação ao tempo de pena: enquanto era de 2% para apenados de até 2 anos, subia até 66,6% para penas entre 16 e 20 anos (Pedroso, 2002, p. 72).

A morte sob custódia é também encontrada nos estudos históricos de Myrian Sepúlveda dos Santos, então acerca da Colônia de Dois Rios (2004; 2006). Os dados por ela coletados autorizam sustentar que nas três primeiras décadas a Colônia teve como objetivo principal aprisionar bêbados, mendigos, vadios e capoeiras, sendo utilizada, a partir da

metade da década de 1910, para o recolhimento de presos políticos (sobretudo anarquistas e comunistas).

“As declarações de óbito eram frequentes e mostravam que muitos presos faleciam após poucos meses de internação. Morria-se de beribéri, desinteria, tuberculose, sífilis, ou seja, doenças resultantes da má alimentação, falta de higiene e maus tratos […].” (Santos, 2006, p. 451)

Os dados atuais revelam a perpetuação e agravamento dos riscos e situações de óbito no sistema prisional brasileiro. De acordo com o CNJ, uma pessoa presa tem cerca de 2,5 vezes mais chances de ser morta do que alguém fora do cárcere - o índice de assassinatos nas prisões é de 50,38 a cada cem mil habitantes, contra 19,65 a cada cem mil pessoas no Brasil -, além de 28 vezes mais chance de contrair tuberculose. A mesma tendência se aplica para o número de casos de HIV e Aids, duas vezes maior nas cadeias do que entre a população.

As degradantes condições estruturais e operacionais do sistema prisional nacional são relevantes fatores a serem considerados na compreensão das expressões do fenômeno “mortes sob custódia prisional no país”. É desarrazoada e indevida a associação da morte de uma pessoa sob a custódia do estado sob o rótulo de uma categoria ampla e imprecisa, tal como óbitos naturais/por enfermidade, sem a devida consideração e correlação com as condições de custódia prisional a qual estava submetida. É imperiosa a averiguação das causas dos óbitos à luz das condições degradantes dos ambientes prisionais, considerando a insalubridade, superlotação, oferta de assistência à saúde (compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico), a assistência social e outros direitos previstos na LEP. Diante de um quadro de violência coletiva institucional cuja política é pautada na privação de direitos básicos, deve prosperar a categoria de morte natural?

Outrossim, numa agenda de pesquisa, indagações devem ser direcionadas sobre todas as mortes acometidas e registradas no sistema prisional, independentemente de qual categoria esteja vinculada pela administração prisional preliminarmente responsável pela apuração do caso. Óbitos categorizados como causas criminais, suicídios, acidentais e causa desconhecida também apresentam elementos complexificadores que emergem das

realidades prisionais no Brasil e precisam ser devidamente apurados, compreendidos e tratados.

Motins, rebeliões e massacres têm sido recorrentes no contexto prisional, de modo a registrar simultaneamente uma série crescente de assassinatos entre grupos de presos rivais, como também mortes decorrentes da ação das autoridades policiais. Inclusive, sob a perspectiva do protagonismo das mortes associado às pessoas privadas de liberdade e seus grupos organizados, ou às autoridades estatais, também se faz necessária uma sofisticação mais criteriosa na investigação e sua adequada categorização. Outro ponto a ser considerado no presente tópico diz respeito aos fundamentos que deram origem aos conflitos. Seriam derivados de reivindicações dos presos por condições minimamente dignas (assistência jurídica por meio da Defensoria Pública, acesso à assistência médica, oportunidades de trabalho, melhoria na alimentação, com maior quantidade e melhor qualidade, melhoria nas instalações físicas, regularização das visitas familiares etc.)?

Em suma, diante da violação sistemática, histórica e crescente contra o direito à vida de pessoas sob a tutela direta do Poder Público, torna-se necessário aprimorar o entendimento e a transparência acerca das mortes ocorridas sob custódia do Estado, inclusive para que as famílias tenham direito ao justo reconhecimento e indenização sempre que comprovada a responsabilidade estatal. Nesse sentido, orientam a presente proposta de pesquisa as seguinte perguntas-chave: quais cuidados institucionais e diligências estão sendo adotadas pelas autoridades públicas competentes e, em especial, como o Poder Judiciário tem atuado nesse contexto?

Tratam-se de chaves analíticas que devem ser exploradas no bojo de um projeto de pesquisa que, mesmo diante de um tema complexo, atravessado por um arranjo interinstitucional federativo frouxamente articulado, tem no Poder Judiciário um ator central, capaz de induzir um movimento coordenado nacionalmente e apto a jogar luzes sobre o fenômeno das mortes sob custódia prisional, apontar os principais gargalos e pontos de atenção no tratamento dos casos, bem como promover práticas e novos protocolos visando seu enfrentamento.

Para tanto, a pesquisa deverá contar com as bases de dados dos sistemas operados pelo CNJ, entre eles o Sistema de Execução Eletrônico Unificado (SEEU), sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado Paraná e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em processo de implantação nacional, bem como a possibilidade de cruzamento de dados com outros sistemas, tal como DATASUS. Via sistemas nacionais, o Judiciário conta com ferramentas efetivas para uma gestão mais confiável e qualificada sobre a tramitação processual na execução penal, permitindo um controle informatizado e o levantamento de informações relacionadas ao sistema carcerário, entre elas, o acesso a dados afetos a extinção do processo penal por causa de morte. Desta forma, a pesquisa contará com relevantes dados e informações que corroborarão com os estudos e pesquisas de campo para uma melhor compreensão do fenômeno em tela.

Outra fonte de dados interessantes que poderá ser considerada como estratégia de pesquisa seria o levantamento, nos TJs, acerca dos processos para indenização de famílias em decorrência das mortes sob custódia, ainda que nem todas as mortes sejam contestadas judicialmente. Poder-se-ia ter acesso a uma segunda camada de informações relevantes: Registro de Mortes e tipificação X Reclamações de mortes. Isso permitiria aprofundar análises sobre como o Judiciário lida com as mortes sob custódia e identificar o que influencia decisões, o que, como hipótese, pode apontar para a forma como a gestão prisional registra e comunica essas mortes. Tal informação, por sua vez, cruzada com os sistemas da Política de Saúde, pode jogar luzes sobre inconsistências e ocultações de motivos (o que, parece, está sob os rótulos “causas desconhecidas” ou “mortes naturais”.

Portanto, diante de um sistema prisional que sempre foi marcado por problemas estruturais graves e pela ausência de iniciativas fundadas em evidências e boas práticas, o que se buscará, a partir da pesquisa ora proposta, é desenvolver um estudo empírico e pesquisa de campo visando ao levantamento de informações acerca dos procedimentos de registro, apuração e outros indicadores relevantes para a compreensão sistêmica e analítica das mortes de pessoas sob custódia prisional no Brasil. Neste sentido, cumprindo o seu papel institucional, o Conselho Nacional de Justiça contribuirá com a fortalecimento da atuação

jurisdicional através de pesquisas e produção de conhecimento destinadas ao constante aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Objetivo: Identificar e desenvolver estudo empírico e pesquisa de campo, acerca dos procedimentos de registro, apuração e outros indicadores relevantes para a compreensão sistêmica e analítica das mortes de pessoas sob custódia prisional no Brasil; identificar causas de mortes e fatores agravantes, apresentando estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais os mecanismos de registro e comunicação de mortes e como são realizados os procedimentos?
2. Qual a predominância de causas de morte identificadas a partir das categorias utilizadas pelas instituições oficiais (óbitos naturais/por questões de saúde, óbitos criminais, óbitos suicídios, óbitos acidentais, óbitos com causa desconhecida.
3. Outras categorias são identificadas e/ou categorizadas? Caso sim, quais critérios?
4. Identificar o tempo entre a morte do réu e a sentença de extinção da punibilidade;
5. Identificar as diferenças entre os percentuais de mortes nos presos provisórios e condenados, separando-se por tempo da condenação;
6. Identificar as causas mais frequentes de mortes das pessoas privadas de liberdade e o comportamento na série temporal;
7. Identificar os fatores que levam ao agravamento nas probabilidades de morte das pessoas custodiadas, tais como perfil da pessoa (gênero, faixa etária, raça/cor, escolaridade, etc.), tempo da pena, superlotação carcerária, motivo da prisão, entre outros;
8. Qual a metodologia e/ou procedimento é utilizado para averiguação e investigação das causas de mortes?

9. Como o registro da morte é formalizado em cada estado da federação e tribunal?

10. Qual o gênero, raça, faixa etária e outros dados pessoais identificados nos casos de processos penais extintos por razão de óbito?

11. Quais documentos são apresentados para a autoridade judicial que fundamentam a extinção do processo?

12. Houve a solicitação e/ou realização de perícia?

13. Qual a incidência de casos em que a declaração da autoridade responsável pelo estabelecimento prisional é o único meio de prova da ocorrência e causa da morte?

14. Há registros de série histórica sobre a ocorrência de mortes no sistema prisional do estado? Ocorrência em unidades prisionais específicas?

15. Nos casos de óbitos criminais, há registros de que a pessoa estava ameaçada? Há informações e relatos sobre a iminência de motins e rebeliões? Quais medidas foram adotadas pela Administração Prisional e autoridades públicas responsáveis (Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, outros)

16. Nos casos de mortes naturais por enfermidades e também por suicídios, há registros de atendimento e acompanhamento médico garantido pela administração penitenciária? Houve investigação acerca da garantia, ou negligência, do direito à saúde;

17. Nos casos de óbitos acidentais e óbitos com causa desconhecida quais informações e dados foram considerados para a extinção do processo? Quais diligências foram solicitadas?

18. Quais são as boas práticas de apuração e processamento dos casos de mortes sob custódia prisional verificados?

19. Caso sejam identificadas, no âmbito da pesquisa, falhas no procedimento de investigação e processamento judicial das causas de mortes, quais seriam as possíveis soluções?

2.6. Tema 6: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade

Justificativa: Ante a preocupante situação da privação de liberdade no Brasil, caracterizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF nº 347 como estado de coisas inconstitucional, verifica-se como imperioso um conjunto de ações concretas e interinstitucionais que façam frente a esse cenário.

Atualmente, o Brasil ocupa a terceira posição no ranking dos países que mais encarceram no mundo. Para além do aumento das taxas de encarceramento, que vem ocorrendo nas últimas décadas, a constatação de graves violações aos direitos fundamentais nos espaços de privação de liberdade é de conhecimento público.

Na ADPF nº 347 o STF apontou que a responsabilidade pela superação dessa realidade é dos diferentes poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive participando Estados-Membros e o Distrito Federal, além da União, nessa empreitada. Ajuizou também acerca da existência de problemas na formulação e na implementação de políticas públicas, e na interpretação e aplicação da lei penal. No que diz respeito ao Poder Judiciário, o STF evidenciou a responsabilidade em racionalizar a concretização da ordem jurídico-penal, de modo a tornar mínima essa situação inconstitucional em vez de agudizá-la.

Com relação ao sistema de justiça juvenil, o cenário também é preocupante, já que se observam unidades socioeducativas com atendimento precarizado, que compromete a socioeducação e faz preponderar rotinas de segurança em detrimento de atividades pedagógicas, como preconiza a constituição e a legislação brasileiras. Dito contexto levou o Supremo Tribunal Federal a reconhecer, no julgamento de pedido liminar formulado no bojo do HC nº 143.988/ES, de relatoria do Ministro Edson Fachin, que “os direitos fundamentais dos adolescentes internados estão a sofrer graves violações motivados pela superlotação, razões pelas quais não podem permanecer na situação degradante que se encontram”.

Neste sentido, em agosto de 2018, o Ministro Fachin concedeu liminarmente a ordem no habeas corpus mencionado, determinando que na Unidade de Internação Regional Norte em Linhares/ES, fosse delimitada a taxa de ocupação em 119%, procedendo-se a transferência dos adolescentes sobressalentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior à taxa média de 119%. Subsidiariamente, determinou que, caso a transferência não fosse possível, a autoridade judicial deveria atender ao parâmetro

fixado no art. 49, II, da Lei 12.594/2012, isto é, colocar o adolescente em programa de meio aberto, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, até que fosse atingido o mencionado percentual máximo de ocupação. Por fim, estabeleceu que, na hipótese de impossibilidade de adoção das medidas supra, houvesse a conversão de medidas de internação em internações domiciliares e, alternativamente, a adoção justificada pelo magistrado ou magistrada das diretrizes sucessivas constantes do pedido inicial.

Em meio a esse contexto de superlotação e precariedade dos ambientes de privação de liberdade, a população prisional e os/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas têm sido tratados como uma massa amorfa, sem particularidades, especificidades e, portanto, sem a oferta de políticas efetivas que deem conta das interseccionalidades presentes no encarceramento da população, que está, em sua grande maioria, em situação de vulnerabilidade social.

À vista disso, a privação de liberdade tal como é adotada no Brasil tende a agravar a condição social dessas pessoas, suas famílias e seus territórios, culminando no desrespeito ao rol de previsões nacionais e internacionais sobre o tema.

Na tentativa de olhar para as especificidades de cada grupo, de cada sujeito que passa pelo sistema de justiça penal e socioeducativo, e sobretudo no intento de não agravar a situação de desigualdade social e de violência por parte do Estado brasileiro, é que o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), vem desenvolvendo uma série de medidas focadas nas chamadas minorias sociais - grupos que sofrem maior exclusão, revitimização, preconceito e estigmatização em decorrência de gênero, raça ou etnia, religião, entre outros fatores, devido à presença de marcadores sociais da diferença, ficando assim em situação de maior risco e vulnerabilidade psicossocial.

Como ações já desenvolvidas ou em desenvolvimento no CNJ, é possível citar:

Elaboração e aprovação da Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do

Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2959>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Publicação do Manual Resolução CNJ n. 287/2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual-Resolu%C3%A7%C3%A3o-287-2019-CNJ.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração e aprovação da Resolução CNJ n. 348 de 13/10/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração do Manual Resolução n. 348/2020 – no prelo.

Além dos atos normativos e manuais acima citados, o CNJ está em vias de discutir ato normativo específico para o tratamento no âmbito penal sobre a população migrante. Outrossim, tem-se discutido o tema liberdade religiosa nos ambientes de privação de liberdade e o tratamento conferido às vítimas, por meio da análise do cumprimento da Resolução CNJ n. 253 de 04/09/2018, que define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais.

Salienta-se que, nesse conjunto de estratégias em que se busca discutir as especificidades, pluralidade e, principalmente, a garantia de direitos dos grupos historicamente acossados, foi produzido estudo interno por consultora contratada, intitulado Relatório “Boas práticas de enfrentamento ao racismo no Sistema de Justiça Nacional”, que buscou abarcar o mapeamento de boas práticas e a apresentação de subsídios ao Conselho Nacional de Justiça e ao Programa Justiça Presente (Atual Fazendo Justiça), visando a elaboração de atos normativos e estratégias de advocacy para promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo estrutural, bem como de seus impactos no encarceramento da população jovem, negra e periférica.

Ademais, o CNJ editou recentemente a Resolução n. 369 de 19/01/2021, que estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de

gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3681>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração do Manual Resolução n. 369/2021 – em produção.

Outra iniciativa de destaque nesse mesmo diapasão diz respeito às pessoas em sofrimento ou com transtornos mentais ou que fazem uso de drogas em conflito com a lei. Nesse bojo, o CNJ, por meio do Eixo 3 do Programa Fazendo Justiça e da atuação da Unidade de Monitoramento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF Corte IDH / DMF / CNJ), tem se inclinado a pensar ações e estratégias de qualificação da atuação judiciária em casos que necessitam mais da intervenção da saúde e menos da punitividade criminal ou socioeducativa expressa na privação de liberdade.

Nesta esteira, faz se oportuna a realização de pesquisas que contribuam para a visibilização das minorias privadas de liberdade seja no sistema penal, seja no sistema socioeducativo, trazendo elementos sobre a atuação judicial e o tratamento destinado a essas pessoas também em medidas que extrapolem o aprisionamento.

Objetivo: Identificar como e se estão sendo aplicadas as Resoluções CNJ n. 287 de 25/06/2019 e n. 348 de 13/10/2020 pelo Poder Judiciário, revelando também o perfil sociodemográfico (idade, gênero, raça, etnia, escolaridade) dessa população que está no sistema de justiça criminal, incluindo as acusadas, rés, condenadas ou com privação de liberdade, bem como o tipo penal a essas pessoas imputado e os serviços a elas oferecido.

Do mesmo modo, realizar a mesma pesquisa/identificação no sistema de justiça juvenil e socioeducativo para aos/às adolescentes apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, incluindo o ato infracional a eles/as atribuído. Em que pese a Resolução CNJ n. 287/2019 não ter abordado a situação dos/as adolescentes, é de fundamental importância identificar como está a relação do sistema de justiça juvenil com

os/as adolescentes indígenas, considerando que o adolescente não pode ter tratamento mais gravoso que o adulto.

Identificar a estrutura dos sistemas prisionais e socioeducativos para atendimento a esse público (população indígena e LGBTI), formulando hipóteses, soluções e iniciativas de aprimoramento para o tratamento de minorias no sistema carcerário.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

Sobre a Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019 - pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade - e sobre adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação

1. Os/As magistrados/as do país têm conhecimento acerca da Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019? Estão sendo ofertadas capacitações?
2. Existem normativas específicas nos estados sobre o tratamento destinado à população indígena adulta e adolescente no âmbito da justiça criminal e justiça juvenil?
3. Qual a metodologia e sistema são utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo (Administração Prisional/Penitenciária) para identificação das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade? Sinalizar caso não haja nenhum tipo de identificação.
4. Qual a metodologia e sistema utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo para identificação dos/as adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?
5. Quantas são as pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado? Onde elas estão localizadas?
6. Quantos/as são os/as adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

7. Quem são (perfil sociodemográfico) das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade?

8. Quem são (perfil sociodemográfico) adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

9. Quais são os tipos penais imputados às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

10. Quais são os atos infracionais atribuídos aos/às adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

11. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

12. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento aos/às adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

13. É possível medir o impacto de decisões, em audiência de custódia e em audiências de instrução criminal (no caso dos adultos) ou infracional antes e após a Resolução CNJ 287/2019?

14. Há dificuldades apontadas para a aplicação da Resolução CNJ 287/2019 pelos atores do sistema de justiça? De que ordem?

Sobre a Resolução CNJ n. 348 de 13/10/2020 - população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo (LGBTI) que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente e adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, propõe-se perguntas semelhantes:

15. Os/As magistrados/as do país têm conhecimento acerca da Resolução CNJ n. 348/2020? Estão sendo ofertadas capacitações?

16. Existem normativas específicas nos estados sobre o tratamento destinado à população LGBTI adulta e adolescente no âmbito da justiça criminal e justiça juvenil?

17. Quais estruturas de privação de liberdade existem para acolher essa população? Exemplo: celas, alas ou unidades próprias, alas diferentes, unidades masculinas ou femininas.

18. Qual a metodologia e sistema são utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo (Administração Prisional/Penitenciária) para a identificação das pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade? Sinalizar caso não haja nenhum tipo de identificação.

19. Qual a metodologia e sistema utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo para identificação dos/as adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

20. Quantas são as pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado? Qual população é mais identificada?

21. Quantos/as são os/as adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

22. Quem são (perfil sociodemográfico) das pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade?

23. Quem são (perfil sociodemográfico) adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

24. Quais são os tipos penais imputados às pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

25. Quais são os atos infracionais atribuídos aos/às adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as

provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

26. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento às pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

27. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento aos/às adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

28. Há dificuldades apontadas para a aplicação da Resolução CNJ 348/2020 pelos atores do sistema de justiça? De que ordem?

I. Estratégia de desenvolvimento – principais atividades

As atividades do Projeto de Investigação respeitarão os métodos clássicos de pesquisa científica e empírica na área do Direito, fazendo uso de instrumentos tais como: questionários, entrevistas, estatísticas, estudos setoriais, doutrina, jurisprudência, consolidando, assim, estratégias diversificadas e conexas, com a finalidade de prover uma visão mais ampla e integral do objeto da pesquisa, conforme a seguir indicado.

(i) **Análise de dados** estatísticos, primários e secundários, obtidos junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e órgãos pesquisados.

(ii) **Pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa**, junto às instituições pesquisadas, envolvendo entrevistas, aplicação de questionários e coleta de informações, mediante instrumento apropriado especialmente desenvolvido para o Projeto de Pesquisa. A pesquisa de campo deverá abranger capitais, regiões metropolitanas e municípios do interior, sempre que possível.

(iii) Análise dos **autos processuais**, análise de textos de decisões, sentenças, petições, entre outras peças existentes nos autos dos processos de interesse da pesquisa.

A análise dos dados quantitativos deverá cobrir o período mínimo de cinco anos.

Anexo II

Modelo de Apresentação da Proposta de Projeto de Pesquisa

1) Dados Cadastrais

Órgão/Entidade Proponente				CNPJ
Endereço				
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento	
Nome do Responsável				CPF
CI/Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
Endereço				CEP
Esfera Administrativa ☐ MUNICIPAL ☐ ESTADUAL		☐ FEDERAL ☐ ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL		

2) Descrição da Proposta de Pesquisa

<table>
<tr><td colspan="4">Campo Temático:</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="2">Título do Projeto de Pesquisa
Indicar o título do projeto, programa ou evento a ser executado.</td><td colspan="2">Período de Execução</td></tr>
<tr><td>Início</td><td>Término</td></tr>
<tr><td colspan="4">Identificação do Objeto

Descrever o produto final do projeto, programa ou evento.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Responsável Técnico do Projeto</td></tr>
<tr><td colspan="2">Endereço</td><td>DDD/Telefones de contato (informar inclusive celular)</td><td>E-mail</td></tr>
<tr><td colspan="4">Data: / /

Assinatura

_____</td></tr>
</table>

2.1) Justificativa da Proposição

O proponente deverá demonstrar:

- A caracterização dos interesses recíprocos;
- A relação entre a proposta apresentada e os objetos estipulados no Projeto de Pesquisa; e
- O problema a ser resolvido e os resultados esperados;

2.2) Descrição Detalhada do Projeto de Pesquisa

1. Introdução
2. Objetivos (gerais e específicos)
3. Hipótese(s) e fundamentação teórica
4. Metodologia
5. Cronograma
6. Referências

3) Adequação curricular dos integrantes da equipe básica ao tema da pesquisa

Equipe Básica	Indicação de projetos, grupos de pesquisas, estudos e publicações de sua autoria e/ou participação, relacionados ao tema da pesquisa	Link para Currículo Lattes
Coordenador/a Acadêmico		
Coordenadores/as de Campo		

4) Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa (por etapa)

Fase	Produtos	Duração (meses)
1	Não se aplica	15 dias, após a assinatura do contrato
2	Produto Parcial 1	30 dias, após a assinatura do contrato
3	Produto Parcial 2	90 dias, após a assinatura do contrato
4	Produto Parcial 3 - Apresentação	210 dias, após a assinatura do contrato
5	Produto Final CNJ	270 dias, após a assinatura do contrato

6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; apresentação de resultados de pesquisa.	300 dias, após a assinatura do contrato
7	Encerramento do contrato	360 dias, após a assinatura do contrato

5) Valor e Cronograma de Pagamento

Fases	**% de Pagamento**	**Valores**
1	Não se aplica	
2	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 1	
3	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 2	
4	30% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 3	
5	30% do valor total, após a aprovação do Produto Final	
Valor Total da Proposta		

6) Assinatura do responsável pelo Projeto de Pesquisa

Data: / /

_____

(assinatura)

ANEXO III

Formulário para declaração, a ser prestada pelo representante da instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente, indicativa dos nomes dos profissionais que, vinculados à instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente representada, integrarão a equipe básica de pesquisa, caso a proposta seja aprovada pelo CNJ

DECLARAÇÃO

Eu, _____, representante legal/convencional da Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa _____,CNJP _____, DECLARO que os pesquisadores indicados na tabela abaixo estarão vinculados à equipe básica de pesquisa e à execução do contrato administrativo que venha a ser firmado com o Conselho Nacional de Justiça, caso a proposta apresentada pela instituição/fundação de apoio à pesquisa que represento seja aprovada na seleção decorrente da publicação do Edital de Convocação Pública CNJ nº 2/2021 .

Nome completo do profissional	CPF	Titulação

Localidade, data

Assinatura do representante da Instituição/Fundação de Apoio à pesquisa proponente.

ANEXO IV

Formulário para declaração, a ser prestada pelos profissionais que integrarão a equipe básica de pesquisa, caso a proposta seja aprovada pelo CNJ, indicativa do compromisso de participação efetiva nas etapas da pesquisa

DECLARAÇÃO

Eu, _____, titular do número de CPF _____, pesquisador com a titulação de _____, DECLARO que, se a proposta apresentada pela Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa _____, CNPJ _____, for aprovada na seleção decorrente da publicação do Edital de Convocação Pública CNJ nº 2/2021, participarei ativamente da execução do contrato administrativo que venha a ser firmado entre referida entidade proponente, à qual estarei vinculado, e o Conselho Nacional de Justiça.

Localidade, data.

Nome completo do pesquisador declarante.

ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

ANEXO VI

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O/a [*instituto/instituição*]**,** com sede em [*endereço*], inscrita no CNPJ nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu [*cargo do representante*], [*nome completo do representante*], RG [*xxxxxxx órgão expedidor*], e CPF [*xxxxxxxxx*] apresenta o presente **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE** e, por seu intermédio, a **CONTRATADA** obriga-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**, segredos e informações confidenciais de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas física ou jurídica não autorizadas, sem a expressa autorização do **CNJ**.

Parágrafo primeiro. As informações consideradas sigilosas para o presente **TERMO** são aquelas de interesse restrito ou confidencial do **CNJ**, cujo conhecimento não pode ser dado a terceiros, em especial:

Os dados armazenados em arquivos ou bases de dados disponibilizados pelo CNJ, sejam elas originárias das bases de dados do próprio órgão sejam bases de dados de outros órgãos ou instituições passíveis de disponibilização, mediante cooperação firmada junto ao CNJ, além de informações confidenciais para fins de uso em pesquisa ou qualquer outra atividade tal como processamento em softwares e modelos de inteligência artificial.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** reconhece ser a lista acima meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas em segredo.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atuará nas ações e/ou iniciativas relativas à pesquisa intitulada [*título da pesquisa*].

CLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** reconhece que em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação essa deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATADA** reconhece expressamente que ao término da atividade que demandou a formalização do presente Termo deverá entregar ao **CNJ** todo e qualquer material fornecido, inclusive anotações envolvendo informações sigilosas relacionadas, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A **CONTRATADA** também assume o

compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade junto ao **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA - A **CONTRATADA** obriga-se perante o **CNJ** a lhe informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dele ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – A **CONTRATADA** não deverá utilizar qualquer informação para fim diverso daquele destinado à execução das atividades inerentes ao contido no PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA PRIMEIRA do presente TERMO.

CLÁUSULA OITAVA - Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Neste caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA NONA – Para realização de transferência de dados, deverão ser observados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA - Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em privilégio a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

PESQUISADOR

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JOHANESS ECK

Diretor Geral - CNJ

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. ___/2021. CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A _____, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n° ____).

A UNIÃO, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA,** sediado SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **JOHANESS ECK**, Identidade n. XXXXXX SSP/SP e CPF n.XXXXXXXXX, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.XX, de XX de XXXXXX de xxxx, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa _____, com sede _____, CEP _____, telefone (___) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, RG n. _____ e CPF n. _____,celebram o presente contrato com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, no Edital de Convocação n. 02/2021 do **CNJ**, publicado no Diário Oficial da União de xx de xxxxxxx de 2021, observando-se o que consta nos Processos nos 08400/2020, 02141/2021 e 04929/2021, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é a realização de pesquisa intitulada "_____", com o objetivo de investigar assuntos de interesse do **CONTRATANTE**, observados o Edital de Convocação n. 2/2021 do **CNJ** e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrariem.

Parágrafo único – O presente contrato fica vinculado ao Edital de Convocação, à portaria de dispensa de licitação e à proposta vencedora do chamamento público.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto do presente contrato será indireta por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA **TERCEIRA –** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

b) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

c) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

d) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

f) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

g) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

h) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

i) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

b) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral:

c) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

d) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

e) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

f) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

g) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

h) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

i) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

j) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

k) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

l) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição representada;

m) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

n) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

o) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

p) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

q) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme Anexo VII) assinado por todos os membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

r) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

s) O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -- TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

t) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

u) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

v) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ;

x) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

z) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

aa) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020); e

ab) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

Parágrafo primeiro - A inadimplência da **CONTRATADA** na quitação dos encargos estabelecidos na alínea “q” desta cláusula, não resultará em vínculo de subsidiariedade com a **CONTRATANTE** pelo seu pagamento, também não onerará o objeto deste contrato.

Parágrafo segundo - A **CONTRATADA** será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas na execução dos trabalhos ou na utilização de materiais.

Parágrafo terceiro - Qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente contrato somente poderá ser realizada mediante prévia autorização e aprovação do **CONTRATANTE**, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e à Série "Justiça Pesquisa", com referência específica à edição de correspondência.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA deverá executar integralmente o objeto da contratação, sendo vedado subcontratar e/ou terceirizar parcial ou integralmente a execução do objeto do contrato.

Parágrafo quinto - Os Coordenadores de Pesquisa deverão prever duas visitas à sede do CNJ para discussão do andamento da pesquisa. A data de cada uma das visitas será informada tempestivamente pela Comissão de Acompanhamento.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo **CNJ** para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

II – o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

III – a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

Parágrafo primeiro. Os relatórios parciais e final deverão ser entregues na forma eletrônica para fins de editoração e publicação pelo DPJ.

Parágrafo segundo. De acordo com o interesse do **CNJ**, poderão ser realizadas reuniões presenciais, preferencialmente em Brasília, ou por meio de videoconferência, em qualquer uma das fases da pesquisa, às expensas da **CONTRATADA.**

Parágrafo terceiro. O **CNJ** comunicará à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, suspendendo, se for o caso, os pagamentos restantes, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto. No prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação, o **CNJ** analisará as justificativas e emitirá parecer em igual prazo.

Parágrafo quinto. Em caso de dano, o **CONTRATANTE** realizará a apuração e comunicará o fato à instituição selecionada para que seja ressarcido o valor correspondente em 30 dias. O não atendimento das medidas saneadoras ensejará a instauração do processo adequado.

Parágrafo sexto. Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de alterações no Cronograma de Pagamento, Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa ou de prazos e atividades específicas do projeto de pesquisa, estas deverão ser acordadas entre o Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e o Coordenador da pesquisa, devendo constar o registro das alterações nos autos do processo administrativo.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA SEXTA – Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência:

a.1) por não entrega de documentação simples;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% do valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja

configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos;

b.8) 20% do valor total do contrato, nos casos de inexecução total, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”;

e) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

e.1) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento e que são passíveis de ajustes em complementação do produto, dada a natureza própria da atividade de pesquisa científica. Não serão considerados “desatendimento às solicitações do CNJ” impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

e.2) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

e.3) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

e.4) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo primeiro. As sanções previstas nos itens *“a”*, “*c”* e “*d”* desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Contrato por inexecução total da obrigação nos termos da Lei.

Parágrafo segundo. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo, assegurando à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo terceiro. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo quarto - Para exigir a pena convencional, não é necessário que a CONTRATANTE alegue prejuízo (Código Civil, artigo 402). No entanto, de comum acordo, em conciliação, desde que não haja prejuízo ao Erário e/ou desde que o prejuízo ao Erário esteja integralmente ressarcido, a CONTRATANTE poderá substituir a **possível** aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido que seja expressamente veiculado pela contratada, na defesa prévia. A substituição prevista neste dispositivo:

I - poderá ser realizada no máximo duas vezes, ao longo da vigência do contrato, desde que referida a condutas diferentes entre si identificadas pela primeira vez na execução do contrato;

II - somente ocorrerá nas hipóteses em que o gestor do contrato apresente manifestação favorável, fundamentada:

a) no histórico do relacionamento existente entre a contratada e o CNJ;

b) na descrição dos indícios eventualmente existentes de que a substituição requerida atenderá ao interesse público; e

c) na descrição dos indícios, eventualmente existentes, de que o inadimplemento identificado não causará prejuízo significativo ao prazo previsto para cumprimento do objeto do contrato.

III - estará condicionada à assunção, pela contratada, em documento subscrito pelo preposto e pelo representante legal/convencional, do compromisso de que serão adotadas providências eficazes:

a) para saneamento dos efeitos do inadimplemento identificado, em prazo a ser definido pela Secretaria de Administração do CNJ; e

b) para evitar que outros inadimplementos quaisquer ocorram.

Parágrafo quinto - Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Parágrafo sexto - Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O objeto do presente contrato será recebido na forma dos arts. 73 a 76 da Lei 8.666/1993:

Parágrafo primeiro. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Parágrafo segundo. O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

a) complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

b) complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

c) complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

Parágrafo terceiro. A Comissão de Acompanhamento, ao receber o produto, definirá, em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

Parágrafo quarto. A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O pagamento será efetuado ao término da execução de cada fase da pesquisa, nos termos do cronograma de pagamento previsto no Anexo A, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo disposto nos art. 5º, §3º, ou art. 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal, de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito - CND, comprovando regularidade com o INSS; da Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais, comprovando regularidade com a Fazenda Federal; do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

b) Entrega do relatório/produto indicado na proposta para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos na Cláusula Quarta; e

c) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA.**

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá apresentar ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 do Edital de Convocação:

b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos item 10 do Edital e, em especial, o subitem 10.2.8 do Edital de Convocação.

Parágrafo segundo - As notas fiscais em desacordo com o estabelecido neste instrumento contratual, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o seu pagamento, serão devolvidas à **CONTRATADA** e, neste caso, o prazo previsto nesta cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Parágrafo terceiro - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Parágrafo quarto – Para o pagamento relativo à última fase da pesquisa, deverá ser observado o disposto na alínea “h” da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA NONA – Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos neste contrato, devendo os custos respectivos estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da **CONTRATADA**.

DO VALOR

CLÁUSULA DEZ – O valor global do presente contrato é de **R$ XXX.000,00** (XXXXX mil reais).

Parágrafo único. O pagamento será parcelado, na forma do cronograma de pagamento previsto no Anexo A deste contrato.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA ONZE – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DOZE – Este contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TREZE – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de recursos consignados ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União de 2021, no Programa de Trabalho _____, Natureza de Despesa: _____.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUATORZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUINZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, constitui motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

Parágrafo único – Caso a CONTRATADA venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a CONTRATADA mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DO FORO

CLÁUSULA DEZESSETE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZOITO – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção III, conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZENOVE – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo Diretor-Geral do CONTRATANTE, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Brasília, de de 2021.

Pelo **CONTRATANTE** Pela **CONTRATADA**

JOHANESS ECK

Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo para a seleção de instituições de pesquisa a serem contratadas para a realização das pesquisas empíricas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480).

2. Conforme o "Edital Resultado de Seleção da Convocação Pública n. 2/2021" (1211207), publicado no DOU, de 19 de novembro de 2021, as seguintes instituições e respectivas propostas foram selecionadas como 1ª colocadas:

- Fundação Getúlio Vargas – FGV, para o **Tema 1**: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal, com a Proposta (1177187);
- Universidade de São Paulo – USP, para o **Tema 2**: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário, com a Proposta (1177289);
- Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, para o **Tema 3**: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos; e **Tema 5**: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento, com as Propostas (1177311 e 11778303, respectivamente);
- Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, para o tema **Tema 4**: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais, com a Proposta (1177375);
- Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE, para o **Tema 6**: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade, com a Proposta (1177971).

3. As unidades da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT n. 1113902 e Despacho SCONT n. 1123371) e a disponibilidade orçamentária

(Despacho SEPOR n. 1146610 e itens 4 e 5 do Despacho DG n. 1147380).

4. Cabe registrar que, por meio do SICAF e Certidão Estadual (fls. 1 e 2, respectivamente do arquivo SEI n. 1228077), foi possível verificar apenas a regularidade Federal e Estadual da Universidade de São Paulo - USP, selecionada para o Tema 2. Como a certidão municipal constante dos autos (fls. 4/6 do arquivo SEI n. 1200591) está vencida, mesmo considerando a prorrogação de sua vigência por mais 90 (noventa) dias, concedida pela Portaria (fl. 7 do arquivo SEI n. 1200591), foi solicitado à USP, por *e-mail*, o envio de documentos que comprovassem a regularidade municipal da instituição. Após tratativas internas, em resposta (*e-mail* fl. 3 do arquivo SEI n. 1228077), a USP informou o que segue transcrito abaixo:

> "Acabo de conversar com o Departamento Financeiro da Reitoria (DF) e a informação que nos deram foi a seguinte.
>
> A USP e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) estão envolvidas em um processo que tramita no judiciário devido a um desacordo em relação à cobrança do IPTU referente aos imóveis doados à Universidade por conta de heranças vacantes.
>
> A PMSP entende que a USP deve se responsabilizar por todo o débito existente, inclusive aquele anterior à data da doação, enquanto a Universidade entende o contrário, isto é, que só pode ser cobrada pelos valores apurados após o imóvel ter se tornado seu.
>
> Por este motivo, a certidão não pode ser emitida, o que está afetando vários convênios, e a Procuradoria Geral da USP (PG) está empenhada em obter uma nova portaria da Secretaria da Fazenda da PMSP que prorrogue novamente a validade da certidão que a Profa. Luciana já apresentou.
>
> Infelizmente, é impossível prever uma data para a solução da questão, mas, ainda segundo o DF da Reitoria, há a expectativa de que isto ocorra a qualquer momento já que a PG permanece atuando neste caso diariamente. "

5. Como não foi possível comprovar a regularidade municipal da USP, conforme relatado acima, neste momento, deixarei de incluir a referida instituição no ato de declaração de dispensa de licitação para contratar a pesquisa relativa ao Tema 2 do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480). Todavia, a Secretaria de Administração, juntamente com a unidade demandante (Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ), acompanhará a regularização da situação fiscal da instituição, visando a declaração de dispensa de licitação e formalização de contrato para o Tema 2.

6. Em relação às demais instituições, os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração constam dos SICAFs e Certidões descritos na tabela abaixo:

INSTITUIÇÃO	TEMA	SICAF e Certidões
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	1228073

Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	1228083
	Tema 5	
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	1228086 (SEDE)
		1228089 (FILIAL)
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	1228089

7. Registre-se que, em resposta ao questionamento enviado pelo CNJ, a instituição APC/PUCPR (Tema 4) informou (por *e-mail*, fl. 4 do arquivo SEI n. 1228089) que o CNPJ que deverá constar do contrato é o 76.659.820/0003-13 relativo à filial.

8. Conforme demonstrado na Lista de Verificação 1228098, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

9. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU n.1124646, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso XIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que consigna:

> *"Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *[...]*
>
> *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.*"

10. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria 112/2010, de 04/06/2010, e no inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, e considerando os fatos relatados no item 5 deste expediente, **declaro a dispensa de licitação** para contratar as instituições descritas no quadro abaixo, no valor total de **R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais)**, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480):

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00

Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

11. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para que, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das instituições supramencionadas.

12. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos **à Seção de Compras** para a publicação do ato no Diário Oficial da União, com posterior remessa **à Secretaria de Orçamento e Finança**s para emissão das notas de empenho, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ n. 1218806, e após, à Seção de Gestão de Contratos, para providências afetas à formalização das contratações.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 15/12/2021, às 10:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228137** e o código CRC **A7245E8B**.

DESPACHO

1. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU 1124646 e do Despacho SAD 1228137, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. XIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais), e **autorizo** a contratação das empresas listadas abaixo, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00
Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ 1218806.

4. À Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), para providências afetas à formalização das contratações.

5. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229700** e o código CRC **0012D111**.

02141/2021 1229700v4

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:31
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	389

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/12/2021	Global	02141/2021	-	150.923,60

Favorecido

Código	Nome
06.070.152/0001-47	INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA

Endereço	CEP
QUATA 300 VILA OLIMPIA	04546-042

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
22	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	XIII	-

Descrição

02141/2021 - CONTRATAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS OBJETO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2021 DA 5ª EDIÇÃO DA SÉRIE JUSTIÇA PESQUISA (1148480).
CONFORME DESPACHOS DPJ 1218806, SAD 1228137 E DG 1229700.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
003	16/12/2021 15:47:55	Alteração

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:31
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	150.923,60

Subelemento 51 - SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS CIENTIFICAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS - TEMA 3: LAVAGEM DE DINHEIRO, CORRUPÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROPOSTAS (1177311) E PB (1103760).	75.400,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/12/2021	Inclusão	1,00000	75.400,0000	75.400,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS - TEMA 5: MORTES SOB CUSTÓDIA PRISIONAL NO BRASIL - PROCEDIMENTOS DE REGISTRO, APURAÇÃO, COMPREENSÃO DO FENÔMENO, PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E SUGESTÕES DE APRIMORAMENTO. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROPOSTAS (11778303) E PB (1103760).	75.523,60

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/12/2021	Inclusão	1,00000	75.523,6000	75.523,60

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Gestor Financeiro
GETULIO VAZ	WERNNE PEREIRA E SILVA
***.348.651-**	***.924.564-**
16/12/2021 15:47:55	16/12/2021 15:27:52

Versão	Data/Hora	Operação
003	16/12/2021 15:47:55	Alteração

Dispensa de Licitação



5ª Edição da Série “Justiça Pesquisa”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Edital de convocação pública **15**
Declaração de dispensa de licitação **97**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **101**
Nota de empenho **102**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Contratação de pesquisas empíricas sobre os seguintes eixos temáticos: "*Direitos Humanos e do Meio Ambiente*; *Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional*; *Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos*; e *Promoção do Acesso à Justiça Digital*", decorrente do 2º Edital de Convocação da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa, que atenda aos requisitos definidos no Estudos Preliminares e no Edital.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

São partes interessadas:

1. **Sociedade**: as pesquisas apresentam diagnóstico do Poder Judiciário brasileiro;
2. **Plenário**: as pesquisas realizadas pelo DPJ podem subsidiar a elaboração de políticas públicas pertinentes aos aspectos analisados;
3. **Projetos em andamento no Conselho Nacional de Justiça**: as pesquisas podem se relacionar diretamente ou indiretamente aos objetos dos projetos realizados pelo CNJ; e
4. **Departamento de Pesquisas Judiciárias**: a realização de pesquisas e diagnósticos do Poder Judiciário é parte das atribuições desse departamento, conforme os itens 7.2, I e II do Manual de Organização do CNJ e art. 5º, § 1º, II e III da Lei nº 11.364/2006.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como órgão integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e a avaliação de políticas judiciárias em curso.

Para bem cumprir essa missão institucional, o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) propôs a realização da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Neste edital, pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisas empíricas de interesse do Poder Judiciário, com alto nível de excelência, adotando o caráter instrumental das políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

As contratações das pesquisas decorrentes da "5ª Edição da Série Justiça Pesquisa" harmonizam-se com os seguintes objetivos estratégicos, previstos no art. 3º, II, III e IV da Portaria Presid/CNJ nº 104/2020:

II – aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de políticas judiciárias;

III – fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário; e

IV – promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica.

Esclarece-se que não constam no Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, objetivo estratégico diretamente relacionada à realização de pesquisas como existia no Item II dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015 – 2020.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A presente contratação é indispensável para cumprimento dos objetivos institucionais do Departamento de Pesquisas Judiciárias de acordo com a previsão normativa do art. 5º da Lei n. 11.364/2006:

Art. 5º Funcionará, junto ao Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ, com sede na Capital Federal.

§ 1º Constituem objetivos do DPJ:

[...]

II - desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

III - realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

IV - fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias;

[...]

§ 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o Conselho Nacional de Justiça poderá: (Redação dada pela Lei nº 11.618, de 2007)

I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, no campo de sua atuação;

II - celebrar contratos com pessoas físicas e jurídicas especializadas.

Por se tratar de contratação de trabalho intelectual incorpóreo, não se aplicam os requisitos de acessibilidade e possui pouco impacto quanto à sustentabilidade, tendo em vista que as entregas são feitas de forma digital e o trabalho é realizado na sede do contratado. Os requisitos técnicos consistem nos quatro eixos temáticos acima destacados, assim como nos subtemas que serão apresentados no futuro projeto básico. Esses requisitos técnicos, que pautarão o trabalho intelectual e instituirão obrigações aos contratados, também foram traçados a partir da reunião do Conselho Consultivo do DPJ (órgão instituído pelo art. 6º da Lei n. 11.364/2006) ocorrida em 02 de março de 2021.

As futuras contratações deverão cumprir o detalhamento previsto em cada plano de pesquisa, anexos ao futuro ao Edital, elaborados para os respectivos temas e que conterão os requisitos e especificações de cada linha de pesquisa. A pesquisa a ser desenvolvida privilegiará a metodologia empírica ou dogmática, conforme o tema a ser desenvolvido na contratação. as pesquisas obedecerão critérios técnicos e normativos usuais nas pesquisas científicas..

O requisito geral do Segundo Edital de Convocação Pública da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa é o de que as futuras

pesquisas a serem contratadas analisem e apresentem a realidade de diversos aspectos da prestação jurisdicional no Brasil, representados pelos temas abaixo relacionado, e que sejam demonstrados diagnósticos qualificados cientificamente que possam subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais para o Poder Judiciário baseadas em evidências.

Os temas integrantes do 2º Edital da 5º Série do Justiça Pesquisa são os a seguir relacionados e serão devidamente detalhados no Projeto Básico.

1. Direitos Humanos e do Meio Ambiente;
2. Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional;
3. Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos; e
4. Promoção de Acesso à Justiça Digital.

São elegíveis para a contratação instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior, fundações de apoio à pesquisa e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa.

3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

Fase 1 - Avaliação dos Projetos, com entrega dos seguintes documentos

4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

4.2) A prova de inscrição no CNPJ;

4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;

4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição/fundação de apoio à pesquisa;

4.5) Link do Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa; 4.6) Declaração de vinculação mútua entre a instituição/fundação de apoio à pesquisa e os pesquisadores da Equipe Básica; e

4.7) Comprovação da vinculação da Instituição/fundação de apoio à pesquisa com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

A documentação mencionada deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição/fundação de apoio à pesquisa a ser contratada:

1) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

2) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no item 3.4 do Edital; e

3) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

Fase 2 - Avaliação de habilitação jurídica, com entrega dos seguintes documentos:

1) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei de Licitações”);

5) declaração expressa da instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;

6) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

As soluções disponíveis no mercado não apresentam similaridade às pesquisas pretendidas pelo CNJ. Grande parte das pesquisas são realizadas por instituições públicas que possuem entre as suas atribuições regimentais ou legais de fomento a pesquisas como, por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), o Senado Federal (SF) e o Ministério da Justiça (MJ). Em razão dessa diferença de natureza jurídica, as práticas dessas instituições são bastante específicas e estão relacionadas a modos de financiamento no desenvolvimento de pesquisas próprias ou de pesquisadores ligados a universidades e programas de pós-graduação, ou ainda, no desenvolvimento de pesquisas de opinião e de implementação de políticas públicas.

O tipo de contrato adotado pelo CNJ é o de prestação de serviço, cuja execução apresenta níveis diversos de obrigações e responsabilidade para as partes substancialmente diferentes daqueles decorrentes dos modelos típicos das atividades de fomento.

O contrato de prestação de serviço adotado pelo CNJ privilegia o desenvolvimento de pesquisa com sólida metodologia científica a qual deslinde realidades sobre temas relativos ao universo do Poder Judiciário e contribua para subsídios voltados ao aperfeiçoamento de políticas públicas.

3.1.1. Histórico da “Série Justiça Pesquisa”

A “Série Justiça Pesquisa” iniciou-se por meio dos contratos realizados em 2013 e teve sua última edição em 2020, conforme tabela abaixo:

Justiça Pesquisa						
	Contrato	**Pesquisas**	**Instituição**	**Aditivos**	**Prorrogações**	**Observação**
1 SÉRIE	14/2013	Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional	Fundação Carlos Alberto Vanzolini	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 4 de junho de 2014	
	15/2013	Tempo médio dos processos de adoção no Brasil: uma análise dos impactos da atuação do Poder Judiciário	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 3 de junho de 2014	
	17/2013	A força normativa do direito judicial: uma análise da aplicação prática do precedente no direito brasileiro e dos seus desafios para a legitimação da autoridade do Poder Judiciário	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	-	-	
	18/2013	Perfil do acesso à justiça no Brasil – juizados especiais cíveis	Universidade de São Paulo	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 2 de junho de 2014	
	21/2013	Lei de Improbidade Administrativa: entraves à efetividade e combate aos atos de improbidade	Fundação Universidade de Itaúna	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 21 de junho de 2014	
	22/2013	Processos coletivos no Brasil: Estudo diagnóstico sobre os problemas e propostas de aprimoramento dos instrumentos processuais coletivos para uma prestação jurisdicional mais eficiente	Universidade de São Paulo	-	-	
	25/2013	Estudo Multicêntrico sobre as relações entre Sociedade, Gestão e Judiciário na efetivação do direito à saúde	Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva	-	-	
	26/2013	Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
2 SÉRIE	11/2016	Os Maiores Litigantes nas Ações Consumeristas na Justiça Estadual: Mapeamento e Proposições	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	
	12/2016	Pilotando a Justiça Restaurativa: o Papel do Poder Judiciário.	Fundação José Arthur Boiteux	-	-	
	13/2016	Ações Coletivas no Brasil: o processamento, o julgamento e a execução das tutelas coletivas	Sociedade Brasileira de Direito Público	-	-	
	15/2016	Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
	17/2016	Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	-	-	
	25/2016	uma análise quantitativa e qualitativa de Impacto da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na produtividade dos Tribunais	Fundação Getúlio Vargas	-	-	
3 SÉRIE	18/2017	Modelos alternativos de gestão de processos e celeridade processual: a política de especialização de competências, a unificação de serventias e a melhoria da prestação jurisdicional no Brasil	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	Recebimento após encerrada a vigência contratual. Parecer AJUR nº 0586514
	04/2018	Justiça Criminal, Impunidade e Prescrição	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 4/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	05/2018	Judicialização da saúde no Brasil: Perfil das demandas, causas e propostas de solução	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 5/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	08/2018	A efetividade da política judiciária em matéria de oitiva de crianças na Justiça Estadual com foco na recomendação nº 33/2010 do CNJ e na implementação da Lei nº 13.431/2017	Fundação Edson Queiroz	-	-	
	12/2018	Mediação e Conciliação: obstáculos e incentivos na Justiça Cível	Universidade de São Paulo	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 12/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	15/2019	Influências recíprocas entre a imprensa jornalística impressa e digital e o sistema de justiça: papéis compartilhados na superlotação e superpopulação carcerária no Brasil	Centro de Análise e Planejamento – CEBRAP	1	a) prorrogar os prazos de entrega das Fases 5 e 6, nos termos do Anexo; e b) prorrogar o contrato em epígrafe por duas vezes.	
	16/2019	A judicialização de Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 4	
	18/2019	Encarceramento, políticas públicas e atuação da Justiça em territórios de vulnerabilidade social	Universidade de São Paulo	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 5 e 6	

4 SÉRIE	27/2019	Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do novo CPC	Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 4, 5 e 6	
	31/2019	Negros como sujeitos da justiça: um estudo comparado da jurisprudência brasileira", referente ao Campo Temático 1, "Diagnóstico da situação do negro do sistema de justiça	Centro de Pesquisa e Ensino em Ciências Sociais – CEPECS	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 2 (Produto Parcial 1), por mais 15 (quinze) dias	**Rescisão**
				2	prorrogação do prazo de entrega das Fases 3 e 4 (Produto Parcial 2 e Produto Parcial 3 – Apresentação), por mais 50 (cinquenta) dias	
				3	O presente contrato fica prorrogado de 07 de novembro de 2020 a 07 de fevereiro de 2021	
5ª Série	**Em Andamento**					

Convém ressaltar que a Série Justiça Pesquisa vem passando por processos de constante aprimoramento considerando as experiências acumuladas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, na interação com as instituições selecionadas em seus editais e na interlocução com as demais unidades deste Conselho. São ilustrativos desse processo de aperfeiçoamento as recomendações feitas pela Secretaria de Auditoria no Processo SEI nº 08575/2018, cujo relatório apresentou suas conclusões no documento 0675324. Variadas modificações vêm se produzindo na Série Justiça Pesquisa com vistas a tornar o procedimento do Projeto mais eficaz. Além disso, o DPJ possui o suporte de seu Conselho Consultivo (Processo SEI nº 12815/2018) cuja composição e atribuições são definidas na Portaria Pres/CNJ nº 141/2018 (documento SEI nº 0566679).

Nesse sentido, seguem considerações acerca do histórico de contratações da Série Justiça Pesquisa, em suas especificidades e necessidades.

1. A Forma de Contratação

As contratações decorrentes dos editais da "Série Justiça Pesquisa", desde a sua publicação inaugural (2013) até os atuais contratos (2019), ocorreram por meio da dispensa de licitação prevista no art. 24, XII da Lei nº 8.666/93, ou seja, a "contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

Assim, as contratações sempre foram feitas por meio de processos públicos de seleção, a partir da publicação de Edital Público chamando as instituições que atendessem os requisitos legais para apresentarem suas propostas e projetos de pesquisa, conforme se vê no Processo SEI nº 01377/2019, que formalizou os procedimentos de contratação da "4ª Edição da Série Justiça Pesquisa".

A princípio, os requisitos legais para essa espécie de dispensa de contratação direta com base no dispositivo legal mencionado acima, se restringem a:

a) que a instituição seja brasileira;

b) incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional ou, ainda, dedicada à recuperação social do preso;

c) detentora de inquestionável reputação ético profissional; e

d) sem fins lucrativos.

No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) exige ainda que o objeto do contrato guarde estreita correlação com as atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional especificadas no estatuto da entidade prestadora dos serviços, observado sempre a razoabilidade do preço cotado.

Ademais, a Súmula nº 250 do TCU dispõe que:

A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

Percebe-se, dessa forma, que, apesar da permissão para a não realização da licitação, há restrições nas instituições possíveis de serem contratadas, bem como do objeto contratual a ser desenvolvido por meio dessa forma de contratação, pois limita a escolha às instituições brasileiras sem fins lucrativos incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e detentoras de inquestionável reputação ético-profissional.

De outro lado, o TCU permite a contratação Fundações de Apoio à Pesquisa com base no mesmo permissivo legal de dispensa, desde que o objeto do contrato seja compatível com os objetivos fins da Fundação de Apoio e que sejam observadas as exigências previstas no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, na Súmula 250 do TCU, acima transcrita, e na Lei nº 8.958/1994, conforme Parecer AJUR 1030709.

Assim, o permissivo representa forma de valorização das instituições de pesquisas sem fins lucrativos, como universidades e fundações de apoio à pesquisa, o que se apresenta em consonância com os objetivos da "Série Justiça Pesquisa".

Desse modo, as contratações pretendidas têm como fundamento jurídico a dispensa de licitação prevista no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, que será precedida de procedimento prévia de seleção, cujos requisitos serão detalhados no Projeto Básico e no Edital. Ainda, serão feitas alterações que decorrem de aprendizados decorridos das execuções contratuais das séries anteriores.

Conforme já esclarecido nos Estudos Preliminares aprovados para 1º Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa (1010633), houve necessidade de ajuste no modelo de multas, nos prazos contratuais atribuídos à comissão de acompanhamento e na adoção preferencial de rescisão amigável, cujos fundamentos serão a seguir repetido (itens 2, 3 e 4), uma vez que o processo de seleção iniciado por meio do mencionado Edital não foi concluído e consequentemente não foi firmado o contrato correspondente.

2. Considerações Sobre as "Multas" dos Contratos da "Série Justiça Pesquisa".

Importante tecer considerações a respeito das multas fixadas nos contratos da 4ª edição da "Série Justiça Pesquisa", haja vista a situação enfrentada durante o procedimento administrativo (Processo SEI nº 07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546), apontada no Despacho DPJ nº 0956500, conforme transcrição abaixo:

Contudo, no caso concreto, a aplicação da multa parece desproporcional pois seria maior que o proveito financeiro auferido pela empresa, pois conforme destacado alínea "b" do §4º dessa Informação, a contratada recebeu até agora R$ 29.003,00 (0850191), correspondentes à 10% do valor total do contrato. De outro lado, a multa prevista no item "b.16" da cláusula sexta do Contrato CNJ nº 31/2019 é de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, ou seja, R$ 43.504,50 (0933304), ou seja, a contratada, no caso de aplicação da multa rescisória deverá pagar à Administração R$ 14.501,50.

Os contratos em execução preveem que a base de cálculo de incidência da alíquota será o valor total do contrato, como por

exemplo a Cláusula Sexta do Contrato CNJ nº 15/2019. Destaca-se que iguais alíquotas e base de cálculo foram adotadas nos demais contratos da 4ª Edição da "Série Justiça Pesquisa".

Ademais, os contratos das Séries Justiça Pesquisa são resultantes da permissão de dispensa contida no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93, e, portanto, sempre serão realizados com entidades sem fins lucrativos, que não auferem, com o pagamento percebido, lucro dos serviços prestados. Dessa forma, é importante a reflexão sobre a natureza jurídica da contratação, bem como da instituição no momento de construção contratual das multas.

Outra consideração importante é que a atividade de pesquisa, ainda que em seus produtos intermediários, sempre exige realização de atividade intelectual, o que deve ser considerado nos momentos de fixação de multas ou rescisão contratual.

Assim, aparentemente, parece ser necessária uma revisão dos percentuais fixados para as multas contratuais de modo a preservar a proporcionalidade e razoabilidade exigida na aplicação das sanções administrativas, conforme transcrições do Voto do Acórdão nº 2832/2012 – TCU – Plenário:

> 5. Ademais, **o quantum concernente à multa a ser aplicada ocorre após a oitiva do contratado, ocasião em que são examinadas e sopesadas as falhas e inadimplências questionadas. Esse procedimento tem o condão de concretizar proporcionalidade e razoabilidade da conduta em relação à penalidade a ser aplicada**.
>
> (...)
>
> 8.É correta a preocupação da Secex/SP de que o órgão promotor**observe os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante estabelecimento, nos contratos de prestação de serviços, de cláusulas de penalidades específicas para serviços executados em desconformidade, com previsão de punições proporcionais ao descumprimento**. Assim, é pertinente que se recomende tal prática, como aperfeiçoamento da gestão pública. (g.n.)

O mencionado Acórdão ainda registrou a seguinte recomendação:

> 9.4. recomendar à Procuradoria da República no Estado de São Paulo que, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, estabeleça, nos contratos relativos à prestação de serviços de vigilância armada e desarmada e de segurança patrimonial, cláusulas de penalidades específicas aos serviços executados em desconformidade, prevendo punições proporcionais ao descumprimento; e

Ademais, o "Anexo I: Diretrizes para dosimetria", do Manual de Aquisições do CNJ, prevê como base de cálculo para aplicação de multas, o valor pago mensalmente. No caso em tela, os pagamentos decorrem da aprovação dos produtos entregues.

Dessa forma, sugere-se que a base de cálculo das multas contratuais da "Série Justiça Pesquisa" seja o valor percebido até o momento da aplicação da penalidade e que a alíquota guarde proporcionalidade e razoabilidade aos produtos entregues e o valor percebido pela contratada. Para tanto, **sugere-se que seja inserida cláusula estipulando que o valor máximo da multa seja limitado ao valor percebido pela Contratada, de forma a evitar a desproporcionalidade das penalidades**.

3. Considerações sobre os Prazos Contratuais atribuídos à Comissão de Acompanhamento.

Conforme os acompanhamentos contratuais dos Contratos CNJ nº 15/2019, nº 18/2019 e, registrados respectivamente nos Processos SEI nº 09109/2019, nº 10027/2019 e 11544/2019, é possível perceber que o prazo deferido contratualmente às Comissões de Acompanhamento para análise dos produtos entregues e emissão das Notas Técnicas não é suficiente para tal mister.

O Despacho SEGEC 0971400 relata a ocorrência de atrasos nas entregas das Notas Técnicas dos contratos mencionados acima, o que demonstra as dificuldades com o prazo exíguo deferido contratualmente às comissões de acompanhamento. O estabelecimento dos prazos de análise das comissões evitará a publicação de aditivos com essa finalidade e da sobrecarga dos setores envolvidos no processo, conforme Despacho SEGEC 0971400. A necessidade de aditivar constantemente os contratos com vistas à adequação dos prazos contratuais à realidade administrativa da unidade demandante demonstra que o modelo estabelecido gera dificuldade para os gestores contratuais e para as unidades encarregadas do acompanhamento contratual.

É importante destacar que os produtos entregues, conforme as fases de execução da pesquisa são de complexidades variáveis. Desta forma, existem produtos com complexidade mínima e aqueles cuja análise demandará dias ou será necessário que se busque ajuda de outros integrantes do Departamento de Pesquisas Judiciárias, como por exemplo, estatísticos, nas verificações que envolvam análises quantitativas.

Dessa forma, **sugere-se a alteração do prazo único de 15 dias concedidos à Comissão de Acompanhamento, por prazos escalonados, segundo a complexidade do produto recebido**. Sugere-se adotar o modelo abaixo:

O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

A) *complexidade 1*: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

B) *complexidade 2*: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

C) *complexidade 3*: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definirá em 5 dias, o grau de complexidade e informará, por e-mail, a SEGEC e a Contratada.

4. Considerações sobre a possibilidade da adoção da rescisão amigável [EW1] *para se encerrar o contrato.*

É de se destacar ainda que o procedimento administrativo (Processo SEI nº07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546 e Despacho DPJ nº 0956500) demonstrou a situação de rescisão contratual que ainda não chegou ao seu deslinde, mas que apresenta como fundamento fático divergências metodológicas e intercorrências decorrentes da pandemia de Covid-19.

Nesses casos ou naqueles em que a pesquisa perde seu objeto ou situações em que se torna inviável a execução, por não haver dano patrimonial relevante à Administração, deve-se avaliar a possibilidade da adoção de rescisão amigável dos contratos, desde que presentes os requisitos da Lei nº 8.666/1993 e resguardados os direitos da Administração.

Como já destacado anteriormente, as instituições contratadas são sempre sem fins lucrativos e a atividade de pesquisa ainda que não haja produto aprovado, demanda atividade intelectiva, que deve sempre ser considerada, em especial no momento de rescisão contratual.

A mesma cláusula de rescisão amigável também foi utilizada em outros contratos firmados no CNJ, como os existentes no SEI 1072175 e no Contrato n. 28/2018 (SEI 0557428).[EW2]

5. Considerações sobre a habilitação das proponentes

Serão exigidos das instituições proponentes, na fase de avaliação das propostas[EW3] :

1. *os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;*
2. *a prova de inscrição no CNPJ;*
3. *o estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;*
4. *documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição;*
5. *currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa, indicando o link de acesso;*
6. *declaração de vinculação mútua entre a instituição e os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.*

Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

1. *prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;*
2. *prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);*
3. *prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;*
4. *documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – "Lei de Licitações");*
5. *declaração expressa da instituição interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;*
6. *documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011)*

3.2 Identificação das opções disponíveis

As experiências que mais se aproximam ao que pretende o CNJ são os casos do Senado, do Ministério da Justiça, do CNPq, da FINEP e da Presidência da República. Essas entidades publicam editais para a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para a realização de pesquisas, que se responsabilizam por coletar os dados, analisá-los e elaborar relatórios analíticos e executivos.

Nos casos das pesquisas a serem contratadas pelo CNJ, as instituições, em suas propostas, descrevem a metodologia e a forma de execução de pesquisas, cujo objeto apresenta-se vinculados aos temas propostos no Projeto Básico e no Edital.

Ademais, é necessário, como forma de garantir a qualidade do objeto contratual, que a pesquisa seja executada por profissionais com níveis acadêmicos predeterminados no Projeto Básico e no Edital.

O CNJ, em seu Edital, apresentará os campos temáticos e selecionará instituições de ensino e/ou pesquisa para a produção desses estudos, desde que a proposta atenta ao disposto no Projeto Básico e no Edital.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, não fará designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados; não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo. Nesse contexto, as instituições contratadas possuirão maior liberdade acadêmica para que desenvolvam suas escolhas teórico-metodológicas e suas atividades de pesquisa, visando ao aperfeiçoamento dos serviços e das políticas judiciárias.

As exigências do CNJ são que as pesquisas a serem contratadas sejam voltadas à realização de diagnósticos e proposta de soluções potenciais aos problemas postos na prestação jurisdicional (descritos nos temas elencados na chamada pública), sendo de responsabilidade do contratado a apresentação e o desenvolvimento de técnicas pertinentes para a obtenção de dados e análise desses.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos para que eles melhor atendam aos seus objetivos.

	Opções Identificadas	**Especificação do produto/serviço** **Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.**	**Quantificação do Produto ou Serviço** **Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas**	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Contratação de empresa Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Contratação de empresa para coleta de dados	Senado Federal
2ª	Contratação de Instituição de Pesquisa Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Ministério da Justiça/DEPEN
3ª	4ª Série do Justiça Pesquisa	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	CNJ
4	Contratação de empresa Pregão Eletrônico nº 002/2018	Pesquisa de opinião sobre temas estratégicos para o Poder Executivo Federal	Contratação de empresa, instituto ou entidade especializada em pesquisa de opinião pública	Presidência da República / Secretaria-Geral

3.3 Adequação do ambiente

Não serão necessárias adequações ou ajustes nos ambientes físicos e operacionais do CNJ, pois os contratos serão executados integralmente nas dependências e com a infraestrutura das futuras contratadas.

Não existe necessidade de previsão de cláusulas ou ações para transição contratual, pois se tratam de pesquisas com temáticas especificas irrepetíveis em sua integralidade nas futuras series do Justiça Pesquisa.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

	Opções Identificadas	**Benefícios da opção** **Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos**	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
1ª	DEPEN/Ministério da Justiça - Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional - Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Curta duração dos contratos	R$260.000,00
2ª	Senado Federal - Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Trata-se de pesquisa de opinião por meio da contração de empresa para coleta de dados. Portanto o objeto não se assemelha pois não se trata de pesquisa empírica.	R$288.000,00
3ª	Presidência da República / Secretaria-Geral - Pregão Eletrônico n. 002/2018	Pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo com profundidade e representatividade relevantes	Trata-se maiormente de pesquisas de opinião e percepção, que não se assemelha às pesquisas empíricas, além de escopo extremamente abrangente.	R$ 7.204.828,79 (divisão em pesquisa qualitativa e quantitativa)

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Conforme observou-se nos modelos de pesquisa adotados pelos órgãos mencionados acima, verifica-se que um profissional ou uma instituição são solicitados para a entrega de um produto.

De forma assemelhada, o CNJ pretende pagar pela entrega de *quatro produtos com, no mínimo, 3 (três) pesquisadores, que compõem a solução final, que é a pesquisa*.

1. As características do serviço e/ou do material a ser contratado:

As proponentes apresentam as suas propostas de pesquisas dentro dos temas previamente definidos no edital, o que permite melhor adaptação do mercado ao objeto a ser desenvolvido.

As exigências de qualificação da Equipe Básica da pesquisa são maiores que as dos editais pesquisados em geral, conforme descrição nos editais das séries anteriores.

No presente Edital de Convocação Pública do CNJ, a Equipe Básica será constituída por, no mínimo, um doutor e dois mestres, que serão responsáveis pelas seguintes atividades (de acordo com qualificação):

a. *Coordenador acadêmico (Doutor)* – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa a autoridades.

b. *Coordenadores de Campo (Mestres)* – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

2. *O detalhamento do custo da solução;*

As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório, sejam de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

O TCU possui entendimento solido de que a pesquisa de preços não pode se limitar aos tradicionais orçamentos de fornecedores. É preciso levar em conta todas as fontes de referência disponíveis com a maior amplitude possível.

Esse conceito tem sido tratado pelo TCU como “cesta de preços aceitáveis”, que engloba as mais diversas fontes: fornecedores, pesquisa em catálogos de fornecedores, pesquisa em bases de sistemas de compras, avaliação de contratos recentes ou vigentes, valores adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, valores registrados em atas de SRP e analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas (Acórdãos 2.170/2007-P e 819/2009-P).

O que se espera, portanto, é que a pesquisa de preços seja realizada com amplitude suficiente (Acórdão TCU 2637/2015-P), proporcional ao risco da compra e privilegiando a diretriz emanada pelo art. 15 da Lei de Licitações a fim de que o balizamento seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública.

Nesse sentido, somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores (Acórdão TCU 2.531/2011-P).

Em relação ao custo da presente contratação, o Departamento de Pesquisas Judiciárias utilizou, como parâmetros e limites validos, os valores pagos em outras seleções de instituições de pesquisa por outros órgãos da Administração, os valores praticados historicamente nas contratações da Série do Justiça Pesquisa e a coleta de preços junto ao mercado fornecedor. Portanto, a “cesta de preços” adotada pelo DPJ na construção do valor máximo admitido demonstra consonância com as orientações da Corte de Contas.

Assim, os valores colhidos de contratos semelhantes, abaixo relacionados, servem como referencial para construção do preço máximo a ser adotado e servem de parâmetros para comparação de aproximação de custo, ainda que os objetos não sejam

integramente semelhantes aos desses estudos preliminares.

Os contratos utilizados como referencial pertencem às seguintes instituições: Senado Federal – SF, Ministério da Justiça – MJ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e Financiadora de Inovação e Pesquisa – FINEP/MCTI.

Como se observa na tabela abaixo, o custo da contratação pretendida pelo CNJ guarda compatibilidade com os praticados por outros órgãos da Administração Pública em contratações semelhantes:

Instituição	Duração (meses)	Edital	Objeto	Proponente	Remuneração
DEPEN/Ministério da Justiça	07	Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	R$260.000,00
Senado Federal	12	Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Empresa para coleta de dados	R$288.000,00
CNPq	36	Chamada CNPq n. 22/2016	Pesquisa para subsidiar políticas públicas sobre educação básica, cidadania, violência e direitos humanos	Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação	R$1.000.000,00
FINEP	24	Chamada Pública MCT/FINEP/FNDCT n. 01/2016	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika	Instituições de pesquisa	Valor mínimo de R$500.000,00 e máximo de R$5.000.000,00
CNJ	12	4ª Edição da Série Justiça Pesquisa/2019	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	Valor máximo de R$300.000,00

Na presente contração, será incluída, no Projeto Básico e no Edital, a possibilidade de a instituição proponente constituir uma Equipe de Apoio, sem ultrapassar o valor máximo estimado para a pesquisa. Conforme experiência de acompanhamento dos projetos, as entidades, normalmente, tendem a constituir essas equipes em razão do acúmulo de atividades, das necessidades de deslocamento para outras unidades da federação com o fim de aplicar técnicas de pesquisa junto ao campo para coleta/geração de dados e da necessidade de ter composição multidisciplinar capaz de agregar perfis profissionais adequados às metodologias qualitativas e quantitativas.

Quanto à construção histórica dos valores na Série Justiça Pesquisa, cabe destacar alguns aspectos relevantes utilizados para a composição do valor máximo admitido.

As contratações decorrentes da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa (Editais nº 1 e 2), possuíam valor máximo de cada contrato foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo solicitada às instituições contratadas a entrega de quatro relatórios, sendo os três primeiros, relatórios parciais e o quarto, o relatório final. No primeiro relatório de acompanhamento, solicitava-se levantamento bibliográfico e documental, demonstração de resultados de pesquisa, apresentação de metodologia completa e detalhada e início da coleta de dados. No segundo relatório, esperava-se a apresentação de resultados parciais incluindo, pelo menos, 1 (um) tribunal de médio porte ou 35% da amostra. Já no terceiro relatório, exigia-se uma apresentação com análise de dados, conclusões preliminares e primeiras propostas de políticas públicas; por fim, no relatório final, solicitava-se apresentação de todos os dados coletados, análise conclusiva dos resultados da pesquisa, contribuições da pesquisa à sociedade, proposição de aperfeiçoamento de políticas públicas e indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores. Nesse cenário, as instituições tiveram 12 (doze) meses para entregar quatro produtos.

Conforme já esclarecido acima o valor máximo por contratação da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Na ocasião da publicação daquele edital, o montante foi considerado compatível compatibilidade com as contratações públicas similares, respeitadas as especificidades da contratação pretendida.

A opção pela realização de pesquisa de preço junto às instituições decorre da necessidade de ajustar o preço máximo da contratação à complexidade do objeto a ser executado.

A sistemática adotada de coleta de preço junto ao mercado é forma de elaboração de estimativa de preços recomendada pelo Tribunal de Contas da União, conforme se vê nos trechos dos acórdãos abaixo transcritos:

> **Acórdão nº 3.026/2010 – Plenário**, cujo Voto consignou que:
>
> a jurisprudência do TCU é no sentido de que antes da fase externa da licitação há que se fazer pesquisa de preço para que se obtenha, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos (Acórdão nº 4.013/2008-TCU-Plenário, Acórdão nº 1.547/2007-TCU-Plenário).
>
> **Acordão TCU nº 2637/2015 – Plenário:**
>
> As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes.

Os dois levantamentos são complementares e trazem informações de preços que se coadunam e se assemelham como média dos preços praticados (seja por quem contrata; seja por quem é contratado). Pretende-se, com os dois levantamentos, atender duas solicitações, a saber: a) oferecer as informações solicitadas no formulário de Estudos Preliminares e; b) preencher os critérios do Mapa Comparativo de Preços apresentado e encaminhado pela Secretaria de Administração deste Conselho. Assim, seguem as explicações sobre cada um desses levantamentos.

Além de obedecer as orientações do TCU em sua jurisprudência consolidada, a construção do valor máximo admitido para a contratação, respeitou os parâmetros definidos pela Portaria DG nº 283/2014, a IN nº 5-SLTI/MPOG/2014, com nova redação data pela IN nº 7/SLTI – MPOG, de 27/08/2014, e item 4.4.3 do Relatório de Auditoria nº 5/2013-SCI/CNJ",

Dessa forma, o valor foi construído a partir de contratos ou atas de registros de preços do CNJ, vigentes ou concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços, cujo objeto apresentam semelhança metodológica e complexidade atual com os atuais temas propostos, ou seja, foram utilizados na formação do preço, os contratos a seguir, todos integrantes da 4ª Série do Justiça Pesquisa, com valor de R$ 300.000:

1. Contrato CNJ nº 15/2019;
2. Contrato CNJ nº 16/2019;
3. Contrato CNJ nº 18/2019;
4. Contrato CNJ nº 27/2019; e
5. Contrato CNJ nº 27/2019.

Ademais, foi realizada pesquisa de mercado com as principais instituições de pesquisa, conforme registrados no Projeto Básico (1010634) e Despacho DPJ nº 1010637 , acostado no Processo SEI nº 08400/2020, referente ao Edital nº 01/2020 da 5º Série do

Justiça Pesquisa, que respeita o lapso temporal de 180 dias previsto na Portaria DG nº 283/2014

Naquela ocasião, as seguintes instituições de pesquisa apresentaram propostas:

1. ABJ – Valor total R$360.000,00
2. USP – Valor total R$346.380,00
3. INSPER – Valor total R$324.819,00

Destaca-se que, para a construção preço médio aprovado naquela ocasião, foram desconsiderados os valores decorrentes da taxa de administração e de tributos e impostos quando destacados como item componente do preço total, o que resultou no seguinte mapa de preço:

				Empresa: Associação Brasileira de Jurimetria CNPJ: 13.612.840/0001-57			**Empresa: Universidade de São Paulo CNPJ: 24.206.696/0001-75**			**Empresa: Instituto de Ensino e Pesquisa CNPJ: 06.070.152/0001-47**		
				Valor			**Valor**			**Valor**		
				Considerar		**Parcial**	**Considerar**		**Parcial**	**Considerar**		**Sim**
Objeto	**Item**	**Un**	**Qtde**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerad**
Pesquisadores	1	UN	1	340.000,00	340.000,00	340.000,00	220.380,00	220.380,00	220.380,00	280.578,05	280.578,05	280.578,05
Custos administrativos (armazenamento de dados, passagens, diárias, despesas diversas)	2	UN	1	20.000,00	20.000,00	20.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	44.240,95	44.240,95	44.240,95
Taxa de administração (impostos)	3	UN	1	~~40.000,00~~	~~40.000,00~~		~~34.600,00~~	~~34.600,00~~				
VALOR TOTAL				**360.000,00**			**346.380,00**			**324.819,00**		
	OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.											
	Valor médio total estimado:			**343.733,00**	**(trexentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e três reais)**							
	Valor mínimo total estimado:			**240.380,00**	**(duzentos e quarenta mil e trezentos e oitentar reais)**							

É possível extrair do Mapa de Preços acima que:

a) As instituições elencaram elementos de despesa compatíveis com os gastos a serem feitos na execução de uma pesquisa (despesas com equipe/pesquisadores, custos administrativos relativos a viagens, armazenamento de dados e outras despesas);

b) As instituições apresentaram preços bastante próximos do que consta como levantamento de preços médios nos Estudos Preliminares, e, preços muito aproximados aos praticados no âmbito da Série Justiça Pesquisa;

c) Bastaria a atualização monetária e correção inflacionária, com base no IPCA ou INPC, índices do IBGE, para constatar que a média de preço indicada no Mapa Comparativo (R$343.733,00) está próxima do valor do Justiça Pesquisa

Ademais, respeitando a historicidade da Série Justiça Pesquisa, o preço construído se mostrou compatível ainda com os valores pagos nos contratos decorrentes dos editais de convocação das Séries 2 e 3 do Justiça Pesquisa.

Dessa forma, tanto a metodologia adotada quanto o preço construído mostraram-se adequados ao objeto proposto nesse 2º Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa, pois os temas propostos em ambos os editais são metodologicamente semelhantes, e a suas complexidades de execução são também compatíveis.

Assim, apesar do futuro contrato decorrente do Edital nº 01/2020 da 5º Série do Justiça Pesquisa, possuir vigência de 8 meses e a presente contratação, 12 meses, os preços de ambas se mostram adequados e compatíveis com mercado, pois: a) o binômio valor/custo se dilui ou se concentra em razão da exiguidade do prazo contratual, que quanto menor, exigirá maior infraestrutura humana e tecnológica; b) a natureza dessas contratações em nada se assemelham a contratações de serviço de atividades contínuas em que o valor pago está relacionado com a quantidade de meses em que o serviço tenha sido prestado.

Em que pese no Edital n. 1 haver a exigência de finalização da pesquisa em sete meses, o valor máximo indicado no Mapa Comparativo é compatível com pesquisas a serem realizadas com abrangência nacional, coleta/geração de dados a partir de métodos qualitativos e quantitativos e apresentação de quatro produtos. Nesse sentido, somente o período total de realização das pesquisas será um pouco maior (doze meses).

3. O Modelo de Contratação

O modelo proposto de contratação é o de prestação de serviço em que se busca a realização de pesquisas específicas, independentemente da alocação de mão de obra nas dependências do Conselho Nacional de Justiça. Os perfis profissionais indicados buscam assegurar a qualidade final dos produtos a serem entregues, ou seja, prima pela qualidade técnica das pesquisas a serem realizadas compatibilizando com os princípios vetores da Administração Pública, tais como eficiência e, em segundo lugar, pela economicidade e vantajosidade.

O detalhamento de perfis profissionais apresenta-se como característica do objeto a ser contratado, de sua excelência. Além disso, não se exige exclusividade de tais profissionais - o que dificultaria sobremaneira o detalhamento de custos a serem efetivamente suportados pela Administração.

A composição usual nas contratações de terceirização não se mostra adequada à presente contratação, pois além da ausência de mão de obra residente, destaca-se também a inaplicabilidade dos encargos trabalhistas e sociais típicos deste modelo de contratação.

A presente contratação busca a entrega de pesquisa com objetos específicos de modo parcelado e nos moldes previstosno projeto básico a ser apresentado[EW1] .

4. Benefícios

As futuras contratações atendem aos princípios da economicidade, eficácia, eficiência, pois representam meios adequados para a satisfação da necessidade publica constituída pela necessidade de investigação dos temas apresentados. Ademais o modelo contratual adotado não demanda alocação de mão de obra nas dependências do CNJ, e a forma de execução indireta por empreitada global privilegia o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis pelo CNJ no momento. Por fim, trata-se de contratação, cujos impactos ambientais são baixos ou irrelevantes, pois as pesquisas se desenvolvem em grande parte de modo virtual ou por meio de tecnologias que privilegiam a utilização da internet e meios semelhantes.

É possível especificar ainda os seguintes benefícios:

A) **Benefício Direto**: possibilidade de subsidiar a criação de política pública que auxilie no tratamento das situações negativas diagnosticadas; e

B) **Benefício Indireto**: a formação de bancos de dados e de material que poderá ser utilizado nos projetos atualmente em execução no CNJ e apontar a necessidade de novas pesquisas complementares na área.

5. Da Transferência de Conhecimento

A transferência de conhecimentos, bancos de dados, tecnologias e de técnicas estará prevista em contrato tal como nos contratos da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Termos de Confidencialidade e Sigilo também são firmados nos casos em que se dá acesso aos bancos de dados do CNJ; além da indicação de uso de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os casos de coleta de informações junto a sujeitos de pesquisa em que são realizadas técnicas qualitativas.

6. Legislação a ser observada

As normas legais, regulamentares e convencionais com as quais a solução apresentada deve estar em conformidade são:

- A legislação nacional aplicável a cada tema a ser apresentado no Edital;
- Emenda Constitucional n. 45/2004 – Criação do Conselho Nacional de Justiça;
- Lei n. 11.364/2006 – Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências;
- Resolução Nº 67 de 03/03/2009 - Regimento Interno do CNJ;
- Lei n. 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

7. Necessidade de Manutenção

Por se tratar de prestação de serviço de pesquisas a serem desenvolvidas em temas específicos, com duração e etapas predefinidas não existe a necessidade, da prestação de serviços complementares de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa ou da prestação de garantia técnica.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

As experiências com as contratações anteriores, demonstram que o modelo proposto, que é semelhante ao adotado nas contratações decorrentes da 4ª Série do Justiça Pesquisa, é o que assegura melhores resultados, pois garantem a qualidade das pesquisas executadas.

As pesquisas a serem entregues como objeto da prestação de serviços serão compostas de 3 (três) produtos parciais e 1 (um) relatório final.

Destaca-se que os produtos parciais não são considerados itens para fins de divisibilidade do objeto contrato, uma vez que esse só se satisfaz com a entrega do relatório final a contento para a integralidade da pesquisa.

Os produtos parciais constituem-se em entregáveis que devem demonstrar que a pesquisa em execução está em consonância com as obrigações definidas para o momento da execução contratual e propiciem à Comissão de Acompanhamento avaliar a qualidade e aderência das pesquisas à proposta inicial da contratada e aos requisitos previstos neste Projeto Básico, no Edital e no Contrato.

Por se constituírem em forma de controle da qualidade da execução contratual, o desalinhamento entre o serviço executado, representado pelos produtos parciais e a proposta ou Edital, Projeto Básico ou Contrato, podem ensejar pedidos de correção ou ajustes para adequação a estes instrumentos contratuais. Por esta razão, o pagamento das etapas já realizadas da pesquisa fica condicionados à aprovação e ao recebimento definitivo dos produtos parciais.

Os produtos a serem entregues serão realizados de acordo com metodologias e técnicas de pesquisa constantes da proposta apresentada pela contratada no momento da seleção, e deverão conter a compilação dos dados obtidos e análises pertinentes ao referido tema, indicando, simultaneamente, as possíveis soluções para as dificuldades encontradas.

Os prazos para a entrega dos produtos serão definidos com precisão no instrumento contratual. Destaca-se ainda, que o atraso na entrega dos produtos pode ensejar a aplicação das penalidades contratuais previstas.

A Comissão de Acompanhamento emitirá Notas Técnica contento a avaliação de cada produto entregue, onde constaram entre outras informações, os atrasos eventualmente ocorridos, as solicitações de alteração, adequação ou melhorias, bem como sua fundamentação e outras informações relevantes para a execução do contrato. As alterações e adequações solicitadas deverão ser acatadas pela equipe de pesquisa contratada, sob pena de descumprimento contratual.

Assim, deverão ser entregues:

- **Produto Parcial 1**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com Levantamento bibliográfico acerca do tema, destacando pesquisas empíricas produzidas no Brasil e no mundo; Perguntas/problemas e hipóteses; Dados sobre o universo e amostra; Metodologia, Instrumentos, Ferramentas e Relatórios a serem utilizados na Pesquisa. Deverão conter os seguintes subprodutos:

i. Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações para realizar a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas etc.

ii. Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.

- **Produto Parcial 2**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de 50% dos dados quantitativos e 25% dos dados qualitativos.

- **Relatório Parcial 3**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório técnico com apresentação de 100% dos dados quantitativos, 50% dos dados qualitativos e análise preliminar dos resultados.

- **Relatório Final**

Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, com 100% dos dados quantitativos e qualitativos e todas as análises realizadas, estruturado da seguinte forma:

1. Sumário Executivo;
2. Introdução;
3. Descritivo Metodológico;
4. Desenvolvimento,: contendo a apresentação de dados, resultados, análises e interpretações;
5. Síntese: dos principais resultados encontrados; e
6. Apresentação de Diretrizes e Recomendações Técnicas: para o aperfeiçoamento de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário.

Os produtos deverão observar as atividades e cronogramas previstos no Edital, Projeto Básico e Contrato.

As fontes de análises e pesquisas deverão ser acordadas com a Comissão de Acompanhamento ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Trata-se da contratação de pesquisas nos campos temáticos: "*Direitos Humanos e do Meio Ambiente*; *Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional*; *Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos*; *e Promoção do Acesso à Justiça Digital*". O contrato resultante do processo de seleção prevê a entrega de um relatório, portanto, é impossível a sua subdivisão em itens.

A produção de pesquisa e, de um relatório contendo achados, análises e proposições para o aperfeiçoamento de políticas públicas, envolve a acumulação de atividades e conhecimentos; implementação de metodologias de pesquisa; aplicação de diversas técnicas de investigação; e a elaboração conceitual/analítica em cada uma das etapas em execução. Nesse sentido, não é possível conceber a divisibilidade de uma pesquisa. O fim último de uma pesquisa é a realização de atividades/etapas que vão se somando e, dessa forma, contribuindo para um conjunto de saberes que culminam em um relatório final.

Dessa maneira, é inviável tecnicamente a parcelamento dos objetos contratuais em itens, pois haveria a descaracterização do serviço a ser executado.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Não é possível a definição de maneira objetiva de indicadores de desempenho das contratações. Contudo, os produtos parciais descritos no item 5 destes Estudos Preliminares[EW1], avaliam entre outros aspectos que os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação sejam cumpridos de modo a atender às necessidades públicas subjacentes em cada contratação.

As exigências previstas em cada um dos produtos intermediários buscam ainda a garantia da qualidade do produto final a ser entregue, pois avaliam, em cada etapa a aderência das pesquisas à metodologia proposta pela Contratada em sua proposta, bem como se atendem aos requisitos definidos no Plano de Pesquisa para cada tema de pesquisa a ser desenvolvido.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Gerenciamento de Risco						
Risco	**Probabilidade de Ocorrência**	**Impacto**	**Estimativa do Risco (Ocorrência X Probabilidade)**	**Ações de Tratamento**	**Responsável Pelo Tratamento**	**Período Tratamento**
Não entrega dos produtos intermediários e relatório final	Médio	Alto	Médio	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/Diretoria do DPJ	Execução Contratual
Atraso na entrega dos produtos intermediários e relatório final	Médio	Alto	Médio	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/Diretoria do DPJ	Execução Contratual
Não conformidade dos produtos dos produtos intermediários e do relatório final à proposta e ao Edital	Alto	Alto	Alto	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/ Diretoria do DPJ	Execução Contratual

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não foram identificadas restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, que possam dificultar a implementação da solução selecionada, pois trata-se de contratação prevista no Plano de Contratação para o Exercício de 2021, conforme Documento 0976011.

O DPJ possui rubrica orçamentária específica para a contratação no âmbito dos editais do Justiça Pesquisa, considerando a programação orçamentária anual e os objetivos institucionais do setor.

Não serão necessárias adequações ou ajustes nos ambientes físicos e operacionais do CNJ, pois os contratos serão executados integralmente nas dependências e com a infraestrutura das futuras contratadas.

Não existe necessidade de previsão de cláusulas ou ações para transição contratual, pois se tratam de pesquisas com temáticas especificas irrepetíveis em sua integralidade nas futuras series do Justiça Pesquisa.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Vigência de 12 meses, após a assinatura do contrato, sem possiblidade de prorrogação.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não são necessárias informações complementares.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Assim, tendo em vista as informações apresentadas nesse documento, concluo que a seleção de projetos será feita mediante Edital, com indicação de preços máximos, por meio de dispensa de licitação, atendendo a critérios de “melhor técnica e preço”. Tendo sido apresentados os potenciais riscos e seus tratamentos. Sendo, portanto, viável a contratação pretendida.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Gabriela Moreira de Azevedo Soares	gabriela.soares@cnj.jus.br	5259	DPJ
Wilfredo Enrique Pires Pacheco	wilfredo.pacheco@cnj.jus.br	5266	DPJ
Danielly dos Santos Queiros	danielly.queiros@cnj.jus.br	5271	DPJ
Elisa Sardão Colares	elisa.colares@cnj.jus.br	5279	DPJ
Pedro Henrique Pádua Amorim	pedro.amorim@cnj.jus.br	5265	DPJ
Cristianna Duarte Fernandes Bittencourt	cristianna.fernandes@cnj.jus.br	5272	DPJ

Documento assinado eletronicamente por **WILFREDO ENRIQUE PIRES PACHECO**, **DIRETOR DE PROJETOS - DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS**, em 28/04/2021, às 12:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1076376** e o código CRC **CC8E4B8D**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA

5ª Edição da Série "Justiça Pesquisa"

Convocação nº 02/2021

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como unidade administrativa integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e avaliação de políticas judiciárias em curso, conforme art. 5º da Lei 11. 364, de 26 de outubro de 2006.

A presente iniciativa adota como diretrizes os objetivos regimentais do DPJ, em especial as seguintes medidas de disseminação de informações e conhecimentos:

i) "desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira";

ii) "realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário"; e

iii) "fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias". [1]

A convocação destina-se à contratação de Instituições de Ensino Superior, Instituições pública ou privada (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) ou Fundações de Apoio à Pesquisa incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e pesquisa, que atendam aos termos e condições estabelecidos por este Edital:

1) Contextualização da Série "Justiça Pesquisa"

No cenário das políticas judiciárias, a evolução qualitativa e quantitativa dos serviços oferecidos à sociedade envolve a identificação das principais dificuldades e oportunidades existentes em relação à formulação, à implementação, ao aperfeiçoamento e ao controle

[1] Segundo o art. 37 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RI/CNJ), "constituem objetivos do DPJ: (...); II – desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; III – realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; (...); V – fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias; VI – disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos".

das atividades de prestação jurisdicional na busca de concretização de direitos e garantias fundamentais.

É exatamente esse o conjunto de desafios institucionais que estimularam o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) a conceber a SÉRIE "JUSTIÇA PESQUISA" e a lançá-la a partir de 2 (dois) eixos estruturantes complementares entre si:

i) Eixo "Direitos e Garantias fundamentais"; e

ii) Eixo "Políticas Públicas do Poder Judiciário".

O Eixo "*Direitos e Garantias fundamentais"* enfoca aspectos relacionados à realização de liberdades constitucionais a partir do critério de ampliação da efetiva proteção a essas prerrogativas constitucionais no âmbito da República Federativa do Brasil.

O Eixo "*Políticas Públicas do Poder Judiciário*", por sua vez, volta-se para aspectos institucionais de planejamento, gestão de fiscalização de políticas judiciárias a partir de ações e programas que contribuam para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Os dois eixos estão vinculados a abordagem empírica do tema. A perspectiva doutrinária ou teórica deve atuar como marco para construção e verificação de hipóteses, assim como para definição dos problemas. A pesquisa, portanto, não pode ser exclusivamente teórica ou doutrinária.

2) Do Objeto

O objeto do presente Edital é contratação de Instituições de Ensino Superior, Instituições públicas ou privadas (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) ou Fundações de Apoio à Pesquisa incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos para a execução de pesquisa a ser desenvolvida sobre os temas "A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário"; "Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos", "Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição na Amazônia Legal", "Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade", "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de

Direitos Humanos” e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”, atendendo aos requisitos e especificações constantes no item 3.

As instituições/fundações de apoio à pesquisa deverão desenvolver pesquisa empírica com levantamento de dados estatísticos e qualitativos, em relação aos temas “A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário”; “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos”; “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal”; “Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade”; “Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos”; e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”, a serem utilizadas como subsídios para formulação de políticas públicas.

São esperados em cada contratação, quatro produtos que serão entregues no curso do Projeto, como meios de acompanhamento e verificação do andamento da pesquisa, conforme estabelecido no item 14.1.

As pesquisas deverão traçar o diagnóstico, por meio de análise de dados estatísticos e pesquisa empírica, sobre as principais causas e fatores que influenciam os temas a que se dedicarem de modo a identificar os principais problemas do tema selecionado.

As pesquisas deverão possuir metodologia mista, de análise quantitativa e qualitativa, e poderão valer-se de diversas técnicas de coleta de dados como a aplicação de questionários eletrônicos; realização entrevistas; coleta de dados estatísticos; análise de estudos setoriais, análise documental, consolidando, assim, estratégias diversificadas e conexas, com a finalidade de prover uma visão ampla e integral do objeto da pesquisa.

Os contratos terão duração de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3) Dos Proponentes Elegíveis e Critérios para Contratação

São elegíveis para as contratações instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior, fundações de apoio à pesquisa e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa.

3.3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

3.4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

3.4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

3.4.2) A prova de inscrição no CNPJ;

3.4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;

3.4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição/fundação de apoio à pesquisa;

3.4.5) Link do Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa;

3.4.6) Declaração de vinculação mútua entre a instituição/fundação de apoio à pesquisa e os pesquisadores da Equipe Básica; e

3.4.7) Comprovação da vinculação da Instituição/fundação de apoio à pesquisa com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços

ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

3.5) A documentação mencionada no item 3.4 deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição/fundação de apoio à pesquisa a ser contratada:

3.5.1) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

3.5.2) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no item 3.4 do Edital; e

3.5.3) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

3.6) Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

3.6.1) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

3.6.2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3.6.3) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.6.4) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei de Licitações”);

3.6.5) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

3.6.6) declaração expressa da instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

Os temas indicados pelo Conselho Nacional de Justiça nesse Edital voltam-se para os temas “A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário”; “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos”; “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal”; “Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade”; “Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos”; e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”. E é a partir destes temas que as instituições proponentes apresentarão projetos para demonstrar como alcançarão os objetivos das pesquisas.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, nem a designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados, bem como não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos de pesquisa para que melhor atendam aos seus objetivos. Caso a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente não concorde com os ajustes propostos, isso implicará em sua exclusão do certame.

4) Do Projeto de Pesquisa

4.1) Em conformidade com os modelos constantes dos Anexos II, III, IV e V deste Edital, a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente deverá apresentar o respectivo “PROJETO DE PESQUISA” de acordo com o tema escolhido, documento único composto pelas seguintes partes indispensáveis:

4.1.1) Dados Cadastrais;

4.1.2) Formulário para Descrição da Proposta de Pesquisa com título, objeto, justificativa, descrição detalhada (introdução, objetivos, hipóteses e fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências), observada a seguinte formatação:

(i) Folha de papel A4;

(ii) Máximo de 15 páginas;
(iii) Parágrafos justificados, sem formatação de qualquer natureza;
(iv) Fonte Times New Roman, corpo, tamanho 12;
(v) Entrelinhas simples;
(vi) Margens superior e inferior de 2,0 cm, lateral esquerda e direita de 3,0 cm;

4.1.3) Adequação curricular dos integrantes da equipe básica ao tema da pesquisa;

4.1.4) Formulário para o Cronograma de Execução;

4.1.5) Formulário para o Valor e Cronograma de Pagamento;

4.1.6) Formulário para Assinatura do Projeto;

4.1.7) Formulário para Declaração, a ser prestada pelo representante da instituição/fundação de apoio à pesquisa quanto à Equipe Básica;

4.1.8) Formulário para declaração dos profissionais que integrarão a Equipe Básica;

4.2) A instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente poderá se candidatar para o desenvolvimento da pesquisa apresentada no Edital de Convocação Pública e de Seleção (“Do objeto”), para tanto, o Projeto de Pesquisa deverá ser apresentado com todas as peças indicadas nos itens 3 e 4 deste Edital, em conformidade com os detalhamentos constantes dos ANEXOS.

4.3) Uma vez apresentado o “Projeto de Pesquisa”, conforme os termos e prazos estipulados no Edital, não haverá prazo adicional para o suprimento de quaisquer informações ou documentos ora exigidos.

A Comissão Avaliadora e o Departamento de Pesquisas Judiciárias, poderão determinar a realização de diligência nas situações em que sejam necessários maiores esclarecimentos.

4.4) A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado será automaticamente interpretada como desistência de submissão às regras do Edital.

4.5) Dos Recursos Humanos e dos requisitos mínimos quanto ao perfil dos profissionais

4.5.1) A instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada deverá indicar e alocar Equipe Básica de Pesquisa para atuar em todas as fases da execução da pesquisa. A

Equipe Básica de Pesquisa deverá ter a seguinte composição e qualificação técnica profissional mínima:

FORMAÇÃO MÍNIMA (Função desempenhada e Titulação)	**Número Mínimo Exigido**	**Experiências Específicas Mínimas Requeridas**
Coordenador acadêmico, com nível de doutorado.	01	Experiência consolidada na coordenação de projetos e/ou de grupos de pesquisa, realização de pesquisas, estudos e publicações na área sociojurídica, comprovada mediante apresentação de currículo LATTES.
Coordenadores de campo, com nível mínimo de mestrado	02	Experiência no desenvolvimento de projetos, participação em grupos de pesquisa e realização de pesquisas e estudos, comprovadas mediante apresentação de currículo LATTES.

4.5.2) As comprovações requeridas devem ser feitas por meio de apresentação do currículo Lattes atualizado.

4.5.3) A eventual substituição de pesquisadores da Equipe Básica de Pesquisa poderá ser feita, desde que devidamente justificada e comunicada ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), devendo o pesquisador substituto atender aos requisitos do pesquisador substituído, com igual ou superior formação básica e experiências específicas requeridas.

4.5.4) A Equipe Básica de Pesquisa tem a responsabilidade direta por todas as fases da pesquisa.

4.5.5) Além da Equipe Básica de Pesquisa, a entidade poderá alocar Equipe de Apoio para realização da pesquisa, sendo sua composição de prerrogativa da instituição/fundação de apoio à pesquisa não podendo para tanto ultrapassar o valor apresentado na proposta.

4.5.6) A Equipe de Apoio não constará como quesito para qualificação da proposta de pesquisa.

4.5.7) A Equipe Básica de Pesquisa, constituída por doutor e mestres, será responsável por:

4.5.7.1. Coordenador acadêmico (Doutor) – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa quando estiverem lidando com autoridades.

4.5.7.2. Coordenadores de Campo (Mestres) – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

4.5.9) É terminantemente vedada a participação de crianças e adolescentes, assim como de estagiários nas atividades relacionadas à consecução das pesquisas propostas.

5) Da forma de apresentação da Proposta de Pesquisa

5.1 A Proposta de Pesquisa deverá ser encaminhada em formulário eletrônico da primeira fase, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital, mediante envio pelo link https://www.cnj.jus.br/formularios/formulario-para-edital-de-convocacao-e-selecao-publica-n-1-da-5a-edicao-da-serie-justica-pesquisa-fase-1/.

5.2 Preenchidos os requisitos previstos nos itens 3 e 4 deste Edital, as Propostas de Pesquisas das entidades habilitadas serão avaliadas pela Comissão Avaliadora em sua forma e conteúdo.

5.3 As propostas de pesquisa deverão ser encaminhadas, após a publicação de edital no Diário Oficial da União, até dia **19 de agosto de 2021**.

5.4 O Conselho Nacional de Justiça emitirá e-mail de confirmação de recebimento das propostas. Cabe à instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente entrar em contato com o DPJ pelo e-mail dpj@cnj.jus.br, caso não receba tal comprovante em até um dia útil após o carregamento de seu projeto.

5.5 O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa.

5.6 Após análise das propostas de pesquisa, deverão ser encaminhados os documentos de habilitação referidos no item 3.6 deste edital, no prazo de 5 dias úteis, pelo formulário eletrônico da segunda fase, disponível em https://www.cnj.jus.br/formularios/formulario-para-edital-de-convocacao-e-selecao-publica-n-1-da-5a-edicao-da-serie-justica-pesquisa-fase-2/.

6) Do Cronograma de Recebimento, Seleção e Divulgação dos Resultados

Fases	Atividades	Períodos
1.	Recebimento de Propostas	Até 19 de agosto de 2021 (até às 23h59min)
2.	Análise das Propostas e divulgação do resultado preliminar	Até 10 de setembro de 2021
3.	Recebimento de documentos e certidões de habilitação	Até 17 de setembro de 2021 (até às 23h59min)
4.	Resultado final	Até 27 de setembro de 2021

7) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: As propostas serão analisadas por comissão designada para este fim e serão selecionadas conforme os seguintes aspectos:

(*i*) análise documental, conforme item 3.4 deste edital; e

(*ii*) análise de conteúdo, em conformidade com os ANEXOS I, II e III deste Edital.

A seleção dos projetos de pesquisa observará os critérios abaixo discriminados, sendo atribuída nota entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos:

Critérios	Pontuação Máxima
I - Equipe básica	Até 10 pontos, sendo: - 2 pontos para o coordenador de campo que possua experiência com metodologia de pesquisa empírica; - 2 pontos para o coordenador de campo que possua experiência em pesquisa na área descrita no campo temático em que concorre; - 1,5 ponto para cada coordenador de campo que possua experiência com metodologia de pesquisa empírica (até 3 pontos); - 1,5 ponto para cada coordenador de campo que possua experiência em pesquisa na área descrita no campo temático em que concorre (até 3 pontos). Mínimo: 5 pontos.
II - Adequação da proposta ao objeto da pesquisa	ATÉ 25 pontos, sendo: - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte territorial. Meio ponto (0,5) para cada unidade da federação pesquisada, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte temporal. Um ponto para cada ano que exceder o mínimo de 5 (cinco) anos definido na descrição do campo temático, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de problemas/perguntas aderentes em relação à descrição do tema; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de hipóteses aderentes em relação à descrição do tema; e - até 5 (cinco) pontos para proposição de resultados a serem alcançados ao final da pesquisa. Mínimo: 10 pontos

III - Adequação de levantamento bibliográfico ao projeto de pesquisa	ATÉ 20 pontos, sendo: - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com os problemas/perguntas levantados, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão; e - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com as hipóteses levantadas, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão. Mínimo: 10 pontos
IV - Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa	ATÉ 45 pontos, sendo: - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/ geração e análise de dados quantitativos, nos limites do recorte do tema; - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/ geração e análise de dados qualitativos, nos limites do recorte do tema; - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/geração e análise de informações contidas nas peças processuais, nos limites do recorte do tema. Mínimo: 25 pontos
	Mínimo geral: 60 pontos

7.1. Para classificação, as Propostas de Pesquisa deverão atingir a pontuação mínima definida em cada um dos critérios I, II, III e IV, concomitantemente com a obtenção mínima de 60 (sessenta) pontos totais. Será selecionada a proposta com maior pontuação total.

7.2. **Somente será considerada aprovada a instituição que alcançar o mínimo exigido em cada bloco de critérios e, concomitantemente, somar pelo menos 60 pontos no total geral dos itens**.

7.3. O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico (https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/editais-3/) a lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa até o dia **25 de agosto de 2021**.

7.4. A relação das propostas selecionadas e habilitadas será divulgada no Diário Oficial da União (DOU), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e no sítio eletrônico do CNJ até o **dia 27 de setembro de 2021.**

7.5. Em caso de empate de Propostas de Pesquisa, prevalecerá a proposta de menor preço. Persistindo o empate, será realizado sorteio entre os proponentes, pela Comissão Avaliadora, em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados.

8) Da formalização das propostas selecionadas

8.1) A parceria entre o CNJ e a instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada será formalizada por meio de instrumento legal adequado à natureza jurídica da instituição/fundação de apoio à pesquisa, observando-se sempre a legislação aplicável e o interesse público desempenhado pelo CNJ nos termos delineados pelo presente Edital.

8.2) A celebração do instrumento legal para formalização do acordo conforme a natureza jurídica da instituição/fundação de apoio à pesquisa escolhida está sujeita a:

8.2.1) manifestação de concordância da instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada em promover os ajustes previamente indicados pelo CNJ no projeto básico e no plano de trabalho, caso estes sejam necessários e enviar à Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis; e

8.2.2) apresentação de documentos necessários solicitados pela Seção de Gestão de Contratos.

9) Dos recursos financeiros

9.1) O valor a ser custeado pelo CNJ, para cada pesquisa selecionada, será de até R$343.733,00 (trezentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e três reais), conforme critérios de avaliação indicados no item 7;

9.2) Os recursos para custeio das pesquisas no exercício de 2021 estão consignados na seguinte dotação orçamentária do CNJ:

Ação **21BH** - Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias, **Plano Orçamentário 0006** - Pesquisas e Diagnósticos do Poder Judiciário.

10) Das obrigações das partes

10.1) Do Conselho Nacional de Justiça

10.1.1) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

10.1.2) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

10.1.3) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

10.1.4) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

10.1.5) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

10.1.6) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

10.1.7) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte

em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

10.1.8) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

10.1.9) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

10.2) Da Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa Proponente Selecionada

10.2.1) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

10.2.2) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral;

10.2.3) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

10.2.4) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

10.2.5) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

10.2.6) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

10.2.7) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

10.2.8) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

10.2.9) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

10.2.10) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

10.2.11) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

10.2.12) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição/fundação de apoio à pesquisa representada;

10.2.13) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

10.2.14) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

10.2.15) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

10.2.16) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

10.2.17) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme Anexo VI) assinado por todos os membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

10.2.18) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

10.2.18.1) O modelo de TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento do CNJ e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

10.2.18.2) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

10.2.19) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

10.2.20) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ, quando for o caso;

10.2.21) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

10.2.22) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

10.2.23) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020); e

10.2.24) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

11) PENALIDADES

11.1) Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição/fundação de apoio à pesquisa contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato;

b.8) 20% valor total do contrato, nos casos de inexecução total. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

11.2) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.3) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 11.2.

11.4) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

a) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição/fundação de apoio à pesquisa, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento até a entrega do produto final. Não será considerado “desatendimento às solicitações do CNJ”, impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

b) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

c) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

d) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo que, a não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos.

Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

12) VIGÊNCIA

O período de vigência do Contrato é de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

13) Do Pagamento

13.1. O valor do contrato será pago em quatro parcelas, após a entrega e aprovação de cada um dos produtos relativos a cada fase conforme item 14, nos prazos e percentuais indicados na tabela a seguir:

Fase	Produto	Prazo	Pagamento
1	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e dos instrumentos de coleta de dados	Até 15 dias após assinatura do contrato	Não se aplica
2	Produto Parcial 1	Até 30 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
3	Produto Parcial 2	90 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
4	Produto Parcial 3	210 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 2)	30% do valor total
5	Produto Final	270 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 3)	30% do valor total
6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; apresentação de resultados de pesquisa.	300 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 4)	Não se aplica
7	Encerramento do contrato	360 dias após a assinatura do contrato	Não se aplica

13.2 A Entidade proponente, uma vez selecionada e firmado o contrato, nos termos do Edital, deverá apresentar à Comissão de Acompanhamento, ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.2.a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 deste Edital:

13.2.b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos no item 10 deste Edital e, em especial, no subitem 10.2.8.

13.2.c) Os documentos exigidos pela Lei nº 8.666/1993 como condição de pagamento.

14) Gestão do Contrato

14. 1) Execução da Pesquisa

Fase	Descrição	Atividades
1	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias metodológicas	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e dos instrumentos de coleta de dados definidos no projeto de pesquisa
2	Produto Parcial 1	(i) Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações junto Tribunais em que realizará a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas etc. (ii) Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações

		disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.
3	Produto Parcial 2	Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de 50% dos dados quantitativos e 25% dos dados qualitativos.
4	Produto Parcial 3	Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório técnico com apresentação de 100% dos dados quantitativos, 50% dos dados qualitativos e análise preliminar dos resultados.
5	Produto Final	Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, com 100% dos dados quantitativos e qualitativos e todas as análises realizadas, estruturado da seguinte forma: Sumário Executivo; Introdução; Descritivo Metodológico; Desenvolvimento, contendo a apresentação de dados, resultados, análises e interpretações; Síntese: dos principais resultados encontrados; e Apresentação de Diretrizes e Recomendações Técnicas: para o aperfeiçoamento de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário.

6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; Apresentação de resultados da pesquisa	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; Apresentação de resultados da pesquisa
7	Encerramento do contrato	Realização de ajustes finais e pagamento

14.2. A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo CNJ para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

14.2.1) o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

14.2.2) o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

14.2.3) a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

15) Recebimento do Objeto

15.1) Os objetos finais de cada fase serão recebidos definitivamente por meio da aprovação de Notas Técnicas que serão emitidas pela comissão designada para acompanhamento no prazo correspondente ao grau de complexidade de cada produto entregue. O prazo poderá ser prorrogado pela Comissão de Acompanhamento, no caso de diligências solicitadas para que sejam complementadas as informações/documentação, ou ainda, para ajustes nos relatórios apresentados, de forma a cumprir o objetivo do contrato. O novo prazo designado pela Comissão também considerará o grau de complexidade das informações/documentações ou ajustes solicitados.

15.2) Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

15.2.1) provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição/fundação de apoio à pesquisa contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo, por e-mail, no prazo de 5 dias;

15.2.2) definitivamente, observando a seguinte escala de complexidade do produto, conforme modelo abaixo:

15.2.2.1) Complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.2.2) Complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.2.3) Complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.3) A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definirá em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

15.2.4) A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

15.3) A Entidade proponente deverá apresentar à Comissão especialmente designada, ao final da última fase da pesquisa, Relatório analítico circunstanciado do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital, nos termos do contrato a ser firmado entre o CNJ e a entidade proponente.

15.4) A Comissão designada emitirá termo de encerramento do projeto ao final da entrega do produto previsto pela Fase 5, em que, caso aprovada, se declare, expressamente, a entrega de todos os produtos requeridos para o adimplemento contratual;

15.5) A instituição/fundação de apoio à pesquisa que não emitir nota fiscal deverá solicitar perante a Secretaria da Fazenda do Estado a nota fiscal avulsa.

16. Dos Esclarecimentos

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital serão endereçados ao(à) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias, até três dias úteis anteriores à data prevista para o encerramento do prazo de envio das propostas, por e-mail.

16.2. O(A) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá solicitar apoio técnico das áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça quando o assunto assim o exigir.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão publicadas no sítio eletrônico do CNJ.

17. Recursos

17.1. Caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação do ato no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas de pesquisas;

c) anulação ou revogação do certame.

17.1.2. O recurso interposto será comunicado às demais instituições participantes mediante publicação no sítio eletrônico previsto no item 7.3, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.1.3. O recurso será dirigido ao(à) Secretário(a) Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, por intermédio do(a) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias, o(a) qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

18.1.1. O(A) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias poderá solicitar apoio técnico das áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça quando o assunto assim o exigir.

19. Disposições Gerais

19.1. Os Pedidos de Esclarecimento ao Edital e os Recursos acerca do conteúdo deste Edital de Convocação Pública e de Seleção deverão ser encaminhados por meio do endereço eletrônico dpj@cnj.jus.br com o seguinte assunto: “2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA E DE SELEÇÃO DA 5ª SÉRIE JUSTIÇA PESQUISA”.

19.2. Impreterivelmente no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da convocação feita pelo CNJ, a instituição/fundação de apoio à pesquisa autora da proposta selecionada pelo CNJ deverá cadastrar o respectivo representante legal e/ou convencional no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

19.3. A instituição/fundação de apoio à pesquisa autora de proposta selecionada pelo CNJ deverá assinar, preferencialmente, mediante uso de *login* e senha de uso exclusivo do respectivo representante legal e/ou convencional, dentro do prazo de 4 (quatro) dias úteis contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

19.4. É facultado à Administração, quando a assinatura do contrato com a proponente selecionada não ocorrer no prazo e nas condições estabelecidos neste edital, convocar outra proponente, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo.

19.5. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e/ou de recursos eventualmente interpostos deverão ser instruídos com documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões autenticadas, por cartórios extrajudiciais ou por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso a autenticação de cópias de documentos originais e/ou o fornecimento de cópias de documentos sejam requeridos ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

19.6. O CNJ reserva-se o direito de convocar, por meio de videoconferência ou presencialmente, os Coordenadores das pesquisas selecionadas para reunião de ajustes metodológicos e validação da amostra da pesquisa, em qualquer uma de suas fases.

19.7. Em qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente Edital somente poderá ser realizada, mediante prévia autorização e aprovação do CNJ, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e à Série “Justiça Pesquisa”, com referência específica à edição de correspondência.

19.8. A instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada cederá ao CNJ os direitos autorais, patrimoniais e imateriais da(s) pesquisa(s) contratada(s), bem como autorizará o contratante utilizá-la(s) a seu exclusivo critério.

19.9. Resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas da atividade desenvolvida serão de exclusiva responsabilidade da instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada e não necessariamente representam ponto de vista oficial ou institucional do CNJ, ou de quaisquer órgãos do Poder Judiciário relacionados à pesquisa realizada.

19.10. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CNJ, conforme determinação do artigo 3º da Resolução CNJ 7/2005.

19.11. Em atendimento ao interesse público, a Comissão Avaliadora poderá realizar diligências junto às instituições proponentes e a órgãos/entidades da Administração Pública, em busca de documentos e/ou de informações.

19.12. A aprovação de proposta pela Comissão Avaliadora gerará, para a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente, apenas a expectativa de direito de ser contratada. A efetiva formação do contrato administrativo estará condicionada a juízo de oportunidade/conveniência a ser produzido pelo CNJ, com observância da legislação aplicável.

19.13. O CNJ reserva-se o direito de resolver, por intermédio da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, os casos omissos.

19.14. Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é leito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Brasília, XX de julho de 2021.

Johaness Eck
Diretor-Geral
Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I

Plano Básico do Projeto de Pesquisa

1) Detalhamento do Objeto

As pesquisas detalhadas no presente PLANO BÁSICO têm por objetivo principal dotar o CNJ de informações a respeito de aspectos importantes sobre a gestão judiciária e a prestação jurisdicional no Brasil. Seguem, abaixo, a justificativa para orientar a concepção e a formulação das propostas de pesquisa pelas entidades proponentes.

Neste documento constam a apresentação da justificativa, do objetivo principal e das perguntas e problemas de pesquisa que se pretende responder.

Por fim, as entidades interessadas, a depender dos propósitos de investigação dos proponentes, poderão – conforme os estritos termos do regramento detalhado – apresentar abordagens e/ou enfoques complementares aos propostos por este Edital de Convocação Pública e Seleção, as quais, uma vez pertinentes, adequadas e úteis ao detalhamento e à compreensão crítica da questão pesquisada, serão avaliadas pelo CNJ.

Diante do exposto, ressalta-se que é necessário considerar, na apresentação dos dados, aspectos regionais, diferenças entre ramos de justiça e outros elementos que, em comparação, no âmbito da amostra, particularizem dados ou situações.

2) Campos Temáticos:

2.1. Tema 1: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal.

Justificativa: A proposta de pesquisa se baseia na necessidade de se estudar as estruturas judiciais na região Amazônica, formando um diagnóstico empírico que engloba a distribuição das unidades judiciais, dos serviços de apoio à jurisdição, e a efetividade desse

serviço público. Para tanto, será necessário considerar as peculiaridades da região, que consistem tanto em sua extensão territorial, grande oferta de recursos minerais e hídricos, contando com a maior reserva mundial de água doce, e os aspectos socioambientais.

A mensuração da distribuição das unidades judiciárias na região é um estudo de relevância ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça. A atenção aos serviços auxiliares de oficial de Justiça e perícia técnica, à estrutura de informática e gestão processual são pontos importantes na consolidação de uma infraestrutura judicial efetiva, podendo haver iniciativas que auxiliem nesse intento como a Justiça itinerante e os mutirões judiciais.

A questão fundiária na Amazônia também influencia na atividade jurisdicional e merece ser melhor estudada, tendo em vista os problemas sociais que se perpetuaram historicamente. A consideração da grilagem de terras, emprego de trabalho escravo, o crime organizado e as fraudes na extração de madeira no contexto amazônico são fatores que influenciam na efetividade da jurisdição regional. A confiança nas instituições de Justiça e a efetividade dos julgados contribuem para minorar o impacto negativo desses problemas sociais e para a diminuição da degradação ambiental da região, evitando focos de conflito.

O aspecto criminológico da região Amazônica também merece atenção em pesquisa científica própria, tendo em vista a multiplicidade de conflitos que existem nas regiões de fronteira e que podem consistir em rotas de tráfico de drogas, de armamentos e de biodiversidade. Por ser uma região com uma vasta extensão territorial e de difícil acesso e locomoção, existe a necessidade da integração de vários órgãos públicos no combate aos ilícitos ambientais que ocorrem na Amazônia Legal. Há estudos que apontam para a causalidade entre a pistolagem na região amazônica e a deterioração da influência dos órgãos públicos e do sistema legal na região. Importa notar que há estudos que não se debruçam tão só na ocorrência de crimes pontuais e isolados em quadrilhas de pequeno porte, mas também na atuação sistêmica e coordenada de organizações criminosas de grande porte, cometendo ilícitos ambientais de colarinho branco ao realizarem a exploração clandestina de madeira de reservas ambientais. A cooperação para a aceleração da responsabilização judicial e medidas de prevenção ao crime foram algumas das conclusões que se chegou em estudos científicos que abordaram o crime na Amazônia. Há ainda iniciativas e boas práticas que podem ser

mapeadas e replicadas aos sistemas de Justiça de cada Estado da Federação que compõem a Amazônia legal, como os esforços de pacificação social por meio de medidas restaurativas.

No tocante à problemática da efetividade da tutela jurisdicional no âmbito da responsabilidade civil na matéria ambiental, há margem ainda para apresentação de pesquisas relacionadas à execução fiscal e tutela penal ambiental. O problema fulcral seria saber se e em que medida as Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público Federal e pelas autarquias ambientais, no âmbito de projetos como o Amazônia Protege e a Força Tarefa em Defesa da Amazônia, têm sido efetivas no sentido de alcançar alguns de seus principais objetivos: a recomposição do dano ambiental, a cessação das atividades exploradoras não autorizadas e, em última instância, a contenção do desmatamento na Amazônia.

Recorte temporal: 2018 em diante.

Recorte territorial: Amazônia Legal, alcançando cada Estado e abrangendo os seguintes municípios (Altamira, São Félix do Xingu, Novo Progresso, Itaituba - Pará), (Lábria e Apuí – Amazonas), (Colniza e Aripuanã – Mato Grosso), entre outros municípios com altos índices de desmatamento.

Objetivo central: Identificar, por meio de estudo empírico e pesquisa de campo, as estruturas de Justiça na região amazônica.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais os números relativos à litigiosidade dos processos relacionados a causas ambientais?

2. Qual o percentual de ações ambientais cuja discussão alcança terras públicas (da União e/ou de Estados e Municípios) e quais as categorias de unidades de conservação e/ou áreas de proteção ambiental abrangidas?

3. Quais, dos processos com causas ambientais identificados, teriam, desde sua propositura, a indicação de autoexecução pelos órgãos do Poder Executivo?

4. Quais os tempos médios de conhecimento e execução dos processos com causas ambientais e quais os principais motivos de pendência de sentenças?

5. A produtividade da vara é impactada pelo índice de rotatividade e substituições dos juízes e juízas na localidade?

6. Qual a efetividade dos julgados nas ações ambientais da Amazônia, considerando a responsabilização patrimonial e as medidas de constrição aplicadas pelo Poder Judiciário?

7. Quais práticas inovadoras de tecnologia, georreferenciamento, governança, gestão de recursos e de inteligência artificial poderiam ser aplicadas nas unidades judiciárias da Amazônia?

8. Há itinerâncias ou mutirões judiciais em causas ambientais na região amazônica?

9. Quais são os procedimentos de gestão processual quando se trata de ação civil pública? Quais os procedimentos de gestão processual de ações ambientais nas varas federais?

10. Quais as similitudes e divergências do ponto de vista da gestão processual nos dois casos acima mencionados?

11. Quais os limites e janelas de oportunidades que as ações civis públicas possuem frente às respostas que o Poder Judiciário pode oferecer nas demandas ambientais?

12. Quais são as áreas/territórios sob júdice que seguem sendo exploradas, desflorestadas e recompostas?

13. Como são os fluxos de comunicação e articulação dos órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário para as causas ambientais?

14. Quais as diferenças de registro de ilícitos ambientais entre os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário? Que mecanismos podem ser construídos/movidos para maior integração?

15. Qual o quadro funcional do Poder Judiciário voltado para os processos de causas ambientais e quais as causas de afastamento e de vacância de cargos?

2.2 Tema 2: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário

Justificativa: A Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146/2015 – foi editada em decorrência da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada em Nova Iorque, da qual o Brasil é signatário e foi aprovada pelo Congresso

Nacional através do Decreto Legislativo nº. 186/08, bem como promulgada através do Decreto 6.949/09.

Tendo em conta o disposto no parágrafo 3º. do artigo 5º. da Constituição Federal, a Convenção passou a ter status de Emenda Constitucional. São reconhecidos o direito à autonomia e independência individuais, para que a pessoa possa fazer suas próprias escolhas e, qualquer limitação, tem caráter excepcional.

A LBI já tem mais de cinco anos, entretanto, a percepção é que ela seja ainda pouco conhecida ou que seus comandos, que têm norte constitucional em razão da Convenção, ainda não foram bem assimilados.

Nesse sentido, ainda são encontrados sistematicamente entraves para o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, apesar do texto de caráter constitucional e legal, não há reconhecimento de que a regra é a plena autonomia da pessoa com deficiência.

Isso tem reflexos que acabam restringindo significativamente a esfera de atuação da pessoa com deficiência e a efetivação de seus direitos. Nesse sentido, é necessário verificar dados sobre a exigência de interdição para que a pessoa com deficiência pudesse postular administrativa e judicialmente Benefícios Previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada - BPC, no âmbito, respectivamente, da Lei de Benefícios Previdenciários e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

No âmbito judicial, é importante investigar se, para fins de levantamento dos valores decorrentes de condenação há exigência de interdição.

Outrossim, considerando que a curatela foi alçada à condição de medida extraordinária (LBI artigos 84 e seg.), de grande significado aferir quais atos civis estão impulsionando a propositura de ações de interdição, bem como estabelecer o quantitativo de curatelas e de tomada de decisão apoiada estão sendo decretadas pelo Judiciário.

Objetivo central: identificar as causas motivadoras das ações de interdição da pessoa com deficiência e a aplicabilidade pelo Judiciário de instrumentos como a tomada de decisão apoiada, avaliação biopsicossocial por equipe e outros previstos na LBI.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais são os dados processuais e de litigiosidade sobre o tema da interdição, curatela, e processos de tomada de decisão apoiada?
2. Quais os principais motivos das ações de interdição?
3. Quais são as percepções dos diversos operadores do Direito acerca da aplicação da Lei Brasileira de Inclusão?
4. Como pessoas com deficiência veem a aplicação da LBI no Poder Judiciário?
5. Quais são os elementos de análise e prova para as sentenças de interdição?
6. Como os processos de interdição são instruídos?
7. De que forma e com que argumentos se faz a dispensa de interrogatório do interditando?
8. Em que condições judiciais são realizadas as escutas de pessoas com deficiência em processos de interdição?
9. Quantos processos são relativos a levantamentos de interdição desde a promulgação da LBI
10. Quantos processos são referentes a conversões de interdição em tomada de decisão apoiada?
11. Quantos processos de tomada de decisão apoiada (instituto previsto na LBI) foram ajuizados?
12. Quais as finalidades elencadas nos processos de tomada de decisão apoiada?
13. Quais são as partes nos processos de tomada de decisão apoiada e seus perfis socioeconômicos?
14. Nas ações previdenciárias e assistenciais em que necessária avaliação da deficiência, utilizada a avaliação biopsicossocial?

2.3. Tema 3: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos

Justificativa: A Agenda 2030 tem como um de seus objetivos, “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ODS 16). Dessa forma, o Poder Judiciário tem a obrigação institucional de engajar-se na promoção de mecanismos para fazer com que o acesso a seus serviços seja cada vez maior, com maior eficácia e eficiência, contribuindo assim, para a pacificação social e a democratização dos serviços jurisdicionais.

Outro compromisso institucional do Conselho Nacional de Justiça está em sua participação na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA - principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto para a formulação de políticas públicas e soluções voltadas ao combate àqueles crimes. Nesse sentido, para cumprir compromissos assumidos junto a esse grupo, é fundamental a realização de pesquisa sobre o tema em tela.

Além disso, dentre as Metas Nacionais 2020, a meta 4 estabelece “Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)” e, no âmbito da Justiça Estadual, a corrupção ativa e passiva são alvo de especial atenção para priorização de julgamentos – o que torna o Poder Judiciário particularmente interessado na produção de informações e estudos sobre o tema do combate à corrupção, lavagem de dinheiro e a recuperação de ativos.

Nesse sentido, os crimes de lavagem de dinheiro e corrupção e a busca para a recuperação de ativos constituem objeto importante como resposta a dar à sociedade acerca dos serviços jurisdicionais. O aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação nacional e internacional e o aprimoramento da coleta de dados estatísticos sobre o tema são cruciais para que as instituições parceiras produzam conhecimento de excelência para o enfrentamento à lavagem de dinheiro e corrupção e a recuperação de ativos; desenvolvam ferramentas conceituais e tecnológicas voltadas às suas atribuições e interesses acerca do tema; busquem eficiência e eficácia na resolução de casos que envolvam lavagem de

dinheiro, corrupção e a recuperação de ativos, contribuindo, assim, para a efetividade da justiça.

Objetivo central: Investigar fluxos de comunicação e cooperação nacional e internacional entre instituições que atuam no combate à lavagem de dinheiro e corrupção e na recuperação de ativos, além da mensuração e análise de dados processuais relativos ao tema.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. É possível identificar os crimes antecedentes praticados em relação à corrupção e lavagem de dinheiro? Quais instituições realizam tal identificação e que fluxos/procedimentos realiza para isso?
2. Quais os ambientes de negócios, para além de práticas criminosas típicas, que criam mais situações de riscos para a prática de corrupção e lavagem de dinheiro?
3. Quais os fluxos/procedimentos de cooperação nacional e internacional sobre o tema que se encontram fragilizados e, portanto, necessitam de aperfeiçoamento?
4. Quanto ao cumprimento dos Provimentos CN/CNJ n. 88/2019 e 90/2020, como estão sendo feitas as inspeções e quais desenhos de fluxos/procedimentos para aperfeiçoamento das comunicações junto à Unidade de Inteligência Financeira?
5. Quais as partes (nos polos passivo e ativo) e respectivos perfis que constam nos processos relativos à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos?
6. Qual o número de condenados e absolvidos nos processos referentes ao tema de pesquisa?
7. Quais os valores recuperados nas ações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro?
8. Quais as penas aplicadas e o tempo de pena aplicada nos casos de detenção/reclusão?

9. Como se dão as intimações pessoais (fato comum a qualquer processo criminal) nos casos de processos relativos ao tema de pesquisa?

10. Como os magistrados lidam com as questões relativas à administração dos bens sequestrados (fazendas, empresas, ou mesmo automóveis e aeronaves)?

11. Quais os sinais de lavagem de dinheiro identificados nas comunicações feitas junto à Unidade de Inteligência Financeira (antigo COAF)?

12. Quais as iniciativas do Congresso Nacional sobre o tema?

13. Quais as ferramentas ou instrumentais de pesquisa de bens e ativos do Ministério Público?

14. Quais as relações estabelecidas entre o Poder Judiciário e o Ministério Público no âmbito do combate à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos?

15. É possível identificar perfis de réus absolvidos e condenados em relação ao tema de pesquisa?

2.4. Tema 4: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais

Justificativa: O Estado brasileiro assumiu, desde o início do processo de internacionalização dos direitos humanos, uma série de compromissos internacionais ao aderir e ratificar os principais tratados. Particularmente no âmbito regional, a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) de 1969 é central para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e seu impacto é sentido pelas instituições e sociedade civil brasileiras há décadas. Além de enunciar normas de direitos humanos, a CADH criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos: um tribunal internacional regional com competência para o processo internacional de apuração da responsabilidade dos Estados por violações à direitos humanos, entre outras funções. Por meio do seu labor interpretativo, ao longo dos últimos trinta anos, a Corte IDH desenvolveu uma sofisticada jurisprudência, traçando parâmetros sobre combate e prevenção à tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos

forçados, direito de acesso à justiça, investigação com a devida diligência, direito à verdade e à memória, prazo razoável de duração do processo, independência judicial, direitos territoriais indígenas e quilombolas, dentre outros.

Contudo, o exercício da jurisdição interamericana pressupõe a observância do princípio da subsidiariedade, vale dizer, o prévio esgotamento dos recursos internos ou o preenchimento de uma das suas exceções (art. 46, CADH). Isso se deve em razão de o sistema internacional de proteção não ter sido construído para lidar com todas as possíveis violações graves a direitos humanos, que ocorrem todos os dias e se espalham na significativa extensão territorial das Américas. A ideia central do SIDH seria tratar de casos emblemáticos, representativos dos principais problemas da região, com o fim de construir os parâmetros interpretativos que serviriam de guia para evitar a perpetuação cíclica de tais violações. Por isso, a Corte IDH construiu a teoria do controle de convencionalidade, segundo a qual todo(a) juiz(íza) nacional (e também os demais agentes públicos) devem zelar pela aplicação da Convenção Americana, seguindo o sentido e o alcance interpretativo dado pela Corte IDH .

Apesar de os estudos sobre controle de convencionalidade já estarem sendo desenvolvidos pelos(as) juristas brasileiros, observa-se que ainda não há uma disseminação de julgados locais que fazem referência à jurisprudência da Corte IDH ou que, mesmo sem citá-la, seguem a linha interpretativa ditada por este tribunal. Em comparação com outros países da região, tais como Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia e México, o Estado brasileiro não foi diretamente influenciado pela Convenção Americana de Direitos Humanos ou pelos órgãos do sistema da mesma forma, com a mesma intensidade, no curso do processo de redemocratização. Tal fenômeno provoca um questionamento acadêmico, político-social e institucional quanto às raízes da baixa visibilidade da jurisprudência da Corte IDH na jurisprudência nacional.

Do ponto de vista jurídico, a aplicação imediata da CADH deveria ser obrigatória, entretanto, supõe-se que a cultura profissional, em conjunto com a percepção do que significa a independência judicial, produz um cenário de resistência de juízas e juízes para a aplicação da norma internacional. Algumas inferências podem ser levantadas e testadas para tentar compreender a respeito da baixa adesão da magistratura brasileira em relação à aplicação da

CADH, conforme a interpretação desenvolvida pela Corte Interamericana em seus julgamentos. Uma seria o desconhecimento ou a pouca familiaridade com o texto convencional e com o labor interpretativo do tribunal interamericano. Em segundo lugar, poder-se-ia levantar a objeção baseada no princípio da soberania nacional e da negação às normas internacionais de proteção aos direitos humanos, em especial no que tange os julgados relacionados à justiça de transição. Há aqueles que tratam as normas convencionais como se fossem direito estrangeiro, sem aplicabilidade direta ao caso concreto, servindo apenas como argumento de reforço da aplicação de norma doméstica já esboçada (e não como fonte formal do direito). Por fim, sem prejuízo de outras explicações a serem levantadas, uma outra explicação seria a existência de uma resistência local em seguir o dever de controle de convencionalidade nos moldes em que é proposto pela Corte IDH, em especial quando eles conflitam com a interpretação sedimentada pela jurisprudência local.

O mapeamento das resistências de tais agentes políticos será de fundamental importância para desenhar uma estratégia ampla, diversificada e de largo fôlego que buscará entrosar normativas administrativas, medidas e ações a fim de enfrentar as dificuldades encontradas para a internalização da Convenção Americana de Direitos Humanos. Tal mapeamento também produzirá dados que poderão ser utilizados para incrementar o programa de direitos humanos dos editais de concursos para a magistratura, assim como poderão auxiliar no desenho de cursos de formação e educação continuada sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Ressalta-se que a pesquisa deve trabalhar com as percepções das juízas e juízes, levando em conta que as pessoas, de modo geral, têm dificuldade de assumir intencionalidade em seu processo decisório. Ainda, é possível haver uma tendência na magistratura no sentido de assumir uma posição de neutralidade, ao invés de estabelecer um posicionamento como agente político. Deve-se levar em consideração, também, que é possível haver resistência para aprender conteúdos novos com os quais não estão familiarizados e/ou que sejam percebidos como fora do conhecimento jurídico e de caráter politizado e não técnico. Ao introjetar essas dificuldades às premissas da pesquisa de campo, os dados estarão mais próximos à realidade das juízas e juízes, o que auxiliará no desenho de medidas e ações que

poderão efetivamente criar impacto sobre a eficácia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no Brasil.

Objetivo: Identificar, por meio de pesquisa de campo e coleta de documentos dos Tribunais, os motivos que levam à baixa aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos, formulando hipóteses e soluções.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se, inicialmente, que a pesquisa seja direcionada pelas seguintes questões: se as juízas e juízes

1. Entraram em contato com a Convenção Americana de Direitos Humanos? Se sim, já a aplicaram alguma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente a aplicam?
2. Entraram em contato com o restante da normativa do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador, Convenção de Belém do Pará, Convenção Interamericana para Prevenção e Combate à Tortura, Convenção Interamericana para Eliminação de Discriminação Racial, dentre outros). Se sim, já a aplicaram alguma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente as aplicam?
3. Conhecem a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sua composição e suas atribuições? Já assistiram a alguma audiência, leram algum relatório, conhecem o instituto da solução amistosa, medidas cautelares?
4. Conhecem a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sua composição e suas atribuições? Já assistiram a alguma audiência, conhecem suas sentenças, opiniões consultivas, medidas provisórias?
5. Conhecem o procedimento de um caso quando que ingressa no Sistema Interamericano de Direitos Humanos?
6. Conhecem a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos? Por temas (obs. listar os que forem prioritários)?
7. Conhecem os julgados da Corte contra o Brasil? Listar os casos para que possam ser reconhecidos individualmente.

8. Compreendem o que são os padrões, standards ou parâmetros interamericanos de proteção aos direitos humanos? Já aplicaram algum/alguns aos casos julgados sob sua responsabilidade?

9. Ao se deparar com um caso específico, têm a percepção de que podem aplicar imediatamente um padrão, standard ou parâmetro interamericano?

10. Gostariam de participar para conhecer ou aprofundar seu conhecimento sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos? Que atividade gostariam que fossem organizadas para essa finalidade?

11. Conhecem o conceito de controle de convencionalidade?

12. Exerceram o controle de convencionalidade? Se sim, já o fizeram uma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente a aplicam?

13. Conhecem a posição do STF sobre controle de convencionalidade/aplicação do direito internacional dos direitos humanos no Brasil? Conhecem a teoria do diálogo entre Cortes e a do duplo controle?

14. Com que frequência a CADH é citada nas decisões judiciais? Há diferença entre instâncias originárias e recursais?

15. Quais são os assuntos que com maior frequência aparecem nas decisões judiciais que citam a CADH?

16. Quais os percentuais de condenação/absolvição e de reforma de decisão quando há citação da CADH na decisão judicial?

Sobre os Tribunais:

17. Quais tribunais utilizam normativas ou realizam ações que recomendem ou estimulem a aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos? Quais são as iniciativas e como elas são aplicadas?

2.5. Tema 5: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento

Justificativa: O Estado brasileiro, tanto em sua trajetória histórica como na contemporaneidade, convive com um quadro estrutural de violações de direitos no contexto das políticas penais. Ao lado de leis e discursos normativos civilizados e garantidores, admite ambientes prisionais que naturalizam e potencializam a morte e o risco de morte das pessoas privadas de liberdade. O cumprimento efetivo da Lei de Execução Penal não encontra sustentação na gestão das políticas públicas penais em vigência, uma vez que a realidade da maior parte dos estabelecimentos prisionais hoje no Brasil mostra um retrato de verdadeira contradição, onde as pessoas privadas de liberdade estão expostas às mais degradantes situações, que incluem doenças, aglomerações, negligência na garantia de assistências básicas e violência.

Conforme dados recentes sistematizados pelo Conselho Nacional de Justiça a população privada de liberdade aumentou 9,3% entre 2016 e 2020, ao passo em que houve a redução de cerca de cem vagas no sistema no mesmo período, e os óbitos em unidades prisionais cresceram 20% entre 2019 e 2020, puxados pelo aumento dos suicídios (30%) e pelas mortes de causa desconhecida (360%) (Informe. Junho 2021)

Esse quadro de letalidade do sistema prisional brasileiro integra o conjunto de violações de direitos reconhecido pelo STF, no âmbito da ADPF 347 de 2015, ao declarar que as prisões no Brasil são um estado de coisas inconstitucional por causa de suas condições precárias e à margem do estado de direito.

Entre as mazelas citadas no bojo da ADPF 347 e atualizadas pelo CNJ em junho de 2021, persiste a dificuldade para a obtenção de dados atualizados e confiáveis sobre o sistema prisional. O Conselho salienta que até hoje o Brasil não tem condições de apontar taxas de reincidência ou de casos de tortura. "Os registros do Disque 100 indicando violações a essa população triplicaram desde 2013, passando de 3.031 para 9.479 registros [em 2020], um aumento de 213%", destaca.

A incipiente compreensão e fragilidade dos dados acerca do fenômeno das mortes sob custódia prisional no Brasil integram o contexto supracitado. Não obstante a relevância do tema, fragilidades epistemológicas e metodológicas podem ser observadas nos relatórios do

Infopen. Os dados de mortalidade no sistema prisional são computados a partir de cinco categorias: óbitos naturais (por questões de saúde), óbitos criminais, óbitos suicídios, óbitos acidentais, óbitos com causa desconhecida.

As informações são fornecidas pelas administrações dos próprios estabelecimentos prisionais, mediante preenchimento de formulários. A amplitude e a imprecisão das categorias dão margem significativa à subjetividade na coleta dos dados e isso se reflete, sobretudo, na presença da categoria óbitos com causa desconhecida, por meio da qual os entes estatais acabam por reconhecer a imperícia e negligência na apuração dos casos de mortes no âmbito do sistema prisional.

Ademais, para além da imprecisão das categorias, cabe salientar os desafios burocráticos, a heterogeneidade nacional e as complexas relações federativas e interinstitucionais que representam obstáculos ainda não superados e favorecem um conjunto de diferentes metodologias, sistemas e arranjos locais utilizados na coleta de dados.

Para os registros do Infopen/DEPEN, conforme já mencionado, as informações são fornecidas pelas administrações dos próprios estabelecimentos prisionais mediante preenchimento de formulário, e posteriormente repassadas ao Departamento Nacional. Já em relação aos dados do Conselho Nacional do Ministério Público, são os Promotores de Justiça que realizam o preenchimento dos formulários, a partir das vistorias que realizam nos estabelecimentos prisionais.

Por sua vez, no âmbito do CNJ, temos o Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais cuja alimentação é implementada por intermédio dos relatórios de inspeções mensais realizadas nos estabelecimentos penais pelos Juízes de Execução Penal, nos termos do artigo 66, inciso VII da Lei de Execução Penal e de acordo com o estabelecido na Resolução CNJ nº 47/2007. Todavia, necessário reconhecer que informações mais analíticas e dados específicos sobre a ocorrência de mortes não estão suficientemente estruturadas no bojo das inspeções nacionais.

A todas essas diversidades se agrega, ainda, a resistência de alguns estados em compartilhar informações. Situação peculiar é a do estado de São Paulo, o qual concentra a

maior população encarcerada do país —cerca de 33% do total nacional (DEPEN, 2017) e sistematicamente não compartilha seus dados perante as instâncias federais.

Todo os desafios citados configuram obstáculos robustos para a necessária compreensão sobre o fenômeno de mortes consumadas no decorrer da custódia prisional, tanto em relação a indicadores quantitativos, mas, sobretudo, um olhar mais qualificado e crítico sobre suas causas, formas de tratamento e, em especial, estratégias de prevenção e enfrentamento, ao que soma a necessidade de maior transparência, fiscalização e responsabilização para os casos de mortes decorrentes de maus tratos e tortura.

Em que pese a relevância dos desafios metodológicos, importante destacar que a incipiência de dados e pesquisas sobre os casos de mortes sob custódia prisional no Brasil estão relacionadas, acima de tudo, a um padrão de gestão estatal e de modos de controle social, segregação, seletividade e estigmatização penal histórica e estruturalmente condicionados para a persistente violação dos direitos das pessoas pretas e pobres privadas de liberdade (Almeida e Massaú, 2017), especialmente com relação ao direito à vida. Segundo Chies e Almeida (2018), este padrão de governamentalidade opera através de uma seletividade punitiva baseada no racismo (tradicional e contemporâneo) e dirigida com ênfase àqueles que as estruturas sociais brasileiras segregaram como uma ralé de novos escravos. É esta ralé que é sacrificada e exposta à morte nos presídios do Brasil.

Nesse sentido, sobre estar historicamente exposto à morte, Pedroso (2002) nos traz dados referentes à Casa de Correção do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1869: no período foram recolhidos cerca de 1099 condenados, dos quais 245 (22,3%) faleceram. A mortalidade subia bruscamente em relação ao tempo de pena: enquanto era de 2% para apenados de até 2 anos, subia até 66,6% para penas entre 16 e 20 anos (Pedroso, 2002, p. 72).

A morte sob custódia é também encontrada nos estudos históricos de Myrian Sepúlveda dos Santos, então acerca da Colônia de Dois Rios (2004; 2006). Os dados por ela coletados autorizam sustentar que nas três primeiras décadas a Colônia teve como objetivo principal aprisionar bêbados, mendigos, vadios e capoeiras, sendo utilizada, a partir da

metade da década de 1910, para o recolhimento de presos políticos (sobretudo anarquistas e comunistas).

“As declarações de óbito eram frequentes e mostravam que muitos presos faleciam após poucos meses de internação. Morria-se de beribéri, desinteria, tuberculose, sífilis, ou seja, doenças resultantes da má alimentação, falta de higiene e maus tratos […].” (Santos, 2006, p. 451)

Os dados atuais revelam a perpetuação e agravamento dos riscos e situações de óbito no sistema prisional brasileiro. De acordo com o CNJ, uma pessoa presa tem cerca de 2,5 vezes mais chances de ser morta do que alguém fora do cárcere - o índice de assassinatos nas prisões é de 50,38 a cada cem mil habitantes, contra 19,65 a cada cem mil pessoas no Brasil -, além de 28 vezes mais chance de contrair tuberculose. A mesma tendência se aplica para o número de casos de HIV e Aids, duas vezes maior nas cadeias do que entre a população.

As degradantes condições estruturais e operacionais do sistema prisional nacional são relevantes fatores a serem considerados na compreensão das expressões do fenômeno “mortes sob custódia prisional no país”. É desarrazoada e indevida a associação da morte de uma pessoa sob a custódia do estado sob o rótulo de uma categoria ampla e imprecisa, tal como óbitos naturais/por enfermidade, sem a devida consideração e correlação com as condições de custódia prisional a qual estava submetida. É imperiosa a averiguação das causas dos óbitos à luz das condições degradantes dos ambientes prisionais, considerando a insalubridade, superlotação, oferta de assistência à saúde (compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico), a assistência social e outros direitos previstos na LEP. Diante de um quadro de violência coletiva institucional cuja política é pautada na privação de direitos básicos, deve prosperar a categoria de morte natural?

Outrossim, numa agenda de pesquisa, indagações devem ser direcionadas sobre todas as mortes acometidas e registradas no sistema prisional, independentemente de qual categoria esteja vinculada pela administração prisional preliminarmente responsável pela apuração do caso. Óbitos categorizados como causas criminais, suicídios, acidentais e causa desconhecida também apresentam elementos complexificadores que emergem das

realidades prisionais no Brasil e precisam ser devidamente apurados, compreendidos e tratados.

Motins, rebeliões e massacres têm sido recorrentes no contexto prisional, de modo a registrar simultaneamente uma série crescente de assassinatos entre grupos de presos rivais, como também mortes decorrentes da ação das autoridades policiais. Inclusive, sob a perspectiva do protagonismo das mortes associado às pessoas privadas de liberdade e seus grupos organizados, ou às autoridades estatais, também se faz necessária uma sofisticação mais criteriosa na investigação e sua adequada categorização. Outro ponto a ser considerado no presente tópico diz respeito aos fundamentos que deram origem aos conflitos. Seriam derivados de reivindicações dos presos por condições minimamente dignas (assistência jurídica por meio da Defensoria Pública, acesso à assistência médica, oportunidades de trabalho, melhoria na alimentação, com maior quantidade e melhor qualidade, melhoria nas instalações físicas, regularização das visitas familiares etc.)?

Em suma, diante da violação sistemática, histórica e crescente contra o direito à vida de pessoas sob a tutela direta do Poder Público, torna-se necessário aprimorar o entendimento e a transparência acerca das mortes ocorridas sob custódia do Estado, inclusive para que as famílias tenham direito ao justo reconhecimento e indenização sempre que comprovada a responsabilidade estatal. Nesse sentido, orientam a presente proposta de pesquisa as seguinte perguntas-chave: quais cuidados institucionais e diligências estão sendo adotadas pelas autoridades públicas competentes e, em especial, como o Poder Judiciário tem atuado nesse contexto?

Tratam-se de chaves analíticas que devem ser exploradas no bojo de um projeto de pesquisa que, mesmo diante de um tema complexo, atravessado por um arranjo interinstitucional federativo frouxamente articulado, tem no Poder Judiciário um ator central, capaz de induzir um movimento coordenado nacionalmente e apto a jogar luzes sobre o fenômeno das mortes sob custódia prisional, apontar os principais gargalos e pontos de atenção no tratamento dos casos, bem como promover práticas e novos protocolos visando seu enfrentamento.

Para tanto, a pesquisa deverá contar com as bases de dados dos sistemas operados pelo CNJ, entre eles o Sistema de Execução Eletrônico Unificado (SEEU), sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado Paraná e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em processo de implantação nacional, bem como a possibilidade de cruzamento de dados com outros sistemas, tal como DATASUS. Via sistemas nacionais, o Judiciário conta com ferramentas efetivas para uma gestão mais confiável e qualificada sobre a tramitação processual na execução penal, permitindo um controle informatizado e o levantamento de informações relacionadas ao sistema carcerário, entre elas, o acesso a dados afetos a extinção do processo penal por causa de morte. Desta forma, a pesquisa contará com relevantes dados e informações que corroborarão com os estudos e pesquisas de campo para uma melhor compreensão do fenômeno em tela.

Outra fonte de dados interessantes que poderá ser considerada como estratégia de pesquisa seria o levantamento, nos TJs, acerca dos processos para indenização de famílias em decorrência das mortes sob custódia, ainda que nem todas as mortes sejam contestadas judicialmente. Poder-se-ia ter acesso a uma segunda camada de informações relevantes: Registro de Mortes e tipificação X Reclamações de mortes. Isso permitiria aprofundar análises sobre como o Judiciário lida com as mortes sob custódia e identificar o que influencia decisões, o que, como hipótese, pode apontar para a forma como a gestão prisional registra e comunica essas mortes. Tal informação, por sua vez, cruzada com os sistemas da Política de Saúde, pode jogar luzes sobre inconsistências e ocultações de motivos (o que, parece, está sob os rótulos “causas desconhecidas” ou “mortes naturais”.

Portanto, diante de um sistema prisional que sempre foi marcado por problemas estruturais graves e pela ausência de iniciativas fundadas em evidências e boas práticas, o que se buscará, a partir da pesquisa ora proposta, é desenvolver um estudo empírico e pesquisa de campo visando ao levantamento de informações acerca dos procedimentos de registro, apuração e outros indicadores relevantes para a compreensão sistêmica e analítica das mortes de pessoas sob custódia prisional no Brasil. Neste sentido, cumprindo o seu papel institucional, o Conselho Nacional de Justiça contribuirá com a fortalecimento da atuação

jurisdicional através de pesquisas e produção de conhecimento destinadas ao constante aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Objetivo: Identificar e desenvolver estudo empírico e pesquisa de campo, acerca dos procedimentos de registro, apuração e outros indicadores relevantes para a compreensão sistêmica e analítica das mortes de pessoas sob custódia prisional no Brasil; identificar causas de mortes e fatores agravantes, apresentando estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais os mecanismos de registro e comunicação de mortes e como são realizados os procedimentos?
2. Qual a predominância de causas de morte identificadas a partir das categorias utilizadas pelas instituições oficiais (óbitos naturais/por questões de saúde, óbitos criminais, óbitos suicídios, óbitos acidentais, óbitos com causa desconhecida.
3. Outras categorias são identificadas e/ou categorizadas? Caso sim, quais critérios?
4. Identificar o tempo entre a morte do réu e a sentença de extinção da punibilidade;
5. Identificar as diferenças entre os percentuais de mortes nos presos provisórios e condenados, separando-se por tempo da condenação;
6. Identificar as causas mais frequentes de mortes das pessoas privadas de liberdade e o comportamento na série temporal;
7. Identificar os fatores que levam ao agravamento nas probabilidades de morte das pessoas custodiadas, tais como perfil da pessoa (gênero, faixa etária, raça/cor, escolaridade, etc.), tempo da pena, superlotação carcerária, motivo da prisão, entre outros;
8. Qual a metodologia e/ou procedimento é utilizado para averiguação e investigação das causas de mortes?

9. Como o registro da morte é formalizado em cada estado da federação e tribunal?

10. Qual o gênero, raça, faixa etária e outros dados pessoais identificados nos casos de processos penais extintos por razão de óbito?

11. Quais documentos são apresentados para a autoridade judicial que fundamentam a extinção do processo?

12. Houve a solicitação e/ou realização de perícia?

13. Qual a incidência de casos em que a declaração da autoridade responsável pelo estabelecimento prisional é o único meio de prova da ocorrência e causa da morte?

14. Há registros de série histórica sobre a ocorrência de mortes no sistema prisional do estado? Ocorrência em unidades prisionais específicas?

15. Nos casos de óbitos criminais, há registros de que a pessoa estava ameaçada? Há informações e relatos sobre a iminência de motins e rebeliões? Quais medidas foram adotadas pela Administração Prisional e autoridades públicas responsáveis (Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, outros)

16. Nos casos de mortes naturais por enfermidades e também por suicídios, há registros de atendimento e acompanhamento médico garantido pela administração penitenciária? Houve investigação acerca da garantia, ou negligência, do direito à saúde;

17. Nos casos de óbitos acidentais e óbitos com causa desconhecida quais informações e dados foram considerados para a extinção do processo? Quais diligências foram solicitadas?

18. Quais são as boas práticas de apuração e processamento dos casos de mortes sob custódia prisional verificados?

19. Caso sejam identificadas, no âmbito da pesquisa, falhas no procedimento de investigação e processamento judicial das causas de mortes, quais seriam as possíveis soluções?

2.6. Tema 6: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade

Justificativa: Ante a preocupante situação da privação de liberdade no Brasil, caracterizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF nº 347 como estado de coisas inconstitucional, verifica-se como imperioso um conjunto de ações concretas e interinstitucionais que façam frente a esse cenário.

Atualmente, o Brasil ocupa a terceira posição no ranking dos países que mais encarceram no mundo. Para além do aumento das taxas de encarceramento, que vem ocorrendo nas últimas décadas, a constatação de graves violações aos direitos fundamentais nos espaços de privação de liberdade é de conhecimento público.

Na ADPF nº 347 o STF apontou que a responsabilidade pela superação dessa realidade é dos diferentes poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive participando Estados-Membros e o Distrito Federal, além da União, nessa empreitada. Ajuizou também acerca da existência de problemas na formulação e na implementação de políticas públicas, e na interpretação e aplicação da lei penal. No que diz respeito ao Poder Judiciário, o STF evidenciou a responsabilidade em racionalizar a concretização da ordem jurídico-penal, de modo a tornar mínima essa situação inconstitucional em vez de agudizá-la.

Com relação ao sistema de justiça juvenil, o cenário também é preocupante, já que se observam unidades socioeducativas com atendimento precarizado, que compromete a socioeducação e faz preponderar rotinas de segurança em detrimento de atividades pedagógicas, como preconiza a constituição e a legislação brasileiras. Dito contexto levou o Supremo Tribunal Federal a reconhecer, no julgamento de pedido liminar formulado no bojo do HC nº 143.988/ES, de relatoria do Ministro Edson Fachin, que “os direitos fundamentais dos adolescentes internados estão a sofrer graves violações motivados pela superlotação, razões pelas quais não podem permanecer na situação degradante que se encontram”.

Neste sentido, em agosto de 2018, o Ministro Fachin concedeu liminarmente a ordem no habeas corpus mencionado, determinando que na Unidade de Internação Regional Norte em Linhares/ES, fosse delimitada a taxa de ocupação em 119%, procedendo-se a transferência dos adolescentes sobressalentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior à taxa média de 119%. Subsidiariamente, determinou que, caso a transferência não fosse possível, a autoridade judicial deveria atender ao parâmetro

fixado no art. 49, II, da Lei 12.594/2012, isto é, colocar o adolescente em programa de meio aberto, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, até que fosse atingido o mencionado percentual máximo de ocupação. Por fim, estabeleceu que, na hipótese de impossibilidade de adoção das medidas supra, houvesse a conversão de medidas de internação em internações domiciliares e, alternativamente, a adoção justificada pelo magistrado ou magistrada das diretrizes sucessivas constantes do pedido inicial.

Em meio a esse contexto de superlotação e precariedade dos ambientes de privação de liberdade, a população prisional e os/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas têm sido tratados como uma massa amorfa, sem particularidades, especificidades e, portanto, sem a oferta de políticas efetivas que deem conta das interseccionalidades presentes no encarceramento da população, que está, em sua grande maioria, em situação de vulnerabilidade social.

À vista disso, a privação de liberdade tal como é adotada no Brasil tende a agravar a condição social dessas pessoas, suas famílias e seus territórios, culminando no desrespeito ao rol de previsões nacionais e internacionais sobre o tema.

Na tentativa de olhar para as especificidades de cada grupo, de cada sujeito que passa pelo sistema de justiça penal e socioeducativo, e sobretudo no intento de não agravar a situação de desigualdade social e de violência por parte do Estado brasileiro, é que o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), vem desenvolvendo uma série de medidas focadas nas chamadas minorias sociais - grupos que sofrem maior exclusão, revitimização, preconceito e estigmatização em decorrência de gênero, raça ou etnia, religião, entre outros fatores, devido à presença de marcadores sociais da diferença, ficando assim em situação de maior risco e vulnerabilidade psicossocial.

Como ações já desenvolvidas ou em desenvolvimento no CNJ, é possível citar:

Elaboração e aprovação da Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do

Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2959>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Publicação do Manual Resolução CNJ n. 287/2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual-Resolu%C3%A7%C3%A3o-287-2019-CNJ.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração e aprovação da Resolução CNJ n. 348 de 13/10/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração do Manual Resolução n. 348/2020 – no prelo.

Além dos atos normativos e manuais acima citados, o CNJ está em vias de discutir ato normativo específico para o tratamento no âmbito penal sobre a população migrante. Outrossim, tem-se discutido o tema liberdade religiosa nos ambientes de privação de liberdade e o tratamento conferido às vítimas, por meio da análise do cumprimento da Resolução CNJ n. 253 de 04/09/2018, que define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais.

Salienta-se que, nesse conjunto de estratégias em que se busca discutir as especificidades, pluralidade e, principalmente, a garantia de direitos dos grupos historicamente acossados, foi produzido estudo interno por consultora contratada, intitulado Relatório “Boas práticas de enfrentamento ao racismo no Sistema de Justiça Nacional”, que buscou abarcar o mapeamento de boas práticas e a apresentação de subsídios ao Conselho Nacional de Justiça e ao Programa Justiça Presente (Atual Fazendo Justiça), visando a elaboração de atos normativos e estratégias de advocacy para promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo estrutural, bem como de seus impactos no encarceramento da população jovem, negra e periférica.

Ademais, o CNJ editou recentemente a Resolução n. 369 de 19/01/2021, que estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de

gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3681>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração do Manual Resolução n. 369/2021 – em produção.

Outra iniciativa de destaque nesse mesmo diapasão diz respeito às pessoas em sofrimento ou com transtornos mentais ou que fazem uso de drogas em conflito com a lei. Nesse bojo, o CNJ, por meio do Eixo 3 do Programa Fazendo Justiça e da atuação da Unidade de Monitoramento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF Corte IDH / DMF / CNJ), tem se inclinado a pensar ações e estratégias de qualificação da atuação judiciária em casos que necessitam mais da intervenção da saúde e menos da punitividade criminal ou socioeducativa expressa na privação de liberdade.

Nesta esteira, faz se oportuna a realização de pesquisas que contribuam para a visibilização das minorias privadas de liberdade seja no sistema penal, seja no sistema socioeducativo, trazendo elementos sobre a atuação judicial e o tratamento destinado a essas pessoas também em medidas que extrapolem o aprisionamento.

Objetivo: Identificar como e se estão sendo aplicadas as Resoluções CNJ n. 287 de 25/06/2019 e n. 348 de 13/10/2020 pelo Poder Judiciário, revelando também o perfil sociodemográfico (idade, gênero, raça, etnia, escolaridade) dessa população que está no sistema de justiça criminal, incluindo as acusadas, rés, condenadas ou com privação de liberdade, bem como o tipo penal a essas pessoas imputado e os serviços a elas oferecido.

Do mesmo modo, realizar a mesma pesquisa/identificação no sistema de justiça juvenil e socioeducativo para aos/às adolescentes apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, incluindo o ato infracional a eles/as atribuído. Em que pese a Resolução CNJ n. 287/2019 não ter abordado a situação dos/as adolescentes, é de fundamental importância identificar como está a relação do sistema de justiça juvenil com

os/as adolescentes indígenas, considerando que o adolescente não pode ter tratamento mais gravoso que o adulto.

Identificar a estrutura dos sistemas prisionais e socioeducativos para atendimento a esse público (população indígena e LGBTI), formulando hipóteses, soluções e iniciativas de aprimoramento para o tratamento de minorias no sistema carcerário.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

Sobre a Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019 - pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade - e sobre adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação

1. Os/As magistrados/as do país têm conhecimento acerca da Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019? Estão sendo ofertadas capacitações?
2. Existem normativas específicas nos estados sobre o tratamento destinado à população indígena adulta e adolescente no âmbito da justiça criminal e justiça juvenil?
3. Qual a metodologia e sistema são utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo (Administração Prisional/Penitenciária) para identificação das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade? Sinalizar caso não haja nenhum tipo de identificação.
4. Qual a metodologia e sistema utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo para identificação dos/as adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?
5. Quantas são as pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado? Onde elas estão localizadas?
6. Quantos/as são os/as adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

7. Quem são (perfil sociodemográfico) das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade?

8. Quem são (perfil sociodemográfico) adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

9. Quais são os tipos penais imputados às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

10. Quais são os atos infracionais atribuídos aos/às adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

11. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

12. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento aos/às adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

13. É possível medir o impacto de decisões, em audiência de custódia e em audiências de instrução criminal (no caso dos adultos) ou infracional antes e após a Resolução CNJ 287/2019?

14. Há dificuldades apontadas para a aplicação da Resolução CNJ 287/2019 pelos atores do sistema de justiça? De que ordem?

Sobre a Resolução CNJ n. 348 de 13/10/2020 - população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo (LGBTI) que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente e adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, propõe-se perguntas semelhantes:

15. Os/As magistrados/as do país têm conhecimento acerca da Resolução CNJ n. 348/2020? Estão sendo ofertadas capacitações?

16. Existem normativas específicas nos estados sobre o tratamento destinado à população LGBTI adulta e adolescente no âmbito da justiça criminal e justiça juvenil?

17. Quais estruturas de privação de liberdade existem para acolher essa população? Exemplo: celas, alas ou unidades próprias, alas diferentes, unidades masculinas ou femininas.

18. Qual a metodologia e sistema são utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo (Administração Prisional/Penitenciária) para a identificação das pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade? Sinalizar caso não haja nenhum tipo de identificação.

19. Qual a metodologia e sistema utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo para identificação dos/as adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

20. Quantas são as pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado? Qual população é mais identificada?

21. Quantos/as são os/as adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

22. Quem são (perfil sociodemográfico) das pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade?

23. Quem são (perfil sociodemográfico) adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

24. Quais são os tipos penais imputados às pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

25. Quais são os atos infracionais atribuídos aos/às adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as

provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

26. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento às pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

27. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento aos/às adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

28. Há dificuldades apontadas para a aplicação da Resolução CNJ 348/2020 pelos atores do sistema de justiça? De que ordem?

I. Estratégia de desenvolvimento – principais atividades

As atividades do Projeto de Investigação respeitarão os métodos clássicos de pesquisa científica e empírica na área do Direito, fazendo uso de instrumentos tais como: questionários, entrevistas, estatísticas, estudos setoriais, doutrina, jurisprudência, consolidando, assim, estratégias diversificadas e conexas, com a finalidade de prover uma visão mais ampla e integral do objeto da pesquisa, conforme a seguir indicado.

(i) **Análise de dados** estatísticos, primários e secundários, obtidos junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e órgãos pesquisados.

(ii) **Pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa**, junto às instituições pesquisadas, envolvendo entrevistas, aplicação de questionários e coleta de informações, mediante instrumento apropriado especialmente desenvolvido para o Projeto de Pesquisa. A pesquisa de campo deverá abranger capitais, regiões metropolitanas e municípios do interior, sempre que possível.

(iii) Análise dos **autos processuais**, análise de textos de decisões, sentenças, petições, entre outras peças existentes nos autos dos processos de interesse da pesquisa.

A análise dos dados quantitativos deverá cobrir o período mínimo de cinco anos.

Anexo II

Modelo de Apresentação da Proposta de Projeto de Pesquisa

1) Dados Cadastrais

Órgão/Entidade Proponente				CNPJ
Endereço				
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento	
Nome do Responsável				CPF
CI/Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
Endereço				CEP
Esfera Administrativa ☐ MUNICIPAL ☐ ESTADUAL		☐ FEDERAL ☐ ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL		

2) Descrição da Proposta de Pesquisa

<table>
<tr><td colspan="4">Campo Temático:</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="2">Título do Projeto de Pesquisa
Indicar o título do projeto, programa ou evento a ser executado.</td><td colspan="2">Período de Execução</td></tr>
<tr><td>Início</td><td>Término</td></tr>
<tr><td colspan="4">Identificação do Objeto

Descrever o produto final do projeto, programa ou evento.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Responsável Técnico do Projeto</td></tr>
<tr><td colspan="2">Endereço</td><td>DDD/Telefones de contato (informar inclusive celular)</td><td>E-mail</td></tr>
<tr><td colspan="4">Data: / /

Assinatura

_____</td></tr>
</table>

2.1) Justificativa da Proposição

O proponente deverá demonstrar:

- A caracterização dos interesses recíprocos;
- A relação entre a proposta apresentada e os objetos estipulados no Projeto de Pesquisa; e
- O problema a ser resolvido e os resultados esperados;

2.2) Descrição Detalhada do Projeto de Pesquisa

1. Introdução
2. Objetivos (gerais e específicos)
3. Hipótese(s) e fundamentação teórica
4. Metodologia
5. Cronograma
6. Referências

3) Adequação curricular dos integrantes da equipe básica ao tema da pesquisa

Equipe Básica	Indicação de projetos, grupos de pesquisas, estudos e publicações de sua autoria e/ou participação, relacionados ao tema da pesquisa	Link para Currículo Lattes
Coordenador/a Acadêmico		
Coordenadores/as de Campo		

4) Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa (por etapa)

Fase	Produtos	Duração (meses)
1	Não se aplica	15 dias, após a assinatura do contrato
2	Produto Parcial 1	30 dias, após a assinatura do contrato
3	Produto Parcial 2	90 dias, após a assinatura do contrato
4	Produto Parcial 3 - Apresentação	210 dias, após a assinatura do contrato
5	Produto Final CNJ	270 dias, após a assinatura do contrato

6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; apresentação de resultados de pesquisa.	300 dias, após a assinatura do contrato
7	Encerramento do contrato	360 dias, após a assinatura do contrato

5) Valor e Cronograma de Pagamento

Fases	**% de Pagamento**	**Valores**
1	Não se aplica	
2	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 1	
3	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 2	
4	30% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 3	
5	30% do valor total, após a aprovação do Produto Final	
Valor Total da Proposta		

6) Assinatura do responsável pelo Projeto de Pesquisa

Data: / /

_____

(assinatura)

ANEXO III

Formulário para declaração, a ser prestada pelo representante da instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente, indicativa dos nomes dos profissionais que, vinculados à instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente representada, integrarão a equipe básica de pesquisa, caso a proposta seja aprovada pelo CNJ

DECLARAÇÃO

Eu, _____, representante legal/convencional da Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa _____,CNJP _____, DECLARO que os pesquisadores indicados na tabela abaixo estarão vinculados à equipe básica de pesquisa e à execução do contrato administrativo que venha a ser firmado com o Conselho Nacional de Justiça, caso a proposta apresentada pela instituição/fundação de apoio à pesquisa que represento seja aprovada na seleção decorrente da publicação do Edital de Convocação Pública CNJ nº 2/2021 .

Nome completo do profissional	CPF	Titulação

Localidade, data

Assinatura do representante da Instituição/Fundação de Apoio à pesquisa proponente.

ANEXO IV

Formulário para declaração, a ser prestada pelos profissionais que integrarão a equipe básica de pesquisa, caso a proposta seja aprovada pelo CNJ, indicativa do compromisso de participação efetiva nas etapas da pesquisa

DECLARAÇÃO

Eu, _____, titular do número de CPF _____, pesquisador com a titulação de _____, DECLARO que, se a proposta apresentada pela Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa _____, CNPJ _____, for aprovada na seleção decorrente da publicação do Edital de Convocação Pública CNJ nº 2/2021, participarei ativamente da execução do contrato administrativo que venha a ser firmado entre referida entidade proponente, à qual estarei vinculado, e o Conselho Nacional de Justiça.

Localidade, data.

Nome completo do pesquisador declarante.

ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

ANEXO VI

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O/a [*instituto/instituição*]**,** com sede em [*endereço*], inscrita no CNPJ nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu [*cargo do representante*], [*nome completo do representante*], RG [*xxxxxxx órgão expedidor*], e CPF [*xxxxxxxxx*] apresenta o presente **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE** e, por seu intermédio, a **CONTRATADA** obriga-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**, segredos e informações confidenciais de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas física ou jurídica não autorizadas, sem a expressa autorização do **CNJ**.

Parágrafo primeiro. As informações consideradas sigilosas para o presente **TERMO** são aquelas de interesse restrito ou confidencial do **CNJ**, cujo conhecimento não pode ser dado a terceiros, em especial:

Os dados armazenados em arquivos ou bases de dados disponibilizados pelo CNJ, sejam elas originárias das bases de dados do próprio órgão sejam bases de dados de outros órgãos ou instituições passíveis de disponibilização, mediante cooperação firmada junto ao CNJ, além de informações confidenciais para fins de uso em pesquisa ou qualquer outra atividade tal como processamento em softwares e modelos de inteligência artificial.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** reconhece ser a lista acima meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas em segredo.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atuará nas ações e/ou iniciativas relativas à pesquisa intitulada [*título da pesquisa*].

CLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** reconhece que em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação essa deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATADA** reconhece expressamente que ao término da atividade que demandou a formalização do presente Termo deverá entregar ao **CNJ** todo e qualquer material fornecido, inclusive anotações envolvendo informações sigilosas relacionadas, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A **CONTRATADA** também assume o

compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade junto ao **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA - A **CONTRATADA** obriga-se perante o **CNJ** a lhe informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dele ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – A **CONTRATADA** não deverá utilizar qualquer informação para fim diverso daquele destinado à execução das atividades inerentes ao contido no PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA PRIMEIRA do presente TERMO.

CLÁUSULA OITAVA - Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Neste caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA NONA – Para realização de transferência de dados, deverão ser observados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA - Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em privilégio a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

PESQUISADOR

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JOHANESS ECK

Diretor Geral - CNJ

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. ___/2021. CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A _____, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n° ____).

A UNIÃO, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA,** sediado SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **JOHANESS ECK**, Identidade n. XXXXXX SSP/SP e CPF n.XXXXXXXXX, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.XX, de XX de XXXXXX de xxxx, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa _____, com sede _____, CEP _____, telefone (___) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, RG n. _____ e CPF n. _____,celebram o presente contrato com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, no Edital de Convocação n. 02/2021 do **CNJ**, publicado no Diário Oficial da União de xx de xxxxxxx de 2021, observando-se o que consta nos Processos nos 08400/2020, 02141/2021 e 04929/2021, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é a realização de pesquisa intitulada "_____", com o objetivo de investigar assuntos de interesse do **CONTRATANTE**, observados o Edital de Convocação n. 2/2021 do **CNJ** e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrariem.

Parágrafo único – O presente contrato fica vinculado ao Edital de Convocação, à portaria de dispensa de licitação e à proposta vencedora do chamamento público.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto do presente contrato será indireta por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA **TERCEIRA –** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

b) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

c) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

d) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

f) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

g) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

h) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

i) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

b) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral:

c) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

d) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

e) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

f) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

g) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

h) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

i) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

j) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

k) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

l) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição representada;

m) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

n) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

o) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

p) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

q) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme Anexo VII) assinado por todos os membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

r) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

s) O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -- TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

t) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

u) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

v) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ;

x) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

z) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

aa) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020); e

ab) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

Parágrafo primeiro - A inadimplência da **CONTRATADA** na quitação dos encargos estabelecidos na alínea “q” desta cláusula, não resultará em vínculo de subsidiariedade com a **CONTRATANTE** pelo seu pagamento, também não onerará o objeto deste contrato.

Parágrafo segundo - A **CONTRATADA** será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas na execução dos trabalhos ou na utilização de materiais.

Parágrafo terceiro - Qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente contrato somente poderá ser realizada mediante prévia autorização e aprovação do **CONTRATANTE**, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e à Série "Justiça Pesquisa", com referência específica à edição de correspondência.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA deverá executar integralmente o objeto da contratação, sendo vedado subcontratar e/ou terceirizar parcial ou integralmente a execução do objeto do contrato.

Parágrafo quinto - Os Coordenadores de Pesquisa deverão prever duas visitas à sede do CNJ para discussão do andamento da pesquisa. A data de cada uma das visitas será informada tempestivamente pela Comissão de Acompanhamento.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo **CNJ** para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

II – o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

III – a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

Parágrafo primeiro. Os relatórios parciais e final deverão ser entregues na forma eletrônica para fins de editoração e publicação pelo DPJ.

Parágrafo segundo. De acordo com o interesse do **CNJ**, poderão ser realizadas reuniões presenciais, preferencialmente em Brasília, ou por meio de videoconferência, em qualquer uma das fases da pesquisa, às expensas da **CONTRATADA.**

Parágrafo terceiro. O **CNJ** comunicará à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, suspendendo, se for o caso, os pagamentos restantes, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto. No prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação, o **CNJ** analisará as justificativas e emitirá parecer em igual prazo.

Parágrafo quinto. Em caso de dano, o **CONTRATANTE** realizará a apuração e comunicará o fato à instituição selecionada para que seja ressarcido o valor correspondente em 30 dias. O não atendimento das medidas saneadoras ensejará a instauração do processo adequado.

Parágrafo sexto. Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de alterações no Cronograma de Pagamento, Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa ou de prazos e atividades específicas do projeto de pesquisa, estas deverão ser acordadas entre o Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e o Coordenador da pesquisa, devendo constar o registro das alterações nos autos do processo administrativo.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA SEXTA – Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência:

a.1) por não entrega de documentação simples;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% do valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja

configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos;

b.8) 20% do valor total do contrato, nos casos de inexecução total, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”;

e) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

e.1) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento e que são passíveis de ajustes em complementação do produto, dada a natureza própria da atividade de pesquisa científica. Não serão considerados “desatendimento às solicitações do CNJ” impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

e.2) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

e.3) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

e.4) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo primeiro. As sanções previstas nos itens *“a”*, “*c”* e “*d”* desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Contrato por inexecução total da obrigação nos termos da Lei.

Parágrafo segundo. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo, assegurando à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo terceiro. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo quarto - Para exigir a pena convencional, não é necessário que a CONTRATANTE alegue prejuízo (Código Civil, artigo 402). No entanto, de comum acordo, em conciliação, desde que não haja prejuízo ao Erário e/ou desde que o prejuízo ao Erário esteja integralmente ressarcido, a CONTRATANTE poderá substituir a **possível** aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido que seja expressamente veiculado pela contratada, na defesa prévia. A substituição prevista neste dispositivo:

I - poderá ser realizada no máximo duas vezes, ao longo da vigência do contrato, desde que referida a condutas diferentes entre si identificadas pela primeira vez na execução do contrato;

II - somente ocorrerá nas hipóteses em que o gestor do contrato apresente manifestação favorável, fundamentada:

a) no histórico do relacionamento existente entre a contratada e o CNJ;

b) na descrição dos indícios eventualmente existentes de que a substituição requerida atenderá ao interesse público; e

c) na descrição dos indícios, eventualmente existentes, de que o inadimplemento identificado não causará prejuízo significativo ao prazo previsto para cumprimento do objeto do contrato.

III - estará condicionada à assunção, pela contratada, em documento subscrito pelo preposto e pelo representante legal/convencional, do compromisso de que serão adotadas providências eficazes:

a) para saneamento dos efeitos do inadimplemento identificado, em prazo a ser definido pela Secretaria de Administração do CNJ; e

b) para evitar que outros inadimplementos quaisquer ocorram.

Parágrafo quinto - Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Parágrafo sexto - Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O objeto do presente contrato será recebido na forma dos arts. 73 a 76 da Lei 8.666/1993:

Parágrafo primeiro. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Parágrafo segundo. O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

a) complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

b) complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

c) complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

Parágrafo terceiro. A Comissão de Acompanhamento, ao receber o produto, definirá, em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

Parágrafo quarto. A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O pagamento será efetuado ao término da execução de cada fase da pesquisa, nos termos do cronograma de pagamento previsto no Anexo A, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo disposto nos art. 5º, §3º, ou art. 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal, de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito - CND, comprovando regularidade com o INSS; da Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais, comprovando regularidade com a Fazenda Federal; do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

b) Entrega do relatório/produto indicado na proposta para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos na Cláusula Quarta; e

c) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA.**

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá apresentar ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 do Edital de Convocação:

b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos item 10 do Edital e, em especial, o subitem 10.2.8 do Edital de Convocação.

Parágrafo segundo - As notas fiscais em desacordo com o estabelecido neste instrumento contratual, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o seu pagamento, serão devolvidas à **CONTRATADA** e, neste caso, o prazo previsto nesta cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Parágrafo terceiro - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Parágrafo quarto – Para o pagamento relativo à última fase da pesquisa, deverá ser observado o disposto na alínea “h” da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA NONA – Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos neste contrato, devendo os custos respectivos estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da **CONTRATADA**.

DO VALOR

CLÁUSULA DEZ – O valor global do presente contrato é de **R$ XXX.000,00** (XXXXX mil reais).

Parágrafo único. O pagamento será parcelado, na forma do cronograma de pagamento previsto no Anexo A deste contrato.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA ONZE – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DOZE – Este contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TREZE – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de recursos consignados ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União de 2021, no Programa de Trabalho _____, Natureza de Despesa: _____.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUATORZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUINZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, constitui motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

Parágrafo único – Caso a CONTRATADA venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a CONTRATADA mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DO FORO

CLÁUSULA DEZESSETE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZOITO – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção III, conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZENOVE – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo Diretor-Geral do CONTRATANTE, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Brasília, de de 2021.

Pelo **CONTRATANTE** Pela **CONTRATADA**

JOHANESS ECK

Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo para a seleção de instituições de pesquisa a serem contratadas para a realização das pesquisas empíricas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480).

2. Conforme o "Edital Resultado de Seleção da Convocação Pública n. 2/2021" (1211207), publicado no DOU, de 19 de novembro de 2021, as seguintes instituições e respectivas propostas foram selecionadas como 1ª colocadas:

- Fundação Getúlio Vargas – FGV, para o **Tema 1**: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal, com a Proposta (1177187);
- Universidade de São Paulo – USP, para o **Tema 2**: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário, com a Proposta (1177289);
- Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, para o **Tema 3**: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos; e **Tema 5**: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento, com as Propostas (1177311 e 11778303, respectivamente);
- Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, para o tema **Tema 4**: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais, com a Proposta (1177375);
- Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE, para o **Tema 6**: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade, com a Proposta (1177971).

3. As unidades da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT n. 1113902 e Despacho SCONT n. 1123371) e a disponibilidade orçamentária

(Despacho SEPOR n. 1146610 e itens 4 e 5 do Despacho DG n. 1147380).

4. Cabe registrar que, por meio do SICAF e Certidão Estadual (fls. 1 e 2, respectivamente do arquivo SEI n. 1228077), foi possível verificar apenas a regularidade Federal e Estadual da Universidade de São Paulo - USP, selecionada para o Tema 2. Como a certidão municipal constante dos autos (fls. 4/6 do arquivo SEI n. 1200591) está vencida, mesmo considerando a prorrogação de sua vigência por mais 90 (noventa) dias, concedida pela Portaria (fl. 7 do arquivo SEI n. 1200591), foi solicitado à USP, por *e-mail*, o envio de documentos que comprovassem a regularidade municipal da instituição. Após tratativas internas, em resposta (*e-mail* fl. 3 do arquivo SEI n. 1228077), a USP informou o que segue transcrito abaixo:

> "Acabo de conversar com o Departamento Financeiro da Reitoria (DF) e a informação que nos deram foi a seguinte.
>
> A USP e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) estão envolvidas em um processo que tramita no judiciário devido a um desacordo em relação à cobrança do IPTU referente aos imóveis doados à Universidade por conta de heranças vacantes.
>
> A PMSP entende que a USP deve se responsabilizar por todo o débito existente, inclusive aquele anterior à data da doação, enquanto a Universidade entende o contrário, isto é, que só pode ser cobrada pelos valores apurados após o imóvel ter se tornado seu.
>
> Por este motivo, a certidão não pode ser emitida, o que está afetando vários convênios, e a Procuradoria Geral da USP (PG) está empenhada em obter uma nova portaria da Secretaria da Fazenda da PMSP que prorrogue novamente a validade da certidão que a Profa. Luciana já apresentou.
>
> Infelizmente, é impossível prever uma data para a solução da questão, mas, ainda segundo o DF da Reitoria, há a expectativa de que isto ocorra a qualquer momento já que a PG permanece atuando neste caso diariamente. "

5. Como não foi possível comprovar a regularidade municipal da USP, conforme relatado acima, neste momento, deixarei de incluir a referida instituição no ato de declaração de dispensa de licitação para contratar a pesquisa relativa ao Tema 2 do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480). Todavia, a Secretaria de Administração, juntamente com a unidade demandante (Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ), acompanhará a regularização da situação fiscal da instituição, visando a declaração de dispensa de licitação e formalização de contrato para o Tema 2.

6. Em relação às demais instituições, os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração constam dos SICAFs e Certidões descritos na tabela abaixo:

INSTITUIÇÃO	TEMA	SICAF e Certidões
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	1228073

Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	1228083
	Tema 5	
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	1228086 (SEDE)
		1228089 (FILIAL)
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	1228089

7. Registre-se que, em resposta ao questionamento enviado pelo CNJ, a instituição APC/PUCPR (Tema 4) informou (por *e-mail*, fl. 4 do arquivo SEI n. 1228089) que o CNPJ que deverá constar do contrato é o 76.659.820/0003-13 relativo à filial.

8. Conforme demonstrado na Lista de Verificação 1228098, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

9. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU n.1124646, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso XIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que consigna:

> *"Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *[...]*
>
> *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.*"

10. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria 112/2010, de 04/06/2010, e no inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, e considerando os fatos relatados no item 5 deste expediente, **declaro a dispensa de licitação** para contratar as instituições descritas no quadro abaixo, no valor total de **R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais)**, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480):

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00

Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

11. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para que, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das instituições supramencionadas.

12. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos **à Seção de Compras** para a publicação do ato no Diário Oficial da União, com posterior remessa **à Secretaria de Orçamento e Finança**s para emissão das notas de empenho, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ n. 1218806, e após, à Seção de Gestão de Contratos, para providências afetas à formalização das contratações.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 15/12/2021, às 10:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228137** e o código CRC **A7245E8B**.

DESPACHO

1. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU 1124646 e do Despacho SAD 1228137, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. XIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais), e **autorizo** a contratação das empresas listadas abaixo, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00
Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ 1218806.

4. À Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), para providências afetas à formalização das contratações.

5. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229700** e o código CRC **0012D111**.

02141/2021 1229700v4

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:32
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	390

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/12/2021	Global	02141/2021	-	75.523,60

Favorecido

Código	Nome
76.659.820/0003-13	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC

Endereço	CEP
IMACULADA CONCEICAO 1155 TERREO PRADO VELHO	80215-901

Município	UF	Telefone
CURITIBA	PR	32711504

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
22	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	XIII	-

Descrição

02141/2021 - CONTRATAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS OBJETO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2021 DA 5ª EDIÇÃO DA SÉRIE JUSTIÇA PESQUISA (1148480).
CONFORME DESPACHOS DPJ 1218806, SAD 1228137 E DG 1229700.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
003	16/12/2021 15:49:18	Alteração

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:32
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	75.523,60

Subelemento 51 - SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS CIENTIFICAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS - TEMA 4 : COMPORTAMENTO JUDICIAL EM RELAÇÃO À CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS¿ - PESQUISA DE CAMPO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS JUÍZAS E JUÍZES, MAPEAMENTO DE INTERESSES E DE BOAS PRÁTICAS NOS TRIBUNAIS. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROPOSTA (1177375) E PB (1103760).	75.523,60

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/12/2021	Inclusão	1,00000	75.523,6000	75.523,60

Assinaturas

Ordenador de Despesa
GETULIO VAZ
***.348.651-**
16/12/2021 15:49:18

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
16/12/2021 15:28:16

Versão	Data/Hora	Operação
003	16/12/2021 15:49:18	Alteração

Dispensa de Licitação



5ª Edição da Série “Justiça Pesquisa”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Edital de convocação pública **15**
Declaração de dispensa de licitação **97**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **101**
Nota de empenho **102**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Contratação de pesquisas empíricas sobre os seguintes eixos temáticos: "*Direitos Humanos e do Meio Ambiente*; *Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional*; *Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos*; e *Promoção do Acesso à Justiça Digital*", decorrente do 2º Edital de Convocação da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa, que atenda aos requisitos definidos no Estudos Preliminares e no Edital.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

São partes interessadas:

1. **Sociedade**: as pesquisas apresentam diagnóstico do Poder Judiciário brasileiro;
2. **Plenário**: as pesquisas realizadas pelo DPJ podem subsidiar a elaboração de políticas públicas pertinentes aos aspectos analisados;
3. **Projetos em andamento no Conselho Nacional de Justiça**: as pesquisas podem se relacionar diretamente ou indiretamente aos objetos dos projetos realizados pelo CNJ; e
4. **Departamento de Pesquisas Judiciárias**: a realização de pesquisas e diagnósticos do Poder Judiciário é parte das atribuições desse departamento, conforme os itens 7.2, I e II do Manual de Organização do CNJ e art. 5º, § 1º, II e III da Lei nº 11.364/2006.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como órgão integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e a avaliação de políticas judiciárias em curso.

Para bem cumprir essa missão institucional, o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) propôs a realização da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Neste edital, pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisas empíricas de interesse do Poder Judiciário, com alto nível de excelência, adotando o caráter instrumental das políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

As contratações das pesquisas decorrentes da "5ª Edição da Série Justiça Pesquisa" harmonizam-se com os seguintes objetivos estratégicos, previstos no art. 3º, II, III e IV da Portaria Presid/CNJ nº 104/2020:

II – aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de políticas judiciárias;

III – fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário; e

IV – promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica.

Esclarece-se que não constam no Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, objetivo estratégico diretamente relacionada à realização de pesquisas como existia no Item II dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015 – 2020.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A presente contratação é indispensável para cumprimento dos objetivos institucionais do Departamento de Pesquisas Judiciárias de acordo com a previsão normativa do art. 5º da Lei n. 11.364/2006:

Art. 5º Funcionará, junto ao Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ, com sede na Capital Federal.

§ 1º Constituem objetivos do DPJ:

[...]

II - desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

III - realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

IV - fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias;

[...]

§ 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o Conselho Nacional de Justiça poderá: (Redação dada pela Lei nº 11.618, de 2007)

I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, no campo de sua atuação;

II - celebrar contratos com pessoas físicas e jurídicas especializadas.

Por se tratar de contratação de trabalho intelectual incorpóreo, não se aplicam os requisitos de acessibilidade e possui pouco impacto quanto à sustentabilidade, tendo em vista que as entregas são feitas de forma digital e o trabalho é realizado na sede do contratado. Os requisitos técnicos consistem nos quatro eixos temáticos acima destacados, assim como nos subtemas que serão apresentados no futuro projeto básico. Esses requisitos técnicos, que pautarão o trabalho intelectual e instituirão obrigações aos contratados, também foram traçados a partir da reunião do Conselho Consultivo do DPJ (órgão instituído pelo art. 6º da Lei n. 11.364/2006) ocorrida em 02 de março de 2021.

As futuras contratações deverão cumprir o detalhamento previsto em cada plano de pesquisa, anexos ao futuro ao Edital, elaborados para os respectivos temas e que conterão os requisitos e especificações de cada linha de pesquisa. A pesquisa a ser desenvolvida privilegiará a metodologia empírica ou dogmática, conforme o tema a ser desenvolvido na contratação. as pesquisas obedecerão critérios técnicos e normativos usuais nas pesquisas científicas..

O requisito geral do Segundo Edital de Convocação Pública da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa é o de que as futuras

pesquisas a serem contratadas analisem e apresentem a realidade de diversos aspectos da prestação jurisdicional no Brasil, representados pelos temas abaixo relacionado, e que sejam demonstrados diagnósticos qualificados cientificamente que possam subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais para o Poder Judiciário baseadas em evidências.

Os temas integrantes do 2º Edital da 5º Série do Justiça Pesquisa são os a seguir relacionados e serão devidamente detalhados no Projeto Básico.

1. Direitos Humanos e do Meio Ambiente;
2. Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional;
3. Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos; e
4. Promoção de Acesso à Justiça Digital.

São elegíveis para a contratação instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior, fundações de apoio à pesquisa e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa.

3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

Fase 1 - Avaliação dos Projetos, com entrega dos seguintes documentos

4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

4.2) A prova de inscrição no CNPJ;

4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;

4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição/fundação de apoio à pesquisa;

4.5) Link do Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa; 4.6) Declaração de vinculação mútua entre a instituição/fundação de apoio à pesquisa e os pesquisadores da Equipe Básica; e

4.7) Comprovação da vinculação da Instituição/fundação de apoio à pesquisa com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

A documentação mencionada deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição/fundação de apoio à pesquisa a ser contratada:

1) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

2) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no item 3.4 do Edital; e

3) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

Fase 2 - Avaliação de habilitação jurídica, com entrega dos seguintes documentos:

1) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei de Licitações”);

5) declaração expressa da instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;

6) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

As soluções disponíveis no mercado não apresentam similaridade às pesquisas pretendidas pelo CNJ. Grande parte das pesquisas são realizadas por instituições públicas que possuem entre as suas atribuições regimentais ou legais de fomento a pesquisas como, por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), o Senado Federal (SF) e o Ministério da Justiça (MJ). Em razão dessa diferença de natureza jurídica, as práticas dessas instituições são bastante específicas e estão relacionadas a modos de financiamento no desenvolvimento de pesquisas próprias ou de pesquisadores ligados a universidades e programas de pós-graduação, ou ainda, no desenvolvimento de pesquisas de opinião e de implementação de políticas públicas.

O tipo de contrato adotado pelo CNJ é o de prestação de serviço, cuja execução apresenta níveis diversos de obrigações e responsabilidade para as partes substancialmente diferentes daqueles decorrentes dos modelos típicos das atividades de fomento.

O contrato de prestação de serviço adotado pelo CNJ privilegia o desenvolvimento de pesquisa com sólida metodologia científica a qual deslinde realidades sobre temas relativos ao universo do Poder Judiciário e contribua para subsídios voltados ao aperfeiçoamento de políticas públicas.

3.1.1. Histórico da “Série Justiça Pesquisa”

A “Série Justiça Pesquisa” iniciou-se por meio dos contratos realizados em 2013 e teve sua última edição em 2020, conforme tabela abaixo:

Justiça Pesquisa						
	Contrato	**Pesquisas**	**Instituição**	**Aditivos**	**Prorrogações**	**Observação**
1 SÉRIE	14/2013	Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional	Fundação Carlos Alberto Vanzolini	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 4 de junho de 2014	
	15/2013	Tempo médio dos processos de adoção no Brasil: uma análise dos impactos da atuação do Poder Judiciário	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 3 de junho de 2014	
	17/2013	A força normativa do direito judicial: uma análise da aplicação prática do precedente no direito brasileiro e dos seus desafios para a legitimação da autoridade do Poder Judiciário	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	-	-	
	18/2013	Perfil do acesso à justiça no Brasil – juizados especiais cíveis	Universidade de São Paulo	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 2 de junho de 2014	
	21/2013	Lei de Improbidade Administrativa: entraves à efetividade e combate aos atos de improbidade	Fundação Universidade de Itaúna	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 21 de junho de 2014	
	22/2013	Processos coletivos no Brasil: Estudo diagnóstico sobre os problemas e propostas de aprimoramento dos instrumentos processuais coletivos para uma prestação jurisdicional mais eficiente	Universidade de São Paulo	-	-	
	25/2013	Estudo Multicêntrico sobre as relações entre Sociedade, Gestão e Judiciário na efetivação do direito à saúde	Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva	-	-	
	26/2013	Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
2 SÉRIE	11/2016	Os Maiores Litigantes nas Ações Consumeristas na Justiça Estadual: Mapeamento e Proposições	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	
	12/2016	Pilotando a Justiça Restaurativa: o Papel do Poder Judiciário.	Fundação José Arthur Boiteux	-	-	
	13/2016	Ações Coletivas no Brasil: o processamento, o julgamento e a execução das tutelas coletivas	Sociedade Brasileira de Direito Público	-	-	
	15/2016	Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
	17/2016	Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	-	-	
	25/2016	uma análise quantitativa e qualitativa de Impacto da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na produtividade dos Tribunais	Fundação Getúlio Vargas	-	-	
3 SÉRIE	18/2017	Modelos alternativos de gestão de processos e celeridade processual: a política de especialização de competências, a unificação de serventias e a melhoria da prestação jurisdicional no Brasil	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	Recebimento após encerrada a vigência contratual. Parecer AJUR nº 0586514
	04/2018	Justiça Criminal, Impunidade e Prescrição	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 4/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	05/2018	Judicialização da saúde no Brasil: Perfil das demandas, causas e propostas de solução	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 5/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	08/2018	A efetividade da política judiciária em matéria de oitiva de crianças na Justiça Estadual com foco na recomendação nº 33/2010 do CNJ e na implementação da Lei nº 13.431/2017	Fundação Edson Queiroz	-	-	
	12/2018	Mediação e Conciliação: obstáculos e incentivos na Justiça Cível	Universidade de São Paulo	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 12/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	15/2019	Influências recíprocas entre a imprensa jornalística impressa e digital e o sistema de justiça: papéis compartilhados na superlotação e superpopulação carcerária no Brasil	Centro de Análise e Planejamento – CEBRAP	1	a) prorrogar os prazos de entrega das Fases 5 e 6, nos termos do Anexo; e b) prorrogar o contrato em epígrafe por duas vezes.	
	16/2019	A judicialização de Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 4	
	18/2019	Encarceramento, políticas públicas e atuação da Justiça em territórios de vulnerabilidade social	Universidade de São Paulo	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 5 e 6	

4 SÉRIE	27/2019	Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do novo CPC	Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 4, 5 e 6	
	31/2019	Negros como sujeitos da justiça: um estudo comparado da jurisprudência brasileira", referente ao Campo Temático 1, "Diagnóstico da situação do negro do sistema de justiça	Centro de Pesquisa e Ensino em Ciências Sociais – CEPECS	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 2 (Produto Parcial 1), por mais 15 (quinze) dias	**Rescisão**
				2	prorrogação do prazo de entrega das Fases 3 e 4 (Produto Parcial 2 e Produto Parcial 3 – Apresentação), por mais 50 (cinquenta) dias	
				3	O presente contrato fica prorrogado de 07 de novembro de 2020 a 07 de fevereiro de 2021	
5ª Série	**Em Andamento**					

Convém ressaltar que a Série Justiça Pesquisa vem passando por processos de constante aprimoramento considerando as experiências acumuladas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, na interação com as instituições selecionadas em seus editais e na interlocução com as demais unidades deste Conselho. São ilustrativos desse processo de aperfeiçoamento as recomendações feitas pela Secretaria de Auditoria no Processo SEI nº 08575/2018, cujo relatório apresentou suas conclusões no documento 0675324. Variadas modificações vêm se produzindo na Série Justiça Pesquisa com vistas a tornar o procedimento do Projeto mais eficaz. Além disso, o DPJ possui o suporte de seu Conselho Consultivo (Processo SEI nº 12815/2018) cuja composição e atribuições são definidas na Portaria Pres/CNJ nº 141/2018 (documento SEI nº 0566679).

Nesse sentido, seguem considerações acerca do histórico de contratações da Série Justiça Pesquisa, em suas especificidades e necessidades.

1. A Forma de Contratação

As contratações decorrentes dos editais da "Série Justiça Pesquisa", desde a sua publicação inaugural (2013) até os atuais contratos (2019), ocorreram por meio da dispensa de licitação prevista no art. 24, XII da Lei nº 8.666/93, ou seja, a "contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

Assim, as contratações sempre foram feitas por meio de processos públicos de seleção, a partir da publicação de Edital Público chamando as instituições que atendessem os requisitos legais para apresentarem suas propostas e projetos de pesquisa, conforme se vê no Processo SEI nº 01377/2019, que formalizou os procedimentos de contratação da "4ª Edição da Série Justiça Pesquisa".

A princípio, os requisitos legais para essa espécie de dispensa de contratação direta com base no dispositivo legal mencionado acima, se restringem a:

a) que a instituição seja brasileira;

b) incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional ou, ainda, dedicada à recuperação social do preso;

c) detentora de inquestionável reputação ético profissional; e

d) sem fins lucrativos.

No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) exige ainda que o objeto do contrato guarde estreita correlação com as atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional especificadas no estatuto da entidade prestadora dos serviços, observado sempre a razoabilidade do preço cotado.

Ademais, a Súmula nº 250 do TCU dispõe que:

A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

Percebe-se, dessa forma, que, apesar da permissão para a não realização da licitação, há restrições nas instituições possíveis de serem contratadas, bem como do objeto contratual a ser desenvolvido por meio dessa forma de contratação, pois limita a escolha às instituições brasileiras sem fins lucrativos incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e detentoras de inquestionável reputação ético-profissional.

De outro lado, o TCU permite a contratação Fundações de Apoio à Pesquisa com base no mesmo permissivo legal de dispensa, desde que o objeto do contrato seja compatível com os objetivos fins da Fundação de Apoio e que sejam observadas as exigências previstas no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, na Súmula 250 do TCU, acima transcrita, e na Lei nº 8.958/1994, conforme Parecer AJUR 1030709.

Assim, o permissivo representa forma de valorização das instituições de pesquisas sem fins lucrativos, como universidades e fundações de apoio à pesquisa, o que se apresenta em consonância com os objetivos da "Série Justiça Pesquisa".

Desse modo, as contratações pretendidas têm como fundamento jurídico a dispensa de licitação prevista no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, que será precedida de procedimento prévia de seleção, cujos requisitos serão detalhados no Projeto Básico e no Edital. Ainda, serão feitas alterações que decorrem de aprendizados decorridos das execuções contratuais das séries anteriores.

Conforme já esclarecido nos Estudos Preliminares aprovados para 1º Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa (1010633), houve necessidade de ajuste no modelo de multas, nos prazos contratuais atribuídos à comissão de acompanhamento e na adoção preferencial de rescisão amigável, cujos fundamentos serão a seguir repetido (itens 2, 3 e 4), uma vez que o processo de seleção iniciado por meio do mencionado Edital não foi concluído e consequentemente não foi firmado o contrato correspondente.

2. Considerações Sobre as "Multas" dos Contratos da "Série Justiça Pesquisa".

Importante tecer considerações a respeito das multas fixadas nos contratos da 4ª edição da "Série Justiça Pesquisa", haja vista a situação enfrentada durante o procedimento administrativo (Processo SEI nº 07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546), apontada no Despacho DPJ nº 0956500, conforme transcrição abaixo:

Contudo, no caso concreto, a aplicação da multa parece desproporcional pois seria maior que o proveito financeiro auferido pela empresa, pois conforme destacado alínea "b" do §4º dessa Informação, a contratada recebeu até agora R$ 29.003,00 (0850191), correspondentes à 10% do valor total do contrato. De outro lado, a multa prevista no item "b.16" da cláusula sexta do Contrato CNJ nº 31/2019 é de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, ou seja, R$ 43.504,50 (0933304), ou seja, a contratada, no caso de aplicação da multa rescisória deverá pagar à Administração R$ 14.501,50.

Os contratos em execução preveem que a base de cálculo de incidência da alíquota será o valor total do contrato, como por

exemplo a Cláusula Sexta do Contrato CNJ nº 15/2019. Destaca-se que iguais alíquotas e base de cálculo foram adotadas nos demais contratos da 4ª Edição da "Série Justiça Pesquisa".

Ademais, os contratos das Séries Justiça Pesquisa são resultantes da permissão de dispensa contida no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93, e, portanto, sempre serão realizados com entidades sem fins lucrativos, que não auferem, com o pagamento percebido, lucro dos serviços prestados. Dessa forma, é importante a reflexão sobre a natureza jurídica da contratação, bem como da instituição no momento de construção contratual das multas.

Outra consideração importante é que a atividade de pesquisa, ainda que em seus produtos intermediários, sempre exige realização de atividade intelectual, o que deve ser considerado nos momentos de fixação de multas ou rescisão contratual.

Assim, aparentemente, parece ser necessária uma revisão dos percentuais fixados para as multas contratuais de modo a preservar a proporcionalidade e razoabilidade exigida na aplicação das sanções administrativas, conforme transcrições do Voto do Acórdão nº 2832/2012 – TCU – Plenário:

> 5. Ademais, **o quantum concernente à multa a ser aplicada ocorre após a oitiva do contratado, ocasião em que são examinadas e sopesadas as falhas e inadimplências questionadas. Esse procedimento tem o condão de concretizar proporcionalidade e razoabilidade da conduta em relação à penalidade a ser aplicada**.
>
> (...)
>
> 8.É correta a preocupação da Secex/SP de que o órgão promotor**observe os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante estabelecimento, nos contratos de prestação de serviços, de cláusulas de penalidades específicas para serviços executados em desconformidade, com previsão de punições proporcionais ao descumprimento**. Assim, é pertinente que se recomende tal prática, como aperfeiçoamento da gestão pública. (g.n.)

O mencionado Acórdão ainda registrou a seguinte recomendação:

> 9.4. recomendar à Procuradoria da República no Estado de São Paulo que, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, estabeleça, nos contratos relativos à prestação de serviços de vigilância armada e desarmada e de segurança patrimonial, cláusulas de penalidades específicas aos serviços executados em desconformidade, prevendo punições proporcionais ao descumprimento; e

Ademais, o "Anexo I: Diretrizes para dosimetria", do Manual de Aquisições do CNJ, prevê como base de cálculo para aplicação de multas, o valor pago mensalmente. No caso em tela, os pagamentos decorrem da aprovação dos produtos entregues.

Dessa forma, sugere-se que a base de cálculo das multas contratuais da "Série Justiça Pesquisa" seja o valor percebido até o momento da aplicação da penalidade e que a alíquota guarde proporcionalidade e razoabilidade aos produtos entregues e o valor percebido pela contratada. Para tanto, **sugere-se que seja inserida cláusula estipulando que o valor máximo da multa seja limitado ao valor percebido pela Contratada, de forma a evitar a desproporcionalidade das penalidades**.

3. Considerações sobre os Prazos Contratuais atribuídos à Comissão de Acompanhamento.

Conforme os acompanhamentos contratuais dos Contratos CNJ nº 15/2019, nº 18/2019 e, registrados respectivamente nos Processos SEI nº 09109/2019, nº 10027/2019 e 11544/2019, é possível perceber que o prazo deferido contratualmente às Comissões de Acompanhamento para análise dos produtos entregues e emissão das Notas Técnicas não é suficiente para tal mister.

O Despacho SEGEC 0971400 relata a ocorrência de atrasos nas entregas das Notas Técnicas dos contratos mencionados acima, o que demonstra as dificuldades com o prazo exíguo deferido contratualmente às comissões de acompanhamento. O estabelecimento dos prazos de análise das comissões evitará a publicação de aditivos com essa finalidade e da sobrecarga dos setores envolvidos no processo, conforme Despacho SEGEC 0971400. A necessidade de aditivar constantemente os contratos com vistas à adequação dos prazos contratuais à realidade administrativa da unidade demandante demonstra que o modelo estabelecido gera dificuldade para os gestores contratuais e para as unidades encarregadas do acompanhamento contratual.

É importante destacar que os produtos entregues, conforme as fases de execução da pesquisa são de complexidades variáveis. Desta forma, existem produtos com complexidade mínima e aqueles cuja análise demandará dias ou será necessário que se busque ajuda de outros integrantes do Departamento de Pesquisas Judiciárias, como por exemplo, estatísticos, nas verificações que envolvam análises quantitativas.

Dessa forma, **sugere-se a alteração do prazo único de 15 dias concedidos à Comissão de Acompanhamento, por prazos escalonados, segundo a complexidade do produto recebido**. Sugere-se adotar o modelo abaixo:

O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

A) *complexidade 1*: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

B) *complexidade 2*: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

C) *complexidade 3*: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definirá em 5 dias, o grau de complexidade e informará, por e-mail, a SEGEC e a Contratada.

4. Considerações sobre a possibilidade da adoção da rescisão amigável [EW1] *para se encerrar o contrato.*

É de se destacar ainda que o procedimento administrativo (Processo SEI nº07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546 e Despacho DPJ nº 0956500) demonstrou a situação de rescisão contratual que ainda não chegou ao seu deslinde, mas que apresenta como fundamento fático divergências metodológicas e intercorrências decorrentes da pandemia de Covid-19.

Nesses casos ou naqueles em que a pesquisa perde seu objeto ou situações em que se torna inviável a execução, por não haver dano patrimonial relevante à Administração, deve-se avaliar a possibilidade da adoção de rescisão amigável dos contratos, desde que presentes os requisitos da Lei nº 8.666/1993 e resguardados os direitos da Administração.

Como já destacado anteriormente, as instituições contratadas são sempre sem fins lucrativos e a atividade de pesquisa ainda que não haja produto aprovado, demanda atividade intelectiva, que deve sempre ser considerada, em especial no momento de rescisão contratual.

A mesma cláusula de rescisão amigável também foi utilizada em outros contratos firmados no CNJ, como os existentes no SEI 1072175 e no Contrato n. 28/2018 (SEI 0557428).[EW2]

5. Considerações sobre a habilitação das proponentes

Serão exigidos das instituições proponentes, na fase de avaliação das propostas[EW3] :

1. *os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;*
2. *a prova de inscrição no CNPJ;*
3. *o estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;*
4. *documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição;*
5. *currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa, indicando o link de acesso;*
6. *declaração de vinculação mútua entre a instituição e os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.*

Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

1. *prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;*
2. *prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);*
3. *prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;*
4. *documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – "Lei de Licitações");*
5. *declaração expressa da instituição interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;*
6. *documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011)*

3.2 Identificação das opções disponíveis

As experiências que mais se aproximam ao que pretende o CNJ são os casos do Senado, do Ministério da Justiça, do CNPq, da FINEP e da Presidência da República. Essas entidades publicam editais para a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para a realização de pesquisas, que se responsabilizam por coletar os dados, analisá-los e elaborar relatórios analíticos e executivos.

Nos casos das pesquisas a serem contratadas pelo CNJ, as instituições, em suas propostas, descrevem a metodologia e a forma de execução de pesquisas, cujo objeto apresenta-se vinculados aos temas propostos no Projeto Básico e no Edital.

Ademais, é necessário, como forma de garantir a qualidade do objeto contratual, que a pesquisa seja executada por profissionais com níveis acadêmicos predeterminados no Projeto Básico e no Edital.

O CNJ, em seu Edital, apresentará os campos temáticos e selecionará instituições de ensino e/ou pesquisa para a produção desses estudos, desde que a proposta atenta ao disposto no Projeto Básico e no Edital.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, não fará designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados; não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo. Nesse contexto, as instituições contratadas possuirão maior liberdade acadêmica para que desenvolvam suas escolhas teórico-metodológicas e suas atividades de pesquisa, visando ao aperfeiçoamento dos serviços e das políticas judiciárias.

As exigências do CNJ são que as pesquisas a serem contratadas sejam voltadas à realização de diagnósticos e proposta de soluções potenciais aos problemas postos na prestação jurisdicional (descritos nos temas elencados na chamada pública), sendo de responsabilidade do contratado a apresentação e o desenvolvimento de técnicas pertinentes para a obtenção de dados e análise desses.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos para que eles melhor atendam aos seus objetivos.

	Opções Identificadas	**Especificação do produto/serviço** **Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.**	**Quantificação do Produto ou Serviço** **Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas**	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Contratação de empresa Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Contratação de empresa para coleta de dados	Senado Federal
2ª	Contratação de Instituição de Pesquisa Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Ministério da Justiça/DEPEN
3ª	4ª Série do Justiça Pesquisa	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	CNJ
4	Contratação de empresa Pregão Eletrônico nº 002/2018	Pesquisa de opinião sobre temas estratégicos para o Poder Executivo Federal	Contratação de empresa, instituto ou entidade especializada em pesquisa de opinião pública	Presidência da República / Secretaria-Geral

3.3 Adequação do ambiente

Não serão necessárias adequações ou ajustes nos ambientes físicos e operacionais do CNJ, pois os contratos serão executados integralmente nas dependências e com a infraestrutura das futuras contratadas.

Não existe necessidade de previsão de cláusulas ou ações para transição contratual, pois se tratam de pesquisas com temáticas especificas irrepetíveis em sua integralidade nas futuras series do Justiça Pesquisa.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

	Opções Identificadas	**Benefícios da opção** **Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos**	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
1ª	DEPEN/Ministério da Justiça - Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional - Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Curta duração dos contratos	R$260.000,00
2ª	Senado Federal - Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Trata-se de pesquisa de opinião por meio da contração de empresa para coleta de dados. Portanto o objeto não se assemelha pois não se trata de pesquisa empírica.	R$288.000,00
3ª	Presidência da República / Secretaria-Geral - Pregão Eletrônico n. 002/2018	Pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo com profundidade e representatividade relevantes	Trata-se maiormente de pesquisas de opinião e percepção, que não se assemelha às pesquisas empíricas, além de escopo extremamente abrangente.	R$ 7.204.828,79 (divisão em pesquisa qualitativa e quantitativa)

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Conforme observou-se nos modelos de pesquisa adotados pelos órgãos mencionados acima, verifica-se que um profissional ou uma instituição são solicitados para a entrega de um produto.

De forma assemelhada, o CNJ pretende pagar pela entrega de *quatro produtos com, no mínimo, 3 (três) pesquisadores, que compõem a solução final, que é a pesquisa*.

1. As características do serviço e/ou do material a ser contratado:

As proponentes apresentam as suas propostas de pesquisas dentro dos temas previamente definidos no edital, o que permite melhor adaptação do mercado ao objeto a ser desenvolvido.

As exigências de qualificação da Equipe Básica da pesquisa são maiores que as dos editais pesquisados em geral, conforme descrição nos editais das séries anteriores.

No presente Edital de Convocação Pública do CNJ, a Equipe Básica será constituída por, no mínimo, um doutor e dois mestres, que serão responsáveis pelas seguintes atividades (de acordo com qualificação):

a. *Coordenador acadêmico (Doutor)* – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa a autoridades.

b. *Coordenadores de Campo (Mestres)* – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

2. *O detalhamento do custo da solução;*

As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório, sejam de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

O TCU possui entendimento solido de que a pesquisa de preços não pode se limitar aos tradicionais orçamentos de fornecedores. É preciso levar em conta todas as fontes de referência disponíveis com a maior amplitude possível.

Esse conceito tem sido tratado pelo TCU como “cesta de preços aceitáveis”, que engloba as mais diversas fontes: fornecedores, pesquisa em catálogos de fornecedores, pesquisa em bases de sistemas de compras, avaliação de contratos recentes ou vigentes, valores adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, valores registrados em atas de SRP e analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas (Acórdãos 2.170/2007-P e 819/2009-P).

O que se espera, portanto, é que a pesquisa de preços seja realizada com amplitude suficiente (Acórdão TCU 2637/2015-P), proporcional ao risco da compra e privilegiando a diretriz emanada pelo art. 15 da Lei de Licitações a fim de que o balizamento seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública.

Nesse sentido, somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores (Acórdão TCU 2.531/2011-P).

Em relação ao custo da presente contratação, o Departamento de Pesquisas Judiciárias utilizou, como parâmetros e limites validos, os valores pagos em outras seleções de instituições de pesquisa por outros órgãos da Administração, os valores praticados historicamente nas contratações da Série do Justiça Pesquisa e a coleta de preços junto ao mercado fornecedor. Portanto, a “cesta de preços” adotada pelo DPJ na construção do valor máximo admitido demonstra consonância com as orientações da Corte de Contas.

Assim, os valores colhidos de contratos semelhantes, abaixo relacionados, servem como referencial para construção do preço máximo a ser adotado e servem de parâmetros para comparação de aproximação de custo, ainda que os objetos não sejam

integramente semelhantes aos desses estudos preliminares.

Os contratos utilizados como referencial pertencem às seguintes instituições: Senado Federal – SF, Ministério da Justiça – MJ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e Financiadora de Inovação e Pesquisa – FINEP/MCTI.

Como se observa na tabela abaixo, o custo da contratação pretendida pelo CNJ guarda compatibilidade com os praticados por outros órgãos da Administração Pública em contratações semelhantes:

Instituição	Duração (meses)	Edital	Objeto	Proponente	Remuneração
DEPEN/Ministério da Justiça	07	Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	R$260.000,00
Senado Federal	12	Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Empresa para coleta de dados	R$288.000,00
CNPq	36	Chamada CNPq n. 22/2016	Pesquisa para subsidiar políticas públicas sobre educação básica, cidadania, violência e direitos humanos	Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação	R$1.000.000,00
FINEP	24	Chamada Pública MCT/FINEP/FNDCT n. 01/2016	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika	Instituições de pesquisa	Valor mínimo de R$500.000,00 e máximo de R$5.000.000,00
CNJ	12	4ª Edição da Série Justiça Pesquisa/2019	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	Valor máximo de R$300.000,00

Na presente contração, será incluída, no Projeto Básico e no Edital, a possibilidade de a instituição proponente constituir uma Equipe de Apoio, sem ultrapassar o valor máximo estimado para a pesquisa. Conforme experiência de acompanhamento dos projetos, as entidades, normalmente, tendem a constituir essas equipes em razão do acúmulo de atividades, das necessidades de deslocamento para outras unidades da federação com o fim de aplicar técnicas de pesquisa junto ao campo para coleta/geração de dados e da necessidade de ter composição multidisciplinar capaz de agregar perfis profissionais adequados às metodologias qualitativas e quantitativas.

Quanto à construção histórica dos valores na Série Justiça Pesquisa, cabe destacar alguns aspectos relevantes utilizados para a composição do valor máximo admitido.

As contratações decorrentes da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa (Editais nº 1 e 2), possuíam valor máximo de cada contrato foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo solicitada às instituições contratadas a entrega de quatro relatórios, sendo os três primeiros, relatórios parciais e o quarto, o relatório final. No primeiro relatório de acompanhamento, solicitava-se levantamento bibliográfico e documental, demonstração de resultados de pesquisa, apresentação de metodologia completa e detalhada e início da coleta de dados. No segundo relatório, esperava-se a apresentação de resultados parciais incluindo, pelo menos, 1 (um) tribunal de médio porte ou 35% da amostra. Já no terceiro relatório, exigia-se uma apresentação com análise de dados, conclusões preliminares e primeiras propostas de políticas públicas; por fim, no relatório final, solicitava-se apresentação de todos os dados coletados, análise conclusiva dos resultados da pesquisa, contribuições da pesquisa à sociedade, proposição de aperfeiçoamento de políticas públicas e indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores. Nesse cenário, as instituições tiveram 12 (doze) meses para entregar quatro produtos.

Conforme já esclarecido acima o valor máximo por contratação da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Na ocasião da publicação daquele edital, o montante foi considerado compatível compatibilidade com as contratações públicas similares, respeitadas as especificidades da contratação pretendida.

A opção pela realização de pesquisa de preço junto às instituições decorre da necessidade de ajustar o preço máximo da contratação à complexidade do objeto a ser executado.

A sistemática adotada de coleta de preço junto ao mercado é forma de elaboração de estimativa de preços recomendada pelo Tribunal de Contas da União, conforme se vê nos trechos dos acórdãos abaixo transcritos:

> **Acórdão nº 3.026/2010 – Plenário**, cujo Voto consignou que:
>
> a jurisprudência do TCU é no sentido de que antes da fase externa da licitação há que se fazer pesquisa de preço para que se obtenha, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos (Acórdão nº 4.013/2008-TCU-Plenário, Acórdão nº 1.547/2007-TCU-Plenário).
>
> **Acordão TCU nº 2637/2015 – Plenário:**
>
> As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes.

Os dois levantamentos são complementares e trazem informações de preços que se coadunam e se assemelham como média dos preços praticados (seja por quem contrata; seja por quem é contratado). Pretende-se, com os dois levantamentos, atender duas solicitações, a saber: a) oferecer as informações solicitadas no formulário de Estudos Preliminares e; b) preencher os critérios do Mapa Comparativo de Preços apresentado e encaminhado pela Secretaria de Administração deste Conselho. Assim, seguem as explicações sobre cada um desses levantamentos.

Além de obedecer as orientações do TCU em sua jurisprudência consolidada, a construção do valor máximo admitido para a contratação, respeitou os parâmetros definidos pela Portaria DG nº 283/2014, a IN nº 5-SLTI/MPOG/2014, com nova redação data pela IN nº 7/SLTI – MPOG, de 27/08/2014, e item 4.4.3 do Relatório de Auditoria nº 5/2013-SCI/CNJ",

Dessa forma, o valor foi construído a partir de contratos ou atas de registros de preços do CNJ, vigentes ou concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços, cujo objeto apresentam semelhança metodológica e complexidade atual com os atuais temas propostos, ou seja, foram utilizados na formação do preço, os contratos a seguir, todos integrantes da 4ª Série do Justiça Pesquisa, com valor de R$ 300.000:

1. Contrato CNJ nº 15/2019;
2. Contrato CNJ nº 16/2019;
3. Contrato CNJ nº 18/2019;
4. Contrato CNJ nº 27/2019; e
5. Contrato CNJ nº 27/2019.

Ademais, foi realizada pesquisa de mercado com as principais instituições de pesquisa, conforme registrados no Projeto Básico (1010634) e Despacho DPJ nº 1010637 , acostado no Processo SEI nº 08400/2020, referente ao Edital nº 01/2020 da 5º Série do

Justiça Pesquisa, que respeita o lapso temporal de 180 dias previsto na Portaria DG nº 283/2014

Naquela ocasião, as seguintes instituições de pesquisa apresentaram propostas:

1. ABJ – Valor total R$360.000,00
2. USP – Valor total R$346.380,00
3. INSPER – Valor total R$324.819,00

Destaca-se que, para a construção preço médio aprovado naquela ocasião, foram desconsiderados os valores decorrentes da taxa de administração e de tributos e impostos quando destacados como item componente do preço total, o que resultou no seguinte mapa de preço:

				Empresa: Associação Brasileira de Jurimetria CNPJ: 13.612.840/0001-57			**Empresa: Universidade de São Paulo CNPJ: 24.206.696/0001-75**			**Empresa: Instituto de Ensino e Pesquisa CNPJ: 06.070.152/0001-47**		
				Valor			**Valor**			**Valor**		
				Considerar		**Parcial**	**Considerar**		**Parcial**	**Considerar**		**Sim**
Objeto	**Item**	**Un**	**Qtde**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerado**	**Unitário**	**Total**	**Total Considerad**
Pesquisadores	1	UN	1	340.000,00	340.000,00	340.000,00	220.380,00	220.380,00	220.380,00	280.578,05	280.578,05	280.578,05
Custos administrativos (armazenamento de dados, passagens, diárias, despesas diversas)	2	UN	1	20.000,00	20.000,00	20.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	44.240,95	44.240,95	44.240,95
Taxa de administração (impostos)	3	UN	1	~~40.000,00~~	~~40.000,00~~		~~34.600,00~~	~~34.600,00~~				
VALOR TOTAL				**360.000,00**			**346.380,00**			**324.819,00**		
	OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.											
	Valor médio total estimado:			**343.733,00**	**(trexentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e três reais)**							
	Valor mínimo total estimado:			**240.380,00**	**(duzentos e quarenta mil e trezentos e oitentar reais)**							

É possível extrair do Mapa de Preços acima que:

a) As instituições elencaram elementos de despesa compatíveis com os gastos a serem feitos na execução de uma pesquisa (despesas com equipe/pesquisadores, custos administrativos relativos a viagens, armazenamento de dados e outras despesas);

b) As instituições apresentaram preços bastante próximos do que consta como levantamento de preços médios nos Estudos Preliminares, e, preços muito aproximados aos praticados no âmbito da Série Justiça Pesquisa;

c) Bastaria a atualização monetária e correção inflacionária, com base no IPCA ou INPC, índices do IBGE, para constatar que a média de preço indicada no Mapa Comparativo (R$343.733,00) está próxima do valor do Justiça Pesquisa

Ademais, respeitando a historicidade da Série Justiça Pesquisa, o preço construído se mostrou compatível ainda com os valores pagos nos contratos decorrentes dos editais de convocação das Séries 2 e 3 do Justiça Pesquisa.

Dessa forma, tanto a metodologia adotada quanto o preço construído mostraram-se adequados ao objeto proposto nesse 2º Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa, pois os temas propostos em ambos os editais são metodologicamente semelhantes, e a suas complexidades de execução são também compatíveis.

Assim, apesar do futuro contrato decorrente do Edital nº 01/2020 da 5º Série do Justiça Pesquisa, possuir vigência de 8 meses e a presente contratação, 12 meses, os preços de ambas se mostram adequados e compatíveis com mercado, pois: a) o binômio valor/custo se dilui ou se concentra em razão da exiguidade do prazo contratual, que quanto menor, exigirá maior infraestrutura humana e tecnológica; b) a natureza dessas contratações em nada se assemelham a contratações de serviço de atividades contínuas em que o valor pago está relacionado com a quantidade de meses em que o serviço tenha sido prestado.

Em que pese no Edital n. 1 haver a exigência de finalização da pesquisa em sete meses, o valor máximo indicado no Mapa Comparativo é compatível com pesquisas a serem realizadas com abrangência nacional, coleta/geração de dados a partir de métodos qualitativos e quantitativos e apresentação de quatro produtos. Nesse sentido, somente o período total de realização das pesquisas será um pouco maior (doze meses).

3. O Modelo de Contratação

O modelo proposto de contratação é o de prestação de serviço em que se busca a realização de pesquisas específicas, independentemente da alocação de mão de obra nas dependências do Conselho Nacional de Justiça. Os perfis profissionais indicados buscam assegurar a qualidade final dos produtos a serem entregues, ou seja, prima pela qualidade técnica das pesquisas a serem realizadas compatibilizando com os princípios vetores da Administração Pública, tais como eficiência e, em segundo lugar, pela economicidade e vantajosidade.

O detalhamento de perfis profissionais apresenta-se como característica do objeto a ser contratado, de sua excelência. Além disso, não se exige exclusividade de tais profissionais - o que dificultaria sobremaneira o detalhamento de custos a serem efetivamente suportados pela Administração.

A composição usual nas contratações de terceirização não se mostra adequada à presente contratação, pois além da ausência de mão de obra residente, destaca-se também a inaplicabilidade dos encargos trabalhistas e sociais típicos deste modelo de contratação.

A presente contratação busca a entrega de pesquisa com objetos específicos de modo parcelado e nos moldes previstosno projeto básico a ser apresentado[EW1] .

4. Benefícios

As futuras contratações atendem aos princípios da economicidade, eficácia, eficiência, pois representam meios adequados para a satisfação da necessidade publica constituída pela necessidade de investigação dos temas apresentados. Ademais o modelo contratual adotado não demanda alocação de mão de obra nas dependências do CNJ, e a forma de execução indireta por empreitada global privilegia o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis pelo CNJ no momento. Por fim, trata-se de contratação, cujos impactos ambientais são baixos ou irrelevantes, pois as pesquisas se desenvolvem em grande parte de modo virtual ou por meio de tecnologias que privilegiam a utilização da internet e meios semelhantes.

É possível especificar ainda os seguintes benefícios:

A) **Benefício Direto**: possibilidade de subsidiar a criação de política pública que auxilie no tratamento das situações negativas diagnosticadas; e

B) **Benefício Indireto**: a formação de bancos de dados e de material que poderá ser utilizado nos projetos atualmente em execução no CNJ e apontar a necessidade de novas pesquisas complementares na área.

5. Da Transferência de Conhecimento

A transferência de conhecimentos, bancos de dados, tecnologias e de técnicas estará prevista em contrato tal como nos contratos da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Termos de Confidencialidade e Sigilo também são firmados nos casos em que se dá acesso aos bancos de dados do CNJ; além da indicação de uso de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os casos de coleta de informações junto a sujeitos de pesquisa em que são realizadas técnicas qualitativas.

6. Legislação a ser observada

As normas legais, regulamentares e convencionais com as quais a solução apresentada deve estar em conformidade são:

- A legislação nacional aplicável a cada tema a ser apresentado no Edital;
- Emenda Constitucional n. 45/2004 – Criação do Conselho Nacional de Justiça;
- Lei n. 11.364/2006 – Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências;
- Resolução Nº 67 de 03/03/2009 - Regimento Interno do CNJ;
- Lei n. 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

7. Necessidade de Manutenção

Por se tratar de prestação de serviço de pesquisas a serem desenvolvidas em temas específicos, com duração e etapas predefinidas não existe a necessidade, da prestação de serviços complementares de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa ou da prestação de garantia técnica.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

As experiências com as contratações anteriores, demonstram que o modelo proposto, que é semelhante ao adotado nas contratações decorrentes da 4ª Série do Justiça Pesquisa, é o que assegura melhores resultados, pois garantem a qualidade das pesquisas executadas.

As pesquisas a serem entregues como objeto da prestação de serviços serão compostas de 3 (três) produtos parciais e 1 (um) relatório final.

Destaca-se que os produtos parciais não são considerados itens para fins de divisibilidade do objeto contrato, uma vez que esse só se satisfaz com a entrega do relatório final a contento para a integralidade da pesquisa.

Os produtos parciais constituem-se em entregáveis que devem demonstrar que a pesquisa em execução está em consonância com as obrigações definidas para o momento da execução contratual e propiciem à Comissão de Acompanhamento avaliar a qualidade e aderência das pesquisas à proposta inicial da contratada e aos requisitos previstos neste Projeto Básico, no Edital e no Contrato.

Por se constituírem em forma de controle da qualidade da execução contratual, o desalinhamento entre o serviço executado, representado pelos produtos parciais e a proposta ou Edital, Projeto Básico ou Contrato, podem ensejar pedidos de correção ou ajustes para adequação a estes instrumentos contratuais. Por esta razão, o pagamento das etapas já realizadas da pesquisa fica condicionados à aprovação e ao recebimento definitivo dos produtos parciais.

Os produtos a serem entregues serão realizados de acordo com metodologias e técnicas de pesquisa constantes da proposta apresentada pela contratada no momento da seleção, e deverão conter a compilação dos dados obtidos e análises pertinentes ao referido tema, indicando, simultaneamente, as possíveis soluções para as dificuldades encontradas.

Os prazos para a entrega dos produtos serão definidos com precisão no instrumento contratual. Destaca-se ainda, que o atraso na entrega dos produtos pode ensejar a aplicação das penalidades contratuais previstas.

A Comissão de Acompanhamento emitirá Notas Técnica contento a avaliação de cada produto entregue, onde constaram entre outras informações, os atrasos eventualmente ocorridos, as solicitações de alteração, adequação ou melhorias, bem como sua fundamentação e outras informações relevantes para a execução do contrato. As alterações e adequações solicitadas deverão ser acatadas pela equipe de pesquisa contratada, sob pena de descumprimento contratual.

Assim, deverão ser entregues:

- **Produto Parcial 1**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com Levantamento bibliográfico acerca do tema, destacando pesquisas empíricas produzidas no Brasil e no mundo; Perguntas/problemas e hipóteses; Dados sobre o universo e amostra; Metodologia, Instrumentos, Ferramentas e Relatórios a serem utilizados na Pesquisa. Deverão conter os seguintes subprodutos:

i. Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações para realizar a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas etc.

ii. Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.

- **Produto Parcial 2**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de 50% dos dados quantitativos e 25% dos dados qualitativos.

- **Relatório Parcial 3**

Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório técnico com apresentação de 100% dos dados quantitativos, 50% dos dados qualitativos e análise preliminar dos resultados.

- **Relatório Final**

Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, com 100% dos dados quantitativos e qualitativos e todas as análises realizadas, estruturado da seguinte forma:

1. Sumário Executivo;
2. Introdução;
3. Descritivo Metodológico;
4. Desenvolvimento,: contendo a apresentação de dados, resultados, análises e interpretações;
5. Síntese: dos principais resultados encontrados; e
6. Apresentação de Diretrizes e Recomendações Técnicas: para o aperfeiçoamento de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário.

Os produtos deverão observar as atividades e cronogramas previstos no Edital, Projeto Básico e Contrato.

As fontes de análises e pesquisas deverão ser acordadas com a Comissão de Acompanhamento ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Trata-se da contratação de pesquisas nos campos temáticos: "*Direitos Humanos e do Meio Ambiente*; *Promoção da Estabilidade e do Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento Nacional*; *Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos*; *e Promoção do Acesso à Justiça Digital*". O contrato resultante do processo de seleção prevê a entrega de um relatório, portanto, é impossível a sua subdivisão em itens.

A produção de pesquisa e, de um relatório contendo achados, análises e proposições para o aperfeiçoamento de políticas públicas, envolve a acumulação de atividades e conhecimentos; implementação de metodologias de pesquisa; aplicação de diversas técnicas de investigação; e a elaboração conceitual/analítica em cada uma das etapas em execução. Nesse sentido, não é possível conceber a divisibilidade de uma pesquisa. O fim último de uma pesquisa é a realização de atividades/etapas que vão se somando e, dessa forma, contribuindo para um conjunto de saberes que culminam em um relatório final.

Dessa maneira, é inviável tecnicamente a parcelamento dos objetos contratuais em itens, pois haveria a descaracterização do serviço a ser executado.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Não é possível a definição de maneira objetiva de indicadores de desempenho das contratações. Contudo, os produtos parciais descritos no item 5 destes Estudos Preliminares[EW1], avaliam entre outros aspectos que os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação sejam cumpridos de modo a atender às necessidades públicas subjacentes em cada contratação.

As exigências previstas em cada um dos produtos intermediários buscam ainda a garantia da qualidade do produto final a ser entregue, pois avaliam, em cada etapa a aderência das pesquisas à metodologia proposta pela Contratada em sua proposta, bem como se atendem aos requisitos definidos no Plano de Pesquisa para cada tema de pesquisa a ser desenvolvido.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Gerenciamento de Risco						
Risco	**Probabilidade de Ocorrência**	**Impacto**	**Estimativa do Risco (Ocorrência X Probabilidade)**	**Ações de Tratamento**	**Responsável Pelo Tratamento**	**Período Tratamento**
Não entrega dos produtos intermediários e relatório final	Médio	Alto	Médio	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/Diretoria do DPJ	Execução Contratual
Atraso na entrega dos produtos intermediários e relatório final	Médio	Alto	Médio	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/Diretoria do DPJ	Execução Contratual
Não conformidade dos produtos dos produtos intermediários e do relatório final à proposta e ao Edital	Alto	Alto	Alto	Obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato. Previsão de Multa e rescisão contratual.	Comissão de Avaliação/ Diretoria do DPJ	Execução Contratual

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não foram identificadas restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, que possam dificultar a implementação da solução selecionada, pois trata-se de contratação prevista no Plano de Contratação para o Exercício de 2021, conforme Documento 0976011.

O DPJ possui rubrica orçamentária específica para a contratação no âmbito dos editais do Justiça Pesquisa, considerando a programação orçamentária anual e os objetivos institucionais do setor.

Não serão necessárias adequações ou ajustes nos ambientes físicos e operacionais do CNJ, pois os contratos serão executados integralmente nas dependências e com a infraestrutura das futuras contratadas.

Não existe necessidade de previsão de cláusulas ou ações para transição contratual, pois se tratam de pesquisas com temáticas especificas irrepetíveis em sua integralidade nas futuras series do Justiça Pesquisa.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Vigência de 12 meses, após a assinatura do contrato, sem possiblidade de prorrogação.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não são necessárias informações complementares.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Assim, tendo em vista as informações apresentadas nesse documento, concluo que a seleção de projetos será feita mediante Edital, com indicação de preços máximos, por meio de dispensa de licitação, atendendo a critérios de “melhor técnica e preço”. Tendo sido apresentados os potenciais riscos e seus tratamentos. Sendo, portanto, viável a contratação pretendida.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Gabriela Moreira de Azevedo Soares	gabriela.soares@cnj.jus.br	5259	DPJ
Wilfredo Enrique Pires Pacheco	wilfredo.pacheco@cnj.jus.br	5266	DPJ
Danielly dos Santos Queiros	danielly.queiros@cnj.jus.br	5271	DPJ
Elisa Sardão Colares	elisa.colares@cnj.jus.br	5279	DPJ
Pedro Henrique Pádua Amorim	pedro.amorim@cnj.jus.br	5265	DPJ
Cristianna Duarte Fernandes Bittencourt	cristianna.fernandes@cnj.jus.br	5272	DPJ

Documento assinado eletronicamente por **WILFREDO ENRIQUE PIRES PACHECO**, **DIRETOR DE PROJETOS - DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS**, em 28/04/2021, às 12:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1076376** e o código CRC **CC8E4B8D**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA

5ª Edição da Série "Justiça Pesquisa"

Convocação nº 02/2021

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como unidade administrativa integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e avaliação de políticas judiciárias em curso, conforme art. 5º da Lei 11. 364, de 26 de outubro de 2006.

A presente iniciativa adota como diretrizes os objetivos regimentais do DPJ, em especial as seguintes medidas de disseminação de informações e conhecimentos:

i) "desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira";

ii) "realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário"; e

iii) "fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias". [1]

A convocação destina-se à contratação de Instituições de Ensino Superior, Instituições pública ou privada (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) ou Fundações de Apoio à Pesquisa incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e pesquisa, que atendam aos termos e condições estabelecidos por este Edital:

1) Contextualização da Série "Justiça Pesquisa"

No cenário das políticas judiciárias, a evolução qualitativa e quantitativa dos serviços oferecidos à sociedade envolve a identificação das principais dificuldades e oportunidades existentes em relação à formulação, à implementação, ao aperfeiçoamento e ao controle

[1] Segundo o art. 37 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RI/CNJ), "constituem objetivos do DPJ: (...); II – desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; III – realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; (...); V – fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias; VI – disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos".

das atividades de prestação jurisdicional na busca de concretização de direitos e garantias fundamentais.

É exatamente esse o conjunto de desafios institucionais que estimularam o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) a conceber a SÉRIE "JUSTIÇA PESQUISA" e a lançá-la a partir de 2 (dois) eixos estruturantes complementares entre si:

i) Eixo "Direitos e Garantias fundamentais"; e

ii) Eixo "Políticas Públicas do Poder Judiciário".

O Eixo "*Direitos e Garantias fundamentais"* enfoca aspectos relacionados à realização de liberdades constitucionais a partir do critério de ampliação da efetiva proteção a essas prerrogativas constitucionais no âmbito da República Federativa do Brasil.

O Eixo "*Políticas Públicas do Poder Judiciário*", por sua vez, volta-se para aspectos institucionais de planejamento, gestão de fiscalização de políticas judiciárias a partir de ações e programas que contribuam para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Os dois eixos estão vinculados a abordagem empírica do tema. A perspectiva doutrinária ou teórica deve atuar como marco para construção e verificação de hipóteses, assim como para definição dos problemas. A pesquisa, portanto, não pode ser exclusivamente teórica ou doutrinária.

2) Do Objeto

O objeto do presente Edital é contratação de Instituições de Ensino Superior, Instituições públicas ou privadas (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) ou Fundações de Apoio à Pesquisa incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos para a execução de pesquisa a ser desenvolvida sobre os temas "A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário"; "Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos", "Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição na Amazônia Legal", "Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade", "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de

Direitos Humanos” e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”, atendendo aos requisitos e especificações constantes no item 3.

As instituições/fundações de apoio à pesquisa deverão desenvolver pesquisa empírica com levantamento de dados estatísticos e qualitativos, em relação aos temas “A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário”; “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos”; “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal”; “Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade”; “Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos”; e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”, a serem utilizadas como subsídios para formulação de políticas públicas.

São esperados em cada contratação, quatro produtos que serão entregues no curso do Projeto, como meios de acompanhamento e verificação do andamento da pesquisa, conforme estabelecido no item 14.1.

As pesquisas deverão traçar o diagnóstico, por meio de análise de dados estatísticos e pesquisa empírica, sobre as principais causas e fatores que influenciam os temas a que se dedicarem de modo a identificar os principais problemas do tema selecionado.

As pesquisas deverão possuir metodologia mista, de análise quantitativa e qualitativa, e poderão valer-se de diversas técnicas de coleta de dados como a aplicação de questionários eletrônicos; realização entrevistas; coleta de dados estatísticos; análise de estudos setoriais, análise documental, consolidando, assim, estratégias diversificadas e conexas, com a finalidade de prover uma visão ampla e integral do objeto da pesquisa.

Os contratos terão duração de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3) Dos Proponentes Elegíveis e Critérios para Contratação

São elegíveis para as contratações instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior, fundações de apoio à pesquisa e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa.

3.3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

3.4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

3.4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

3.4.2) A prova de inscrição no CNPJ;

3.4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;

3.4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição/fundação de apoio à pesquisa;

3.4.5) Link do Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa;

3.4.6) Declaração de vinculação mútua entre a instituição/fundação de apoio à pesquisa e os pesquisadores da Equipe Básica; e

3.4.7) Comprovação da vinculação da Instituição/fundação de apoio à pesquisa com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços

ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

3.5) A documentação mencionada no item 3.4 deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição/fundação de apoio à pesquisa a ser contratada:

3.5.1) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

3.5.2) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no item 3.4 do Edital; e

3.5.3) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

3.6) Finalizada a fase de avaliação das propostas, os interessados deverão apresentar, para fins de habilitação e no que couber, os seguintes documentos:

3.6.1) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

3.6.2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3.6.3) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.6.4) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei de Licitações”);

3.6.5) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

3.6.6) declaração expressa da instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

Os temas indicados pelo Conselho Nacional de Justiça nesse Edital voltam-se para os temas “A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário”; “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos”; “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal”; “Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade”; “Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos”; e “Mortes sob custódia prisional no Brasil”. E é a partir destes temas que as instituições proponentes apresentarão projetos para demonstrar como alcançarão os objetivos das pesquisas.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, nem a designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados, bem como não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos de pesquisa para que melhor atendam aos seus objetivos. Caso a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente não concorde com os ajustes propostos, isso implicará em sua exclusão do certame.

4) Do Projeto de Pesquisa

4.1) Em conformidade com os modelos constantes dos Anexos II, III, IV e V deste Edital, a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente deverá apresentar o respectivo “PROJETO DE PESQUISA” de acordo com o tema escolhido, documento único composto pelas seguintes partes indispensáveis:

4.1.1) Dados Cadastrais;

4.1.2) Formulário para Descrição da Proposta de Pesquisa com título, objeto, justificativa, descrição detalhada (introdução, objetivos, hipóteses e fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências), observada a seguinte formatação:

(i) Folha de papel A4;

(ii) Máximo de 15 páginas;
(iii) Parágrafos justificados, sem formatação de qualquer natureza;
(iv) Fonte Times New Roman, corpo, tamanho 12;
(v) Entrelinhas simples;
(vi) Margens superior e inferior de 2,0 cm, lateral esquerda e direita de 3,0 cm;

4.1.3) Adequação curricular dos integrantes da equipe básica ao tema da pesquisa;

4.1.4) Formulário para o Cronograma de Execução;

4.1.5) Formulário para o Valor e Cronograma de Pagamento;

4.1.6) Formulário para Assinatura do Projeto;

4.1.7) Formulário para Declaração, a ser prestada pelo representante da instituição/fundação de apoio à pesquisa quanto à Equipe Básica;

4.1.8) Formulário para declaração dos profissionais que integrarão a Equipe Básica;

4.2) A instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente poderá se candidatar para o desenvolvimento da pesquisa apresentada no Edital de Convocação Pública e de Seleção (“Do objeto”), para tanto, o Projeto de Pesquisa deverá ser apresentado com todas as peças indicadas nos itens 3 e 4 deste Edital, em conformidade com os detalhamentos constantes dos ANEXOS.

4.3) Uma vez apresentado o “Projeto de Pesquisa”, conforme os termos e prazos estipulados no Edital, não haverá prazo adicional para o suprimento de quaisquer informações ou documentos ora exigidos.

A Comissão Avaliadora e o Departamento de Pesquisas Judiciárias, poderão determinar a realização de diligência nas situações em que sejam necessários maiores esclarecimentos.

4.4) A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado será automaticamente interpretada como desistência de submissão às regras do Edital.

4.5) Dos Recursos Humanos e dos requisitos mínimos quanto ao perfil dos profissionais

4.5.1) A instituição/fundação de apoio à pesquisa interessada deverá indicar e alocar Equipe Básica de Pesquisa para atuar em todas as fases da execução da pesquisa. A

Equipe Básica de Pesquisa deverá ter a seguinte composição e qualificação técnica profissional mínima:

FORMAÇÃO MÍNIMA (Função desempenhada e Titulação)	**Número Mínimo Exigido**	**Experiências Específicas Mínimas Requeridas**
Coordenador acadêmico, com nível de doutorado.	01	Experiência consolidada na coordenação de projetos e/ou de grupos de pesquisa, realização de pesquisas, estudos e publicações na área sociojurídica, comprovada mediante apresentação de currículo LATTES.
Coordenadores de campo, com nível mínimo de mestrado	02	Experiência no desenvolvimento de projetos, participação em grupos de pesquisa e realização de pesquisas e estudos, comprovadas mediante apresentação de currículo LATTES.

4.5.2) As comprovações requeridas devem ser feitas por meio de apresentação do currículo Lattes atualizado.

4.5.3) A eventual substituição de pesquisadores da Equipe Básica de Pesquisa poderá ser feita, desde que devidamente justificada e comunicada ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), devendo o pesquisador substituto atender aos requisitos do pesquisador substituído, com igual ou superior formação básica e experiências específicas requeridas.

4.5.4) A Equipe Básica de Pesquisa tem a responsabilidade direta por todas as fases da pesquisa.

4.5.5) Além da Equipe Básica de Pesquisa, a entidade poderá alocar Equipe de Apoio para realização da pesquisa, sendo sua composição de prerrogativa da instituição/fundação de apoio à pesquisa não podendo para tanto ultrapassar o valor apresentado na proposta.

4.5.6) A Equipe de Apoio não constará como quesito para qualificação da proposta de pesquisa.

4.5.7) A Equipe Básica de Pesquisa, constituída por doutor e mestres, será responsável por:

4.5.7.1. Coordenador acadêmico (Doutor) – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa quando estiverem lidando com autoridades.

4.5.7.2. Coordenadores de Campo (Mestres) – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

4.5.9) É terminantemente vedada a participação de crianças e adolescentes, assim como de estagiários nas atividades relacionadas à consecução das pesquisas propostas.

5) Da forma de apresentação da Proposta de Pesquisa

5.1 A Proposta de Pesquisa deverá ser encaminhada em formulário eletrônico da primeira fase, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital, mediante envio pelo link https://www.cnj.jus.br/formularios/formulario-para-edital-de-convocacao-e-selecao-publica-n-1-da-5a-edicao-da-serie-justica-pesquisa-fase-1/.

5.2 Preenchidos os requisitos previstos nos itens 3 e 4 deste Edital, as Propostas de Pesquisas das entidades habilitadas serão avaliadas pela Comissão Avaliadora em sua forma e conteúdo.

5.3 As propostas de pesquisa deverão ser encaminhadas, após a publicação de edital no Diário Oficial da União, até dia **19 de agosto de 2021**.

5.4 O Conselho Nacional de Justiça emitirá e-mail de confirmação de recebimento das propostas. Cabe à instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente entrar em contato com o DPJ pelo e-mail dpj@cnj.jus.br, caso não receba tal comprovante em até um dia útil após o carregamento de seu projeto.

5.5 O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa.

5.6 Após análise das propostas de pesquisa, deverão ser encaminhados os documentos de habilitação referidos no item 3.6 deste edital, no prazo de 5 dias úteis, pelo formulário eletrônico da segunda fase, disponível em https://www.cnj.jus.br/formularios/formulario-para-edital-de-convocacao-e-selecao-publica-n-1-da-5a-edicao-da-serie-justica-pesquisa-fase-2/.

6) Do Cronograma de Recebimento, Seleção e Divulgação dos Resultados

Fases	Atividades	Períodos
1.	Recebimento de Propostas	Até 19 de agosto de 2021 (até às 23h59min)
2.	Análise das Propostas e divulgação do resultado preliminar	Até 10 de setembro de 2021
3.	Recebimento de documentos e certidões de habilitação	Até 17 de setembro de 2021 (até às 23h59min)
4.	Resultado final	Até 27 de setembro de 2021

7) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: As propostas serão analisadas por comissão designada para este fim e serão selecionadas conforme os seguintes aspectos:

(*i*) análise documental, conforme item 3.4 deste edital; e

(*ii*) análise de conteúdo, em conformidade com os ANEXOS I, II e III deste Edital.

A seleção dos projetos de pesquisa observará os critérios abaixo discriminados, sendo atribuída nota entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos:

Critérios	Pontuação Máxima
I - Equipe básica	Até 10 pontos, sendo: - 2 pontos para o coordenador de campo que possua experiência com metodologia de pesquisa empírica; - 2 pontos para o coordenador de campo que possua experiência em pesquisa na área descrita no campo temático em que concorre; - 1,5 ponto para cada coordenador de campo que possua experiência com metodologia de pesquisa empírica (até 3 pontos); - 1,5 ponto para cada coordenador de campo que possua experiência em pesquisa na área descrita no campo temático em que concorre (até 3 pontos). Mínimo: 5 pontos.
II - Adequação da proposta ao objeto da pesquisa	ATÉ 25 pontos, sendo: - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte territorial. Meio ponto (0,5) para cada unidade da federação pesquisada, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte temporal. Um ponto para cada ano que exceder o mínimo de 5 (cinco) anos definido na descrição do campo temático, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de problemas/perguntas aderentes em relação à descrição do tema; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de hipóteses aderentes em relação à descrição do tema; e - até 5 (cinco) pontos para proposição de resultados a serem alcançados ao final da pesquisa. Mínimo: 10 pontos

III - Adequação de levantamento bibliográfico ao projeto de pesquisa	ATÉ 20 pontos, sendo: - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com os problemas/perguntas levantados, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão; e - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com as hipóteses levantadas, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão. Mínimo: 10 pontos
IV - Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa	ATÉ 45 pontos, sendo: - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/ geração e análise de dados quantitativos, nos limites do recorte do tema; - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/ geração e análise de dados qualitativos, nos limites do recorte do tema; - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta/geração e análise de informações contidas nas peças processuais, nos limites do recorte do tema. Mínimo: 25 pontos
	Mínimo geral: 60 pontos

7.1. Para classificação, as Propostas de Pesquisa deverão atingir a pontuação mínima definida em cada um dos critérios I, II, III e IV, concomitantemente com a obtenção mínima de 60 (sessenta) pontos totais. Será selecionada a proposta com maior pontuação total.

7.2. **Somente será considerada aprovada a instituição que alcançar o mínimo exigido em cada bloco de critérios e, concomitantemente, somar pelo menos 60 pontos no total geral dos itens**.

7.3. O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico (https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/editais-3/) a lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa até o dia **25 de agosto de 2021**.

7.4. A relação das propostas selecionadas e habilitadas será divulgada no Diário Oficial da União (DOU), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e no sítio eletrônico do CNJ até o **dia 27 de setembro de 2021.**

7.5. Em caso de empate de Propostas de Pesquisa, prevalecerá a proposta de menor preço. Persistindo o empate, será realizado sorteio entre os proponentes, pela Comissão Avaliadora, em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados.

8) Da formalização das propostas selecionadas

8.1) A parceria entre o CNJ e a instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada será formalizada por meio de instrumento legal adequado à natureza jurídica da instituição/fundação de apoio à pesquisa, observando-se sempre a legislação aplicável e o interesse público desempenhado pelo CNJ nos termos delineados pelo presente Edital.

8.2) A celebração do instrumento legal para formalização do acordo conforme a natureza jurídica da instituição/fundação de apoio à pesquisa escolhida está sujeita a:

8.2.1) manifestação de concordância da instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada em promover os ajustes previamente indicados pelo CNJ no projeto básico e no plano de trabalho, caso estes sejam necessários e enviar à Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis; e

8.2.2) apresentação de documentos necessários solicitados pela Seção de Gestão de Contratos.

9) Dos recursos financeiros

9.1) O valor a ser custeado pelo CNJ, para cada pesquisa selecionada, será de até R$343.733,00 (trezentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e três reais), conforme critérios de avaliação indicados no item 7;

9.2) Os recursos para custeio das pesquisas no exercício de 2021 estão consignados na seguinte dotação orçamentária do CNJ:

Ação **21BH** - Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias, **Plano Orçamentário 0006** - Pesquisas e Diagnósticos do Poder Judiciário.

10) Das obrigações das partes

10.1) Do Conselho Nacional de Justiça

10.1.1) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

10.1.2) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

10.1.3) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

10.1.4) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

10.1.5) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

10.1.6) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

10.1.7) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte

em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

10.1.8) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

10.1.9) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

10.2) Da Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa Proponente Selecionada

10.2.1) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

10.2.2) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral;

10.2.3) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

10.2.4) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

10.2.5) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

10.2.6) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

10.2.7) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

10.2.8) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

10.2.9) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

10.2.10) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

10.2.11) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

10.2.12) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição/fundação de apoio à pesquisa representada;

10.2.13) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

10.2.14) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

10.2.15) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

10.2.16) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

10.2.17) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme Anexo VI) assinado por todos os membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

10.2.18) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

10.2.18.1) O modelo de TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento do CNJ e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

10.2.18.2) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

10.2.19) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

10.2.20) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ, quando for o caso;

10.2.21) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

10.2.22) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

10.2.23) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020); e

10.2.24) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

11) PENALIDADES

11.1) Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição/fundação de apoio à pesquisa contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato;

b.8) 20% valor total do contrato, nos casos de inexecução total. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

11.2) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.3) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 11.2.

11.4) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

a) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição/fundação de apoio à pesquisa, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento até a entrega do produto final. Não será considerado “desatendimento às solicitações do CNJ”, impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

b) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

c) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

d) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo que, a não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos.

Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

12) VIGÊNCIA

O período de vigência do Contrato é de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

13) Do Pagamento

13.1. O valor do contrato será pago em quatro parcelas, após a entrega e aprovação de cada um dos produtos relativos a cada fase conforme item 14, nos prazos e percentuais indicados na tabela a seguir:

Fase	Produto	Prazo	Pagamento
1	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e dos instrumentos de coleta de dados	Até 15 dias após assinatura do contrato	Não se aplica
2	Produto Parcial 1	Até 30 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
3	Produto Parcial 2	90 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
4	Produto Parcial 3	210 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 2)	30% do valor total
5	Produto Final	270 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 3)	30% do valor total
6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; apresentação de resultados de pesquisa.	300 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 4)	Não se aplica
7	Encerramento do contrato	360 dias após a assinatura do contrato	Não se aplica

13.2 A Entidade proponente, uma vez selecionada e firmado o contrato, nos termos do Edital, deverá apresentar à Comissão de Acompanhamento, ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.2.a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 deste Edital:

13.2.b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos no item 10 deste Edital e, em especial, no subitem 10.2.8.

13.2.c) Os documentos exigidos pela Lei nº 8.666/1993 como condição de pagamento.

14) Gestão do Contrato

14. 1) Execução da Pesquisa

Fase	Descrição	Atividades
1	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias metodológicas	Reunião de Alinhamento e discussão de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e dos instrumentos de coleta de dados definidos no projeto de pesquisa
2	Produto Parcial 1	(i) Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações junto Tribunais em que realizará a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas etc. (ii) Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações

		disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.
3	Produto Parcial 2	Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de 50% dos dados quantitativos e 25% dos dados qualitativos.
4	Produto Parcial 3	Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório técnico com apresentação de 100% dos dados quantitativos, 50% dos dados qualitativos e análise preliminar dos resultados.
5	Produto Final	Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, com 100% dos dados quantitativos e qualitativos e todas as análises realizadas, estruturado da seguinte forma: Sumário Executivo; Introdução; Descritivo Metodológico; Desenvolvimento, contendo a apresentação de dados, resultados, análises e interpretações; Síntese: dos principais resultados encontrados; e Apresentação de Diretrizes e Recomendações Técnicas: para o aperfeiçoamento de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário.

6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; Apresentação de resultados da pesquisa	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; Apresentação de resultados da pesquisa
7	Encerramento do contrato	Realização de ajustes finais e pagamento

14.2. A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo CNJ para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

14.2.1) o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

14.2.2) o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

14.2.3) a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

15) Recebimento do Objeto

15.1) Os objetos finais de cada fase serão recebidos definitivamente por meio da aprovação de Notas Técnicas que serão emitidas pela comissão designada para acompanhamento no prazo correspondente ao grau de complexidade de cada produto entregue. O prazo poderá ser prorrogado pela Comissão de Acompanhamento, no caso de diligências solicitadas para que sejam complementadas as informações/documentação, ou ainda, para ajustes nos relatórios apresentados, de forma a cumprir o objetivo do contrato. O novo prazo designado pela Comissão também considerará o grau de complexidade das informações/documentações ou ajustes solicitados.

15.2) Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

15.2.1) provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição/fundação de apoio à pesquisa contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo, por e-mail, no prazo de 5 dias;

15.2.2) definitivamente, observando a seguinte escala de complexidade do produto, conforme modelo abaixo:

15.2.2.1) Complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.2.2) Complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.2.3) Complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

15.2.3) A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definirá em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

15.2.4) A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

15.3) A Entidade proponente deverá apresentar à Comissão especialmente designada, ao final da última fase da pesquisa, Relatório analítico circunstanciado do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital, nos termos do contrato a ser firmado entre o CNJ e a entidade proponente.

15.4) A Comissão designada emitirá termo de encerramento do projeto ao final da entrega do produto previsto pela Fase 5, em que, caso aprovada, se declare, expressamente, a entrega de todos os produtos requeridos para o adimplemento contratual;

15.5) A instituição/fundação de apoio à pesquisa que não emitir nota fiscal deverá solicitar perante a Secretaria da Fazenda do Estado a nota fiscal avulsa.

16. Dos Esclarecimentos

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital serão endereçados ao(à) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias, até três dias úteis anteriores à data prevista para o encerramento do prazo de envio das propostas, por e-mail.

16.2. O(A) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá solicitar apoio técnico das áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça quando o assunto assim o exigir.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão publicadas no sítio eletrônico do CNJ.

17. Recursos

17.1. Caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação do ato no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas de pesquisas;

c) anulação ou revogação do certame.

17.1.2. O recurso interposto será comunicado às demais instituições participantes mediante publicação no sítio eletrônico previsto no item 7.3, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.1.3. O recurso será dirigido ao(à) Secretário(a) Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, por intermédio do(a) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias, o(a) qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

18.1.1. O(A) Diretor(a) Executivo(a) do Departamento de Pesquisas Judiciárias poderá solicitar apoio técnico das áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça quando o assunto assim o exigir.

19. Disposições Gerais

19.1. Os Pedidos de Esclarecimento ao Edital e os Recursos acerca do conteúdo deste Edital de Convocação Pública e de Seleção deverão ser encaminhados por meio do endereço eletrônico dpj@cnj.jus.br com o seguinte assunto: “2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA E DE SELEÇÃO DA 5ª SÉRIE JUSTIÇA PESQUISA”.

19.2. Impreterivelmente no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da convocação feita pelo CNJ, a instituição/fundação de apoio à pesquisa autora da proposta selecionada pelo CNJ deverá cadastrar o respectivo representante legal e/ou convencional no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

19.3. A instituição/fundação de apoio à pesquisa autora de proposta selecionada pelo CNJ deverá assinar, preferencialmente, mediante uso de *login* e senha de uso exclusivo do respectivo representante legal e/ou convencional, dentro do prazo de 4 (quatro) dias úteis contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

19.4. É facultado à Administração, quando a assinatura do contrato com a proponente selecionada não ocorrer no prazo e nas condições estabelecidos neste edital, convocar outra proponente, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo.

19.5. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e/ou de recursos eventualmente interpostos deverão ser instruídos com documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões autenticadas, por cartórios extrajudiciais ou por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso a autenticação de cópias de documentos originais e/ou o fornecimento de cópias de documentos sejam requeridos ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

19.6. O CNJ reserva-se o direito de convocar, por meio de videoconferência ou presencialmente, os Coordenadores das pesquisas selecionadas para reunião de ajustes metodológicos e validação da amostra da pesquisa, em qualquer uma de suas fases.

19.7. Em qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente Edital somente poderá ser realizada, mediante prévia autorização e aprovação do CNJ, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e à Série “Justiça Pesquisa”, com referência específica à edição de correspondência.

19.8. A instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada cederá ao CNJ os direitos autorais, patrimoniais e imateriais da(s) pesquisa(s) contratada(s), bem como autorizará o contratante utilizá-la(s) a seu exclusivo critério.

19.9. Resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas da atividade desenvolvida serão de exclusiva responsabilidade da instituição/fundação de apoio à pesquisa selecionada e não necessariamente representam ponto de vista oficial ou institucional do CNJ, ou de quaisquer órgãos do Poder Judiciário relacionados à pesquisa realizada.

19.10. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CNJ, conforme determinação do artigo 3º da Resolução CNJ 7/2005.

19.11. Em atendimento ao interesse público, a Comissão Avaliadora poderá realizar diligências junto às instituições proponentes e a órgãos/entidades da Administração Pública, em busca de documentos e/ou de informações.

19.12. A aprovação de proposta pela Comissão Avaliadora gerará, para a instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente, apenas a expectativa de direito de ser contratada. A efetiva formação do contrato administrativo estará condicionada a juízo de oportunidade/conveniência a ser produzido pelo CNJ, com observância da legislação aplicável.

19.13. O CNJ reserva-se o direito de resolver, por intermédio da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, os casos omissos.

19.14. Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é leito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Brasília, XX de julho de 2021.

Johaness Eck
Diretor-Geral
Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I

Plano Básico do Projeto de Pesquisa

1) Detalhamento do Objeto

As pesquisas detalhadas no presente PLANO BÁSICO têm por objetivo principal dotar o CNJ de informações a respeito de aspectos importantes sobre a gestão judiciária e a prestação jurisdicional no Brasil. Seguem, abaixo, a justificativa para orientar a concepção e a formulação das propostas de pesquisa pelas entidades proponentes.

Neste documento constam a apresentação da justificativa, do objetivo principal e das perguntas e problemas de pesquisa que se pretende responder.

Por fim, as entidades interessadas, a depender dos propósitos de investigação dos proponentes, poderão – conforme os estritos termos do regramento detalhado – apresentar abordagens e/ou enfoques complementares aos propostos por este Edital de Convocação Pública e Seleção, as quais, uma vez pertinentes, adequadas e úteis ao detalhamento e à compreensão crítica da questão pesquisada, serão avaliadas pelo CNJ.

Diante do exposto, ressalta-se que é necessário considerar, na apresentação dos dados, aspectos regionais, diferenças entre ramos de justiça e outros elementos que, em comparação, no âmbito da amostra, particularizem dados ou situações.

2) Campos Temáticos:

2.1. Tema 1: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal.

Justificativa: A proposta de pesquisa se baseia na necessidade de se estudar as estruturas judiciais na região Amazônica, formando um diagnóstico empírico que engloba a distribuição das unidades judiciais, dos serviços de apoio à jurisdição, e a efetividade desse

serviço público. Para tanto, será necessário considerar as peculiaridades da região, que consistem tanto em sua extensão territorial, grande oferta de recursos minerais e hídricos, contando com a maior reserva mundial de água doce, e os aspectos socioambientais.

A mensuração da distribuição das unidades judiciárias na região é um estudo de relevância ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça. A atenção aos serviços auxiliares de oficial de Justiça e perícia técnica, à estrutura de informática e gestão processual são pontos importantes na consolidação de uma infraestrutura judicial efetiva, podendo haver iniciativas que auxiliem nesse intento como a Justiça itinerante e os mutirões judiciais.

A questão fundiária na Amazônia também influencia na atividade jurisdicional e merece ser melhor estudada, tendo em vista os problemas sociais que se perpetuaram historicamente. A consideração da grilagem de terras, emprego de trabalho escravo, o crime organizado e as fraudes na extração de madeira no contexto amazônico são fatores que influenciam na efetividade da jurisdição regional. A confiança nas instituições de Justiça e a efetividade dos julgados contribuem para minorar o impacto negativo desses problemas sociais e para a diminuição da degradação ambiental da região, evitando focos de conflito.

O aspecto criminológico da região Amazônica também merece atenção em pesquisa científica própria, tendo em vista a multiplicidade de conflitos que existem nas regiões de fronteira e que podem consistir em rotas de tráfico de drogas, de armamentos e de biodiversidade. Por ser uma região com uma vasta extensão territorial e de difícil acesso e locomoção, existe a necessidade da integração de vários órgãos públicos no combate aos ilícitos ambientais que ocorrem na Amazônia Legal. Há estudos que apontam para a causalidade entre a pistolagem na região amazônica e a deterioração da influência dos órgãos públicos e do sistema legal na região. Importa notar que há estudos que não se debruçam tão só na ocorrência de crimes pontuais e isolados em quadrilhas de pequeno porte, mas também na atuação sistêmica e coordenada de organizações criminosas de grande porte, cometendo ilícitos ambientais de colarinho branco ao realizarem a exploração clandestina de madeira de reservas ambientais. A cooperação para a aceleração da responsabilização judicial e medidas de prevenção ao crime foram algumas das conclusões que se chegou em estudos científicos que abordaram o crime na Amazônia. Há ainda iniciativas e boas práticas que podem ser

mapeadas e replicadas aos sistemas de Justiça de cada Estado da Federação que compõem a Amazônia legal, como os esforços de pacificação social por meio de medidas restaurativas.

No tocante à problemática da efetividade da tutela jurisdicional no âmbito da responsabilidade civil na matéria ambiental, há margem ainda para apresentação de pesquisas relacionadas à execução fiscal e tutela penal ambiental. O problema fulcral seria saber se e em que medida as Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público Federal e pelas autarquias ambientais, no âmbito de projetos como o Amazônia Protege e a Força Tarefa em Defesa da Amazônia, têm sido efetivas no sentido de alcançar alguns de seus principais objetivos: a recomposição do dano ambiental, a cessação das atividades exploradoras não autorizadas e, em última instância, a contenção do desmatamento na Amazônia.

Recorte temporal: 2018 em diante.

Recorte territorial: Amazônia Legal, alcançando cada Estado e abrangendo os seguintes municípios (Altamira, São Félix do Xingu, Novo Progresso, Itaituba - Pará), (Lábria e Apuí – Amazonas), (Colniza e Aripuanã – Mato Grosso), entre outros municípios com altos índices de desmatamento.

Objetivo central: Identificar, por meio de estudo empírico e pesquisa de campo, as estruturas de Justiça na região amazônica.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais os números relativos à litigiosidade dos processos relacionados a causas ambientais?

2. Qual o percentual de ações ambientais cuja discussão alcança terras públicas (da União e/ou de Estados e Municípios) e quais as categorias de unidades de conservação e/ou áreas de proteção ambiental abrangidas?

3. Quais, dos processos com causas ambientais identificados, teriam, desde sua propositura, a indicação de autoexecução pelos órgãos do Poder Executivo?

4. Quais os tempos médios de conhecimento e execução dos processos com causas ambientais e quais os principais motivos de pendência de sentenças?

5. A produtividade da vara é impactada pelo índice de rotatividade e substituições dos juízes e juízas na localidade?

6. Qual a efetividade dos julgados nas ações ambientais da Amazônia, considerando a responsabilização patrimonial e as medidas de constrição aplicadas pelo Poder Judiciário?

7. Quais práticas inovadoras de tecnologia, georreferenciamento, governança, gestão de recursos e de inteligência artificial poderiam ser aplicadas nas unidades judiciárias da Amazônia?

8. Há itinerâncias ou mutirões judiciais em causas ambientais na região amazônica?

9. Quais são os procedimentos de gestão processual quando se trata de ação civil pública? Quais os procedimentos de gestão processual de ações ambientais nas varas federais?

10. Quais as similitudes e divergências do ponto de vista da gestão processual nos dois casos acima mencionados?

11. Quais os limites e janelas de oportunidades que as ações civis públicas possuem frente às respostas que o Poder Judiciário pode oferecer nas demandas ambientais?

12. Quais são as áreas/territórios sob júdice que seguem sendo exploradas, desflorestadas e recompostas?

13. Como são os fluxos de comunicação e articulação dos órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário para as causas ambientais?

14. Quais as diferenças de registro de ilícitos ambientais entre os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário? Que mecanismos podem ser construídos/movidos para maior integração?

15. Qual o quadro funcional do Poder Judiciário voltado para os processos de causas ambientais e quais as causas de afastamento e de vacância de cargos?

2.2 Tema 2: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário

Justificativa: A Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146/2015 – foi editada em decorrência da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada em Nova Iorque, da qual o Brasil é signatário e foi aprovada pelo Congresso

Nacional através do Decreto Legislativo nº. 186/08, bem como promulgada através do Decreto 6.949/09.

Tendo em conta o disposto no parágrafo 3º. do artigo 5º. da Constituição Federal, a Convenção passou a ter status de Emenda Constitucional. São reconhecidos o direito à autonomia e independência individuais, para que a pessoa possa fazer suas próprias escolhas e, qualquer limitação, tem caráter excepcional.

A LBI já tem mais de cinco anos, entretanto, a percepção é que ela seja ainda pouco conhecida ou que seus comandos, que têm norte constitucional em razão da Convenção, ainda não foram bem assimilados.

Nesse sentido, ainda são encontrados sistematicamente entraves para o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, apesar do texto de caráter constitucional e legal, não há reconhecimento de que a regra é a plena autonomia da pessoa com deficiência.

Isso tem reflexos que acabam restringindo significativamente a esfera de atuação da pessoa com deficiência e a efetivação de seus direitos. Nesse sentido, é necessário verificar dados sobre a exigência de interdição para que a pessoa com deficiência pudesse postular administrativa e judicialmente Benefícios Previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada - BPC, no âmbito, respectivamente, da Lei de Benefícios Previdenciários e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

No âmbito judicial, é importante investigar se, para fins de levantamento dos valores decorrentes de condenação há exigência de interdição.

Outrossim, considerando que a curatela foi alçada à condição de medida extraordinária (LBI artigos 84 e seg.), de grande significado aferir quais atos civis estão impulsionando a propositura de ações de interdição, bem como estabelecer o quantitativo de curatelas e de tomada de decisão apoiada estão sendo decretadas pelo Judiciário.

Objetivo central: identificar as causas motivadoras das ações de interdição da pessoa com deficiência e a aplicabilidade pelo Judiciário de instrumentos como a tomada de decisão apoiada, avaliação biopsicossocial por equipe e outros previstos na LBI.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais são os dados processuais e de litigiosidade sobre o tema da interdição, curatela, e processos de tomada de decisão apoiada?
2. Quais os principais motivos das ações de interdição?
3. Quais são as percepções dos diversos operadores do Direito acerca da aplicação da Lei Brasileira de Inclusão?
4. Como pessoas com deficiência veem a aplicação da LBI no Poder Judiciário?
5. Quais são os elementos de análise e prova para as sentenças de interdição?
6. Como os processos de interdição são instruídos?
7. De que forma e com que argumentos se faz a dispensa de interrogatório do interditando?
8. Em que condições judiciais são realizadas as escutas de pessoas com deficiência em processos de interdição?
9. Quantos processos são relativos a levantamentos de interdição desde a promulgação da LBI
10. Quantos processos são referentes a conversões de interdição em tomada de decisão apoiada?
11. Quantos processos de tomada de decisão apoiada (instituto previsto na LBI) foram ajuizados?
12. Quais as finalidades elencadas nos processos de tomada de decisão apoiada?
13. Quais são as partes nos processos de tomada de decisão apoiada e seus perfis socioeconômicos?
14. Nas ações previdenciárias e assistenciais em que necessária avaliação da deficiência, utilizada a avaliação biopsicossocial?

2.3. Tema 3: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos

Justificativa: A Agenda 2030 tem como um de seus objetivos, “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ODS 16). Dessa forma, o Poder Judiciário tem a obrigação institucional de engajar-se na promoção de mecanismos para fazer com que o acesso a seus serviços seja cada vez maior, com maior eficácia e eficiência, contribuindo assim, para a pacificação social e a democratização dos serviços jurisdicionais.

Outro compromisso institucional do Conselho Nacional de Justiça está em sua participação na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA - principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto para a formulação de políticas públicas e soluções voltadas ao combate àqueles crimes. Nesse sentido, para cumprir compromissos assumidos junto a esse grupo, é fundamental a realização de pesquisa sobre o tema em tela.

Além disso, dentre as Metas Nacionais 2020, a meta 4 estabelece “Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)” e, no âmbito da Justiça Estadual, a corrupção ativa e passiva são alvo de especial atenção para priorização de julgamentos – o que torna o Poder Judiciário particularmente interessado na produção de informações e estudos sobre o tema do combate à corrupção, lavagem de dinheiro e a recuperação de ativos.

Nesse sentido, os crimes de lavagem de dinheiro e corrupção e a busca para a recuperação de ativos constituem objeto importante como resposta a dar à sociedade acerca dos serviços jurisdicionais. O aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação nacional e internacional e o aprimoramento da coleta de dados estatísticos sobre o tema são cruciais para que as instituições parceiras produzam conhecimento de excelência para o enfrentamento à lavagem de dinheiro e corrupção e a recuperação de ativos; desenvolvam ferramentas conceituais e tecnológicas voltadas às suas atribuições e interesses acerca do tema; busquem eficiência e eficácia na resolução de casos que envolvam lavagem de

dinheiro, corrupção e a recuperação de ativos, contribuindo, assim, para a efetividade da justiça.

Objetivo central: Investigar fluxos de comunicação e cooperação nacional e internacional entre instituições que atuam no combate à lavagem de dinheiro e corrupção e na recuperação de ativos, além da mensuração e análise de dados processuais relativos ao tema.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. É possível identificar os crimes antecedentes praticados em relação à corrupção e lavagem de dinheiro? Quais instituições realizam tal identificação e que fluxos/procedimentos realiza para isso?
2. Quais os ambientes de negócios, para além de práticas criminosas típicas, que criam mais situações de riscos para a prática de corrupção e lavagem de dinheiro?
3. Quais os fluxos/procedimentos de cooperação nacional e internacional sobre o tema que se encontram fragilizados e, portanto, necessitam de aperfeiçoamento?
4. Quanto ao cumprimento dos Provimentos CN/CNJ n. 88/2019 e 90/2020, como estão sendo feitas as inspeções e quais desenhos de fluxos/procedimentos para aperfeiçoamento das comunicações junto à Unidade de Inteligência Financeira?
5. Quais as partes (nos polos passivo e ativo) e respectivos perfis que constam nos processos relativos à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos?
6. Qual o número de condenados e absolvidos nos processos referentes ao tema de pesquisa?
7. Quais os valores recuperados nas ações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro?
8. Quais as penas aplicadas e o tempo de pena aplicada nos casos de detenção/reclusão?

9. Como se dão as intimações pessoais (fato comum a qualquer processo criminal) nos casos de processos relativos ao tema de pesquisa?

10. Como os magistrados lidam com as questões relativas à administração dos bens sequestrados (fazendas, empresas, ou mesmo automóveis e aeronaves)?

11. Quais os sinais de lavagem de dinheiro identificados nas comunicações feitas junto à Unidade de Inteligência Financeira (antigo COAF)?

12. Quais as iniciativas do Congresso Nacional sobre o tema?

13. Quais as ferramentas ou instrumentais de pesquisa de bens e ativos do Ministério Público?

14. Quais as relações estabelecidas entre o Poder Judiciário e o Ministério Público no âmbito do combate à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos?

15. É possível identificar perfis de réus absolvidos e condenados em relação ao tema de pesquisa?

2.4. Tema 4: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais

Justificativa: O Estado brasileiro assumiu, desde o início do processo de internacionalização dos direitos humanos, uma série de compromissos internacionais ao aderir e ratificar os principais tratados. Particularmente no âmbito regional, a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) de 1969 é central para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e seu impacto é sentido pelas instituições e sociedade civil brasileiras há décadas. Além de enunciar normas de direitos humanos, a CADH criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos: um tribunal internacional regional com competência para o processo internacional de apuração da responsabilidade dos Estados por violações à direitos humanos, entre outras funções. Por meio do seu labor interpretativo, ao longo dos últimos trinta anos, a Corte IDH desenvolveu uma sofisticada jurisprudência, traçando parâmetros sobre combate e prevenção à tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos

forçados, direito de acesso à justiça, investigação com a devida diligência, direito à verdade e à memória, prazo razoável de duração do processo, independência judicial, direitos territoriais indígenas e quilombolas, dentre outros.

Contudo, o exercício da jurisdição interamericana pressupõe a observância do princípio da subsidiariedade, vale dizer, o prévio esgotamento dos recursos internos ou o preenchimento de uma das suas exceções (art. 46, CADH). Isso se deve em razão de o sistema internacional de proteção não ter sido construído para lidar com todas as possíveis violações graves a direitos humanos, que ocorrem todos os dias e se espalham na significativa extensão territorial das Américas. A ideia central do SIDH seria tratar de casos emblemáticos, representativos dos principais problemas da região, com o fim de construir os parâmetros interpretativos que serviriam de guia para evitar a perpetuação cíclica de tais violações. Por isso, a Corte IDH construiu a teoria do controle de convencionalidade, segundo a qual todo(a) juiz(íza) nacional (e também os demais agentes públicos) devem zelar pela aplicação da Convenção Americana, seguindo o sentido e o alcance interpretativo dado pela Corte IDH .

Apesar de os estudos sobre controle de convencionalidade já estarem sendo desenvolvidos pelos(as) juristas brasileiros, observa-se que ainda não há uma disseminação de julgados locais que fazem referência à jurisprudência da Corte IDH ou que, mesmo sem citá-la, seguem a linha interpretativa ditada por este tribunal. Em comparação com outros países da região, tais como Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia e México, o Estado brasileiro não foi diretamente influenciado pela Convenção Americana de Direitos Humanos ou pelos órgãos do sistema da mesma forma, com a mesma intensidade, no curso do processo de redemocratização. Tal fenômeno provoca um questionamento acadêmico, político-social e institucional quanto às raízes da baixa visibilidade da jurisprudência da Corte IDH na jurisprudência nacional.

Do ponto de vista jurídico, a aplicação imediata da CADH deveria ser obrigatória, entretanto, supõe-se que a cultura profissional, em conjunto com a percepção do que significa a independência judicial, produz um cenário de resistência de juízas e juízes para a aplicação da norma internacional. Algumas inferências podem ser levantadas e testadas para tentar compreender a respeito da baixa adesão da magistratura brasileira em relação à aplicação da

CADH, conforme a interpretação desenvolvida pela Corte Interamericana em seus julgamentos. Uma seria o desconhecimento ou a pouca familiaridade com o texto convencional e com o labor interpretativo do tribunal interamericano. Em segundo lugar, poder-se-ia levantar a objeção baseada no princípio da soberania nacional e da negação às normas internacionais de proteção aos direitos humanos, em especial no que tange os julgados relacionados à justiça de transição. Há aqueles que tratam as normas convencionais como se fossem direito estrangeiro, sem aplicabilidade direta ao caso concreto, servindo apenas como argumento de reforço da aplicação de norma doméstica já esboçada (e não como fonte formal do direito). Por fim, sem prejuízo de outras explicações a serem levantadas, uma outra explicação seria a existência de uma resistência local em seguir o dever de controle de convencionalidade nos moldes em que é proposto pela Corte IDH, em especial quando eles conflitam com a interpretação sedimentada pela jurisprudência local.

O mapeamento das resistências de tais agentes políticos será de fundamental importância para desenhar uma estratégia ampla, diversificada e de largo fôlego que buscará entrosar normativas administrativas, medidas e ações a fim de enfrentar as dificuldades encontradas para a internalização da Convenção Americana de Direitos Humanos. Tal mapeamento também produzirá dados que poderão ser utilizados para incrementar o programa de direitos humanos dos editais de concursos para a magistratura, assim como poderão auxiliar no desenho de cursos de formação e educação continuada sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Ressalta-se que a pesquisa deve trabalhar com as percepções das juízas e juízes, levando em conta que as pessoas, de modo geral, têm dificuldade de assumir intencionalidade em seu processo decisório. Ainda, é possível haver uma tendência na magistratura no sentido de assumir uma posição de neutralidade, ao invés de estabelecer um posicionamento como agente político. Deve-se levar em consideração, também, que é possível haver resistência para aprender conteúdos novos com os quais não estão familiarizados e/ou que sejam percebidos como fora do conhecimento jurídico e de caráter politizado e não técnico. Ao introjetar essas dificuldades às premissas da pesquisa de campo, os dados estarão mais próximos à realidade das juízas e juízes, o que auxiliará no desenho de medidas e ações que

poderão efetivamente criar impacto sobre a eficácia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no Brasil.

Objetivo: Identificar, por meio de pesquisa de campo e coleta de documentos dos Tribunais, os motivos que levam à baixa aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos, formulando hipóteses e soluções.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se, inicialmente, que a pesquisa seja direcionada pelas seguintes questões: se as juízas e juízes

1. Entraram em contato com a Convenção Americana de Direitos Humanos? Se sim, já a aplicaram alguma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente a aplicam?
2. Entraram em contato com o restante da normativa do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador, Convenção de Belém do Pará, Convenção Interamericana para Prevenção e Combate à Tortura, Convenção Interamericana para Eliminação de Discriminação Racial, dentre outros). Se sim, já a aplicaram alguma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente as aplicam?
3. Conhecem a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sua composição e suas atribuições? Já assistiram a alguma audiência, leram algum relatório, conhecem o instituto da solução amistosa, medidas cautelares?
4. Conhecem a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sua composição e suas atribuições? Já assistiram a alguma audiência, conhecem suas sentenças, opiniões consultivas, medidas provisórias?
5. Conhecem o procedimento de um caso quando que ingressa no Sistema Interamericano de Direitos Humanos?
6. Conhecem a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos? Por temas (obs. listar os que forem prioritários)?
7. Conhecem os julgados da Corte contra o Brasil? Listar os casos para que possam ser reconhecidos individualmente.

8. Compreendem o que são os padrões, standards ou parâmetros interamericanos de proteção aos direitos humanos? Já aplicaram algum/alguns aos casos julgados sob sua responsabilidade?

9. Ao se deparar com um caso específico, têm a percepção de que podem aplicar imediatamente um padrão, standard ou parâmetro interamericano?

10. Gostariam de participar para conhecer ou aprofundar seu conhecimento sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos? Que atividade gostariam que fossem organizadas para essa finalidade?

11. Conhecem o conceito de controle de convencionalidade?

12. Exerceram o controle de convencionalidade? Se sim, já o fizeram uma vez, algumas vezes, várias vezes, muitas vezes, frequentemente a aplicam?

13. Conhecem a posição do STF sobre controle de convencionalidade/aplicação do direito internacional dos direitos humanos no Brasil? Conhecem a teoria do diálogo entre Cortes e a do duplo controle?

14. Com que frequência a CADH é citada nas decisões judiciais? Há diferença entre instâncias originárias e recursais?

15. Quais são os assuntos que com maior frequência aparecem nas decisões judiciais que citam a CADH?

16. Quais os percentuais de condenação/absolvição e de reforma de decisão quando há citação da CADH na decisão judicial?

Sobre os Tribunais:

17. Quais tribunais utilizam normativas ou realizam ações que recomendem ou estimulem a aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos? Quais são as iniciativas e como elas são aplicadas?

2.5. Tema 5: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento

Justificativa: O Estado brasileiro, tanto em sua trajetória histórica como na contemporaneidade, convive com um quadro estrutural de violações de direitos no contexto das políticas penais. Ao lado de leis e discursos normativos civilizados e garantidores, admite ambientes prisionais que naturalizam e potencializam a morte e o risco de morte das pessoas privadas de liberdade. O cumprimento efetivo da Lei de Execução Penal não encontra sustentação na gestão das políticas públicas penais em vigência, uma vez que a realidade da maior parte dos estabelecimentos prisionais hoje no Brasil mostra um retrato de verdadeira contradição, onde as pessoas privadas de liberdade estão expostas às mais degradantes situações, que incluem doenças, aglomerações, negligência na garantia de assistências básicas e violência.

Conforme dados recentes sistematizados pelo Conselho Nacional de Justiça a população privada de liberdade aumentou 9,3% entre 2016 e 2020, ao passo em que houve a redução de cerca de cem vagas no sistema no mesmo período, e os óbitos em unidades prisionais cresceram 20% entre 2019 e 2020, puxados pelo aumento dos suicídios (30%) e pelas mortes de causa desconhecida (360%) (Informe. Junho 2021)

Esse quadro de letalidade do sistema prisional brasileiro integra o conjunto de violações de direitos reconhecido pelo STF, no âmbito da ADPF 347 de 2015, ao declarar que as prisões no Brasil são um estado de coisas inconstitucional por causa de suas condições precárias e à margem do estado de direito.

Entre as mazelas citadas no bojo da ADPF 347 e atualizadas pelo CNJ em junho de 2021, persiste a dificuldade para a obtenção de dados atualizados e confiáveis sobre o sistema prisional. O Conselho salienta que até hoje o Brasil não tem condições de apontar taxas de reincidência ou de casos de tortura. "Os registros do Disque 100 indicando violações a essa população triplicaram desde 2013, passando de 3.031 para 9.479 registros [em 2020], um aumento de 213%", destaca.

A incipiente compreensão e fragilidade dos dados acerca do fenômeno das mortes sob custódia prisional no Brasil integram o contexto supracitado. Não obstante a relevância do tema, fragilidades epistemológicas e metodológicas podem ser observadas nos relatórios do

Infopen. Os dados de mortalidade no sistema prisional são computados a partir de cinco categorias: óbitos naturais (por questões de saúde), óbitos criminais, óbitos suicídios, óbitos acidentais, óbitos com causa desconhecida.

As informações são fornecidas pelas administrações dos próprios estabelecimentos prisionais, mediante preenchimento de formulários. A amplitude e a imprecisão das categorias dão margem significativa à subjetividade na coleta dos dados e isso se reflete, sobretudo, na presença da categoria óbitos com causa desconhecida, por meio da qual os entes estatais acabam por reconhecer a imperícia e negligência na apuração dos casos de mortes no âmbito do sistema prisional.

Ademais, para além da imprecisão das categorias, cabe salientar os desafios burocráticos, a heterogeneidade nacional e as complexas relações federativas e interinstitucionais que representam obstáculos ainda não superados e favorecem um conjunto de diferentes metodologias, sistemas e arranjos locais utilizados na coleta de dados.

Para os registros do Infopen/DEPEN, conforme já mencionado, as informações são fornecidas pelas administrações dos próprios estabelecimentos prisionais mediante preenchimento de formulário, e posteriormente repassadas ao Departamento Nacional. Já em relação aos dados do Conselho Nacional do Ministério Público, são os Promotores de Justiça que realizam o preenchimento dos formulários, a partir das vistorias que realizam nos estabelecimentos prisionais.

Por sua vez, no âmbito do CNJ, temos o Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais cuja alimentação é implementada por intermédio dos relatórios de inspeções mensais realizadas nos estabelecimentos penais pelos Juízes de Execução Penal, nos termos do artigo 66, inciso VII da Lei de Execução Penal e de acordo com o estabelecido na Resolução CNJ nº 47/2007. Todavia, necessário reconhecer que informações mais analíticas e dados específicos sobre a ocorrência de mortes não estão suficientemente estruturadas no bojo das inspeções nacionais.

A todas essas diversidades se agrega, ainda, a resistência de alguns estados em compartilhar informações. Situação peculiar é a do estado de São Paulo, o qual concentra a

maior população encarcerada do país —cerca de 33% do total nacional (DEPEN, 2017) e sistematicamente não compartilha seus dados perante as instâncias federais.

Todo os desafios citados configuram obstáculos robustos para a necessária compreensão sobre o fenômeno de mortes consumadas no decorrer da custódia prisional, tanto em relação a indicadores quantitativos, mas, sobretudo, um olhar mais qualificado e crítico sobre suas causas, formas de tratamento e, em especial, estratégias de prevenção e enfrentamento, ao que soma a necessidade de maior transparência, fiscalização e responsabilização para os casos de mortes decorrentes de maus tratos e tortura.

Em que pese a relevância dos desafios metodológicos, importante destacar que a incipiência de dados e pesquisas sobre os casos de mortes sob custódia prisional no Brasil estão relacionadas, acima de tudo, a um padrão de gestão estatal e de modos de controle social, segregação, seletividade e estigmatização penal histórica e estruturalmente condicionados para a persistente violação dos direitos das pessoas pretas e pobres privadas de liberdade (Almeida e Massaú, 2017), especialmente com relação ao direito à vida. Segundo Chies e Almeida (2018), este padrão de governamentalidade opera através de uma seletividade punitiva baseada no racismo (tradicional e contemporâneo) e dirigida com ênfase àqueles que as estruturas sociais brasileiras segregaram como uma ralé de novos escravos. É esta ralé que é sacrificada e exposta à morte nos presídios do Brasil.

Nesse sentido, sobre estar historicamente exposto à morte, Pedroso (2002) nos traz dados referentes à Casa de Correção do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1869: no período foram recolhidos cerca de 1099 condenados, dos quais 245 (22,3%) faleceram. A mortalidade subia bruscamente em relação ao tempo de pena: enquanto era de 2% para apenados de até 2 anos, subia até 66,6% para penas entre 16 e 20 anos (Pedroso, 2002, p. 72).

A morte sob custódia é também encontrada nos estudos históricos de Myrian Sepúlveda dos Santos, então acerca da Colônia de Dois Rios (2004; 2006). Os dados por ela coletados autorizam sustentar que nas três primeiras décadas a Colônia teve como objetivo principal aprisionar bêbados, mendigos, vadios e capoeiras, sendo utilizada, a partir da

metade da década de 1910, para o recolhimento de presos políticos (sobretudo anarquistas e comunistas).

“As declarações de óbito eram frequentes e mostravam que muitos presos faleciam após poucos meses de internação. Morria-se de beribéri, desinteria, tuberculose, sífilis, ou seja, doenças resultantes da má alimentação, falta de higiene e maus tratos […].” (Santos, 2006, p. 451)

Os dados atuais revelam a perpetuação e agravamento dos riscos e situações de óbito no sistema prisional brasileiro. De acordo com o CNJ, uma pessoa presa tem cerca de 2,5 vezes mais chances de ser morta do que alguém fora do cárcere - o índice de assassinatos nas prisões é de 50,38 a cada cem mil habitantes, contra 19,65 a cada cem mil pessoas no Brasil -, além de 28 vezes mais chance de contrair tuberculose. A mesma tendência se aplica para o número de casos de HIV e Aids, duas vezes maior nas cadeias do que entre a população.

As degradantes condições estruturais e operacionais do sistema prisional nacional são relevantes fatores a serem considerados na compreensão das expressões do fenômeno “mortes sob custódia prisional no país”. É desarrazoada e indevida a associação da morte de uma pessoa sob a custódia do estado sob o rótulo de uma categoria ampla e imprecisa, tal como óbitos naturais/por enfermidade, sem a devida consideração e correlação com as condições de custódia prisional a qual estava submetida. É imperiosa a averiguação das causas dos óbitos à luz das condições degradantes dos ambientes prisionais, considerando a insalubridade, superlotação, oferta de assistência à saúde (compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico), a assistência social e outros direitos previstos na LEP. Diante de um quadro de violência coletiva institucional cuja política é pautada na privação de direitos básicos, deve prosperar a categoria de morte natural?

Outrossim, numa agenda de pesquisa, indagações devem ser direcionadas sobre todas as mortes acometidas e registradas no sistema prisional, independentemente de qual categoria esteja vinculada pela administração prisional preliminarmente responsável pela apuração do caso. Óbitos categorizados como causas criminais, suicídios, acidentais e causa desconhecida também apresentam elementos complexificadores que emergem das

realidades prisionais no Brasil e precisam ser devidamente apurados, compreendidos e tratados.

Motins, rebeliões e massacres têm sido recorrentes no contexto prisional, de modo a registrar simultaneamente uma série crescente de assassinatos entre grupos de presos rivais, como também mortes decorrentes da ação das autoridades policiais. Inclusive, sob a perspectiva do protagonismo das mortes associado às pessoas privadas de liberdade e seus grupos organizados, ou às autoridades estatais, também se faz necessária uma sofisticação mais criteriosa na investigação e sua adequada categorização. Outro ponto a ser considerado no presente tópico diz respeito aos fundamentos que deram origem aos conflitos. Seriam derivados de reivindicações dos presos por condições minimamente dignas (assistência jurídica por meio da Defensoria Pública, acesso à assistência médica, oportunidades de trabalho, melhoria na alimentação, com maior quantidade e melhor qualidade, melhoria nas instalações físicas, regularização das visitas familiares etc.)?

Em suma, diante da violação sistemática, histórica e crescente contra o direito à vida de pessoas sob a tutela direta do Poder Público, torna-se necessário aprimorar o entendimento e a transparência acerca das mortes ocorridas sob custódia do Estado, inclusive para que as famílias tenham direito ao justo reconhecimento e indenização sempre que comprovada a responsabilidade estatal. Nesse sentido, orientam a presente proposta de pesquisa as seguinte perguntas-chave: quais cuidados institucionais e diligências estão sendo adotadas pelas autoridades públicas competentes e, em especial, como o Poder Judiciário tem atuado nesse contexto?

Tratam-se de chaves analíticas que devem ser exploradas no bojo de um projeto de pesquisa que, mesmo diante de um tema complexo, atravessado por um arranjo interinstitucional federativo frouxamente articulado, tem no Poder Judiciário um ator central, capaz de induzir um movimento coordenado nacionalmente e apto a jogar luzes sobre o fenômeno das mortes sob custódia prisional, apontar os principais gargalos e pontos de atenção no tratamento dos casos, bem como promover práticas e novos protocolos visando seu enfrentamento.

Para tanto, a pesquisa deverá contar com as bases de dados dos sistemas operados pelo CNJ, entre eles o Sistema de Execução Eletrônico Unificado (SEEU), sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado Paraná e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em processo de implantação nacional, bem como a possibilidade de cruzamento de dados com outros sistemas, tal como DATASUS. Via sistemas nacionais, o Judiciário conta com ferramentas efetivas para uma gestão mais confiável e qualificada sobre a tramitação processual na execução penal, permitindo um controle informatizado e o levantamento de informações relacionadas ao sistema carcerário, entre elas, o acesso a dados afetos a extinção do processo penal por causa de morte. Desta forma, a pesquisa contará com relevantes dados e informações que corroborarão com os estudos e pesquisas de campo para uma melhor compreensão do fenômeno em tela.

Outra fonte de dados interessantes que poderá ser considerada como estratégia de pesquisa seria o levantamento, nos TJs, acerca dos processos para indenização de famílias em decorrência das mortes sob custódia, ainda que nem todas as mortes sejam contestadas judicialmente. Poder-se-ia ter acesso a uma segunda camada de informações relevantes: Registro de Mortes e tipificação X Reclamações de mortes. Isso permitiria aprofundar análises sobre como o Judiciário lida com as mortes sob custódia e identificar o que influencia decisões, o que, como hipótese, pode apontar para a forma como a gestão prisional registra e comunica essas mortes. Tal informação, por sua vez, cruzada com os sistemas da Política de Saúde, pode jogar luzes sobre inconsistências e ocultações de motivos (o que, parece, está sob os rótulos “causas desconhecidas” ou “mortes naturais”.

Portanto, diante de um sistema prisional que sempre foi marcado por problemas estruturais graves e pela ausência de iniciativas fundadas em evidências e boas práticas, o que se buscará, a partir da pesquisa ora proposta, é desenvolver um estudo empírico e pesquisa de campo visando ao levantamento de informações acerca dos procedimentos de registro, apuração e outros indicadores relevantes para a compreensão sistêmica e analítica das mortes de pessoas sob custódia prisional no Brasil. Neste sentido, cumprindo o seu papel institucional, o Conselho Nacional de Justiça contribuirá com a fortalecimento da atuação

jurisdicional através de pesquisas e produção de conhecimento destinadas ao constante aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Objetivo: Identificar e desenvolver estudo empírico e pesquisa de campo, acerca dos procedimentos de registro, apuração e outros indicadores relevantes para a compreensão sistêmica e analítica das mortes de pessoas sob custódia prisional no Brasil; identificar causas de mortes e fatores agravantes, apresentando estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

1. Quais os mecanismos de registro e comunicação de mortes e como são realizados os procedimentos?
2. Qual a predominância de causas de morte identificadas a partir das categorias utilizadas pelas instituições oficiais (óbitos naturais/por questões de saúde, óbitos criminais, óbitos suicídios, óbitos acidentais, óbitos com causa desconhecida.
3. Outras categorias são identificadas e/ou categorizadas? Caso sim, quais critérios?
4. Identificar o tempo entre a morte do réu e a sentença de extinção da punibilidade;
5. Identificar as diferenças entre os percentuais de mortes nos presos provisórios e condenados, separando-se por tempo da condenação;
6. Identificar as causas mais frequentes de mortes das pessoas privadas de liberdade e o comportamento na série temporal;
7. Identificar os fatores que levam ao agravamento nas probabilidades de morte das pessoas custodiadas, tais como perfil da pessoa (gênero, faixa etária, raça/cor, escolaridade, etc.), tempo da pena, superlotação carcerária, motivo da prisão, entre outros;
8. Qual a metodologia e/ou procedimento é utilizado para averiguação e investigação das causas de mortes?

9. Como o registro da morte é formalizado em cada estado da federação e tribunal?

10. Qual o gênero, raça, faixa etária e outros dados pessoais identificados nos casos de processos penais extintos por razão de óbito?

11. Quais documentos são apresentados para a autoridade judicial que fundamentam a extinção do processo?

12. Houve a solicitação e/ou realização de perícia?

13. Qual a incidência de casos em que a declaração da autoridade responsável pelo estabelecimento prisional é o único meio de prova da ocorrência e causa da morte?

14. Há registros de série histórica sobre a ocorrência de mortes no sistema prisional do estado? Ocorrência em unidades prisionais específicas?

15. Nos casos de óbitos criminais, há registros de que a pessoa estava ameaçada? Há informações e relatos sobre a iminência de motins e rebeliões? Quais medidas foram adotadas pela Administração Prisional e autoridades públicas responsáveis (Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, outros)

16. Nos casos de mortes naturais por enfermidades e também por suicídios, há registros de atendimento e acompanhamento médico garantido pela administração penitenciária? Houve investigação acerca da garantia, ou negligência, do direito à saúde;

17. Nos casos de óbitos acidentais e óbitos com causa desconhecida quais informações e dados foram considerados para a extinção do processo? Quais diligências foram solicitadas?

18. Quais são as boas práticas de apuração e processamento dos casos de mortes sob custódia prisional verificados?

19. Caso sejam identificadas, no âmbito da pesquisa, falhas no procedimento de investigação e processamento judicial das causas de mortes, quais seriam as possíveis soluções?

2.6. Tema 6: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade

Justificativa: Ante a preocupante situação da privação de liberdade no Brasil, caracterizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF nº 347 como estado de coisas inconstitucional, verifica-se como imperioso um conjunto de ações concretas e interinstitucionais que façam frente a esse cenário.

Atualmente, o Brasil ocupa a terceira posição no ranking dos países que mais encarceram no mundo. Para além do aumento das taxas de encarceramento, que vem ocorrendo nas últimas décadas, a constatação de graves violações aos direitos fundamentais nos espaços de privação de liberdade é de conhecimento público.

Na ADPF nº 347 o STF apontou que a responsabilidade pela superação dessa realidade é dos diferentes poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive participando Estados-Membros e o Distrito Federal, além da União, nessa empreitada. Ajuizou também acerca da existência de problemas na formulação e na implementação de políticas públicas, e na interpretação e aplicação da lei penal. No que diz respeito ao Poder Judiciário, o STF evidenciou a responsabilidade em racionalizar a concretização da ordem jurídico-penal, de modo a tornar mínima essa situação inconstitucional em vez de agudizá-la.

Com relação ao sistema de justiça juvenil, o cenário também é preocupante, já que se observam unidades socioeducativas com atendimento precarizado, que compromete a socioeducação e faz preponderar rotinas de segurança em detrimento de atividades pedagógicas, como preconiza a constituição e a legislação brasileiras. Dito contexto levou o Supremo Tribunal Federal a reconhecer, no julgamento de pedido liminar formulado no bojo do HC nº 143.988/ES, de relatoria do Ministro Edson Fachin, que “os direitos fundamentais dos adolescentes internados estão a sofrer graves violações motivados pela superlotação, razões pelas quais não podem permanecer na situação degradante que se encontram”.

Neste sentido, em agosto de 2018, o Ministro Fachin concedeu liminarmente a ordem no habeas corpus mencionado, determinando que na Unidade de Internação Regional Norte em Linhares/ES, fosse delimitada a taxa de ocupação em 119%, procedendo-se a transferência dos adolescentes sobressalentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior à taxa média de 119%. Subsidiariamente, determinou que, caso a transferência não fosse possível, a autoridade judicial deveria atender ao parâmetro

fixado no art. 49, II, da Lei 12.594/2012, isto é, colocar o adolescente em programa de meio aberto, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, até que fosse atingido o mencionado percentual máximo de ocupação. Por fim, estabeleceu que, na hipótese de impossibilidade de adoção das medidas supra, houvesse a conversão de medidas de internação em internações domiciliares e, alternativamente, a adoção justificada pelo magistrado ou magistrada das diretrizes sucessivas constantes do pedido inicial.

Em meio a esse contexto de superlotação e precariedade dos ambientes de privação de liberdade, a população prisional e os/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas têm sido tratados como uma massa amorfa, sem particularidades, especificidades e, portanto, sem a oferta de políticas efetivas que deem conta das interseccionalidades presentes no encarceramento da população, que está, em sua grande maioria, em situação de vulnerabilidade social.

À vista disso, a privação de liberdade tal como é adotada no Brasil tende a agravar a condição social dessas pessoas, suas famílias e seus territórios, culminando no desrespeito ao rol de previsões nacionais e internacionais sobre o tema.

Na tentativa de olhar para as especificidades de cada grupo, de cada sujeito que passa pelo sistema de justiça penal e socioeducativo, e sobretudo no intento de não agravar a situação de desigualdade social e de violência por parte do Estado brasileiro, é que o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), vem desenvolvendo uma série de medidas focadas nas chamadas minorias sociais - grupos que sofrem maior exclusão, revitimização, preconceito e estigmatização em decorrência de gênero, raça ou etnia, religião, entre outros fatores, devido à presença de marcadores sociais da diferença, ficando assim em situação de maior risco e vulnerabilidade psicossocial.

Como ações já desenvolvidas ou em desenvolvimento no CNJ, é possível citar:

Elaboração e aprovação da Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do

Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2959>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Publicação do Manual Resolução CNJ n. 287/2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual-Resolu%C3%A7%C3%A3o-287-2019-CNJ.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração e aprovação da Resolução CNJ n. 348 de 13/10/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração do Manual Resolução n. 348/2020 – no prelo.

Além dos atos normativos e manuais acima citados, o CNJ está em vias de discutir ato normativo específico para o tratamento no âmbito penal sobre a população migrante. Outrossim, tem-se discutido o tema liberdade religiosa nos ambientes de privação de liberdade e o tratamento conferido às vítimas, por meio da análise do cumprimento da Resolução CNJ n. 253 de 04/09/2018, que define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais.

Salienta-se que, nesse conjunto de estratégias em que se busca discutir as especificidades, pluralidade e, principalmente, a garantia de direitos dos grupos historicamente acossados, foi produzido estudo interno por consultora contratada, intitulado Relatório “Boas práticas de enfrentamento ao racismo no Sistema de Justiça Nacional”, que buscou abarcar o mapeamento de boas práticas e a apresentação de subsídios ao Conselho Nacional de Justiça e ao Programa Justiça Presente (Atual Fazendo Justiça), visando a elaboração de atos normativos e estratégias de advocacy para promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo estrutural, bem como de seus impactos no encarceramento da população jovem, negra e periférica.

Ademais, o CNJ editou recentemente a Resolução n. 369 de 19/01/2021, que estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de

gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3681>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Elaboração do Manual Resolução n. 369/2021 – em produção.

Outra iniciativa de destaque nesse mesmo diapasão diz respeito às pessoas em sofrimento ou com transtornos mentais ou que fazem uso de drogas em conflito com a lei. Nesse bojo, o CNJ, por meio do Eixo 3 do Programa Fazendo Justiça e da atuação da Unidade de Monitoramento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF Corte IDH / DMF / CNJ), tem se inclinado a pensar ações e estratégias de qualificação da atuação judiciária em casos que necessitam mais da intervenção da saúde e menos da punitividade criminal ou socioeducativa expressa na privação de liberdade.

Nesta esteira, faz se oportuna a realização de pesquisas que contribuam para a visibilização das minorias privadas de liberdade seja no sistema penal, seja no sistema socioeducativo, trazendo elementos sobre a atuação judicial e o tratamento destinado a essas pessoas também em medidas que extrapolem o aprisionamento.

Objetivo: Identificar como e se estão sendo aplicadas as Resoluções CNJ n. 287 de 25/06/2019 e n. 348 de 13/10/2020 pelo Poder Judiciário, revelando também o perfil sociodemográfico (idade, gênero, raça, etnia, escolaridade) dessa população que está no sistema de justiça criminal, incluindo as acusadas, rés, condenadas ou com privação de liberdade, bem como o tipo penal a essas pessoas imputado e os serviços a elas oferecido.

Do mesmo modo, realizar a mesma pesquisa/identificação no sistema de justiça juvenil e socioeducativo para aos/às adolescentes apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, incluindo o ato infracional a eles/as atribuído. Em que pese a Resolução CNJ n. 287/2019 não ter abordado a situação dos/as adolescentes, é de fundamental importância identificar como está a relação do sistema de justiça juvenil com

os/as adolescentes indígenas, considerando que o adolescente não pode ter tratamento mais gravoso que o adulto.

Identificar a estrutura dos sistemas prisionais e socioeducativos para atendimento a esse público (população indígena e LGBTI), formulando hipóteses, soluções e iniciativas de aprimoramento para o tratamento de minorias no sistema carcerário.

Problemas/Perguntas: Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

Sobre a Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019 - pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade - e sobre adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação

1. Os/As magistrados/as do país têm conhecimento acerca da Resolução CNJ n. 287 de 25/06/2019? Estão sendo ofertadas capacitações?
2. Existem normativas específicas nos estados sobre o tratamento destinado à população indígena adulta e adolescente no âmbito da justiça criminal e justiça juvenil?
3. Qual a metodologia e sistema são utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo (Administração Prisional/Penitenciária) para identificação das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade? Sinalizar caso não haja nenhum tipo de identificação.
4. Qual a metodologia e sistema utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo para identificação dos/as adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?
5. Quantas são as pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado? Onde elas estão localizadas?
6. Quantos/as são os/as adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

7. Quem são (perfil sociodemográfico) das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade?

8. Quem são (perfil sociodemográfico) adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

9. Quais são os tipos penais imputados às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

10. Quais são os atos infracionais atribuídos aos/às adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

11. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

12. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento aos/às adolescentes indígenas apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

13. É possível medir o impacto de decisões, em audiência de custódia e em audiências de instrução criminal (no caso dos adultos) ou infracional antes e após a Resolução CNJ 287/2019?

14. Há dificuldades apontadas para a aplicação da Resolução CNJ 287/2019 pelos atores do sistema de justiça? De que ordem?

Sobre a Resolução CNJ n. 348 de 13/10/2020 - população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo (LGBTI) que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente e adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, propõe-se perguntas semelhantes:

15. Os/As magistrados/as do país têm conhecimento acerca da Resolução CNJ n. 348/2020? Estão sendo ofertadas capacitações?

16. Existem normativas específicas nos estados sobre o tratamento destinado à população LGBTI adulta e adolescente no âmbito da justiça criminal e justiça juvenil?

17. Quais estruturas de privação de liberdade existem para acolher essa população? Exemplo: celas, alas ou unidades próprias, alas diferentes, unidades masculinas ou femininas.

18. Qual a metodologia e sistema são utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo (Administração Prisional/Penitenciária) para a identificação das pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade? Sinalizar caso não haja nenhum tipo de identificação.

19. Qual a metodologia e sistema utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo para identificação dos/as adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

20. Quantas são as pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado? Qual população é mais identificada?

21. Quantos/as são os/as adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

22. Quem são (perfil sociodemográfico) das pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade?

23. Quem são (perfil sociodemográfico) adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação?

24. Quais são os tipos penais imputados às pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

25. Quais são os atos infracionais atribuídos aos/às adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as

provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

26. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento às pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade em cada estado?

27. Existe estrutura, política, programa, serviço ou projeto para atendimento aos/às adolescentes LGBTI apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional, internados/as provisoriamente ou em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação em cada estado?

28. Há dificuldades apontadas para a aplicação da Resolução CNJ 348/2020 pelos atores do sistema de justiça? De que ordem?

I. Estratégia de desenvolvimento – principais atividades

As atividades do Projeto de Investigação respeitarão os métodos clássicos de pesquisa científica e empírica na área do Direito, fazendo uso de instrumentos tais como: questionários, entrevistas, estatísticas, estudos setoriais, doutrina, jurisprudência, consolidando, assim, estratégias diversificadas e conexas, com a finalidade de prover uma visão mais ampla e integral do objeto da pesquisa, conforme a seguir indicado.

(i) **Análise de dados** estatísticos, primários e secundários, obtidos junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e órgãos pesquisados.

(ii) **Pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa**, junto às instituições pesquisadas, envolvendo entrevistas, aplicação de questionários e coleta de informações, mediante instrumento apropriado especialmente desenvolvido para o Projeto de Pesquisa. A pesquisa de campo deverá abranger capitais, regiões metropolitanas e municípios do interior, sempre que possível.

(iii) Análise dos **autos processuais**, análise de textos de decisões, sentenças, petições, entre outras peças existentes nos autos dos processos de interesse da pesquisa.

A análise dos dados quantitativos deverá cobrir o período mínimo de cinco anos.

Anexo II

Modelo de Apresentação da Proposta de Projeto de Pesquisa

1) Dados Cadastrais

Órgão/Entidade Proponente				CNPJ
Endereço				
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento	
Nome do Responsável				CPF
CI/Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
Endereço				CEP
Esfera Administrativa ☐ MUNICIPAL ☐ ESTADUAL		☐ FEDERAL ☐ ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL		

2) Descrição da Proposta de Pesquisa

<table>
<tr><td colspan="4">Campo Temático:</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="2">Título do Projeto de Pesquisa
Indicar o título do projeto, programa ou evento a ser executado.</td><td colspan="2">Período de Execução</td></tr>
<tr><td>Início</td><td>Término</td></tr>
<tr><td colspan="4">Identificação do Objeto

Descrever o produto final do projeto, programa ou evento.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Responsável Técnico do Projeto</td></tr>
<tr><td colspan="2">Endereço</td><td>DDD/Telefones de contato (informar inclusive celular)</td><td>E-mail</td></tr>
<tr><td colspan="4">Data: / /

Assinatura

_____</td></tr>
</table>

2.1) Justificativa da Proposição

O proponente deverá demonstrar:

- A caracterização dos interesses recíprocos;
- A relação entre a proposta apresentada e os objetos estipulados no Projeto de Pesquisa; e
- O problema a ser resolvido e os resultados esperados;

2.2) Descrição Detalhada do Projeto de Pesquisa

1. Introdução
2. Objetivos (gerais e específicos)
3. Hipótese(s) e fundamentação teórica
4. Metodologia
5. Cronograma
6. Referências

3) Adequação curricular dos integrantes da equipe básica ao tema da pesquisa

Equipe Básica	Indicação de projetos, grupos de pesquisas, estudos e publicações de sua autoria e/ou participação, relacionados ao tema da pesquisa	Link para Currículo Lattes
Coordenador/a Acadêmico		
Coordenadores/as de Campo		

4) Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa (por etapa)

Fase	Produtos	Duração (meses)
1	Não se aplica	15 dias, após a assinatura do contrato
2	Produto Parcial 1	30 dias, após a assinatura do contrato
3	Produto Parcial 2	90 dias, após a assinatura do contrato
4	Produto Parcial 3 - Apresentação	210 dias, após a assinatura do contrato
5	Produto Final CNJ	270 dias, após a assinatura do contrato

6	Ajustes ao relatório final e ao sumário executivo; apresentação de resultados de pesquisa.	300 dias, após a assinatura do contrato
7	Encerramento do contrato	360 dias, após a assinatura do contrato

5) Valor e Cronograma de Pagamento

Fases	**% de Pagamento**	**Valores**
1	Não se aplica	
2	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 1	
3	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 2	
4	30% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 3	
5	30% do valor total, após a aprovação do Produto Final	
Valor Total da Proposta		

6) Assinatura do responsável pelo Projeto de Pesquisa

Data: / /

_____

(assinatura)

ANEXO III

Formulário para declaração, a ser prestada pelo representante da instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente, indicativa dos nomes dos profissionais que, vinculados à instituição/fundação de apoio à pesquisa proponente representada, integrarão a equipe básica de pesquisa, caso a proposta seja aprovada pelo CNJ

DECLARAÇÃO

Eu, _____, representante legal/convencional da Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa _____,CNJP _____, DECLARO que os pesquisadores indicados na tabela abaixo estarão vinculados à equipe básica de pesquisa e à execução do contrato administrativo que venha a ser firmado com o Conselho Nacional de Justiça, caso a proposta apresentada pela instituição/fundação de apoio à pesquisa que represento seja aprovada na seleção decorrente da publicação do Edital de Convocação Pública CNJ nº 2/2021 .

Nome completo do profissional	CPF	Titulação

Localidade, data

Assinatura do representante da Instituição/Fundação de Apoio à pesquisa proponente.

ANEXO IV

Formulário para declaração, a ser prestada pelos profissionais que integrarão a equipe básica de pesquisa, caso a proposta seja aprovada pelo CNJ, indicativa do compromisso de participação efetiva nas etapas da pesquisa

DECLARAÇÃO

Eu, _____, titular do número de CPF _____, pesquisador com a titulação de _____, DECLARO que, se a proposta apresentada pela Instituição/Fundação de Apoio à Pesquisa _____, CNPJ _____, for aprovada na seleção decorrente da publicação do Edital de Convocação Pública CNJ nº 2/2021, participarei ativamente da execução do contrato administrativo que venha a ser firmado entre referida entidade proponente, à qual estarei vinculado, e o Conselho Nacional de Justiça.

Localidade, data.

Nome completo do pesquisador declarante.

ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

ANEXO VI

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O/a [*instituto/instituição*]**,** com sede em [*endereço*], inscrita no CNPJ nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu [*cargo do representante*], [*nome completo do representante*], RG [*xxxxxxx órgão expedidor*], e CPF [*xxxxxxxxx*] apresenta o presente **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE** e, por seu intermédio, a **CONTRATADA** obriga-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**, segredos e informações confidenciais de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas física ou jurídica não autorizadas, sem a expressa autorização do **CNJ**.

Parágrafo primeiro. As informações consideradas sigilosas para o presente **TERMO** são aquelas de interesse restrito ou confidencial do **CNJ**, cujo conhecimento não pode ser dado a terceiros, em especial:

Os dados armazenados em arquivos ou bases de dados disponibilizados pelo CNJ, sejam elas originárias das bases de dados do próprio órgão sejam bases de dados de outros órgãos ou instituições passíveis de disponibilização, mediante cooperação firmada junto ao CNJ, além de informações confidenciais para fins de uso em pesquisa ou qualquer outra atividade tal como processamento em softwares e modelos de inteligência artificial.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** reconhece ser a lista acima meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas em segredo.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atuará nas ações e/ou iniciativas relativas à pesquisa intitulada [*título da pesquisa*].

CLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** reconhece que em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação essa deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATADA** reconhece expressamente que ao término da atividade que demandou a formalização do presente Termo deverá entregar ao **CNJ** todo e qualquer material fornecido, inclusive anotações envolvendo informações sigilosas relacionadas, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A **CONTRATADA** também assume o

compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade junto ao **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA - A **CONTRATADA** obriga-se perante o **CNJ** a lhe informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dele ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – A **CONTRATADA** não deverá utilizar qualquer informação para fim diverso daquele destinado à execução das atividades inerentes ao contido no PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA PRIMEIRA do presente TERMO.

CLÁUSULA OITAVA - Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Neste caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA NONA – Para realização de transferência de dados, deverão ser observados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA - Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em privilégio a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

PESQUISADOR

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JOHANESS ECK

Diretor Geral - CNJ

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. ___/2021. CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A _____, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n° ____).

A UNIÃO, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA,** sediado SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **JOHANESS ECK**, Identidade n. XXXXXX SSP/SP e CPF n.XXXXXXXXX, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.XX, de XX de XXXXXX de xxxx, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa _____, com sede _____, CEP _____, telefone (___) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, RG n. _____ e CPF n. _____,celebram o presente contrato com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, no Edital de Convocação n. 02/2021 do **CNJ**, publicado no Diário Oficial da União de xx de xxxxxxx de 2021, observando-se o que consta nos Processos nos 08400/2020, 02141/2021 e 04929/2021, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é a realização de pesquisa intitulada "_____", com o objetivo de investigar assuntos de interesse do **CONTRATANTE**, observados o Edital de Convocação n. 2/2021 do **CNJ** e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrariem.

Parágrafo único – O presente contrato fica vinculado ao Edital de Convocação, à portaria de dispensa de licitação e à proposta vencedora do chamamento público.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto do presente contrato será indireta por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA **TERCEIRA –** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

b) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

c) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

d) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

f) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

g) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

h) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

i) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

b) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral:

c) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

d) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

e) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

f) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

g) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

h) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

i) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

j) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

k) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

l) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição representada;

m) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

n) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

o) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

p) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

q) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme Anexo VII) assinado por todos os membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

r) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

s) O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -- TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

t) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

u) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

v) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ;

x) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

z) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

aa) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020); e

ab) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

Parágrafo primeiro - A inadimplência da **CONTRATADA** na quitação dos encargos estabelecidos na alínea “q” desta cláusula, não resultará em vínculo de subsidiariedade com a **CONTRATANTE** pelo seu pagamento, também não onerará o objeto deste contrato.

Parágrafo segundo - A **CONTRATADA** será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas na execução dos trabalhos ou na utilização de materiais.

Parágrafo terceiro - Qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente contrato somente poderá ser realizada mediante prévia autorização e aprovação do **CONTRATANTE**, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e à Série "Justiça Pesquisa", com referência específica à edição de correspondência.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA deverá executar integralmente o objeto da contratação, sendo vedado subcontratar e/ou terceirizar parcial ou integralmente a execução do objeto do contrato.

Parágrafo quinto - Os Coordenadores de Pesquisa deverão prever duas visitas à sede do CNJ para discussão do andamento da pesquisa. A data de cada uma das visitas será informada tempestivamente pela Comissão de Acompanhamento.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo **CNJ** para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

II – o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

III – a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

Parágrafo primeiro. Os relatórios parciais e final deverão ser entregues na forma eletrônica para fins de editoração e publicação pelo DPJ.

Parágrafo segundo. De acordo com o interesse do **CNJ**, poderão ser realizadas reuniões presenciais, preferencialmente em Brasília, ou por meio de videoconferência, em qualquer uma das fases da pesquisa, às expensas da **CONTRATADA.**

Parágrafo terceiro. O **CNJ** comunicará à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, suspendendo, se for o caso, os pagamentos restantes, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto. No prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação, o **CNJ** analisará as justificativas e emitirá parecer em igual prazo.

Parágrafo quinto. Em caso de dano, o **CONTRATANTE** realizará a apuração e comunicará o fato à instituição selecionada para que seja ressarcido o valor correspondente em 30 dias. O não atendimento das medidas saneadoras ensejará a instauração do processo adequado.

Parágrafo sexto. Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de alterações no Cronograma de Pagamento, Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa ou de prazos e atividades específicas do projeto de pesquisa, estas deverão ser acordadas entre o Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e o Coordenador da pesquisa, devendo constar o registro das alterações nos autos do processo administrativo.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA SEXTA – Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência:

a.1) por não entrega de documentação simples;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% do valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja

configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos;

b.8) 20% do valor total do contrato, nos casos de inexecução total, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”;

e) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

e.1) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento e que são passíveis de ajustes em complementação do produto, dada a natureza própria da atividade de pesquisa científica. Não serão considerados “desatendimento às solicitações do CNJ” impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

e.2) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

e.3) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

e.4) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo primeiro. As sanções previstas nos itens *“a”*, “*c”* e “*d”* desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Contrato por inexecução total da obrigação nos termos da Lei.

Parágrafo segundo. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo, assegurando à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo terceiro. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo quarto - Para exigir a pena convencional, não é necessário que a CONTRATANTE alegue prejuízo (Código Civil, artigo 402). No entanto, de comum acordo, em conciliação, desde que não haja prejuízo ao Erário e/ou desde que o prejuízo ao Erário esteja integralmente ressarcido, a CONTRATANTE poderá substituir a **possível** aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido que seja expressamente veiculado pela contratada, na defesa prévia. A substituição prevista neste dispositivo:

I - poderá ser realizada no máximo duas vezes, ao longo da vigência do contrato, desde que referida a condutas diferentes entre si identificadas pela primeira vez na execução do contrato;

II - somente ocorrerá nas hipóteses em que o gestor do contrato apresente manifestação favorável, fundamentada:

a) no histórico do relacionamento existente entre a contratada e o CNJ;

b) na descrição dos indícios eventualmente existentes de que a substituição requerida atenderá ao interesse público; e

c) na descrição dos indícios, eventualmente existentes, de que o inadimplemento identificado não causará prejuízo significativo ao prazo previsto para cumprimento do objeto do contrato.

III - estará condicionada à assunção, pela contratada, em documento subscrito pelo preposto e pelo representante legal/convencional, do compromisso de que serão adotadas providências eficazes:

a) para saneamento dos efeitos do inadimplemento identificado, em prazo a ser definido pela Secretaria de Administração do CNJ; e

b) para evitar que outros inadimplementos quaisquer ocorram.

Parágrafo quinto - Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Parágrafo sexto - Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O objeto do presente contrato será recebido na forma dos arts. 73 a 76 da Lei 8.666/1993:

Parágrafo primeiro. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Parágrafo segundo. O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

a) complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

b) complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

c) complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

Parágrafo terceiro. A Comissão de Acompanhamento, ao receber o produto, definirá, em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

Parágrafo quarto. A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O pagamento será efetuado ao término da execução de cada fase da pesquisa, nos termos do cronograma de pagamento previsto no Anexo A, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo disposto nos art. 5º, §3º, ou art. 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal, de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito - CND, comprovando regularidade com o INSS; da Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais, comprovando regularidade com a Fazenda Federal; do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

b) Entrega do relatório/produto indicado na proposta para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos na Cláusula Quarta; e

c) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA.**

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá apresentar ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 do Edital de Convocação:

b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos item 10 do Edital e, em especial, o subitem 10.2.8 do Edital de Convocação.

Parágrafo segundo - As notas fiscais em desacordo com o estabelecido neste instrumento contratual, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o seu pagamento, serão devolvidas à **CONTRATADA** e, neste caso, o prazo previsto nesta cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Parágrafo terceiro - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Parágrafo quarto – Para o pagamento relativo à última fase da pesquisa, deverá ser observado o disposto na alínea “h” da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA NONA – Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos neste contrato, devendo os custos respectivos estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da **CONTRATADA**.

DO VALOR

CLÁUSULA DEZ – O valor global do presente contrato é de **R$ XXX.000,00** (XXXXX mil reais).

Parágrafo único. O pagamento será parcelado, na forma do cronograma de pagamento previsto no Anexo A deste contrato.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA ONZE – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DOZE – Este contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TREZE – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de recursos consignados ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União de 2021, no Programa de Trabalho _____, Natureza de Despesa: _____.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUATORZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUINZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, constitui motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

Parágrafo único – Caso a CONTRATADA venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a CONTRATADA mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DO FORO

CLÁUSULA DEZESSETE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZOITO – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção III, conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZENOVE – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo Diretor-Geral do CONTRATANTE, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Brasília, de de 2021.

Pelo **CONTRATANTE** Pela **CONTRATADA**

JOHANESS ECK

Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo para a seleção de instituições de pesquisa a serem contratadas para a realização das pesquisas empíricas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480).

2. Conforme o "Edital Resultado de Seleção da Convocação Pública n. 2/2021" (1211207), publicado no DOU, de 19 de novembro de 2021, as seguintes instituições e respectivas propostas foram selecionadas como 1ª colocadas:

- Fundação Getúlio Vargas – FGV, para o **Tema 1**: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal, com a Proposta (1177187);
- Universidade de São Paulo – USP, para o **Tema 2**: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário, com a Proposta (1177289);
- Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, para o **Tema 3**: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos; e **Tema 5**: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento, com as Propostas (1177311 e 11778303, respectivamente);
- Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, para o tema **Tema 4**: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais, com a Proposta (1177375);
- Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE, para o **Tema 6**: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade, com a Proposta (1177971).

3. As unidades da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT n. 1113902 e Despacho SCONT n. 1123371) e a disponibilidade orçamentária

(Despacho SEPOR n. 1146610 e itens 4 e 5 do Despacho DG n. 1147380).

4. Cabe registrar que, por meio do SICAF e Certidão Estadual (fls. 1 e 2, respectivamente do arquivo SEI n. 1228077), foi possível verificar apenas a regularidade Federal e Estadual da Universidade de São Paulo - USP, selecionada para o Tema 2. Como a certidão municipal constante dos autos (fls. 4/6 do arquivo SEI n. 1200591) está vencida, mesmo considerando a prorrogação de sua vigência por mais 90 (noventa) dias, concedida pela Portaria (fl. 7 do arquivo SEI n. 1200591), foi solicitado à USP, por *e-mail*, o envio de documentos que comprovassem a regularidade municipal da instituição. Após tratativas internas, em resposta (*e-mail* fl. 3 do arquivo SEI n. 1228077), a USP informou o que segue transcrito abaixo:

> "Acabo de conversar com o Departamento Financeiro da Reitoria (DF) e a informação que nos deram foi a seguinte.
>
> A USP e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) estão envolvidas em um processo que tramita no judiciário devido a um desacordo em relação à cobrança do IPTU referente aos imóveis doados à Universidade por conta de heranças vacantes.
>
> A PMSP entende que a USP deve se responsabilizar por todo o débito existente, inclusive aquele anterior à data da doação, enquanto a Universidade entende o contrário, isto é, que só pode ser cobrada pelos valores apurados após o imóvel ter se tornado seu.
>
> Por este motivo, a certidão não pode ser emitida, o que está afetando vários convênios, e a Procuradoria Geral da USP (PG) está empenhada em obter uma nova portaria da Secretaria da Fazenda da PMSP que prorrogue novamente a validade da certidão que a Profa. Luciana já apresentou.
>
> Infelizmente, é impossível prever uma data para a solução da questão, mas, ainda segundo o DF da Reitoria, há a expectativa de que isto ocorra a qualquer momento já que a PG permanece atuando neste caso diariamente. "

5. Como não foi possível comprovar a regularidade municipal da USP, conforme relatado acima, neste momento, deixarei de incluir a referida instituição no ato de declaração de dispensa de licitação para contratar a pesquisa relativa ao Tema 2 do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480). Todavia, a Secretaria de Administração, juntamente com a unidade demandante (Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ), acompanhará a regularização da situação fiscal da instituição, visando a declaração de dispensa de licitação e formalização de contrato para o Tema 2.

6. Em relação às demais instituições, os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração constam dos SICAFs e Certidões descritos na tabela abaixo:

INSTITUIÇÃO	TEMA	SICAF e Certidões
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	1228073

Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	1228083
	Tema 5	
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	1228086 (SEDE)
		1228089 (FILIAL)
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	1228089

7. Registre-se que, em resposta ao questionamento enviado pelo CNJ, a instituição APC/PUCPR (Tema 4) informou (por *e-mail*, fl. 4 do arquivo SEI n. 1228089) que o CNPJ que deverá constar do contrato é o 76.659.820/0003-13 relativo à filial.

8. Conforme demonstrado na Lista de Verificação 1228098, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

9. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU n.1124646, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso XIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que consigna:

> *"Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *[...]*
>
> *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.*"

10. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria 112/2010, de 04/06/2010, e no inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, e considerando os fatos relatados no item 5 deste expediente, **declaro a dispensa de licitação** para contratar as instituições descritas no quadro abaixo, no valor total de **R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais)**, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480):

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00

Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

11. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para que, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das instituições supramencionadas.

12. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos **à Seção de Compras** para a publicação do ato no Diário Oficial da União, com posterior remessa **à Secretaria de Orçamento e Finança**s para emissão das notas de empenho, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ n. 1218806, e após, à Seção de Gestão de Contratos, para providências afetas à formalização das contratações.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 15/12/2021, às 10:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228137** e o código CRC **A7245E8B**.

DESPACHO

1. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU 1124646 e do Despacho SAD 1228137, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. XIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais), e **autorizo** a contratação das empresas listadas abaixo, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00
Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ 1218806.

4. À Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), para providências afetas à formalização das contratações.

5. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229700** e o código CRC **0012D111**.

02141/2021 1229700v4

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:33
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	391

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/12/2021	Global	02141/2021	-	75.400,00

Favorecido

Código	Nome
02.646.829/0001-91	FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO

Endereço		CEP
BR-364 6000 KM 04	CAMPUS UNIV DISTRITO INDUSTRIAL	69920-900

Município	UF	Telefone
RIO BRANCO	AC	0682293390

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
22	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	XIII	-

Descrição

02141/2021 - CONTRATAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS OBJETO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2021 DA 5ª EDIÇÃO DA SÉRIE JUSTIÇA PESQUISA (1148480).
CONFORME DESPACHOS DPJ 1218806, SAD 1228137 E DG 1229700.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/12/2021 15:48:36	Alteração

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:33
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	75.400,00

Subelemento 51 - SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS CIENTIFICAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS EMPÍRICAS - TEMA 6 : GRUPOS VULNERABILIZADOS E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROPOSTA (1177971) E PB (1103760).	75.400,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/12/2021	Inclusão	1,00000	75.400,0000	75.400,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
GETULIO VAZ
***.348.651-**
16/12/2021 15:48:36

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
16/12/2021 15:28:40

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/12/2021 15:48:36	Alteração

Dispensa Eletrônica de Licitação



"Aquisição de bandeira nacional e respectivos acessórios para atender à Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário"

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **03**
Estudos preliminares **05**
Estimativa de preços **09**
Pareceres jurídicos **10**
Aviso de dispensa eletrônica **19**
Autorização da dispensa de licitação **38**
Mapa comparativo de preços **40**
Homologação da dispensa eletrônica **41**
Nota de empenho **43**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1334057 / DISE

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Divisão de Segurança - DISE
Responsável pela Demanda: Rogério Rocha Triani
E-mail: rogerio.triani@cnj.jus.br
Telefone para contato: 61 2326-4823

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Aquisições da bandeira nacional e acessórios para Academia Nacional da Polícia Judicial.

Justificativa:

Com a criação da Academia Nacional da Polícia Judicial, faz-se necessária a aquisição dos referidos objetos, a fim de proporcionar excelência das atividades a serem desenvolvidas pela Academia, bem como cumprir a orientação contida na Lei n° 5.700/1971.

Verifica-se que aquisição dos objetos atende aos requisitos previstos na lei supramencionada, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e determina, no art. 4º, a utilização da bandeira nacional nas repartições públicas em geral.

A compra se justifica pela necessidade de garantir a manutenção da apresentação da bandeira nacional, ornamentando o ambiente e sugerindo credibilidade, pois as bandeiras não são simples objetos decorativos, mas símbolos oficiais que devem ser respeitados, de maneira a contribuir para a integração e fortalecimento da imagem institucional.

O Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria Nº 104 de 30/06/2020, estabelece em seu artigo 3°, inciso XI, um dos objetivos estratégicos do órgão, dentre outros, vejamos:

VIII – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;

Assim, torna-se imprescindível a aquisição do objeto pretendido, considerando que a Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território brasileiro, ocupa lugar de honra.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

Aplicabilidade da Lei n° 5.700, de 1 de setembro de 1971.

A aquisição revela-se indispensável para o desenvolvimento das atividades e rotinas da Academia Nacional da Polícia Judicial.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

Estima-se, a partir da pesquisa realizada no mercado, obteve-se um valor aproximado de R$839,00 (oitocentos e trinta e nove reais) para a aquisição dos objetos, conforme orçamento em anexo(1334057).
4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.
Aquisição até 20/06/2022.
5– Indicar a complexidade da contratação: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ROCHA TRIANI**, **CHEFE DE DIVISÃO - DIVISÃO DE SEGURANÇA**, em 03/06/2022, às 18:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1334057** e o código CRC **9E5886E2**.

05328/2022 1334057v15

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DOCUMENTO CONSTITUTIVO DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO QUE CARACTERIZA O INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO E A SUA MELHOR SOLUÇÃO PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO, TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Com a criação da Academia Nacional da Polícia Judicial (ANPJ), conforme a Resolução 472/CNJ, faz-se necessária a aquisição de uma bandeira nacional e seus acessórios (mastro, base, lança) a fim de cumprir com a orientação contida na Lei n° 5.700/71.

Verifica-se que a aquisição dos objetos atende aos requisitos previstos na lei supramencionada, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, em especial quanto ao teor do art. 4º da referida Lei, que versa sobre a forma de utilização da bandeira nacional nas repartições públicas em geral.

A compra se justifica pela necessidade de garantir a apresentação da bandeira nacional na ANPJ, ornamentando o ambiente, pois as bandeiras não são simples objetos decorativos, mas símbolos oficiais que devem ser respeitados, de maneira a contribuir para a integração e fortalecimento da imagem institucional.

Assim, torna-se imprescindível a aquisição do objeto pretendido, considerando que a Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território brasileiro, ocupa lugar de honra.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A pretensa aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações, item 170 da Planilha SEI 1391957, decorrente da aprovação no Despacho SAD 1334479, .

Ademais, também está diretamente relacionada ao plano estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria nº 104, de 30/06/2020, estabelece em seu artigo 3°, inciso XI, que um dos objetivos estratégicos do órgão é justamente garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento, "*in verbis*"::

XI – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa a ser contratada para fornecimento da bandeira e respectivos acessórios deverá possuir condições técnicas que garantam a correta confecção e a entrega do itens.

Os materiais, de um modo geral, só serão aceitos se possuírem informações adequadas e claras sobre sua especificação, característica, composição, garantia, prazo de validade e qualidade, bem como sobre os riscos que apresentem para a saúde e segurança, sendo rejeitados os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

A confecção das bandeiras deverá seguir os padrões disciplinados pelas normas ABNT NBR nº 16286/2014 e ABNT NBR nº 16287/2014, as quais estabelecem os requisitos e metodologias para confecção de bandeiras de uso interno e externo.

A utilização destes métodos visa à padronização dos produtos empregados na confecção das bandeiras e como consequência garantir maior longevidade ao produto final.

A definição dos tipos de material e tamanho foram definidos com base no estudo realizado a partir de outras contratações públicas.

Vale ressaltar ainda que a definição do material e, especialmente do tamanho da bandeira e de seus acessórios levou em conta também a disposição de bandeiras em outras repartições do CNJ, tais como plenário, gabinetes das autoridades do órgão, dentre outros.

3.1. Sujeição às normas técnicas e legais

Lei 5.700/17;

ABNT NBR nº 16286/2014;

ABNT NBR nº 16287/2014.

3.2. Critérios de sustentabilidade socioambiental

Devem ser observadas as regras atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a resolução 400/2021 do CNJ, especificamente em seu art. 20.

A Contratada também deverá observar, no que cabível, o código de conduta dos Fornecedores de bens e serviços do CNJ.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTDE
1	Aquisição de 01(uma) Bandeira do Brasil, medindo 0,90x1,28m, para o ambiente interno da ANSPJ.	UN	01
2	Mastro em alumínio, medindo aproximadamente 2m.	UN	01
3	Lança em Metal, cromado de encaixe, com aproximadamente 30cm de comprimento.	UN	01
4	Base de Madeira, com 1 furos, para fixação do mastro.	UN	01

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Indicação e análise das alternativas possíveis disponíveis no mercado:

Os seguintes órgãos realizaram contratações cujos objetos são similares ao deste Estudo Preliminar:

Solução	ORGÃO	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
1ª	TCU	Aquisição de Bandeiras - Pregão Eletrônico nº03/2020
2ª	Ministério das Relações Exteriores	Aquisição de Bandeiras - Pregão Eletrônico nº 12/2021
3ª	MPF-Procuradoria da República da Bahia	Aquisição de Bandeiras - Pregão Eletrônico nº 02/2019
4ª	PM - Ceará	Aquisição de Bandeiras - Pregão Eletrônico 50/2021
5ª	Ministério da Educação	Aquisição de Bandeiras - Pregão Eletrônico 04/2022

Cabe ressaltar que os referidos Pregões, quanto à especificação do objeto, se diferem em número de itens, dimensões e componentes acessórios, de acordo com as pretensões de cada Órgão, mas no geral assemelham-se em vários aspectos com a pretendida contratação.

Vale acrescentar que se tratam de materiais de caraterísticas bastante simples e de fácil especificação, possuindo, inclusive, uma série de critérios legais para sua confecção. Trata-se de um importante símbolo nacional para o qual inexiste opção de mercado ou alternativa tecnológica.

Desta forma, os itens a serem adquiridos podem ser fornecidos por empresas especializadas para prestação de serviços de confecções de bandeiras e acessórios, haja vista se tratar de serviços e produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, além de serem encontrados facilmente no mercado.

Cumpre informar, também, que não foram identificadas outras opções viáveis que se pudesse elencar como possível solução.

5.2 Análise do modelo vigente e histórico da contratação.

5.2.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratação semelhante por meio do Processo: 02600/2019, Nota de Empenho 687/2019 (0715647). Fornecedor contratado: Comércio de confecções Bandeira Eirelli, bem como no processo 00811/2021, Nota de emprenho 192/2021, Fornecedor contratado: CBF Comércio de Confecções Bandeiras Eireli - ME.

Nesta oportunidade, diferindo das contratações anteriores, a referida aquisição será destinada para o ambiente interno da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

O histórico de execução contratual consta nos autos mencionados e processos relacionados referentes aos pagamentos com as notas fiscais e demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços.

Ressalte-se que nas oportunidades anteriores os itens foram fornecidos em conformidade com o PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviço, não havendo registros de sanções aplicadas às empresas pelo Conselho.

5.3. Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

O presente estudo apontou como solução a aquisição da bandeira do Brasil e acessórios para uso interno da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições ao longo destes Estudos Preliminares.

Considerando a necessidade a ser atendida, foi realizada análise do mercado, ocasião em que foi apontada como única solução a contratação de empresa fornecedora do objeto deste processo.

Definida esta linha de atuação, realizou-se o levantamento de preços a fim de construir o valor de referência dos produtos.

Salienta-se que foram utilizadas pesquisas em sítios eletrônicos especializados, contratações públicas já realizadas e pesquisa direta com fornecedores e como consequência disso obtivemos orçamento junto a empresa do ramo, anexado ao processo (SEI 1334053).

Desta forma, observando-se que não existem outras opções no mercado, entende-se que a aquisição nos moldes supramencionado atenderá aos interesses da Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se um valor aproximado de **R$ 839,00 (oitocentos e trinta e nove reais)** para a contratação, conforme orçamento prévio consignado no documento SEI 1334057.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na aquisição de uma bandeira nacional e seus acessórios (mastro, base, lança) a fim de cumprir com a orientação contida na Lei n° 5.700/1971

Os quantitativos e especificações dos itens a serem adquiridos foram detalhados no item 4 supra.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Diante do fato de que o parcelamento poderá ensejar em perda de economia de escala, em atendimento ao inciso I do parágrafo 3º do artigo 40 da Lei 14.133/2021, entende-se pelo agrupamento dos itens da contratação.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos com a contratação é o atendimento às obrigações contidas na Lei n° 5.700/71 acerca da forma de apresentação da bandeira nacional, conferindo fortalecimento institucional à ANSPJ e consequentemente ao CNJ.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há providências a serem adotadas previamente à contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes no âmbito do CNJ.

12. IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

Em razão da natureza da contratação, com exceção às exigências previstas no item 3.2 deste estudo, não se vislumbram eventuais impactos socioambientais.

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A ausência da contratação implicará em desatendimento à Lei 5.700/71, a qual dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais.

Ademais, verificou-se que a solução escolhida, no entendimento desta Seção, traz poucos riscos, é eficaz, pois alcança ao objetivo desejado, sendo imprescindível afirmar que a ausência da contratação poderá ocasionar prejuízos ao órgão.

Vale ressaltar também os riscos inerentes à execução contratual. Verifica-se a possibilidade de descumprimento de cláusulas ou má prestação na entrega e qualidades dos produtos a serem adquiridos, momento em que os Gestores do Contrato deverão intervir, adotando as medidas de mitigação e providências necessárias ao sucesso da contratação.

Desta forma, elaboramos os quadros que se seguem, a fim de demonstrar os riscos que acompanham esta contratação:

Risco: 01	**A empresa contratada falha com a entrega implicando inexecução parcial ou total.**		
Probabilidade:	**Id**	**Dano**	**Impacto**
Baixa	**1**	**Entrega dos itens em desacordo com a proposta**	**Médio**

Id	Ação de Mitigação e Contingência	Responsável
1	**Recusar o recebimento e aguardar a regularização**	**Gestor do Contrato e SAD**
	Caso não seja regularizado, aplicar sanção conforme estipulado no contrato, e providências relativa a nova aquisição	
2	**Composição de sanções contratuais adequadas**	**Gestor do Contrato no CNJ**

14. CONCLUSÃO DO GESTOR

O presente Estudo Técnico Preliminar, à luz da legislação aplicável ao caso, bem como da análise de mercado, possibilitou apontar como a solução mais viável a contratação de empresa para aquisição da bandeira do Brasil e acessórios para uso interno da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes neste expediente, a fim de atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça.

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Rogério Rocha Triani	rogerio.triani@cnj.jus.br	**4863**	Divisão de Segurança
Tiago Luiz Caldeira Pereira	tiago.pereira@cnj.jus.br	**4823**	Seção de Segurança Interna

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ROCHA TRIANI**, **CHEFE DE DIVISÃO - DIVISÃO DE SEGURANÇA**, em 04/10/2022, às 16:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1412133** e o código CRC **A884EDBE**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 05328/2022
Assunto: Aquisição de Bandeira Nacional e respectivos acessórios para atender à Academina Nacional de Segurança do Poder Judiciário
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 22/11/2022

				Empresa: Belponto Bordados e Confeção Ltda. CNPJ: 00.849.026/0001-09			Empresa: Confecções de Bandeiras Store Ltda. ME CNPJ: 30.967.195/0001-76			Cotação Banco de Preços resultante de aquisições realizadas por órgãos da Administração Púbica nos últimos 180 (dias)			Cotação realizada em sitios especializados na internte. Bandeiras do Brasil, Bandeira Shop e Torcida Brasileira			Empresa: Bandesul Indústria e Comércio Eireli - EPP CNPJ: 08.664.980/0001-39			Empresa: Bandeiras Online Artefatos Têxteis Ltda. CNPJ: 00.295.234/0001-03			Empresa:Big Band Bandeiras Ltda. CNPJ: 81.229.858/0001-24			Empresa: Global Indústria Eireli CNPJ: 41.180.809/0001-20			VALOR MÍNIMO OBTIDO EM PROPOSTA.		VALOR MÍNIMO (C)		% VARIAÇÃO ENTRE (B) E (C)
GRUPO ÚNICO				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor							
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim					
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	
Bandeira do Brasil, 2 panos, 0,90x1,28m.	1	UN	1	520,00	520,00	520,00	210,00	210,00	210,00	86,25	86,25	86,25	105,00	105,00	105,00	295,00	295,00	295,00	254,00	254,00	254,00	318,00	318,00	318,00	290,00	290,00	290,00	210,00	210,00	86,25	86,25	143,48%
Mastro em alumínio, duas partes, 2m	2	UN	1	153,00	153,00	153,00		-		253,07	253,07	253,07	175,00	175,00	175,00	270,00	270,00	270,00		-		170,00	170,00	170,00	180,00	180,00	180,00	153,00	153,00	153,00	153,00	0,00%
Lança em metal cromado, 30 cm	3	UN	1	153,00	153,00	153,00		-		90,00	90,00	90,00	49,00	49,00	49,00	95,00	95,00	95,00		-		90,00	90,00	90,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	49,00	49,00	22,45%
Base de madeira, 28cm x 25cm x 16cm.	4	UN	1	153,00	153,00	153,00		-		261,00	261,00	261,00	167,89	167,89	167,89	190,00	190,00	190,00		-		150,00	150,00	150,00	220,00	220,00	220,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00%
VALOR TOTAL						979,00			210,00			690,32			496,89			850,00			254,00			728,00			750,00			573,00		438,25	30,75%

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.
A empresa Confecções de Bandeiras Stores ofertou um kit contendo mastro, lança e base de madeira. Não discriminando os valores unitários para cada item. Desta forma, não foi possível compor o mapa de preços.

Valor mínimo total obtido em proposta:	573,00	(quinhentos e setenta e três reais)
Valor mínimo total estimado:	438,25	(quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 - Lotes 5/6, Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF - sei.cnj.jus.br

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 05328/2022

Ementa: Dispensa de licitação por valor. Lei n. 14.133/2021, art. 75, II. Análise e manifestação.

Senhor Assessor-Chefe em substituição,

Trata-se de procedimento administrativo para a aquisição, por dispensa de licitação, de bandeira nacional e respectivos acessórios para atender à Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

2. A contratação pretendida justificou-se na necessidade "de garantir a manutenção da apresentação da bandeira nacional, ornamentando o ambiente e sugerindo credibilidade, pois as bandeiras não são simples objetos decorativos, mas símbolos oficiais que devem ser respeitados, de maneira a contribuir para a integração e fortalecimento da imagem institucional", cumprindo, assim, a "orientação contida na Lei n° 5.700/1971", que, no art. 4º, determina a utilização da bandeira nacional nas repartições públicas em geral. (DOD 1334057).

3. Para tanto, os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

a) Documento de Formalização da Demanda (arquivo SEI 1334057), com a inclusão do objeto da contratação no Plano de Aquisições de 2022 (Despacho SAD 1334479 e Processo SEI 09608/2021, Item 170 da Planilha 1446622);

b) Estudo Técnico Preliminar (arquivo SEI 1412133) e Termo de Referência (arquivo SEI 1418903), devidamente aprovados pelo Secretário de Administração (arquivo SEI 1447309), tendo em vista a competência delegada na Portaria Diretoria-Geral n. 411/2018;

c) Mapa comparativo de preços (arquivo SEI 1445170), ratificado pela unidade demandante, que atestou o valor mínimo obtido na pesquisa para a futura contratação (arquivo SEI 1445360), devidamente aprovado pelo Secretário de Administração (Despacho SAD 1447309);

d) Classificação orçamentária da despesa (arquivo SEI 1445539), bem como a indicação da disponibilidade orçamentária (Despacho SEPOR 1446462), e a emissão do Pré-empenho (arquivo SEI 1446460).

ANÁLISE

4. Preliminarmente, destaca-se que a análise declinada no parecer da Assessoria Jurídica limita-se aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade formal do procedimento. Portanto, não são objeto de manifestação jurídica juízos de conveniência e oportunidade das autoridades competentes sobre a definição do objeto e da melhor maneira de atender à necessidade pública, bem como a revisão e conferência de cálculos, fórmulas ou indicadores, tabelas, técnicas de avaliação ou medição, e outros aspectos alheios às atribuições e aos conhecimentos técnicos da função de assessoramento jurídico. Nesse sentido, cumpre ressaltar, no que tange ao papel do assessoramento jurídico, que este parecer se cinge ao controle prévio de legalidade das contratações diretas, para fins de atendimento do artigo 53, § 4º da Lei n. 14.133/2021, conforme abaixo:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
>
> (...)
>
> § 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

5. Ademais, convém registrar que, para fins de controle dessa unidade, foi realizado o preenchimento da Lista AJU 1450977, sem prejuízo de que outra lista seja futuramente proposta e adotada.

6. De igual forma, destaca-se que o presente opinativo embasou-se tão somente na documentação carreada aos autos e na legislação correlata. Qualquer arcabouço documental que possa vir a surgir e que tenha o condão de contrariar os fatos apresentados no bojo do processo, base em que se apoia o presente exame, deve ser novamente submetido à análise desta Assessoria, já que por ora é desconhecido.

7. Ainda em caráter preambular, vale registrar que, nos termos do art. 191 da Lei n. 14.133/2021, a Administração pode, durante o decurso de dois anos da publicação oficial da referida lei, optar por contratar de acordo com essa Lei ou com a Lei n. 8.666/1993, vedando-se a aplicação combinada das Leis. Na contratação em tela, a instrução processual e o Aviso de Dispensa Eletrônica (arquivo SEI 1448180) indicam que será adotada a Nova Lei, com fundamento na hipótese do inciso II do art. 75.

8. O artigo 75, II, da Lei n. 14.133/2021 possibilita a dispensa do procedimento licitatório para outros serviços e compras com valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizados pelo Decreto n. 10.922/2021, conforme determina o artigo 182 também da Lei n. 14.133/2021, os quais seguem replicados a seguir:

> **Lei n. 14.133/2021**
>
> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
>
> Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.
>
> ---
>
> **Decreto n. 10.922/2021**
>
> (...)
>
> inciso II do caput do art. 75 - R$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos).

9. No caso, verifica-se que o valor estimado da contratação (R$ 573,00 - quinhentos e setenta e três reais) se encontra dentro do que determina o art. 75, II da Lei.

10. Por sua vez, quanto à metodologia a ser adotada para aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75, a Lei esclarece:

> § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
>
> I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
>
> II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

11. Não obstante, embora elucide o que são os objetos de mesma natureza, considerando-os como as contratações do mesmo ramo de atividade, a lei não define quais os critérios para o enquadramento do objeto como do mesmo ramo de atividade. Nota-se, assim, uma lacuna sobre o conceito de ramo de atividade.

12. Por sua vez, a IN n. 67/2021 traz o entendimento de ramo de atividade a partir da classificação de Código Nacional de Atividades Econômicas do IBGE - CNAE. Veja-se:

> § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput, deverão ser observados:
>
> I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e
>
> II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.
>
> § 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

13. As linhas de enquadramento pelo CNAE são para enquadramentos para as empresas, não para os produtos. Assim, seria necessário atrelar cada item da contratação a um CNAE, para posteriormente gerar relatórios de compras por ramo de atividade e controlar o fracionamento.

14. Por outro lado, as Planilhas de Detalhamento Contábil (arquivos SEI 1446912 e 1446920) apresentadas no processo parecem indicar que o critério adotado para ramo de atividade seria a classificação por subelemento de despesa.

15. Ressalta-se que a SAD informou que a adoção do CNAE como parâmetro para verificação do fracionamento de despesas nas dispensas de licitação está em estudos no Processo n. 09259/2022 (1430542). Nada obstante, a fim de se minorarem os riscos de contratação ilícita até a conclusão desses estudos, reforça-se a orientação do Parecer AJU 1434699 que, anteriormente à abertura da fase externa, **seja a unidade demandante instada a manifestar-se a respeito da contratação de objeto da mesma natureza e ramo de atividade no exercício financeiro corrente.** Ademais, **sugere-se a SAD avaliar e analisar dentro do Plano de Contratações Anual eventual aquisição de objeto dessa mesma natureza no presente exercício, tendo em vista que*, s.m.j,* a bandeira nacional é utilizada em outros pontos do órgão.**

16. No que tange aos requisitos formais, o legislador exigiu que os processos de dispensa de licitação sejam instruídos, no que couber, com os elementos requeridos pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, abaixo mencionados:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
>
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
>
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
>
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
>
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
>
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
>
> VI - razão da escolha do contratado;
>
> VII - justificativa de preço;
>
> VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

17. No mesmo sentido, tendo em vista que a Administração pretende realizar o procedimento pelo Sistema de Dispensa Eletrônica, os autos devem ser instruídos, no que couber, com os documentos estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67, de 8 de julho de 2021:

Instrução

Art. 5º O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão de escolha do contratado;

VII - justificativa de preço, se for o caso; e

VIII - autorização da autoridade competente.

§ 1º Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o inciso IV do art. 4º, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

§ 2º O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.

§ 3º A instrução do procedimento poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

18. Quanto ao ponto, observa-se que foram obedecidos, até a atual fase de planejamento da contratação, os requisitos que a Lei dispõe, ou seja, os documentos preparatórios que devem compor a dispensa de licitação constam dos autos, a saber: a) documento de formalização da demanda, com a inclusão do objeto da contratação no Plano de Contratações Anual (arquivo SEI 1334057 e Processo SEI 09608/2021, 1425680, item 170 da Planilha), b) estudo técnico preliminar (arquivo SEI 1412133) e termo de referência (arquivo SEI 1418903), devidamente preenchidos com especificações e os detalhes exigidos pela Lei; c) estimativa de despesa calculada na forma estabelecida no artigo 23, cujos valores foram contemplados no Mapa Comparativo (arquivo SEI 1445170); d) parecer técnico que demonstra o atendimento dos requisitos exigidos (arquivo SEI 1446924); e e) demonstração de compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com compromisso a ser assumido, a partir da declaração de disponibilidade orçamentária (arquivos SEI 1445539, 1446460 e 1446462).

19. Em tempo, pontua-se que embora haja a indicação da disponibilidade orçamentária para atender a futura despesa (arquivo SEI 1446462), o pré empenho emitido (arquivo SEI 1446460) apresenta valor inferior ao estimado para a contratação, qual seja, R$ 573,00 (quinhentos e setenta e três reais) (arquivos SEI 1445430 e 1448180), **recomendando-se sua avaliação e, se for o caso, retificação pela unidade competente.**

20. Em relação aos documentos exigidos nos incisos de V a VIII do artigo 72 da Lei n. 14.133/2021, a juntada destes deverá ocorrer após a fase "competitiva" da contratação, que será

preferencialmente precedida de divulgação do aviso da dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos do art. 75, §3 da Lei n. 14.133/2021.

21. Relativamente às disposições da minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, o artigo 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 preleciona que o documento deve contemplar, além dos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, os seguintes:

> **Órgão ou entidade promotor do procedimento**
>
> Art. 6º O órgão ou entidade deverá inserir no sistema as seguintes informações para a realização do procedimento de contratação:
>
> I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;
>
> II - as quantidades e o preço estimado de cada item, nos termos do disposto no inciso II do art. 5º, observada a respectiva unidade de fornecimento;
>
> III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;
>
> IV - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
>
> V - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
>
> VI - as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
>
> VII - a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.
>
> Parágrafo único. Em todas as hipóteses estabelecidas no art. 4º, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances, de que trata o Capítulo III, não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.

22. Analisada a minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica n. 10/2022 e seus anexos (arquivo SEI 1448180), percebe-se que suas disposições estão, em linhas gerais, adequadas ao padrão jurídico-formal aplicável à espécie, cabendo, no entanto, as considerações que seguem.

23. Da minuta, observam-se: a) a indicação do inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, como fundamento para a dispensa; b) a especificação do objeto pretendido, com a definição dos quantitativos e valores estimados para cada item; c) a forma de participação dos fornecedores e de cadastramento da proposta; d) o procedimento da fase de lances e de julgamento das propostas; e) a documentação de habilitação e de qualificação necessários; f) as condições da contratação e as sanções administrativas aplicáveis; e g) o local e horário dos serviços/fornecimentos (item 6 do Anexo I - TR).

24. Quanto às disposições previstas na Lei Complementar n. 123/2006 e a possibilidade de a contração ser realizada preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, verifica-se que a SECOM indicou no Despacho 1446924 que as empresas que encaminharam as propostas de preços se enquadram na categoria de microempresas/empresas de pequeno porte, tendo o aviso de dispensa eletrônica previsto tal situação (Aviso de Dispensa 1448180).

25. Nada obstante, observa-se que o aviso de dispensa eletrônica n. 10/2022 informa textualmente que se destina à "contratação **preferencial** de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da lei n. 11.488/2007". Entretanto, em face do valor - e tendo em vista a não configuração das demais exceções legais -, conforme o inciso IV do art. 49 da Lei Complementar n. 123/2006, a contratação deve ser **exclusiva** para EPPs, MEs e sociedades cooperativas (somente aquelas que se enquadram na condição estabelecida no art. 34, da Lei n. 11.488/2007), aplicando ao caso o inciso I do art. 48 do mesmo diploma legal. Veja-se:

> Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

> I - deverá realizar processo licitatório **destinado exclusivamente** à participação de **microempresas e empresas de pequeno porte** nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
>
> (...)
>
> Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
>
> I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
>
> II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
>
> III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
>
> IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, **aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48;**
>
> (Grifou-se).

26. Assim, percebe-se que a dispensa de pequeno valor é uma exceção da exceção com remissão direta ao comando legal que determina a exclusividade. Nesse mesmo sentido é a opinião do coordenador-geral dos sistemas de compras governamentais (arquivo Sei 1447608), abaixo transcrita:

> De acordo com o Art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006, a Administração deverá realizar procedimento licitatório destinado **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
>
> Já o Art. 49, inciso IV, da mesma Lei, dispõe que não se aplica o artigo supra quando a licitação for dispensável ou inexigível, trazendo, contudo, a exceção quando as dispensas tratadas pelos incisos I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, nas quais a compra deverá ser feita **preferencialmente** de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48, redação que foi recepcionada pela nova Lei de Licitações, 14.133/2021.
>
> Assim, as dispensas por valor tornam-se "exceção da exceção" e, dessa forma, a disputa acontece no Sistema aplicando-se o Art.48 da LC 123 cuja regra principal é a **exclusividade**.
>
> Ou seja, só é possível receber propostas de MPEs, nesse cenário.

27. Por essa razão, **sugere-se a alteração da ementa do aviso, bem como a exclusão dos itens 2 8 e 2.9, cujas redações restam prejudicadas pela previsão de exclusividade do certame**:

> **2.8.** Quando houver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas (somente aquelas que se enquadram na condição estabelecida no art. 34, da Lei n. 11.488/2007), considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar.
>
> **2.9.** Não sendo apresentada proposta pela microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, nos termos deste Aviso, ou não ocorrendo a regularização fiscal na forma prevista na Lei Complementar n. 123/2006, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do item anterior, para o exercício do mesmo direito.

28. Em continuidade, deve-se tomar em consideração as novas regras do artigo 4º da Lei n. 14.133/2021 sobre os limites aplicáveis aos benefícios conferidos às MEs e EPPs pela Lei Complementar n. 123/2006. Confira-se:

> Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
>
> § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:
>
> I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
>
> II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
>
> § 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.**
>
> § 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

29. Nesse sentido, **sugere-se que a Administração colha a declaração das MEs e EPPs** que vierem a participar da seleção simplificada sobre o atendimento das regras do artigo 4º, §2º, mediante o seu registro no sistema respectivo (se ainda não existir essa funcionalidade) ou sua apresentação no cadastramento da proposta (frisa-se que não se trata de declaração diversa da simples indicação de que é ME/EPP, mas, sim, do enquadramento no limite do art. 4º, §2º). Assim, sugere-se a seguinte redação, alternativamente:

> **2.2.** O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema:
>
> **a)** a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;
>
> **b)** o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
>
> **c)** o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
>
> **d)** a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
>
> e) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;
>
> f) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**; e**
>
> **g) o atendimento pela microempresa ou empresa de pequeno porte da condição de participação prevista no artigo 4º, §2º, da Lei n. 14.133/2021, se couber.**

30. Prosseguindo na análise, verifica-se que, na situação dos autos, optou-se, nos termos do artigo 95, I da Lei n. 14.133/2021, pela substituição do instrumento de Contrato pela Nota de Empenho de Despesa com vigência 90 (noventa) dias.

31. Ressalte-se que, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021, a publicação do contrato, bem como de seus eventuais substitutos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição de eficácia desses. Nesse ponto, convém ainda mencionar que o Tribunal de Contas da União, no Acórdão n. 1731/2022 - Plenário, tornou insubsistente o Acórdão n. 2458/2021-TCU-Plenário, que dispensou, de forma excepcional e transitória, a publicação no PNCP dos atos pertinentes às contratações amparadas nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei n. 14.133/2021, por constar que a limitação outrora identificada restou superada com os novos recursos incorporados ao Portal, entre os quais consta a funcionalidade denominada "Publicador de Contratos", implementada em 14/2/2022. Assim, adotando-se a referida ferramenta, deve a Nota de Empenho oriunda da presente contratação ser oportunamente publicada no PNCP.

32. Sobre à adoção preferencial de pagamento por meio de cartão de pagamento, convém mencionar que a SAD, no Despacho 1410847, juntado aos autos do processo de contratação por dispensa 05758/2022, esclareceu que "no âmbito do CNJ a matéria ainda está em fase de estudo, portanto, carece de decisão e regulamentação interna, para que esse fato não fosse óbice à implementação de contratações diretas com base na nova lei de licitação e contratos, optou-se por manter os procedimentos de pagamento mediante crédito em conta correta da então contratada". Embora seja possível a extensão da justificativa ao presente caso, especialmente pelo breve lapso temporal decorrido, recomenda-se que a justificativa sobre a possibilidade ou não da adoção do cartão pagamento seja apresentada sempre nos autos do próprio processo de contratação, em atenção ao artigo 75, §4º da Lei n. 14.133/2021.

33. Por oportuno, em relação à data e ao horário da realização do procedimento, pontua-se que estes deverão ser preenchidos no Aviso de Dispensa pela Comissão Permanente de Contratação (CPC), que, conforme sugerido pelo Grupo de Trabalho instituído no processo SEI 02829/2021, e aprovado pelo Diretor-Geral, no Despacho DG 1349706, é agora a unidade competente para a realização da dispensa eletrônica. No mais, reforça-se que o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances não deve ser inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta (art. 75, §3), e que, conforme o art. 11 da IN n. 67/2021, o período para o envio de lances públicos e sucessivos não deve ser inferior a 6 (seis) horas ou superior a 10 (dez) horas.

34. Por fim, registra-se que, nos termos da Portaria n. 290/2022, o Secretário de Administração é a autoridade competente para autorizar a realização de dispensas até o dobro do valor previsto para dispensa de licitação estabelecido no inciso I do art. 75 da Lei n. 14.133/2021 (artigo 1º, inciso IV, alínea "c").

CONCLUSÃO

35. Ante o exposto, **ressalvados os itens 15, 19, 25 a 29 deste parecer,** opina-se pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo de contratação.

36. Ao final do procedimento de dispensa eletrônica, na forma do art. 23 da IN n. 67/21, o processo deverá ser encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, na forma do art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

É o Parecer.

Ana Luiza Gama Lima de Araújo

Assessora Jurídica

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com os termos deste parecer. Seguem os autos para as providências subsequentes.

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor-Chefe em substituição

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **ASSESSOR-CHEFE EM SUBSTITUIÇÃO - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 02/12/2022, às 12:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA GAMA LIMA DE ARAÚJO**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 02/12/2022, às 13:18, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1450978** e o código CRC **AE304BC8**.

05328/2022 1450978v15

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 10/2022

Exclusiva ME/EPP (art. 49, IV c/c art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/2006) **☒Sim ☐ Não**	☐ LC 123 (art. 49, II) e Dec. 8.538/2015 (art. 10, I) (não há 3 fornecedores competitivos) ☐ LC 123 (art. 49, III) e Dec. 8.538/2015 (art. 10, II) (não é vantajoso para a Administração) ☐ Dec. 8.538/2015 (art. 10, IV) (não atingiu os objetivos do art. 1º do Dec. 8.538/2015)

OBJETO	Aquisição de bandeira nacional e respectivos acessórios para atender à Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, conforme especificações do Termo de Referência.

Período de propostas até 14/12/2022 antes da fase de lances	**Período de lances** **Início : 14/12/2022 às 08 hs** **Término : 14/12/2022 às 14 hs**

Valor total máximo admitido	**R$ 573,00** ***(Quinhentos e setenta e três reais).***
Endereço Eletrônico	**HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS e HTTPS://WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR**
Comissão Permanente de Contratação - CPC	COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC SAF/Sul, Quadra 02, lote 05/06, ed. Premium, bloco “e”, Sala 003. CEP: 70.070-600. Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013 E-mail: cpc@cnj.jus.br

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (UASG 40003) torna pública a realização da Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasNet 4.0, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio desse sistema eletrônico.

Os participantes deverão atender às condições deste Aviso e seus Anexos, inclusive quanto à manutenção do registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1. Aquisição de bandeira nacional e respectivos acessórios para atender à Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

Especificações	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário	Valor total
Bandeira do Brasil 02 (dois) panos, em aplicação bordado, medindo 0,90m x 1,28m, produzido em tecido de cetim de seda, dupla face, tipo saco, com tralha verde e aberta para vestir o mastro (item 2) com cordões nas pontas, para o ambiente interno da ANSPJ.	Unidade	1	R$ 210,00	R$ 210,00
Mastro em alumínio, medindo aproximadamente 2m, dividido em duas partes rosqueáveis nas pontas para fixação da lança (item 3) e da base de madeira (item 4), com ao menos 02 (duas) presilhas para fixação da bandeira.	Unidade	1	R$ 153,00	R$ 153,00
Lança produzida em Metal cromado com encaixe para o mastro descrito no item 2, medindo 30 cm de comprimento. Deverá ser incluída fita antiderrapante em todo seu perímetro.	Unidade	1	R$ 60,00	R$ 60,00

Base de Madeira, medindo aproximadamente 28cm de comprimento X 25cm de largura em sua base X 16 cm de altura, com 01 (um) encaixe com canopla de metal para fixação do mastro, próprio para utilização em ambientes internos, produzido em madeira maciça, revestimento laminado, com sapatas de aço para nivelamento e proteção do contato com o solo.	Unidade	1	R$ 150,00	R$ 150,00
VALOR TOTAL ESTIMADO	**R$ 573,00 *(quinhentos e setenta e três reais)***			

1.2. Embora a dispensa eletrônica contemple mais de um item para a composição do valor estimado, **o lance a ser apresentado pela participante deverá ser cadastrado no valor total estimado, considerando a soma de todos os itens que compõem o objeto,** para efeito de julgamento da proposta.

2. DA PARTICIPAÇÃO DOS FORNECEDORES

2.1. Para participar, o fornecedor deverá observar os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema:

a) a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

d) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

f) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

g) o atendimento pela microempresa ou empresa de pequeno porte da condição de participação prevista no artigo 4º, §2º, da Lei n. 14.133/2021, se couber.

2.3. Não poderão participar desta contratação, pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso:

a) que não se enquadrem na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007;

b) que não explorem atividade compatível com o objeto desta contratação;

c) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

d) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

e) impedidas de licitar e contratar com a União; e

f) que se enquadrem em alguma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei n. 14.133, de 2021.

2.4. Para fins desta contratação, considerar-se-á microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.5. Para microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015.

2.6. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.7. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.8. Havendo a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, após a indicação de que atendem os requisitos do art. 3º, da Lei Complementar n. 123/2006, a elas será assegurado o tratamento diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

2.9. Serão eventualmente aplicados os critérios de desempate previstos nos arts. 44, 45 e 48, §3º, da Lei Complementar n. 123/2006.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O fornecedor, após a abertura da sessão, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência, indicação dos serviços/produtos, marca, quando for o caso, prazo de entrega e demais características ofertadas para o atendimento do objeto, até o horário de encerramento estabelecido neste Aviso.

3.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3. A indicação do preço deverá conter o valor unitário e total do item, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo. Deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas,

tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto a ser contratado.

3.4. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

3.5. As condições de fornecimento, recebimento, pagamento, obrigações, acompanhamento, bem como as penalidades estão especificadas no Termo de Referência e vinculam integralmente a proposta vencedora.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance a ser ofertado deverá consistir no valor global da aquisição, observados os valores máximos admitidos, conforme item 1.1 deste Aviso.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a cotação, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

a) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 1,00 (um real).

b) Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

c) Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

d) Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

e) Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrado o procedimento de envio de lances, será realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

5.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, valores unitários e ou totais superiores aos estabelecidos no item 1.1 deste Aviso.

5.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero ou manifestamente inexequíveis.

5.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências habilitatórias, o agente responsável pela condução do procedimento examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Aviso.

5.9. Será declarado vencedor o fornecedor que, atendidas as demais exigências fixadas neste Aviso, apresentar o menor valor global, **observado o somatório dos valores unitários máximos admitidos no Item 1.1 deste Aviso**.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇAO E DE QUALIFICAÇÃO

6.1. Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. Regularidade fiscal e trabalhista

c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

j) As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g, 'h' e 'i' do item 6.2, para fins de habilitação da participante cadastrada naquele sistema.

6.3. Qualificação econômico-financeira

k) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da participante.

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos apresentados para a habilitação ou de documentos não constantes do SICAF, será solicitado ao vencedor, **no prazo de até 2 (duas) horas**, contados da solicitação do agente responsável, para o envio dos documentos por meio do sistema.

6.5. O prazo previsto no item 6.4 poderá ser prorrogado por até **1 (uma)** hora, mediante solicitação escrita e justificada da participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo agente responsável, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação, fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente (nota de empenho/ordem de serviço/ordem de fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2. O prazo de vigência da nota de empenho é de 30 (trinta) dias a partir da sua emissão, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo do prazo de garantia do fabricante.

8.3. Para recebimento da nota de empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta)** dias corridos, sem convocação para assinatura do contrato, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

9.2. As penalidades serão aplicadas nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 10/2022
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de bandeira nacional e respectivos acessórios para atender à Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
Bandeira do Brasil 02 (dois) panos, em aplicação bordado, medindo 0,90m x 1,28m, produzido em tecido de cetim de seda, dupla face, tipo saco, com tralha verde e aberta para vestir o mastro (item 2) com cordões nas pontas, para o ambiente interno da ANSPJ.	Unid.	1	1
Mastro em alumínio, medindo aproximadamente 2m, dividido em duas partes rosqueáveis nas pontas para fixação da lança (item 3) e da base de madeira (item 4), com ao menos 02 (duas) presilhas para fixação da bandeira.	Unid.	1	1
Lança produzida em Metal cromado com encaixe para o mastro descrito no item 2, medindo 30 cm de comprimento.	Unid.	1	1
Base de Madeira, medindo aproximadamente 28cm de comprimento X 25cm de largura em sua base X 16 cm de altura, com 01 (um) encaixe com canopla de metal para fixação do mastro, próprio para utilização em ambientes internos, produzido em madeira maciça, revestimento laminado, com sapatas	Unid.	1	1

de aço para nivelamento e proteção do contato com o solo.			

1.3. DO PARCELAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

Objetivando não haver riscos para a integralidade dos itens e, em razão de sua interdependência, e ainda, por se tratar de sistema único e integrado, nos termos do que preconiza o inciso II do parágrafo 3º do artigo 40 da Lei 14.133/21, entende-se pela inviabilidade de parcelamento dos itens, devendo ser adjudicado o item a somente um fornecedor.

1.4. DA NATUREZA DO OBJETO

Os bens que compõem a presente aquisição são comuns, uma vez que seu padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento. Ademais são considerados como de natureza não continuada, devendo ser fornecidos uma única vez, não havendo, portanto, previsão de fornecimento permanente.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Os Estudos Técnicos Preliminares constam nos autos do processo sob o número de documento SEI 1412133.

3. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do artigo 75, inciso II, da lei nº 14.133/2021, decorrente do valor estimado estabelecido no item 6 dos Estudos Técnicos Preliminares (1412133), a presente contratação ocorrerá por dispensa de licitação.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução é a aquisição de bandeira nacional e respectivos acessórios para atender à Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário e:

a) Em razão de sua natureza, os itens a serem adquiridos não demandam metodologias ou tecnologias especificas para sua implementação;

b) Os itens a serem adquiridos não demandam serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva ou adaptativa;

c) Espera-se que, em razão da natureza e composição do objeto e do modo de sua utilização, os itens a serem adquiridos ultrapassem um ciclo de vida superior a dois exercícios financeiros.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 SUJEIÇÃO ÀS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS

- ✓ Lei 5.700/17;
- ✓ ABNT NBR nº 16286/2014;
- ✓ ABNT NBR nº 16287/2014;

5.2 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Para a contratação almejada devem ser observadas as regras atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a Resolução 400/2021 do CNJ.

A fornecedora também deverá observar, no que cabível, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, nos termos da Portaria n. 18/2020.

5.3. REQUISITOS DE QUALIDADE

a) A aferição quanto ao cumprimento ou não dos requisitos da contratação basear-se-á nas especificações contidas no item 1.2 deste instrumento, de modo que a fornecedora deverá fornecer os produtos que se enquadrem nas referidas especificações, sendo rejeitados aqueles que não estejam de acordo com o previsto, devendo a empresa fornecedora observar as diretrizes estabelecidas no código de defesa do consumidor, Lei 8.070/90, em especial o disposto no artigo 8º e seguintes do referido diploma normativo.

6. DA EXECUÇÃO

6.1. DO LOCAL E DO HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU DO FORNECIMENTO

a) Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço:

Seção de Material e Patrimônio do CNJ

SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E

Brasília/DF CEP: 70070-600

Horário de atendimento ao público externo: das 10h às 17h

Telefone: (61) 2326-4996.

6.2. Da Ordem de Execução

Após o recebimento da Nota de Empenho, a fornecedora estará autorizada a entregar os materiais adquiridos.

6.3. Do prazo ou do cronograma de execução.

Após o recebimento da Nota de Empenho mencionada no item 6.2, a empresa terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar a entrega dos materiais.

6.4. Da garantia ou assistência técnica.

A fornecedora deverá oferecer garantia contra defeitos de fabricação ou outros vícios que se verifique nos produtos que os tornem impróprios para o uso, observadas especialmente as exigências contidas no item 1.2 e na alínea "e", do item 13, deste instrumento.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente aquisição terá a vigência de 90 (noventa) dias, a contar da emissão da Nota de Empenho.

8. DA HABILITAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO

8.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

a) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

8.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (ART. 67)

Não se aplica.

8.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede da participante ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9. DO CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

a) A proposta levará em consideração os critérios de requisitos mínimos listados nas especificações do objeto, conforme contido no quadro demonstrativo do item 1.2, devendo-se ainda ser observada a previsão do item 5.3, ambos deste instrumento.

b) A não observância das disposições previstas no item anterior ensejarão a recusa do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 15 deste instrumento, ou de eventuais responsabilidades civis, administrativas ou criminais.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 O material será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

b) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

10.2 No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a fornecedora deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) Após certificadas as exigências quanto ao fornecimento do objeto, nos termos previstos neste instrumento, o CNJ realizará o pagamento que será efetuado mediante crédito em conta corrente da fornecedora, no prazo de até 30 (trinta) dias, por ordem bancária, em consonância com o disposto no artigo 141 e dispositivos sobre pagamento da Lei 14.133/2021, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a fornecedora.

b) A nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Nota de Empenho poderá ser devolvida à fornecedora, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado na alínea "a" do item 11 deste Termo de Referência, após o recebimento definitivo do objeto;

b) Permitir o acesso dos representantes ou profissionais da fornecedora ao local da entrega do objeto, desde que devidamente identificados;

c) Receber os produtos e atestar que esses tenham sido entregues em conformidade com as especificações e prazos estabelecidos neste instrumento;

d) Comunicar à fornecedora todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

e) Recusar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações deste instrumento;

f) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

g) Aplicar as sanções previstas neste instrumento, assegurando à fornecedora o contraditório e a ampla defesa;

h) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela fornecedora.

13. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

a) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo A, bem como o Termo de Confidencialidade - Anexo B, deste Termo de Referência.

b) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da Nota de Empenho;

c) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a Nota de Empenho, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

d) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o CNJ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

e) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

f) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

g) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento ao fornecimento do objeto.

h) Manter-se, durante a vigência da Nota de Empenho (90 dias, conforme item 7), em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

14.1 O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização da nota de empenho. As ocorrências e as deficiências na entrega do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.

14.2 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da fornecedora, no que concerne à execução do objeto.

14.3 A fornecedora será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

15. DO VALOR ESTIMADO

Conforme documentos SEI 1444170, 1445360 e a determinação contida no documento SEI 1447309, o valor do objeto é estimado em R$ 573,00 **(quinhentos e setenta e três reais)**.

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta despesa foram previstas no plano anual de aquisições de 2022 da Secretaria de Administração, processo SEI 09608/2021, conforme consta da última versão atualizada do referido instrumento, nos termos do documento SEI 1391957.

17. DAS SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a fornecedora ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência aplicada exclusivamente às situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa, no valor de:

b.1) 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

f) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à fornecedora, ou cobrado judicialmente.

18. DA GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de se exigir garantia contratual.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Compõem este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça e ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 10/2022

ANEXO I – A
TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência da contratação e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 10/2022

ANEXO I – B
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por _____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços

contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

DESPACHO

À Comissão Permanente de Contratação,

Trata-se de procedimento administrativo para aquisição de bandeira nacional, com mastro e respectivos acessórios para atender à Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, por meio de dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

2. Após elaboração de Aviso de Dispensa Eletrônica, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica (AJU), que se manifestou por meio do Parecer AJU 1450978, opinando pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo de contratação, ressalvadas as observações dos itens 15, 19, 25 a 29 do referido opinativo.

3. Tendo em vista as recomendações expostas:

a) com fundamento na Portaria DG nº 290/2022, art. 1º incisos II, **aprovo** a nova versão do Termo de Referência Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação n. 10/2022 (1455287)

b) com relação ao item 15, entendo que se deve aguardar o andamento do processo 09259/2022 para então alterar os procedimentos já acordados no CNJ, visto que há divergência de opiniões entre as unidades do CNJ. Tal medida visa a coerência e eficiência dos procedimentos administrativos, bem como a não paralização das atividades do CNJ, porque a estagnação da compra aguardando decisão sobre a questão prejudicaria o desempenho das atividades da Divisão de Segurança. Não obstante, para não incorrer em qualquer ilegalidade, observou-se o detalhamento contábil das despesas (1446912 e 1446920) e verificou-se que ambas as despesas não possuem qualquer movimentação durante o exercício financeiro, não restando dúvida quanto ao parcelamento da despesa.

c) com relação ao item 19, os pré-empenhos emitidos (1446460) foram novamente analisados em comparação com o mapa comparativo de preços v. 2 (1445170) e o valor estimado autorizado para a dispensa (1448999) e observou-se que há dois pré-empenhos no documento citado e que a soma dos dois equivale ao valor estimado da contratação. Assim, verificou-se a rigidez dos empenhos realizados, não havendo necessidade de qualquer retificação.

d) com relação aos itens 25 a 27, a Seção de Elaboração de Editais informa no Despacho 1455289 que as ressalvas da Assessoria Jurídica foram incluídas na nova versão do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 10/2022 (1455287).

e) cabe esclarecer novamente, segundo item 32 do Parecer AJU, que no âmbito do CNJ a adoção de cartão para pagamento de contratações por dispensa eletrônica ainda está em fase de estudo, portanto, carece de decisão e regulamentação interna, assim, para que esse fato não fosse óbice à implementação de contratações diretas com base na nova lei de licitação e contratos, optou-se por manter os procedimentos de pagamento mediante crédito

em conta corrente da futura contratada, principalmente porque a Lei nº 14.133/2021 estabelece ser forma preferencial de pagamento e não exclusiva.

4. Desse modo, considerando que as recomendações da Assessoria Jurídica foram atendidas/justificadas e, com base na Portaria Diretoria-Geral nº 290/2022 (1419018), que dispõe sobre a delegação de competência à Secretaria de Administração e à Secretaria de Orçamento e Finanças do Conselho Nacional de Justiça, dentre elas, especialmente, a competência para autorizar a realização de dispensa eletrônica, conforme alínea "c", inciso IV, art. 1º do referido normativo, **autorizo** a realização da Dispensa Eletrônica com fundamento no inciso II e no § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, para aquisição de bandeira nacional com mastro e respectivos acessórios para a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, e **solicito** o atendimento das ressalvas 28 e 29 do Parecer da Assessoria Jurídica em epígrafe, quanto ao colhimento de declaração de MEs e EPPs que vierem a participar da dispensa eletrônica.

Atenciosamente,

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 07/12/2022, às 10:33, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1455621** e o código CRC **5D4D8039**.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - Dispensa 10/2022				
	Valor Total		Economia	
	Estimado	Adjudicado	R$	%
Total	573,00	570,00	3,00	0,52

DESPACHO

À Comissão Permanente de Contratação,

Trata-se de procedimento administrativo para aquisição de bandeira nacional, com mastro e respectivos acessórios para atender à Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, por meio de dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

2. Após elaboração de Aviso de Dispensa Eletrônica, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica (AJU), que se manifestou por meio do Parecer AJU 1450978, opinando pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo de contratação, ressalvadas as observações dos itens 15, 19, 25 a 29 do referido opinativo.

3. Tendo em vista as recomendações expostas:

a) com fundamento na Portaria DG nº 290/2022, art. 1º incisos II, **aprovo** a nova versão do Termo de Referência Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação n. 10/2022 (1455287)

b) com relação ao item 15, entendo que se deve aguardar o andamento do processo 09259/2022 para então alterar os procedimentos já acordados no CNJ, visto que há divergência de opiniões entre as unidades do CNJ. Tal medida visa a coerência e eficiência dos procedimentos administrativos, bem como a não paralização das atividades do CNJ, porque a estagnação da compra aguardando decisão sobre a questão prejudicaria o desempenho das atividades da Divisão de Segurança. Não obstante, para não incorrer em qualquer ilegalidade, observou-se o detalhamento contábil das despesas (1446912 e 1446920) e verificou-se que ambas as despesas não possuem qualquer movimentação durante o exercício financeiro, não restando dúvida quanto ao parcelamento da despesa.

c) com relação ao item 19, os pré-empenhos emitidos (1446460) foram novamente analisados em comparação com o mapa comparativo de preços v. 2 (1445170) e o valor estimado autorizado para a dispensa (1448999) e observou-se que há dois pré-empenhos no documento citado e que a soma dos dois equivale ao valor estimado da contratação. Assim, verificou-se a rigidez dos empenhos realizados, não havendo necessidade de qualquer retificação.

d) com relação aos itens 25 a 27, a Seção de Elaboração de Editais informa no Despacho 1455289 que as ressalvas da Assessoria Jurídica foram incluídas na nova versão do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 10/2022 (1455287).

e) cabe esclarecer novamente, segundo item 32 do Parecer AJU, que no âmbito do CNJ a adoção de cartão para pagamento de contratações por dispensa eletrônica ainda está em fase de estudo, portanto, carece de decisão e regulamentação interna, assim, para que esse fato não fosse óbice à implementação de contratações diretas com base na nova lei de licitação e contratos, optou-se por manter os procedimentos de pagamento mediante crédito

em conta corrente da futura contratada, principalmente porque a Lei nº 14.133/2021 estabelece ser forma preferencial de pagamento e não exclusiva.

4. Desse modo, considerando que as recomendações da Assessoria Jurídica foram atendidas/justificadas e, com base na Portaria Diretoria-Geral nº 290/2022 (1419018), que dispõe sobre a delegação de competência à Secretaria de Administração e à Secretaria de Orçamento e Finanças do Conselho Nacional de Justiça, dentre elas, especialmente, a competência para autorizar a realização de dispensa eletrônica, conforme alínea "c", inciso IV, art. 1º do referido normativo, **autorizo** a realização da Dispensa Eletrônica com fundamento no inciso II e no § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, para aquisição de bandeira nacional com mastro e respectivos acessórios para a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, e **solicito** o atendimento das ressalvas 28 e 29 do Parecer da Assessoria Jurídica em epígrafe, quanto ao colhimento de declaração de MEs e EPPs que vierem a participar da dispensa eletrônica.

Atenciosamente,

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 07/12/2022, às 10:33, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1455621** e o código CRC **5D4D8039**.

Data e hora da consulta: 24/01/2023 14:38
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2023	NE	63	2023PE000041

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	1000000000	449052	40105	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
24/01/2023	Ordinário	05328/2022	-	570,00

Favorecido

Código	Nome
08.538.090/0001-80	RODISTON CORREIA DE SOUZA & CIA LTDA

Endereço	CEP
104 SN QUADRA10 JARDIM ANA AMELIA	75195-000

Município	UF	Telefone
BONFINOPOLIS	GO	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

05328/2022 - AQUISIÇÃO DE BANDEIRA NACIONAL E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS PARA ATENDER A ACADEMIA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO.
CONFORME DESPACHOS 1455621-SAD, 1462473-SAD, 1478537-SAD E 1477676-SESIN.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	24/01/2023 14:28:56	Alteração

Data e hora da consulta: 24/01/2023 14:38
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	570,00

Subelemento 42 - MOBILIARIO EM GERAL

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	KIT MASTRO, BANDEIRA NACIONAL E PEDESTAL PARA ATENDER À ACADEMIA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2022 (1455287). DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1351466, TR/PB 1418903 E PROPOSTA (1461570)	570,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/01/2023	Inclusão	1,00000	570,0000	570,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
24/01/2023 14:28:56

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
24/01/2023 13:43:26

Versão	Data/Hora	Operação
002	24/01/2023 14:28:56	Alteração

Dispensa Eletrônica de Licitação



Aquisição de livros diversos

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Termo de referência **7**
Estimativa de preços **14**
Declaração de dispensa de licitação **15**
Aviso de dispensa eletrônica **16**
Mapa comparativo de preços **33**
Nota de empenho **34**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Provimento de publicações nacionais na área jurídica, conforme solicitação da CPL, Gabinetes dos Conselheiros Sidney Madruga e Marcos Vinicius Jardim (docs SEI nº 1305645, 1297605, 1345000, 1350873 e 1351474).

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

CPL e Gabinete do Conselheiro Sidney Madruga.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (Portaria 167/2015 - art. 2º, §1º, VIII)

Ademais, a necessidade de capacitação e aquisição de conhecimentos das citadas unidades poderá ficar comprometida, pois os livros solicitados tem aderência aos trabalhos desempenhados. Dessa forma a não aquisição, *em tese,* poderá levar a uma perda na qualidade das atividades desenvolvidas pelas unidades, notadamente com a promulgação da nova lei de licitações e a necessidade de atualização dos servidores.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Aquisição de livros novos e atualizados (última edição), com entrega do objeto no prazo máximo de trinta dias após o recebimento da Nota de Empenho e garantia de noventa dias.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente de contratação atende perfeitamente às necessidade do Conselho.

Dados última aquisição de livros:

Nº processo: 05782/2020

Objeto: Aquisição de livros jurídicos e correlatos

Contratados: Abaco Dist. e livraria LTDA

Valor Total: R$ 229,80

Observações: não ocorreu. *s.m.j,* inconsistências na contratação.

3.2 Identificação das opções disponíveis

A solução para o atendimento da demanda, é a aquisição das obras solicitadas pelas unidades, tudo conforme as solicitações citadas acima, quais sejam:

a) Lei n° 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes.

b) Licitações e Contratos Administrativos, Henrique Savonitti Miranda.

c) O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual, de Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandes.

d) A Processualidade no Direito Administrativo - 3ª edição, revista, ampliada e atualizada. Editora Fórum. Odete Medauar. (ou edição mais recente)

e) Curso de Direito Constitucional Contemporâneo - 10ª edição 2022. Editora Saraiva. Luíz Roberto Barroso.

f) Curso de Filosofia do direito: o Direito como prática. 2. ed. Barueri: Atlas, 2022.José Reinaldo de Lima Lopes

g) Dez Anos de Reforma do Judiciário e o Nascimento do CNJ. 1ª edição. Editora Revista dos Tribunais. Rui Stoco.

h) Direito Administrativo Moderno - 22ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora Fórum. Odete Medauar. (ou edição mais recente)

i) Ética da Magistratura: Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional. 4ª Edição revista, atualizada e ampliada. Editora Thomson Reuters, Revista dos Tribunais. José Renato Nalini.

j) Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública. 7ª Edição revista, atualizada e aumentada. Editora Forum. Antônio Carlos Alencar Carvalho.

k) Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: comum e militar. Editora Paco Editorial (2017). Olympio Fraga Bisnetto

l) Regime jurídico da magistratura. 2ª edição. Editora Saraiva. ALEXANDRE HENRY ALVES. Registros Públicos. Editora Método. Alberto Gentil.

m) Tratado De Direito Administrativo V. Vii - Controle Da Administração Pública E Responsabilidade Do Estado. 2ª Edição Editora Revista dos Tribunais. Fernando Dias Menezes De Almeida e José Dos Santos Carvalho Filho.

n) Registros Públicos. Editora Método, autor Alberto Gentil.

Cita-se os seguintes órgãos que realizaram contratações cujo objeto é similar ao objeto em tela:

- Tribunal Regional eleitoral do Ceará: http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/cotacao-no-030-2015-aquisicao-de-publicacoes-nacionais-nao-oficiais

- Justiça Federal de 1º Grau (Espírito Santo): http://www.jfes.jus.br/documentos/registropreco/PE_48_TermodeReferencia.pdf

- Conselho da Justiça Federal: https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/licitacoes/pregao-eletronico/02-2018/documentos/edital-pe-2-2018-adm-2017-00331-livros.pdf

- Ministério Público de Pernambuco: http://www.mppe.mp.br/siteantigo/192.168.1.13/uploads/Tr3YyOGhAVeyZUbGYExF0Q/kDUSf9Dam8vsO8FZgXl5yA/homologao_Prego-037-2008_-_material_de_limpeza.pdf

- Governo de Goiás (Goiás/Prev): http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-05/termo-de-referencia-livro.pdf

3.3 Adequação do ambiente

Não vislumbra-se qualquer necessidade de adequação de ambiente relacionada com a aquisição pretendida.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

A SEMAP realizou pesquisa na Internet, encontrando site de vendas das citadas obras, sendo que o custo dos livros é em torno de R$ 2.522,89, conforme listagem abaixo:

a) Lei n° 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Admistrativos, Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes. **Valor R$ 550,00**, doc SEI 1341706.

b) Licitações e Contratos Administrativos, Henrique Savonitti Miranda.**Valor R$ 226,00,** link: https://www.amazon.com.br/Licita%C3%A7%C3%B5es-Contratos-Administrativos-5%C2%BA-Edi%C3%A7%C3%A3o/dp/6556147532

c) O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual, de Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandes.**Valor R$ 74,90.** Link: https://www.editorajuspodivm.com.br/o-conselho-nacional-de-justica-e-o-direito-processual-administracao-judiciaria-boas-praticas-e-competencia-normativa-2022?utm_camp=gshop&idgrade=246140&idtag=2def32b7-f4a7-4725-bfcb-e62e62891fa3&idtag=2def32b7-f4a7-4725-bfcb-e62e62891fa3&gclid=EAIaIQobChMIqMOxsIfW-AIVA0JIAB2QSQCvEAQYASABEgIzePD_BwE

d) A Processualidade no Direito Administrativo - 3ª edição, revista, ampliada e atualizada. Editora Fórum. Odete Medauar.**Valor R$ 108,00**. Link: https://www.amazon.com.br/Processualidade-no-Direito-Administrativo/dp/6555182717/ref=asc_df_6555182717/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=379708191027&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=4391940097716588927&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&h1470241081403&psc=1

e) Curso de Direito Constitucional Contemporâneo - 10ª edição 2022. Editora Saraiva. Luíz Roberto Barroso.**Valor R$ 142,60**. Link: https://www.amazon.com.br/Curso-Direito-Constitucional-Contempor%C3%A2neo-edi%C3%A7%C3%A3o/dp/6555596694

f) Curso de Filosofia do direito: o Direito como prática. 2. ed. Barueri: Atlas, 2022, autor José Reinaldo de Lima Lopes.**Valor R$ 168,00**. Link: https://www.grupogen.com.br/curso-de-filosofia-do-direito-o-direito-como-pratica-9786559771530

g) Dez Anos de Reforma do Judiciário e o Nascimento do CNJ. 1ª edição. Editora Revista dos Tribunais. Rui Stoco.**R$ 42,42**. Link: https://www.shoptime.com.br/produto/124565556?pfm_carac=Hist%C3%B3ria%20do%20Direito&pfm_index=2&pfm_page=category&pfm_pos=grid&pfm_type=vit_product_grid

h) Direito Administrativo Moderno - 22ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora Fórum. Odete Medauar.**Valor R$ 108,00**. Link: https://www.amazon.com.br/Processualidade-no-Direito-Administrativo/dp/6555182717/ref=asc_df_6555182717/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=379708191027&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=4391940097716588927&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&h1470241081403&psc=1.

i) Ética da Magistratura: Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional. 4ª Edição revista, atualizada e ampliada. Editora Thomson Reuters, Revista dos Tribunais. José Renato Nalini. **Valor R$ 139,40**. Link: https://www.livrariart.com.br/etica-da-magistratura-4-edicao-9788553214211/p?idsku=18399&gclid=EAIaIQobChMI2s_x8o7W-AIVwuhcCh12kA67EAQYASABEgK5C_D_BwE.

j) Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública. 7ª Edição revista, atualizada e aumentada. Editora Forum. Antônio Carlos Alencar Carvalho. **Valor R$ 327,75**. Link: https://www.amazon.com.br/Manual-processo-administrativo-disciplinar-sindic%C3%A2ncia/dp/6555180587/ref=asc_df_6555180587/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=379792364312&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=14501475601397962822&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&1242456845467&psc=1.

k) Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: comum e militar. Editora Paco Editorial (2017). Olympio Fraga Bisnetto.**Valor R$ 42,90**. Link: https://www.amazon.com.br/Nulidades-processo-administrativo-disciplinar-militar/dp/8546207895/ref=asc_df_8546207895/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=379799694620&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=16623830850894544276&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&810031673899&psc=1

l) Regime jurídico da magistratura. 2ª edição. Editora Saraiva. ALEXANDRE HENRY ALVES. Registros Públicos. Editora Método. Alberto Gentil. **Valor R$ 91,27**. Link: https://www.americanas.com.br/produto/117112778?epar=bp_pl_00_go_livro_pmax_geral_1p&opn=YSMESP&WT.srch=1&offerId=58d2ca2d6a5b96816f8c98c9&gclid=EAIaIQobChMIgZKa443W-AIVEE-RCh2TigHTEAQYAyABEgJ13fD_BwE

m) Tratado De Direito Administrativo V. Vii - Controle Da Administração Pública E Responsabilidade Do Estado. 2ª Edição Editora Revista dos Tribunais. Fernando Dias Menezes De Almeida e José Dos Santos Carvalho Filho. **Valor R$ 265,00**. Link: https://www.amazon.com.br/Tratado-Direito-Administrativo-Administra%C3%A7%C3%A3o-Servidores/dp/8553217337.

n) Registros Públicos. Editora Método, autor Alberto Gentil, **Valor R$ 236,65**. link: https://www.amazon.com.br/Registros-P%C3%BAblicos-Alberto-Gentil/dp/6559644766/ref=asc_df_6559644766/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=379720920934&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=17789319403654062369&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&1717079574127&psc=1.

Não encontramos outras opções disponíveis para aquisição das citadas obras, pois a maioria das obras não tem disponibilidade em formato eletrônico.

Ademais, a aquisição de todas as obras em formato eletrônico além de demandar a instalação ou aquisição de softwares ou aparelhos móveis para a leitura dos livros digitais, dificultaria o compartilhamento dos livros com outras unidades interessadas.

A melhor solução para o atendimento da necessidade de atualização de conhecimento é a aquisição dos livros mencionados, uma vez que trazem conhecimentos consolidados e variados, de diversos autores renomados. A formação de um pequeno acervo de obras para utilização é a solução que melhor atende as necessidades de atualização de conhecimentos e capacitação, bem como de alinhamento dos trabalhos com a literatura sobre o tema.

Benefícios resultantes: obras novas e atualizadas para suprir o atendimento das necessidades de informação das unidades citadas, podendo haver o compartilhamento dos livros com outras unidades, que manifestarem interesse de consultar as obras, a fim de garantir agilidade e qualidade nos procedimentos das unidades interessadas.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A solução que melhor atende à necessidade especificada é a aquisição das obras citadas.

O objeto tem natureza de material permanente, não continuada, com objeto comum e divisível.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A quantidade a ser adquirida é a quantidade solicitada pelas unidades, ou seja unidade de cada obra.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Objeto da aquisição é divisível, não havendo necessidade de agrupamento de itens, podendo dessa forma os livros serem adquiridos separadamente.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A SEMAP no painel de governança do CNJ, não possui indicador relacionado com a aquisição de livros.

No entanto, a necessidade de capacitação e aquisição de conhecimentos das citadas unidades poderá ficar comprometida, pois os livros solicitados tem aderência aos trabalhos desempenhados.

A não aquisição, *em tese,* poderá levar a uma perda na qualidade das atividades desenvolvidas pelas unidades, notadamente porque ocorreu a promulgação da nova lei de licitações, que trouxe várias modificações e novidades em relação ao preconizado pela Lei 8.666/1993.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A contratação aqui pretendida é de baixo impacto financeiro (aproximadamente mil reais), sendo que o objeto somente será pago após o recebimento, conferência e atesto da SEMAP, o que elimina praticamente qualquer possibilidade de prejuízo ao Conselho. Reputa-se que o maior risco relacionado a questão, é a sua não aquisição, pois a falta de livros atualizados poderá resultar em desatualização de conhecimentos, baixa qualidade dos serviços prestadores pelos servidores, erros em procedimentos licitatórios etc.

Elaborou-se o quadro abaixo para melhor explicitar os riscos relacionados a aquisição pretendida:

isco 1:	**Não contratação do objeto**	
Probabilidade (alto, médio, baixo)	**Id Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
alta	1 Necessidade de novo procedimento de aquisição	médio
alta	2 Defasagem na atualização de conhecimentos, dos colaboradores e servidores das unidades	médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**	**Responsável**

A SEMAP não vislumbra qualquer ação que possa mitigar os riscos, caso a contratação não seja realizada.

Risco 2 :	**Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total.**	
Probabilidade (alto, médio, baixo)	**Id Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
baixa	1 Perdas financeiras	baixo
baixa	2 Garantia dos produtos	médio
baixa	3 Rescisão contratual	médio

ID		
	Ação de Mitigação e Contingência	SEMAP e SAD
	Controle afetivo das obrigações pelo gestor da Ata	
	Apuração da Responsabilidade da contratada, com possível aplicação de multa	

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não vislumbram-se restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar para a contratação proposta.

Em relação às restrições orçamentária, a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), no momento oportuno, antes da emissão de nota de fornecimento, indicará a viabilidade de aquisição e a classificação orçamentária.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do contrato deve ser de 120 dias, pois após o recebimento da Nota de Empenho o fornecedores terá trinta dias para entrega do objeto e deverá ofertar garantia de 90 dias de garantia.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Pugna-se pela aquisição das citadas obras, com valor estimado de R$ 356,06, sendo o benefício direto a aquisição de conhecimentos, atualização sobre a nova lei de licitações, o que gerará melhores desempenhos, produtividade e qualidade nas tarefas realizadas pelo servidores das unidades solicitantes.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	**E-mail**	**Ramal**	**Unidade**
Leonardo Zanotelli dos Santos	leonardo.zanotelli@cnj.jus.br	4959	SEMAP

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO ZANOTELLI DOS SANTOS**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 01/07/2022, às 14:52, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1351474** e o código CRC **95690605**.

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de livros diversos nos termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

A presente contratação visa o atendimento das necessidades das unidades do CNJ com o fornecimento de publicações nacionais, conforme a relação abaixo:

a) Lei n° 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes, Editora Forúm, 1º Edição.

b) Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Henrique Savonitti Miranda, Editora RT, 5º Edição.

c) O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual, Autores: Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandes, Editora JusPodium, 1º Edição.

d) A Processualidade no Direito Administrativo, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 3º Edição.

e) Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, Autor: Luís Roberto Barroso, Editora Saraiva, 10ª edição.

f) Curso de Filosofia do direito: o Direito como prática, Autor: José Reinaldo de Lima Lopes, Editora Atlas, 2º Edição.

g) Dez Anos de Reforma do Judiciário e o Nascimento do CNJ, Autor: Rui Stoco, Editora RT, 1º Edição.

h) Direito Administrativo Moderno, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 22ª edição.

i) Ética da Magistratura: Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional, Autor: José Renato Nalini, Editora Thomson Reuters, 4ª Edição.

j) Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Autor: Antônio Carlos Alencar Carvalho, Editora Fórum, 7ª Edição.

k) Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: comum e militar, Autor: Olympio Fraga Bisnetto, Editora Paco Editorial, 1º Edição.

l) Regime jurídico da magistratura, Autor: Alexandre Henry Alves, Editora Saraiva, 2ª edição.

m) Tratado De Direito Administrativo, VII Controle Da Administração Pública E Responsabilidade Do Estado, Autores: Fernando Dias Menezes de Almeida e José dos

Santos Carvalho Filho, Editora RT, 2ª Edição.

n) Registros Públicos, Autor: Alberto Gentil, Editora Método, 3º Edição.

:

1.2.1. Tabela de obras à serem adquiridas:

Considerando a necessidade de adequação ao ambiente de dispensa eletrônica/licitação, segue tabela (sendo os mesmos do item 1.2, A a N):

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
1	Lei n° 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes, Editora Forúm, 1º Edição.	Unidade	1
2	Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Henrique Savonitti Miranda, Editora RT, 5º Edição.	Unidade	1
3	O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual, Autores: Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandes, Editora JusPodium, 1º Edição.	Unidade	1
4	A Processualidade no Direito Administrativo, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 3º Edição.	Unidade	1
5	Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, Autor: Luís Roberto Barroso, Editora Saraiva, 10ª edição.	Unidade	1
6	Curso de Filosofia do direito: o Direito como prática, Autor: José Reinaldo de Lima Lopes, Editora Atlas, 2º Edição.	Unidade	1
7	Dez Anos de Reforma do Judiciário e o Nascimento do CNJ, Autor: Rui Stoco, Editora RT, 1º Edição.	Unidade	1
8	Direito Administrativo Moderno, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 22ª edição.	Unidade	1
9	Ética da Magistratura: Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional, Autor: José Renato Nalini, Editora Thomson Reuters, 4ª Edição.	Unidade	1
10	Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Autor: Antônio Carlos Alencar Carvalho, Editora Fórum, 7ª Edição.	Unidade	1
11	Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: comum e militar, Autor: Olympio Fraga Bisnetto, Editora Paco Editorial, 1º Edição.	Unidade	1
12	Regime jurídico da magistratura, Autor: Alexandre Henry Alves, Editora Saraiva, 2ª edição	Unidade	1
13	Tratado De Direito Administrativo, VII Controle Da Administração Pública E Responsabilidade Do Estado, Autores: Fernando Dias Menezes de Almeida e José dos Santos Carvalho Filho, Editora RT, 2ª Edição.	Unidade	1
14	Registros Públicos, Autor: Alberto Gentil, Editora Método, 3º Edição.	Unidade	1

1.3. NATUREZA DO OBJETO

Trata-se de objeto de natureza não continuada, visto que a interrupção do fornecimento não causará prejuízos ao funcionamento do órgão nem a continuidade do serviço público, sendo que os bens podem ser classificados como comum.

1.3. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

O quantitativo é uma unidade de cada obra indicada acima, totalizando catorze livros.

1.3.1. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

Como se trata de livros, onde os valores envolvidos são baixos e a quantidade é pequena, sugere-se o não parcelamento do objeto, pois se tratando a aquisição como único objeto haverá, em tese, economia de escala e a redução de custos de gestão de contratos.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O instrumento hábil de contratação é a nota de empenho que deverá ser encaminhada pela SEMAP para o fornecedor, tendo o mesmo o prazo de trinta dias para a entrega do material, sendo que deverá ofertar garantia de noventa dias, que será contado após o pagamento, sendo que não haverá elaboração de contrato ou ata de registro de preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Estudos Preliminares devidamente aprovados pela autoridade competente, conforme nota-se nos Documentos SEI nºs 1351474 e 1369649.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADQUIRIDA/CONTRATADA

Aquisição de livros, conforme listagem acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de livros, conforme listagem, sendo indispensável a última edição das obras.

4.1 Sujeição às normas técnicas e legais

Não se aplica.

4.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

A aquisição proposta é referente a livros jurídicos, e sabe-se que precisam ser constantemente atualizados, principalmente em face de mudanças legislativas. Assim, os livros, no futuro, se tornaram obsoletos, sendo que deverão ser devidamente descartados.

Dessa forma, os livros serão remetidos para entidades de reciclagem de papel, conforme estipula no PLS em vigência no órgão.

Por fim, o fornecedor deverá observar o Código de Conduta de Fornecedores de bens e serviços e a Resolução CNJ n. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário;

4.3. Requisitos de qualidade

Não se aplica.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

5.1. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

As publicações/obras deverão ser entregues na Seção de Material e Patrimônio, localizada na SAF/SUL, Quadra 02, Lotes 5/6, Brasília – DF, CEP: 70.070-600.

Dias e Horários do Funcionamento do CNJ Horário para entrega de material: de segunda a sexta-feira – de 09h às 18h.

5.2. Ordem de Execução

Encaminhamento de Nota de Empenho ao (s) fornecedor (es).

5.3. Cronograma de Execução, caso existirem várias etapas.

Não se aplica, pois a entrega será única.

5.4. Garantia ou assistência técnica.

O fornecedor deverá oferecer garantia de noventa dias.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

6.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica.

6.2. Qualificação econômico-financeira

Não se aplica.

7. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

Não se aplica.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

O gestor da contratação deverá registrar formalmente ocorrências, receber e encaminhar documentações, encaminhar Nota de Empenho, fazer o atesto da nota fiscal, e demais obrigações.

9. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto desta contratação será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega das publicações, para conferência da quantidade, especificações e qualidade do material.

b) definitivamente, mediante atesto na Nota Fiscal por servidor designado, observado o prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações pelo gestor do Contrato.

c) Caso as publicações estejam em desconformidade com o pedido, o Fornecedor deverá substituí-las no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da notificação, exceto para as publicações estrangeiras, cujo prazo máximo será de 60 dias corridos para as obras comercializadas no Brasil e de 75 dias úteis, para as obras comercializadas no Exterior.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, devendo ser realizado no prazo máximo de trinta dias após o Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

a.2) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.3) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Ordem de Fornecimento poderá ser devolvida ao fornecedor, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Poderá ocorrer pagamento parcial de parte incontroversa, sendo que esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária da parte controversa.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado.

b) Encaminhar ao fornecedor a Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, contendo a relação dos livros solicitados.

c) Permitir o acesso dos empregados do Fornecedor às suas dependências para a entrega dos materiais adquiridos.

d) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pelo Fornecedor.

e) Solicitar a substituição dos bens entregues com defeitos ou avarias.

f) Aplicar as sanções previstas neste Termo de Referência, assegurando ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

12. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

a) Entregar o material no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;

b) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação;

c) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

d) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

e) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

f) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo deste Termo de Referência.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

O custo estimado para aquisição das citadas obras é de R$ 1.835,28, conforme Mapa Comparativo de Preços.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A SOF no momento oportuno indicará a adequação orçamentária indicando o Plano Orçamentário que subsidiará o objeto.

15. SANÇÕES

15.1) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, no que couber, pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2) A contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, quando praticar o conduta descrita no inciso I, do item 15.1, acima.

b) multa, aplicada quando praticar o fornecedor quaisquer das condutas descritas no item 15.1, conforme o regramento disposto no item 15.3;

c) impedimento de licitar e contratar, nos casos e condições estipuladas pela Lei 14.133/2022 e condutas descritas nos incisos II a VII, do disposto no item 15.1;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos casos e condições estipuladas pela Lei 14.133/2022; quando o contratado realizar as condutas previstas no incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 15.1, em como se realizar as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 15.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso C, do item 15.2, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II descrito acima.

15.3) Os valores e condições das multas são as seguintes:

a) 3% (três por cento) sobre o valor da nota de empenho/contrato, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho/contrato, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior à cinco dias corridos, com aceitação do objeto pela Administração;

c) atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “e”;

d) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de

inexecução total da obrigação.

f) Nas outras hipóteses descritas no item 15.1, não explicitadas nos incisos a, b, c, d e c acima, a multa aplica será correspondente a 20% do valor da nota de empenho ou do contrato.

g) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

16. GARANTIA DO CONTRATO

Não se aplica.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.



Documento assinado eletronicamente por **EVA MATOS PINHO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**, em 29/09/2022, às 15:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1411701** e o código CRC **5D7B8786**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 03901/2022
Assunto: Aquisição de Livros
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 13/09/2022

				Editora Forum - Americanas - Editora Atlas - Casa do Livro Jurídico - Martins Fontes Paulista			Amazon - Editora RT - Editora do Direito - Livraria Casa do Advogado- Paco Editorial - Editora Métrodo			Banco de Preços - Submarino - Editora JusPodium - Livraria Concursar - Estante virtual			Estudos Preliminares			MEDIANA (A)		VALOR MÉDIO (B)		VALOR MÍNIMO (C)		% VARIAÇÃO ENTRE (B) E (C)
				Valor			Valor			Valor			Valor										
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim								
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	
Lei n° 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes, Editora Forúm, 1º Edição	1	UN	1	129,00	129,00	129,00	123,66	123,66	123,66	104,50	104,50	104,50	550,00	550,00	550,00	126,33	126,33	226,79	226,79	104,50	104,50	117,02%
Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Henrique Savonitti Miranda, Editora RT, 5º Edição.	2	UN	1	169,99	169,99	169,99	252,45	252,45	252,45	169,99	169,99	169,99	226,00	226,00	226,00	198,00	198,00	204,61	204,61	169,99	169,99	20,36%
O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual, Autores: Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandes, Editora JusPodium, 1º Edição.	3	UN	1	76,57	76,57	76,57	80,60	80,60	80,60	74,90	74,90	74,90	74,90	74,90	74,90	75,74	75,74	76,74	76,74	74,90	74,90	2,46%
A Processualidade no Direito Administrativo, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 3ª Edição.	4	UN	1	135,00	135,00	135,00	135,00	135,00	135,00	135,00	135,00	135,00	108,00	108,00	108,00	135,00	135,00	128,25	128,25	108,00	108,00	18,75%
Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, Autor: Luís Roberto Barroso, Editora Saraiva, 10ª edição.	5	UN	1	142,60	142,60	142,60	149,16	149,16	149,16	160,50	160,50	160,50	142,60	142,60	142,60	145,88	145,88	148,72	148,72	142,60	142,60	4,29%
Curso de Filosofia do direito: o Direito como prática, Autor: José Reinaldo de Lima Lopes, Editora Atlas, 2º Edição.	6	UN	1	157,25	157,25	157,25	157,25	157,25	157,25	138,75	138,75	138,75	168,00	168,00	168,00	157,25	157,25	155,31	155,31	138,75	138,75	11,94%
Dez Anos de Reforma do Judiciário e o Nascimento do CNJ, Autor: Rui Stoco, Editora RT, 1º Edição.	7	UN	1	209,95	209,95	209,95	98,80	98,80	98,80	93,90	93,90	93,90	42,42	42,42	42,42	96,35	96,35	111,27	111,27	42,42	42,42	162,30%
Direito Administrativo Moderno, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 22ª edição.	8	UN	1	225,00	225,00	225,00	190,00	190,00	190,00	180,00	180,00	180,00	108,00	108,00	108,00	185,00	185,00	175,75	175,75	108,00	108,00	62,73%
Ética da Magistratura: Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional, Autor: José Renato Nalini, Editora Thomson Reuters, 4ª Edição.	9	UN	1	139,32	139,32	139,32	137,84	137,84	137,84	139,31	139,31	139,31	139,40	139,40	139,40	139,32	139,32	138,97	138,97	137,84	137,84	0,82%
Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Autor: Antônio Carlos Alencar Carvalho, Editora Fórum, 7ª Edição	10	UN	1	490,00	490,00	490,00	380,99	380,99	380,99	392,00	392,00	392,00	327,75	327,75	327,75	386,50	386,50	397,69	397,69	327,75	327,75	21,34%
Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: comum e militar, Autor: Olympio Fraga Bisnetto, Editora Paco Editorial, 1º Edição.	11	UN	1	42,90	42,90	42,90	38,61	38,61	38,61	42,90	42,90	42,90	42,90	42,90	42,90	42,90	42,90	41,83	41,83	38,61	38,61	8,33%
Regime jurídico da magistratura, Autor: Alexandre Henry Alves, Editora Saraiva, 2ª edição	12	UN	1	120,99	120,99	120,99	99,90	99,90	99,90	120,99	120,99	120,99	91,27	91,27	91,27	110,45	110,45	108,29	108,29	91,27	91,27	18,65%
Tratado De Direito Administrativo, VII Controle Da Administração Pública E Responsabilidade Do Estado, Autores: Fernando Dias Menezes de Almeida e José dos Santos Carvalho Filho, Editora RT, 2ª Edição.	13	UN	1	210,00	210,00	210,00	114,00	114,00	114,00	246,50	246,50	246,50	265,00	265,00	265,00	228,25	228,25	208,88	208,88	114,00	114,00	83,22%
Registros Públicos, Autor: Alberto Gentil, Editora Método, 3º Edição.	14	UN	1	279,65	279,65	279,65	263,20	263,20	263,20	263,00	263,00	263,00	236,65	236,65	236,65	263,10	263,10	260,63	260,63	236,65	236,65	10,13%
VALOR TOTAL						**2.528,22**			**2.221,46**			**2.262,24**			**2.522,89**		**2.290,05**		**2.383,70**		**1.835,28**	29,88%

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado:	**2.383,70**	**(dois mil trezentos e oitenta e três reais e setenta centavos)**
Valor mínimo total estimado:	**1.835,28**	**(um mil oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos)**
Valor mediano total estimado:	**2.290,05**	**(dois mil duzentos e noventa reais e cinco centavos)**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Comissão Permanente de Contratação,

Trata-se de procedimento administrativo que tem por necessidade a aquisição de livros, por dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar 1351474, aprovado pelo Despacho SAD 1369649, bem como a aprovação do Mapa Comparativo de Preços (1400239) por meio do Despacho SAD 1410949 e, ainda, considerando a chancela da Assessoria Jurídica na minuta do Aviso de Dispensa de Licitação 1423516, uma vez que foram incorporadas as recomendações exaradas por meio do Parecer AJU 1417098, conforme informado pela SEEDI no documento 1423516, **aprovo** a versão final do Termo de Referência - Anexo I do Aviso de Dispensa e **autorizo** a abertura da fase externa da dispensa eletrônica, com fulcro na Portaria DG nº 290/2022, art. 1º incisos II e IV alínea "c".

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 19/10/2022, às 11:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1423603** e o código CRC **5F0D70DC**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 07/2022

OBJETO	Aquisição de livros diversos, conforme especificações do Termo de Referência.

Período de propostas	**Período de lances**
Até o dia 10/11/2022 – Antes da fase de lances.	**Início-** 10/11/2022 às 08:00 hs **Término –** 10/11/2022 às 14:00 hs

Valor total máximo admitido	**R$ 1.835,28 (hum mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos)**
Endereço Eletrônico	**HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS e HTTPS://WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR**
Comissão Permanente de Contratação - CPC	COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC SAF/Sul, Quadra 02, lote 05/06, ed. Premium, bloco “e”, Sala 003. CEP: 70.070-600. Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013 E-mail: cpc@cnj.jus.br

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (UASG 40003) torna pública a realização da Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasNet 4.0, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio desse sistema eletrônico.

Os participantes deverão atender às condições deste Aviso e seus Anexos, inclusive quanto à manutenção do registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao

órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1. Aquisição de livros diversos.

Item	Especificações	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário	Valor total
1	Lei n° 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes, Editora Forúm, 1º Edição.	Unidade	1	R$ 104,50	R$ 104,50
2	Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Henrique Savonitti Miranda, Editora RT, 5º Edição.	Unidade	1	R$ 169,99	R$ 169,99
3	O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual, Autores: Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandes, Editora JusPodium, 1º Edição.	Unidade	1	R$ 74,90	R$ 74,90
4	A Processualidade no Direito Administrativo, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 3º Edição.	Unidade	1	R$ 108,00	R$ 108,00
5	Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, Autor: Luís Roberto Barroso, Editora Saraiva, 10ª edição.	Unidade	1	R$ 142,60	R$ 142,60
6	Curso de Filosofia do direito: o Direito como prática, Autor: José Reinaldo de Lima Lopes, Editora Atlas, 2º Edição.	Unidade	1	R$ 138,75	R$ 138,75
7	Dez Anos de Reforma do Judiciário e o Nascimento do CNJ, Autor: Rui Stoco, Editora RT, 1º Edição.	Unidade	1	R$ 42,42	R$ 42,42
8	Direito Administrativo Moderno, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 22ª edição.	Unidade	1	R$ 108,00	R$ 108,00
9	Ética da Magistratura: Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional, Autor: José Renato Nalini,	Unidade	1	R$ 137,84	R$ 137,84

	Editora Thomson Reuters, 4ª Edição.				
10	Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Autor: Antônio Carlos Alencar Carvalho, Editora Fórum, 7ª Edição	Unidade	1	R$ 327,75	R$ 327,75
11	Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: comum e militar, Autor: Olympio Fraga Bisnetto, Editora Paco Editorial, 1º Edição.	Unidade	1	R$ 38,61	R$ 38,61
12	Regime jurídico da magistratura, Autor: Alexandre Henry Alves, Editora Saraiva, 2ª edição	Unidade	1	R$ 91,27	R$ 91,27
13	Tratado De Direito Administrativo, VII Controle Da Administração Pública E Responsabilidade Do Estado, Autores: Fernando Dias Menezes de Almeida e José dos Santos Carvalho Filho, Editora RT, 2ª Edição.	Unidade	1	R$ 114,00	R$ 114,00
14	Registros Públicos, Autor: Alberto Gentil, Editora Método, 3º Edição.	Unidade	1	R$ 236,65	R$ 236,65

2. DA PARTICIPAÇÃO DOS FORNECEDORES

2.1. Para participar, o fornecedor deverá observar os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2. Poderão participar desta Dispensa Eletrônica, pessoas físicas e jurídicas, que:

a) atendam às condições previstas neste Edital e em seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico (Comprasnet);

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema:

a) a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

d) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

f) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Não poderão participar desta contratação, pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso:

a) que não explorem atividade compatível com o objeto desta contratação;

b) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) impedidas de licitar e contratar com a União; e

e) que se enquadrem em alguma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei n. 14.133, de 2021.

2.5. Para fins desta contratação, considerar-se-á microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.6. Para microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015.

2.7. Havendo a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, após a indicação de que atendem os requisitos do art. 3º, da Lei Complementar n. 123/2006, a elas será assegurado o tratamento diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

2.8. Serão eventualmente aplicados os critérios de desempate previstos nos arts. 44, 45 e 48, §3º, da Lei Complementar n. 123/2006.

2.9. Quando houver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas (somente aquelas que se enquadram na condição estabelecida no art. 34, da Lei n. 11.488/2007), considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar.

2.10. Não sendo apresentada proposta pela microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, nos termos deste Aviso, ou não ocorrendo a regularização fiscal na forma prevista na Lei Complementar n. 123/2006, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do item anterior, para o exercício do mesmo direito.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O fornecedor, após a abertura da sessão, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência, indicação dos serviços/produtos, marca, quando for o caso, prazo de entrega e demais características ofertadas para o atendimento do objeto, até o horário de encerramento estabelecido neste Aviso.

3.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3. A indicação do preço deverá conter o valor unitário e total do item, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo. Deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto a ser contratado.

3.4. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

3.5. As condições de fornecimento, recebimento, pagamento, obrigações, acompanhamento, bem como as penalidades estão especificadas no Termo de Referência e vinculam integralmente a proposta vencedora.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item.**

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a cotação, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

a) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 1,00 (um real).

b) Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

c) Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

d) Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

e) Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrado o procedimento de envio de lances, será realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

5.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, valores unitários e ou totais superiores aos estabelecidos no item 1.1 deste Aviso.

5.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero ou manifestamente inexequíveis.

5.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências habilitatórias, o agente responsável pela condução do procedimento examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Aviso.

5.9. Será declarado vencedor o fornecedor que, atendidas as demais exigências fixadas neste Aviso, apresentar o menor valor, **observado o valor unitário máximo admitido no Item 1.1 deste Aviso**.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇAO E DE QUALIFICAÇÃO

6.1. Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. Regularidade fiscal e trabalhista

c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

j) As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g, ‘h’ e ‘i’ do item 6.2, para fins de habilitação da participante cadastrada naquele sistema.

6.3. Qualificação econômico-financeira

k) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da participante.

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos apresentados para a habilitação ou de documentos não constantes do SICAF, será solicitado ao vencedor, **no prazo de até 2 (duas) horas**, contados da

solicitação do agente responsável, para o envio dos documentos por meio do sistema.

6.5. O prazo previsto no item 6.4 poderá ser prorrogado por até **1 (uma)** hora, mediante solicitação escrita e justificada da participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo agente responsável, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação, fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente (nota de empenho/ordem de serviço/ordem de fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2. O prazo de vigência da nota de empenho é de 30 (trinta) dias a partir da sua emissão, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo do prazo de garantia do fabricante.

8.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta)** dias corridos, sem convocação para assinatura do contrato, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

9.2. As penalidades serão aplicadas nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2022
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de livros diversos nos termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

A presente contratação visa o atendimento das necessidades das unidades do CNJ com o fornecimento de publicações nacionais, conforme a relação abaixo:

a) Lei n° 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes, Editora Forúm, 1º Edição.

b) Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Henrique Savonitti Miranda, Editora RT, 5º Edição.

c) O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual, Autores: Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandes, Editora JusPodium, 1º Edição.

d) A Processualidade no Direito Administrativo, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 3º Edição.

e) Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, Autor: Luís Roberto Barroso, Editora Saraiva, 10ª edição.

f) Curso de Filosofia do direito: o Direito como prática, Autor: José Reinaldo de Lima Lopes, Editora Atlas, 2º Edição.

g) Dez Anos de Reforma do Judiciário e o Nascimento do CNJ, Autor: Rui Stoco, Editora RT, 1º Edição.

h) Direito Administrativo Moderno, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 22ª edição.

i) Ética da Magistratura: Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional, Autor: José Renato Nalini, Editora Thomson Reuters, 4ª Edição.

j) Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Autor: Antônio Carlos Alencar Carvalho, Editora Fórum, 7ª Edição.

k) Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: comum e militar, Autor: Olympio Fraga Bisnetto, Editora Paco Editorial, 1º Edição.

l) Regime jurídico da magistratura, Autor: Alexandre Henry Alves, Editora Saraiva, 2ª edição.

m) Tratado De Direito Administrativo, VII Controle Da Administração Pública E Responsabilidade Do Estado, Autores: Fernando Dias Menezes de Almeida e José dos Santos Carvalho Filho, Editora RT, 2ª Edição.

n) Registros Públicos, Autor: Alberto Gentil, Editora Método, 3º Edição.

1.2.1. Tabela de obras a serem adquiridas:

Considerando a necessidade de adequação ao ambiente de dispensa eletrônica/licitação, segue tabela (sendo os mesmos do item 1.2, A a N):

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
1	Lei n° 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Autores: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes, Editora Forúm, 1º Edição.	Unidade	1
2	Licitações e Contratos Administrativos, Autor: Henrique Savonitti Miranda, Editora RT, 5º Edição.	Unidade	1
3	O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual, Autores: Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandes, Editora JusPodium, 1º Edição.	Unidade	1
4	A Processualidade no Direito Administrativo, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 3º Edição.	Unidade	1
5	Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, Autor: Luís Roberto Barroso, Editora Saraiva, 10ª edição.	Unidade	1
6	Curso de Filosofia do direito: o Direito como prática, Autor: José Reinaldo de Lima Lopes, Editora Atlas, 2º Edição.	Unidade	1
7	Dez Anos de Reforma do Judiciário e o Nascimento do CNJ, Autor: Rui Stoco, Editora RT, 1º Edição.	Unidade	1
8	Direito Administrativo Moderno, Autora: Odete Medauar, Editora Fórum, 22ª edição.	Unidade	1
9	Ética da Magistratura: Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional, Autor: José Renato Nalini, Editora Thomson Reuters, 4ª Edição.	Unidade	1
10	Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Autor: Antônio Carlos Alencar Carvalho, Editora Fórum, 7ª Edição.	Unidade	1
11	Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: comum e militar, Autor: Olympio Fraga Bisnetto, Editora Paco Editorial, 1º Edição.	Unidade	1
12	Regime jurídico da magistratura, Autor: Alexandre Henry Alves, Editora Saraiva, 2ª edição	Unidade	1
13	Tratado De Direito Administrativo, VII Controle Da Administração Pública E Responsabilidade Do Estado, Autores: Fernando Dias Menezes de Almeida e José dos Santos Carvalho Filho, Editora RT, 2ª Edição.	Unidade	1
14	Registros Públicos, Autor: Alberto Gentil, Editora Método, 3º Edição.	Unidade	1

1.3. NATUREZA DO OBJETO

Trata-se de objeto de natureza não continuada, visto que a interrupção do fornecimento não causará prejuízos ao funcionamento do órgão nem a continuidade do serviço público, sendo que os bens podem ser classificados como comum.

1.3.1. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

O quantitativo é uma unidade de cada obra indicada acima, totalizando catorze livros.

1.3.2. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

Os itens serão parcelados conforme tabela constante no item 1.2.1.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da nota de empenho é de 30 (trinta) dias a partir da sua emissão, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo do prazo de garantia do fabricante.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Estudos Preliminares devidamente aprovados pela autoridade competente, conforme nota-se nos Documentos SEI nºs 1351474 e 1369649.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADQUIRIDA/CONTRATADA

Aquisição de livros, conforme listagem acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de livros, conforme listagem, sendo indispensável a última edição das obras.

4.1 Sujeição às normas técnicas e legais

Não se aplica.

4.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

A aquisição proposta é referente a livros jurídicos, e sabe-se que precisam ser constantemente atualizados, principalmente em face de mudanças legislativas. Assim, os livros, no futuro, se tornaram obsoletos, sendo que deverão ser devidamente descartados.

Dessa forma, os livros serão remetidos para entidades de reciclagem de papel, conforme estipula no PLS em vigência no órgão.

Por fim, o fornecedor deverá observar o Código de Conduta de Fornecedores de bens e serviços e a Resolução CNJ n. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário;

4.3. Requisitos de qualidade

Não se aplica.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

5.1. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

As publicações/obras deverão ser entregues na Seção de Material e Patrimônio, localizada na SAF/SUL, Quadra 02, Lotes 5/6, Brasília – DF, CEP: 70.070-600.

Dias e Horários do Funcionamento do CNJ Horário para entrega de material: de segunda a sexta-feira – de 09h às 18h.

5.2. Ordem de Execução

Encaminhamento de Nota de Empenho ao (s) fornecedor (es).

5.3. Cronograma de Execução, caso existirem várias etapas.

Não se aplica, pois a entrega será única.

5.4. Garantia ou assistência técnica.

O fornecedor deverá oferecer garantia de noventa dias.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

6.1. Habilitação jurídica

a) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;

b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

d) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

f) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

6.3. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica.

6.4. Qualificação econômico-financeira

Não se aplica.

7. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

Não se aplica.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

O gestor da contratação deverá registrar formalmente ocorrências, receber e encaminhar documentações, encaminhar Nota de Empenho, fazer o atesto da nota fiscal, e demais obrigações.

9. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto desta contratação será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega das publicações, para conferência da quantidade, especificações e qualidade do material.

b) definitivamente, mediante atesto na Nota Fiscal por servidor designado, observado o prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações pelo gestor do Contrato.

c) Caso as publicações estejam em desconformidade com o pedido, o Fornecedor deverá substituí-las no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da notificação, exceto para as publicações estrangeiras, cujo prazo máximo será de 60 dias corridos para as obras comercializadas no Brasil e de 75 dias úteis, para as obras comercializadas no Exterior.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, devendo ser realizado no prazo máximo de trinta dias após o Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

a.2) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.3) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Ordem de Fornecimento poderá ser devolvida ao fornecedor, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Poderá ocorrer pagamento parcial de parte incontroversa, sendo que esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária da parte controversa.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado.

b) Encaminhar ao fornecedor a Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, contendo a relação dos livros solicitados.

c) Permitir o acesso dos empregados do Fornecedor às suas dependências para a entrega dos materiais adquiridos.

d) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pelo Fornecedor.

e) Solicitar a substituição dos bens entregues com defeitos ou avarias.

f) Aplicar as sanções previstas neste Termo de Referência, assegurando ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

12. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

a) Entregar o material no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;

b) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação;

c) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

d) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

e) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

f) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo deste Termo de Referência.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

O custo estimado para aquisição das citadas obras é de **R$ 1.835,28**, conforme Mapa Comparativo de Preços.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A SOF no momento oportuno indicará a adequação orçamentária indicando o Plano Orçamentário que subsidiará o objeto.

15. SANÇÕES

15.1) A participante ou o fornecedor será responsabilizado administrativamente, no que couber, pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2) A contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, exclusivamente às situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) multa, aplicada quando praticar o fornecedor quaisquer das condutas descritas no item 15.1, conforme o regramento disposto no item 15.3;

c) impedimento de licitar e contratar, nos casos e condições estipuladas pela Lei 14.133/2022 e condutas descritas nos incisos II a VII, do disposto no item 15.1;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos casos e condições estipuladas pela Lei 14.133/2022; quando o contratado realizar as condutas previstas no incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 15.1, em como se realizar as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 15.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso C, do item 15.2, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II descrito acima.

15.3) Os valores e condições das multas são as seguintes:

a) 3% (três por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior à cinco dias corridos, com aceitação do objeto pela Administração;

c) atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “e”;

d) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

f) Nas outras hipóteses descritas no item 15.1, não explicitadas nos incisos a, b, c, d e c acima, a multa aplicada será correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da nota de empenho ou do contrato.

g) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

16. GARANTIA DO CONTRATO

Não se aplica.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I - A DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - Dispensa 07/2022				
	Valor Total		Economia	
	Estimado	Adjudicado	R$	%
ITEM 1	104,50	104,50	-	-
ITEM 3	74,90	68,00	6,90	9,21
ITEM 4	108,00	108,00	-	-
ITEM 5	142,60	130,00	12,60	8,84
ITEM 6	138,75	136,75	2,00	1,44
ITEM 9	137,84	117,00	20,84	15,12
ITEM 10	327,75	325,00	2,75	0,84
ITEM 11	38,61	38,61	-	-
ITEM 14	236,65	236,65	-	-
Total	1.309,60	1.264,51	45,09	3,44

Data e hora da consulta: 02/12/2022 13:16
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	397	2022PE000321

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	449052	40129	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
01/12/2022	Ordinário	03901/2022	-	325,00

Favorecido

Código	Nome
02.117.769/0001-10	MULT BOOKS LTDA

Endereço	CEP
MINISTRO OROZIMBO NONAT 1010 LOJA: 03; DONA CLARA	31260-230

Município	UF	Telefone
BELO HORIZONTE	MG	(31) 3494-6268

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição
03901/2022. AQUISIÇÃO DE LIVROS DIVERSOS. DISPENSA ELETRÔNICA 07/2022. CONFORME DESPACHO 1442888/SAD E RELATORIO 1439012/CPC.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/12/2022 10:56:47	Alteração

Data e hora da consulta: 02/12/2022 13:16
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	325,00

Subelemento 18 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE LIVRO: MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA: À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS E DA CASUÍSTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AUTOR: ANTÔNIO CARLOS ALENCAR CARVALHO, EDITORA FÓRUM, 7ª EDIÇÃO. ITEM 10 DA PROPOSTA 1438795/CPC. DEMAIS CONDIÇÕES PAMS 1329691/SEMAP E TR/PB 1411701/SEMAP.	325,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	325,0000	325,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
02/12/2022 10:56:47

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
02/12/2022 10:42:02

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/12/2022 10:56:47	Alteração

Data e hora da consulta: 02/12/2022 13:16
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	398	2022PE000321

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	449052	40129	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
01/12/2022	Ordinário	03901/2022	-	939,51

Favorecido

Código	Nome
36.718.488/0001-34	SK DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA

Endereço	CEP
CONS RAMALHO 715 BELA VISTA	01325-001

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição
03901/2022. AQUISIÇÃO DE LIVROS DIVERSOS. DISPENSA ELETRÔNICA 07/2022. CONFORME DESPACHO 1442888/SAD E RELATORIO 1439012/CPC.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/12/2022 10:57:02	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	939,51

Subelemento 18 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	LIVRO: LEI N° 14.133/2021 - LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, AUTORES: JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, ANA LUIZA JACOBY FERNANDES, EDITORA FORÚM, 1º EDIÇÃO. ITEM 1 DA PROPOSTA 1438791/CPC.	104,50

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	104,5000	104,50

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	LIVRO: O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O DIREITO PROCESSUAL, AUTORES: FREDIE DIDIER JR. E LEANDRO FERNANDES, EDITORA JUSPODIUM, 1º EDIÇÃO. ITEM 3 DA PROPOSTA 1438791/CPC.	68,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	68,0000	68,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	LIVRO: A PROCESSUALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO, AUTORA: ODETE MEDAUAR, EDITORA FÓRUM, 3º EDIÇÃO. ITEM 4 DA PROPOSTA 1438791/CPC.	108,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	108,0000	108,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	LIVRO: CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO, AUTOR: LUÍS ROBERTO BARROSO, EDITORA SARAIVA, 10ª EDIÇÃO. ITEM 5 DA PROPOSTA 1438791/CPC.	130,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	130,0000	130,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	LIVRO: CURSO DE FILOSOFIA DO DIREITO: O DIREITO COMO PRÁTICA, AUTOR: JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES, EDITORA ATLAS, 2º EDIÇÃO. ITEM 6 DA PROPOSTA 1438791/CPC.	136,75

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	136,7500	136,75

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	LIVRO: ÉTICA DA MAGISTRATURA: COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, AUTOR: JOSÉ RENATO	117,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/12/2022 10:57:02	Alteração

Data e hora da consulta: 02/12/2022 13:16
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	939,51

Subelemento 18 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	NALINI, EDITORA THOMSON REUTERS, 4ª EDIÇÃO. ITEM 9 DA PROPOSTA 1438791/CPC	117,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	117,0000	117,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
007	LIVRO: NULIDADES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: COMUM E MILITAR, AUTOR: OLYMPIO FRAGA BISNETTO, EDITORA PACO EDITORIAL, 1º EDIÇÃO. ITEM 11 DA PROPOSTA 1438791/CPC	38,61

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	38,6100	38,61

Seq.	Descrição	Valor do Item
008	LIVRO: REGISTROS PÚBLICOS, AUTOR: ALBERTO GENTIL, EDITORA MÉTODO, 3º EDIÇÃO. ITEM 14 DA PROPOSTA 1438791/CPC. DEMAIS CONDIÇÕES PAMS 1329691/SEMAP E TR/PB 1411701/SEMAP.	236,65

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	236,6500	236,65

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Gestor Financeiro
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES	WERNNE PEREIRA E SILVA
***.525.037-**	***.924.564-**
02/12/2022 10:57:02	02/12/2022 10:42:15

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/12/2022 10:57:02	Alteração

Dispensa de Licitação



Contratação de assinatura de banco de imagens, por meio digital

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Pedido de aquisição de material e serviços **14**
Mapa comparativo de preços **22**
Declaração de dispensa de licitação **23**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **25**
Nota de empenho **26**

ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

A Secretaria de Comunicação Social, que tem como missão tornar públicos atos e ações do Conselho Nacional de Justiça, desenvolve diversas ações de divulgação institucional para facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços prestados pelo Poder Judiciário. Além disso, possui crescente demanda de realização de eventos institucionais, por solicitação da presidência e demais setores.

É necessária disponibilidade de banco de imagens, por meio digital (internet), que proporcione download de fotos/imagens para uso irrestrito nos materiais impressos, televisivos e eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça.

A contratação pretendida deverá considerar 1 (uma) assinatura, quantidade suficiente para obtenção de imagens com qualidade para produção do serviço requisitado.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Órgãos do Poder Judiciário, unidades orgânicas do CNJ, servidores e sociedade.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda está em conformidade com a Portaria nº 104/2020 que institui o Planejamento Estratégico do CNJ 2021 a 2026. Nos termos do art. 2º, inciso II, da Portaria 104/2020, há os componentes da estratégia do CNJ:

- Visão de futuro: “Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir a eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira”;

- Valores: “Integração, busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade”;

Nos termos do art. 3º, inciso IV, a contratação está em consonância com os objetivos estratégicos (2021 – 2026) “promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica”.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A contratação de empresa especializada tem o objetivo de proporcionar ao CNJ uma comunicação mais eficaz e direta em produção de campanhas, anúncios, materiais educativos, site na internet, divulgação externa de projetos e eventos, dentre outros, com o uso de fotos, ilustrações e imagens com qualidade profissional.

O objeto trata de uma assinatura anual de banco de imagens, por meio digital (internet), para o fornecimento de permissão para o download de fotos/imagens para uso irrestrito nos materiais impressos, televisivos e eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça.

Uso de licença de imagens *royalty free*, com uso permitido sem apresentação de crédito da empresa fornecedora nos materiais.

Os serviços serão prestados via WEB, sem qualquer vinculação física com as instalações do CNJ.

A contratação de empresa especializada tem o objetivo de proporcionar ao CNJ uma comunicação mais eficaz e direta em produção de campanhas, anúncios, materiais educativos, site na internet, divulgação externa de projetos e eventos, dentre outros, com o uso de fotos, ilustrações e imagens com qualidade profissional.

A função da Secretaria de Comunicação é planejar, gerenciar e executar projetos e ações de comunicação junto aos diversos públicos. Gerenciar as relações entre os veículos de comunicação; coordenar os processos de produção da informação jornalística; gerencia processos de comunicação institucional, interna e externa; planejar, executar e controlar as ações de marketing e as campanhas publicitárias do CNJ; organizar e acompanhar a realização de eventos promovidos pelo governo; entre outras funções.

Além disso, a função da Coordenadoria de Imprensa é coordenação das atividades da assessoria de imprensa, redação e aprovação de textos, atualização dos diferentes canais de comunicação da empresa (mural, sites, comunicados internos), responder pela organização de eventos internos, organização e condução de treinamentos, realizar atendimentos de, campanhas internas, revistas institucionais, elaborar a peça de comunicação para ativar a campanha ou a ação já programada, contribuir na formulação da estratégia e dos planos de trabalho de comunicação, coordenar a redação e edição de notícias, website e demais mídias, organizar eventos e gerenciar a produção de materiais gráficos, atuar no apoio à organização de congressos e outros eventos técnicos, desenvolver outras atividades complementares, relacionadas às diversas áreas da comunicação, desenvolver materiais de comunicação como folders, relatórios de atividades, boletins, atender às demandas internas de comunicação (apresentações, comunicados, conteúdos), desenvolver e manter uma plataforma virtual de interação entre os diversos públicos, responder pelos processos operacionais relacionados às atividades de sua área, incluindo a relação com os fornecedores.

Tendo em vista a diversidade de funções citadas acima, torna-se essencial a contratação de uma assinatura de banco de imagens para que todo o trabalho de comunicação seja bem desenvolvido neste Conselho.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratação semelhante por meio do Processo: 04244/2021, Nota de Empenho 275/2021. Fornecedor contratado: EASYPIX BRASIL COMERCIO E PRODUCOES FOTOGRAFI, com vigência de 12 meses, com início de 30/08/2021, data de disponibilização do login, e vencimento em 29/08/2022.

O histórico de execução contratual consta nos autos do Processo SEI nº 04244/2021 e processos relacionados referentes aos pagamentos com as notas fiscais e demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços. Ressalte-se que os serviços foram prestados de acordo com o solicitado e nos termos do Contrato em comento e não há registros de sanções aplicadas à empresa pelo Conselho.

3.2 Identificação das opções disponíveis

	Solução Identificada	Detalhamento das Soluções
1ª	Contratação de serviço de acesso ao banco de imagem	Verifica-se a necessidade de identificar fornecedores no mercado, capazes de atender aos requisitos desta demanda
2ª	Encontrar imagem sem restrição de uso	Há maior qualidade nas imagens - qualidade interfere em muitos fatores, como a definição, ângulo, nível de ruído, iluminação, contraste, fundos fáceis de recortar, sem necessidade de tratamentos especiais; Há melhor impacto visual - Imagens de bancos profissionais apresentam imagens de alta qualidade e impacto visual. E muitas vezes é isso que pode pesar bastante na apresentação, impresso. Boas imagens impressionam e vendem os valores do órgão. Chamam muita atenção e enriquecem os materiais gráficos; Há variedade na busca de imagem - disponibiliza milhões de recursos criativos livres de royalties, como fotografias, ilustrações, vetores, gifs e vídeos; Há agilidade e produtividade - comprar uma imagem ou ter assinatura num banco profissional economiza tempo. A empresa já inclui no preço a autorização para utilização prévia de imagens. Assim, o custo benefício compensa a contratação.

3ª	Utilização de imagens de acesso público e domínio público	O domínio público ocorre quando os direitos autorais de cunho patrimonial não incidem mais sobre determinada obra. Isso significa que a obra pode ser utilizada, comercializada, copiada, editada, traduzida, reproduzida, etc., sem a autorização do autor (geralmente seus herdeiros) ou do detentor dos direitos autorais sobre a obra. Nesse sentido, irá conseguir imagens sem custo e sem qualquer autorização.
4ª	Utilização de toda e qualquer imagem, com pagamento dos direitos autorais	O direito autoral garante, além dos direitos morais do autor, o direito patrimonial sobre a utilização da obra. Já o direito de imagem a pessoa deve ser remunerado, devendo ser pago a quem utilizar. Assim, irá conseguir fotos exclusivas diretamente com o autor da imagem, com o fotógrafo que realizou o trabalho.

No que se refere à solução nº 1 foram obtidas as seguintes contratações:

Solução	**Órgão** (indicar contrato)	**Descrição da Solução**
1ª	Tribunal Superior do Trabalho - 2021NE000611	Prestação de serviço de assinatura anual de banco de imagens por meio digital
2ª	Supremo Tribunal Federal contrato 13/2020	Contratação de empresa especializada em disponibiliza acesso ao Banco de Imagens,
3ª	Ministério da Agricultura - contrato 25/2020	/Contratação de empresa especializada para a assinatura de plano anual de banco de imagens (fotos, ilustrações e vetores) e vídeos, para uso em materiais impressos e digitais referentes às ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

3.3 Adequação do ambiente

O CNJ já realizou contratação semelhante. Dessa forma, não será necessário adequações do ambiente.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

O orçamento estimado foi fundamentado com base em pesquisa de mercado e com contratações similares de outros órgãos públicos, conforme descrito a seguir:

Opção	**Órgão (indicar contrato)**	**Descrição da solução**	**Valor contrato**	Empresa Contratada

1ª	Tribunal Superior do Trabalho 2021NE000611	Prestação de serviço de assinatura anual de banco de imagens por meio digital	R$ 12.476,00	G & S Imagens do Brasil Ltda
1ª	Supremo Tribunal Federal Contrato 13/2020	Contratação de empresa especializada em disponibiliza acesso ao Banco de Imagens	R$ 1.494,00	GS Branding e serviços Ltda
1ª	Ministério da Agricultura contrato 25/2020	Contratação de empresa especializada para a assinatura de plano anual de banco de imagens (fotos, ilustrações e vetores) e vídeos, para uso em materiais impressos e digitais referentes às ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	R$ 17.030,00	G & S Imagens do Brasil Ltda
1ª	Conselho Nacional de Justiça Nota de empenho 275/2021	contratação de empresa especializada na distribuição de jornais e revistas em versão eletrônica para acesso on-line.	R$ 11.750,00	Easypix Brasil e Comercio Produções
Valor médio estimado **R$ 10.687,50**				

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A demanda prevista para contratação é somente uma assinatura anual de banco de imagens, por meio digital (internet), para o fornecimento de permissão para o download de fotos/imagens para uso irrestrito nos materiais impressos, televisivos e eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça.

Diante da relevância dos trabalhos produzidos pela Secretaria de Comunicação Social em produção de campanhas, anúncios, materiais educativos, site na internet, divulgação externa de projetos e eventos, dentre outros, faz-se necessário, cada vez mais, o uso de fotos, ilustrações e imagens com qualidade profissional. Por isso, é de extrema importância para que o Conselho Nacional de Justiça tenha acesso a diversas fotos e imagens, e, ao mesmo tempo, esteja resguardado para a livre utilização desse material.

Por ser de difícil elaboração com qualidade, a produção de tais fotos no Conselho Nacional de Justiça (custos com produção, equipamento, pessoal, treinamento, know-how exigido etc.), bem como busca de imagens sem qualidade e variedade em sites de domínio público que são requeridas para elaboração das matérias e

também pelo alto custo em pagar direitos autorais pelas fotos de melhor qualidade, a melhor alternativa em termos de custo benefício e praticidade é a contratação dos bancos digitais de imagem, que fornecem fotos com qualidade e em conformidade com as leis relativas a direitos autorais.

Assim, há a necessidade e a importância de adquirir uma assinatura de banco de imagem para atender a demanda dos setores da Secretaria de Comunicação Social do CNJ, e a fim de produzir material com qualidade para os serviços solicitados.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A metodologia utilizada para a escolha do formato da contratação e da quantidade escolhida foi fundamentada com base em pesquisa de mercado e contratações similares de outros órgãos públicos, de maneira adequada às necessidades do CNJ.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O objeto não é divisível visto que é somente uma assinatura de banco de imagem.

A adjudicação por itens não se mostra viável, uma vez que é somente um objeto indivisível. Nesse sentido a contratação única irá proporcionar melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A contratação tem como objetivo garantir a ampla divulgação das informações do CNJ, utilizando a produção e a distribuição de conteúdo dos periódicos on-line no sentido de informar e divulgar toda matéria relevante para o Conselho Nacional de Justiça.

A economicidade a ser obtida pela Administração, por meio de contratação de empresas especializadas na prestação dos serviços em questão, somente poderá ser obtida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante tal critério e/ou parâmetro necessário, a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pelas empresas, cuja escolha recairá naquela que cotar o menor preço total.

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

8 - ANÁLISE DE RISCO:

RISCO 1:	Ausência imagem para compor as matérias do CNJ		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Interrupção na execução dos trabalhos de mídias digitais e do núcleo de programação visual	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual no Termo de Referência		Gestor do contrato
RISCO 2:	Indisponibilidade de acesso ao banco de imagem		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Indisponibilidade de acesso ao fornecimento de permissão para o download de fotos/imagens para uso irrestrito nos materiais impressos, televisivos e eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Utilizar as imagens armazenadas em arquivo próprio ou público		Unidade demandante

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Sem a opção de contratação de banco de imagens, por meio digital (internet), que proporcione download de fotos/imagens para uso irrestrito nos materiais impressos, televisivos e eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça as consequências são:

- pagamento do serviço de disponibilizar imagens;

- pouca qualidade, variedade nas imagens;

- pouca variedade e qualidade nas imagens encontradas; pagar pela autorização de cada imagem utilizada, causando demora na realização do serviço solicitado e alto gasto;

- pouca variedade de imagens necessárias para grande número de matérias produzidas. Demora para produzir uma imagem com a qualidade necessária para ser publicada em um órgão oficial.

- necessidade de aquisição de programas que deem qualidade às imagens.

A alternativa é ter acesso somente aos conteúdos de acesso público que constam nos sites de acesso comum; conteúdo insuficiente para a produção de matérias com imagens de qualidade para esse Conselho.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, em conformidade com a Lei 8.666/93.

O objeto em questão não é de natureza continuada, tendo em vista que a interrupção no seu fornecimento não compromete a continuidade das atividades e o cumprimento da missão institucional do CNJ.

A contratação dos serviços poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93. O valor da contratação não ultrapassa R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Diante das informações trazidas nestes Estudos Preliminares, conclui-se pela necessidade de contratação banco de imagens, por meio digital (internet), que será por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24 da Lei n. 8.666/93.

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	**E-mail**	**Ramal**	**Unidade**
Juliana Mendes Gonzaga Neiva	juliana.neiva@cnj.jus	5472	SCS
Rejane Maria Rodrigues Neves	rejane.neves@cnj.jus.br	5471	SCS
Kristien de Godoi Roepke	kristien.roepke@cnj.jus.br	5484	SCS
Claudio Henrique	claudio.pereira@cnj.jus.br	5482	SCS

Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ LYGIA DIAS BORGES**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE IMPRENSA**, em 06/05/2022, às 16:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1313239** e o código CRC **647E3CAB**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:**

Contratação de assinatura de banco de imagens, por meio digital (internet)

2. **Descrição dos serviços:**

Assinatura de banco de imagens, por meio digital (internet), para o fornecimento de permissão para o download de fotos/imagens para uso irrestrito nos materiais impressos, televisivos e eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça

-O serviço compreende, mediante assinatura anual, o fornecimento de permissão para o download de fotos/imagens para uso irrestrito nos materiais impressos, televisivos e eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça.

-Os serviços serão prestados via WEB, sem qualquer vinculação física com as instalações do CNJ.

-Os serviços serão prestados no regime 24 x 7 (24 horas por dia e 7 dias por semana) durante todo o período de vigência contratual;

-O horário normal de funcionamento do CNJ é das 12h às 19h, de segunda a sexta-feira

2.1 Das Especificações

3.

a. Tipo de fotos/imagens do Banco
   - As fotos e imagens devem ter caráter PUBLICITÁRIO / JORNALÍSTICO e devem atender a trabalhos de direção de arte e criação para peças impressas e eletrônicas de divulgação e, também, para criação de materiais para TV (vinhetas e artes em geral). Entendem-se por fotos publicitárias e jornalísticas aquelas elaboradas com o objetivo de transmitir conceitos e ideias, com forte apelo visual e com caráter de divulgação.
   - O site deve disponibilizar uma versão em português, uma vez que a linguagem jurídica é muito particular em cada país, dificultando, assim, a obtenção de figuras que representem o objeto específico.
b. Variedade de temas
   - As imagens devem abordar temas variados, sendo, pelo menos, os seguintes:
     - Abstrato: representação de ideias, através de imagens representadas por cores, linhas e superfícies, de uma maneira não representacional, etc.;

- Negócios: ambientes de trabalho, reuniões, escritório, etc.;
- Tecnologia, transportes: computadores, equipamentos, telefones, veículos, etc.;
- Conceitos: competição, perigo, comunicação, qualidade, segurança, sucesso, ajuda, amor, amizade, etc.;
- Pessoas: representação de atividades, sentimentos e situações variadas, sendo importante que tenham características brasileiras, etc.;
- Saúde / alimentação: imagens relacionadas a alimentos, comidas, mantimentos, bem-estar e tratamento médico, clínico, cirurgião, etc.;
- Objetos: imagens de qualquer coisa material, mercadorias, bens de consumo. Ex. equipamentos em geral, instrumentos musicais, objetos de escritório, ferramentas, dentre outros, com fundo branco;
- Geral: natureza, alimentos, arquitetura, transportes, etc.;
- Texturas: texturas e fundos de materiais diversos para composição de artes, que resultem da intervenção natural do meio ambiente ou que caracterizam o aspecto exterior das formas e coisas existentes na natureza;
- Ilustrações: imagens ilustradas sobre temas diversos;
- Justiça: imagens ilustradas e fotos que representem o universo judiciário. Ex: advogado, toga, processo, juiz, tribunal, etc.
- Artes: ilustrações e obras expressivas que possam servir como plano de fundo ou referência visual para projetos;
- Ciência: imagens que ilustrem procedimentos científicos e / ou relacionados a pesquisas;
- De época / Vintage: símbolos históricos e objetos históricos;
- Esporte / Lazer: atividades esportivas em geral, tanto a prática de exercícios como a recreação, diversão;
- Ilustrações / Clip-Art: fotografias, diagramas, mapas, desenhos outros elementos gráficos, protegidos por direito autoral que podem ser recortados e incorporados a outros trabalhos (peças institucionais / publicitárias);
- Industrial: figuras que mostram equipamentos (maquinário) e atividades econômicas relacionadas ao desenvolvimento da informática;
- Religião: imagens de conjuntos de sistemas culturais e de crenças, simbologia relacionada a espiritualidade, cultos e pessoas ligadas à fé ou que representem a cultura ligada a uma doutrina;
- Vetores: imagens que sirvam como ícones e/ou que sejam construídas em forma de curva de bézier (curva utilizada em diversas aplicações gráficas muito utilizadas pelos programadores visuais desta Secretaria, como o Illustrator, Photoshop e Corel Draw);
- Brasil: imagens que retratem a cultura brasileira, de pessoas com características do povo brasileiro e, ainda, imagens de localidades brasileiras.

c. Produção
   - Fotos com modelos profissionais (personagens);
   - Figurino específico (adequados ao conceito e à mensagem da foto);
   - Iluminação adequada (que possibilite contraste, definição e boa leitura da foto);

- Alta definição de imagem e foco;
- Alta definição no contraste de cores;
- Ilustrações com qualidade profissional;
- Fotos com autorização do modelo;
- Produção em vários países, inclusive o Brasil.

d. Qualidade de imagem das fotos e ilustrações
   - Tamanho mínimo do arquivo: 10 MB;
   - Tamanho aproximado de impressão: A3 com 300dpi.

e. Tipo de licença
   - Imagens Royalty Free, com uso permitido sem apresentação de crédito da empresa fornecedora nos materiais;
   - Uso por tempo ilimitado das imagens aplicadas a trabalhos realizados durante o período de vigência da assinatura;
   - Autorização para recorte, manipulação digital, aplicação de efeitos, alterações de cor e fusão das imagens com outras, sendo do banco ou não;
     - Uso das imagens nos seguintes materiais:
       - Materiais Impressos para comunicação interna (Cartazes, livros, revistas, folders etc.);
       - Materiais Impressos para comunicação externa (Cartazes, livros, revistas, folders etc.);
     - Intranet (Banners, layout, hotsites);
     - Internet (Banners, layout, animações, hotsites);
     - Televisão (Artes para vinhetas, matérias e programas em geral) sem restrições de limite de audiência estimada;
     - Produtos multimídia (DVD, CD-ROM, etc.).

f. Quantidade de imagens disponíveis
   - A assinatura deve compreender um banco com um quantitativo aproximado de 18.000.000 (dezoito milhões) de imagens, com estimativa de 25.000 (vinte e cinco mil) imagens adicionadas semanalmente.

g. Tipo de assinatura
   - Quantidade: 1 (uma)
   - Período: ANUAL
   - Downloads: mínimo de 25 downloads diários por assinatura. Os downloads poderão ser realizados, de qualquer microcomputador ou notebook, não devendo limitar o acesso quando houver a mudança de IP.

A CONTRATADA deverá disponibilizar um banco de dados interno, também conhecido como “mesa de luz” ou “light box”, para as imagens serem alocadas, sem que necessariamente seja efetuado o download, a serem armazenadas durante a vigência do contrato.

3. **Prazo de Execução dos Serviços**:

O contrato terá um prazo de vigência de 12 (doze) meses a contar da disponibilização dos acessos ao CNJ.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

A Contratada deverá liberar o acesso ao *download* das fotos em, no máximo, 3 (três) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Executar todos os serviços de acordo com as especificações contidas neste PAMS;

b) Fornecer acesso à quantidade mínima de fotos diárias para download, conforme especificado.

c) Fornecer e manter, durante o período de vigência do Contrato, suporte técnico com pronto atendimento em horário comercial via e-mail e/ou por meio de central telefônica com vistas à solução de eventuais problemas, falhas e dúvidas na operacionalização do site.

d) Solucionar dúvidas a respeito do contrato, bem como sobre aspectos técnicos relacionados ao uso das imagens e ao processo de download;

e) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

f) Todos os direitos autorais e patrimoniais e demais resultados dos trabalhos intelectuais e/ou artísticos realizados pelo CONTRATANTE com a utilização das imagens cedidas pela CONTRATADA são de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, ficando vedada à CONTRATADA qualquer utilização indevida, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material produzido, sem autorização do CONTRATANTE, sob as penas da lei.

g) Não cobrar direitos autorais e de utilização das imagens.

h) Responder pelas imagens fornecidas que venham a ter problemas por violação de direitos autorais.

i) Disponibilizar para *download* apenas fotografias e imagens que possam ser utilizadas pelo CONTRATANTE sem restrição de publicidade em território brasileiro e na internet e por tempo indeterminado.

j) Fornecer todo o material necessário aos serviços em formato digital (fitas de imagens).

k) Em caso de problemas no site, a CONTRATADA terá o prazo de 4 (quatro) horas para que as falhas técnicas sejam solucionadas na página, sobretudo quando houver impossibilidade de realização da quantidade mínima de downloads diários, devendo restabelecer integralmente a operacionalização do site no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

l) Manter, durante toda a execução da avença, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

m) Apresentar, caso seja optante do Simples Nacional, no ato da retirada da nota de empenho, declaração em conformidade com o Art. 6º da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012.

n) No caso de não ser apresentada a declaração prevista anteriormente, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado.

o) Comunicar, imediatamente, ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato que possa prejudicar a execução do objeto contratado, sob pena de desconsideração do fato em eventual justificativa de descumprimento contratual e de responsabilização da CONTRATADA por qualquer dano decorrente do atraso ou da falta de comunicação;

p) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

q) Manter compatibilidade com as obrigações assumidas e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Conselho Nacional de Justiça, durante todo o período de vigência do contrato;

r) Manter junto à CONTRATANTE contato direto com pelo menos 1 (um) representante da empresa, 1 (um) número de telefone fixo, 1 (um) endereço de correio eletrônico (e-mail) atualizados para atendimento às solicitações de serviços;

s) Apresentar Nota Fiscal dos serviços executados - quadro resumo dos serviços prestados, com as respectivas datas, especificações, quantidades e valores;

t) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

u) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços;

v) Manter sigilo sobre eventuais informações a respeito do CNJ de que venha tomar conhecimento por ocasião da prestação do serviço;

w) Manter-se, durante toda e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, sob pena de rescisão do instrumento;

x) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

6. Obrigações do Contratante:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.

b) Efetuar pagamentos pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.

c) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

d) Documentar quaisquer ocorrências havidas.

e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

f) Realizar, por meio do gestor do contrato, a abertura e o acompanhamento dos chamados técnicos que deverão ser formalizados via e-mail;

g) Aplicar as sanções previstas neste Pedido de Aquisição de Material e Serviços,, assegurando à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

O serviço será recebido da seguinte forma:

Em até 5 dias úteis após a disponibilização do serviço e recebimento da nota fiscal, mediante verificação e comprovação de que o objeto está de acordo com as especificações contidas neste Pedido de Aquisição de Material e Serviços, por meio de atesto na nota fiscal.

9. **Forma de Pagamento:**

   a. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

    i. 10.1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, com

fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA, ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa:

a. 1,5% (um e meio por cento), por dia, limitado ao prazo de 4 (quatro) dias, sobre o valor total do contrato, nos casos de:
   i. impossibilidade de realização dos downloads diários;
   ii. impossibilidade de acesso ao banco de dados da CONTRATADA;
b. 0,5% (meio por cento), por dia, limitado ao prazo de 4 (quatro) dias, sobre o valor total do contrato, pela não atualização semanal das imagens conforme disposto no Item 3.5, alínea *f*;
c. 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência notificada, em caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações que não tenham sido previstas nesta Cláusula, após reincidência formalmente notificada pelo Contratante;
d. No caso de atraso injustificado por prazo superior ao estabelecido nas alíneas*a* e *b,* do item 9.1.2, com aceitação do presente objeto pela Administração, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato;
e. No caso de atraso injustificado por prazo superior ao estabelecido nos itens*a* e *b*, do item 9.1.2, com a não aceitação do objeto pela Administração, restará caracterizada a inexecução do contrato, hipótese em que serão aplicadas as sanções previstas nas alíneas *f* ou *g*, conforme o caso, podendo ensejar a rescisão contratual;
f. Em caso de inexecução parcial da obrigação, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato;
g. *20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das demais consequências oriundas da rescisão unilateral da avença;*

10.2 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos corridos, sem prejuízo das demais penalidades legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002.

10.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.4 O descumprimento de quaisquer dos itens previstos no item 2.1 pode causar rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, tendo em vista que caracteriza não-cumprimento do objeto.

10.5 O cometimento reiterado de descumprimentos injustificados na execução do objeto poderá configurar a inexecução total da obrigação com a rescisão unilateral do ajuste e a aplicação da penalidade prevista na alínea "f" do item 10.1.

10.6 As sanções previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa

10.7 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à CONTRATADA, ou cobrado judicialmente.

10.8 O CNJ, ad cautelam, poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

10.9 Todas as penalidades serão registradas no SICAF.

10.10 Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

10.11 Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas (em GRU) em caso de requisição de cópias, sob pena de, a critério exclusivo do Contratante, não serem avaliados.

11. **Contrato:**

a) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ LYGIA DIAS BORGES**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE IMPRENSA**, em 16/05/2022, às 18:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1316400** e o código CRC **0039AC30**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 04291/2022
Assunto: assinatura de banco de imagens
Servidor: Winston
Data: 08/06/2022

				Empresa: Easypix Brasil Comércio E Produções Fotográficas Ltda – Me CNPJ: 12.216.273/0001-57			Empresa: INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI – ME CNPJ: 70.946.330/0001-50			Empresa: AGB PHOTO LIBARY PRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS LTDA-ME CNPJ: 02.093.131/0001-96			VALOR MÍNIMO (B)		ESTUDOS PRELIMINARES		
				Valor			Valor			Valor					Valor		
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim			Considerar?		Sim
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Total Considerado
Assinatura anual de banco de imagens para download de	1	UN	1	11.750,00	11.750,00	11.750,00	9.980,00	9.980,00	9.980,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	9.980,00	9.980,00	10.687,50	10.687,50	10.687,50
VALOR TOTAL						**11.750,00**			**9.980,00**			**12.500,00**		**9.980,00**			**10.687,50**

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor mínimo total estimado: 9.980,00 (nove mil e nocentos e oitenta reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de assinatura de banco de imagens, por meio digital (internet).

Aprovados os Estudos Preliminares (1313239) e o PAMS - Contratação de Serviços (1316400), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1336836), ratificado pela unidade demandante (1339580), o qual **aprovo** neste ato. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1361017, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Infra do Brasil Comércio e Serviços Eireli.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1340940) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1341133). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Infra do Brasil Comércio e Serviços Eireli para contratar com a Administração consta do arquivo 1361995.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1361996, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Infra do Brasil Comércio e Serviços Eireli**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **70.946.330/0001-50** no valor de **R$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais)**, com vistas à contratação de assinatura de banco de imagens, por meio digital (internet).

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e para a Secretaria de Administração, para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ e demais providências subsequentes.

Respeitosamente,

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 20/07/2022, às 12:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1362003** e o código CRC **83D134A7**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1362003, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa Infra do Brasil Comércio e Serviços Eireli, CNPJ nº 70.946.330/0001-50, com vistas à contratação de assinatura de banco de imagens, por meio digital (internet).

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação no Portal da Transparência do CNJ, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, bem como para demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 20/07/2022, às 18:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1362513** e o código CRC **31DE8260**.

Data e hora da consulta: 22/07/2022 17:20
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	304	2022PE000246

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
21/07/2022	Ordinário	04291/2022	-	9.980,00

Favorecido

Código	Nome
70.946.330/0001-50	INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Endereço	CEP
DOS TIMBIRAS 1925 SALA 903 LOURDES	30140-069

Município	UF	Telefone
BELO HORIZONTE	MG	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
04291/2022. CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE BANCO DE IMAGENS, POR MEIO DIGITAL (INTERNET) COM PERMISSÃO DE DOWNLOAD DE FOTOS/IMAGENS PARA USO IRRESTRITO NOS MATERIAIS PRODUZIDOS PELO CNJ. CONFORME DESPACHO 1362513/DG E 1362003/SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	22/07/2022 16:04:55	Alteração

Data e hora da consulta: 22/07/2022 17:20
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	9.980,00

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Assinatura de banco de imagens, por meio digital (internet) para o fornecimento de permissão para o download de fotos/imagens para uso irrestrito nos materiais impressos, televisivos e eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça. Demais Condições PAMS 1316400 E Proposta 1336833.	9.980,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
21/07/2022	Inclusão	1,00000	9.980,0000	9.980,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
22/07/2022 16:04:55

Gestor Financeiro
EDUARDO CAMPOS GOMES
***.055.743-**
21/07/2022 14:33:24

Versão	Data/Hora	Operação
002	22/07/2022 16:04:55	Alteração

Dispensa de Licitação



Serviços de confecção de carimbo para utilização das unidades do CNJ

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Pedido de aquisição de material e serviços **7**
Mapa comparativo de preços **13**
Declaração de dispensa de licitação **14**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **16**
Nota de empenho **17**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Serviços de confecção de carimbo para utilização das unidades do CNJ a fim de se padronizar texto visando economia de tempo.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

A contratação do serviço atenderá a autoridades e servidores do Conselho Nacional de Justiça

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O objeto tem conexão com objetivos estratégicos para o período 2021-2026; instituído pela Portaria-Presi n. 104/2020, pois visa Art. 3ª, Inciso XI – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Os serviços de confecção de carimbo visa facilitar a rotina de trabalho dos servidores e demais profissioanais que trabalham no Conselho Nacional de Justiça e que necessitam inserir junto à assinatura dados e informações de relevância. Deverão atender aos textos enviados pela solicitação e entregues no CNJ no prazo estabelecido. Os produtos utilizados deverão ser de 1ª qualidade.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente de contratação no Conselho Nacional de Justiça é dispensa de licitação, por meio da Nota de Empenho 2021NE00144, tal modelo atende a demanda existente tendo em vista a fundamentação no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993.

ujj

3.2 Identificação das opções disponíveis

O mercado apresenta as seguintes modalidades para impressão de texto padrão por meio de carimbos:

	Solução Identificada	**Detalhamento das Soluções**
1ª	madeira não autenticado	carimbo em madeira e necessitam de almofada para tinta, sem condições de reutilização
2ª	plástico auto entintado	carimbo em plástico, com almofada própria e condições de reutilização da estrutura para os novos carimbos
3ª	metal	carimbo em metal, que necessitam de cera

3.3 Adequação do ambiente

Não há necessidade de quaisquer adequação ou mudanças no ambiente do CNJ, tendo em vista que os serviços serão realizados na estrutura da empresa contratada.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Considerando os cenários possíveis e as informações já levantadas, e apesar de várias modalidades de carimbo no mercado. O auto entintado dispõe da possibilidade de reutilização da estrutura de carimbo inutilizado e a troca somente das borrachas e refis, atendendo as normas socioambientais.

Sugerimos a realização de dispensa de licitação, conforme art. 24 da Lei 8.666/1993, para carimbos auto entintado, por

atender aos requisitos da referida Lei que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

O CNJ analisou que a solução mais vantajosa é o carimbo de plástico auto entintado, visto a possibilidade de reutilização da estrutura para os novos carimbos.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A planilha abaixo foi elaborada tendo por base o consumo em 2021, apesar do ano atípico com trabalho remoto nas unidades do CNJ e que perdura ainda em 2022.

PLANILHA CONSUMO 2021

Ítem	Descrição	qtd estimada 2021	qtd executada 2021
01	Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 3,8 cm x 1,4cm.	5	2
02	Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 4,7cm x 1,8 cm.	5	0
03	Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 5,8 cm x 2,2cm.	5	0
04	Confecção de borracha em fotopolímero, medindo até 25 cm², com adesivo, destinada à reutilização de carimbos automáticos.	40	2
05	Refil para carimbo auto-entintável medindo 3,8cm x 1,4cm.	10	10
06	Refil para carimbo auto-entintável medindo 4,7 cm x 1,8 cm.	10	0

PLANILHA PREVISÃO PARA 2022

Ítem	Descrição	CNJ - NE 144/2021	valor médio	qtd estimada/2022	valor total
01	Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 3,8 cm x 1,4cm.	14,00	14,00	5	70,00
02	Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 4,7cm x 1,8 cm.	16,00	16,00	5	80,00
03	Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 5,8 cm x 2,2cm.	20,00	20,00	5	100,00
04	Confecção de borracha em fotopolímero, medindo até 25 cm², com adesivo, destinada à reutilização de carimbos automáticos.	5,00	5,00	20	100,00
05	Refil para carimbo auto-entintável medindo 3,8cm x 1,4cm.	7,00	7,00	10	70,00
06	Refil para carimbo auto-entintável medindo 4,7 cm x 1,8 cm.	8,00	8,00	10	80,00
				TOTAL	**500,00**

A previsão para 2022 foi baseado no previsto em 2021. Tendo em vista alterações no quadro de autoridades do Conselho Nacional de Justiça opta-se por permanecer o mesmo quantitativo, com excessão do Ítem 04 que foi alterado de 40 para 20 o quantitativo.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução não é divisível, tendo em vista que geraria desinteresse às empresas competidores por ser prestação de serviço com quantitativo inexpressivo em relação ao mercado.

7. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Análise de Risco:

Risco 1	**Morosidade no processo licitatório**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atraso no processo de contratação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Compromisso das unidades para tramitação célere do processo de contratação.		Unidade envolvidas no processo licitatório.
Risco 2	**Ausência de empresas concorrentes**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Perda do processo de dispensa de licitação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Revisão do Termo de Referência		SESER
1	Revisão na pesquisa de preços		SECOM
Risco 3	**Atraso no fornecimento do objeto**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atrasos na prestação dos serviços	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Comunicação com empresa para verificar possíveis causas de atrasos e providencias para evitar atrasos.		SESER
1	Aplicação de penalidades previstas no PAMS		SESER/SAD
Risco 4	**Inexecução parcial ou total da prestação dos serviços**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	inexecução da prestação dos serviços	Alto
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	elaboração de novo PAMS		SESER

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Quanto a critérios: Técnico, Operacional, regulamentar e financeiro é dever da contratada prestar os serviços definidos pelo CNJ, conforme solicitação prévia da Unidade responsável, bem como responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais relativos à execução do objeto.

Quanto ao CNJ, o mesmo dispõe de orçamento previamente programado para arcar com as despesas da contratação, tendo em vista programação anual de contratações.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A Contratação terá vigência de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Tendo em vista a necessidade da prestação dos serviços das demandas do CNJ verifica-se que as justificativas quanto ao tipo de contratação e planilha com quantitativo apresentado atendem as exigências contidas no documento.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
José dos Santos Pugas	jose.pugas@cnj.jus.br	5049	SESER
karlla Silene da Cunha	karllac@cnj.jus.br	5046	SESER

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DOS SANTOS PUGAS**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 31/01/2022, às 22:04, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1250233** e o código CRC **79C729B0**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS

SERVIÇOS

1. **Objeto:** Contratação para confecção de carimbos, com fornecimento de material, conforme condições estabelecidas neste Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

2. **Descrição dos serviços:**

item	Unidade	Qtde	Carimbo
1	un	5	Carimbo retangular autoentintado, com borracha em fotopolímero, medindo 3,8cm x 1,4cm
2	un	5	Carimbo retangular autoentintado, com borracha em fotopolímero, medindo 4,7cm x 1,8cm.
3	un	5	Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 5,8 cm x 2,2cm.
4	un	20	Confecção de borracha em fotopolímero, medindo até 25cm², com adesivo, destinada à reutilização de carimbos automáticos.
4	un	10	Refil para carimbo autoentintado medindo 3,8cm x 1,4cm.
5	un	10	Refil para carimbo autoentintado medindo 4,7cm x 1,8cm.

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

a) 02 (dois) dias após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, o que ocorrer primeiro.

b) Caso a solicitação tenha caráter de "urgência", o prazo máximo será de 1 (um) dia útil após a solicitação do serviço, sem que ocorra adicional para o CNJ.

4. **Local de Entrega:**

a) Os carimbos deverão ser entregues na Seção de Serviços Gerais do Conselho Nacional de Justiça, no endereço Setor de Administração Federal Sul - SAF/SUL, Quadra 02, lotes 05 e 06, Blocos E e F - Asa Sul - Brasília / DF, CEP: 70.070-600

b) O horário normal de funcionamento do CNJ é de segunda a sexta-feira das 12:00h às 19:00h. Telefone: (61) 2326 5050/5046.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Confeccionar os carimbos com material de primeira qualidade, conforme especificações solicitadas.

b) Oferecer garantia contra defeitos de fabricação ou impropriedade por, no mínimo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo do material;

c) Durante o prazo de garantia mencionado no item 5.b, a Contratada deverá corrigir ou substituir, sem ônus adicionais para o CNJ, o objeto ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação. No caso dos carimbos solicitados em caráter de urgência, a correção ou substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) dia útil, a contar da notificação;

c) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

e) Apresentar, no momento da entrega dos carimbos, à Seção de Serviços Gerais, para fins de comprovação do serviço prestado, os comprovantes que autorizaram a confecção dos carimbos;

f) Informar e manter atualizado o número do telefone/fax e e-mail destinado ao recebimento das solicitações de carimbo a serem enviadas pela Seção de Serviços Gerais do CNJ;

g) Submeter-se às normas de segurança e disciplina enquanto permanecerem nas dependências do CNJ;

h) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio do CNJ ou de terceiros;

i) Comunicar à Administração do CNJ qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

j) Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do objeto;

k) Designar, formalmente, preposto, aceito pela Administração do CNJ, para tratar de assuntos relacionados ao objeto do contrato e representá-lo sempre que for necessário.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

b) Assegurar-se da boa prestação dos serviços;

c) Enviar as solicitações, por meio da Seção de Serviços Gerais, mediante ofício, fax ou e-mail, informando as dimensões e modelos dos carimbos a serem confeccionados;

d) Efetuar o pagamento nos prazos e condições previstos no item 9;

e) Recusar, no todo ou em parte, os produtos que não atenderem as especificações deste PAMS;

f) Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de entrega dos produtos;

g) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

h) Comunicar a CONTRATADA qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos produtos.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

Os carimbos serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega; e

b) Definitivamente, mediante atesto na nota fiscal por servidor designado, observado o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

9. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);
a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

No caso de atraso injustificado para a entrega do material a contratada estará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a.1) advertência;
a.2) multa, no valor de:
a.2.1) 1% (um por cento) sobre o valor da requisição, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 3 (três) dias corridos;
a.2.2) 5% (cinco por cento) sobre o valor da requisição, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “a.2.1”, com aceitação do objeto pela Administração;
a.2.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 3 (três) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “a.2.5”;
a.2.4) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
a.2.5) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação

11. **Contrato:**

a)Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

b) A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DOS SANTOS PUGAS**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 02/02/2022, às 13:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1252542** e o código CRC **BF4281D3**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 00883/2022
Assunto: confecção de carimbos
Servidor: Winston
Data: 22/02/2022

				Empresa: HBL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ: 72.649.361/0001-74			Empresa: UNIAO CARIMBOS E PLACAS LTDA (Nacional Carimbos) CNPJ: 26.592.083/0001-49			CNJ - NE 144/2021			VALOR MÍNIMO (B)		Estudos Preliminares - Valor Médio		
				Valor			Valor			Valor					Valor		
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim			Considerar?		Sim
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Total Considerado
Carimbo retangular autoentintado, com borracha em foto	1	UN	5	15,00	75,00	75,00	35,00	175,00	175,00	~~14,00~~	~~70,00~~		15,00	75,00	14,00	70,00	70,00
Carimbo retangular autoentintado, com borracha em foto	2	UN	5	17,00	85,00	85,00	40,00	200,00	200,00	~~16,00~~	~~80,00~~		17,00	85,00	16,00	80,00	80,00
Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fot	3	UN	5	20,00	100,00	100,00	55,00	275,00	275,00	20,00	100,00	100,00	20,00	100,00	20,00	100,00	100,00
Confecção de borracha em fotopolímero, medindo até 25	4	UN	20	6,00	120,00	120,00	20,00	400,00	400,00	~~5,00~~	~~100,00~~		6,00	120,00	5,00	100,00	100,00
Refil para carimbo autoentintado medindo 3,8cm x 1,4cm	5	UN	10	8,00	80,00	80,00	20,00	200,00	200,00	~~7,00~~	~~70,00~~		8,00	80,00	7,00	70,00	70,00
Refil para carimbo autoentintado medindo 4,7cm x 1,8cm	6	UN	10	9,00	90,00	90,00	20,00	200,00	200,00	~~8,00~~	~~80,00~~		9,00	90,00	8,00	80,00	80,00
VALOR TOTAL						**550,00**			**1.450,00**			**100,00**		**550,00**			**500,00**

OBS: Informo que os preços obtidos junto à internet/contratos/pregões eletrônicos, menores do que o(s) ofertado(s) na proposta de preço de menor valor foram desconsiderados, tendo em vista a impossibilidade do CNJ adquirir o objeto por meio diretamente dessas fontes.

Valor mínimo total estimado: 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo, que tem por objeto a contratação de empresa, para prestação de serviços de confecção de carimbos, com fornecimento de material.

Aprovados os Estudos Preliminares (1252432) e o PAMS - Aquisição de Material (1253006), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1265429), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho SESER 1266906. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1270295, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1268507) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1268696 e Doc. 1268694). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio Ltda., para contratar com a Administração, consta no arquivo 1272919.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1272922, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio Ltda.**, inscrita no **C N P J** sob o n. **72.649.361/0001-74**, no valor de **R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)**, com vistas à contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de carimbos, com fornecimento de material.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 08/03/2022, às 10:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1273084** e o código CRC **4A43CC03**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1273084, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 72.649.361/0001-74, com vistas à prestação de serviços de confecção de carimbos, com fornecimento de material.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 08/03/2022, às 17:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1273739** e o código CRC **B541DE99**.

Data e hora da consulta: 10/03/2022 11:22
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	179	2022PE000156

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40135	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
09/03/2022	Ordinário	00883/2022	-	550,00

Favorecido

Código	Nome
72.649.361/0001-74	HBL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LT

Endereço	CEP
SD SUL BLOCO P TERREO L 60 EDIFICIO VENANCIO ASA SUL	70393-900

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	(61)3321-5071/3322-3002

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
00883/2022. CONFECÇÃO DE CARIMBOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.
CONFORME DESPACHO 1273739-DG.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/03/2022 14:17:53	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	550,00

Subelemento 16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CARIMBO RETANGULAR AUTOENTINTADO, COM BORRACHA EM FOTOPOLÍMERO, MEDINDO 3,8CM X 1,4CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1252542.	75,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/03/2022	Inclusão	5,00000	15,0000	75,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	CARIMBO RETANGULAR AUTOENTINTADO, COM BORRACHA EM FOTOPOLÍMERO, MEDINDO 4,7CM X 1,8CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1252542.	85,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/03/2022	Inclusão	5,00000	17,0000	85,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	CARIMBO RETANGULAR AUTO-ENTINTÁVEL, COM BORRACHA EM FOTOPOLÍMERO, MEDINDO 5,8 CM X 2,2CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1252542.	100,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/03/2022	Inclusão	5,00000	20,0000	100,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	CONFECÇÃO DE BORRACHA EM FOTOPOLÍMERO, MEDINDO ATÉ 25CM², COM ADESIVO, DESTINADA À REUTILIZAÇÃO DE CARIMBOS AUTOMÁTICOS. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1252542.	120,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/03/2022	Inclusão	20,00000	6,0000	120,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	REFIL PARA CARIMBO AUTOENTINTADO MEDINDO 3,8CM X 1,4CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1252542.	80,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/03/2022	Inclusão	10,00000	8,0000	80,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	Refil para carimbo autoentintado medindo 4,7cm x 1,8cm. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1252542.	90,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/03/2022	Inclusão	10,00000	9,0000	90,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/03/2022 14:17:53	Alteração

Data e hora da consulta: 10/03/2022 11:22
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Assinaturas

Ordenador de Despesa	**Gestor Financeiro**
GETULIO VAZ	WERNNE PEREIRA E SILVA
***.348.651-**	***.924.564-**
09/03/2022 14:17:53	09/03/2022 13:25:39

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/03/2022 14:17:53	Alteração

Dispensa Eletrônica de Licitação



Confecção de placas e troféus, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para eventos de premiação, sob demanda

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **3**
Estudos preliminares **6**
Termo de referência **16**
Estimativa de preços **26**
Declaração de dispensa de licitação **27**
Ratificação de dispensa de licitação **31**
Aviso de dispensa eletrônica **32**
Mapa comparativo de preços **55**
Nota de empenho **56**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1312963 / SCE

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Secretaria de Cerimonial e Eventos
Responsável pela Demanda: Carine de Lima Nascimento e Cinthya Rici Coelho Borges
E-mail: cerimonial@cnj.jus.br
Telefone para contato: (61) 2326-5540 / 5538

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Confecção placas e troféus para premiação com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para os seguintes eventos: Prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral, Prêmio CNJ de Qualidade e Ranking da Transparência, Premiação Juízo Verde, Prêmio Prioridade Absoluta e Prêmio Memória do Poder Judiciário, sob demanda.

Justificativa:

A confecção de placas e troféus para premiação justifica-se na realização de cerimônias de entrega dos prêmios, de acordo com a especificidade de cada evento, baseado em contratações anteriores e eventos previstos.

Os eventos previstos são: Prêmio Juíza Viviane do Amaral (SEI 09507/2021; 02602/2022; 04039/2022), Premiação Juízo Verde (SEI 03973/2021; 07292/2021), Prêmio CNJ de Qualidade, Ranking da Transparência (SEI 04953/2021), Prêmio Prioridade Absoluta (SEI 00025/2022) e Prêmio Memória do Poder Judiciário (SEI 02080/2022 e 04707/2021).

Quantitativo estimado:

Tipo de Prêmio	Nome do evento	SEI	Quantidade estimada	Data estimada da cerimônia
Placas de aço	Juíza Viviane Vieira do Amaral	09507/2021; 02602/2022; 04039/2022	11	16/8/2022
Placas de aço	Prêmio Juízo Verde	03973/2021	5	Junho/2023
Placas de aço	Prêmio Memória do Poder Judiciário	02080/2022; 04707/2021	15	Maio/2023
Placas de aço	-	-	10	A qualquer momento
Troféus	Ranking da Transparência	04953/2021	8	Setembro/2022
Troféus	CNJ de Qualidade	04953/2021	17	Novembro/2022
Troféus	Prioridade Absoluta	00025/2022	11	9/8/2022
Troféus	-	-	10	A qualquer momento

A soma das demandas da planilha acima resulta no total de 41 (quarenta e uma) placas de aço e 46 (quarenta e seis) troféus em acrílico, podendo a quantidade de troféus e placas serem utilizadas em premiações diferentes das previstas neste DOD.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

Considerando que a Secretaria de Cerimonial e Eventos é responsável pela organização dos eventos de responsabilidade do CNJ, os eventos em questão demandam a **confecção de placas e troféus para premiação**, sob demanda, para entrega aos tribunais e órgãos premiados que participarão de cada evento.

Conforme Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104 de 30/06/2020), a demanda surge com motivação em fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário, em promover práticas inovadores de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo, bem como estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade dos serviços fornecidos com as especificações constantes do PAMS a ser elaborado pela Secretaria de Cerimonial e Eventos.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

O valor estimado de contratação é de R$ 10.622,00 (dez mil seiscentos e vinte e dois reais), baseado em orçamentos e contratações anteriores recentes.

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

A partir de 25 de julho de 2022, sob demanda.

5– Indicar a complexidade da contratação:

(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 09/06/2022, às 18:01, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1312963** e o código CRC **87784F77**.

	**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** ***DOCUMENTO CONSTITUTIVO DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO QUE CARACTERIZA O INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO E A SUA MELHOR SOLUÇÃO PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO, TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO.***

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Confecção de placas e troféus, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para eventos de premiação, sob demanda. Os eventos já previstos são: Prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral, Prêmio CNJ de Qualidade e Ranking da Transparência, Premiação Juízo Verde, Prêmio Prioridade Absoluta e Prêmio Memória do Poder Judiciário.

2. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

A demanda foi prevista no Plano Anual de Contratações, de acordo com documentos 1333144 e 1342192.

Conforme Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104 de 30/06/2020), a demanda surge com motivação em fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário, em promover práticas inovadores de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo, bem como estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A confecção de placas e troféus comemorativos justifica-se pela realização de eventos com cerimônia de entrega dos prêmios, conforme regulamentação prevista no normativo de cada evento específico.

No mercado, pode-se optar por placas e troféus dos mais variados modelos, como aço, acrílico transparente, acrílico com aplicação de placa e aço, entre outros.

No entanto, as aquisições de placas em aço inox escovado, acondicionada, individualmente, em estojo de veludo na cor preta ou azul e de troféus em acrílico cristal (tipo transparente), são as mais adequadas por atender as especificações de premiação de cada evento, as artes elaboradas pelo CNJ, bem como manter a padronização de material utilizado em premiações anteriores, conforme documentos 1366694 e processos 02080/2022, 09507/2021, 04953/2021, 09297/2020 e 06428/2020.

3.1 Sujeição às normas técnicas e legais

Não se aplica.

3.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Para incluir critérios de sustentabilidade ambiental na contratação em comento, esta Secretaria de Cerimonial e Eventos inspirou-se nas orientações apresentadas no guia "Dicas para tornar o seu evento sustentável", do Ministério do Meio Ambiente, tais como:

- Reduzir, sempre que possível, o número de impressões. Caso haja necessidade de produzir materiais impressos, optar por papéis reciclados, ou livres de cloro ou derivados de madeira legal.
- Realizar doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo.

Também foi levada em conta a durabilidade do material a ser confeccionada.

3.3. Requisitos de qualidade

Busca de qualidade do material e da impressão, padronização de premiações anteriores, durabilidade e menor preço, conforme documento 1366694.

Os requisitos de qualidade do objeto a ser contratado é a padronização de placas e troféus utilizada em premiações anteriores, o menor preço, durabilidade.

A utilização de impressão tipo UV na placa de aço proporciona maior durabilidade e nitidez que o adesivo colado na placa, além de ser mais barato que a gravação em baixo relevo. O objeto não ficará exposto ao tempo, será acondicionado em estojos.

O troféu em acrílico de acordo com as medidas solicitadas possui padronização com os troféus impressos pelo órgão, além disso, a gravação em UV na placa de acrílico proporciona mais durabilidade que o adesivo colado, bem como uma melhor imagem da arte a ser impressa. Ainda, utilizamos uma base de troféu mais fina, tendo em vista que quanto mais espessa, o custo será maior, conforme orçamentos recebidos e contratações anteriores.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

A confecção de placas e troféus para premiação justifica-se na realização de cerimônias de entrega dos prêmios, de acordo com a quantidade específica demandada de cada evento, baseado em contratações anteriores, processos e eventos previstos.

O método definido para quantificar a necessidade da Administração, considerou a quantidade de troféus confeccionados nas versões anteriores dos eventos, bem como a comunicação com as áreas demandantes acerca da quantidade a ser solicitada na premiação deste ano.

A Secretaria de Cerimonial e Eventos, por meio do Processo SEI 06383/2022, Memorando-Circular (1353141), solicitou às unidades do CNJ que informassem sobre a demanda de troféus e placas para premiação, também fez um documento solicitando das unidades previsão de troféus e placas para premiação, a fim de realizar estimativa do quantitativo.

De acordo com o Despacho 1362855, o Departamento de Gestão Estratégica (DGE) informou da necessidade de 21 (vinte e um) troféus para premiação do Ranking da Tranparência, alterando a quantidade prevista no DOD 1312963 para 22 (vinte e dois) troféus, somando-se uma unidade para amostra, caso necessário.

Ainda, conforme Despacho 1360680, Processo 04174/2022, o DGE solicitou à SCE providências relativas à confecção dos troféus para a cerimônia de premiação do Prêmio CNJ de Qualidade 2022, com criação de 15 troféus, sendo um para categoria "Excelência", de maior tamanho e outros 14 para a categoria "Diamante", totalizando 31 (trinta e um) troféus, sendo 2 (duas) unidades para amostras, se for o caso.

Dessa forma, conforme quadro abaixo, segue estimativa de quantidade de placas e troféus:

Tipo de Prêmio	Nome do evento	SEI	Quantidade estimada	Data estimada da cerimônia
Placas de aço	Juíza Viviane Vieira do Amaral	09507/2021; 02602/2022; 04039/2022	11	16/8/2022
Placas de aço	Prêmio Juízo Verde	03973/2021	5	Junho/2023
Placas de aço	Prêmio Memória do Poder Judiciário	02080/2022; 04707/2021	15	Maio/2023
Placas de aço	-	-	10	A qualquer momento
Troféus	Ranking da Transparência	04953/2021	22	Setembro/2022
Troféus	CNJ de Qualidade	04953/2021	31	Novembro/2022
Troféus	Prioridade Absoluta	00025/2022	11	9/8/2022
Troféus	-	-	10	A qualquer momento

Nesse sentido, a quantidade estimada nesses estudos considerou o quantitativo estimado de acordo com a demanda de cada evento que necessita de 41 (quarenta e uma) unidades de placas de aço e de 74 (setenta e quatro) de troféus.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Opções Identificadas	Especificação do produto/serviço *Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.*	Quantificação do Produto ou Serviço *Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas*	Órgão (s) públicos que adotaram a solução	Custo(s) envolvido(s)

1ª	Contratação direta - Aquisição de troféus para evento em comemoração aos 10 anos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT 1361660	Troféu em acrílico cristal, com base em acrílico cristal e placa de aço. Totem sem a base: 15cm de altura, 9,4cm de largura e 2 cm de profundidade. Placa de aço com inscrição: 3cm de cumprimento e 9,4 cm de largura. Base: 2cm de altura, 12 cm de largura e 9cm de profundidade.	13 unidades	ENAMAT	R$ 2.405,00 (dois mil quatrocentos e cinco reais)
2ª	Pregão Eletrônico - Eventual contratação de serviços gráficos, de confecções de painéis, placas de aço, tapetes, cópias de chaves e carimbos, para o Colégio Militar de Campo Grande (CMCG) e Órgãos Participantes, conforme condições, quantidades e	Serviço de confecção de placas diversas em aço inox 430 (24) escovado, com processo de gravação química, podendo ser em baixo ou em alto-relevo, com aplicação de tinta automotiva, cores diversas, acondicionada em estojo, base de granito ou moldura a definir. O esboço do trabalho será fornecido pelo contratante e a arte gráfica confeccionada pela contratada, devendo a arte ser submetida a apreciação e aprovação do órgão em até 2 (dois) dias úteis. Confecção de troféu em liga	212100 cm² 180 unidades	Ministério da Defesa - Colégio Militar de Campo Grande	R$ 55.146,00 (cinquenta e cinco mil cento e quarenta e seis reais) R$ 31.899,60 (trinta e um mil

	exigências estabelecidas neste instrumento. 1361664	metálica, na cor dourada, com no mínimo 40 cm de altura, base em polipropileno, plástico ou acrílico preto, contendo placa de aço escovado com inscrição em baixo-relevo. Formato do troféu (silhueta de jogador de futebol ou diverso) e inscrição na placa de aço a ser definida pelo contratante. Quantidade mínima por pedido/lote: 5 unidades.			oitocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos)
3ª	Contratação direta- Compra de placas prêmio Dr. Pinotti 1362350	Placa de homenagem em aço inoxidável	5 unidades	Câmara dos Deputados	R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)

4ª	Contratação direta - Aquisição de placas de aço inoxidável escovado ou espelhado, em dois tamanhos diferentes, com estojos de veludo para homenagear os Magistrados da Justiça Federal da 2ª Região, autoridades de todos os Poderes e servidores, em ocasiões de destaque e plaquinhas de latão escovado ou espelhado para quadros de retratos dos Desembargadores para compor e atualizar as Galerias de Retratos Institucionais do TRF2, através do Sistema de Registro de Preços. 1364117	Placa de homenagem em aço inoxidável Placa em aço Inoxidável escovado ou espelhado em tom prateado com estojo com o brasão da república, logomarca da Justiça Federal da 2ª Região ou outra imagem, em preto ou em cores, a ser informada na ocasião do pedido, registrados nas placas pelo sistema de gravação de fotocorrosão (baixo relevo) com inserção de tinta automotiva em preto ou em cores	60 unidades	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	R$ 9.601,40 (nove mil seiscentos e um reais e quarenta centavos)

5.2 Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.

· Número do processo e do contrato ou da ata de registro de preços;

As últimas contratações de placas foram: 02080/2022 Prêmio Memória do Poder Judiciário e 09507/2021 Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral.

As contratações mais recentes de troféus foram: 04953/2021, 09297/2020 e 06428/2020 Ranking da Transparência e CNJ de Qualidade.

Ressalte-se que os serviços foram prestados de acordo com o solicitado e nos termos do Contrato em comento e não há registros de sanções aplicadas à empresa pelo Conselho.

· Valor da última contratação/ata de registro de preços;

O valor da última contratação de placas foi de R$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais).

O valor da última contratação de troféus foi de R$ 4.061,80 (quatro mil sessenta e um reais e oitenta centavos).

5.3. Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

A solução escolhida com base na análise evidenciada é confecção de placas de aço e troféus em acrílico para premiação com arte a ser encaminhada pelo CNJ, de acordo com especificações, quantidade estimada para cada evento, bem como material baseado no menor preço de orçamentos recebidos, contratações anteriores realizadas pelo órgão e contratações de outros órgãos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da aquisição pretendida é estimado em **R$ 16.791,30** (dezesseis mil setecentos e noventa e um reais e trinta centavos), fundamentado na média de preços de orçamentos recebidos.

O custo benefício está relacionado ao modelo padrão, durabilidade, compatibilidade de premiação de acordo com a demanda de cada evento e menor preço obtido de orçamentos recebidos de Placas e Troféus utilizados como opção mais adequada para os eventos mencionados nesses estudos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

· as características do serviço e/ou do material a ser contratado;

A aquisição das placas com as seguintes especificações:

- Aço inox escovado;
- Impressão UV;
- Tamanho 20x15;
- Acondicionada, individualmente, em estojo de veludo na cor preta;
- Ou em acrílico 3 mm com adesivo escovado e impressão UV, tamanho 20x15;
- Placa deve ser acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta.

A aquisição dos troféus em acrílico é a mais adequada por atender as especificações da arte e manter a padronização das premiações anteriores:

- Acrílico cristal medindo 19x24cm;
- Base em acrílico 10mm, contendo impressão em policromia UV; e
- A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por e-mail.

· detalhamento do custo da solução;

O preço unitário estimado de cada placa é de R$ 171,30 (cento e setenta e um reais e trinta centavos) e de cada troféu é de R$ 132,00 (cento e trinta e dois reais), baseado na média dos orçamentos recebidos, sob demanda.

· os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos;

O órgão poderá confeccionar placas e troféus para premiação em eventos específicos que demandam o objeto, a fim de premiar os órgão, tribunais e instituições que cumprem requisitos de qualidade como forma de reconhecimento e valorização, de acordo com as regras do evento.

Além disso, busca de qualidade e menor custo e padronização e compatibilidade com as aquisições anteriores.

· a transferência de conhecimentos, tecnologias e de técnicas referidas à execução contratual;

Não se aplica.

· as normas legais, regulamentares e convencionais com as quais a solução apresentada deve estar em conformidade;

Não se aplica.

· a necessidade, caso existente, de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica com a indicação do respectivo período para equipamentos e materiais explicitados na solução selecionada.

Não se aplica.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O objeto é divisível e permite o parcelamento visto que possui 2 (dois) itens: placas de aço e troféus em acrílico.

A adjudicação por itens não se mostra viável, uma vez que apesar de o objeto ser dividido em dois itens, o não parcelamento poderá proporcionar economia de escala, redução de custos de gestão de contratos, bem como seguir a padronização de confecção de placas e troféus utilizados nas premiações do CNJ.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

9.1. Indicadores de desempenho da contratação

Em termos de economicidade, é possível com a contratação baseada no menor custo estimado.

Tendo em vista a especificidade deste objeto, a SCE, após o recebimento da nota fiscal pela empresa, elaborará Nota Técnica para atesto dos serviços contendo avaliação dos serviços prestados.

É oportuno que a empresa contratada faça uso de logística reversa ou práticas ambientais sustentáveis aplicadas na confecção de placas e troféus.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

As providências que foram adotadas previamente à celebração do contrato foi solicitar informação às unidades do CNJ sobre a previsão de demandas de placas e troféus para premiação, conforme processo SEI 06383/2022.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Tipo de Prêmio	Nome do evento	SEI	Data prevista estimada da cerimônia
Placas de aço	Juíza Viviane Vieira do Amaral	09507/2021; 02602/2022; 04039/2022	16/8/2022
Placas de aço	Prêmio Juízo Verde	03973/2021	Junho/2023
Placas de aço	Prêmio Memória do Poder Judiciário	02080/2022; 04707/2021	Maio/2023

Placas de aço	-	-	A qualquer momento
Troféus	Ranking da Transparência	04953/2021	Setembro/2022
Troféus	CNJ de Qualidade	04953/2021	Novembro/2022
Troféus	Prioridade Absoluta	00025/2022	9/8/2022
Troféus	-	-	A qualquer momento

12. IMPACTO AMBIENTAL

É oportuno que a empresa contratada faça uso de logística reversa ou práticas ambientais sustentáveis aplicadas na confecção de placas e troféus.

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Apresentar a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual (art. 18, X).

RISCO 1: *Entrega de placas ou troféus com falhas ou fora das especificações*

Probabilidade (Alta, média e Baixa)	*Id*	*Dano*	*Impacto (Alto, Médio e Baixo)*
Baixa	*1*	Possibilidade de que as placas ou os troféus estejam danificados ou fora das especificações na entrega do objeto.	*Alto*

Id	*Ação de Mitigação e Contingência*	*Responsável*
1	Substituição das placas que estejam com falhas ou fora das especificações solicitadas no pedido. Pedido de amostra, se for o caso.	*Gestor do contrato*

RISCO 2: *Atraso na celebração do contrato e/ou atraso na entrega de placas ou troféus.*

Probabilidade (Alta, média e Baixa	*Id*	*Dano*	*Impacto (Alto, Médio e Baixo)*
Média	*1*	*Impossibilidade de proporcionar a premiação do evento*	*Alto*

Id	*Ação de Mitigação e Contingência*	*Responsável*

1	*Comunicação com as áreas demandantes de placas e troféus.* *Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual.*	*Unidade demandante*

14. CONCLUSÃO DO GESTOR

Considerando a especificidade do objeto, os seus custos e o valor estimado, a confecção de Placas de homenagem em aço inox escovado e de troféus em acrílico cristal (tipo transparente), são as mais adequadas por atender as especificações, as artes a serem elaboradas, a padronização e a compatibilidade de modelos anteriores utilizados pelo CNJ.

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Carine de Lima Nascimento	carine.nascimento@cnj.jus.br	5545	SCE
Cinthya Rici Coelho Borges	cinthya.borges@cnj.jus.br	5546	SCE
Raylla Neves Araujo Nogueira	raylla.araujo@cnj.jus.br	5546	SCE

Documento assinado eletronicamente por **CINTHYA RICI COELHO BORGES**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 28/07/2022, às 17:38, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1358693** e o código CRC **83E53CE3**.

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Confecção de placas e troféus, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para eventos de premiação, sob demanda.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

A confecção de placas e troféus comemorativos justifica-se pela realização de eventos com cerimônia de entrega dos prêmios, conforme regulamentação prevista no normativo de cada evento específico, sob demanda.

A aquisição das placas deve apresentar as seguintes especificações:

- Aço inox escovado;
- Impressão UV;
- Tamanho 20x15;
- Acondicionada, individualmente, em estojo de veludo na cor azul ou preta;
- A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por *e-mail*.

A aquisição dos troféus em acrílico deve compreender as seguintes especificações:

- Acrílico cristal medindo 19x24cm;
- Base em acrílico 10mm, contendo impressão em policromia UV; e
- A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por e-mail.

a) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso;

A metodologia de execução será por demanda, por meio da aquisição de placas e troféus, de acordo com a solicitação de cada evento específico.

Os eventos já previstos são: Prêmio CNJ de Qualidade, Premiação Juízo Verde e Prêmio Memória do Poder Judiciário.

b) deveres e disciplina exigidos;

1) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da ordem de fornecimento;

2) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a ordem de fornecimento, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

3) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

4) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

5) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

6) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento ao fornecimento do objeto.

7) Manter-se, durante toda a execução do instrumento da Ordem de Fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

c) identificação dos resultados esperados;

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

Espera-se que as placas e os troféus confeccionados estejam em condições de uso favoráveis. Espera-se, ainda, que o FORNECEDOR tenha disponibilidade para solucionar problemas de forma célere, a fim de dar continuidade às demandas de premiação de eventos institucionais do CNJ.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade das placas e dos troféus confeccionados de acordo com as especificações constantes, conforme especificação do objeto.

d) indicação, quando existente, da necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica, bem como indicação do período de garantia legal e/ou contratual previstos para os materiais e/ou serviços integrantes da solução a ser contratada;

Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) definição da unidade de medida a ser utilizada para o tipo de serviço a ser contratado, incluindo métricas, metas e formas de mensuração adotadas, dispostas, sempre que possível, na forma de Níveis de Serviços e de indicadores; e

A unidade de medida utilizada é a quantidade fornecida pela contratada, de acordo com o quantitativo necessário, sob demanda. A forma de mensuração de atendimento de prestação da aquisição de placas e troféus será atestada por meio do recebimento prévio e definitivo, com atesto de nota fiscal.

1.2. NATUREZA DO OBJETO

A aquisição de placas e troféus é de natureza não contínua.

1.3. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

Ø **Em caso de produtos/serviços**

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT./ Demanda por evento	QTDE. TOTAL
Único	1	Placas de aço • Aço inox escovado; • Impressão UV; • Tamanho 20x15; • Acondicionada, individualmente, em estojo de veludo na cor preta; • Placa deve ser acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta; • A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por *e-mail*.	Unidade	Prêmio Juízo Verde - **5 unidades** Prêmio Memória do Poder Judiciário - **15 unidades** De acordo com o cronograma de eventos relacionado no Estudo Preliminar 1358693, poderão ser solicitados tendo em vista o cronograma não oficial do CNJ - **10 unidades**	30 (trinta) unidades

	2	Troféus • Acrílico cristal medindo 19x24cm; • Base em acrílico 10mm, contendo impressão em policromia UV; e • A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por e-mail.	Unidade	CNJ de Qualidade - **31 unidades** De acordo com o cronograma de eventos relacionado no Estudo Preliminar 1358693, poderão ser solicitados tendo em vista o cronograma não oficial do CNJ - **10 unidades**	41 (quarenta e uma) unidades

1.3.1. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

O objeto é divisível e permite o parcelamento visto que possui 2 (dois) itens: placas de aço e troféus em acrílico.

Apesar da existência de dois itens, é oportuno o agrupamento dos itens em um único grupo, tendo em vista que não há prejuízo, pois há fornecimento do mercado, de acordo com orçamentos recebidos e contratações anteriores, bem como proporciona otimização de tempo e custo de gestão de contratos.

1.4 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência será 12 (doze) meses a contar da emissão da Nota de Empenho

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A confecção de placas e troféus para premiação justifica-se na realização de cerimônias de entrega dos prêmios, de acordo com a especificidade de cada evento, baseado em contratações anteriores e eventos previstos.

Os eventos já previstos são: Premiação Juízo Verde (SEI 03973/2021; 07292/2021), Prêmio CNJ de Qualidade (04174/2022) e Prêmio Memória do Poder Judiciário (SEI 02080/2022 e 04707/2021).

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Os Estudos Técnicos preliminares aprovado pela autoridade competente é o de n.*1358693.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADQUIRIDA/CONTRATADA

a) indicação, quando existente, da necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica para os materiais e/ou serviços integrantes da solução a ser contratada;

Não se aplica.

b) as regras de transição contratual, quando for o caso;

Não se aplica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

A empresa contratada deverá observar as especificações do objeto e o cronograma de execução, sob demanda.

4.1 Sujeição às normas técnicas e legais

Não se aplica.

4.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

A contratação não exige a observância de critérios específicos de sustentabilidade para a execução do objeto. De todo modo, a Contratada deverá observar, no que cabível, o código de conduta dos Fornecedores de bens e serviços do CNJ.

É oportuno que a empresa contratada faça uso de logística reversa ou práticas ambientais sustentáveis aplicadas na confecção de placas e troféus.

Para incluir critérios de sustentabilidade ambiental na contratação em comento, esta Secretaria de Cerimonial e Eventos inspirou-se nas orientações apresentadas no guia "Dicas para tornar o seu evento sustentável", do Ministério do Meio Ambiente, tais como:

· Reduzir, sempre que possível, o número de impressões. Caso haja necessidade de produzir materiais impressos, optar por papéis reciclados, ou livres de cloro ou derivados de madeira legal.

· Realizar doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo.

Também foi levada em conta a durabilidade do material a ser confeccionada.

4.3. Requisitos de qualidade

Busca de qualidade do material e da impressão, padronização de premiações anteriores, durabilidade e menor preço, conforme documento 1366694.

Os requisitos de qualidade do objeto a ser contratado é a padronização de placas e troféus utilizada em premiações anteriores, o menor preço, durabilidade.

A utilização de impressão tipo UV na placa de aço proporciona maior durabilidade e nitidez que o adesivo colado na placa, além de ser mais barato que a gravação em baixo relevo. O objeto não ficará exposto ao tempo, será acondicionado em estojos.

O troféu em acrílico de acordo com as medidas solicitadas possui padronização com os troféus impressos pelo órgão, além disso, a gravação em UV na placa de acrílico proporciona mais durabilidade que o adesivo colado, bem como uma melhor imagem da arte a ser impressa. Ainda, utilizamos uma base de troféu mais fina, tendo em vista que, quanto mais espessa, o custo será maior, conforme orçamentos recebidos e contratações anteriores.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

5.1. Indicar Local e Horário dos Serviços/Fornecimentos

O local e o horário da entrega das placas ou dos troféus, sob demanda, serão previamente marcados por *e-mail* e telefone, de acordo com o prazo previsto neste documento para entrega.

O local de entrega é na Secretaria de Cerimonial e Eventos do Conselho Nacional de Justiça, localizado no SAF Sul Quadra 2 lotes 5/6, sala FA02.

5.2. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ é das 12h às 19h.

5.3. Ordem de Execução

O pedido de placas e troféus será requisitado por Ordem de Fornecimento, sob demanda.

5.4. Cronograma de Execução, caso existirem várias etapas.

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO	UNIDADES ENVOLVIDAS
1. Envio da Nota de Empenho para a empresa.	Envio de *e-mail* para a empresa com a nota de empenho e ordem de fornecimento, sob demanda.	Até 3 (três) dias úteis da sua emissão.	Secretaria de Cerimonial e Eventos
2. Comunicação sobre demanda de placas ou troféus e envio de Ordem de Fornecimento.	Comunicação sobre demanda de placas ou troféus. A cada demanda de evento que necessite da confecção de placas e troféus, a empresa será comunicada previamente por *e-mail*, telefone, ofício ou outro meio de comunicação pertinente. A empresa receberá uma ordem de fornecimento por demanda, sempre que possível.	Até 5 (cinco) dias úteis antes da data de entrega estimada.	Secretaria de Cerimonial e Eventos
3 Reunião de alinhamento	Reunião de alinhamento, quando necessário (Planejamento)	Até 5 (cinco) dias úteis antes da data de entrega estimada.	Secretaria de Cerimonial e Eventos e Empresa Contratada
4 Amostra, quando necessário	Apresentação de amostra, se for o caso.	Até 3 (três) dias úteis	Empresa Contratada
5. Confecção e entrega do objeto (execução)	Confecção de placas e troféus, de acordo com especificações solicitadas e arte a ser encaminhada pelo CNJ.	Até 3 (três) dias úteis. A data e a hora de entrega serão informadas na ordem de fornecimento, sempre que possível	Empresa Contratada

6. Apresentação de nota fiscal/ Pagamento (acompanhamento/controle)	Após a prestação efetiva do fornecimento, a empresa deve encaminhar nota fiscal ao CNJ, para fins de atesto e pagamento pelo gestor da Ordem de Fornecimento que acompanhará a execução contratual.	Após efetiva prestação do fornecimento demandado.	Empresa contratada e Secretaria de Cerimonial e Eventos

5.5. Garantia ou assistência técnica.

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, emconformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

6.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica.

6.2. Qualificação econômico-financeira

Não se aplica.

6.3. Habilitação jurídica

a) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

6.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;

b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

d) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

f) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

7. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

A proposta levará em consideração os critérios de requisitos mínimos listados nas especificações do objeto.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

8.1 O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização da Nota de Empenho. As ocorrências e as deficiências de confecção do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.

8.2 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.

8.3 A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Nota de Empenho, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O material será recebido da seguinte forma:

a.) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

b) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da Ordem de Fornecimento.

9.2 No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, por ordem bancária, em consonância com o disposto no artigo 141 e dispositivos sobre pagamento da Lei 14.133/2021, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Ordem de Fornecimento poderá ser devolvida ao fornecedor, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) De acordo com a Lei 14.133/2021, será permitido o pagamento de parte na nota fiscal.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Comunicar a empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

c) Recusar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações deste documento;

d) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo deste Termo de Referência.

b) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento;

c) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a Ordem de Fornecimento, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

d) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

e) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

f) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

g) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento ao fornecimento do objeto.

h) Manter-se, durante a vigência da Nota de Empenho (12 meses a contar de sua emissão), em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

Com base no valor mínimo de orçamentos recebidos e conforme item 6 do Estudo Técnico Preliminar 1358693, o valor do objeto é estimado em **R$ 7.312,00** (sete mil trezentos e doze reais).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta despesa foram previstos no plano anual de aquisições 2022 da Secretaria de Administração, Processo n.09608/2021, documentos 1333144 e 1342191 .

15. SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;
b) multa, no valor de:
b.1) 3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;
b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
e) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
f) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à contratada, ou cobrado judicialmente.

16. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de se exigir garantia contratual.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça, ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça e ANEXO C: Ordem de fornecimento (Modelo).

ANEXO “A” – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar

fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

ANEXO "B" - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por _____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ANEXO "C" - ORDEM DE FORNECIMENTO (MODELO)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Data:
Ordem de fornecimento nº :
Observação:

Evento:

Local do Evento:
Período de realização:
Observação:
Contato: Secretaria de Cerimonial e Eventos — **Telefone:** (61) 2326-5539 (61) 2326-5546
e-mail: cerimonialcnj@cnj.jus.br

Ite	Descrição	Detalhamento	Unidade	Qtde. Registra	Valor Unitári	Valor Tot
1						R$ 0,00
2						R$ 0,00
		Total				**R$ 0,00**

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 29/08/2022, às 17:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1387705** e o código CRC **755C8A97**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 04243/2022
Assunto: Aquisição de placas e troféus, sob demanda, com arte a ser encainhada pelo CNJ, para eventos de premiação.
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data:30/08/2022

				Empresa: HB Carimbos e Placas Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 72.649.361/0001-74			Empresa: Mídia Impressa DF CNPJ: 21.374.760/0001-39			Empresa: Acrinox Comércio de Peças em Acrílico Ltda. CNPJ: 05.319.37/0001-44			Cotação Banco de Preços referente a aquisições realizadas pela Administração Pública nos últimos 180 dias			Cotação site Personalizados do Vale - Internet site Tudo em Acrílico			MEDIANA (A)		VALOR MÉDIO (B)		VALOR MÍNIMO (C)		% VARIAÇÃO ENTRE (B) E (C)
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor										
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim								
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	
Placas de aço inxxo 20 x 15cm	1	UN	30	224,85	6.745,50	6.745,50	118,00	3.540,00	3.540,00	155,00	4.650,00	4.650,00	229,33	6.879,90	6.879,90	122,00	3.660,00	3.660,00	155,00	4.650,00	169,84	5.095,08	118,00	3.540,00	43,93%	
Troféu em acrílico cristal 19 x 24cm	2	UN	41	155,00	6.355,00	6.355,00	92,00	3.772,00	3.772,00	155,00	6.355,00	6.355,00	118,73	4.867,93	4.867,93	185,74	7.615,34	7.615,34	155,00	6.355,00	141,29	5.793,05	92,00	3.772,00	53,58%	
VALOR TOTAL						**13.100,50**			**7.312,00**			**11.005,00**			**11.747,83**			**11.275,34**			**11.005,00**		**10.888,13**		**7.312,00**	48,91%

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado:	**10.888,13**	**(dez mil oitocentos e oitenta e oito reais e treze centavos)**

Valor mediano estimado	**11.005,00**	**(onze mil e cinco reais)**

Valor mínimo total estimado:	**7.312,00**	**(sete mil trezentos e doze reais))**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Trata-se de procedimento administrativo que tem por necessidade a confecção de placas e troféus para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para premiação em eventos, por dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

2. Após elaboração de Aviso de Dispensa Eletrônica, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica que se manifestou através do Parecer AJU 1398996 pela chancela do documento, ressalvados os itens 5, 9 a 17 e 21 do expediente, quais sejam:

> **5.** Tendo em vista o novo quantitativo de materiais, a SECOM juntou aos autos nova versão do mapa comparativo de preços (arquivo SEI 1389924), ratificada pela unidade demandante (arquivo SEI 1390481). Por outro lado, não houve a atualização dos valores apresentados no Relatório do Tesouro Gerencial conta 33.90.31.99 (arquivo SEI 1381965) e na Planilha Detalhamento Contábil 33.90.31.99 (arquivo SEI 1381966). A fim de certificar que o somatório da despesa realizada com os eventos ocorridos nesse ínterim manteve-se nos limites definidos nos incisos I e II do §1º do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, recomenda-se a juntada dos referidos documentos atualizados.
>
> (...)
>
> **9.** Não obstante, embora esteja afastada a participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, o aviso de licitações trouxe a previsão da participação exclusiva dessas no item 2.2, **devendo-se, nesse caso, suprimir referida disposição.** Por outro lado, recomenda-se acrescer ao aviso as normas que dispõem sobre a margem de preferência relativas microempresas e empresas de pequeno porte.
>
> **10.** Além disso, nota-se que o item 2.2 menciona o procedimento de "pregão eletrônico", recomendando-se a correção do termo adotado quando aplicável tal previsão às dispensas eletrônicas. No mesmo sentido, o item 5.8 adota a nomenclatura "pregoeiro", uma vez que não se trata de procedimento de pregão, sugere-se a adoção do termo "agente responsável pela condução do procedimento".
>
> **11**. No que se refere aos requisitos de habilitação, sugere-se o acréscimo, na alínea "c" do item 6.2, da previsão quanto à inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), nos termos do artigo 68, I da Lei n.

14.133/2021. Por sua vez, nas alíneas "d", "f" e "j" também do item 6.2, recomenda-se a alteração das expressões "licitante" por "participante".

12. Uma vez admitida a participação de pessoas físicas no procedimento e considerando-se as hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei n. 14.133, de 2021, recomenda-se adotar a seguinte redação ao item 2.4:

2.4. Não poderão participar desta contratação, **pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso**:

a) ~~pessoas jurídicas~~ que não explorem atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) ~~empresas~~ punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

c) ~~empresas~~ declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) ~~empresas~~ impedidas de licitar e contratar com a União; e

e) que se enquadrem em alguma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei n. 14.133, de 2021.

13. Já no item 6.3, que trata sobre a qualificação econômica financeira, recomenda-se que o aviso adote a redação prevista no artigo 67, II da Lei que refere-se somente à "certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante". Quanto ao item 6.5, deve o aviso, conforme preleciona o §3º do artigo 19 da IN n. 67/2021, definir o prazo para o caso de ser necessário o envio de documentos complementares aos apresentados para a habilitação ou de documentos não constantes do SICAF.

14. Por seu turno, em relação ao item 6.6, que admite a dispensa de algumas documentações quando a contratação se enquadrar nos critérios previstos, cabe observar que o artigo 70, inciso III, fala em dispensa total ou parcial dos documentos, não definindo, no entanto, quais devem ser solicitados. Tal definição veio prevista no art. 20 da IN 67/2021. Ocorre que, embora a contratação esteja dentro do limite de 1/4 do valor da dispensa de que trata o item, o aviso trouxe a previsão de todos os documentos que deverão ser apresentados pelos participantes. Há, assim, uma aparente incongruência entre as previsões do item 6 que poderá confundir a interpretação de quais documentos deverão ser apresentados. Nesse caso, sugere-se avaliar se será mantida a previsão quanto aos documentos solicitados (retirando-se a previsão do item 6.6), ou se, ante a faculdade prevista no artigo 70 da Lei c/c o artigo 20 da IN 67/2021, mantém-se somente a previsão do item 6.6, esclarecendo-se que a presente contratação se enquadra na referida hipótese.

15. Em tempo, quanto às sanções estabelecidas no Termo de Referência (item 15), cabe observar que a Lei n. 14.133/2021 estabelece, no §3º do artigo 156, que a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado com contratação direta:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações

administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

(...)

II - multa;

(...)

§ 3º **A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo**, calculada na forma do edital ou do contrato,**não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato** licitado ou **celebrado com contratação direta** e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

16. Na situação dos autos, optou-se pela substituição do instrumento de Contrato pela Nota de Empenho de Despesa com vigência de 12 (doze) meses, com a execução dos serviços mediante Ordem de Fornecimento, sob demanda. Assim, uma vez que o substitutivo do Contrato é a Nota de Empenho, entende-se que, para não correr o risco de a penalidade em concreto desrespeitar os limites legais, é recomendável que a previsão da sanção adote como base de cálculo o valor da nota de empenho, e não o da Ordem de Fornecimento, com gradação e definição dos percentuais de acordo com os critérios de proporcionalidade.

17. Ademais, quanto à sanção de advertência, impende destacar que, nos termos do artigo 156, §2º, esta aplica-se exclusivamente às situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sugerindo-se o acréscimo dessa previsão ao TR.

3. Tendo em vista as recomendações expostas, a Seção de Compras juntou aos autos o Relatório do Tesouro Gerencial conta 33.90.31.99 (1408920) e a Planilha Detalhamento Contábil 33.90.31.99 (1408918), ambos atualizados.

4. Ato contínuo, a unidade demandante realizou os ajustes necessários no Termo de Referência, atualizando os dispositivos referentes às penalidades.

5. Por fim, a Seção de Elaboração de Editais promoveu a revisão do Aviso de Dispensa Eletrônica conforme nova versão do TR e recomendações da Assessoria Jurídica, conforme documento 1410712.

6. Dessa forma, considerando a análise realizada anteriormente pela Seção de Elaboração de Editais e que os ajustes promovidos pela unidade demandantes estão de acordo com as recomendações da Assessoria Jurídica, com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411/2018 (0578958), **aprovo** o Termo de Referência 1409147.

7. Ainda, considerando o consignado no item 14 do citado Parecer, através do Despacho SAD 1406195, informo que, sem prejuízo de posterior retificação do entendimento por essa Diretoria, determinei que no Aviso de Dispensa Eletrônica deverão permanecer as exigências dispostas quanto à documentação a ser apresentada pelas empresas participantes do procedimento, tendo em vista que em caso de formalização contratual estas já seriam solicitadas posteriormente. Além do mais, a referida definição também tem por objetivo evitar equívocos com diferentes exigências para as dispensas de licitação com variados valores.

8. Ante o exposto, encaminho os autos para análise do exposto no parágrafo antecedente e, caso esteja de acordo, autorizar a realização de Dispensa

Eletrônica, em conformidade com o item 21 do Parecer AJU.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 28/09/2022, às 16:39, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1410821** e o código CRC **8F91D88A**.

DESPACHO

1 . Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa para confecção de placas e troféus, sob demanda, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para eventos de premiação, por dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

2. Após a elaboração do Aviso de Dispensa Eletrônica, os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica (AJU), que se manifestou por meio do Parecer AJU 1398996 pela chancela do documento, ressalvados os itens 5, 9 a 17 e 21 do citado expediente.

3. Ato contínuo, considerando a análise realizada pela Seção de Elaboração de Editais e que os ajustes promovidos pela unidade demandante estão de acordo com as recomendações da Assessoria Jurídica, a Secretaria de Administração, com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411/2018 (0578958), aprovou o Termo de Referência 1409147.

4. Considerando a aprovação do citado Termo, constante do Despacho SAD (1410821), e condicionado à disponibilidade orçamentária, **autorizo** a realização da Dispensa Eletrônica com fundamento no inciso II e no § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, para contratação de empresa para confecção de placas e troféus para premiação de eventos.

5. À Comissão Permanente de Contratação (CPC), para publicação do ato de dispensa eletrônica no portal do CNJ, bem como para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 29/09/2022, às 15:18, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1411060** e o código CRC **B13E26B9**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 01/2022

(Ampla concorrência)

OBJETO	Confecção de placas e troféus, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para eventos de premiação, sob demanda, conforme especificações do Termo de Referência.

Período de propostas	**Período de lances**
Até o dia 13/10/2022 – Antes da Fase de lances	Início: 13/10/2022 às 08:00hs Término: 13/10/2022 às 16:00hs

Valor total máximo admitido	**R$7.312,00 (sete mil e trezentos e doze reais).**
Endereço Eletrônico	**HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS e HTTPS://WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR**
Comissão Permanente de Contratação - CPC	COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC SAF/Sul, Quadra 02, lote 05/06, ed. Premium, bloco “e”, Sala 003. CEP: 70.070-600. Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013 E-mail: cpc@cnj.jus.br

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (UASG 40003) torna pública a realização da Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasNet 4.0, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio desse sistema eletrônico.

Os participantes deverão atender às condições deste Aviso e seus Anexos, inclusive quanto à manutenção do registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao

órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1. Confecção de placas e troféus, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para eventos de premiação, sob demanda, conforme especificações do Termo de Referência.

Item	Especificações	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário	Valor total
1	Placas de aço • Aço inox escovado; • Impressão UV; • Tamanho 20x15; • Acondicionada, individualmente, em estojo de veludo na cor preta; • Placa deve ser acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta; • A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por *e-mail*.	Un.	30	118,00	3.540,00
2	Troféus • Acrílico cristal medindo 19x24cm; • Base em acrílico 10mm, contendo impressão em policromia UV; e • A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por e-mail.	Un.	41	92,00	3.772,00
VALOR TOTAL ADMITIDO PARA O GRUPO (R$)				**7.312,00**	

2. DA PARTICIPAÇÃO DOS FORNECEDORES

2.1. Para participar, o fornecedor deverá observar os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2. Poderão participar dessa dispensa de licitação, as empresas que:

a) atendam às condições previstas neste Edital e em seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico (Comprasnet);

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema:

a) a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

d) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

f) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Não poderão participar desta contratação, pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso:

a) que não explorem atividade compatível com o objeto desta contratação;

b) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) impedidas de licitar e contratar com a União; e

e) que se enquadrem em alguma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei n. 14.133, de 2021.

2.5. Para fins desta contratação, considerar-se-á microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.6. Para microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015.

2.7. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverão manifestar, em campo próprio, sob as penas da lei, declaração de que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.8. As microempresas ou empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, poderão participar desta dispensa, mas não poderão apresentar proposta com os benefícios da condição de optante e, caso venham a ser contratadas, estarão sujeitas à exclusão obrigatória do referido regime de tributação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.9. A microempresa ou empresa de pequeno porte contratada deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil até o último dia do mês subsequente ao da assinatura do contrato, conforme previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, apresentando, no mesmo prazo, o comprovante da referida comunicação à gestão do contrato, sob pena de rescisão contratual.

2.10. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.11. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O fornecedor, após a abertura da sessão, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência, indicação dos serviços/produtos, marca, quando for o caso, prazo de entrega e demais características ofertadas para o atendimento do objeto, até o horário de encerramento estabelecido neste Aviso.

3.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3. A indicação do preço deverá conter o valor unitário e total do item, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo. Deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto a ser contratado.

3.4. As condições de fornecimento, recebimento, pagamento, obrigações, acompanhamento, bem como as penalidades estão especificadas no Termo de Referência e vinculam integralmente a proposta vencedora.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a cotação, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

a) Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

b) Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

c) Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

d) Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrado o procedimento de envio de lances, será realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

5.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, valores unitários e ou totais superiores aos estabelecidos no item 1.1 deste Aviso.

5.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero ou manifestamente inexequíveis.

5.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências habilitatórias, o agente responsável pela condução do procedimento examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Aviso.

5.9. Será declarado vencedor o fornecedor que, atendidas as demais exigências fixadas neste Aviso, apresentar o menor valor, **observado (s) o (s) valor (es) unitário (s) máximo (s) admitido (s) no Item 1.1 deste Aviso**.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇAO E DE QUALIFICAÇÃO

6.1. Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. Regularidade fiscal e trabalhista

c) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

j) As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g, 'h' e 'i' do item 6.2, para fins de habilitação da participante cadastrada naquele sistema.

6.3. Qualificação econômico-financeira

k) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da participante.

6.4. Qualificação técnica (não se aplica**).**

6.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos apresentados para a habilitação ou de documentos não constantes do SICAF, será solicitado ao vencedor, **no prazo de até 2 (duas) horas**, contados da solicitação do agente responsável, para o envio dos documentos por meio do sistema.

6.6. O prazo previsto no item 6.5 poderá ser prorrogado por até **1 (uma)** hora, mediante solicitação escrita e justificada da participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo agente responsável, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação, fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente (nota de empenho/ordem de serviço/ordem de

fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da emissão da nota de empenho.

8.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta)** dias corridos, sem convocação para assinatura do contrato, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

9.2. As penalidades serão aplicadas nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.01/2022
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Confecção de placas e troféus, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, para eventos de premiação, sob demanda.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

A confecção de placas e troféus comemorativos justifica-se pela realização de eventos com cerimônia de entrega dos prêmios, conforme regulamentação prevista no normativo de cada evento específico, sob demanda.

A aquisição das placas deve apresentar as seguintes especificações:

- Aço inox escovado;
- Impressão UV;
- Tamanho 20x15;
- Acondicionada, individualmente, em estojo de veludo na cor azul ou preta;
- A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por *e-mail*.

A aquisição dos troféus em acrílico deve compreender as seguintes especificações:

- Acrílico cristal medindo 19x24cm;
- Base em acrílico 10mm, contendo impressão em policromia UV; e
- A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por e-mail.

a) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso;

A metodologia de execução será por demanda, por meio da aquisição de placas e troféus, de acordo com a solicitação de cada evento específico.

Os eventos já previstos são: Prêmio CNJ de Qualidade, Premiação Juízo Verde e Prêmio Memória do Poder Judiciário.

b) deveres e disciplina exigidos;

1) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da ordem de fornecimento;

2) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a ordem de fornecimento, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

3) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

4) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

5) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

6) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento ao fornecimento do objeto.

7)Manter-se, durante toda a execução do instrumento da Ordem de Fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

c) identificação dos resultados esperados;

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

Espera-se que as placas e os troféus confeccionados estejam em condições de uso favoráveis. Espera-se, ainda, que o FORNECEDOR tenha disponibilidade para solucionar problemas de forma célere, a fim de dar continuidade às demandas de premiação de eventos institucionais do CNJ.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade das placas e dos troféus confeccionados de acordo com as especificações constantes, conforme especificação do objeto.

d) indicação, quando existente, da necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica, bem como indicação do período de garantia legal e/ou contratual previstos para os materiais e/ou serviços integrantes da solução a ser contratada;

Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) definição da unidade de medida a ser utilizada para o tipo de serviço a ser contratado, incluindo métricas, metas e formas de mensuração adotadas, dispostas, sempre que possível, na forma de Níveis de Serviços e de indicadores; e

A unidade de medida utilizada é a quantidade fornecida pela contratada, de acordo com o quantitativo necessário, sob demanda. A forma de mensuração de

atendimento de prestação da aquisição de placas e troféus será atestada por meio do recebimento prévio e definitivo, com atesto de nota fiscal.

1.2. NATUREZA DO OBJETO

A aquisição de placas e troféus é de natureza não contínua.

1.3. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

Em caso de produtos/serviços

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT./ Demanda por evento	QTDE. TOTAL
Único	1	Placas de aço • Aço inox escovado; • Impressão UV; • Tamanho 20x15; • Acondicionada, individualmente, em estojo de veludo na cor preta; • Placa deve ser acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta; • A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por *e-mail*.	Unidade	Prêmio Juízo Verde - **5 unidades** Prêmio Memória do Poder Judiciário - **15 unidades** De acordo com o cronograma de eventos relacionado no Estudo Preliminar 1358693, poderão ser solicitados tendo em vista o cronograma não oficial do CNJ - **10 unidades**	30 (trinta) unidades
	2	Troféus • Acrílico cristal medindo 19x24cm; • Base em acrílico 10mm, contendo impressão em policromia UV; e • A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à	Unidade	CNJ de Qualidade - **31 unidades** De acordo com o cronograma de eventos relacionado no Estudo Preliminar 1358693, poderão ser solicitados tendo em vista o	41 (quarenta e uma) unidades

		empresa contratada por e-mail.		cronograma não oficial do CNJ - **10 unidades**	

1.3.1. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

O objeto é divisível e permite o parcelamento visto que possui 2 (dois) itens: placas de aço e troféus em acrílico.

Apesar da existência de dois itens, é oportuno o agrupamento dos itens em um único grupo, tendo em vista que não há prejuízo, pois há fornecimento do mercado, de acordo com orçamentos recebidos e contratações anteriores, bem como proporciona otimização de tempo e custo de gestão de contratos.

1.4 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência será 12 (doze) meses a contar da emissão da Nota de Empenho.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A confecção de placas e troféus para premiação justifica-se na realização de cerimônias de entrega dos prêmios, de acordo com a especificidade de cada evento, baseado em contratações anteriores e eventos previstos.

Os eventos já previstos são: Premiação Juízo Verde (SEI 03973/2021 ; 07292/2021), Prêmio CNJ de Qualidade (04174/2022) e Prêmio Memória do Poder Judiciário (SEI 02080/2022 e 04707/2021).

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Os Estudos Técnicos preliminares aprovado pela autoridade competente é o de n. *1358693*.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADQUIRIDA/CONTRATADA

a) indicação, quando existente, da necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica para os materiais e/ou serviços integrantes da solução a ser contratada;

Não se aplica.

b) as regras de transição contratual, quando for o caso;

Não se aplica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

A empresa contratada deverá observar as especificações do objeto e o cronograma de execução, sob demanda.

4.1 Sujeição às normas técnicas e legais

Não se aplica.

4.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

A contratação não exige a observância de critérios específicos de sustentabilidade para a execução do objeto. De todo modo, a Contratada deverá observar, no que cabível, o código de conduta dos Fornecedores de bens e serviços do CNJ.

É oportuno que a empresa contratada faça uso de logística reversa ou práticas ambientais sustentáveis aplicadas na confecção de placas e troféus.

Para incluir critérios de sustentabilidade ambiental na contratação em comento, esta Secretaria de Cerimonial e Eventos inspirou-se nas orientações apresentadas no guia "Dicas para tornar o seu evento sustentável", do Ministério do Meio Ambiente, tais como:

· Reduzir, sempre que possível, o número de impressões. Caso haja necessidade de produzir materiais impressos, optar por papéis reciclados, ou livres de cloro ou derivados de madeira legal.

· Realizar doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo.

Também foi levada em conta a durabilidade do material a ser confeccionada.

4.3. Requisitos de qualidade

Busca de qualidade do material e da impressão, padronização de premiações anteriores, durabilidade e menor preço, conforme documento 1366694.

Os requisitos de qualidade do objeto a ser contratado é a padronização de placas e troféus utilizada em premiações anteriores, o menor preço, durabilidade.

A utilização de impressão tipo UV na placa de aço proporciona maior durabilidade e nitidez que o adesivo colado na placa, além de ser mais barato que a gravação em baixo relevo. O objeto não ficará exposto ao tempo, será acondicionado em estojos.

O troféu em acrílico de acordo com as medidas solicitadas possui padronização com os troféus impressos pelo órgão, além disso, a gravação em UV na placa de acrílico proporciona mais durabilidade que o adesivo colado, bem como uma melhor imagem da arte a ser impressa. Ainda, utilizamos uma base de troféu mais fina, tendo em vista que, quanto mais espessa, o custo será maior, conforme orçamentos recebidos e contratações anteriores.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

5.1. Indicar Local e Horário dos Serviços/Fornecimentos

O local e o horário da entrega das placas ou dos troféus, sob demanda, serão previamente marcados por *e-mail* e telefone, de acordo com o prazo previsto neste documento para entrega.

O local de entrega é na Secretaria de Cerimonial e Eventos do Conselho Nacional de Justiça, localizado no SAF Sul Quadra 2 lotes 5/6, sala FA02.

5.2. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ é das 12h às 19h.

5.3. Ordem de Execução

O pedido de placas e troféus será requisitado por Ordem de Fornecimento, sob demanda.

5.4. Cronograma de Execução, caso existirem várias etapas.

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO	UNIDADES ENVOLVIDAS
1. Envio da Nota de Empenho para a empresa.	Envio de *e-mail* para a empresa com a nota de empenho e ordem de fornecimento, sob demanda.	Até 3 (três) dias úteis da sua emissão.	Secretaria de Cerimonial e Eventos
2. Comunicação sobre demanda de placas ou troféus e envio de Ordem de Fornecimento.	Comunicação sobre demanda de placas ou troféus. A cada demanda de evento que necessite da confecção de placas e troféus, a empresa será comunicada previamente por *e-mail*, telefone, ofício ou outro meio de comunicação pertinente.	Até 5 (cinco) dias úteis antes da data de entrega estimada.	Secretaria de Cerimonial e Eventos

	A empresa receberá uma ordem de fornecimento por demanda, sempre que possível.		
3 Reunião de alinhamento	Reunião de alinhamento, quando necessário (Planejamento)	Até 5 (cinco) dias úteis antes da data de entrega estimada.	Secretaria de Cerimonial e Eventos e Empresa Contratada
4 Amostra, quando necessário	Apresentação de amostra, se for o caso.	Até 3 (três) dias úteis	Empresa Contratada
5. Confecção e entrega do objeto (execução)	Confecção de placas e troféus, de acordo com especificações solicitadas e arte a ser encaminhada pelo CNJ.	Até 3 (três) dias úteis. A data e a hora de entrega serão informadas na ordem de fornecimento, sempre que possível	Empresa Contratada
6. Apresentação de nota fiscal/ Pagamento (acompanhamento/controle)	Após a prestação efetiva do fornecimento, a empresa deve encaminhar nota fiscal ao CNJ, para fins de atesto e pagamento pelo gestor da Ordem de Fornecimento que acompanhará a execução contratual.	Após efetiva prestação do fornecimento demandado.	Empresa contratada e Secretaria de Cerimonial e Eventos

5.5. Garantia ou assistência técnica.

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

6.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica.

6.2. Qualificação econômico-financeira

Não se aplica.

6.3. Habilitação jurídica

a) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

6.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;

b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

d) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

f) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

7. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

A proposta levará em consideração os critérios de requisitos mínimos listados nas especificações do objeto.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

8.1 O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização da Nota de Empenho. As ocorrências e as deficiências de confecção do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.

8.2 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.

8.3 A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Nota de Empenho, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O material será recebido da seguinte forma:

a.) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

b) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da Ordem de Fornecimento.

9.2 No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias,por ordem bancária, em consonância com o disposto no artigo 141 e dispositivos sobre pagamento da Lei 14.133/2021, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Ordem de Fornecimento poderá ser devolvida ao fornecedor, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) De acordo com a Lei 14.133/2021, será permitido o pagamento de parte na nota fiscal.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Comunicar a empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

c) Recusar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações deste documento;

d) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo deste Termo de Referência.

b) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento;

c) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a Ordem de Fornecimento, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

d) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

e) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

f) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

g) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento ao fornecimento do objeto.

h) Manter-se, durante a vigência da Nota de Empenho (12 meses a contar de sua emissão), em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

Com base no valor mínimo de orçamentos recebidos e conforme item 6 do Estudo Técnico Preliminar 1358693, o valor do objeto é estimado em **R$ 7.312,00** (sete mil trezentos e doze reais).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta despesa foram previstos no plano anual de aquisições 2022 da Secretaria de Administração, Processo n.09608/2021, documentos 1333144 e 1342191 .

15. SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, aplicada exclusivamente às situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
b) multa, no valor de:
b.1) 3% (três por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.4”;
b.4) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
e) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
f) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à contratada, ou cobrado judicialmente.

16. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de se exigir garantia contratual.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça, ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça e ANEXO C: Ordem de fornecimento (Modelo).

ANEXO “A” DO TERMO DE REFERÊNCIA – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de

ANEXO "B" DO TERMO DE REFERÊNCIA - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por _____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA,

em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ANEXO "C" – DO TERMO DE REFERÊNCIA - ORDEM DE FORNECIMENTO (MODELO)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Data:
Ordem de fornecimento nº :
Observação:

Evento:
Local do Evento:
Período de realização:
Observação:
Contato: Secretaria de Cerimonial e Eventos
e-mail: cerimonialcnj@cnj.jus.br
Telefone: (61) 2326-5539 (61) 2326-5546

Ite	Descrição	Detalhamento	Unidade	Qtde. Registra	Valor Unitári	Valor Tot
1						R$ 0,00
2						R$ 0,00
		Total				**R$ 0,00**

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - DISPENSA 01/2022				
	Valor Total		Economia	
	Estimado	Adjudicado	R$	%
GRUPO 1	7.312,00	5.835,20	1.476,80	20,20
Total	7.312,00	5.835,20	1.476,80	20,20

Data e hora da consulta: 04/11/2022 14:20
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	375	2022PE000284

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339031	40106	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
25/10/2022	Ordinário	04243/2022	-	2.670,00

Favorecido

Código	Nome
27.454.615/0001-44	DONIMARA RIBEIRO DO CARMO 01313529206

Endereço	CEP
AV PROF ELBA MARIA RAMOS PEREIRA,157, JD HÍPICA PINHEIRO - TAUBAT	12092-821

Município	UF	Telefone
TAUBATE	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição
04243/2022 - CONFECÇÃO DE PLACAS E TROFÉUS, COM ARTE A SER ENCAMINHADA PELO CNJ, PARA EVENTOS DE PREMIAÇÃO, SOB DEMANDA.
CONFORME DESPACHO 1423083 - DG

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
005	26/10/2022 11:52:38	Alteração

Data e hora da consulta: 04/11/2022 14:20
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339031 - PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	2.670,00

Subelemento 99 - OUTRAS PREMIACOES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONFECÇÃO DE PLACAS E TROFÉUS, COM ARTE A SER ENCAMINHADA PELO CNJ, PARA EVENTOS DE PREMIAÇÃO, SOB DEMANDA. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME TR/PB (1409147) .	0,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
25/10/2022	Inclusão	1,00000	2.670,0000	2.670,00
25/10/2022	Anulação	1,00000	2.670,0000	2.670,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	CONFECÇÃO DE PLACAS, COM ARTE A SER ENCAMINHADA PELO CNJ, PARA EVENTOS DE PREMIAÇÃO. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME TR/PB (1409147) .	2.670,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
25/10/2022	Reforço	30,00000	89,0000	2.670,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
26/10/2022 11:52:38

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
26/10/2022 11:19:52

Versão	Data/Hora	Operação
005	26/10/2022 11:52:38	Alteração

Dispensa Eletrônica de Licitação



Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Termo de referência **14**
Estimativa de preços **25**
Declaração de dispensa de licitação **26**
Aviso de dispensa eletrônica **27**
Mapa comparativo de preços **46**
Nota de empenho **47**

CNJ	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A Secretaria de Comunicação Social (SCS) interage com membros da imprensa - importante canal de diálogo com a sociedade - de todo o país para divulgar atividades e mensagens de interesse do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Poder Judiciário.

Para tanto, necessita de ferramenta que permita a pesquisa de dados e contatos atualizados de profissionais e veículos de comunicação, com filtros por editoria/tema (justiça, meio ambiente, política, etc), localização geográfica (bairro, cidade, estado), tipo de veículo (jornal, revista, site, etc), assim como o envio e distribuição de material produzido pela equipe de assessoria de comunicação.

A ferramenta deverá enviar grande quantidade de mensagens e também garantir que a mensagem certa seja entregue para ao endereço eletrônico correto. Além disso, o sistema deve permitir a localização de jornalistas de modo individual e por área de atuação, para que se possa delimitar o escopo da pauta por área e o envio de e-mails direto para grupos. A proposta é racionalizar o trabalho e economizar tempo.

É essencial uma ferramenta que passe por atualização e manutenção constante, de forma a manter o banco de dados atualizado, já que a Secretaria de Comunicação Social (SCS) do CNJ não dispõe de recursos para fazer esse levantamento de dados e atualizações de contatos, devido ao grande número de veículos e profissionais de imprensa de todos os estados brasileiros, além da alta rotatividade no meio jornalístico.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Os recursos financeiros para a cobertura desta proposta de contratação foram previstos no item 15.1 do plano anual de aquisições 2022 da SCS - aquisição de mailing. Conforme Proposta Orçamentária (Planilha 1340328, Processo n. 09608/2021).

A demanda está em conformidade com a Portaria nº 104/2020 que institui o Planejamento Estratégico do CNJ 2021 a 2026. Nos termos do art. 2º, inciso II, da Portaria 104/2020, há os componentes da estratégia do CNJ:

- Visão de futuro: “Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir a eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira”;

- Valores: “Integração, busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade”;

Nos termos do art. 3º, inciso IV, a contratação está em consonância com os objetivos estratégicos (2021 – 2026) “promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica”.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A função da Secretaria de Comunicação é planejar, gerenciar e executar projetos e ações de comunicação junto aos diversos públicos. Gerenciar as relações entre os veículos de comunicação; coordenar os processos de produção da informação jornalística; gerencia processos de comunicação institucional, interna e externa; planejar, executar e controlar as ações de marketing e as campanhas publicitárias do CNJ; organizar e acompanhar a realização de eventos promovidos pelo governo; entre outras funções.

Tendo em vista a diversidade de funções citadas acima, torna-se essencial contratação de empresa especializada para fornecimento de *mailing* de imprensa - com dados de contato de jornalistas e de veículos de todo o Brasil - e ferramenta de distribuição de *press releases* e boletins informativos (*e-mail* marketing) aos contatos obtidos via *mailing* de imprensa e próprios da Secretaria de Comunicação Social.

É importante que a ferramenta permita a pesquisa de dados e contatos atualizados de profissionais e veículos de comunicação, com filtros por editoria/tema (justiça, meio ambiente, política, etc), localização geográfica (bairro, cidade, estado), tipo de veículo (jornal, revista, site, etc), assim como o envio e distribuição de material produzido pela equipe de assessoria de comunicação.

A contratação de empresa especializada em mailing tem o objetivo de proporcionar ao CNJ a ampliação da base de jornalistas e veículos de imprensa em contato com o Conselho Nacional de Justiça e a consequente maior abrangência da divulgação das informações de interesse do órgão, reduzindo os erros na distribuição de *press releases*, avisos de pauta e outros conteúdos elaboradores pela equipe de assessoria de comunicação do CNJ devido a dados incorretos e/ou desatualizados.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. TOTAL
1	Contratação de serviço de *Mailing* de Imprensa.	1

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Indicação e análise das alternativas possíveis disponíveis no mercado, com base preferencialmente no seguinte quadro-modelo:

Opções Identificadas		Especificação do produto/serviço	Quantificação do Produto ou Serviço	Órgão (s) públicos que adotaram a solução	Vantagens e Benefícios	Desvantagens e riscos	Custo(s) envolvido(s)
1ª	Contratação direta	Contratação de serviço de *Mailing* de Imprensa.	*Mailing* de imprensa com opção de envio massivo, de forma que desonere o servidor de correio eletrônico do Conselho e garanta que as mensagens sejam entregues sem serem consideradas spans.	TSE, CNMP, CNJ	Maior rapidez na entrega das informações e baixo custo pela grande quantidade de mensagens enviadas e mais pessoas receberão as informações	Sistema fora do ar e não envio de informações	Baixo custo da contratação no valor médio de R$ 8.280,00, conforme item 6
2ª	Execução manual	Distribuição de mensagens para centenas e até milhares de contatos pelo próprio servidor do CNJ. Além de sobrecarregar o servidor tem o risco de que o endereço do Conselho	Distribuição de mensagens para centenas e até milhares de contatos pelo próprio servidor do CNJ. Além de sobrecarregar o servidor tem o risco	Não encontramos nenhum órgão que tenha adotado esta solução.	utilizar a mão de obra já contratada	Custo alto de demora na execução do serviço que tem que ser diário e pela grande quantidade de	Alto custo mensal de envio pelos correios

		seja considerado distribuidor de spams (mensagens enviadas massivamente), é recomendado que seja adquirida ferramenta que ofereça tanto a pesquisa de dados como o envio massivo de mensagens.	de que o endereço do Conselho seja considerado			informação torna-se inexequível e com risco de muitos erros e alto custo de envio pelos Correios	

No que se refere à solução nº 1 foram obtidas as seguintes contratações:

Solução	Órgão (indicar contrato)	Descrição da Solução
1ª	Conselho Nacional de Justiça - Contrato 37/2021	Prestação de serviço de Mailing Jornalístico.
1ª	Tribunal Superior Eleitoral - Contrato 21/2020	Prestação de serviço de Mailing Jornalístico.
1ª	Conselho Nacional do Ministério Público - Contrato 37/2021	Prestação de serviço de Mailing Jornalístico.

Em referência à opção 2, verifica-se que o valor para enviar mensalmente uma mensagem/carta com aviso de recebimento pela internet tem a tarifa vigente de R$ 16,10, conforme costa no link do Correios https://www.correios.com.br/enviar/correspondencia/saiba-mais-nacional . Uma simulação de envio mensal de 120 mensagens por mês em 12 meses seria o valor de R$ 23.184,00. Contudo a contratação é para até 120 mil mensagens mensais. Essa contratação pelos Correios fica muito onerosa devido à alta quantidade de mensagens que devem ser enviadas por mês.

Carta via Internet - Tarifas vigentes à partir de 31/01/2022.

Carta Via Internet	À vista e para Cobrança em Fatura no Contrato
Sem Aviso de Recebimento	R$ 9,10
Com Aviso de Recebimento	R$ 16,10

5.2 Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratação semelhante por meio do Processo: 06435/2021, Contrato 37/2021. Fornecedor contratado: **YELLOW DATA – SOLUÇÕES INTELIGENTES EM TI LTDA**., seu período de vigência é de 30/12/2021 a 29/12/2022.

O histórico de execução contratual consta nos autos do Processo SEI nº 06435/2021 e processos relacionados referentes aos pagamentos com as notas fiscais e demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços. Ressalte-se que os serviços foram prestados de acordo com o solicitado e nos termos do Contrato em comento e não há registros de sanções aplicadas à empresa pelo Conselho.

5.3. Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

A opção que mais se adequa ao CNJ é a contratação do serviço de *mailing* de imprensa com opção de envio massivo, de forma que desonere o servidor de correio eletrônico do Conselho e garanta que as mensagens sejam entregues sem serem consideradas *spans*.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Opção	Órgão (indicar contrato)	Descrição da solução	Valor contrato	Empresa Contratada
1ª	Conselho Nacional de Justiça - Contrato 37/2021	Prestação de serviço de Mailing de Imprensa.	R$ 8.280,00	Yellow Data - Soluções Inteligentes em TI.
1ª	Tribunal Superior Eleitoral - Contrato 21/2020	Prestação de serviço de Mailing Jornalístico.	R$ 6.600,00	Yellow Data - Soluções Inteligentes em TI.
1ª	Conselho Nacional do Ministério Público - Contrato 30/2019	Prestação de serviço de Mailing Jornalístico.	R$ 5.988,00	Comunique-se SA

Destaca-se que o contrato do CNJ 37/2021 (1356765) tem valor maior que no contato TSE 21-2020 (1356768) pois no item do TSE foi contratado para envio de até 80 mil e-mails mensais, conforme cláusula primeira do documento 1356768; já no contrato do CNJ o contratado é para envio de até 120 mil disparos de mensagens, conforme aprovado no item 2 do PAMS 1163090 e cláusula quinta parágrafo único item 3 do contrato 37/2021 (1356765); nesse caso onera a contratação.

Verifica-se que a contratação explicitada no item 5.1 em relação à contratação via Correios, onera muito os cofres públicos.

Assim, considerando o valor do contrato CNJ 37/2021 (1356765) informo que o valor estimado para nova contratação é de R$ 8.280,00.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

1. O serviço de *mailing* de imprensa deverá permitir geração de listas de contatos, com filtro no mínimo por:

- Localização do veículo/abrangência (região, estado e cidade);
- Tipo de veículo/mídia (jornal, rádio, televisão, internet, agências de notícias, etc.);
- Editoria/departamento/área de atuação do repórter/especialidade;
- Cargo do jornalista (editor, repórter, chefe de redação, etc.);
- Periodicidade/Tiragem (veículos de grande mídia, mídia regional, mídia local, etc.);

2. Com base nos critérios de busca selecionados pelo usuário, o sistema deverá processar a pesquisa e tornar o resultado visível, permitindo a leitura em tela ou geração de arquivos para download.

3. O serviço deve permitir a quantidade até **cento e vinte mil disparos mensais** de mensagens eletrônicas.

4. Uma vez gerado, o arquivo de *mailing* ficará hospedado no servidor da empresa contratada, de forma que possa ser acessado, via internet, por qualquer usuário que detenha autorização de acesso (login e senha). O sistema deverá ser capaz de gravar um ou mais mailings ou listas, além de disponibilizar ao usuário a opção de atualizar os contatos dos *mailings* já gerados.

5. O sistema deverá gerar relatórios dos *mailings* gravados, com informações como o número de profissionais constantes daquele *mailing*, seus respectivos cargos, o número de veículos constantes do mailing, o tipo dos veículos, entre outras informações. O sistema deverá oferecer opção de impressão automática de etiquetas e fornecer, além dos endereços de e-mail, outros dados de contato dos jornalistas e dos veículos, tais como endereço, telefone, website da empresa de comunicação etc.

6. O serviço deverá ser ininterrupto, ou seja, terá de estar disponível 24 horas por dia, os sete dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, e principalmente durante o expediente do CNJ, que é de segunda a sexta, das 12 às 19 horas.

7. O serviço deverá ser acessado via internet, a partir de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores, mediante login e senha, ou a partir de rede local.

8. O banco de dados da empresa, que servirá de base para a seleção do *mailing*, deverá conter, no mínimo, 20 mil e-mails cadastrados e ser atualizado pelo menos uma vez por mês.

9. A data da última atualização do banco de dados deverá estar visível na página inicial do sistema.

10. A ferramenta deverá ser capaz de enviar e-mails para listas ou *mailings* obtidos via sistema de *mailing* de imprensa, de forma automática e integrada, e também para as listas de contatos da própria CONTRATANTE, oferecendo a opção de importação de dados.

11. A ferramenta deverá enviar arquivos em formato texto (word e sistemas compatíveis), HTML ou PDF, além de oferecer opção de edição de papel de carta personalizado, inclusão de assinatura automática, de arquivos anexos e de hyperlinks, de fotos ou imagens em formato .jpeg e de vídeos.

12. A ferramenta deverá ter a opção de envio de e-mail de teste (preview), para endereços previamente selecionados, antes do envio definitivo da mensagem para o *mailing* selecionado.

13. A ferramenta deverá permitir o cadastramento de vários e-mails de remetente e possibilitar a indicação de endereço diverso do remetente para envio de resposta e/ou confirmação de recebimento.

REQUISITOS MÍNIMOS

1. Plataforma online acessível de qualquer local 24 horas por dia X 7 dias por semana X 365 dias por ano.

2. Base de dados de jornalistas e veículos de imprensa atualizada, com opção de filtro e segmentação ilimitada nos itens definidos no item 1 da descrição do objeto.

3. Mínimo de 5 usuários simultâneos.

4. Envio/disparo de até 120.000* (cento e vinte mil) mensagens por mês, tanto para contatos pesquisados na plataforma como para contatos próprios cadastrados pela equipe CNJ.

5. Relatório detalhado sobre envio e abertura de mensagens.

6. Agendamento de envio/disparo.

7. A ferramenta deverá gerar, em tempo real, relatórios de acompanhamento da entrega e da abertura das mensagens, com as seguintes informações:

- número de mensagens com abertura e leitura confirmadas e não-confirmadas;
- data e hora da abertura das mensagens;
- taxa de retorno das mensagens, com indicação do motivo que impediu a entrega (caixa postal cheia, erro no endereço do destinatário, etc.);
- informações de envio e abertura segmentadas por veículo, editoria, mídia, localização, etc.

** O CNJ conta atualmente com uma lista de 2.000 contatos de imprensa que interagem com a assessoria de comunicação regularmente, além de contar com um cadastro de quase 6.000 endereços eletrônicos de pessoas que solicitaram receber conteúdo informativo online. Foi feita uma estimativa de média mensal de 120 mil mensagens distribuídas por mês: 3 mensagens por dia (manhã, tarde e noite).*

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O objeto não é divisível e não permite parcelamento visto que é somente uma contratação de prestação de serviço de Mailing *de Imprensa.*

A adjudicação por itens não se mostra viável, uma vez que é somente um objeto indivisível. Nesse sentido a contratação única irá proporcionar melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

9.1. Indicadores de desempenho da contratação

A - Ampliação da base de jornalistas e veículos de imprensa em contato com o Conselho Nacional de Justiça e a consequente maior abrangência da divulgação das informações de interesse do órgão;

B - Redução de erros na distribuição de press releases*, avisos de pauta e outros conteúdos elaboradores pela equipe de assessoria de comunicação do CNJ devido a dados incorretos e/ou desatualizados;*

C - Redução de problemas técnicos na distribuição de conteúdos, já que utilizará ferramenta apropriada (evitando que as mensagens do CNJ sejam barradas por sistemas anti-spam e similares);

D - Maior agilidade e eficiência nas atividades de rotina da SCS.

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em relação a critérios de ordem técnica e operacional da pretensa contratação, não há qualquer empecilho para sua execução, tendo em vista que os recursos materiais necessários para atender a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor, e os profissionais de fotografia e áudio e vídeo do CNJ já detêm o conhecimento necessário para a operação dos equipamentos.

Quanto às restrições normativas, no âmbito do CNJ, não encontramos nenhuma norma que restrinja a contratação.

A restrição interna que pode dificultar a implementação da solução selecionada é somente a financeira/orçamentária.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes ao contrato a ser celebrado.

12. IMPACTO AMBIENTAL

Não há impacto ambiental visto ser um serviço online.

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

RISCO 1:	*Ineficiência na execução parcial ou total do objeto.*		
Probabilidade *(Alta, média e Baixa)*	*Id*	*Dano*	*Impacto* *(Alto, Médio e Baixo)*
Baixa	*1*	*Dificuldade de comunicação do CNJ com a imprensa.*	*Alto*

Id	*Ação de Mitigação e Contingência*		*Responsável*
1	*Previsão de sanções.* *Promover o controle na execução do objeto*		*Gestor do contrato*
RISCO 2:	*Atraso na celebração do contrato e/ou na disponibilização de acesso (login e senha) pela empresa contratada.*		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	*Id*	*Dano*	*Impacto (Alto, Médio e Baixo)*
Média	*1*	*Impossibilidade de acesso ao sistema.*	*Alto*
Id	*Ação de Mitigação e Contingência*		*Responsável*
1	*Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual.* *Distribuição de e-mails pela equipe da SCS.*		*Unidade demandante*

14. CONCLUSÃO DO GESTOR

Diante das informações trazidas nestes Estudos Preliminares, conclui-se pela necessidade de contratação Prestação de serviço de *Mailing* de Imprensa, a contratação dos serviços poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021. De acordo com o Decreto 10.922/2021, o valor da contratação não ultrapassa R$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos)

.

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Rejane Maria Rodrigues Neves	rejane.neves@cnj.jus.br	5471	SCS
Beatriz Lygia Dias Borges	beatriz.borges@cnj.jus.br	8479	SCS
Claudio Henrique P. Silva	claudio.pereira@cnj.jus.br	5482	SCS
Kristien de Godoi Roepke	kristien.roepke@cnj.jus.br	5484	SCS
Lucas Oliveira da Rocha Pinto	lucas.rocha@cnj.jus.br	1761	SCS

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa - com dados de contato de jornalistas e de veículos de todo o Brasil - e ferramenta de distribuição de press releases e boletins informativos (e-mail marketing) aos contatos tanto obtidos via mailing de imprensa, como contatos da Secretaria de Comunicação Social.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

1. O serviço de mailing de imprensa deverá permitir geração de listas de contatos, com filtro no mínimo por:

- Localização do veículo/abrangência (região, estado e cidade);
- Tipo de veículo/mídia (jornal, rádio, televisão, internet, agências de notícias, etc.);
- Editoria/departamento/área de atuação do repórter/especialidade;
- Cargo do jornalista (editor, repórter, chefe de redação, etc.);
- Periodicidade/Tiragem (veículos de grande mídia, mídia regional, mídia local, etc.);

2. Com base nos critérios de busca selecionados pelo usuário, o sistema deverá processar a pesquisa e tornar o resultado visível, permitindo a leitura em tela ou geração de arquivos para download.

3. O serviço deve permitir a quantidade até cento e vinte mil disparos mensais de mensagens eletrônicas.

4. Uma vez gerado, o arquivo de mailing ficará hospedado no servidor da empresa contratada, de forma que possa ser acessado, via internet, por qualquer usuário que detenha autorização de acesso (login e senha). O sistema deverá ser capaz de gravar um ou mais mailings ou listas, além de disponibilizar ao usuário a opção de atualizar os contatos dos mailings já gerados.

5. O sistema deverá gerar relatórios dos mailings gravados, com informações como o número de profissionais constantes daquele mailing, seus respectivos cargos, o número de veículos constantes do mailing, o tipo dos veículos, entre outras informações. O sistema deverá oferecer opção de impressão automática de etiquetas e fornecer, além dos

endereços de e-mail, outros dados de contato dos jornalistas e dos veículos, tais como endereço, telefone, website da empresa de comunicação etc.

6. O serviço deverá ser ininterrupto, ou seja, terá de estar disponível 24 horas por dia, os sete dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, e principalmente durante o expediente do CNJ, que é de segunda a sexta, das 12 às 19 horas.

7. O serviço deverá ser acessado via internet, a partir de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores, mediante login e senha, ou a partir de rede local.

8. O banco de dados da empresa, que servirá de base para a seleção do mailing, deverá conter, no mínimo, 20 mil e-mails cadastrados e ser atualizado pelo menos uma vez por mês.

9. A data da última atualização do banco de dados deverá estar visível na página inicial do sistema.

10. A ferramenta deverá ser capaz de enviar e-mails para listas ou mailings obtidos via sistema de mailing de imprensa, de forma automática e integrada, e também para as listas de contatos da própria CONTRATANTE, oferecendo a opção de importação de dados.

11. A ferramenta deverá enviar arquivos em formato texto (word e sistemas compatíveis), HTML ou PDF, além de oferecer opção de edição de papel de carta personalizado, inclusão de assinatura automática, de arquivos anexos e de hyperlinks, de fotos ou imagens em formato .jpeg e de vídeos.

12. A ferramenta deverá ter a opção de envio de e-mail de teste (preview), para endereços previamente selecionados, antes do envio definitivo da mensagem para o mailing selecionado.

13. A ferramenta deverá permitir o cadastramento de vários e-mails de remetente.

REQUISITOS MÍNIMOS

1. Plataforma online acessível de qualquer local 24 horas por dia X 7 dias por semana X 365 dias por ano.
2. Base de dados de jornalistas e veículos de imprensa atualizada, com opção de filtro e segmentação ilimitada nos itens definidos no item 1 da descrição dos serviços.
3. Mínimo de 5 usuários simultâneos.
4. Envio/disparo de até 120.000* (cento e vinte mil) mensagens por mês, tanto para contatos pesquisados na plataforma como para contatos próprios cadastrados pela equipe CNJ.
5. Relatório detalhado sobre envio e abertura de mensagens.
6. Agendamento de envio/disparo.
7. A ferramenta deverá gerar, em tempo real, relatórios de acompanhamento da entrega e da abertura das mensagens, com as seguintes informações: número de mensagens com abertura e leitura confirmadas e não-confirmadas; data e hora da abertura das mensagens; taxa de retorno das mensagens, com indicação do motivo que impediu a entrega (caixa postal cheia, erro no endereço do destinatário, etc.); informações de envio e abertura segmentadas por veículo, editoria, mídia, localização, etc.

* O CNJ conta atualmente com uma lista de 2.000 contatos de imprensa que interagem com a assessoria de comunicação regularmente, além de contar com um cadastro de quase 6.000 endereços eletrônicos de pessoas que solicitaram receber conteúdo informativo online. Foi feita uma estimativa de média mensal de 120 mil mensagens distribuídas por mês: 3 mensagens por dia (manhã, tarde e noite).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa	1

1.2. NATUREZA DO OBJETO

O objeto não se caracteriza como de natureza continuada, visto que a sua interrupção não compromete o funcionamento das atividades finalísticas do Conselho Nacional de Justiça.

1.3. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa	Serviço	1	1

1.3.1. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

O objeto não é divisível e não permite parcelamento visto que é somente uma contratação de prestação de serviço de Mailing de Imprensa.

A adjudicação por itens não se mostra viável, uma vez que é somente um objeto indivisível. Nesse sentido a contratação única irá proporcionar melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria de Comunicação Social (SCS) interage com membros da imprensa - importante canal de diálogo com a sociedade - de todo o país para divulgar atividades e mensagens de interesse do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Poder Judiciário.

Para tanto, necessita de ferramenta que permita a pesquisa de dados e contatos atualizados de profissionais e veículos de comunicação, com filtros por editoria/tema (justiça, meio ambiente, política, etc), localização geográfica (bairro, cidade, estado), tipo de veículo (jornal, revista, site, etc), assim como o envio e distribuição de material produzido pela equipe de assessoria de comunicação.

A ferramenta deverá enviar grande quantidade de mensagens e também garantir que a mensagem certa seja entregue para ao endereço eletrônico correto. Além disso, o sistema deve permitir a localização de jornalistas de modo individual e por área de atuação, para que se possa delimitar o escopo da pauta por área e o envio de e-mails direto para grupos. A proposta

é racionalizar o trabalho e economizar tempo.

É essencial uma ferramenta que passe por atualização e manutenção constante, de forma a manter o banco de dados atualizado, já que a Secretaria de Comunicação Social (SCS) do CNJ não dispõe de recursos para fazer esse levantamento de dados e atualizações de contatos, devido ao grande número de veículos e profissionais de imprensa de todos os estados brasileiros, além da alta rotatividade no meio jornalístico.

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com os Estudos Técnicos Preliminares 1365942, que foram aprovados pela Secretaria de Administração no despacho 1366382.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADQUIRIDA/CONTRATADA

A opção que mais se adequa ao CNJ é a contratação do serviço de *mailing* de imprensa com opção de envio massivo, de forma que desonere o servidor de correio eletrônico do Conselho e garanta que as mensagens sejam entregues sem serem consideradas *spans*.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sujeição às normas técnicas e legais

Não há normas legais a serem seguidas.

4.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Critérios serem seguido conforme resolução CNJ N. 400/2 021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, Plano de Logística Sustentável do CNJ (Portaria CNJ N. 22/2021) e a Portaria CNJ n. 18/2020, que trata do Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ.

4.3. Requisitos de qualidade

Conforme descrito no item 1.1, alguns requisitos mínimos de qualidade devem ser observados:

1. Plataforma online acessível de qualquer local 24 horas por dia X 7 dias por semana X 365 dias por ano.

2. Base de dados de jornalistas e veículos de imprensa atualizada, com opção de filtro e segmentação ilimitada nos itens definidos no item 1 da descrição do objeto.

3. Mínimo de 5 usuários simultâneos.

4. Envio/disparo de até 120.000* (cento e vinte mil) mensagens por mês, tanto para contatos pesquisados na plataforma como para contatos próprios cadastrados pela equipe CNJ.

5. Relatório detalhado sobre envio e abertura de mensagens.

6. Agendamento de envio/disparo.

7. A ferramenta deverá gerar, em tempo real, relatórios de acompanhamento da entrega e da abertura das mensagens, com as seguintes informações:

- número de mensagens com abertura e leitura confirmadas e não-confirmadas;
- data e hora da abertura das mensagens;
- taxa de retorno das mensagens, com indicação do motivo que impediu a entrega (caixa postal cheia, erro no endereço do destinatário, etc.);
- informações de envio e abertura segmentadas por veículo, editoria, mídia, localização, etc.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

5.1. Indicar Local e Horário dos Serviços/Fornecimentos

A entrega do serviço ocorrerá conforme na Secretaria de Comunicação Social, podendo acontecer na sede do Conselho Nacional de Justiça, SAF SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, CEP: 70.070-600 – Brasília - DF.

O serviço deve permitir a quantidade até cento e vinte mil disparos mensais de mensagens eletrônicas e deverá ser ininterrupto, ou seja, terá de estar disponível 24 horas por dia, os sete dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, e principalmente durante o expediente do CNJ, que é de segunda a sexta, das 12 às 19 horas.

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor contratado.

5.2. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ é de 12h às 19h.

5.3. Ordem de Execução

O serviço será executado com envio da Nota de Empenho, após liberação do login e senha para o primeiro acesso ao banco de dados da empresa CONTRATADA, bem como após verificação e comprovação de que o objeto está de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência. Após conferências, a empresa poderá emitir a Nota Fiscal para pagamento do serviço realizado.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

6.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica.

6.2. Qualificação econômico-financeira

Não se aplica.

7. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

A empresa que apresentar a melhor proposta deverá apresentar, juntamente com sua proposta, levando em consideração os requisitos mínimos elencados abaixo.

As licitantes deverão apresentar declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988. Os Estudos Preliminares não apontaram a necessidade de apresentação de algum instrumento de qualificação técnica.

1. Plataforma online acessível de qualquer local 24 horas por dia X 7 dias por semana X 365 dias por ano.

2. Base de dados de jornalistas e veículos de imprensa atualizada, com opção de filtro e segmentação ilimitada nos itens definidos no item 1 da descrição do objeto.

3. Mínimo de 5 usuários simultâneos.

4. Envio/disparo de até 120.000* (cento e vinte mil) mensagens por mês, tanto para contatos pesquisados na plataforma como para contatos próprios cadastrados pela equipe CNJ.

5. Relatório detalhado sobre envio e abertura de mensagens.

6. Agendamento de envio/disparo.

7. A ferramenta deverá gerar, em tempo real, relatórios de acompanhamento da entrega e da abertura das mensagens, com as seguintes informações:

- número de mensagens com abertura e leitura confirmadas e não-confirmadas;
- data e hora da abertura das mensagens;
- taxa de retorno das mensagens, com indicação do motivo que impediu a entrega (caixa postal cheia, erro no endereço do destinatário, etc.);
- informações de envio e abertura segmentadas por veículo, editoria, mídia, localização, etc.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

8.1 O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização dos serviços. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à COONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.

8.2 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.

8.3 A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1) Provisoriamente - após a liberação do login e senha para o primeiro acesso ao banco de dados da empresa CONTRATADA.

9.2) Definitivamente (mensalmente) - após verificação e comprovação de que o objeto está de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

9.3) Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.

9.4) O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

10.1.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

10.2.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

10.2) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

10.3) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

10.4) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.

11.2 Efetuar pagamentos pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.

11.3 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

11.4 Documentar quaisquer ocorrências havidas.

11.5 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

12. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

12.1 Fornecer suporte técnico e especializado aos usuários dos serviços, online ou por telefone, de segunda a sexta-feira, de 8h às 20h.

12.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

12.3 Manter sigilo acerca de quaisquer informações obtidas em virtude da realização dos serviços contratados e garantir a inviolabilidade dos sistemas e a segurança dos dados neles armazenados.

12.4 Solucionar quaisquer falhas técnicas na página de acesso ou nos sistemas, restabelecendo integralmente o funcionamento dos serviços num prazo máximo de 24 horas.

12.5 Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de

representante ou preposto, para tratar com a CONTRATANTE.

12.6 Prestar os serviços objeto desta contratação em período integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

12.7 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

12.8 Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

12.9 Comunicar, imediatamente, ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato que possa prejudicar a execução do objeto contratado, sob pena de desconsideração do fato em eventual justificativa de descumprimento contratual e de responsabilização da CONTRATADA por qualquer dano decorrente do atraso ou da falta de comunicação.

12.10 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços.

12.11 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, sob pena de rescisão do instrumento.

12.12 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

12.13 Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo -Anexo A deste Termo de Referência.

12.14 Assinar o Termo de Confidencialidade das Informações do Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria n. 159/2021, constante do modelo - Anexo B deste Termo de Referência.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

Com base nos orçamentos relacionado item 6 do Estudo Técnico Preliminar 1365942, estima-se, como valor médio para a contratação, R$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta proposta de contratação foram previstos no item 15.1 do plano anual de aquisições 2022 da SCS - aquisição de mailing. Conforme Proposta Orçamentária (Planilha 1340328, Processo n. 09608/2021).

15. SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;
b) multa, no valor de:
b.1) 3% (três por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”,

com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d"poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

f) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária, ou cobrado judicialmente.

16. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de se exigir garantia contratual.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça e ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça.

ANEXO “A” – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

ANEXO "B" - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por _____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e

custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ LYGIA DIAS BORGES**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE IMPRENSA**, em 15/08/2022, às 19:27, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1375750** e o código CRC **76148952**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 05608/2022

Assunto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa - com dados de contato de jornalistas e de veículos de todo o Brasil - eferramenta de distribuição de press releases e boletins informativos (e-mail marketing) aos contatos tanto obtidos via mailing de imprensa, como contatosda Secretaria de Comunicação Social

Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 31/08/2022

				Empresa: Yellow Data Soluções Inteligentes em TI Ltda (Press Manager) CNPJ: 15.480.2228/0001-01			Inexigibilidade de Licitação n. 6/2022 - Univeersidade Federal da Int. Latino			Pregão Eletrônico 13/2022 - Ministério da Agricultura			Dispensa de Licitação n. 12/2022 - Superintendencia de Seguros Privados			Estudo Técnico Preliminar			MEDIANA (A)		VALOR MÉDIO (B)		VALOR MÍNIMO (C)		% VARIAÇÃO ENTRE (B) E (C)
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor									
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim							
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	
Fornecimento de mailing	1	meses	12	690,00	8.280,00	8.280,00	1.236,00	14.832,00	14.832,00	2.300,00	27.600,00	27.600,00	998,00	11.976,00	11.976,00	690,00	8.280,00	8.280,00	998,00	11.976,00	1.182,80	14.193,60	690,00	8.280,00	71,42%
VALOR TOTAL						8.280,00			14.832,00			27.600,00			11.976,00			8.280,00		11.976,00		14.193,60		8.280,00	71,42%

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado: 14.193,60 **(quatorze mil cento e noventa e três reais e sessenta centavos)**

Valor mínimo total estimado: 8.280,00 **(oito mil duzentos e oitenta reais)**

Valor mediano total estimado: 11.976,00 **(onze mil, novecentos e setenta e seis reais))**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Comissão Permanente de Contratação,

Trata-se da necessidade de contratação de empresa especializada para fornecimento de *mailing* de imprensa e ferramenta de distribuição de *press releases* e boletins informativos, por dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar 1366382, aprovado pelo Despacho SAD 1366382, bem como a aprovação do Mapa Comparativo de Preços (1390949) por meio do Despacho SAD 1399555 e, ainda, considerando a chancela da Assessoria Jurídica na minuta do Aviso de Dispensa de Licitação 1423341, uma vez que foram incorporadas as recomendações exaradas por meio do Parecer AJU 1415136, conforme informado pela SEEDI no documento 1423341, **aprovo** a versão final do Termo de Referência - Anexo I do Aviso de Dispensa e **autorizo** a abertura da fase externa da dispensa eletrônica, com fulcro na Portaria DG nº 290/2022, art. 1º incisos II e IV alínea "c".

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 19/10/2022, às 11:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1424606** e o código CRC **EBE7AA64**.

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 05/2022

OBJETO	Contratação de empresa especializada em fornecimento de *mailing* de imprensa, conforme especificações do Termo de Referência.

Período de propostas	**Período de lances**
até o dia 27/10/2022 - Antes da Fase de lances	Início: 27/10/2022 às 08:00hs Término: 27/10/2022 às 14:00hs

Valor total máximo admitido	**R$ 8.280,00 (oito mil, duzentos e oitenta reais)**
Endereço Eletrônico	**HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS e HTTPS://WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR**
Comissão Permanente de Contratação - CPC	COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC SAF/Sul, Quadra 02, lote 05/06, ed. Premium, bloco “e”, Sala 003. CEP: 70.070-600. Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013 E-mail: cpc@cnj.jus.br

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (UASG 40003) torna pública a realização da Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasNet 4.0, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio desse sistema eletrônico.

Os participantes deverão atender às condições deste Aviso e seus Anexos, inclusive quanto à manutenção do registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema

ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa - com dados de contato de jornalistas e de veículos de todo o Brasil - e ferramenta de distribuição de press releases e boletins informativos (e-mail marketing) aos contatos tanto obtidos via mailing de imprensa, como contatos da Secretaria de Comunicação Social.

Item	Especificações	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário	Valor total
1	Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa	Serviço	1	R$ 8.280,00	R$ 8.280,00
VALOR TOTAL ADMITIDO (R$)				**R$ 8.280,00**	

2. DA PARTICIPAÇÃO DOS FORNECEDORES

2.1. Para participar, o fornecedor deverá observar os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2. Poderão participar desta Dispensa Eletrônica as empresas que:

a) atendam às condições previstas neste Edital e em seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico (Comprasnet);

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema:

a) a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

d) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

f) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Não poderão participar desta contratação, pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso:

a) que não explorem atividade compatível com o objeto desta contratação;

b) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) impedidas de licitar e contratar com a União; e

e) que se enquadrem em alguma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei n. 14.133, de 2021.

2.5. Para fins desta contratação, considerar-se-á microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.6. Para microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015.

2.7. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.8. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O fornecedor, após a abertura da sessão, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência, indicação dos serviços/produtos, marca, quando for o caso, prazo de entrega e demais características ofertadas para o atendimento do objeto, até o horário de encerramento estabelecido neste Aviso.

3.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3. A indicação do preço deverá conter o valor unitário e total do item, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo. Deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto a ser contratado.

3.4. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

3.5. As condições de fornecimento, recebimento, pagamento, obrigações, acompanhamento, bem como as penalidades estão especificadas no Termo de Referência e vinculam integralmente a proposta vencedora.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a cotação, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

a) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 1,00 (um real).

b) Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

c) Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

d) Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

e) Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrado o procedimento de envio de lances, será realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

5.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, valores unitários e ou totais superiores aos estabelecidos no item 1.1 deste Aviso.

5.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero ou manifestamente inexequíveis.

5.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências habilitatórias, o agente responsável pela condução do procedimento examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Aviso.

5.9. Será declarado vencedor o fornecedor que, atendidas as demais exigências fixadas neste Aviso, apresentar o menor valor, **observado (s) o (s) valor (es) unitário (s) máximo (s) admitido (s) no Item 1.1 deste Aviso**.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇAO E DE QUALIFICAÇÃO

6.1. Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. Regularidade fiscal e trabalhista

c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

j) As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g, ‘h’ e ‘i’ do item 6.2, para fins de habilitação da participante cadastrada naquele sistema.

6.3. Qualificação econômico-financeira

k) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da participante.

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos apresentados para a habilitação ou de documentos não constantes do SICAF, será solicitado ao vencedor, **no prazo de até 2 (duas) horas**, contados da solicitação do agente responsável, para o envio dos documentos por meio do sistema.

6.5. O prazo previsto no item 6.4 poderá ser prorrogado por até **1 (uma)** hora, mediante solicitação escrita e justificada da participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo agente responsável, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação, fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar

instrumento equivalente (nota de empenho/ordem de serviço/ordem de fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogável nos termos da lei.

8.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta)** dias corridos, sem convocação para assinatura do contrato, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

9.2. As penalidades serão aplicadas nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2022

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa - com dados de contato de jornalistas e de veículos de todo o Brasil - e ferramenta de distribuição de press releases e boletins informativos (e-mail marketing) aos contatos tanto obtidos via mailing de imprensa, como contatos da Secretaria de Comunicação Social.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

1. O serviço de mailing de imprensa deverá permitir geração de listas de contatos, com filtro no mínimo por:
- Localização do veículo/abrangência (região, estado e cidade);
- Tipo de veículo/mídia (jornal, rádio, televisão, internet, agências de notícias, etc.);
- Editoria/departamento/área de atuação do repórter/especialidade;
- Cargo do jornalista (editor, repórter, chefe de redação, etc.);
- Periodicidade/Tiragem (veículos de grande mídia, mídia regional, mídia local, etc.);

2. Com base nos critérios de busca selecionados pelo usuário, o sistema deverá processar a pesquisa e tornar o resultado visível, permitindo a leitura em tela ou geração de arquivos para download.
3. O serviço deve permitir a quantidade até cento e vinte mil disparos mensais de mensagens eletrônicas.
4. Uma vez gerado, o arquivo de mailing ficará hospedado no servidor da empresa contratada, de forma que possa ser acessado, via internet, por qualquer usuário que detenha autorização de acesso (login e senha). O sistema deverá ser capaz de gravar um ou mais mailings ou listas, além de disponibilizar ao usuário a opção de atualizar os contatos dos mailings já gerados.
5. O sistema deverá gerar relatórios dos mailings gravados, com informações como o número de profissionais constantes daquele mailing, seus respectivos cargos, o número de veículos constantes do mailing, o tipo dos veículos, entre outras informações. O sistema deverá oferecer opção de impressão automática de etiquetas e fornecer, além dos endereços de e-mail, outros dados de contato dos jornalistas e dos veículos, tais como endereço, telefone, website da empresa de comunicação etc.
6. O serviço deverá ser ininterrupto, ou seja, terá de estar disponível 24 horas por dia, os sete dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, e principalmente durante o expediente do CNJ, que é de segunda a sexta, das 12 às 19 horas.
7. O serviço deverá ser acessado via internet, a partir de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores, mediante login e senha, ou a partir de rede local.

8. O banco de dados da empresa, que servirá de base para a seleção do mailing, deverá conter, no mínimo, 20 mil e-mails cadastrados e ser atualizado pelo menos uma vez por mês.
9. A data da última atualização do banco de dados deverá estar visível na página inicial do sistema.
10. A ferramenta deverá ser capaz de enviar e-mails para listas ou mailings obtidos via sistema de mailing de imprensa, de forma automática e integrada, e também para as listas de contatos da própria CONTRATANTE, oferecendo a opção de importação de dados.
11. A ferramenta deverá enviar arquivos em formato texto (word e sistemas compatíveis), HTML ou PDF, além de oferecer opção de edição de papel de carta personalizado, inclusão de assinatura automática, de arquivos anexos e de hyperlinks, de fotos ou imagens em formato .jpeg e de vídeos.
12. A ferramenta deverá ter a opção de envio de e-mail de teste (preview), para endereços previamente selecionados, antes do envio definitivo da mensagem para o mailing selecionado.
13. A ferramenta deverá permitir o cadastramento de vários e-mails de remetente.

REQUISITOS MÍNIMOS

1. Plataforma online acessível de qualquer local 24 horas por dia X 7 dias por semana X 365 dias por ano.
2. Base de dados de jornalistas e veículos de imprensa atualizada, com opção de filtro e segmentação ilimitada nos itens definidos no item 1 da descrição dos serviços.
3. Mínimo de 5 usuários simultâneos.
4. Envio/disparo de até 120.000* (cento e vinte mil) mensagens por mês, tanto para contatos pesquisados na plataforma como para contatos próprios cadastrados pela equipe CNJ.
5. Relatório detalhado sobre envio e abertura de mensagens.
6. Agendamento de envio/disparo.
7. A ferramenta deverá gerar, em tempo real, relatórios de acompanhamento da entrega e da abertura das mensagens, com as seguintes informações: número de mensagens com abertura e leitura confirmadas e não-confirmadas;data e hora da abertura das mensagens;taxa de retorno das mensagens, com indicação do motivo que impediu a entrega (caixa postal cheia, erro no endereço do destinatário, etc.);informações de envio e abertura segmentadas por veículo, editoria, mídia, localização, etc.

* O CNJ conta atualmente com uma lista de 2.000 contatos de imprensa que interagem com a assessoria de comunicação regularmente, além de contar com um cadastro de quase 6.000 endereços eletrônicos de pessoas que solicitaram receber conteúdo informativo online. Foi feita uma estimativa de média mensal de 120 mil mensagens distribuídas por mês: 3 mensagens por dia (manhã, tarde e noite).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa	1

1.2. NATUREZA DO OBJETO

O objeto não se caracteriza como de natureza continuada, visto que a sua interrupção não compromete o funcionamento das atividades finalísticas do Conselho Nacional de Justiça.

1.3 QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em fornecimento de mailing de imprensa	Serviço	1	1

1.3.1. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

O objeto não é divisível e não permite parcelamento visto que é somente uma contratação de prestação de serviço de Mailing de Imprensa.
A adjudicação por itens não se mostra viável, uma vez que é somente um objeto indivisível. Nesse sentido a contratação única irá proporcionar melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

1.4 PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria de Comunicação Social (SCS) interage com membros da imprensa - importante canal de diálogo com a sociedade - de todo o país para divulgar atividades e mensagens de interesse do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Poder Judiciário. Para tanto, necessita de ferramenta que permita a pesquisa de dados e contatos atualizados de profissionais e veículos de comunicação, com filtros por editoria/tema (justiça, meio ambiente, política, etc), localização geográfica (bairro, cidade, estado), tipo de veículo (jornal, revista, site, etc), assim como o envio e distribuição de material produzido pela equipe de assessoria de comunicação.
A ferramenta deverá enviar grande quantidade de mensagens e também garantir que a mensagem certa seja entregue para ao endereço eletrônico correto. Além disso, o sistema deve permitir a localização de jornalistas de modo individual e por área de atuação, para que se possa delimitar o escopo da pauta por área e o envio de e-mails direto para grupos. A proposta é racionalizar o trabalho e economizar tempo.
É essencial uma ferramenta que passe por atualização e manutenção constante, de forma a manter o banco de dados atualizado, já que a Secretaria de Comunicação Social (SCS) do CNJ não dispõe de recursos para fazer esse levantamento de dados e atualizações de contatos, devido ao grande número de veículos e profissionais de imprensa de todos os estados brasileiros, além da alta rotatividade no meio jornalístico.

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com os Estudos Técnicos Preliminares 1365942, que foram aprovados pela Secretaria de Administração no despacho 1366382.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADQUIRIDA/CONTRATADA

A opção que mais se adequa ao CNJ é a contratação do serviço de mailing de imprensa com opção de envio massivo, de forma que desonere o servidor de correio eletrônico do Conselho e garanta que as mensagens sejam entregues sem serem consideradas spans.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sujeição às normas técnicas e legais

Não há normas legais a serem seguidas.

4.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Critérios serem seguido conforme resolução CNJ N. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, Plano de Logística Sustentável do CNJ (Portaria CNJ N. 22/2021) e a Portaria CNJ n. 18/2020, que trata do Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ.

4.3. Requisitos de qualidade

Conforme descrito no item 1.1, alguns requisitos mínimos de qualidade devem ser observados:

1. Plataforma online acessível de qualquer local 24 horas por dia X 7 dias por semana X 365 dias por ano.
2. Base de dados de jornalistas e veículos de imprensa atualizada, com opção de filtro e segmentação ilimitada nos itens definidos no item 1 da descrição do objeto.
3. Mínimo de 5 usuários simultâneos.
4. Envio/disparo de até 120.000* (cento e vinte mil) mensagens por mês, tanto para contatos pesquisados na plataforma como para contatos próprios cadastrados pela equipe CNJ.
5. Relatório detalhado sobre envio e abertura de mensagens.
6. Agendamento de envio/disparo.
7. A ferramenta deverá gerar, em tempo real, relatórios de acompanhamento da entrega e da abertura das mensagens, com as seguintes informações:

- número de mensagens com abertura e leitura confirmadas e não-confirmadas;
- data e hora da abertura das mensagens;
- taxa de retorno das mensagens, com indicação do motivo que impediu a entrega (caixa postal cheia, erro no endereço do destinatário, etc.);

- informações de envio e abertura segmentadas por veículo, editoria, mídia, localização, etc.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

5.1. Indicar Local e Horário dos Serviços/Fornecimentos

A entrega do serviço ocorrerá conforme na Secretaria de Comunicação Social, podendo acontecer na sede do Conselho Nacional de Justiça, SAF SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, CEP: 70.070-600 – Brasília - DF.
O serviço deve permitir a quantidade até cento e vinte mil disparos mensais de mensagens eletrônicas e deverá ser ininterrupto, ou seja, terá de estar disponível 24 horas por dia, os sete dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, e principalmente durante o expediente do CNJ, que é de segunda a sexta, das 12 às 19 horas.
Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor contratado.

5.2. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ é de 12h às 19h.

5.3. Ordem de Execução

O serviço será executado com envio da Nota de Empenho, após liberação do login e senha para o primeiro acesso ao banco de dados da empresa CONTRATADA, bem como após verificação e comprovação de que o objeto está de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência. Após conferências, a empresa poderá emitir a Nota Fiscal para pagamento do serviço realizado.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

6.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica.

6.2. Qualificação econômico-financeira

Não se aplica.

7. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

A empresa que apresentar a melhor proposta deverá apresentar, juntamente com sua proposta, levando em consideração os requisitos mínimos elencados abaixo.
As participantes deverão apresentar declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988. Os Estudos Preliminares não apontaram a necessidade de apresentação de algum instrumento de qualificação técnica.

1. Plataforma online acessível de qualquer local 24 horas por dia X 7 dias por semana X 365 dias por ano.

2. Base de dados de jornalistas e veículos de imprensa atualizada, com opção de filtro e segmentação ilimitada nos itens definidos no item 1 da descrição do objeto.
3. Mínimo de 5 usuários simultâneos.
4. Envio/disparo de até 120.000* (cento e vinte mil) mensagens por mês, tanto para contatos pesquisados na plataforma como para contatos próprios cadastrados pela equipe CNJ.
5. Relatório detalhado sobre envio e abertura de mensagens.
6. Agendamento de envio/disparo.
7. A ferramenta deverá gerar, em tempo real, relatórios de acompanhamento da entrega e da abertura das mensagens, com as seguintes informações:

- número de mensagens com abertura e leitura confirmadas e não-confirmadas;
- data e hora da abertura das mensagens;
- taxa de retorno das mensagens, com indicação do motivo que impediu a entrega (caixa postal cheia, erro no endereço do destinatário, etc.);
- informações de envio e abertura segmentadas por veículo, editoria, mídia, localização, etc.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

8.1 O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização dos serviços. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à COONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.
8.2 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.
8.3 A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 Provisoriamente - após a liberação do login e senha para o primeiro acesso ao banco de dados da empresa CONTRATADA.
9.2 Definitivamente (mensalmente) - após verificação e comprovação de que o objeto está de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.
9.3 Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.
9.4 O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, quando mantidas as condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:
10.1.1 apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

10.2.2 inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.
10.2 A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.
10.3 O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.
10.4 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.
11.2 Efetuar pagamentos pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.
11.3 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
11.4 Documentar quaisquer ocorrências havidas.
11.5 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

12. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

12.1 Fornecer suporte técnico e especializado aos usuários dos serviços, online ou por telefone, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.
12.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
12.3 Manter sigilo acerca de quaisquer informações obtidas em virtude da realização dos serviços contratados e garantir a inviolabilidade dos sistemas e a segurança dos dados neles armazenados.
12.4 Solucionar quaisquer falhas técnicas na página de acesso ou nos sistemas, restabelecendo integralmente o funcionamento dos serviços num prazo máximo de 24 horas.
12.5 Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a CONTRATANTE.
12.6 Prestar os serviços objeto desta contratação em período integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.
12.7 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
12.8 Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.
12.9 Comunicar, imediatamente, ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato que possa prejudicar a execução do objeto contratado, sob pena de desconsideração do fato em eventual justificativa de descumprimento contratual e de responsabilização da CONTRATADA por qualquer dano decorrente do atraso ou da falta de comunicação.

12.10 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços.
12.11 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, sob pena de rescisão do instrumento.
12.12 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
12.13 Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo -Anexo A deste Termo de Referência.
12.14 Assinar o Termo de Confidencialidade das Informações do Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria n. 159/2021, constante do modelo -
Anexo B deste Termo de Referência.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

Com base nos orçamentos relacionado item 6 do Estudo Técnico Preliminar 1365942, estima-se, como valor médio para a contratação R$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta proposta de contratação foram previstos no item 15.1 do plano anual de aquisições 2022 da SCS - aquisição de mailing. Conforme Proposta Orçamentária (Planilha 1340328, Processo n. 09608/2021).

15. SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
a) advertência, aplicada exclusivamente às situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) multa, no valor de:
b.1) 3% (três por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;
b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
e) A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da nota de empenho e será aplicada ao

responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da lei 14.133/2021.
f) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
g) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária, ou cobrado judicialmente.

16. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de se exigir garantia contratual.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça e ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2022

ANEXO I – A – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2022

ANEXO I – B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por _____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços

contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 05 2022				
	Valor Total		Economia	
	Estimado	Resultado	R$	%
ITEM 1	8.280,00	8.280,00	-	-
Total	8.280,00	8.280,00	-	-

Data e hora da consulta: 14/11/2022 12:14
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	385	2022PE000305

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
11/11/2022	Global	05608/2022	-	8.280,00

Favorecido

Código	Nome
03.390.604/0001-80	MARCOS BELMONTE EIRELI

Endereço	CEP
ALCINDO GUANABARA 757 LOJA: 01; SOTECO	29106-295

Município	UF	Telefone
VILA VELHA	ES	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição
05608/2022. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MAILING DE DE IMPRENSA.
DESPACHO 1435848-SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/11/2022 17:34:55	Alteração

Data e hora da consulta: 14/11/2022 12:14
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	8.280,00

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	FORNECIMENTO DE MAILING DE IMPRENSA - COM DADOS DE CONTATO DE JORNALISTAS E DE VEÍCULOS DE TODO O BRASIL - E FERRAMENTA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRESS RELEASES E BOLETINS INFORMATIVOS (E-MAIL MARKETING). DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO 1375750.	8.280,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/11/2022	Inclusão	1,00000	8.280,0000	8.280,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
11/11/2022 17:34:55

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
11/11/2022 15:49:13

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/11/2022 17:34:55	Alteração

Dispensa de Licitação



Aquisição de gêneros alimentícios para distribuição de lanches nos dias de Sessão Plenária aos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Pedido de aquisição de material e serviços **11**
Mapa comparativo de preços **22**
Declaração de dispensa de licitação **23**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **25**
Nota de empenho **26**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Aquisição de Gêneros Alimentícios para distribuição de lanches nos dias de Sessão Plenária aos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

O público alvo da contratação são os Conselheiros aos quais são servido os lanches nos dias de Sessão Plenária no CNJ.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O objeto tem conexão com objetivos estratégicos para o período 2021-2026; instituído pela Portaria-Presi n. 104/2020, pois visa Art. 3ª, Inciso XI – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Os gêneros alimentícios fornecidos deverão estar dentro do prazo de validade e em bom estado para consumo e seguir orientações da RDC 216/2004, que, dentre outras, orienta a respeito da manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados ao consumo.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente de contratação no Conselho Nacional de Justiça é Ata de Registro de Preços. a ARP vigente é a 02/2021 (SEI 1057646), tal modelo atende a demanda existente tendo em vista a necessidade de aquisição parcelada dos produtos para consumo imediato.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Os produtos abaixo listados representa a solução mais adequada para atendimento das demandas da COPA do CNJ com finalidade de distribuição de lanches em dias de Sessões Plenárias. Há no mercado diversas empresas distribuidoras de alimentos habilitadas para atendimento da demanda em questão

Grupo 01 - Produtos de Supermercado

Item	Material	Unidade	STJ - Pregão 111/2020	TRT 10 Contrato 208/21	CNJ - ARP 02/2021	Americanas/Extra	Preço Médio
1	Adoçante líquido dietético - Frasco - 100 ml	Unidade	7,77		5,52		6,64
2	Biscoito água e sal, tradicional - Pacote - 200g	Unidade	3,53		3,30		3,41
3	Biscoito de queijo crocante - Pacote -200 g	Unidade			12,47		12,47
4	Biscoito recheado sabor chocolate - Pacote - 140g a 165g	Unidade	2,02	4.20	3,34		3,19
5	Biscoito waffer sabor chocolate - Pacote - 180g	Unidade	2,52	2.30	3,35		2,72
6	Café torrado, em grãos, para máquina de café expresso.	Kg	24,47				24,47
7	Café torrado e moído, descafeinado, torra média, tipo de embalagem: alto vácuo ou vácuo puro. pct 500 g	Pct. 500g				22,98	22,98
8	Capuccino solúvel, pó, tradicional - lata ou pacote - 200g	Unidade			11,15		11,15
9	Chá – camomila - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	3,58		6,55		5,06
10	Chá – frutas vermelhas - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade			11,45		11,45
11	Chá – hortelã - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	3,63		6,31		4,97
12	Leite em pó desnatado, instantâneo e granulado - Lata – 335 a 400 ml	Unidade	12,30	11.50	16,86		13,55
13	Manteiga de primeira qualidade – com sal. Pote – 200g	Unidade			9,57		9,57
14	Pão de forma normal fatiado, tradicional. Pacote – 400g a 500g	Unidade		6.10	7,09		6,59
15	Pão de forma fatiado integral - Pacote – 400g a 500g	Unidade		8.45	7,88		8,16
16	Presunto cozido, s/ capa de gordura	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	32,56	18.00	24,90		25,15

17	Queijo minas frescal. Marcas de Referência: Piracanjuba, Compleite, Tirolez, similar ou de melhor qualidade.	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	24,82		31,32		28,07
18	Queijo muçarela	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	27,20		35,81		31,50
19	Polpa de frutas sabores: (acerola, cajú, maracujá, abacaxi, uva). Pacote – 100g	Unidade	1,73		3,47		2,60
20	Refrigerante cola normal. Lata – 310 ml	Unidade	2,47		3,27		2,87
21	Refrigerante cola sem açúcar. Lata – 310 ml	Unidade	2,53		3,24		2,48
22	Refrigerante guaraná normal. Lata – 310 ml	Unidade			2,48		2,48
23	Refrigerante guaraná light. Lata – 310 ml	Unidade			2,69		2,69
24	Suco de frutas light sabor goiaba. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	3,38		6,58		6,58
25	Suco de frutas light sabor pêssego. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	3,38		7,28		5,33
26	Suco de frutas light sabor uva. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	3,38		6,58		6,58

Grupo 02 - Produtos de Fruticultura.

Item	**Material**	**Unidade**	STJ - Pregão 111/2020	TRT 10 Contrato 178/21	CNJ - ARP 02/2021	Valor Médio
27	Abacaxi	Kg		4.19	3,93	4,06
28	Laranja Pera	Kg		5.31	3,43	4,37
29	Maçã Fugi	Kg	3.52		8,12	5,82
30	Mamão Formosa	Kg	3.72		6,19	4,95
31	Manga Palmer	Kg	5.23		6,77	6,00
32	Melão Amarelo	Kg	5.05	3.08	6,05	4,70

33	Pera Willian	Kg		10.92	7,73	9,32

3.3 Adequação do ambiente

Não há necessidade de quaisquer adequação ou mudanças no ambiente do CNJ, tendo em vista que as estruturas das copas estão aptas ao preparo e fornecimento dos lanches servidos nas sessões plenárias.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

A contratação por meio de Registro de Preços para aquisição parcelada de alimento se mostra benéfica ao órgão tendo em vista que as solicitações são realizadas de acordo com a necessidade esporádica de consumo dos alimentos. São demandadas semanalmente generos alimentícios para atender as Sessões Plenárias quinzenalmente. Dessa forma verifica-se a economicidade e a eficácia da contratação.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A solução que melhor se adequa para esse tipo de demanda é a contratação por registro de preços, tendo em vista a necessidade de aquisição parcelada dos produtos que serão solicitados sempre que houver Sessões Plenárias.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A planilha abaixo foi elaborada tendo por base a previsão de consumo das Atas 02/21.

O quantitativo foi baseado no previsto em 2021 com poucas alterações, tendo em vista que, por razões do quadro de incertezas quanto à pandemia do COVID 19 é viável que se mantenha o quantitavito sendo que pode haver maior o menor demanda por um produto e também a necessidade de evitar falta de determinado ítem que pode vir a ser mais consumido em determinado período.

Grupo 01 - Produtos de Supermercado

Item	**Material**	**Unidade**	Previsto em 2021	Executado em 2021	Previsão 2022	Preço Médio	Total
1	Adoçante líquido dietético - Frasco - 100 ml	Unidade	85	0	60	6,64	398,40
2	Biscoito água e sal, tradicional - Pacote -200g	Unidade	30	13	60	3,41	204,60
3	Biscoito de queijo crocante - Pacote -200 g	Unidade	55	15	60	12,47	748,20
4	Biscoito recheado sabor chocolate - Pacote - 140g a 165g	Unidade	40	10	50	3,19	159,50
5	Biscoito waffer sabor chocolate - Pacote - 180g	Unidade	30	10	50	2,72	136,00

6	Café torrado, em grãos, para máquina de café expresso.	Kg	15	0	15	24,47	367,05
7	Café torrado e moído, descafeinado, torra média, tipo de embalagem: alto vácuo ou vácuo puro. Pct 500 gm	Pct. 500 gm	6	0	6	22,98	137,88
8	Capuccino solúvel, pó, tradicional - lata ou pacote - 200g	Unidade	12	0	12	11,15	133,80
9	Chá – camomila - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	26	12	36	5,06	182,16
10	Chá – frutas vermelhas - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	26	14	36	11,45	412,20
11	Chá – hortelã - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	26	14	36	4,97	178,92
12	Leite em pó desnatado, instantâneo e granulado - Lata – 335 a 400 ml	Unidade	30	8	30	13,55	406,50
13	Manteiga de primeira qualidade – com sal. Pote – 200g	Unidade	20	12	20	9,57	191,40
14	Pão de forma normal fatiado, tradicional. Pacote – 400g a 500g	Unidade	70	36	70	6,59	461,30
15	Pão de forma fatiado integral - Pacote – 400g a 500g	Unidade	70	38	70	8,16	571,20
16	Presunto cozido, s/ capa de gordura	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	30	13	30	25,15	754,50
17	Queijo minas frescal. Marcas de Referência: Piracanjuba, Compleite, Tirolez, similar ou de melhor qualidade.	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	30	13	30	28,07	842,10
18	Queijo muçarela	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	30	13	30	31,50	945,00
19	Polpa de frutas sabores: (acerola, cajú, maracujá, abacaxi, uva). Pacote – 100g	Unidade	50	0	50	2,60	130,00
20	Refrigerante cola normal. Lata – 310 ml	Unidade	120	36	120	2,87	344,40
21	Refrigerante cola sem açúcar. Lata – 310 ml	Unidade	120	48	120	2,48	297,60
22	Refrigerante guaraná normal. Lata – 310 ml	Unidade	120	24	120	2,48	336,00
23	Refrigerante guaraná light. Lata – 310 ml	Unidade	120	39	120	2,69	322,80
24	Suco de frutas light sabor goiaba. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	120	18	120	6,58	489,60
25	Suco de frutas light sabor pêssego. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	120	24	120	5,33	639,60

26	Suco de frutas light sabor uva. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	120	24	120	6,58	789,60
	Valor Total						**10.582,45**

Grupo 02 - Produtos de Fruticultura.

Item	**Material**	**Unidade**	Previsto em 2021	Executado em 2021	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
27	Abacaxi	Kg	100	59	100	4,06	406,00
28	Laranja Pera	Kg	700	260	700	4,37	3.059
29	Maçã Fugi	Kg	150	10	60	5,82	349,20
30	Mamão Formosa	Kg	100	55	100	4,95	495,00
31	Manga Palmer	Kg	315	47	80	6,00	480,00
32	Melão Amarelo	Kg	150	49	100	4,70	470,00
33	Pera Willian	Kg	150	10	40	9,32	372,80
							5.632,00

O valor total previsto para contratação é de R$ 16.214,45 (Dezesseis mil, duzentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos)

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução é considerada divisível em agrupamento dos itens tendo em vista que as especificidades dos produtos agrupados guardam similaridades em suas características e são produtos comuns que podem ser fornecidos por um mesmo fornecedor. Os itens serão agrupados em 2 (dois) grupos sendo, Grupo 01: Produtos de Supermercado; Grupo 02: Produtos de Fruticultura. Ressalte-se, ainda, que o agrupamento visa evitar o desinteresse dos licitantes no fornecimento dos produtos e, consequentemente, a falta de oferta na licitação para algum dos itens, haja vista o baixo quantitativo e valor que serão registrados para cada item, fato que poderia ocorrer se os itens não fossem agrupados, o que prejudicaria o CNJ com a não aquisição de determinado produto.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Apresentar os indicadores sugeridos para avaliar benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, efetividade, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Análise de Risco:

Risco 1	**Morosidade no processo licitatório**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atraso no processo de contratação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Compromisso das unidades para tramitação célere do processo de contratação.		Unidade envolvidas no processo licitatório.
Risco 2	**Ausência de Licitantes**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Perda do processo licitatório	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Republicação do edital.		CPL
1	Revisão dos critérios contidos no edital		SESER/SEEDI
Risco 3	**Atraso no fornecimento do objeto**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atrasos na entrega	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Comunicação com empresa para verificar possíveis causas de atrasos e providencias para evitar atrasos.		SESER
1	Aplicação de penalidades previstas em edital.		SESER/SAD
Risco 4	**Inexecução parcial ou total do fornecimento do objeto**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)

Baixa	1	Falta do objeto	Alto
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Formação de cadastro reserva		CPL
1	Chamamento de 2º colocada		SAD

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Quanto a critérios: Técnico, Operacional, regulamentar e financeiro é dever da contratada fornecer os quantitativos definidos pelo CNJ, conforme solicitação prévia da Unidade responsável, bem como responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais relativos à execução do objeto.

Quanto ao CNJ, o mesmo dispõe de orçamento previamente programado para arcar com as despesas da contratação, tendo em vista programação anual de contratações.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Em razão da necessidade de dos produtos para atendimento das demandas da Copa do CNJ para fornecimento de lanches em dias de Sessão Plenária verifica-se que as justificativas quanto ao tipo de contratação e planilha com quantitativo apresentado atendem as exigências contidas no documento.

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	**E-mail**	**Ramal**	**Unidade**
José dos Santos Pugas	jose.pugas@cnj.jus.br	5049	SESER
Karlla Silene da Cunha	karllac@cnj.jus.br	5046	SESER

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DOS SANTOS PUGAS**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 24/01/2022, às 23:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1248100** e o código CRC **AA683E9E**.

CNJ	PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS MATERIAL

PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS

CNJ

MATERIAL

1. **Objeto:** Gêneros alimentícios

item	**Descrição/Especificação do Objeto**	**Unidade**	**Qtde**
1	Adoçante líquido dietético - Frasco - 100 ml	Unidade	36
2	Biscoito água e sal, tradicional - Pacote -200g	Unidade	48
3	Biscoito de queijo crocante - Pacote -200 g	Unidade	48
4	Biscoito recheado sabor chocolate - Pacote - 140g a 165g	Unidade	48
5	Biscoito waffer sabor chocolate - Pacote - 180g	Unidade	48
6	Café torrado, em grãos, para máquina de café expresso.	Kg	05

7	Café torrado e moído, descafeinado, torra média, tipo de embalagem: alto vácuo ou vácuo puro 250 g.	Unidade	03
8	Capuccino solúvel, pó, tradicional - lata ou pacote - 200g	Unidade	05
9	Chá – camomila - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	30
10	Chá – frutas vermelhas - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	30
11	Chá – hortelã - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	30
12	Leite em pó desnatado, instantâneo e granulado - Lata – 335 a 400 ml	Unidade	28
13	Manteiga de primeira qualidade – com sal. Pote – 200g	Unidade	20
14	Pão de forma normal fatiado, tradicional. Pacote – 400g a 500g	Unidade	70
15	Pão de forma fatiado integral - Pacote – 400g a 500g	Unidade	70
16	Presunto cozido, s/ capa de gordura	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	25
17	Queijo minas frescal. Marcas de Referência: Piracanjuba, Compleite, Tirolez, similar ou de melhor qualidade.	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	25
18	Queijo muçarela	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	25
19	Polpa de frutas sabores: (acerola, cajú, maracujá, abacaxi, uva). Pacote – 100g	Unidade	50
20	Refrigerante cola normal. Lata – 310 ml	Unidade	110

21	Refrigerante cola sem açúcar. Lata – 310 ml	Unidade	110
22	Refrigerante guaraná normal. Lata – 310 ml	Unidade	110
23	Refrigerante guaraná light. Lata – 310 ml	Unidade	110
24	Suco de frutas light sabor goiaba. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	110
25	Suco de frutas light sabor pêssego. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	110
26	Suco de frutas light sabor uva. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	110
27	Abacaxi	Kg	90
28	Laranja Pera	Kg	480
29	Maçã Fugi	Kg	30
30	Mamão Formosa	Kg	90
31	Manga Palmer	Kg	90
32	Melão Amarelo	Kg	90
33	Pera Willian	Kg	30

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Não se aplica

3. **Prazo de Entrega:**

3.1 Os gêneros alimentícios serão solicitados conforme agenda de programação das sessões plenárias disponibilizadas no sitio do Conselho Nacional de Justiça.

3.2 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

Serão fornecidos conforme agenda das Sessões Plenárias ordinárias e extraordinárias, quinzenalmente na maioria das vezes.

3.3 Ordem de Execução

Os serviços serão solicitados via correio eletrônico.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Os produtos cujos prazos de validade estiverem em desacordo com o estabelecido ou apresentarem-se impróprios para o consumo deverão ser substituídos em até 3 (três) dias úteis;

4.1 Sujeição às normas técnicas

A produção e comercialização de alimentos estão sujeitos à Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002 que Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

5. **Local e horário de Entrega:**

5.1 Local e Horário

Local: Setor de Administração Federal Sul – SAF/SUL, Quadra 2, lotes 5 e 6, Bloco E e F – Asa Sul – Brasília/DF; Telefone: 2326-5046 ou 2326-5038

5.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

Funcionamento de segunda a sexta-feira das 09h às 18h.

6. **Obrigações da Contratada:**

6.1 Comunicar à Administração até o dia útil que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2 A comprovação a que se refere o item anterior será posteriormente analisada pela Administração, para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade, quando comprovada a culpa do Fornecedor;

6.3 Os produtos cujos prazos de validade estiverem em desacordo com o estabelecido ou apresentarem-se impróprios para o consumo deverão ser

substituídos em até 3 (três) dias úteis;

6.4 Submeter-se às normas de segurança e disciplina enquanto permanecer nas dependências do CNJ;

6.5 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

6.6 Comunicar ao CNJ qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

6.7 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais;

6.8 Manter-se, durante toda a execução da entrega do material, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

6.9 Designar, formalmente, preposto para tratar de assuntos relacionados à execução do objeto.

6.10 A CONTRATADA comprometer-se-á, por meio da assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso, a observar e cumprir o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Portaria CNJ Presidência nº 18, de 31 de janeiro de 2020, conforme Anexo B deste Termo de Referência.

7. **Obrigações do Contratante:**

7.1 Permitir ao Fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;

7.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados;

7.3 Comunicar ao Fornecedor qualquer irregularidade constatada no fornecimento do produto constante do objeto deste **PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** e solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado;

7.4 Solicitar o fornecimento do produto constante deste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços mediante a expedição de ordem de fornecimento;

7.5 Devolver, no todo ou em parte, os produtos que não apresentarem condições de serem consumidos (prazo de validade fora do estipulado neste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços, presença de corpos estranhos), bem como decidir sobre a conveniência de enviar amostra deste produto para análise em órgão oficialmente credenciado junto à ANVISA, cujo valor correrá à custa do Fornecedor.

7.6 Promover o pagamento dentro do prazo estipulado desde que atendidos os requisitos previstos neste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

7.7 Designar gestor para a fiscalização da contratação.

7.8 Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pelo Fornecedor.

7.9 Aplicar as sanções previstas neste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços, assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

9. **Condições de Recebimento:**

9.1 O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

9.2 No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

10.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente do Fornecedor, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Divida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de documento que comprove a regularidade da adjudicatária perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio da sede da adjudicatária e Previdência Social.

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido o Fornecedor.

b.1)O Fornecedor não poderá apresentar nota fiscal com CNPJ diverso do qualificado na proposta da empresa.

b.2) O documento de cobrança apresentado em desacordo com o estabelecido no PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços, na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvido ao Fornecedor e nesse caso o prazo previsto no item 10.1 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

b.3) Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

11.1Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993 e Instrução Normativa do CNJ n. 67, de 10 de julho de 2020, a FORNECEDOR ficará sujeito, assegurados o contraditório e ampla defesa, sem prejuízo das demais penalidades previstas no PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços, às seguintes penalidades:

1. a) advertência;

   b) multa de:

   b.1) 1% (um por cento) por dia, calculado sobre o valor total da ordem de fornecimento, no caso de descumprimento dos prazos de fornecimento/substituição do produto, limitado a 5 (cinco) dias de atraso;

   b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do produto por prazo superior a 5 (cinco) dias, com aceitação do objeto pela Administração;

   b.2.1.) No caso de atraso injustificado do fornecimento/substituição do produto superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.4”;

   b.3) 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor total da ordem de fornecimento, no caso de inexecução parcial da ordem de fornecimento;

   b.4) 20,0% (vinte por cento), sobre o valor total da ordem de fornecimento, no caso de inexecução total da obrigação, podendo haver, ainda, o cancelamento do registro de preços do fornecedor;

   c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

   d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

   e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo não superior a 2 (dois) anos;

   f) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

   g) Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o CNJ poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando ao FORNECEDOR o exercício do contraditório e da ampla defesa;

   h)As sanções previstas nas alíneas "a", “c”, “d” e "e" do item 10.1 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

   i) Todas as penalidades serão registradas no SICAF.

   j) O cometimento reiterado de descumprimentos injustificados na execução do objeto poderá configurar a inexecução total da obrigação com a rescisão

unilateral do ajuste e a aplicação da penalidade prevista na alínea "b.4" do item 10.1.

k) Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pelo Fornecedor deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

k.1) Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas (em GRU) em caso de requisição de cópias, sob pena de, a critério exclusivo do Contratante, não serem avaliados

12. **Contrato:**

1. A nota de empenho substituirá o contrato, em conformidade com o artigo 62, da Lei 8.666/93

2. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

ANEXO A

QUANTIDADE ESTIMADA E ESPECIFICAÇÕES

item	**Descrição/Especificação do Objeto**	**Unidade**	**Qtde**	Valor Unitário	Valor Total
1	Adoçante líquido dietético - Frasco - 100 ml	Unidade	36		
2	Biscoito água e sal, tradicional - Pacote -200g	Unidade	48		
3	Biscoito de queijo crocante - Pacote -200 g	Unidade	48		
4	Biscoito recheado sabor chocolate - Pacote - 140g a 165g	Unidade	48		
5	Biscoito waffer sabor chocolate - Pacote - 180g	Unidade	48		

6	Café torrado, em grãos, para máquina de café expresso.	Kg	05
7	Café torrado e moído, descafeinado, torra média, tipo de embalagem: alto vácuo ou vácuo puro 250 gm	Unidade	03
8	Capuccino solúvel, pó, tradicional - lata ou pacote - 200g	Unidade	05
9	Chá – camomila - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	30
10	Chá – frutas vermelhas - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	30
11	Chá – hortelã - Caixa c/ 15 saquinhos	Unidade	30
12	Leite em pó desnatado, instantâneo e granulado - Lata – 335 a 400 ml	Unidade	28
13	Manteiga de primeira qualidade – com sal. Pote – 200g	Unidade	20
14	Pão de forma normal fatiado, tradicional. Pacote – 400g a 500g	Unidade	70
15	Pão de forma fatiado integral - Pacote – 400g a 500g	Unidade	70
16	Presunto cozido, s/ capa de gordura	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	25
17	Queijo minas frescal. Marcas de Referência: Piracanjuba, Compleite, Tirolez, similar ou de melhor qualidade.	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	25

18	Queijo muçarela	Kg (fatiado entre 1 a 2mm)	25
19	Polpa de frutas sabores: (acerola, cajú, maracujá, abacaxi, uva). Pacote – 100g	Unidade	50
20	Refrigerante cola normal. Lata – 310 ml	Unidade	110
21	Refrigerante cola sem açúcar. Lata – 310 ml	Unidade	110
22	Refrigerante guaraná normal. Lata – 310 ml	Unidade	110
23	Refrigerante guaraná light. Lata – 310 ml	Unidade	110
24	Suco de frutas light sabor goiaba. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	110
25	Suco de frutas light sabor pêssego. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	110
26	Suco de frutas light sabor uva. Lata – 335 a 350 ml	Unidade	110
27	Abacaxi	Kg	90
28	Laranja Pera	Kg	480
29	Maçã Fugi	Kg	30
30	Mamão Formosa	Kg	90
31	Manga Palmer	Kg	90
32	Melão Amarelo	Kg	90

33	Pera Willian	Kg	30	

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, em 12/04/2022, às 14:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1298286** e o código CRC **72C49F22**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 00516/2022
Assunto: Aquisição de gêneros alimentícios
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 13/04/2022

GRUPO ÚNICO				Empresa: MAM Ribeiro Comércio de Alimentos-ME CNPJ: 11.020.389/0001-53			Empresa: Nativa Distribuição de Suprimentos Ltda. CNPJ: 09.482.201/0001-47			Cotação Banco de Preços			Cotação Internet - *sites* diversos			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Adoçante líquido dietético frasco 100ml	1	UN	36	5,00	180,00	180,00	4,10	147,60	147,60	5,88	211,68	211,68	8,02	288,72	288,72	4,10	147,60
Biscoito água e sal, tradicional pact. 200g	2	UN	48	4,50	216,00	216,00	1,80	86,40	86,40	5,22	250,56	250,56	2,28	109,44	109,44	1,80	86,40
Biscoito de queijo crocante pct 200g	3	UN	48	9,00	432,00	432,00	2,18	104,64	104,64	20,20	969,60	969,60	8,90	427,20	427,20	2,18	104,64
Biscoito recheado sabor chocolate pct 140/165g	4	UN	48	4,50	216,00	216,00	2,60	124,80	124,80	2,50	120,00	120,00	2,49	119,52	119,52	2,49	119,52
Biscoito waffer sabor chocolate pct 180g	5	UN	48	4,50	216,00	216,00	2,30	110,40	110,40	5,90	283,20	283,20	5,49	263,52	263,52	2,30	110,40
Café torrado, em grãos, p/máquina de café exp.	6	kg	5	45,00	225,00	225,00	68,00	340,00	340,00	49,00	245,00	245,00	73,90	369,50	369,50	45,00	225,00
Café torrado e moído, descafeinado.	7	UN	3	17,90	53,70	53,70	36,00	108,00	108,00	46,00	138,00	138,00	16,99	50,97	50,97	16,99	50,97
Capuccino solúvel, pó, 200g	8	UN	5	14,60	73,00	73,00	22,00	110,00	110,00	12,00	60,00	60,00	14,99	74,95	74,95	12,00	60,00
Chá - camomila cx 15 saquinhos	9	UN	30	6,90	207,00	207,00	19,00	570,00	570,00	5,26	157,80	157,80	6,98	209,40	209,40	5,26	157,80
Chá - frutas vermelhas - cx 15 saquinhos	10	UN	30	10,00	300,00	300,00	19,00	570,00	570,00	7,91	237,30	237,30	13,49	404,70	404,70	7,91	237,30
Chá - hortelã - cx 15 saquinhos	11	UN	30	7,50	225,00	225,00	4,00	120,00	120,00	6,74	202,20	202,20	6,99	209,70	209,70	4,00	120,00
Leite em pó desnatado - ata 335 a 400ml	12	UN	28	18,50	518,00	518,00	27,00	756,00	756,00	16,30	456,40	456,40	32,66	914,48	914,48	16,30	456,40
Manteiga de 1ª , com sal pote 200g	13	UN	20	10,00	200,00	200,00	15,00	300,00	300,00	11,89	237,80	237,80	10,43	208,60	208,60	10,00	200,00
Pão de forma tradicional fatiado pct 400/500g	14	UN	70	7,00	490,00	490,00	11,00	770,00	770,00	9,88	691,60	691,60	5,29	370,30	370,30	5,29	370,30
Pão de forma integral pct 400/500g	15	UN	70	7,00	490,00	490,00	11,00	770,00	770,00	9,51	665,70	665,70	8,49	594,30	594,30	7,00	490,00
Presunto cozido s/ capa de gordura	16	kg	25	25,00	625,00	625,00	40,00	1.000,00	1.000,00	19,98	499,50	499,50	33,99	849,75	849,75	19,98	499,50
Queijo minas frescal	17	kg	25	40,00	1.000,00	1.000,00	54,00	1.350,00	1.350,00	19,40	485,00	485,00	29,95	748,75	748,75	19,40	485,00
Queijo muçarela	18	kg	25	45,00	1.125,00	1.125,00	55,00	1.375,00	1.375,00	28,80	720,00	720,00	61,90	1.547,50	1.547,50	28,80	720,00
Polpa de frutas diversos sabores pct 100g	19	UN	50	3,00	30,00	30,00	14,00	700,00	700,00	2,03	101,50	101,50	2,49	124,50	124,50	0,60	30,00
Refrigerante Cola lata 310ml	20	UN	110	4,00	440,00	440,00	3,80	418,00	418,00	3,34	367,40	367,40	2,85	313,50	313,50	2,85	313,50
Refrigerante cola sem açúcar lata 310ml	21	UN	110	4,00	440,00	440,00	3,80	418,00	418,00	2,76	303,60	303,60	2,78	305,80	305,80	2,76	303,60
Refrigerante guaraná lata 310ml	22	UN	110	4,00	440,00	440,00	3,20	352,00	352,00	2,45	269,50	269,50	2,29	251,90	251,90	2,29	251,90
Refrigerante guaraná light lata 310ml	23	UN	110	4,00	440,00	440,00	5,10	561,00	561,00	2,29	251,90	251,90	2,49	273,90	273,90	2,29	251,90
Suco de frutas light sabor goiaba lata	24	UN	110	8,00	880,00	880,00	6,60	726,00	726,00	5,80	638,00	638,00	3,98	437,80	437,80	3,98	437,80
Suco de frutas light sabor pessego lata	25	UN	110	8,00	880,00	880,00	6,40	704,00	704,00	5,80	638,00	638,00	5,05	555,50	555,50	5,05	555,50
suco de frutas light sabor uva - lata	26	UN	110	8,00	880,00	880,00	6,60	726,00	726,00	5,80	638,00	638,00	3,59	394,90	394,90	3,59	394,90
						-			-			-			-	-	-
Abacaxi	27	Kg	90	7,00	630,00	630,00			-	6,02	541,80	541,80	7,99	719,10	719,10	6,02	541,80
Laranja Pera	28	Kg	480	4,00	1.920,00	1.920,00			-	4,01	1.924,80	1.924,80	2,99	1.435,20	1.435,20	2,99	1.435,20
Maçã Fugi	29	Kg	30	9,00	270,00	270,00			-	7,08	212,40	212,40	8,60	258,00	258,00	7,08	212,40
Mamão Formosa	30	Kg	90	8,00	720,00	720,00			-	7,32	658,80	658,80	11,59	1.043,10	1.043,10	7,32	658,80
Manga Palmer	31	Kg	90	7,50	675,00	675,00			-	5,04	453,60	453,60	13,00	1.170,00	1.170,00	5,04	453,60
Melão Amarelo	32	Kg	90	9,00	810,00	810,00			-	7,07	636,30	636,30	19,78	1.780,20	1.780,20	7,07	636,30
Pera William	33	Kg	30	16,50	495,00	495,00			-	8,00	240,00	240,00	12,90	387,00	387,00	8,00	240,00
VALOR TOTAL						**16.741,70**			**13.317,84**			**14.506,94**			**17.211,70**		**11.358,03**

Valor mínimo total estimado: 11.358,03 (onze mil trezentoss e cinquenta e oito reais e três centavos)

Valor Global mínimo: 16.741,70 (dezesseis mil setecentos e quarenta e um reais e setenta centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto Aquisição de Gêneros Alimentícios para distribuição de lanches nos dias de Sessão Plenária aos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2. Aprovadas a 2ª versão dos Estudos Preliminares SESER (1248100) e a 1ª versão do PAMS - Aquisição de Material (1253083), conforme Despachos SAD n. 1248431 e 1255300, respectivamente, a Seção de Compras iniciou os procedimentos relativos à pesquisa de preços. Todavia, durante a pesquisa de preços, a unidade demandante da contratação, conforme expôs no Despacho SESER n. 1298299, verificou a necessidade de alteração dos quantitativos dos itens que compõem o objeto e juntou aos autos a 2ª versão do PAMS - Aquisição de Materia (1298286).

3. Desse modo, em atendimento aos normativos do CNJ que regem a materia, considerando o Despacho SECOM n. 1255114 e o fato de a unidade demandante ter alterado apenas os quantitativos dos itens que compõem o objeto, **aprovo** a 2ª versão do PAMS - Aquisição de Materia (1298286).

4. Voltando a instrução dos autos, veirifou-se que, com base na nova versão do PAMS, a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.2 - Retificado (1306891), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SESER n. 1308717). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o que foi detalhado no Despacho SECOM n. 1307517, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa MAM RIBEIRO COMERCIO DE ALIMENTOS (1301122), no valor de R$ 16.861,70 (dezesseis mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos).

5. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa (1302509) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despachos SEPOR n. 1302652 e 1307413). O documento que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa para contratar com a Administração consta do SICAF (1309424).

6. Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD n. 1309426, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez

por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

7. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro** a dispensa de licitação para contratar a empresa MAM RIBEIRO COMERCIO DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ n. 11.020.389/0001-53, no valor de R$ 16.861,70 (dezesseis mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos), com vistas à Aquisição de Gêneros Alimentícios para distribuição de lanches nos dias de Sessão Plenária aos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

8. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

9. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, com posterior remessa à Seção de Gestão de Contratos, para os devidos registros e para verificar eventual necessidade de formalização de instrumento contratual, bem como solicito a devolução dos autos para que esta Secretaria de Administração adote as demais providências necessárias subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 02/05/2022, às 17:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1309497** e o código CRC **7652151A**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1309497, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 16.861,70 (dezesseis mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta centavos), e **autorizo** a contratação da empresa MAM RIBEIRO COMERCIO DE ALIMENTOS, CNPJ nº 11.020.389/0001-53, com vistas à Aquisição de Gêneros Alimentícios para distribuição de lanches nos dias de Sessão Plenária aos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 03/05/2022, às 19:21, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1310512** e o código CRC **ACBAA327**.

Data e hora da consulta: 06/05/2022 13:08
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	221	2022PE000192

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40135	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
05/05/2022	Estimativo	00516/2022	-	16.861,70

Favorecido

Código	Nome
11.020.389/0001-53	MAM RIBEIRO COMERCIO DE ALIMENTOS

Endereço	CEP
AGRICOLA BERNARDO SAYAO 09A GUARA II	71080-090

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
00516/2022. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. DESPACHO1310512/DG e 1309497/SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	06/05/2022 11:28:48	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	16.861,70

Subelemento 07 - GENEROS DE ALIMENTACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ITEM 1 DO PAMS 1298286: Adoçante líquido dietético frasco 100ml	180,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	36,00000	5,0000	180,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	ITEM 2 DO PAMS 1298286: Biscoito água e sal, tradicional pact. 200g	216,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	48,00000	4,5000	216,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	ITEM 3 DO PAMS 1298286: Biscoito de queijo crocante pct 200g	432,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	48,00000	9,0000	432,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	ITEM 4 DO PAMS 1298286: Biscoito recheado sabor chocolate pct 140/165g	216,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	48,00000	4,5000	216,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	ITEM 5 DO PAMS 1298286: Biscoito waffer sabor chocolate pct 180g	216,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	48,00000	4,5000	216,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	ITEM 6 DO PAMS 1298286: Café torrado, em grãos, p/máquina de café expresso	225,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	5,00000	45,0000	225,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
007	ITEM 7 DO PAMS 1298286: Café torrado e moído, descafeinado	53,70

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	3,00000	17,9000	53,70

Versão	Data/Hora	Operação
002	06/05/2022 11:28:48	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	16.861,70

Subelemento 07 - GENEROS DE ALIMENTACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
008	ITEM 8 DO PAMS 1298286: Capuccino solúvel, pó, 200g	73,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	5,00000	14,6000	73,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
009	ITEM 9 DO PAMS 1298286: Chá - camomila cx 15 saquinhos	207,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	30,00000	6,9000	207,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
010	ITEM 10 DO PAMS 1298286: Chá - frutas vermelhas - cx 15 saquinhos	300,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	30,00000	10,0000	300,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
011	ITEM 11 DO PAMS 1298286: Chá - hortelã - cx 15 saquinhos	225,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	30,00000	7,5000	225,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
012	ITEM 12 DO PAMS 1298286: Leite em pó desnatado - ata 335 a 400ml	518,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	28,00000	18,5000	518,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
013	ITEM 13 DO PAMS 1298286: Manteiga de 1ª , com sal pote 200g	200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	20,00000	10,0000	200,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
014	ITEM 14 DO PAMS 1298286: Pão de forma tradicional fatiado pct 400/500g	490,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	70,00000	7,0000	490,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	06/05/2022 11:28:48	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	16.861,70

Subelemento 07 - GENEROS DE ALIMENTACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
015	ITEM 15 DO PAMS 1298286: Pão de forma integral pct 400/500g	490,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	70,00000	7,0000	490,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
016	ITEM 16 DO PAMS 1298286: Presunto cozido s/ capa de gordura	625,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	25,00000	25,0000	625,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
017	ITEM 17 DO PAMS 1298286: Queijo minas frescal	1.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	25,00000	40,0000	1.000,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
018	ITEM 18 DO PAMS 1298286: Queijo muçarela	1.125,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	25,00000	45,0000	1.125,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
019	ITEM 19 DO PAMS 1298286: Polpa de frutas diversos sabores pct 100g	150,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	50,00000	3,0000	150,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
020	ITEM 20 DO PAMS 1298286: Refrigerante Cola lata 310ml	440,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	110,00000	4,0000	440,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
021	ITEM 21 DO PAMS 1298286: Refrigerante cola sem açúcar lata 310ml	440,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	110,00000	4,0000	440,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
022	ITEM 22 DO PAMS 1298286: Refrigerante guaraná lata 310ml	440,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	06/05/2022 11:28:48	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	16.861,70

Subelemento 07 - GENEROS DE ALIMENTACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
022	ITEM 22 DO PAMS 1298286: Refrigerante guaraná lata 310ml	440,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	110,00000	4,0000	440,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
023	ITEM 23 DO PAMS 1298286: Refrigerante guaraná light lata 310ml	440,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	110,00000	4,0000	440,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
024	ITEM 24 DO PAMS 1298286: Suco de frutas light sabor goiaba lata	880,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	110,00000	8,0000	880,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
025	ITEM 25 DO PAMS 1298286: Suco de frutas light sabor pêssego lata	880,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	110,00000	8,0000	880,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
026	ITEM 26 DO PAMS 1298286: suco de frutas light sabor uva - lata	880,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	110,00000	8,0000	880,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
027	ITEM 27 DO PAMS 1298286: fruta Abacaxi	630,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	90,00000	7,0000	630,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
028	ITEM 28 DO PAMS 1298286: fruta Laranja Pera	1.920,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	480,00000	4,0000	1.920,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
029	ITEM 29 DO PAMS 1298286: fruta Maçã Fugi	270,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	06/05/2022 11:28:48	Alteração

Data e hora da consulta: 06/05/2022 13:08
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	16.861,70

Subelemento 07 - GENEROS DE ALIMENTACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
029	ITEM 29 DO PAMS 1298286: fruta Maçã Fugi	270,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	30,00000	9,0000	270,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
030	ITEM 30 DO PAMS 1298286: fruta Mamão Formosa	720,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	90,00000	8,0000	720,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
031	ITEM 31 DO PAMS 1298286: fruta Manga Palmer	675,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	90,00000	7,5000	675,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
032	ITEM 32 DO PAMS 1298286: fruta Melão Amarelo	810,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	90,00000	9,0000	810,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
033	ITEM 33 DO PAMS 1298286: fruta Pera William	495,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/05/2022	Inclusão	30,00000	16,5000	495,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
06/05/2022 11:28:48

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
05/05/2022 17:21:45

Versão	Data/Hora	Operação
002	06/05/2022 11:28:48	Alteração

Dispensa de Licitação



Contratação de seguro predial

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Pedido de aquisição de material e serviços **7**
Mapa comparativo de preços **14**
Declaração de dispensa de licitação **15**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **19**
Nota de empenho **20**

ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Provimento de seguro predial para a sede do Conselho, localizada no Setor de Administração Federal Sul - SAF/Sul, Quadra 02, Lotes 05 e 06, blocos E e F, Asa Sul, Brasília/DF

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Todas as unidades.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A presente contratação visa cumprir o Objetivo Estratégico de “garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ” (Portaria nº 204/2020, art. 3º, XI).

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Contratação de seguro predial, objetivando o cumprimento de obrigação contratual, objetivando a atender à alínea "k" da cláusula segunda do contrato de locação CNJ nº 21/2019, visando também resguardar o Conselho de eventuais danos causados por sinistros.

Os benefícios a serem alcançados com o objeto a ser contratado: garantia de recebimento de indenização no caso de ocorrência dos sinistros previstos e cobertos, e cumprimento de cláusula contratual.

Necessidade de capacitação de servidores: não há, pois todos os recursos materiais e humanos necessários serão fornecidos pela Contratada.

Trata-se de serviços de natureza continuada, pois a contratação visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro. Nesse sentido, observa-se que o contrato de locação prevê duração de sessenta meses, sendo que a qualquer tempo pode ocorrer sinistro, e consequentemente necessidade de acionar a apólice de seguro para resguardar o órgão de eventuais prejuízos.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

A pretendida contratação foi realizada no bojo dos processos ns 12540/2019 e 03493/2021, cuja vigência da última contratação do seguro é de 03/09/2021 a 03/09/2022. Entende-se que as contratações atenderam a necessidade, não ocorrendo inconsistências ou problemas, até a presente data.

No entanto, sugere-se elaboração de instrumento contratual com previsão de prorrogação contratual na contratação futura.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Não se aplica, pois não há outra solução disponível.

3.3 Adequação do ambiente

Não há qualquer adequação de ambiente ou necessidade de recursos humanos para a presente contratação, pois todos os recursos materiais e humanos necessários serão fornecidos pela Contratada.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Não se aplica, pois não existe outra opção possível para cumprir a obrigação contratual.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A única solução disponível é a contratação de seguro predial, conforme preconizado no contrato de locação.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A quantidade a ser contratada é definida a partir das características do imóvel a ser resguardado por meio de seguro predial, sendo que a demanda visa cumprir obrigação contratual e resguardar a administração financeiramente.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução é indivisível, pois trata-se de um único objeto.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Não se aplica.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Análise de Risco da contratação:

Risco:	**Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total.**

Probabilidade (alto, médio, baixo)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**

Baixa	1	Atrasar a entrega da apólice de seguros	Médio
Média	2	Atrasar o pagamento de indenização em caso de sinistro	Alto
Baixa	3	Negar-se a promover a indenização em caso de sinistro	Alto

Id	**Ação de Mitigação e Contingência**	**Responsável**
1, 2 e 3	Composição de sanções contratuais adequadas	Equipe de planejamento da contratação

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se vislumbra restrições internas de caráter técnico, operacional ou regulamentar.

Em relação a possíveis restrições orçamentária, a SOF no momento oportuno, antes da emissão de nota de empenho, indicará a viabilidade e classificação orçamentária.

Por outro lado, o objeto prescinde de estudos ambientais, pois não haverá implementação de novos equipamentos ou materiais, também não haverá alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam i meio ambiente. Não obstante, a contratada observar o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, instituído pela Portaria nº18/2020.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A vigência do contrato de seguro será de doze meses (podendo ser prorrogado), com ínicio após a emissão da apólice.

Natureza do Objeto: trata-se de serviços de natureza continuada, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

A contratação anterior teve custo de R$ 12.115,64, com período de vigência de 03/09/2021 a 03/09/2022. No entanto, em virtude de possível reajuste inflacionário, vislumbra-se um reajuste de 10%, e assim, custo estimado em R$ 13.327,20.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Declaro que a opção de contratação de seguro predial se configura como a melhor (e única alternativa) para o atendimento à cláusula contratual, visando também

resguardar o Conselho de possível danos materiais em virtude de sinistro no imóvel.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Leonardo Zanotelli dos Santos	leonardo.zanotelli@cnj.jus.br	4959	SEMAP/SAD
Stanlei Carvalho Silva	stanlei.carvalho@cnj.jus.br	4959	SEMAP/SAD

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO ZANOTELLI DOS SANTOS**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA**, em 30/05/2022, às 17:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1329789** e o código CRC **FCBAA25F**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:** contratação de seguro predial, tipo risco relativo, para a sede do CNJ, localizada na SAF SUL, Quadra 02, lotes 5/6, blocos E/F, Brasília/DF, pelo prazo de um ano, contado a partir do dia 04/09/2022.

2. **Descrição dos serviços: c**ontratação de seguro predial, objetivando o cumprimento de obrigação contratual, objetivando a atender à alínea "k" da cláusula segunda do contrato de locação CNJ nº 21/2019, visando também resguardar o Conselho de eventuais danos causados por sinistros, com limite agregado de R$ 145.300.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões, e trezentos mil reais).

A contratada deverão apresentar Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo patrimonial.

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

20 (vinte) dias após o recebimento da nota de empenho, a contratada deverá emitir e entregar a apólice do seguro, podendo a entrega ser realizada por meio eletrônico.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:** não se aplica.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) entregar a apólice de seguros em até vinte dias, contados do recebimento da nota de empenho.
b) emitir apólice de seguro em consonância com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), de acordo com as coberturas contratadas e contendo todos os dados de edificação.
c) fornecer, junto com a apólice de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre as providências a serem todas no caso de sinistro.
d) indenizar o CNJ e/ou terceiros, no prazo máximo de trinta dias corridos, contados da data do recebimento do aviso de sinistro feito pelo contratante, a cobertura devida até o limite das respectivas importâncias, bem como os prejuízos diretamente resultantes dos riscos cobertos pelas garantias contratadas.
e) prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a contratante em caso de acidente/sinistro.
f) providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo CNJ.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) comunicar à contratada a ocorrência de sinistro, tão logo dele tenha conhecimento.
b) proteger o local sinistrado, de modo a evitar o agravamento de danos.
c) aguardar autorização da contratada, antes de proceder à reparação de danos.
d) exercer fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
e) rejeitar, no todo ou em parte, a apólice em desacordo com as obrigações assumidas pelas empresas especializadas no ramo de atividade de seguro.
f) efetuar o pagamento nas condições pactuadas, mantendo-se o preço fixo e irreajustável.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado.

8. **Condições de Recebimento:**

A apólice do seguro poderá ser encaminhada para o e-mail: patrimonio@cnj.jus.br, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho assinatura do Contrato.

O objeto deste Termo de Referência será recebido definitivamente em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da apólice, por servidor formalmente designado pelo CNJ, que procederá à conferência de sua conformidade às especificações e condições estabelecidas neste documento.

Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na emissão da apólice, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE, sendo que o recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA

9. **Forma de Pagamento:**

a. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, no prazo de cinco dias úteis desde que cumpridos os seguintes requisitos: a) Apresentação da apólice de seguros, acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA;
b. Por ocasião da liquidação e pagamento dos serviços faturados pela Contratada, o CNJ efetuará a retenção dos tributos, observando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 1.234/2012.
c. A apólice apresentada em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto no item 13.1 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.
d. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
e. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA no Protocolo do CNJ.

10. **Penalidades:**

Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 86 e 87 da Lei n° 8.666/93, e na Instrução Normativa CNJ nº 67/2020, a CONTRATADA ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de: a) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do prêmio, limitando-se a 5 (cinco) dias úteis, no caso de atraso para entrega da apólice de seguro;

b) 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor total do prêmio, limitando-se a 5 (cinco) dias úteis, no caso de atraso injustificado para o pagamento das coberturas/indenizações previstas no seguro contratado;

c) No caso de atraso injustificado, superior aos prazos previstos nas alíneas “a” e “b” acima, será aplicada a multa estabelecida nas alíneas “d” ou “e”, conforme o caso;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do prêmio, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

e) 30% (trinta por cento) sobre o valor total do prêmio, no caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das demais consequências oriundas da rescisão unilateral da avença.

f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

g) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III deste artigo.

i) Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o CNJ poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesas.

j) As sanções previstas nos itens 3.4.2, 3.4.3 e 3.4.4 poderão ser aplicadas cumulativamente.

k) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a CONTRATADA, na forma da lei.

l) Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas (em GRU) em caso de requisição de cópias, sob pena de, a critério exclusivo do CONTRATANTE, não serem avaliados.

11. ESPECIFICAÇÃO DO SEGURO

a) BENEFICIÁRIO

Por se tratar de imóvel locado, deverá constar como beneficiário da apólice o proprietário do imóvel, a saber: STYLOS ENGENHARIA S/A, portadora do CNPJ nº 38.056.024/0001-35.

b) LOCAL

O imóvel situa-se na SAF SUL, QUADRA 02, LOTES 5/6, Brasília-DF, CEP 70070-600.

c) CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Imóvel para escritórios com 5 (cinco) pavimentos, área total de 30.207,38 m² e 325 vagas de garagem, conforme descrição a seguir:

- Bloco E (área de 15.103,69 m2):

2º subsolo com 2.459,44 m2, utilização como garagem e depósitos

1º subsolo com 2.549,92 m2, utilização como garagem e depósitos

Semi-enterrado com 2.202,24 m2, com plenário, auditório, refeitório e escritórios

Térreo com 3.500 m2, hall de entrada, portarias e escritórios

1º Pavimento com 1060,02 m2, utilização como escritórios

2º Pavimento com 1.060,02 m2, utilização como escritórios

3º Pavimento com 1.055,54 m2, com utilização como escritórios

Cobertura com 1.153,51 m2

Guarita e Subestação com 63,00 m2

- Bloco F (área de 15.103,69 m2):

2º subsolo com 2.459,44 m2, utilização como garagem e depósitos

1º subsolo com 2.549,92 m2, utilização como garagem e depósitos

Semi-enterrado com 2.202,24 m2, com plenário, auditório, refeitório e escritórios

Térreo com 3.500 m2, hall de entrada, portarias e escritórios

1º Pavimento com 1060,02 m2, utilização como escritórios

2º Pavimento com 1.060,02 m2, utilização como escritórios

3º Pavimento com 1.055,54 m2, com utilização como escritórios

Cobertura com 1.153,51 m2

Guarita e Subestação com 63,00 m2

ÁREA TOTAL: cada bloco tem 12.814,53 m2 de área privativa e 15.103,69 m2 de área total, perfazendo fração de 50% do empreendimento, e área total 30.207,38 metros quadrados.

d) LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO (LMI)

Cobertura Limite Máximo de Indenização (LMI) Básica (incêndio, raio, implosão/explosão): R$ 144.800.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais).

Danos elétricos – curto circuito R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Rompimento de tanques e tubulações R$ 100.000,00 (cem mil reais)

Responsabilidade civil R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

TOTAL DE COBERTURAS R$ 145.300.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões e trezentos mil reais), sendo este valor o limite máximo agregado.

e) DESCRIÇÃO DAS COBERTURAS DA APÓLICE DE SEGURO

e.1) BÁSICA (INCÊNDIO, RAIO, EXPLOSÃO/IMPLOSÃO) O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, queda de raio e suas consequências.

e.2) DANOS ELÉTRICOS – CURTO CIRCUITO O seguro deverá cobrir, no mínimo, perdas e/ou danos físicos diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive a queda de raio ocorrida fora do local segurado.

e.3) RESPONSABILIDADE CIVIL O seguro deverá cobrir, no mínimo, responsabilização civil do Segurado por danos corporais e/ou materiais, causados a terceiros, decorrentes de: a) Incêndio e/ou explosão originados no imóvel segurado; b) Queda, lançamento ou deslocamento de quaisquer objetos; c) Desabamento, total ou parcial; d) Acidentes causados por defeito de funcionamento de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos e instalações, ainda que não pertencentes ao Segurado; e) Acidentes causados por erro humano na operação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos e instalações, ainda que não pertencentes ao Segurado; f) Acidentes ocorridos durante a realização de serviços de conservação e/ou manutenção, efetuados em máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos e instalações, ainda que não pertencentes ao Segurado; g) Atos de vandalismo, praticados por empregados, prepostos e/ou terceiros contratados; h) Vazamentos e/ou infiltrações originados das instalações COMUNS de água e esgoto.

OBS.: Condições contratuais padronizadas SUSEP: Seguro de Responsabilidade Civil Geral - Cobertura Básica nº 106 – Condomínios, proprietários e locatários de imóveis (Circular SUSEP nº 437 de 14/06/2012 e anexo).

12. Contrato:

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO ZANOTELLI DOS SANTOS**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 17/06/2022, às 10:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1341578** e o código CRC **BC80DE25**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 05109/2022
Assunto: Contratação de seguro predial, tipo risco relativo, para a sede do Conselho Nacional de Justiça, localizada na SAF Sul, quadra 2, Lotes 5/6
Servidor: Nilson Barbosa
Data: 01/09/2022

				Porto Seguros CNPJ: 01.198.164/0001-60			Banco de Preços Agência Nacional de Saúde Suplementar			Banco de Preços Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso			Banco de Preços Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Seguro Predial	1	UN	1	12.882,04	12.882,04	12.882,04	13.200,00	13.200,00	13.200,00	13.279,74	13.279,74	13.279,74	22.194,01	22.194,01	22.194,01	12.882,04	12.882,04
VALOR TOTAL						**12.882,04**			**13.200,00**			**13.279,74**			**22.194,01**		**12.882,04**

Valor mínimo total estimado: 12.882,04 (doze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quatro centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de seguro predial, tipo risco relativo, para a sede do Conselho Nacional de Justiça, localizada na SAF SUL, QUADRA 02, LOTES 5/6, Brasília-DF, pelo prazo de um ano.

2. A unidade demandante da contratação, Seção de Material e Patrimônio (SEMAP), elaborou os Estudos Preliminares (1329789) e o PAMS - Contratação de Serviços SEMAP (1341578), os quais possuem compatibilidade com os normativos aplicáveis à matéria, conforme informou a Seção de Compras (SECOM), por meio dos Despachos n. 1340873 e 1342976, respectivamente. Diante da constatação da SECOM, os referidos documentos foram aprovados por esta Secretaria de Administração (SAD), através dos Despachos n. 1341213 e 1343027, respectivamente.

3. Em seguida, a SECOM realizou a pesquisa de preços, mas informou que houve grandes dificuldades em obter propostas das empresas do ramo, conforme pode ser verificado nos itens 2 a 4 do Despacho n. 1380737, os quais seguem transcritos abaixo:

> "(...)
>
> 2. De posse dos autos, a Seção de Compras procedeu à pesquisa de preços junto às empresas fornecedoras / prestadoras de serviços, conforme e-mails de solicitação de propostas de preços (1355600 e 1369381). Entretanto, apesar do número de empresas contatadas, somente a empresa abaixo relacionada aceitou encaminhar proposta de preços:
>
> Jacques e Simão Seguradora (1370006).
>
> 3. Concomitantemente, visando comprovar os preços praticados no mercado, efetuamos pesquisa junto aos órgãos da administração pública, por meio de ferramentas de busca na Internet e do Banco de Preços, contratos e/ou atas de registro de preços com objeto similar, em atendimento à Instrução Normativa nº 73/202020/Ministério da Economia e Manual de Aquisições do CNJ, instituído por meio da Portaria DG nº

168, de 26/08/2020. Diante da pesquisa, obtivemos os seguintes:

Banco de preços - Agência Nacional de Saúde Suplementar (1370012);

Banco de preços - Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (1370015); e

Banco de preços - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (1370018).

4. Cabe registrar a extrema dificuldade que tem sido realizar pesquisa de preços de seguros, tanto de veículos quanto predial. O mercado não tem interesse já que a maioria das empresas corretoras trabalham com grandes seguradoras e estas não têm interesse em cotar para licitação, sendo que várias não participam dos certames. As respostas negativas de empresas conforme e-mails acostados aos autos ilustram bem o desinteresse (1357362, 1357363). Ressalto que a equipe da SECOM não poupou esforços em obter propostas de preços por meio de diversos e exaustivos contatos telefônicos com as corretoras e empresas seguradoras.

(...)"

4. Desse modo, após concluir a pesquisa de preços e atender ao Despacho SAD n. 1382855, a SECOM juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1370038), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEMAP n . 1370564), mas que foi substituído pelo Mapa Comparativo de Preços v.2 (1392144), que apenas trouxe a alteração do nome do fornecedor, permanecendo inalterado o valor antes informado e demais informações, segundo frisou a SECOM, no Despacho n. 1392152. Ressalte-se que, devido às dificuldades pontuadas pela SECOM durante a pesquisa de preços, o mapa comparativo foi construído apenas com valores de uma proposta de preços e de três contratações públicas de objeto semelhante.

5. A partir da análise da pesquisa realizada e de acordo com o detalhado nos Despachos SECOM n. 1380737 e 1392152, constatou-se ser vantajoso ao CNJ efetuar a contratação com base na proposta da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (1392123), uma vez que o valor ofertado é inferior aos valores dos contratos públicos utilizados na comparação de preços e também é equivalente ao da última contratação do CNJ (R$ 12.115,64 - Contrato n. 17/2021 - 1153974). Sendo assim, **aprovo** o Mapa Comparativo de Preços (1392144).

6. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SECONT n. 1378053 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR n. 1379150). A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa PORTO SEGURO, para contratar com a Administração, consta do SICAF (1392315).

7. Consoante demonstrado na Lista de Verificação (1392316), os

requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

8. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no **CNPJ n. 61.198.164/0001-60**, no valor de **R$ 12.882,04 (doze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quatro centavos)**, com vistas à contratação de seguro predial, tipo risco relativo, para a sede do Conselho Nacional de Justiça, localizada na SAF SUL, QUADRA 02, LOTES 5/6, Brasília-DF.

9. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

10. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão da nota de empenho, bem como solicito a devolução dos autos para que esta Secretaria de Administração realize a publicação do ato de dispensa de licitação e adote as demais providências necessárias subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 01/09/2022, às 20:26, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1392317** e o código CRC **F95A0C39**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1392317, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. XI, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 12.882,04 (doze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quatro centavos)**, e **autorizo** a contratação da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ nº **61.198.164/0001-60**, com vistas à contratação de seguro predial, tipo risco relativo, para a sede do Conselho Nacional de Justiça, localizada na SAF SUL, QUADRA 02, LOTES 5/6, Brasília-DF.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93, bem como para demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 02/09/2022, às 12:20, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1392516** e o código CRC **6DDFC488**.

Data e hora da consulta: 02/09/2022 14:41
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	342	2022PE000280

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339039	40129	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
02/09/2022	Ordinário	05109/2022	-	12.882,04

Favorecido

Código	Nome
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Endereço		CEP
RIO BRANCO 1489	RUA GUAIANA CAMPOS ELISEOS	01205-001

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
05109/2022. CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL PARA A SEDE DO CNJ.
CONFORME DESPACHO 1392516-DG.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/09/2022 14:36:06	Alteração

Data e hora da consulta: 02/09/2022 14:41
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	12.882,04

Subelemento 69 - SEGUROS EM GERAL

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL, TIPO RISCO RELATIVO, PARA A SEDE DO CNJ. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1341578-SEMAP.	12.882,04

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
02/09/2022	Inclusão	1,00000	12.882,0400	12.882,04

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
02/09/2022 14:36:06

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
02/09/2022 13:58:46

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/09/2022 14:36:06	Alteração

Dispensa Eletrônica de Licitação



Contratação de serviços de chaveiro

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Termo de referência **14**
Estimativa de preços **27**
Declaração de dispensa de licitação **28**
Aviso de dispensa eletrônica **30**
Mapa comparativo de preços **53**
Nota de empenho **54**

	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ***DOCUMENTO CONSTITUTIVO DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO QUE CARACTERIZA O INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO E A SUA MELHOR SOLUÇÃO PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO, TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO.***

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com fornecimento de material necessário para confecção e cópia de chave, abertura, conserto, modelagem e instalação de fechaduras e cadeados, conforme condições a serem estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, para atender às necessidades do Conselho, pelo prazo de 12 meses.

2. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

A presente contratação foi prevista no Plano Anual de Contratações, bem como está diretamente relacionada com o plano estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria nº 104, de 30/06/2020, a qual estabelece em seu artigo 3°, inciso XI, que um dos objetivos estratégicos do órgão é justamente garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento, "*in verbis*":

> ***XI – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;***

Desta forma, imprescindível a referida contratação, pois, atenderá com mais presteza o propósito institucional que é a prestação de um serviço jurisdicional efetivo para toda a população.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A SESIN, após análise do escopo do objeto que se pretende contratar,

buscou analisar possíveis restrições internas de caráter técnico que pudessem influenciar de forma negativa à contratação.

Considerando que as instalações do CNJ possuem grande número de portas, fechaduras e chaves, que durante o uso normal, apresentam ou podem apresentar problemas de funcionamento, além de quebra das chaves nos miolos/cilindros; provocando a necessidade de abertura, conserto, modelagem, confecção de cópias e substituição de fechaduras, entre outros serviços correlatos.

A contratação desse tipo de serviço é fundamental para o bom andamento do serviço administrativo desenvolvido nessas instalações, refletindo diretamente em um atendimento célere para o cidadão e na segurança do patrimônio público.

Os serviços a serem prestados se enquadram na classificação de bens comuns, pois são facilmente ofertados por diversas empresas do mercado, a escolha pode ser feita tão somente no preço ofertado, as especificações não necessitam de avaliação minuciosa e têm as suas características estabelecidas de forma objetiva.

Foram analisados critérios de ordem técnica, operacional, regulamentar e financeira/orçamentária.

Quanto a critérios de ordem técnica e operacional, não se vislumbrou qualquer empecilho para sua execução, haja vista a natureza da contratação e os tipos de equipamentos que serão utilizados pela contratada, os quais são próprios e não demandam qualquer tipo de integração com os equipamentos do órgão.

Quanto às restrições normativas, também não foi verificado no âmbito do CNJ qualquer norma que restrinja a contratação e consequentemente a prestação dos serviços.

Com relação aos critérios de ordem financeira/orçamentária, verifica-se necessário o aval da Secretaria de Orçamento deste Conselho a fim de verificar a disponibilidade de recursos orçamentários que possibilitem a contratação.

3.1 Sujeição às normas técnicas e legais

A presente proposta de aquisição encontra amparo legal nos seguintes dispositivos normativos:

- Leis nº 8.666/93 e 14.133/2021 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Apêndices.

- Instrução Normativa CNJ nº 82/2020;

- Resolução 400/2021 CNJ;

- Normas da ABNT NBR 16833/2020, 13051/2014, 14913/2011, 14651/2001, 14487/2000, 13053/1998, 12927/1993, 12928/1993, 8489/1993

3.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Para a contratação almejada devem ser observadas as regras atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a resolução 400/2021 do CNJ.

Vale informar que as exigências não poderão ser de natureza extremamente rígida visando a não limitar o caráter competitivo do certame, conforme preceitua o parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto nº 7.746/2012, nos

seguintes termos:

Art. 2º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto.

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

O assunto também é regulado pela Instrução Normativa No 01, de 19 de janeiro de 2010, a qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

A supracitada norma, em seu artigo 6º, enumera, também, práticas sustentáveis que poderão compor os editais de licitação. Desta forma, seguindo os critérios estabelecidos por aquela IN, alinhada com a natureza da contratação e ainda, visando não restringir o caráter competitivo do certame.

Entende-se desta forma, desde que atendidas as exigências legais, que se estabeleçam boas práticas de contratações sustentáveis sem restringir o caráter competitivo do certame.

3.3. Requisitos de qualidade

No que se referem aos custos, se vislumbra uma significativa redução quando realizados por empresas terceirizadas, em detrimento do mesmo tipo de atividade ser realizado por equipe do próprio quadro de servidores e/ou por terceirizados contratados. Além disso, os serviços de chaveiro não estão contemplados dentre as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do CNJ.

Cabe ressaltar, que o órgão ainda arcaria com o custo de aquisição dos materiais (para as cópias das chaves) e das ferramentas usadas na execução dos serviços.

Quantos aos benefícios, com contratação deste serviço, espera-se a garantia da manutenção das diversas portas, fechaduras e chaves que porventura apresentem problemas de funcionamento, desgastes, ou outros defeitos durante o uso normal, além de perda.

Desta forma, a contratação proporcionará uma maior garantia e segurança no que se refere a guarda de documentos e materiais de interesse do órgão, que requerem trancas em portas, armários, gavetas, entre outros serviços correlatos.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Esta seção utilizou-se como parâmetro o último Registro de Preços deste Órgão para serviços de chaveiro, para aferir a média de preço praticados pelo mercado, bem como as últimas licitações e contratos realizadas pelos órgãos

públicos.

Além disso, com relação a quantidade da demanda baseou-se no levantamento da quantidade de mobiliário, conforme Anexo I, bem como pelas Ordens de Serviços emitidas em 2021/2022.

Vale salientar que tendo em vista o trabalho remoto ainda em vigor no CNJ, em virtude da pandemia, houve uma considerado diminuição na prestação de serviço de chaveiro, não refletindo a realidade em comparação com as demandas dos anos anteriores.

Cabe ressaltar que de acordo com a Portaria nº. 283/2014, o entendimento é que a ampla pesquisa deverá ser realizada na fase de instrução do processo licitatório, na Seção de Compras, momento e local onde deverá ser realizada cotação entre o maior número possível de fornecedores ou prestadores de serviço, a fim de subsidiar a administração acerca dos preços praticados no mercado. A unidade demandante deverá auxiliá-la, quando solicitada.

Desta forma, considerando o levantamento realizado de demandas internas do CNJ, os serviços e quantitativos a serem contratados estão descritos no quadro a seguir:

Item	Especificações	Quant.	Valor Unitário (R$)	Variação 2021/2022 10% (IPCA)	Valor Unitário	Valor Total
1	Abertura de fechadura de porta	30	R$ 30,00	R$ 3,00	R$ 33,00	R$ 990,00
2	Abertura de fechadura de móveis, gavetas e cadeados	40	R$ 30,00	R$ 3,00	R$ 33,00	R$ 1.320,00
3	Abertura de fechadura de tetra	8	R$ 20,00	R$ 2,00	R$ 22,00	R$ 176,00
4	Abertura de cofre, no segredo e na chave, com modelagem de chave e fornecimento de cópias	6	R$ 150,00	R$ 15,00	R$ 165,00	R$ 990,00
5	Cópia de chaves simples (portas, móveis, gavetas e cadeados)	200	R$ 10,00	R$ 1,00	R$ 11,00	R$ 2.200,00
6	Cópia de chave para fechadura de porta, modelo Yale ou similar	200	R$ 10,00	R$ 1,00	R$ 11,00	R$ 2.200,00
7	Cópia de Chave Tetra	8	R$ 15,00	R$ 1,50	R$ 16,50	R$ 132,00
8	Cópia de Chave de cofre	4	R$ 10,00	R$ 1,00	R$ 11,00	R$ 44,00

9	Conserto de fechadura de porta	35	R$ 30,00	R$ 3,00	R$ 33,00	R$ 1.155,00
10	Conserto de fechadura de móveis e gavetas	25	R$ 30,00	R$ 3,00	R$ 33,00	R$ 825,00
11	Conserto de fechadura de tetra	10	R$ 30,00	R$ 3,00	R$ 33,00	R$ 330,00
12	Fornecimento e instalação de fechadura para porta, modelo La fonte ou similar, com 2 chaves	25	R$ 160,00	R$ 16,00	R$ 176,00	R$ 4.400,00
13	Fornecimento e instalação de fechadura para móveis e gavetas	50	R$ 30,00	R$ 3,00	R$ 33,00	R$ 1.650,00
14	Fornecimento e instalação de fechadura tetra Papaiz ou similar	15	R$ 100,00	R$ 10,00	R$ 110,00	R$ 1.650,00
15	Modelagem de fechadura de porta, modelo La Fonte ou similar	30	R$ 40,00	R$ 4,00	R$ 44,00	R$ 1.320,00
16	Modelagem de fechadura de móveis e gavetas	30	R$ 40,00	R$ 4,00	R$ 44,00	R$ 1.320,00
17	Modelagem de fechadura tetra	10	R$ 30,00	R$ 3,00	R$ 33,00	R$ 330,00
18	Troca de segredo para fechadura de porta, modelo La Fonte ou similar	10	R$ 30,00	R$ 3,00	R$ 33,00	R$ 330,00
Total						R$ 21.362,00

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Indicação e análise das alternativas possíveis disponíveis no mercado, com base preferencialmente no seguinte quadro-modelo:

Quanto às opções disponíveis no mercado, os serviços a serem contratados, bem como o fornecimento do material, podem ser realizados por empresas especializadas para prestação de serviços de chaveiro e afins, haja vista se tratar de serviços e produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, além de serem encontrados facilmente no mercado.

Ademais, a existência de várias empresas do ramo no Distrito Federal,

assim como a prática comum da atividade, caracteriza que trata-se de serviço que não possui restrição no mercado.

Não foi encontrada outra solução disponível no mercado.

Para elaboração destes estudos preliminares foram consideradas as contratações realizadas por outros órgãos da Administração Pública, com objetos similares, quais sejam:

Nome do Órgão	**Nº do Pregão**	**Valor total estimado**
INSS	04/2021	R$ 23.468,00
Tribunal de Contas do DF	Contrato 03/2022	R$ 10.680,00
Ministério da Educação	Contrato 12/2021	R$ 26.938,00

5.2 Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.

O último contrato que o CNJ celebrou para os serviços de chaveiro, tendo como contratado a empresa Chaveiro Hellios Ltda, não apresentando nenhuma ocorrência que comprometesse a prestação do serviço. O período de vigência é de 12 meses, com vencimento no dia 01/09/2022. Processo SEI nº 04675/2021.

5.3. Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com fornecimento de material necessário para os serviços elencados, conforme condições a serem estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, para atender às necessidades do Conselho, pelo prazo de 12 meses.

A solução como um todo abrange contratação de empresa para atender à demanda de serviços de chaveiro, incluindo o fornecimento de todos os materiais e mão de obra.

Diante dessa temática, a solução a ser adotada é aderente às encontradas, ou seja, prestação de serviços por demanda, de modo que o valor a ser pago ao contratado dependerá dos serviços efetivamente executados, conforme necessidade administrativa, não havendo obrigatoriedade de aquisição de todo o quantitativo.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi baseada nos valores constante no Contrato CNJ Nº 23/2021 (1178573), com variação do IPCA 2021/2022 acumulado nos últimos 12 (doze) meses (tabela do item 4), nas

contratações elencadas no item 5.1 e anexas aos autos do processo e na necessidade de serviços a serem prestados, levando-se em conta, também, os 64 (sessenta e quatro) armários atualmente disponíveis na Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

Com isso, chegou-se ao valor estimado de **R$21.362,00 (vinte e um mil trezentos e sessenta e dois reais)**.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução como um todo abrange Contratação de empresa para atender à demanda de serviços de chaveiro, incluindo o fornecimento de todos os materiais e mão de obra.

Conforme a necessidade do CNJ será emitida Ordem de fornecimento à empresa contratada, especificando o respectivo quantitativo e tipo de serviços que deverão ser prestados. O atendimento das demandas e as solicitações serão feitas por atendimento eletrônico.

Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da ordem de serviço e nos locais e horários descritos nesta.

Todas as ferramentas, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada aos seus técnicos

O Contratante não se obriga a consumir todo o quantitativo estimado do objeto.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Por se tratar de serviços que apresentam pequena quantidade de itens a serem contratados, bem como pela própria natureza dos serviços de chaveiro, entende-se não ser possível a divisibilidade do objeto.

A contratação será realizada com o agrupamento dos itens, conforme consta da tabela supracitada, tendo em vista que os itens agrupados guardam similaridades em suas características e são produtos/serviços comuns que podem ser fornecidos/prestados por um mesmo fornecedor. Entende-se que dessa forma o agrupamento proporcionará vantagens de natureza logística e econômica para a Administração.

Do ponto de vista logístico, o gerenciamento de um número menor de fornecedores traz benefícios operacionais à Administração. Do ponto de vista econômico, acredita-se que o agrupamento proporcionará a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que será possível a ocorrência da economia de escala que, aplicada ao fornecimento de um grupo de determinados produtos/serviços, implicará numa redução de preços ofertados. Salienta-se que tal justificativa econômica só é possível por tratar-se de produtos afins.

Ademais, a presente opção encontra amparo nos seguintes Acórdãos do TCU:

> Acórdão nº 5260/11 – 1ª Câmara (voto):
> "6. Nessa esteira, não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da

razoabilidade e da economicidade".
Considera-se ainda que a contratação dos serviços de forma centralizada em grupo único tem a vantagem de apresentar uma maior eficiência, pois gera equipes de profissionais com múltiplas funções e em efetivo menor, reduzindo a estrutura administrativa da contratada e do contratante, além de propiciar uma melhor gerência do contrato. O grupo será composto por 18 itens.

Dessa forma, os itens foram agrupados em grupo único, de acordo com suas similaridades, o que proporcionará um ganho de escala, por permitir ao fornecedor detentor da melhor proposta ofertar preços mais vantajosos para a Administração Pública na presente contratação, sem restringir a competitividade.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

Como resultado da contratação deste serviço espera-se a garantia da manutenção das diversas portas, fechaduras e chaves que podem apresentar problemas de funcionamento, desgastes ou outros defeitos durante o uso normal.

Visa, ainda, garantir a segurança no que se refere a guarda de documentos e materiais de interesse do órgão, que requerem trancas em portas, armários, gavetas, entre outros serviços correlatos nas instalações do CNJ.

9.1. Indicadores de desempenho da contratação

Como benefício direto, a contratação deverá suprir à necessidade das demandas dos diversos setores do CNJ pelos serviços de chaveiros, como cópias de chaves, modelagens, consertos de fechaduras danificadas, além da impossibilidade de armazenamento de documentos, equipamentos e materiais de forma segura.

Sendo assim, entende-se que no ato da prestação do serviço, a fiscalização do contrato deverá analisar os resultados da contratação, a fim de verificar a efetiva qualidade do serviço prestado, indicando se atende à finalidade a que se destina.

A inexecução parcial ou total do objeto, ou sua execução total, servirão como parâmetro para aferir o perfeito cumprimento e atingimento da finalidade do contrato.

Portanto, verifica-se que o provimento de serviços para este fim se faz necessária para que não haja descontinuidade na prestação.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há providências especiais a serem adotadas para a contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplicam.

12. IMPACTO AMBIENTAL

No que se referem aos critérios de sustentabilidade ambiental, entende-se necessário o atendimento das recomendações da Secretaria de Auditoria do CNJ, bem como da Seção de Gestão Ambiental, e dos Normativos que regem o tema, a partir das seguintes exigências a serem impostas à empresa contratada:

I – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
II – Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
III - Práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;
IV- Eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes de trabalho;
V – Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho;
VI – Fornecer aos empregados que executarão os serviços equipamentos de segurança que se fizerem necessários, fiscalizando o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho;

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A ausência da contratação implicará o comprometimento das demandas de forma a manter o bom andamento do serviço administrativo desenvolvido nas instalações deste Conselho, pois os serviços de chaveiro são indispensáveis ao controle de acesso a setores.

Então, a solução escolhida, no entendimento desta Seção, traz poucos riscos, é eficaz, pois alcança ao objetivo desejado, sendo imprescindível afirmar que a ausência da contratação poderá ocasionar prejuízos ao órgão.

Vale ressaltar também os riscos inerentes à execução contratual. Verifica-se a possibilidade de descumprimento de cláusulas ou má prestação na entrega e qualidades do o serviço a ser adquirido, momento em que os Gestores do Contrato deverão intervir, adotando as medidas de mitigação e providências necessárias ao sucesso da contratação.

Desta forma, elaboramos os quadros que se seguem a fim de demonstrar os riscos que acompanham a pretensa contratação:

A empresa contratada falha com a entrega implicando inexecução parcial ou total.		
Id	**Dano**	**Impacto**
1	**Entrega o serviço em desacordo com a proposta.**	**Médio**

2	**Não cumpre prazos referente estabelecidos para os serviços previstos no contrato.**	**Médio**
Ação de Mitigação e Contingência		**Responsável**
• **Fornecimento emergencial por suprimento de fundos até realização de nova licitação ou adesão a ATA de outro órgão.** • **Caso não seja regularizado, aplicar sanção conforme estipulado no contrato, e providências relativa a nova aquisição**		**Gestor do Contrato e SAD**

14. CONCLUSÃO DO GESTOR

Estima-se para a pretensa contratação um custo em torno de **R$21.362,00 (vinte e um mil trezentos e sessenta e dois reais)**, com base na pesquisa de preços preliminar efetuada pela Seção de Segurança Interna. conforme discriminado na tabela descrita no item 4 do presente estudo.

Cabe esclarecer que o valor supracitado é apenas estimativo e sofrerá variações durante o andamento processual, com a devida pesquisa de preços por parte da unidade competente, a Seção de Compras.

Com a inclusão das informações referentes ao valor total estimado da contratação, e levando em consideração as orientações da Diretoria-Geral no sentido de desburocratizar os processos administrativos do órgão, sugere-se que a referida contratação seja feita por meio de dispensa de licitação, visto que o valor total estimado é de **R$21.362,00 (vinte e um mil trezentos e sessenta e dois reais)**, caracterizando o objeto como serviço de pequeno valor, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

Desta forma, o presente estudo técnico preliminar, a partir da análise da legislação, dos contratos públicos e da legislação específica do CNJ, bem como da análise de mercado, possibilitou apontar como a solução mais viável a contratação de empresa para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, conforme condições a serem estabelecidas no PAMS, para atender às necessidades do Conselho, pelo prazo de 12 meses.

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Tiago Luiz Caldeira Pereira	tiago.pereira@cnj.jus.br	4823	SESIN

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO LUIZ CALDEIRA PEREIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SEGURANÇA INTERNA**, em 16/08/2022, às 16:26, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1357133** e o código CRC **B89F5C12**.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres, a fim de atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

As especificação dos serviços, bem como os quantitativos constam na tabela do item 1.3 abaixo.

a) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso;

A metodologia de execução será por demanda, conforme a necessidade do Conselho Nacional de Justiça.

b) deveres e disciplina exigidos;

a) Obedecer aos prazos estabelecidos no item 5.3;

b) Destacar, para a perfeita prestação dos serviços, somente técnicos especializados e qualificados, os quais deverão estar devidamente identificados para ter acesso às dependências do CONTRATANTE;

c) Utilizar somente ferramentas e aparelhos adequados a cada tipo de serviço;

d) Utilizar para reposição somente peças novas originais/genuínas e de qualidade igual ou superiores às existentes;

e) Preencher a nota fiscal discriminando todos os serviços prestados e materiais fornecidos de acordo com este instrumento;

f) Apresentar ao CONTRATANTE junto com a nota fiscal, relatório dos serviços prestados, assinado pelo técnico responsável, detalhando os seguintes aspectos:

f.1) Discriminação dos serviços executados, contendo a data e o local de realização dos serviços.

f.2) As peças, componentes e materiais fornecidos e/ou substituídos por defeito ou desgaste.

g) Indicar representante com poderes para tratar de todos os assuntos relacionados à execução dos serviços e fornecimento de material, inclusive receber notificação de eventuais aplicações de penalidades;

h) Executar o objeto mediante Ordem de Serviço emitida pelo

CONTRATANTE, com as quantidades indicadas e de acordo com as especificações constantes deste instrumento;

i) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

j) Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, mediante apresentação de razões justificadoras a serem apreciadas pelo CONTRATANTE;

k) Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

l) Submeter seus empregados, durante o período de permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído e à utilização de crachá de identificação.

c) identificação dos resultados esperados;

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade da Contratada.

Espera-se que os serviços prestados estejam de acordo com as especificações contidas neste instrumento e na Ordem de Serviços. Espera-se, ainda, que a Contratada tenha disponibilidade para solucionar problemas de forma célere, a fim de não prejudicar o andamento dos serviços do CNJ.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade da prestação dos serviços de acordo com as especificações constantes, conforme especificação do objeto.

d) indicação, quando existente, da necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica, bem como indicação do período de garantia legal e/ou contratual previstos para os materiais e/ou serviços integrantes da solução a ser contratada;

Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) definição da unidade de medida a ser utilizada para o tipo de serviço a ser contratado, incluindo métricas, metas e formas de mensuração adotadas, dispostas, sempre que possível, na forma de Níveis de Serviços e de indicadores; e

A unidade de medida utilizada é o quantitativos de serviços prestados à Contratante, sob demanda, de acordo com a necessidade do Órgão

A forma de mensuração de atendimento de prestação dos serviços de chaveiro será atestada por meio do recebimento prévio e definitivo, com atesto de nota fiscal.

1.2. NATUREZA DO OBJETO

A natureza do objeto é contínua, visto que a contratação é realizada para manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes.

1.3. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE UNIT.
1.	Abertura de fechadura de porta	30
2.	Abertura de fechadura de móveis, gavetas e cadeados	40
3.	Abertura de fechadura de tetra	8
4.	Abertura de cofre, no segredo e na chave, com modelagem de chave e fornecimento de cópias	6
5.	Cópia de chaves simples (portas, móveis, gavetas e cadeados)	200
6.	Cópia de chave para fechadura de porta, modelo Yale ou similar	200
7.	Cópia de Chave Tetra	8
8.	Cópia de Chave de cofre	4
9.	Conserto de fechadura de porta	35
10.	Conserto de fechadura de móveis e gavetas	25
11.	Conserto de fechadura de tetra	10
12.	Fornecimento e instalação de fechadura para porta, modelo La fonte ou similar, com 2 chaves	25
13.	Fornecimento e instalação de fechadura para móveis e gavetas	50
14.	Fornecimento e instalação de fechadura tetra Papaiz ou similar	15
15.	Modelagem de fechadura de porta, modelo La Fonte ou similar	30
16.	Modelagem de fechadura de móveis e gavetas	30
17.	Modelagem de fechadura tetra	10
18.	Troca de segredo para fechadura de porta, modelo La Fonte ou similar	10

1.3.1. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

A contratação será realizada com o agrupamento dos itens, conforme

consta da tabela supracitada, tendo em vista que os itens agrupados guardam similaridades em suas características e são produtos/serviços comuns que podem ser fornecidos/prestados por uma mesma Contratada. Entende-se que dessa forma o agrupamento proporcionará vantagens de natureza logística e econômica para a Administração.

Do ponto de vista logístico, o gerenciamento de um número menor de fornecedores traz benefícios operacionais à Administração. Do ponto de vista econômico, acredita-se que o agrupamento proporcionará a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que será possível a ocorrência da economia de escala que, aplicada ao fornecimento de um grupo de determinados produtos/serviços, implicará numa redução de preços ofertados. Salienta-se que tal justificativa econômica só é possível por se tratar de produtos afins.

Ademais, a presente opção encontra amparo nos seguintes Acórdãos do TCU:

> Acórdão nº 5260/11 – 1ª Câmara (voto):
> "6. Nessa esteira, não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da razoabilidade e da economicidade".
> Considera-se ainda que a contratação dos serviços de forma centralizada em grupo único tem a vantagem de apresentar uma maior eficiência, pois gera equipes de profissionais com múltiplas funções e em efetivo menor, reduzindo a estrutura administrativa da contratada e do contratante, além de propiciar uma melhor gerência do contrato. O grupo será composto por 18 itens.

Dessa forma, os itens devem ser agrupados em grupo único, de acordo com suas similaridades, o que proporcionará um ganho de economia de escala, por permitir à Contratada detentora da melhor proposta ofertar preços mais vantajosos para a Administração Pública, sem restringir a sua competitividade.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogável nos termos da lei.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Os Estudos Técnicos Preliminares foram acostados aos autos do processo sob o nº de Doc. SEI 1381443.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

A solução é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com fornecimento de material necessário para confecção e cópia de chave,

abertura, conserto, modelagem e instalação de fechaduras e cadeados, conforme condições estabelecidas neste instrumento, para atender às necessidades do Conselho pelo prazo de 12 meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade da Contratada.

A empresa contratada deverá observar as especificações do objeto e o cronograma de execução, sob demanda.

4.1 Sujeição às normas técnicas e legais

A presente contratação encontra amparo legal nos seguintes dispositivos normativos, dentre outras:

- Lei 14.133/2021 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

- Instrução Normativa CNJ nº 82/2020;

- Resolução 400/2021 CNJ;

4.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Para a contratação almejada devem ser observadas as regras atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a resolução 400/2021 do CNJ.

A Contratada também deverá observar, no que cabível, o código de conduta dos Fornecedores de bens e serviços do CNJ.

4.3. Requisitos de qualidade

A qualidade dos materiais serão aferidas pelos gestores do contrato antes da execução das Ordens de Serviços e, constatado qualquer problema na prestação dos serviços ou no material empregado dentro do prazo de garantia estipulado pela legislação, será determinada a troca dos materiais ou a correção do serviço executado.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

5.1. Indicar Local e Horário dos Serviços/Fornecimentos

Os serviços serão realizados nas dependências do Conselho Nacional de Justiça localizadas na SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Quadra 514 Norte e em outros em que o CNJ, porventura, se estabelecer.

5.2. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ é de 12h às 19h

5.3. Ordem de Execução

O serviços serão executados após emissão de Ordem de Serviços por

intermédio da Seção de Segurança Interna, conforme prazo abaixo especificado:

a) Prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, para comparecimento ao órgão;

b) Prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, para conclusão dos serviços quando não puderem ser realizados imediatamente no ato de comparecimento ao órgão no prazo estabelecido na alínea "a".

5.4. Cronograma de Execução, caso existirem várias etapas.

Não se aplica.

5.5. Garantia ou assistência técnica.

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material e serviços, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

6.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica.

6.2. Qualificação econômico-financeira

Não se aplica.

6.3. Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

6.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;
b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;
c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
d) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
f) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

7. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

A proposta levará em consideração os critérios de requisitos mínimos listados nas especificações do objeto.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

8.1. O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização do Contrato. As ocorrências e as deficiências de confecção do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

8.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto.

8.3. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O material será recebido da seguinte forma:

a. provisoriamente, no ato da prestação dos serviços;

b. definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do serviço prestado e/ou do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações da Ordem de Serviços.

9.2. No caso de a prestação de serviços estar em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, por ordem bancária, em consonância com o disposto no artigo 141 e dispositivos sobre pagamento da Lei 14.133/2021, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a

contratada.

b) A Nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Ordem de Serviço poderá ser devolvida à Contratada, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) De acordo com a Lei 14.133/2021, será permitido o pagamento de parte na nota fiscal.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;
b) Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;
c) Recusar, no todo ou em parte, os materiais e/ou serviços que não atenderem às especificações deste expediente;
d) Fiscalizar a prestação dos serviços do objeto.

12. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

a) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo deste Termo de Referência.

b) Prestar os serviços dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da Ordem de Serviços;

c) Refazer os serviços em desacordo com a proposta de preços e a Ordem de Serviços, no prazo máximo de 24 horas, a contar da notificação;

d) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento ou prestação dos serviços;

f) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento à solicitação de prestação de serviços.

g) Manter-se, durante a vigência da Nota de Empenho (12 meses a contar de sua emissão), em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

Com base no **valor mínimo** dos orçamentos recebidos e conforme item 4 do Estudo Técnico Preliminar 1381443, o valor do objeto é estimado em **R$ 21.060,00 (vinte e um mil sessenta reais)**.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta despesa foram previstos no plano anual de aquisições 2022 da Secretaria de Administração, Processo n. 09608/2021, documento 1380807. Não obstante, estes valores necessitam de suplementação, em vista de que houve considerável acréscimo dos serviços a serem prestados (tabela do item 1.3) e conforme estimativa do valor da despesa, item 13.

15. SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 5% (três por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, no caso de atraso injustificado quanto à prestação/refazimento de serviços, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 15% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, no caso de atraso injustificado quanto à prestação/refazimento de serviços por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado quanto à prestação/refazimento de serviços por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 20% (quinze por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 30% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

f) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à contratada, ou cobrado judicialmente.

g) A penalidade prevista na alínea "a" será aplicada exclusivamente às situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16. GARANTIA DO CONTRATO

Não se aplica.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça, ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça e ANEXO C: Ordem de Serviços (Modelo).

ANEXO “A” – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

ANEXO "B" - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por

_____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

ANEXO "C" - ORDEM DE SERVIÇOS (MODELO)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			ORDEM DE SERVIÇO Nº:	1
Unidade Solicitante:				
Contratada:			Data:	
Telefone:	(61) - 2326-4823		e-mail:	tiago.pereira@cnj.jus.br
Item	**Serviço (s) a ser (em) executado (s):**	**Qtd.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
Valor Total				R$ -
Localização:		Prazo de execução:		
Assinatura do prestador de serviço:		Carimbo/Assinatura do Gestor:		

)

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO LUIZ CALDEIRA PEREIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SEGURANÇA INTERNA**, em 03/10/2022, às 13:41, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1413551** e o código CRC **9295904C**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 05758/2022
Assunto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data:

				Estudos Preliminares			Empresa: Chaveiro A. Júnior CNPJ: 13.874.263/0001-16			Empresa: Chaveiro Fogaça - ME CNPJ: 02.609.675/0001-68			Empresa: Chaveiro Hellio's Ltda. ME CNPJ: 36.758.282/0001-38			MEDIANA (A)		VALOR MÉDIO (B)		VALOR MÍNIMO (C)		% VARIAÇÃO ENTRE (B) E (C)
				Valor			Valor			Valor			Valor									
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim							
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	
Abertura de fechadura de porta	1	UN	30	33,00	990,00	990,00	45,00	1.350,00	1.350,00	50,00	1.500,00	1.500,00	40,00	1.200,00	1.200,00	42,50	1.275,00	42,00	1.260,00	33,00	990,00	27,27%
Abertura de fechadura de móveis,gavetas e cad.	2	UN	40	33,00	1.320,00	1.320,00	45,00	1.800,00	1.800,00	50,00	2.000,00	2.000,00	40,00	1.600,00	1.600,00	42,50	1.700,00	42,00	1.680,00	33,00	1.320,00	27,27%
Abertura de fechadura de tetra	3	UN	8	22,00	176,00	176,00	20,00	160,00	160,00	40,00	320,00	320,00	20,00	160,00	160,00	21,00	168,00	25,50	204,00	20,00	160,00	27,50%
Abertura de cofre, no segredo e na chave	4	UN	6	165,00	990,00	990,00	180,00	1.080,00	1.080,00	180,00	1.080,00	1.080,00	160,00	960,00	960,00	172,50	1.035,00	171,25	1.027,50	160,00	960,00	7,03%
Cópia de chaves simples	5	UN	200	11,00	2.200,00	2.200,00	12,00	2.400,00	2.400,00	15,00	3.000,00	3.000,00	12,00	2.400,00	2.400,00	12,00	2.400,00	12,50	2.500,00	11,00	2.200,00	13,64%
Cópia de chave para fechadura Yale	6	UN	200	11,00	2.200,00	2.200,00	12,00	2.400,00	2.400,00	15,00	3.000,00	3.000,00	12,00	2.400,00	2.400,00	12,00	2.400,00	12,50	2.500,00	11,00	2.200,00	13,64%
Cópia de Chave Tetra	7	UN	8	16,50	132,00	132,00	25,00	200,00	200,00	18,00	144,00	144,00	15,00	120,00	120,00	17,25	138,00	18,63	149,00	15,00	120,00	24,17%
Cópia de Chave de cofre	8	UN	4	11,00	44,00	44,00	10,00	40,00	40,00	12,00	48,00	48,00	10,00	40,00	40,00	10,50	42,00	10,75	43,00	10,00	40,00	7,50%
Conserto de fechadura de porta	9	UN	35	33,00	1.155,00	1.155,00	50,00	1.750,00	1.750,00	50,00	1.750,00	1.750,00	40,00	1.400,00	1.400,00	45,00	1.575,00	43,25	1.513,75	33,00	1.155,00	31,06%
Conserto de fechadura de móveis	10	UN	25	33,00	825,00	825,00	40,00	1.000,00	1.000,00	45,00	1.125,00	1.125,00	40,00	1.000,00	1.000,00	40,00	1.000,00	39,50	987,50	33,00	825,00	19,70%
Conserto de fechadura de tetra	11	UN	10	33,00	330,00	330,00	40,00	400,00	400,00	40,00	400,00	400,00	30,00	300,00	300,00	36,50	365,00	35,75	357,50	30,00	300,00	19,17%
Forn / inst. de fechadura La Fonte	12	UN	25	176,00	4.400,00	4.400,00	220,00	5.500,00	5.500,00	210,00	5.250,00	5.250,00	200,00	5.000,00	5.000,00	205,00	5.125,00	201,50	5.037,50	176,00	4.400,00	14,49%
Forn./Inst. Fechadura móveis e gavetas	13	UN	50	33,00	1.650,00	1.650,00	50,00	2.500,00	2.500,00	35,00	1.750,00	1.750,00	30,00	1.500,00	1.500,00	34,00	1.700,00	37,00	1.850,00	30,00	1.500,00	23,33%
Forn./Inst. Fechadura Papaiz	14	UN	15	110,00	1.650,00	1.650,00	180,00	2.700,00	2.700,00	160,00	2.400,00	2.400,00	150,00	2.250,00	2.250,00	155,00	2.325,00	150,00	2.250,00	110,00	1.650,00	36,36%
Modelagem fechadura La Fonte	15	UN	30	44,00	1.320,00	1.320,00	65,00	1.950,00	1.950,00	65,00	1.950,00	1.950,00	60,00	1.800,00	1.800,00	62,50	1.875,00	58,50	1.755,00	44,00	1.320,00	32,95%
Modelagem fechadura móveis e gavetas	16	UN	30	44,00	1.320,00	1.320,00	65,00	1.950,00	1.950,00	65,00	1.950,00	1.950,00	60,00	1.800,00	1.800,00	62,50	1.875,00	58,50	1.755,00	44,00	1.320,00	32,95%
modelagem fechadura tetra	17	UN	10	33,00	330,00	330,00	70,00	700,00	700,00	40,00	400,00	400,00	30,00	300,00	300,00	36,50	365,00	43,25	432,50	30,00	300,00	44,17%
Troca de segredo para fechadura porta	18	UN	10	33,00	330,00	330,00	50,00	500,00	500,00	40,00	400,00	400,00	30,00	300,00	300,00	36,50	365,00	38,25	382,50	30,00	300,00	27,50%
VALOR TOTAL						**21.362,00**			**28.380,00**			**28.467,00**			**24.530,00**		**25.728,00**		**25.684,75**		**21.060,00**	21,96%

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado: 25.684,75 (vinte e cinco mil seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)

Valor mínimo total estimado: 21.060,00 vinte e um mil e sessenta reais)

Valor mediano total estimado: 25.728,00 (vinte e cinco mil setecentos e vinte e oito reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

1. Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres, por dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

2. Após elaboração de Aviso de Dispensa Eletrônica, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica (AJU), que se manifestou por meio do Parecer AJU 1400698, opinando pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo de contratação, condicionado ao atendimento dos itens 16 e de 26 a 34 do referido opinativo.

3. Tendo em vista as recomendações expostas, a SAD, por meio do Despacho n. 1410847, informou sobre os ajustes realizados e justificativas apresentadas e, novamente, os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica (AJU), para ratificação do entendimento constante no Parecer AJU 1400698, em relação à inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo de contratação.

4. Ato contínuo, a AJU, mediante Despacho n. 1411618, realizou nova análise do documento e apontou novas necessidade de ajustes, conforme citado nos itens 3 e 4 do mencionado Despacho AJU.

5. Em atendimento ao item 3 (três), após atendimento das recomendações constantes no Parecer AJU n. 1400698 e Despacho AJU n. 1411618, a Seção de Segurança Interna (SESIN) inseriu nos autos nova versão do Termo de Referência/Projeto Básico 1413551, o qual foi aprovado mediante Despacho SAD n. 1413755.

6. Quanto à recomendação constante no item 4 (quatro), a Seção de Elaboração de Editais (SEEDI) promoveu a revisão do Aviso de Dispensa Eletrônica, levando em consideração todas as recomendações propostas nos Pareceres da Assessoria Jurídica (Parecer AJU n. 1406646 e Parecer AJU n. 1415136), bem como dos itens 10 e 11 do Relatório da Comissão Permanente de Contratação (Relatório n. 1422264), conforme documento 1423264.

7. Desse modo, considerando que os ajustes promovidos pela SEEDI e pela unidade demandante estão de acordo com as recomendações da Assessoria Jurídica e, com base na Portaria Diretoria-Geral nº 290/2022 (1419018), que dispõe sobre a delegação de competência à Secretaria de Administração e à Secretaria de Orçamento e Finanças do Conselho Nacional de Justiça, dentre elas, especialmente, a competência para autorizar a realização de dispensa eletrônica, conforme alínea "c", inciso IV, art. 1º do referido normativo, **autorizo** a realização da Dispensa Eletrônica com fundamento no inciso II e no § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, para contratação de prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres.

8. À **Comissão Permanente de Contratação (CPC)**, para publicação do ato de dispensa eletrônica no portal do CNJ, bem como para demais providências subsequentes.

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 19/10/2022, às 18:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1424700** e o código CRC **60E04204**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 02/2022

CONTRATAÇÃO PREFERENCIAL PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS EM OBSERVÂNCIA A LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E A LEI 11.488/2007.

OBJETO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres, conforme especificações do Termo de Referência.

Período de propostas até 08/11/2022 Antes da Fase de lances	**Período de lances** **Início: 08/11/2022 às 08:00h** **Término: 08/11/2022 às 14:00h**
Valor total máximo admitido	***R$ 21.060,00 (vinte e um mil e sessenta reais)***
Endereço Eletrônico	**HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS e HTTPS://WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR**
Comissão Permanente de Contratação - CPC	COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC SAF/Sul, Quadra 02, lote 05/06, ed. Premium, bloco “e”, Sala 003. CEP: 70.070-600. Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013 E-mail: cpc@cnj.jus.br

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (UASG 40003) torna pública a realização da Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasNet 4.0, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio desse sistema eletrônico.

Os participantes deverão atender às condições deste Aviso e seus Anexos, inclusive quanto à manutenção do registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres, conforme especificações do Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN. MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Abertura de fechadura de porta	Un.	30	33,00	990,00
2.	Abertura de fechadura de móveis, gavetas e cadeados	Un.	40	33,00	1.320,00
3.	Abertura de fechadura de tetra	Un.	8	20,00	160,00
4.	Abertura de cofre, no segredo e na chave, com modelagem de chave e fornecimento de cópias	Un.	6	160,00	960,00
5.	Cópia de chaves simples (portas, móveis, gavetas e cadeados)	Un.	200	11,00	2.200,00
6.	Cópia de chave para fechadura de porta, modelo Yale ou similar	Un.	200	11,00	2.200,00
7.	Cópia de Chave Tetra	Un.	8	15,00	120,00
8.	Cópia de Chave de cofre	Un.	4	10,00	40,00
9.	Conserto de fechadura de porta	Un.	35	33,00	1.155,00

10.	Conserto de fechadura de móveis e gavetas	Un.	25	33,00	825,00
11.	Conserto de fechadura de tetra	Un.	10	30,00	300,00
12.	Fornecimento e instalação de fechadura para porta, modelo La fonte ou similar, com 2 chaves	Un.	25	176,00	4.400,00
13.	Fornecimento e instalação de fechadura para móveis e gavetas	Un.	50	30,00	1.500,00
14.	Fornecimento e instalação de fechadura tetra Papaiz ou similar	Un.	15	110,00	1.650,00
15.	Modelagem de fechadura de porta, modelo La Fonte ou similar	Un.	30	44,00	1.320,00
16.	Modelagem de fechadura de móveis e gavetas	Un.	30	44,00	1.320,00
17.	Modelagem de fechadura tetra	Un.	10	30,00	300,00
18.	Troca de segredo para fechadura de porta, modelo La Fonte ou similar	Un.	10	30,00	300,00

2. DA PARTICIPAÇÃO DOS FORNECEDORES

2.1. Para participar, o fornecedor deverá observar os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2. Poderão participar desta dispensa eletrônica, exclusivamente, as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007, em conformidade com o disposto no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, desde que:

a) atendam às condições previstas neste Edital e em seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico (Comprasnet);

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema:

a) a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

d) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

f) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Não poderão participar desta contratação, pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso:

a) que não se enquadrem na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007;

b) que não explorem atividade compatível com o objeto desta contratação;

c) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

d) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

e) impedidas de licitar e contratar com a União; e

f) que se enquadrem em alguma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei n. 14.133, de 2021.

2.5. Para fins desta contratação, considerar-se-á microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.6. Para microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015.

2.7. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.8. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O fornecedor, após a abertura da sessão, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência, indicação dos serviços/produtos, marca, quando for o caso, prazo de entrega e demais características ofertadas para o atendimento do objeto, até o horário de encerramento estabelecido neste Aviso.

3.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3. A indicação do preço deverá conter o valor unitário e total do item, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo. Deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto a ser contratado.

3.4. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

3.5. As condições de fornecimento, recebimento, pagamento, obrigações, acompanhamento, bem como as penalidades estão especificadas no Termo de Referência e vinculam integralmente a proposta vencedora.

3.6. Na apresentação da proposta, a participante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de atendimento da condição de participação prevista no artigo 4º, §2º, da Lei n. 14.133/2021.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, observados o valor máximo admitido neste Aviso.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a cotação, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

a) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 1,00 (um real).

b) Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

c) Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

d) Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

e) Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrado o procedimento de envio de lances, será realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

5.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, valores unitários e ou totais superiores aos estabelecidos no item 1.1 deste Aviso.

5.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero ou manifestamente inexequíveis.

5.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências habilitatórias, o agente responsável pela condução do procedimento examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Aviso.

5.9. Será declarado vencedor o fornecedor que, atendidas as demais exigências fixadas neste Aviso, apresentar o menor valor, **observado o valor unitário máximo admitido no Item 1.1 deste Aviso**.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇAO E DE QUALIFICAÇÃO

6.1. Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. Regularidade fiscal e trabalhista

c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

j) As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g, ‘h’ e ‘i’ do item 6.2, para fins de habilitação da participante cadastrada naquele sistema.

6.3. Qualificação econômico-financeira

k) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da participante.

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos apresentados para a habilitação ou de documentos não constantes do SICAF, será solicitado ao vencedor, **no prazo de até 2 (duas) horas**, contados da

solicitação do agente responsável, para o envio dos documentos por meio do sistema.

6.5. O prazo previsto no item 6.5 poderá ser prorrogado por até **1 (uma)** hora, mediante solicitação escrita e justificada da participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo agente responsável, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação, fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente (nota de empenho/ordem de serviço/ordem de fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogável nos termos da lei.

8.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta)** dias corridos, sem convocação para assinatura do contrato, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

9.2. As penalidades serão aplicadas nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2022
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres, a fim de atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

As especificações dos serviços, bem como os quantitativos constam na tabela do item 1.3 abaixo.

a) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso;

A metodologia de execução será por demanda, conforme a necessidade do Conselho Nacional de Justiça.

b) deveres e disciplina exigidos;

- Obedecer aos prazos estabelecidos no item 5.3;
- Destacar, para a perfeita prestação dos serviços, somente técnicos especializados e qualificados, os quais deverão estar devidamente identificados para ter acesso às dependências do CONTRATANTE;
- Utilizar somente ferramentas e aparelhos adequados a cada tipo de serviço;
- Utilizar para reposição somente peças novas originais/genuínas e de qualidade igual ou superiores às existentes;
- Preencher a nota fiscal discriminando todos os serviços prestados e materiais fornecidos de acordo com este instrumento;
- Apresentar ao CONTRATANTE junto com a nota fiscal, relatório dos serviços prestados, assinado pelo técnico responsável, detalhando os seguintes aspectos:
    - Discriminação dos serviços executados, contendo a data e o local de realização dos serviços.
    - As peças, componentes e materiais fornecidos e/ou substituídos por defeito ou desgaste.
- Indicar representante com poderes para tratar de todos os assuntos relacionados à execução dos serviços e fornecimento de material, inclusive receber notificação de eventuais aplicações de penalidades;
- Executar o objeto mediante Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE, com as quantidades indicadas e de acordo com as especificações constantes deste instrumento;

- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, mediante apresentação de razões justificadoras a serem apreciadas pelo CONTRATANTE;
- Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- Submeter seus empregados, durante o período de permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído e à utilização de crachá de identificação.

c) identificação dos resultados esperados;

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade da Contratada.

Espera-se que os serviços prestados estejam de acordo com as especificações contidas neste instrumento e na Ordem de Serviços. Espera-se, ainda, que a Contratada tenha disponibilidade para solucionar problemas de forma célere, a fim de não prejudicar o andamento dos serviços do CNJ.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade da prestação dos serviços de acordo com as especificações constantes, conforme especificação do objeto.

d) indicação, quando existente, da necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica, bem como indicação do período de garantia legal e/ou contratual previstos para os materiais e/ou serviços integrantes da solução a ser contratada;

Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) definição da unidade de medida a ser utilizada para o tipo de serviço a ser contratado, incluindo métricas, metas e formas de mensuração adotadas, dispostas, sempre que possível, na forma de Níveis de Serviços e de indicadores; e

A unidade de medida utilizada é os quantitativos de serviços prestados à Contratante, sob demanda, de acordo com a necessidade do Órgão

A forma de mensuração de atendimento de prestação dos serviços de chaveiro será atestada por meio do recebimento prévio e definitivo, com atesto de nota fiscal.

1.2. NATUREZA DO OBJETO

A natureza do objeto é contínua, visto que a contratação é realizada para manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes.

1.3. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE UNIT.
1.	Abertura de fechadura de porta	30
2.	Abertura de fechadura de móveis, gavetas e cadeados	40
3.	Abertura de fechadura de tetra	8
4.	Abertura de cofre, no segredo e na chave, com modelagem de chave e fornecimento de cópias	6
5.	Cópia de chaves simples (portas, móveis, gavetas e cadeados)	200
6.	Cópia de chave para fechadura de porta, modelo Yale ou similar	200
7.	Cópia de Chave Tetra	8
8.	Cópia de Chave de cofre	4
9.	Conserto de fechadura de porta	35
10.	Conserto de fechadura de móveis e gavetas	25
11.	Conserto de fechadura de tetra	10
12.	Fornecimento e instalação de fechadura para porta, modelo La fonte ou similar, com 2 chaves	25
13.	Fornecimento e instalação de fechadura para móveis e gavetas	50
14.	Fornecimento e instalação de fechadura tetra Papaiz ou similar	15
15.	Modelagem de fechadura de porta, modelo La Fonte ou similar	30
16.	Modelagem de fechadura de móveis e gavetas	30
17.	Modelagem de fechadura tetra	10
18.	Troca de segredo para fechadura de porta, modelo La Fonte ou similar	10

1.3.1. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

A contratação será realizada por itens, conforme consta da tabela supracitada.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogável nos termos da lei.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Os Estudos Técnicos Preliminares foram acostados aos autos do processo sob o nº de Doc. SEI 1381443.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

A solução é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com fornecimento de material necessário para confecção e cópia de chave, abertura, conserto, modelagem e instalação de fechaduras e cadeados, conforme condições estabelecidas neste instrumento, para atender às necessidades do Conselho pelo prazo de 12 meses.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade da Contratada.

A empresa contratada deverá observar as especificações do objeto e o cronograma de execução, sob demanda.

5.1 Sujeição às normas técnicas e legais

A presente contratação encontra amparo legal nos seguintes dispositivos normativos, dentre outras:

- Lei 14.133/2021 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

- Instrução Normativa CNJ nº 82/2020;

- Resolução 400/2021 CNJ;

5.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Para a contratação almejada devem ser observadas as regras atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a resolução 400/2021 do CNJ.

A Contratada também deverá observar, no que cabível, o código de conduta dos Fornecedores de bens e serviços do CNJ.

5.3. Requisitos de qualidade

A qualidade dos materiais será aferida pelos gestores do contrato antes da execução das Ordens de Serviços e, constatado qualquer problema na prestação dos serviços ou no material empregado dentro do prazo de garantia estipulado pela legislação, será determinada a troca dos materiais ou a correção do serviço executado.

6. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

6.1. Indicar Local e Horário dos Serviços/Fornecimentos

Os serviços serão realizados nas dependências do Conselho Nacional de Justiça localizadas na SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Quadra 514 Norte e em outros em que o CNJ, porventura, se estabelecer.

6.2. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ é de 12h às 19h

6.3. Ordem de Execução

Os serviços serão executados após emissão de Ordem de Serviços por intermédio da Seção de Segurança Interna, conforme prazo abaixo especificado:

a) Prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, para comparecimento ao órgão;

b) Prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, para conclusão dos serviços quando não puderem ser realizados imediatamente no ato de comparecimento ao órgão no prazo estabelecido na alínea "a".

6.4. Cronograma de Execução, caso existirem várias etapas.

Não se aplica.

6.5. Garantia ou assistência técnica.

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material e serviços, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

7.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica.

7.2. Qualificação econômico-financeira

Não se aplica.

7.3. Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

7.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante;
c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
d) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;
e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
f) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

8. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

A proposta levará em consideração os critérios de requisitos mínimos listados nas especificações do objeto.

9. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

9.1. O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização do Contrato. As ocorrências e as deficiências de confecção do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

9.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto.

9.3. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

10. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 O material será recebido da seguinte forma:

a. provisoriamente, no ato da prestação dos serviços;

b. definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do serviço prestado e/ou do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações da Ordem de Serviços.

10.2. No caso de a prestação de serviços estar em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, por ordem bancária, em consonância com o disposto no artigo 141 e dispositivos sobre pagamento da Lei 14.133/2021, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A Nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Ordem de Serviço poderá ser devolvida à Contratada, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) De acordo com a Lei 14.133/2021, será permitido o pagamento de parte na nota fiscal.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;
b) Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;
c) Recusar, no todo ou em parte, os materiais e/ou serviços que não atenderem às especificações deste expediente;
d) Fiscalizar a prestação dos serviços do objeto.

13. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

a) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo deste Termo de Referência.

b) Prestar os serviços dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da Ordem de Serviços;

c) Refazer os serviços em desacordo com a proposta de preços e a Ordem de Serviços, no prazo máximo de 24 horas, a contar da notificação;

d) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento ou prestação dos serviços;

f) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento à solicitação de prestação de serviços.

g) Manter-se, durante a vigência da Nota de Empenho (12 meses a contar de sua emissão), em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

Com base no **valor mínimo** dos orçamentos recebidos e conforme item 4 do Estudo Técnico Preliminar 1381443, o valor da soma dos itens objeto é estimado em **R$ 21.060,00 (vinte e um mil sessenta reais)**.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta despesa foram previstos no plano anual de aquisições 2022 da Secretaria de Administração, Processo n. 09608/2021, documento 1380807. Não obstante, estes valores necessitam de suplementação, em

vista de que houve considerável acréscimo dos serviços a serem prestados (tabela do item 1.3) e conforme estimativa do valor da despesa, item 13.

16. SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, aplicada exclusivamente às situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave,

b) multa, no valor de:

b.1) 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado quanto à prestação/refazimento de serviços, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado quanto à prestação/refazimento de serviços por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado quanto à prestação/refazimento de serviços por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da nota de empenho e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

f) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

g) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à contratada, ou cobrado judicialmente.

h) A penalidade prevista na alínea "a" será aplicada exclusivamente às situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17. GARANTIA DO CONTRATO

Não se aplica.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça, ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça e ANEXO C: Ordem de Serviços (Modelo).

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2022

ANEXO “A” DO TERMO DE REFERÊNCIA – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2022

ANEXO "B" DO TERMO DE REFERÊNCIA- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por _____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte

notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2022

ANEXO "C" - ORDEM DE SERVIÇOS (MODELO)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			ORDEM DE SERVIÇO Nº:	1
Unidade Solicitante:				
Contratado:			Data:	
Telefone:	(61) - 2326-4823		e-mail:	tiago.pereira@cnj.jus.br
Item	**Serviço (s) a ser (em) executado (s):**	**Qtd.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
Valor Total				R$ -
Localização:		Prazo de execução:		
Assinatura do prestador de serviço:		Carimbo/Assinatura do Gestor:		

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - Dispensa 02/2022				
	Valor Total		Economia	
	Estimado	Adjudicado	R$	%
Item 1	990,00	990,00	-	-
Item 2	1.320,00	1.320,00	-	-
Total	2.310,00	990,00	-	-

Data e hora da consulta: 22/11/2022 11:34
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	388	2022PE000298

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40105	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/11/2022	Estimativo	05758/2022	-	396,00

Favorecido

Código	Nome
46.904.147/0001-07	J R C PENHA COMERCIO E SERVICO

Endereço	CEP
SHPS QD 201 CJ C LT 3 SETOR HABITACIONAL	72238-096

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

05758/2022. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, ABERTURA E FECHAMENTO DE PORTAS, PORTÕES, GAVETAS, ARMÁRIOS E COFRES.
CONFORME DESPACHO SAD 1439306 E AVISO DE DISPENSA 1430633.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/11/2022 17:42:43	Alteração

Data e hora da consulta: 22/11/2022 11:34
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	396,00

Subelemento 16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, ABERTURA E FECHAMENTO DE PORTAS, PORTÕES, GAVETAS, ARMÁRIOS E COFRES. ITEM 1, CONFORME DESPACHO SESIN 1441281.	165,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/11/2022	Inclusão	5,00000	33,0000	165,00

Subelemento 20 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, ABERTURA E FECHAMENTO DE PORTAS, PORTÕES, GAVETAS, ARMÁRIOS E COFRES. ITEM 2, CONFORME DESPACHO SESIN 1441281.	231,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/11/2022	Inclusão	7,00000	33,0000	231,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
16/11/2022 17:42:43

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
16/11/2022 17:31:25

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/11/2022 17:42:43	Alteração

Dispensa de Licitação



Contratação da ferramenta de tradução de Libras e voz para o Portal CNJ

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Pedido de aquisição de material e serviços **12**
Mapa comparativo de preços **18**
Declaração de dispensa de licitação **19**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **21**
Nota de empenho **22**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Contratação da ferramenta de tradução de Libras e voz para o Portal CNJ.

A Secretaria de Comunicação Social (SCS) tem papel fundamental na democracia e na promoção da cidadania. Desenvolve diversas ações de divulgação institucional, para facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços prestados pelo Poder Judiciário. Nesse contexto, insere-se o cidadão, que é o indivíduo com plenitude de exercício de todos os poderes que lhe são cabíveis em uma determinada sociedade. A cidadania, por sua vez, é um direito expresso por meio de diversas faculdades ou poderes jurídicos, como o acesso a informações, por exemplo. Assim, para que haja o pleno exercício desses direitos, são necessárias condições de acessibilidade para todos.

De acordo com censo IBGE (Censo 2010 - https://censo2010.ibge.gov.br), cerca de 45.606,048 milhões de brasileiros, ou seja, 23,9% da população geral tem algum tipo de deficiência: auditiva, visual, motora, mental ou intelectual. A população de surdos é cerca de 5,10% da população brasileira. A Secretaria de Comunicação Social busca uma ferramenta que ofereça a acessibilidade possível a essa parcela da população.

O Decreto 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, dispõe que “a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas, acesso à informação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público”.

No mesmo sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Art. 63, Lei 13.146/2015) torna obrigatória a acessibilidade nos órgãos de governo, garantindo o acesso de pessoa com deficiência às informações disponíveis.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 230/2016, também orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário às determinações exaradas pela convenção e lei supracitadas.

Com vistas a cumprir a legislação e, sobretudo, garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência às informações publicadas pelo Conselho

Nacional de Justiça - tanto no Portal CNJ, de acesso aberto ao público, como na Intranet CNJ, de acesso exclusivo dos servidores, é necessário incorporar funcionalidades que garantam a interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais) dos conteúdos para pessoas com deficiência auditivas e/ou surdas, assim como áudio dos textos, que facilitam o acesso para pessoas com deficiências intelectuais, disléxicos, entre outros usuários.

A presente contração é de suma importância para o CNJ, visando permitir acessibilidade em libras e voz ao Portal CNJ.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Com a aquisição e instalação da solução nos portais do CNJ, pretende-se dotar o sítio eletrônico de acessibilidade para surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais, como síndrome de down, além de analfabetos funcionais, idosos, disléxicos e outros cidadãos com dificuldade de leitura e de compreensão de textos.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda está em conformidade com a Portaria nº 104/2020, que institui o Planejamento Estratégico do CNJ 2021 a 2026. Nos termos do art. 2º, inciso II, da Portaria 104/2020, há os componentes da estratégia do CNJ:

- Visão de futuro: “Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir a eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira”;

- Valores: “Integração, busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade”;

Nos termos do art. 3º, inciso IV, a contratação está em consonância com os objetivos estratégicos (2021 – 2026), quais sejam “promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica”.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A solução deve viabilizar o acesso em Libras, no portal CNJ, a surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outras pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos.

A solução não pode exigir a instalação de software na máquina do usuário, configuração que restringiria, sobremaneira, o acesso.

A solução deverá permitir:

- Traduzir textos em português, selecionados em uma página web, para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Traduzir vídeos legendados;
- Soletrar, em Libras, nomes próprios, siglas, termos técnicos e palavras para as quais não exista uma representação nessa linguagem.
- Fazer a tradução de frases do português para Libras, contextualizando o sentido, e não fazendo apenas uma transcrição palavra por palavra;
- Expressar, corretamente, em Libras, os sentidos interrogativos e afirmativos das

frases;

- Expressar, corretamente, em Libras, o sentido temporal das frases;
- Apresentar, em Libras, o texto selecionado, permitindo que o usuário possa controlar a velocidade da apresentação, dar pausa e repetir a tradução;
- Manter padrão gráfico uniforme de apresentação, independentemente do conteúdo do sítio da Internet;
- Permitir, quando da instalação, customizar a solução, para atender às necessidades da identidade visual, no que se refere aos seguintes itens:
    - inclusão da logomarca;
    - vestuário do personagem que apresenta os sinais de Libras;
    - plano de fundo da imagem.
- Transformar textos em português, selecionados em uma página web, em voz;
- Ler, dinamicamente, números, siglas, abreviações, nomes, endereços, valores monetários ou qualquer outro texto da Língua Portuguesa do Brasil;
- Ler de forma fluente, em tempo real, com alta naturalidade, qualquer texto escrito em português do Brasil;
- Permitir o controle de velocidade na tradução para LIBRAS;
- Não exigir a instalação de plug-ins, a geração de *templates* ou a inclusão de recursos adicionais aos portais;
- É permitido que, para o funcionamento da solução, seja exigida a inclusão de códigos HTML, CSS ou JavaScript nos portais, desde que esta inclusão seja feita através do painel de administração dos portais e também que seja feita uma única vez na página raiz do site, de modo que todas as subpáginas daquela página raiz passem a “herdar” a referida funcionalidade, sem a necessidade de compilação do portal ou de seus temas;
- Suportar, no mínimo, os formatos de textos em: HTML, PDF, DOC, TXT;
- Dever ser compatível com os navegadores que suportam o HTML 5.0:
    - Microsoft Internet Explorer 10 e superiores;
    - Microsoft Edge;
    - Mozilla Firefox;
    - Opera;
    - Safari;
    - Google Chrome.
- Deve ser aderente ao padrão W3C (World Wide *Web Consortium*) de acessibilidade, de maneira que não interfira na padronização dos sites de Internet;

- Deve ser aderente ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico), de maneira que não interfira na padronização dos sites de Internet;
- Deve ser compatível com as linguagens HTML e Java Script;

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo atual, como vem sendo executado pelo CNJ, atende à demanda existente. Não foram constatas inconsistências que precisem de correção.

A última aquisição consta do processo SEI 03057/2021.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.

Opções Identificadas		**Especificação do produto/serviço** *Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.*	**Quantificação do Produto ou Serviço** *Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas*	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Hand Talk	Aplicativo que traduz automaticamente conteúdos em português para Língua de Sinais. Seu tradutor de Sites traz acessibilidade digital em Libras para a comunidade surda, buscando democratizar o acesso à informação e à comunicação. É um tradutor de sites para acessibilidade em Libras em textos, vídeos e imagens descritivas. Com ajuda de um intérprete virtual traduz conteúdos para língua de sinais automaticamente. É um aplicativo compatível com a maioria dos sistemas operacionais de *smartphones* e *tablets.*	Não se aplica	CNJ (03980/2020)

2ª	VLibras	A suite VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas. O Vlibras é o resultado de uma parceria entre o Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).	Não se aplica	CNMP, Senado Federal
3ª	Rybená	A Solução Rybená de Acessibilidade para Web consiste em um software especializado, proporcionando acessibilidade de forma dinâmica e em tempo real, para atendimento a pessoas com deficiências e limitações diversas. A solução realiza concomitantemente, tradução de textos da língua Portuguesa falada no Brasil para LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), assim como leitura de textos da língua portuguesa falada no Brasil, e converte esses textos em português escrito em Voz. Esse aplicativo oferece aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais (ex.: síndrome de down), analfabetos funcionais, idosos, disléxicos, e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, a possibilidade do entendimento das páginas Web. É uma tecnologia assistiva para traduzir textos do português para LIBRAS e Voz.	Não se aplica	TST (Contrato TST - (1268659); TCDF (1268662)

3.3 Adequação do ambiente

A solução deve viabilizar o acesso em Libras, no portal CNJ, a surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outras pessoas com

dificuldade de leitura e compreensão de textos.

A solução não pode exigir a instalação de software na máquina do usuário, configuração que restringiria sobremaneira o acesso.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Benefícios da opção** *Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos*	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
1ª	Rybená	Opção contratada atualmente pelo CNJ; Nenhuma alteração necessária no conteúdo do portal; Atende à demanda do Secretaria de Comunicação Social.	-	R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
2ª	Hand Talk	A opção atende aos requisitos da demanda da Secretaria de Comunicação Social.	-	R$ 7.188,00 (sete mil cento e oitenta e oito reais)
3ª	VLibras	(...)	Depende da instalação do software na máquina do usuário que acessa o site; Possui a capacidade limitada de tradução dos textos para a linguagem Libras, não oferecendo a conversão de texto escrito em português para voz.	Gratuito

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Diante das características apresentadas, a Secretaria de Comunicação Social verificou que tanto a empresa HandTalk Projeto de Acessibilidade em Libras, como a Solução Rybená de Acessibilidade em Libras e Voz para Web, viabilizarão acessibilidade em Libras ao portal CNJ, permitindo o acesso ao seu conteúdo aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outra pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos. O VLibras não é

viável ao CNJ, tendo em vista a necessidade da instalação de um software na máquina do usuário e sua capacidade limitada de tradução.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A metodologia utilizada para a escolha do formato da contratação e da quantidade escolhida foi fundamentada com base em pesquisa de mercado e contratações similares de outros órgãos públicos, de maneira adequada às necessidades do CNJ.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O objeto não é divisível.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A economicidade a ser obtida pela Administração, por meio de contratação de empresas especializadas na prestação dos serviços em questão, somente poderá ser obtida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo. Mediante tal critério e/ou parâmetro necessário, a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pelas empresas, cuja escolha recairá sobre o menor preço ofertado.

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do contratado.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

RISCO 1:	Ineficiência na execução do objeto.		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Dificuldades de acesso ao sistema pelos usuários	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanções. Promover o controle na execução do objeto		Gestor do contrato.
RISCO 2:	Atraso na celebração do contrato e/ou na disponibilização de acesso (login e senha) pela empresa contratada.		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Impossibilidade de acesso ao sistema.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual. Usuário ter que utilizar tecnologia assistiva ou ajuda técnica.		Unidade demandante

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

As restrições internas que podem dificultar a implementação da solução selecionada são uma possível restrição orçamentária e eventual atraso no processo de contratação. Caso ocorra restrição orçamentária ou atraso no processo de contratação, o portal do CNJ ficará sem acessibilidade em Libras.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A contratação deve ter vigência de 12 meses, com previsão de data inicial a partir de 18/06/2022.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Demais informações que merecem ser registradas no Estudo Preliminar.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

A solução deve viabilizar o acesso em Libras, no portal CNJ, a surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outras pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos.

Diante das características apresentadas, verificou-se que tanto a empresa HandTalk Projeto de Acessibilidade em Libras, como a Solução Rybená de Acessibilidade em Libras e Voz para Web, viabilizarão acessibilidade em Libras ao portal CNJ, permitindo o acesso ao seu conteúdo aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outra pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos.

Os riscos da aquisição, que são mitigáveis e controláveis, não tornam desvantajosa a contratação da ferramenta de Libras e voz para o portal CNJ. As vantagens, no sentido da acessibilidade e da transparência, justificam os esforços para a contratação.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Beatriz Borges	beatriz.borges@cnj.jus.br		Secretaria de Comunicação Social
Lucas Oliveira da Rocha Pinto	lucas.rocha@cnj.jus.br		Secretaria de Comunicação Social
Juliana Mendes G. Neiva	juliana.neiva@cnj.jus.br		Secretaria de Comunicação Social

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 09/03/2022, às 18:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1268578** e o código CRC **4EE53F78**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:**

Contratação de serviço de tradução de libras e voz para o Portal CNJ.

2. **Descrição dos serviços:**

O serviço deve permitir:

- Traduzir textos em português, selecionados em uma página web, para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Traduzir vídeos legendados;
- Soletrar, em Libras, nomes próprios, siglas, termos técnicos e palavras para as quais não exista uma representação nessa linguagem.
- Fazer a tradução de frases do português para Libras contextualizando o sentido, não fazendo apenas uma transcrição palavra por palavra;
- Expressar corretamente, em Libras, os sentidos interrogativos e afirmativos das frases;
- Expressar corretamente, em Libras, o sentido temporal das frases;
- Apresentar, em Libras, o texto selecionado, permitindo que o usuário possa controlar a velocidade da apresentação, dar pausa e repetir a tradução;
- Manter padrão gráfico uniforme de apresentação, independentemente do conteúdo do sítio da Internet;
- Permitir, quando da instalação, customizar a solução para atender às necessidades da identidade visual no que se refere aos seguintes itens:
    - inclusão da logomarca;
    - vestuário do personagem que apresenta os sinais de Libras;
    - plano de fundo da imagem.
- Transformar textos em português, selecionados em uma página web, em voz;
- Ler, dinamicamente, números, siglas, abreviações, nomes, endereços, valores monetários ou qualquer outro texto da Língua Portuguesa do Brasil;
- Ler de forma fluente, em tempo real, com alta naturalidade, qualquer texto

escrito em português do Brasil;

- Permitir o controle de velocidade na tradução para LIBRAS;
- Não exigir a instalação de plug-ins, a geração de *templates* ou a inclusão de recursos adicionais aos portais;
- É permitido que, para o funcionamento da solução, seja exigida a inclusão de códigos HTML, CSS ou JavaScript nos portais, desde que esta inclusão seja feita através do painel de administração dos portais e também que seja feita uma única vez na página raiz do site, de modo que todas as subpáginas daquela página raiz passem a “herdar” a referida funcionalidade, sem a necessidade de compilação do portal ou de sus temas;
- Suportar, no mínimo, os formatos de textos em: HTML, PDF, DOC, TXT;
- Dever ser compatível com os navegadores que suportam o HTML 5.0:
    - Microsoft Internet Explorer 10 e superiores;
    - Microsoft Edge;
    - Mozilla Firefox;
    - Opera;
    - Safari;
    - Google Chrome.
- Deve ser aderente ao padrão W3C (World Wide *Web Consortium*) de acessibilidade, de maneira que não interfere na padronização dos sites de Internet;
- Deve ser aderente ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico), de maneira que não interfere na padronização dos sites de Internet;
- Deve ser compatível com as linguagens HTML e Java Script.

Será necessário a instalação em 01 (um) domínio do CNJ, por um período de 12 meses.

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da disponibilização do serviço ao CNJ.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor contratado.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Executar os serviços de acordo com as especificações contidas neste Pams;

b) Fornecer suporte técnico e especializado aos usuários dos serviços, online ou por telefone, de segunda a sexta-feira, de 8h às 20h;

c) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o contratante;

d) Manter sigilo acerca de quaisquer informações obtidas em virtude da realização dos serviços contratados e garantir a inviolabilidade dos sistemas e a segurança dos dados neles armazenados;

e) Solucionar quaisquer falhas técnicas na página de acesso ou nos sistemas, restabelecendo integralmente o funcionamento dos serviços num prazo máximo de 24 horas;

f) Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a contratante;

g) Prestar os serviços objeto desta contratação em período integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados;

h) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

i) Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;

j) Comunicar, imediatamente, ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato que possa prejudicar a execução do objeto contratado, sob pena de desconsideração do fato em eventual justificativa de descumprimento contratual e de responsabilização da CONTRATADA por qualquer dano decorrente do atraso ou da falta de comunicação;

k) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços;

l) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, sob pena de rescisão do instrumento;

m) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.

b) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.

c) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

d) Documentar quaisquer ocorrências havidas.

e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

a) O objeto deste Projeto Básico será recebido definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis mediante atesto da Nota Fiscal, após a conclusão dos serviços e desde que não haja pendências a serem sanadas.
b) Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.
c) O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA

9. **Forma de Pagamento:**

a. O pagamento será feito em parcela única.

10. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no refazimento do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

11. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 21/03/2022, às 18:55, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1279085** e o código CRC **8C1F8916**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 01959/2022
Assunto: Libras
Servidor: Winston
Data: 29/04/2022

				Empresa: Rybena Tecnologias Assistivas Ltda (Grupo ICTS) CNPJ: 34.745.708/0001-93			Empresa: RBT EVENTOS LTDA/ME - Requint Eventos CNPJ: 07.179.587/0001-97			Estudos Preliminares - Valor médio			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Contratação de serviço de tradução de libras e voz para o	1	Serviço	1	4.800,00	4.800,00	4.800,00	695.565,76	695.565,76	695.565,76	7.194,00	7.194,00	7.194,00	4.800,00	4.800,00
VALOR TOTAL						**4.800,00**			**695.565,76**			**7.194,00**		**4.800,00**

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor mínimo total estimado: 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo, que tem por objeto a contratação de serviço de tradução de libras e voz para o Portal CNJ. Aprovados os Estudos Preliminares (1277252) e o Pedido de Aquisição de Material (1284365), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1308649), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho 1308757 da Secretaria de Comunicação Social. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1314757, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Rybená Tecnologias Assistivas Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT 1310790) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1311665 e Doc. 1311663). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Rybená Tecnologias Assistivas Ltda., para contratar com a Administração, consta no arquivo 1316486.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD 1316487, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Rybená Tecnologias Assistivas Ltda**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **34.745.708/0001-93**, no valor de **R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)**, com vistas à contratação de serviço de tradução de libras e voz para o Portal CNJ.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e para a Secretaria de Administração, para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ e demais providências subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 11/05/2022, às 13:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1316488** e o código CRC **F237528B**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1316488, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), e **autorizo** a contratação da empresa Rybená Tecnologias Assistivas Ltda, CNPJ nº 34.745.708/0001-93, com vistas à contratação de serviço de tradução de libras e voz para o Portal CNJ.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, bem como para demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 12/05/2022, às 14:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1317772** e o código CRC **7E2BF78F**.

Data e hora da consulta: 16/05/2022 14:46
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	230	2022PE000203

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
12/05/2022	Ordinário	01959/2022	-	4.800,00

Favorecido

Código	Nome
34.745.708/0001-93	RYBENA TECNOLOGIAS ASSISTIVAS LTDA.

Endereço	CEP
SCN QUADRA 5 BLOCO A 50 SALA 918 ASA NORTE	70715-010

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
01959/2022. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRADUÇÃO DE LIBRAS E VOZ PARA O PORTAL CNJ. DESPACHO DG 1317772.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	13/05/2022 12:02:10	Alteração

Data e hora da consulta: 16/05/2022 14:46
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	4.800,00

Subelemento 05 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRADUÇÃO DE LIBRAS E VOZ PARA O PORTAL CNJ. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1279085.	4.800,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12/05/2022	Inclusão	1,00000	4.800,0000	4.800,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
13/05/2022 12:02:10

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
12/05/2022 16:50:18

Versão	Data/Hora	Operação
002	13/05/2022 12:02:10	Alteração

Dispensa de Licitação



Aquisição de Placas para Premiação

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 05

PAMS 09

Mapa Comparativo de Preços 12

Declaração de Dispensa de Licitação 13

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 15

Nota de Empenho 16

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1212580 / SCE

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Secretaria de Cerimonial e Eventos
Responsável pela Demanda: Carine de Lima Nascimento e Cinthya Rici Coelho Borges
E-mail: cerimonial@cnj.jus.br
Telefone para contato: (61) 2326-5540 / 5538

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Confecção de 7 (sete) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada em caixa de veludo azul ou preta (todas as sete placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor);

Justificativa:

A confecção de placas comemorativas justifica-se na realização de cerimônia de entrega do prêmio Juíza Viviane do Amaral (SEI 09344/2021 e 02162/2021), a ser realizada dia 14 de dezembro de 2021, nos termos do regulamento (https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/premio-cnj-juiza-viviane-vieira-do-amaral/):

"Art. 4o O "Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral" será outorgado em seis categorias:
I – Tribunais;
II – Magistrados (as);
III – Atores (atrizes) do sistema de Justiça Criminal (Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados (as) e Servidores (as);
IV – Organizações Não-Governamentais;
V – Mídia; e
VI – Produção acadêmica.

CAPÍTULO V

DO RESULTADO E DA PREMIAÇÃO

Art. 17. A cerimônia de entrega do "Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral" ocorrerá no mês de agosto, na primeira Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça, ocasião em que, após o anúncio dos vencedores das categorias, serão outorgados os prêmios por categoria e honorário.

§ 1º ***Os prêmios consistirão em certificados e placas." (Grifo nosso)***

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

Considerando que a Secretaria de Cerimonial e Eventos é responsável pela organização dos eventos de responsabilidade do CNJ, o evento em

questão demanda a **confecção de 7 (sete) placas para premiação**, para entrega aos premiados que participarão do evento.

Conforme Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104 de 30/06/2020), a demanda surge com motivação em fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário, em promover práticas inovadores de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo, bem como estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade dos serviços fornecidos com as especificações constantes do PAMS a ser elaborado pela Secretaria de Cerimonial e Eventos.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

O valor estimado para contratação é de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), baseando-se na média de preços recebidos de orçamentos do mercado.

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Previsão para **10 de dezembro de 2021.**

5– Indicar a complexidade da contratação:

(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **CINTHYA RICI COELHO BORGES**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 30/11/2021, às 15:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1212580** e o código CRC **F08ADA16**.

09507/2021 1212580v17

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Confecção de 7 (sete) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada em caixa de veludo azul ou preta (todas as sete placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor).

1.2 Partes interessadas/público-alvo:

Tribunais e Conselhos do Poder Judiciário

1.3 Alinhamento entre a necessidade da contratação e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104 de 30/06/2020):

" Art. 2º São componentes da estratégia do CNJ:

(...)

II – visão de futuro: órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira;

III – valores:

(...)

c) responsabilidade socioambiental: observância aos princípios gerais de sustentabilidade e acessibilidade na atuação do CNJ;

d) integração: busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade;

e) comprometimento: compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização;

(...)

h) eficiência: simplificar os procedimentos, desburocratizar e tornar a gestão do CNJ e do Poder Judiciário mais eficiente, inclusive por meio da disseminação de inovações tecnológicas;

(...)

Art. 3º São objetivos estratégicos para o período 2021-2026:

(...)

III – fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário;

IV – promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica;

(...)

VII – fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos;

(...)

IX – fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital;

(...)

XII – promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo;

(...)

XV – estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário;"

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

No mercado, pode-se optar por placas dos mais variados modelos, como aço, acrílico transparente, acrílico com aplicação de placa e aço, entre outros.

No entanto, a aquisição das placas em aço inox escovado, com impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada em estojo de veludo na cor preta ou em acrílico 3 mm com adesivo escovado com impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta são as mais adequadas por atender as especificações das artes e manter a padronização de premiações anteriores.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

No ano de 2016, houve aquisição de Placas para o evento: Prêmio Conciliar é Legal

3.2 Identificação das opções disponíveis

	Órgão	Solução
1ª	Conselho Nacional de Justiça - Contrato CNJ n.13/2019 09717/2018	Contratação de serviços de planejamento, organização e fornecimento de infraestrutura necessária à realização de eventos institucionais originários e/ou apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça. (aquisição de materiais personalizados)
2ª	Ministério da Defesa - Unidade Campo Grande Pregão Eletrônico nº 5/2019 0921221	O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição futura e eventual de serviços gráficos, de confecção de quadros, de placas de aço, de tapetes personalizados, cópia de chaves e carimbos, para o Colégio Militar de Campo Grande e Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASG) Participantes sediadas em Campo Grande-MS.
3ª	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco Ata de Registro de Preços nº 60 / 2020 (1220682)	Eventual fornecimento de material/contratação de serviço Placa de inauguração e placa de identificação

3.3 Adequação do ambiente

Atualmente não há contratação vigente para o objeto que se pretende contratar no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Entre o rol de soluções descritas no item acima, a primeira opção é a solução utilizada pelo Conselho Nacional de Justiça nos anos anteriores, para confecção de materiais personalizados.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

O valor da aquisição pretendida é estimado em R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), fundamentado em aquisições anteriores e preços de orçamentos recebidos.

O custo benefício está relacionado ao modelo padrão de Placas utilizados como opção mais adequada para esses eventos.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A solução que melhor atende à necessidade dos eventos em questão é a confecção de 7 (sete) placas, nas seguintes características:

Placa de homenagem em aço inox escovado com impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Deverão ser confeccionadas 7 (sete) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada em caixa de veludo azul ou preta (todas as sete placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor) para atender o evento “Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral”.

O método definido para quantificar a necessidade da Administração, considerou a demanda solicitada para realização de cerimônia de entrega do “Prêmio Juíza Viviane do Amaral” (SEI 09344/2021 e 02162/2021), a ser realizada dia 14 de dezembro de 2021, nos termos do regulamento

(https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/premio-cnj-juiza-viviane-vieira-do-amaral.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O objeto não será dividido em itens.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Busca de qualidade e menor custo;

Padronização com as aquisições anteriores; e

Responsabilização da contratada sobre os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

RISCO 1:	Entrega das placas com falhas ou fora das especificações		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixo	1	Possibilidade de que as placas estejam danificadas ou fora das especificações na entrega do objeto.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Substituição das placas que estejam com falhas ou fora das especificações solicitadas no pedido.		Unidade demandante
RISCO 2:	Falha na execução contratual, implicando em inexecução parcial ou total.		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Recusa na execução do material determinado pela fiscalização	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual previsto pelo PAMS		Unidade demandante

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

a) As restrições internas que podem dificultar a implementação da solução selecionada é a restrição orçamentária e atraso no processo de contratação. Caso atrase a contratação, o evento pode ser prejudicado em relação à premiação simbólica aos órgãos, por meio da entrega dos troféus.

b) Aspectos relacionados à execução contratual:

A contratação será vigente até a efetiva entrega do material.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade dos serviços fornecidos com as especificações constantes do PAMS a ser elaborado pela Secretaria de Cerimonial e Eventos.

A contratação dos serviços poderá ser realizada por dispensa de licitação. Com fundamento no art. 23 da Lei n. 8.666/93 e Decreto nº 9.412/2018, o valor estimado da contratação não ultrapassa R$ 17.600,00.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A entrega das placas deve ser efetuada a partir de 10 de dezembro de 2021.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Considerando a especificidade do objeto, os seus custos e o valor estimado, a confecção de Placa de homenagem em aço inox escovado com impressão UV, para o evento "Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral", é a opção mais viável e o modelo padrão utilizado pelo CNJ.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	**E-mail**	**Unidade**
Carine de Lima Nascimento	carine.nascimento@cnj.jus.br	SCE
Cinthya Rici Coelho Borges	cinthya.borges@cnj.jus.br	SCE

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 07/12/2021, às 08:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1220693** e o código CRC **7876385C**.

09507/2021 1220693v12

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

1. **Objeto:**

Confecção de Placas comemorativas para o evento **"Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral".**

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
1	Confecção de 7 (sete) placas para premiação, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada em caixa de veludo azul ou preta (todas as sete placas deverão estar acondicionadas em caixas da mesma cor). Descrição: Placas de homenagem em aço inox escovado com impressão UV, tamanho 20x15, acondicionada em estojo de veludo na cor azul ou preta.	Unidade	7 (sete) placas

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Não é necessária apresentação de amostra. Solicitamos que a empresa apresente um item, já confeccionado, semelhante ao objeto solicitado. Prazo para a apresentação da prova: até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

3. **Prazo de Entrega:**

Até 3 (três) dias após o recebimento da nota de empenho.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Secretaria de Cerimonial e Eventos do Conselho Nacional de Justiça

SAF Sul, Quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E

CEP: 70175-900

Telefones: (61) 2326-5540 ou 2326-5546.

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da nota de empenho;

b) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

c) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

d) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

f) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento aos serviços.

g) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Comunicar a empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

c) Recusar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações deste documento;

d) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;
a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea "b.1", com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.5";

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e "c" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 16/12/2021, às 17:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229823** e o código CRC **D9A1276D**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 09507/2021
Assunto: Confecção de Placas comemorativas para o evento "Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral".
Servidor: Winston
Data: 20/01/2022

				Empresa: CONTCORTE SERVICOS GRAFICOS E COMUNICACAO VISUAL EIRELI CNPJ: 02.047.027/0001-65			Empresa: LUIS HENRIQUE RODRIGUES SAMPAIO DE SOUZA *** 589.911-**(Mídia Impressa) CNPJ: 13.503.158/0001-26			Empresa: ACRINOX COMERCIO DE PECAS EM ACRILICO LTDA CNPJ: 05.319.327/0001-44			Empresa: CARPLAC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP CNPJ: 03.622.354/0001-66			Empresa: OPÇAO COMÉRCIO E SERVIÇOES DE SINALIZAÇÃO LTDA-EPP CNPJ: 02.744.332/0001-06			Empresa: PRIMA COMÉRCIO CNPJ: 19.963.234/0001-62			Empresa: FUNIPLAC METALÚRGICA LTDA CNPJ: 01.596.386/0001-09			VALOR MÍNIMO (B)		Estudos Preliminares		
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor					Valor		
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim			Considerar?		Sim
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário - OBS 02	Total	Total Considerado	Unitário - OBS 02	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Total Considerado
Confecção de 7 (sete) placas para premiação, com arte a	1	UN	7	380,00	2.660,00	2.660,00	140,00	980,00	980,00	185,00	1.295,00	1.295,00	275,00	1.925,00	1.925,00	190,00	1.330,00	1.330,00	~~380,00~~	~~1.960,00~~	-	~~650,00~~	~~6.960,00~~		140,00	980,00	185,72	1.300,00	1.300,00
VALOR TOTAL						**2.660,00**			**980,00**			**1.295,00**			**1.925,00**			**1.330,00**			-				**980,00**			**1.300,00**

OBS 1: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.
OBS 2: Os valores hachurados foram desconsiderados por cumprirem o prazo de entrega do PAMS.

Valor mínimo total estimado: 980,00 (novecentos e oitenta reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a confecção de placas comemorativas para o evento Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral. Aprovados os Estudos Preliminares (1224134) e o PAMS - Aquisição de Material SCE (1234395), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1246378), o qual foi ratificado pela unidade demandante, por meio do Despacho SCE 1247031. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1255388, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Luis Henrique Sampaio de Souza - Mídia Impressa.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1248245) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc.1248927 e Despacho SEPOR 1248928). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Luis Henrique Sampaio de Souza - Mídia Impressa, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1256277 e 1256278.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1256279, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Luis Henrique Sampaio de Souza - Mídia Impressa**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **13.503.158/0001-26**, no valor de **R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais)**, com vistas à confecção de Placas comemorativas para o evento Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 10/02/2022, às 10:31, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1257132** e o código CRC **DA5F9E37**.

09507/2021 1257132v5

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1257132, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa Luis Henrique Sampaio de Souza - Mídia Impressa, CNPJ nº 13.503.158/0001-26, com vistas à confecção de Placas comemorativas para o evento Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 10/02/2022, às 15:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1257459** e o código CRC **E94C9918**.

09507/2021 1257459v3

Data e hora da consulta: 11/02/2022 13:15
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	150	2022PE000061

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339031	40106	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
10/02/2022	Ordinário	09507/2021	-	980,00

Favorecido

Código	Nome
13.503.158/0001-26	LUIS HENRIQUE RODRIGUES SAMPAIO DE SOUZA 0065

Endereço	CEP
SCLRN 709 BLOCO F 29 LOJA ASA NORTE	70750-516

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
09507/2021. Confecção de Placas comemorativas para o evento Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral. Conforme Despachos 1257459/DG e 1257132/SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/02/2022 11:52:50	Alteração

Data e hora da consulta: 11/02/2022 13:15
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339031 - PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	980,00

Subelemento 99 - OUTRAS PREMIACOES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Confecção de 7 (sete) placas para premiação para evento institucional, com arte a ser encaminhada pelo CNJ, acondicionada em caixa de veludo azul ou preta. Demais condições no PAMS 1229823 e proposta 1246374.	980,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10/02/2022	Inclusão	7,00000	140,0000	980,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
GETULIO VAZ
***.348.651-**
11/02/2022 11:52:50

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
11/02/2022 11:08:58

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/02/2022 11:52:50	Alteração

Dispensa de Licitação



Aquisição de Persiana tipo rolô

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 05

PAMS 10

Mapa Comparativo de Preços 13

Declaração de Dispensa de Licitação 14

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 16

Nota de Empenho 18

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1267772 / SEART

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: SEART
Responsável pela Demanda: Rodrigo Bonna Nogueira
E-mail: rodrigo.nogueira@cnj.jus.br
Telefone para contato: 61 2326-5059

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.
Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de persianas tipo rolô. **Justificativa:** A contratação justifica-se pela necessidade de substituição de algumas persianas que se encontram danificadas em decorrência da deterioração natural pelo uso, no edifício do CNJ, na SEPN 514. Cabe destacar que tais peças encontram-se dispostas em locais de grande visibilidade, como o hall de entrada e em áreas de circulação do edifício, sendo importante, portanto, sua periódica manutenção e eventual substituição, a fim de contribuir para a preservação da imagem deste Conselho, especialmente perante o público externo. **Alinhamento ao Planejamento Estratégico do CNJ:** O Conselho Nacional de Justiça, ao escolher essa opção, atende ao Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ", conforme Portaria Nº 104 de 30/06/2020 - art. 3º, XI.
2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.
Trata-se da necessidade de substituição de persianas tipo rolô, existentes no edifício do CNJ, situado à SEPN 514. Dentre os benefícios a serem alcançados pela contratação, destacam-se: a padronização dos ambientes do órgão, pois todas as unidades possuem esse material, e manutenção do aspecto e funcionamento das persianas. Ademais, o material promoverá maior conforto térmico nos ambientes internos do Conselho, pelo fato de proteger contra a insolação direta, e de ser fabricado com tecido que promove proteção térmica.
3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.
Estima-se, inicialmente a aquisição de 6 persianas de 1,30x2,57m e 2 persianas de 2,0x2,57m, totalizando um quantitativo de 30,32m². A partir de pesquisa de mercado realizada previamente, obteve-se o valor de R$15.766,40, como se verifica no orçamento de referência anexo em 1278020.

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.
Maio/2022
5– Indicar a complexidade da contratação: (x)Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BONNA NOGUEIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ARQUITETURA**, em 16/03/2022, às 14:53, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1267772** e o código CRC **9EFADF9E**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Provimento de solução para aquisição de persianas tipo "rolô" para substituição de peças atualmente instaladas no Bloco B da SEPN 514, que se encontram desgastadas.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

A aquisição do objeto em questão justifica-se em razão das adequações necessárias para garantir condições adequadas de conforto térmico e visual nos edifícios sob responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça, sendo esta contratação específica, destinada ao Bloco B da SEPN 514. Considerando que a aquisição destina-se à substituição de algumas persianas que se encontram desgastadas, situadas em locais de grande circulação e visibilidade, como o hall de entrada e hall de elevadores, a contratação beneficiará a todos os servidores e colaboradores terceirizados que atuam no edifício, bem como ao público externo que acessa suas dependências, além de contribuir com a preservação da imagem institucional deste Conselho.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O Conselho Nacional de Justiça, ao escolher essa opção, atende ao Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ", conforme Portaria Nº 104 de 30/06/2020 - art. 3º, XI.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A contratação tem como objetivo melhorar as condições de conforto térmico e visual no edifício da SEPN 514, a fim de proporcionar instalações físicas mais agradáveis para uso dos servidores e público externo. Desse modo, a contratação precisará seguir as especificações a seguir, de modo a garantir materiais e requisitos técnicos necessários aos objetivos pretendidos e compatíveis com as peças já existentes no prédio.

2.1 Especificações básicas previstas:

Persiana tipo rolô

Requisitos necessários para o tecido:

- Composição: 75% PVC e 25% Poliéster;
- Espessura da tela: 0,66 mm;
- Composição da trama: Trama composta de 2 fios x 2 fios;
- Tecido semi-translúcido;
- Apresentar estabilidade dimensional (não esticar, encolher ou deformar), com a incidência direta do sol após vários anos de uso;
- Bloqueio de raios UV
- Atóxico; e
- Não propagar chamas.
- Marca de Referência: Tela Solar "EnviroScreen Optimum", Cor 000 (branco acinzentado), fabricante Verosol, ou similar.

Requisitos necessários para o sistema:

- Sistema deverá ser do tipo *Roller*, com tubo em liga de alumínio extrudado, para garantir leveza e maior resistência à flexão, evitando o enrugamento do tecido;
- O mecanismo de acionamento deverá ser de fácil operação e produzir movimentos suavizados.
- Trava (*clutch*), independente do limite de altura, com baixo ruído;

- Acabamento nas extremidades metálicas, é admissível a utilização do plástico tipo "POM". A fixação destes deverá ser por meio de parafusos, entretanto estes não poderão ser aparentes;

- Trilho inferior em liga metálica com pintura da cor do tecido da tela;

- Suportes de fixação e parafusos em aço inoxidável ou em aço galvanizado permitindo o encaixe do dispositivo de acionamento em pelo menos 2 diferentes posições (parede e teto);

- Acionamento manual, com correntes contínuas e cordão de poliéster na cor cinza;

- Enrolamento padrão – o tecido deverá ser recolhido por trás do tubo;

- Cabo de tensão em *kevlar*, em fibra sintética de aramida resistente e leve, envolvida em poliéster com a mesma cor do tecido utilizado; e

- Marcas de referência: Hunter Douglas, Luxashade ou similar.

Cabe ressaltar que as especificações técnicas acima terão maior detalhamento num futuro PAMS.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

As contratações anteriores foram realizadas por meio de Registro de Preços, para o fornecimento e instalação, manutenção e remanejamento de persianas do tipo rolô, conforme descrito abaixo:

Histórico de Aquisições do CNJ:

Número da ARP: 40/2015;

- Contratado/Fornecedor: ESTRELLA DE LUNA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE DECORAÇÃO LTDA;

- Período de Vigência: 23/08/2017 a 22/08/2018;

- Aditivos celebrados: não se aplicou, pois se trata de Ata de Registro de Preços;

- Ocorrências verificadas na execução: nenhuma;

- Penalidades aplicadas ao contratado/fornecedor: nenhuma.

Número da ARP: 60/2016;

- Contratado/Fornecedor: ESTRELLA DE LUNA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE DECORAÇÃO LTDA;

- Período de Vigência: 23/08/2017 a 22/08/2018;

- Aditivos celebrados: não se aplicou, pois se trata de Ata de Registro de Preços;

- Ocorrências verificadas na execução: nenhuma;

- Penalidades aplicadas ao contratado/fornecedor: nenhuma.

Número da ARP: 43/2018;

- Contratado/Fornecedor: ANDREY HENKE – ME.

- Período de Vigência: 05/10/2018 a 04/10/2019.

- Aditivos celebrados: não se aplicou, pois se trata de Ata de Registro de Preços;

- Ocorrências verificadas na execução: nenhuma.

- Penalidades aplicadas ao contratado/fornecedor: nenhuma.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Opções Identificadas	**Especificação do produto/serviço** *Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda*	**Quantificação do Produto ou Serviço** *Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas*	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**

		fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.		
1ª	Persianas Rolô em tecido poliéster	Persianas do tipo rolô vertical, tela solar	Trata-se de quantitativo idêntico para qualquer uma das alternativas. A memória de cálculo para a demanda do CNJ está em 1290180.	Ministério da Justiça Pregão Eletrônico Nº 00006/2021
2ª	Persianas verticais blackout em tecido poliéster	Persiana vertical em tecido poliéster	(Vide observação acima)	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) Pregão Eletrônico SRP Nº 07/2021
3ª	Cortinas blackout em tecido poliéster, com argolas	Cortinas blackout confeccionada em tecido 100% poliéster, com argolas.	(Vide observação acima)	SESI/SENAI-PR Pregão Nº 340/2016

3.3 Adequação do ambiente

Seguindo as especificações propostas, a contratação estará compatível com as persianas já existentes no

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Opções Identificadas	**Benefícios da opção** *Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos*	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
Persianas Rolô em tecido Sheer Screen K01	• Padronização com as persianas já existentes no edifício; • Proporciona nível elevado de conforto térmico, devido ao tecido do tipo tela solar; • Proporciona conforto luminoso, sem impedir a visibilidade do exterior e aproveitamento da luminosidade natural ; • Acionamento simples; • Maior durabilidade em relação às demais opções. • Atende mais adequadamente aos princípios de sustentabilidade defendidos pelo CNJ;	• Maior custo em relação às demais opções;	Persianas rolô em tecido tipo tela solar Sheer Screen K01 R$320,00/m² Fonte: Stermaan
Persianas verticais em poliéster blackout	• Proporciona nível intermediário de conforto luminoso; • Proporciona nível intermediário de conforto	• Foge ao padrão das persianas existentes no prédio; • Acionamento mais complexo em relação às demais opções;	Persiana vertical em poliéster blackout R$219,60/m² Fonte: https://www.estrelapersianasonline.com.br/

	térmico; • Custo intermediário em relação às demais opções. • Durabilidade intermediária		
Cortinas blackout em tecido poliéster, com argolas	• Proporciona nível elevado de conforto térmico; • Proporciona nível elevado de conforto luminoso; • Acionamento simples; • Menor custo em relação às demais opções; • Durabilidade intermediária.	• Foge ao padrão das persianas existentes no prédio; • Tecido não permite visibilidade exterior e passagem da luminosidade natural; • Favorece maior acúmulo de poeira; • Não recomendável para pessoas alérgicas, devido ao maior acúmulo de poeira • Ocupa mais espaço no ambiente;	Cortina Blackout Alycia Poliéster Bege Inspire R$60,33/m² Fonte: https://www.leroymerlin.com.br

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Dentre as opções apresentadas no item 3.4 e suas características, entende-se ser a solução de persiana rolô em tecido Sheer Screen K01, com fator de abertura de 1%, a opção mais vantajosa para aquisição pelo CNJ, embora não represente a opção com menor valor.

A persiana do tipo rolô apresenta maior facilidade de manuseio (através de corrente sobe e desce), dispensando a necessidade de contato do usuário com o tecido, diferentemente das demais opções elencadas, onde o acionamento se faz mais complexo, (como no caso da persiana vertical, em duas etapas, sendo o alinhamento das lâminas a 90º e posterior acionamento da corrente sobe e desce), ou demanda contato direto com o tecido por parte do usuário, no caso das cortinas. A facilidade de manuseio e redução do contato com o tecido, se refletem em maior durabilidade das peças por diminuir o desgaste e acúmulo de sujeira, reduzindo, consequentemente, a necessidade de manutenção e/ou substituição das peças. Destaca-se ainda que a solução escolhida se encontra compatível com os parâmetros de acessibilidade constantes na ABNT NBR 9050/2020.

As persianas rolô indicadas são confeccionadas com tecido de alta performance Sheer Screen K01, que trata-se de uma tela solar feita especialmente para ambientes internos, com composição de 75 % de PVC e 25% de poliéster. O referido tecido também possui certificados que atestam propriedades como a baixa emissão de V.O.C. (compostos orgânicos voláteis), que podem ser emitidos por determinados materiais quando expostos à luz solar, e que, se liberados em grandes quantidades podem ser prejudiciais ao meio ambiente. O material escolhido conta ainda com a certificação Standard 100 do Instituto Oeko Tex, que garante a isenção de substâncias prejudiciais à saúde humana, além de possuir tecnologia retardante de chamas e tratamento antifungos e bactérias. A linha é ideal para espaços que contam com ampla circulação e também elevado índice de permanência de pessoas, **além de manter a padronização existente no Blocos B da SEPN 514.**

As características técnicas do tecido proporcionam redução da entrada de calor e bloqueiam raios UV, diminuindo a necessidade de utilização de ar condicionado. Destaca-se ainda, que o tecido com fator de abertura de 1%, embora promova a retenção do excesso de luminosidade, não a bloqueia completamente, permitindo o aproveitamento da iluminação natural nos ambientes internos, bem como a visibilidade parcial das áreas externas, sem prejudicar a privacidade do ambiente. Entende-se, portanto, que tais propriedades do material o tornam a opção mais viável técnica e financeiramente (a longo prazo), em relação às demais, além de favorecem o alinhamento aos princípios de sustentabilidade que o CNJ apregoa.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A memória de cálculo da aquisição foi detalhada na planilha 1290180.

Para este levantamento foram consideradas as quantidades e dimensões das persianas existentes no hall de entrada do Bloco B da SEPN 514 e no hall de elevadores, ambos no pavimento térreo, obtendo-se metragem total de 30,32m².

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A contratação em questão se destina à aquisição de um item único, indivisível.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Economicidade: O investimento destinado a esta aquisição resultará em benefício econômico para o órgão em termos de maior durabilidade dos materiais e redução de custos com energia elétrica, dada a menor necessidade de climatização dos ambientes e de iluminação artificial.

Eficácia: As persianas possibilitarão a padronização visual, o conforto térmico e luminoso nos ambientes internos dos edifícios do Conselho Nacional de Justiça e a divulgação de seu papel institucional.

Efetividade: A contratação pretendida atende ao Objetivo Estratégico de “garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ” (Portaria 167/2015 - art. 2º, §1º, VIII).

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Análise de Risco:

RISCO 1: **Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total.**

Probabilidade (Alta, média e Baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Média	1	Atrasar a execução dos serviços	Médio
Baixa	2	Inexecução parcial ou total dos serviços	Alto
Média	3	Recusar-se a refazer os serviços não aceitos pela Fiscalização	Médio

Id	Ação de Mitigação e Contingência	Responsável
1	Contato telefônico com a empresa para confirmar o recebimento da Ordem de Serviços	Gestor responsável
1	Acompanhamento dos prazos de execução dos serviços	Gestor responsável
1,2 e 3	Composição de sanções contratuais adequadas	Equipe de planejamento da contratação
2	Cancelamento da ARP e convocação da empresa que apresentar a segunda melhor proposta	Gestor em conjunto com a Secretaria de Administração
3	Não atesto da execução dos serviços	Gestor responsável

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Apresentação de amostras dos componentes como requisito de aceitação do produto.

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA CRISTINA DA COSTA SANTOS CRUZ**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ARQUITETURA**, em 05/04/2022, às 12:40, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BONNA NOGUEIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ARQUITETURA**, em 05/04/2022, às 12:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

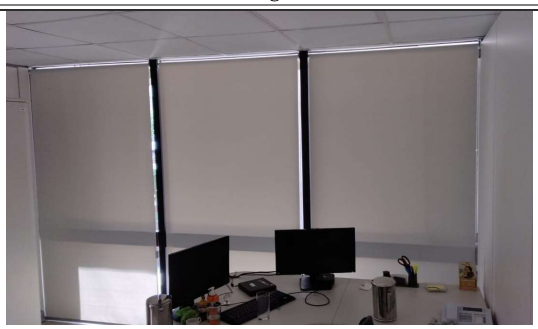
A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1283533** e o código CRC **04828B91**.

01928/2022 1283533v63

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de persianas tipo rolô.

2. **Descrição dos serviços:**

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Imagem	Qtde.
01	**Requisitos necessários para o tecido:** - Composição: 75% PVC e 25% Poliéster; - Espessura da tela: 0,66 mm; - Composição da trama: Trama composta de 2 fios x 2 fios; - Tecido semi-translúcido; - Apresentar estabilidade dimensional (não esticar, encolher ou deformar), com a incidência direta do sol após vários anos de uso; - Bloqueio de raios UV; - Atóxico; - Não propagar chamas; e - Marca de Referência: Tela Solar "Sheer Screen K01", Cor cinza, fabricante Hunter Douglas, ou similar. **Requisitos necessários para o sistema:** - Sistema deverá ser do tipo *Roller*, com tubo em liga de alumínio extrudado, para garantir leveza e maior resistência à flexão, evitando o enrugamento do tecido; - O mecanismo de acionamento deverá ser de fácil operação e produzir movimentos suavizados. - Trava (*clutch*), independente do limite de altura, com baixo ruído; - Acabamento nas extremidades metálicas, é admissível a utilização do plástico tipo "POM". A fixação destes deverá ser por meio de parafusos, entretanto estes não poderão ser aparentes; - Trilho inferior em liga metálica com pintura da cor do tecido da tela; - Suportes de fixação e parafusos em aço inoxidável ou em aço galvanizado permitindo o encaixe do dispositivo de acionamento em pelo menos 2 diferentes posições (parede e teto); - Acionamento manual, com correntes contínuas e cordão de poliéster na cor cinza; - Enrolamento padrão – o tecido deverá ser recolhido por trás do tubo; - Cabo de tensão em *kevlar*, em fibra sintética de aramida resistente e leve, envolvida em poliéster com a mesma cor do tecido utilizado; e - Marcas de referência: Hunter Douglas, Luxashade ou similar. - Espaçamentos entre o tecido e o limite para ambos os tipos de persianas: - Superior: máximo admissível de 25 mm entre o limite superior da persiana e o tecido; e Inferior: máximo admissível de 15 mm entre o limite inferior da persiana e o tecido. Observação: O modelo e fabricante indicados na especificação têm caráter referencial e admitem materiais similares ou superiores, desde que possuam aspecto, materiais, e tonalidade de cor coordenados com o padrão de persianas já existente na unidade do	m²		30,32

	CNJ, sendo condicionado à aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça.			

2.1. **Formatos das peças:**

As persianas devem ser fornecidas em dois diferentes formatos, de acordo com as dimensões existentes nos locais de instalação, conforme descrito abaixo, totalizando o quantitativo de **30,32m²**, já incluindo o transpasse entre os tecidos.

Formato	Local de instalação	Quant.	Dimensões LxA (m)	Área Unitária (m²)	Área total formato	Área total
01	Recepção Térreo	6	1,30x2,57	3,34	20,04	30,32
02	Hall de elevadores Térreo	2	2,00x2,57	5,14	10,28	

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

20 (vinte) dias após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

O serviço consiste no fornecimento e instalação de persianas do tipo rolô, conforme especificações constantes no item 2 deste PAMS.

Caso as informações constantes na proposta apresentada não sejam suficientes para que o CNJ possa proceder a avaliação técnica, o fornecedor poderá ser convocado a apresentar fotografias detalhadas ou mesmo amostras dos componentes citados **no prazo de 3 (três) dias úteis.**

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Concluir o serviço no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos,** a contar do recebimento da Ordem de Serviço (OS);

b) Refazer o serviço em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação;
c) Oferecer garantia / prazo de validade com prazo mínimo de 90 (noventa dias), a contar do recebimento definitivo;
d) Responder por todas as despesas decorrentes da entrega do material; e
e) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado; e
b) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

a) O objeto deste Projeto Básico será recebido definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis mediante atesto da Nota Fiscal, após a conclusão dos serviços e desde que não haja pendências a serem sanadas.

b) Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.
c) O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA

9. **Forma de Pagamento:**

a. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea "b.1", com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no refazimento do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.5";

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e "c" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

11. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BONNA NOGUEIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ARQUITETURA**, em 25/04/2022, às 15:28, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1302769** e o código CRC **B3203469**.

01928/2022 1302769v13

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 01928/2022
Assunto: Fornecimento e instalação de persianas tipo rolô
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 24/05/2022

				Empresa: San Decorações e Reformas Ltda. CNPJ: 01.237.977/0001-90			Empresa: Pisos Carpetes Persianas Forros Comércio e Serviços Eireli - EPP CNPJ: 22.562.362/0001-09			Empresa: Ceará Persianas Eireli - ME CNPJ: 04.466.858/0001-89			Estudos Preliminare			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Persianas tipo rolô	1	M²	30,32	315,00	9.550,80	9.550,80	400,00	12.128,00	12.128,00	360,00	10.915,20	10.915,20	320,00	9.702,40	9.702,40	315,00	9.550,80
VALOR TOTAL						9.550,80			12.128,00			10.915,20			9.702,40		9.550,80

Valor mínimo total : 9.550,80 **(nove mil quinhentos e cinquenta reais e oitenta centavos)**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de persianas tipo rolô.

Aprovados os Estudos Preliminares (1294315) e o PAMS - Contratação de Serviços (1306179), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1325361), o qual foi ratificado pela unidade demandante, por meio do Despacho SEART 1325636. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1327947, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa San Decorações e Reforma Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1326670) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1327543 e Despacho SEPOR 1327546). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa San Decorações e Reforma Ltda, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1328193.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1328195, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **San Decorações e Reforma Ltda.**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **01.237.971/0001-90**, no valor de **R$ 9.550,80 (nove mil quinhentos e cinquenta reais e oitenta centavos)**, com vistas à contratação de e empresa especializada em fornecimento e instalação de persianas tipo rolô.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e para a Secretaria de Administração, para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ e demais providências subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 27/05/2022, às 22:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1328674** e o código CRC **51FBA0A4**.

01928/2022 1328674v5

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

RETIFICAÇÃO, por erro material, no Despacho SAD n. 1328674, referente à declaração de dispensa de licitação, para contratar a empresa **San Decorações e Reforma Ltda.**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **01.237.977/0001-90**, no valor de **R$ 9.550,80 (nove mil quinhentos e cinquenta reais e oitenta centavos)**, com vistas ao fornecimento e instalação de persianas tipo rolô.

Onde se lê: " **CNPJ** sob o n. **01.237.971/0001-90**"

Leia-se: " **CNPJ** sob o n. **01.237.977/0001-90** "

BRUNO CÉSAR DE OLIVIERA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 30/05/2022, às 17:53, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1329736** e o código CRC **7D0A878D**.

01928/2022 1329736v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1328674, complementado pelo Despacho SAD 1329736, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 9.550,80 (nove mil quinhentos e cinquenta reais e oitenta centavos), e **autorizo** a contratação da empresa San Decorações e Reforma Ltda, CNPJ nº 01.237.977/0001-90, com vistas à contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de persianas tipo rolô.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, bem como para demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 30/05/2022, às 18:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1329788** e o código CRC **99966D68**.

01928/2022 1329788v3

Data e hora da consulta: 01/06/2022 13:37
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	245	2022PE000223

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	449052	40133	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
31/05/2022	Ordinário	01928/2022	-	9.550,80

Favorecido

Código	Nome
01.237.977/0001-90	SAN DECORACOES E REFORMAS EIRELI

Endereço	CEP
SHC/NORTE CL QUADRA 404 S/N BL. C LOJA 20 TER ASA NORTE	70845-530

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	(061) 323-8692 E 225-1473

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
01928/2022. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS TIPO ROLÔ. CONFORME DESPACHOS 1329788/DG E 1329736/SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	31/05/2022 17:10:33	Alteração

Data e hora da consulta: 01/06/2022 13:37
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.550,80

Subelemento 51 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Fornecimento e instalação de persianas tipo rolô. (Edifício próprio - SEPN 514). Conforme Proposta 1325326 e Despacho 1325636/ SECOM.	9.550,80

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
31/05/2022	Inclusão	30,32000	315,0000	9.550,80

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
31/05/2022 17:10:32

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
31/05/2022 16:44:59

Versão	Data/Hora	Operação
002	31/05/2022 17:10:33	Alteração

Dispensa de Licitação



Contratação de Serviços de Lavanderia

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudo Preliminares 03

PAMS 07

Mapa Comparativo de Preços 10

Declaração de Dispensa de Licitação 11

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 13

Nota de Empenho 14

ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Serviços de lavanderia a fim de recolher, lavar e passar, forros, tolhas de mesa utilizados na Copa.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

A contratação do serviço atenderá a autoridades, servidores, terceirizados que utilizam dos serviços da copa, bem como o uso em eventos realizados no CNJ.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação do serviço de lavanderia visa atingir o objetivo do planejamento estratégico do CNJ para o período 2021-2026, qual seja, Portaria n. 104, de 30 de junho de 2020, “garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ.".

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Os serviços de lavanderia (lavar e passar) deverão recolher as peças no CNJ e devolver no prazo estabelecido. Os produtos utilizados não podem danificar as peças ou provocar alergias nos usuários.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente de contratação no Conselho Nacional de Justiça é dispensa de licitação, por meio da Nota de Empenho 2021NE00145, tal modelo atende a demanda existente tendo em vista a fundamentação no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993.

A contratação anterior foi instruída no processo n. 10923/2020, onde ainda constavam itens referentes ao CEAME, os quais foram excluídos desta contratação.

A contratação anterior também adotava a unidade de medida por peças lavadas. Tal metodologia vem sendo mudada na Administração, adotando-se o quilograma como medida para mensuração dos serviços prestados, os quais podemos ver em tabela abaixo a diferença de preços se contratarmos na unidade quilograma (kg):

Item	DESCRIÇÃO DETALHADA	Exemplo	Valor Unitário Pç Atual	Valor Médio KG contratos pesquisados	Valor Anual (peças)	Valor Anual (Kg)
1	Forro para carrinho de serviço (dimensão de cada peça: 60 x 90 cm)	1 peça	R$ 2,49	R$ 7,60	R$ 2,49	R$ 0,76
2	Toalha de gourgurinho (área de cada peça: 13,90 m2	1 peça	R$ 34,90	R$ 7,60	R$ 34,90	R$ 34,90
3	Toalha de Mesa (área de cada peça: entre 4,61 e 7.06 m2	1 peça	R$ 17,90	R$ 7,60	R$ 17,90	R$ 17,90
					R$ 55,29	**R$ 53,56**

3.2 Identificação das opções disponíveis

opções disponíveis Detalhamento das soluções

1	Lavagem a base de água	* Pré-tratamento com produtos para tirar as manchas das peças, caso possuam; * As peças são lavadas na máquina ou manualmente, dependendo da situação, com objetivo de não prejudicar na coloração da mesma e evitar o encolhimento e a distorção dos tecidos. *Serviço de lavanderia num processo de limpeza com água, centrifuga, seca e passa roupas.
2	Lavagem a seco	* Não se utiliza água no procedimento. * No inicio é feito um pré-tratamento do tecido com aditivos especiais, que são compatíveis com o solvente da lavagem a seco. * A roupa é seca em uma temperatura baixa e após é passada.
3	lavanderia hospitalar	Peças utilizadas nos serviços de saúde, que requer procedimentos específicos,determinados pela ANVISA, desde o recolhimento até embalagem das roupas

3.3 Adequação do ambiente

Não há necessidade de quaisquer adequação ou mudanças no ambiente do CNJ, tendo em vista que os serviços serão realizados na estrutura da empresa contratada.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

A contratação das opções de lavagem a base de água e lavagem a seco atendem a higienização das peças e o custo não é oneroso, visto a amplitude da concorrência no mercado para prestação dos serviços de lavanderia. O custo da contratação de terceirização dos serviços é inferior a prestação do serviço no CNJ, pois incluiria contratação de pessoal, adequação de ambiente e aquisição de maquinário. Ressalto, que não dispomos de área para implementação do serviço no CNJ.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A solução que adequa a demanda do CNJ é a lavagem a base de água e a lavagem a seco.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A planilha abaixo foi elaborada tendo por base os consumos de 2019 a 2021. Os itens foram pesados e transformados os consumos de peças na unidade de quilogramas para cada exercício.

Tendo em vista a previsão de retorno das atividades presenciais e com finalidade de não causar prejuízos futuros ao atendimento da demanda, pela prestação de serviços de lavanderia, consideramos a média de consumo dos 3 períodos e acrescentamos 20% para compensar a demanda do ano de 2021.

						Correspondente em Kg						
Item	**DESCRIÇÃO DETALHADA**	**UN.**	**2019 (pç)**	**2020 (pç)**	**2021 (pç)**	**2019 (Kg)**	**2020 (Kg)**	**2021 (Kg)**	**Média consumo ANUAL (kg)**	**Média estimada com compensação da demanda em 20%**	**Valor Médio KG contratos pesquisados**	**Valor Anual Estimado (Kg)**
1	Forro para carrinho de serviço (dimensão de cada peça: 60 x 90 cm)	Unidade	1	5	0	0,100	0,500	0,000	0,200	0,240	R$ 7,60	R$ 1,82
2	Toalha de gourgurinho (área de cada peça: 13,90 m2	Unidade	20	40	21	50	100	52,5	67,500	81,000	R$ 7,60	R$ 615,60
3	Toalha de Mesa (área de cada peça: entre 4,61 e 7.06 m2	Unidade	32	54	34	32	54	34	40,000	48,000	R$ 7,60	R$ 364,80
												R$ 982,22

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução não é divisível, tendo em vista que geraria desinteresse às empresas competidores por ser prestação de serviço com quantitativo inexpressivo em relação ao mercado.

7. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Análise de Risco:

Risco 1	**Morosidade no processo licitatório**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atraso no processo de contratação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Compromisso das unidades para tramitação célere do processo de contratação.		Unidade envolvidas no processo licitatório.
Risco 2	**Ausência de empresas concorrentes**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Perda do processo de dispensa de licitação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Revisão do documentos da contratação		SESER
1	Revisão na pesquisa de preços		SECOM
Risco 3	**Atraso no fornecimento do objeto**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atrasos na prestação dos serviços	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Comunicação com empresa para verificar possíveis causas de atrasos e providencias para evitar atrasos.		SESER
1	Aplicação de penalidades previstas no PAMS.		SESER/SAD
Risco 4	**Inexecução parcial ou total da prestação dos serviços**		

Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	inexecução da prestação dos serviços	Alto

Id	Ação de Mitigação e Contingência	Responsável
1	elaboração de novo PAMS	SESER

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Quanto a critérios: Técnico, Operacional, regulamentar e financeiro é dever da contratada prestar os serviços definidos pelo CNJ, conforme solicitação prévia da Unidade responsável, bem como responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais relativos à execução do objeto.

Quanto ao CNJ, o mesmo dispõe de orçamento previamente programado para arcar com as despesas da contratação, tendo em vista programação anual de contratações.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A Contratação terá vigência de durante o exercício de 2022, contados a partir de nota de empenho.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Tendo em vista a necessidade da prestação dos serviços das demandas nas copas do CNJ verifica-se que as justificativas quanto ao tipo de contratação e planilha com quantitativo apresentado atendem as exigências contidas no documento.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Paulo César de Sousa Lacerda	paulo.lacerda@cnj.jus.br	5048	SESER
karlla Silene da Cunha	karllac@cnj.jus.br	5046	SESER

Documento assinado eletronicamente por **PAULO CESAR DE SOUZA LACERDA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 21/02/2022, às 17:04, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1264727** e o código CRC **5731515B**.

CNJ	PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS **SERVIÇOS**

1. **Objeto:** Contratação de Serviços de lavanderia

2. **Descrição dos serviços:** Serviços de lavanderia a fim de recolher, lavar e passar, forros, tolhas de mesa utilizados na Copa.

Item	DESCRIÇÃO DETALHADA	UN.	QTD anual estimada	Método
1	Forro para carrinho de serviço (dimensão de cada peça: 60 x 90 cm)	peça	05	lavagem à base de água
2	Toalha de gourgurinho (área de cada peça: 13,90 m2	peça	40	lavagem à base de água
3	Toalha de Mesa (área de cada peça: entre 4,61 e 7.06 m2	peça	50	lavagem à base de água

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

a) A Contratada procederá à retirada das peças um dia após o recebimento da Ordem de Serviço. A entrega das peças deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, no horário compreendido entre 13 e 18h;

b) A Contratada deverá executar os serviços solicitados a título emergencial no prazo máximo de 24 horas, a contar da solicitação expressa do Contratante, enviada por e-mail;

c) As entregas e retiradas deverão acontecer na Seção de Serviços gerais, Setor de Administração Federal Sul SAF/SUL Quadra 02, lotes 05 e 06, blocos E e F, sendo acompanhada por responsável designado por esta Seção, que fará o registro e controle dos quantitativos de materiais;

5. **Obrigações da Contratada:**

a. Responsabilizar-se por qualquer extravio ou danos causados às peças durante a prestação dos serviços, obrigando-se a Contratada a promover a reparação do dano, o devido ressarcimento ou a reposição do material;

b. Garantir a qualidade dos serviços prestados, devendo refazer os serviços considerados insatisfatórios no prazo de vinte e quatro horas, a contar do recebimento da notificação, sem quaisquer ônus adicionais.

c. Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

d. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

e. Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento;

f. Exigir de seus empregados o uso permanente de crachá, em lugar visível, enquanto permanecerem nas dependências do CONTRATANTE;

g. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais;

h. Manter-se, durante toda a execução da Nota de Empenho, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

i. Designar, formalmente, preposto para tratar de assuntos relacionados à execução do objeto;

j. Exigir que seus empregados se submetam às normas e aos regulamentos internos do Contratante, quando da realização dos serviços;

6. **Obrigações do Contratante:**

a Permitir, durante a vigência da Nota de Empenho, acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a coleta e entrega do material, desde que observadas as normas de segurança;

b. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

c. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

d.Comunicar à Contratada qualquer irregularidade constatada durante à execução da Nota de Empenho.

e. Promover o pagamento dentro do prazo estipulado desde que atendidos os requisitos previstos neste PAMS-Contratações de Serviços.

f. Designar gestor para executar a fiscalização da Nota de Empenho;

g. Recusar qualquer serviço executado fora das especificações.

h. Sugerir as sanções previstas neste instrumento assegurada à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

A Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

A Contratada procederá à retirada das peças no dia posterior ao recebimento da Ordem de Serviço. A entrega das peças deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, no horário compreendido entre 13 e 18h;

9. **Forma de Pagamento:**

   a. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

a) No caso de atraso injustificado para a entrega do material a contratada estará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a.1) advertência;

a.2) multa, no valor de:

a.2.1) 1% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

a.2.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea “a.2.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

a.2.3) no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “a.2.5”;

a.2.4) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

a.2.5) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação

11. **Contrato:**

a) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, em 30/03/2022, às 15:35, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1289875** e o código CRC **66AA750C**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 01756/2022
Assunto: Contratação e serviços de lavanderia
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 07/04/2022

				Empresa: Lavanderia Cristal Serviços Expressos Eireli CNPJ: 01.319.181/0001-86			Empresa: Multifranq Gestão de Ativos Intangíveis Ltda. CNPJ: 34.193.008/0001-33			Empresa: Abba Serviços Gerais CNPJ: 00.949.483/0001-75			Estudo Preliminares			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Forro para carrinho de serviço (60x90cm)	1	UN	5	4,50	22,50	22,50	40,00	200,00	200,00	10,00	50,00	50,00	2,49	12,45	12,45	2,49	12,45
Toalha de gougurinho (13,90m²)	2	UN	40	45,50	1.820,00	1.820,00	38,00	1.520,00	1.520,00	25,00	1.000,00	1.000,00	34,90	1.396,00	1.396,00	25,00	1.000,00
Toalha de mesa (4,61 a 7,06m²)	3	UN	50	22,50	1.125,00	1.125,00	28,00	1.400,00	1.400,00	18,00	900,00	900,00	17,90	895,00	895,00	17,90	895,00
VALOR TOTAL						**2.967,50**			**3.120,00**			**1.950,00**			**2.303,45**		**1.907,45**

Valor mínimo total estimado: 1.907,45 (um mil novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo, que tem por objeto contratação de serviços de lavanderia.

Aprovados os Estudos Preliminares (1265655) e o PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços (1269516), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1296114), o qual foi ratificado pela unidade demandante, por meio do Despacho SESER 1296166. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1298133, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa A Abba Serviços Gerais Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1297086) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1298088 e Doc. 1298071). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa A Abba Serviços Gerais Ltda., para contratar com a Administração, consta no arquivo 1299312.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1299313, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **A Abba Serviços Gerais Ltda.**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **00.949.483/0001-75**, no valor de **R $ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais)**, com vistas à contratação de serviços de lavanderia.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa;

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e para esta Secretaria de Administração, para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ e demais providências subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 13/04/2022, às 12:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1299440** e o código CRC **F1EE70E1**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1299440, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa A Abba Serviços Gerais Ltda, CNPJ nº 00.949.483/0001-75, com vistas à contratação de serviços de lavanderia.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 18/04/2022, às 15:41, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1299909** e o código CRC **52EC2D53**.

01756/2022 1299909v3

Criado por SHEILA.FERREIRA, versão 3 por JOSE.BRAGA em 18/04/2022 14:52:41.

Data e hora da consulta: 20/04/2022 14:27
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	205	2022PE000187

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339039	40135	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
18/04/2022	Global	01756/2022	-	1.950,00

Favorecido

Código	Nome
00.949.483/0001-75	A ABBA SERVICOS GERAIS LTDA

Endereço	CEP
SCLRN 705 BLOCO F LOJA SN ASA NORTE	70730-556

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	(061) 274-6703

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
01756/2022. Contratação de serviços de lavanderia. Conforme Despacho DG 1299909.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/04/2022 19:52:54	Alteração

Data e hora da consulta: 20/04/2022 14:27
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	1.950,00

Subelemento 46 - SERVICOS DOMESTICOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item 1 - Serviços de lavanderia a fim de recolher, lavar e passar, forros, tolhas de mesa utilizados na Copa. Forro para carrinho de serviço (dimensão de cada peça: 60 x 90 cm).	50,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18/04/2022	Inclusão	5,00000	10,0000	50,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item 2 - Serviços de lavanderia a fim de recolher, lavar e passar, forros, tolhas de mesa utilizados na Copa. Toalha de gourgurinho (área de cada peça: 13,90 m2)	1.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18/04/2022	Inclusão	40,00000	25,0000	1.000,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	Item 3 - Serviços de lavanderia a fim de recolher, lavar e passar, forros, tolhas de mesa utilizados na Copa. Toalha de Mesa (área de cada peça: entre 4,61 e 7.06 m2. Demais Condições conforme PAMS (1267376).	900,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18/04/2022	Inclusão	50,00000	18,0000	900,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Gestor Financeiro
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES	WERNNE PEREIRA E SILVA
***.525.037-**	***.924.564-**
19/04/2022 19:52:54	19/04/2022 11:06:07

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/04/2022 19:52:54	Alteração

Dispensa Eletrônica de Licitação



Aquisição de equipamentos funcionais para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **3**
Estudos preliminares **7**
Termo de referência **14**
Estimativa de preços **26**
Declaração de dispensa de licitação **27**
Aviso de dispensa eletrônica **29**
Mapa comparativo de preços **50**
Nota de empenho **51**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1307731 / DISE

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Divisão de Segurança - DISE
Responsável pela Demanda: Rogério Rocha Triani
E-mail: rogerio.triani@cnj.jus.br
Telefone para contato: 61 2326-4823

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Aquisições de equipamentos para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário

Justificativa:

Com a criação da Academia Nacional da Polícia Judicial, faz-se necessário a aquisição de equipamentos de treinamento funcional, a fim de aparelhar e consequentemente proporcionar meios de capacitação, no sentido de manter as aptidões físicas dos agentes e inspetores da Polícia Judicial.

Assim, os servidores desta especialidade, com os treinamentos a serem oferecidos pela Instituição, irá reduzir a incidência de lesões, prevenindo problemas de saúde, de forma a manter suas capacidades funcionais, melhorando o desempenho em suas atividades laborais.

O Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria Nº 104 de 30/06/2020, estabelece em seu artigo 3°, inciso XI, que um dos objetivos estratégicos do órgão é justamente garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento, vejamos:

VIII – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;

Desta forma, imprescindível a existência de equipamento próprio a fim de proporcionar o treinamento perene dos profissionais de segurança em cursos oferecidos pela ANPJ.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

A Resolução CNJ nº 344, regulamentou o exercício do Poder de Polícia no âmbito do poder Judiciário e incumbiu aos Inspetores e Agentes da Polícia Judicial, o seu exercício, cuja finalidade é assegurar a boa ordem dos trabalhos do tribunal, a proteção da integridade dos seus bens e serviços, bem como garantir a incolumidade dos magistrados e servidores.

Ocorre, entretanto, que o poder Judiciário carece de uma padronização no que diz respeito às capacitações de Inspetores e Agentes da Polícia Judicial, no que concerne à Segurança Institucional, bem como a autodefesa de magistrados e servidores, nos assuntos inerentes à sua segurança pessoal.

Hodiernamente, os Tribunais promovem ações de capacitação internamente com órgãos parceiros e também com a iniciativa privada sem, contudo, seguirem um currículo de matérias padronizado, nem tampouco um programa de treinamentos permanente, o que compromete a execução das diretrizes da política nacional de segurança do Poder Judiciário, conforme previsto no Art. 5º e seus incisos, da citada Resolução CNJ nº 435.

Imperioso destacar, que a mesma Resolução CNJ nº 435, no seu Artigo 9º, inciso V, assim determina: *Art. 9º O Comitê Gestor, assessorado pelo DSIPJ, definirá protocolos, medidas e rotinas de segurança alinhados à política nacional de segurança do poder judiciário, com os seguintes objetivos: ...* ***V – sugerir diretrizes para formação e capacitação dos(as) servidores(as) da polícia judicial, bem como de magistrados(as) em temas afetos à segurança institucional;***

Torna-se claro, diante dos normativos citados, a imprescindibilidade e importância da referida aquisição, no sentido de aparelhar a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, propiciando melhores condições para seu funcionamento. Pois, com o advento da criação da Polícia Judicial, os servidores desta especialidade precisarão passar pelo ciclo de capacitação completo, ou seja, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências, que são de caráter permanente, tudo conforme a Resolução CNJ 192, que Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

Estima-se que a partir da pesquisa realizada no mercado previamente, obteve-se um valor em média, de aproximadamente R$19.000,00 (Dezenove mil reais) para a aquisição dos equipamentos supracitados e presentes nos orçamentos em anexo (1308501, 1308505, 1308509 e 1308692).

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Junho/2022
5– Indicar a complexidade da contratação: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ROCHA TRIANI**, **CHEFE DE DIVISÃO - DIVISÃO DE SEGURANÇA**, em 05/05/2022, às 15:24, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1307731** e o código CRC **B192240C**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Aquisição de equipamentos funcionais para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Justificativa:

A Resolução CNJ nº 344, regulamentou o exercício do Poder de Polícia no âmbito do Poder Judiciário e incumbiu aos Inspetores e Agentes da Polícia Judicial, o seu exercício, cuja finalidade é assegurar a boa ordem dos trabalhos do tribunal, a proteção da integridade dos seus bens e serviços, bem como garantir a incolumidade dos magistrados e servidores.

Ocorre, entretanto, que o poder Judiciário carece de uma padronização no que diz respeito às capacitações de Inspetores e Agentes da Polícia Judicial, no que concerne à Segurança Institucional, bem como a autodefesa de magistrados e servidores, nos assuntos inerentes à sua segurança pessoal.

Hodiernamente, os Tribunais promovem ações de capacitação internamente com órgãos parceiros e também com a iniciativa privada sem, contudo, seguirem um currículo de matérias padronizado, nem tampouco um programa de treinamentos permanente, o que compromete a execução das diretrizes da política nacional de segurança do Poder Judiciário, conforme previsto no Art. 5º e seus incisos, da Resolução CNJ nº 435.

Imperioso destacar, também, que a mesma Resolução, no seu Artigo 9º, inciso V, determina que: *O Comitê Gestor, assessorado pelo DSIPJ, definirá protocolos, medidas e rotinas de segurança alinhados à política nacional de segurança do poder judiciário, com os seguintes objetivos: ...* ***V – sugerir diretrizes para formação e capacitação dos(as) servidores(as) da polícia judicial, bem como de magistrados(as) em temas afetos à segurança institucional;***

Torna-se claro, portanto, diante dos normativos citados, a imprescindibilidade e importância da referida aquisição, no sentido de aparelhar a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, propiciando melhores condições para seu funcionamento, uma vez que, com o advento da criação da Polícia Judicial, os servidores desta especialidade precisarão passar pelo ciclo de capacitação completo, ou seja, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências, que são de caráter permanente, tudo conforme a Resolução CNJ 192,

que Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Servidores e autoridades em treinamento nas instalações da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A presente aquisição está diretamente relacionada com o plano estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria nº 104, de 30/06/2020, estabelece em seu artigo 3°, inciso XI, que um dos objetivos estratégicos do órgão é justamente garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento, "*in verbis*"::

XI – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;

Desta forma, imprescindível a existência de equipamentos próprios, a fim de proporcionar o treinamento perene dos profissionais de segurança em cursos a serem oferecidos pela ANPJ.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A empresa a ser contratada para fornecimento dos materiais deverá possuir condições técnicas e operacionais para o fornecimento dos equipamentos a serem utilizados na sede da ANPJ.

Além disso, devem ser observadas as regras atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a resolução 400/2021 do CNJ, notadamente em seu art. 20.

Vale informar que as exigências não poderão ser de natureza extremamente rígida visando não limitar o caráter competitivo do certame, conforme preceitua o parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto nº 7.746/2012, nos seguintes termos:

> ***Art. 2º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto.***
>
> ***Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.***

Entende-se desta forma que deve ser atendida a exigência legal, estabelecendo-se as boas práticas de contratações sustentáveis, contudo, sem restringir o caráter competitivo do certame.

Cabe acrescentar que a aquisição dos equipamentos deverá obedecer aos padrões de ergonomia e biomecânica.

Os materiais, de um modo geral, só serão aceitos se possuírem informações adequadas e claras, sobre a especificação correta da quantidade,

característica, composição, garantia, prazo de validade e qualidade, bem como sobre os riscos que apresentem para a saúde e segurança, sendo rejeitados os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

Por fim, todos os produtos deverão estar de acordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

A referida aquisição é inaugural no CNJ.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Não se aplica, tendo em vista tratar-se de única solução do mercado, o que pode diferenciar são algumas marcas oferecidas pelas empresas, desde que apresentem uma qualidade satisfatória para o fim que se destina.

3.3 Adequação do ambiente

Não se vislumbra necessidades de adequação normativa ou operacional.

As adequações físicas para as instalações dos equipamentos funcionais não serão necessárias, tendo em vista a previsão de espaço já existente no local destinado à Academia, no prédio do Bloco B da unidade SEPN 514.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Com relação aos benefícios a serem alcançados, a aquisição tem como escopo principal aparelhar a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, propiciando melhores condições para seu funcionamento.

A aquisição deve proporcionar diversos benefícios ao CNJ, como garantir a realização de capacitação permanente dos Inspetores e Agentes da Polícia Judicial, através de programas contínuos de educação e capacitação, de maneira a promover a valorização, o equilíbrio e a higidez do quadro funcional, realizando treinamentos e avaliações contínuas.

Portanto, a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento de sua atividade fim.

Com relação aos custos, o valor estimado da aquisição será aproximadamente **R$ 19.186,20 (dezenove mil, cento e oitenta e seis reais e vinte centavos),** levando em consideração as cotações realizadas no mercado, conforme tabela 01 abaixo discriminada.

Ressalte-se que as estimativas de preços realizadas por esta unidade são apenas complementares à realização pesquisa de preços por parte da SECOM, Seção com expertise e competência, a qual poderá encontrar propostas mais vantajosas para a Administração.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Considerando a necessidade a ser atendida com a presente aquisição, foi realizada análise do mercado apontando como melhor solução a contratação de empresa fornecedora do objeto deste processo, sendo esta, no momento, a solução mais eficiente e eficaz à demanda.

Definida esta linha de atuação, realizou-se o levantamento de preços a fim de construir o valor de referência dos produtos. Salienta-se que foram utilizadas pesquisas em sítios eletrônicos especializados, contratações públicas já realizadas e pesquisa direta com fornecedores, conforme orçamentos anexados ao processo (1308501, 1308505, 1308509 e 1308692).

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

TABELA 01

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
1	TATAME TAPETE E.V.A 1m x 1m x 40mm +3 BORDAS DE ACABAMENTO PRETO OU VERMELHO, DUPLA FACE	135m²	112,00	**15.120,00**
2	CORDA INDIVIDUAL	10	9,90	**99,00**
3	COCHONETES PARA GINÁSTICA	10	59,00	**590,00**
4	HALTER DE 10 KG	8	100,00	**800,00**
5	HALTER DE 5 KG	4	65,00	**260,00**
6	KIT DE PEÇAS ELÁSTICAS EXTENSOR	8	76.90	**615,20**
7	RODA PARA ABDOMINAL	10	39,00	**390,00**
8	ESCADA DE AGILIDADE TRETRO	2	39,00	**78,00**
9	WALL BALL DE FUNCIONAL COM 10 KG	6	159,00	**954,00**
10	WALL BALL DE FUNCIONAL COM 5 KG	2	140,00	**280,00**
	VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO			**19.186,20**

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Baseado no entendimento disciplinado no parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/1993, tendo em vista que a divisibilidade da solução escolhida é tecnicamente e economicamente viável, levando-se em consideração tratar-se de produtos comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos nestes Estudos Preliminares, por meio de especificações usuais no mercado, além de não se tratar de itens interdependentes, entende-se, portanto, pela possibilidade de segregação do objeto em itens.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Entende-se que no ato do recebimento do material a ser adquirido, a fiscalização do contrato deverá analisar os resultados da aquisição, a fim de verificar a efetiva qualidade do material, se este atende à finalidade a que se destina.

A inexecução parcial ou total do objeto, ou sua execução total, servirão como parâmetro para aferir o perfeito cumprimento e atingimento da finalidade do contrato.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Em toda contratação há riscos que permeiam a formalização do contrato e aqueles que são voltados à gestão da fiscalização do contrato.

Neste momento preliminar, será construído mapa de riscos presentes nas etapas até a formalização do contrato.

Assim, para fins de definição, entende-se por Ações Preventiva as ações a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a sua ocorrência.

Outrossim, entende-se por Ações de Contingência aquelas necessárias na ocasião dos danos provocados com a materialização dos riscos previstos.

A ausência da contratação implicará o comprometimento da atividades da Academia, a qual necessitará dos referidos equipamentos para propiciar melhores condições para seu funcionamento, tornando-se mais eficiente para os fins a que se destina.

Então, com a aquisição, haverá uma melhor logística à realização dos serviços a serem prestados pela Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

Vale ressaltar, também, os riscos inerentes à execução contratual. Verifica-se a possibilidade de descumprimento de cláusulas ou má prestação na entrega e qualidades do bem a ser adquirido, momento em que os Gestores do Contrato deverão intervir, adotando as medidas de mitigação e providências necessárias ao sucesso da contratação.

Desta forma, elaboramos os quadros que se seguem a fim de demonstrar os riscos que acompanham a pretensa contratação:

Risco: 01	**A empresa contratada falha com a entrega, implicando inexecução parcial ou total.**		
Probabilidade:	**Id**	**Dano**	**Impacto**
Baixa	**1**	**Entrega equipamentos em desacordo com a proposta**	**Médio**
Média	**2**	**Não cumpre prazos referente à Cláusula de garantia técnica**	**Médio**
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	• **Recusar o recebimento e aguardar a regularização** • **Caso não seja regularizado, aplicar sanção conforme estipulado no contrato, e providências relativa a nova aquisição**		**Gestor do Contrato e SAD**

2	• **Composição de sanções contratuais adequadas**	**Gestor do Contrato no CNJ**

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Foram analisados critérios de ordem técnica, operacional, regulamentar e financeira/orçamentária que pudessem influenciar de forma negativa a futura aquisição.

Ocorre que, pela natureza do objeto, alguns destes critérios não se aplicam ao presente estudo, por não haver qualquer relação direta ou indireta entre a contratação e as restrições orgânicas, conforme discorreremos a seguir.

Em relação aos critérios de ordem operacional, assim como os de ordem técnica, não se vislumbrou quaisquer empecilhos, mas sim, verificou-se que é necessária a aquisição do objeto, a fim de que possibilite a Academia prestar um serviço de qualidade para os seus usuários.

Por fim, quanto aos critérios de ordem financeira/orçamentária, verifica-se necessário o aval da Secretaria de Orçamento deste Conselho a fim de verificar a disponibilidade de recursos orçamentários que possibilitem a aquisição.

Tendo em vista o valor estimado do objeto, a presente aquisição poderá ser realizada por despensa de licitação, com fulcro no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93.

Assim, após realizada a pesquisa de preços, a demanda deverá ser encaminhada à Secretaria de Orçamento e Finanças para certificação orçamentária a fim de verificar se financeiramente será possível realizar a pretensa contratação.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do contrato deve ser período suficiente para a execução, recebimento definitivo do objeto e seu pagamento, com prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não há outras informações a serem acrescentadas.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

O presente estudo técnico preliminar possibilitou apontar como a solução mais viável a contratação de empresas para aquisição de equipamentos funcionais para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, a fim de que sejam atendidas as necessidades do CNJ, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições aqui estabelecidas.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Rogério Rocha Triani	rogerio.triani@cnj.jus.br	4863	Divisão de Segurança
Tiago Luiz Caldeira Pereira	tiago.pereira@cnj.jus.br	4823	Seção de Segurança Interna

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO LUIZ CALDEIRA PEREIRA**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 27/05/2022, às 16:25, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ROCHA TRIANI**, **CHEFE DE DIVISÃO - DIVISÃO DE SEGURANÇA**, em 27/05/2022, às 16:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1328492** e o código CRC **53A3026C**.

TERMO DE REFERÊNCIA

DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

DISPENSA - LEI N. 14.133/2021

1. DO OBJETO

1.1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de equipamentos funcionais para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, conforme especificações e quantidades previstas no item 1.2 deste instrumento.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Item	Descrição	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALORES TOTAIS
1	TATAME PROFISSIONAL, FABRICADA EM EVA, MEDINDO 1m x 1m x 40mm +3 BORDAS DE ACABAMENTO PRETO, DUPLA FACE	unidade (un)	135	R$ 118,71	R$ 16.025,85

2	CORDA INDIVIDUAL DE PULAR DE PVC OU SIMILAR JUMP, 2,75m, COR PRETA OU VERDE	unidade (un)	10	R$ 13,48	R$ 134,80
3	COCHONETES DE ESPUMA PARA GINÁSTICA, D2O OU SUPERIOR, MEDINDO 102X50X3cm	unidade (un)	10	R$ 47,80	R$ 478,00
4	KIT DE PEÇAS ELÁSTICAS EXTENSOR NAS INTENSIDADES LEVE, MÉDIO E FORTE, COM PEGADOR	unidade (un)	8	R$ 117,50	R$ 940,00
5	RODA PARA EXERCÍCIO ABDOMINAL	unidade (un)	10	R$ 56,80	R$ 568,00
6	ESCADA DE AGILIDADE TRETRO PARA TREINO FUNCIONAL, 10 DEGRAUS, 5 m, ESPORTE	unidade (un)	2	R$ 92,50	R$ 185,00
7	HALTER DE 10 KG EMBORRACHADO LISO, SEXTAVADO NA COR PRETA	unidade (un)	8	R$ 169,50	R$ 1.356,00
8	HALTER DE 5 KG EMBORRACHADO LISO, SEXTAVADO NA COR PRETA	unidade (un)	4	R$ 88,50	R$ 354,00
9	WALL BALL DE FUNCIONAL COM 10 KG EM COURO, COM COSTURA DUPLA, NA COR PRETA.	unidade (un)	6	R$ 187,40	R$ 1.124,40

10	WALL BALL DE FUNCIONAL COM 5 KG EM COURO, COM COSTURA DUPLA, NA COR PRETA.	unidade (un)	2	R$ 187,40	R$ 374,80
TOTAL					R$ 21.540,85

1.3. DO PARCELAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

O objeto é divisível e permite o parcelamento, visto que possui 10 (dez) itens. Todavia, por ser tratar de objeto que pode ser adquirido por dispensa de licitação em razão de seu valor, nos termos previstos no artigo 40, inciso V, alínea "b", da lei nº 14.133/2021, entende-se oportuno o seu agrupamento para fornecimento conjunto.

1.4. DA NATUREZA DO OBJETO

Os bens objeto da pretensa aquisição são de natureza comum, uma vez que seu padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, e são de natureza não continuada, devendo ser fornecidos uma única vez, não havendo, portanto, previsão de fornecimento permanente.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se em razão da necessidade de se aparelhar a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, propiciando melhores condições para seu funcionamento, uma vez que, com o advento da criação da Polícia Judicial, os servidores desta especialidade precisarão passar pelo ciclo de capacitação completo, ou seja, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências, que são de caráter permanente, tudo conforme a Resolução CNJ 192, que Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

O presente instrumento teve como base para sua elaboração os Estudos Técnicos Preliminares 1390868.

3. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A pretensa contratação poderá se realizar por dispensa de licitação em razão do seu valor, nos termos do artigo 75, inciso II, da lei nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

a) Em razão de sua natureza, os equipamentos a serem adquiridos não demandam metodologias ou tecnologias especificas para sua implementação;

b) Os equipamentos a serem adquiridos também não demandam serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva ou adaptativa;

c) Espera-se que, em razão da natureza do objeto, e a depender da frequência e modo de sua utilização, os bens a serem adquiridos ultrapassem um ciclo de vida superior a dois exercícios financeiros.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Sujeição às normas técnicas e legais

A Contratada deverá observar, quanto aos equipamentos a serem fornecidos, as disposições do artigo 6º, incisos I a III, da Lei 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

5.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Para a contratação almejada devem ser observadas as regras atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a resolução 400/2021 do CNJ.

Contratada também deverá observar, no que cabível, o código de conduta dos Fornecedores de bens e serviços do CNJ.

5.3. Requisitos de qualidade

a) A contratada deverá fornecer produtos de qualidade, reservando-se o CNJ a recusar o recebimento daqueles que se mostrarem impróprios ao uso ou que ofereçam riscos à saúde e segurança dos servidores que utilizarão os equipamentos, devendo a empresa contratada observar as diretrizes estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, em especial o disposto no artigo 8º e seguintes do referido diploma normativo.

b) A aferição quanto ao cumprimento ou não dos requisitos da contratação se baseará nas especificações contidas no item 1.2 deste instrumento, de modo que a Contratada deverá fornecer os produtos que se enquadrem nas referidas especificações, sendo rejeitados aqueles que não estejam de acordo com o previsto;

c) Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer a um nível básico de padronização, de modo que não serão aceitos, dentro de uma mesma categoria de itens, o fornecimento de produtos de marcas diversas e tamanhos diferentes uns dos outros, resguardando-se a contratante ao direito de recusar os itens que estiverem em desacordo com a presente previsão;

d) A contratante reserva-se ainda ao direito de recusar os itens que apresentarem defeitos visíveis que comprometam a qualidade e a estética dos bens, considerando inadequados ao uso itens amassados, arranhados, rasgados, com problemas de

pintura, dentre outros vícios aparentes de natureza semelhante e inerentes à estrutura de cada produto. A presente previsão não afasta a responsabilidade da contratada por eventuais vícios redibitórios, observadas as disposições do Código Civil Brasileiro de 2002 quanto ao tema.

e) A Contratada deverá informar, no ato de entrega dos bens, suas respectivas assistências técnicas, preferencialmente aquelas localizadas em Brasília - DF.

6. DA EXECUÇÃO

6.1. Do local e do horário da execução dos serviços ou do fornecimento

a) Os equipamentos deverão ser entregues diretamente na Academia Nacional de Policial Judicial, localizada na Quadra SEPN 514 Norte, bloco B, lote 07, Asa Norte, Brasília - DF, no horário de funcionamento do CNJ, de 12:00h às 19:00h, de segunda a sexta-feira.

6.2. Da Ordem de Execução

Após o recebimento da Nota de Empenho, a fornecedora estará autorizada a entregar os equipamentos adquiridos.

6.3. Do prazo ou do cronograma de execução.

Após o recebimento da Nota de Empenho mencionada no item 6.2, a empresa terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega dos equipamentos.

6.4. Da garantia ou assistência técnica.

A fornecedora deverá oferecer garantia contra defeitos de fabricação ou outros vícios que se verifique nos produtos que os torne impróprios para o uso, observadas especialmente as exigências contidas no item 5.3 e na alínea "e", do item 13, deste instrumento.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente contratação terá a vigência de 90 dias, a contar da emissão da Nota de Empenho.

8. DA HABILITAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO

8.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

a) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

c)comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

8.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (ART. 67)

Não se aplica

8.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9. DO CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

a) A proposta levará em consideração os critérios de requisitos mínimos listados nas especificações do objeto, conforme contido no quadro demonstrativo do item 1.2, devendo-se ainda ser observada a previsão do item 5.3, ambos deste instrumento.

b) A não observância das disposições previstas no item anterior ensejarão a recusa do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 15 deste instrumento, ou de eventuais responsabilidades civis, administrativas ou criminais.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O material será recebido da seguinte forma:

a.) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

b) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

9.2 No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) Após certificadas as exigências quanto ao fornecimento do objeto, nos termos previstos neste instrumento, a CONTRATANTE realizará o pagamento que será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, por ordem bancária, em consonância com o disposto no artigo 141 e dispositivos sobre pagamento da Lei 14.133/2021, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Ordem de Fornecimento poderá ser devolvida à CONTRATADA, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) De acordo com a Lei 14.133/2021, será permitido o pagamento de parte na nota fiscal.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Permitir o acesso dos representantes ou profissionais da fornecedora ao local da entrega do objeto, desde que devidamente identificados;

c) receber os produtos e atestar que esses tenham sido entregues em conformidade com as especificações e prazos estabelecidos neste instrumento;

d) Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

e) Recusar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações deste instrumento;

f) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

g) Aplicar as sanções previstas neste instrumento, assegurando à fornecedora o contraditório e a ampla defesa;

h) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela fornecedora.

13. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

a) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo A, bem como o Termo de Confidencialidade - Anexo B, deste Termo de Referência.

b) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento;

c) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a Ordem de Fornecimento, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

d) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

e) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

f) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

g) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento ao fornecimento do objeto.

h) Manter-se, durante a vigência da Nota de Empenho (90 dias, conforme item 7), em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1 O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização da nota de empenho. As ocorrências e as deficiências na entrega do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.

14.2 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.

14.3 O CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

15. DO VALOR ESTIMADO

Com base em ampla pesquisa de mercado, o valor do objeto é estimado em **R$ 21.540,85 (vinte e um mil quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos).**

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recurso financeiros para a cobertura desta despesa foram previstas no plano anual de aquisições de 2022 da Secretaria de Administração, processo SEI 09608/2021, conforme consta da última versão atualizada do referido instrumento nos termos do documento SEI 1389817.

17. DAS SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a CONTRATADA ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ordem de fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

f) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à fornecedora, ou cobrado judicialmente.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

Não há necessidade de se exigir garantia contratual.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça e ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça.

ANEXO “A” – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência da contratação e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

ANEXO "B" - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por _____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não

podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ROCHA TRIANI**, **CHEFE DE DIVISÃO - DIVISÃO DE SEGURANÇA**, em 04/10/2022, às 16:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1412243** e o código CRC **344F7D83**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 03940/2022
Assunto: Aquisição de equipamentos funcionais para a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 26/09/2022

				Empresa: Brasil Fit CNPJ: 32.487.335/0001-72			Empresa: Tatami Ponto Com Ltda (Original Tatamis) CNPJ: 14.738.425/0001-07			Empresa: Casa do Fitness - Brasília CNPJ: 18.284.203/0001-12			Plus Sport Comércio de Artigos Esportivos Eireli (SS Esportes) CNPJ: 34.386.298/0001-31			Estudo Técnico Preliminar			Cotação obtida no Banco de Preços, referente a aquisições realizadas por órgãos da Administração Pública nos últimos 180 dias			MEDIANA (A)		VALOR MÉDIO (B)		VALOR MÍNIMO (C)		% VARIAÇÃO ENTRE (B) E (C)
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor											
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim								
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	
TATAME PROFISSIONAL, FABRICADA EM EVA,	1	M²	135			-	118,71	16.025,85	16.025,85	179,00	24.165,00	24.165,00	180,90	24.421,50	24.421,50	118,71	16.025,85	16.025,85	144,91	19.562,85	19.562,85	144,91	19.562,85	148,45	20.040,21	118,71	16.025,85	25,05%
CORDA INDIVIDUAL DE PULAR DE PVC OU SIMILAR	2	UN	10			-			-	21,50	215,00	215,00	36,57	365,70	365,70	17,00	170,00	170,00	13,48	134,80	134,80	19,25	192,50	22,14	221,38	13,48	134,80	64,22%
COCHONETES DE ESPUMA PARA GINÁSTICA	3	UN	10			-			-	120,00	1.200,00	1.200,00	47,80	478,00	478,00	47,80	478,00	478,00	62,24	622,40	622,40	55,02	550,20	69,46	694,60	47,80	478,00	45,31%
HALTER DE 10 KG	4	UN	8	169,50	1.356,00	1.356,00			-	200,00	1.600,00	1.600,00			-	169,50	1.356,00	1.356,00	274,52	2.196,16	2.196,16	184,75	1.478,00	203,38	1.627,04	169,50	1.356,00	19,99%
HALTER DE 5 KG	5	UN	4	88,50	354,00	354,00			-	100,00	400,00	400,00			-	88,50	354,00	354,00	121,18	484,72	484,72	94,25	377,00	99,55	398,18	88,50	354,00	12,48%
KIT DE PEÇAS ELÁSTICAS EXTENSOR	6	UN	8	117,50	940,00	940,00			-	230,00	1.840,00	1.840,00	212,21	1.697,68	1.697,68	117,50	940,00	940,00	144,30	1.154,40	1.154,40	144,30	1.154,40	164,30	1.314,42	117,50	940,00	39,83%
RODA PARA EXERCÍCIO ABDOMINAL	7	UN	10	72,50	725,00	725,00			-	85,00	850,00	850,00	59,00	590,00	590,00	56,80	568,00	568,00	70,42	704,20	704,20	70,42	704,20	68,74	687,44	56,80	568,00	21,03%
ESCADA DE AGILIDADE TRETRO PARA TREINO FUNCIONA	8	UN	2	92,50	185,00	185,00			-	127,00	254,00	254,00	103,40	206,80	206,80	92,50	185,00	185,00	110,19	220,38	220,38	103,40	206,80	105,12	210,24	92,50	185,00	13,64%
WALL BALL DE FUNCIONAL COM 10 KG	9	UN	6	187,40	1.124,40	1.124,40			-	394,00	2.364,00	2.364,00	295,51	1.773,06	1.773,06	187,40	1.124,40	1.124,40			-	241,46	1.448,73	266,08	1.596,47	187,40	1.124,40	41,98%
WALL BALL DE FUNCIONAL COM 5 KG	10	UN	2	187,40	374,80	374,80			-	362,00	724,00	724,00	266,60	533,20	533,20	187,40	374,80	374,80			-	227,00	454,00	250,85	501,70	187,40	374,80	33,86%
VALOR TOTAL						**5.059,20**			**16.025,85**			**33.612,00**			**30.065,94**			**21.576,05**			**25.079,91**			**26.128,68**		**27.291,66**		**21.540,85**	26,70%

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado:	27.291,66	(vinte e sete mil duzentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos)
Valor mínimo total estimado:	21.540,85	(vinte e um mil quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos)
Valor mediano total estimado:	26.128,68	(vinte e seis mil cento e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

1. Trata-se de procedimento administrativo que tem por objeto a aquisição, por dispensa de licitação, de equipamentos funcionais para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

2. Após elaboração de Aviso de Dispensa Eletrônica, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica (AJU), que se manifestou por meio do Parecer AJU 1426574, opinando pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo de contratação, ressalvadas as observações dos itens 17, 18, 22 e 29 do referido opinativo.

3. Tendo em vista as recomendações expostas:

a) **aprovo** o Estudo Técnico Preliminar 1390868;

b) com relação aos itens 17 e 18, entendo que se deve aguardar o andamento do processo 09259/2022 para então alterar os procedimentos já acordados no CNJ, visto que há divergência de opiniões entre as unidades do CNJ. Tal medida visa a coerência e eficiência dos procedimentos administrativos, bem como a não paralização das atividades do CNJ, porque a estagnação da compra aguardando decisão sobre a questão prejudicaria o desempenho das atividades da Divisão de Segurança;

c) com relação ao item 29, da mesma forma, no âmbito do CNJ a adoção de cartão para pagamento de contratações por dispensa eletrônica ainda está em fase de estudo, portanto, carece de decisão e regulamentação interna, assim, para que esse fato não fosse óbice à implementação de contratações diretas com base na nova lei de licitação e contratos, optou-se por manter os procedimentos de pagamento mediante crédito em conta corrente da futura contratada, principalmente porque a Lei nº 14.133/2021 estabelece ser forma preferencial de pagamento e não exclusiva.

4. Desse modo, considerando que as recomendações da Assessoria Jurídica foram atendidas/justificadas e, com base na Portaria Diretoria-Geral nº 290/2022 (1419018), que dispõe sobre a delegação de competência à Secretaria de Administração e à Secretaria de Orçamento e Finanças do Conselho Nacional de Justiça, dentre elas, especialmente, a competência para autorizar a realização de dispensa eletrônica, conforme alínea "c", inciso IV, art. 1º do referido normativo, **autorizo** a realização da Dispensa Eletrônica com fundamento no inciso II e no § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, para aquisição de equipamentos para a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

5. À **Comissão Permanente de Contratação (CPC)**, para publicação do ato de dispensa eletrônica no portal do CNJ, bem como para demais providências subsequentes.

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 03/11/2022, às 13:41, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1431806** e o código CRC **F0A3D458**.

03940/2022 1431806v13

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 08/2022

OBJETO	Aquisição de equipamentos funcionais para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, conforme especificações do Termo de Referência.

Período de propostas até 17/11/2022 Antes da fase de lances	**Período de lances** **Início: 17/11/2022 às 08hs** **Término: 17/11/2022 às 14hs**

Valor total máximo admitido	***R$ 21.540,85 (vinte e um mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos)***
Endereço Eletrônico	**HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS e HTTPS://WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR**
Comissão Permanente de Contratação - CPC	COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC SAF/Sul, Quadra 02, lote 05/06, ed. Premium, bloco “e”, Sala 003. CEP: 70.070-600. Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013 E-mail: cpc@cnj.jus.br

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (UASG 40003) torna pública a realização da Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasNet 4.0, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio desse sistema eletrônico.

Os participantes deverão atender às condições deste Aviso e seus Anexos, inclusive quanto à manutenção do registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao

órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos funcionais para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, conforme especificações do Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN. MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Tatame profissional, fabricada em eva, medindo 1m x 1m x 40mm +3 bordas de acabamento preto, dupla face	Un.	135	118,71	16.025,85
2.	Corda individual de pular de PVC ou similar jump, 2,75m, cor preta ou verde	Un.	10	13,48	134,80
3.	Colchonetes de espuma para ginástica, d2o ou superior, medindo 102x50x3cm	Un.	10	47,80	478,00
4.	Kit de peças elásticas extensor nas intensidades leve, médio e forte, com pegador	Un.	8	117,50	940,00
5.	Roda para exercício abdominal	Un.	10	56,80	568,00
6.	Escada de agilidade tretro para treino funcional, 10 degraus, 5 m, esporte	Un.	2	92,50	185,00
7.	Halter de 10 kg emborrachado liso, sextavado na cor preta	Un.	8	169,50	1.356,00
8.	Halter de 5 kg emborrachado liso, sextavado na cor preta	Un.	4	88,50	354,00
9.	Wall ball de funcional com 10 kg em couro, com costura dupla, na cor preta.	Un.	6	187,40	1.124,40
10.	Wall ball de funcional com 5 kg em couro, com costura dupla, na cor preta.	Un.	2	187,40	374,80

2. DA PARTICIPAÇÃO DOS FORNECEDORES

2.1. Para participar, o fornecedor deverá observar os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2. Poderão participar desta dispensa eletrônica, pessoas físicas e jurídicas, desde que:

a) atendam às condições previstas neste Edital e em seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico (Comprasnet);

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema:

a) a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

d) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

f) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Não poderão participar desta contratação, pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso:

a) que não explorem atividade compatível com o objeto desta contratação;

b) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) impedidas de licitar e contratar com a União; e

e) que se enquadrem em alguma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14, incisos I a VI, da Lei n. 14.133, de 2021.

2.5. Para fins desta contratação, considerar-se-á microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.6. Para microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015.

2.7. Havendo a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, após a indicação de que atendem os requisitos do art. 3º, da Lei Complementar n. 123/2006, a elas será assegurado o tratamento diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

2.8. Serão eventualmente aplicados os critérios de desempate previstos nos arts. 44, 45 e 48, §3º, da Lei Complementar n. 123/2006.

2.9. Quando houver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas (somente aquelas que se enquadram na condição estabelecida no art. 34, da Lei n. 11.488/2007), considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar.

2.10. Não sendo apresentada proposta pela microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, nos termos deste Aviso, ou não ocorrendo a regularização fiscal na forma prevista na Lei Complementar n. 123/2006, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do item anterior, para o exercício do mesmo direito.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O fornecedor, após a abertura da sessão, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência, indicação dos serviços/produtos, marca, quando for o caso, prazo de entrega e demais características ofertadas para o atendimento do objeto, até o horário de encerramento estabelecido neste Aviso.

3.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3. A indicação do preço deverá conter o valor unitário e total do item, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo. Deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto a ser contratado.

3.4. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

3.5. As condições de fornecimento, recebimento, pagamento, obrigações, acompanhamento, bem como as penalidades estão especificadas no Termo de Referência e vinculam integralmente a proposta vencedora.

3.6. Na apresentação da proposta, a participante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de atendimento da condição de participação prevista no artigo 4º, §2º, da Lei n. 14.133/2021.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, observados o valor máximo admitido neste Aviso.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a cotação, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

a) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 1,00 (um real).

b) Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

c) Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

d) Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

e) Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrado o procedimento de envio de lances, será realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

5.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, valores unitários e ou totais superiores aos estabelecidos no item 1.1 deste Aviso.

5.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero ou manifestamente inexequíveis.

5.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências habilitatórias, o agente responsável pela condução do procedimento examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Aviso.

5.9. Será declarado vencedor o fornecedor que, atendidas as demais exigências fixadas neste Aviso, apresentar o menor valor, **observado o valor unitário máximo admitido no Item 1.1 deste Aviso**.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇAO E DE QUALIFICAÇÃO

6.1. Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. Regularidade fiscal e trabalhista

c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

j) As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g, 'h' e 'i' do item 6.2, para fins de habilitação da participante cadastrada naquele sistema.

6.3. Qualificação econômico-financeira

k) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da participante.

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos apresentados para a habilitação ou de documentos não constantes do SICAF, será solicitado ao vencedor, **no prazo de até 2 (duas) horas**, contados da solicitação do agente responsável, para o envio dos documentos por meio do sistema.

6.5. O prazo previsto no item 6.5 poderá ser prorrogado por até **1 (uma)** hora, mediante solicitação escrita e justificada da participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo agente responsável, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação, fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para receber a nota de empenho,

instrumento que substituirá o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2. O prazo de vigência dessa contratação é de 90 (noventa) dias, a contar da emissão da nota de empenho, com garantia em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo do prazo de garantia do fabricante.

8.3. Para o recebimento da nota de empenho, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da nota de empenho.

8.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta)** dias corridos, sem convocação para recebimento da nota empenho, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

9.2. As penalidades serão aplicadas nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2022
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de equipamentos funcionais para Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, conforme especificações e quantidades previstas no item 1.2 deste instrumento.

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN. MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Tatame profissional, fabricada em eva, medindo 1m x 1m x 40mm +3 bordas de acabamento preto, dupla face	Un.	135	118,71	16.025,85
2.	Corda individual de pular de PVC ou similar jump, 2,75m, cor preta ou verde	Un.	10	13,48	134,80
3.	Colchonetes de espuma para ginástica, d2o ou superior, medindo 102x50x3cm	Un.	10	47,80	478,00
4.	Kit de peças elásticas extensor nas intensidades leve, médio e forte, com pegador	Un.	8	117,50	940,00
5.	Roda para exercício abdominal	Un.	10	56,80	568,00
6.	Escada de agilidade tretro para treino funcional, 10 degraus, 5 m, esporte	Un.	2	92,50	185,00
7.	Halter de 10 kg emborrachado liso, sextavado na cor preta	Un.	8	169,50	1.356,00
8.	Halter de 5 kg emborrachado liso, sextavado na cor preta	Un.	4	88,50	354,00
9.	Wall ball de funcional com 10 kg em couro, com costura dupla, na cor preta.	Un.	6	187,40	1.124,40
10.	Wall ball de funcional com 5 kg em couro, com costura dupla, na cor preta.	Un.	2	187,40	374,80

1.3. DO PARCELAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO

A aquisição será realizada por itens, conforme consta da tabela do item 1.2 deste Termo de Referência.

1.4. DA NATUREZA DO OBJETO

Os bens objeto da pretensa aquisição são de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, e são de natureza não continuada, devendo ser fornecidos uma única vez, não havendo, portanto, previsão de fornecimento permanente.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição justifica-se em razão da necessidade de se aparelhar a Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário, propiciando melhores condições para seu funcionamento, uma vez que, com o advento da criação da Polícia Judicial, os servidores desta especialidade precisarão passar pelo ciclo de capacitação completo, ou seja, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências, que são de caráter permanente, tudo conforme a Resolução CNJ 192, que Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

O presente instrumento teve como base para sua elaboração os Estudos Técnicos Preliminares sob o nº de Doc. SEI 1390868.

3. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A pretensa aquisição poderá se realizar por dispensa de licitação em razão do seu valor, nos termos do artigo 75, inciso II, da lei nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

a) Em razão de sua natureza, os equipamentos a serem adquiridos não demandam metodologias ou tecnologias especificas para sua implementação;

b) Os equipamentos a serem adquiridos também não demandam serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva ou adaptativa;

c) Espera-se que, em razão da natureza do objeto, e a depender da frequência e modo de sua utilização, os bens a serem adquiridos ultrapassem um ciclo de vida superior a dois exercícios financeiros.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Sujeição às normas técnicas e legais

A Fornecedora deverá observar, quanto aos equipamentos a serem fornecidos, as disposições do artigo 6º, incisos I a III, da Lei 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

5.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Devem ser observadas as regras atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a resolução 400/2021 do CNJ.

A Fornecedora também deverá observar, no que cabível, o código de conduta dos Fornecedores de bens e serviços do CNJ.

5.3. Requisitos de qualidade

a) Deverão ser fornecidos produtos de qualidade, reservando-se o CNJ a recusar o recebimento daqueles que se mostrarem impróprios ao uso ou que ofereçam riscos à saúde e segurança dos servidores que utilizarão os equipamentos, devendo a fornecedora observar as diretrizes estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, em especial o disposto no artigo 8º e seguintes do referido diploma normativo.

b) A aferição quanto ao cumprimento ou não dos requisitos da aquisição se baseará nas especificações contidas no item 1.2 deste instrumento, de modo que a Fornecedora deverá fornecer os produtos que se enquadrem nas referidas especificações, sendo rejeitados aqueles que não estejam de acordo com o previsto;

c) Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer a um nível básico de padronização, de modo que não serão aceitos, dentro de uma mesma categoria de itens, o fornecimento de produtos de marcas diversas e tamanhos diferentes uns dos outros, resguardando-se a contratante ao direito de recusar os itens que estiverem em desacordo com a presente previsão;

d) A contratante reserva-se ainda ao direito de recusar os itens que apresentarem defeitos visíveis que comprometam a qualidade e a estética dos bens, considerando inadequados ao uso itens amassados, arranhados, rasgados, com problemas de pintura, dentre outros vícios aparentes de natureza semelhante e inerentes à estrutura de cada produto. A presente previsão não afasta a responsabilidade da Fornecedora por eventuais vícios redibitórios, observadas as disposições do Código Civil Brasileiro de 2002 quanto ao tema.

e) A Fornecedora deverá informar, no ato de entrega dos bens, suas respectivas assistências técnicas, preferencialmente aquelas localizadas em Brasília - DF.

6. DA EXECUÇÃO

6.1. Do local e do horário da execução dos serviços ou do fornecimento

a) A entrega poderá ocorrer nos seguintes endereços:

a) SEPN – AV. W3 Norte, Quadra 514, Lote 07, Bloco B, Sala 202 – 2º andar. Brasília – DF, CEP: 70.760-542, ou,

b) SAF/SUL, Quadra 02, lotes 5/6, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-600.

O endereço de entrega será informado expressamente quando da emissão da nota de empenho, no horário de funcionamento do CNJ, das 12:00h às 19:00h, de segunda a sexta-feira.

6.2. Da Ordem de Execução

Após o recebimento da nota de empenho, a fornecedora estará autorizada a entregar os equipamentos adquiridos.

6.3. Do prazo ou do cronograma de execução.

Após o recebimento da nota de empenho mencionada no item 6.2, a fornecedora terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega dos equipamentos.

6.4. Da garantia ou assistência técnica.

Oferecer garantia contra defeitos de fabricação ou outros vícios que se verifiquem nos produtos e que os tornem impróprios para o uso, observadas especialmente as exigências contidas no item 5.3 e na alínea "e" do item 13 deste Termo de Referência.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente aquisição terá a vigência de 90 (noventa) dias, a contar da emissão da Nota de Empenho, 1.1, com garantia em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo do prazo de garantia do fabricante.

8. DA HABILITAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO

8.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

a) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado

de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

8.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (ART. 67)

Não se aplica

8.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da participante.

9. DO CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

a) A proposta levará em consideração os critérios de requisitos mínimos listados nas especificações do objeto, conforme contido no quadro demonstrativo do item 1.2, devendo-se ainda ser observada a previsão do item 5.3, ambos deste Termo de Referência.

b) A não observância das disposições previstas no item anterior ensejará a recusa do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 15 deste Termo de Referência, ou de eventuais responsabilidades civis, administrativas ou criminais.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 O material será recebido da seguinte forma:

a.) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

b) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

10.2 No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a fornecedora deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) Após certificadas as exigências quanto ao fornecimento do objeto, nos termos previstos neste Termo de Referência, a Contratante realizará o pagamento mediante crédito em conta corrente da Fornecedora, no prazo de até 30 (trinta) dias, por ordem bancária, em consonância com o disposto no artigo 141 e dispositivos sobre pagamento da Lei n. 14.133/2021, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Fornecedora.

b) A nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho poderá ser devolvida à Fornecedora, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) De acordo com a Lei 14.133/2021, será permitido o pagamento de parte na nota fiscal.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Permitir o acesso dos representantes ou profissionais da fornecedora ao local da entrega do objeto, desde que devidamente identificados;

c) receber os produtos e atestar que esses tenham sido entregues em conformidade com as especificações e prazos estabelecidos neste instrumento;

d) Comunicar à fornecedora todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

e) Recusar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações deste instrumento;

f) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

g) Aplicar as sanções previstas neste instrumento, assegurando à fornecedora o contraditório e a ampla defesa;

h) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela fornecedora.

13. OBRIGACÕES DA FORNECEDORA

a) Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo A, bem como o Termo de Confidencialidade - Anexo B, deste Termo de Referência.

b) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da nota de empenho;

c) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação;

d) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

e) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

f) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

g) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento ao fornecimento do objeto.

h) Manter-se, durante a vigência da Nota de Empenho, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização da nota de empenho. As ocorrências e as deficiências na entrega do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.2 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Fornecedora, no que concerne à execução do objeto.

14.3 A Fornecedora será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do fornecimento, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

15. DO VALOR ESTIMADO

Com base em pesquisa de mercado, o valor do objeto é estimado em **R$ 21.540,85 (vinte e um mil quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos)**.

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta despesa foram previstos no plano anual de aquisições de 2022 da Secretaria de Administração, processo SEI 09608/2021, conforme consta da última versão atualizada do referido instrumento, nos termos do documento SEI 1389817.

17. DAS SANÇÕES

Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a Fornecedora ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (três por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da nota de empenho e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

f) as sanções previstas nas alíneas "a", “c” e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

g) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à fornecedora, ou cobrado judicialmente.

18. GARANTIA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO

Não se aplica.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça, ANEXO B: Termo de Confidencialidade das informações do Conselho Nacional de Justiça.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2022

ANEXO “A” DO TERMO DE REFERÊNCIA – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2022

ANEXO "B" DO TERMO DE REFERÊNCIA- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____ inscrita no CNPJ no _____, nesse ato representada por _____ , inscrita (o) no CPF no _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo CNJ, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do CNJ, comprometendo-se a CONTRATADA a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas. CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo CNJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do CNJ deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos. CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no CNJ. CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a informar ao CNJ imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes. CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira. CLÁUSULA SEXTA – As

obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A CONTRATADA e o CNJ. CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas. CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte. CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, em papel timbrado da CONTRATADA, conforme modelo anexo. CLAUSÚLA DEZ – A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE e da DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas. Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. _____ CONTRATADA _____ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - Dispensa 08/2022				
	Valor Total		Economia	
	Estimado	Adjudicado	R$	%
ITEM 3	478,00	462,80	15,20	3,18
ITEM 4	940,00	815,68	124,32	13,23
ITEM 5	568,00	510,00	58,00	10,21
ITEM 6	185,00	170,00	15,00	8,11
ITEM 7	1.356,00	1.347,92	8,08	0,60
ITEM 9	1.124,40	1.080,00	44,40	3,95
ITEM 10	374,80	368,00	6,80	1,81
Total	5.026,20	4.754,40	271,80	5,41

Data e hora da consulta: 01/12/2022 14:36
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	395	2022PE000323

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40105	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
30/11/2022	Ordinário	03940/2022	-	1.958,48

Favorecido

Código	Nome
37.685.672/0001-98	RCK SOLUCOES E NEGOCIOS EIRELI

Endereço	CEP
ARMANDO SALLES DE OLIVE 663 SALA 12 PARQUE SUZANO	08673-000

Município	UF	Telefone
SUZANO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

03940/2022. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FUNCIONAIS PARA A ACADEMIA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO.
CONFORME DESPACHOS 14466397/SAD E 1447580/DISE E RELATÓRIO 1444932/CPC.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/12/2022 11:00:54	Alteração

Data e hora da consulta: 01/12/2022 14:36
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	1.958,48

Subelemento 14 - MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FUNCIONAIS PARA A ACADEMIA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO. ITEM 3 DO DESPACHO 1447580/DISE ¿ COLCHONETES DE ESPUMA PARA GINÁSTICA, D2O OU SUPERIOR, MEDINDO 102X50X3CM. DEMAIS CONDIÇÕES PAMS 1328542/DISE.	462,80

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/11/2022	Inclusão	10,00000	46,2800	462,80

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	ITEM 4 DO DESPACHO 1447580/DISE - KIT DE PEÇAS ELÁSTICAS EXTENSOR NAS INTENSIDADES LEVE, MÉDIO E FORTE, COM PEGADOR. DEMAIS CONDIÇÕES PAMS 1328542/DISE.	815,68

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/11/2022	Inclusão	8,00000	101,9600	815,68

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	ITEM 5 DO DESPACHO 1447580/DISE - RODA PARA EXERCÍCIO ABDOMINAL. DEMAIS CONDIÇÕES PAMS 1328542/DISE.	510,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/11/2022	Inclusão	10,00000	51,0000	510,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	ITEM 6 DO DESPACHO 1447580/DISE ¿ ESCADA DE AGILIDADE TRETRO PARA TREINO FUNCIONAL, 10 DEGRAUS. DEMAIS CONDIÇÕES PAMS 1328542/DISE.	170,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/11/2022	Inclusão	2,00000	85,0000	170,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
01/12/2022 11:00:54

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/12/2022 11:00:54	Alteração

Data e hora da consulta: 01/12/2022 14:36
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Assinaturas

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
30/11/2022 18:44:17

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/12/2022 11:00:54	Alteração

Dispensa de Licitação



Contratação de empresa especializada de assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica, para acesso online.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD - dispensado, nos termos da IN CNJ nº 82/2020

Estudo Preliminares 03

PAMS 08

Mapa Comparativo de Preços 12

Declaração de Dispensa de Licitação..... 13

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 15

Nota de Empenho 16

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

A Secretaria de Comunicação Social, que tem como missão tornar públicos atos e ações do Conselho Nacional de Justiça, desenvolve diversas ações de divulgação institucional, com o fim de facilitar o conhecimento e o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pelo Poder Judiciário. Além disso, possui crescente demanda pela realização de eventos institucionais, por solicitação da presidência e demais setores.

É necessário o acesso on-line (24 horas) a jornais e revistas, incluindo fornecimento de senhas nominais de acesso individualizado ao conteúdo on-line de todos os periódicos que contemplam tal funcionalidade, na rede mundial de computadores, por meio de microcomputadores e dispositivos móveis, como tablets e telefones celulares, em todas as tecnologias fornecidas pelo mercado, como, por exemplo, Windows, IOS e Android.

A contratação pretendida deverá considerar 26 assinaturas, sendo 2 (duas) assinaturas de cada um dos 13 (treze) periódicos, para acesso da Secretaria de Comunicação e da Coordenadoria de Imprensa, sendo que os logins e as senhas serão atrelados ao órgão contratante (CNJ). Essa quantidade é necessária diante da relevância do acompanhamento constante e instantâneo de notícias de interesse deste Conselho.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

São partes interessadas: sociedade, órgãos do Poder Judiciário, unidades orgânicas do CNJ e servidores.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda está em conformidade com a Portaria nº 104/2020, que institui o Planejamento Estratégico do CNJ 2021 a 2026. Nos termos do art. 2º, inciso II, da Portaria 104/2020, há os componentes da estratégia do CNJ:

- Visão de futuro: "Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir a eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira";

- Valores: "Integração, busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade";

Nos termos do art. 3º, inciso IV, a contratação está em consonância com os objetivos estratégicos (2021 – 2026) "promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica".

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A contratação de empresa especializada na distribuição de jornais e revistas em versão eletrônica para acesso on-line justifica-se pela necessidade de levar à Secretaria de Comunicação Social informações sobre acontecimentos gerais e diários no Brasil e no mundo, especialmente os relacionados à Justiça, em todo o país, por meio de acesso on-line aos jornais e revistas, facilitando o acesso à programação de notícias e de canais institucionais.

A escolha de jornais e revistas on-line a serem adquiridos seguem dois critérios básicos. O primeiro critério é o escopo das publicações. Em sua atividade finalística, o CNJ tem que ter material rápido e de qualidade para produzir matérias, principalmente com relação ao judiciário. O segundo critério pertinente é o interesse do CNJ em conhecer o impacto de suas ações sobre a mídia. Difundir as principais notícias em tempo real é uma das atribuições do CNJ, motivo pelo qual se afigura essencial acompanhar a cobertura jornalística de atos e casos que ocorrem no Brasil e no exterior. Nesta linha, entende-se pertinente monitorar o conteúdo de publicações dos diversos periódicos.

Com base nestas orientações, os periódicos foram elencados. Nesse contexto, os jornais e periódicos surgem como fonte confiável, que supre satisfatoriamente a necessidade da instrumentalização racional e tempestiva de informações, ferramenta essencial ao bom desempenho do trabalho do CNJ.

A contratação pretendida deverá considerar 26 assinaturas, sendo 2 (duas) assinaturas de cada um dos 13 (treze) periódicos para acesso da Secretaria de Comunicação e da Coordenadoria de Imprensa, sendo que os logins e senhas serão atrelados ao órgão contratante (CNJ).

A função da Secretaria de Comunicação é planejar, gerenciar e executar projetos e ações de comunicação junto aos diversos públicos. Gerenciar as relações entre os veículos de comunicação; coordenar os processos de produção da informação jornalística; gerenciar processos de comunicação institucional, interna e externa; planejar, executar e controlar as ações de marketing e as campanhas publicitárias do CNJ; organizar e acompanhar a realização de eventos promovidos pelo governo; entre outras funções.

Já a função da Coordenadoria de Imprensa é coordenar as atividades da assessoria de imprensa; redigir e aprovar textos, atualizar os diferentes canais de comunicação da empresa (mural, sites e comunicados internos); responder pela organização de eventos internos; organizar e conduzir treinamentos; realizar atendimentos; promover campanhas internas; editar revistas institucionais; elaborar peças de comunicação para campanhas ou ações programadas; contribuir na formulação da estratégia e dos planos de trabalho de comunicação; coordenar a redação e a edição de notícias, websites e demais mídias; organizar eventos; gerenciar a produção de materiais gráficos; atuar no apoio à organização de congressos e outros eventos técnicos; desenvolver outras atividades complementares, relacionadas às diversas áreas da

comunicação; desenvolver materiais de comunicação, como folhetos, relatórios de atividades, boletins; atender demandas internas de comunicação, como apresentações, comunicados e conteúdos; desenvolver e manter uma plataforma virtual de interação entre os diversos públicos; responder pelos processos operacionais relacionados às atividades de sua área, incluindo a relação com os fornecedores.

Tendo em vista a diversidade de funções, torna-se essencial a contratação de duas assinaturas de cada periódico para que todo o trabalho de comunicação seja bem desenvolvido no CNJ.

Assim, o quantitativo estimado visa atender à demanda dos setores da Secretaria de Comunicação Social do CNJ, afim de produzir notícias sobre a atuação do órgão e do noticiário nacional e internacional.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratação semelhante por meio do Processo: 01136/2021, Nota de Empenho 197/2021. Fornecedor contratado: Seiselles Distribuição e Logística Eireli, com vigência de 12 meses, com início de 24/05/20201, data de disponibilização do login, e vencimento em 23/05/2022.

O histórico de execução contratual consta nos autos do Processo SEI nº 01136/2021 e processos relacionados referentes aos pagamentos com as notas fiscais e demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços. Ressalte-se que os serviços foram prestados de acordo com o solicitado e nos termos do Contrato em comento. Não há registros de sanções aplicadas à empresa pelo Conselho.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Opções Identificadas		Especificação do produto/serviço
1ª	Contratação de serviço de acesso on-line de jornais e revistas	Verifica-se a necessidade de identificar fornecedores disponíveis no mercado, capazes de atender aos requisitos desta demanda.
2ª	Acesso aos conteúdos de acesso público	Sem a opção de contratação de prestação de serviços de acesso on-line de jornais e revistas, a alternativa é ter acesso somente aos conteúdos de acesso público que constam nos sites dos jornais e revistas a serem contratados.
3ª	Contratação de periódicos de forma física (jornais e revistas impressos)	Outra opção é a contratação para fornecimento de periódicos de forma física (jornais e revistas impressos). Por ser uma opção impressa em papel, causa prejuízo ao cumprimento de metas de sustentabilidade deste Conselho, tendo em vista o elencado no anexo II da Resolução 201/2015, que prevê: "*Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas*".

No que se refere à solução nº 1 foram obtidas as seguintes contratações:

	Órgão (indicar contrato)	**Descrição da Solução**
1ª	Edital nº 17/2019 - Conselho Nacional do Ministério Público - contrato 17-2019	Contratação de serviços de entrega de revistas e jornais impressos e disponibilização de senhas de acesso on-line.
2ª	Contrato 015/2020 - Superior Tribunal de Justiça	Fornecimento, com distribuição diária, semanal ou mensal, de jornais e revistas impressos e de senhas para acesso on-line, por meio de assinatura anual.
3ª	Pregão Eletrônico nº 68/2021 - Senado Federal- Contrato 70-2021	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de assinaturas eletrônicas anuais, para acesso digital irrestrito aos veículos de comunicação relacionados na Cláusula Quarta do presente contrato, para o Senado Federal, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

3.3 Adequação do ambiente

O CNJ já realizou contratação semelhante; dessa forma, não será necessário fazer adequações ao ambiente.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Opção	**Órgão (indicar contrato)**	**Descrição da solução**	**Valor contrato**	Empresa Contratada
	Conselho	Contratação de serviços de entrega de revistas e jornais impressos e	R$ 11.199,64 (onze mil cento	Eldex Distribuidora

1ª	Nacional do Ministério Público - Contrato 17/2019	disponibilização de senhas de acesso on-line.	e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos)	de Jornais e Revistas LTDA
1ª	Superior Tribunal de Justiça - Contrato 015/2020	Fornecimento, com distribuição diária, semanal ou mensal, de jornais e revistas impressos e de senhas para acesso on-line, por meio de assinatura anual.	R$ 168.609,49 (cento e sessenta e oito mil seiscentos e nove reais e quarenta e nove centavos)	Fachineli Comunicação LTDA
1ª	Senado Federal - Contrato 70/2021	Contratação para fornecimento de assinaturas eletrônicas para acesso digitais irrestrito aos veículos de comunicação relacionados na Cláusula Quarta deste contrato, com autorização para acessar por meio de internet as notícias de interesse do Senado Federal e dos Senadores	R$ 142.519,32 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e dezenove reais e trinta e dois centavos)*	JM TORRES Jornais e Revistas LTDA
1ª	Conselho Nacional de Justiça Nota de empenho 197/2021	Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica, para acesso on-line.	R$ 5.899,00 (cinco mil oitocentos e noventa e nove reais)*	Seiselles Distribuição e Logística Eireli
1ª		Cotação direta com a empresa JM Torres Jornais e Revistas Ltda	R$ 9.720,00	JM TORRES Jornais e Revistas LTDA
1ª		Cotação direta com a empresa Seiselles distribuição e logística Eirele	R$ 8.448,00	Seiselles Distribuição e Logística Eireli
Valor médio estimado			**R$ 8.816,66 (oito mil oitocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)**	
*Optou-se por não considerar os valores dos contratos do Senado Federal e do Superior Tribunal de Justiça na aferição do valor médio, tendo em vista que esses contratos prevêem um número de assinaturas individuais muito maior do que o que será contratado pelo CNJ.				

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A seleção da solução tem como justificativa apresentar a alternativa mais vantajosa para o Conselho Nacional de Justiça e a proposta mais adequada, em termos de disponibilizar os conteúdos produzidos pelos periódicos on-line.

O objeto escolhido é a contratação de empresa especializada no fornecimento de jornais, revistas, periódicos nacionais e internacionais, devendo fornecer as senhas de acesso on-line, via internet, bem como fornecer a versão eletrônica dos jornais, e o fornecimento de senhas de acesso on-line por tablet, serviço considerado essencial para o desenvolvimento das atividades administrativas da Secretaria de Comunicação Social.

O serviço deve prever os seguintes periódicos: jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, O Globo, Correio Braziliense e Valor Econômico, e as revistas Isto É, Veja, Piauí, Carta Capital, Jota, Antagonista e Crusoé.

Todos os periódicos indicados devem estar disponíveis para acesso, uma vez que são essenciais e contêm matérias jornalísticas, entrevistas, notas nacionais e internacionais, com informações analisadas e comentadas, sobretudo, do Poder Judiciário, temas relacionados à política, economia, tecnologia, meio ambiente, saúde e cultura, entre outros conteúdos noticiosos, que atualizam a equipe de comunicação da SCS, para melhor planejamento, desenvolvimento e monitoramento das atividades de competência da SCS.

Detalhamento do objeto:

O objeto será dividido em 12 (doze) itens, que deverão ser agrupados. O ideal é que a contratação seja executada em sua integralidade por uma única empresa.

Itens	Jornais/Revistas acesso on-line	Quantidade de assinaturas
1	Folha de São Paulo	2
2	O Estado de São Paulo	2
3	O Globo	2
4	Correio Braziliense	2
5	Valor Econômico	2
6	Revista Isto É	2
7	Revista Veja	2
8	Revista Piauí	2
9	Revista Carta Capital	2
10	Revista Jota	2
11	Revista Antagonista	2
12	Revista Crusoé	2

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A metodologia utilizada para a escolha do formato da contratação e da quantidade escolhida foi fundamentada com base em pesquisa de mercado e contratações similares de outros órgãos públicos, de maneira adequada às necessidades do CNJ.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Os itens que compõem o objeto deste estudo preliminar foram agrupados, tendo em vista a similaridade de suas características e a necessidade de padronização dos materiais.

A adjudicação por itens não se mostra viável, uma vez que seria necessário acompanhar cada item separadamente, o que consumiria maior volume de trabalho e tornaria essa alternativa menos vantajosa, em termos de economia e de eficiência para a Administração. Do ponto de vista econômico, acredita-se que o agrupamento proporcionará a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que será possível a ocorrência da economia de escala, que, aplicada ao fornecimento de um grupo de assinaturas on-line, implicará numa redução de preços ofertados. Salienta-se que tal justificativa econômica só é possível por tratar-se de objetos afins.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A contratação tem como objetivo garantir a ampla divulgação das informações do CNJ, utilizando a produção e a distribuição de conteúdo dos periódicos on-line, no sentido de informar e de divulgar toda matéria relevante para o Conselho Nacional de Justiça.

Sustentabilidade ambiental:

A contratação de serviço online evita o desperdício de papel e está conforme a Resolução/CNJ nº 201/2015.

Economicidade, eficácia, efetividade

A contratação trará vários benefícios:

a) propiciará à Secretaria de Comunicação Social maior segurança e efetividade no exercício de suas atividades institucionais, com acesso exclusivos de matérias nacionais e, também, internacionais, importantes para a tomada de decisões e ações estratégicas do CNJ;

b) permitirá, ainda, maior facilidade no monitoramento permanente de inúmeras informações indispensáveis ao CNJ, que são veiculadas com precisão e significativa antecedência em relação aos vários outros meios de comunicação.

c) programação em tempo integral, a transmissão de tecnologia digital, cobertura em tempo real de notícias em todo o mundo e variedade de programas informativos.

d) A economicidade a ser obtida pela Administração, por meio de contratação de empresas especializadas na prestação dos serviços em questão, somente poderá ser obtida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo. Mediante tal critério e/ou parâmetro necessário, a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pelas empresas, cuja escolha recairá naquela que cotar o menor preço total.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A contratação desse serviço foi elaborado de acordo com o *Manual de Gerenciamento de Riscos do CNJ*, o qual estabelece critérios de gerenciamento de risco dessa aquisição quando: a empresa contratada falhar com a execução, implicando inexecução parcial ou total, prevendo a rescisão contratual, bem como quando houve o caso de empresa inabilitada, cuja ação de mitigação será a contratação de nova empresa conforme ordem de classificação.

RISCO 1:	Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Dificuldade de acesso aos sites de jornais e revistas por meio do login e senha fornecido	Médio
Alta	2	Empresa não presta serviços a contento da Administração	Médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Comunicação com a empresa para possível suporte técnico ou envio de nova senha para acesso on-line aos periódicos de jornais e revistas.		Gestor do contrato
2	Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual		Gestor do contrato
RISCO 2:	Empresa contratada inabilitada, com irregularidade fiscal		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Alta	1	Rescisão da contratação	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Convocação da próxima empresa na ordem de classificação para cumprimento do contrato		Comissão Permanente de Licitação

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Sem a opção de contratação de prestação de serviços de acesso on-line de jornais e revistas, a alternativa é ter acesso somente aos conteúdos de acesso público que constam nos sites dos jornais e revistas a serem contratados; conteúdo insuficiente para a produção de matérias de qualidade para esse Conselho.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, em conformidade com a Lei 8.666/93.

O objeto em questão não é de natureza continuada, tendo em vista que a interrupção no seu fornecimento não compromete a continuidade das atividades e o cumprimento da missão institucional do CNJ.

A contratação dos serviços poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93. O valor da contratação não ultrapassa R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Diante das informações trazidas nestes Estudos Preliminares, conclui-se pela necessidade de contratação de prestação de serviços de acesso on-line de jornais e revistas, que será por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24 da Lei n. 8.666/93.

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Juliana Mendes Gonzaga Neiva	juliana.neiva@cnj.jus.br	5472	SCS
Lucas Oliveira da Rocha Pinto	lucas.rocha@cnj.jus.br	5470	SCS
Kristien de Godoi Roepke	kristien.roepke@cnj.jus.br	5484	SCS
Claudio Henrique Pereira	claudio.pereira@cnj.jus.br	5482	SCS

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 07/02/2022, às 12:48, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1250892** e o código CRC **DF5AFDE0**.

00931/2022 1250892v16

Criado por LUCAS.ROCHA, versão 16 por LUCAS.ROCHA em 03/02/2022 15:27:10.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:**

Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica, para acesso on-line.

2. **Descrição dos serviços:**

2.1 Os periódicos fornecidos serão:

a) Jornal: publicação diária, com notícias sobre o cenário político nacional e internacional, informações sobre economia, agricultura e todos os ramos possíveis de conhecimento, entrevistas, comentários, gazeta, periódicos, dentre outros;

b) Revistas: publicação periódica, destinada ao grande público ou a um público específico, que reúne, em geral, matérias jornalísticas, esportivas, econômicas, informações culturais, dentre outras;

2.2 A Contratada, após a assinatura do contrato, deverá iniciar o fornecimento do objeto, em até três dias úteis a contar da data de recebimento da solicitação enviada pela unidade gestora, conforme quantidades e especificações no quadro especificado logo abaixo;

2.3 As senhas de acessos *on-line* para as versões digitais deverão ser disponibilizadas ao Contratante conforme quantidades e especificações do item, em até três dias úteis a contar da data de recebimento da solicitação enviada pelo gestor do contrato;

2.4 O serviço objeto deste PAMS compreende o fornecimento de acesso à versão eletrônica dos jornais e revistas on-line, conforme tabela a seguir:

Jornais e Revistas eletrônicos

Itens	**Jornais/Revistas acesso on-line**	**Quantidade de assinaturas**
1	Folha de São Paulo	2
2	O Estado de São Paulo	2
3	O Globo	2
4	Correio Braziliense	2
5	Valor Econômico	2
6	Revista Isto É	2
7	Revista Veja	2
8	Revista Piauí	2
9	Revista Carta Capital	2
10	Revista Jota	2
11	Revista Antagonista	2

12	Revista Crusoé	2

2.5 O quantitativo apresentado na tabela acima representa a demanda atual do Conselho e servirá de subsídio à empresa na formulação da proposta. Será necessária a contratação de 2 (duas) assinaturas de cada periódico, uma para a Secretaria de Comunicação e outra para a Coordenadoria de Imprensa, pois cada divisão precisa de informações instantâneas para a produção de matérias de qualidade, consubstanciadas pelas notícias e temas de interesse para o CNJ.

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

O contrato terá um prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da disponibilização do login e senha ao CNJ.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor contratado.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Executar todos os serviços de acordo com as especificações contidas neste PAMS;

b) Fornecer o objeto, observada a quantidade contratada, conforme item 2.4;

c) Fornecer login e senha distintas, para uso da Secretaria de Comunicação Social, conforme quantidades especificadas no item 2.4;

d) Responsabilizar-se pelo fornecimento das senhas de acessos às versões digitais, bem como providenciar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação, a resolução de quaisquer defeitos ou irregularidades que possam impedir ou dificultar o acesso dos leitores;

e) Comunicar, imediatamente, ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato que possa prejudicar a execução do objeto contratado, sob pena de desconsideração do fato em eventual justificativa de descumprimento contratual e de responsabilização da CONTRATADA por qualquer dano decorrente do atraso ou da falta de comunicação;

f) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

g) Manter compatibilidade com as obrigações assumidas e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Conselho Nacional de Justiça, durante todo o período de vigência do contrato;

h) Manter junto à Contratante contato direto com pelo menos 1 (um) representante da empresa, 1 (um) número de telefone fixo, 1 (um) endereço de correio eletrônico (e-mail), atualizados para atendimento às solicitações de serviços;

i) Apresentar Nota Fiscal dos serviços executados - quadro resumo dos serviços prestados, com as respectivas datas, especificações, quantidades e valores;

j) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Contratante;

l) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços;

m) Manter sigilo sobre eventuais informações a respeito do CNJ de que venha tomar conhecimento por ocasião da prestação do serviço;

n) Manter-se, durante toda e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, sob pena de rescisão do instrumento;

o) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.

b) Efetuar pagamentos pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.

c) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

d) Documentar quaisquer ocorrências havidas.

e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

a) O objeto deste Projeto Básico será recebido definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis mediante atesto da Nota Fiscal, após a conclusão dos serviços e desde que não haja pendências a serem sanadas.
b) Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.
c) O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA

9. Forma de Pagamento:

a. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea "b.1", com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no refazimento do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.5";

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e "c" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

11. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 21/02/2022, às 17:09, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1260929** e o código CRC **91280F37**.

00931/2022 1260929v5

Criado por LUCAS.ROCHA, versão 5 por LUCAS.ROCHA em 16/02/2022 12:24:54.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 00931/2022
Assunto: assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica
Servidor: Winston
Data: 19/04/2022

				Empresa: Seiselles Distribuição e Logística Eireli CNPJ: 10.445.514/0001/04			Empresa: ELDEX DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA ME CNPJ: 10.719.671/0001-60			Empresa: RICCI DIÁRIOS PUBLICAÇÕES E AGENCIAMENTO LTDA - EPP CNPJ: 06.880.466/0001-05			VALOR MÍNIMO (B)		ESTUDOS PRELIMINARES - VALOR MÉDIO ESTIMADO GLOBAL - R$ 8.616,66
				Valor			Valor			Valor					
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim			
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	
Folha de São Paulo	1	UN	2	230,00	460,00	460,00	261,50	523,00	523,00	1.017,00	2.034,00	2.034,00	230,00	460,00	
O Estado de São Paulo	2	UN	2	240,00	480,00	480,00	261,50	523,00	523,00	477,60	955,20	955,20	240,00	480,00	
O Globo	3	UN	2	230,00	460,00	460,00	237,50	475,00	475,00	453,80	907,60	907,60	230,00	460,00	
Correio Braziliense	4	UN	2	230,00	460,00	460,00	238,50	477,00	477,00	240,00	480,00	480,00	230,00	460,00	
Valor Econômico	5	UN	2	250,00	500,00	500,00	298,50	597,00	597,00	477,60	955,20	955,20	250,00	500,00	
Revista Isto É	6	UN	2	270,00	540,00	540,00	284,50	569,00	569,00	692,00	1.384,00	1.384,00	270,00	540,00	
Revista Veja	7	UN	2	179,00	358,00	358,00	180,00	360,00	360,00	477,00	954,00	954,00	179,00	358,00	
Revista Piauí	8	UN	2	287,00	574,00	574,00	299,50	599,00	599,00	453,60	907,20	907,20	287,00	574,00	
Revista Carta Capital	9	UN	2	200,00	400,00	400,00	202,00	404,00	404,00	357,60	715,20	715,20	200,00	400,00	
Revista Jota	10	UN	2	220,00	440,00	440,00	254,50	509,00	509,00	477,60	955,20	955,20	220,00	440,00	
Revista Antagonista	11	UN	2	154,00	308,00	308,00	155,00	310,00	310,00	237,60	475,20	475,20	154,00	308,00	
Revista Crusoé	12	UN	2	154,00	308,00	308,00	155,00	310,00	310,00	309,60	619,20	619,20	154,00	308,00	
VALOR TOTAL						**5.288,00**			**5.656,00**			**11.342,00**		**5.288,00**	

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor mínimo total estimado: 5.288,00 (cinco mil e duzentos e oitenta e oito reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica, para acesso on-line.

Aprovados os Estudos Preliminares (1250892) e o PAMS - Contratação de Serviços (1260929), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1301075), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1302982), documento este que **aprovo** nesta oportunidade. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1316351, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa SEISELLES DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT 1304595) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1305396). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa SEISELLES DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1316785.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD 1316788, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa SEISELLES DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI, inscrita no **CNPJ sob o n. 10.445.514/0001-04** no valor de **R$ 5.288,00 (cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais)**, com vistas à contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica, para acesso on-line.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e para a Seção de Gestão de Contratos, para elaboração do Contrato, publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ e demais providências subsequentes. **Ressalto que o atual Contrato encerra-se no dia 23/5/2022.**

Respeitosamente,

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 11/05/2022, às 16:16, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1316863** e o código CRC **D93DE70A**.

00931/2022 1316863v3

Criado por ANA.COSTA, versão 3 por ANA.COSTA em 11/05/2022 15:14:39.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1316863, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 5.288,00 (cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais), e **autorizo** a contratação da empresa SEISELLES DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI, CNPJ nº 10.445.514/0001-04, com vistas à contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica, para acesso on-line.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, bem como para demais providências subsequentes.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 12/05/2022, às 14:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1317895** e o código CRC **FE2B9B5E**.

00931/2022 1317895v3

Criado por SHEILA.FERREIRA, versão 3 por JOSE.BRAGA em 12/05/2022 13:34:18.

Data e hora da consulta: 16/05/2022 14:51
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	231	2022PE000195

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
12/05/2022	Ordinário	00931/2022	-	5.288,00

Favorecido

Código	Nome
10.445.514/0001-04	SEISELLES DISTRIBUICAO E LOGISTICA EIRELI

Endereço	CEP
CLS 415 BLOCO A SN LOJA 22 PARTE A1 ASA SUL	70298-510

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	61 3321-5533

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

00931/2022. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE JORNAIS E REVISTAS EM VERSÃO ELETRÔNICA, PARA ACESSO ON-LINE.
CONFORME DESPACHO DG 1317895.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	13/05/2022 12:03:01	Alteração

Data e hora da consulta: 16/05/2022 14:51
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.288,00

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE JORNAIS E REVISTAS EM VERSÃO ELETRÔNICA, PARA ACESSO ON-LINE. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1260929.	5.288,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12/05/2022	Inclusão	1,00000	5.288,0000	5.288,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
13/05/2022 12:03:01

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
12/05/2022 16:50:41

Versão	Data/Hora	Operação
002	13/05/2022 12:03:01	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento: 7° Complice Across Americas

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD “Não se aplica” 00

Solicitação 03

Comparativo de valor 07

Parecer Jurídico 12

Declaração de Dispensa de Licitação/Inexigibilidade de Licitação 18

Declaração de Ratificação/Inexigibilidade de Licitação 20

Nota de Empenho 21

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA DE TIC
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1315021 - COAG

Brasília, 09 de maio de 2022.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: 7º Compliance Across Americas	
Período: 07, 08 e 09 de setembro	**Carga Horária:**
Local de Realização: ACHAM BUSINES CENTER- São Paulo, SP	**Turno: Matutino e Vespertino**
Entidade Promotora: Instituto ARC	**CNPJ:**
Telefone: (11) 96599-4166	**E-mail: contato@eseni.com.br**
Endereço: Rua Arquiteto olavo Redig de Campos, 105 Torre B - 24º andar - São Paulo	
Cidade: São Paulo	**UF: SP**
Valor Unitário: R$ 1.620,00	**Valor Total:** R$ **1.620,00**

PARTICIPANTES

Mat	**Nome**	**Cargo/Função**	**Ramal**	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)
2114	Flávio Feitosa Costa	Coordenador	5492	10/01/2022 a 18/01/2022- 12/07/2022 a 20/07/2022 - 03/11/2022 a 11/11/2022	Não

(X) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

A COAG está investindo em processos e ferramentas para gestão de compliance de TI, tanto no CNJ , quanto no PJ. Por isso, o desenvolvimento de competências voltadas à disciplina de Compliance , que é um dos pilares da GRC, é premente , para atingirmos os nossos objetivos .

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

Exemplos:

- Qual seria a formação ideal do professor?

- Qual seria a experiência ideal do professor?

Experiência em capacitação de gestores de projetos.

- Qual seria a carga horária ideal da capacitação?

16 horas

- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?

•Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?

11/04/2022 a 14/04/2022

- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)

3. Considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ e o Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo, enumere as atribuições do seu cargo e/ou da seção que serão impactadas com a realização da capacitação:

I - desempenhar atividades de apoio aos processos de Governança de TIC no âmbito do CNJ;

II - coordenar a elaboração e proposição de Planos Estratégicos de TIC, de Planos Diretores de TIC, de Planos Auxiliares necessários à governança e gestão de TIC;

III - coordenar a elaboração e implantação de metodologias de gerenciamento de projetos e de processos de TIC, dentre outros instrumentos similares, bem como os respectivos processos de monitoramento, acompanhamento e revisão;

IV - implementar práticas e padrões estruturados de governança e de gestão de TIC voltados ao desempenho, à otimização de recursos e ao suporte decisório;

JUSTIFICATIVA

Neste ano , a COAG está executando a implementação de um serviço crítico para monitoramento da conformidade no Poder Judiciario , portanto , precisamos estar absolutamente atualizados em termos de práticas de programas de compliance .

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático;**
- **Relatório "Lacunas de competência":** Acessar https://www.cnj.jus.br/gestcom/, fazer login informando seu CPF e senha de rede do CNJ. Caso seja seu primeiro acesso, informar seu CPF nos dois campos (login e senha). Depois, clicar no botão "visualizar", no canto inferior direito, e novamente "visualizar" e, então, salvar em PDF. O objetivo é demonstrar que **o evento escolhido atende as lacunas de competência.**

Caso suas lacunas não estejam disponíveis (não participou do período avaliativo) ou não reflitam mais suas atividades (mudança de lotação), justifique como o conteúdo do evento está atrelado às suas atuais atribuições.

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO FEITOSA COSTA**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA DE TIC**, em 14/05/2022, às 14:32, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1315021** e o código CRC **A8467695**.

04395/2022 1315021v7

Informação SEDUC 1328708
Processo: 04395/2022
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Coordenadoria de Apoio à Governança de TIC (COAG) para a participação do servidor Flávio Feitosa Costa**,** matrícula 2114, coordenador, no evento "**7º Compliance Across Americas**", promovido pela empresa Eseni Educação e Editora Ltda, CNPJ: 29.233.226/0001-14 (Doc. SEI n. 1315021).

2. O evento será realizado entre os dias **7 e 10 de setembro, no Amcham Business Center, em São Paulo/SP** , com uma carga horária total de **36 horas** (Doc. SEI nº 1328707).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1322371) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1315021), o servidor não participou, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foi também indicado o período de férias do participante, evidenciando que não estará de férias durante o curso (Doc. SEI nº 1315021).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Doc. SEI nº 1315021, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas

A COAG está investindo em processos e ferramentas para gestão de compliance de TI, tanto no CNJ , quanto no PJ. Por isso, o desenvolvimento de competências voltadas à disciplina de Compliance , que é um dos pilares da GRC, é premente , para atingirmos os nossos objetivos .	• Qual seria a experiência ideal do professor? Experiência em capacitação de gestores de projetos. • Qual seria a carga horária ideal da capacitação? 16 horas • Qual seria a melhor época de realização para a capacitação? 11/04/2022 a 14/04/2022	Neste ano, a COAG está executando a implementação de um serviço crítico para monitoramento da conformidade no Poder Judiciario, portanto, precisamos estar absolutamente atualizados em termos de práticas de programas de compliance.

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1029805), são competências da **COAG**: I - desempenhar atividades de apoio aos processos de Governança de TIC no âmbito do CNJ; II - coordenar a elaboração e proposição de Planos Estratégicos de TIC, de Planos Diretores de TIC, de Planos Auxiliares necessários à governança e gestão de TIC; III - coordenar a elaboração e implantação de metodologias de gerenciamento de projetos e de processos de TIC, dentre outros instrumentos similares, bem como os respectivos processos de monitoramento, acompanhamento e revisão; IV - implementar práticas e padrões estruturados de governança e de gestão de TIC voltados ao desempenho, à otimização de recursos e ao suporte decisório; V - desenvolver outras atividades típicas da Coordenadoria.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos do servidor, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, a consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) evidencia que **o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência do servidor**: **Elaboração de Planos da Gestão** - Monitorar e avaliar a elaboração de Planos Estratégicos de TIC, de Planos Diretores de TIC, de Planos Auxiliares necessários à governança e gestão de TIC, utilizando legislação vigente; **Execução de Práticas e Padrões de Gestão de TIC -** Implementar práticas e padrões estruturados de governança e de gestão de TIC voltados ao desempenho, à otimização de recursos e ao suporte decisório, de acordo com a legislação da instituição; **Inovação** - Propor inovações teóricas, procedimentais e/ou tecnológicas, considerando as necessidades da unidade/Organização e obedecendo às normas vigentes; entre outras (Doc. SEI n. 1315575).

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1322375, o evento terá como palestrantes:

Karine Dias Eslar: Mestre em direito. Consultora em Compliance e LGPD. Membro vitalício da Academia Internacional de Letras Jurídicas. Presidente do

MILA. Professora em cursos de compliance - Latam. Strategie Latam do CWC. Escritora. Palestrante;

Juliana Oliveira Nascimento: Gerente de Consultoria de Risco KPMG e Co-fundadora Compliance Women Committee;

Julia Gracia: Cofundadora do NOVA Compliance Lab, investigadora do CEDIS (NSL) e research associate no NOVA Knowledge Centre for Business, Human Rights and the Environment. É mestre em Direito Internacional e licenciada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É advogada com mais de 17 anos de experiência (Brasil);

Izabel Albuquerque: Head of Behavioral Compliance na CLOO Behavioral Insights Unit. Co-fundadora do NOVA Compliance Lab (NCL, Lisboa) e do Instituto Compliance Rio (ICRio, Brasil), e idealizadora da IA+P . Mestre e graduada em Direito pela UERJ-Rio. Especialista e certificada internacionalmente em Ética e Compliance (CCEP-I) pela Society of Corporate Compliance & Ethics (SCCE);

Ingo Wolfgang Salet: Professor Titular da Escola de Direito e dos Cursos de Pós-Graduação em Direito e em Ciências Criminais, em nível de Mestrado e Doutorado, na PUCRS. Desembargador Aposentado do TJRS e Ex-Juiz do TRE/RS;

Humberto Mota Filho: Doutor em Ciência Política (IUPERJ), Mestre em Direito (UCAM). Pós-graduado em Comércio Internacional (Shanghai Business School). Pós-Graduado em Direito da Empresa e da Economia (FGV). Pós-Graduado em Projetos Financeiros (UERJ). Bacharel em Direito (PUC/Rio). Consultor Jurídico Sênior do BNDES. Presidente do Conselho Empresarial de Governança e Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão de Estudos da Transparência Pública da OAB/RJ. Pesquisador do CEBRAD/UERJ. Editor da Revista Compliance Rio do IC Rio. Professor Convidado da FGV Law Program. Ex-membro do Conselho de Governança da Autoridade Pública Olímpica da Rio 2016;

Giovani Agostini Saavedra: Head de Direito Digital e Compliance do Saavedra & Gottschefsky – Sociedade de Advogados. Professor do Instituto ARC da ESENI;

Francisco Pereira Coutinho: Subdiretor e Professor Titular na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa – Nova School of Law – Portugal.

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento, após o desconto oferecido pela empresa, é de **R$ 810,00 (oitocentos e dez reais)**, conforme Doc. SEI nº 1327711.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **abaixo** do valor médio da hora-aula em eventos semelhantes, cobrado pela empresa, em relação a outras instituições, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado				
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Carga Horária**	**Hora-aula por participante**
CNJ	**R$ 810,00**	**1**	**36 h**	**R$ 22,50**
Evento semelhante ofertado a outras empresas - comparação de preços (Doc. SEI nº 1322388)				
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Carga Horária**	**Hora-aula por participante**

Cemig Distribuição S.A.	R$ 3.245,00	2	25 h	R$ 64,90
Unimed Goiânia	R$ 1.593,00	1	25 h	R$ 63,72
Sebrae MG	R$ 1.593,00	1	25 h	R$ 63,72
	Média de Preços			**R$ 64,11**

11.1 Cumpre ressaltar que a última edição do evento na modalidade presencial com inscrições pagas foi em 2019. Nos anos de 2020 e 2021 o evento ocorreu de forma on-line e gratuita, motivo pelo qual a empresa apresentou notas referentes ao ano de 2019, conforme e-mail (Doc. SEI. 1327711).

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Contrato Social (Doc. SEI 1322380), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1322383. **Cumpre informar que a empresa não possui cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** (Doc. SEI n. 1322383).

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação do servidor do CNJ, mediante aquisição de uma vaga integrante do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ressalto que, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018, a Lista de Verificação será juntada aos autos após informação de disponibilidade orçamentária.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor de **R$ 810,00 (oitocentos e dez reais),** referente à participação do servidor da

COAG no referido evento.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 30/06/2022, às 15:21, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1328708** e o código CRC **6C97D863**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 04395/2022

Ementa: Solicitação de participação de servidor em evento externo de capacitação. Análise e manifestação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise preliminar à possível contratação direta da empresa Eseni Educação e Editora Ltda., CNPJ: 29.233.226/0001-14, que promoverá o evento 7º Compliance Across Americas, ofertado entre os dias 7 e 10 de setembro, em São Paulo/SP, com uma carga horária total de 36 horas, para a participação do servidor Flávio Feitosa Costa, matrícula 2114.

2.Em atendimento à determinação da Diretoria Geral (arquivo SEI 0440990), foram juntadas aos autos as listas de verificação Seduc constantes dos arquivos SEI 1321421 e 1350853.

3. Constam dos autos:

a) Solicitação de participação em evento externo 1315021;

b) Termo de Compromisso Evento Externo 1315035;

c) Documentação Lacuna de Competência Flávio 1315575;

d) Lista de Verificação da unidade demandante 1321421;

e) Pesquisa de mercado - Google 1322371;

f) *Curriculum Vitae* 1322375;

g) Contrato Social 1322380;

h) Certidões Negativas 1322383;

i) Notas Fiscais 1322388;

j) *E-mail* reserva de vaga 1322390;

k) Conteúdo Programático do Evento Atualizado 1315047 e 1328707;

l) Lista de Verificação - SEDUC 1350853; e

m) Despacho Sepor com indicação da existência de recursos orçamentários 1350787.

É o relatório.

ANÁLISE

4.Preliminarmente, pontua-se que o presente processo de contratação está pautado no art. 25, *caput,* da Lei n. 8.666/1993, hipótese para a qual não se aplica o Parecer Referencial n. 01/2019 (arquivo SEI 0801055).

5. Embora o procedimento licitatório disciplinado na Lei n. 8.666/1993 deva ser seguido, como regra geral, para a realização de contratações públicas, o art. 2º da Leipreviu, parahipóteses excepcionais, a possibilidade de celebração de contratações diretas. A hipótese contemplada no *caput*do art. 25 do referido diploma legal indica a possibilidade de se contratar diretamentequando "houver inviabilidade de competição", a ser aferida por meio da análise meticulosa da necessidade pública que demanda a contratação e depeculiaridades da solução pretendida para o atendimento daquela necessidade.

6. Ademais, como exposto na Informação da Seção de Educação Corporativa - SEDUC (arquivo SEI 1328708), *ipsis litteris*:

> É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que **a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998**. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação do servidor do CNJ, mediante aquisição de uma vaga integrante do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.
>
> (grifo nosso)

7.Nesse viés, a responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa (SEDUC), em cumprimento ao inciso I do art. 19 da IN CNJ n. 35, de 22 de junho de 2015, informou que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano (arquivo SEI 1328708).

8 . Quanto à oferta de outros eventos externos, a unidade realizou pesquisa de mercado (arquivo SEI 1322371) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de outro evento externo com igual conteúdo e aprofundamento teórico.

9 . Para a contratação direta na espécie, constam as seguintes considerações:a)orientação da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI/Presi/CNJ), proferida na Informação n. 139/2013 - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros, precisamente, os itens de 35 a 37, no sentido de que "é possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros (...) mediante adoção de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25,caput, da Lei n. 8.666/1993, em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores", se forem verificados determinados "fatores inerentes à ocorrência do evento tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar" (arquivo SEI 1029802); e b)pesquisa de preços do mesmo evento, praticados pela pretensa contratada em contratos administrativos firmados recentemente com outras pessoas jurídicas, sendo proporcionais à carga horária (arquivo SEI 1322371);

10. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionará uma atualização dos conhecimentos do servidor, conforme estipulam os incisos I a III do art. 6º da IN CNJ n. 35/2015 (arquivos SEI 1315575), *in verbis*:

> Art. 6º A participação de servidor em ação de educação corporativa fica sujeita ao cumprimento das seguintes exigências:
>
> I – justificativa da necessidade do evento;
>
> II – vinculação do tema do evento às áreas de interesse, definidas no Programa Permanente de Educação Corporativa – PEC.
>
> III – correlação do evento com as atribuições do cargo efetivo ou com as atividades desempenhadas pelo servidor quando no exercício de função comissionada ou cargo em comissão, e com as atividades desenvolvidas na sua unidade de lotação;

11. Ademais, certifica a Seduc que (arquivo SEI 1328708):

> 8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos do servidor, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).
>
> 8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.
>
> 8.2. Ademais, a consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) evidencia que o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência do servidor: Elaboração de Planos da Gestão - Monitorar e avaliar a elaboração de Planos Estratégicos de TIC, de Planos Diretores de TIC, de Planos Auxiliares necessários à governança e gestão de TIC, utilizando legislação vigente; Execução de Práticas e Padrões de Gestão de TIC - Implementar práticas e padrões estruturados de governança e de gestão de TIC voltados ao desempenho, à otimização de recursos e ao suporte decisório, de acordo com a legislação da instituição; Inovação - Propor inovações teóricas, procedimentais e/ou tecnológicas, considerando as necessidades da unidade/Organização e obedecendo às normas vigentes; entre outras (Doc. SEI n. 1315575).

12. De acordo com o *curriculum vitae* fornecido pela prestadora (arquivo SEI 1322375), o evento terá como palestrantes:

> **1) Karine Dias Eslar:** Mestre em direito. Consultora em Compliance e LGPD. Membro vitalício da Academia Internacional de Letras Jurídicas. Presidente do MILA. Professora em cursos de compliance - Latam. Strategie Latam do CWC. Escritora. Palestrante;
>
> **2) Juliana Oliveira Nascimento:** Gerente de Consultoria

de Risco KPMG e Co-fundadora Compliance Women Committee;

3) Julia Gracia: Cofundadora do NOVA Compliance Lab, investigadora do CEDIS (NSL) e research associate no NOVA Knowledge Centre for Business, Human Rights and the Environment. É mestre em Direito Internacional e licenciada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É advogada com mais de 17 anos de experiência (Brasil);

4) Izabel Albuquerque: Head of Behavioral Compliance na CLOO Behavioral Insights Unit. Co-fundadora do NOVA Compliance Lab (NCL, Lisboa) e do Instituto Compliance Rio (ICRio, Brasil), e idealizadora da IA+P . Mestre e graduada em Direito pela UERJ-Rio. Especialista e certificada internacionalmente em Ética e Compliance (CCEP-I) pela Society of Corporate Compliance & Ethics (SCCE);

5) Ingo Wolfgang Salet: Professor Titular da Escola de Direito e dos Cursos de Pós-Graduação em Direito e em Ciências Criminais, em nível de Mestrado e Doutorado, na PUCRS. Desembargador Aposentado do TJRS e Ex-Juiz do TRE/RS;

6) Humberto Mota Filho: Doutor em Ciência Política (IUPERJ), Mestre em Direito (UCAM). Pós-graduado em Comércio Internacional (Shanghai Business School). Pós-Graduado em Direito da Empresa e da Economia (FGV). Pós-Graduado em Projetos Financeiros (UERJ). Bacharel em Direito (PUC/Rio). Consultor Jurídico Sênior do BNDES. Presidente do Conselho Empresarial de Governança e Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão de Estudos da Transparência Pública da OAB/RJ. Pesquisador do CEBRAD/UERJ. Editor da Revista Compliance Rio do IC Rio. Professor Convidado da FGV Law Program. Ex-membro do Conselho de Governança da Autoridade Pública Olímpica da Rio 2016;

7) Giovani Agostini Saavedra: Head de Direito Digital e Compliance do Saavedra & Gottschefsky – Sociedade de Advogados. Professor do Instituto ARC da ESENI;

8) Francisco Pereira Coutinho: Subdiretor e Professor Titular na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa – Nova School of Law – Portugal.

13. Conforme verificado na documentação acostada aos autos (arquivos SEI 1322388 e 1328708), o valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **abaixo** do valor médio cobrado pela empresa em relação a outras instituições. O valor total do investimento será de **R$ 810,00 (oitocentos e dez reais)**, referente à uma vaga pleiteada (arquivo SEI 1327711).

14. Em relação à disponibilidade orçamentária para atender a demanda, foi juntada aos autos a consignação da Seção de Planejamento Orçamentário (Sepor) mediante Documento SIAFI - NS SEPOR n. 1350784 e Despacho n. 1350787.

15. No que se refere à higidez da empresa Eseni Educação e Editora Ltda., verifica-se que o Contrato Social foi comprovado por esta (arquivo SEI 1322380), além da junção aos autos quanto a sua regularidade fiscal e trabalhista (arquivo SEI 1322383). Ainda, cumpre ressaltar que a empresa não possui cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), como disposto no

item 12 do Despacho SEDUC 1328708 e no documento SEI n. 1322383. [1]

16. Não obstante, recomenda-se nova verificação da sua regularidade anteriormente à contratação, a fim de se confirmar que a situação atestada não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que verificam a regularidade, apesar de vigentes no momento da presente análise, expirarão com o decurso do tempo.

17. Por fim, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame em curso não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

CONCLUSÃO

18. Ante o exposto, excluída a avaliação quanto à análise de conveniência e de oportunidade, e repisando-se a recomendação contida no item 16 deste parecer, **opina-se pela possibilidade jurídica da contratação direta da empresa Eseni Educação e Editora Ltda**, CNPJ: 29.233.226/0001-14, com fundamentos no *caput* do art. 25, da Lei n. 8.666/1993, para a participação do **servidor Flávio Feitosa Costa**, matrícula 2114, no evento **7º Compliance Across Americas**, ofertado entre os dias **7 e 10 de setembro,** no Amcham Business Center, em São Paulo/SP, com uma carga horária total de **36 horas**.

É o parecer.

Brasília, 3 de agosto de 2022.

Lorena Falcão Silva de Araújo

Estagiária

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor Jurídico

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa em exercício,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 3 de agosto de 2022.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

[1]
DECRETO Nº 3.722, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.
Art. 1º O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF constitui o registro cadastral do Poder Executivo Federal, na forma definida neste Decreto, mantido pelos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Serviços Gerais - SISG, nos termos do Decreto nº 1.094, de 13 de março de 1994. (Redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 2002)
§ 1º A habilitação dos fornecedores em licitação, dispensa, inexigibilidade e nos contratos administrativos pertinentes à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, e a alienação e locação poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF: (Redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 2002)
I - como condição necessária para emissão de nota de empenho, cada administração deverá realizar prévia consulta ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público; e (Incluído pelo Decreto nº 4.485, de 2002)
II - nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o proponente homologado não estiver inscrito no SICAF, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada. (Incluído pelo Decreto nº 4.485, de 2002)

http://www.comprasnet.gov.br/ajuda/novoSicaf/duvidas.asp?tipo=GO

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 08/08/2022, às 16:16, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 08/08/2022, às 16:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1369941** e o código CRC **BAB4CE69**.

04395/2022 1369941v33

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Coordenadoria de Apoio à Governança de TIC (COAG) para a participação do servidor Flávio Feitosa Costa**,** matrícula 2114, coordenador, no evento "**7º Compliance Across Americas**", que será realizado entre os dias **7 e 10 de setembro, em São Paulo/SP,** promovido pela empresa Eseni Educação e Editora Ltda, CNPJ: 29.233.226/0001-14 (Doc. SEI n. 1315021 e 1327711).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "neste ano, a COAG está executando a implementação de um serviço crítico para monitoramento da conformidade no Poder Judiciario, portanto, precisamos estar absolutamente atualizados em termos de práticas de programas de compliance".

3. Conforme Documento SEPOR (1350784), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação do servidor no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1369941) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

4.1 Cumpre informar que foram juntadas aos autos as certidões negativas atualizadas (Doc. SEI n. 1373278).

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação do servidor é de **R$ 810,00 (oitocentos e dez reais)**, conforme Doc. SEI nº 1327711.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação da servidora no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 810,00 (oitocentos e dez reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1328708, com o Parecer AJU 1369941 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da empresa Eseni Educação e Editora Ltda, CNPJ: 29.233.226/0001-14, para ofertar o evento "**7 º Compliance Across Americas", com fundamento no "*caput*" do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 810,00 (oitocentos e dez reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 09/08/2022, às 22:03, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 10/08/2022, às 13:50, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1373281** e o código CRC **3FCABC05**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU (1369941), bem como do Despacho SEDUC (1373281), **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 810,00 (oitocentos e dez reais)** e **autorizo** a contratação da empresa Eseni Educação e Editora Ltda, CNPJ: 29.233.226/0001-14, com vista à participação do servidor **Flávio Feitosa Costa**, matrícula 2114, no curso "**7º Compliance Across Americas**", que será realizado entre os dias 7 e 10 de setembro, no Amcham Business Center, em São Paulo/SP, com uma carga horária total de 36 horas. (Doc. SEI n. 1315021 e 1327711)

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências da alçada dessas Unidades.

3. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 10/08/2022, às 18:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1375986** e o código CRC **516240F8**.

Data e hora da consulta: 15/08/2022 18:38
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	322	2022PE000259

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
12/08/2022	Ordinário	04395/2022	-	810,00

Favorecido

Código	Nome
29.233.226/0001-14	ESENI EDUCACAO E EDITORA LTDA

Endereço	CEP
DR CHUCRI ZAIDAN S/N BLOCO B VILA SAO FRANCISCO	04711-130

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
04395/2022. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: 7º COMPLIANCE ACROSS AMERICAS. CONFORME DESPACHO DG 1375986.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	12/08/2022 19:12:01	Alteração

Data e hora da consulta: 15/08/2022 18:38
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	810,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: 7º COMPLIANCE ACROSS AMERICAS. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME INFORMAÇÃO SEDUC 1328708.	810,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12/08/2022	Inclusão	1,00000	810,0000	810,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
12/08/2022 19:12:01

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
12/08/2022 18:47:29

Versão	Data/Hora	Operação
002	12/08/2022 19:12:01	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento: Opinião Pública e Justiça a dois atos: Da Lei aos Desejos

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD “Não se aplica” 00

Solicitação 03

Comparativo de valor 07

Parecer Jurídico 12

Declaração de Dispensa de Licitação/Inexigibilidade de Licitação 17

Declaração de Ratificação/Inexigibilidade de Licitação 19

Nota de Empenho 20

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1354479 - SCS

Brasília, 06 de julho de 2022.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: Opinião pública e Justiça em dois atos: da lei aos desejos	
Período: 13/08 e 20/08	**Carga Horária: 4h**
Local de Realização: online	**Turno: 10:00 às 12:00**
Entidade Promotora: Rama Plataforma (Soares & Aguiar Arte, Cultura e Treinamento Ltda)	**CNPJ: 16.384.005/0001-03**
Telefone: (11) 94811-0187	**E-mail:** rama.plataforma@gmail.com
Endereço: Rua Prof. Gioconda Mussolini, 21, CEP: 05587-120, Vila gomes	
Cidade: São Paulo	**UF: SP**
Valor Unitário: R$ 154 : R$ 140,00 (inscrição) + R$ 14,00 (taxa)	**Valor Total: R$ 308,00**

PARTICIPANTES

Mat	Nome	Cargo/Função	Ramal	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)
2244	Beatriz Lygia Dias Borges	Coordenadora de Imprensa	5461	17/10 a 31/10/2022	Não

1913	Isaías Monteiro dos Santos	Técnico Judiciário	5472	17/11 a 16/12/2022	Não

(X) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

São funções da SCS, entre outras: "realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público", "colaborar no desenvolvimento de políticas e estratégias de interlocução com a mídia e com o público", "planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras".

O Plano Estratégico 2021-2016 também prevê no objetivo estratégico 15: "Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário". Busca-se, assim, "melhorar os resultados organizacionais, e fortalecer a imagem institucional do Conselho e do Poder Judiciário e a prestação de contas à sociedade". Entender como o Judiciário tem sido visto pela opinião pública é vital para tais atribuições e objetivos. Trata-se de canal para chegar ao cidadão e intervir no debate cívico. Zelar pela imagem do CNJ atende, afinal, ao interesse público.

A necessidade de desenvolvimento, capacitação e atualização na metodologia é imprescindível, visto ser uma área dinâmica. A capacitação voltada para as necessidades particulares do CNJ, como órgão público da Justiça, é essencial. O conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades dos servidores, que atuam nas diversas áreas de comunicação da SCS, trazendo resultados imediatos à instituição, com fins, ainda, do cumprimento das metas previstas no Planejamento estratégico do CNJ.

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

Exemplos:

- Qual seria a formação ideal do professor?
- Qual seria a experiência ideal do professor?
- Qual seria a carga horária ideal da capacitação?
- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?
- Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?
- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)

3. Considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ e o Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo, enumere as atribuições do seu cargo e/ou da seção que serão impactadas com a realização da capacitação:

São competências da Secretaria de Comunicação Social:

I – produzir e gerenciar o planejamento de comunicação do Conselho Nacional de Justiça;

II – realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público;

III – colaborar no desenvolvimento de políticas e estratégias de interlocução com a mídia e com o público;

IV – planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras;

JUSTIFICATIVA

Justifique, esclarecendo como o conteúdo do evento escolhido atende/supre suas lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) e/ou as atividades desenvolvidas em sua unidade de lotação:

A capacitação foca a relação entre mídia e sistema judicial. Espera-se professor com experiência na área e que pesquise o tema. A experiência deve superar uma década no setor. A carga horária pode variar de 4h a 5h, por se tratar de tema de nicho. O ensino deve incluir temas como marcos históricos, Judiciário na imprensa e imagem institucional. Não há época ideal para a realização. Dada a circulação de Covid-19, o formato online se mostra mais adequado.

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático;**
- **Relatório "Lacunas de competência":** Acessar https://www.cnj.jus.br/gestcom/, fazer login informando seu CPF e senha de rede do CNJ. Caso seja seu primeiro acesso, informar seu CPF nos dois campos (login e senha). Depois, clicar no botão "visualizar", no canto inferior direito, e novamente "visualizar" e, então, salvar em PDF. O objetivo é demonstrar que **o evento escolhido atende as lacunas de competência.**

Caso suas lacunas não estejam disponíveis (não participou do período avaliativo) ou não reflitam mais suas atividades (mudança de lotação), justifique como o conteúdo do evento está atrelado às suas atuais atribuições.

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ LYGIA DIAS BORGES**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE IMPRENSA**, em 08/07/2022, às 12:15, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO GIL DOS SANTOS MOREIRA**, **ASSESSOR-CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA-GERAL - SECRETARIA-GERAL**, em 15/07/2022, às 17:35, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1354479** e o código CRC **D657AFA8**.

06486/2022 1354479v8

Informação SEDUC 1360157
Processo: 06486/2022
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Comunicação Social (SCS) para a participação dos servidores Beatriz Lygia Dias Borges**,** matrícula 2244, e Isaías Monteiro dos Santos, matrícula 1913, no curso **"Opinião pública e Justiça em dois atos: da lei aos desejos"**, promovido pela **Soares & Aguiar Arte, Cultura e Treinamento Ltda**, CNPJ: **16.384.005/0001-03** (Doc. SEI n. 1354479).

2. O treinamento será **ofertado na modalidade on-line ao vivo,** nos dias **13 e 20 de agosto de 2022**, das 10h às 12h, com uma carga horária total de 4 horas (Doc. SEI nº 1360127).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1360117) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1354479), os servidores não participaram, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foi também indicado o período de férias dos participantes, evidenciando que não estarão de férias no período do curso (Doc. SEI nº 1354479).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Doc. SEI nº 1354479, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas

São funções da SCS, entre outras: "realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público", "colaborar no desenvolvimento de políticas e estratégias de interlocução com a mídia e com o público", "planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras". O Plano Estratégico 2021-2016 também prevê no objetivo estratégico 15: "Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário". Busca-se, assim, "melhorar os resultados organizacionais, e fortalecer a imagem institucional do Conselho e do Poder Judiciário e a prestação de contas à sociedade". Entender como o Judiciário tem sido visto pela opinião pública é vital para tais atribuições e objetivos. Trata-se de canal para chegar ao cidadão e intervir no debate cívico. Zelar pela imagem do CNJ atende, afinal, ao interesse público. A necessidade de desenvolvimento, capacitação e atualização na metodologia é imprescindível, visto ser uma área dinâmica. A capacitação voltada para as necessidades particulares do CNJ, como órgão público da Justiça, é essencial. O conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades dos servidores, que atuam nas diversas áreas de comunicação da SCS, trazendo resultados imediatos à instituição, com fins, ainda, do cumprimento das metas previstas no Planejamento estratégico do CNJ.	-	A capacitação foca a relação entre mídia e sistema judicial. Espera-se professor com experiência na área e que pesquise o tema. A experiência deve superar uma década no setor. A carga horária pode variar de 4h a 5h, por se tratar de tema de nicho. O ensino deve incluir temas como marcos históricos, Judiciário na imprensa e imagem institucional. Não há época ideal para a realização. Dada a circulação de Covid-19, o formato online se mostra mais adequado.

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1352056), são competências da SCS, dentre outras: I – produzir e gerenciar o planejamento de comunicação do Conselho Nacional de Justiça; II – realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público; III – colaborar no desenvolvimento de políticas e estratégias de interlocução com a mídia e com o público; IV – planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras; VI – facilitar a integração entre os órgãos de comunicação social do Poder Judiciário.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de

capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, **o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência da SCS**, identificadas mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), quais sejam: **Normas para a Comunicação** - Elaborar padrões e normas para a gestão e operação da comunicação baseando-se em conhecimentos técnicos pertinentes à área, de acordo com as necessidades da organização e a legislação vigente; **Planejar Ações de Divulgação Institucional** - Elaborar o plano de ações de Divulgação Institucional de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislação específica; **Planejamento de Campanhas -** Planejar e executar campanhas externas e internas da Instituição, de acordo com o orçamento disponível, as necessidades especificadas pelo órgão e a legislação pertinente; **Gestão do Planejamento de Comunicação** - Planejar as ações de comunicação, inclusive àquelas relacionadas ao Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS), de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no Plano Estratégico do CNJ, atentando para prazos e legislações específicas; **Execução do Planejamento de Comunicação** - Executar e avaliar o plano de comunicação, de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislações específicas; **Gerenciar as informações dos Veículos de Comunicação Oficiais** - Gerenciar e avaliar as informações publicadas nos veículos de comunicação institucional de acordo com o veículo específico, normas e manuais oficiais, observando as especificidades do plano de comunicação; entre outras (Doc. SEI nº 1354547).

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1360109, o evento terá como instrutora:

Grazielle Albuquerque: Jornalista e cientista política. Pesquisa política e sistema de justiça, em especial na sua interface com a mídia, há mais de uma década. Sua tese de doutorado (Unicamp) aborda a comunicação do STF e lança o conceito de “agendamento estratégico”. Instrumental que segue sendo aperfeiçoado no pós-doutorado que realiza junto ao Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Grazielle também coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Defensoria Pública do Ceará (Nuesp) e o GT de Comunicação e Justiça da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolitica). É colunista do Le Monde Diplomatique Brasil e, em 2017, foi visiting doctoral researcher no German Institute of Global and Area Studies – GIGA.

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento é de **R$ 308,00 (trezentos e oito reais)**, conforme Doc. SEI nº 1360127.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **abaixo** do valor médio da hora-aula em eventos semelhantes, cobrado pela empresa, em relação a outras pessoas físicas, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**
CNJ	**R$ 308,00**	**2**	**R$ 154,00**	**4 h**	**R$ 38,50**

Eventos semelhantes ofertados a pessoas físicas - comparação de preços (Doc. SEI nº 1360114)					
Pessoa física	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**
Isabel Tatit	R$ 154,00	1	R$ 154,00	4 h	R$ 38,50
Denise Giacomoni	R$ 198,00	1	R$ 198,00	4 h	R$ 49,50
Carlos Henrique Costa	R$ 198,00	1	R$ 198,00	4 h	R$ 49,50
	Média de Preços				**R$ 45,83**

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Contrato Social (Doc. SEI 1360110), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1360112. A empresa não possui cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (Doc. SEI nº 1360112).

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de duas vagas integrantes do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ressalto que, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018, a Lista de Verificação será juntada aos autos após informação de disponibilidade orçamentária.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor de **R$ 308,00 (trezentos e oito reais),** referente à participação dos servidores da

SCS no referido evento.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 01/08/2022, às 16:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1360157** e o código CRC **B1E508BB**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 06486/2022

Ementa:Solicitação de participação de servidoresem evento externo de capacitação. Análise e manifestação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise preliminar à possível contratação diretada **Soares & Aguiar Arte, Cultura e Treinamento Ltda**, CNPJ: 16.384.005/0001-03, que promoverá o curso **"Opinião pública e Justiça em dois atos: da lei aos desejos"**, promovido **na modalidade on-line ao vivo**, nos dias **13 e 20 de agosto de 2022**, das 10h às 12h, com uma carga horária total de 4 horas, para participação dos servidores Beatriz Lygia Dias Borges, matrícula 2244, e Isaías Monteiro dos Santos, matrícula 1913.

2.Em atendimento à determinação da Diretoria Geral (arquivo SEI 0440990), foram juntadas aos autos as listas de verificação constantes dos arquivos SEI 1355688 e 1369139.

3. Constam dos autos:

a) Programa Conteúdo Programático (1360127);

b) Termo de Compromisso Evento Externo (1355689);

c) Solicitação de participação em evento externo (1354479);

d) Relatório Lacunas de Competências (1354547);

e) *Curriculum Vitae* (1360109);

f) Contrato Social (1360110);

j) Certidões Negativas (1360112 e 1369128);

g) Notas Fiscais (1360114);

h) *E-mail* reserva de vagas (1360115);

i) Pesquisa de mercado - Google (1360117);

j) Listas de Verificação (1355688 e 1369139); e

k) Despacho da Sepor com indicação da existência de recursos orçamentários (1369060)

4. Em que pese a não terem sido juntados aos autos o espelho do banco de talentos e o relatório de férias da servidora que irá participar da ação de capacitação, consta declaração no documento de solicitação de participação em evento externo (arquivo SEI 1354479), posteriormente atestada pela Seção de Educação Corporativa (SEDUC) (arquivo SEI 1360157), que demonstra adequação

aos mandamentos contidos no inciso I do art. 9º e no inciso II do art. 19, ambos da IN CNJ nº 35, de 22 de junho de 2015.

É o relatório.

ANÁLISE

5. Preliminarmente, pontua-se que o presente processo de contratação está pautado no art. 25, *caput* da Lei n. 8.666/1993, hipótese para a qual não se aplica o Parecer Referencial nº 01/2019 (arquivo SEI 0801055).

6. Embora o procedimento licitatório disciplinado na Lei n. 8.666/1993 deva ser seguido, como regra geral, para a realização de contratações públicas, o art. 2º da Leipreviu, parahipóteses excepcionais, a possibilidade de celebração de contratações diretas. A hipótese contemplada no *caput* do art. 25 do referido diploma legal indica a possibilidade de contratação diretaquando "houver inviabilidade de competição", a ser aferida por meio da análise meticulosa da necessidade pública que demanda a contratação e depeculiaridades da solução pretendida para o atendimento daquela necessidade. Quanto ao ponto, consta do formulário 1354479 justificativa para a contratação solicitada, bem como foram prestados maiores esclarecimentos sobre a contratação na lista de verificação 1355688, preenchida pela servidora solicitante.

7. A SEDUC, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n. 35/2015, informou que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano (arquivo SEI 1360157). Além disso, foi realizada pesquisa de mercado(arquivo SEI 1360117)e a Unidade não identificou, para o horizonte de trêsmeses da data da busca,oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico. Desse modo, o não aproveitamento da oportunidade de atualização ora pleiteada pode resultar em prejuízo aos servidores e, consequentemente, à Administração.

8. Para a contratação direta na espécie, constam as seguintes considerações: *a)*orientação da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI/CNJ) no sentido de que "é possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros (...) mediante adoção de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores", se forem verificados determinados "fatores inerentes à ocorrência do evento tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar"; *b)*pesquisa de preços do mesmo evento, praticados pela pretensa contratada em contratos administrativos firmados recentemente com outras pessoas jurídicas, sendo proporcionais à carga horária(arquivo SEI 1360114); e *c)* indicação da economicidade afeta à contratação, considerando-se a contratação de fornecedor para promover o curso para os servidores do CNJ com o menor valor de hora/aula entre os pesquisados (arquivo SEI 1360157).

9. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores requerentes, conforme estipulam os incisos I a III do art. 6º, IN CNJ nº 35/2015 (arquivo SEI 1360157).

10. Ademais, assevera a SEDUC que (arquivo SEI 1360157):

> 8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da

unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, **o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência da SCS**, identificadas mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), quais sejam: **Normas para a Comunicação** - Elaborar padrões e normas para a gestão e operação da comunicação baseando-se em conhecimentos técnicos pertinentes à área, de acordo com as necessidades da organização e a legislação vigente; **Planejar Ações de Divulgação Institucional** - Elaborar o plano de ações de Divulgação Institucional de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislação específica; **Planejamento de Campanhas -** Planejar e executar campanhas externas e internas da Instituição, de acordo com o orçamento disponível, as necessidades especificadas pelo órgão e a legislação pertinente; **Gestão do Planejamento de Comunicação** - Planejar as ações de comunicação, inclusive àquelas relacionadas ao Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS), de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no Plano Estratégico do CNJ, atentando para prazos e legislações específicas; **Execução do Planejamento de Comunicação** - Executar e avaliar o plano de comunicação, de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislações específicas; **Gerenciar as informações dos Veículos de Comunicação Oficiais** - Gerenciar e avaliar as informações publicadas nos veículos de comunicação institucional de acordo com o veículo específico, normas e manuais oficiais, observando as especificidades do plano de comunicação; entre outras (Doc. SEI nº 1354547).

9. De acordo com o Doc. SEI nº1360109, o evento terá como instrutora:

Grazielle Albuquerque: Jornalista e cientista política. Pesquisa política e sistema de justiça, em especial na sua interface com a mídia, há mais de uma década. Sua tese de doutorado (Unicamp) aborda a comunicação do STF e lança o conceito de “agendamento estratégico”. Instrumental que segue sendo aperfeiçoado no pós-doutorado que realiza junto ao Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Grazielle também coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Defensoria Pública do Ceará (Nuesp) e o GT de Comunicação e Justiça da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolitica). É colunista do Le Monde Diplomatique Brasil e, em 2017, foi visiting doctoral researcher no German Institute of Global and Area Studies – GIGA.

11. Conforme verificado na documentação acostada aos autos (arquivos SEI 1360114 e 1360157), o valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou abaixo da média cobrada pela empresa em relação a outras instituições. O valor total do investimento será deR$ 308,00 (trezentos e oito reais), referente às vagas pleiteadas (arquivo SEI 1360127).

12. De acordo com o Despacho SEPOR nº 1369060, há disponibilidade orçamentária para atender a demanda, tendo sido juntada aos autos o pré-empenho nº 1369059, em que consta nota de dotação para cobrir a despesa incorrida.

13. A regularidade fiscal e trabalhista da empresa está comprovada pelas certidões anexadas aos autos (arquivo SEI 1360122 e 1369128). Não obstante o pontuado anteriormente, recomenda-se nova verificação da higidez da prestadora previamente à contratação, a fim de se confirmar que a situação atestada não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que verificam a regularidade, apesar de vigentes no momento da presente análise, expirarão com o decurso do tempo.

14. Por fim, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, excluídas as questões afetas ao exame de oportunidade e conveniência e supridas das informações mencionadas no item 13, opina-se pela possibilidade jurídica da contratação direta da **Soares & Aguiar Arte, Cultura e Treinamento Ltda**, CNPJ: 16.384.005/0001-03, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/1993, para participação dos servidores Beatriz Lygia Dias Borges, matrícula 2244, e Isaías Monteiro dos Santos, matrícula 1913 no curso **"Opinião pública e Justiça em dois atos: da lei aos desejos"**, promovido **na modalidade on-line ao vivo**, nos dias **13 e 20 de agosto de 2022**, das 10h às 12h, com uma carga horária total de 4 horas.

É o parecer.

Ana Luiza Gama Lima de Araújo

Assessora Jurídica

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 03/08/2022, às 17:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA GAMA LIMA DE ARAÚJO**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 03/08/2022, às 17:26, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1370193** e o código CRC **D36323DA**.

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Comunicação Social (SCS) para a participação dos servidores Beatriz Lygia Dias Borges**,** matrícula 2244, e Isaías Monteiro dos Santos, matrícula 1913, no curso **"Opinião pública e Justiça em dois atos: da lei aos desejos"**, promovido pela **Soares & Aguiar Arte, Cultura e Treinamento Ltda**, CNPJ: **16.384.005/0001-03** (Doc. SEI n. 1354479).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "o conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades dos servidores, que atuam nas diversas áreas de comunicação da SCS, trazendo resultados imediatos à instituição, com fins, ainda, do cumprimento das metas previstas no Planejamento estratégico do CNJ".

3. Conforme Documento SEPOR (1369059), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1370193) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação dos servidores é de **R$ 308,00 (trezentos e oito reais)**, conforme Doc. SEI nº 1354479.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação da servidora no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 308,00 (trezentos e oito reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1360157, com o Parecer AJU 1370193 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da empresa Soares & Aguiar Arte, Cultura e Treinamento Ltda, CNPJ: 16.384.005/0001-03, para ofertar o curso **"Opinião pública e Justiça em dois atos: da lei aos desejos", com fundamento no "*caput*" do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 308,00 (trezentos e oito reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 04/08/2022, às 17:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 05/08/2022, às 11:30, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1370286** e o código CRC **49FB9845**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1370193, bem como do Despacho SEDUC 1370286, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 308,00 (trezentos e oito reais), e **autorizo** a contratação da empresa Soares & Aguiar Arte, Cultura e Treinamento Ltda, CNPJ º 16.384.005/0001-03, com vista à participação dos servidores e servidoras Beatriz Lygia Dias Borges, matrícula 2244, e Isaías Monteiro dos Santos, matrícula 1913, no curso "Opinião pública e Justiça em dois atos: da lei aos desejos", promovido na modalidade on-line ao vivo, nos dias 13 e 20 de agosto de 2022, das 10h às 12h, com uma carga horária total de 4 horas (Doc. SEI nº 1354479).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências da alçada dessas Unidades.

3. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 05/08/2022, às 19:08, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1372373** e o código CRC **588120ED**.

Data e hora da consulta: 10/08/2022 18:52
Usuário: ***.412.211-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	318	2022PE000275

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
09/08/2022	Ordinário	06486/2022	-	308,00

Favorecido

Código	Nome
16.384.005/0001-03	SOARES & AGUIAR ARTE, CULTURA E TREINAMENTO L

Endereço	CEP
PROFESSORA GIOCONDA MUS 21 BUTANTA	05587-120

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
06486/2022. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: OPINIÃO PÚBLICA E JUSTIÇA EM DOIS ATOS: DA LEI AOS DESEJOS.
INFORMAÇÃO SEDUC 1360157 E DESPACHO 1372373.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/08/2022 16:17:49	Alteração

Data e hora da consulta: 10/08/2022 18:52
Usuário: ***.412.211-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	308,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	06486/2022. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: OPINIÃO PÚBLICA E JUSTIÇA EM DOIS ATOS: DA LEI AOS DESEJOS. INFORMAÇÃO SEDUC 1360157 E DESPACHO 1372373.	308,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/08/2022	Inclusão	1,00000	308,0000	308,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
09/08/2022 16:17:49

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
09/08/2022 16:00:47

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/08/2022 16:17:49	Alteração

Dispensa de Licitação



Aquisição de Brindes personalizados CNJ- Cubos em Cristal com imagem da justiça cega em 3D

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DODS **03**

Estudos Preliminares **06**

PAMS **12**

Mapa Comparativo de Preços **18**

Declaração de Dispensa de Licitação **19**

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação **21**

Nota de Empenho **22**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD) Nº 1000246 / SCE

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

1 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

1.1 Título: Confecção de brindes personalizados CNJ - Cubos em Cristal com imagem da Justiça Cega em 3D.

1.2 Unidade Demandante: Secretaria de Cerimonial e Eventos

1.3 Responsável pela demanda: Priscilla Valéria Gianini Santos - Ramal: 5538

1.4 Sumário: Confecção de brindes personalizados CNJ.

2 CONTEXTO DE NEGÓCIO

2.1 Situação Atual:

Não há ajuste vigente para o objeto que se pretende contratar. O Contrato CNJ n.13/2019, que permitia a aquisição desse objeto, encerrou sua vigência em 6 de junho de 2020.

2.2 Descrição da Oportunidade ou do Problema:

O Conselho Nacional de Justiça não dispõe hoje de material institucional que possa ser entregue como cortesia às autoridades que visitam o órgão, ou em visitas externas de autoridades do CNJ, para divulgação institucional.

2.3 Objetivos da Solução Demandada:

Prover o Conselho Nacional de Justiça de brindes institucionais personalizados a fim de serem entregues em visitas institucionais como prática de cortesia e divulgação

institucional. O objetivo é a divulgação do órgão, promoção da imagem do CNJ e estreitamento de relações institucionais de interesse público.

2.4 Alinhamento Estratégico:

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104, de 30 de junho de 2020):

Art. 2º (...)
(...)

II - Missão: Promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira.

III - Valores:
(...)
c) responsabilidade socioambiental: observância aos princípios gerais de sustentabilidade e acessibilidade na atuação do CNJ;
(...)

Art. 3° São objetivos estratégicos para o período 2021-2026, os seguintes:
(...)

I – desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correcionais;
(...)

XVI – aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas;
(...)

3 SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

No mercado, pode-se optar pelos mais variados tipos de brindes personalizados.

A aquisição dos cubos em cristal é a opção que mais adequada às necessidades deste Conselho, tendo em vista o padrão de brindes utilizados nos últimos anos e nos demais órgãos do Poder Judiciário.

4 PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A entrega dos cubos deve ser efetuada em 17 de dezembro de 2020.

Brasília, 04 de dezembro de 2020.

Priscilla Valéria Gianini Santos
Secretária de Cerimonial e Eventos

Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA VALERIA GIANINI SANTOS**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 07/12/2020, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1000246** e o código CRC **97016ED0**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

Apresente a necessidade a ser atendida:

Confecção de materiais personalizados - Cubos em Cristal com imagem da Deusa Têmis (Deusa da Justiça) em formato 3D.

Indique o Público-Alvo (unidades orgânicas, autoridades, servidores, outros) da contratação:

Autoridades do Poder Judiciário nacionais e internacionais.

Indique a(s) consequência(s), caso não haja atendimento da necessidade:

É comum, no meio de altas autoridades, a troca de materiais institucionais que funcionam como recordações do órgão em caso de visitas oficiais.

Indique o alinhamento da necessidade ao Planejamento Estratégico do CNJ:

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho (Portaria nº 104, de 30 de junho de 2020):

a) missão: *“promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira;”; (artigo 2°, inciso I);*
b) visão de futuro: *“órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira;” (artigo 2°, inciso II);*
c) valores: “valorização das pessoas: *reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e que o seu trabalho deve ser valorizado;” (artigo 2°, inciso III, alínea f).*

Indique o resultado da pesquisa de mercado feita para identificação das soluções que atendem às necessidades explicitadas:

No mercado, pode-se optar pelos mais variados tipos de materiais personalizados.

A aquisição dos cubos em cristal é a opção mais adequada às necessidades deste Conselho, tendo em vista o padrão de materiais utilizados nos últimos anos e nos demais órgãos do Poder Judiciário.

Indique as Soluções implantadas por órgãos públicos:

Os órgãos públicos utilizam diversos tipos de brindes personalizados, como lápis, canetas, garrafas, canecas, porta retratos, sacolas personalizadas.

Entre os exemplos citados, estão as contratações do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (Licitação nº 30/2020), Tribunal Regional de Alagoas, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (Pregão Eletrônico 11/2016).

Indique a descrição completa da Solução que, por entendimento do signatário deste documento, melhor atenderá à necessidade especificada neste documento:

a) as características do serviço e/ou do material a ser contratado e as respectivas estimativas de quantidades

O material a ser contratado é a confecção estimada de 40 (quarenta) cubos em cristal, conforme descrição abaixo. Características:

- Cristal medindo 78x78x48mm;
- A arte (design) será confeccionada e enviada pelo CNJ à empresa contratada por e-mail.

b) os motivos ou justificativas para a seleção da solução

Prover o Conselho Nacional de Justiça de materiais institucionais personalizados, a fim de serem entregues em visitas institucionais como prática de cortesia e divulgação institucional. O objetivo é a divulgação do órgão, promoção da imagem do CNJ e estreitamento de relações institucionais de interesse público.

Conforme publicação no site do Supremo Tribunal Federal: a imagem da Deusa Têmis (Deusa da Justiça) representa a imagem da justiça, definida no sentido moral, como o sentimento da verdade, da equidade e da humanidade.

A aquisição dos cubos em cristal é a opção mais adequada às necessidades deste Conselho, tendo em vista o padrão de materiais utilizados nos últimos anos e nos demais órgãos do Poder Judiciário.

c) os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos:

O órgão disporá de materiais a serem oferecidos aos visitantes oficiais, como uma forma de cortesia, uma vez que é de costume e de bom tom a troca desse tipo de material personalizado em relações institucionais do alto escalão.

Indique o(s) estudo(s) realizado(s) ou o(s) critério(s) adotado(s) para definir o cálculo e a quantidade da necessidade:

A quantidade foi estimada com base nas viagens e visitas recebidas e realizadas pelo Presidente do CNJ.

Indique se a Solução eleita é divisível ou não, levando em consideração o mercado que a fornece:

O objeto não será dividido em itens.

Indique, entre outras, as restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, que possam dificultar a implementação da Solução eleita:

a) As restrições internas que podem dificultar a implementação da solução selecionada é a restrição orçamentária e atraso no processo de contratação. Caso atrase a contratação, a cortesia nas relações institucionais, tão relevante ao alto escalão, poderá ser prejudicada, sobretudo quando se trata de relações institucionais internacionais.
b) Aspectos relacionados à execução contratual:
A contratação será vigente até a efetiva entrega do material.
Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade dos serviços fornecidos com as especificações constantes do PAMS a ser elaborado pela Secretaria de Cerimonial e Eventos.
A contratação dos serviços poderá ser realizada por dispensa de licitação. Com fundamento no art. 23 da Lei n. 8.666/93 e Decreto nº 9.412/2018, o valor estimado da contratação não ultrapassa R$ 17.600,00.

Indique o valor estimado para a contratação:

O valor estimado para a contratação é de R$ 5.704,00 (cinco mil setecentos e quatro reais), conforme orçamentos recebidos.

Aquisição anterior no CNJ:

Não foi realizada aquisição anterior semelhante no CNJ.

O Contrato nº 13/2019, que tinha por objeto a contratação de serviços de planejamento, organização e fornecimento de infraestrutura necessária à realização de eventos institucionais originários e/ou apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça, permitia a confecção de brindes personalizados, mas encerrou sua vigência em junho/2020.

Apresente os Indicadores para avaliar a economicidade, a eficácia e a efetividade:

A Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pelas empresas, cuja escolha recairá sobre o menor preço ofertado. Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do contratado.

Indicação Orçamentária:

A indicação orçamentária correrá por conta do Programa “Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativo”, cuja disponibilidade será informada posteriormente pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Análise de Risco:

RISCO 1:	Entrega dos cubos com falhas ou fora das especificações		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixo	1	Possibilidade de que os materiais estejam danificados ou fora das especificações na entrega do objeto.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Devolução do material que esteja com falhas ou fora das especificações pedidas para confecção de outro em conformidade com o pedido.		Unidade demandante
RISCO 2:	Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Recusa na execução do material determinado pela fiscalização	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual previsto pelo PAMS		Unidade demandante

Servidor responsável pelos Estudos Preliminares e pelo acompanhamento da entrega do material/execução do serviço:

Priscilla Valéria Gianini Santos.

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 18/01/2021, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1006355** e o código CRC **7789744D**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

1. **Objeto:**

Confecção de Cubos em Cristal, com imagem da Justiça Cega em 3D.

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
1	Confecção de Cubos Personalizados, em cristal, com impressão de imagem da Justiça cega em 3D, e nome do Conselho Nacional de Justiça. Medidas: 78mm x 48mm x 48mm	Unidade	50 (cinquenta) *Deverá ser incluso 1 (uma) unidade para fins de apresentação da amostra Total - 51 (cinquenta e uma) unidades

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Prazo para a apresentação da amostra: até 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho.

3. **Prazo de Entrega:**

Até 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de
Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Secretaria de Cerimonial e Eventos do Conselho Nacional de Justiça

SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E

CEP: 70175-900

Telefones: (61) 2326-5540 ou 2326-5546.

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Dispor do material dentro do prazo estabelecido, a contar do recebimento da nota de empenho;

b) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da notificação;
c) Providenciar a correção de material julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do CNJ, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da notificação.

d) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;

e) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

f) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam
prejudicar o perfeito atendimento aos serviços.

g) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Comunicar à empresa Contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

c) Recusar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações deste documento.

d) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 16/12/2021, às 17:16, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229677** e o código CRC **5ED1C936**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 10861/2020
Assunto: Confecção de cubos em cristal com imgem da Justiça Cega em 3D
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 23/02/2022

				Empresa: Claro cmo Cristal Comércio e Serviços Eireli CNPJ: 04.955.781/0001-29			Empresa: Torch Mídia Digital CNPJ: 39.703.108/0001-86			Estudos Preliminares			Cotação Banco de Preços - PE 26/2021 - Procuradoria Geral da República			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
confecção de cubos personalizados em cristal	1	UN	51	96,00	4.896,00	4.896,00	105,00	5.355,00	5.355,00	111,84	5.703,99	5.703,99	225,00	11.475,00	11.475,00	96,00	4.896,00
VALOR TOTAL						**4.896,00**			**5.355,00**			**5.703,99**			**11.475,00**		**4.896,00**

Valor mínimo total estimado: 4.896,00 (quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto confecção de cubos de cristal, com imagem da Justiça Cega em 3D.

Aprovados os Estudos Preliminares (1020674) e o PAMS - Pedido de Aquisição de Material (1234392), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1266798), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho SCE 1267525. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1271676, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Claro como Cristal Comércio e Serviços Eireli.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1271040) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1271453 e Despacho SEPOR 1271454). As certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Claro como Cristal Comércio e Serviços Eireli, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1276897, 1276901, 1276906, 1276912 e 1276915.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1276918, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Claro como Cristal Comércio e Serviços Eireli**., inscrita no **CNPJ** sob o n. **04.955.781/0001-29**, no valor de **R$ 4.896,00 (quatro mil oitocentos e noventa e seis reais)**, com vistas à confecção de cubos de cristal, com imagem da Justiça Cega em 3D.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 11/03/2022, às 17:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1277154** e o código CRC **1D2AF687**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1277154, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 4.896,00 (quatro mil oitocentos e noventa e seis reais), e **autorizo** a contratação da empresa Claro como Cristal Comércio e Serviços Eireli, CNPJ nº 04.955.781/0001-29, com vistas à confecção de cubos de cristal, com imagem da Justiça Cega em 3D.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 14/03/2022, às 18:08, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1277962** e o código CRC **94E4FFC4**.

Data e hora da consulta: 17/03/2022 10:17
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	184	2022PE000162

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40106	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
15/03/2022	Ordinário	10861/2020	-	4.896,00

Favorecido

Código	Nome
04.955.781/0001-29	CLARO COMO CRISTAL COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Endereço	CEP
JUIZ GOULART MONTEIRO 10 APT 1001 VITAL BRAZIL	24230-370

Município	UF	Telefone
NITEROI	RJ	21111111

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
10861/2020. CONFECÇÃO DE CUBOS EM CRISTAL, COM IMAGEM DA JUSTIÇA CEGA EM 3D. CONFORME DESPACHOS 1277154-SAD E 1277962-DG.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/03/2022 12:37:40	Alteração

Data e hora da consulta: 17/03/2022 10:17
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	4.896,00

Subelemento 15 - MATERIAL P/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONFECÇÃO DE CUBOS PERSONALIZADOS, EM CRISTAL, COM IMPRESSÃO DE IMAGEM DA JUSTIÇA CEGA EM 3D, E NOME DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. MEDIDAS: 78MM X 48MM X 48MM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS (1229677).	4.896,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15/03/2022	Inclusão	51,00000	96,0000	4.896,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
***.701.217-**
16/03/2022 12:37:40

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
15/03/2022 16:35:56

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/03/2022 12:37:40	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Assinatura de bases de dados de informação jurídica

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **3**
Estudos preliminares **7**
Termo de referência **15**
Mapa comparativo de preços **29**
Declaração de dispensa de licitação **30**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **34**
Nota de empenho **35**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1071830 / COIN

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ; Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário - COIN
Responsável pela Demanda: Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto
E-mail: pamela.aoyama@cnj.jus.br ; renata.peixoto@cnj.jus.br
Telefone para contato: 2326-5277 / 2326-5185

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto:

Trata-se da assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Justificativa:

A contratação de assinatura de bases de informação jurídica auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça; na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico do CNJ 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

a. **Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ**: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;
b. **Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital:** o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar todas as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por finalidade a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais dos Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico apropriado e a falta de servidores em número suficiente para implantação de um biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, dispensando a necessidade de deslocamento físico, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e demais áreas correlatas à atuação do CNJ.

A assinatura de bases de dados de informação jurídica tem por objetivo permitir que o público interno do CNJ tenha acesso à fontes de informações confiáveis, necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

A contratação de bases de dados informacionais é uma realidade em diversos órgãos do Poder Judiciário por:

- permitir acesso remoto à informação;
- economizar espaço físico;
- ampliar a possibilidade de atuação dos servidores de uma biblioteca, ou centro de informação, por eliminarem a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e
- fornecer informações confiáveis e atuais, mantendo o acervo atualizado.
- permitir acesso web às bases;
- permitir acesso 24/7 aos conteúdos das bases;
- permitir busca de informações jurídicas.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

Sugere-se o valor estimado de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Estima-se que a prestação dos serviços de acesso à bases de dados de informação jurídica se inicie até 31/8/2021.

5– Indicar a complexidade da contratação:

( ) Baixa (x) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **PÂMELA TIEME BARBOSA AOYAMA**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO**, em 15/04/2021, às 16:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1071830** e o código CRC **2AF3846D**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar todas as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por finalidade a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais dos Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico apropriado e a falta de servidores em número suficiente para implantação de uma biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, dispensando a necessidade de deslocamento físico, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e demais áreas correlatas à atuação do CNJ.

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Acesso à informação confiável, atualizada, em qualquer lugar, a qualquer hora; mediante assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas do conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Conselho Nacional de Justiça; Presidência; Corregedoria Nacional de Justiça; Conselheiros; todas as unidades do CNJ; servidores e demais colaboradores internos do CNJ.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação de empresa para execução dos serviços objetos destes Estudos Preliminares auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça; na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico do CNJ 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

- **Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ**: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;
- **Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital:** o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

As bases de dados de informação jurídica devem:

- Disponibilizar acervo amplo, confiável e atualizado;
- Permitir o acesso por meio de login e senha individual para cada colaborador do CNJ;
- Permitir acesso às bases de dados 24 horas por dia, sete dias por semana.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

Não se aplica, não há modelo de aquisição vigente.

3.2 Identificação das opções disponíveis

a) Hein Online

Hein Online provê acesso ao conteúdo integral de periódicos acadêmicos de Direito, decisões da Suprema Corte dos EUA, acordos e tratados internacionais, fac-símiles de livros clássicos de Direito e outros documentos correlatos a esta área. Dados de direito, dados de doutrina (direito), dados de jurisprudência, livros digitais, periódicos eletrônicos.

A base de dados HeinOnline Academic Core disponibiliza o acesso ao texto completo de mais de 1.800 periódicos jurídicos, bem como de informações sobre legislação, tratados, acordos internacionais, decisões da Suprema Corte Americana e obras clássicas sobre a história jurídica.

O conteúdo inclui mais de 100 milhões de páginas. No material é possível encontrar também os periódicos das principais faculdades de direito norteamericanas, como a Harvard Law Review, o Yale Law Journal e o Duke Law Journal.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Superior Tribunal Federal (STF) CONTRATO Nº 27/2020 Disponível em: STF Contratos	V3 Services Informação E Consultoria LTDA (VLEX)	R$ 35.633,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais)	ABA Law Library Collection Periodicals, American Law Institute Library, Law Journal Library, Foreign Relations of the United States (FRUS), Harvard Research in International Law, Immigration Law & Policy in the U.S., Intellectual Property Law Collection, New York Court of Appeals Record and Briefs, New York Legal Research Library, State Attorney General Reports & Opinions, Taxation & Economic Reform in America, Part I & II, 17812010, Code of Federal Regulations/Federal Register, U.S. Presidential Library, U.S. Attorney & Department of Justice Collection, U.S. Supreme Court Library, United Nations Law Collection, World Constitutions Illustrated e World Trials Library. Disponível em: https://home.heinonline.org/

b) Minha Biblioteca

Base de dados de livros digitais formada por quatro editoras acadêmicas do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) CONTRATO Nº 08/2019 Disponível em: Contratos Enap	Minha Biblioteca	R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)	Plataforma digital de livros conta com títulos técnicos, acadêmicos e científicos sobre temas jurídicos atuais, relevantes e de renomados autores, advogados e juristas, como Carlos Roberto Gonçalves, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Humberto Theodoro Júnior, Roberto Senise Lisboa, entre outros. Disponível em: https://minhabiblioteca.com.br/catalogo-juridico/

c) Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters

Solução da Thomson Reuters para facilitar o dia a dia dos profissionais e estudantes de Direito. A Biblioteca Digital ProView é uma plataforma de conteúdo editorial criada para auxiliar estudantes e profissionais do Direito a navegar pelos títulos jurídicos da Revista dos Tribunais em vários dispositivos, onde quer que precise: em casa, no escritório, com clientes ou em qualquer lugar.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Conselho da Justiça Federal (CJF) Disponível em: Processos CJF	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais). Acesso à base de dados da Revista dos Tribunais Online, fonte de pesquisa jurídica nacional, com 200 (duzentos) acessos simultâneos, por 12 (doze) meses; e Aquisição da assinatura para acesso à plataforma jurídica Thomson Reuters - Biblioteca Digital ProView, com 100 (cem) acessos simultâneos, pelo período de 12 (doze) meses.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) CONTRATO TSE N.º 47/2020 Disponível em: TSE Contratos	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 30.000,00 (trinta mil reais) assinaturas anuais de livros eletrônicos da Biblioteca Digital ProView, da Thomson Reuters, para a área Jurídica, com até 100 acessos simultâneos.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html
Superior Tribunal Federal (STF) CONTRATO Nº 33/2018 Disponível em: STF Contratos	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 30.000,00 (trinta mil reais) assinaturas anuais de livros eletrônicos da Biblioteca Digital ProView, da Thomson Reuters, para a área Jurídica, com até 100 acessos simultâneos.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html

d) VLEX

Informação jurídica nacional, com legislação compilada atualizada, jurisprudência dos tribunais superiores, cerca de 200 títulos livros e periódicos de prestígio que abrangem todas as áreas do direito e modelos de contratos e peças processuais prontos para serem adaptados e usados.

Instituição Contratante	**Instituição Contratada**	**Valores**	**Produtos**
Conselho da Justiça Federal (CJF) Disponível em: Processo	V3 Services Informação E Consultoria LTDA (VLEX)	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Acesso integral para 12 meses.	Legislação; Decisões administrativas; Livros e revistas; Modelos e formulários; Notícias e Boletins Oficiais. Disponível em: https://vlex.com.br/produtos/setor-publico

3.3 Adequação do ambiente

Não se aplica.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN) solicita a contratação de quatro de bases de dados de informação jurídica para atender ao Conselho Nacional de Justiça, órgão que se

difere de outros tribunais em vários aspectos. É notório que nas pesquisas realizadas identifica-se que as bibliotecas do Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal do Trabalho; Superior Tribunal Eleitoral; e Conselho da Justiça Federal, quando contratam bases de dados para acesso à informação em meio digital, optam por apenas uma ou duas bases distintas. Esta Coordenadoria esclarece que todas as instituições citadas albergam em sua estrutura bibliotecas físicas, compostas por exemplares impressos, que podem ser digitalizados, respeitados os critérios legais, para envio aos usuários e emprestados para consulta individual. O CNJ, por não contemplar uma sede própria e por não dispor de espaço físico apropriado, nem quantidade suficiente de servidores para instalação de uma biblioteca física, necessita de maior aporte na contratação de bases de dados de informação em meio digital.

A COIN entende que as soluções indicadas no item 3.2 são as soluções mais adequadas. Dessa forma esta coordenadoria indica que sejam contratadas as bases apresentadas no item 3.2. Apresenta-se assim, as bases sugeridas em ordem de relevância:

1. Minha Biblioteca
2. Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters
3. Hein Online
4. Vlex

A assinatura de bases de dados informacionais proporcionará ao CNJ os seguintes benefícios:

- acesso remoto e simultâneo à informação;
- economia de espaço físico;
- ampliação da atuação dos servidores da biblioteca, ou centro de informação, por eliminar a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e
- fornecimento de informações confiáveis e atuais, cotando com a manutenção do acervo de informações atualizado.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário, após análise de bibliotecas do Poder Judiciário, sugere que sejam contratadas quatro bases de dados distintas.

Em consideração aos contratos existentes entre a Administração Pública e as empresas fornecedoras de bases de dados de informação jurídica, os valores praticados por órgãos semelhantes ao Conselho Nacional de Justiça estão representados na tabela abaixo.

Previsão de gastos por assinatura:

Base	**Período**	**Valor**
Minha Biblioteca	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Hein Online	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 35.633,00 (trinta e cinco mil seiscentos e trinta e três reais)
Vlex	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Acesso integral para 12 meses

Total		**R$ 151.633,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e três reais)**

Sugere-se o valor estimado de R$ 151.633,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e três reais)

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

As soluções apresentadas nestes Estudos Preliminares são divisíveis. Para cada base de dados apresentada no item 3.2 há, pelo menos, uma empresa fornecedora. A COIN considera vantajosa a divisibilidade das soluções informacionais apresentadas.

Dessa forma, as bases de dados elencadas no item 3.2 poderão ser fornecidas, separadamente, por empresas diversas, respeitadas a viabilidade técnica e econômica, garantindo assim a ampliação da competitividade.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A utilização dos serviços objeto destes estudos preliminares, viabiliza as atividades do CNJ, tendo em vista a necessidade de suporte informacional, item básico para tomadas de decisões institucionais.

De acordo com a doutrina vigente, o princípio da eficiência impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdício e a garantir maior rentabilidade social.

Pode-se adotar como indicadores para avaliação da solução a ser contratada os seguintes itens:

- Economicidade: a solução contratada promoverá a entrega de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, de forma a dirimir os gastos públicos com a implementação de uma biblioteca física que demandaria um espaço grande e adequado; contratação de mais recursos humanos que atendesse a demanda presencial do órgão. Ao conseguir atender todas as demandas internas, o CNJ terá economia de tempo, utilização de recursos humanos, aparato administrativo e estrutura física.
- Eficácia: a solução contratada dever permitir acesso independentemente da localização do usuário. O corpo técnico do CNJ não precisará se dirigir a um espaço físico para ter acesso à informação que precisa para o desempenho de sua função. A informação digital pode ser acessada a qualquer tempo e de qualquer lugar por meio de login e senha.
- Efetividade: a solução contratada deverá entregar informação atualizada e confiável de forma ininterrupta.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Em atenção ao disposto no art. 10, da Instrução Normativa CNJ n. 82/2020, que dispõe: “os riscos envolvidos na aquisição deverão ser identificados, avaliados e acompanhados desde o planejamento da contratação até a execução contratual, conforme Manual de Gestão de Riscos deste Conselho”.

RISCO 1:	**Indisponibilidade da Base**		
Probabilidade **(Alta, média e Baixa)**	**Id**	**Dano**	**Impacto** **(Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Atrasar a consulta à informação.	Médio

Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Contratada deverá apresentar alternativa e solucionar o problema o mais rápido possível.		Contratada
RISCO 2:	**A base não dispor de item específico, desejado pelo usuário**		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Usuário não ter acesso à informação desejada.	Médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Buscar empréstimo do livro, ou periódico desejado em bibliotecas parceiras.		COIN

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A equipe responsável pela elaboração destes estudos preliminares não identificou restrições ou providências internas necessárias ao funcionamento das bases de dados. De toda forma, o Departamento de Tecnologia da Informação poderá ser acionado para avaliar quesitos tecnológicos que fogem da competência da equipe responsável por estes estudos.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do Contrato, em conformidade com a Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura; prorrogável, por meio de termo aditivo, conforme disposto na legislação vigente, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Conforme informado no item 4, por não dispor de uma biblioteca física, o CNJ necessita prover acesso à informação aos seus servidores por meio digital. Isso posto, identifica-se como de interesse deste Conselho a promoção de acesso à informação de forma constante. Esta Coordenadoria entende como vantajosa a possibilidade de se estender a duração dos futuros contratos devido aos fatores de continuidade e relevância presentes nos serviços de acesso à informação em meio digital. Conclui-se que a necessidade de acesso à informação, na sociedade atual, é permanente e que a falta de suporte informacional adequado pode comprometer o andamento das atividades do Conselho.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Declaro que os gestores responsáveis por estes estudos preliminares levantaram as opções mais utilizadas no âmbito do Poder Judiciário, bem como, seus custos e valores estimados foram estabelecidos após análise de contratos semelhantes com outros órgão da Administração Pública. Entende-se por fim ser de interesse deste Conselho a contratação das seguintes bases de dados, considerando todos os aspectos levantados nestes estudos preliminares:

1. Minha Biblioteca;
2. Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters;

3. Hein Online;
4. Vlex.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Pâmela Tieme Barbosa Aoyama	pamela.aoyama@cnj.jus.br	5277	COIN
Renata Lima Guedes Peixoto	renata.peixoto@cnj.jus.br	5185	COIN

Documento assinado eletronicamente por **RENATA LIMA GUEDES PEIXOTO**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - BIBLIOTECONOMIA**, em 31/05/2021, às 17:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1095668** e o código CRC **D9058FCE**.

	TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Trata-se da assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça. As bases de dados suprirão a necessidade informacional deste Conselho, haja vista a necessidade de se prover acesso por meio digital, sem a necessidade de comparecimento presencial ao CNJ. A contratação de bases de dados de informação jurídica atenderá a demanda por fontes de informações confiáveis, em meio digital, uma vez que falta espaço à implantação de uma biblioteca física no CNJ.

1.2 Indique as partes interessadas

Conselho Nacional de Justiça; Presidência; Corregedoria Nacional de Justiça; Conselheiros; Servidores; todas as unidades do CNJ.

1.3 Indique os resultados esperados da aquisição

Permitir que o público interno do CNJ tenha acesso à informação confiável e atualizada, em qualquer lugar, a qualquer hora, por meio digital.

1.4 Justificativa da contratação

Quanto à seleção das bases de dados bibliográficas

a) Motivação:

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por atribuição a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais de Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico e a falta de servidores em número suficiente para implantação de uma biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e

demais áreas correlatas à atuação do CNJ, dispensando a necessidade de deslocamento físico.

b) Objetivo:

Prover acesso a fontes de informações confiáveis e atualizadas por serem necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

c) Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

A assinatura de bases de dados informacionais promoverá:

- acesso remoto e simultâneo à informação;

- economia de espaço físico;

- ampliação da atuação dos servidores da biblioteca, ou centro de informação, por eliminar a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e

- fornecimento de informações confiáveis e atuais, contando com a manutenção do acervo atualizado.

d) Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação de empresa para execução dos serviços objetos destes Estudos Preliminares auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça, na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

- Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;

- Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital: o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

- **Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas**: as bases de informação contribuirão com o aperfeiçoamento dos servidores do CNJ e fornecerão embasamento informacional para o desenvolvimento das atividades institucionais.

e) Relação entre a demanda e a quantidade a ser contratada, acompanhada dos critérios de medição utilizados, documentos e outros meios probatórios:

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário, após estudo das necessidades de informação do Conselho Nacional de Justiça e análise do acervo digital de bibliotecas jurídicas do Poder Judiciário, sugere que sejam contratadas cinco bases de dados, fornecidas por três empresas distintas. A contratação de mais de uma base de informação tem o objetivo de formar um acervo digital amplo e diverso, que atenda às necessidades de informação

identificadas nos estudos, ressalta-se que a contratação de mais de uma base de dados não destoa do praticado pelas bibliotecas jurídicas de outros órgãos da Administração Pública.

As bibliotecas que possuem acervo físico adquirem livros de forma periódica de diferentes distribuidores. Isso acontece pois cada distribuidor trabalha com uma gama de editoras e produtos específicos e exclusivos. No caso da informação digital, ocorre a mesma situação. Para compor um acervo, é necessário ter como objetivo o todo e não a unidade de informação, os materiais devem atender a uma diversidade quanto aos temas e, também, quanto aos autores, de forma que seja possível formar um acervo bibliográfico ao mesmo tempo coeso e complementar. Por exemplo, uma biblioteca física deve ter mais de uma obra que trate de Direito Constitucional, isso porque as obras são autorais e, portanto, levam a perspectiva e didática de cada autor, além de sua contribuição particular, mas nem por isso o acervo é repetitivo, pelo contrário, é complementar. O mesmo ocorre com as bases de dados, e no caso do CNJ, a contratação de mais de uma base de informação é ainda mais importante, posto que não há uma biblioteca física que empreste livros físicos aos servidores. Dessa forma, procurou-se por bases que apresentassem conteúdos distintos e exclusivos, não se tratando por tanto do mesmo produto, mas sim de produtos de características semelhantes.

Para a seleção das bases de dados, primeiramente, foi realizado levantamento quanto às necessidades de informação do CNJ. O estudo de usuários e o estudo de necessidades de informação são instrumentos utilizados pela Biblioteconomia para o desenvolvimento de acervos e de serviços de informação. Como o CNJ, até o ano passado, não prestava nenhum serviço de informação ao seu corpo funcional, só era possível o estudo de potenciais usuários de informação. Em 2014, foi realizado estudo dos potenciais usuários de informação (link), em que verificou-se, segundo a opinião dos respondentes, que a maior demanda era por literatura especializada, seguida por informação jurídica, após, por informações produzidas pelo CNJ e, por último, por notícias. Quanto à informação jurídica, a maior demanda era por legislação, seguida por doutrina e, por último, jurisprudência. Nesse sentido, a Biblioteca Digital Ministro Aldir Passarinho, lançada ano passado, foi pensada como um serviço para atender à necessidade de acesso, de forma centralizada e organizada, aos conteúdos produzidos pelo próprio CNJ.

Para atender as necessidades relativas à literatura especializada e à informação jurídica, duas soluções se apresentam possíveis: a criação de uma biblioteca física, ou, a assinatura de bases de dados bibliográficas. A primeira opção não foi aprovada pela Administração, segundo SEI nº 02006/2015 e 04934/2015. Iniciou-se, portanto, o processo de avaliação de assinatura de bases de dados bibliográficas que, ademais, apresenta maior consonância com a atual sociedade informatizada. As informações levantadas pelo estudo foram importantes na seleção das bases de dados, mas considerando o tempo decorrido e seguindo os métodos mais atuais de seleção da informação, de análise multifacetada das necessidades de informação, de Chun Wei Choo, foi realizada análise do perfil institucional do CNJ, em que considera-se sua missão, objetivos, atribuições, organograma, além dos projetos institucionais desenvolvidos pelo órgão. Essas informações foram extraídas do Portal do CNJ e dos relatórios anuais.

Dessa forma, a partir a análise do perfil institucional do CNJ e do estudo de usuários mencionado anteriormente, verificou-se que as necessidades de informação do CNJ extrapolam a informação jurídica. É possível identificar, portanto, que a maior necessidade é por informação jurídica, mas que o acervo deve atender, também, às necessidades por informações das áreas de: Administração Geral e Pública; Estatística; Tecnologia da Informação; Contabilidade e orçamento; e Ciências Sociais.

Considerando as informações levantadas, foi aplicado o primeiro filtro para a seleção das bases de dados bibliográficas: a que se refere aos temas dos materiais bibliográficos. Buscou-se, portanto, bases que tem por foco a informação jurídica, mas também, bases que atendam às demais necessidades de informação do CNJ. Nessa etapa, foi realizada também ampla pesquisa nas Bibliotecas de órgãos públicos para levantamento de quais bases eram assinadas.

Após esse primeiro filtro, foram realizadas as análises quanto à atualidade, autoridade e precisão da informação. Critérios preconizados por Waldomiro Vergueiro, em sua obra Seleção de Materiais de Informação. Nessa etapa, é realizada a análise individual de cada base, quanto ao critério de autoridade para os livros, verificou-se quais editoras são veiculadas em cada base, buscando as mais renomadas em cada área de informação. Para os periódicos, analisou-se se os

editores seguiam os critérios de informação científica nacionais e internacionais. Quanto à precisão da informação, foram analisados os processos editoriais das editoras de livros e periódicos científicos. Quanto à atualização, analisou-se a periodicidade que novos materiais são incluídos nas bases.

Além desses itens de avaliação tradicionais da área de Gestão da Informação, foram avaliados, também, os recursos tecnológicos da base. Importante ressaltar que não foi uma avaliação técnica da área de tecnologia da informação, em relação à linguagens de programação etc., mas dos requisitos de usabilidade e acessibilidade para o usuário final e para o gerenciamento da base. Dessa forma, avaliou-se a forma de acesso à base; acesso simultâneo; possibilidade de geração de estatísticas de uso; interface amigável; recursos de leitura; recursos de acessibilidade; recursos de refinamento de pesquisa; suporte técnico e metadados do catálogo.

A COIN, após consulta de processos semelhantes entre as empresas listadas e outros órgãos, verificou que a quantidade de acessos simultâneos é estabelecida, levando-se em conta entre 10% e 15% de usuários, em relação ao total de usuários potencias, no caso do CNJ, usuários potenciais são todos os servidores e colaboradores do órgão. De acordo com a publicação CNJ em Números 2020, do Departamento de Pesquisas Judiciárias, a força de trabalho total do CNJ estava em torno de 768, entre membros, juízes auxiliares, servidores e trabalhadores auxiliares, em 2020.

A especificação de cada base consta no item 2.2.

Em consideração aos contratos existentes entre a Administração Pública e as empresas fornecedoras de bases de dados de informação jurídica, os valores praticados pelas empresas em caráter de exclusividade estão representados na tabela seguinte.

Previsão de gastos por assinatura:

Base	Produto	Período	Acessos Simultâneos	Valor	Contrato com a Administração Pública
Minha Biblioteca	**MB Jurídica e Sociais Aplicadas**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	800 usuários por login e senha individual. A quantidade de acessos foi definida em um acesso para cada servidor/colaborador do CNJ. Além de atender a cada servidor de forma individualizada, o preço nessa modalidade é inferior ao praticado por faixa de IP, no caso dessa empresa.	R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais). Proposta 1124887.	Defensoria Pública de Santa Catarina - Contrato nº 023/2021

Thomson Reuters	**Editora Revista dos Tribunais** **Biblioteca Digital Proview**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	100 usuários por Faixa de IP. A quantidade de acesso foi estabelecida em aproximadamente 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10 e 15% do total de usuários potenciais possibilita boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP.	R$ 38.760,00 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais) * R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais) * * Valor para aquisição das duas bases em um mesmo contrato Proposta 1124895.	Conselho da Justiça Federal (CJF) - PROCESSO SEI N. 0002633-32.2020.4.90.8000
Vlex	**Hein Online - Latin American Core Colection** **Vlex Brasil Premiun**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. A COIN considera a quantidade de acessos definida pela Hein adequada ao CNJ. 80 usuários por login e senha. A quantidade estabelecida em entre 10% e 15% do total de servidores e colaboradores. Essa base permite a assinatura por usuário e não por faixa de IP.	USD 5.765,00 (cinco mil, setecentos e sessenta e cinco dólares) R$ 32.583,14 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e catorze centavos) * Proposta 1125668. $ 11.268,00 (onze mil, duzentos e sessenta e oito dólares) R$ 58.327,68 (cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos) Proposta 1125672. * valor convertido em reais com impostos	Supremo Tribunal Federal (STF) - Contrato nº 20/2021 Conselho da Justiça Federal (CJF) - PROCESSO 0003688-60.2020.4.90.8000

Total				**R$ 236.560,82 (duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos)**	

2. OBJETO

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

Trata-se da assinatura de bases de dados em meio digital, que promovam acesso à informação confiável, atualizada, disponibilizando acesso a livros (e-books), periódicos, artigos e demais produtos informacionais na área do Direito e áreas correlatas.

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

Trata-se de bases de dados informacionais que promovam acesso à informação, contemplando a doutrina na área do Direito, bem como nas áreas correlatas à atuação do CNJ, como: Ciências Sociais; Tecnologia da Informação; Estatística e outras áreas que possam abranger o conhecimento necessário ao desenvolvimentos das atividades meio e finalísticas deste Conselho.

As bases selecionadas devem disponibilizar informação de qualidade. Essa expressão pode denotar a falsa impressão de uma definição vaga, mas ressalta-se que não é difícil definir informação de qualidade. Waldomiro Vergueiro, importante pesquisador e autor da biblioteconomia, em seu livro "Seleção de materiais de informação", define alguns critérios para a seleção de materiais bibliográficos, quais sejam:

Autoridade: as bases de dados de informação deverão manter em seus acervos as informações oriundas de autores renomados e com atuação reconhecida. Deve-se optar pela disponibilização de livros, periódicos e artigos com reconhecimento de suas fontes, buscando as publicações de instituições e autores pessoais que primem por critérios científicos. Busca definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador.

Precisão: visa evidenciar o quanto a informação veiculada é exata, rigorosa, correta.

Atualidade: trata da capacidade de um acervo se mantar atual, no caso do Direito, sem negligenciar aspectos históricos. As bases de dados de informação devem contemplar informações atuais, de forma a permitir o constante aprimoramento profissional.

Dada a subjetividade presente na escolha de ferramentas informacionais, as bibliotecárias da COIN (Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória), após análise das principais bases de dados de informação disponíveis e assinadas no âmbito da Administração Pública, definiram as bases a serem contratadas. As bases selecionadas fornecem produtos exclusivos. São diferenciais de cada base:

Minha Biblioteca: exclusividade no fornecimento de publicações das renomadas editoras: Grupo A Educação S.A; Editora Atlas LTDA; Gen-Grupo Editorial Nacional Participações S.A; Saraiva Educação S.A; Editora Manole Limitada. A base dá acesso à materiais de 15 editoras acadêmicas nacionais e 38 selos editoriais: Grupo A; Gen Atlas; Manole, Saraiva Eduacação; Almedina Brasil; Alta Books, Blucher; Clengage Learning; Cortez Editora; Editora Unijui; Empreende; Grupo Autêntica; Medbook; Saint Paul Editora e Trevisan.

Nas áreas de informação prioritárias ao Conselho Nacional de Justiça, a base dispõe de uma

coleção voltada à informação jurídica, a MB Jurídica, com mais de 2.300 títulos disponíveis. E para atender às necessidades de informação das áreas de estatística, informática, contabilidade, administração geral e pública e orçamento, têm as coleções MB Sociais Aplicadas, com mais de 3.700 títulos.

A base é atualizada mensalmente com novos títulos e permite o acesso simultâneo ilimitado a todos os usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Fornece, também, material de apoio para treinamento e divulgação da ferramenta, suporte técnico e plano de melhoramento contínuo dos metadados de recuperação da informação.

Editora Revista dos Tribunais: exclusividade no fornecimento da renomada Revista dos Tribunais Online Clássica e Revista dos Tribunais Online Completa (Plataforma digitais de busca jurídica para pesquisas em jurisprudência, doutrina, legislação, súmulas, além de outros conteúdos desenvolvidos exclusivamente para essa plataforma como as Doutrinas Essenciais, Pareceres e Códigos Comentados escritos por autores da Revista dos Tribunais e da FiscoSoft. O acervo de busca online conta atualmente com 36 revistas Periódicas especializadas em diversas áreas do Direito, 19 coleções de Doutrina Essenciais, 8 Coleções de Pareceres e Soluções Práticas, 10 Códigos Comentados e Notícias de Agência Reuters News, além de outros).

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Biblioteca Digital Proview: exclusividade no fornecimento da ProView Thomson Reuters – Biblioteca Virtual ProView (Plataforma de leitura, consulta e armazenamento de livros em formato digital. Trazendo recursos de busca em toda biblioteca com tema livre e termos indexados, recursos de exportação trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, sistema de criação de categorias para cada obra e possibilidade de classificação dos destaques e notas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários. A THOMSON REUTERS BRASIL publicou mais de 1.500 obras com os selos editoriais Revistas dos Tribunais e FiscoSoft).

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Hein Online - Latin American Core Colection: exclusividade no fornecimento de títulos voltados à atuação jurídica na América Latina e dos Estados Unidos das renomadas: ABA Law Library Collection Periodicals; American Law Institute Library; Federal Register Library/Code of Federal Regulations; Foreign Relations of the United States; Harvard Research in International Law; Immigration Law & Policy in the U.S.; Intellectual Property Law Collection; Law Journal Library; New York Court of Appeals Records and Briefs; New York Legal Research Library; State Attorney General Reports & Opinions; Taxation & Economic Reform in America, Parts I & II, 1781-2010; U.S. Attorney General & Department of Justice Collection; U.S. Presidential Library; U.S. Supreme Court Library; United Nations Law Collection; World Constitutions Illustrated; World Trials Library.

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Vlex Brasil Premiun: exclusividade no fornecimento de títulos de renomadas editoras, como LTr, FGV Direito, JH Mizuno, Leud, Pillares, Malheiros, Bonijuris, entre outras. Fornece uma ampla coleções de informação jurídica em uma plataforma de inteligência artificial, que aprende com o comportamento de seus usuários. Disponibiliza acesso à legislação abrangente e jurisprudência de 20 países e uma ampla seleção de mais de 130 países, bem como conteúdo de

Doutrina de mais de 1.000 editores selecionados.

Para atendimento da necessidade por informação jurídica, tanto nacional como estrangeira, a VLex apresenta um amplo acervo de doutrina, jurisprudência, legislação, além da veiculação de notícias da área jurídica. A base é atualizada mensalmente com novos títulos e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Disponibiliza, também, tradutor automático de 14 idiomas para a terminologia jurídica.

2.3 Sujeição às normas técnicas

Não se aplica.

2.4 Critérios de sustentabilidade

A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93.

A empresa contratada deverá observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, bem como as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 201/2015, pelo Plano de Logística Sustentável do CNJ e Portaria CNJ n. 18/2020.

2.5 Em caso de posto de trabalho:

Não se aplica.

2.6 Em caso de produtos/serviços

Contemplado no item 1.4 e) deste Termo de Referência.

2.7 Métricas utilizadas

A disponibilização de acesso à bases de dados será a métrica utilizada. A bases deverão estar acessíveis ininterruptamente, enquanto durar o contrato.

2.8 Necessidade de Agrupamento de Itens

Não se aplica. Trata-se de diferentes bases de dados, fornecidas por diferentes empresas.

2.9 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

Trata-se de contratação não continuada, conforme Parecer AJU 1140688.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 Local e Horário

Sede do Conselho Nacional de Justiça. Endereço: SAF SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, Brasília-DF. Horário de funcionamento: das 12h às 19h.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

De segunda-feira a sexta-feira, das 12h às 19h.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

Ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Por se tratar de informação disponível em plataforma online na Internet. Deve estar acessível a qualquer momento enquanto durar o contrato.

3.4 Ordem de Execução

Assinatura do contrato.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Contratação por inexigibilidade de licitação com fundamento no caput do art. 25, da Lei 8.666/93, por se tratar de serviço que somente pode ser disponibilizado por fornecedor único, fato que inviabiliza procedimento competitivo.

As cartas de exclusividade das bases estão disponíveis nos documentos:

- Minha Biblioteca (1124887)
- Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais e Biblioteca Digital Proview (1124895)
- Hein online (1125668)
- Vlex Brasil Premium (1125672)

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Habilitação jurídica

- registro comercial, no caso de empresário individual;
- ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

5.2 Regularidade fiscal e trabalhista

- comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ do Ministério da Economia;
- comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;
- prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

5.3 Qualificação econômico-financeira

- Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Certidão Negativa de Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.4 Declarações exigidas

- Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei n. 9.854/1999);
- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- Declaração de elaboração independente de proposta.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

As empresas fornecedores das bases de dados listadas no item 1.4, e, deverão apresentar proposta em consonância com o disposto nesse Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

I - Prestar os serviços no prazo estabelecido em contrato e de acordo com a especificação e demais condições estipuladas;

II - Disponibilizar o acesso à plataforma em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato;

III - Indicar preposto para manter entendimentos com o CNJ durante a execução dos serviços;

IV - Fornecer suporte técnico à CONTRATANTE e esclarecer dúvidas de acesso à base de dados, durante o horário comercial (dias úteis), por telefone ou e-mail;

V - Preservar o disposto legal sobre os direitos autorais das publicações disponibilizadas na base de dados;

VI - Manter a base de dados acessível vinte quatro horas por dia, sete dias por semana;

VII - Informar no prazo de 24 horas problemas que impossibilitem o acesso à base de dados;

VIII - Assumir exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da execução do objeto contratado;

IX - Fornecer ao CNJ todas as especificações técnicas necessárias à disponibilização da base de dados;

X - Enviar relatórios de acesso e uso mensalmente ao CNJ;

XI - Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a terceiros, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

XII - Prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo, de imediato, às reclamações;

XIII - É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os

profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do gestor do contrato;

XIV - Comunicar ao CONTRATANTE, por e-mail, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços, tais como inconsistência no acesso, demora na efetivação da assinatura;

XV - Notificar o Contratante, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quando da realização de manutenções preventivas programadas, que forem necessárias ao sistema;

XVI - Não subcontratar o objeto deste Contrato;

XVII - Promover treinamento para utilização da ferramenta;

XVIII - Declarar ciência e cumprir fielmente do Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça - instituído pela Portaria n. 18, de 31 de janeiro de 2020 -, cuja formalização se dará por meio da assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso, a ser adicionado como Anexo do TR. Preencher o termo disposto no Anexo A deste Termo de Referência;

XIX - manter as condições de habilitação da contratação durante toda a execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São deveres do Conselho Nacional de Justiça:

I - Designar gestor e substituto para acompanhamento e fiscalização do contrato;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

IV - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma:

a) o gestor ou o fiscal do contrato deverá receber o objeto, mediante Termo de Recebimento Definitivo, após comprovada a adequação ao Termo de Referência, à proposta, e ao Contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

O pagamento ocorrerá em parcela única, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, no prazo disposto no artigo 40, inciso XIV, alínea a, da Lei n. 8.666/93, de até 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação da fatura pelos gestores do contrato. Conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela

Justiça do Trabalho;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA;

c) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Projeto Básico ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

d) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

e) Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA no Protocolo do CNJ.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

Em caso de atraso, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com o Conselho Nacional de Justiça e com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e no teor da Instrução Normativa nº67/2020/CNJ, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, limitada a incidência a 5 (cinco) dias;

b.1.1) No caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 1% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

b.1.2) No caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos por prazo superior a 15 (dez) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.4” ou“b.5”, conforme o caso.

b.2) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos, limitada a incidência a 5 (cinco) dias úteis;

b.2.1) No caso de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato;

b.2.2) No caso de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.4” ou“b.5”, conforme o caso.

b.3) 5% (5 por cento), sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de a CONTRATADA não manter as condições iniciais de habilitação;

b.3.1) Caso a CONTRATADA não regularize sua situação, de acordo com as condições iniciais de habilitação previstas no contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da

notificação enviada pela Administração, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), sobreo valor total do contrato, podendo haver, ainda, a rescisão do contrato.

b.3.2) O prazo previsto na alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração e desde que a CONTRATADA realize a solicitação justificando a necessidade de prorrogação.

b.4) 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação, com possibilidade de rescisão contratual;

b.5) 20% (vinte por cento), sobre o valor total contrato, no caso de inexecução total da obrigação, com possibilidade de rescisão contratual;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de serviço com prestação continuada, o prazo de vigência do Contrato, em conformidade com a Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não se aplica.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O gestor e o gestor substituto do contrato serão responsáveis pela verificação da conformidade do serviço prestado, em conformidade com o Manual de Gestão de Contratos do CNJ.

15. ESTUDO PRELIMINAR

Declaro que esse Termo de Referência foi elaborado de acordo com o estudo preliminar nº 1095668, aprovado pela Secretaria de Administração.

ANEXO - A

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e

produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

Documento assinado eletronicamente por **PÂMELA TIEME BARBOSA AOYAMA**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO**, em 29/09/2021, às 14:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1171869** e o código CRC **425BFA9E**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 00272/2021
Assunto: Assinatura de bases de dados de informação jurídica
Servidor: Nilson
Data: 11/11/2021

Objeto	ITEM	UM	Qtde	Empresa: MINHA BIBLIOTECA LTDA CNPJ: 13.183.749/0001-63 PROPOSTA			CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA CNPJ: 13.183.749/0001-63 CONTRATO			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA CNPJ: 05.703.755/0001-76 CONTRATO			INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CNPJ: 10.735.145/0012-47 NOTA FISCAL						VALOR MÉDIO (A)		VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor							
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim					
				Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total
Minha Biblioteca	1	Mês	12	6.320,00	75.840,00	75.840,00	4.800,00	57.600,00	57.600,00	3.960,00	47.520,00	47.520,00	~~124.200,00~~	1.490.400,00					5.026,67	60.320,00	3.960,00	47.520,00
Sub-total						**75.840,00**			**57.600,00**			**47.520,00**			-						
				Empresa: THOMSON REUTERS CNPJ: 60.501.293/0001-12 PROPOSTA			FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO CNPJ: 33.540.014/0001-57 NOTA DE EMPENHO			TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 28.483.014/0001-22 NOTA DE EMPENHO			FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZACAO E APRIMORAMENTO FUNCIONAL DO GOIÁS CNPJ: 07.004.223/0001-76 NOTA FISCAL			MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CNPJ: 26.989.715/0050-90 NOTA FISCAL						
Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais	2	Mês	12	3.230,00	38.760,00	38.760,00	3.722,91	44.674,89	44.674,89	3.751,67	45.020,00	45.020,00							3.568,19	42.818,29	3.230,00	38.760,00
Thomson Reuters - Biblioteca Digital Proview	3	Mês	12	2.587,50	31.050,00	31.050,00							2.600,00	31.200,00	31.200,00	2.606,25	31.275,00	31.275,00	2.597,92	31.175,00	2.587,50	31.050,00
Sub-total						**69.810,00**			**44.674,89**			**45.020,00**			**31.200,00**			**31.275,00**				
				Empresa: V3 Services Informação e Consultoria Ltda CNPJ: 12.422.562/0001-02 PROPOSTA			SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CNPJ: 00.531.640/0001-28 CONTRATO			UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CNPJ: 83.899.526/0001-82 CONTRATO			ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CNPJ: 03.920.829/0001-09 CONTRATO											
vLex Hein online	4	Mês	12	2.942,84	35.314,02	35.314,02	3.549,20	42.590,39	42.590,39	3.571,18	42.854,12	42.854,12	3.423,59	41.083,06	41.083,06				3.371,70	40.460,39	2.942,84	35.314,02
Sub-total						**35.314,02**			**42.590,39**			**42.854,12**			**41.083,06**				-	-	-	-
				Empresa: V3 Services Informação e Consultoria Ltda CNPJ: 12.422.562/0001-02 PROPOSTA																			
Vlex Brasil Premium	5	Mês	12	4.853,14	58.237,68	58.237,68			-			-			-			-	4.853,14	58.237,68	4.853,14	58.237,68
Sub-total						**58.237,68**			-			-			-			-	-	-	-	-

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Minha Biblioteca

Valor médio total estimado:	60.320,00	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	47.520,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais

Valor médio total estimado:	42.818,29	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	38.760,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Thomson Reuters - Biblioteca Digital Proview

Valor médio total estimado:	31.175,00	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	31.050,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

vLex Hein online

Valor médio total estimado:	40.460,39	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	35.314,02	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Vlex Brasil Premium

Valor médio total estimado:	58.237,68	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	58.237,68	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de contratação, por inexigibilidade, de assinatura de bases de dados em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Após aprovação dos Estudos Preliminares e Projeto Básico pela Secretaria de Administração (SAD), conforme Despachos n. 1099219 e 1187578, os autos foram encaminhados à Seção de Compras (SECOM), para realização de pesquisa de preços e demais atos tendentes a comprovar a compatibilidade do preço com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU 17/2009.

Cabe destacar que, preliminarmente à aprovação do Projeto Básico, a Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), por meio do Despacho n. 1125674, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica (AJU), com nova versão do Projeto Básico, juntamente com as propostas das empresas a serem contratadas, solicitando orientação acerca da "possibilidade de se contratar por inexigibilidade de licitação as cinco bases listadas no Termo de Referência 1111894.”

Em resposta, a AJU, mediante Parecer n. 1140688, manifestou-se no sentido de ser possível a contratação das bases de dados, por inexigibilidade de licitação, com fundamento legal no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, desde que observadas as recomendações apresentadas no referido opinativo. Por essa razão, em atendimento às referidas recomendações AJU, a COIN inseriu nos autos nova versão do Termo de Referência/ Projeto Básico COIN 1154714, contemplando as alterações necessárias, conforme detalhado no Despacho n. 1159085.

Então, os autos foram novamente encaminhados à Seção de Elaboração de Editais (SEEDI), para análise da nova versão do Termo de Referência/ Projeto Básico COIN 1154714. Realizada a análise à luz da Instrução Normativa CNJ n. 82/2020 e do Manual de Aquisições do CNJ, instituído pela Portaria CNJ nº 168/2020, a SEEDI informou que o Projeto Básico contempla os requisitos mínimos do referido manual. Contudo, no que se refere à justificativa acerca dos quantitativos apresentados para a contratação, verificou-se que foram baseados nas propostas apresentadas 1124895, 1124887, 1125668 e 1125672 e não na real quantificação da demanda do CNJ. Por esse motivo, o Processo foi restituído a unidade demandante, para adequação do Projeto Básico ou, se fosse o caso, apresentação das justificativas que embasassem a manutenção dos quantitativos previstos.

Em resposta, a COIN, por meio do Despacho n. 1185383, manifestou-se conforme a seguir:

> [...] 1. Em atenção ao Despacho SAD 1185046, que solicita adequação do quantitativo de acessos previsto no Projeto Básico 1171869 ou apresentação de justificativas, tendo por base o Despacho SEEDI 1176730, informa-se:
>
> 2. Esclareço que a COIN confirma a quantidade de acesso pleiteada e esclarece que a descrição dos acessos está disponível na tabela do item 1.4, e), do referido Projeto Básico. A empresa Minha Biblioteca oferece acesso individual por preço menor do que o praticado por acesso por faixa de IP. Dessa forma, foram contemplados 800 (oitocentos) acessos individuais, contabilizando o total de colaboradores do CNJ. As bases Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital Proview e Vlex Brasil Premium foram cotadas após verificação da COIN de contratos com outras bibliotecas, tendo por base, aproximadamente, 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10% e 15% do total de usuários potenciais garante boa cobertura de acessos simultâneos, no

> caso de faixa de IP. Apenas a base Hein Online - Latin American Core Colection, única base internacional cotada pela COIN, pratica uma forma diferente para quantificar os acessos que cada órgão necessita. A Hein Online não altera sua métrica e indicou que o CNJ contrate entre 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. Como caso concreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) também contrata a base Hein Online, com as considerações definidas pela empresa sem prejuízo algum ao erário.
>
> 3. Quanto ao item 3.1, do Despacho SEEDI1176730, cumpre ressaltar que o relatório CNJ em Números foi publicado na gestão anterior e houve crescimento do quadro na gestão atual, com mais juízes auxiliares. É necessário levar em consideração, também, os postos de trabalho adicionados com as contratações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do DMF e do DPJ que trabalham diretamente com pesquisas relativas às políticas públicas desenvolvidas pelo CNJ, e que se beneficiarão diretamente com a disponibilização de materiais de informação de qualidade e atuais.
>
> 4. Dada a informação, a COIN não identifica óbice as contratações e considera que os acessos estipulados não prejudicam em hipótese alguma o CNJ. Isso posto, considera-se adequada a quantidade de acessos definida no Projeto Básico para o público do CNJ. A quantificação de acessos foi feita pelas bibliotecárias do CNJ, Pâmela Tieme Barbosa Aoyama e Renata Lima Guedes Peixoto, que são as responsáveis técnicas no assunto.
>
> 5. Dessa forma, a COIN mantém a quantidade de acesso estipulada no Projeto Básico 1171869. Encaminha-se os autos para as devidas análises. [...].

Posto isso, considerando que as informações técnicas são de responsabilidade da unidade demandante e acatando as justificativas apresentadas pela COIN, com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411, de 30 de novembro de 2018 (0578958), a SAD aprovou o Projeto Básico 1171869.

Superada essa questão, os autos foram, finalmente, encaminhados à SECOM, para realização de pesquisa de preços com vistas a verificação da compatibilidade do preço das propostas 1124895, 1124887, 1125668, e 1125672 com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados.

Quanto a pesquisa de preços, cabe registrar que a SAD solicitou à SECOM a retificação da primeira versão do Mapa Comparativo de Preços (1206375), sobretudo, em relação ao comparativo de preços, com a exclusão de valor médio e mínimo, devendo constar apenas o valor real das propostas apresentadas, para a fiel realização da comparação de valores. Além disso, requereu-se que, após nova versão do mapa comparativo de preços, *os autos fossem enviados à COIN, para manifestação, quanto aos seguintes pontos: **1)** em relação à opção VLEX Brasil Premium, a empresa, mediante e-mail (1206451), informou que não há assinante no Brasil com as mesmas configurações solicitadas pelo CNJ e, por essa razão, não foi possível enviar contratações similares para comparativo de preços e, nesse caso, considerando a indicação da ordem de prioridade constante dos Estudos Preliminares (item 4), e que as bases possuem características semelhantes, solicito avaliar a possibilidade de não contratar essa opção ou apresentar justificativas complementares que corroborem a contratação; e **2)** possibilidade de reavaliação da quantidade de acessos a serem contratados, já que não há histórico da real demanda do CNJ, tendo em vista que a quantidade a ser contratada está diretamente relacionada ao valor da proposta encaminhada e com valor superior aos contratos já firmados com Administração, com quem a empresa vem prestando o mesmo serviço.*

Em resposta, a COIN, por meio do Despacho n. 1227787, manifestou-se conforme a seguir:

> [...] 2. Em relação ao item 1), é importante ressaltar que não há ordem de prioridade para contratação, a enumeração dos Estudos Preliminares foi utilizada somente para fins de organização. Quanto à similaridade das bases de dados, conforme o item 1.4 dos Termo de Referência/Projeto Básico COIN (1171869), ratifica-se que ainda que todas as bases sejam bibliográficas, ou seja, são compostas por livros artigos, folhetos, etc, os materiais que as compõem se diferenciam um dos outros, ou seja, mesmo que duas bases tenham conteúdo da área do Direito, serão livros, artigos, folhetos, etc. diferentes, serão autores diferentes, com abordagens diferentes. Para a formação de um acervo completo, é essencial que se

tenha diversidade de materiais bibliográficos, principalmente no contexto do Conselho Nacional de Justiça em que não se terá biblioteca física.

3. Ainda em relação ao item 1) do Despacho SAD1224679, ressalta-se que são duas coleções a serem contratadas pela empresa vLex: a vLex Brasil Premium e a Hein Online – Latin American Core Colection. Dessa forma, o que a empresa informou é que não possui contratos com as mesmas características da proposta do CNJ, ou seja, o mesmo número de usuários e com as duas coleções citadas, conforme e-mail 1206451:

> *Olá Sr. Nilson, Me perdoe se não fui clara. Temos sim notas fiscais de produtos semelhantes, mas não em conjunto. O CNJ assinará apenas a Coleção vLex Brasil Premium? Agradeço o esclarecimento e peço desculpas pelo transtorno.*

4. Dessa forma, solicitamos à empresa o envio de Notas Fiscais e Contratos relativos à coleção vLex Brasil Premium, ao que foram enviadas as Notas Fiscais (1227758) e (1227761), e o contrato (1227786). Ressalta-se que o valor da Nota Fiscal (1227761) é menor devido à quantidade menor de usuários contratados pela instituição.

5. Quanto ao item 2) do Despacho SAD 1224679, ratificamos os esclarecimentos constantes no Despacho COIN 1185383:

2. Esclareço que a COIN confirma a quantidade de acesso pleiteada e esclarece que a descrição dos acessos está disponível na tabela do item 1.4, e), do referido Projeto Básico. A empresa Minha Biblioteca oferece acesso individual por preço menor do que o praticado por acesso por faixa de IP. Dessa forma, foram contemplados 800 (oitocentos) acessos individuais, contabilizando o total de colaboradores do CNJ. As bases Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital Proview e Vlex Brasil Premium foram cotadas após verificação da COIN de contratos com outras bibliotecas, tendo por base, aproximadamente, 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10% e 15% do total de usuários potenciais garante boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP. Apenas a base Hein Online - Latin American Core Colection, única base internacional cotada pela COIN, pratica uma forma diferente para quantificar os acessos que cada órgão necessita. A Hein Online não altera sua métrica e indicou que o CNJ contrate entre 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. Como caso concreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) também contrata a base Hein Online, com as considerações definidas pela empresa sem prejuízo algum ao erário.

6. Nesse sentido, o valor apresentado pela coleção Minha Biblioteca, item 1 do mapa comparativo de preços (1226725), é superior ao apresentado na proposta, devido à quantidade de acessos individuais que serão contratados pelo CNJ. Nesse caso, as propostas juntadas ao processo evidenciam um número inferior de acessos, fato que diminuiu o preço dos contratos das instituições analisadas. [...]

Dessa forma, a SECOM, em atendimento ao disposto no referido Despacho COIN, ajustou novamente o mapa comparativo de preços, para inclusão do contrato e notas fiscais referentes a vLex Brasil Premium.

Após todo trâmite necessário pra a realização da pesquisa de preços, conforme Despachos SECOM n. 1217685, 1226728, 1227996, a última versão do Mapa Comparativo de Preços v.3 (1227993) e os esclarecimentos trazidos pela unidade demandante, é possível inferir que o preço proposto pelas empresas Minha Biblioteca Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e V3 Services Informações e Consultoria Ltda. estão alinhados com o que vem sendo praticado em outros contratos, considerando a metodologia utilizada pelas empresas para disponibilização de suas bases de dados.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1212717) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1213012 e Despacho SEPOR 1213016). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista das empresas Minha Biblioteca Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e V3 Services Informações e Consultoria Ltda., para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1228152, 1228163, 1228165, 1228170, 1228174, 1228177, 1228180, 1228180 e 1228184.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1228186, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse

modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> (...)

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, **declaro a inexigibilidade de licitação**, para contratar as empresas **Minha Biblioteca Ltda. (CNPJ: 13.183.749/0001-63)**, no valor de R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais), **Editora Revista dos Tribunais Ltda. (CNPJ: 60.501.293/0001-12)**, no valor de R$ 69.810,00 (sessenta e nove mil oitocentos e dez reais) e **V3 Services Informações e Consultoria Ltda. (CNPJ: 12.422.562/0001-02)**, no valor de R$ 93.551,70 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), totalizando o valor de **R$ 239.201,70 (duzentos e trinta e nove mil duzentos e um reais e setenta centavos)**, para contratação de assinatura de bases de dados, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das empresas supramencionadas.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 14/12/2021, às 17:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228259** e o código CRC **021FE07B**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1140688, manifestando-se pela possibilidade de contratação das bases de dados, por inexigibilidade de licitação, e do Despacho SAD 1228259, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 c/c *caput* do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da competência disposta na Portaria CNJ nº 112/2010, art. 3º, inc. XI, alínea "aj", **aprovo** a realização das seguintes despesas, bem como **autorizo** a contratação das seguintes empresas, com vistas à contratação de assinatura de bases de dados, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça:

a) Minha Biblioteca Ltda (CNPJ: 13.183.749/0001-63), no valor de R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais);

b) Editora Revista dos Tribunais Ltda (CNPJ: 60.501.293/0001-12), no valor de R$ 69.810,00 (sessenta e nove mil oitocentos e dez reais); e

c) V3 Services Informações e Consultoria Ltda (CNPJ: 12.422.562/0001-02), no valor de R$ 93.551,70 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229697** e o código CRC **92B5D910**.

Data e hora da consulta: 17/02/2022 13:32
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	158	2022PE000131

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/02/2022	Global	00272/2021	-	69.810,00

Favorecido

Código	Nome
60.501.293/0001-12	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

Endereço	CEP
DR CARDOSO DE MELO 1855 ANDAR 12 VILA OLIMPIA	04548-903

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	11-3613-8400/8725/8729

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
00272/2021. CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE BASES DE DADOS, EM MEIO DIGITAL, NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO CORRELATAS À ATUAÇÃO DO CNJ. CONFORME DESPACHO DG 1260719.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/02/2022 17:51:24	Alteração

Data e hora da consulta: 17/02/2022 13:32
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	69.810,00

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE BASES DE DADOS, EM MEIO DIGITAL, NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO CORRELATAS À ATUAÇÃO DO CNJ. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROJETO BÁSICO 1171869.	69.810,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/02/2022	Inclusão	1,00000	69.810,0000	69.810,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
***.701.217-**
16/02/2022 17:51:24

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
16/02/2022 17:21:15

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/02/2022 17:51:24	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Assinatura de bases de dados de informação jurídica

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **3**
Estudos preliminares **7**
Termo de referência **15**
Mapa comparativo de preços **29**
Declaração de dispensa de licitação **30**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **34**
Nota de empenho **35**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1071830 / COIN

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ; Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário - COIN
Responsável pela Demanda: Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto
E-mail: pamela.aoyama@cnj.jus.br ; renata.peixoto@cnj.jus.br
Telefone para contato: 2326-5277 / 2326-5185

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto:

Trata-se da assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Justificativa:

A contratação de assinatura de bases de informação jurídica auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça; na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico do CNJ 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

a. **Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ**: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;
b. **Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital:** o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar todas as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por finalidade a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais dos Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico apropriado e a falta de servidores em número suficiente para implantação de um biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, dispensando a necessidade de deslocamento físico, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e demais áreas correlatas à atuação do CNJ.

A assinatura de bases de dados de informação jurídica tem por objetivo permitir que o público interno do CNJ tenha acesso à fontes de informações confiáveis, necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

A contratação de bases de dados informacionais é uma realidade em diversos órgãos do Poder Judiciário por:

- permitir acesso remoto à informação;
- economizar espaço físico;
- ampliar a possibilidade de atuação dos servidores de uma biblioteca, ou centro de informação, por eliminarem a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e
- fornecer informações confiáveis e atuais, mantendo o acervo atualizado.
- permitir acesso web às bases;
- permitir acesso 24/7 aos conteúdos das bases;
- permitir busca de informações jurídicas.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

Sugere-se o valor estimado de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Estima-se que a prestação dos serviços de acesso à bases de dados de informação jurídica se inicie até 31/8/2021.

5– Indicar a complexidade da contratação:

( ) Baixa (x) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **PÂMELA TIEME BARBOSA AOYAMA**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO**, em 15/04/2021, às 16:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1071830** e o código CRC **2AF3846D**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar todas as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por finalidade a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais dos Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico apropriado e a falta de servidores em número suficiente para implantação de uma biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, dispensando a necessidade de deslocamento físico, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e demais áreas correlatas à atuação do CNJ.

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Acesso à informação confiável, atualizada, em qualquer lugar, a qualquer hora; mediante assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas do conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Conselho Nacional de Justiça; Presidência; Corregedoria Nacional de Justiça; Conselheiros; todas as unidades do CNJ; servidores e demais colaboradores internos do CNJ.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação de empresa para execução dos serviços objetos destes Estudos Preliminares auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça; na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico do CNJ 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

- **Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ**: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;
- **Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital:** o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

As bases de dados de informação jurídica devem:

- Disponibilizar acervo amplo, confiável e atualizado;
- Permitir o acesso por meio de login e senha individual para cada colaborador do CNJ;
- Permitir acesso às bases de dados 24 horas por dia, sete dias por semana.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

Não se aplica, não há modelo de aquisição vigente.

3.2 Identificação das opções disponíveis

a) Hein Online

Hein Online provê acesso ao conteúdo integral de periódicos acadêmicos de Direito, decisões da Suprema Corte dos EUA, acordos e tratados internacionais, fac-símiles de livros clássicos de Direito e outros documentos correlatos a esta área. Dados de direito, dados de doutrina (direito), dados de jurisprudência, livros digitais, periódicos eletrônicos.

A base de dados HeinOnline Academic Core disponibiliza o acesso ao texto completo de mais de 1.800 periódicos jurídicos, bem como de informações sobre legislação, tratados, acordos internacionais, decisões da Suprema Corte Americana e obras clássicas sobre a história jurídica.

O conteúdo inclui mais de 100 milhões de páginas. No material é possível encontrar também os periódicos das principais faculdades de direito norteamericanas, como a Harvard Law Review, o Yale Law Journal e o Duke Law Journal.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Superior Tribunal Federal (STF) CONTRATO Nº 27/2020 Disponível em: STF Contratos	V3 Services Informação E Consultoria LTDA (VLEX)	R$ 35.633,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais)	ABA Law Library Collection Periodicals, American Law Institute Library, Law Journal Library, Foreign Relations of the United States (FRUS), Harvard Research in International Law, Immigration Law & Policy in the U.S., Intellectual Property Law Collection, New York Court of Appeals Record and Briefs, New York Legal Research Library, State Attorney General Reports & Opinions, Taxation & Economic Reform in America, Part I & II, 17812010, Code of Federal Regulations/Federal Register, U.S. Presidential Library, U.S. Attorney & Department of Justice Collection, U.S. Supreme Court Library, United Nations Law Collection, World Constitutions Illustrated e World Trials Library. Disponível em: https://home.heinonline.org/

b) Minha Biblioteca

Base de dados de livros digitais formada por quatro editoras acadêmicas do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) CONTRATO Nº 08/2019 Disponível em: Contratos Enap	Minha Biblioteca	R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)	Plataforma digital de livros conta com títulos técnicos, acadêmicos e científicos sobre temas jurídicos atuais, relevantes e de renomados autores, advogados e juristas, como Carlos Roberto Gonçalves, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Humberto Theodoro Júnior, Roberto Senise Lisboa, entre outros. Disponível em: https://minhabiblioteca.com.br/catalogo-juridico/

c) Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters

Solução da Thomson Reuters para facilitar o dia a dia dos profissionais e estudantes de Direito. A Biblioteca Digital ProView é uma plataforma de conteúdo editorial criada para auxiliar estudantes e profissionais do Direito a navegar pelos títulos jurídicos da Revista dos Tribunais em vários dispositivos, onde quer que precise: em casa, no escritório, com clientes ou em qualquer lugar.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Conselho da Justiça Federal (CJF) Disponível em: Processos CJF	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais). Acesso à base de dados da Revista dos Tribunais Online, fonte de pesquisa jurídica nacional, com 200 (duzentos) acessos simultâneos, por 12 (doze) meses; e Aquisição da assinatura para acesso à plataforma jurídica Thomson Reuters - Biblioteca Digital ProView, com 100 (cem) acessos simultâneos, pelo período de 12 (doze) meses.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) CONTRATO TSE N.º 47/2020 Disponível em: TSE Contratos	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 30.000,00 (trinta mil reais) assinaturas anuais de livros eletrônicos da Biblioteca Digital ProView, da Thomson Reuters, para a área Jurídica, com até 100 acessos simultâneos.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html
Superior Tribunal Federal (STF) CONTRATO Nº 33/2018 Disponível em: STF Contratos	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 30.000,00 (trinta mil reais) assinaturas anuais de livros eletrônicos da Biblioteca Digital ProView, da Thomson Reuters, para a área Jurídica, com até 100 acessos simultâneos.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html

d) VLEX

Informação jurídica nacional, com legislação compilada atualizada, jurisprudência dos tribunais superiores, cerca de 200 títulos livros e periódicos de prestígio que abrangem todas as áreas do direito e modelos de contratos e peças processuais prontos para serem adaptados e usados.

Instituição Contratante	**Instituição Contratada**	**Valores**	**Produtos**
Conselho da Justiça Federal (CJF) Disponível em: Processo	V3 Services Informação E Consultoria LTDA (VLEX)	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Acesso integral para 12 meses.	Legislação; Decisões administrativas; Livros e revistas; Modelos e formulários; Notícias e Boletins Oficiais. Disponível em: https://vlex.com.br/produtos/setor-publico

3.3 Adequação do ambiente

Não se aplica.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN) solicita a contratação de quatro de bases de dados de informação jurídica para atender ao Conselho Nacional de Justiça, órgão que se

difere de outros tribunais em vários aspectos. É notório que nas pesquisas realizadas identifica-se que as bibliotecas do Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal do Trabalho; Superior Tribunal Eleitoral; e Conselho da Justiça Federal, quando contratam bases de dados para acesso à informação em meio digital, optam por apenas uma ou duas bases distintas. Esta Coordenadoria esclarece que todas as instituições citadas albergam em sua estrutura bibliotecas físicas, compostas por exemplares impressos, que podem ser digitalizados, respeitados os critérios legais, para envio aos usuários e emprestados para consulta individual. O CNJ, por não contemplar uma sede própria e por não dispor de espaço físico apropriado, nem quantidade suficiente de servidores para instalação de uma biblioteca física, necessita de maior aporte na contratação de bases de dados de informação em meio digital.

A COIN entende que as soluções indicadas no item 3.2 são as soluções mais adequadas. Dessa forma esta coordenadoria indica que sejam contratadas as bases apresentadas no item 3.2. Apresenta-se assim, as bases sugeridas em ordem de relevância:

1. Minha Biblioteca
2. Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters
3. Hein Online
4. Vlex

A assinatura de bases de dados informacionais proporcionará ao CNJ os seguintes benefícios:

- acesso remoto e simultâneo à informação;
- economia de espaço físico;
- ampliação da atuação dos servidores da biblioteca, ou centro de informação, por eliminar a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e
- fornecimento de informações confiáveis e atuais, cotando com a manutenção do acervo de informações atualizado.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário, após análise de bibliotecas do Poder Judiciário, sugere que sejam contratadas quatro bases de dados distintas.

Em consideração aos contratos existentes entre a Administração Pública e as empresas fornecedoras de bases de dados de informação jurídica, os valores praticados por órgãos semelhantes ao Conselho Nacional de Justiça estão representados na tabela abaixo.

Previsão de gastos por assinatura:

Base	**Período**	**Valor**
Minha Biblioteca	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Hein Online	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 35.633,00 (trinta e cinco mil seiscentos e trinta e três reais)
Vlex	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Acesso integral para 12 meses

Total		**R$ 151.633,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e três reais)**

Sugere-se o valor estimado de R$ 151.633,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e três reais)

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

As soluções apresentadas nestes Estudos Preliminares são divisíveis. Para cada base de dados apresentada no item 3.2 há, pelo menos, uma empresa fornecedora. A COIN considera vantajosa a divisibilidade das soluções informacionais apresentadas.

Dessa forma, as bases de dados elencadas no item 3.2 poderão ser fornecidas, separadamente, por empresas diversas, respeitadas a viabilidade técnica e econômica, garantindo assim a ampliação da competitividade.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A utilização dos serviços objeto destes estudos preliminares, viabiliza as atividades do CNJ, tendo em vista a necessidade de suporte informacional, item básico para tomadas de decisões institucionais.

De acordo com a doutrina vigente, o princípio da eficiência impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdício e a garantir maior rentabilidade social.

Pode-se adotar como indicadores para avaliação da solução a ser contratada os seguintes itens:

- Economicidade: a solução contratada promoverá a entrega de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, de forma a dirimir os gastos públicos com a implementação de uma biblioteca física que demandaria um espaço grande e adequado; contratação de mais recursos humanos que atendesse a demanda presencial do órgão. Ao conseguir atender todas as demandas internas, o CNJ terá economia de tempo, utilização de recursos humanos, aparato administrativo e estrutura física.
- Eficácia: a solução contratada dever permitir acesso independentemente da localização do usuário. O corpo técnico do CNJ não precisará se dirigir a um espaço físico para ter acesso à informação que precisa para o desempenho de sua função. A informação digital pode ser acessada a qualquer tempo e de qualquer lugar por meio de login e senha.
- Efetividade: a solução contratada deverá entregar informação atualizada e confiável de forma ininterrupta.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Em atenção ao disposto no art. 10, da Instrução Normativa CNJ n. 82/2020, que dispõe: “os riscos envolvidos na aquisição deverão ser identificados, avaliados e acompanhados desde o planejamento da contratação até a execução contratual, conforme Manual de Gestão de Riscos deste Conselho”.

RISCO 1:	**Indisponibilidade da Base**		
Probabilidade **(Alta, média e Baixa)**	**Id**	**Dano**	**Impacto** **(Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Atrasar a consulta à informação.	Médio

Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Contratada deverá apresentar alternativa e solucionar o problema o mais rápido possível.		Contratada
RISCO 2:	**A base não dispor de item específico, desejado pelo usuário**		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Usuário não ter acesso à informação desejada.	Médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Buscar empréstimo do livro, ou periódico desejado em bibliotecas parceiras.		COIN

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A equipe responsável pela elaboração destes estudos preliminares não identificou restrições ou providências internas necessárias ao funcionamento das bases de dados. De toda forma, o Departamento de Tecnologia da Informação poderá ser acionado para avaliar quesitos tecnológicos que fogem da competência da equipe responsável por estes estudos.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do Contrato, em conformidade com a Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura; prorrogável, por meio de termo aditivo, conforme disposto na legislação vigente, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Conforme informado no item 4, por não dispor de uma biblioteca física, o CNJ necessita prover acesso à informação aos seus servidores por meio digital. Isso posto, identifica-se como de interesse deste Conselho a promoção de acesso à informação de forma constante. Esta Coordenadoria entende como vantajosa a possibilidade de se estender a duração dos futuros contratos devido aos fatores de continuidade e relevância presentes nos serviços de acesso à informação em meio digital. Conclui-se que a necessidade de acesso à informação, na sociedade atual, é permanente e que a falta de suporte informacional adequado pode comprometer o andamento das atividades do Conselho.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Declaro que os gestores responsáveis por estes estudos preliminares levantaram as opções mais utilizadas no âmbito do Poder Judiciário, bem como, seus custos e valores estimados foram estabelecidos após análise de contratos semelhantes com outros órgão da Administração Pública. Entende-se por fim ser de interesse deste Conselho a contratação das seguintes bases de dados, considerando todos os aspectos levantados nestes estudos preliminares:

1. Minha Biblioteca;
2. Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters;

3. Hein Online;
4. Vlex.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Pâmela Tieme Barbosa Aoyama	pamela.aoyama@cnj.jus.br	5277	COIN
Renata Lima Guedes Peixoto	renata.peixoto@cnj.jus.br	5185	COIN

Documento assinado eletronicamente por **RENATA LIMA GUEDES PEIXOTO**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - BIBLIOTECONOMIA**, em 31/05/2021, às 17:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1095668** e o código CRC **D9058FCE**.

	TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Trata-se da assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça. As bases de dados suprirão a necessidade informacional deste Conselho, haja vista a necessidade de se prover acesso por meio digital, sem a necessidade de comparecimento presencial ao CNJ. A contratação de bases de dados de informação jurídica atenderá a demanda por fontes de informações confiáveis, em meio digital, uma vez que falta espaço à implantação de uma biblioteca física no CNJ.

1.2 Indique as partes interessadas

Conselho Nacional de Justiça; Presidência; Corregedoria Nacional de Justiça; Conselheiros; Servidores; todas as unidades do CNJ.

1.3 Indique os resultados esperados da aquisição

Permitir que o público interno do CNJ tenha acesso à informação confiável e atualizada, em qualquer lugar, a qualquer hora, por meio digital.

1.4 Justificativa da contratação

Quanto à seleção das bases de dados bibliográficas

a) Motivação:

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por atribuição a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais de Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico e a falta de servidores em número suficiente para implantação de uma biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e

demais áreas correlatas à atuação do CNJ, dispensando a necessidade de deslocamento físico.

b) Objetivo:

Prover acesso a fontes de informações confiáveis e atualizadas por serem necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

c) Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

A assinatura de bases de dados informacionais promoverá:

- acesso remoto e simultâneo à informação;

- economia de espaço físico;

- ampliação da atuação dos servidores da biblioteca, ou centro de informação, por eliminar a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e

- fornecimento de informações confiáveis e atuais, contando com a manutenção do acervo atualizado.

d) Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação de empresa para execução dos serviços objetos destes Estudos Preliminares auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça, na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

- Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;

- Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital: o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

- **Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas**: as bases de informação contribuirão com o aperfeiçoamento dos servidores do CNJ e fornecerão embasamento informacional para o desenvolvimento das atividades institucionais.

e) Relação entre a demanda e a quantidade a ser contratada, acompanhada dos critérios de medição utilizados, documentos e outros meios probatórios:

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário, após estudo das necessidades de informação do Conselho Nacional de Justiça e análise do acervo digital de bibliotecas jurídicas do Poder Judiciário, sugere que sejam contratadas cinco bases de dados, fornecidas por três empresas distintas. A contratação de mais de uma base de informação tem o objetivo de formar um acervo digital amplo e diverso, que atenda às necessidades de informação

identificadas nos estudos, ressalta-se que a contratação de mais de uma base de dados não destoa do praticado pelas bibliotecas jurídicas de outros órgãos da Administração Pública.

As bibliotecas que possuem acervo físico adquirem livros de forma periódica de diferentes distribuidores. Isso acontece pois cada distribuidor trabalha com uma gama de editoras e produtos específicos e exclusivos. No caso da informação digital, ocorre a mesma situação. Para compor um acervo, é necessário ter como objetivo o todo e não a unidade de informação, os materiais devem atender a uma diversidade quanto aos temas e, também, quanto aos autores, de forma que seja possível formar um acervo bibliográfico ao mesmo tempo coeso e complementar. Por exemplo, uma biblioteca física deve ter mais de uma obra que trate de Direito Constitucional, isso porque as obras são autorais e, portanto, levam a perspectiva e didática de cada autor, além de sua contribuição particular, mas nem por isso o acervo é repetitivo, pelo contrário, é complementar. O mesmo ocorre com as bases de dados, e no caso do CNJ, a contratação de mais de uma base de informação é ainda mais importante, posto que não há uma biblioteca física que empreste livros físicos aos servidores. Dessa forma, procurou-se por bases que apresentassem conteúdos distintos e exclusivos, não se tratando por tanto do mesmo produto, mas sim de produtos de características semelhantes.

Para a seleção das bases de dados, primeiramente, foi realizado levantamento quanto às necessidades de informação do CNJ. O estudo de usuários e o estudo de necessidades de informação são instrumentos utilizados pela Biblioteconomia para o desenvolvimento de acervos e de serviços de informação. Como o CNJ, até o ano passado, não prestava nenhum serviço de informação ao seu corpo funcional, só era possível o estudo de potenciais usuários de informação. Em 2014, foi realizado estudo dos potenciais usuários de informação (link), em que verificou-se, segundo a opinião dos respondentes, que a maior demanda era por literatura especializada, seguida por informação jurídica, após, por informações produzidas pelo CNJ e, por último, por notícias. Quanto à informação jurídica, a maior demanda era por legislação, seguida por doutrina e, por último, jurisprudência. Nesse sentido, a Biblioteca Digital Ministro Aldir Passarinho, lançada ano passado, foi pensada como um serviço para atender à necessidade de acesso, de forma centralizada e organizada, aos conteúdos produzidos pelo próprio CNJ.

Para atender as necessidades relativas à literatura especializada e à informação jurídica, duas soluções se apresentam possíveis: a criação de uma biblioteca física, ou, a assinatura de bases de dados bibliográficas. A primeira opção não foi aprovada pela Administração, segundo SEI nº 02006/2015 e 04934/2015. Iniciou-se, portanto, o processo de avaliação de assinatura de bases de dados bibliográficas que, ademais, apresenta maior consonância com a atual sociedade informatizada. As informações levantadas pelo estudo foram importantes na seleção das bases de dados, mas considerando o tempo decorrido e seguindo os métodos mais atuais de seleção da informação, de análise multifacetada das necessidades de informação, de Chun Wei Choo, foi realizada análise do perfil institucional do CNJ, em que considera-se sua missão, objetivos, atribuições, organograma, além dos projetos institucionais desenvolvidos pelo órgão. Essas informações foram extraídas do Portal do CNJ e dos relatórios anuais.

Dessa forma, a partir a análise do perfil institucional do CNJ e do estudo de usuários mencionado anteriormente, verificou-se que as necessidades de informação do CNJ extrapolam a informação jurídica. É possível identificar, portanto, que a maior necessidade é por informação jurídica, mas que o acervo deve atender, também, às necessidades por informações das áreas de: Administração Geral e Pública; Estatística; Tecnologia da Informação; Contabilidade e orçamento; e Ciências Sociais.

Considerando as informações levantadas, foi aplicado o primeiro filtro para a seleção das bases de dados bibliográficas: a que se refere aos temas dos materiais bibliográficos. Buscou-se, portanto, bases que tem por foco a informação jurídica, mas também, bases que atendam às demais necessidades de informação do CNJ. Nessa etapa, foi realizada também ampla pesquisa nas Bibliotecas de órgãos públicos para levantamento de quais bases eram assinadas.

Após esse primeiro filtro, foram realizadas as análises quanto à atualidade, autoridade e precisão da informação. Critérios preconizados por Waldomiro Vergueiro, em sua obra Seleção de Materiais de Informação. Nessa etapa, é realizada a análise individual de cada base, quanto ao critério de autoridade para os livros, verificou-se quais editoras são veiculadas em cada base, buscando as mais renomadas em cada área de informação. Para os periódicos, analisou-se se os

editores seguiam os critérios de informação científica nacionais e internacionais. Quanto à precisão da informação, foram analisados os processos editoriais das editoras de livros e periódicos científicos. Quanto à atualização, analisou-se a periodicidade que novos materiais são incluídos nas bases.

Além desses itens de avaliação tradicionais da área de Gestão da Informação, foram avaliados, também, os recursos tecnológicos da base. Importante ressaltar que não foi uma avaliação técnica da área de tecnologia da informação, em relação à linguagens de programação etc., mas dos requisitos de usabilidade e acessibilidade para o usuário final e para o gerenciamento da base. Dessa forma, avaliou-se a forma de acesso à base; acesso simultâneo; possibilidade de geração de estatísticas de uso; interface amigável; recursos de leitura; recursos de acessibilidade; recursos de refinamento de pesquisa; suporte técnico e metadados do catálogo.

A COIN, após consulta de processos semelhantes entre as empresas listadas e outros órgãos, verificou que a quantidade de acessos simultâneos é estabelecida, levando-se em conta entre 10% e 15% de usuários, em relação ao total de usuários potencias, no caso do CNJ, usuários potenciais são todos os servidores e colaboradores do órgão. De acordo com a publicação CNJ em Números 2020, do Departamento de Pesquisas Judiciárias, a força de trabalho total do CNJ estava em torno de 768, entre membros, juízes auxiliares, servidores e trabalhadores auxiliares, em 2020.

A especificação de cada base consta no item 2.2.

Em consideração aos contratos existentes entre a Administração Pública e as empresas fornecedoras de bases de dados de informação jurídica, os valores praticados pelas empresas em caráter de exclusividade estão representados na tabela seguinte.

Previsão de gastos por assinatura:

Base	Produto	Período	Acessos Simultâneos	Valor	Contrato com a Administração Pública
Minha Biblioteca	**MB Jurídica e Sociais Aplicadas**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	800 usuários por login e senha individual. A quantidade de acessos foi definida em um acesso para cada servidor/colaborador do CNJ. Além de atender a cada servidor de forma individualizada, o preço nessa modalidade é inferior ao praticado por faixa de IP, no caso dessa empresa.	R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais). Proposta 1124887.	Defensoria Pública de Santa Catarina - Contrato nº 023/2021

Thomson Reuters	**Editora Revista dos Tribunais** **Biblioteca Digital Proview**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	100 usuários por Faixa de IP. A quantidade de acesso foi estabelecida em aproximadamente 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10 e 15% do total de usuários potenciais possibilita boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP.	R$ 38.760,00 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais) * R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais) * * Valor para aquisição das duas bases em um mesmo contrato Proposta 1124895.	Conselho da Justiça Federal (CJF) - PROCESSO SEI N. 0002633-32.2020.4.90.8000
Vlex	**Hein Online - Latin American Core Colection** **Vlex Brasil Premiun**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. A COIN considera a quantidade de acessos definida pela Hein adequada ao CNJ. 80 usuários por login e senha. A quantidade estabelecida em entre 10% e 15% do total de servidores e colaboradores. Essa base permite a assinatura por usuário e não por faixa de IP.	USD 5.765,00 (cinco mil, setecentos e sessenta e cinco dólares) R$ 32.583,14 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e catorze centavos) * Proposta 1125668. $ 11.268,00 (onze mil, duzentos e sessenta e oito dólares) R$ 58.327,68 (cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos) Proposta 1125672. * valor convertido em reais com impostos	Supremo Tribunal Federal (STF) - Contrato nº 20/2021 Conselho da Justiça Federal (CJF) - PROCESSO 0003688-60.2020.4.90.8000

Total				**R$ 236.560,82 (duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos)**	

2. OBJETO

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

Trata-se da assinatura de bases de dados em meio digital, que promovam acesso à informação confiável, atualizada, disponibilizando acesso a livros (e-books), periódicos, artigos e demais produtos informacionais na área do Direito e áreas correlatas.

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

Trata-se de bases de dados informacionais que promovam acesso à informação, contemplando a doutrina na área do Direito, bem como nas áreas correlatas à atuação do CNJ, como: Ciências Sociais; Tecnologia da Informação; Estatística e outras áreas que possam abranger o conhecimento necessário ao desenvolvimentos das atividades meio e finalísticas deste Conselho.

As bases selecionadas devem disponibilizar informação de qualidade. Essa expressão pode denotar a falsa impressão de uma definição vaga, mas ressalta-se que não é difícil definir informação de qualidade. Waldomiro Vergueiro, importante pesquisador e autor da biblioteconomia, em seu livro "Seleção de materiais de informação", define alguns critérios para a seleção de materiais bibliográficos, quais sejam:

Autoridade: as bases de dados de informação deverão manter em seus acervos as informações oriundas de autores renomados e com atuação reconhecida. Deve-se optar pela disponibilização de livros, periódicos e artigos com reconhecimento de suas fontes, buscando as publicações de instituições e autores pessoais que primem por critérios científicos. Busca definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador.

Precisão: visa evidenciar o quanto a informação veiculada é exata, rigorosa, correta.

Atualidade: trata da capacidade de um acervo se mantar atual, no caso do Direito, sem negligenciar aspectos históricos. As bases de dados de informação devem contemplar informações atuais, de forma a permitir o constante aprimoramento profissional.

Dada a subjetividade presente na escolha de ferramentas informacionais, as bibliotecárias da COIN (Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória), após análise das principais bases de dados de informação disponíveis e assinadas no âmbito da Administração Pública, definiram as bases a serem contratadas. As bases selecionadas fornecem produtos exclusivos. São diferenciais de cada base:

Minha Biblioteca: exclusividade no fornecimento de publicações das renomadas editoras: Grupo A Educação S.A; Editora Atlas LTDA; Gen-Grupo Editorial Nacional Participações S.A; Saraiva Educação S.A; Editora Manole Limitada. A base dá acesso à materiais de 15 editoras acadêmicas nacionais e 38 selos editoriais: Grupo A; Gen Atlas; Manole, Saraiva Eduacação; Almedina Brasil; Alta Books, Blucher; Clengage Learning; Cortez Editora; Editora Unijui; Empreende; Grupo Autêntica; Medbook; Saint Paul Editora e Trevisan.

Nas áreas de informação prioritárias ao Conselho Nacional de Justiça, a base dispõe de uma

coleção voltada à informação jurídica, a MB Jurídica, com mais de 2.300 títulos disponíveis. E para atender às necessidades de informação das áreas de estatística, informática, contabilidade, administração geral e pública e orçamento, têm as coleções MB Sociais Aplicadas, com mais de 3.700 títulos.

A base é atualizada mensalmente com novos títulos e permite o acesso simultâneo ilimitado a todos os usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Fornece, também, material de apoio para treinamento e divulgação da ferramenta, suporte técnico e plano de melhoramento contínuo dos metadados de recuperação da informação.

Editora Revista dos Tribunais: exclusividade no fornecimento da renomada Revista dos Tribunais Online Clássica e Revista dos Tribunais Online Completa (Plataforma digitais de busca jurídica para pesquisas em jurisprudência, doutrina, legislação, súmulas, além de outros conteúdos desenvolvidos exclusivamente para essa plataforma como as Doutrinas Essenciais, Pareceres e Códigos Comentados escritos por autores da Revista dos Tribunais e da FiscoSoft. O acervo de busca online conta atualmente com 36 revistas Periódicas especializadas em diversas áreas do Direito, 19 coleções de Doutrina Essenciais, 8 Coleções de Pareceres e Soluções Práticas, 10 Códigos Comentados e Notícias de Agência Reuters News, além de outros).

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Biblioteca Digital Proview: exclusividade no fornecimento da ProView Thomson Reuters – Biblioteca Virtual ProView (Plataforma de leitura, consulta e armazenamento de livros em formato digital. Trazendo recursos de busca em toda biblioteca com tema livre e termos indexados, recursos de exportação trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, sistema de criação de categorias para cada obra e possibilidade de classificação dos destaques e notas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários. A THOMSON REUTERS BRASIL publicou mais de 1.500 obras com os selos editoriais Revistas dos Tribunais e FiscoSoft).

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Hein Online - Latin American Core Colection: exclusividade no fornecimento de títulos voltados à atuação jurídica na América Latina e dos Estados Unidos das renomadas: ABA Law Library Collection Periodicals; American Law Institute Library; Federal Register Library/Code of Federal Regulations; Foreign Relations of the United States; Harvard Research in International Law; Immigration Law & Policy in the U.S.; Intellectual Property Law Collection; Law Journal Library; New York Court of Appeals Records and Briefs; New York Legal Research Library; State Attorney General Reports & Opinions; Taxation & Economic Reform in America, Parts I & II, 1781-2010; U.S. Attorney General & Department of Justice Collection; U.S. Presidential Library; U.S. Supreme Court Library; United Nations Law Collection; World Constitutions Illustrated; World Trials Library.

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Vlex Brasil Premiun: exclusividade no fornecimento de títulos de renomadas editoras, como LTr, FGV Direito, JH Mizuno, Leud, Pillares, Malheiros, Bonijuris, entre outras. Fornece uma ampla coleções de informação jurídica em uma plataforma de inteligência artificial, que aprende com o comportamento de seus usuários. Disponibiliza acesso à legislação abrangente e jurisprudência de 20 países e uma ampla seleção de mais de 130 países, bem como conteúdo de

Doutrina de mais de 1.000 editores selecionados.

Para atendimento da necessidade por informação jurídica, tanto nacional como estrangeira, a VLex apresenta um amplo acervo de doutrina, jurisprudência, legislação, além da veiculação de notícias da área jurídica. A base é atualizada mensalmente com novos títulos e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Disponibiliza, também, tradutor automático de 14 idiomas para a terminologia jurídica.

2.3 Sujeição às normas técnicas

Não se aplica.

2.4 Critérios de sustentabilidade

A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93.

A empresa contratada deverá observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, bem como as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 201/2015, pelo Plano de Logística Sustentável do CNJ e Portaria CNJ n. 18/2020.

2.5 Em caso de posto de trabalho:

Não se aplica.

2.6 Em caso de produtos/serviços

Contemplado no item 1.4 e) deste Termo de Referência.

2.7 Métricas utilizadas

A disponibilização de acesso à bases de dados será a métrica utilizada. A bases deverão estar acessíveis ininterruptamente, enquanto durar o contrato.

2.8 Necessidade de Agrupamento de Itens

Não se aplica. Trata-se de diferentes bases de dados, fornecidas por diferentes empresas.

2.9 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

Trata-se de contratação não continuada, conforme Parecer AJU 1140688.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 Local e Horário

Sede do Conselho Nacional de Justiça. Endereço: SAF SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, Brasília-DF. Horário de funcionamento: das 12h às 19h.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

De segunda-feira a sexta-feira, das 12h às 19h.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

Ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Por se tratar de informação disponível em plataforma online na Internet. Deve estar acessível a qualquer momento enquanto durar o contrato.

3.4 Ordem de Execução

Assinatura do contrato.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Contratação por inexigibilidade de licitação com fundamento no caput do art. 25, da Lei 8.666/93, por se tratar de serviço que somente pode ser disponibilizado por fornecedor único, fato que inviabiliza procedimento competitivo.

As cartas de exclusividade das bases estão disponíveis nos documentos:

- Minha Biblioteca (1124887)
- Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais e Biblioteca Digital Proview (1124895)
- Hein online (1125668)
- Vlex Brasil Premium (1125672)

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Habilitação jurídica

- registro comercial, no caso de empresário individual;
- ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

5.2 Regularidade fiscal e trabalhista

- comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ do Ministério da Economia;
- comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;
- prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

5.3 Qualificação econômico-financeira

- Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Certidão Negativa de Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.4 Declarações exigidas

- Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei n. 9.854/1999);
- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- Declaração de elaboração independente de proposta.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

As empresas fornecedores das bases de dados listadas no item 1.4, e, deverão apresentar proposta em consonância com o disposto nesse Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

I - Prestar os serviços no prazo estabelecido em contrato e de acordo com a especificação e demais condições estipuladas;

II - Disponibilizar o acesso à plataforma em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato;

III - Indicar preposto para manter entendimentos com o CNJ durante a execução dos serviços;

IV - Fornecer suporte técnico à CONTRATANTE e esclarecer dúvidas de acesso à base de dados, durante o horário comercial (dias úteis), por telefone ou e-mail;

V - Preservar o disposto legal sobre os direitos autorais das publicações disponibilizadas na base de dados;

VI - Manter a base de dados acessível vinte quatro horas por dia, sete dias por semana;

VII - Informar no prazo de 24 horas problemas que impossibilitem o acesso à base de dados;

VIII - Assumir exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da execução do objeto contratado;

IX - Fornecer ao CNJ todas as especificações técnicas necessárias à disponibilização da base de dados;

X - Enviar relatórios de acesso e uso mensalmente ao CNJ;

XI - Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a terceiros, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

XII - Prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo, de imediato, às reclamações;

XIII - É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os

profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do gestor do contrato;

XIV - Comunicar ao CONTRATANTE, por e-mail, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços, tais como inconsistência no acesso, demora na efetivação da assinatura;

XV - Notificar o Contratante, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quando da realização de manutenções preventivas programadas, que forem necessárias ao sistema;

XVI - Não subcontratar o objeto deste Contrato;

XVII - Promover treinamento para utilização da ferramenta;

XVIII - Declarar ciência e cumprir fielmente do Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça - instituído pela Portaria n. 18, de 31 de janeiro de 2020 -, cuja formalização se dará por meio da assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso, a ser adicionado como Anexo do TR. Preencher o termo disposto no Anexo A deste Termo de Referência;

XIX - manter as condições de habilitação da contratação durante toda a execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São deveres do Conselho Nacional de Justiça:

I - Designar gestor e substituto para acompanhamento e fiscalização do contrato;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

IV - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma:

a) o gestor ou o fiscal do contrato deverá receber o objeto, mediante Termo de Recebimento Definitivo, após comprovada a adequação ao Termo de Referência, à proposta, e ao Contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

O pagamento ocorrerá em parcela única, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, no prazo disposto no artigo 40, inciso XIV, alínea a, da Lei n. 8.666/93, de até 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação da fatura pelos gestores do contrato. Conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela

Justiça do Trabalho;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA;

c) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Projeto Básico ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

d) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

e) Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA no Protocolo do CNJ.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

Em caso de atraso, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com o Conselho Nacional de Justiça e com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e no teor da Instrução Normativa nº67/2020/CNJ, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, limitada a incidência a 5 (cinco) dias;

b.1.1) No caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 1% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

b.1.2) No caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos por prazo superior a 15 (dez) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.4” ou“b.5”, conforme o caso.

b.2) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos, limitada a incidência a 5 (cinco) dias úteis;

b.2.1) No caso de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato;

b.2.2) No caso de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.4” ou“b.5”, conforme o caso.

b.3) 5% (5 por cento), sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de a CONTRATADA não manter as condições iniciais de habilitação;

b.3.1) Caso a CONTRATADA não regularize sua situação, de acordo com as condições iniciais de habilitação previstas no contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da

notificação enviada pela Administração, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), sobreo valor total do contrato, podendo haver, ainda, a rescisão do contrato.

b.3.2) O prazo previsto na alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração e desde que a CONTRATADA realize a solicitação justificando a necessidade de prorrogação.

b.4) 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação, com possibilidade de rescisão contratual;

b.5) 20% (vinte por cento), sobre o valor total contrato, no caso de inexecução total da obrigação, com possibilidade de rescisão contratual;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de serviço com prestação continuada, o prazo de vigência do Contrato, em conformidade com a Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não se aplica.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O gestor e o gestor substituto do contrato serão responsáveis pela verificação da conformidade do serviço prestado, em conformidade com o Manual de Gestão de Contratos do CNJ.

15. ESTUDO PRELIMINAR

Declaro que esse Termo de Referência foi elaborado de acordo com o estudo preliminar nº 1095668, aprovado pela Secretaria de Administração.

ANEXO - A

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e

produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

Documento assinado eletronicamente por **PÂMELA TIEME BARBOSA AOYAMA**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO**, em 29/09/2021, às 14:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1171869** e o código CRC **425BFA9E**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 00272/2021
Assunto: Assinatura de bases de dados de informação jurídica
Servidor: Nilson
Data: 11/11/2021

Objeto	ITEM	UM	Qtde	Empresa: MINHA BIBLIOTECA LTDA CNPJ: 13.183.749/0001-63 PROPOSTA			CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA CNPJ: 13.183.749/0001-63 CONTRATO			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA CNPJ: 05.703.755/0001-76 CONTRATO			INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CNPJ: 10.735.145/0012-47 NOTA FISCAL						VALOR MÉDIO (A)		VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor							
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim					
				Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total
Minha Biblioteca	1	Mês	12	6.320,00	75.840,00	75.840,00	4.800,00	57.600,00	57.600,00	3.960,00	47.520,00	47.520,00	~~124.200,00~~	1.490.400,00					5.026,67	60.320,00	3.960,00	47.520,00
Sub-total						**75.840,00**			**57.600,00**			**47.520,00**			-						
				Empresa: THOMSON REUTERS CNPJ: 60.501.293/0001-12 PROPOSTA			FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO CNPJ: 33.540.014/0001-57 NOTA DE EMPENHO			TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 28.483.014/0001-22 NOTA DE EMPENHO			FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZACAO E APRIMORAMENTO FUNCIONAL DO GOIÁS CNPJ: 07.004.223/0001-76 NOTA FISCAL			MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CNPJ: 26.989.715/0050-90 NOTA FISCAL						
Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais	2	Mês	12	3.230,00	38.760,00	38.760,00	3.722,91	44.674,89	44.674,89	3.751,67	45.020,00	45.020,00							3.568,19	42.818,29	3.230,00	38.760,00
Thomson Reuters - Biblioteca Digital Proview	3	Mês	12	2.587,50	31.050,00	31.050,00							2.600,00	31.200,00	31.200,00	2.606,25	31.275,00	31.275,00	2.597,92	31.175,00	2.587,50	31.050,00
Sub-total						**69.810,00**			**44.674,89**			**45.020,00**			**31.200,00**			**31.275,00**				
				Empresa: V3 Services Informação e Consultoria Ltda CNPJ: 12.422.562/0001-02 PROPOSTA			SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CNPJ: 00.531.640/0001-28 CONTRATO			UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CNPJ: 83.899.526/0001-82 CONTRATO			ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CNPJ: 03.920.829/0001-09 CONTRATO											
vLex Hein online	4	Mês	12	2.942,84	35.314,02	35.314,02	3.549,20	42.590,39	42.590,39	3.571,18	42.854,12	42.854,12	3.423,59	41.083,06	41.083,06				3.371,70	40.460,39	2.942,84	35.314,02
Sub-total						**35.314,02**			**42.590,39**			**42.854,12**			**41.083,06**				-	-	-	-
				Empresa: V3 Services Informação e Consultoria Ltda CNPJ: 12.422.562/0001-02 PROPOSTA																			
Vlex Brasil Premium	5	Mês	12	4.853,14	58.237,68	58.237,68			-			-			-			-	4.853,14	58.237,68	4.853,14	58.237,68
Sub-total						**58.237,68**			-			-			-			-	-	-	-	-

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Minha Biblioteca

Valor médio total estimado:	60.320,00	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	47.520,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais

Valor médio total estimado:	42.818,29	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	38.760,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Thomson Reuters - Biblioteca Digital Proview

Valor médio total estimado:	31.175,00	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	31.050,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

vLex Hein online

Valor médio total estimado:	40.460,39	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	35.314,02	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Vlex Brasil Premium

Valor médio total estimado:	58.237,68	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	58.237,68	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de contratação, por inexigibilidade, de assinatura de bases de dados em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Após aprovação dos Estudos Preliminares e Projeto Básico pela Secretaria de Administração (SAD), conforme Despachos n. 1099219 e 1187578, os autos foram encaminhados à Seção de Compras (SECOM), para realização de pesquisa de preços e demais atos tendentes a comprovar a compatibilidade do preço com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU 17/2009.

Cabe destacar que, preliminarmente à aprovação do Projeto Básico, a Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), por meio do Despacho n. 1125674, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica (AJU), com nova versão do Projeto Básico, juntamente com as propostas das empresas a serem contratadas, solicitando orientação acerca da "possibilidade de se contratar por inexigibilidade de licitação as cinco bases listadas no Termo de Referência 1111894.”

Em resposta, a AJU, mediante Parecer n. 1140688, manifestou-se no sentido de ser possível a contratação das bases de dados, por inexigibilidade de licitação, com fundamento legal no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, desde que observadas as recomendações apresentadas no referido opinativo. Por essa razão, em atendimento às referidas recomendações AJU, a COIN inseriu nos autos nova versão do Termo de Referência/ Projeto Básico COIN 1154714, contemplando as alterações necessárias, conforme detalhado no Despacho n. 1159085.

Então, os autos foram novamente encaminhados à Seção de Elaboração de Editais (SEEDI), para análise da nova versão do Termo de Referência/ Projeto Básico COIN 1154714. Realizada a análise à luz da Instrução Normativa CNJ n. 82/2020 e do Manual de Aquisições do CNJ, instituído pela Portaria CNJ nº 168/2020, a SEEDI informou que o Projeto Básico contempla os requisitos mínimos do referido manual. Contudo, no que se refere à justificativa acerca dos quantitativos apresentados para a contratação, verificou-se que foram baseados nas propostas apresentadas 1124895, 1124887, 1125668 e 1125672 e não na real quantificação da demanda do CNJ. Por esse motivo, o Processo foi restituído a unidade demandante, para adequação do Projeto Básico ou, se fosse o caso, apresentação das justificativas que embasassem a manutenção dos quantitativos previstos.

Em resposta, a COIN, por meio do Despacho n. 1185383, manifestou-se conforme a seguir:

> [...] 1. Em atenção ao Despacho SAD 1185046, que solicita adequação do quantitativo de acessos previsto no Projeto Básico 1171869 ou apresentação de justificativas, tendo por base o Despacho SEEDI 1176730, informa-se:
>
> 2. Esclareço que a COIN confirma a quantidade de acesso pleiteada e esclarece que a descrição dos acessos está disponível na tabela do item 1.4, e), do referido Projeto Básico. A empresa Minha Biblioteca oferece acesso individual por preço menor do que o praticado por acesso por faixa de IP. Dessa forma, foram contemplados 800 (oitocentos) acessos individuais, contabilizando o total de colaboradores do CNJ. As bases Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital Proview e Vlex Brasil Premium foram cotadas após verificação da COIN de contratos com outras bibliotecas, tendo por base, aproximadamente, 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10% e 15% do total de usuários potenciais garante boa cobertura de acessos simultâneos, no

> caso de faixa de IP. Apenas a base Hein Online - Latin American Core Colection, única base internacional cotada pela COIN, pratica uma forma diferente para quantificar os acessos que cada órgão necessita. A Hein Online não altera sua métrica e indicou que o CNJ contrate entre 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. Como caso concreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) também contrata a base Hein Online, com as considerações definidas pela empresa sem prejuízo algum ao erário.
>
> 3. Quanto ao item 3.1, do Despacho SEEDI1176730, cumpre ressaltar que o relatório CNJ em Números foi publicado na gestão anterior e houve crescimento do quadro na gestão atual, com mais juízes auxiliares. É necessário levar em consideração, também, os postos de trabalho adicionados com as contratações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do DMF e do DPJ que trabalham diretamente com pesquisas relativas às políticas públicas desenvolvidas pelo CNJ, e que se beneficiarão diretamente com a disponibilização de materiais de informação de qualidade e atuais.
>
> 4. Dada a informação, a COIN não identifica óbice as contratações e considera que os acessos estipulados não prejudicam em hipótese alguma o CNJ. Isso posto, considera-se adequada a quantidade de acessos definida no Projeto Básico para o público do CNJ. A quantificação de acessos foi feita pelas bibliotecárias do CNJ, Pâmela Tieme Barbosa Aoyama e Renata Lima Guedes Peixoto, que são as responsáveis técnicas no assunto.
>
> 5. Dessa forma, a COIN mantém a quantidade de acesso estipulada no Projeto Básico 1171869. Encaminha-se os autos para as devidas análises. [...].

Posto isso, considerando que as informações técnicas são de responsabilidade da unidade demandante e acatando as justificativas apresentadas pela COIN, com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411, de 30 de novembro de 2018 (0578958), a SAD aprovou o Projeto Básico 1171869.

Superada essa questão, os autos foram, finalmente, encaminhados à SECOM, para realização de pesquisa de preços com vistas a verificação da compatibilidade do preço das propostas 1124895, 1124887, 1125668, e 1125672 com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados.

Quanto a pesquisa de preços, cabe registrar que a SAD solicitou à SECOM a retificação da primeira versão do Mapa Comparativo de Preços (1206375), sobretudo, em relação ao comparativo de preços, com a exclusão de valor médio e mínimo, devendo constar apenas o valor real das propostas apresentadas, para a fiel realização da comparação de valores. Além disso, requereu-se que, após nova versão do mapa comparativo de preços, *os autos fossem enviados à COIN, para manifestação, quanto aos seguintes pontos: **1)** em relação à opção VLEX Brasil Premium, a empresa, mediante e-mail (1206451), informou que não há assinante no Brasil com as mesmas configurações solicitadas pelo CNJ e, por essa razão, não foi possível enviar contratações similares para comparativo de preços e, nesse caso, considerando a indicação da ordem de prioridade constante dos Estudos Preliminares (item 4), e que as bases possuem características semelhantes, solicito avaliar a possibilidade de não contratar essa opção ou apresentar justificativas complementares que corroborem a contratação; e **2)** possibilidade de reavaliação da quantidade de acessos a serem contratados, já que não há histórico da real demanda do CNJ, tendo em vista que a quantidade a ser contratada está diretamente relacionada ao valor da proposta encaminhada e com valor superior aos contratos já firmados com Administração, com quem a empresa vem prestando o mesmo serviço.*

Em resposta, a COIN, por meio do Despacho n. 1227787, manifestou-se conforme a seguir:

> [...] 2. Em relação ao item 1), é importante ressaltar que não há ordem de prioridade para contratação, a enumeração dos Estudos Preliminares foi utilizada somente para fins de organização. Quanto à similaridade das bases de dados, conforme o item 1.4 dos Termo de Referência/Projeto Básico COIN (1171869), ratifica-se que ainda que todas as bases sejam bibliográficas, ou seja, são compostas por livros artigos, folhetos, etc, os materiais que as compõem se diferenciam um dos outros, ou seja, mesmo que duas bases tenham conteúdo da área do Direito, serão livros, artigos, folhetos, etc. diferentes, serão autores diferentes, com abordagens diferentes. Para a formação de um acervo completo, é essencial que se

tenha diversidade de materiais bibliográficos, principalmente no contexto do Conselho Nacional de Justiça em que não se terá biblioteca física.

3. Ainda em relação ao item 1) do Despacho SAD1224679, ressalta-se que são duas coleções a serem contratadas pela empresa vLex: a vLex Brasil Premium e a Hein Online – Latin American Core Colection. Dessa forma, o que a empresa informou é que não possui contratos com as mesmas características da proposta do CNJ, ou seja, o mesmo número de usuários e com as duas coleções citadas, conforme e-mail 1206451:

> *Olá Sr. Nilson, Me perdoe se não fui clara. Temos sim notas fiscais de produtos semelhantes, mas não em conjunto. O CNJ assinará apenas a Coleção vLex Brasil Premium? Agradeço o esclarecimento e peço desculpas pelo transtorno.*

4. Dessa forma, solicitamos à empresa o envio de Notas Fiscais e Contratos relativos à coleção vLex Brasil Premium, ao que foram enviadas as Notas Fiscais (1227758) e (1227761), e o contrato (1227786). Ressalta-se que o valor da Nota Fiscal (1227761) é menor devido à quantidade menor de usuários contratados pela instituição.

5. Quanto ao item 2) do Despacho SAD 1224679, ratificamos os esclarecimentos constantes no Despacho COIN 1185383:

2. Esclareço que a COIN confirma a quantidade de acesso pleiteada e esclarece que a descrição dos acessos está disponível na tabela do item 1.4, e), do referido Projeto Básico. A empresa Minha Biblioteca oferece acesso individual por preço menor do que o praticado por acesso por faixa de IP. Dessa forma, foram contemplados 800 (oitocentos) acessos individuais, contabilizando o total de colaboradores do CNJ. As bases Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital Proview e Vlex Brasil Premium foram cotadas após verificação da COIN de contratos com outras bibliotecas, tendo por base, aproximadamente, 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10% e 15% do total de usuários potenciais garante boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP. Apenas a base Hein Online - Latin American Core Colection, única base internacional cotada pela COIN, pratica uma forma diferente para quantificar os acessos que cada órgão necessita. A Hein Online não altera sua métrica e indicou que o CNJ contrate entre 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. Como caso concreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) também contrata a base Hein Online, com as considerações definidas pela empresa sem prejuízo algum ao erário.

6. Nesse sentido, o valor apresentado pela coleção Minha Biblioteca, item 1 do mapa comparativo de preços (1226725), é superior ao apresentado na proposta, devido à quantidade de acessos individuais que serão contratados pelo CNJ. Nesse caso, as propostas juntadas ao processo evidenciam um número inferior de acessos, fato que diminuiu o preço dos contratos das instituições analisadas. [...]

Dessa forma, a SECOM, em atendimento ao disposto no referido Despacho COIN, ajustou novamente o mapa comparativo de preços, para inclusão do contrato e notas fiscais referentes a vLex Brasil Premium.

Após todo trâmite necessário pra a realização da pesquisa de preços, conforme Despachos SECOM n. 1217685, 1226728, 1227996, a última versão do Mapa Comparativo de Preços v.3 (1227993) e os esclarecimentos trazidos pela unidade demandante, é possível inferir que o preço proposto pelas empresas Minha Biblioteca Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e V3 Services Informações e Consultoria Ltda. estão alinhados com o que vem sendo praticado em outros contratos, considerando a metodologia utilizada pelas empresas para disponibilização de suas bases de dados.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1212717) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1213012 e Despacho SEPOR 1213016). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista das empresas Minha Biblioteca Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e V3 Services Informações e Consultoria Ltda., para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1228152, 1228163, 1228165, 1228170, 1228174, 1228177, 1228180, 1228180 e 1228184.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1228186, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse

modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> (...)

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, **declaro a inexigibilidade de licitação**, para contratar as empresas **Minha Biblioteca Ltda. (CNPJ: 13.183.749/0001-63)**, no valor de R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais), **Editora Revista dos Tribunais Ltda. (CNPJ: 60.501.293/0001-12)**, no valor de R$ 69.810,00 (sessenta e nove mil oitocentos e dez reais) e **V3 Services Informações e Consultoria Ltda. (CNPJ: 12.422.562/0001-02)**, no valor de R$ 93.551,70 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), totalizando o valor de **R$ 239.201,70 (duzentos e trinta e nove mil duzentos e um reais e setenta centavos)**, para contratação de assinatura de bases de dados, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das empresas supramencionadas.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 14/12/2021, às 17:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228259** e o código CRC **021FE07B**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1140688, manifestando-se pela possibilidade de contratação das bases de dados, por inexigibilidade de licitação, e do Despacho SAD 1228259, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 c/c *caput* do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da competência disposta na Portaria CNJ nº 112/2010, art. 3º, inc. XI, alínea "aj", **aprovo** a realização das seguintes despesas, bem como **autorizo** a contratação das seguintes empresas, com vistas à contratação de assinatura de bases de dados, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça:

a) Minha Biblioteca Ltda (CNPJ: 13.183.749/0001-63), no valor de R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais);

b) Editora Revista dos Tribunais Ltda (CNPJ: 60.501.293/0001-12), no valor de R$ 69.810,00 (sessenta e nove mil oitocentos e dez reais); e

c) V3 Services Informações e Consultoria Ltda (CNPJ: 12.422.562/0001-02), no valor de R$ 93.551,70 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229697** e o código CRC **92B5D910**.

Data e hora da consulta: 17/02/2022 13:31
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	157	2022PE000131

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/02/2022	Global	00272/2021	-	75.840,00

Favorecido

Código	Nome
13.183.749/0001-63	MINHA BIBLIOTECA LTDA.

Endereço	CEP
QUEIROZ FILHO 1700 SALA 311 VILA HAMBURGUESA	05319-000

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
00272/2021. CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE BASES DE DADOS, EM MEIO DIGITAL, NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO CORRELATAS À ATUAÇÃO DO CNJ. CONFORME DESPACHO DG (260719).

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/02/2022 17:50:56	Alteração

Data e hora da consulta: 17/02/2022 13:31
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	75.840,00

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE BASES DE DADOS, EM MEIO DIGITAL, NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO CORRELATAS À ATUAÇÃO DO CNJ. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROJETO BÁSICO (1171869).	75.840,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/02/2022	Inclusão	1,00000	75.840,0000	75.840,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
***.701.217-**
16/02/2022 17:50:56

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
16/02/2022 17:20:59

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/02/2022 17:50:56	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Assinatura de bases de dados de informação jurídica

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **3**
Estudos preliminares **7**
Termo de referência **15**
Mapa comparativo de preços **29**
Declaração de dispensa de licitação **30**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **34**
Nota de empenho **35**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1071830 / COIN

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ; Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário - COIN
Responsável pela Demanda: Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto
E-mail: pamela.aoyama@cnj.jus.br ; renata.peixoto@cnj.jus.br
Telefone para contato: 2326-5277 / 2326-5185

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto:

Trata-se da assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Justificativa:

A contratação de assinatura de bases de informação jurídica auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça; na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico do CNJ 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

a. **Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ**: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;
b. **Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital:** o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar todas as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por finalidade a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais dos Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico apropriado e a falta de servidores em número suficiente para implantação de um biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, dispensando a necessidade de deslocamento físico, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e demais áreas correlatas à atuação do CNJ.

A assinatura de bases de dados de informação jurídica tem por objetivo permitir que o público interno do CNJ tenha acesso à fontes de informações confiáveis, necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

A contratação de bases de dados informacionais é uma realidade em diversos órgãos do Poder Judiciário por:

- permitir acesso remoto à informação;
- economizar espaço físico;
- ampliar a possibilidade de atuação dos servidores de uma biblioteca, ou centro de informação, por eliminarem a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e
- fornecer informações confiáveis e atuais, mantendo o acervo atualizado.
- permitir acesso web às bases;
- permitir acesso 24/7 aos conteúdos das bases;
- permitir busca de informações jurídicas.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

Sugere-se o valor estimado de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Estima-se que a prestação dos serviços de acesso à bases de dados de informação jurídica se inicie até 31/8/2021.

5– Indicar a complexidade da contratação:

( ) Baixa (x) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **PÂMELA TIEME BARBOSA AOYAMA**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO**, em 15/04/2021, às 16:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1071830** e o código CRC **2AF3846D**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar todas as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por finalidade a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais dos Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico apropriado e a falta de servidores em número suficiente para implantação de uma biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, dispensando a necessidade de deslocamento físico, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e demais áreas correlatas à atuação do CNJ.

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Acesso à informação confiável, atualizada, em qualquer lugar, a qualquer hora; mediante assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas do conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Conselho Nacional de Justiça; Presidência; Corregedoria Nacional de Justiça; Conselheiros; todas as unidades do CNJ; servidores e demais colaboradores internos do CNJ.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação de empresa para execução dos serviços objetos destes Estudos Preliminares auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça; na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico do CNJ 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

- **Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ**: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;
- **Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital:** o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

As bases de dados de informação jurídica devem:

- Disponibilizar acervo amplo, confiável e atualizado;
- Permitir o acesso por meio de login e senha individual para cada colaborador do CNJ;
- Permitir acesso às bases de dados 24 horas por dia, sete dias por semana.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

Não se aplica, não há modelo de aquisição vigente.

3.2 Identificação das opções disponíveis

a) Hein Online

Hein Online provê acesso ao conteúdo integral de periódicos acadêmicos de Direito, decisões da Suprema Corte dos EUA, acordos e tratados internacionais, fac-símiles de livros clássicos de Direito e outros documentos correlatos a esta área. Dados de direito, dados de doutrina (direito), dados de jurisprudência, livros digitais, periódicos eletrônicos.

A base de dados HeinOnline Academic Core disponibiliza o acesso ao texto completo de mais de 1.800 periódicos jurídicos, bem como de informações sobre legislação, tratados, acordos internacionais, decisões da Suprema Corte Americana e obras clássicas sobre a história jurídica.

O conteúdo inclui mais de 100 milhões de páginas. No material é possível encontrar também os periódicos das principais faculdades de direito norteamericanas, como a Harvard Law Review, o Yale Law Journal e o Duke Law Journal.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Superior Tribunal Federal (STF) CONTRATO Nº 27/2020 Disponível em: STF Contratos	V3 Services Informação E Consultoria LTDA (VLEX)	R$ 35.633,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais)	ABA Law Library Collection Periodicals, American Law Institute Library, Law Journal Library, Foreign Relations of the United States (FRUS), Harvard Research in International Law, Immigration Law & Policy in the U.S., Intellectual Property Law Collection, New York Court of Appeals Record and Briefs, New York Legal Research Library, State Attorney General Reports & Opinions, Taxation & Economic Reform in America, Part I & II, 17812010, Code of Federal Regulations/Federal Register, U.S. Presidential Library, U.S. Attorney & Department of Justice Collection, U.S. Supreme Court Library, United Nations Law Collection, World Constitutions Illustrated e World Trials Library. Disponível em: https://home.heinonline.org/

b) Minha Biblioteca

Base de dados de livros digitais formada por quatro editoras acadêmicas do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) CONTRATO Nº 08/2019 Disponível em: Contratos Enap	Minha Biblioteca	R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)	Plataforma digital de livros conta com títulos técnicos, acadêmicos e científicos sobre temas jurídicos atuais, relevantes e de renomados autores, advogados e juristas, como Carlos Roberto Gonçalves, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Humberto Theodoro Júnior, Roberto Senise Lisboa, entre outros. Disponível em: https://minhabiblioteca.com.br/catalogo-juridico/

c) Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters

Solução da Thomson Reuters para facilitar o dia a dia dos profissionais e estudantes de Direito. A Biblioteca Digital ProView é uma plataforma de conteúdo editorial criada para auxiliar estudantes e profissionais do Direito a navegar pelos títulos jurídicos da Revista dos Tribunais em vários dispositivos, onde quer que precise: em casa, no escritório, com clientes ou em qualquer lugar.

Instituição Contratante	Instituição Contratada	Valores	Produtos
Conselho da Justiça Federal (CJF) Disponível em: Processos CJF	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais). Acesso à base de dados da Revista dos Tribunais Online, fonte de pesquisa jurídica nacional, com 200 (duzentos) acessos simultâneos, por 12 (doze) meses; e Aquisição da assinatura para acesso à plataforma jurídica Thomson Reuters - Biblioteca Digital ProView, com 100 (cem) acessos simultâneos, pelo período de 12 (doze) meses.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) CONTRATO TSE N.º 47/2020 Disponível em: TSE Contratos	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 30.000,00 (trinta mil reais) assinaturas anuais de livros eletrônicos da Biblioteca Digital ProView, da Thomson Reuters, para a área Jurídica, com até 100 acessos simultâneos.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html
Superior Tribunal Federal (STF) CONTRATO Nº 33/2018 Disponível em: STF Contratos	Revista dos Tribunais / Thomson Reuters	R$ 30.000,00 (trinta mil reais) assinaturas anuais de livros eletrônicos da Biblioteca Digital ProView, da Thomson Reuters, para a área Jurídica, com até 100 acessos simultâneos.	Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne, em um único local, livros de linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html

d) VLEX

Informação jurídica nacional, com legislação compilada atualizada, jurisprudência dos tribunais superiores, cerca de 200 títulos livros e periódicos de prestígio que abrangem todas as áreas do direito e modelos de contratos e peças processuais prontos para serem adaptados e usados.

Instituição Contratante	**Instituição Contratada**	**Valores**	**Produtos**
Conselho da Justiça Federal (CJF) Disponível em: Processo	V3 Services Informação E Consultoria LTDA (VLEX)	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Acesso integral para 12 meses.	Legislação; Decisões administrativas; Livros e revistas; Modelos e formulários; Notícias e Boletins Oficiais. Disponível em: https://vlex.com.br/produtos/setor-publico

3.3 Adequação do ambiente

Não se aplica.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN) solicita a contratação de quatro de bases de dados de informação jurídica para atender ao Conselho Nacional de Justiça, órgão que se

difere de outros tribunais em vários aspectos. É notório que nas pesquisas realizadas identifica-se que as bibliotecas do Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal do Trabalho; Superior Tribunal Eleitoral; e Conselho da Justiça Federal, quando contratam bases de dados para acesso à informação em meio digital, optam por apenas uma ou duas bases distintas. Esta Coordenadoria esclarece que todas as instituições citadas albergam em sua estrutura bibliotecas físicas, compostas por exemplares impressos, que podem ser digitalizados, respeitados os critérios legais, para envio aos usuários e emprestados para consulta individual. O CNJ, por não contemplar uma sede própria e por não dispor de espaço físico apropriado, nem quantidade suficiente de servidores para instalação de uma biblioteca física, necessita de maior aporte na contratação de bases de dados de informação em meio digital.

A COIN entende que as soluções indicadas no item 3.2 são as soluções mais adequadas. Dessa forma esta coordenadoria indica que sejam contratadas as bases apresentadas no item 3.2. Apresenta-se assim, as bases sugeridas em ordem de relevância:

1. Minha Biblioteca
2. Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters
3. Hein Online
4. Vlex

A assinatura de bases de dados informacionais proporcionará ao CNJ os seguintes benefícios:

- acesso remoto e simultâneo à informação;
- economia de espaço físico;
- ampliação da atuação dos servidores da biblioteca, ou centro de informação, por eliminar a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e
- fornecimento de informações confiáveis e atuais, cotando com a manutenção do acervo de informações atualizado.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário, após análise de bibliotecas do Poder Judiciário, sugere que sejam contratadas quatro bases de dados distintas.

Em consideração aos contratos existentes entre a Administração Pública e as empresas fornecedoras de bases de dados de informação jurídica, os valores praticados por órgãos semelhantes ao Conselho Nacional de Justiça estão representados na tabela abaixo.

Previsão de gastos por assinatura:

Base	**Período**	**Valor**
Minha Biblioteca	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Hein Online	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 35.633,00 (trinta e cinco mil seiscentos e trinta e três reais)
Vlex	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Acesso integral para 12 meses

Total		**R$ 151.633,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e três reais)**

Sugere-se o valor estimado de R$ 151.633,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e três reais)

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

As soluções apresentadas nestes Estudos Preliminares são divisíveis. Para cada base de dados apresentada no item 3.2 há, pelo menos, uma empresa fornecedora. A COIN considera vantajosa a divisibilidade das soluções informacionais apresentadas.

Dessa forma, as bases de dados elencadas no item 3.2 poderão ser fornecidas, separadamente, por empresas diversas, respeitadas a viabilidade técnica e econômica, garantindo assim a ampliação da competitividade.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A utilização dos serviços objeto destes estudos preliminares, viabiliza as atividades do CNJ, tendo em vista a necessidade de suporte informacional, item básico para tomadas de decisões institucionais.

De acordo com a doutrina vigente, o princípio da eficiência impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdício e a garantir maior rentabilidade social.

Pode-se adotar como indicadores para avaliação da solução a ser contratada os seguintes itens:

- Economicidade: a solução contratada promoverá a entrega de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, de forma a dirimir os gastos públicos com a implementação de uma biblioteca física que demandaria um espaço grande e adequado; contratação de mais recursos humanos que atendesse a demanda presencial do órgão. Ao conseguir atender todas as demandas internas, o CNJ terá economia de tempo, utilização de recursos humanos, aparato administrativo e estrutura física.
- Eficácia: a solução contratada dever permitir acesso independentemente da localização do usuário. O corpo técnico do CNJ não precisará se dirigir a um espaço físico para ter acesso à informação que precisa para o desempenho de sua função. A informação digital pode ser acessada a qualquer tempo e de qualquer lugar por meio de login e senha.
- Efetividade: a solução contratada deverá entregar informação atualizada e confiável de forma ininterrupta.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Em atenção ao disposto no art. 10, da Instrução Normativa CNJ n. 82/2020, que dispõe: “os riscos envolvidos na aquisição deverão ser identificados, avaliados e acompanhados desde o planejamento da contratação até a execução contratual, conforme Manual de Gestão de Riscos deste Conselho”.

RISCO 1:	**Indisponibilidade da Base**		
Probabilidade **(Alta, média e Baixa)**	**Id**	**Dano**	**Impacto** **(Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Atrasar a consulta à informação.	Médio

Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Contratada deverá apresentar alternativa e solucionar o problema o mais rápido possível.		Contratada
RISCO 2:	**A base não dispor de item específico, desejado pelo usuário**		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Usuário não ter acesso à informação desejada.	Médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Buscar empréstimo do livro, ou periódico desejado em bibliotecas parceiras.		COIN

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A equipe responsável pela elaboração destes estudos preliminares não identificou restrições ou providências internas necessárias ao funcionamento das bases de dados. De toda forma, o Departamento de Tecnologia da Informação poderá ser acionado para avaliar quesitos tecnológicos que fogem da competência da equipe responsável por estes estudos.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do Contrato, em conformidade com a Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura; prorrogável, por meio de termo aditivo, conforme disposto na legislação vigente, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Conforme informado no item 4, por não dispor de uma biblioteca física, o CNJ necessita prover acesso à informação aos seus servidores por meio digital. Isso posto, identifica-se como de interesse deste Conselho a promoção de acesso à informação de forma constante. Esta Coordenadoria entende como vantajosa a possibilidade de se estender a duração dos futuros contratos devido aos fatores de continuidade e relevância presentes nos serviços de acesso à informação em meio digital. Conclui-se que a necessidade de acesso à informação, na sociedade atual, é permanente e que a falta de suporte informacional adequado pode comprometer o andamento das atividades do Conselho.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Declaro que os gestores responsáveis por estes estudos preliminares levantaram as opções mais utilizadas no âmbito do Poder Judiciário, bem como, seus custos e valores estimados foram estabelecidos após análise de contratos semelhantes com outros órgão da Administração Pública. Entende-se por fim ser de interesse deste Conselho a contratação das seguintes bases de dados, considerando todos os aspectos levantados nestes estudos preliminares:

1. Minha Biblioteca;
2. Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters;

3. Hein Online;
4. Vlex.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Pâmela Tieme Barbosa Aoyama	pamela.aoyama@cnj.jus.br	5277	COIN
Renata Lima Guedes Peixoto	renata.peixoto@cnj.jus.br	5185	COIN

Documento assinado eletronicamente por **RENATA LIMA GUEDES PEIXOTO**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - BIBLIOTECONOMIA**, em 31/05/2021, às 17:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1095668** e o código CRC **D9058FCE**.

	TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Trata-se da assinatura de bases de dados de informação jurídica que disponibilizem acesso a livros, periódicos, jurisprudência e doutrina, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça. As bases de dados suprirão a necessidade informacional deste Conselho, haja vista a necessidade de se prover acesso por meio digital, sem a necessidade de comparecimento presencial ao CNJ. A contratação de bases de dados de informação jurídica atenderá a demanda por fontes de informações confiáveis, em meio digital, uma vez que falta espaço à implantação de uma biblioteca física no CNJ.

1.2 Indique as partes interessadas

Conselho Nacional de Justiça; Presidência; Corregedoria Nacional de Justiça; Conselheiros; Servidores; todas as unidades do CNJ.

1.3 Indique os resultados esperados da aquisição

Permitir que o público interno do CNJ tenha acesso à informação confiável e atualizada, em qualquer lugar, a qualquer hora, por meio digital.

1.4 Justificativa da contratação

Quanto à seleção das bases de dados bibliográficas

a) Motivação:

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula do Judiciário, disponibilizou, no final de 2020, a Biblioteca Digital Aldir Passarinho. A Biblioteca é responsável pela manutenção do Repositório Institucional do CNJ. Um dos objetivos da Biblioteca Digital (BD) é tornar as publicações do CNJ acessíveis pela Internet.

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), integrante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é a unidade responsável pela gestão da Biblioteca Digital Aldir Passarinho. Além da necessidade de preservação e disseminação das publicações institucionais, a COIN tem por atribuição a disponibilização de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, buscando atender às necessidades informacionais de Conselheiros, Juízes, Servidores e demais colaboradores.

Considerando a falta de espaço físico e a falta de servidores em número suficiente para implantação de uma biblioteca física, a COIN apresenta a contratação de bases de dados de informação jurídica como parte da solução desse problema. A assinatura dessas bases permitirá o acesso, por meio digital, a livros, periódicos e demais itens informacionais na área do direito e

demais áreas correlatas à atuação do CNJ, dispensando a necessidade de deslocamento físico.

b) Objetivo:

Prover acesso a fontes de informações confiáveis e atualizadas por serem necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

c) Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

A assinatura de bases de dados informacionais promoverá:

- acesso remoto e simultâneo à informação;

- economia de espaço físico;

- ampliação da atuação dos servidores da biblioteca, ou centro de informação, por eliminar a necessidade de tratamento técnico (catalogação, indexação, classificação e etiquetação) dos livros, periódicos e demais itens antes de disponibilizá-los; e

- fornecimento de informações confiáveis e atuais, contando com a manutenção do acervo atualizado.

d) Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação de empresa para execução dos serviços objetos destes Estudos Preliminares auxiliará o CNJ no cumprimento de seu Planejamento Estratégico. A contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça, na medida que visa garantir acesso à informação confiável, por meio digital ao público interno do CNJ.

A contratação dos serviços de bases de dados de informação jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ, contemplados no Mapa Estratégico 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020:

- Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípuo para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;

- Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital: o acesso à bases de dados jurídicas será realizado por meio digital, promovendo o acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

- **Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas**: as bases de informação contribuirão com o aperfeiçoamento dos servidores do CNJ e fornecerão embasamento informacional para o desenvolvimento das atividades institucionais.

e) Relação entre a demanda e a quantidade a ser contratada, acompanhada dos critérios de medição utilizados, documentos e outros meios probatórios:

A Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário, após estudo das necessidades de informação do Conselho Nacional de Justiça e análise do acervo digital de bibliotecas jurídicas do Poder Judiciário, sugere que sejam contratadas cinco bases de dados, fornecidas por três empresas distintas. A contratação de mais de uma base de informação tem o objetivo de formar um acervo digital amplo e diverso, que atenda às necessidades de informação

identificadas nos estudos, ressalta-se que a contratação de mais de uma base de dados não destoa do praticado pelas bibliotecas jurídicas de outros órgãos da Administração Pública.

As bibliotecas que possuem acervo físico adquirem livros de forma periódica de diferentes distribuidores. Isso acontece pois cada distribuidor trabalha com uma gama de editoras e produtos específicos e exclusivos. No caso da informação digital, ocorre a mesma situação. Para compor um acervo, é necessário ter como objetivo o todo e não a unidade de informação, os materiais devem atender a uma diversidade quanto aos temas e, também, quanto aos autores, de forma que seja possível formar um acervo bibliográfico ao mesmo tempo coeso e complementar. Por exemplo, uma biblioteca física deve ter mais de uma obra que trate de Direito Constitucional, isso porque as obras são autorais e, portanto, levam a perspectiva e didática de cada autor, além de sua contribuição particular, mas nem por isso o acervo é repetitivo, pelo contrário, é complementar. O mesmo ocorre com as bases de dados, e no caso do CNJ, a contratação de mais de uma base de informação é ainda mais importante, posto que não há uma biblioteca física que empreste livros físicos aos servidores. Dessa forma, procurou-se por bases que apresentassem conteúdos distintos e exclusivos, não se tratando por tanto do mesmo produto, mas sim de produtos de características semelhantes.

Para a seleção das bases de dados, primeiramente, foi realizado levantamento quanto às necessidades de informação do CNJ. O estudo de usuários e o estudo de necessidades de informação são instrumentos utilizados pela Biblioteconomia para o desenvolvimento de acervos e de serviços de informação. Como o CNJ, até o ano passado, não prestava nenhum serviço de informação ao seu corpo funcional, só era possível o estudo de potenciais usuários de informação. Em 2014, foi realizado estudo dos potenciais usuários de informação (link), em que verificou-se, segundo a opinião dos respondentes, que a maior demanda era por literatura especializada, seguida por informação jurídica, após, por informações produzidas pelo CNJ e, por último, por notícias. Quanto à informação jurídica, a maior demanda era por legislação, seguida por doutrina e, por último, jurisprudência. Nesse sentido, a Biblioteca Digital Ministro Aldir Passarinho, lançada ano passado, foi pensada como um serviço para atender à necessidade de acesso, de forma centralizada e organizada, aos conteúdos produzidos pelo próprio CNJ.

Para atender as necessidades relativas à literatura especializada e à informação jurídica, duas soluções se apresentam possíveis: a criação de uma biblioteca física, ou, a assinatura de bases de dados bibliográficas. A primeira opção não foi aprovada pela Administração, segundo SEI nº 02006/2015 e 04934/2015. Iniciou-se, portanto, o processo de avaliação de assinatura de bases de dados bibliográficas que, ademais, apresenta maior consonância com a atual sociedade informatizada. As informações levantadas pelo estudo foram importantes na seleção das bases de dados, mas considerando o tempo decorrido e seguindo os métodos mais atuais de seleção da informação, de análise multifacetada das necessidades de informação, de Chun Wei Choo, foi realizada análise do perfil institucional do CNJ, em que considera-se sua missão, objetivos, atribuições, organograma, além dos projetos institucionais desenvolvidos pelo órgão. Essas informações foram extraídas do Portal do CNJ e dos relatórios anuais.

Dessa forma, a partir a análise do perfil institucional do CNJ e do estudo de usuários mencionado anteriormente, verificou-se que as necessidades de informação do CNJ extrapolam a informação jurídica. É possível identificar, portanto, que a maior necessidade é por informação jurídica, mas que o acervo deve atender, também, às necessidades por informações das áreas de: Administração Geral e Pública; Estatística; Tecnologia da Informação; Contabilidade e orçamento; e Ciências Sociais.

Considerando as informações levantadas, foi aplicado o primeiro filtro para a seleção das bases de dados bibliográficas: a que se refere aos temas dos materiais bibliográficos. Buscou-se, portanto, bases que tem por foco a informação jurídica, mas também, bases que atendam às demais necessidades de informação do CNJ. Nessa etapa, foi realizada também ampla pesquisa nas Bibliotecas de órgãos públicos para levantamento de quais bases eram assinadas.

Após esse primeiro filtro, foram realizadas as análises quanto à atualidade, autoridade e precisão da informação. Critérios preconizados por Waldomiro Vergueiro, em sua obra Seleção de Materiais de Informação. Nessa etapa, é realizada a análise individual de cada base, quanto ao critério de autoridade para os livros, verificou-se quais editoras são veiculadas em cada base, buscando as mais renomadas em cada área de informação. Para os periódicos, analisou-se se os

editores seguiam os critérios de informação científica nacionais e internacionais. Quanto à precisão da informação, foram analisados os processos editoriais das editoras de livros e periódicos científicos. Quanto à atualização, analisou-se a periodicidade que novos materiais são incluídos nas bases.

Além desses itens de avaliação tradicionais da área de Gestão da Informação, foram avaliados, também, os recursos tecnológicos da base. Importante ressaltar que não foi uma avaliação técnica da área de tecnologia da informação, em relação à linguagens de programação etc., mas dos requisitos de usabilidade e acessibilidade para o usuário final e para o gerenciamento da base. Dessa forma, avaliou-se a forma de acesso à base; acesso simultâneo; possibilidade de geração de estatísticas de uso; interface amigável; recursos de leitura; recursos de acessibilidade; recursos de refinamento de pesquisa; suporte técnico e metadados do catálogo.

A COIN, após consulta de processos semelhantes entre as empresas listadas e outros órgãos, verificou que a quantidade de acessos simultâneos é estabelecida, levando-se em conta entre 10% e 15% de usuários, em relação ao total de usuários potencias, no caso do CNJ, usuários potenciais são todos os servidores e colaboradores do órgão. De acordo com a publicação CNJ em Números 2020, do Departamento de Pesquisas Judiciárias, a força de trabalho total do CNJ estava em torno de 768, entre membros, juízes auxiliares, servidores e trabalhadores auxiliares, em 2020.

A especificação de cada base consta no item 2.2.

Em consideração aos contratos existentes entre a Administração Pública e as empresas fornecedoras de bases de dados de informação jurídica, os valores praticados pelas empresas em caráter de exclusividade estão representados na tabela seguinte.

Previsão de gastos por assinatura:

Base	Produto	Período	Acessos Simultâneos	Valor	Contrato com a Administração Pública
Minha Biblioteca	**MB Jurídica e Sociais Aplicadas**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	800 usuários por login e senha individual. A quantidade de acessos foi definida em um acesso para cada servidor/colaborador do CNJ. Além de atender a cada servidor de forma individualizada, o preço nessa modalidade é inferior ao praticado por faixa de IP, no caso dessa empresa.	R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais). Proposta 1124887.	Defensoria Pública de Santa Catarina - Contrato nº 023/2021

Thomson Reuters	**Editora Revista dos Tribunais** **Biblioteca Digital Proview**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	100 usuários por Faixa de IP. A quantidade de acesso foi estabelecida em aproximadamente 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10 e 15% do total de usuários potenciais possibilita boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP.	R$ 38.760,00 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais) * R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais) * * Valor para aquisição das duas bases em um mesmo contrato Proposta 1124895.	Conselho da Justiça Federal (CJF) - PROCESSO SEI N. 0002633-32.2020.4.90.8000
Vlex	**Hein Online - Latin American Core Colection** **Vlex Brasil Premiun**	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. A COIN considera a quantidade de acessos definida pela Hein adequada ao CNJ. 80 usuários por login e senha. A quantidade estabelecida em entre 10% e 15% do total de servidores e colaboradores. Essa base permite a assinatura por usuário e não por faixa de IP.	USD 5.765,00 (cinco mil, setecentos e sessenta e cinco dólares) R$ 32.583,14 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e catorze centavos) * Proposta 1125668. $ 11.268,00 (onze mil, duzentos e sessenta e oito dólares) R$ 58.327,68 (cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos) Proposta 1125672. * valor convertido em reais com impostos	Supremo Tribunal Federal (STF) - Contrato nº 20/2021 Conselho da Justiça Federal (CJF) - PROCESSO 0003688-60.2020.4.90.8000

Total				**R$ 236.560,82 (duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos)**	

2. OBJETO

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

Trata-se da assinatura de bases de dados em meio digital, que promovam acesso à informação confiável, atualizada, disponibilizando acesso a livros (e-books), periódicos, artigos e demais produtos informacionais na área do Direito e áreas correlatas.

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

Trata-se de bases de dados informacionais que promovam acesso à informação, contemplando a doutrina na área do Direito, bem como nas áreas correlatas à atuação do CNJ, como: Ciências Sociais; Tecnologia da Informação; Estatística e outras áreas que possam abranger o conhecimento necessário ao desenvolvimentos das atividades meio e finalísticas deste Conselho.

As bases selecionadas devem disponibilizar informação de qualidade. Essa expressão pode denotar a falsa impressão de uma definição vaga, mas ressalta-se que não é difícil definir informação de qualidade. Waldomiro Vergueiro, importante pesquisador e autor da biblioteconomia, em seu livro "Seleção de materiais de informação", define alguns critérios para a seleção de materiais bibliográficos, quais sejam:

Autoridade: as bases de dados de informação deverão manter em seus acervos as informações oriundas de autores renomados e com atuação reconhecida. Deve-se optar pela disponibilização de livros, periódicos e artigos com reconhecimento de suas fontes, buscando as publicações de instituições e autores pessoais que primem por critérios científicos. Busca definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador.

Precisão: visa evidenciar o quanto a informação veiculada é exata, rigorosa, correta.

Atualidade: trata da capacidade de um acervo se mantar atual, no caso do Direito, sem negligenciar aspectos históricos. As bases de dados de informação devem contemplar informações atuais, de forma a permitir o constante aprimoramento profissional.

Dada a subjetividade presente na escolha de ferramentas informacionais, as bibliotecárias da COIN (Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória), após análise das principais bases de dados de informação disponíveis e assinadas no âmbito da Administração Pública, definiram as bases a serem contratadas. As bases selecionadas fornecem produtos exclusivos. São diferenciais de cada base:

Minha Biblioteca: exclusividade no fornecimento de publicações das renomadas editoras: Grupo A Educação S.A; Editora Atlas LTDA; Gen-Grupo Editorial Nacional Participações S.A; Saraiva Educação S.A; Editora Manole Limitada. A base dá acesso à materiais de 15 editoras acadêmicas nacionais e 38 selos editoriais: Grupo A; Gen Atlas; Manole, Saraiva Eduacação; Almedina Brasil; Alta Books, Blucher; Clengage Learning; Cortez Editora; Editora Unijui; Empreende; Grupo Autêntica; Medbook; Saint Paul Editora e Trevisan.

Nas áreas de informação prioritárias ao Conselho Nacional de Justiça, a base dispõe de uma

coleção voltada à informação jurídica, a MB Jurídica, com mais de 2.300 títulos disponíveis. E para atender às necessidades de informação das áreas de estatística, informática, contabilidade, administração geral e pública e orçamento, têm as coleções MB Sociais Aplicadas, com mais de 3.700 títulos.

A base é atualizada mensalmente com novos títulos e permite o acesso simultâneo ilimitado a todos os usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Fornece, também, material de apoio para treinamento e divulgação da ferramenta, suporte técnico e plano de melhoramento contínuo dos metadados de recuperação da informação.

Editora Revista dos Tribunais: exclusividade no fornecimento da renomada Revista dos Tribunais Online Clássica e Revista dos Tribunais Online Completa (Plataforma digitais de busca jurídica para pesquisas em jurisprudência, doutrina, legislação, súmulas, além de outros conteúdos desenvolvidos exclusivamente para essa plataforma como as Doutrinas Essenciais, Pareceres e Códigos Comentados escritos por autores da Revista dos Tribunais e da FiscoSoft. O acervo de busca online conta atualmente com 36 revistas Periódicas especializadas em diversas áreas do Direito, 19 coleções de Doutrina Essenciais, 8 Coleções de Pareceres e Soluções Práticas, 10 Códigos Comentados e Notícias de Agência Reuters News, além de outros).

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Biblioteca Digital Proview: exclusividade no fornecimento da ProView Thomson Reuters – Biblioteca Virtual ProView (Plataforma de leitura, consulta e armazenamento de livros em formato digital. Trazendo recursos de busca em toda biblioteca com tema livre e termos indexados, recursos de exportação trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, sistema de criação de categorias para cada obra e possibilidade de classificação dos destaques e notas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários. A THOMSON REUTERS BRASIL publicou mais de 1.500 obras com os selos editoriais Revistas dos Tribunais e FiscoSoft).

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Hein Online - Latin American Core Colection: exclusividade no fornecimento de títulos voltados à atuação jurídica na América Latina e dos Estados Unidos das renomadas: ABA Law Library Collection Periodicals; American Law Institute Library; Federal Register Library/Code of Federal Regulations; Foreign Relations of the United States; Harvard Research in International Law; Immigration Law & Policy in the U.S.; Intellectual Property Law Collection; Law Journal Library; New York Court of Appeals Records and Briefs; New York Legal Research Library; State Attorney General Reports & Opinions; Taxation & Economic Reform in America, Parts I & II, 1781-2010; U.S. Attorney General & Department of Justice Collection; U.S. Presidential Library; U.S. Supreme Court Library; United Nations Law Collection; World Constitutions Illustrated; World Trials Library.

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Vlex Brasil Premiun: exclusividade no fornecimento de títulos de renomadas editoras, como LTr, FGV Direito, JH Mizuno, Leud, Pillares, Malheiros, Bonijuris, entre outras. Fornece uma ampla coleções de informação jurídica em uma plataforma de inteligência artificial, que aprende com o comportamento de seus usuários. Disponibiliza acesso à legislação abrangente e jurisprudência de 20 países e uma ampla seleção de mais de 130 países, bem como conteúdo de

Doutrina de mais de 1.000 editores selecionados.

Para atendimento da necessidade por informação jurídica, tanto nacional como estrangeira, a VLex apresenta um amplo acervo de doutrina, jurisprudência, legislação, além da veiculação de notícias da área jurídica. A base é atualizada mensalmente com novos títulos e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Disponibiliza, também, tradutor automático de 14 idiomas para a terminologia jurídica.

2.3 Sujeição às normas técnicas

Não se aplica.

2.4 Critérios de sustentabilidade

A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93.

A empresa contratada deverá observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, bem como as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 201/2015, pelo Plano de Logística Sustentável do CNJ e Portaria CNJ n. 18/2020.

2.5 Em caso de posto de trabalho:

Não se aplica.

2.6 Em caso de produtos/serviços

Contemplado no item 1.4 e) deste Termo de Referência.

2.7 Métricas utilizadas

A disponibilização de acesso à bases de dados será a métrica utilizada. A bases deverão estar acessíveis ininterruptamente, enquanto durar o contrato.

2.8 Necessidade de Agrupamento de Itens

Não se aplica. Trata-se de diferentes bases de dados, fornecidas por diferentes empresas.

2.9 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

Trata-se de contratação não continuada, conforme Parecer AJU 1140688.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 Local e Horário

Sede do Conselho Nacional de Justiça. Endereço: SAF SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, Brasília-DF. Horário de funcionamento: das 12h às 19h.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

De segunda-feira a sexta-feira, das 12h às 19h.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

Ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Por se tratar de informação disponível em plataforma online na Internet. Deve estar acessível a qualquer momento enquanto durar o contrato.

3.4 Ordem de Execução

Assinatura do contrato.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Contratação por inexigibilidade de licitação com fundamento no caput do art. 25, da Lei 8.666/93, por se tratar de serviço que somente pode ser disponibilizado por fornecedor único, fato que inviabiliza procedimento competitivo.

As cartas de exclusividade das bases estão disponíveis nos documentos:

- Minha Biblioteca (1124887)
- Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais e Biblioteca Digital Proview (1124895)
- Hein online (1125668)
- Vlex Brasil Premium (1125672)

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Habilitação jurídica

- registro comercial, no caso de empresário individual;
- ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

5.2 Regularidade fiscal e trabalhista

- comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ do Ministério da Economia;
- comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;
- prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

5.3 Qualificação econômico-financeira

- Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Certidão Negativa de Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.4 Declarações exigidas

- Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei n. 9.854/1999);
- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- Declaração de elaboração independente de proposta.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

As empresas fornecedores das bases de dados listadas no item 1.4, e, deverão apresentar proposta em consonância com o disposto nesse Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

I - Prestar os serviços no prazo estabelecido em contrato e de acordo com a especificação e demais condições estipuladas;

II - Disponibilizar o acesso à plataforma em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato;

III - Indicar preposto para manter entendimentos com o CNJ durante a execução dos serviços;

IV - Fornecer suporte técnico à CONTRATANTE e esclarecer dúvidas de acesso à base de dados, durante o horário comercial (dias úteis), por telefone ou e-mail;

V - Preservar o disposto legal sobre os direitos autorais das publicações disponibilizadas na base de dados;

VI - Manter a base de dados acessível vinte quatro horas por dia, sete dias por semana;

VII - Informar no prazo de 24 horas problemas que impossibilitem o acesso à base de dados;

VIII - Assumir exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da execução do objeto contratado;

IX - Fornecer ao CNJ todas as especificações técnicas necessárias à disponibilização da base de dados;

X - Enviar relatórios de acesso e uso mensalmente ao CNJ;

XI - Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a terceiros, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

XII - Prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo, de imediato, às reclamações;

XIII - É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os

profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do gestor do contrato;

XIV - Comunicar ao CONTRATANTE, por e-mail, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços, tais como inconsistência no acesso, demora na efetivação da assinatura;

XV - Notificar o Contratante, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quando da realização de manutenções preventivas programadas, que forem necessárias ao sistema;

XVI - Não subcontratar o objeto deste Contrato;

XVII - Promover treinamento para utilização da ferramenta;

XVIII - Declarar ciência e cumprir fielmente do Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça - instituído pela Portaria n. 18, de 31 de janeiro de 2020 -, cuja formalização se dará por meio da assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso, a ser adicionado como Anexo do TR. Preencher o termo disposto no Anexo A deste Termo de Referência;

XIX - manter as condições de habilitação da contratação durante toda a execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São deveres do Conselho Nacional de Justiça:

I - Designar gestor e substituto para acompanhamento e fiscalização do contrato;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

IV - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma:

a) o gestor ou o fiscal do contrato deverá receber o objeto, mediante Termo de Recebimento Definitivo, após comprovada a adequação ao Termo de Referência, à proposta, e ao Contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

O pagamento ocorrerá em parcela única, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, no prazo disposto no artigo 40, inciso XIV, alínea a, da Lei n. 8.666/93, de até 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação da fatura pelos gestores do contrato. Conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela

Justiça do Trabalho;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA;

c) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Projeto Básico ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

d) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

e) Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA no Protocolo do CNJ.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

Em caso de atraso, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com o Conselho Nacional de Justiça e com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e no teor da Instrução Normativa nº67/2020/CNJ, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, limitada a incidência a 5 (cinco) dias;

b.1.1) No caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 1% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

b.1.2) No caso de atraso injustificado no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documento ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos por prazo superior a 15 (dez) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.4” ou“b.5”, conforme o caso.

b.2) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos, limitada a incidência a 5 (cinco) dias úteis;

b.2.1) No caso de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato;

b.2.2) No caso de atraso injustificado ou de ausência da prestação do serviço, acarretando indisponibilidade de acesso aos módulos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.4” ou“b.5”, conforme o caso.

b.3) 5% (5 por cento), sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de a CONTRATADA não manter as condições iniciais de habilitação;

b.3.1) Caso a CONTRATADA não regularize sua situação, de acordo com as condições iniciais de habilitação previstas no contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da

notificação enviada pela Administração, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), sobreo valor total do contrato, podendo haver, ainda, a rescisão do contrato.

b.3.2) O prazo previsto na alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração e desde que a CONTRATADA realize a solicitação justificando a necessidade de prorrogação.

b.4) 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação, com possibilidade de rescisão contratual;

b.5) 20% (vinte por cento), sobre o valor total contrato, no caso de inexecução total da obrigação, com possibilidade de rescisão contratual;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de serviço com prestação continuada, o prazo de vigência do Contrato, em conformidade com a Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não se aplica.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O gestor e o gestor substituto do contrato serão responsáveis pela verificação da conformidade do serviço prestado, em conformidade com o Manual de Gestão de Contratos do CNJ.

15. ESTUDO PRELIMINAR

Declaro que esse Termo de Referência foi elaborado de acordo com o estudo preliminar nº 1095668, aprovado pela Secretaria de Administração.

ANEXO - A

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e

produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

Documento assinado eletronicamente por **PÂMELA TIEME BARBOSA AOYAMA**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO**, em 29/09/2021, às 14:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1171869** e o código CRC **425BFA9E**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 00272/2021
Assunto: Assinatura de bases de dados de informação jurídica
Servidor: Nilson
Data: 11/11/2021

Objeto	ITEM	UM	Qtde	Empresa: MINHA BIBLIOTECA LTDA CNPJ: 13.183.749/0001-63 PROPOSTA			CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA CNPJ: 13.183.749/0001-63 CONTRATO			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA CNPJ: 05.703.755/0001-76 CONTRATO			INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CNPJ: 10.735.145/0012-47 NOTA FISCAL						VALOR MÉDIO (A)		VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor							
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim					
				Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total
Minha Biblioteca	1	Mês	12	6.320,00	75.840,00	75.840,00	4.800,00	57.600,00	57.600,00	3.960,00	47.520,00	47.520,00	~~124.200,00~~	1.490.400,00					5.026,67	60.320,00	3.960,00	47.520,00
Sub-total						**75.840,00**			**57.600,00**			**47.520,00**			-						
				Empresa: THOMSON REUTERS CNPJ: 60.501.293/0001-12 PROPOSTA			FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO CNPJ: 33.540.014/0001-57 NOTA DE EMPENHO			TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 28.483.014/0001-22 NOTA DE EMPENHO			FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZACAO E APRIMORAMENTO FUNCIONAL DO GOIÁS CNPJ: 07.004.223/0001-76 NOTA FISCAL			MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CNPJ: 26.989.715/0050-90 NOTA FISCAL						
Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais	2	Mês	12	3.230,00	38.760,00	38.760,00	3.722,91	44.674,89	44.674,89	3.751,67	45.020,00	45.020,00							3.568,19	42.818,29	3.230,00	38.760,00
Thomson Reuters - Biblioteca Digital Proview	3	Mês	12	2.587,50	31.050,00	31.050,00							2.600,00	31.200,00	31.200,00	2.606,25	31.275,00	31.275,00	2.597,92	31.175,00	2.587,50	31.050,00
Sub-total						**69.810,00**			**44.674,89**			**45.020,00**			**31.200,00**			**31.275,00**				
				Empresa: V3 Services Informação e Consultoria Ltda CNPJ: 12.422.562/0001-02 PROPOSTA			SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CNPJ: 00.531.640/0001-28 CONTRATO			UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CNPJ: 83.899.526/0001-82 CONTRATO			ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CNPJ: 03.920.829/0001-09 CONTRATO											
vLex Hein online	4	Mês	12	2.942,84	35.314,02	35.314,02	3.549,20	42.590,39	42.590,39	3.571,18	42.854,12	42.854,12	3.423,59	41.083,06	41.083,06				3.371,70	40.460,39	2.942,84	35.314,02
Sub-total						**35.314,02**			**42.590,39**			**42.854,12**			**41.083,06**				-	-	-	-
				Empresa: V3 Services Informação e Consultoria Ltda CNPJ: 12.422.562/0001-02 PROPOSTA																			
Vlex Brasil Premium	5	Mês	12	4.853,14	58.237,68	58.237,68			-			-			-			-	4.853,14	58.237,68	4.853,14	58.237,68
Sub-total						**58.237,68**			-			-			-			-	-	-	-	-

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Minha Biblioteca

Valor médio total estimado:	60.320,00	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	47.520,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Thomson Reuters - Revistas dos Tribunais

Valor médio total estimado:	42.818,29	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	38.760,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Thomson Reuters - Biblioteca Digital Proview

Valor médio total estimado:	31.175,00	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	31.050,00	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

vLex Hein online

Valor médio total estimado:	40.460,39	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	35.314,02	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Vlex Brasil Premium

Valor médio total estimado:	58.237,68	(setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Valor mínimo total estimado:	58.237,68	(quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de contratação, por inexigibilidade, de assinatura de bases de dados em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Após aprovação dos Estudos Preliminares e Projeto Básico pela Secretaria de Administração (SAD), conforme Despachos n. 1099219 e 1187578, os autos foram encaminhados à Seção de Compras (SECOM), para realização de pesquisa de preços e demais atos tendentes a comprovar a compatibilidade do preço com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU 17/2009.

Cabe destacar que, preliminarmente à aprovação do Projeto Básico, a Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), por meio do Despacho n. 1125674, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica (AJU), com nova versão do Projeto Básico, juntamente com as propostas das empresas a serem contratadas, solicitando orientação acerca da "possibilidade de se contratar por inexigibilidade de licitação as cinco bases listadas no Termo de Referência 1111894.”

Em resposta, a AJU, mediante Parecer n. 1140688, manifestou-se no sentido de ser possível a contratação das bases de dados, por inexigibilidade de licitação, com fundamento legal no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, desde que observadas as recomendações apresentadas no referido opinativo. Por essa razão, em atendimento às referidas recomendações AJU, a COIN inseriu nos autos nova versão do Termo de Referência/ Projeto Básico COIN 1154714, contemplando as alterações necessárias, conforme detalhado no Despacho n. 1159085.

Então, os autos foram novamente encaminhados à Seção de Elaboração de Editais (SEEDI), para análise da nova versão do Termo de Referência/ Projeto Básico COIN 1154714. Realizada a análise à luz da Instrução Normativa CNJ n. 82/2020 e do Manual de Aquisições do CNJ, instituído pela Portaria CNJ nº 168/2020, a SEEDI informou que o Projeto Básico contempla os requisitos mínimos do referido manual. Contudo, no que se refere à justificativa acerca dos quantitativos apresentados para a contratação, verificou-se que foram baseados nas propostas apresentadas 1124895, 1124887, 1125668 e 1125672 e não na real quantificação da demanda do CNJ. Por esse motivo, o Processo foi restituído a unidade demandante, para adequação do Projeto Básico ou, se fosse o caso, apresentação das justificativas que embasassem a manutenção dos quantitativos previstos.

Em resposta, a COIN, por meio do Despacho n. 1185383, manifestou-se conforme a seguir:

> [...] 1. Em atenção ao Despacho SAD 1185046, que solicita adequação do quantitativo de acessos previsto no Projeto Básico 1171869 ou apresentação de justificativas, tendo por base o Despacho SEEDI 1176730, informa-se:
>
> 2. Esclareço que a COIN confirma a quantidade de acesso pleiteada e esclarece que a descrição dos acessos está disponível na tabela do item 1.4, e), do referido Projeto Básico. A empresa Minha Biblioteca oferece acesso individual por preço menor do que o praticado por acesso por faixa de IP. Dessa forma, foram contemplados 800 (oitocentos) acessos individuais, contabilizando o total de colaboradores do CNJ. As bases Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital Proview e Vlex Brasil Premium foram cotadas após verificação da COIN de contratos com outras bibliotecas, tendo por base, aproximadamente, 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10% e 15% do total de usuários potenciais garante boa cobertura de acessos simultâneos, no

> caso de faixa de IP. Apenas a base Hein Online - Latin American Core Colection, única base internacional cotada pela COIN, pratica uma forma diferente para quantificar os acessos que cada órgão necessita. A Hein Online não altera sua métrica e indicou que o CNJ contrate entre 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. Como caso concreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) também contrata a base Hein Online, com as considerações definidas pela empresa sem prejuízo algum ao erário.
>
> 3. Quanto ao item 3.1, do Despacho SEEDI1176730, cumpre ressaltar que o relatório CNJ em Números foi publicado na gestão anterior e houve crescimento do quadro na gestão atual, com mais juízes auxiliares. É necessário levar em consideração, também, os postos de trabalho adicionados com as contratações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do DMF e do DPJ que trabalham diretamente com pesquisas relativas às políticas públicas desenvolvidas pelo CNJ, e que se beneficiarão diretamente com a disponibilização de materiais de informação de qualidade e atuais.
>
> 4. Dada a informação, a COIN não identifica óbice as contratações e considera que os acessos estipulados não prejudicam em hipótese alguma o CNJ. Isso posto, considera-se adequada a quantidade de acessos definida no Projeto Básico para o público do CNJ. A quantificação de acessos foi feita pelas bibliotecárias do CNJ, Pâmela Tieme Barbosa Aoyama e Renata Lima Guedes Peixoto, que são as responsáveis técnicas no assunto.
>
> 5. Dessa forma, a COIN mantém a quantidade de acesso estipulada no Projeto Básico 1171869. Encaminha-se os autos para as devidas análises. [...].

Posto isso, considerando que as informações técnicas são de responsabilidade da unidade demandante e acatando as justificativas apresentadas pela COIN, com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411, de 30 de novembro de 2018 (0578958), a SAD aprovou o Projeto Básico 1171869.

Superada essa questão, os autos foram, finalmente, encaminhados à SECOM, para realização de pesquisa de preços com vistas a verificação da compatibilidade do preço das propostas 1124895, 1124887, 1125668, e 1125672 com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados.

Quanto a pesquisa de preços, cabe registrar que a SAD solicitou à SECOM a retificação da primeira versão do Mapa Comparativo de Preços (1206375), sobretudo, em relação ao comparativo de preços, com a exclusão de valor médio e mínimo, devendo constar apenas o valor real das propostas apresentadas, para a fiel realização da comparação de valores. Além disso, requereu-se que, após nova versão do mapa comparativo de preços, *os autos fossem enviados à COIN, para manifestação, quanto aos seguintes pontos: **1)** em relação à opção VLEX Brasil Premium, a empresa, mediante e-mail (1206451), informou que não há assinante no Brasil com as mesmas configurações solicitadas pelo CNJ e, por essa razão, não foi possível enviar contratações similares para comparativo de preços e, nesse caso, considerando a indicação da ordem de prioridade constante dos Estudos Preliminares (item 4), e que as bases possuem características semelhantes, solicito avaliar a possibilidade de não contratar essa opção ou apresentar justificativas complementares que corroborem a contratação; e **2)** possibilidade de reavaliação da quantidade de acessos a serem contratados, já que não há histórico da real demanda do CNJ, tendo em vista que a quantidade a ser contratada está diretamente relacionada ao valor da proposta encaminhada e com valor superior aos contratos já firmados com Administração, com quem a empresa vem prestando o mesmo serviço.*

Em resposta, a COIN, por meio do Despacho n. 1227787, manifestou-se conforme a seguir:

> [...] 2. Em relação ao item 1), é importante ressaltar que não há ordem de prioridade para contratação, a enumeração dos Estudos Preliminares foi utilizada somente para fins de organização. Quanto à similaridade das bases de dados, conforme o item 1.4 dos Termo de Referência/Projeto Básico COIN (1171869), ratifica-se que ainda que todas as bases sejam bibliográficas, ou seja, são compostas por livros artigos, folhetos, etc, os materiais que as compõem se diferenciam um dos outros, ou seja, mesmo que duas bases tenham conteúdo da área do Direito, serão livros, artigos, folhetos, etc. diferentes, serão autores diferentes, com abordagens diferentes. Para a formação de um acervo completo, é essencial que se

tenha diversidade de materiais bibliográficos, principalmente no contexto do Conselho Nacional de Justiça em que não se terá biblioteca física.

3. Ainda em relação ao item 1) do Despacho SAD1224679, ressalta-se que são duas coleções a serem contratadas pela empresa vLex: a vLex Brasil Premium e a Hein Online – Latin American Core Colection. Dessa forma, o que a empresa informou é que não possui contratos com as mesmas características da proposta do CNJ, ou seja, o mesmo número de usuários e com as duas coleções citadas, conforme e-mail 1206451:

> *Olá Sr. Nilson, Me perdoe se não fui clara. Temos sim notas fiscais de produtos semelhantes, mas não em conjunto. O CNJ assinará apenas a Coleção vLex Brasil Premium? Agradeço o esclarecimento e peço desculpas pelo transtorno.*

4. Dessa forma, solicitamos à empresa o envio de Notas Fiscais e Contratos relativos à coleção vLex Brasil Premium, ao que foram enviadas as Notas Fiscais (1227758) e (1227761), e o contrato (1227786). Ressalta-se que o valor da Nota Fiscal (1227761) é menor devido à quantidade menor de usuários contratados pela instituição.

5. Quanto ao item 2) do Despacho SAD 1224679, ratificamos os esclarecimentos constantes no Despacho COIN 1185383:

2. Esclareço que a COIN confirma a quantidade de acesso pleiteada e esclarece que a descrição dos acessos está disponível na tabela do item 1.4, e), do referido Projeto Básico. A empresa Minha Biblioteca oferece acesso individual por preço menor do que o praticado por acesso por faixa de IP. Dessa forma, foram contemplados 800 (oitocentos) acessos individuais, contabilizando o total de colaboradores do CNJ. As bases Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital Proview e Vlex Brasil Premium foram cotadas após verificação da COIN de contratos com outras bibliotecas, tendo por base, aproximadamente, 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10% e 15% do total de usuários potenciais garante boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP. Apenas a base Hein Online - Latin American Core Colection, única base internacional cotada pela COIN, pratica uma forma diferente para quantificar os acessos que cada órgão necessita. A Hein Online não altera sua métrica e indicou que o CNJ contrate entre 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. Como caso concreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) também contrata a base Hein Online, com as considerações definidas pela empresa sem prejuízo algum ao erário.

6. Nesse sentido, o valor apresentado pela coleção Minha Biblioteca, item 1 do mapa comparativo de preços (1226725), é superior ao apresentado na proposta, devido à quantidade de acessos individuais que serão contratados pelo CNJ. Nesse caso, as propostas juntadas ao processo evidenciam um número inferior de acessos, fato que diminuiu o preço dos contratos das instituições analisadas. [...]

Dessa forma, a SECOM, em atendimento ao disposto no referido Despacho COIN, ajustou novamente o mapa comparativo de preços, para inclusão do contrato e notas fiscais referentes a vLex Brasil Premium.

Após todo trâmite necessário pra a realização da pesquisa de preços, conforme Despachos SECOM n. 1217685, 1226728, 1227996, a última versão do Mapa Comparativo de Preços v.3 (1227993) e os esclarecimentos trazidos pela unidade demandante, é possível inferir que o preço proposto pelas empresas Minha Biblioteca Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e V3 Services Informações e Consultoria Ltda. estão alinhados com o que vem sendo praticado em outros contratos, considerando a metodologia utilizada pelas empresas para disponibilização de suas bases de dados.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1212717) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1213012 e Despacho SEPOR 1213016). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista das empresas Minha Biblioteca Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e V3 Services Informações e Consultoria Ltda., para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1228152, 1228163, 1228165, 1228170, 1228174, 1228177, 1228180, 1228180 e 1228184.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1228186, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse

modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> (...)

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, **declaro a inexigibilidade de licitação**, para contratar as empresas **Minha Biblioteca Ltda. (CNPJ: 13.183.749/0001-63)**, no valor de R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais), **Editora Revista dos Tribunais Ltda. (CNPJ: 60.501.293/0001-12)**, no valor de R$ 69.810,00 (sessenta e nove mil oitocentos e dez reais) e **V3 Services Informações e Consultoria Ltda. (CNPJ: 12.422.562/0001-02)**, no valor de R$ 93.551,70 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), totalizando o valor de **R$ 239.201,70 (duzentos e trinta e nove mil duzentos e um reais e setenta centavos)**, para contratação de assinatura de bases de dados, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das empresas supramencionadas.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 14/12/2021, às 17:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228259** e o código CRC **021FE07B**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1140688, manifestando-se pela possibilidade de contratação das bases de dados, por inexigibilidade de licitação, e do Despacho SAD 1228259, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 c/c *caput* do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da competência disposta na Portaria CNJ nº 112/2010, art. 3º, inc. XI, alínea "aj", **aprovo** a realização das seguintes despesas, bem como **autorizo** a contratação das seguintes empresas, com vistas à contratação de assinatura de bases de dados, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça:

a) Minha Biblioteca Ltda (CNPJ: 13.183.749/0001-63), no valor de R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais);

b) Editora Revista dos Tribunais Ltda (CNPJ: 60.501.293/0001-12), no valor de R$ 69.810,00 (sessenta e nove mil oitocentos e dez reais); e

c) V3 Services Informações e Consultoria Ltda (CNPJ: 12.422.562/0001-02), no valor de R$ 93.551,70 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229697** e o código CRC **92B5D910**.

Data e hora da consulta: 17/02/2022 13:32
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	159	2022PE000131

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/02/2022	Global	00272/2021	-	98.127,56

Favorecido

Código	Nome
12.422.562/0001-02	V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA

Endereço	CEP
SAUS QUADRA 3 1010 SALA 1010 ASA SUL	70070-030

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
00272/2021. CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE BASES DE DADOS, EM MEIO DIGITAL, NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO CORRELATAS À ATUAÇÃO DO CNJ. CONFORME DESPACHO DG 1260719.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/02/2022 17:51:40	Alteração

Data e hora da consulta: 17/02/2022 13:32
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	98.127,56

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE BASES DE DADOS, EM MEIO DIGITAL, NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO CORRELATAS À ATUAÇÃO DO CNJ. DEMAIS CONDIÇÕES CONF. PROJETO BÁSICO 1171869.	98.127,56

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/02/2022	Inclusão	1,00000	98.127,5600	98.127,56

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
***.701.217-**
16/02/2022 17:51:40

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
16/02/2022 17:21:35

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/02/2022 17:51:40	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento externo: Curso online de acessibilidade aplicada

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Solicitação de participação em evento externo **3**
Informação SEDUC **8**
Parecer AJU **15**
Declaração de inexigibilidade de licitação **21**
Ratificação da declaração de inexigibilidade de licitação **24**
Nota de empenho **25**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE ARQUITETURA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1189611 - SEART

Brasília, 19 de outubro de 2021.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: CURSO ONLINE DE ACESSIBILIDADE APLICADA	
Período: Março 2022	**Carga Horária:** 2 Aulas online - 20h
Local de Realização: on-line	**Turno:** 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 18:00
Entidade Promotora: ACESSIBILIDADE APLICADA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME.	**CNPJ:** 26.741.293/0001-51
Telefone: (11) 4332-3144, Celular: (11) 991604718	**E-mail: eduardo@eduardoronchetti.com.br**
Endereço: www.eduardoronchetti.com.br	
Cidade: São Paulo - CEP: 04140-000	**UF: SP**
Valor Unitário: R$ 900,00	**Valor Total: R$ 9.000,00 (1251316)**

PARTICIPANTES

Mat	Nome	Cargo/Função	Ramal	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)
2256	Octavio Oliveira dos Anjos	Analista Judiciário - Área Administrativa	5070	Não marcado	Não
1661	Rodrigo Bonna Nogueira	Analista Judiciário - Apoio especializado Arquitetura - Chefe de Seção	5059	Não marcado	Não
2182	Camila Cristina da Costa Santos Cruz	Analista Judiciário - Apoio especializado Arquitetura- Chefe Substituto.	5070	Não marcado	Não

1634	Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro	Analista Judiciário - Apoio especializado Engenharia civil- Chefe de Seção	5073	14/01/2022 - 18/01/2022 27/06/2022 - 21/07/2022	Não
1739	Uilmar Vasconcelos da Silva	Analista Judiciário Área Administrativa - Chefe Substituto	5168	07/02/2022 - 11/02/2022 05/09/2022 - 29/09/2022	Não

Cabe ressaltar que o tema é de relevância entre os tribunais. Considerando que as Seções interessadas (SEART, SEEMP) possuem 5 servidores somados e o curso tem capacidade para até 10 pessoas, as vagas restantes podem ser oferecidas a outros órgãos.

(X) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

A norma NBR 9050, que trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, foi recentemente atualizada.

Apesar de os servidores da Seção de Arquitetura e Engenharia terem pleno conhecimento da norma anterior, é necessário uma nova capacitação, com o intuito de conhecer os itens modificados e as novas interpretações que a norma apresenta.

Além disso, recentemente foi implementado uma proposta de Projeto de Acessibilidade e Inclusão para acompanhamento das pessoas com deficiência, no âmbito do CNJ. O novo curso ajudará na aplicação, com segurança, da nova NBR 9050:2020 nos projetos e obras do Conselho Nacional de Justiça .

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

- Qual seria a formação ideal do professor?

1. Arquiteto especializado em acessibilidade aplicada;
2. Especialista em projetos de adaptação de ambientes públicos e privados e;
3. Larga experiência em projetos acessíveis e laudos de acessibilidade.

O curso anterior da atualização da norma de acessibilidade ABNT NBR 9050/ 2015, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal entre 23 a 25/11/2015, teve como convidados os servidores do Conselho Nacional de Justiça: Rodrigo Bonna Nogueira, Octavio Oliveira dos Anjos e Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro. A capacitação foi ministrada pelo professor *Eduardo Ronchetti de Castro*, especialista em **Acessibilidade, Mobilidade Urbana** e na realização de projetos de adaptação de ambientes públicos e privados para o uso e acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

- Qual seria a carga horária ideal da capacitação?

20 horas.

- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?

1. O que é acessibilidade;
2. Conceito e prática do desenho universal;
3. Rota acessível;
4. Vistorias e laudos técnicos;
5. As Leis e Normas de acessibilidade
6. Projetos de acessibilidade;
7. Estudo de caso;
8. Métodos e técnicas;
9. Aula online expositiva com estudos de casos práticos.
10. Estudos de casos práticos de Acessibilidade, incluindo os do próprio CNJ, apresentados por fotos ou desenhos.
11. Eliminação das dúvidas de Acessibilidade dos profissionais dos mais diversos setores do CNJ

- Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?

Março de 2022

- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)

O formato ideal seria curso presencial, porém devido a pandemia de Covid-19, o curso deverá ser online. No entanto, não existe prejuízo a realização do curso neste formato.

JUSTIFICATIVA

Justifique, esclarecendo como o conteúdo do evento escolhido atende/supre suas lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) e/ou as atividades desenvolvidas em sua unidade de lotação:

O conteúdo do evento supre as seguintes lacunas de competência:

1. Elaborar parecer e relatório técnicos de acordo com suas competências, às Instruções Normativas pertinentes, e demais legislações vigentes.
2. Levantar informações em base de dados confiáveis, elaborando programa de necessidades, estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos, equipamentos e serviços, destinados à contratação de terceiros de acordo com os objetivos estratégicos e interesses do CNJ.
3. Executar projetos, programas e ações de acordo com os objetivos estratégicos da Organização, dentro do prazo e orçamento estabelecidos.
4. Elaborar projetos arquitetônicos de edificações, interiores, paisagismo, comunicação visual dos edifícios sob responsabilidade do CNJ, utilizando-se de softwares específicos.
5. Fiscalizar o cumprimento da Resolução nº 114/2010 no que se refere à análise dos processos para: a elaboração de projetos arquitetônicos de reforma; a construção de imóveis novos; ou premiação aos autores dos projetos e obras realizadas pelo Poder Judiciário que alcançaram os fins da Resolução com eficiência e sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário.
6. Realizar vistorias no que concerne ao recebimento de materiais, obras e serviços de arquitetura, com base nas normas vigentes.

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático 1251316;**
- **Relatório “Lacunas de competência”:1262511**

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **OCTAVIO OLIVEIRA DOS ANJOS**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 21/02/2022, às 17:25, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BONNA NOGUEIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ARQUITETURA**, em 21/02/2022, às 17:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA CRISTINA DA COSTA SANTOS CRUZ**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ARQUITETURA**, em 21/02/2022, às 18:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MICHELE ROBERTA PEDROSO DOS SANTOS MONTEIRO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO PREDIAL**, em 21/02/2022, às 18:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **UILMAR VASCONCELOS DA SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 21/02/2022, às 18:08, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1189611** e o código CRC **3DF05906**.

08378/2021 1189611v107

Informação SEDUC 1265379
Processo: 08378/2021
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Seção de Arquitetura (SEART) e da Seção de Engenharia e Manutenção Predial (SEEMP) para a participação dos seguintes servidores no **"Curso Online de Acessibilidade Aplicada"**, promovido pela empresa Acessibilidade Aplicada Cursos e Treinamentos Ltda, CNPJ: 26.741.293/0001-51 (Doc. SEI n. 1189611):

Octavio Oliveira dos Anjos, Analista Judiciário - Área Administrativa, matrícula 2256;

Rodrigo Bonna Nogueira, Analista Judiciário - Apoio especializado Arquitetura - Chefe de Seção, matrícula 1661;

Camila Cristina da Costa Santos Cruz, Analista Judiciário - Apoio especializado Arquitetura - Chefe de Seção Substituto, matrícula 2182;

Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro, Analista Judiciário - Apoio especializado Engenharia civil - Chefe de Seção, matrícula 1634;

Uilmar Vasconcelos da Silva, Analista Judiciário Área Administrativa - Chefe de Seção Substituto, matrícula 1739.

1.1 Considerando que as Seções interessadas (SEART e SEEMP) possuem 5 servidores que participarão do curso, que tem capacidade para até 10 pessoas, **as vagas restantes serão oferecidas à unidade de arquitetura do Supremo Tribunal Federal (STF)**, conforme Despacho 1264724.

2. O curso será ofertado na **modalidade on-line (ao vivo)**, **entre os dias 29 de março e 20 de abril de 2022**, das 13h às 17h, com uma carga horária total de 20 horas (Doc. SEI nº 1251316 e 1264923).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1265372) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo on-line ao vivo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização,

capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1189611), os servidores não participaram, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foi também indicado o período de férias dos participantes, evidenciando que não estarão de férias no período do curso (Doc. SEI nº 1189611).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, as unidades apresentam, por meio do Doc. SEI nº 1189611, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas
A norma NBR 9050, que trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, foi	• **Qual seria a formação ideal do professor?** 1. Arquiteto especializado em acessibilidade aplicada; 2. Especialista em projetos de adaptação de ambientes públicos e privados e; 3. Larga experiência em projetos acessíveis e laudos de acessibilidade. O curso anterior da atualização da norma de acessibilidade ABNT NBR 9050/ 2015, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal entre 23 a 25/11/2015, teve como convidados os servidores do Conselho Nacional de Justiça: Rodrigo Bonna Nogueira, Octavio Oliveira dos Anjos e Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro. A capacitação foi ministrada pelo professor *Eduardo Ronchetti de Castro*, especialista em **Acessibilidade, Mobilidade Urbana** e na realização de projetos de adaptação de ambientes públicos e privados para o uso e acesso das pessoas portadoras de necessidades	O conteúdo do evento supre as seguintes lacunas de competência: 1. Elaborar parecer e relatório técnicos de acordo com suas competências, às Instruções Normativas pertinentes, e demais legislações vigentes. 2. Levantar informações em base de dados confiáveis, elaborando programa de necessidades, estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos, equipamentos e serviços, destinados à contratação de

recentemente atualizada. Apesar de os servidores da Seção de Arquitetura e Engenharia terem pleno conhecimento da norma anterior, é necessário uma nova capacitação, com o intuito de conhecer os itens modificados e as novas interpretações que a norma apresenta. Além disso, recentemente foi implementado uma proposta de Projeto de Acessibilidade e Inclusão para acompanhamento das pessoas com deficiência, no âmbito do CNJ. O novo curso ajudará na aplicação, com segurança, da nova NBR 9050:2020 nos projetos e obras do Conselho Nacional de Justiça	especiais ou mobilidade reduzida. • **Qual seria a carga horária ideal da capacitação?** 20 horas. • **Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?** 1. O que é acessibilidade; 2. Conceito e prática do desenho universal; 3. Rota acessível; 4. Vistorias e laudos técnicos; 5. As Leis e Normas de acessibilidade 6. Projetos de acessibilidade; 7. Estudo de caso; 8. Métodos e técnicas; 9. Aula online expositiva com estudos de casos práticos. 10. Estudos de casos práticos de Acessibilidade, incluindo os do próprio CNJ, apresentados por fotos ou desenhos. 11. Eliminação das dúvidas de Acessibilidade dos profissionais dos mais diversos setores do CNJ • **Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?** Março de 2022 • **Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)?** O formato ideal seria curso	terceiros de acordo com os objetivos estratégicos e interesses do CNJ. 3. Executar projetos, programas e ações de acordo com os objetivos estratégicos da Organização, dentro do prazo e orçamento estabelecidos. 4. Elaborar projetos arquitetônicos de edificações, interiores, paisagismo, comunicação visual dos edifícios sob responsabilidade do CNJ, utilizando-se de softwares específicos. 5. Fiscalizar o cumprimento da Resolução nº 114/2010 no que se refere à análise dos processos para: a elaboração de projetos arquitetônicos de reforma; a construção de imóveis novos; ou premiação aos autores dos projetos e obras realizadas pelo Poder Judiciário que alcançaram os fins da Resolução com eficiência e sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário. 6. Realizar vistorias no que concerne ao recebimento de materiais, obras e serviços de

	presencial, porém devido a pandemia de Covid-19, o curso deverá ser online. No entanto, não existe prejuízo a realização do curso neste formato.	arquitetura, com base nas normas vigentes.

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1109383), são competências da:

SEART: I – elaborar projetos de arquitetura de edificações, arquitetura de interiores (leiautes, mobiliários, divisórias e demais elementos), paisagismo, comunicação visual e decoração dos edifícios sob responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça; II – elaborar estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos e orçamento de materiais, equipamentos e serviços, destinados à contratação de terceiros; III – prestar apoio técnico na elaboração de especificações e projetos complementares na sua área de atuação; IV – inspecionar, acompanhar e fiscalizar a execução de obras e serviços de arquitetura; V – proceder a vistorias e emitir pareceres técnicos necessários ao recebimento de materiais, obras e serviços de arquitetura; VI – acompanhar e fiscalizar o cumprimento de contratos executados por terceiros, sem prejuízo da atuação de outras unidades do CNJ; VII – registrar e arquivar plantas, manuais técnicos, catálogos, fotografias e vídeos técnicos, mídias diversas, bem como outros documentos de interesse técnico ou histórico, referentes a construção e reforma do complexo de edifícios do Conselho Nacional de Justiça; VIII – atender e registrar as solicitações formais de cópias e plotagens de documentos do acervo técnico da Seção; IX – desenvolver outras atividades típicas da Seção.

SEEMP: I – identificar necessidades e propor contratações para a execução de serviços de obras, reformas, manutenções, reparos e conservação dos edifícios do Conselho Nacional de Justiça e demais serviços submetidos à inspeção da Seção; II – elaborar estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos e orçamento de materiais, equipamentos e serviços destinados à contratação de terceiros; III – implementar e supervisionar as atividades do sistema de automação predial; IV – inspecionar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento de contratos executados por terceiros sem prejuízo da atuação de outras unidades do CNJ; V – proceder a vistorias e emitir pareceres técnicos necessários ao recebimento de obras e serviços de engenharia e manutenção predial; VI – prestar assistência técnica nos assuntos referentes a obras, serviços de engenharia e manutenção predial; VII – registrar e arquivar as plantas, manuais técnicos, catálogos, fotografias e vídeos técnicos, mídias diversas, bem como outros documentos de interesse técnico ou histórico, referentes à construção e reforma do complexo de edifícios do Conselho; VIII – atender e registrar as solicitações formais de cópias de documentos do acervo técnico da Seção; IX – desenvolver outras atividades típicas da Seção.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências das unidades e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), **o conteúdo do treinamento abarca as lacunas médias de competência da:**

SEART: Elaboração de documentos técnicos - Elaborar parecer e relatório técnicos de acordo com suas competências, às Instruções Normativas pertinentes, e demais legislações vigentes; **Fiscalização de contratos -** Realizar vistorias no que concerne aos processos administrativos de recebimento de materiais, obras e serviços de arquitetura, com base nas normas vigentes; **Fiscalização de serviços de arquitetura -** Realizar vistorias no que concerne ao recebimento de materiais, obras e serviços de arquitetura, com base nas normas vigentes; **Fiscalização de obras e serviços -** Realizar visitas nas obras, verificando a qualidade dos serviços prestados e sua compatibilidade com os projetos e orçamentos previstos, de acordo com as legislações pertinentes; **Elaboração de estudos técnicos -** Levantar informações em base de dados confiáveis, elaborando programa de necessidades, estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos, equipamentos e serviços, destinados à contratação de terceiros de acordo com os objetivos estratégicos e interesses do CNJ; **Elaboração de projetos arquitetônicos -** Elaborar projetos arquitetônicos de edificações, interiores, paisagismo, comunicação visual dos edifícios sob responsabilidade do CNJ, utilizando-se de softwares específicos; **Fiscalização do cumprimento da Resolução nº 114/2010 no âmbito do Poder Judiciário -** Fiscalizar o cumprimento da Resolução nº 114/2010 no que se refere à análise dos processos para: a elaboração de projetos arquitetônicos de reforma; a construção de imóveis novos; ou premiação aos autores dos projetos e obras realizadas pelo Poder Judiciário que alcançaram os fins da Resolução com eficiência e sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário; entre outras (Doc. SEI n. 1265370).

SEEMP: **Estudos Preliminares e Projetos -** Elaborar, por meio de (pesquisas em livros, artigos, etc), estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos e orçamento de materiais, equipamentos e serviços destinados à contratação de terceiros; **Parecer Técnico -** Emitir parecer técnico necessários ao recebimento de obras e serviços de engenharia e manutenção predial, de acordo com manuais e/ou padrões estalecidos pela instituição; **Fiscalização Técnica de Contratos -** Fiscalizar (in loco, por meio de vistorias, etc) o cumprimento de contratos executados por terceiros sem prejuízo da atuação de outras unidades do CNJ, de acordo com as especificações contratuais, normas e legislação vigente; entre outras (Doc. SEI n. 1265371).

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1265373, o evento terá como professor **Eduardo Ronchetti de Castro,** arquiteto formado pela Universidade Mackenzie. Sócio-fundador do Escritório Eduardo Ronchetti Arquitetura e professor idealizador do Curso de Acessibilidade Aplicada. Especializou-se em Acessibilidade e na realização de Projetos de adaptação de ambientes públicos e privados, integrou a Comissão de Acessibilidade de São Bernardo do Campo e atuou como revisor de obras particulares na Prefeitura de São Bernardo do Campo. Já realizou mais de 600 Projetos Acessíveis, mais de 200 Laudos de Acessibilidade e capacitou mais 4.000 profissionais em cursos por todo o Brasil.

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento é de **R$ 9.000,00 (nove mil reais),** conforme Doc. SEI nº 1251316.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **de acordo** com o

valor médio da hora-aula cobrado pela empresa em eventos similares a outras entidades, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor individual**	**Carga Horária**	**Hora-aula**
CNJ	**R$ 9.000,00**	**10**	**R$ 900,00**	**20 h**	**R$ 450,00**
Eventos similares ofertados a outras entidades - comparação de preços (Doc. SEI nº 1265376)					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor individual**	**Carga Horária**	**Hora-aula**
Banco do Brasil	R$ 9.176,00	8	R$ 1.147,00	20 h	R$ 458,80
Município de Xanxerê	R$ 6.500,00	-	-	16 h	R$ 406,25
Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina	R$ 12.000,00	-	-	24 h	R$ 500,00
	Média de Preços				**R$ 455,01**

11.1 A empresa informou não possuir outras notas fiscais mais recentes de cursos on-line similares, motivo pelo qual foi utilizada uma nota fiscal de curso presencial realizado em 2019, para compor o comparativo de preços (Doc. SEI nº 1265376).

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Contrato Social (Doc. SEI 1265374), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1265375. A empresa não possui cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Doc. SEI nº 1265375).

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de dez vagas integrantes do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ademais, foi juntada aos autos a lista de verificação, a qual consta do Documento SEI nº 1265378, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à:

a) à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor de **R$ 9.000,00 (nove mil reais),** referente à participação de 10 (dez) servidores do CNJ e do STF no referido evento;

b) à **Assessoria Jurídica - AJU**, para análise dos dispositivos legais que norteiam a referida contratação.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 07/03/2022, às 11:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1265379** e o código CRC **EAADECDE**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 08378/2021

Ementa:Solicitação de participação de servidoresem evento externo de capacitação. Análise e manifestação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise preliminar à possível contratação direta da empresa Acessibilidade Aplicada Cursos e Treinamentos Ltda., CNPJ nº 26.741.293/0001-51, que promoverá o Curso Online de Acessibilidade Aplicada, ofertado na modalidade *on-line*, no período de 29 de março a 20 de abril de 2022, com carga horária total de 20 (vinte) horas, para a participação dos servidores Octavio Oliveira dos Anjos, matrícula 2256, Analista Judiciário - área administrativa; Rodrigo Bonna Nogueira, matrícula 1661, Chefe de Seção; Camila Cristina da Costa Santos Cruz, matrícula 2182, Analista Judiciário - apoio especializado arquitetura; Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro, matrícula 164, Chefe de Seção; e Uilmar Vasconcelos da Silva, matrícula 1739, Analista Judiciário - área administrativa.

2.Em atendimento à determinação da Diretoria Geral (arquivo SEI 0440990), foram juntadas aos autos as listas de verificação constantes dos arquivos SEI 1265378 e 1279273.

3. Constam dos autos:

a) Solicitação de participação em evento externo 1189611;

b) Programa Conteúdo Programático (1251316);

c) Relatório Lacunas de Competências (1262511);

d) Termo de Compromisso Evento Externo 1263386;

e) Relatório Lacunas SEART (1265370);

f) Relatório Lacunas SEEMP (1265371);

g) Pesquisa de mercado - Google (1265372);

h) *Curriculum Vitae* (1265373);

i) Contrato Social (1265374);

j) Certidões Negativas (1265375 e 1279263);

k) Notas Fiscais (1265376);

l) *E-mail* reserva de vagas (1265377);

m) Listas de Verificação - SEDUC (1265378 e 1279273); e

n) Despacho da Sepor com indicação da existência de recursos orçamentários (1272373)

4. Em que pese a não terem sido juntados aos autos o espelho do banco de talentos e o relatório de férias dos servidores que irão participar da ação de capacitação, consta declaração no documento de solicitação de participação em evento externo (arquivo SEI 1189611), posteriormente atestada pela Seção de Educação Corporativa (SEDUC) (arquivo SEI 1265379), que demonstra adequação aos mandamentos contidos no inciso I do art. 9º e no inciso II do art. 19, ambos da IN CNJ nº 35, de 22 de junho de 2015.

É o relatório.

ANÁLISE

5. Preliminarmente, pontua-se que o presente processo de contratação está pautado no art. 25, *caput* da Lei n. 8.666/1993, hipótese para a qual não se aplica o Parecer Referencial nº 01/2019 (arquivo SEI 0801055).

6. Embora o procedimento licitatório disciplinado na Lei n. 8.666/1993 deva ser seguido, como regra geral, para a realização de contratações públicas, o art. 2º da Leipreviu, parahipóteses excepcionais, a possibilidade de celebração de contratações diretas. A hipótese contemplada no *caput* do art. 25 do referido diploma legal indica a possibilidade de contratação diretaquando "houver inviabilidade de competição", a ser aferida por meio da análise meticulosa da necessidade pública que demanda a contratação e depeculiaridades da solução pretendida para o atendimento daquela necessidade.

7. A SEDUC, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n. 35/2015, informou que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano (arquivo SEI 1265379). Além disso, foi realizada pesquisa de mercado(arquivo SEI 1265372)e a Unidade não identificou, para o horizonte de trêsmeses da data da busca,oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico. Desse modo, o não aproveitamento da oportunidade de atualização ora pleiteada pode resultar em prejuízo aos servidores e, consequentemente, à Administração.

8. Para a contratação direta na espécie, constam as seguintes considerações: *a)* orientação da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI/CNJ) no sentido de que "é possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros (...) mediante adoção de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores", se forem verificados determinados "fatores inerentes à ocorrência do evento tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar"; *b)* pesquisa de preços do mesmo evento, praticados pela pretensa contratada em contratos administrativos firmados recentemente com outras pessoas jurídicas, sendo proporcionais à carga horária(arquivo SEI 1265376); e *c)* indicação da economicidade afeta à contratação, considerando-se a contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ (arquivo SEI 1265379).

9. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores requerentes, conforme estipulam os incisos I a III do art. 6º, IN CNJ nº 35/2015 (arquivos SEI 1262511,

1265370 e 1265371).

10. Ademais, assevera a SEDUC que (arquivo SEI 1265379):

> 8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências das unidades e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (1029796).
>
> 8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.
>
> 8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), **o conteúdo do treinamento abarca as lacunas médias de competência da:**
>
> **SEART: Elaboração de documentos técnicos -** Elaborar parecer e relatório técnicos de acordo com suas competências, às Instruções Normativas pertinentes, e demais legislações vigentes; **Fiscalização de contratos -** Realizar vistorias no que concerne aos processos administrativos de recebimento de materiais, obras e serviços de arquitetura, com base nas normas vigentes; **Fiscalização de serviços de arquitetura -** Realizar vistorias no que concerne ao recebimento de materiais, obras e serviços de arquitetura, com base nas normas vigentes; **Fiscalização de obras e serviços -** Realizar visitas nas obras, verificando a qualidade dos serviços prestados e sua compatibilidade com os projetos e orçamentos previstos, de acordo com as legislações pertinentes; **Elaboração de estudos técnicos -** Levantar informações em base de dados confiáveis, elaborando programa de necessidades, estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos, equipamentos e serviços, destinados à contratação de terceiros de acordo com os objetivos estratégicos e interesses do CNJ; **Elaboração de projetos arquitetônicos -** Elaborar projetos arquitetônicos de edificações, interiores, paisagismo, comunicação visual dos edifícios sob responsabilidade do CNJ, utilizando-se de softwares específicos; **Fiscalização do cumprimento da Resolução nº 114/2010 no âmbito do Poder Judiciário -** Fiscalizar o cumprimento da Resolução nº 114/2010 no que se refere à análise dos processos para: a elaboração de projetos arquitetônicos de reforma; a construção de imóveis novos; ou premiação aos autores dos projetos e obras realizadas pelo Poder Judiciário que alcançaram os fins da Resolução com eficiência e sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário; entre outras (Doc. SEI n. 1265370).
>
> **SEEMP**: **Estudos Preliminares e Projetos -** Elaborar, por meio de (pesquisas em livros, artigos, etc), estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos e orçamento de materiais, equipamentos e serviços destinados à contratação de terceiros; **Parecer Técnico -**

> Emitir parecer técnico necessários ao recebimento de obras e serviços de engenharia e manutenção predial, de acordo com manuais e/ou padrões estalecidos pela instituição; **Fiscalização Técnica de Contratos -** Fiscalizar (in loco, por meio de vistorias, etc) o cumprimento de contratos executados por terceiros sem prejuízo da atuação de outras unidades do CNJ, de acordo com as especificações contratuais, normas e legislação vigente; entre outras (Doc. SEI n. 1265371).

11. De acordo com a programação fornecida pela prestadora (arquivo SEI 1251316), o evento terá como instrutor:

> **Eduardo Ronchetti de Castro**, arquiteto formado pela Universidade Mackenzie. Sócio-fundador do Escritório Eduardo Ronchetti Arquitetura e professor idealizador do Curso de Acessibilidade Aplicada. Especializou-se em Acessibilidade e na realização de Projetos de adaptação de ambientes públicos e privados, integrou a Comissão de Acessibilidade de São Bernardo do Campo e atuou como revisor de obras particulares na Prefeitura de São Bernardo do Campo. Já realizou mais de 600 Projetos Acessíveis, mais de 200 Laudos de Acessibilidade e capacitou mais 4.000 profissionais em cursos por todo o Brasil.

12. Conforme verificado na documentação acostada aos autos (arquivos SEI 1265376 e 1265379), o valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou dentro da média cobrada pela empresa em relação a outras instituições. O valor total do investimento será deR$ 9.000,00 (nove mil reais), referente às cinco vagas pleiteadas (arquivos SEI 1265377 e 1265379). Destaca-se que o curso tem capacidade para dez pessoas e que as vagas restantes serão oferecidas à unidade de arquitetura do Supremo Tribunal Federal, conforme disposto no Despacho 1264724. Quanto a este ponto, solicita-se maiores informações sobre a participação dos servidores do STF (quantos e quais servidores participarão; se haverá reembolso, pelo STF, das despesas com a aquisição das vagas pelo CNJ; entre outras informações), e que esses detalhamentos sejam levados ao ordenador de despesa, a quem caberá autorizar a contratação em apreço.

13. De acordo com o Despacho SEPOR nº 1272373, há disponibilidade orçamentária para atender a demanda, tendo sido juntada aos autos a NS SEPOR nº 1272372, em que consta nota de dotação para cobrir a despesa incorrida.

14. A regularidade fiscal e trabalhista da empresa Acessibilidade Aplicada Cursos e Treinamentos Ltda., CNPJ: 26.741.293/0001-51, está comprovada pelas certidões anexadas aos autos (arquivo SEI 1265375 e 1279263). Não obstante o pontuado anteriormente, recomenda-se nova verificação da higidez da prestadora previamente à contratação, a fim de se confirmar que a situação atestada não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que verificam a regularidade, apesar de vigentes no momento da presente análise, expirarão com o decurso do tempo.

15. Quanto à indicação exposta no Despacho AJU 1273503, no sentido de que é necessária a juntada do "Questionário de Caracterização da Demanda (a ser respondido pelo autor do pedido de contratação direta)" constante do arquivo SEI 0166776, a SEDUC informou que "devido à sua natureza, o Questionário de Caracterização da Demanda pode ser parcialmente suprido com as

informações constantes na Solicitação de Participação em Evento Externo (1189611), tais como necessidade do curso, justificativa, requisitos mínimos da capacitação, entre outros.". Mencionou, ainda, que o referido documento não foi exigido pela Assessoria Jurídica em outros processos. Quanto ao ponto, vale mencionar que é a unidade de instrução a destinatária das informações que são requeridas pelo documento "Questionário de Caracterização da Demanda", a ser enviado juntamente com o Formulário de Participação em Evento Externo, a fim de viabilizar a análise da pertinência do curso almejado e a possibilidade de prosseguimento do pedido, conforme os critérios técnicos de aferição da unidade instrutora. Em seguida, após a devida instrução, compete à SEDUC elaborar e juntar aos autos a Lista de Verificação SEDUC, a qual costuma informar o atendimento do item 2 pelo demandante da contratação, conforme pode-se observar nos processos mencionados no Despacho SEDUC 1279274. Desse modo, até que haja uma revisão da decisão da Diretoria-Geral ou uma revisão das mencionadas listas de verificação, recomenda-se que a SEDUC solicite a juntada do referido documento pela área demandante.

16. Por derradeiro, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

CONCLUSÃO

17. Ante o exposto, excluídas as questões afetas ao exame de oportunidade e conveniência e supridas das informações mencionadas nos itens 12, 14 e 15, opina-se pela possibilidade jurídica da contratação direta da empresa Acessibilidade Aplicada Cursos e Treinamentos Ltda., CNPJ nº 26.741.293/0001-51, com fundamento no *caput* do art. 25, da Lei n. 8.666/1993, para a participação dos servidores Octavio Oliveira dos Anjos, matrícula 2256, Analista Judiciário - área administrativa; Rodrigo Bonna Nogueira, matrícula 1661, Chefe de Seção; Camila Cristina da Costa Santos Cruz, matrícula 2182, Analista Judiciário - apoio especializado arquitetura; Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro, matrícula 164, Chefe de Seção; e Uilmar Vasconcelos da Silva, matrícula 1739, Analista Judiciário - área administrativa, no Curso Online de Acessibilidade Aplicada, ofertado na modalidade *on-line*, no período de 29 de março a 20 de abril de 2022, com carga horária total de 20 (vinte) horas.

É o parecer.

Brasília, 16 de março de 2022.

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor Jurídico

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 16 de março de 2022.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 22/03/2022, às 17:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 22/03/2022, às 22:09, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1279976** e o código CRC **8BB3412C**.

DESPACHO

À Secretaria de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Seção de Arquitetura (SEART) e da Seção de Engenharia e Manutenção Predial (SEEMP) para a participação de servidores no **"Curso Online de Acessibilidade Aplicada"**, promovido pela empresa Acessibilidade Aplicada Cursos e Treinamentos Ltda, CNPJ: 26.741.293/0001-51 (Doc. SEI n. 1189611).

2. A unidade solicitante justificou a participação dos servidores no curso conforme consta na Informação SEDUC 1265379.

3. Conforme Documento SEPOR 1272373, informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1279976) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação, porém ressaltou os itens 12, 14 e 15 do Parecer

5. A fim de prestar esclarecimentos aos apontamentos acima, seguem as análises desta Seção quanto a cada item:

- Item 12 - O curso foi customizado para o CNJ e contratação foi pensada para os servidores listados na solicitação de participação, 1189611, o custo por vaga seria de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), valor praticado no mercado por outras instituições de ensino. Porém, no intuito de atingir o principio da economicidade e eficiência dos recursos públicos foram identificados mais 5 servidores do STF, assim o valor por vaga reduzirá pela metade sendo a R$900,00 (novecentos reais). O STF não fará o reembolso do valor pago pelos seus servidores, por outro lado irá compartilhar vagas de cursos que irão ser realizados no futuro com o CNJ. Tal prática é comum entre os órgãos do judiciário por ser respaldado pelo Acordo de Cooperação Técnica n° 04/2018, o qual o STF faz parte para promover o intercâmbio de conhecimento, informações e tecnologias relacionadas à educação corporativa e o compartilhamento de espaços físicos para as ações de capacitação, 1286118.

- Item 14 - As certidões estão válidas até o dia 30/03/2022, conforme anexo 1279263.

- Item 15 - Lista de verificação encontra-se anexa 1279273

6. Ressalta-se que o valor do investimento referente à participação de 10 (dez) servidores do CNJ e do STF é de **R$ 9.000,00 (nove mil reais)**, conforme Doc. SEI nº 1251316.

7. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com as participações dos servidores no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 9.000,00 (nove mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1265379, com o Parecer AJU 1279976 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da empresa: **Acessibilidade Aplicada Cursos e Treinamentos Ltda**, CNPJ: **26.741.293/0001-51**, para ofertar o **"Curso Online de Acessibilidade Aplicada"**, **com fundamento no "*caput*" do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 9.000,00 (nove mil reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Rogério Alves Lima

Secretário de Gestão de Pessoas em exercício

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 25/03/2022, às 13:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ALVES LIMA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 25/03/2022, às 13:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1286127** e o código CRC **9D4EF11C**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1279976 e do Despacho SEDUC 1286127, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25, da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor total d e R$ 9.000,00 (nove mil reais), e **autorizo** a contratação da empresa Acessibilidade Aplicada Cursos e Treinamento Ltda, CNPJ nº 26.741.293/0001-51, com vista à realização do curso **"Online de Acessibilidade Aplicada"**, com carga horária de 20 (vinte) horas, que serão realizadas nos dias 29/03, 31/03; 12/04; 14/04 e 19/04/2022, no horário das 13hs às 17hs, por meio da plataforma digital Google Meet (1251316).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor da mencionada empresa.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 25/03/2022, às 16:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1286821** e o código CRC **41998D59**.

Data e hora da consulta: 28/03/2022 15:39
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	192	2022PE000163

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
25/03/2022	Ordinário	08378/2021	-	9.000,00

Favorecido

Código	Nome
26.741.293/0001-51	ACESSIBILIDADE APLICADA CURSOS, TREINAMENTOS

Endereço	CEP
CORREIA DE LEMOS 182 APT 41 CHACARA INGLESA	04140-000

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
08378/2021. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: CURSO ONLINE ACESSIBILIDADE APLICADA REALIZADA EM MÓDULO EAD.
CONFORME DESPACHOS 1286821/DG E 1286127/SEDUC.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	28/03/2022 13:41:29	Alteração

Data e hora da consulta: 28/03/2022 15:39
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	9.000,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Curso "¿Online de Acessibilidade Aplicada", com carga horária de 20 (vinte) horas, que serão realizadas nos dias 29/03, 31/03; 12/04; 14/04 e 19/04/2022, no horário das 13hs às 17hs, por meio da plataforma digital Google Meet.	9.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
25/03/2022	Inclusão	1,00000	9.000,0000	9.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
***.701.217-**
28/03/2022 13:41:29

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
28/03/2022 12:01:37

Versão	Data/Hora	Operação
002	28/03/2022 13:41:29	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento externo: Programa Avançado em Comunicação Pública

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Solicitação de participação em evento externo **1**
Informação SEDUC **8**
Parecer AJU **15**
Declaração de inexigibilidade de licitação **21**
Ratificação da declaração de inexigibilidade de licitação **24**
Nota de empenho **25**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1280142 - SCS

Brasília, 16 de março de 2022.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: Programa Avançado em Comunicação Pública 2022 (abcpublica.org.br/pacp)	
Período: 28 de maio e 4 de junho de 2022 - modulo 2 2 e 16 de julho de 2022- modulo 4 23 e 30 de julho de 2022 - modulo 5	**Carga Horária:** 18 horas
Local de Realização: Online	**Turno:** **vespertino, aos sábados**
Entidade Promotora: Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) e ABCPública (Associação Brasileira de Comunicação Pública)	**CNPJ:** 43.147.693/0001-52
Telefone: (13) 99163-8970 / (11) 5627-9090 Ramal 845 / (11) 5627-9090 Ramal 837	**E-mail:** contato@abcpublica.org.br
Endereço: Rua Amália de Noronha, 151 - 6º andar 601 - Pinheiros, São Paulo - SP, 05410-010	
Cidade: São Paulo	**UF:** SP
Valor Unitário: R$ 1.320,00	**Valor Total: 3.960,00**

PARTICIPANTES

Mat	Nome	Cargo/Função	Ramal	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)
2244	Beatriz Lygia Dias Borges	Coordenadora de Imprensa	5461	29/3/2022 a 12/4/2022	não

(X) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

1. O CNJ ocupa papel de destaque no Sistema de Comunicação do Judiciário. É também referência em comunicação pública, como atesta a vitória do Prêmio Jatobá PR 2020, maior reconhecimento do tipo na américa latina, como organização pública do ano.

2. O Plano Estratégico 2021-2016 prevê no objetivo estratégico 15: "Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário". Isso se dá a fim de "melhorar os resultados organizacionais, e fortalecer a imagem institucional do Conselho e do Poder Judiciário e a prestação de contas à sociedade".

3. Para sustentar o contínuo fortalecimento da imagem do órgão, são necessários conhecimentos atualizados. Os tópicos tratados na capacitação, focados em comunicação pública, têm aplicação direta ao CNJ. São conhecimentos que dão suporte a várias funções, como como coordenar as mídias sociais do Conselho, planejar campanhas, ações de marketing para divulgação de ações e projetos do CNJ, gestão do Portal CNJ, Intranet, gestão de riscos, mensuração de resultados e gestão de equipes.

4. A necessidade de desenvolvimento, treinamento e atualização na área é evidente, visto ser um campo extremamente dinâmico.

5. O servidor atua na SCS, onde edita e produz conteúdo digital para os canais do Conselho, além de substituir a chefe da Seção de Comunicação Institucional e o Coordenador de Imprensa.

6 . O conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades, que aplicam de modo prático o aprendizado, que tem abordagem imediata e traz resultados imediatos à instituição.

7. Além disso, o servidor pode compartilhar o conhecimento com o restante da equipe.

8. O curso também recicla conhecimentos dos servidores, os capacita em novas tecnologias e soma horas em eventos de capacitação para promoção, como prevê a IN 18/2009, art. 12, II.

9. É raro um curso que contemple áreas tão específicas de atuação em comunicação em Brasília.

10. A instituição e os instrutores são referências no setor.

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

Exemplos:

- Exemplos:

- Qual seria a formação ideal do professor? Formação em comunicação, marketing, publicidade e relações públicas
- Qual seria a experiência ideal do professor? O professor deve ter experiência prática nas áreas de ensino. Tais conteúdos exigem uma atualização constante e se trata de uma abordagem muito prática, adquirida a partir de experiências do dia-a-dia
- Qual seria a carga horária ideal da capacitação? Para abordar todos os assuntos descritos no curso, cerca de 60 horas.
- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento? Os temas descritos nesse curso têm boa amplitude e englobam boa parte das atividades na comunicação digital desenvolvidas. O curso apresenta conteúdo aprofundado em temas como comunicação pública, estratégia e planejamento em comunicação pública, relação com as mídias, gestão de riscos e crises.
- Qual seria a melhor época de realização para a capacitação? O ano todo ou aos finais de semana.
- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc) Curso a distância, devido à pandemia de Covid-19.

3. Considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ e o Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo, enumere as atribuições do seu cargo e/ou da seção que serão impactadas com a realização da capacitação:

As atribuições da Secretaria serão impactadas de forma geral, mas especialmente nos tópicos:

I – produzir e gerenciar o planejamento de comunicação do Conselho Nacional de Justiça;

II – realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público;

III – colaborar no desenvolvimento de políticas e estratégias de interlocução com a mídia e com o público;

IV – planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras;

VI – facilitar a integração entre os órgãos de comunicação social do Poder Judiciário;

JUSTIFICATIVA

Justifique, esclarecendo como o conteúdo do evento escolhido atende/supre suas lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) e/ou as atividades desenvolvidas em sua unidade de lotação:

O Programa Avançado em Comunicação Pública atende todos os quesitos do item 2. O corpo de professores inclui pós-doutores, doutores e mestres em comunicação e gestão pública. Todos possuem relevância no setor, sendo referências na área. Diversos deles contam mais de 30 anos de experiência. Em função do total de temas abordados, a carga horária ideal se situa ao redor de 60h. Os conteúdos abordados são vitais à função da SCS, como comunicação pública, estratégia e planejamento em comunicação pública, relação com as mídias, gestão de riscos e crises. O curso pode ser realizado a qualquer época do ano, embora não seja ofertado sob demanda. Dada a pandemia de Covid-19, o curso a distância se mostra o mais adequado.

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático;**
- **Relatório "Lacunas de competência":** Acessar https://www.cnj.jus.br/gestcom/, fazer login informando seu CPF e senha de rede do CNJ. Caso seja seu primeiro acesso, informar seu CPF nos dois campos (login e senha). Depois, clicar no botão "visualizar", no canto inferior direito, e novamente "visualizar" e, então, salvar em PDF. O objetivo é demonstrar que **o evento escolhido atende as lacunas de competência.**

Caso suas lacunas não estejam disponíveis (não participou do período avaliativo) ou não reflitam mais suas atividades (mudança de lotação), justifique como o conteúdo do evento está atrelado às suas atuais atribuições.

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 21/03/2022, às 18:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ LYGIA DIAS BORGES**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE IMPRENSA**, em 21/03/2022, às 19:33, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1280142** e o código CRC **C3A6347F**.

Informação SEDUC 1298437
Processo: 02564/2022
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Comunicação Social (SCS) para a participação da servidora **Beatriz Lygia Dias Borges,** matrícula 2244, coordenadora de imprensa, nos seguintes módulos do **"Programa Avançado em Comunicação Pública 2022"**, promovido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ: 43.147.693/0001-52 (Doc. SEI n. 1280142):

Estratégia e Planejamento em Comunicação Pública: 28 de maio e 4 de junho de 2022 (sábado), das 14h às 17h (6 horas);

Comunicação Pública Digital - gestão, estratégias e operacionalização: 2 e 16 de julho (sábados), das 14h às 17h (6 horas);

Mensuração da Comunicação na área pública: 23 e 30 de julho de 2022 (sábados), das 14h às 17h (6 horas).

2. Os módulos serão **ofertados na modalidade on-line, ao vivo,** pelo aplicativo Zoom, com uma carga horária total de 18 horas (Doc. SEI nº 1280142).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1280694) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1280142), a servidora não participou, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foi também indicado o período de férias da participante, evidenciando que não estará de férias no período do curso (Doc. SEI nº 1280142).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Doc. SEI nº 1280142, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas
1. O CNJ ocupa papel de destaque no Sistema de Comunicação do Judiciário. É também referência em comunicação pública, como atesta a vitória do Prêmio Jatobá PR 2020, maior reconhecimento do tipo na américa latina, como organização pública do ano. 2. O Plano Estratégico 2021-2016 prevê no objetivo estratégico 15: "Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário". Isso se dá a fim de "melhorar os resultados organizacionais, e fortalecer a imagem institucional do Conselho e do Poder Judiciário e a prestação de contas à sociedade". 3. Para sustentar o contínuo fortalecimento da imagem do órgão, são necessários conhecimentos atualizados. Os tópicos tratados na capacitação, focados em comunicação pública, têm aplicação direta ao CNJ. São conhecimentos que dão suporte a várias funções, como como coordenar as mídias sociais do Conselho, planejar campanhas, ações de marketing para	• Qual seria a formação ideal do professor? Formação em comunicação, marketing, publicidade e relações públicas • Qual seria a experiência ideal do professor? O professor deve ter experiência prática nas áreas de ensino. Tais conteúdos exigem uma atualização constante e se trata de uma abordagem muito prática, adquirida a partir de experiências do dia-a-dia • Qual seria a carga horária	O Programa Avançado em Comunicação Pública atende todos os quesitos do item 2. O corpo de professores inclui pós-doutores, doutores e mestres em comunicação e gestão pública. Todos possuem relevância no setor, sendo referências na área. Diversos deles contam

divulgação de ações e projetos do CNJ, gestão do Portal CNJ, Intranet, gestão de riscos, mensuração de resultados e gestão de equipes. 4. A necessidade de desenvolvimento, treinamento e atualização na área é evidente, visto ser um campo extremamente dinâmico. 5. O servidor atua na SCS, onde edita e produz conteúdo digital para os canais do Conselho, além de substituir a chefe da Seção de Comunicação Institucional e o Coordenador de Imprensa. 6 . O conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades, que aplicam de modo prático o aprendizado, que tem abordagem imediata e traz resultados imediatos à instituição. 7. Além disso, o servidor pode compartilhar o conhecimento com o restante da equipe. 8. O curso também recicla conhecimentos dos servidores, os capacita em novas tecnologias e soma horas em eventos de capacitação para promoção, como prevê a IN 18/2009, art. 12, II. 9. É raro um curso que contemple áreas tão específicas de atuação	ideal da capacitação? Para abordar todos os assuntos descritos no curso, cerca de 60 horas. • Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento? Os temas descritos nesse curso têm boa amplitude e englobam boa parte das atividades na comunicação digital desenvolvidas. O curso apresenta conteúdo aprofundado em temas como comunicação pública, estratégia e planejamento em comunicação pública, relação com as mídias, gestão de riscos e crises. • Qual seria a melhor época de realização para a capacitação? O ano todo ou aos finais de semana. • Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc) Curso a distância, devido à pandemia de Covid-19.	mais de 30 anos de experiência. Em função do total de temas abordados, a carga horária ideal se situa ao redor de 60h. Os conteúdos abordados são vitais à função da SCS, como comunicação pública, estratégia e planejamento em comunicação pública, relação com as mídias, gestão de riscos e crises. O curso pode ser realizado a qualquer época do ano, embora não seja ofertado sob demanda. Dada a pandemia de Covid-19, o curso a distância se mostra o mais adequado.

em comunicação em Brasília. 10. A instituição e os instrutores são referências no setor.		

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1029805), são competências da **SCS**: I – produzir e gerenciar o planejamento de comunicação do Conselho Nacional de Justiça; II – realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público; III – colaborar no desenvolvimento de políticas e estratégias de interlocução com a mídia e com o público; IV – planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras; VI – facilitar a integração entre os órgãos de comunicação social do Poder Judiciário;

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), embora a servidora não tenha participado do Ciclo de Avaliação de Competências de 2019, **o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência da Coordenadoria de Imprensa (COIM)**, unidade de lotação da participante: **Normas para a Comunicação -** Elaborar padrões e normas para a gestão e operação da comunicação baseando-se em conhecimentos técnicos pertinentes à área, de acordo com as necessidades da organização e a legislação vigente; **Planejar Ações de Divulgação Institucional -** Elaborar o plano de ações de Divulgação Institucional de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislação específica; **Planejamento de Campanhas -** Planejar e executar campanhas externas e internas da Instituição, de acordo com o orçamento disponível, as necessidades especificadas pelo órgão e a legislação pertinente; **Gestão do Planejamento de Comunicação -** Planejar as ações de comunicação, inclusive àquelas relacionadas ao Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS), de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no Plano Estratégico do CNJ, atentando para prazos e legislações específicas; **Execução do Planejamento de Comunicação -** Executar e avaliar o plano de comunicação, de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislações específicas; **Gerenciar as informações dos Veículos de Comunicação Oficiais -** Gerenciar e avaliar as informações publicadas nos veículos de comunicação institucional de acordo com o veículo específico, normas e manuais oficiais, observando as especificidades do plano de comunicação; entre outras (Doc. SEI n. 1280680).

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1280685, o evento terá como instrutores:

Cláudia Lemos: Atua em comunicação nas organizações há 30 anos. Coordenou equipes de portes variados em instituições públicas, empresas e no terceiro setor. Foi secretária de comunicação social na Procuradoria-Geral da República e no Conselho Nacional do Ministério Público. Também integrou as

equipes de comunicação do Supremo Tribunal Federal e da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, entre outros trabalhos. É funcionária da Câmara dos Deputados, onde hoje atua na Agência Câmara, como editora, e no Mestrado Profissional em Poder Legislativo, como professora. Jornalista, mestre e doutora em Estudos Literários pela UFMG, foi pesquisadora visitante na Northwestern University, nos Estados Unidos, como bolsista Fulbright. É autora de capítulos de livros técnicos e de artigos publicados em periódicos especializados. Preside a Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública);

Érica dos Santos Abe: Jornalista formada há 15 anos, com mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (2018), onde também se tornou especialista em Desenvolvimento Sustentável (2008). Com ampla experiência em ambientes digitais, trabalhou com cobertura em tempo real pelo Correio Braziliense e pelo G1.com.br. Atuou na formulação e reformulação de sites institucionais na Associação Nacional de Procuradores da República e na Confederação Nacional dos Transportes, onde também coordenou equipes multimídia de produção de conteúdo para sites e redes sociais. Na FSB desde 2014, tem ampla experiência na área pública, coordenandode equipe de redes sociais da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, com resultados expressivos de ampliação de presença digital, incluindo a coordenação de produção de hotsites. Atualmente, é diretora de Estratégia Digital da Vertical Pública da FSB Comunicação em Brasília (DF) e professora de Monitoramento, Métricas e Avaliação na Especialização em Jornalismo Digital do Centro Universitário Iesb;

Marcos Andre Costa: Em sua trajetória profissional de mais de 25 anos, trabalhou em empresas de consultoria, energia (óleo e gás), logística, varejo, entretenimento e comunicação, nas quais liderou e desenvolveu projetos no Brasil e em países da América Latina, atuando em cargos executivos nas áreas de Comunicação Corporativa/Institucional, Pesquisa de Mercado e de Opinião, Planejamento de Comunicação, Marketing, Atendimento ao Cliente/Consumidor e Comercial/Vendas. Publicitário, pós-graduado em Marketing, especialista em Gerenciamento de Projetos e em Gestão com Ênfase em Negócios, atualmente é mestrando em Comunicação e pesquisador dos temas “Gerenciamento de Crises” e “Métricas e Indicadores de Comunicação”;

Wilson Bueno: Jornalista, professor sênior da USP, com mestrado e doutorado em Comunicação. Diretor da Comtexto Comunicação e Pesquisa, empresa de consultoria em Comunicação Organizacional e Jornalismo Especializado. Já orientou 120 dissertações e teses em Comunicação e Jornalismo, tem cerca de 15 livros (impressos e digitais) publicados e atuou como consultor na elaboração de Política de Comunicação Institucional para mais de uma dezena de instituições públicas e privadas (universidades, institutos federais, empresas de pesquisa e privadas).

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento para os três módulos é de **R$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)**, conforme Doc. SEI nº 1280695.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **abaixo** do valor médio da hora-aula em eventos semelhantes, cobrado pela empresa, em relação a outros órgãos públicos, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado				
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Carga Horária**	**Hora-aula**

CNJ	**R$ 3.960,00**	**1**	**18 h**	**R$ 220,00**

Evento semelhante ofertado a outros órgãos públicos - comparação de preços (Doc. SEI nº 1280689)				
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Carga Horária**	**Hora-aula**
Câmara Municipal de Barueri	R$ 1.320,00	1	6 h	R$ 220,00
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	R$ 1.320,00	1	4 h	R$ 330,00
Procuradoria da República	R$ 1.320,00	1	6 h	R$ 220,00
	Média de Preços			**R$ 256,66**

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Estatuto Social (Doc. SEI 1280687), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1280688.

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de uma vaga integrante do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ressalto que, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018, a Lista de Verificação será juntada aos autos após informação de disponibilidade orçamentária.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor d e **R$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais),** referente

à participação da servidora da SCS no referido evento.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 18/04/2022, às 15:28, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1298437** e o código CRC **9ED03115**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 02564/2021

Ementa:Solicitação de participação de servidoresem evento externo de capacitação. Análise e manifestação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise preliminar à possível contratação diretada Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ nº 43.147.693/0001-52, que promoverá o "Programa Avançado em Comunicação Pública 2022", cujos módulos serão ofertados na modalidade *on-line*, ao vivo, no período de 28 de maio a 30 de julho de 2022, com carga horária total de 18 (dezoito) horas, para a participação da servidora Beatriz Lygia Dias Borges, Coordenadora de Imprensa, matrícula 2244.

2.Em atendimento à determinação da Diretoria Geral (arquivo SEI 0440990), foram juntadas aos autos as listas de verificação constantes dos arquivos SEI 1294425, 1297980 e 1300355.

3. Constam dos autos:

a) Programa Conteúdo Programático (1279917 e 1280695);

b) Termo de Compromisso Evento Externo 1280135;

c) Solicitação de participação em evento externo 1280142;

d) Relatório Lacunas de Competências (1280680);

e) *Curriculum Vitae* (1280685);

f) Contrato Social (1280687);

j) Certidões Negativas (1280688 e 1300354);

g) Notas Fiscais (1280689);

h) *E-mail* reserva de vagas (1280690);

i) Pesquisa de mercado - Google (1280694);

j) Listas de Verificação (1294425, 1297980 e 1300355); e

k) Despacho da Sepor com indicação da existência de recursos orçamentários (1300330)

4. Em que pese a não terem sido juntados aos autos o espelho do banco de talentos e o relatório de férias da servidora que irá participar da ação de capacitação, consta declaração no documento de solicitação de participação em evento externo (arquivo SEI 1280142), posteriormente atestada pela Seção de Educação Corporativa (SEDUC) (arquivo SEI 1298437), que demonstra adequação

aos mandamentos contidos no inciso I do art. 9º e no inciso II do art. 19, ambos da IN CNJ nº 35, de 22 de junho de 2015.

É o relatório.

ANÁLISE

5. Preliminarmente, pontua-se que o presente processo de contratação está pautado no art. 25, *caput* da Lei n. 8.666/1993, hipótese para a qual não se aplica o Parecer Referencial nº 01/2019 (arquivo SEI 0801055).

6. Embora o procedimento licitatório disciplinado na Lei n. 8.666/1993 deva ser seguido, como regra geral, para a realização de contratações públicas, o art. 2º da Leipreviu, parahipóteses excepcionais, a possibilidade de celebração de contratações diretas. A hipótese contemplada no *caput* do art. 25 do referido diploma legal indica a possibilidade de contratação diretaquando "houver inviabilidade de competição", a ser aferida por meio da análise meticulosa da necessidade pública que demanda a contratação e depeculiaridades da solução pretendida para o atendimento daquela necessidade. Quanto ao ponto, consta do formulário 1280142 justificativa para a contratação solicitada, bem como foram prestados maiores esclarecimentos sobre a contratação na lista de verificação 1297980, preenchida pela servidora solicitante.

7. A SEDUC, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n. 35/2015, informou que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano (arquivo SEI 1298437). Além disso, foi realizada pesquisa de mercado(arquivo SEI 1280694)e a Unidade não identificou, para o horizonte de trêsmeses da data da busca,oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico. Desse modo, o não aproveitamento da oportunidade de atualização ora pleiteada pode resultar em prejuízo aos servidores e, consequentemente, à Administração.

8. Para a contratação direta na espécie, constam as seguintes considerações: *a)*orientação da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI/CNJ) no sentido de que "é possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros (...) mediante adoção de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores", se forem verificados determinados "fatores inerentes à ocorrência do evento tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar"; *b)*pesquisa de preços do mesmo evento, praticados pela pretensa contratada em contratos administrativos firmados recentemente com outras pessoas jurídicas, sendo proporcionais à carga horária(arquivo SEI 1280689); e *c)* indicação da economicidade afeta à contratação, considerando-se a contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ (arquivo SEI 1298437).

9. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores requerentes, conforme estipulam os incisos I a III do art. 6º, IN CNJ nº 35/2015 (arquivo SEI 1280680).

10. Ademais, assevera a SEDUC que (arquivo SEI 1298437):

> 8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da

unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), embora a servidora não tenha participado do Ciclo de Avaliação de Competências de 2019, **o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência da Coordenadoria de Imprensa (COIM)**, unidade de lotação da participante: **Normas para a Comunicação -** Elaborar padrões e normas para a gestão e operação da comunicação baseando-se em conhecimentos técnicos pertinentes à área, de acordo com as necessidades da organização e a legislação vigente; **Planejar Ações de Divulgação Institucional -** Elaborar o plano de ações de Divulgação Institucional de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislação específica; **Planejamento de Campanhas -** Planejar e executar campanhas externas e internas da Instituição, de acordo com o orçamento disponível, as necessidades especificadas pelo órgão e a legislação pertinente; **Gestão do Planejamento de Comunicação -** Planejar as ações de comunicação, inclusive àquelas relacionadas ao Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS), de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no Plano Estratégico do CNJ, atentando para prazos e legislações específicas; **Execução do Planejamento de Comunicação -** Executar e avaliar o plano de comunicação, de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislações específicas; **Gerenciar as informações dos Veículos de Comunicação Oficiais -** Gerenciar e avaliar as informações publicadas nos veículos de comunicação institucional de acordo com o veículo específico, normas e manuais oficiais, observando as especificidades do plano de comunicação; entre outras (Doc. SEI n. 1280680).

11. De acordo com a programação fornecida pela prestadora (arquivos SEI 1279917 e 1280685), o evento terá como instrutores:

Cláudia Lemos: Atua em comunicação nas organizações há 30 anos. Coordenou equipes de portes variados em instituições públicas, empresas e no terceiro setor. Foi secretária de comunicação social na Procuradoria-Geral da República e no Conselho Nacional do Ministério Público. Também integrou as equipes de comunicação do Supremo Tribunal Federal e da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, entre outros trabalhos. É funcionária da Câmara dos Deputados, onde hoje atua na Agência Câmara, como editora, e no Mestrado Profissional em Poder Legislativo, como professora. Jornalista, mestre e doutora em Estudos

Literários pela UFMG, foi pesquisadora visitante na Northwestern University, nos Estados Unidos, como bolsista Fulbright. É autora de capítulos de livros técnicos e de artigos publicados em periódicos especializados. Preside a Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública);

Érica dos Santos Abe: Jornalista formada há 15 anos, com mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (2018), onde também se tornou especialista em Desenvolvimento Sustentável (2008). Com ampla experiência em ambientes digitais, trabalhou com cobertura em tempo real pelo Correio Braziliense e pelo G1.com.br. Atuou na formulação e reformulação de sites institucionais na Associação Nacional de Procuradores da República e na Confederação Nacional dos Transportes, onde também coordenou equipes multimídia de produção de conteúdo para sites e redes sociais. Na FSB desde 2014, tem ampla experiência na área pública, coordenandode equipe de redes sociais da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, com resultados expressivos de ampliação de presença digital, incluindo a coordenação de produção de hotsites. Atualmente, é diretora de Estratégia Digital da Vertical Pública da FSB Comunicação em Brasília (DF) e professora de Monitoramento, Métricas e Avaliação na Especialização em Jornalismo Digital do Centro Universitário Iesb;

Marcos Andre Costa: Em sua trajetória profissional de mais de 25 anos, trabalhou em empresas de consultoria, energia (óleo e gás), logística, varejo, entretenimento e comunicação, nas quais liderou e desenvolveu projetos no Brasil e em países da América Latina, atuando em cargos executivos nas áreas de Comunicação Corporativa/Institucional, Pesquisa de Mercado e de Opinião, Planejamento de Comunicação, Marketing, Atendimento ao Cliente/Consumidor e Comercial/Vendas. Publicitário, pós-graduado em Marketing, especialista em Gerenciamento de Projetos e em Gestão com Ênfase em Negócios, atualmente é mestrando em Comunicação e pesquisador dos temas “Gerenciamento de Crises” e “Métricas e Indicadores de Comunicação”;

Wilson Bueno: Jornalista, professor sênior da USP, com mestrado e doutorado em Comunicação. Diretor da Comtexto Comunicação e Pesquisa, empresa de consultoria em Comunicação Organizacional e Jornalismo Especializado. Já orientou 120 dissertações e teses em Comunicação e Jornalismo, tem cerca de 15 livros (impressos e digitais) publicados e atuou como consultor na elaboração de Política de Comunicação Institucional para mais de uma dezena de instituições públicas e privadas (universidades, institutos federais, empresas de pesquisa e privadas).

12. Conforme verificado na documentação acostada aos autos (arquivos SEI 1280689 e 1298437), o valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou abaixo da média cobrada pela empresa em relação a outras instituições, tendo em vista sua carga horária de 18 (dezoito) horas. O valor total do investimento será deR$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais), referente à vaga pleiteada (arquivos SEI 1280690 e 1280695).

13. De acordo com o Despacho SEPOR nº 1300330, há disponibilidade orçamentária para atender a demanda, tendo sido juntada aos autos o pré-empenho nº 1300329, em que consta nota de dotação para cobrir a despesa incorrida.

14. A regularidade fiscal e trabalhista da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ nº 43.147.693/0001-52, está comprovada pelas certidões anexadas aos autos (arquivo SEI 1280688 e 1300354). Não obstante o pontuado anteriormente, recomenda-se nova verificação da higidez da prestadora previamente à contratação, a fim de se confirmar que a situação atestada não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que verificam a regularidade, apesar de vigentes no momento da presente análise, expirarão com o decurso do tempo.

15. Por fim, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

CONCLUSÃO

16. Ante o exposto, excluídas as questões afetas ao exame de oportunidade e conveniência e supridas das informações mencionadas no item 14, opina-se pela possibilidade jurídica da contratação direta da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ nº 43.147.693/0001-52, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/1993, para a participação da servidora Beatriz Lygia Dias Borges, Coordenadora de Imprensa, matrícula 2244, no "Programa Avançado em Comunicação Pública 2022", cujos módulos serão ofertados na modalidade *on-line*, ao vivo, no período de 28 de maio a 30 de julho de 2022, com carga horária total de 18 (dezoito) horas.

É o parecer.

Brasília, 29 de abril de 2022.

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor Jurídico

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 29 de abril de 2022.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 02/05/2022, às 15:28, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 03/05/2022, às 00:33, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1308939** e o código CRC **24CB67E4**.

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Comunicação Social (SCS) para a participação da servidora **Beatriz Lygia Dias Borges,** matrícula 2244, coordenadora de imprensa, nos seguintes módulos do **"Programa Avançado em Comunicação Pública 2022"**, promovido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ: 43.147.693/0001-52 (Doc. SEI n. 1280142):

Estratégia e Planejamento em Comunicação Pública: 28 de maio e 4 de junho de 2022 (sábado), das 14h às 17h (6 horas);

Comunicação Pública Digital - gestão, estratégias e operacionalização: 2 e 16 de julho (sábados), das 14h às 17h (6 horas);

Mensuração da Comunicação na área pública: 23 e 30 de julho de 2022 (sábados), das 14h às 17h (6 horas).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando os conteúdos abordados são vitais à função da SCS, como comunicação pública, estratégia e planejamento em comunicação pública, relação com as mídias, gestão de riscos e crises.

3. Conforme Documento SEPOR (1300330), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação da servidora no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1308939) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação da servidora é de **R$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)**, conforme Doc. SEI nº 1280695.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação da servidora no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1298437, com o Parecer AJU 1308939 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ: 43.147.693/0001-52, para ofertar o **"Programa Avançado em Comunicação Pública 2022", com fundamento no "*caput*" do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 05/05/2022, às 14:48, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 05/05/2022, às 16:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1310380** e o código CRC **210E6CD4**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1308939 e do Despacho SEDUC 1310380, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais), e **autorizo** a contratação da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ nº 43.147.693/0001-52, com vista a participação da servidora Beatriz Lygia Dias Borges, matrícula 2244, no "Programa Avançado em Comunicação Pública 2022", previsto para ocorrer conforme cronograma citado no Despacho SEDUC 1310380.

2. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

3. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes, inclusive quanto a publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 06/05/2022, às 16:27, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1313693** e o código CRC **51DE681C**.

Data e hora da consulta: 11/05/2022 16:34
Usuário: ***.412.211-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	227	2022PE000190

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
10/05/2022	Ordinário	02564/2022	-	3.960,00

Favorecido

Código	Nome
43.147.693/0001-52	ABERJE ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMUNICACAO E

Endereço	CEP
AMALIA DE NORONHA 151 ANDAR 6 PINHEIROS	05410-010

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
02564/2022. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: PROGRAMA AVANÇADO EM COMUNICAÇÃO PÚBLICA 2022.
INFORMAÇÃO SEDUC 1298437 e DG 1313693.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	10/05/2022 17:40:45	Alteração

Data e hora da consulta: 11/05/2022 16:34
Usuário: ***.412.211-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	3.960,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EVENTO EXTERNO: PROGRAMA AVANÇADO EM COMUNICAÇÃO PÚBLICA 2022.	3.960,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10/05/2022	Inclusão	1,00000	3.960,0000	3.960,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
10/05/2022 17:40:45

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
10/05/2022 16:09:30

Versão	Data/Hora	Operação
002	10/05/2022 17:40:45	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento externo: Curso completo de manutenção predial

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Solicitação de participação em evento externo **3**
Informação SEDUC **7**
Parecer AJU **12**
Declaração de inexigibilidade de licitação **16**
Ratificação da declaração de inexigibilidade de licitação **19**
Nota de empenho **20**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO PREDIAL
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1221841 - SEEMP

Brasília, 03 de dezembro de 2021.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: CURSO COMPLETO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	
Período: 28 e 29 de março 2022	**Carga Horária:** 16h
Local de Realização: EAD	**Turno:** integral
Entidade Promotora: Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda	**CNPJ:** 18.133.018/0001-27
Telefone: (61) 3049-3091//3049-3095	**E-mail:** capacity@capacitytreinamentos.com.br inscricao@capacitytreinamentos.com.br
Endereço: Rua Eugênio Jardim Qd. 26 Lt. 13 sala 201 Planaltina – Brasília-DF	
Cidade: Brasília	**UF:** DF
Valor Unitário: R$ 1.790,00	**Valor Total:** R$ 1.790,00

PARTICIPANTES

Mat	**Nome**	**Cargo/Função**	**Ramal**	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)
1739	Uilmar Vasconcelos da Silva	Analista Judiciário - Área Administrativa	5168	07/03/2022 a 19/03/2022	Não

(x) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

O colaborador foi designado como Chefe Substituto da Seção de Engenharia e Manutenção Predial, conforme Processo SEI 07025/2021, necessitando agregar novos conhecimentos para contribuir com a missão da unidade.

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

Exemplos:

- Qual seria a formação ideal do professor?

É de especial interesse que o professor seja Auditor do Tribunal de Contas da União.

- Qual seria a experiência ideal do professor?

Auditoria de contratações públicas.

- Qual seria a carga horária ideal da capacitação?

Mínimo 16h.

- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?

Modelagens de Contratação, Uso de Facilities, O Planejamento e a Formação de preços dos Serviços, Disposições da nova lei de licitações e contratos aplicáveis à Contratação de Manutenção Predial.

- Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?

Na data do curso (28 e 29 de março de 2022).

- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)

Tendo em vista as restrições de circulação impostas pela pandemia, entende-se que o formato ideal seria o de treinamento à distância.

3. Considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ e o Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo, enumere as atribuições do seu cargo e/ou da seção que serão impactadas com a realização da capacitação:

A capacitação atenderá às competências da Seção de Engenharia e Manutenção Predial previstas nas alíneas I, II e IV do item 9.5.6 do do Manual de Organização deste Conselho (fl. 93):

"I – identificar necessidades e propor contratações para a execução de serviços de obras, reformas, manutenções, reparos e conservação dos edifícios do Conselho Nacional de Justiça e demais serviços submetidos à inspeção da Seção;

II – elaborar estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos e orçamento de materiais, equipamentos e serviços destinados à contratação de terceiros;

IV – inspecionar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento de contratos executados por terceiros sem prejuízo da atuação de outras unidades do CNJ;"

JUSTIFICATIVA

Justifique, esclarecendo como o conteúdo do evento escolhido atende/supre suas lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) e/ou as atividades desenvolvidas em sua unidade de lotação:

O conteúdo do curso está alinhado com as atribuições da SEEMP, conforme demonstrado no item 3 deste formulário, e o servidor designado não tem conhecimento específico ou experiência com manutenção predial.

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático;**
- **Relatório "Lacunas de competência":** Acessar https://www.cnj.jus.br/gestcom/, fazer login informando seu CPF e senha de rede do CNJ. Caso seja seu primeiro acesso, informar seu CPF nos dois campos (login e senha). Depois, clicar no botão "visualizar", no canto inferior direito, e novamente "visualizar" e, então, salvar em PDF. O objetivo é demonstrar que **o evento escolhido atende as lacunas de competência.**

Caso suas lacunas não estejam disponíveis (não participou do período avaliativo) ou não reflitam mais suas atividades (mudança de lotação), justifique como o conteúdo do evento está atrelado às suas atuais atribuições.

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **UILMAR VASCONCELOS DA SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 06/12/2021, às 14:38, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MICHELE ROBERTA PEDROSO DOS SANTOS MONTEIRO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO PREDIAL**, em 06/12/2021, às 16:59, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1221841** e o código CRC **BA900DE3**.

Informação SEDUC 1238530
Processo: 09853/2021
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Seção de Engenharia e Manutenção Predial (SEEMP) para a participação do servidor **Uilmar Vasconcelos da Silva**, matrícula 1739, Analista Judiciário, no **"Curso Completo de Manutenção Predial - Modelagens de Contratação, Uso de Facilities, O Planejamento e a Formação de preços dos Serviços, Disposições da nova lei de licitações e contratos aplicáveis à Contratação de Manutenção Predial"**, promovido pela empresa Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ: 18.133.018/0001-27 (Doc. SEI n. 1221841).

2. O curso será ofertado na **modalidade on-line (ao vivo)**, **nos dias 28 e 29 de março de 2022**, das 8h30 às 17h30, com uma carga horária total de 16 horas (Doc. SEI nº 1221839).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1238517) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo on-line ao vivo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1221841), o servidor não participou, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foi também indicado o período de férias do participante, evidenciando que não estará de férias no período do curso (Doc. SEI nº 1221841).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Doc. SEI nº 1221841, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas
"O colaborador foi designado como Chefe Substituto da Seção de Engenharia e Manutenção Predial, conforme Processo S E I 07025/2021, necessitando agregar novos conhecimentos para contribuir com a missão da unidade".	"Qual seria a formação ideal do professor? É de especial interesse que o professor seja Auditor do Tribunal de Contas da União. Qual seria a experiência ideal do professor? Auditoria de contratações públicas. Qual seria a carga horária ideal da capacitação? Mínimo 16h. Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento? Modelagens de Contratação, Uso de Facilities, O Planejamento e a Formação de preços dos Serviços, Disposições da nova lei de licitações e contratos aplicáveis à Contratação de Manutenção Predial. Qual seria a melhor época de realização para a capacitação? Na data do curso (28 e 29 de março de 2022). Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc) Tendo em vista as restrições de circulação impostas pela pandemia, entende-se que o formato ideal seria o de treinamento à distância".	"O conteúdo do curso está alinhado com as atribuições da SEEMP, conforme demonstrado no item 3 deste formulário, e o servidor designado não tem conhecimento específico ou experiência com manutenção predial".

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1109383), são competências da **SEEMP**: I – identificar necessidades e propor contratações para a execução de serviços de obras, reformas, manutenções, reparos e conservação dos edifícios do Conselho Nacional de Justiça e demais serviços submetidos à inspeção da Seção; II – elaborar estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos e

orçamento de materiais, equipamentos e serviços destinados à contratação de terceiros; IV – inspecionar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento de contratos executados por terceiros sem prejuízo da atuação de outras unidades do CNJ; entre outras.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos do servidor, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), **o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência da SEEMP**: **Fiscalização Administrativa de Contratos -** Conferir e analisar documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária para fins de atesto dos serviços prestados, nos termos do instrumento contratual; **Estudos Preliminares e Projetos** - Elaborar, por meio de (pesquisas em livros, artigos, etc), estudos preliminares, projetos básicos e executivos, contendo especificações técnicas, levantamento de quantitativos e orçamento de materiais, equipamentos e serviços destinados à contratação de terceiros; **Identificar Necessidade de Contratação -** Identificar necessidades de contratações para a execução de serviços de obras, reformas, manutenções, reparos e conservação dos edifícios do Conselho Nacional de Justiça e demais serviços submetidos à inspeção da Seção, de acordo com a demanda apresentada; **Fiscalização Técnica de Contratos -** Fiscalizar (in loco, por meio de vistorias, etc) o cumprimento de contratos executados por terceiros sem prejuízo da atuação de outras unidades do CNJ, de acordo com as especificações contratuais, normas e legislação vigente; entre outras (Doc. SEI n. 1238504).

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1238518, o evento terá como professor **André Pachioni Baeta:** engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. Participou, como integrante da equipe de auditoria ou como supervisor da fiscalização, de diversas auditorias de obras públicas. Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU. Autor de diversos livros sobre o assunto.

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor do investimento para participação individual é de **R$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais),** conforme Doc. SEI nº 1221839.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **de acordo** com o valor médio da hora-aula por servidor cobrado pela empresa em eventos similares a outras entidades, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado					
Órgão	**Valor total**	**Vaga**	**Valor individual**	**Carga Horária**	**Hora-aula/servidor**
CNJ	**R$ 1.790,00**	**1**	**R$ 1.790,00**	**16 h**	**R$ 111,87**

Eventos similares ofertados a outras entidades - comparação de preços (Doc. SEI nº 1238523)					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor individual**	**Carga Horária**	**Hora-aula/servidor**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	R$ 1.790,00	1	R$ 1.790,00	16 h	R$ 111,87
Ministério Público da União	R$ 1.790,00	1	R$ 1.790,00	16 h	R$ 111,87
Tribunal Regional de Pernambuco	R$ 7.160,00	4	R$ 1.790,00	16 h	R$ 111,87
	Média de Preços				**R$ 111,87**

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Contrato Social (Doc. SEI 1238519), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1238522.

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de uma vaga integrante do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ademais, foi juntada aos autos a lista de verificação, a qual consta do Documento SEI nº 1238527, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do

evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à:

a) à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor de **R$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais),** referente à participação do servidor da SEEMP no referido evento;

b) à **Assessoria Jurídica - AJU**, para análise dos dispositivos legais que norteiam a referida contratação.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 27/01/2022, às 17:18, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1238530** e o código CRC **ECF2934E**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 09853/2021

Ementa: Solicitação de participação de servidor em evento externo de capacitação. Análise e manifestação da Assessoria Jurídica. Parecer AJU 1250362.

Senhor Assessor-Chefe em substituição,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica (AJU) para análise preliminar à possível contratação direta da empresa **Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda.**, CNPJ: 18.133.018/0001-27, que realizará o evento **"Curso Completo de Manutenção Predial - Modelagens de Contratação, Uso de Facilities, O Planejamento e a Formação de preços dos Serviços, Disposições da nova lei de licitações e contratos aplicáveis à Contratação de Manutenção Predial"**, na modalidade ***on-line***, com carga horária total de 16 horas**,** visando-se à participação do servidor Uilmar Vasconcelos da Silva, matrícula 1739, Analista Judiciário - Área Administrativa.

2 . Preliminarmente, em atendimento à determinação da Diretoria-Geral (0440990), foram juntadas aos autos as listas de verificação aprovadas pelo então Diretor-Geral (1238527).

3. Constam dos autos:

a) requerimento para aquisição de vaga no evento, do qual constam os períodos de férias e a declaração do servidor de que não participou de ação de capacitação custeada pelo CNJ com o mesmo conteúdo programático, e o termo de compromisso (1221841 e 1221843);

b) relatório de lacuna de competências do servidor solicitante (1221844 e 1238504)

c) documentos hábeis à prova do estado de regularidade da fornecedora junto à Fazenda Nacional e à Justiça do Trabalho, bem como perante o FGTS (1238522);

d) ato constitutivo da prestadora selecionada (1238519);

e) currículo dos instrutores (1238518); e

f) notas fiscais / de empenho comparativas (1238523)

4. É o necessário a relatar.

ANÁLISE

5. Embora o procedimento licitatório disciplinado na Lei

n. 8.666/1993 deva ser seguido, como regra geral, para a realização de contratações públicas, o art. 2º da lei previu, para hipóteses excepcionais, a possibilidade de celebração de contratações diretas. A hipótese contemplada no *caput* do art. 25 da referida Lei indica a possibilidade de se contratar diretamente quando "houver inviabilidade de competição", a ser aferida por meio da análise meticulosa da necessidade pública que demanda a contratação e de peculiaridades da solução pretendida para o atendimento daquela necessidade.

6. A Seção de Educação Corporativa (Seduc), responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, da IN n. 35, de 22 de junho de 2015, informou que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Quanto à oferta de outros eventos externos, a unidade realizou pesquisa de mercado (1238517) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico disponibilizado na modalidade *on-line*, conforme justificativa apresentada no item 3 da Informação Seduc 1238530. Desse modo, o não aproveitamento da oportunidade de atualização ora pleiteada pode resultar em prejuízo às servidoras e, consequentemente, à Administração.

7. Para a contratação direta na espécie, constam as seguintes considerações: *a)* orientação da então Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI/CNJ), hoje Secretaria de Auditoria (SAU), no sentido de que "é possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros (...) mediante adoção de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93, em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores", se forem verificados determinados "fatores inerentes à ocorrência do evento tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar" (1027025, Processo SEI 00079/2021) ; *b)* pesquisa de preços do mesmo evento, praticados pela pretensa contratada em contratos administrativos firmados recentemente com outras pessoas jurídicas de direito privado e público, sendo proporcionais à carga horária (1238530).

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos das servidoras, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN nº 35/2015. Além disso, tanto a Seduc, no item 8.2 da Informação 1238530, quanto as servidoras informam que o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência, conforme consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) (1221841, 1221844 e 1238504).

9. O evento terá como instrutor **André Pachioni Baeta:** engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. Participou, como integrante da equipe de auditoria ou como supervisor da fiscalização, de diversas auditorias de obras públicas. Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU (1238518 e item 9 da Informação Seduc 1238530).

10. Conforme se verifica nos itens 10 e 11 da Informação Seduc 1238530, o valor da hora-aula negociado para o CNJ está **de acordo** com o valor médio da hora-aula por pessoa cobrado pela empresa no mesmo treinamento a outras instituições e pessoa física. Nesse sentido, o valor total do investimento será de **R$ 1.790,00 (mil, setecentos e noventa reais)**.

11. A empresa comprovou sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme certidões anexadas aos autos (1238522). Sugere-se, apenas, nova

consulta previamente à autorização da contratação, a fim de se verificar não ter sido alterada a situação de regularidade.

12. Isso posto, destaca-se que a análise em curso se limitou aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame em curso não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

CONCLUSÃO

13. Ante o exposto, opina-se pela possibilidade, do ponto de vista jurídico, de contratação direta da empresa **Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda.**, CNPJ: 18.133.018/0001-27, com fundamento no *caput* do art. 25, da Lei n. 8.666/1993, para a participação do servidor elencado no item 1, no evento **"Curso Completo de Manutenção Predial - Modelagens de Contratação, Uso de Facilities, O Planejamento e a Formação de preços dos Serviços, Disposições da nova lei de licitações e contratos aplicáveis à Contratação de Manutenção Predial"**, realizado na modalidade ***on-line*,** abstendo-se quanto à análise dos aspectos de oportunidade, de conveniência e de economicidade da contratação proposta, a qual fica a cargo das demais unidades e gestores do CNJ.

Daniel Souza Costa e Silva

Assessor Jurídico

Senhor Chefe da Seção de Educação Corporativa,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor-Chefe em substituição

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **ASSESSOR-CHEFE EM SUBSTITUIÇÃO - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 03/02/2022, às 13:10, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL SOUZA COSTA E SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 03/02/2022, às 13:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1250362** e o código CRC **0D52C489**.

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas em substituição,

1. Trata-se de solicitação da Seção de Engenharia e Manutenção Predial (SEEMP) para a participação do servidor **Uilmar Vasconcelos da Silva**, matrícula 1739, Analista Judiciário, no **"Curso Completo de Manutenção Predial - Modelagens de Contratação, Uso de Facilities, O Planejamento e a Formação de preços dos Serviços, Disposições da nova lei de licitações e contratos aplicáveis à Contratação de Manutenção Predial"**, promovido pela empresa Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ: 18.133.018/0001-27 (Doc. SEI n. 1221841).

2. A unidade solicitante justificou a participação do servidor dizendo que "*o conteúdo do curso está alinhado com as atribuições da SEEMP, (...), e o servidor designado não tem conhecimento específico ou experiência com manutenção predial*".

3. Conforme Documento SEPOR 1250172, informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação do servidor no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1250362) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente à participação do servidor é de **R$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais)**, conforme Doc. SEI nº 1221841.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação do servidor no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1238530, com o Parecer AJU 1250362 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da empresa **Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ: 18.133.018/0001-27,** para ofertar o **"Curso Completo de Manutenção Predial - Modelagens de Contratação, Uso de Facilities, O Planejamento e a Formação de preços dos Serviços, Disposições da nova lei de licitações e contratos aplicáveis à Contratação de Manutenção Predial"**, **com fundamento no "*caput*" do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Mariana Cabral Nogueira de Sá

Secretária de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 07/02/2022, às 16:25, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARIANA CABRAL NOGUEIRA DE SA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 11/02/2022, às 14:30, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1253568** e o código CRC **A122494B**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1250362 e do Despacho SEDUC 1253568, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais)** e **autorizo** a contratação da empresa Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ: 18.133.018/0001-27, com vista à participação do servidor Uilmar Vasconcelos da Silva, matrícula 1739, no "Curso Completo de Manutenção Predial - Modelagens de Contratação, Uso de Facilities, O Planejamento e a Formação de preços dos Serviços, Disposições da nova lei de licitações e contratos aplicáveis à Contratação de Manutenção Predial", ofertado na modalidade *on-line (ao vivo)*, nos dias 28 e 29 de março de 2022, das 8h30 às 17h30, com uma carga horária total de 16 horas (Informação SEDUC 1238530).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 11/02/2022, às 18:03, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1258865** e o código CRC **B0421E2F**.

Data e hora da consulta: 14/02/2022 14:15
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	153	2022PE000071

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
14/02/2022	Ordinário	09853/2021	-	1.790,00

Favorecido

Código	Nome
18.133.018/0001-27	CAPACITY TREINAMENTO E APERFEICOAMENTO LTDA

Endereço	CEP
EUGENIO JARDIM QUARA 26 201 SETOR TRADICIONAL PLANALTINA	73330-073

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	(61)3049-3091/3049-3095

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
09853/2021 - EVENTO EXTERNO - PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR EM CURSO DE CAPACITAÇÃO, CONFORME DESPACHO 1258865-DG.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	14/02/2022 13:40:43	Alteração

Data e hora da consulta: 14/02/2022 14:15
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	1.790,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CURSO COMPLETO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - MODELAGENS DE CONTRATAÇÃO, USO DE FACILITIES O PLANEJAMENTO E A FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS, DISPOSIÇÕES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL, CONFORME INFORMACAO SEDUC 1238530.	1.790,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14/02/2022	Inclusão	1,00000	1.790,0000	1.790,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
GETULIO VAZ
***.348.651-**
14/02/2022 13:40:43

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
14/02/2022 11:34:57

Versão	Data/Hora	Operação
002	14/02/2022 13:40:43	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento interno: "Ciclo de Debates sobre Diversidade"

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Solicitação de participação em evento interno **3**
Termo de referência **5**
Declaração de inexigibilidade de licitação **16**
Ratificação da declaração de inexigibilidade de licitação **21**
Nota de empenho **22**

DESPACHO

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa,

Trata-se de proposta para realização de evento **"Ciclo de Debates sobre Diversidade"** (1373129**)**, conforme calendário de ações da QVT (2022), a ser realizado no mês de novembro.

A temática está relacionada com a Gestão da Diversidade, que era trabalhada dentro da Seção de Seleção e Gestão do Desempenho (SEGED)/SGP, e passou a estar inserida formalmente nas atribuições do Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho e Atenção Psicossocial (SEQVT)/SGP, conforme Manual de Organização do CNJ (16ª edição - *no prelo*), quando da criação deste Serviço pela Portaria nº 179, de 31 de maio de 2022.

Além de estar em consonância com a literatura atual sobre ESG (*Environmental, Social and Governance*), que ganhou visibilidade, nos últimos anos, e passou a ser considerada essencial nas análises de riscos e nas decisões gerenciais nas instituições públicas. A implementação da gestão da diversidade tem ocorrido com pressões legais e normativas a fim de contribuir para mudanças de culturas antidiscriminatórias nas organizações.

O propósito deste evento é fomentar as reflexões sobre diversidade, equidade e inclusão (DEI), assim como promover conscientização sobre como certos sistemas ou comportamentos podem desfavorecer determinados grupos ou pessoas.

Os signatários deste despacho realizaram reunião de *briefing* com os palestrantes Juliano Costa, Michel Platini e Sandra Lurine em 28/07/22, bem como com a empresa Talento Incluir (1373732). Os projetos dos palestrantes referidos no documento SEI (1373129**)** serão incluidos a este processo em momento oportuno. Seguem as informações gerais para a realização do evento:

Evento: Ciclo de Debates sobre Diversidade

Datas: 10 e 17 de novembro de 2022

Horário: 14h30 às 16h00

Carga Horária: 1h30

Formato: *Online*

Diante deste fato, sugerimos **que este processo seja**, após instrução da SEDUC e no momento de divulgação, **encaminhado à Secretaria de Gestão de Pessoas para elaboração e envio de memorando a todas as unidades administrativas do CNJ solicitando que indiquem ao menos uma pessoa para participar do evento.**

Em julho de 2021, o CNJ realizou a 2ª Pesquisa de QVT. Dados da referida pesquisa apontaram anseios dos servidores em relação à promoção de um ambiente organizacional e trouxe relatos expressivos dos trabalhadores sobre ocorrência de machismo e preconceitos em geral no âmbito do CNJ. Nesse sentido,

entende-se a importância que o CNJ multiplique esse saber a fim de realizar mudança de cultura baseadas no preconceito e discriminção.

A Instrução Normativa nº 41, de 25/1/2018, que instituiu o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (PQVT/CNJ) tem como diretriz o comprometimento institucional com as ações estratégicas que visem ao desenvolvimento e à promoção da QVT, bem como com o bem-estar individual e coletivo, físico, psicológico e social, a prevenção de riscos à saúde e à valorização do servidor (art. 4º, inciso I). No PQVT estão previstas a execução de ações voltadas à adoção de hábitos saudáveis, promoção da saúde e prevenção de agravos (art. 11, inciso III).

Pelo exposto, alinhado as diretrizes da IN n° 41 em promover melhorias nas relações socioprofissionais e desenvolvimento pessoal e profissional, o SEQVT propõe a realização do evento Ciclo de Debates sobre Diversidade.

Contamos com essa Seção para instrução do processo de modo a viabilizar a realização do evento.

Atenciosamente,

Juli Alves da Silva
Analista Judiciário - Serviço Social
Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho e Atenção Psicossocial - SEQVT

Documento assinado eletronicamente por **JULI ALVES DA SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ASSISTÊNCIA SOCIAL**, em 09/08/2022, às 13:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1373734** e o código CRC **4F073352**.

	TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO ***DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS***

PROJETO DE EVENTO INTERNO DE CAPACITAÇÃO

CICLO DE DEBATES SOBRE DIVERSIDADE

I – IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. Fundamentação legal: Instrução Normativa nº 25/2009, que regulamenta o programa de Educação Corporativa**, Instrução Normativa nº 35/2015,** que dispõe sobre a participação de servidores do CNJ em ações de Educação Corporativa, **e Resolução nº 192/2014,** que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;

2. Área interessada: Todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça

3. Coordenadores: Juliana Almeida e Mariana Ansani

4. Público-alvo: Gestores, servidores, colaboradores e estagiários do Conselho Nacional de Justiça

5. Vagas: Ilimitadas

II – JUSTIFICATIVA

Em julho de 2021, o CNJ realizou a 2ª Pesquisa de QVT. Dados da referida pesquisa apontaram anseios dos servidores em relação à promoção de um ambiente organizacional e trouxe relatos expressivos dos trabalhadores sobre ocorrência de machismo e preconceitos em geral no âmbito do CNJ. Nesse sentido, entende-se a importância que o CNJ multiplique esse saber a fim de realizar mudança de cultura baseadas no preconceito e discriminção.

A Instrução Normativa nº 41, de 25/1/2018, que instituiu o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (PQVT/CNJ) tem como diretriz o comprometimento institucional com as ações estratégicas que visem ao desenvolvimento e à promoção da QVT, bem como com o bem-estar individual e coletivo, físico, psicológico e social, a prevenção de riscos à saúde e à valorização do servidor (art. 4º, inciso I). No PQVT estão previstas a execução de ações voltadas à adoção de hábitos saudáveis, promoção da saúde e prevenção de agravos (art. 11, inciso III).

A temática está relacionada com a Gestão da Diversidade, que era

trabalhada dentro da Seção de Seleção e Gestão do Desempenho (SEGED)/SGP, e passou a estar inserida formalmente nas atribuições do Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho e Atenção Psicossocial (SEQVT)/SGP, conforme Manual de Organização do CNJ (16ª edição - *no prelo*), quando da criação deste Serviço pela Portaria nº 179, de 31 de maio de 2022.

Além de estar em consonância com a literatura atual sobre ESG (*Environmental, Social and Governance*), que ganhou visibilidade, nos últimos anos, e passou a ser considerada essencial nas análises de riscos e nas decisões gerenciais nas instituições públicas. A implementação da gestão da diversidade tem ocorrido com pressões legais e normativas a fim de contribuir para mudanças de culturas antidiscriminatórias nas organizações.

Pelo exposto, alinhado às diretrizes da IN n° 41 em promover melhorias nas relações socioprofissionais e desenvolvimento pessoal e profissional, o SEQVT propõe a realização da palestra **"Acessibilidade e Inclusão"**, promovida pela empresa Talento Incluir Cursos e Treinamentos Ltda., CNPJ: 25.231.874/0001-80, como parte do "Ciclo de Debates sobre Diversidade".

Cumpre ressaltar que os demais eventos do "Ciclo de Debates sobre Diversidade" (1373129) seguem em processo à parte (07616/2022), tendo em vista a especificidade da contratação (Gratificação por Encargo de Curso).

Aponta-se que todas as unidades podem ser impactadas com a realização da capacitação, considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ (1375839). Vale lembrar que o evento será **contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ) e para o Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL).** A oferta desta palestra pode contribuir para o desenvolvimento de competências previstas no Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo (1375845).

Por fim, a capacitação requerida coaduna-se com o Planejamento Estratégico do CNJ 2021/2026, estabelecido na Portaria CNJ nº 104/2020, em relação aos objetivos estratégicos "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas" e* "*Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua*".

III – OBJETIVO GERAL

Promover a discussão sobre diversidade social, de raça, gênero e orientação sexual, a fim de construir um ambiente de trabalho acessível e inclusivo a todos.

IV – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover a conscientização e sensibilização quanto às questões de diversidade, inclusão e equidade;

Realizar reflexões sobre capacitismo e barreiras de acessibilidade;

Fomentar debate a fim de desmistificar o preconceito racial e promover a equidade de gênero.

V – IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

1. Data: 10 de novembro de 2022

2. Horário: das 14h30 às 16h30

3. Carga Horária: 2 horas

4. Local de realização: on-line (Microsoft Teams)

5. Número de vagas: ilimitadas

6. Inscrições: formulário do Office 365

7. Cronograma de atividades para implementação do projeto:

DESCRIÇÃO/ETAPA	ATIVIDADE
1ª Etapa: Escolha da empresa	- Encaminhar e-mail à empresa selecionada
2ª Etapa: Contratação	- Aguardar a aprovação do projeto pela SGP/DG
3ª Etapa: Divulgação e inscrição dos participantes	- Enviar e-mail de divulgação do evento
	- Fechamento da turma
4ª Etapa: Treinamento	- Realização do evento
5ª Etapa: Avaliação	- Avaliação do evento e do instrutor
6ª Etapa: Certificação	- Envio de certificados
7ª Etapa: Pagamento	- Realizar pagamento da empresa

VI – METODOLOGIA

Palestra *on-line* expositiva com espaço para perguntas e participação ao final do evento.

VII – INSTRUTORAS SUGERIDAS

Tabata Contri: Consultora de inclusão na Talento Incluir e responsável por treinamentos de conscientização para inclusão socioeconômica de profissionais com deficiência no mercado de trabalho. Formada em Marketing, é atriz e foi a primeira cadeirante a fazer uma novela no Brasil (http://tabatacontri.wordpress.com). É destaque em eventos, lives e redes sociais. Desenvolveu e protagonizou o primeiro curso online: “Diversidade e Inclusão de Profissionais com Deficiência – o Essencial”. Coautora do livro “INCLUSÃO – Conceitos, histórias e talentos das pessoas com deficiência” e autora do capítulo 40 do livro “Manual de Treinamento e Desenvolvimento: PROCESSOS E OPERAÇÕES”, da Editora Prentice Hall Brasil (2013). É palestrante em grandes Congressos e Eventos: CBTD - Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento (desde 2007); Encontro de Cidadania Corporativa da Revista Gestão & RH (desde 2005); e CONCARH Santa Catarina (2013).

Katya Hemelrijk: Consultora de Diversidade e Inclusão na Talento Incluir, formada em Administração de Empresas e PNL, tem especialização em Neurociência do Consumo, e certificação como Coach Internacional pelo ICC. Sua trajetória profissional, traz uma bagagem corporativa e de empreendedorismo de mais de 20 anos, sendo 12 como líder de comunicação na Natura. Admira a oportunidade de transformação do indivíduo, se apoia também na intensidade, profundidade e alto autoconhecimento que seus 45 anos de experiência, como pessoa com deficiência, lhes proporcionaram. É também palestrante, atriz e coautora do livro “Maria de Rodas”. Seu propósito de trabalho é orientar, direcionar e transformar o olhar, a interação e interpretação das pessoas perante o mundo e suas diferenças. Nas empresas, sua proposta é sensibilizar e auxiliar todas as

pessoas, para terem uma experiência positiva com seus profissionais e seus stakeholders, o que vai fortalecer suas marcas mostrando o quanto são engajadas com a cultura da diversidade e inclusão. Para atingir essa meta, trabalha com estudos que envolvem comportamento humano, neurociência e processos de aprendizagem. Aborda os temas com mensagens descomplicadas e objetivas, que falam da importância da vulnerabilidade, da naturalidade, do reconhecimento de crenças limitantes e do autoconhecimento. Diálogos fundamentais que trazem informações que mudam a cultura de comportamentos inconscientes que, por vezes, ainda persistem e dificultam a interação em sociedade.

Eliane Ranieri: Consultora especialista em Diversidade e Inclusão na Talento Incluir. Facilitadora de treinamentos, palestrante sobre cultura inclusiva para organizações, gestão estratégica, desenvolvimento de lideranças e pessoas com deficiência com foco em Neuroaprendizagem, inteligência emocional, mentoria e coaching. Fez carreira na IBM, onde por mais de 33 anos, exerceu diversas funções em diferentes áreas da empresa. Dedicou 15 anos à carreira em RH, atuando como gerente da área de Operações de Departamento Pessoal e auditorias internas, Designações Internacionais, Business Partner, gerência de RH na filial da IBM Hortolândia, e facilitadora em Desenvolvimento de Lideranças. Liderou D&I para a América Latina, nos segmentos de Gênero, Pessoas com Deficiência, LGBTQIA+, Afrodescendentes, Gerações, Cultura e Integração Vida e Trabalho. Na liderança de Diversidade ampliou sua atuação junto ao mercado, sendo integrante do Grupo Diretor da Rede Empresarial de Inclusão Social (REIS), pela empregabilidade de Pessoas com Deficiência, participa do Comitê de Inclusão da Pessoa com Deficiência do grupo Mulheres do Brasil e integra o Conselho Executivo do Fórum LGBTO+.

VIII – CONTRATAÇÃO

Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento é de **R$ 9.000,00 (nove mil reais),** conforme Doc. SEI nº 1373732. O custo por participante não pode ser aferido, devido ao número ilimitado de vagas.

O valor negociado para o CNJ está **abaixo** do valor médio cobrado pela empresa em palestras similares, em relação a outras empresas e instituições, conforme abaixo:

ÓRGÃO	PALESTRA	Nº DE VAGAS	FORMATO	CARGA HORÁRIA	VALOR TOTAL
CNJ	**"Acessibilidade e Inclusão"**	**ilimitadas**	**Palestra on-line**	**2h**	**R$ 9.000,00**

EMPRESA	CARGA HORÁRIA	FORMATO	VALOR TOTAL (Doc. SEI 1375827)
*	2 h	Palestra on-line	R$ 10.000,00 (Nota Fiscal n. 0897)
*	2 h	Palestra on-line	R$ 9.000,00 (Nota Fiscal n. 0885)
*	2 h	Palestra on-line	R$ 9.000,00 (Nota Fiscal n. 0845)
Valor médio			**R$ 9.333,33**

* Por questões de confidencialidade, a empresa ocultou as

informações de seus clientes, conforme informado no e-mail (Doc. SEI 1375827).

O inciso XXI, artigo 37 da nossa Carta Magna regra sobre a obrigatoriedade da Administração Pública em realizar suas contratações através de processo licitatório:

> XXI – **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifo e negrito nosso)

Percebe-se que a Constituição concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária.

Diante disso a Lei 8666/93 estabeleceu a figura da dispensa de licitação (art. 24) e da contratação por inexigibilidade (art. 25).

Em suma, a diferença básica entre as duas hipóteses é que na inexigibilidade não há possibilidade de competição e na dispensa a competição é viável, poderia haver licitação, porém diante das circunstâncias peculiares a Lei facultou alguns cenários em que a licitação poderá ser dispensada, ficando na competência discricionária da Administração.

Quanto à **singularidade** do evento, cabe destacar que a capacitação em questão não é um treinamento convencional nem rotineiro encontrado livremente no mercado. De acordo com a proposta comercial (Doc. SEI nº 1373732):

> "Conscientizar toda a corporação sobre a inclusão de pessoas com deficiência, promovendo respeito e convivência natural, aumentando assim a perspectiva de uma carreira de sucesso para o colaborador com deficiência".

No que tange ao nosso tema, o artigo 25 do Estatuto das Licitações versa que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

> **II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**

Trata-se de contratação com inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, consistentes no esforço humano, de difícil comparação.

Neste diapasão, para que haja licitude da contratação arrimada no dispositivo legal supramencionada deve-se atender três requisitos, simultaneamente:

a) Serviços técnicos enumerados no Art. 13 da Lei 8666/93;

b) Serviço deve ter natureza singular, incomum;

c) Profissionais ou empresa deve deter notória especialização;

Art. 13 da Lei 8666/93;.

> Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:
>
> I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II – pareceres, perícias e avaliações em geral;
III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
IV – fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
VII – restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

A contratação pretendida preenche os requisitos elencados no dispositivo supra exposto (inexigibilidade), uma vez que as professoras dispõem, conforme análise da documentação encaminhada a este Conselho, de notória especialização acadêmica e profissional. A notória especialização encontra-se respaldada no parágrafo 1º do artigo 25 da Lei 8.666/93:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
>
> § 1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Aliás, a Corte de Contas Federal assentou entendimento na Súmula nº 39 quanto à singularidade do objeto, *in verbis*:

> "A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993."

Além disso, as instrutoras **Tabata Contri, Katya Hemelrijk e Eliane Ranieri** possuem **notória especialização** no tema afeto:

A comprovação de notória especialização encontra-se respaldada no § 1º do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993, que dispõe:

> "Art. 25 – (...).
>
> (...).
>
> § 1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de **desempenho anterior, estudos, experiências, publicações**, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

A notória especialização profissional decorre, portanto, de elevado grau de respeitabilidade e de admiração, de forma que se permita inferir que o trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Salienta-se, ainda, que a referida solicitação contempla as recomendações da Secretaria de Controle Interno, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Contratação de Cursos de Treinamento de Pessoal - *in company* - Inexigibilidade (Doc. SEI n° 1375836). Cabe ressaltar os itens 39 a 58 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos internos por inexigibilidade, em razão da singularidade do objeto e notória especialização na prestação do serviço.

(...)

Da Contratação de Cursos de Treinamento de Pessoal -*in company* - Inexigibilidade

39. Cursos de treinamento de pessoal*in company* podem ser contratados pelo procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n. 8.666/93, desde que antes de qualquer providência seja declarada a singularidade do objeto pela autoridade competente e em seguida indicada detalhadamente as razões da escolha do profissional/empresa expondo com clareza a notória especialização do futuro contratado.

40. Assim, o fundamento para a inviabilidade de competição na contratação de cursos com base no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei de Licitações decorre da declaração de singularidade do objeto, haja vista a impossibilidade de haver critérios objetivos que sustentem a licitação a ser realizada.

41. Posteriormente, contudo, será necessário indicar os motivos de escolha da empresa ou profissional para a execução do contrato, mediante identificação da notória especialização, conforme excerto extraído da decisão constante do Processo TC - 133.538/89 do Tribunal de Contas de São Paulo, *in verbis*:

(...)

É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de treinamentos *in company*, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos.

Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

IX - DAS PENALIDADES

Ressalta-se que quanto às sanções, inclusive pecuniárias, para eventual descumprimento contratual, foram realizadas tratativas com a Seção de Elaboração de Editais (SEEDI), Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), gabinete da Secretaria de Administração (SAD) e Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), conforme processo SEI nº 15810/2017, Despacho SEDUC 0402192 e Despacho SAD 0571499:

(...)

Ressalte-se inicialmente, a natureza desse tipo de contratação, uma vez que se trata de um contrato de **adesão**, em que as empresas fornecedoras do curso divulgam a capacitação, cabendo aos interessados, aderir ou não aos moldes propostos. Dessa forma, caberia ao CNJ contratar com tal empresa ou escolher aquela que melhor atenda às suas necessidades.

Desde o início do processo de contratação, a SEDUC ressalta todas as exigências legais para que a empresa possa contratar com a Administração Pública.Verifica-se que nos casos em que as empresas que fornecem eventos externos para o CNJ não conseguem manter sua regularidade fiscal no exato momento do pagamento, o objeto do curso já foi prestado, havendo, portanto, a necessidade de pagamento. Isso

porque a obrigação de fornecimento do curso já se exauriu, atingido seu objetivo, que é a capacitação do servidor solicitante.

Por outro lado, a criação de sanções de qualquer natureza para este tipo de descumprimento poderia criar embaraços à participação dos servidores deste Conselho nos cursos oferecidos pelo mercado - por se tratar de um contrato de **adesão**, as empresas fornecedoras do curso poderiam simplesmente se recusar a prestar o serviço educacional solicitado. Convém salientar, por fim, que, embora tenha havido casos de empresas que não conseguem manter a regularidade fiscal no momento do pagamento, tal não é a regra. A maioria dos fornecedores de capacitação procurados pelos servidores do CNJ tem sido capaz de honrar suas obrigações fiscais no momento do pagamento do curso.

Ainda a esse respeito, convém ressaltar o exposto pela Assessoria Jurídica no processo 00315/2017, em seu Despacho 0028750, item 1.7.1, que trata da situação do CNJ em contratos de adesão (tal como acontece na contratação de eventos externos, guardadas as peculiaridades deste tipo de contratação).

(...)

Importa salientar que não raramente os eventos externos de capacitação são ações únicas e específicas. Os próprios servidores solicitantes, quando em face de mais de uma ação com aparentemente o mesmo conteúdo, são chamados a justificar a escolha que mais bem atende suas necessidades. E mesmo em situações em que a entidade promotora não conseguiu manter sua regularidade fiscal no momento do pagamento, não vislumbramos em nenhum momento ilicitudes e/ou irregularidades graves, nem regras potencialmente geradoras de prejuízos ao Erário, como apontado no Despacho AJU acima.

Contudo, entende-se que é preciso tomar medidas para minimizar a chance de novas ocorrências desse tipo, inclusive para a eficiência dos trâmites processuais. Nesse sentido, a SEDUC já tem por rotina processual, frisar, por *e-mail*, no momento do envio da Nota de Empenho (Doc. SEI nº 0389761), a importância da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, no âmbito federal, estadual e municipal e após a conclusão da prestação do serviço, inclusive no momento de liquidação do pagamento, por tratar-se de condição necessária para firmar contrato com a Administração Pública. No intuito de minimizar a chance de irregularidades fiscais, a partir de agora, esta Seção também reforçará a recomendação de manutenção da regularidade fiscal no corpo do *e-mail* em que se acusa o recebimento da nota fiscal - momento próximo ao pagamento -, bem como, nas tratativas por telefone com a empresa.

(...)

Cumpre, salientar que, conforme as orientações do **Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ,** esta Seção realiza:

- Consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Juntada da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista;
- Juntada das Certidões Negativas de Débito (INSS), Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF), Certificado de Regularidade do FGTS (CEF), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST).

X – VALOR DO INVESTIMENTO

Conforme proposta encaminhada (1373732) o investimento total será de **R$ 9.000,00 (nove mil reais).**

XI – AVALIAÇÃO

1 – Avaliação dos participantes quanto aos critérios:

VARIÁVEIS	INDICADORES	CRITÉRIOS
Conteúdo do evento	Aquisição de novos conhecimentos; Desenvolvimento do conteúdo; Adequação do conteúdo à realidade do Conselho;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.
Organização do evento	Divulgação do treinamento; Horário de realização; Local de realização; Recursos audiovisuais;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.
Instrutor	Preparo e domínio do tema; Clareza; Atenção dos participantes; Estímulo à participação do grupo; Foco na apresentação do tema; Administração do tempo previsto.	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.
Avaliação geral	Aproveitamento do curso; Expectativas;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.

XII – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

1. Assegurar o cumprimento do conteúdo programático do evento e da metodologia discriminada;

2. Supervisionar a qualidade acadêmica da palestra.

XIII – RESPONSABILIDADES DO CNJ

1. Coordenar e acompanhar a atividade acadêmica e operacional do treinamento;

2. Encaminhar o link de transmissão aos inscritos;

3. Realizar controle de frequência dos participantes;

4. Aplicar avaliação de reação ao final do evento;

5. Emitir certificado de participação.

6. Pagar a empresa em até 10 dias úteis após a realização do evento.

XIV – AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Avaliação do instrutor será elaborada e aplicada, no último dia de aula do curso.

O instrutor será avaliado nos seguintes itens: 1) domínio do tema; 2) clareza; 3) atenção dos participantes; 4) estímulo à participação do grupo; 5) foco na apresentação do tema; 6) administração do tempo previsto.

Será utilizada escala de 5 pontos, de 1 – discordo totalmente - a 5 – concordo totalmente. Para cada item, no mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3, para o item avaliado ser considerado proveitoso.

O resultado da Avaliação de Instrutor será utilizado como critério de aceitação dos serviços educacionais fornecidos, devendo ser considerado pela amostra de participantes como “proveitoso” para no mínimo 5 dos 6 itens avaliados.

Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado “não proveitoso”, os serviços educacionais fornecidos serão considerados não-aceitos.

Na hipótese de não-aceitação, o instrutor deve oferecer outro treinamento de igual teor, e só será pago pelo serviço de Instrutoria se este for considerado proveitoso.

XV - RISCOS

RISCO	PROBABILIDADE	GRAU DE IMPACTO	AÇÃO
Não alcance do número mínimo de participantes	BAIXA	MÉDIO	- Realizar estratégia de comunicação, em parceria com a SCS - Divulgar evento com antecedência.
Demora na tramitação do processo	BAIXA	MÉDIO	- Sensibilizar todas as unidades envolvidas antes da tramitação do processo no sistema, com uma reunião, apresentando o projeto e sua importância.
Falta de servidor para coordenar o evento	MÉDIA	ALTO	Adiar a data do evento.
Sobrecarga de demandas na unidade	ALTA	ALTO	Adiar a data do evento.
Problemas com a transmissão online	MÉDIA	MÉDIO	- Realizar teste de transmissão no dia anterior ao início do evento para testar qualidade de áudio, vídeo, iluminação, etc.

Johana Thaise Alencar Pedrosa
Chefe da Seção de Educação Corporativa em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOHANA THAISE ALENCAR PEDROSA**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 22/08/2022, às 11:50, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1376681** e o código CRC **04AFBED8**.

Informação SEDUC 1383166
Processo: 07457/2022
Assunto: Palestra **"Acessibilidade e Inclusão"**

1. Trata-se de projeto para a realização da palestra **"Acessibilidade e Inclusão"**, no dia 10 de novembro de 2022, das 14h30 às 16h30, promovida pela empresa Talento Incluir Cursos e Treinamentos Ltda., CNPJ: 25.231.874/0001-80, como parte do **"Ciclo de Debates sobre Diversidade",** conforme Doc. SEI nº 1373732.

2. Em julho de 2021, o CNJ realizou a 2ª Pesquisa de QVT. Dados da referida pesquisa apontaram anseios dos servidores em relação à promoção de um ambiente organizacional e trouxeram relatos expressivos dos trabalhadores sobre ocorrência de machismo e preconceitos em geral no âmbito do CNJ. Nesse sentido, entende-se a importância de que o CNJ multiplique esse saber a fim de realizar mudança de uma cultura baseada no preconceito e na discriminação.

2.1 A Instrução Normativa nº 41, de 25/1/2018, que instituiu o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (PQVT/CNJ), tem como diretriz o comprometimento institucional com as ações estratégicas que visem ao desenvolvimento e à promoção da QVT, bem como com o bem-estar individual e coletivo, físico, psicológico e social, a prevenção de riscos à saúde e a valorização do servidor (art. 4º, inciso I). No PQVT estão previstas a execução de ações voltadas à adoção de hábitos saudáveis, a promoção da saúde e a prevenção de agravos (art. 11, inciso III).

2.2 A temática está relacionada com a Gestão da Diversidade, que era trabalhada dentro da Seção de Seleção e Gestão do Desempenho (SEGED)/SGP, e passou a estar inserida formalmente nas atribuições do Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho e Atenção Psicossocial (SEQVT)/SGP, conforme Manual de Organização do CNJ (16ª edição - *no prelo*), quando da criação deste Serviço pela Portaria nº 179, de 31 de maio de 2022, posteriormente modificada pela Portaria nº 252, de 27 de julho de 2022.

2.3. Além de estar em consonância com a literatura atual sobre ESG (*Environmental, Social and Governance*), que ganhou visibilidade, nos últimos anos, e passou a ser considerada essencial nas análises de riscos e nas decisões gerenciais nas instituições públicas, a implementação da gestão da diversidade tem ocorrido com pressões legais e normativas a fim de contribuir para mudar culturas discriminatórias nas organizações.

2.4 Cumpre ressaltar que os demais eventos do "Ciclo de Debates sobre Diversidade" (1373129) seguem em processo à parte (07616/2022), tendo em vista a especificidade da contratação (Gratificação por Encargo de Curso).

3. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento podem proporcionar uma atualização dos conhecimentos dos servidores e gestores de

todas as unidades do CNJ, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1172565). Dessa forma, o evento será **contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ) e para o Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL).**

4. A ação de capacitação sugerida está alinhada aos objetivos estratégicos "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas" e "Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua*", previstos no art. 3º, XVI e XVII, respectivamente, da Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

5. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 5 desta Informação.

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item VIII - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n.1376681).

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1376681.

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1373732.

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas Fiscais 1375827 e Item VIII - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1376681).

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1375828.

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Contrato Social 1375824.

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1375815.

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Documento SIAFI 1382981 e Despacho 1382987.

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 3 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1376681).

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Listas de verificação SEQVT 1376106 e SEDUC 1383163.

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 7, "c", da presente Informação.

6. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1382987, entendemos ser possível a contratação do evento.

7. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) **Aprovar** o Projeto Básico 1376681;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) Submeter os autos à Diretoria-Geral para: **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 9.000,00 (nove mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

8. Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Johana Thaise Alencar Pedrosa

Chefe da Seção de Educação Corporativa em substituição

Senhor Diretor-Geral,

1. Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (1376681) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação da palestra **"Acessibilidade e Inclusão"**, prevista para o dia 10 de novembro de 2022, das 14h30 às 16h30, promovida pela empresa Talento Incluir Cursos e Treinamentos Ltda., CNPJ: 25.231.874/0001-80, como parte do **"Ciclo de Debates sobre Diversidade",** conforme Doc. SEI nº 1373732.

2. Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovar** a despesa no valor de **R$ 9.000,00 (nove mil reais) e autorizar** a contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Rogério Alves Lima

Secretário de Gestão de Pessoas em substituição

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ALVES LIMA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 24/08/2022, às 17:52, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOHANA THAISE ALENCAR PEDROSA**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 24/08/2022, às 19:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1383166** e o código CRC **55D52D1E**.

DESPACHO

1. Considerando o Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (0801055), bem mais o teor da Informação SEDUC 1383166 e de sua aprovação pelo Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição, constante do final da referida Informação, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), e **autorizo** a contratação da empresa Talento Incluir Cursos e Treinamentos Ltda., CNPJ: 25.231.874/0001-80 , com vistas à realização da palestra **"Acessibilidade e Inclusão"**, no dia 10 de novembro de 2022, das 14h30 às 16h30 (Doc. SEI nº 1373732).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências da alçada dessas Unidades.

3. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 25/08/2022, às 16:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1386383** e o código CRC **5795611C**.

Data e hora da consulta: 02/09/2022 14:43
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	341	2022PE000285

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
02/09/2022	Ordinário	07457/2022	-	9.000,00

Favorecido

Código	Nome
25.231.874/0001-80	TALENTO INCLUIR CURSOS E TREINAMENTOS LTDA

Endereço	CEP
DR ALBUQUERQUE LINS 992 APT 161 SANTA CECILIA	01230-904

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
07457/2022 - EVENTO INTERNO DE CAPACITAÇÃO - CURSO: CICLO DE DEBATES SOBRE DIVERSIDADE. CONFORME DESPACHO 1386383-DG.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/09/2022 14:36:32	Alteração

Data e hora da consulta: 02/09/2022 14:43
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	9.000,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EVENTO INTERNO DE CAPACITAÇÃO - CURSO: CICLO DE DEBATES SOBRE DIVERSIDADE. CONFORME INFORMAÇÃO 1383166-SEDUC	9.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
02/09/2022	Inclusão	1,00000	9.000,0000	9.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
02/09/2022 14:36:32

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
02/09/2022 13:58:23

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/09/2022 14:36:32	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento externo: Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Solicitação de participação em evento externo **3**
Informação SEDUC **7**
Parecer AJU **13**
Declaração de inexigibilidade de licitação **18**
Ratificação da declaração de inexigibilidade de licitação **20**
Nota de empenho **21**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO E DE ELABORAÇÃO DE NORMAS DE AUDITORIA
SAF SUL Quadra 2 - Lotes 5/6, Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1347688 - NUAN

Brasília, 27 de junho de 2022.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público	
Período: 12 meses de acesso	**Carga Horária: 65 horas**
Local de Realização: EAD	**Turno: -**
Entidade Promotora: 3R Capacita	**CNPJ: 32.380.894/0001-89**
Telefone: (61) 8207-2017	**E-mail: comercial@3rcapacita.com.br**
Endereço: Q SHN Quadra 01 Conj A Bloco D Entrada A Sala 411 Ed. Fusion Work e Life	
Cidade: Brasília	**UF: DF**
Valor Unitário: R$ 475,00	**Valor Total: R$ 1.900,00**

PARTICIPANTES					
Mat	**Nome**	**Cargo/Função**	**Ramal**	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)
1518	Priscila Schubert da Cunha Canto	Chefe da Seção de Auditoria da Gestão e da Governança - SEAGG	4850	De 18/07/2022 a 22/07/2022; de 12/09/2022 a 24/09/2022; de 03/11/2022 a 02/12/2022.	Não
2146	Edison Livio Bruno de Araújo Lopes	Técnico Judiciário - Área Administrativa. Assistente II.	4857	De 02/08/2022 a 12/08/2022; 26/09/2022 a 07/10/2022; 03/11/2022 a 09/11/2022.	Não
2060	Alexandre Pinto Vieira de Paula	Analista Judiciário - Área Administrativa	4848	De 26/09/2022 a 14/10/2022; de 09/12/2022 a 19/12/2022.	Não

1853	Danilo Mendes Guimarães	Técnico Judiciário - Área Administrativa. Assistente II.	4716	De 21/03/2022 a 30/03/2022; de 04/07/2022 a 15/07/2022; de 22/08/2022 a 29/08/2022.	Não

( ) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

Com a publicação da IN 84/2020, a prestação de contas anual passou a ocorrer na forma de auditoria financeira e de conformidade. A capacitação solicitada aborda parte dos conhecimentos necessários aos servidores para a condução da auditoria financeira.

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

Exemplos:

- Qual seria a formação ideal do professor?
- Qual seria a experiência ideal do professor?
- Qual seria a carga horária ideal da capacitação?
- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?
- Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?
- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)

3. Considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ e o Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo, enumere as atribuições do seu cargo e/ou da seção que serão impactadas com a realização da capacitação:

Analisar e instruir processos administrativos, bem como auxiliar a elaboração de pareceres, laudos e relatórios pertinentes à área de atuação; organizar o processo de contas anuais a serem encaminhados ao TCU; realizar exames de auditoria mediante avaliação dos processos de gestão administrativa, controles internos, gestão de riscos, governança e da gestão de pessoas.

JUSTIFICATIVA

Justifique, esclarecendo como o conteúdo do evento escolhido atende/supre suas lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) e/ou as atividades desenvolvidas em sua unidade de lotação:

A IN 84/2020 estabeleceu normas para a prestação de contas, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União. Em seu art. 13, a citada IN define: "*A auditoria nas contas tem por finalidade assegurar que as prestações de contas tratadas no título II desta instrução normativa, expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis*".

Dessa forma, adotou-se o tipo de auditoria financeira e de conformidade para a prestação de contas anual. Por ser um tipo de auditoria nunca executado pela Coordenadoria de Auditoria Interna, a partir de 2020 os servidores dessa unidade iniciaram as ações de capacitação para conhecimento inicial sobre o tema. Porém, em razão da ampla complexidade e extenso conteúdo, os servidores necessitam aprofundar seus conhecimentos em questões de contabilidade, demonstrações contábeis, análise de balancete, SIAFI operacional, entre outros.

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático;**
- **Relatório "Lacunas de competência":** Acessar https://www.cnj.jus.br/gestcom/, fazer login informando seu CPF e senha de rede do CNJ. Caso seja seu primeiro acesso, informar seu CPF nos dois campos (login e senha). Depois, clicar no botão "visualizar", no canto inferior direito, e novamente "visualizar" e, então, salvar em PDF. O objetivo é demonstrar que **o evento escolhido atende as lacunas de competência.**

Caso suas lacunas não estejam disponíveis (não participou do período avaliativo) ou não reflitam mais suas atividades (mudança de lotação), justifique como o conteúdo do evento está atrelado às suas atuais atribuições.

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **FELIPE RESENDE SABINO**, **ASSESSOR-CHEFE - SECRETARIA DE AUDITORIA**, em 08/07/2022, às 15:45, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1347688** e o código CRC **9DB46E20**.

Informação SEDUC 1360738
Processo: 06094/2022
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Coordenadoria de Auditoria Interna (COAD) para a participação dos servidores Priscila Schubert da Cunha Canto**,** matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146, e Danilo Mendes Guimarães, matrícula 1853, no curso "**Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público**", promovido pela 3R Capacita Comércio de Materiais e Serviços Educacionais Ltda., CNPJ: 32.380.894/0001-89 (Doc. SEI n. 1347688).

2. O treinamento será **ofertado na modalidade on-line gravado** (assíncrono), com **12 (doze) meses de acesso**, com uma carga horária total de 20 horas (Doc. SEI nº 1349346 e 1360611).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1360735) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1347688), os servidores não participaram, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foram também indicados os períodos de férias das participantes e, embora haja coincidência de datas, não há prejuízo para a participação, tendo em vista que o curso será realizado a distância, de forma assíncrona, permitindo ao participante acompanhar as aulas no momento que for mais adequado durante os 12 meses de acesso (Doc. SEI nº 1347688).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a

situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Doc. SEI nº 1347688, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas
Com a publicação da IN 84/2020, a prestação de contas anual passou a ocorrer na forma de auditoria financeira e de conformidade. A capacitação solicitada aborda parte dos conhecimentos necessários aos servidores para a condução da auditoria financeira.	**-**	A IN 84/2020 estabeleceu normas para a prestação de contas, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União. Em seu art. 13, a citada IN define: "*A auditoria nas contas tem por finalidade assegurar que as prestações de contas tratadas no título II desta instrução normativa, expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis*". Dessa forma, adotou-se o tipo de auditoria financeira e de conformidade para a prestação de contas anual. Por ser um tipo de auditoria nunca executado pela Coordenadoria de Auditoria Interna, a partir de 2020 os servidores dessa unidade iniciaram as ações de capacitação para conhecimento inicial sobre o tema. Porém, em razão da ampla complexidade e extenso conteúdo, os servidores necessitam aprofundar seus conhecimentos em questões de contabilidade, demonstrações contábeis, análise de balancete, SIAFI operacional, entre outros.

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1352056), são competências da **COAD**: I – coordenar a execução das atividades de auditoria

em cumprimento ao planejamento anual aprovado; II – coordenar a execução das atividades de auditoria especiais determinadas pelo Presidente ou pelo Plenário; III – organizar o processo de contas anuais a serem encaminhados ao Tribunal de Contas da União - TCU; IV – coordenar a elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA e promover o respectivo acompanhamento; V – elaborar o Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP e promover seu respectivo acompanhamento; VI – desenvolver outras atividades típicas da Coordenadoria.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), o conteúdo do treinamento **abarca as lacunas de competência** da COAD: **Relatório de Auditoria** - Elaborar relatório de auditoria de acordo com padrões difundidos pelas normas internacionais de auditoria, manuais e legislação pertinente; **Análise de dados para emissão de resultados** - Cotejar dados/informações de acordo com critérios previamente estabelecidos e elaborar conclusão das análises; **Análise de Atos de Gestão** - Avaliar e emitir manifestação sobre os atos de gestão denunciados como irregulares ou ilegais de acordo com os normativos, normas e manuais vigentes; **Elaboração de programa de auditoria** - Elaborar o programa de cada auditoria a ser realizada, considerando as especificidades da área ou unidade aditada, de acordo como escopo definido no planejamento; entre outras (Doc. SEI n. 1355212).

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1360723, o evento terá como instrutor:

Giovanni Pacelli: Doutor (2016) e mestre (2011) em Ciências Contábeis pela UnB (programa Unb - Ufpb - Ufrn). Foi editor chefe da Revista da Controladoria-Geral da União da 10ª a 14ª edição (2015, 2016 e 2017). Possui graduação em Ciência Militares - Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras (2000), graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará (2006), especialização em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2008). Auditor Federal de Finanças e Controle desde 2009, chefiou a Coordenação-Geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade da Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União em 2013 e 2014 conduzindo ações como: qualificação técnica dos auditores, elaboração e revisão de procedimentos de auditoria, inspeções técnicas. Entre 2014 e 2015 chefiou a Coordenação-Geral de Integração e Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva da CGU na qual conduziu projetos estratégicos como: acordos não onerosos, gestão eletrônica de documentos, capacitações de alto nível, teletrabalho, gestão de riscos e planejamento estratégico. Entre dezembro de 2015 e março de 2018 atuou como Coordenador-Geral de Planejamento e Avaliação Institucional (planejamento estratégico) e como Ordenador de Despesas do PROPREVINE (recursos externos BID). Participou das 2 “intervenções” ocorridas no Estado do Rio de Janeiro: (i) entre setembro de 2017 e maio de 2018 atuou como membro Coordenador do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do RJ participando da homologação do Plano de Recuperação Fiscal em 06/09/2017; (ii) entre julho de 2018 e dezembro de 2018 atuou como Assessor

Especial da Secretaria de Administração do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança sendo um dos responsáveis pelo Plano de Legado. Desde dezembro de 2018 é o Superintendente Regional da CGU Ceará. Possui experiência na área de Administração e Contabilidade com ênfase em Administração Pública, Planejamento Estratégico (BSC), Desenvolvimento Institucional, Orçamento Público, Contabilidade Pública, Recuperação Fiscal de Entes, Finanças Públicas e Economia Regional. Já ministrou palestras para servidores públicos sobre Convênios, Qualidade do Gasto Público, Controles Internos Administrativos, Auditoria Governamental, Governança no Setor Público, Indicadores de Desempenho, Orçamento Público e Contabilidade Pública.

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento é de **R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais)**, conforme Doc. SEI nº 1349346.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **abaixo** do valor médio da hora-aula em eventos semelhantes, cobrado pela empresa, em relação a outros órgãos públicos, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado						
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Modalidade**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**
CNJ	**R$ 1.900,00**	**4**	**R$ 475,00**	**Curso on-line assíncrono**	**20 h**	**R$ 23,75**
Evento semelhante ofertado a outros órgãos públicos - comparação de preços (Doc. SEI nº 1360727)						
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Modalidade**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	R$ 950,00	1	R$ 950,00	Curso on-line síncrono	20 h	R$ 47,50
Governo do Estado de Mato Grosso	R$ 3.610,00	4	R$ 902,50	Curso on-line síncrono	20 h	R$ 45,12
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	R$ 3.400,00	4	R$ 850,00	Curso on-line síncrono	20 h	R$ 42,50
	Média de Preços					**R$ 45,04**

11.1 Cumpre pontuar que, embora o treinamento fique disponível por 12 meses, o pagamento deverá ser realizado após a liberação do acesso aos servidores, mediante emissão da nota fiscal pela empresa e **atesto** da unidade demandante, conforme acordado com a chefe do Núcleo de Assessoramento e de Elaboração de Normas de Auditoria (NUAN), Júlia A. Coutinho Benedetti.

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Contrato Social (Doc. SEI 1360731), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1360730.

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998.

A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de uma vaga integrante do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ressalto que, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018, a Lista de Verificação SEDUC será juntada aos autos após informação de disponibilidade orçamentária.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor d e **R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais),** referente à participação dos servidores da COAD no referido evento.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Johana Thaise Alencar Pedrosa

Chefe da Seção de Educação Corporativa em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOHANA THAISE ALENCAR PEDROSA**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 19/07/2022, às 13:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1360738** e o código CRC **743AC840**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 06094/2022

Ementa:Solicitação de participação de servidoresem evento externo de capacitação. Análise e manifestação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise preliminar à possível contratação diretada instituição **3R Capacita Comércio de Materiais e Serviços Educacionais Ltda.**, CNPJ: 32.380.894/0001-89, que promoverá o curso "**Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público**", promovido **na modalidade on-line gravado** (assíncrono), com **12 (doze) meses de acesso**, com uma carga horária total de 20 horas, para a participação dos servidores Priscila Schubert da Cunha Canto**,** matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146, e Danilo Mendes Guimarães, matrícula 1853.

2.Em atendimento à determinação da Diretoria Geral (arquivo SEI 0440990), foram juntadas aos autos as listas de verificação constantes dos arquivos SEI 1359409 e 1361738.

3. Constam dos autos:

a) Programa Conteúdo Programático (1349346);

b) Termo de Compromisso Evento Externo 1349283;

c) Solicitação de participação em evento externo 1347688;

d) Relatório Lacunas de Competências (1355212);

e) *Curriculum Vitae* (1360723);

f) Contrato Social (1360731);

j) Certidões Negativas (1360730);

g) Notas Fiscais (1360727);

h) *E-mail* reserva de vagas (1360734);

i) Pesquisa de mercado - Google (1360735);

j) Listas de Verificação (1359409 e 1361738); e

k) Despacho da Sepor com indicação da existência de recursos orçamentários (1361715 e 1361716)

4. Em que pese a não terem sido juntados aos autos os espelhos dos bancos de talentos e os relatórios de férias dos servidores que irão participar da ação de capacitação, consta declaração no documento de solicitação de participação em evento externo (arquivo SEI 1347688), posteriormente atestada pela Seção de Educação Corporativa (SEDUC) (arquivo SEI 1360738), que demonstra adequação aos mandamentos contidos no inciso I do art. 9º e no inciso II do art. 19, ambos da

IN CNJ nº 35, de 22 de junho de 2015.

É o relatório.

ANÁLISE

5. Preliminarmente, pontua-se que o presente processo de contratação está pautado no art. 25, *caput* da Lei n. 8.666/1993, hipótese para a qual não se aplica o Parecer Referencial nº 01/2019 (arquivo SEI 0801055).

6. Embora o procedimento licitatório disciplinado na Lei nº 8.666/1993 deva ser seguido, como regra geral, para a realização de contratações públicas, o art. 2º da Leipreviu, parahipóteses excepcionais, a possibilidade de celebração de contratações diretas. A hipótese contemplada no *caput* do art. 25 do referido diploma legal indica a possibilidade de contratação diretaquando "houver inviabilidade de competição", a ser aferida por meio da análise meticulosa da necessidade pública que demanda a contratação e depeculiaridades da solução pretendida para o atendimento daquela necessidade. Quanto ao ponto, consta do formulário 1347688 justificativa para a contratação solicitada, bem como foram indicadas as lacunas de competência das unidades envolvidas (arquivo SEI 1355212).

7. A SEDUC, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n. 35/2015, informou que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano (arquivo SEI 1360738). Além disso, foi realizada pesquisa de mercado(arquivo SEI 1360735)e a Unidade não identificou, para o horizonte de trêsmeses da data da busca,oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico. Desse modo, o não aproveitamento da oportunidade de atualização ora pleiteada pode resultar em prejuízo aos servidores e, consequentemente, à Administração.

8. Para a contratação direta na espécie, constam as seguintes considerações: *a)* orientação da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI/CNJ) no sentido de que "é possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros (...) mediante adoção de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores", se forem verificados determinados "fatores inerentes à ocorrência do evento tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar"; *b)* pesquisa de preços do mesmo evento, praticados pela pretensa contratada em contratos administrativos firmados recentemente com outras pessoas jurídicas, sendo proporcionais à carga horária(arquivo SEI 1360727); e *c)* indicação da economicidade afeta à contratação, considerando-se a contratação de fornecedor para promover o curso para os servidores do CNJ com o menor valor de hora/aula entre os pesquisados (arquivo SEI 1298437).

9. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores requerentes, conforme estipulam os incisos I a III do art. 6º, IN CNJ nº 35/2015 (arquivo SEI 1360738).

10. Ademais, assevera a SEDUC que (arquivo SEI 1360738):

> 8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos

conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), o conteúdo do treinamento **abarca as lacunas de competência** da COAD: **Relatório de Auditoria** - Elaborar relatório de auditoria de acordo com padrões difundidos pelas normas internacionais de auditoria, manuais e legislação pertinente; **Análise de dados para emissão de resultados** - Cotejar dados/informações de acordo com critérios previamente estabelecidos e elaborar conclusão das análises; **Análise de Atos de Gestão** - Avaliar e emitir manifestação sobre os atos de gestão denunciados como irregulares ou ilegais de acordo com os normativos, normas e manuais vigentes; **Elaboração de programa de auditoria** - Elaborar o programa de cada auditoria a ser realizada, considerando as especificidades da área ou unidade aditada, de acordo como escopo definido no planejamento; entre outras (Doc. SEI n. 1355212).

9. De acordo com o Doc. SEI nº1360723, o evento terá como instrutor:

Giovanni Pacelli: Doutor (2016) e mestre (2011) em Ciências Contábeis pela UnB (programa Unb - Ufpb - Ufrn). Foi editor chefe da Revista da Controladoria-Geral da União da 10ª a 14ª edição (2015, 2016 e 2017). Possui graduação em Ciência Militares - Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras (2000), graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará (2006), especialização em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2008). Auditor Federal de Finanças e Controle desde 2009, chefiou a Coordenação-Geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade da Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União em 2013 e 2014 conduzindo ações como: qualificação técnica dos auditores, elaboração e revisão de procedimentos de auditoria, inspeções técnicas. Entre 2014 e 2015 chefiou a Coordenação-Geral de Integração e Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva da CGU na qual conduziu projetos estratégicos como: acordos não onerosos, gestão eletrônica de documentos, capacitações de alto nível, teletrabalho, gestão de riscos e planejamento estratégico. Entre dezembro de 2015 e março de 2018 atuou como Coordenador-Geral de Planejamento e Avaliação Institucional (planejamento estratégico) e como Ordenador de Despesas do PROPREVINE (recursos externos BID). Participou das 2 “intervenções” ocorridas no Estado do Rio de Janeiro: (i) entre setembro de 2017 e maio de 2018 atuou como membro Coordenador do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do RJ participando da homologação do Plano de Recuperação Fiscal em 06/09/2017; (ii) entre julho de 2018 e dezembro

de 2018 atuou como Assessor Especial da Secretaria de Administração do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança sendo um dos responsáveis pelo Plano de Legado. Desde dezembro de 2018 é o Superintendente Regional da CGU Ceará. Possui experiência na área de Administração e Contabilidade com ênfase em Administração Pública, Planejamento Estratégico (BSC), Desenvolvimento Institucional, Orçamento Público, Contabilidade Pública, Recuperação Fiscal de Entes, Finanças Públicas e Economia Regional. Já ministrou palestras para servidores públicos sobre Convênios, Qualidade do Gasto Público, Controles Internos Administrativos, Auditoria Governamental, Governança no Setor Público, Indicadores de Desempenho, Orçamento Público e Contabilidade Pública.

11. Conforme verificado na documentação acostada aos autos (arquivos SEI 1349346 e 1360727), o valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou abaixo da média cobrada pela empresa em relação a outras instituições, tendo em vista sua carga horária de 20 (vinte) horas. O valor total do investimento será deR$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), referente às vagas pleiteadas (arquivos SEI 1349346 e 1360738).

12. De acordo com o Despacho SEPOR nº 1361716 e arquivo SEI 1361715, há disponibilidade orçamentária para atender a demanda, tendo sido juntada aos autos o pré-empenho nº 267/2022 (1361715), em que consta nota de dotação para cobrir a despesa incorrida.

13. A regularidade fiscal e trabalhista da instituição está comprovada pelas certidões anexadas aos autos (arquivo SEI 1360730). Não obstante o pontuado anteriormente, recomenda-se nova verificação da higidez da prestadora previamente à contratação, a fim de se confirmar que a situação atestada não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que verificam a regularidade, apesar de vigentes no momento da presente análise, expirarão com o decurso do tempo.

14. Por fim, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, excluídas as questões afetas ao exame de oportunidade e conveniência e supridas das informações mencionadas no item 13, opina-se pela possibilidade jurídica da contratação direta da instituição **3R Capacita Comércio de Materiais e Serviços Educacionais Ltda.**, CNPJ: 32.380.894/0001-89, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, para a participação dos servidores Priscila Schubert da Cunha Canto**,** matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146, e Danilo Mendes Guimarães, matrícula 1853, no curso "**Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público**", promovido **na modalidade on-line gravado** (assíncrono), com **12 (doze) meses de acesso**, com uma carga horária total de 20 horas.

É o parecer.

Brasília, 27 de julho de 2022.

Camila Neves Bezerra

Assessora Jurídica

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 27 de julho de 2022.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 27/07/2022, às 15:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA NEVES BEZERRA**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 28/07/2022, às 11:20, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1365307** e o código CRC **5188B08C**.

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Coordenadoria de Auditoria Interna (COAD) para a participação dos servidores Priscila Schubert da Cunha Canto**,** matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146, e Danilo Mendes Guimarães, matrícula 1853, no curso "**Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público**", promovido pela 3R Capacita Comércio de Materiais e Serviços Educacionais Ltda., CNPJ: 32.380.894/0001-89 (Doc. SEI n. 1347688).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "com a publicação da IN 84/2020, a prestação de contas anual passou a ocorrer na forma de auditoria financeira e de conformidade. A capacitação solicitada aborda parte dos conhecimentos necessários aos servidores para a condução da auditoria financeira" (Doc. SEI n. 1347688).

3. Conforme Despacho SEPOR 1361716 e documento SEI nº 1361715, informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1365307) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação dos servidores é de **R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais)**, conforme Doc. SEI nº 1349346.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação da servidora no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1360738, com o Parecer AJU 1365307 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da empresa 3R Capacita Comércio de Materiais e Serviços Educacionais Ltda., CNPJ: 32.380.894/0001-89, para ofertar o curso "**Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público", com fundamento no "*caput*" do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 05/08/2022, às 14:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 05/08/2022, às 15:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1366591** e o código CRC **63B0CB70**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1365307, bem como do Despacho SEDUC 1366591, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 1.900,00 (um mil e noventos reais), e **autorizo** a contratação da empresa 3R Capacita Comércio de Materiais e Serviços Educacionais Ltda., CNPJ nº 32.380.894/0001-89, com vista à participação dos servidores e servidoras, Priscila Schubert da Cunha Canto, matrícula 1518, Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, e Edison Livio Bruno de Araújo Lopes, matrícula 2146 e Danilo Mendes Guimarães, matrícula 1853, no curso "Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público", promovido na modalidade on-line gravado (assíncrono), com 12 (doze) meses de acesso, com uma carga horária total de 20 horas (Doc. SEI nº 1347688 e 1360611).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências da alçada dessas Unidades.

3. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 05/08/2022, às 19:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1372219** e o código CRC **32934259**.

Data e hora da consulta: 10/08/2022 18:54
Usuário: ***.412.211-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	319	2022PE000267

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
09/08/2022	Ordinário	06094/2022	-	1.900,00

Favorecido

Código	Nome
32.380.894/0001-89	3R CAPACITA COMERCIO DE MATERIAIS DIDATICOS E

Endereço	CEP
ED.FUSION WORK E LIFE, CJTOA, BL OCO D ENTRADA A,SALA206,ASA NORT	70701-040

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
06094/2022. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SETOR PÚBLICO.
INFORMAÇÃO SEDUC 1360738 E DG 1372219.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/08/2022 16:18:05	Alteração

Data e hora da consulta: 10/08/2022 18:54
Usuário: ***.412.211-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	1.900,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	06094/2022. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SETOR PÚBLICO. INFORMAÇÃO SEDUC 1360738 E DG 1372219.	1.900,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/08/2022	Inclusão	1,00000	1.900,0000	1.900,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
09/08/2022 16:18:05

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
09/08/2022 16:01:56

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/08/2022 16:18:05	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento interno: Palestra “Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Solicitação de participação em evento interno **3**
Termo de referência **6**
Declaração de inexigibilidade de licitação **17**
Ratificação da declaração de inexigibilidade de licitação **21**
Nota de empenho **22**

SOLICITAÇÃO DE CAPACITAÇÃO - EVENTO INTERNO

Unidade Requisitante:	Departamento de Gestão Estratégica
Responsável pela demanda:	Fabiana Andrade Gomes e Silva
E-mail:	fabiana.gomes@cnj.jus.br
Ramal:	5302

1. Indicar a necessidade da capacitação, bem como vincular o treinamento às lacunas de competências.

Objeto (nome do curso):

Palestra sobre os desafios da execução da estratégia

Necessidade e vinculação da capacitação às lacunas de competências. No caso de competências emergentes (competências em ascensão estratégicas para o órgão), deve-se indicar a necessidade, justificar a capacitação e demonstrar o alinhamento a projetos institucionais:

O DGE, por intermédio da Seção de Planejamento Institucional possui as seguintes competências, dentre outras:

III – buscar o alinhamento de todas as unidades de apoio à estratégia;

V – desenvolver e comunicar a estratégia institucional às unidades orgânicas do Conselho Nacional de Justiça;

VI – prestar consultoria no processo de alinhamento, implementação e execução do planejamento estratégico em nível institucional;

X – coordenar, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, programas de treinamentos, palestras, workshops e quaisquer ações de sensibilização e disseminação do conhecimento em planejamento estratégico;

Dessa forma, a capacitação ora solicitada se justifica diante da necessidade de proporcionar aos gestores e servidores do CNJ conhecimentos mais aprofundados sobre os aspectos que envolvem a execução da estratégia. É nessa etapa que o planejamento ganha concretude e o seu sucesso está diretamente vinculado ao engajamento das pessoas em todos os níveis da organização.

Salienta-se que o tema pode ser de grande relevância, também, para outros órgãos do Poder Judiciário e por isso, sugere-se abrir para participação externa.

Indicação dos tópicos que devem constar no conteúdo programático:

Abordar os desafios da execução da estratégia com enfoque em três eixos principais:

-Estratégia;

-Liderança;

-Gestão de mudanças

2. Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a capacitação:

Para desenvolver as atividades e atribuições da unidade é de suma importância o conhecimento e capacidade (habilidade) de:

A estratégica do CNJ é instrumento construído com a participação de todos da organização e sua execução segue o mesmo princípio, sendo o seu sucesso dependente das ações de atores em toda a organização. Por isso é importante pensar em propostas educacionais que alcancem todas as unidades, buscando o desenvolvimento de competências de gestão estratégica de servidores e gestores gerando maior engajamento e preparo para dar suporte à boa execução do planejamento.

É esperado que o servidor, após concluído o curso, seja capaz de:

Conhecer alguns desafios para a execução da estratégia e a forma como podem ser trabalhados para que se alcance um bom desempenho, além de ampliar conhecimentos sobre gestão estratégica.

3. Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a ação de capacitação:

Dia 07/12/2021 das 14h às 15h.

4. Indicar a modalidade da capacitação:

( ) presencial

(x) a distância

Neste caso, aponte a ferramenta sugerida: WEBEX _____

( ) híbrida

5. Indicar nome do servidor que atuará na qualidade de representante da Unidade

Demandante para explicitar as necessidades a serem atendidas com a capacitação, caso houver:

Neuma Christina Lopes Nunes

6. Manifestação do titular da unidade solicitante:

A demanda visa cumprir atribuições do DGE, promover o bom desempenho da execução da estratégia e colaborar com o desenvolvimento de competências de servidores e gestores. **Fabiana Andrade Gomes e Silva** Diretora do Departamento de Gestão Estratégica



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA ANDRADE GOMES E SILVA**, **DIRETOR DE DEPARTAMENTO - DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA**, em 24/09/2021, às 15:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1168011** e o código CRC **AE79B952**.

	**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

PROJETO DE EVENTO INTERNO DE CAPACITAÇÃO

PALESTRA "TRÊS DESAFIOS PARA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA - SOBRE MUDANÇAS, CULTURA E DECISÕES"

I – IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. Fundamentação legal: Instrução Normativa nº 25/2009, que regulamenta o programa de Educação Corporativa**, Instrução Normativa nº 35/2015,** que dispõe sobre a participação de servidores do CNJ em ações de Educação Corporativa, **e Resolução nº 192/2014,** que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;

2. Área interessada: Todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça

3. Coordenadores: Fábio Lopes Fernandes e Mariana Ansani

4. Público-alvo: Gestores, servidores, colaboradores e estagiários do Conselho Nacional de Justiça

5. Vagas: Ilimitadas

II – JUSTIFICATIVA

O Departamento de Gestão Estratégica (DGE) promoverá, no dia 07 de dezembro de 2021, o Encontro de Gestão Estratégica dos órgãos do Poder Judiciário, cujo objetivo é proporcionar a troca de experiências entre tribunais e conselhos acerca dos desafios enfrentados na execução e no monitoramento da estratégia, além de servir como mais um canal de conhecimento do planejamento estratégico do CNJ ao público interno do órgão.

A Seção de Planejamento Institucional (SEPIN), por meio da Solicitação de Capacitação de Evento Interno (1168011), solicitou a palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões",** que abordará aspectos relevantes e desafios relacionados à etapa de execução e monitoramento do planejamento estratégico do CNJ. Embora o tema em questão conste no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) como uma competência técnica, esse assunto é de interesse de todas as unidades deste Conselho, já que trabalham para o atingimento da estratégia organizacional.

Assim, tendo em vista a promoção da boa execução da estratégia do CNJ e a necessidade de sensibilização e disseminação do conhecimento em

planejamento estratégico aos servidores do CNJ, a SEDUC e o DGE propõem que a palestra seja realizada junto com o Encontro de Gestão Estratégica dos órgãos do Poder Judiciário.

A unidade demandante sugere, por meio do Despacho SEPIN 1168508, que o evento seja ministrado pelo instrutor Gino Terentim Junior, em razão de sua vasta experiência e conhecimentos no tema proposto. Conforme Doc. SEI nº 1168502, o palestrante é doutorando pela Université de Bordeaux e tem MBA em gerenciamento de Projetos e Economia pela ESALQ/FEA – USP. Foi coordenador geral de Gerenciamento de Projetos no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Consultor de Organização e Estratégia, responsável pelo Modelo de Gestão de Mudanças Organizacional e Head do PMO Corporativo da Caixa Econômica Federal. Também exerce o papel de Presidente do Capítulo do Distrito Federal do PMI (Project Management Institute) e embaixador da Singularity University Brasília Chapter e atua como Agile Practitioner, PMI-ACP –Agile Certified Parctitioner, capacitando e auxiliando organizações na implantação e utilização de frameworks ágeis. Além disso, o instrutor já realizou diversos treinamentos no CNJ em 2020, tendo sido bem avaliado (Docs. SEI nº 0886087, 0915950, 0989276, 0905730).

Aponta-se que todas as unidades podem ser impactadas com a realização da capacitação, considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ (1172577). A SEPIN salienta que o tema também pode ser de grande relevância para outros órgãos do Poder Judiciário e, por isso, sugere a disponibilização de vagas para participação externa.Vale lembrar que o evento será **contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ).**

A oferta desta palestra pode contribuir para o desenvolvimento de competências previstas no Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo (1172568).

Por fim, a capacitação requerida coaduna-se com o Planejamento Estratégico do CNJ 2021/2026, estabelecido na Portaria CNJ nº 104/2020, em relação aos objetivos estratégicos "*Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica*" e "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas".*

III – OBJETIVO GERAL

Promover a compreensão e o aprimoramento da cultura organizacional, construindo um ambiente fértil para que a estratégia possa germinar.

IV – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final da palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões",** espera-se que os participantes sejam capazes de:

- Identificar os desafios para a execução da estratégia;

- Descrever o processo de gestão de mudanças e liderança;

- Compreender como esses elementos exercem um importante papel na inovação no serviço público.

V – IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

1. **Data:** 7 de dezembro de 2021
2. **Horário:** das 15h às 16h
3. **Carga Horária:** 1 hora
4. **Local de realização:** plataforma Zoom
5. **Número de vagas:** ilimitadas
6. **Inscrições:** formulário do Office 365
7. **Cronograma de atividades para implementação do projeto:**

DESCRIÇÃO/ETAPA	ATIVIDADE
1ª Etapa: Escolha da empresa	- Encaminhar e-mail à empresa selecionada
2ª Etapa - Divulgação e inscrição dos participantes	- Enviar e-mail de divulgação do evento
	- Fechamento da turma
3ª Etapa: Treinamento - Atividades	- Realização do evento
4ª Etapa: Avaliação	- Avaliação do evento e do instrutor
5° Etapa: Certificação	- Envio de certificados
6º Etapa: Pagamento	- Realizar pagamento da empresa

VI – METODOLOGIA

Palestra *on-line* expositiva com espaço para perguntas e participação dos servidores ao final do evento.

VII – INSTRUTOR SUGERIDO

A palestra será ministrada pelo professor **Gino Terentim**, empreendedor, mentor de startups. Gino é doutorando pela Université de Bordeaux, com MBA em Gerenciamento de Projetos e Economia pela ESALQ/FEA - USP. Foi Coordenador Geral de Gerenciamento de Projetos no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na estruturação da Diretoria de Projetos. Trabalhou como Consultor de Organização e Estratégia e esteve durante dois anos à frente do PMO Corporativo da Caixa Econômica Federal, na Superintendência de Inteligência Corporativa e Estratégia.

Possui conhecimento e experiência em Planejamento Estratégico, Inovação, Agile e Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólios. Também exerce o papel de Vice-Presidente do Capítulo Distrito Federal do PMI (Project Management Institute), embaixador do Lean Startup em Brasília e líder da SingularityU - Brasília Chapter, realizando trabalhos voluntários para o desenvolvimento do Distrito Federal e do país. Qualificações: *Agile; Change Management; Leadership; Project, Program and Portfolio Management; Universities and Others.*

Além disso, realizou diversos treinamentos no CNJ em 2020, tendo sido bem avaliado (Docs. SEI nº 0886087, 0915950, 0989276, 0905730).

VIII – CONTRATAÇÃO

Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do

investimento é de **R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais),** conforme Doc. SEI nº 1171253. O custo por participante não pode ser aferido, devido ao número ilimitado de vagas.

O valor negociado para o CNJ está **abaixo** do valor médio cobrado pela empresa em palestras similares, em relação a outras empresas e instituições, conforme abaixo:

ÓRGÃO	CURSO	Nº DE VAGAS	FORMATO	CARGA HORÁRIA	VALOR TOTAL
CNJ	**"Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões"**	**ilimitadas**	**Palestra on-line**	**1h**	**R$ 7.600,00**

EMPRESA	CARGA HORÁRIA	FORMATO	VALOR TOTAL
Federação das Indústrias do Estado do Ceará	1 h	Palestra on-line	R$ 8.500,00 (Doc. SEI 1168505)
Banco do Brasil	1 h	Palestra on-line	R$ 11.000,00 (Doc. SEI 1168506)
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais	1 h	Palestra on-line	R$ 7.600,00 (Doc. SEI 1168507)
Valor médio			**R$ 9.033,33**

O inciso XXI, artigo 37 da nossa Carta Magna regra sobre a obrigatoriedade da Administração Pública em realizar suas contratações através de processo licitatório:

> XXI – **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifo e negrito nosso)

Percebe-se que a Constituição concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária.

Diante disso a Lei 8666/93 estabeleceu a figura da dispensa de licitação (art. 24) e da contratação por inexigibilidade (art. 25).

Em suma, a diferença básica entre as duas hipóteses é que na inexigibilidade não há possibilidade de competição e na dispensa a competição é viável, poderia haver licitação, porém diante das circunstâncias peculiares a Lei facultou alguns cenários em que a licitação poderá ser dispensada, ficando na competência discricionária da Administração.

Quanto à **singularidade** do evento, cabe destacar que a capacitação em questão não é um treinamento convencional nem rotineiro encontrado livremente no mercado. De acordo com a proposta comercial

(Doc. SEI nº 1171253):

> "A gestão de mudanças se configura, nesse contexto, como um fator determinante para o sucesso de uma estratégia. Como navegar na complexidade, compreender e aprimorar a cultura organizacional e construir um ambiente fértil para que a estratégia possa germinar?".

No que tange ao nosso tema, o artigo 25 do Estatuto das Licitações versa que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

> **II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**

Trata-se de contratação com inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, consistentes no esforço humano, de difícil comparação.

Neste diapasão, para que haja licitude da contratação arrimada no dispositivo legal supramencionada deve-se atender três requisitos, simultaneamente:

a) Serviços técnicos enumerados no Art. 13 da Lei 8666/93;

b) Serviço deve ter natureza singular, incomum;

c) Profissionais ou empresa deve deter notória especialização;

Art. 13 da Lei 8666/93;.

> Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:
>
> I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
> II – pareceres, perícias e avaliações em geral;
> III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
> IV – fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
> V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
> **VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
> VII – restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

A contratação pretendida preenche os requisitos elencados no dispositivo supra exposto (inexigibilidade), uma vez que o professor dispõe, conforme análise da documentação encaminhada a este Conselho, de notória especialização acadêmica e profissional. A notória especialização encontra-se respaldada no parágrafo 1º do artigo 25 da Lei 8.666/93:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
>
> § 1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Aliás, a Corte de Contas Federal assentou entendimento na Súmula nº 39 quanto à singularidade do objeto, *in verbis*:

> “A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança,

grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993."

Além disso, o instrutor **Gino Terentim** possui **notória especialização** no tema afeto:

A comprovação de notória especialização encontra-se respaldada no § 1º do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993, que dispõe:

"Art. 25 – (...).

(...).

§ 1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de **desempenho anterior, estudos, experiências, publicações**, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

A notória especialização profissional decorre, portanto, de elevado grau de respeitabilidade e de admiração, de forma que se permita inferir que o trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Salienta-se, ainda, que a referida solicitação contempla as recomendações da Secretaria de Controle Interno, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Contratação de Cursos de Treinamento de Pessoal - *in company* - Inexigibilidade (Doc. SEI n° 1172566). Cabe ressaltar os itens 39 a 58 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos internos por inexigibilidade, em razão da singularidade do objeto e notória especialização na prestação do serviço.

(...)

Da Contratação de Cursos de Treinamento de Pessoal -*in company* - Inexigibilidade

39. Cursos de treinamento de pessoal*in company* podem ser contratados pelo procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n. 8.666/93, desde que antes de qualquer providência seja declarada a singularidade do objeto pela autoridade competente e em seguida indicada detalhadamente as razões da escolha do profissional/empresa expondo com clareza a notória especialização do futuro contratado.

40. Assim, o fundamento para a inviabilidade de competição na contratação de cursos com base no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei de Licitações decorre da declaração de singularidade do objeto, haja vista a impossibilidade de haver critérios objetivos que sustentem a licitação a ser realizada.

41. Posteriormente, contudo, será necessário indicar os motivos de escolha da empresa ou profissional para a execução do contrato, mediante identificação da notória especialização, conforme excerto extraído da decisão constante do Processo TC - 133.538/89 do Tribunal de Contas de São Paulo, *in verbis*:

(...)

É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de treinamentos *in company*, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos.

Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de

preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

IX - DAS PENALIDADES

Ressalta-se que quanto às sanções, inclusive pecuniárias, para eventual descumprimento contratual, foram realizadas tratativas com a Seção de Elaboração de Editais (SEEDI), Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), gabinete da Secretaria de Administração (SAD) e Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), conforme processo SEI nº 15810/2017, Despacho SEDUC 0402192 e Despacho SAD 0571499:

> (...)
>
> Ressalte-se inicialmente, a natureza desse tipo de contratação, uma vez que se trata de um contrato de **adesão**, em que as empresas fornecedoras do curso divulgam a capacitação, cabendo aos interessados, aderir ou não aos moldes propostos. Dessa forma, caberia ao CNJ contratar com tal empresa ou escolher aquela que melhor atenda às suas necessidades.
>
> Desde o início do processo de contratação, a SEDUC ressalta todas as exigências legais para que a empresa possa contratar com a Administração Pública.Verifica-se que nos casos em que as empresas que fornecem eventos externos para o CNJ não conseguem manter sua regularidade fiscal no exato momento do pagamento, o objeto do curso já foi prestado, havendo, portanto, a necessidade de pagamento. Isso porque a obrigação de fornecimento do curso já se exauriu, atingido seu objetivo, que é a capacitação do servidor solicitante.
>
> Por outro lado, a criação de sanções de qualquer natureza para este tipo de descumprimento poderia criar embaraços à participação dos servidores deste Conselho nos cursos oferecidos pelo mercado - por se tratar de um contrato de **adesão**, as empresas fornecedoras do curso poderiam simplesmente se recusar a prestar o serviço educacional solicitado. Convém salientar, por fim, que, embora tenha havido casos de empresas que não conseguem manter a regularidade fiscal no momento do pagamento, tal não é a regra. A maioria dos fornecedores de capacitação procurados pelos servidores do CNJ tem sido capaz de honrar suas obrigações fiscais no momento do pagamento do curso.
>
> Ainda a esse respeito, convém ressaltar o exposto pela Assessoria Jurídica no processo 00315/2017, em seu Despacho 0028750, item 1.7.1, que trata da situação do CNJ em contratos de adesão (tal como acontece na contratação de eventos externos, guardadas as peculiaridades deste tipo de contratação).
>
> (...)
>
> Importa salientar que não raramente os eventos externos de capacitação são ações únicas e específicas. Os próprios servidores solicitantes, quando em face de mais de uma ação com aparentemente o mesmo conteúdo, são chamados a justificar a escolha que mais bem atende suas necessidades. E mesmo em situações em que a entidade promotora não conseguiu manter sua regularidade fiscal no momento do pagamento, não vislumbramos em nenhum momento ilicitudes e/ou irregularidades graves, nem regras potencialmente geradoras de prejuízos ao Erário, como apontado no Despacho AJU acima.
>
> Contudo, entende-se que é preciso tomar medidas para minimizar a chance de novas ocorrências desse tipo, inclusive para a eficiência dos trâmites processuais. Nesse sentido, a SEDUC já tem por rotina processual, frisar, por *e-mail*, no momento do

envio da Nota de Empenho (Doc. SEI nº 0389761), a importância da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, no âmbito federal, estadual e municipal e após a conclusão da prestação do serviço, inclusive no momento de liquidação do pagamento, por tratar-se de condição necessária para firmar contrato com a Administração Pública. No intuito de minimizar a chance de irregularidades fiscais, a partir de agora, esta Seção também reforçará a recomendação de manutenção da regularidade fiscal no corpo do *e-mail* em que se acusa o recebimento da nota fiscal - momento próximo ao pagamento -, bem como, nas tratativas por telefone com a empresa.

(...)

Cumpre, salientar que, conforme as orientações do **Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ,** esta Seção realiza:

- Consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Juntada da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista;
- Juntada das Certidões Negativas de Débito (INSS), Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF), Certificado de Regularidade do FGTS (CEF), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST).

Cumpre ressaltar que, embora conste anotação da empresa no Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN **(**Doc. SEI n. 1097351**,** pág. 2), tal fato **não constitui impedimento** para contratação com a Administração Pública**,** conforme itens 14 e 15 do Parecer AJU 0985928**.**

X – VALOR DO INVESTIMENTO

Conforme proposta encaminhada (1171253) o investimento total será de **R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).**

XI – AVALIAÇÃO

1 – Avaliação dos participantes quanto aos critérios:

VARIÁVEIS	INDICADORES	CRITÉRIOS
Conteúdo do evento	Aquisição de novos conhecimentos; Desenvolvimento do conteúdo; Adequação do conteúdo à realidade do Conselho;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.

VARIÁVEIS	INDICADORES	CRITÉRIOS
Organização do evento	Divulgação do treinamento; Horário de realização; Local de realização; Recursos audiovisuais;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.
Instrutor	Preparo e domínio do tema; Clareza; Atenção dos participantes; Estímulo à participação do grupo; Foco na apresentação do tema; Administração do tempo previsto.	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.
Avaliação geral	Aproveitamento do curso; Expectativas;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.

XII – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

1. Assegurar o cumprimento do conteúdo programático do evento e da metodologia discriminada;

2. Cumprimento da carga horária acordada;

3. Providenciar o link para a transmissão;

4. Gravar a palestra para uso interno;

5. Disponibilizar arquivo em PDF com os slides apresentados durante a palestra;

6. Emitir certificado de participação.

XIII – RESPONSABILIDADES DO CNJ

1. Pagamento em até 10 dias após a realização dos eventos;

2. Encaminhar o link de transmissão aos inscritos;

3. Coordenar e acompanhar a atividade acadêmica e operacional do treinamento;

4. Realizar controle de frequência dos participantes;

5. Aplicar avaliação de reação ao final do evento.

XIV – AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Avaliação do instrutor será elaborada e aplicada, no último dia de

aula do curso.

O instrutor será avaliado nos seguintes itens: 1) domínio do tema; 2) clareza; 3) atenção dos participantes; 4) estímulo à participação do grupo; 5) foco na apresentação do tema; 6) administração do tempo previsto.

Será utilizada escala de 5 pontos, de 1 – discordo totalmente - a 5 – concordo totalmente. Para cada item, no mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3, para o item avaliado ser considerado proveitoso.

O resultado da Avaliação de Instrutor será utilizado como critério de aceitação dos serviços educacionais fornecidos, devendo ser considerado pela amostra de participantes como “proveitoso” para no mínimo 5 dos 6 itens avaliados.

Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado “não proveitoso”, os serviços educacionais fornecidos serão considerados não-aceitos.

Na hipótese de não-aceitação, o instrutor deve oferecer outro treinamento de igual teor, e só será pago pelo serviço de Instrutoria se este for considerado proveitoso.

XV - RISCOS

RISCO	PROBABILIDADE	GRAU DE IMPACTO	AÇÃO
Não alcance do número mínimo de participantes	BAIXA	MÉDIO	- Realizar estratégia de comunicação, em parceria com a SCS - Divulgar evento com antecedência. - Disponibilizar vagas para órgãos parceiros.
Demora na tramitação do processo	BAIXA	MÉDIO	- Sensibilizar todas as unidades envolvidas antes da tramitação do processo no sistema, com uma reunião, apresentando o projeto e sua importância.
Falta de servidor para coordenar o evento	MÉDIA	ALTO	Adiar a data do evento.
Sobrecarga de demandas na unidade	ALTA	ALTO	Adiar a data do evento.
Problemas com a transmissão online	MÉDIA	MÉDIO	- Realizar teste de transmissão no dia anterior ao início do evento para testar qualidade de áudio, vídeo, iluminação, etc.

Juliana Almeida Costa Cronemberger
Chefe da Seção de Educação Corporativa

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 27/09/2021, às 16:55, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1172585** e o código CRC **C3C0FA73**.

Informação SEDUC 1259641
Processo: 07295/2021
Assunto: Palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões"**

1. Trata-se de projeto para a realização da palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões"**, prevista para ocorrer no dia **29 de março de 2022**, das 14h às 16h, promovida pela empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ 36.610.570/0001-40**,** conforme Doc. SEI nº 1255356.

2. A palestra integra o **Encontro de gestão estratégica dos órgãos do Poder Judiciário**, promovido pelo Departamento de Gestão Estratégica (DGE). O objetivo do encontro é proporcionar a troca de experiências entre tribunais e conselhos acerca dos desafios enfrentados na execução e no monitoramento da estratégia, além de servir como mais um canal de conhecimento do planejamento estratégico do CNJ ao público interno do órgão.

3. O evento estava anteriormente marcado para o dia 7 de dezembro de 2021. Entretanto, em função da necessidade de melhor adequação com a agenda dos participantes, a data de realização foi alterada para **29 de março de 2022,** conforme Despacho 1255345**.**

4. Vale informar que, embora o cronograma inicial tenha sido alterado, não houve mudanças nos demais itens já aprovados no Projeto Básico 1172585, mantendo-se, portanto, o valor do investimento, empresa contratada, instrutor, justificativa, comparativo de preços, objetivos, metodologia, entre outros.

5. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 5 desta Informação.

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item XIII - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n.1172585).

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo

programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1172585.

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1255356.

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas Fiscais 1168505, 1168506 e 1168507 e Item XIII - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1172585).

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1259330.

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Contrato Social 1172562.

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1168502.

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho 1259598

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1172585).

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1172584

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de

Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 6, "c", da presente Informação.

6. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1259598, entendemos ser possível a contratação do evento.

7. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) **Ratificar** o Projeto Básico 1172585;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) Submeter os autos à Diretoria-Geral para: **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

8. Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Estou de acordo com os termos da informação supra. **Ratifico o Projeto Básico (1172585) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação da palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões"**, prevista para ocorrer no dia **29 de março de 2022**, das 14h às 16h, promovida pela empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ 36.610.570/0001-40**,** conforme Doc. SEI nº 1259339.

2. Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovar** a despesa no valor de **R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) e autorizar** a contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 17/02/2022, às 14:33, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 17/02/2022, às 18:33, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1259641** e o código CRC **A2D9B83C**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (0801055) e da Informação SEDUC 1259641, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no inciso II do art. 25 c/c o inciso VI do art. 13 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)** e **autorizo** a contratação da empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ 36.610.570/0001-40, com vista a realização da palestra "Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões", prevista para ocorrer no dia **29 de março de 2022**, das 14h às 16h, no Encontro de gestão estratégica dos órgãos do Poder Judiciário, promovido pelo Departamento de Gestão Estratégica (DGE).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 18/02/2022, às 14:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1263560** e o código CRC **75A9B87F**.

Data e hora da consulta: 21/02/2022 14:51
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	164	2022PE000149

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
18/02/2022	Ordinário	07295/2021	-	7.600,00

Favorecido

Código	Nome
36.610.570/0001-40	GINO TERENTIM ACADEMIA DE DESENVOLVIMENTO EMP

Endereço	CEP
DF 150 KM 2,5, RUA C 07 COND VIVENDAS CO SOBRADINHO	73105-906

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
94	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-

Descrição
07295/2021. EVENTO DE CAPACITAÇÃO: TRÊS DESAFIOS PARA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA - SOBRE MUDANÇAS, CULTURA E DECISÕES.
CONFORME DESPACHOS 1263560/DG E INFORMAÇÃO 1259641/SEDUC.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	21/02/2022 14:12:26	Alteração

Data e hora da consulta: 21/02/2022 14:51
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	7.600,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EVENTO DE CAPACITAÇÃO: TRÊS DESAFIOS PARA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA - SOBRE MUDANÇAS, CULTURA E DECISÕES. DEMAIS CONDIÇÕES NO PROJETO BÁSICO 1172585 E PROPOSTA 1255356.	7.600,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18/02/2022	Inclusão	1,00000	7.600,0000	7.600,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
***.701.217-**
21/02/2022 14:12:26

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
18/02/2022 17:13:41

Versão	Data/Hora	Operação
002	21/02/2022 14:12:26	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento externo: IA-CM - ONLINE

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Solicitação de participação em evento externo **3**
Informação SEDUC **6**
Parecer AJU **11**
Declaração de inexigibilidade de licitação **16**
Ratificação da declaração de inexigibilidade de licitação **19**
Nota de empenho **20**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO E DE ELABORAÇÃO DE NORMAS DE AUDITORIA
SAF SUL Quadra 2 - Lotes 5/6, Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1403589 - NUAN

Brasília, 16 de setembro de 2022.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: IA-CM - ONLINE	
Período: 17/10/2022 a 21/10/2022	**Carga Horária: 20 horas**
Local de Realização: EAD	**Turno: 09h00 às 13h00**
Entidade Promotora: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA	**CNPJ: IA-CM - ONLINE**
Telefone: (11) 5503-4040	**E-mail: iiabrasil@iiabrasil.org.br**
Endereço: Rua Barão do Triunfo, 520 - Cj. 42 - Brooklin Paulista	
Cidade: São Paulo	**UF: SP**
Valor Unitário: R$ 3.000,00	**Valor Total: R$ 12.000,00**

PARTICIPANTES

Mat	**Nome**	**Cargo/Função**	**Ramal**	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)
2235	Felipe Resende Sabino	Assessor-Chefe de Gabinete da Secretaria de Auditoria	5198	De 17/01/2022 a 04/02/2022; de 19/09/2022 a 29/09/2022.	Não
1873	Marta Maria Ferreira Azevedo	Coordenadora da Coordenadoria de Gestão do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (COSI)	4852	De 25/07/2022 a 29/07/2022; de 03/07/2023 a 27/07/2023.	Não
1329	Evandro Silva Gomes	Chefe da Seção de Orientação Técnica e Suporte ao Sistema de Auditoria Interna (SEOTS)	4860	De 19/09/2022 a 28/09/2022; de 09/01/2023 a 20/01/2023; de 30/05/2023 a 16/06/2023	Não

1518	Priscila Schubert da Cunha Canto	Chefe da Seção de Auditoria da Gestão e da Governança - SEAGG	4850	De 18/07/2022 a 22/07/2022; de 12/09/2022 a 24/09/2022; de 21/01/2022 a 02/12/2022.	Sim

( ) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

A situação que evidencia a necessidade de capacitação é que o CNJ está implantando internamente o Modelo de Capacidade ou Maturidade em Auditoria Interna, IA-CM na sigla em inglês. Os servidores envolvidos na SAU com tal implantação dependem da compreensão correta dos fundamentos do modelo, a fim executar o projeto, que inicialmente visa à certificação no Nível 2 de Maturidade, mas que pretende atingir, ao cabo, o Nível 5, máximo previsto no modelo.

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

Exemplos:

- Qual seria a formação ideal do professor?
- Qual seria a experiência ideal do professor?
- Qual seria a carga horária ideal da capacitação?
- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?
- Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?
- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)

3. Considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ e o Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo, enumere as atribuições do seu cargo e/ou da seção que serão impactadas com a realização da capacitação:

As atribuições de cargos e unidades que serão impactadas com a realização da capacitação são as de analisar e instruir processos administrativos, auxiliar a elaboração de pareceres, laudos e relatórios pertinentes à área de atuação, além de realizar exames de auditoria mediante avaliação dos processos de gestão, controles internos, gerenciamento de riscos e governança.

Em especial, possibilitará cumprir a seguinte competência da COSI: "São competências da Coordenadoria de Gestão do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário: (...) III – coordenar e monitorar a implementação do modelo de capacidade da atividade de auditoria (...)".

JUSTIFICATIVA

Justifique, esclarecendo como o conteúdo do evento escolhido atende/supre suas lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) e/ou as atividades desenvolvidas em sua unidade de lotação:

O conteúdo do curso escolhido realiza o Tópico 8.2 do Manual de Organização, inciso III, das competências da COSI, conforme foi mencionado. Ele prevê a implementação do modelo de capacidade ou maturidade da atividade de auditoria interna.
Mas a referida capacitação também permitirá, em grande medida, a padronização dos procedimentos de auditoria e consultoria (inciso I das competências da COSI), implementar projeto estratégico da Secretaria de Auditoria do CNJ (inciso II da competências da COSI), além de alinhar as práticas profissionais de auditoria da SAU aos padrões internacionalmente aceitos (inciso VIII das competências da COSI).

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático;**
- **Relatório "Lacunas de competência":** Acessar https://www.cnj.jus.br/gestcom/, fazer login informando seu CPF e senha de rede do CNJ. Caso seja seu primeiro acesso, informar seu CPF nos dois campos (login e senha). Depois, clicar no botão "visualizar", no canto inferior direito, e novamente "visualizar" e, então, salvar em PDF. O objetivo é demonstrar que **o evento escolhido atende as lacunas de competência.**

Caso suas lacunas não estejam disponíveis (não participou do período avaliativo) ou não reflitam mais suas atividades (mudança de lotação), justifique como o conteúdo do evento está atrelado às suas atuais atribuições.

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **FELIPE RESENDE SABINO**, **ASSESSOR-CHEFE - SECRETARIA DE AUDITORIA**, em 16/09/2022, às 20:34, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1403589** e o código CRC **5CB1582A**.

Informação SEDUC 1404142
Processo: 09009/2022
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Auditoria (SAU) para a participação dos seguintes servidores no curso **"IA-CM"**, promovido pelo **Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA**, CNPJ: 62.070.115/0001-00 (1403589):

1) Felipe Resende Sabino, matrícula 2235, Assessor-Chefe de Gabinete da Secretaria de Auditoria;

2) Marta Maria Ferreira Azevedo, matrícula 1873, Coordenadora da Coordenadoria de Gestão do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (COSI);

3) Evandro Silva Gomes, matrícula 1329, Chefe da Seção de Orientação Técnica e Suporte ao Sistema de Auditoria Interna (SEOTS);

4) Priscila Schubert da Cunha Canto, matrícula 1518, Chefe da Seção de Auditoria da Gestão e da Governança - SEAGG.

2. O treinamento será ofertado na **modalidade on-line,** de **17 a 21 de outubro de 2022**, das 9h às 13h, com carga horária total de 20 horas (1403707).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (1404137) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores, verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (1403589), os servidores não participaram, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Vale pontuar que, embora a servidora Priscila Schubert da Cunha Canto tenha marcado "Sim" nesta opção ("**Participou de capacitaçãosimilar, custeada pelo CNJ, nos**

últimos 6 meses?"), os treinamentos dos quais a servidora participou, nos últimos seis meses, não possuem o mesmo conteúdo programático do curso em comento (Processos 06072/2022 e 06094/2022). Quanto ao relatório de férias, os participantes não possuem período de férias marcado para o referido exercício (1403589).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Formulário de Solicitação 1403589, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas
A situação que evidencia a necessidade de capacitação é que o CNJ está implantando internamente o Modelo de Capacidade ou Maturidade em Auditoria Interna, IA-CM na sigla em inglês. Os servidores envolvidos na SAU com tal implantação dependem da compreensão correta dos fundamentos do modelo, a fim executar o projeto, que inicialmente visa à certificação no Nível 2 de Maturidade, mas que pretende atingir, ao cabo, o Nível 5, máximo previsto no modelo.	-	O conteúdo do curso escolhido realiza o Tópico 8.2 do Manual de Organização, inciso III, das competências da COSI, conforme foi mencionado. Ele prevê a implementação do modelo de capacidade ou maturidade da atividade de auditoria interna. Mas a referida capacitação também permitirá, em grande medida, a padronização dos procedimentos de auditoria e consultoria (inciso I das competências da COSI), implementar projeto estratégico da Secretaria de Auditoria do CNJ (inciso II da competências da COSI), além de alinhar as práticas profissionais de auditoria da SAU aos padrões internacionalmente aceitos (inciso VIII das competências da COSI).

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1352056), são competências da **SAU**: I – atuar de forma a agregar valor, melhorar as operações e auxiliar o Conselho a alcançar seus fins institucionais, adotando uma abordagem sistemática para a avaliação objetiva e independente da eficácia dos processos de gestão de riscos, de controles internos administrativos e de governança, objetivando assegurar as operações desenvolvidas pela gestão; II - verificar se os atos de dirigentes e servidores estão em conformidade com as políticas, procedimentos, leis, regulamentos e padrões aplicáveis; IV – aprovar diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução das atividades de auditoria, de fiscalização e de inspeções administrativas, observadas as normas e padrões profissionais aplicáveis à atividade de auditoria interna, buscando alinhamento aos padrões internacionalmente reconhecidos, dentre outras.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma

atualização dos conhecimentos do servidor, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), o conteúdo do treinamento **abarca as lacunas de competência** da SAU: **Gestão de Riscos Auditoria** - Analisar os riscos dos processos da área, utilizando os componentes da Matriz de Riscos de acordo com a metodologia adotada pela instituição e as legislações vigentes; **Elaboração de normas técnicas -** Elaborar normas técnicas, de acordo com as melhores práticas estabelecidas pelas instituições de auditoria, sobre matérias relacionadas à auditoria e controle voltadas para a atuação das unidades de auditoria e/ou controle de Poder Judiciário; **Análise de Cenário -** Identificar riscos positivos e negativos para a Organização utilizando técnicas de análise de cenários e dados disponíveis, nos processos da Organização e de acordo com os objetivos da Organização; **Avaliação dos Processos Internos de Administração e Governança -** Avaliar, durante a execução de exames de auditoria, a adequação dos processos de gestão de riscos, controles internos administrativos e governança com as diretrizes e indicadores de eficácia indicados no planejamento, considerando a legislação afeta à área, dentre outras; entre outras (1403739).

9. De acordo com o currículo 1404125, o evento terá como instrutor:

Diocésio Sant'Anna da Silva: Graduado em Ciência da Computação e Graduando em Direito. Pós-graduado em Auditoria do Setor Público pelo Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Gama Filho. Foi Analista de Segurança da Informação da Caixa Econômica Federal por mais de 4 anos. Analista Judiciário do TJDFT por mais de 4 anos sempre atuando na área de Auditoria e Controle Interno. Exerceu suas atividades por dois anos na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, onde realizou inspeções e correições em 17 Tribunais de Justiça. Atualmente é Analista Judiciário do Superior Tribunal de Justiça, onde exerce a função de Secretário de Auditoria Interna. No mesmo órgão já exerceu a função de Coordenador de Auditoria de Aquisições e Contratações por 4 anos. Curso de Coaching Integral Sistêmico pela FEBRACIS. Professor Universitário. Palestrante em diversos ramos do Direito, incluindo Auditoria e Controle. Instrutor de cursos técnicos nas áreas de Licitações e Contratos, Auditoria, Conta Vinculada, Planilha de Custos entre outros.

10. Informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento é de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**, conforme Proposta Comercial 1403707.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **abaixo** do valor médio da hora-aula do mesmo curso, cobrado pela empresa, em relação a outros órgãos públicos, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**

CNJ	**R$ 12.000,00**	**4**	**R$ 3.000,00**	**20 h**	**R$ 150,00**
Curso semelhante ofertado a outros órgãos públicos - comparação de preços (1404132)					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**
Caixa de Constr. de casas para Marinha	R$ 3.250,00	1	R$ 3.250,00	20 h	R$ 162,50
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	R$ 9.250,00	3	R$ 3.083,33	20 h	R$ 154,16
Controladoria-Geral do Município do Rio de Janeiro	R$ 9.750,00	3	R$ 3.250,00	20 h	R$ 162,50
	Média de Preços				**R$ 159,72**

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Estatuto Social (1404128), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista (1404130).

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação do servidor do CNJ, mediante aquisição de uma vaga integrante do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei n. 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

15.1 Neste ponto vale destacar que, conforme Despacho DG 1407499, **as contratações de cursos externos de capacitação serão autorizadas, excepcionalmente, ainda com fundamento na Lei n. 8.666/93, até que haja definição de novo fluxo deste tipo de contratação sob o pálio da Nova Lei**

de Licitações (Lei n. 14.133/2021).

16. Ressalto que, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018, a Lista de Verificação SEDUC será juntada aos autos após informação de disponibilidade orçamentária.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor de **R$ 12.000,00 (doze mil reais),** referente à participação dos servidores da SAU no referido evento.

17.1 Após, gentileza retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 29/09/2022, às 11:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1404142** e o código CRC **B0D292A1**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 09009/2022

Ementa: Solicitação de participação em evento externo de capacitação. Análise e manifestação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise preliminar à possível contratação direta da empresa Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA, CNPJ: 62.070.115/0001-00, que promoverá o curso "IA-CM-ONLINE", ofertado entre os dias 17 a 21 de outubro de 2022, em São Paulo/SP, na modalidade EAD, com uma carga horária total de 20 horas e turno de 09:00 às 13:00, para a participação dos servidores Felipe Resende Sabino, matrícula 2235; Marta Maria Ferreira Azevedo, matrícula 1873; Evandro Silva Gomes, matrícula 1329 e; Priscila Schubert da Cunha Canto, matrícula 1518.

2.Em atendimento à determinação da Diretoria Geral (arquivo SEI 0440990), foi juntada aos autos a lista de verificação Seduc constante do arquivo SEI 1411537.

3. Constam dos autos:

a) Solicitação de participação em evento externo 1403589;

b) Termo de Compromisso Evento Externo 1403698;

c) Relatório Lacunas de Competência 1403739;

d) Lista de Verificação da unidade demandante 1403870;

e) Curriculum Vitae 1404125;

f) Estatuto Social 1404128;

g) Certidões Negativas 1404130;

h) Notas de Empenho 1404132;

i) E-mail reserva de vagas 1404134;

j) Pesquisa de mercado - Google 1404137;

k) SIAFI - NS SEPOR 1411522;

l) Despacho Sepor com indicação da existência de recursos orçamentários 1411527 e;

m) Lista de Verificação - SEDUC 1411537.

É o relatório.

ANÁLISE

4. Preliminarmente, pontua-se que o presente processo de contratação está pautado no art. 25,caput, da Lei n. 8.666/1993, hipótese para a qual não se aplica o Parecer Referencial n. 01/2019 (arquivo SEI 0801055).

5. Embora o procedimento licitatório disciplinado na Lei n. 8.666/1993 deva ser seguido, como regra geral, para a realização de contratações públicas, o art. 2º da Leipreviu, parahipóteses excepcionais, a possibilidade de celebração de contratações diretas. A hipótese contemplada nocaputdo art. 25 do referido diploma legal indica a possibilidade de se contratar diretamentequando “houver inviabilidade de competição”, a ser aferida por meio da análise meticulosa da necessidade pública que demanda a contratação e depeculiaridades da solução pretendida para o atendimento daquela necessidade.

6. Nesse viés, a responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa (SEDUC), em cumprimento ao inciso I do art. 19 da IN CNJ n. 35, de 22 de junho de 2015, informou que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano (arquivo SEI 1404142).

7 . Quanto à oferta de outros eventos externos, a unidade realizou pesquisa de mercado (arquivo SEI 1404137) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de outro evento externo com igual conteúdo e aprofundamento teórico.

8 . Para a contratação direta na espécie, constam as seguintes considerações:a)orientação da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI/Presi/CNJ), proferida na Informação n. 139/2013 - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros, precisamente, os itens de 35 a 37, no sentido de que “é possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros (...) mediante adoção de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25,caput, da Lei n. 8.666/1993, em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores”, se forem verificados determinados “fatores inerentes à ocorrência do evento tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar” (arquivo SEI 1029802); e b)pesquisa de preços do mesmo evento, praticados pela pretensa contratada em contratos administrativos firmados recentemente com outras pessoas jurídicas, sendo proporcionais à carga horária (arquivo SEI 1404142);

9. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionará uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I a III do art. 6º da IN CNJ n. 35/2015, *in verbis*:

> Art. 6º A participação de servidor em ação de educação corporativa fica sujeita ao cumprimento das seguintes exigências:
>
> I – justificativa da necessidade do evento;
>
> II – vinculação do tema do evento às áreas de interesse, definidas no Programa Permanente de Educação Corporativa – PEC.
>
> III – correlação do evento com as atribuições do cargo

efetivo ou com as atividades desempenhadas pelo servidor quando no exercício de função comissionada ou cargo em comissão, e com as atividades desenvolvidas na sua unidade de lotação;

10. Ademais, certifica a Seduc que (arquivo SEI 1404142):

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências da unidade e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos do servidor, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), o conteúdo do treinamento abarca as lacunas de competência da SAU: Gestão de Riscos Auditoria - Analisar os riscos dos processos da área, utilizando os componentes da Matriz de Riscos de acordo com a metodologia adotada pela instituição e as legislações vigentes; Elaboração de normas técnicas - Elaborar normas técnicas, de acordo com as melhores práticas estabelecidas pelas instituições de auditoria, sobre matérias relacionadas à auditoria e controle voltadas para a atuação das unidades de auditoria e/ou controle de Poder Judiciário; Análise de Cenário - Identificar riscos positivos e negativos para a Organização utilizando técnicas de análise de cenários e dados disponíveis, nos processos da Organização e de acordo com os objetivos da Organização; Avaliação dos Processos Internos de Administração e Governança - Avaliar, durante a execução de exames de auditoria, a adequação dos processos de gestão de riscos, controles internos administrativos e governança com as diretrizes e indicadores de eficácia indicados no planejamento, considerando a legislação afeta à área, dentre outras; entre outras (1403739).

11. De acordo com o curriculum vitae fornecido pela prestadora (arquivo SEI 1404125), o evento terá como instrutor:

Diocésio Sant'Anna da Silva: Graduado em Ciência da Computação e Graduando em Direito. Pós-graduado em Auditoria do Setor Público pelo Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Gama Filho. Foi Analista de Segurança da Informação da Caixa Econômica Federal por mais de 4 anos. Analista Judiciário do TJDFT por mais de 4 anos sempre atuando na área de Auditoria e Controle Interno. Exerceu suas atividades por dois anos na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, onde realizou inspeções e correições em 17 Tribunais de Justiça. Atualmente é Analista Judiciário do Superior Tribunal de Justiça, onde exerce a função de Secretário de Auditoria Interna. No mesmo órgão já exerceu a função

de Coordenador de Auditoria de Aquisições e Contratações por 4 anos. Curso de Coaching Integral Sistêmico pela FEBRACIS. Professor Universitário. Palestrante em diversos ramos do Direito, incluindo Auditoria e Controle. Instrutor de cursos técnicos nas áreas de Licitações e Contratos, Auditoria, Conta Vinculada, Planilha de Custos entre outros.

12. Conforme verificado na documentação acostada aos autos (arquivos SEI 1403707 e 1404142), o valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou abaixo do valor médio cobrado pela empresa em relação a outras instituições. O valor total do investimento será deR$ 12.000,00 (doze mil reais), referente às vagas pleiteadas.

13. Em relação à disponibilidade orçamentária para atender a demanda, foi juntada aos autos a consignação da Seção de Planejamento Orçamentário (Sepor) mediante Documento SIAFI - NS SEPOR n. 1411522 e Despacho n. 1411527.

14. No que se refere à higidez do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA, verifica-se que o Estatuto Social foi comprovado por este (arquivo SEI 1404128), além da junção aos autos quanto a sua regularidade fiscal e trabalhista (arquivo SEI 1404130).

15. Não obstante, recomenda-se nova verificação da sua regularidade anteriormente à contratação, a fim de se confirmar que a situação atestada não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que verificam a regularidade, apesar de vigentes no momento da presente análise, expirarão com o decurso do tempo.

16. Por fim, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame em curso não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

CONCLUSÃO

17. Ante o exposto, excluída a avaliação quanto à análise de conveniência e de oportunidade, e repisando-se a recomendação contida no item 15 deste parecer, opina-se pela possibilidade jurídica da contratação direta da empresa Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA, CNPJ: 62.070.115/0001-00, com fundamentos no caput do art. 25, da Lei n. 8.666/1993, para a participação dos servidores Felipe Resende Sabino, matrícula 2235; Marta Maria Ferreira Azevedo, matrícula 1873; Evandro Silva Gomes, matrícula 1329 e; Priscila Schubert da Cunha Canto, matrícula 1518, no curso "IA-CM-ONLINE”, ofertado entre os dias 17 a 21 de outubro de 2022, em São Paulo/SP, na modalidade EAD, com uma carga horária total de 20 horas.

É o parecer.

Lorena Falcão Silva de Araújo

Estagiária

Ana Luiza Gama Lima de Araújo

Assessora Jurídica

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa em exercício,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 07/10/2022, às 20:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA GAMA LIMA DE ARAÚJO**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 10/10/2022, às 13:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1417011** e o código CRC **C7EA709E**.

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Auditoria (SAU) para a participação dos seguintes servidores no curso **"IA-CM"**, promovido pelo **Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA**, CNPJ: 62.070.115/0001-00 (1403589):

1) Felipe Resende Sabino, matrícula 2235, Assessor-Chefe de Gabinete da Secretaria de Auditoria;

2) Marta Maria Ferreira Azevedo, matrícula 1873, Coordenadora da Coordenadoria de Gestão do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (COSI);

3) Evandro Silva Gomes, matrícula 1329, Chefe da Seção de Orientação Técnica e Suporte ao Sistema de Auditoria Interna (SEOTS);

4) Priscila Schubert da Cunha Canto, matrícula 1518, Chefe da Seção de Auditoria da Gestão e da Governança - SEAGG.

1.1 O treinamento será ofertado na **modalidade on-line,** de **17 a 21 de outubro de 2022**, das 9h às 13h, com carga horária total de 20 horas (1403707).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "a capacitação permitirá, em grande medida, a padronização dos procedimentos de auditoria e consultoria (inciso I das competências da COSI), implementar projeto estratégico da Secretaria de Auditoria do CNJ (inciso II da competências da COSI), além de alinhar as práticas profissionais de auditoria da SAU aos padrões internacionalmente aceitos (inciso VIII das competências da COSI)".

3. Conforme Documento SEPOR (1411522), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1417011) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

4 . 1 Vale pontuar que, conforme Despacho DG 1407499, **as contratações de cursos externos de capacitação serão autorizadas, excepcionalmente, ainda com fundamento na Lei n. 8.666/93, até que haja definição de novo fluxo deste tipo de contratação sob o pálio da Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021).**

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação dos servidores é de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**, conforme Doc. SEI nº 1403707.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação da servidora no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 12.000,00 (doze mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Johana Thaise Alencar Pedrosa

Chefe da Seção de Educação Corporativa em Substituição

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1404142, com o Parecer AJU 1417011 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação do **Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA**, CNPJ: 62.070.115/0001-00, para ofertar o curso **"IA-CM", com fundamento no "*caput*" do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 12.000,00 (doze mil reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 10/10/2022, às 18:15, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOHANA THAISE ALENCAR PEDROSA**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 11/10/2022, às 12:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1418970** e o código CRC **D30B9FCB**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1417011, da Informação SEDUC 1404142 e do Despacho 1418970, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)** e **autorizo** a contratação do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil, CNPJ nº 62.070.115/0001-00, com vista à participação dos servidores Felipe Resende Sabino, matrícula 2235; Marta Maria Ferreira Azevedo, matrícula 1273; Evandro Silva Gomes, matrícula 1329; e Priscila Schubert da Cunha Canto, matrícula 1518, no curso **"IA-CM-ONLINE"**, ofertado entre os dias 17 a 21 de outubro de 2022, em São Paulo, na modalidade EAD (Doc. SEI nº 1028403).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade do referido Instituto e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 11/10/2022, às 13:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1419792** e o código CRC **4434B3A1**.

Data e hora da consulta: 13/10/2022 11:27
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	370	2022PE000332

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
11/10/2022	Ordinário	09009/2022	-	12.000,00

Favorecido

Código	Nome
62.070.115/0001-00	INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL

Endereço	CEP
RUA BARÃO DO TRIUNFO, 520 - CONJ.42 - BROOKLIN PAULISTA	04602-908

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
09009/2022. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: IA-CM, PROMOVIDO PELO INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL - IIA.
CONFORME DESPACHO DG 1419792.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/10/2022 18:12:05	Alteração

Data e hora da consulta: 13/10/2022 11:27
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	12.000,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: IA-CM, PROMOVIDO PELO INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL - IIA. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME INFORMAÇÃO SEDUC 1404142.	12.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/10/2022	Inclusão	1,00000	12.000,0000	12.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
11/10/2022 18:12:05

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
11/10/2022 15:12:37

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/10/2022 18:12:05	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Assinatura de acesso para ferramenta de pesquisa e comparações de preços praticados pela Administração Pública

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
Termo de referência **11**
Mapa comparativo de preços **18**
Parecer AJU **19**
Declaração de dispensa de licitação **24**
Ratificação da declaração de dispensa de licitação **26**
Nota de empenho **27**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DOCUMENTO CONSTITUTIVO DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO QUE CARACTERIZA O INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO E A SUA MELHOR SOLUÇÃO PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO, TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Assinatura de acesso para ferramenta de pesquisa e comparações de preços praticados pela Administração Pública, para instrução de processos de aquisição de contratação do Conselho Nacional de Justiça**.**

2. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

A aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações e tem conexão com o planejamento estratégico, instituído pela Portaria nº 104/2020, pois destina-se a atender ao objetivo estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ".

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A ferramenta deverá proporcionar pesquisa rápida e segura de todas as licitações e contratações diretas realizadas pela Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, apresentando dados confiáveis de preços, nomes dos licitantes e vencedores das disputas, disponibilizar a íntegra dos editais e demais documentos que compõe a licitação, tais como as propostas de preços originais dos vencedores do certame, lista de fornecedores por produto/serviço, relação de microempresas e empresas de pequeno porte por região e por produto, relação de códigos de CATMAT/CATSER, além de proporcionar atualização rápida das licitações realizadas no Comprasnet e outras ferramentas de contração.

3.1 Sujeição às normas técnicas e legais

A Contratada deverá observar o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ.

3.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

A Contratada deverá observar a Resolução CNJ n. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário.

3.3. Requisitos de qualidade

A ferramenta deverá dispor de base de dados ampla, com mais de uma plataforma de realização de licitação e dispensa, para permitir pesquisa ampla e abrangente. Deverá ter um sistema de atualização diária, bem como permitir celeridade na pesquisa, com tempo de retorno o menor possível, com o intuito de viabilizar pesquisa de objeto com quantidade expressiva de itens.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Assinatura de ferramenta de pesquisa de preços	unid	01	01

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Indicação e análise das alternativas possíveis disponíveis no mercado, com base preferencialmente no seguinte quadro-modelo:

Opções Identificadas		Especificação do produto/serviço *Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.*	Quantificação do **Produto ou Serviço** *Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas*	Órgão (s) públicos que **adotaram a solução**	Vantagens e Benefícios *Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos*	Desvantagens e riscos	Custo(s) envolvido(s)
1ª	Painel de Preços	• apenas uma fonte de dado - comprasnet; • possui pesquisa em sites especializados e de domínio amplo, mas não possui interface de salvamento de trabalhos de usuário; • mapa de fornecedores; • Campo de pesquisa para microempresas e Epp; • Preço de atas de SRP dos últimos 12 meses; • Atualização não é diária e é muito demorada. • Resultado da pesquisa apresenta somente o vencedor do certame, ou seja o menor valor encontrado na licitação; • Permite exportação de dados em planilha excel; • Interface pouco amigável	acesso público, não há necessidade de contratação	Órgãos do governo federal	Ferramenta gratuita	Funcionalidades reduzidas .Apresenta uma série de limitações, como apresentar somente o preço do vencedor da licitação; apenas uma fonte de banco de dados: comprasnet. Não atualiza os dados diariamente. É demorada para trazer novos resultados. O sistema trava continuamente, ficando por longos tempos fora do ar, devido a procura.	Não há

2ª	Zênite	• Possui pesquisa nos principais portais de compras eletrônicas, quais sejam,compras governamentais, licitações-e; • Possui pesquisa em sites especializados e de domínio amplo; • Possui interface de salvamento de trabalhos do usuário; • mapa de fornecedores; • Campo de pesquisa para microempresas e Epp; • Campo de pesquisa para certidões e empresas inidôneas; • Preço de atas de SRP dos últimos 12 meses; • Atualização diária, mas não corresponde a 100% dos itens pesquisados • Permite exportação de dados em planilha excel; • Permite calcular a média, mediana e mínimo das melhores propostas de uma licitação, mas não foi possível em todos os objetos pesquisados; • Possui interface amigável.	acesso público, não há necessidade de contratação	(...)	Ferramenta gratuita	Funcionalidades reduzidas. Preço de atas de SRP dos últimos 12 meses, mas não apresenta as licitações realizadas os últimos 2 anos .Embora a atualização seja diária, não corresponde a 100% dos itens pesquisados. Também não apresenta o cálculo da média e mediana de todos os objetos pesquisados	Não há
				Supremo Tribunal Federal Superior Tribunal de Justiça Superior Tribunal Militar, Tribunal de Contas da União Tribunal de Contas Estaduais Tribunal de Justiça do DF Tribunal de Justiça MS Tribunal de Justiça BA Tribunal de Justiça PB Tribunal de Justiça GO			

3ª	Banco de Preços	• A mais completa ferramenta de pesquisa de preços do mercado; • Além das licitações e compras diretas realizadas no comprasnet, abrange licitações realizadas por outros sistemas de compras, como e-licitações, Bolsa Eletrônica de Compras, Licitanet, além de sistemas de compras de diversas prefeituras no país; • interface amigável.	1 assinatura	Tribunal de Justiça MG Tribunal de Justiça RO Tribunal de Justiça RR Tribunal de Justiça SP Tribunal de Justiça AC Tribunal de Justiça AP Tribunal de Justiça AM Tribunal de Justiça CE Tribunal de Justiça ES Tribunal de Justiça MA Tribunal de Justiça PR Tribunal de Justiça RJ Tribunal de Justiça RS Tribunal de Justiça TO Tribunal de Justiça Militar de SP Justiça Militar do RS Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal Tribunal Regional Federal 1ª Região Tribunal Superior do Trabalho Tribunais Regionais Eleitorais Tribunais Regionais do Trabalho Senado Federal Câmara dos Deputados Conselho Nacional do Ministério Público Controladoria Geral da União Controladoria Geral dos Estados MT, CE, PI e TO Defensoria Pública da União e dos Estados	Por ser ferramenta de pesquisa abrangente, permite a realização de pesquisa ampla do produto ou serviço, além de ser possível procurar por unidade da federação. Permite reduzir o tempo de realização de uma contratação/aquisição, para até 180 dia. As outras ferramentas limitam-se ao ano anterior e atual.	A única desvantagem é não ser gratuito. Porém, o custo-benefício compensa, tendo em vista que é uma ferramenta que tem ajudado em muito a reduzida equipe da SECOM	8.700,00

4ª	Fonte de Preços	• Possui pesquisa nos principais portais de compras eletrônicas; • Possui pesquisa em sites especializados e de domínio amplo; • Possui interface de salvamento de trabalhos do usuário; • mapa de fornecedores; • Campo de pesquisa para microempresas e Epp; • Campo de pesquisa para certidões e empresas inidôneas; • Preço de atas de SRP dos últimos 12 meses; • Atualização diária, mas não corresponde a 100% dos itens pesquisados; • Permite exportação de dados em planilha excel; • Permite calcular a média, mediana e mínimo das melhores propostas de uma licitação, mas não foi possível em todos os objetos pesquisados; • Possui interface amigável	1 assinatura		Possui funcionalidades que poderiam atender as necessidades mínimas de consulta, porém as desvantagens superam as vantagens	Funcionalidades reduzidas. Preço de atas de SRP dos últimos 12 meses, mas não apresenta as licitações realizadas os últimos 2 anos. Embora a atualização seja diária, não corresponde a 100% dos itens pesquisados. Também não apresenta o cálculo da média e mediana de todos os objetos pesquisados. Atendimento ao usuário demorado.	7.500,00

Identificar as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendam aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização desses requisitos.

5.2 Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.

Apresentar informações da contratação anterior, ou da série histórica, se houver, com as seguintes informações:

O CNJ utiliza a ferramenta Banco de preços, sendo que o valor da contratação tem sido mantido pela empresa fornecedora da solução.

· Última contratação - processo 05543/2021;

· R$ 8.700,00

- Não houve intercorrências durante o uso da ferramenta nem aplicação de penalidades

5.3. Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

O Banco de Preços, serviço oferecido pela empresa Negócios Públicos, possibilita a realização de uma ampla pesquisa, de maneira simples e segura, mediante o emprego de filtros extraídos do art. 15 da Lei 8.666/93, de entendimentos consolidados do TCU e da Instrução Normativa nº 5/14- SLTI/MPOG, com aplicação em âmbito federal, de forma compatível com as normas legais e com as

finalidades administrativas.
Considerando as rotinas internas desta Administração, é possível afirmar que a ferramenta possui potencial para contribuir fundamentalmente com o melhor desempenho das funções administrativas atreladas às contratações públicas.
Assim, tendo em vista as dificuldades de obtenção de propostas de preços necessárias à instrução dos processos licitatório do CNJ, conforme determina a legislação pertinente, percebeu-se a necessidade de se buscar instrumentos que auxiliem no desenvolvimento dessas atividades, conferindo-lhes maior agilidade e confiabilidade.
Diante de tudo que foi exposto e considerando os óbices relatados, fica inviável conseguir realizar pesquisa de preços para os processos de aquisição com mais de 200 itens em tempo razoável, como é o caso das pesquisas de manutenção predial, materiais de expediente, processos licitatórios de Brigada de incêndio, entre outros. Além disso, alguns processos chegam em caráter de urgência e com essas limitações, os preços podem não ser compatíveis e a pesquisa se tornar ineficaz, aumentando o prazo para conclusão.
As ferramentas de acesso gratuito, como o Painel de Preços e Zênite, apresentam tempo de resposta das pesquisas muito lento. No caso do Painel de Preços, o site trava toda hora e muitas vezes permanece sem condições de prosseguir com a pesquisa. O banco de Preços, por sua vez, é ágil, possibilita respostas rápidas, além de apresentar diversas outras funcionalidades importantes para uma pesquisa mais fidedigna, o que não ocorre com as outras ferramentas.
O Banco de Preços apresenta resultados rápidos comparado com todas as outras ferramentas e também serve de banco de dados, bem mais completo, de contatos dos fornecedores, e as demais fornece apenas um banco de dados com o nome e telefone do fornecedor vencedor, na maioria dos casos.
A ferramenta escolhida é atualizada diariamente, e permite consulta ao BPS (Ministerio da Sáude), CMED ANVISA, SINAPI, Auto Peças, CEASA/CONAB, além dos principais portais de compras eletrônicas, como Comprasnet, Licitações-e, e sites de domínio amplo, com pesquisas de preços realizadas pela internet. Além de incrementar a inserção de fontes governamentais (totalizando 55 atualmente - em setembro/2019 o sistema disponibilizava 19), recursos de pesquisa de ARP e IRP, disponibilização do módulo 'Painel de Negociação" e melhorias no mecanismo de busca da
ferramenta e motor de pesquisa. Incluiu, também, das melhorias já programadas para os próximos meses - que contemplarão a próxima vigência – tais como: total de 200 fontes governamentais e contínua melhoria no motor de pesquisa e mecanismo de busca da ferramenta.
Já o Painel de Preços, a Zenite e o Fonte de Preços são atualizados de 60 em 60 dias (Painel) e 10 em 10 dias (Zênite) e diariamente, conforme Fonte de Preços, mas como já mencionado, com uma pesquisa rápida de uma solução não retornou uma busca igualitária.
A ferramenta pretendida permite salvar o resultado da pesquisa em seu banco de dados, já as outras ferramentas, exceto fonte de preços, disponibilizam somente a opção de salvar no computador ou imprimir o relatório gerado. Também não permitem a versão imprimível do Relatório de Pesquisa, com todos os dados apurados, apresentando somente o resultado limitado ao vencedor.
Em diversas ocasiões de testes, foi verificado que os relatórios gerados nas ferramentas Painel de Preços e Zênite não refletiam a pesquisa realizada, apresentando itens diferentes do que foi selecionado, ou incluindo itens à pesquisa.
Desta forma, por ser completa, ampla, eficaz e confiável, a ferramenta Banco de Preços é a que melhor atende às necessidades do CNJ.

Ressalte-se que SECOM testou as outras ferramentas existentes no mercado, gratuitas e pagas, e encontrou problemas de execução na maioria delas, exceto uma. Contando com uma equipe reduzida a metade de sua lotação, não se justifica realizar licitação para adquirir uma ferramenta com o menor preço do mercado, já que não atenderá os requisitos exigidos para uma pesquisa de preços eficaz e confiável.

Registre-se, ainda, que a maioria dos órgãos do Poder Judiciário utilizam o Banco de Preços., conforme listado no item 3 da na tabela 5.1.

Por fim, não identificamos, no mercado, serviços que apresentem as mesmas características, razão pela qual solicita-se autorização da instrução do processo de contratação do Banco de Preços por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, caput da Lei.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação tem sido mantido pela empresa detentora da carta de exclusividade da ferramenta Banco de Preços - R$ 8.700,00.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Ferramenta de Pesquisa, com a maior base de preços públicos do Brasil, abrangendo além das licitações dos Órgãos Federais, as licitações realizadas por Estados e Municípios, em diversas plataformas eletrônicas, bem como as contratações diretas, sendo possível a escolha fácil da modalidade que se quer pesquisar, uma ou várias. Utiliza base dados atualizada de diversos sistemas de compras, como o Comprasnet, e-Licitação, Banrisul, Bolsa Eletrônica de Compras,, Licitanet e fontes especializadas na mídia.

Além da pesquisa de preços, a ferramenta auxiliar na especificação do objeto, na justificação de licitações exclusivas ME/EPP, na negociação de preços, na comprovação de vantajosidade para prorrogação de contratos, revisões de preços, verificação de inidoneidade de fornecedores, entre outras

Possui base de preços públicos com mais de 539 fontes, e apresenta preços de diversos sites de domínio amplo com foto do objeto a ser cotado. Isso facilita em muito a pesquisa de preços.

Permite consultar não só os preço do vencedor da licitação, mas os todos os preços iniciais e finais de todos os licitantes em um único documento.

Disponibiliza opção de visualizar e realizar o download de todos os documentos enviados pela empresa vencedora, como documentos de habilitação, a proposta de preços, bem como a íntegra dos Editais e anexos.

Disponibiliza módulo de consulta de planilhas de custos de serviços de terceirização.

Apresenta nos relatórios a justificativa sobre o método matemático aplicado na consulta dos preços.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de uma única assinatura com dois acessos.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

utilização da ferramenta tem agilizado a pesquisa de preços. A SECOM tem enfrentado problemas com o tempo de resposta dos fornecedores. Como o foco principal das pesquisas são as contratações públicas, os resultados alcançados com o uso da ferramenta tem otimizado a instrução dos processos de contratação.

9.1. Indicadores de desempenho da contratação

A agilidade para a pesquisa de preços se faz necessária com a ferramenta, sendo mais econômico, eficiente e eficaz
Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

INão há providências a serem adotadas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

N/A

12. IMPACTO AMBIENTAL

N/A

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

onsiderando o reduzido número de servidores da Seção de Compras e o alto volume d processos de aquisição/contratação em tramitação na unidade,
a ausência da assinatura irá trazer extenso prejuízo para o andamento das atividades da Seção.

RISCO 1	Risco	Ausência de contratação		
	Probabilidade	Id	Dano	Impacto
	Média	1	Ausência de ferramenta de pesquisa de preços confiável, gerando falhas na instrução de processos de contratação do CNJ	alto
	Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
	1	Instruir novo processo de contratação		SECOM

14. CONCLUSÃO DO GESTOR

A ferramenta mais adequada às necessidades da Seção de Compras é a Banco de Preços, comercializada pela empresa Negócios Públicos., ao custo
unitário de R$ 8.700,00.

Ressalte-se que uma assinatura incluí dois acessos simultâneos para a realização de pesquisas.

Embora existam no mercado outras empresas que comercializam ferramentas de pesquisa, além da existência da ferramenta gratuita do Governo
Federal, essas não atendem em sua completude e com a mesma eficiência à necessidade da Administração.

A ferramenta Banco de Preços, por suas funcionalidades e especificações amplas e diferenciadas, se destaca e se sobrepõe às demais por
possibilitar pesquisa mais ampla e abrangente em um único local, facilitando sobremaneira o trabalho da reduzida equipe da Seção de Compras.

Pelo acima exposto, a contratação pretendida se dará por inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do art. 25 da Lei n. 8.666/93.

Registre-se que a empresa Negócio Públicos é detentora de Atestado de Exclusividade

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Silvia Maria Guapindaia Peixoto	**silvia.peixoto@cnj.jus.br**	**5012**	**SECOM**
Winston Barbosa do Nascimento	**winston.nascimento@cnj.jus.br**		**SECOM**

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE COMPRAS**, em 08/08/2022, às 16:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1373103** e o código CRC **BDBD185A**.

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Assinatura de acesso para ferramenta de pesquisa e comparações de preços praticados pela Administração Pública, para instrução de processos de aquisição de contratação do Conselho Nacional de Justiça.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

Ferramenta de pesquisa de preços on-line, com mais de uma plataforma de realização de licitação e dispensa, com dois acessos.

1.2. NATUREZA DO OBJETO

Trata-se de uma assinatura com validade de 12 meses.

1.3. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Assinatura de ferramenta de pesquisa de preços	unid	1	1

1.3.1. PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM O

OBJETO

Não há parcelamento por se tratar de um único item.

4. **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Assinatura do vigência de 12 meses, a contar do emissão da nota de empenho

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

O presente Termo de Referência foi elaborado de acordo com o estudo preliminar aprovado (1374636), constante do Processo SEI 05817/2022 .

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADQUIRIDA/CONTRATADA

O Banco de Preços, serviço oferecido pela empresa Negócios Públicos, detentora de certificado de exclusividade, possibilita a realização de uma ampla pesquisa, de maneira simples e segura, mediante o emprego de filtros extraídos do art. 15 da Lei 8.666/93, de entendimentos consolidados do TCU e da Instrução Normativa nº 5/14-SLTI/MPOG, com aplicação em âmbito federal, de forma compatível com as normas legais e com as finalidades administrativas. Considerando as rotinas internas desta Administração, é possível afirmar que a ferramenta possui potencial para contribuir fundamentalmente com o melhor desempenho das funções administrativas atreladas às contratações públicas. Assim, tendo em vista as dificuldades de obtenção de propostas de preços necessárias à instrução dos processos licitatório do CNJ, conforme determina a legislação pertinente, percebeu-se a necessidade de se buscar instrumentos que auxiliem no desenvolvimento dessas atividades, conferindo-lhes maior agilidade e confiabilidade. Ferramenta de Pesquisa, com a maior base de preços públicos do Brasil, abrangendo além das licitações dos Órgãos Federais, as licitações realizadas por Estados e Municípios, em diversas plataformas eletrônicas, bem como as contratações diretas, sendo possível a escolha fácil da modalidade que se quer pesquisar, uma ou várias. Utiliza base dados atualizada de diversos sistemas de compras, como o Comprasnet, e-Licitação, Banrisul, Bolsa Eletrônica de Compras,, Licitanet e fontes especializadas na mídia. Além da pesquisa de preços, a ferramenta auxiliar na especificação do objeto, na justificação de licitações exclusivas ME/EPP, na negociação de preços, na comprovação de vantajosidade para prorrogação de contratos, revisões de preços, verificação de inidoneidade de fornecedores, entre outras Termo de Referência / Projeto Básico 1375344 SEI 05817/2022 / pg. 2 Possui base de preços públicos com mais de 539 fontes, e apresenta preços de diversos sites de domínio amplo com foto do objeto a ser cotado. Isso facilita em muito a pesquisa de preços. Permite consultar não só os preço do vencedor da licitação, mas os todos os preços iniciais e finais de todos os licitantes em um único documento. Disponibiliza opção de visualizar e realizar o download de todos os documentos enviados pela empresa vencedora, como

documentos de habilitação, a proposta de preços, bem como a íntegra dos Editais e anexos. Disponibiliza módulo de consulta de planilhas de custos de serviços de terceirização. Apresenta nos relatórios a justificativa sobre o método matemático aplicado na consulta dos preços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa fornecedora da solução deverá apresentar a Certificado de Exclusividade.

4.1 Sujeição às normas técnicas e legais

A Contratada deverá observar o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ.

4.2 Critérios de sustentabilidade socioambiental

Contratada deverá observar a Resolução CNJ n. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário.

4.3. Requisitos de qualidade

A ferramenta deverá dispor de base de dados ampla, com mais de uma plataforma de realização de licitação e dispensa, para permitir pesquisa ampla e abrangente. Deverá ter um sistema de atualização diária, bem como permitir celeridade na pesquisa, com tempo de retorno o menor possível, com o intuito de viabilizar pesquisa de objeto com quantidade expressiva de itens.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

5.1. Indicar Local e Horário dos Serviços/Fornecimentos

A ferramenta deverá estar disponível 24 h por dia, inclusive feriados e fins de semana.

5.2. Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ é de segunda a sexta 12h às 19h

5.3. Ordem de Execução

A contratada deverá disponibilizar a senha de acesso até 24 horas, no máximo, após o recebimento da nota de empenho.

5.4. Cronograma de Execução, caso existirem várias etapas.

Não se aplica, a senha de acesso será fornecida após o recebimento da nota de empenho

5.5. Garantia ou assistência técnica.

A empresa deverá disponibilizar suporte técnico on-line, para sanar problemas enfrentados durante o uso da ferramenta ou dirimir dúvidas quanto a utilização das opções, por e-mail ou telefone de atendimento ao usuário.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CONTRATADA

6.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Não se aplica

6.2. Qualificação econômico-financeira

A contratada deverá estar em dias com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

7. CRITÉRIO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

Após comprovação de que o preço ofertado pela empresa é o mesmo praticado com outros órgãos públicos, e verificação do certificado de exclusividade, a empresa será contratada com fulcro no caput do art. 25, da Lei n. 8.666/93.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Gestão do contrato)

O funcionamento da ferramenta será acompanhado por gestor designado durante a vigência da assinatura.

9. FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Os serviços serão recebidos definitivamente após a liberação da senha e comprovação do acesso à ferramenta de pesquisa.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo de até 30 dias do recebimento do objeto, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos: a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso); a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada. b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização. c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições. d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1.1. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências;

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

11.3. Recusar, no todo ou em parte, produtos e serviços que não atenderem às disposições deste Termo de Referência e qualquer serviço executado fora das condições contratadas ou do bom padrão de execução;

11.4. Conferir e atestar, por intermédio do servidor especialmente designado (gestor), a Nota fiscal referente ao serviço;

11.5. Efetuar o pagamento devido pela execução ds serviço, dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades exigidas; e Termo de Referência;

11.6. Aplicar as sanções previstas neste Termo de Referência, assegurando à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

12. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

12.1 Entregar a senha de acesso no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Nota de Empenho;

12.2. Executar os serviços constantes deste Termo de Referência de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo CONTRATANTE;

12.3. A CONTRATADA deverá observar: ·

. Assinar o Termo de Responsabilidade com o Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo - Anexo A deste Termo de Referência.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA DESPESA

A despesa está estimada em R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a cobertura desta despesa fora previstos no Plano Anual de Contratações 2022,elaborado pela Secretaria de Administração, Processo n. 09608/2021.

15. SANÇÕES

15.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, c/c a Instrução Normativa n. 67/2020-CNJ, a Contratada ficará sujeira, assegurada prévia e ampla defesa, as seguintes sanções:

15.1.1 Advertência..

15.1.2 Multa

a) de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento da senha de acesso aos serviços, limitada a 5 (cinco) dias;

b) de 10% (dez por cento) ao dia, sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado para disponibilizar a senha de acesso, por prazo superior a 5 (cinco) dias

c) de 15 (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação e de interrupção do serviço, por prazo superior a 5 (cinco) dias, sem justificativa e prévia comunicação à contratante.

d) de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das demais consequências oriundas da rescisão unilateral da avença.

15.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) a

.15.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.1.5 As sanções previstas nos itens 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, às penas previstas na alínea 15.1.2

15.1.6 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à Contratada ou cobrado judicialmente

15.1.7 Todas as sanções deverá ser registradas no SICAF.

16. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de apresentação de garantia contratual.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compõe este Termo o ANEXO A: Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça

ANEXO “A” – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis. _____, _____ de _____ de _____

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE COMPRAS**, em 19/08/2022, às 10:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1381936** e o código CRC **7A0AFF15**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 05817/2022
Assunto: Assinatura da ferramenta denominada Banco de Preços,com dois acessos
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 24/08/2022

				Empenho 361/2022 - Base Aérea de Anápolis			Empenho .FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - Governo do MT			Empenho 590/22 - Prefeitura Municipal Santa Inês/BA			Empenho 210/2022 - Justiça Federal de Primeiro Grau - Ceará			Empresa: NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda. CNPJ: 07.797.967/0001-95			VALOR MÉDIO (A)		VALOR MÍNIMO (B)		% VARIAÇÃO ENTRE (A) E (B)
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor							
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim					
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Unitário	Total	
Assinatura do Banco de Preços	1	Serv.	1	10.865,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	9.635,00	9.635,00	9.635,00	9.635,00	9.635,00	9.635,00	10.373,00	10.373,00	9.635,00	9.635,00	7,66%
VALOR TOTAL						**10.865,00**			**10.865,00**			**10.865,00**			**9.635,00**			**9.635,00**		**10.373,00**		**9.635,00**	7,66%

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado: 10.373,00 **(dez mil trezentos e setenta e três reais)**

Valor mínimo total estimado: 9.635,00 **(nove mil seiscentos e trinta e cinco reais)**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 05817/2022

Ementa: Contratação de assinatura de ferramenta de pesquisa denominada “Banco de Preços”. NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda.. Inexigibilidade de licitação. Fornecedor exclusivo. Análise e chancela.

Senhora Assessora-Chefe,

Vieram os autos à Assessoria Jurídica, por meio do Despacho SAD n. 1391184, em atendimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/1993, para análise jurídica da contratação da empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda., detentora de exclusividade sobre o fornecimento da ferramenta de pesquisa “Banco de Preços”, mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, *caput* da mencionada Lei n. 8.666/1993.

2. Para tanto, os autos foram instruídos com os principais documentos e informações necessários à regular formação do procedimento de inexigibilidade, que são a seguir mencionados:

I – Estudos Preliminares (arquivo SEI 1373103);

II – Termo de Referência (arquivo SEI 1381936), elaborado pela Seção de Compras (SECOM), unidade técnica demandante da contratação;

III – Proposta da empresa selecionada e mapa comparativo de preços (arquivos SEI 1384328 e 1388171);

IV – Classificação da despesa e indicação da disponibilidade orçamentária (arquivos SEI 1388420 e 1388797); e

V – Declaração do SICAF e certidões visando atestar a capacidade e a higidez da empresa para contratar com a Administração (arquivo SEI 1389108, 1389110, 1389114, 1389116, 1389117 e 1389230).

3. Os Estudos Preliminares e o Projeto Básico (arquivos SEI 1373103 e 1381936) foram aprovados pelo Sr. Secretário de Administração por meio dos Despachos SAD n. 1374636 e 1391184, com fundamento na Portaria DG CNJ n. 411, de 30 de novembro de 2018, nos termos do inciso I do § 2º e § 9º do art. 7º da Lei n. 8.666/1993.

É o relatório.

ANÁLISE

4. Precede esta análise a averiguação do atendimento aos requisitos elencados em lista de verificação (arquivo SEI 1396093), por força de determinação proveniente da Diretoria-Geral deste Conselho (arquivo SEI 0170231).

5. Ademais, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta. Esse exame não contempla revisão de cálculos ou crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

6. O art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, determinou a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao ressalvar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, especificados na legislação.

7. O objeto da contratação, por ser serviço que somente pode ser disponibilizado por fornecedor único, encontra adequação legal no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/1993. Isso se dá pois, conformeconsta do manual de compras diretas do Tribunal de Contas da União (TCU), a principal característica a ser observada é a inviabilidade de competição, que impossibilita a realização de certame licitatório:

> c) Caracterização da inexigibilidade
>
> No art. 25, caput, é prevista a inexigibilidade de licitação, tendo como principal característica a inviabilidade de competição, o que torna inviável a realização de certame licitatório. Em complemento à regra prevista no caput do artigo, a norma apresenta em seus incisos três situações em que se caracterizaria a inexigibilidade.
>
> (...)
>
> Portanto, o requisito principal da inexigibilidade está no caput do artigo, sendo os seus incisos hipóteses meramente exemplificativas.
>
> (...)
>
> No inciso I, caso em que a licitação é inexigível pela existência de fornecedor exclusivo, é necessária a sua comprovação por meio de carta de exclusividade fornecida pela junta comercial ou registro de propriedade intelectual (INPI) ou pelo Sindicato ou entidade semelhante que represente as empresas do ramo. Em casos específicos, em que não for possível a emissão da referida carta, deve o gestor apresentar, documentalmente, todos os elementos suficientes à caracterização da inviabilidade de competição, sendo a inexigibilidade fundamentada na regra do caput do artigo.

8. Ainda nessa seara, cumpre trazer excerto do Acórdão n. 1.096/2007 - Plenário, exarado pelo TCU, *in verbis*:

> Abstenha-se de realizar a contratação de serviços com fundamento no inciso I do art. 25 da Lei no 8.666/1993, já que este dispositivo e especifico para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

> Contrate serviços diretamente, por inexigibilidade de licitação, somente quando restar comprovada a inviabilidade de competição, em consonância com o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei no 8.666/1993.

9. No caso em tela, a inexigibilidade se justifica por ser a ferramenta de pesquisa “Banco de Preços” a única capaz de atender à demanda do CNJ, sendo a empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda. fornecedora exclusiva do serviço almejado, o que inviabiliza o procedimento competitivo.

10. Nesse sentido, juntou-se aos autos atestado de exclusividade emitida pela Associação Comercial do Paraná (ACP) (arquivos SEI 1389104), posteriormente confirmada pela unidade demandante (arquivos SEI 1389232), atestando que a empresa a ser contratada é a autora e única fornecedora do produto “Banco de Preços”.

11. Visando explicitar a necessidade de contratação específica da ferramenta descrita, assim se manifestou a SECOM (arquivo SEI 1381936):

> O Banco de Preços, serviço oferecido pela empresa Negócios Públicos, detentora de certificado de exclusividade, possibilita a realização de uma ampla pesquisa, de maneira simples e segura, mediante o emprego de filtros extraídos do art. 15 da Lei 8.666/93, de entendimentos consolidados do TCU e da Instrução Normativa nº 5/14- SLTI/MPOG, com aplicação em âmbito federal, de forma compatível com as normas legais e com as finalidades administrativas. Considerando as rotinas internas desta Administração, é possível afirmar que a ferramenta possui potencial para contribuir fundamentalmente com o melhor desempenho das funções administrativas atreladas às contratações públicas. Assim, tendo em vista as dificuldades de obtenção de propostas de preços necessárias à instrução dos processos licitatório do CNJ, conforme determina a legislação pertinente, percebeu-se a necessidade de se buscar instrumentos que auxiliem no desenvolvimento dessas atividades, conferindo-lhes maior agilidade e confiabilidade. Ferramenta de Pesquisa, com a maior base de preços públicos do Brasil, abrangendo além das licitações dos Órgãos Federais, as licitações realizadas por Estados e Municípios, em diversas plataformas eletrônicas, bem como as contratações diretas, sendo possível a escolha fácil da modalidade que se quer pesquisar, uma ou várias. Utiliza base dados atualizada de diversos sistemas de compras, como o Comprasnet, e-Licitação, Banrisul, Bolsa Eletrônica de Compras,, Licitanet e fontes especializadas na mídia. Além da pesquisa de preços, a ferramenta auxiliar na especificação do objeto, na justificação de licitações exclusivas ME/EPP, na negociação de preços, na comprovação de vantajosidade para prorrogação de contratos, revisões de preços, verificação de inidoneidade de fornecedores, entre outras Termo de Referência / Projeto Básico 1375344 SEI 05817/2022 / pg. 2 Possui base de preços públicos com mais de 539 fontes, e apresenta preços de diversos sites de domínio amplo com foto do objeto a ser cotado. Isso facilita em muito a pesquisa de preços. Permite consultar não só os preço do

vencedor da licitação, mas os todos os preços iniciais e finais de todos os licitantes em um único documento. Disponibiliza opção de visualizar e realizar o download de todos os documentos enviados pela empresa vencedora, como documentos de habilitação, a proposta de preços, bem como a íntegra dos Editais e anexos. Disponibiliza módulo de consulta de planilhas de custos de serviços de terceirização. Apresenta nos relatórios a justificativa sobre o método matemático aplicado na consulta dos preços.

12. No que se refere ao cumprimento dos requisitos elencados nos incisos do art. 26 da Lei n. 8.666/1993, observa-se da instrução processual que foi justificada a razão da escolha do fornecedor (arquivos SEI 1373103 e 1381936), bem como a adequação dos valores a serem despendidos para a obtenção do objeto pretendido (arquivos SEI 1388171 e 1389232).

13. Não custa frisar que, conforme preconizado no *caput* do supracitado art. 26 da Lei n. 8.666/1993, as situações de inexigibilidade deverão ser comunicadas dentro de 3 (três) dias à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

14. No que tange à regularidade da pessoa jurídica a ser contratada, consta dos autos documentação visando atestar a sua higidez (arquivo SEI 1389108, 1389110, 1389114, 1389116, 1389117 e 1389230).

15. Recomenda-se, contudo, como medida que objetiva resguardar a Administração, que sejam juntadas as certidões referentes às consultas realizadas no cadastro de licitantes inidôneos, do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do portal da transparência, e no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados (CADIN), do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo federal (SIAFI).

16. Ademais, sugere-se nova verificação da regularidade da empresa de forma imediatamente anterior à contratação, a fim de se confirmar que sua situação não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que visam atestar a sua regularidade poderão expirar com o decurso do tempo.

17. No atinente ao instrumento que formalizará a relação entre as partes (CNJ e fornecedor), poderá ser adotada a Nota de Empenho como sendo o instrumento equivalente ao contrato. Tal substituição encontra respaldo legal no *caput* do art. 62, da Lei n. 8.666/1993. Ressalta-se, conforme § 2º do art. 62, que ao instrumento equivalente aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55, da Lei n. 8666/1993, devendo, portanto, o gestor, no momento da emissão da Nota de Empenho, observar tal preceito legal.

18. Por fim, cumpre salientar que a contratação pretendida está incluída no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme se observa na planilha contida no arquivo SEI n. 1391957, em que, conforme informado no Despacho SAD n. 1391184, já constam os valores ajustados para a referida contratação.

CONCLUSÃO

19. Ante o exposto, ressalvadas as observações e recomendações contidas nos itens 13 e de 15 a 17 do presente opinativo, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade da contratação direta da empresa NP Tecnologia e Gestão de

Dados Ltda., por inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do art. 25, da Lei n. 8.666/1993.

É o parecer.

Brasília, 8 de setembro de 2022.

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor Jurídico

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com o parecer acima. Seguem os autos para as providências subsequentes.

Brasília, 8 de setembro de 2022.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias

Assessora-Chefe AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 21/09/2022, às 16:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 21/09/2022, às 16:27, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1396099** e o código CRC **52799FF0**.

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de contratação, por inexigibilidade, de assinatura de acesso para ferramenta de pesquisa e comparações de preços praticados pela Administração Pública, para instrução de processos de aquisição de contratação do Conselho Nacional de Justiça.

Após aprovação dos Estudos Preliminares e Projeto Básico pela Secretaria de Administração (SAD), conforme Despachos n. 1374636 e 1391184, os autos foram encaminhados à Seção de Compras (SECOM), para realização de pesquisa de preços e demais atos tendentes a comprovar a compatibilidade do preço com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU 17/2009.

A SECOM realizou a pesquisa de preços, com vistas a verificação da compatibilidade do preço da proposta 1384328, com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados.

Após todo trâmite necessário pra a realização da pesquisa de preços, conforme Despacho SECOM n. 1389232 e o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1388171), é possível inferir que o preço proposto pela empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda. está alinhado com o que vem sendo praticado em outros contratos.

Além disso, cabe esclarecer que, conforme observado, o valor constante do Mapa Comparativo aprovado é superior ao valor estimado no Plano das Contratações Anual (PCA), conduto, visando o ajuste necessário, foi remanejado o valor de R$ 1.835,00 (um mil oitocentos e trinta e cinco reais) do objeto "Suprimento de Fundos". A referida alteração consta na versão atualizada do PCA, conforme planilha 1391957.

Superada essa questão, registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1388420) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc.1388796 e Despacho SEPOR 1388797). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda., para contratar com a Administração, constam nos arquivos SICAF (1410680), CADIN (1410682) e Certidão Consolidada (1410689). Ademais, também constam nos autos o Atestado de Exclusividade da empresa (1389104) e a Comprovação de Autenticidade (1389106).

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1410691, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> (...)

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, **declaro a inexigibilidade de licitação**, para contratar a empresa **NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda**., no valor de **R $ 9.635,00 (nove mil seiscentos e trinta e cinco reais)**, para contratação de assinatura de acesso para ferramenta de pesquisa e comparações de preços praticados pela Administração Pública, para instrução de processos de aquisição de contratação do Conselho Nacional de Justiça.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das empresas supramencionadas.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e para a Secretaria de Administração, para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ e demais providências subsequentes.

Respeitosamente,

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 28/09/2022, às 16:32, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1410806** e o código CRC **B8E0CCA9**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1410806, bem como do Parecer AJU 1396099, manifestando-se pela legalidade da presente contratação direta, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R $ 9.635,00 (nove mil seiscentos e trinta e cinco reais)**, e **autorizo** a contratação da empresa **NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda**., CNPJ nº 07.797.967/0001-95**,** com vistas à contratação de assinatura de acesso para ferramenta de pesquisa e comparações de preços praticados pela Administração Pública, para instrução de processos de aquisição de contratação do Conselho Nacional de Justiça.

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de inexigibilidade e demais providências cabíveis.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para a emissão de nota de empenho em favor da mencionada empresa.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 28/09/2022, às 17:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1410961** e o código CRC **1D4E745C**.

Data e hora da consulta: 29/09/2022 10:35
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	360	2022PE000297

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339039	40130	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
28/09/2022	Ordinário	05817/2022	-	9.635,00

Favorecido

Código	Nome
07.797.967/0001-95	NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

Endereço	CEP
IZABEL A REDENTORA 2356 EDIF LOEWEN SL 117 CENTRO	83005-010

Município	UF	Telefone
CURITIBA	PR	(41) 3778-1830

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
05817/2022. CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUISA DE PREÇOS ON LINE. CONFORME DESPACHO 1410961-DG.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	28/09/2022 18:33:48	Alteração

Data e hora da consulta: 29/09/2022 10:35
Usuário: ***.349.761-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	9.635,00

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUISA DE PREÇOS ON LINE. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROJETO BÁSICO 1391184.	9.635,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
28/09/2022	Inclusão	1,00000	9.635,0000	9.635,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
28/09/2022 18:33:48

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
28/09/2022 18:00:47

Versão	Data/Hora	Operação
002	28/09/2022 18:33:48	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento: “Palestra de encerramento anual”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Termo de Referência/Projeto Básico **03**
Proposta **07**
Informações Gerais **09**
Ato declaração de inexigibilidade **13**
Nota de empenho **14**

CNJ	**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO** *DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS*

PROJETO DE EVENTO INTERNO DE CAPACITAÇÃO

PALESTRA DE ENCERRAMENTO ANUAL

I – IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. Fundamentação legal: Instrução Normativa nº 25/2009, que regulamenta o programa de Educação Corporativa**, Instrução Normativa nº 35/2015,** que dispõe sobre a participação de servidores do CNJ em ações de Educação Corporativa, **e Resolução nº 192/2014,** que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;

2. Área interessada: Todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça

3. Coordenadores: Juliana Almeida e Mariana Ansani

4. Público-alvo: Gestores, servidores, colaboradores e estagiários do Conselho Nacional de Justiça

5. Vagas: Até 174 vagas

II – JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o retorno dos servidores ao regime híbrido de trabalho e o desafio que essa dinâmica traz ao CNJ, a SEDUC propõe a realização de palestra motivacional que discuta não somente a importância das interações humanas, mas também proporcione um momento de encerramento do ano e integração do público interno.

Aponta-se que todas as unidades podem ser impactadas com a realização da capacitação, considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ (1430389). Vale lembrar que o evento será **contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ).** A oferta desta palestra pode contribuir para o desenvolvimento de competências previstas no Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo (1430390).

Por fim, a capacitação requerida coaduna-se com o Planejamento Estratégico do CNJ 2021/2026, estabelecido na Portaria CNJ nº 104/2020, em relação aos objetivos estratégicos "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas" e "Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua".*

III – OBJETIVO GERAL

Motivar o retorno dos servidores ao regime híbrido de trabalho, discutindo a importância das interações humanas, e proporcionar integração do público interno.

IV – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar o cenário emocional pandêmico e pós pandemia;
- Refletir a respeito das consequências do trabalho online e presencial;
- Discutir a importância da conectividade humana.

V – IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

1. Data: 7 de dezembro de 2022

2. Horário: das 14h30 às 15h30

3. Carga Horária: 1 hora

4. Local de realização: Auditório do CNJ (o evento também será transmitido on-line para o público interno)

5. Número de vagas: 174

6. Inscrições: Formulário do Office 365

7. Cronograma de atividades para implementação do projeto:

DESCRIÇÃO/ETAPA	ATIVIDADE
1ª Etapa: Escolha da empresa	- Encaminhar e-mail à empresa selecionada
2ª Etapa: Contratação	- Aguardar a aprovação do projeto pela SGP/DG
3ª Etapa: Divulgação e inscrição dos participantes	- Enviar e-mail de divulgação do evento
	- Fechamento da turma
4ª Etapa: Treinamento	- Realização do evento
5ª Etapa: Avaliação	- Avaliação do evento e do instrutor
6ª Etapa: Certificação	- Envio de certificados
7ª Etapa: Pagamento	- Realizar pagamento da empresa

VI – METODOLOGIA

Palestra *on-line* expositiva com espaço para perguntas e participação ao final do evento.

VII – INSTRUTOR SUGERIDO

Gabriel Zeini: Graduação em Psicologia pelo UniCeub. Especialização em Análise do Comportamento. Especialização em Neuroaprendizagem pela Unyleya. Curso de formação em Psicologia Infantil pelo ITCR (Instituto de Terapia por Contingência de Reforço). Terapeuta ACT (terapia de aceitação e compromisso) pelo Hospital das Clínicas - USP. Ministra palestras em eventos no campo da psicologia e educação em escolas. Atual Diretor e Responsável técnico da Clínica Ânima.

VIII – CONTRATAÇÃO

Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento é de **R$ 1.000,00 (um mil reais),** conforme Doc. SEI nº 1430380. O custo por participante é de **R$ 5,74 (cinco reais e setenta e quatro centavos)**, tendo em vista a capacidade de ocupação do Auditório do CNJ (174 pessoas).

O valor negociado para o CNJ está **de acodo** com o valor cobrado pela empresa em palestras similares, em relação a outras instituições, conforme abaixo*:

ÓRGÃO	PALESTRA	Nº DE VAGAS	FORMATO	CARGA HORÁRIA	VALOR TOTAL
CNJ	**Palestra de encerramento anual**	**174**	**Presencial**	**1h**	**R$ 1.000,00**

EMPRESA	CARGA HORÁRIA	FORMATO	VALOR TOTAL (Doc. SEI 1430385)
Idea Serviços Educacionais Ltda	1 h	Presencial	R$ 1.000,00
CCLA CREDIEMBRAPA	1 h	Presencial	R$ 1.000,00
Valor médio			

***Vale ressaltar que a empresa não dispõe de outras notas fiscais de palestras para fins de comparativo de preços, conforme e-mail (Doc. SEI 1430385, pág. 4).**

O inciso XXI, artigo 37 da nossa Carta Magna regra sobre a obrigatoriedade da Administração Pública em realizar suas contratações através de processo licitatório:

> XXI – **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifo e negrito nosso)

Percebe-se que a Constituição concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária.

Diante disso, a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) estabeleceu a figura da dispensa de licitação (art. 75) e da contratação por inexigibilidade (art. 74). Em suma, a diferença básica entre as duas hipóteses é que na inexigibilidade não há possibilidade de competição e na dispensa a competição é viável, poderia haver licitação, porém diante das circunstâncias peculiares a Lei facultou alguns cenários em que a licitação poderá ser dispensada, ficando na competência discricionária da Administração.

Quanto à **singularidade** do evento, cabe destacar que a capacitação em questão não é um treinamento convencional nem rotineiro encontrado livremente no mercado. De acordo com a proposta comercial (Doc. SEI nº 1430380):

> "A palestra tem por objetivo geral motivar o momento de retorno de alguns servidores ao trabalho presencial e também àqueles que permanecerão no remoto da importância do trabalho e suas interações humanas. Sendo também um momento de fechamento do ano e integração de seus colaboradores".

No que tange ao nosso tema, o artigo 74 do Estatuto das Licitações versa que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Trata-se de contratação com inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, consistentes no esforço humano, de difícil comparação.

Aliás, a Corte de Contas Federal assentou entendimento na Súmula nº 39 quanto à singularidade do objeto, *in verbis*:

> "A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993."

Além disso, o psicólogo **Gabriel Zeini** possui **notória especialização** no tema afeto. A notória especialização profissional decorre, portanto, de elevado grau de respeitabilidade e de admiração, de forma que se permita inferir que o trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. A contratação pretendida preenche os requisitos elencados no dispositivo supra exposto (inexigibilidade), uma vez que o professor dispõe, conforme análise da documentação encaminhada a este Conselho, de notória especialização acadêmica e profissional.

Salienta-se, ainda, que a referida solicitação contempla as recomendações da Secretaria de Controle Interno, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Contratação de Cursos de Treinamento de Pessoal - *in company* - Inexigibilidade (Doc. SEI n° 1430388). Cabe ressaltar os itens 39 a 58 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos internos por inexigibilidade, em razão da singularidade do objeto e notória especialização na prestação do serviço.

> (...)
>
> Da Contratação de Cursos de Treinamento de Pessoal - *in company* - Inexigibilidade
>
> 39. Cursos de treinamento de pessoal *in company* podem ser contratados pelo procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n. 8.666/93, desde que antes de qualquer providência seja declarada a singularidade do objeto pela autoridade competente e em seguida indicada detalhadamente as

razões da escolha do profissional/empresa expondo com clareza a notória especialização do futuro contratado.

40. Assim, o fundamento para a inviabilidade de competição na contratação de cursos com base no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei de Licitações decorre da declaração de singularidade do objeto, haja vista a impossibilidade de haver critérios objetivos que sustentem a licitação a ser realizada.

41. Posteriormente, contudo, será necessário indicar os motivos de escolha da empresa ou profissional para a execução do contrato, mediante identificação da notória especialização, conforme excerto extraído da decisão constante do Processo TC - 133.538/89 do Tribunal de Contas de São Paulo, *in verbis*:

(...)

É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de treinamentos *in company*, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos.

Cumpre, por fim, salientar o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

IX - DAS PENALIDADES

Ressalta-se que quanto às sanções, inclusive pecuniárias, para eventual descumprimento contratual, foram realizadas tratativas com a Seção de Elaboração de Editais (SEEDI), Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), gabinete da Secretaria de Administração (SAD) e Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), conforme processo SEI nº 15810/2017, Despacho SEDUC 0402192 e Despacho SAD 0571499:

(...)

Ressalte-se inicialmente, a natureza desse tipo de contratação, uma vez que se trata de um contrato de **adesão**, em que as empresas fornecedoras do curso divulgam a capacitação, cabendo aos interessados, aderir ou não aos moldes propostos. Dessa forma, caberia ao CNJ contratar com tal empresa ou escolher aquela que melhor atenda às suas necessidades.

Desde o início do processo de contratação, a SEDUC ressalta todas as exigências legais para que a empresa possa contratar com a Administração Pública.Verifica-se que nos casos em que as empresas que fornecem eventos externos para o CNJ não conseguem manter sua regularidade fiscal no exato momento do pagamento, o objeto do curso já foi prestado, havendo, portanto, a necessidade de pagamento. Isso porque a obrigação de fornecimento do curso já se exauriu, atingido seu objetivo, que é a capacitação do servidor solicitante.

Por outro lado, a criação de sanções de qualquer natureza para este tipo de descumprimento poderia criar embaraços à participação dos servidores deste Conselho nos cursos oferecidos pelo mercado - por se tratar de um contrato de **adesão**, as empresas fornecedoras do curso poderiam simplesmente se recusar a prestar o serviço educacional solicitado. Convém salientar, por fim, que, embora tenha havido casos de empresas que não conseguem manter a regularidade fiscal no momento do pagamento, tal não é a regra. A maioria dos fornecedores de capacitação procurados pelos servidores do CNJ tem sido capaz de honrar suas obrigações fiscais no momento do pagamento do curso.

Ainda a esse respeito, convém ressaltar o exposto pela Assessoria Jurídica no processo 00315/2017, em seu Despacho 0028750, item 1.7.1, que trata da situação do CNJ em contratos de adesão (tal como acontece na contratação de eventos externos, guardadas as peculiaridades deste tipo de contratação).

(...)

Importa salientar que não raramente os eventos externos de capacitação são ações únicas e específicas. Os próprios servidores solicitantes, quando em face de mais de uma ação com aparentemente o mesmo conteúdo, são chamados a justificar a escolha que mais bem atende suas necessidades. E mesmo em situações em que a entidade promotora não conseguiu manter sua regularidade fiscal no momento do pagamento, não vislumbramos em nenhum momento ilicitudes e/ou irregularidades graves, nem regras potencialmente geradoras de prejuízos ao Erário, como apontado no Despacho AJU acima.

Contudo, entende-se que é preciso tomar medidas para minimizar a chance de novas ocorrências desse tipo, inclusive para a eficiência dos trâmites processuais. Nesse sentido, a SEDUC já tem por rotina processual, frisar, por *e-mail*, no momento do envio da Nota de Empenho (Doc. SEI nº 0389761), a importância da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, no âmbito federal, estadual e municipal e após a conclusão da prestação do serviço, inclusive no momento de liquidação do pagamento, por tratar-se de condição necessária para firmar contrato com a Administração Pública. No intuito de minimizar a chance de irregularidades fiscais, a partir de agora, esta Seção também reforçará a recomendação de manutenção da regularidade fiscal no corpo do *e-mail* em que se acusa o recebimento da nota fiscal - momento próximo ao pagamento -, bem como, nas tratativas por telefone com a empresa.

(...)

Cumpre, salientar que, conforme as orientações do **Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ,** esta Seção realiza:

- Consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Juntada da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista;
- Juntada das Certidões Negativas de Débito (INSS), Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF), Certificado de Regularidade do FGTS (CEF), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST).

X – VALOR DO INVESTIMENTO

Conforme proposta encaminhada (1430380) o investimento total será de **R$ 1.000,00 (um mil reais).**

XI – AVALIAÇÃO

1 – Avaliação dos participantes quanto aos critérios:

VARIÁVEIS	INDICADORES	CRITÉRIOS
Conteúdo do evento	Aquisição de novos conhecimentos; Desenvolvimento do conteúdo; Adequação do conteúdo à realidade do Conselho;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.
Organização do evento	Divulgação do treinamento; Horário de realização; Local de realização; Recursos audiovisuais;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.
Instrutor	Preparo e domínio do tema; Clareza; Atenção dos participantes; Estímulo à participação do grupo; Foco na apresentação do tema; Administração do tempo previsto.	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.

VARIÁVEIS	INDICADORES	CRITÉRIOS
Avaliação geral	Aproveitamento do curso; Expectativas;	No mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (em uma escala de 1 a 5) aos itens citados, para a capacitação ser considerada proveitosa.

XII – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

1. Assegurar o cumprimento do conteúdo programático do evento e da metodologia discriminada;
2. Supervisionar a qualidade acadêmica da palestra.

XIII – RESPONSABILIDADES DO CNJ

1. Coordenar e acompanhar a atividade acadêmica e operacional do treinamento;
2. Encaminhar o link de transmissão aos inscritos;
3. Realizar controle de frequência dos participantes;
4. Aplicar avaliação de reação ao final do evento;
5. Emitir certificado de participação.
6. Pagar a empresa em até 10 dias úteis após a realização do evento.

XIV – AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Avaliação do instrutor será elaborada e aplicada, no último dia de aula do curso.

O instrutor será avaliado nos seguintes itens: 1) domínio do tema; 2) clareza; 3) atenção dos participantes; 4) estímulo à participação do grupo; 5) foco na apresentação do tema; 6) administração do tempo previsto.

Será utilizada escala de 5 pontos, de 1 – discordo totalmente - a 5 – concordo totalmente. Para cada item, no mínimo 50% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3, para o item avaliado ser considerado proveitoso.

O resultado da Avaliação de Instrutor será utilizado como critério de aceitação dos serviços educacionais fornecidos, devendo ser considerado pela amostra de participantes como “proveitoso” para no mínimo 5 dos 6 itens avaliados.

Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado “não proveitoso”, os serviços educacionais fornecidos serão considerados não-aceitos.

Na hipótese de não-aceitação, o instrutor deve oferecer outro treinamento de igual teor, e só será pago pelo serviço de Instrutoria se este for considerado proveitoso.

XV - RISCOS

RISCO	PROBABILIDADE	GRAU DE IMPACTO	AÇÃO
Não alcance do número mínimo de participantes	BAIXA	MÉDIO	- Realizar estratégia de comunicação, em parceria com a SCS - Divulgar evento com antecedência.
Demora na tramitação do processo	BAIXA	MÉDIO	- Sensibilizar todas as unidades envolvidas antes da tramitação do processo no siste reunião, apresentando o projeto e sua importância.
Falta de servidor para coordenar o evento	MÉDIA	ALTO	Adiar a data do evento.
Sobrecarga de demandas na unidade	ALTA	ALTO	Adiar a data do evento.
Problemas com a transmissão online	MÉDIA	MÉDIO	- Realizar teste de transmissão no dia anterior ao início do evento para testar qualid vídeo, iluminação, etc.

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 29/11/2022, às 18:21, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1430392** e o código CRC **E1202214**.

Clínica Multidisciplinar da Família

PROPOSTA PALESTRA MOTIVACIONAL

Objetivo

A palestra tem por objetivo geral motivar o momento de retorno de alguns servidores ao trabalho presencial e também aqueles que permanecerá no remoto da importância do trabalho e suas interações humanas. Sendo também um momento de fechamento do ano e integração de seus colaboradores.

Metodologia

A palestra será presencial e gravada para os servidores poderem acompanhar nas plataformas digitais.

Conteúdo Programático

- Contextualizar o cenário emocional pandêmico e pós pandemia;
- Trabalho online ou presencial quais suas consequências;
- A importância da conectividade humana.

Investimento

O valor total será de R$ 1.000 (um mil reais), para a palestra com até 1h de duração no dia 7/12, das 14h30 às 15h30. Nesse investimento estão considerados o tempo de preparação do material e a formação do palestrante. Lembrando que o material pode ser disponibilizado para a instituição contratante.

Valor esse que pode ser repassada para a empresa Clínica Anima portadora do CNPJ 192168850001-99. Anima Clinica. Banco do Brasil

AG. 3476-2

CC. 29927-8

Mini Currículo

- Especialização em Análise do Comportamento.
- Especialização em Neuroaprendizagem pela Unyleya.
- Curso de formação em Psicologia Infantil pelo ITCR (Instituto de Terapia por Contingência de Reforço).
- Terapeuta ACT (terapia de aceitação e compromisso) pelo Hospital das Clínicas USP.
- Ministra palestras em eventos no campo da psicologia e educação em escolas.
- Atual Diretor e Responsável técnico da Clínica Ânima.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1451077
Processo: 10413/2022
Assunto: **"Palestra de encerramento anual"**

1. Trata-se de projeto para a realização da **"Palestra de encerramento anual"**, no dia 7 de dezembro de 2022, das 14h30 às 15h30, promovida pela Ânima Clínica Integrada Ltda, CNPJ: 19.216.885/0001-99, conforme Doc. SEI nº 1430380.

2. Tendo em vista o retorno dos servidores ao regime híbrido de trabalho e o desafio que essa dinâmica traz ao CNJ, a SEDUC propõe a realização de palestra motivacional que discuta não somente a importância das interações humanas, mas também proporcione um momento de encerramento do ano e integração do público interno.

3. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento podem proporcionar uma atualização dos conhecimentos dos servidores e colaboradores de todas as unidades do CNJ, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1430387). Dessa forma, o evento será **contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ).**

4. A ação de capacitação sugerida está alinhada aos objetivos estratégicos "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas" e "Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua"*, previstos no art. 3º, XVI e XVII, respectivamente, da Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

5. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 5 desta Informação.

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item VIII - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1430392).

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1430392.

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1430380.

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas Fiscais 1430385 e Item VIII - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1430392).

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1430386.

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Contrato Social 1430384.

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1430383.

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho 1451046.

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 3 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1430392).

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1451072.

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 7, "c", da presente Informação.

6. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1451046, entendemos ser possível a contratação do evento.

7. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) **Aprovar** o Projeto Básico 1430392;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, **com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93**, caso esteja de acordo com o evento em tela. Vale pontuar que, conforme Despacho DG 1407499, as contratações de cursos externos de capacitação serão autorizadas, excepcionalmente, ainda com fundamento na Lei n. 8.666/93, até que haja definição de novo fluxo deste tipo de contratação sob o pálio da Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021).

c) Submeter os autos à Diretoria-Geral para: **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 1.000,00 (um mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à

Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

8. Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (** 1430392**) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação da **"Palestra de encerramento anual"**, prevista para o dia 7 de dezembro de 2022, das 14h30 às 15h30, promovida pela Ânima Clínica Integrada Ltda, CNPJ: 19.216.885/0001-99, conforme Doc. SEI nº 1430380.

2. Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovar** a despesa no valor de **R$ 1.000,00 (um mil reais) e autorizar** a contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Rogério Alves Lima

Secretário de Gestão de Pessoas em exercício

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ALVES LIMA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 01/12/2022, às 12:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 01/12/2022, às 13:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1451570** e o código CRC **E9CF620F**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - Brasília/DF - CEP 70070-600
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (0801055) e da Informação SEDUC (1451570), **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no inciso II do art. 25 c/c o inciso VI do art. 13 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) e **autorizo** a contratação da empresa Ânima Clínica Integrada Ltda, CNPJ nº 19.216.885/0001-99, com vista a realização da **"Palestra de encerramento anual"**, no dia 7 de dezembro de 2022, das 14h30 às 15h30, considerando o retorno dos servidores ao regime híbrido de trabalho e o desafio que essa dinâmica traz ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 01/12/2022, às 16:14, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1452188** e o código CRC **CF313595**.

10413/2022 1452188v4

Data e hora da consulta: 02/12/2022 13:17
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	399	2022PE000362

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
01/12/2022	Ordinário	10413/2022	-	1.000,00

Favorecido

Código	Nome
19.216.885/0001-99	ANIMA CLINICA INTEGRADA LTDA

Endereço	CEP
SEPS 714/914 41 CONJ D ASA SUL	70390-145

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
94	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-

Descrição
10413/2022. EVENTO INTERNO DE CAPACITAÇÃO: PALESTRA DE ENCERRAMENTO ANUAL. CONFORME DESPACHOS 1452188/DG E INFORMAÇÃO 1451570/SEDUC.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/12/2022 10:57:13	Alteração

Data e hora da consulta: 02/12/2022 13:17
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	1.000,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	PALESTRA DE ENCERRAMENTO ANUAL, NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022, DAS 14H30 ÀS 15H30, NA MODALIDADE PRESENCIAL: O RETORNO DOS SERVIDORES AO REGIME HÍBRIDO DE TRABALHO E O DESAFIO DESSA DINÂMICA AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. DEMAIS CONDIÇÕES NO TR/PB 1430392/SEDUC E PROPOSTA 1430380/SEDUC.	1.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/12/2022	Inclusão	1,00000	1.000,0000	1.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
02/12/2022 10:57:13

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
02/12/2022 10:42:28

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/12/2022 10:57:13	Alteração

Inexigibilidade de Licitação



Evento: SEO – SEARCH ENGINE OPTIMIZATION

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD “Não se aplica” 00

Solicitação 03

Comparativo de valor 09

Parecer Jurídico 17

Declaração de Dispensa de Licitação/Inexigibilidade de Licitação 23

Declaração de Ratificação/Inexigibilidade de Licitação 26

Nota de Empenho 27

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO EXTERNO - 1311944 - SCS

Brasília, 04 de maio de 2022.

DADOS DO EVENTO	
Nome do Evento: SEO - Search Engine Optimization	
Período:	**Carga Horária: 8 (oito) horas**
Local de Realização:	**Turno:**
Entidade Promotora: Oficina da Palavra Ltda	**CNPJ: 03.930.917/0001-83**
Telefone: 61 99343-7371 / 61 99205-8798	**E-mail: relacionamento@oficina.ci**
Endereço: SHS Quadra 06 Conjunto A Bloco E sala 921 Ed. Brasil 21, CEP: 70.322-915, Brasília/DF	
Cidade: Brasília/DF	**UF: DF**
Valor Unitário:	**Valor Total: R$ 38.400,00**

PARTICIPANTES

Mat	**Nome**	**Cargo/Função**	**Ramal**	**Relatório de férias** (informe todos os períodos de férias marcados para o referido exercício)	**Participou de capacitação similar, custeada pelo CNJ, nos últimos 6 (seis) meses?** (SIM/NÃO)

1735	Rejane Maria Rodrigues Neves	Chefe da Seção de Comunicação Institucional	5483	11/05 a 19/05/2022 20/06 a 01/07/2022	Não
2244	Beatriz Lygia Dias Borges	Coordenadora de Imprensa	5461	29/03 a 12/04/2022 17/10 a 31/10/2022	Não
1913	Isaías Monteiro dos Santos	Técnico Judiciário	5472	17/11 a 16/12/2022	Não
1852	Manoella Maria Pereira Ramalho Martins	Técnico Judiciário	5469		Não
1710	André Luiz Rodrigues da Mota	Chefe da Seção de Áudio e Vídeo	5485	23/05 a 27/05/2022 12/09 a 23/09/2022 21/11 a 03/12/2022	Não
1774	Edgard Lima de Sousa	Chefe da seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral	5334		Não
1660	Rafael Antonio Sousa Spotto	Analista Judiciário	5334		Não
1239	Ricardo Marques Rosa	Analista Judiciário - FC6	5270		Não
1550	Guilherme Coutinho de Oliveira	Técnico Judiciário	5095	5 a 15 l/12/2022	Não

(X) Estou ciente de que posso ser convidado pelo CNJ para multiplicar o conhecimento adquirido neste evento.

Responda objetivamente aos itens abaixo:

1. Qual a situação que evidencia a necessidade da capacitação ou o problema que se pretende solucionar com esta capacitação?

Na Secretaria de Comunicação Social (SCS), os servidores desempenham funções diversas na área de comunicação a fim de otimizar a divulgação das ações e projetos do Conselho Nacional de Justiça. Dentre os canais de comunicação, o Portal CNJ e Intranet são os principais e de maior destaque, por conter todas as informações para o cidadão e o público interno e ser a maior fonte de conteúdo do Conselho. 2.No entanto, segundo as últimas análises, apresentadas inclusive na RAE (Reunião de Análise da Estratégia), o resultado dos canais se apresentou aquém da meta prevista no planejamento estratégico da SCS e em declínio, apesar de todos os esforços das equipes em manter e/ou aumentar o número dos acessos, com criação dedicada e exclusiva de conteúdo e toda estratégia envolvida. 2. Diante desse cenário, faz-se necessário a busca de novas ferramentas e métodos a fim de conter essa queda e aumentar os acessos aos canais do CNJ, em especial ao Portal, garantindo assim a devida divulgação das ações do CNJ e da Justiça a toda a sociedade, assim como as resoluções, decisões, campanhas e outros direitos dos cidadãos.

No âmbito de estratégias para potencializar e melhorar o posicionamento de um site nas páginas de resultados orgânicos- considerando que o a SCS não faz uso de mídia paga e não há previsão para isso, a ferramenta de SEO (SEARCH ENGINE OPTIMIZATION) é uma técnica de otimização para os motores de busca, isto é, um conjunto de técnicas que influenciam os algoritmos dos buscadores a definir o ranking de uma página para determinada palavra-chave que foi pesquisada pelo usuário. Desse modo, a partir da capacitação da equipe, é possível envolver os requisitos de SEO tanto no site como no desenvolvimento do conteúdo e estratégia dos demais canais de comunicação do órgão, influenciando positivamente o rankeamento do site do CNJ e das demais mídias nas ferramentas de busca, que são as principais porta de entrada dos usuários.

A necessidade de desenvolvimento, capacitação e atualização na metodologia é imprescindível, visto ser uma ferramenta extremamente complexa e dinâmica. A capacitação voltada para as necessidades particulares do CNJ, como órgão público da Justiça, é essencial. O conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades dos servidores, que atuam nas diversas áreas de comunicação da SCS, trazendo resultados imediatos à instituição, com fins, ainda, do cumprimento das metas previstas no Planejamento estratégico do CNJ.

2. Quais os requisitos mínimos necessários para que uma capacitação auxilie a resolver a situação apresentada no item 1.

Exemplos:

- Qual seria a formação ideal do professor?
- Qual seria a experiência ideal do professor?
- Qual seria a carga horária ideal da capacitação?
- Quais conteúdos programáticos deveriam ser abordados no evento?
- Qual seria a melhor época de realização para a capacitação?
- Qual seria o formato ideal (palestras, cursos presenciais, cursos a distância, oficinas práticas etc)

3. Considerando-se como parâmetro o Manual de Organização do CNJ e o Manual de Descrição e Especificação dos Cargos de Provimento Efetivo, enumere as atribuições do seu cargo e/ou da seção que serão impactadas com a realização da capacitação:

São competências da Secretaria de Comunicação Social:

I – produzir e gerenciar o planejamento de comunicação do Conselho Nacional de Justiça;

II – realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público;

III – colaborar no desenvolvimento de políticas e estratégias de interlocução com a mídia e com o público;

IV – planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras;

6.5.1 Seção de Comunicação Institucional

São competências da Seção de Comunicação Institucional:

I – produzir, gerenciar e executar ações de divulgação institucional, assim como manter relacionamento e prestar atendimento às unidades internas e demais Órgãos;

VIII – gerir o Plano de Comunicação Interna e o planejamento das ações;

IX – gerenciar e coordenar a comunicação interna do CNJ e promover a interação entre seus agentes;

X – gerir a intranet, no que diz respeito ao leiaute e à análise do conteúdo, assim como dispor sobre sua organização e padronização;

XII – produzir, gerenciar e manter atualizado o conteúdo da Intranet relacionado à Secretaria de Comunicação Social;

XIII – gerenciar os veículos de comunicação interna, como fixação de cartazes, murais, newsletter, e-mails marketing e demais veículos e materiais;

XIV – prestar apoio às áreas responsáveis pelo Portal e Redes Social do CNJ, para a produção de leiautes, peças publicitárias, vídeos, criação de conceitos e campanhas e demais necessidades;

XVI – atender a demandas externas relacionadas à comunicação institucional, a fim de auxiliar no cumprimento do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário;

6.5.2 Coordenadoria de Imprensa

São competências da Coordenadoria de Imprensa:

VI – publicar diariamente as notícias de interesse do público no Portal Conselho Nacional de Justiça;

JUSTIFICATIVA

Justifique, esclarecendo como o conteúdo do evento escolhido atende/supre suas lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) e/ou as atividades desenvolvidas em sua unidade de lotação:

A **Oficina da Palavra Ltda** é especialista no ensino de conteúdo de comunicação e demonstra domínio no assunto, assim como seu corpo docente, que possui formação acadêmica e experiência na área. A carga horária está dentro dos padrões viáveis para atendimento a todos os tópicos do curso. O conteúdo programático está de acordo com as necessidade de capacitações. O horário de realização é pertinente e o formato, como curso presencial , é ideal para o ensino do conteúdo, que tem abordagem prática e de trocas de experiência.

ORIENTAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Além do Formulário de Solicitação e do Termo de Compromisso, **é de responsabilidade exclusiva do servidor a inclusão dos seguintes documentos no processo de evento externo**:

- **Prospecto/Conteúdo Programático;**
- **Relatório "Lacunas de competência":** Acessar https://www.cnj.jus.br/gestcom/, fazer login informando seu CPF e senha de rede do CNJ. Caso seja seu primeiro acesso, informar seu CPF nos dois campos (login e senha). Depois, clicar no botão "visualizar", no canto inferior direito, e novamente "visualizar" e, então, salvar em PDF. O objetivo é demonstrar que **o evento escolhido atende as lacunas de competência.**

Caso suas lacunas não estejam disponíveis (não participou do período avaliativo) ou não reflitam mais suas atividades (mudança de lotação), justifique como o conteúdo do evento está atrelado às suas atuais atribuições.

ORIENTAÇÕES SOBRE FÉRIAS

O servidor não poderá estar de férias durante o curso. Caso haja coincidência de datas, cabe ao servidor alterar suas férias no sistema, realizar o curso em outra oportunidade ou solicitar, por meio de despacho da chefia imediata, autorização excepcional da Secretária de Gestão de Pessoas, com base no artigo 9º, §2º, da Instrução Normativa CNJ nº 35/2015.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 21/06/2022, às 16:20, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA MOREIRA DE AZEVEDO SOARES**, **DIRETORA EXECUTIVA**, em 30/06/2022, às 17:52, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO LEMES ROSA**, **CHEFE DE DIVISÃO - DIVISÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS CORPORATIVOS**, em 01/07/2022, às 15:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1311944** e o código CRC **4A53F53B**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1366029
Processo: 04210/2022
Assunto: Autorização de Evento Externo

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Comunicação Social (SCS), Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) e Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) para a participação dos seguintes servidores no curso "**SEO - Search Engine Optimization**", promovido pela empresa Oficina da Palavra Ltda., CNPJ: 03.930.917/0001-83 (Doc. SEI n. 1311944):

Matrícula	**Nome**	**Cargo/Função**
1735	Rejane Maria Rodrigues Neves	Chefe da Seção de Comunicação Institucional
2244	Beatriz Lygia Dias Borges	Coordenadora de Imprensa
1913	Isaías Monteiro dos Santos	Técnico Judiciário
1852	Manoella Maria Pereira Ramalho Martins	Técnico Judiciário
1710	André Luiz Rodrigues da Mota	Chefe da Seção de Áudio e Vídeo
1774	Edgard Lima de Sousa	Chefe da seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral
1660	Rafael Antonio Sousa Spotto	Analista Judiciário
1239	Ricardo Marques Rosa	Analista Judiciário - FC6

2. O treinamento será ofertado na **modalidade presencial, em Brasília-DF,** nos dias **1º e 2 de setembro de 2022**, com uma carga horária total de 8 horas (Doc. SEI nº 1365799).

3 . Esta unidade, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n° 35/2015, informa que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano. Além disso, esta Seção realizou pesquisa de mercado (Doc. SEI nº 1365795) e não identificou, para o horizonte de três meses, contados desta data, oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico.

4. Ademais, ressalta-se que em intervalos de tempo anteriores,

verificamos ocorrências nas quais cursos de interesse deste Conselho foram oferecidos no mercado e posteriormente cancelados, circunstância que nos leva a prever a possibilidade de que a eventual identificação de oferta de curso com conteúdo semelhante ao pretendido, provido por outro fornecedor, noutro intervalo de tempo, não corresponda, necessariamente, a uma contratação, menos ainda à prestação de serviços bem-sucedida. Em síntese: a oportunidade de atualização, capacitação e/ou aperfeiçoamento existente no atual contexto pode ser perdida, se não aproveitada.

5. Informa-se, adicionalmente, que conforme solicitação de participação em evento externo juntada a este processo (Doc. SEI nº 1311944), os servidores não participaram, nos últimos seis meses, de ação de treinamento e desenvolvimento custeada pelo CNJ, com o mesmo conteúdo programático do curso em comento, o que cumpre o estipulado no inciso II, art. 19, IN 35/2015. Foi também indicado o período de férias dos participantes, evidenciando que não estarão de férias no período do curso (Doc. SEI nº 1311944 e 1364715).

6. Em relação à **necessidade de capacitação** e ao **cumprimento dos requisitos mínimos** necessários para que a capacitação auxilie a resolver a situação apresentada, a unidade apresenta, por meio do Doc. SEI nº 1311944, os seguintes aspectos:

Necessidades	Requisitos	Justificativas
Na Secretaria de Comunicação Social (SCS), os servidores desempenham funções diversas na área de comunicação a fim de otimizar a divulgação das ações e projetos do Conselho Nacional de Justiça. Dentre os canais de comunicação, o Portal CNJ e Intranet são os principais e de maior destaque, por conter todas as informações para o cidadão e o público interno e ser a maior fonte de conteúdo do Conselho. 2.No entanto, segundo as últimas análises, apresentadas inclusive na RAE (Reunião de Análise da Estratégia), o resultado dos canais se apresentou aquém da meta prevista no planejamento estratégico da SCS e em declínio, apesar de todos os esforços das equipes em manter e/ou aumentar o número dos acessos, com criação dedicada e		

exclusiva de conteúdo e toda estratégia envolvida. 2. Diante desse cenário, faz-se necessário a busca de novas ferramentas e métodos a fim de conter essa queda e aumentar os acessos aos canais do CNJ, em especial ao Portal, garantindo assim a devida divulgação das ações do CNJ e da Justiça a toda a sociedade, assim como as resoluções, decisões, campanhas e outros direitos dos cidadãos. No âmbito de estratégias para potencializar e melhorar o posicionamento de um site nas páginas de resultados orgânicos- considerando que o a SCS não faz uso de mídia paga e não há previsão para isso, a ferramenta de SEO (SEARCH ENGINE OPTIMIZATION) é uma técnica de otimização para os motores de busca, isto é, um conjunto de técnicas que influenciam os algoritmos dos buscadores a definir o ranking de uma página para determinada palavra-chave que foi pesquisada pelo usuário. Desse modo, a partir da capacitação da equipe, é possível envolver os requisitos de SEO tanto no site como no desenvolvimento do conteúdo e estratégia dos demais canais de comunicação do órgão, influenciando positivamente o rankeamento do site do CNJ e das demais mídias nas ferramentas de busca, que são as principais porta	-	A **Oficina da Palavra Ltda** é especialista no ensino de conteúdo de comunicação e demonstra domínio no assunto, assim como seu corpo docente, que possui formação acadêmica e experiência na área. A carga horária está dentro dos padrões viáveis para atendimento a todos os tópicos do curso. O conteúdo programático está de acordo com as necessidade de capacitaçãos. O horário de realização é pertinente e o formato, como curso presencial , é ideal para o ensino do conteúdo, que tem abordagem prática e de trocas de experiência.

de entrada dos usuários. A necessidade de desenvolvimento, capacitação e atualização na metodologia é imprescindível, visto ser uma ferramenta extremamente complexa e dinâmica. A capacitação voltada para as necessidades particulares do CNJ, como órgão público da Justiça, é essencial. O conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades dos servidores, que atuam nas diversas áreas de comunicação da SCS, trazendo resultados imediatos à instituição, com fins, ainda, do cumprimento das metas previstas no Planejamento estratégico do CNJ.		

7. De acordo com o Manual de Organização do Conselho (1352056), são competências do (a):

SCS: I – produzir e gerenciar o planejamento de comunicação do Conselho Nacional de Justiça; II – realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público; III – colaborar no desenvolvimento de políticas e estratégias de interlocução com a mídia e com o público; IV – planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras.

DCOR: I - planejar, desenvolver e manter os sistemas e aplicativos do CNJ, bem como zelar pelo seu portfólio; II - elaborar, promover e manter diretrizes, instrumentos e padrões de desenvolvimento e manutenção de sistemas e aplicativos; III - estabelecer indicadores de desempenho e de qualidade para os serviços prestados pela Divisão; IV - apoiar as seções do CNJ que atuam com atividades de gestão do conhecimento no que for pertinente às áreas de atuação da Divisão; V - elaborar, medir e acompanhar os indicadores de produtividade das unidades subordinadas; VI - desenvolver outras atividades típicas da Divisão.

DPJ: I – desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; II – realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; III – elaborar relatórios conclusivos e opinar sobre matéria que lhe seja submetida pelo Plenário, pelo Presidente, pelo Corregedor Nacional de Justiça, por Conselheiro ou pelas Comissões; IV – fornecer subsídios para a formulação de políticas judiciárias; V – disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e

outros veículos; VI – realizar estudo técnico sobre projeto de lei relacionado a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, com vistas a subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na emissão de parecer a que se refere o inciso IV do art. 81 da Lei n. 12.017, de 12 de agosto de 2009.

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências das unidades e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), o conteúdo do treinamento **abarca as lacunas de competência da SCS: Produção de Conteúdo** - Produzir notícias, avisos de pautas, releases e publicações para fornecimento de informações ao público em geral, interno e externo, na intranet, portal, revistas e demais instrumentos de comunicação, utilizando a ferramenta que o órgão dispõe; **Planejamento de Campanhas** - Planejar e executar campanhas externas e internas da Instituição, de acordo com o orçamento disponível, as necessidades especificadas pelo órgão e a legislação pertinente; **Planejar Ações de Divulgação Institucional** - Elaborar o plano de ações de Divulgação Institucional de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislação específica; **Criação de informações para os Veículos de Comunicação Oficiais** - Criar as informações que serão publicadas nos veículos de comunicação institucional, de acordo com o veículo específico, normas e manuais oficiais, observando as especificidades do plano de comunicação; **Executar Ações de Divulgação Institucional** - Executar as ações de Divulgação Institucional de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislação específica; entre outras (Doc. SEI n. 1366026).

8.3. Vale ressaltar que os servidores do DTI Edgard Lima de Sousa e Rafael Antonio Sousa Spotto e o servidor do DPJ Ricardo Marques Rosa foram indicados para participar tendo em vista que suas respectivas unidades também realizam publicações no portal do CNJ, podendo os participantes atuarem inclusive como disseminadores dos conhecimentos aos demais colegas, conforme processo SEI 05555/2022.

9. De acordo com o Doc. SEI nº 1365784, o evento terá como possíveis instrutores:

PATRÍCIA MARINS: Sócia do Grupo In Press em Brasília, Patrícia Marins é jornalista com especialização em Comunicação do Serviço Público pela Universidade George Washington (Washington DC) e em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. É especialista em comunicação integrada, com ênfase em posicionamento de imagem, gerenciamento de crise, programas de relações públicas e public affairs. É professora da disciplina de Relações Públicas e Diplomacia do Instituto Rio Branco, do MRE;

LILIANE PINHEIRO: Possui 12 anos de experiência em comunicação institucional. É especialista em projetos de relações públicas para o setor jurídico, tendo atuado junto às carreiras do Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. Coordena projetos de comunicação integrada, mídias digitais e produtos editoriais on-line e off-line;

MIRIAM MOURA: Jornalista, com larga experiência na cobertura política em Brasília, junto ao Congresso, Governo e Judiciário. Trabalhou nas redações dos jornais O Globo e Estado de S. Paulo como repórter especial e em funções de chefia. Na Oficina, é Diretora de Curadoria e Desenvolvimento de Produtos. É professora da disciplina de Relações Públicas e Diplomacia do Instituto Rio Branco, do MRE;

NATALIA LIMA: Jornalista formada pela Universidade Católica de Brasília (UCB), com mais de 10 anos de experiência exercendo atividades como análise de mídia, assessoria de imprensa, gestão de crises e elaboração e execução de projetos de comunicação. Além da iniciativa privada, já exerceu cargo de assessora de imprensa em órgãos do governo local e federal. Atualmente, é Diretora de Treinamentos da Oficina, empresa do Grupo In Press, líder no setor privado, formado por sete agências de RP e serviços especializados, oferecendo soluções completas em comunicação integrada;

ÉRICA ABE: Jornalista formada há 16 anos, vencedora dos World Summit Awards (2017) e Jatobá PR (2019). Possui mestrado em Comunicação (2018) pela Universidade de Brasília. Com ampla experiência em ambientes digitais, trabalhou com cobertura em tempo real pelo Correio Braziliense e pelo G1.com.br. Atuou na formulação e reformulação de sites institucionais na Associação Nacional de Procuradores da República e na Confederação Nacional dos Transportes, onde também coordenou equipes multimídia de produção de conteúdo para sites e redes sociais. Entre 2014 e 2021, foi diretora de estratégia digital na FSB, onde foi responsável pela estratégia das contas de Brasília, como Ministério da Saúde, Ministério do Turismo, Ministério da Infraestrutura, entre outros. Também coordenou a equipe de redes sociais da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e do Ministério dos Transportes;

MÁRCIA LEITE: Profissional de Comunicação especialista em Comunicação Corporativa com 15 anos de experiência em projetos e ações de comunicação para instituições públicas e privadas. Possui especialização em Gestão de Negócios e Marketing pela ESPM, com forte atuação em Comunicação Estratégica e Integrada, Gerenciamento de Crises, Public Affairs, Relacionamento com a Mídia e Influenciadores. Experiência em treinamentos de comunicação para gestores, executivos e carreiras públicas, em especial no âmbito do Ministério Público e Judiciário. Atuação em campanhas de comunicação institucional e projetos de conteúdo digital e redes sociais;

SÔNIA FILGUEIRAS: Jornalista com 25 anos experiência nas áreas de radiojornalismo, telejornalismo, imprensa escrita e assessoria de imprensa. Em TV, trabalhou como repórter de vídeo. Na imprensa escrita, atuou na reportagem (áreas de política, economia e jornalismo investigativo), com passagem pelos veículos de circulação nacional. Foi chefe da Sucursal de Brasília do Jornal Brasil Econômico e colunista no mesmo veículo. Fez reportagens nas áreas econômica e política. É meste em Ciência Política pela Universidade de Brasília;

PABLO PEIXOTO: Pablo Peixoto é produtor audiovisual com mais de 20 anos de experiência, no cinema com filmes de curta e longas metragens, entre eles: do longa do cineasta Adirley Queirós, " Era Uma Vez Brasília" (2015), Produção da Série " A Copa Passou Por Aqui, episódio " Meu Nome é Maninho, para Sportv (2014), " O Último Cine Drive In (2013). O trabalho de videomaker começa em 2012 com a Direção das webséries Caravana Artetude em 2012 e Kaô que Show em 2013, criação de vídeos para o Governo Federal e o Sebrae. Desde 2017 é videomaker da In Press Oficina, trabalhando a elaboração de roteiros, edição, gravação e finalização de conteúdo audiovisual. FORMAÇÃO ACADÊMICA: Graduação em Tecnologia Produção Audiovisual no Icesp entre 2006 e 2007 e Pós -graduação em

Gerenciamento de Projetos no Icesp entre 2009 e 2010.

10. Por oportuno, informa-se que a despesa se enquadra na classificação contábil 33.90.39-48 - Serviço de Seleção e Treinamento - e o valor total do investimento é de **R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)**, conforme Doc. SEI nº 1365799.

11. O valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou **de acordo** com o valor médio da hora-aula em eventos semelhantes, cobrado pela empresa, em relação a outros órgãos públicos, conforme tabela abaixo:

Evento a ser contratado					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**
CNJ	**R$ 32.000,00**	**8**	**R$ 4.000,00**	**8 h**	**R$ 500,00**
Evento semelhante ofertado a outros órgãos públicos - comparação de preços (Doc. SEI nº 1365790)					
Órgão	**Valor total**	**Vagas**	**Valor unitário**	**Carga Horária**	**Hora-aula por pessoa**
Banco do Nordeste	R$ 38.180,00	10	R$ 3.818,00	8 h	R$ 477,25
BB Gestão	R$ 80.000,00	20	R$ 4.000,00	8 h	R$ 500,00
Banco Central do Brasil	R$ 123.540,00	31	R$ 3.985,16	8 h	R$ 498,14
	Média de Preços				**R$ 491,79**

12. Informo que nesta data a empresa comprovou o Contrato Social (Doc. SEI 1365786), bem como sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documento SEI nº 1365787.

13. É entendimento pacificado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a contratação de cursos abertos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal ocorre por inexigibilidade, conforme Decisão 439/1998. A contratação direta requerida atenderá à necessidade de capacitação dos servidores do CNJ, mediante aquisição de oito vagas integrantes do conjunto de vagas, o que torna o curso economicamente viável aos cofres públicos. A aquisição do número de vagas pretendido nesta contratação é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, em relação àquela consubstanciada na contratação de fornecedor para promover o curso de forma exclusiva para os servidores do CNJ.

14. Destaca-se que a referida solicitação de capacitação contempla as recomendações da Secretaria de Auditoria, proferidas na Informação nº 139/2013 - SCI/Presi/CNJ - Da Inscrição de Servidores em Cursos Abertos a Terceiros (1029802). Cabe ressaltar os itens 35 a 37 da referida Informação, que dissertam sobre a contratação de eventos externos por inexigibilidade, em razão da inviabilidade de competição e de fatores inerentes à ocorrência do evento, tais como o período do curso, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar.

15. Cumpre, por fim, salientar que, conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. O §4º do dispositivo dispõe ainda que é **dispensável o "termo de contrato"** e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, **nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras**, inclusive assistência técnica.

16. Ressalto que, em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 2/2018, a Lista de Verificação SEDUC será juntada aos autos após informação de disponibilidade orçamentária.

17. Diante do exposto, entendemos ser possível a contratação do evento, e, nesse sentido, remetemos os autos à **Seção de Planejamento Orçamentário - SEPOR**, para informar a disponibilidade orçamentária no valor de **R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais),** referente à participação dos servidores da SCS, DTI e DPJ no referido evento.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 08/08/2022, às 16:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1366029** e o código CRC **B7C96853**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 04210/2022

Ementa:Solicitação de participação de servidoresem evento externo de capacitação. Análise e manifestação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise preliminar à possível contratação diretada instituição **Oficina da Palavra Ltda.**, CNPJ: 03.930.917/0001-83, que promoverá o curso "**SEO - Search Engine Optimization**", promovido **na modalidade presencial, em Brasília-DF,** nos dias **1º e 2 de setembro de 2022, com carga horária total de 8h**, para a participação dos servidores Rejane Maria Rodrigues Neves, matrícula 1735, Beatriz Lygia Dias Borges, matrícula 2244, Isaías Monteiro dos Santos, matrícula 1913, Manoella Maria Pereira Ramalho Martins, matrícula 1852, André Luiz Rodrigues da Mota, 1710, Edgard Lima de Sousa, matrícula 1774, Rafael Antonio Sousa Spotto, matrícula 1660 e Ricardo Marques Rosa, matrícula 1239.

2.Em atendimento à determinação da Diretoria Geral (arquivo SEI 0440990), foram juntadas aos autos as listas de verificação constantes dos arquivos SEI 1350548 e 1373481.

3. Constam dos autos:

a) Programa Conteúdo Programático (1328188);

b) Termo de Compromisso Evento Externo 1311947 e 1344308 e 1347266;

c) Solicitação de participação em evento externo 1311944;

d) Relatório Lacunas de Competências (1350624, 1350631, 1350633, 1350635, 1350640, 1350905 e 1366026);

e) *Curriculum Vitae* (1365784);

f) Contrato Social (1365786);

j) Certidões Negativas (1365787);

g) Notas Fiscais (1365790);

h) *E-mail* reserva de vagas (1365792);

i) Pesquisa de mercado - Google (1365795);

j) Listas de Verificação (1350548 e 1373481); e

k) Despacho da Sepor com indicação da existência de recursos orçamentários (1373457 e 1373459)

4. Em que pese a não terem sido juntados aos autos os espelhos dos bancos de talentos e os relatórios de férias dos servidores que irão participar da ação de capacitação, consta declaração no documento de solicitação de participação

em evento externo (arquivo SEI 1311944), posteriormente atestada pela Seção de Educação Corporativa (SEDUC) (arquivo SEI 1366029), que demonstra adequação aos mandamentos contidos no inciso I do art. 9º e no inciso II do art. 19, ambos da IN CNJ nº 35, de 22 de junho de 2015.

É o relatório.

ANÁLISE

5. Preliminarmente, pontua-se que o presente processo de contratação está pautado no art. 25, *caput* da Lei n. 8.666/1993, hipótese para a qual não se aplica o Parecer Referencial nº 01/2019 (arquivo SEI 0801055).

6. Embora o procedimento licitatório disciplinado na Lei nº 8.666/1993 deva ser seguido, como regra geral, para a realização de contratações públicas, o art. 2º da Leipreviu, parahipóteses excepcionais, a possibilidade de celebração de contratações diretas. A hipótese contemplada no *caput* do art. 25 do referido diploma legal indica a possibilidade de contratação diretaquando "houver inviabilidade de competição", a ser aferida por meio da análise meticulosa da necessidade pública que demanda a contratação e depeculiaridades da solução pretendida para o atendimento daquela necessidade. Quanto ao ponto, consta do formulário 1311944 justificativa para a contratação solicitada, bem como foram indicadas as lacunas de competência das unidades envolvidas (arquivos SEI 1350624, 1350631, 1350633, 1350635, 1350640, 1350905 e 1366026).

7. A SEDUC, responsável pelo planejamento e execução do Programa Anual de Ações de Educação Corporativa, em cumprimento ao inciso I, art. 19, IN n. 35/2015, informou que não há previsão de realização de evento interno com o mesmo conteúdo programático no corrente ano (arquivo SEI 1366029). Além disso, foi realizada pesquisa de mercado(arquivo SEI 1365795)e a Unidade não identificou, para o horizonte de trêsmeses da data da busca,oferta de qualquer outro evento externo com igual conteúdo ou aprofundamento teórico. Desse modo, o não aproveitamento da oportunidade de atualização ora pleiteada pode resultar em prejuízo aos servidores e, consequentemente, à Administração.

8. Para a contratação direta na espécie, constam as seguintes considerações: *a)* orientação da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (SCI/CNJ) no sentido de que "é possível a inscrição de servidores para participação em eventos abertos a terceiros (...) mediante adoção de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, em razão da inviabilidade de competição entre os possíveis fornecedores", se forem verificados determinados "fatores inerentes à ocorrência do evento tais como o período, a eventualidade, a possibilidade de demora ou a não realização posterior de evento similar"; *b)* pesquisa de preços do mesmo evento, praticados pela pretensa contratada em contratos administrativos firmados recentemente com outras pessoas jurídicas, sendo proporcionais à carga horária(arquivo SEI 1365790); e *c)* indicação da economicidade afeta à contratação, considerando-se a contratação de fornecedor para promover o curso para os servidores do CNJ com o menor valor de hora/aula entre os pesquisados (arquivo SEI 1366029).

9. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências das unidades e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores requerentes, conforme estipulam os incisos I a III do art. 6º, IN CNJ nº 35/2015 (arquivo SEI 1365799).

10. Ademais, assevera a SEDUC que (arquivo SEI 1366029):

8. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento guardam relação com as atribuições e competências das unidades e proporcionarão uma atualização dos conhecimentos dos servidores, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI n. 1029796).

8.1. Cumpre informar o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (0835838) que as competências técnicas, por sua natureza específica, podem não abarcar número de servidores suficientes para serem realizadas por meio de capacitação interna e assim serão trabalhadas por meio de contratação de empresa externa, como é o caso em questão.

8.2. Ademais, mediante consulta ao Sistema de Gestão de Competências (Gestcom), o conteúdo do treinamento **abarca as lacunas de competência da SCS: Produção de Conteúdo** - Produzir notícias, avisos de pautas, releases e publicações para fornecimento de informações ao público em geral, interno e externo, na intranet, portal, revistas e demais instrumentos de comunicação, utilizando a ferramenta que o órgão dispõe; **Planejamento de Campanhas** - Planejar e executar campanhas externas e internas da Instituição, de acordo com o orçamento disponível, as necessidades especificadas pelo órgão e a legislação pertinente; **Planejar Ações de Divulgação Institucional** - Elaborar o plano de ações de Divulgação Institucional de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislação específica; **Criação de informações para os Veículos de Comunicação Oficiais** - Criar as informações que serão publicadas nos veículos de comunicação institucional, de acordo com o veículo específico, normas e manuais oficiais, observando as especificidades do plano de comunicação; **Executar Ações de Divulgação Institucional** - Executar as ações de Divulgação Institucional de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos no planejamento, atentando para prazos e legislação específica; entre outras (Doc. SEI n. 1366026).

8.3. Vale ressaltar que os servidores do DTI Edgard Lima de Sousa e Rafael Antonio Sousa Spotto e o servidor do DPJ Ricardo Marques Rosa foram indicados para participar tendo em vista que suas respectivas unidades também realizam publicações no portal do CNJ, podendo os participantes atuarem inclusive como disseminadores dos conhecimentos aos demais colegas, conforme processo SEI 05555/2022.

9. De acordo com o Doc. SEI nº1365784, o evento terá como possíveis instrutores:

PATRÍCIA MARINS: Sócia do Grupo In Press em Brasília, Patrícia Marins é jornalista com especialização em Comunicação do Serviço Público pela Universidade George Washington (Washington DC) e em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. É especialista em comunicação integrada, com ênfase em posicionamento de imagem, gerenciamento de crise, programas de relações públicas e public affairs. É professora da disciplina de Relações Públicas e Diplomacia do Instituto Rio Branco, do MRE;

LILIANE PINHEIRO: Possui 12 anos de experiência em

comunicação institucional. É especialista em projetos de relações públicas para o setor jurídico, tendo atuado junto às carreiras do Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. Coordena projetos de comunicação integrada, mídias digitais e produtos editoriais on-line e off-line;

MIRIAM MOURA: Jornalista, com larga experiência na cobertura política em Brasília, junto ao Congresso, Governo e Judiciário. Trabalhou nas redações dos jornais O Globo e Estado de S. Paulo como repórter especial e em funções de chefia. Na Oficina, é Diretora de Curadoria e Desenvolvimento de Produtos. É professora da disciplina de Relações Públicas e Diplomacia do Instituto Rio Branco, do MRE;

NATALIA LIMA: Jornalista formada pela Universidade Católica de Brasília (UCB), com mais de 10 anos de experiência exercendo atividades como análise de mídia, assessoria de imprensa, gestão de crises e elaboração e execução de projetos de comunicação. Além da iniciativa privada, já exerceu cargo de assessora de imprensa em órgãos do governo local e federal. Atualmente, é Diretora de Treinamentos da Oficina, empresa do Grupo In Press, líder no setor privado, formado por sete agências de RP e serviços especializados, oferecendo soluções completas em comunicação integrada;

ÉRICA ABE: Jornalista formada há 16 anos, vencedora dos World Summit Awards (2017) e Jatobá PR (2019). Possui mestrado em Comunicação (2018) pela Universidade de Brasília. Com ampla experiência em ambientes digitais, trabalhou com cobertura em tempo real pelo Correio Braziliense e pelo G1.com.br. Atuou na formulação e reformulação de sites institucionais na Associação Nacional de Procuradores da República e na Confederação Nacional dos Transportes, onde também coordenou equipes multimídia de produção de conteúdo para sites e redes sociais. Entre 2014 e 2021, foi diretora de estratégia digital na FSB, onde foi responsável pela estratégia das contas de Brasília, como Ministério da Saúde, Ministério do Turismo, Ministério da Infraestrutura, entre outros. Também coordenou a equipe de redes sociais da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e do Ministério dos Transportes;

MÁRCIA LEITE: Profissional de Comunicação especialista em Comunicação Corporativa com 15 anos de experiência em projetos e ações de comunicação para instituições públicas e privadas. Possui especialização em Gestão de Negócios e Marketing pela ESPM, com forte atuação em Comunicação Estratégica e Integrada, Gerenciamento de Crises, Public Affairs, Relacionamento com a Mídia e Influenciadores. Experiência em treinamentos de comunicação para gestores, executivos e carreiras públicas, em especial no âmbito do Ministério Público e Judiciário. Atuação em campanhas de comunicação institucional e projetos de conteúdo digital e redes sociais;

SÔNIA FILGUEIRAS: Jornalista com 25 anos experiência nas áreas de radiojornalismo, telejornalismo, imprensa escrita e assessoria de imprensa. Em TV, trabalhou como repórter de vídeo. Na imprensa escrita, atuou na reportagem (áreas de política, economia e jornalismo

investigativo), com passagem pelos veículos de circulação nacional. Foi chefe da Sucursal de Brasília do Jornal Brasil Econômico e colunista no mesmo veículo. Fez reportagens nas áreas econômica e política. É meste em Ciência Política pela Universidade de Brasília;

PABLO PEIXOTO: Pablo Peixoto é produtor audiovisual com mais de 20 anos de experiência, no cinema com filmes de curta e longas metragens, entre eles: do longa do cineasta Adirley Queirós, " Era Uma Vez Brasília" (2015), Produção da Série " A Copa Passou Por Aqui, episódio " Meu Nome é Maninho, para Sportv (2014), " O Último Cine Drive In (2013). O trabalho de videomaker começa em 2012 com a Direção das webséries Caravana Artetude em 2012 e Kaô que Show em 2013, criação de vídeos para o Governo Federal e o Sebrae. Desde 2017 é videomaker da In Press Oficina, trabalhando a elaboração de roteiros, edição, gravação e finalização de conteúdo audiovisual. FORMAÇÃO ACADÊMICA: Graduação em Tecnologia Produção Audiovisual no Icesp entre 2006 e 2007 e Pós -graduação em Gerenciamento de Projetos no Icesp entre 2009 e 2010.

11. Conforme verificado na documentação acostada aos autos (arquivo SEI 1365799), o valor da hora-aula negociado para o CNJ ficou abaixo da média cobrada pela empresa em relação a outras instituições, tendo em vista sua carga horária de 8 (oito) horas. O valor total do investimento será de **R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)**, referente às vagas pleiteadas (arquivos SEI 1365799 e 1366029).

12. De acordo com o Despacho SEPOR nº 1373459 e arquivo SEI 1373457, há disponibilidade orçamentária para atender a demanda, tendo sido juntada aos autos o pré-empenho nº 279/2022 (1373457), em que consta nota de dotação para cobrir a despesa incorrida.

13. A regularidade fiscal e trabalhista da instituição está comprovada pelas certidões anexadas aos autos (arquivo SEI 1365787), com destaque para a certidão do FGTS que está vencida desde 14/8/2022, em que pese à validade à época da consulta. Não obstante o pontuado anteriormente, recomenda-se nova verificação da higidez da prestadora previamente à contratação, principalmente com relação às certidões cujo prazo de vencimento é próximo, a fim de se confirmar que a situação outrora atestada não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que verificam a regularidade, apesar de vigentes no momento da consulta, expirarão com o decurso do tempo.

14. Por fim, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta. O exame não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, excluídas as questões afetas ao exame de oportunidade e conveniência e supridas das informações mencionadas no item 13, opina-se pela possibilidade jurídica da contratação direta da instituição **Oficina da Palavra Ltda.**, CNPJ: 03.930.917/0001-83, com fundamento no *caput* do art. 25

da Lei nº 8.666/1993, para a participação dos servidores Rejane Maria Rodrigues Neves, matrícula 1735, Beatriz Lygia Dias Borges, matrícula 2244, Isaías Monteiro dos Santos, matrícula 1913, Manoella Maria Pereira Ramalho Martins, matrícula 1852, André Luiz Rodrigues da Mota, 1710, Edgard Lima de Sousa, matrícula 1774, Rafael Antonio Sousa Spotto, matrícula 1660 e Ricardo Marques Rosa, matrícula 1239, no curso "**SEO - Search Engine Optimization**", promovido **na modalidade presencial, em Brasília-DF,** nos dias **1º e 2 de setembro de 2022, com carga horária total de 8h.**

É o parecer.

Brasília, 19 de agosto de 2022.

Camila Neves Bezerra

Assessora Jurídica

Senhora Chefe da Seção de Educação Corporativa,

Estou de acordo com os termos do parecer supra. Seguem os autos para consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 19 de agosto de 2022.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 19/08/2022, às 14:40, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA NEVES BEZERRA**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 19/08/2022, às 17:25, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1381144** e o código CRC **B46FC2CC**.

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em substituição,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Comunicação Social (SCS), Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) e Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) para a participação dos seguintes servidores no curso "**SEO - Search Engine Optimization**", nos dias **2 e 5 de setembro de 2022**, promovido pela empresa Oficina da Palavra Ltda., CNPJ: 03.930.917/0001-83 (1311944):

Matrícula	Nome	Cargo/Função
1735	Rejane Maria Rodrigues Neves	Chefe da Seção de Comunicação Institucional
2244	Beatriz Lygia Dias Borges	Coordenadora de Imprensa
1913	Isaías Monteiro dos Santos	Técnico Judiciário
1852	Manoella Maria Pereira Ramalho Martins	Técnico Judiciário
1774	Edgard Lima de Sousa	Chefe da seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral
1660	Rafael Antonio Sousa Spotto	Analista Judiciário
1239	Ricardo Marques Rosa	Analista Judiciário - FC6

1.1 Cumpre informar que o Chefe da Seção de Áudio e Vídeo, André Luiz Rodrigues da Mota, embora constasse na Solicitação de participação em evento externo (1311944), solicitou cancelamento de sua participação, em virtude do número de demandas e do volume de trabalho, conforme Despacho 1386250.

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "a necessidade de desenvolvimento, capacitação e atualização na metodologia é imprescindível, visto ser uma ferramenta extremamente complexa e dinâmica. A capacitação voltada para as necessidades particulares do CNJ, como órgão público da Justiça, é essencial. O conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades dos servidores, que atuam nas diversas áreas de comunicação da SCS, trazendo resultados imediatos à

instituição, com fins, ainda, do cumprimento das metas previstas no Planejamento estratégico do CNJ".

3. Conforme Documento SEPOR (1373457), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (1381144) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

4.1 Cumpre ressaltar que foi juntada aos autos consulta atualizada ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (1382469).

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação dos servidores é de **R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)**, conforme Proposta 1365799.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação dos servidores no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1366029, com o Parecer AJU 1381144 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da empresa Oficina da Palavra Ltda., CNPJ: 03.930.917/0001-83, para ofertar o curso "**SEO - Search Engine Optimization", com fundamento no "*caput*" do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para

publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Rogério Alves Lima

Secretário de Gestão de Pessoas em substituição



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO ALVES LIMA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 26/08/2022, às 07:28, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 26/08/2022, às 10:55, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1386660** e o código CRC **E17CF3C0**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o Parecer AJU 1381144, bem com o Despacho SEDUC 1386660 e de sua aprovação pelo Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição, constante do final do referido Despacho, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 32.0000 (trinta e dois mil reais), e **autorizo** a contratação da empresa Oficina da Palavra Ltda., CNPJ: 03.930.917/0001-83, com vistas à realização do curso a **"SEO - Search Engine Optimization"**, nos dias **2 e 5 de setembro de 2022"** (Doc. SEI nº 1311944).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), com vistas à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências da alçada dessas Unidades.

3. À Secretaria de Administração (SAD), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 26/08/2022, às 17:09, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1387188** e o código CRC **487FAB43**.

Data e hora da consulta: 31/08/2022 12:18
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2022	NE	335	2022PE000279

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167508	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
29/08/2022	Ordinário	04210/2022	-	32.000,00

Favorecido

Código	Nome
03.930.917/0001-83	OFICINA DA PALAVRA LTDA

Endereço	CEP
SHS QUADRA 6 BLOCOS A A SN SETOR: SHS QUADR ASA SUL	70322-915

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	61 322-6753/61 322-6754

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
96	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
04210/2022. EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO: SEO - SEARCH ENGINE OPTIMIZATION. CONFORME DESPACHO 1387188-DG

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/08/2022 15:17:04	Alteração

Data e hora da consulta: 31/08/2022 12:18
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	32.000,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EVENTO EXTERNO DE CAPACITAÇÃO - CURSO: SEO - SEARCH ENGINE OPTIMIZATION. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME INFORMAÇÃO 1366029-SEDUC.	32.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
29/08/2022	Inclusão	1,00000	32.000,0000	32.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
***.525.037-**
29/08/2022 15:17:03

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
29/08/2022 15:14:27

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/08/2022 15:17:04	Alteração